



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 22 de dezembro de 2011)**

e

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

VOLUME II/II

ANO LXVI – SUP. AO Nº 219 – SEXTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7) 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 23 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferreira Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹⁴⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁹⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁶⁾ Paulo Bauer ⁽⁸⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁷⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
PR - 8 Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade	PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	PSOL - 2 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁹⁾
PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ⁽¹³⁾ Vice-Líder Sérgio Petecão	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

- Notas:**
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
19. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patricia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1– Resenha Mensal (período de 1º a 22 de dezembro de 2011)		
1.2– ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES		
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da 69ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011	113	
Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2011	141	
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2011	166	
Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2011	188	
1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		
Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2011 (*).....	209	
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011.....	230	
Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011.....	241	
Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2011.....	244	
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2011.....	263	
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011.....	294	
Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011.....	319	
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011.....	326	
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2011.....	330	
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2011.....	359	
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2011.....	379	
Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011.....	409	
Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011.....	434	
Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011.....	460	
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2011.....		479
1.2.2.1 – Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, “Crack” e Outros		
Ata da 17ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2011		501
Ata da 18ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2011		502
Ata da 19ª Reunião, realizada em 6 de outubro de 2011		504
Ata da 20ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2011.....		513
Ata da 21ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2011.....		521
Ata da 22ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2011.....		525
1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ		
Ata da 66ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011.....		553
1.2.3.1 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública		
Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2011		590
1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da 70ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011.....		595
Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011.....		599
1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
1.2.5.1 – Subcomissão Permanente da Água		
Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2011.....		619
1.2.5.2 – Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável		
Ata da 4ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2011		622
Ata da 5ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2011.....		645

1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2011	668
Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2011	684
Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2011	712
Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2011	749
Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2011	775
Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2011	809
Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2011	848
Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011	890
Ata da 86ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011	912
Ata da 87ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011	926
Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011	957
Ata da 89ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011	960
Ata da 90ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011	960
Ata da 91ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011	999
Ata da 92ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2011	1002

VOLUME II

Ata da 93ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2011	1036
Ata da 94ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2011	1073
Ata da 95ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2011	1094
Ata da 96ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2011	1108
Ata da 97ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011	1152
Ata da 98ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011	1185

1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 49ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de outubro de 2011	1210
Ata da 50ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de outubro de 2011	1235
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2011	1271
Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de outubro de 2011	11295

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2011	1320
Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2011	1336
Ata da 55ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2011	1344
Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2011	1371
Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011	1401
Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2011	1403
Ata da 59ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2011	1427
Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2011	1449
Ata da 61ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011	1468

1.2.7.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas

Ata da 11ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2011 ^(1*)	1492
Ata da 12ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2011 ^(2*)	1506
Ata da 13ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2011	1524
Ata da 14ª Reunião, realizada em 5 de setembro de 2011	1541
Ata da 15ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2011	1556
Ata da 16ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2011	1576

1.2.7.2 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira

Ata da 15ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2011	1591
Ata da 16ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2011	1616
Ata da 17ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2011	1633
Ata da 18ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2011	1656
Ata da 19ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2011	1659

1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2011	1668
Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011	1710
Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2011	1716

1 – *Republicação

2 –

1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2011..... 1725

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011..... 1737

1.2.9.1 – Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016

Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2011 1739

1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011..... 1758

ATA DA 93ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e onze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim** e o não membro **Valter Pinheiro**. O Senhor Senador **Cristovam Buarque** justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº151, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 22/11/11, para debater o combate ao Bullying. Convidados: Augusto Pedra, Psicólogo, especialista em Bullying escolar; Amábilis Pácios, Professora, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares – FENEP; Sérgio Harfouche, Promotor de Justiça de Mato Grosso do Sul – MS, membro da Comissão Permanente de Promotores de Justiça da Educação – COPEDUC e membro do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH; Rosângela Gonzaga, Assistente Social do Ministério Público, em substituição ao Vereador de Campo Grande-MS, Paulo Coimbra; Major Policial Militar Lobato, em representação do Senhor Sandro Torres de Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; Rivane Melo, Presidente do CEMEOBES; Simone Maraninchi Leite Lima, representante da Secretaria de Educação de Pelotas – RS; Ana Maria de Albuquerque Lima, Psicóloga e autora do livro “*Cyberbullying* e outros Riscos na Internet, Despertando a atenção de pais e professores”. O Senhor Presidente franqueia a palavra para especialistas presentes no plenário da comissão. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim e Valter Pinheiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo úmero regimental, declaro aberta a 93ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A audiência pública, nos termos do Requerimento nº 151, de 2011, da CDH, de autoria deste Senador e outros, é para debater o combate ao *bullying*.

Convidados: Major Carvalho, da Polícia Militar, em substituição ao Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do DF; Augusto Pedra, psicólogo, especialista em *bullying* escolar; Amábilis Pácios, Professora e Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares; Sérgio Harfouche, Promotor de Justiça do Mato Grosso do Sul; Rosângela Gonzaga, do Ministério Público, em substituição ao Vereador Paulo Coimbra, de Campo Grande.

Vamos situar os que já se estão conosco. Já se encontra conosco o psicólogo especialista em *bullying* escolar Sr. Augusto Pedra. Convido-o para que venha à mesa. Também o Promotor de Justiça de Mato Grosso do Sul se encontra conosco. Dr. Sérgio Harfouche, por favor, V. Sª também pode vir à mesa. E se encontra também conosco a Rosângela Gonzaga, do Ministério Público, em substituição ao companheiro Paulo Coimbra, que é Vereador em Campo Grande. Muito bem, Drª Rosângela, seja bem-vinda à Mesa.

Quero informar a todos que estamos ao vivo na TV Senado, em transmissão para todo o Brasil. É um assunto de suma importância. Toda a sociedade brasileira, diria até mundial, está debatendo e buscando fórmulas de combater o *bullying*.

Então, para situar aqueles que estão, neste momento, ligando a TV Senado, vou fazer aqui uma pequena introdução.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater o combate ao *bullying*. O termo *bullying* é derivado do inglês *bullying* e que se refere a indivíduo valente.

O *bullying* é prática de atos violentos, ameaças e intimidações que afetam indivíduos física ou psicologicamente. É importante destacar que as agressões de indivíduo para indivíduos, na maioria das vezes, são intencionais e propositais. Há em muitos casos a intenção clara de provocar ao próximo insatisfação, dor, tristeza e diminuir a sua autoestima. As provocações e a violência se dão de forma continuada, pelas informações que esta Comissão tem recebido de todo o Brasil.

Segundo Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da SPB, essa violência se dirige especialmente contra aqueles que ocupam lugar de autoridade, como os professores, e também contra os que estão em situação de fragilidade. Estamos aqui nos referindo

aos estudantes. Então, segundo ele, não é só contra os estudantes, como também contra, por exemplo, os professores.

O *bullying* manifesta-se nos mais variados ambientes e pode gerar consequências graves àqueles que foram discriminados, violentados ou ameaçados.

Para o psiquiatra Antônio Geraldo, as consequências do *bullying* às vítimas podem ser: depressão, anorexia, transtorno bipolar e déficit de atenção, entre outros.

Meus amigos, minhas amigas, enfim a disposição da Comissão de Direitos Humanos, hoje, nesta audiência, é ouvir especialistas para saber o que fazer, como enfrentar, como avançar nessa luta que travamos para combater e acabar com o *bullying* principalmente nas escolas.

Nesse sentido, lembro a todos que apresentei no Senado o PLS nº 178, ainda em 2009, que altera os arts. 3º, 14 e 67 da Lei de Diretrizes e Bases Educação para fortalecer a cultura de paz nas escolas e nas comunidades adjacentes.

O Projeto apresenta a inserção de conceito de superação da violência e da construção da cultura de paz como princípio educativo. Também trata do esforço da gestão democrática do ensino público, com a valorização dos conselhos escolares ou órgãos deliberativos equivalentes, em que devem participar ativamente representantes da comunidade escolar e local, inclusive aqueles que se preocupam com o combate à violência.

Reforço também a atribuição aos profissionais da educação do dever de interagir com a comunidade externa da escola, dedicando-lhe uma parte da sua carga remunerada de trabalho educativo.

Por fim, prevejo entre os profissionais da educação atuantes nas escolas a figura do que antigamente se chamava inspetor de alunos, aquele que era encarregado de combater todo tipo de constrangimento, violência, dentro e fora da sala de aula. Hoje, para lidar com o problema da violência escolar, temos de contar com alguém que faça a mediação dos conflitos internos e externos, contribuindo para a paz na escola, para a transformação do espaço escolar em um espaço realmente educativo e seguro. Grande é a tentação de muitos governos de contratar serviços de vigilância terceirizada. Ledo engano; é preciso incorporar ao quadro de educadores gestores, professores e funcionários, pessoas com formação técnica e pedagógica em segurança escolar com compromisso permanente em edificar o projeto educativo da escola.

O projeto tramita na Câmara dos Deputados como PL nº 7.157, de 2010, e já possui o parecer favorável do Deputado Antônio Roberto, do PV de Minas Gerais,

na Comissão de Educação e Cultura. Se aprovado, vai para a Comissão de Justiça.

Quero dizer que apresentei dois projetos nesse sentido, os dois em 2009. Não é que inventei. Alguns pensam que eu invento leis; eu não invento leis, nem, muito menos, projetos, porque os projetos se transformam em leis. São contribuições que recebo da sociedade. Esses dois projetos que visam garantir a paz nas escolas têm dois focos: a paz com os alunos e a paz com os professores.

Ninguém tem dúvida de que os professores têm sido agredidos nos últimos tempos, só que ninguém tem coragem de fazer um debate mais profundo também sobre a realidade do professor, porque ninguém quer ficar mal com os alunos, ninguém quer ficar mal com os pais dos alunos. É comum a criança chegar em casa e dizer: “Aquele professor está me perseguindo”. O pai e a mãe vão lá, e a tendência é sair em defesa do filho. Essa é uma tendência. Vejo por mim. No primeiro momento, quando me falam, quando me falavam – agora já não tenho filho pequeno; são todos homens e mulheres encaminhados em suas vidas – eu sempre pensava: o que aconteceu lá? Será que há alguém lá com problema com meu filho? Será por que é negro? Por que é gordinho? Eu tinha um que, além de gordinho, tinha a cor da minha pele. Eu ia saber e não tinha nada a ver; o guri era malandro mesmo. Com o tempo, ele se enquadrou, acabou com a folia e ficou muito bem com todo mundo. Mas a tendência do pai e da mãe é sempre achar que o filho é o santinho da classe. Eu apresentei um projeto que virou até um debate, que visa o quê? A segurança do professor, a integridade do professor. O projeto está em debate.

Eu, sem problema nenhum, estou fazendo audiência pública, estou participando. Ninguém precisa achar que eu penso que meu projeto é perfeito. Aliás, nem é meu; quem me mandou o projeto foram os professores do Rio Grande do Sul. Fizeram lá um trabalho de pesquisa de campo, foram dialogar com os alunos, com os professores e construíram esse projeto que, assinado por alunos e professores, foi encaminhado a mim. O projeto está em debate. Nisso vamos avançar aqui, com certeza.

Quero dizer que é com alegria que esta audiência pública está incluída no trabalho dos senhores e das senhoras. Está incluída no II Fórum Brasileiro de Combate ao Bullying e outras Violências.

A abertura do Fórum foi no dia 26/11, sábado.

Às 9 horas, recebemos um participante.

Aqui está toda a programação desse importante evento.

Diagnóstico e Pesquisa – 27/11; Capacitação – 28/11; Fórum de Debate. Enfim, um belo fórum. Essa

audiência pública está inserida nesse contexto de debate do Fórum.

Quero cumprimentar os organizadores do II Fórum Brasileiro de Combate ao Bullying e outras Violências e dizer que esta Comissão de Direitos Humanos se sente orgulhosa por vocês terem inserido no contexto do Fórum o debate aqui, para que o Brasil todo saiba o que está acontecendo, o que vocês estão pensando e os caminhos que nós podemos apontar, de forma coletiva, na política de combate ao *bullying*.

Vamos, neste momento, iniciar a fala dos nossos convidados.

Vou seguir a ordem que foi encaminhada pela Secretaria-Geral da Mesa. Começaremos, então, a não ser que haja uma mudança de intenção.

Já está presente a Professora Amábele Pacios, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares. Gostaríamos de convidá-la para a Mesa.

Seja bem-vinda!

Não sei se chegou o Major Carvalho, da Polícia Militar ou seu representante. Quem o substitui é o Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do DF. Chegou? (Pausa.)

Como não chegou, estão vamos ao nosso trabalho.

Para mim independe quem quer falar primeiro.

Vamos começar com Augusto Pedra, que é psicólogo, especialista em *bullying* escolar.

Vamos dar a cada um dez minutos e mais cinco, com a tolerância adequada, se for necessária, para fazermos um bom debate. Então, não será por causa de cinco ou dez minutos a mais que vamos que vamos trazer prejuízo ao nosso debate. Depois, eu sempre abro para que uma, duas, três pessoas do plenário, se quiserem, colocar seu ponto de vista ou fazer alguma pergunta.

Dr. Augusto, com a palavra.

O SR. AUGUSTO PEDRA – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, demais autoridades presentes e convidados.

Eu gostaria de dizer que eu também represento aqui o Conselho Regional de Psicologia nº 01, que é do Distrito Federal.

Também gostaria de dizer da nossa alegria de estarmos participando desta audiência pública e do II Fórum Brasileiro de Combate ao Bullying escolar, no qual estamos com três enfoques: o de encontrar soluções para o tema de *bullying* e outras violências escolares, além de estarmos também dando uma capacitação para formação da primeira turma de orientadores de convivência – uma nova profissão que estamos criando e vamos pleitear, posteriormente, sua legalização, dada a necessidade de termos, nas escolas

e nas instituições, pessoas habilitadas para orientar a convivência e a promoção da paz.

Além disso, estamos também, neste Fórum Brasileiro de Combate ao Bullying, formando coordenadores de projetos para que possam atuar juntamente conosco em outras partes do País, desenvolvendo esses projetos para o enfrentamento do *bullying*.

Gostaria de definir *bullying*: *bullying* é um conjunto de comportamentos agressivos, intencionais, repetitivos, adotados por um ou mais alunos, contra outro, geralmente em desvantagem de poder, de força física, sem motivo evidente; e causa muita dor, angústia, sofrimento, raiva reprimida, desejo de vingança, sintomas psicossomáticos diversificados e transtornos psicológicos graves, dos quais o mais grave, talvez, que possa ser apresentado é aquele no qual a vítima, cansada de sofrer, levada ao limiar da sanidade pelo prolongado período de sofrimento, desiste de viver, vai à escola, comete crimes e depois se mata.

E nós tivemos vários casos no mundo. Já tivemos no Brasil, na cidade de Taiúva, interior paulista, em 2003. Agora, recentemente, estamos abalados com o caso de Realengo, em abril deste ano.

Agora, é um assunto que não se resolve sozinho e, nessa busca de soluções, entendemos que passa pela educação, saúde, segurança pública, justiça, direitos humanos e ação social, principalmente.

E queremos dizer que há soluções, sim. Temos tido várias experiências onde conseguimos reduzir o fenômeno *bullying* em várias escolas. Então, é possível, tem solução e é nisso que nós estamos focados.

Agora, o que queremos dizer é que, partindo da realidade onde vários segmentos da sociedade, como os Ministérios da Educação e da Justiça e outros segmentos, têm feito projetos maravilhosos, assim como o Ministério Público; mas cada um atua sozinho. E nós, do terceiro setor, do Cemeobs (Centro Multidisciplinar de estudos e Orientação sobre o *Bullying* Escolar) temos aprendido a unir esforços no sentido de mudar essa realidade. Trabalhamos com uma engenharia de mudanças, onde objetivamos que essas instituições possam unir esforços. Por exemplo, quando um menor de idade, um estudante for abordado pela polícia, é preciso saber: ele estuda em que escola? Ele é cliente da saúde? Ele tem frequentado o sistema de saúde? Têm apresentado sintomas, necessidades especiais? Quem é esse indivíduo, esse estudante, esse menor de idade?

Assim como também precisamos esclarecer toda a comunidade – não apenas escolar, mas a comunidade de maneira geral – sobre o conhecimento não só dos direitos como dos deveres das crianças. Então, temos a formação dos protagonistas: 90% são formados em

casa, são formados na família, onde a própria família desconhece o direito das crianças, o direito dos filhos e os deveres que tem para com esses filhos. Daí, nesse trabalho, criamos a escola da família e trabalhamos com palestras, sete palestras e cursos que passam, desde o pátrio poder – porque muitos pais se sentem donos dos filhos, e não verdade não são – ao desenvolvimento da personalidade, da inteligência e da prevenção dos comportamentos agressivos. E temos visto resultados muito bons.

Dessa forma, vemos a necessidade de se trabalhar com os pais, não apenas com escola.

E temos tido outro fator de preocupação: a mídia acaba culpando e responsabilizando o professor, que, na verdade, acaba sendo uma vítima e sofrendo o efeito sanduíche; ele acaba sofrendo agressão de alunos, cobrança dos pais, da escola e nem sempre ele está capacitado para trabalhar, para lidar com a questão da violência.

Então, estamos diante de uma realidade que, eu gostaria de focar, é epidêmica, Sr. Presidente. O *bullying* é uma epidemia e é uma epidemia psicossocial. É expansiva, porque tem um rápido poder de propagação, mais veloz do que efeitos isolados possam na tentativa de contê-lo. Ele se propaga com uma velocidade muito grande.

Eu gostaria de dizer, como psicólogo, que uma criança, uma pessoa, enfim, que presencie uma cena de violência está apta a reproduzir essa violência, caso ele seja levado a circunstâncias extremas.

Na verdade, estamos empenhados não apenas na educação para a paz, mas para a formação de alunos cidadãos. Nós precisamos despertar essa consciência. Para isso, nada mais do que conscientizarmos sobre a solidariedade, a cooperação, o respeito às diferenças.

E gostaria de focar um trabalho que realizamos em oficinas temáticas com alunos de primeiro ano, em que trabalhamos com um universo de 640 alunos. Nesse trabalho, quando implantamos uma pesquisa, só houve unanimidade em dois momentos, Sr. Presidente: quando perguntados sobre o motivo da violência na escola, as doze turmas foram unânimes em dizer que a violência ocorria pela falta do respeito. E, quando perguntados sobre qual seria a solução para a violência, esses mesmos alunos foram unânimes em dizer que seria a prática do respeito. É interessante que muitos deles admitiram: “Olhe, eu não pratico o respeito com meus colegas, mas admito que, se houver respeito, sanaremos a questão da violência.” Então, nós precisamos hoje coordenar esses esforços, porque há solução.

Agora, precisamos entender também que o *bullying* ocorre entre pares. Então, quando há violên-

cia de professor para aluno, ou de aluno para professor, não é *bullying*. Portanto, se um professor causa alguma agressão, alguma violência, é violação de direitos, é uma infração, é talvez, dependendo até, um crime, que precisa ser punido, mas não é *bullying*.

Para que seja *bullying*, existem quatro critérios que precisam ser todos preenchidos – do contrário, é violência, é desrespeito, é um ato infracional, mas não é *bullying*. O primeiro é que as ações sejam repetitivas. Se foi um episódio esporádico, não é *bullying*. O segundo critério é que haja desigualdade de poder ou força física entre agressor ou grupo de agressores e a vítima, de modo que a vítima não consiga se defender. Se a vítima se defende, não é *bullying*. O terceiro critério é muito interessante: é que não haja motivo evidente, que não seja por uma causa reativa. Então, se a pessoa dizer “eu estou agredindo aquela pessoa porque ele me agrediu, estou revidando”, não é *bullying*. No fenômeno *bullying*, a vítima não consegue revidar. E o quarto e último é que causa constrangimento. Nós costumamos dizer que é brincadeira quando todos estão se divertindo. Agora, quando um ou um grupo de alunos se divertem às custas de um que sofre, aí já se tornou violência. E, tendo preenchido os outros três critérios, podemos considerar como sendo *bullying*.

Por que é importante sabermos diagnosticar essa violência? Porque se trata de uma síndrome, Sr. Presidente. É uma síndrome de maus tratos repetitivos. É uma síndrome psicossocial. Por exemplo, para entendermos isso, eu gosto de citar a dengue. A dengue é uma epidemia, e não adianta eu, na minha casa, tomar as providências se o meu vizinho não o fizer, se o meu bairro não o fizer, se a minha cidade não o fizer.

Da mesma forma, o *bullying* é uma epidemia, tem um efeito veloz de propagação. E traz consequências terríveis: afeta o processo de socialização, o processo de ensino-aprendizagem, afeta o desenvolvimento cognitivo, o processo de desenvolvimento emocional das crianças e traz sequelas para o resto da vida. E os nossos estudos têm mostrado que esses alunos – por exemplo, o agressor – tendem a ter um envolvimento em delinquência e abuso de drogas; eles tendem a levar esse comportamento abusivo para o ambiente de trabalho, onde nós caracterizamos o *mobbing*, o assédio moral; eles tendem a levar para a constituição da próxima família. E daí nós entendemos porque os protagonistas são formados em casa, porque veem, no exemplo do pai e da mãe, agressões verbais, agressões morais, agressões físicas, materiais, sexuais, virtuais e psicológicas. O virtual é o *ciberbullying*, e crescem assustadoramente os casos de ataques nessa área.

Então, queremos dizer que há solução, sim, e estamos trabalhando essa temática no II Fórum Brasileiro de Combate ao *Bullying* e outras Violências.

Agradecemos muito esta oportunidade de participação nesta audiência, parabenizamos a Comissão, parabenizamos o Sr. Senador Paulo Paim pela iniciativa, por estar levantando essa bandeira.

Há oito anos estamos trabalhando nesta causa, para que o *bullying* se tornasse conhecido. Hoje já se fala bastante nesse tema, no entanto, agora, nós enfocamos as soluções. Há soluções, sim, e nós convidamos toda a sociedade brasileira a participar conosco. Se alguém está nos assistindo e gostaria de participar do II Fórum Brasileiro de Combate ao *Bullying* e outras violências, ainda há tempo.

Nós precisamos somar nossos esforços de todos os segmentos da sociedade, para nós enfrentarmos e – creio eu – erradicarmos esse mal de uma vez por todas em nosso País, formando alunos cidadãos, alunos conscientes, alunos capazes de mudar a nossa história.

Por que eu digo isso? Porque, quando nós trabalhamos com alunos agressores, muitos deles não imaginam a gravidade do que estão fazendo. Quando percebem o mal que estão fazendo, mudam de atitude e tornam-se alunos que ajudam os colegas, alunos cidadãos.

Então, eu agradeço esta oportunidade e parabeno-o mais uma vez. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o psicólogo especialista em *bullying* escolar Augusto Pedra, que fez aqui uma exposição, para mim, muito interessante, deixando claro, com essa didática, os quatro pontos, dizendo o que efetivamente é o *bullying*. Eu peço que a Secretaria-Geral tenha esses pontos muito bem colocados, porque, no fim, o pessoal nos pergunta: “Entre as questões mais importantes que surgiram...” Aí, vamos colocar, naturalmente, ouvindo todos sobre esses temas.

De imediato, passamos a palavra... Eu convidaria a sentar-se aqui na primeira fila, junto com o sempre Senador Eurípedes, a Sr^a Rivane Melo, que é Presidente do Cemeobs. Se puder se sentar aqui na primeira fila. Se o Major Lobato puder também se sentar na primeira fila. O Major Lobato substitui o Sr. Sandro Torres. E também a Simone. A Simone está aí? Se puder se sentar também na primeira fila. A Simone Leite Lima representa aqui o Secretário de Educação de Pelotas, lá do meu Rio Grande do Sul, que é o autor dessa lei que me passaram, não é?

Depois vocês todos também farão uso da palavra, para expressar o seu ponto de vista.

Tenho aqui: “Lei nº 5.760, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate ao *bullying* por instituições de ensino e de educação infantil públicas municipais ou privadas, com ou sem fins lucrativos.”

É isso, não é? A lei é do Vereador...

A SR^a SIMONE LEITE LIMA – Ademar Ornel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, está aqui escrito à caneta, não é? Autor: Vereador Ademar Orneles.

A SR^a SIMONE LEITE LIMA – Ornel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Orneles. Ornelas?

A SR^a SIMONE LEITE LIMA – Ornel.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ornel. Aqui está Ornelas. Não é Ornelas; é Ornel.

Esse é um problema, porque depois eles ficam chateados comigo: “Bah, Senador, o senhor fica em público falando que estava errado!” Mas eu tenho que explicar, porque vou ler o que está escrito aqui, não é? Ademar Ornel.

A SR^a SIMONE LEITE LIMA – É. Ademar Ornel. Atualmente, ele é Secretário de Educação de Pelotas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Aqui está o Vereador Milton Martins, que é o Presidente.

Vamos lá, então.

Agora, passamos a palavra à Professora Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, Amábile Pacios.

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Bom dia a todos e a todas. O meu especial bom-dia ao Sr. Senador Paulo Paim. Obrigada pela oportunidade.

Eu gostaria de apresentar três estudantes que hoje deixaram as suas salas de aula para debater conosco. São os três meninos que estão ali e que vieram participar conosco. Obrigada pela presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se quiserem citar os nomes...

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Eu acho que depois eles vão falar, oportunamente, no debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Eu estou aqui na qualidade de Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares. Todos os senhores sabem que isso é uma preocupação muito grande, tanto do setor público quanto das escolas particulares, mas, especificamente, foi-me solicitado que conversasse com vocês sobre uma experiência que nós temos, aqui no Distrito Federal, de combate ao *bullying*, uma parceria que fizemos há oito anos e que dura oito anos. Peço

autorização para lhes dizer onde é que essa parceria de repente foi truncada e por que a gente não conseguiu avançar com todos os agentes.

Oito anos atrás, nós lançamos a parceria com o psicólogo Augusto Pedra e a psicóloga Cleo Fante. Naquela oportunidade, nós fizemos muitas ações. Em todas as ações, nós abrimos algumas frentes. Nós começamos capacitando os professores, diretores e coordenadores, exatamente, como bem colocou o Augusto Pedra, no conceito de *bullying*.

Eu tenho andando por este País, e o conceito – realmente, você tem razão – é muito confuso, muito misturado. As pessoas estão considerando *bullying* até a violência sexual dos pais com relação às meninas, chamando de *bullying*. Então, eu acho oportuna demais a sua colocação. Que a gente consiga colocar pelo menos a definição e o conceito como a base da nossa discussão.

Nós começamos capacitando os professores, os diretores e os coordenadores. E esses diretores e coordenadores hoje são gerentes de conflitos dentro das escolas particulares de Brasília. Depois deles, nós atingimos as crianças. Chegamos a discutir com as crianças. Para isso, nós fizemos fóruns.

Essa foi uma experiência, Senador, muito rica, porque nós trouxemos o Batalhão Escolar. Não sei se vocês são daqui, mas, aqui em Brasília, nós temos uma polícia voltada a atender escolas, que tem o meu maior respeito e a minha maior admiração. Eu digo a vocês: para quem faz escola no Distrito Federal, o Batalhão Escolar é um braço muito importante em todas as nossas questões.

Além disso, nós tínhamos uma parceria com o Conselho Tutelar, que aqui em Brasília também é exemplar – em algumas cidades satélites, talvez, nem tanto; mas, em outras, eles são muito eficazes –, e com as escolas. Levamos esses fóruns para dentro das escolas, para conversar com quem? Com os agentes que praticam e sofrem o *bullying*, que são exatamente os jovens. Conversamos com eles, explicamos, acima de tudo a formação do respeito, como o Pedra falou. Essa é, na escola, a principal atenção nossa.

Depois, nós fomos à família. Criamos a Escola da Família, que o Pedra já citou. A Escola da Família, hoje, é fato consumado em Brasília. É uma escola itinerante que promove quatro debates e estudos por ano. Esses quatro estudos a gente faz aqui no Plano Piloto, no Gama, em Sobradinho e em Taguatinga. Então, nessas quatro cidades, a gente articula com as escolas particulares. Uma escola cede o espaço e, então, nós promovemos o debate com os pais.

Hoje, a escola já cresceu. A gente não conversa apenas sobre o *bullying*. Hoje a gente conversa sobre

afetividade, sobre as questões de educação com a criança.

Agora, no momento esse projeto todo que avança, porque treinar professores, treinar diretores, é um processo contínuo. Então, esse processo sempre continua dentro do Sinepe, que é o Sindicato das Escolas Particulares aqui de Brasília. Todo ano nós temos o treinamento de pessoas novas ou em estudos avançados.

A Escola da Família também está em nossas mãos. A gente também avança, também promove. Nós também vamos às cidades satélites, embora – eu preciso dizer a vocês – não haja participação efetiva dos pais. Infelizmente, não há participação efetiva dos pais. O Pedra mesmo já esteve no Gama, para conversar. Eu me lembro dessa pelo menos. Nós levamos uma pessoa do naipe do Pedra ao Gama e tínhamos três mães no auditório. Isso é oneroso. A gente leva, mas os pais não participam – e nós falando de pais de escola particular, para você ter uma ideia da extensão do problema. Esses pais são chamados pela sua escola, pela escola que o seu filho frequenta, que ele escolheu, a discutir a educação dos seus filhos, a discutir uma fenômeno como esse, o *bullying*, e eles não comparecem. E a gente precisa dizer a verdade.

A Escola da Família caminha, sim, aos poucos. Sobradinho continua sendo Sobradinho o lugar onde há mais presença dos pais; em Sobradinho os pais frequentam mais a nossa escola. E a Escola da Família continua avançando. A questão com o Conselho Tutelar, que era uma parceria com o Batalhão Escolar, por questões políticas ela se desmobilizou. Essa é uma questão que nos preocupa, porque você avança, avança, avança e, quando começa a colher os frutos, esbarra numa política pública e ela não consegue avançar.

O que nós precisávamos fazer, pelo menos no Distrito Federal, mas também nos outros Estados, com relação à violência dentro da escola particular é conhecer os números. Nós não conhecemos esses números, Senador, porque esses números, vamos dizer, são camuflados, porque assustam a escola, sobretudo a escola particular. Então, por vezes, é preferível você dizer – estou falando como diretora de escola que sou – “Não, na minha escola não há *bullying*”, do que você assumir publicamente que há no seu interior esse fenômeno e que você, acima de tudo, precisa de ajuda para combatê-lo. Nós estávamos acostumados à violência fora dos muros e agora a violência está dentro dos muros da escola. E, acima de tudo isso, ainda está nos computadores, coisa sobre o que a direção da escola não tem o menor controle.

Então, nós precisaríamos conhecer os números efetivos dessa violência, e não conseguimos avançar. Não conseguimos avançar, primeiro, pela resistência,

como falei a vocês, da própria escola, em ceder dados internos ao público. Até no seu próprio sindicato tem essa dificuldade, quanto mais para o Poder Público. Depois, porque nós tínhamos feito uma parceria com a Polícia Militar de fazermos o registro, inclusive com critério. Há um projeto que está absolutamente pronto e que precisava ser concluído na questão da programação do computador, de forma que a escola pudesse, sem ser identificada, fazer o registro da ocorrência da violência dentro do site da Polícia Militar. Nós chegamos a esse nível aqui em Brasília, porém, o projeto também não caminhou por questões também de desarticulação política – vocês todos sabem – e nós não pudemos avançar.

Esse seria, no meu ponto de vista, em Brasília, o maior resgate que poderíamos fazer; seria, de fato, conhecermos esses números via denúncia ou registro que a escola fizesse, de forma a não ser identificada, para que pudéssemos atuar de maneira muito mais eficaz e eficiente. Porque, quando há o fenômeno e você o conhece, consegue-se, de fato, estar mais perto dele.

Em relação ao que acontece dentro das escolas, eu disse a vocês que até recentemente o nosso maior receio era em relação a educar as crianças para que elas pudessem se livrar, se defender da violência fora dos muros da escola. Então, a gente tinha sempre uma regrinha, uma cartilha que fazíamos, aqui em Brasília, em parceria com o Batalhão Escolar, com o Detran, explicando para eles que não levassem objetos de valor, não andassem sozinhos, sem uniforme etc. Agora, a violência está dentro dos muros. Então, você encontra a comunidade despreparada, porque não podemos dizer que o modelo de Brasília representa o modelo nacional. Brasília é uma exceção, e é uma exceção exatamente por todas essas parcerias que fizemos. Temos com o Cemiobes há oito anos. O Cemiobes nasceu dentro do nosso sindicato há muito tempo. Então, a gente não pode considerar Brasília como exemplo, mas nós temos despreparo de professores, de diretores.

Este ano, acima de tudo, o que nós pretendíamos e o que fizemos de uma forma não tão eficaz foi capacitar os porteiros da escola. Então, nós montamos um curso, que envolvia inclusive ação de psicólogos, para que o porteiro da escola pudesse identificar uma pessoa que estivesse drogada, embriagada ou armada querendo entrar no nosso interior. Então, a gente faz um esforço muito grande no sentido de capacitar as pessoas, para que elas possam nos ajudar a resguardar a integridade das crianças.

Existe um receio muito grande, sobretudo das escolas particulares – eu disse a vocês que estou falando em nome delas – com o trato com as famílias,

porque também é uma situação muito delicada para a escola. É difícil dizer para uma família que a criança está sofrendo *bullying*, ou que está sendo um agente *bullying*, ou que – como muito bem disse o Pedra, e aprendi com ele –, diante do *bullying*, ou você assiste, ou você é agredido ou agride. Isso quer dizer que não há inocente quando você está em uma turma e alguém está sofrendo *bullying*. Com certeza, quem está assistindo também está participando do fato. A verdade é que, com as famílias, há uma resistência muito grande, muito grande mesmo.

Existem dois paradoxos, Senador: ou os pais acham que tudo é *bullying*, até mesmo uma brincadeira entre pares... E há ações judiciais, por parte dos pais, de crianças de dois anos de idade, porque mordeam o coleguinha, e os pais estão respondendo. Eu não estou criando, não. Isso acontece nos bastidores das escolas particulares. Há pais de crianças de dois anos denunciando outras crianças de dois anos porque ela foi mordida duas vezes, e isso é *bullying*. Por mais que você tente explicar a essas famílias a questão da fase da criança, a questão da intervenção da escola e a questão de que com dois aninhos você não pode fazer uma coisa repetidamente, dentro dos conceitos que ele falou, os pais recorrem à Justiça, recorrem à delegacia para fazer essa denúncia. Então, nós temos também esse nó com as famílias. De um lado elas não comparecem quando recebem a possibilidade de um treinamento capaz; por outro lado elas recusam e fazem de conta que não acontece com elas, ou, então, vão para o outro extremo, prejudicando o andamento da escola.

Agora, o que eu gostaria de ver, de fato, retomadas aqui em Brasília são as nossas parcerias com o Conselho Tutelar e com o Batalhão Escolar. Infelizmente, o nosso projeto acabou sendo prejudicado porque, para avançar, ele precisava do setor público, e não conseguimos avançar nessa questão.

Aqui está o representante do Sandro, que está chegando agora no Batalhão da Polícia Militar aqui em Brasília, uma pessoa extremamente presente. Faço o nosso pedido para que a gente possa sentar para conversar e redesenhar essa questão.

No mais, quero dizer que a escola particular tem isso no seu interior; não vou negar, em hipótese nenhuma, em qualquer lugar que eu ande eu não nego que esta questão existe dentro da escola particular e que, em muitos momentos, nós não temos instrumentos e ferramentas para combatê-la. Embora a gente faça um grande esforço, por vezes a gente, de fato, precisa de ajuda. Agora, a ajuda tem que ser muito centrada e certa, porque uma ajuda que de vez em quando nos atrapalha a gente agradece. Digo isso porque algumas

vezes vêm umas questões de combate à violência, algumas leis que são feitos na âmbito distrital ou aqui que a gente pensa em que momento vai nos ajudar. Ao contrário, complica muito mais as relações dentro da escola.

Então, se tiver que existir lei para nortear as relações que temos na escola, que são sempre pacíficas e felizes – porque toda criança gosta de estar na escola –, que elas venham para nos ajudar a promover esse relacionamento sadio e não para nos prejudicar.

Muito obrigada e desculpe-me por ter avançado no tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Professora Amábile Pacios, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares.

Professora Amábile, deixe eu só interagir um pouquinho. Por isso que eu defendo muito as audiências públicas. Muitas vezes com a maior boa intenção do legislador, ele recebe uma contribuição e a encaminha. Ele quer o melhor, ele quer combater o *bullying*, mas às vezes ele não conhece o *bullying*, até porque não é especialidade dele. Por isso eu defendo muito essa ideia das audiências públicas que eu realizo todas as segundas-feiras pela manhã, a pedido da sociedade organizada no País, até para que questões como esta que a senhora colocou muito bem não venham a acontecer.

Bom, vamos fazer uma lei? Vamos fazer! Mas vamos fazer uma lei que venha ajudar e não trazer prejuízo para o combate ao *bullying*, como a senhora colocou muito bem. Pode ter certeza de que eu tenho esse cuidado e tenho falado muito que seria fundamental que, antes da apresentação final de qualquer projeto nessa área, se façam tantas audiências públicas quantas forem necessárias, para que, quando a lei saia, saia efetivamente para avançar e não para ser um retrocesso.

Agradeço pela sua franqueza na forma de colocar.

Vamos passar a palavra ao Promotor de Justiça do Mato Grosso do Sul, Sr. Sérgio Harfouche – é essa a pronúncia? Pode me corrigir que eu não tenho problema nenhum, a moçada é que não gosta quando eu digo que veio errado.

É Harfouche mesmo. Então, estamos no caminho certo.

V. Ex^a tem o tempo necessário. Inicia com dez minutos mais cinco.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Quero agradecer inicialmente o convite do nosso Senador Paulo Paim e a oportunidade de estar aqui compartilhando uma experiência de quinze anos, pelo menos, no nosso Estado, como membro do Ministério Público.

Quero também cumprimentar todos os operadores da saúde mental, na pessoa do Sr. Augusto Pedra; todos os educadores, na pessoa da Professora Amábile Pacios; e os assistentes sociais e técnicos, na pessoa da Rosângela Gonzaga.

Como membro do Ministério Público, tenho 20 anos como Promotor de Justiça; atuo no meu Estado. Atuei numa comarca com 20 mil habitantes inicialmente, onde nós já percebemos de mão – inclusive, quando o ECA se iniciava, em 1990 – e, sem muito saber como caminhar dentro de uma nova legislação, como é comum, buscamos auxílio junto aos educadores.

Ali naquela comarca de Glória de Dourados, traçamos as primeiras linhas do projeto que hoje ocupa bastante da nossa ação em Campo Grande. Num segundo momento fui Promotor de Justiça também em Ponta Porã, depois de passar por várias outras comarcas, inclusive Costa Rica, que faz divisão com o Estado de Mato Grosso, lá no nordeste do Estado de Mato Grosso do Sul. E Ponta Porã, como é conhecida, é uma cidade de fronteira com 70 mil habitantes. Lá havia uma exigência especial no que diz respeito à ação da violência e eu, como titular da Promotoria da Infância e Juventude, também busquei num educador informações acerca do perfil do adolescente daquela região. De plano, percebi a necessidade de uma intervenção por conta do alto índice de violência e evasão escolar; com isso já iniciando com um inquérito civil público. Relatamos esse inquérito três anos depois, com uma redução de 83% da evasão naquela região.

Os professores diziam assim, Senador: “Bom pelo menos aqui a gente desenvolve uma habilidade especial. Só de o aluno chegar e colocar a sacola em cima da mesa, com o baque da sacola a gente já sabe se é soco inglês, faca, faquinha, pistola.” Era muito comum as pessoas irem armadas para dentro da sala de aula e com o apoio dos pais, o que é pior.

Fui Promotor do Júri em Campo Grande e ali no júri eu percebi que um grande volume de júris envolviam adolescentes mortos, mães chorando pelos filhos mortos, mães chorando pelos filhos presos, tanto por aquele que mata como aquele que morre dentro dessa faixa de interesse do Ministério da Justiça, que é de 14 a 24 anos. O mapa da violência de 2011 nos apresenta a marca vergonhosa de sermos o sexto país do mundo em extermínio de adolescentes, homicídios de jovens de 14 a 24 anos. O meu Estado era o décimo; o campeão é Alagoas.

Além disso, nós ainda temos um sem-número de dependentes químicos cada vez mais agravados. O último levantamento do consumo de drogas ilícitas foi em 2004. Portanto, quem tinha 12 anos em 2004,

hoje tem 19, e nós não sabemos qual é o número desses adolescentes.

Eu sou presidente do Conselho Estadual Anti-drogas no meu Estado e sou membro do Copeduc, a Comissão Permanente de Promotores de Justiça e da Educação junto ao GNDH, que é o Grupo Nacional de Direitos Humanos, com total apoio da nossa Procuradoria Geral de Justiça. O Dr. Paulo Alberto Oliveira e toda a equipe administrativa têm vindo conosco, a ponto de sustentar esse projeto que agora vamos apresentar como o de gestão estratégica, aquilo que se pretende para o Ministério Público nos próximos anos.

Eu vou passar alguns *slides* que nos economizam palavras. Nós estamos trazendo dentro desse campo o enfretamento da questão da evasão e da violência escolar sob a perspectiva da cidadania e demos o nome a esse projeto de Procev????, Ministério Público em favor da permanência e sucesso do aluno na escola. Porque não basta colocar o estudante, criança ou adolescente, na escola.

Nos próximos *slides*, nós percebemos que é comum ao ser humano testar limites, e a criança, como qualquer pessoa normal, testa esses limites. Dentro do lar, ela rompe essa autoridade através das desobediências contínuas e cai lá na escola, que é o segundo espaço social, onde ela prossegue nessas atitudes, sem controle, sem orientação, sem formação. Quem não sabe que, nos últimos 50 anos, a família vem transferindo para a escola o papel de educar? Isso tem um agravante porque, lá na escola, o professor tem uma limitação ainda maior, porque a lei não dá ao professor, ao diretor ou ao gestor aquilo que a lei dá aos pais como exercício do poder familiar. Como diz o art. 1634 do Código Civil, os pais têm uma oportunidade muito maior e têm dever constitucional, conforme art. 229, em primeira mão, de educar; e não o professor. Lá na escola, ele vai receber conhecimento, informação; não, a formação básica de respeito social. Isso viria de casa, mas, como não tem vindo de casa, lá na escola é muito mais difícil.

Na escola nós temos observado que esses relacionamentos se traduzem através de atos de indisciplina, que se confundem com atos infracionais. Atos infracionais são crimes praticados por pessoa menor de 18 anos, de 12 a 18 anos. E o problema que nós percebemos é que a escola já não suporta mais essa ação e está transferindo agora para o terceiro eixo, que é poder público, para as autoridades públicas. Aliás, isso já está ocorrendo porque aquilo que não é cuidado dentro de casa nem na escola vai para a delegacia. Aquele ato de indisciplina que podia ser, primeiro, lidado dentro de casa – e já na escola não há possibilidade –, cai na delegacia como um ato infracional. E, como

ato infracional, nós estamos acelerando a aproximação desse adolescente do interesse na criminalidade, porque ele, tendo essa passagem pela delegacia, ele começa a perceber que aquele ambiente que ele entende como de inimizabilidade, se estende até na frente do juiz; ele vai ouvir de um juiz que aquilo que ele fez merece uma advertência e ele vai para casa empoderado numa ação nociva a si próprio e a toda coletividade a sua volta.

O propósito que estamos trazendo, em rápidas palavras, é inverter esse polo. Sabemos de parlamentares que já estão propondo a transferência desse eixo de ação e de limite da escola para o juiz. Temos visto projetos que preveem isto: da escola já vai para o juiz. Isso é impensável. Eu percebo que há um interesse em trazer um respaldo ao professor, ao educador, ao gestor, mas isso vai banalizar ainda mais o ato infracional e vai prejudicar ainda mais a infância e juventude. E isso não está condizente com a Constituição Federal e muito menos com o Estatuto que, em seu art. 1º, diz que toda ação tem que ser no sentido de proteção integral. No entanto, na intenção da proteção integral, é uma ação nociva, contrária. E me incluo nisso como promotor, a partir do momento em que fico lá no meu ar condicionado, recebendo aquela pilha de procedimento da delegacia e apenas vou colocando no meu computador nomes de adolescentes, representando ou aplicando a remissão ou o que quer que seja, eles saem ali do outro lado como infratores. Os bancos de dados estão acessíveis a todos, embora não seja isso legítimo, mas qualquer pessoa vai ver o nome do adolescente, que está lá registrado como infrator, quando ele poderia ter sido contido dentro da escola ou, quiçá, em sua casa. Então, o que pretendemos é inverter essa ação para fortalecer a escola e, quando falo autoridade não falo de autoritarismo.

Por favor, preciso economizar as palavras por conta do tempo. Então, não vamos àquele descuido de avaliar que estamos sustentando o abuso em qualquer sentido, nem o abuso da autoridade. Porém, o que percebemos é que, na intenção, Srs. Senadores, de dar uma resposta àquilo que havia no Código de Menores anteriormente, que era o abuso de autoridade, o autoritarismo, trouxe-se uma resposta com abuso de liberdade, chamado libertinagem, e, pelo paralelo dos dois quadros, de antes e de agora, 21 anos de ECA e agora, qualquer um vai poder avaliar. Isso é numérico: nós estamos matando muito mais adolescentes, estuprando muito mais meninas e viciando muito mais deles em drogas. Isso é uma verdadeira desgraça e vai totalmente em sentido contrário ao propósito da legislação.

Vou, então, passar só mais dois *slides*. Esse é o plano de ação da Promotoria. Ouvimos muito, formamos um manual de orientação a pais, alunos e educadores, e o propósito é evitar a judicialização, porque isso traz um dano maior ao adolescente.

Próximo.

Então, temos um gabinete multidisciplinar, com a presença de um educador. Tenho um professor dentro do meu gabinete, que transmite, em tempo real ao diretor, a orientação da Promotoria. Oficiosamente, um diretor liga para o meu gabinete ou manda um *e-mail*, e esse professor já está orientado a como passar essa orientação. Além do mais, temos uma técnica, que é a Rosângela, que faz aquele atendimento quando extrapola e é preciso ir para casa, aquele atendimento junto aos pais, com averiguação da família. E temos, dentro da escola, trazido reforço de práticas como o pai e a mãe. Não é muito original, mas o pai é a prática de ação educativa e a mãe é manutenção ambiental escolar. É a formulação, Srs. Senadores, de uma cultura de preservação do patrimônio público, de preservação dos relacionamentos, evitando a judicialização através de uma intervenção dos gestores, do professor e dos pais na solução de conflitos em tempo real, dentro da escola. Aconteceu um incidente, chamam-se os pais e se resolve imediatamente. O volume e a dinâmica de incidentes escolares é absurdamente mais veloz do que a resposta que a Justiça possa dar. E aí, então, se perdeu-se a oportunidade daquela resposta, o dano é evidente; e aquele adolescente nunca vai entender por que ele está respondendo por algo depois que já passou. Então, evito a judicialização e há solução de seus conflitos na escola.

O art. 3º fala sobre isso, inclusive da aplicação de princípios de ordem física, mental, moral, espiritual e social de proteção, e o dever é da família, conforme o art. 4º.

Próximo.

Quero ir aos *slides* que mostram esses atos infracionais sendo praticados.

Aquilo que é, por exemplo, desacato. Há aluno confronta um professor, joga uma prova na cabeça dele. Se fizer isso com um policial, uma multa mais tarde, ele responderá por desacato e por que não com aquele professor com que convive e que também é investido para efeito da proteção do art. 331, que é o crime de desacato? Quem pratica desacato responde por um crime de detenção de seis meses a dois anos, mas lá, na escola, banaliza-se tanto isso que, quando esse adolescente pratica isso fora da escola, ele vai para a delegacia e se vê envolvido como infrator.

Aqui é o índice de violência moral por alunos contra educadores: 56% na escola estadual; 46% na municipal.

Próximo.

E a violência física, de 13,70%, implica mais de dois mil alunos, dois mil professores e 23,9%. Temos 34% de professores afastados de suas funções dentro daquilo que talvez melhor possa falar o Dr. Augusto sobre a Síndrome de Burnout.

Próximo.

Esses são os dados que colhemos, Sr. Senador: 80% de alunos já praticaram desacato e desobediência contra professores; agressão verbal, 30%; entre si, 60% agressão física; ameaça, 30% – ameaça de aluno para professor; e ameaça entre alunos, 70%; vandalismo, conspurcação de bens públicos, destruição de patrimônio, 40%. Aí vem evasão, e lá fora esse adolescente, essa criança torna-se cooptada para o crime, vai ser usada como “aviãozinho”, vai ser usada como assaltante, as meninas vão se prostituir. E isso está agravando cada vez mais o perfil desses adolescentes.

Vou suprimir os *slides* seguintes.

Há uma experiência que tivemos por conta do assassinato de um professor no Rio de Janeiro. Um jornalismo de repercussão nacional fez um levantamento nacional dos quadros de violência. Peço permissão para mostrá-la porque, como é matéria do nosso trabalho, cedi minhas imagens para essa matéria, que resume todo esse trabalho que estamos fazendo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Todos estão compreendendo? Está acelerado, acho que é para cooperar com o tempo dos debates.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode passar com a maior tranquilidade. Temos interesse em ver, e o Brasil também, que, pela TV Senado, está assistindo. Pode ajustar.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Não chegava a 10% a participação dos pais. Hoje, a participação em reuniões chega a 90%, a quase 100%.

Os pais são notificados sobre as penas do art. 246 do Código Penal, que é abandono intelectual. Eles estão achando mais interessante comparecer.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – O art. 6º fala de deveres e direitos.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Ele é indisciplinado até que passe por uma delegacia ou promotoria; lá, ele é infrator.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Um santo.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – São tarefas. Não é trabalho escolar, isso é tarefa de manutenção escolar que, aliás, o fim é o próprio aluno.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Isso foi em troca de um revólver.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Precisamos abandonar o discurso hipócrita de dizer que isso é constrangedor. Constrangedor é ir para a delegacia, ir para a internação.

(Continua a apresentação de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Isso tudo é feito com a concordância dos pais e até do próprio adolescente.

Eu até pensei que isso iria me trazer desgaste com os adolescentes, mas não; ao contrário, 90% deles querem ter aula e aqueles 10% que se empoderam na contramão, que acabam intimidando, ameaçando, esses estão sendo reorientados para respeitar o ambiente escolar. Nisso, nós temos obtido esse sucesso de redução da violência escolar, o que inclui, claro, o benefício no que diz respeito à proteção em relação ao *bullying*.

Eu penso que qualquer outra dúvida nós poderemos responder através do debate.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Promotor de Justiça do Mato Grosso do Sul, Sérgio Harfouche, que nos trouxe, aqui, um belo trabalho e resultados práticos. Isso é bom para todos que estão assistindo à TV Senado e para nós também, legisladores, para entendermos mais o caminho das pedras, para buscarmos soluções práticas. Parabéns ao Promotor.

Passamos a palavra, agora, à representante do Ministério Público, em substituição ao Vereador de Campo Grande, Mato Grosso, Paulo Coimbra.

Dr^a Rosangela Gonzaga com a palavra.

A SR^a ROSANGELA GONZAGA – Bom dia a todos. Meu nome é Rosangela, sou assistente social, trabalho com o Dr. Sérgio Harfouche e dou assessoria para ele nesse projeto.

Falar qualquer coisa depois dessa apresentação, é bem difícil para nós, que somos assistentes sociais. Quando acontece a violência dentro do ambiente escolar, que esgota todo o regimento escolar, vem para esse projeto, onde a gente faz a abordagem com o adolescente, faz a intervenção necessária para que a gente consiga conter a violência dentro do ambiente escolar. Como o Dr. Sérgio falou, eles agradecem o que a gente faz. Então, existe solução, sim, para o *bullying*.

Lá na Promotoria, a gente está atendendo, em média, 100 a 150 adolescentes e crianças por mês. A própria Secretaria de Educação, tanto do Estado como do Município, manda um encaminhamento oficial para nós, com ofício, em que eles falam que depois que se esgotou todo o regimento da escola e não tem mais o que fazer, eles encaminham para o serviço social, porque, na Promotoria, eles acharam como se fosse um respiro daquilo com que estão convivendo dentro da escola e que não tem mais condições: guri não respeita professor, guri rasga caderno.

Tem um menino de cinco anos que nós atendemos na Promotoria que derrubou todos os bancos na sala de aula e era criado pela avó. Uma das maiores causas que vejo no meu atendimento lá é a responsabilidade que a mãe está passando para os avós, para as irmãs, para a tia, para onde está deixando.

Então, esse menino acabava com a sala de aula. Daí, chegou lá: “Não, não faço, não faço.” O que pedi para a escola fazer? Eu pedi para a escola filmar. Filmaram e, aí, apareceu realmente. Daí, a mãe veio, a avó veio, e viram, realmente, o que com o menino estava acontecendo. Uma criança derrubando toda a escola, acabando com uma sala de aula!

Então, são coisas que acontecem dentro do ambiente escolar com que eles não concordam, mãe, avó. Quando vai para a abordagem, quando a gente vai fazer a intervenção, falam: “Não, mas meu filho não faz isso, meu filho não faz aquilo.”

Então, nós, lá, temos a parceria da Secretaria de Educação, tanto do Estado como do Município, que são muito parceiros; abraçaram nosso projeto, mesmo e, por isso, está dando muito certo.

Nós já conseguimos falar com todos os professores, com todos os diretores. Nós fizemos audiência de três dias, lá, com todos os professores, e falamos como é o projeto e como têm de proceder nesse projeto, e com os diretores também. Então, está dando muito certo por causa disso.

Eu estou lá como assistente social e, aqui, eu defendo que toda escola deveria ter um trabalho social. Por quê? O professor está fazendo o trabalho de assistente social e não é papel dele. Então, quando acontece uma situação dessa, não adianta tratar com a criança ou com o adolescente; têm-se de trabalhar a família, porque o grande contexto é com a família, não é com o adolescente, nem com a criança. A criança vem totalmente desestruturada da casa. Se o menino, na escola, apronta qualquer coisa, ali a professora conversa, a coordenadora, a diretora. Ele volta pior para casa, porque na casa ela não tem a estrutura necessária e ninguém está fazendo aquele trabalho com a família para poder conter aquilo. Então, a transferência

de responsabilidade dos pais para a escola não tem de ser questionada. Realmente existe e é por isso que existe tanta violência, tanta falta de responsabilidade dos adolescentes lá.

O guri está dormindo até meio-dia, depois vai para o tereré – lá em Campo Grande, tomam muito tereré –, depois não quer ir para a sala de aula, daí tem a evasão escolar. Não vai para a aula. Daí, você chama o menino para conversar: “Mas por que você não está estudando?” Eu faço questão de perguntar assim: “Qual é o seu sonho? Você está com 14, 15 anos, não é? O que você pretende? Daqui a três anos ou quatro anos, você será maior. Você vai fazer o quê? Porque qualquer profissão exige que você tenha o segundo grau.” “Não sei. Não sei o que eu vou fazer.” Então, nossos adolescentes, nossas crianças não sonham mais, não têm mais sonhos, não querem ser mais nada. Querem ficar na bandidagem.

Daí, o que acontece? Vai para a frente da escola e conhece, lá, um carinha que vende uma droga com que é muito fácil ganhar dinheiro. Daí, é mais fácil você ficar nas ruas com os caras, do que você ir para a sala de aula estudar e escutar uma aula chata.

Então, esse é o grande contexto que a gente está vivendo nesse projeto. E está dando muito certo. Por quê? Quando vem para a minha abordagem, eu falo que o que falta para dar certo é o amor, porque não adianta eu pegar doído com o guri. A gente fala assim: “Ah, vou lá”. “Por que você fez isso e tal?” Não. Eu falo para a mãe assim: “Mãe, quando você deu um colo para o teu filho? Quando você...?” “Ah, mas eu não tenho tempo! Eu levanto de manhã, vou trabalhar e tal e tal. Eu chego, meu filho...” Eu falo assim: “E a senhora não acorda ele, não?” “Não dá tempo.”

Então, o que acontece? O guri fica solto. Ele faz o que ele quer da vida dele. Ele não tem responsabilidade com nada. Então, não tem controle, não tem ninguém cuidando, ele vai para instituições. Também, quando ele vai embora é um alívio. Então, eu vejo, dentro desse nosso trabalho, que o que mais falta é isso.

Aí, eu pergunto para a mãe... Daí, chega a mãe lá... Eu estou contando assim porque é o que eu vivo lá, no dia a dia, e é para vocês entenderem. A mãe chega lá: “Ah, mas eu não dou conta desse guri. Eu não consigo nem trazer aqui! Olha, eu tive de mentir que ia comprar alguma coisa para ele poder vir aqui, senão ele não vinha.” Daí, eu falo assim, eu faço três perguntas: “Quem gerou? Não foi a senhora?” “Foi.” “Quem pegou na mãozinha para andar? Não foi a senhora?” “Foi.” “Como a senhora perdeu esse controle, mãe?” Eu faço essa pergunta para a mãe. A mãe: “Não sei.” Daí, eu falo: “Então, imagine a senhora num deserto e lá na frente tem um buraco. Só a senhora sabe que ele vai

morrer. Ele não sabe, ele está na sua frente ainda. A senhora vai falar para ele cair ou a senhora vai segurar ele?” “Ah, não vou deixar morrer, de jeito nenhum!” “O que a senhora vai fazer?” “Faço qualquer coisa.” Eu falo: “Então, a senhora tem de fazer agora. Tem de fazer agora, porque, depois, não dá mais tempo.”

Então, é essa a realidade que nós estamos vivendo lá em Campo Grande.

Eu consegui, junto com o Dr. Sérgio, que a escola... Depois que o Ministério Público entrou nas escolas com essa parceria, eles tiveram mais esperança. Até o próprio professor agradece, porque ele vê na instituição um órgão de respeito. Então, quando falam: “Ó, você vai lá para a Promotoria”, eles já ficam com medo. Mas o que nós fazemos? A prevenção, porque antes de se tornar um ato infracional, ele vai para a prevenção. Daí, a gente consegue que eles façam... Eu não passo, assim, não mando lavar pátio, nada. Eu peço para fazerem trabalhos.

Ele está usando droga – vai fazer trabalho. O que a droga causa? O Dr. Sérgio não concorda muito com algumas coisas que faço, mas eu falo assim: “Vai fazer trabalho para você saber o que causa a droga.” Vai para a biblioteca. Então, eu tento aplicar nas crianças e nos adolescentes é consciência de que nós, assistentes sociais, damos cidadania.

Tem mãe que não sabe nem qual é o direito que ela tem. Aí, fica só com medo de perder as seguranças, as bolsas alimentares, a segurança alimentar, porque o guri não vai para a aula só por causa do dinheiro e não porque está interessado que o filho dele seja alguma coisa.

E o que estamos fazendo com esse projeto, que está dando muito certo? Buscando parceiros. Lá, temos a Seleta, temos a Mirim, a Polícia Militar, tem o pessoal do Proerd, um programa excelente relacionado às drogas, tem o Bombeiros. Então, o que fazemos? Com as pessoas que chegam para o meu atendimento, faço toda a intervenção, a inserção necessária, falo de direito e de dever e, depois, encaminho para o trabalho. Daí vou para o Sesc, Senac, todos parceiros em fornecer algum tipo de aprendizagem para o menor para, no futuro, inseri-lo no mercado de trabalho. E aí falo: você está estudando, vai trabalhar à tarde, fazer um curso e você vai ter uma renda. E a maioria das pessoas da rede pública de lá não tem condições nem de comer arroz e feijão. Então, eles criam muita expectativa quando apresentamos alguma coisa.

Acredito que uma maneira de acabar com a violência na escola ou diminuí-la é o Estado oferecer para os adolescentes bastantes cursos, mercado de trabalho, porque, assim, os gurus não ficam parados para o traficante oferecer para eles R\$10,00 ou R\$15,00

facilmente. Essa é uma das maneiras que estamos trabalhando.

Dentro do projeto do Dr. Sérgio, depois que foi criado esse gabinete – vamos fazer uma avaliação no final do ano –, reduziu muito a violência, a evasão nas escolas em Campo Grande. Não sei como é em outros lugares. Tem muitos Municípios em que os promotores já estão aderindo a esse trabalho. Eles estão também reduzindo os índices de violência, de evasão. A escola está começando a ter o entendimento de que não adianta esperar pelo professor, porque o professor já está estressado de estar em sala de aula e ainda vai pegar o guri para dar jeito? Que jeito? Não tem como. Ele quer encaminhar para algum lugar.

Quanto ao serviço social, Senador, acredito que o serviço social dentro da escola seria o caminho para diminuir tanta violência. O assistente social está preparado para trabalhar com a família. Ele pode sair dali e fazer uma visita à casa do menininho, ver o que está acontecendo. Muitas vezes, o pai é alcoólatra, então vamos trabalhar, vamos inserir: o senhor será capacitado, vou te dar alguma coisa, para em seis meses entrar no mercado de trabalho. Fica muito mais fácil para resolver o conflito do que tentar resolver na escola. Na escola, não resolve, porque não é na escola que acontece, é dentro da casa. Se você for dentro do ambiente do menino, você consegue pelo menos diminuir a violência. No meu modo de pensar, esta seria uma das alternativas.

Se o Estado tem um monte de mão de obra, um monte de coisas para fazer, por que não pegar esses meninos que estão aprontando e colocar dentro das secretarias para trabalhar? Acho que sobre essas alternativas nós temos de falar. Há o *bullying*, mas o que se está fazendo para diminuir isso? O que você está dando para suas crianças, para seus adolescentes, para que eles não cometam mais aquilo? O Estado está aí. Tem um monte de contratação. Contrata os meninos – não sei como irá fazer – para que eles possam fazer um curso para saber mexer na máquina de xerox, tirar uma cópia. Paga-se uma renda menor para ter essas crianças dentro do mercado de trabalho, para diminuir o *bullying*.

Eu vim aqui – nem sabia que iria falar – para dizer da minha experiência. A minha experiência é esta, como assistente social, eu falo para as mães: você criou, você gerou, você educou, você ensinou a andar. Então, você é responsável, sim, você tem que achar hora, sim, para ver seu filho, para que possa diminuir a violência. Só vai diminuir a violência escolar, quando os pais aprenderem a ter responsabilidade com os filhos. Hoje, temos uma menina na Promotoria, de doze anos, sendo mãe. Podem todas as coisas. Tem pes-

soas querendo liberar camisinha dentro das escolas. Se perguntar para o aluno, ele vai querer, é lógico, vai diminuir os gastos dele para comprar. Mas pergunta para os pais. São coisas que estão fazendo, que são necessárias, mas que tem de haver muita responsabilidade para fazer, porque nossos adolescentes não estão preparados para muitas coisas que estão sendo oferecidas para eles. Nós que vivemos o dia a dia com eles sabemos disso. Se você der uma camisinha, ele pensa: então, vou experimentar para ver como faz. E daí gera criança e não é hora para isso.

Investir na criança e no adolescente é dar sonhos para ele sonhar. O que é dar sonhos para sonhar? É abrir o mercado de trabalho, saber que ele vai trabalhar, vai ter uma renda e vai ser honesto. E se o pai não conseguir fazer isso, por qualquer situação, você trabalha aquela família. Aí a escola sai, deixa o professor dentro da sala de aula ensinando a ler, a escrever, dando aula de Matemática. E os técnicos da área vão àquela família, trabalham, fazem a inserção necessária para que possam ter sucesso e não fiquem na bandidagem.

Foi bom o Dr. Sérgio falar primeiro, porque esse projeto deu certo por causa disso. Ainda tem muito para fazer, mas dá para fazer um pouquinho em cada Estado.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – O senhor me permite, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, aqui vocês podem se pronunciar, mesmo depois que os quatro falarem.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Como membro do Ministério Público, sou fiscal da lei, tenho de cumprir a lei. Então, tomamos todo cuidado para que, no que diz respeito a essa questão de ocupação, ela cumpra com os limites constitucionais e da legislação infraconstitucional. Nesse aspecto, temos observado exatamente isto, esse trabalho a que ela se refere é dentro daquilo que a Constituição prevê e a lei também, dentro do limite cronológico do adolescente e dentro da perspectiva de acompanhamento, de aprendizagem, como a lei permite. Isso é totalmente diferente daquilo que fizemos e fazemos acerca da prática de ação educativa.

Ali não é trabalho; trata-se de tarefas escolares que visam a compor, dentro do ambiente escolar, a oportunidade de se evitar essa judicialização, com a concordância dos pais, com a concordância do adolescente, sem que ele seja exposto a qualquer tipo de vexação, de constrangimento, fora do ambiente comum, regular, que ele habita, porém sem trazer aquele aspecto de absoluta impunidade.

Não vamos confundir com inimizabilidade. Nossa Constituição e nossa legislação dizem que abaixo de 18 anos as pessoas são inimputáveis, mas temos de tomar cuidado com aquela falsa ideia de banalização dos maus atos, e é nisso que interferimos. Por quê? É simples perceber. Qualquer um de nós, em qualquer ambiente, responde rapidamente por ações. Por exemplo, uma criança de cinco anos, que desobedece sua mãe, que diz “me dá sua mão, não anda sozinho na rua, não corra para o meio da rua”, uma criança de cinco anos, que desobedece sua mãe e corre para rua, vindo um veículo qualquer, ela vai morrer, ela vai ser atropelada, ela vai ser machucada. Precisamos abrir os olhos para não entrarmos neste discurso hipócrita de que criança não é punida, de que adolescente não é punido. Tanto é que temos esse índice vergonhoso de sermos o sexto país do mundo em extermínio, em morte violenta de pessoas de 14 a 24 anos. Então, eles estão sendo punidos, e punidos com a vida. Estão sendo punidos com seu futuro. Eles estão evadindo da escola.

Por isso, estamos trazendo uma oportunidade de composição dentro do ambiente escolar, sem se confundir com qualquer espécie de trabalho ou constrangimento. Cumprimos a lei, estamos aqui justamente para isso. Mas precisamos entender que a finalidade maior da lei é proteção integral. E, a pretexto de cumprimos a lei na proteção integral, estamos fomentando, cada vez mais, o desfacelamento e a degeneração dessa geração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, vou passar a palavra, para um comentário, ao psicólogo Augusto Pedra, sobre as palavras da assistente social Rosângela Gonzaga, que assessora também o Ministério Público. Passo para o psicólogo Augusto Pedra, para seus comentários, e depois para nossa professora Amábile. Depois, vamos passar a palavra para os quatro outros convidados.

O SR. AUGUSTO PEDRA – Pois não. Eu gostaria de fazer alusão ao que foi citado em relação aos pais, Sr. Presidente.

No meu trabalho de psicólogo, ao longo desses anos e atendendo a várias vítimas envolvidas em *bullying* escolar, fruto de parceria com o Sindicato das Escolas Particulares, fruto de palestras, capacitações e trabalhos em sala de aula com os alunos, gostaria de dizer uma coisa importante.

Nesses últimos quatro anos, tivemos seis meninos que tinham intenção de ir à escola cometer crime e suicidar-se. Sendo que o último desses clientes ainda está em meu consultório. Ele tirou essas ideias da mente, mudou sua atitude. Hoje, faz universidade,

está plenamente integrado ao sentido existencial, psicológico.

Gostaria de dizer que entendemos que a falha está realmente na família, no exercício do pátrio poder da autoridade dos pais. Não sei se tem a ver com o fato de sermos fruto de uma ditadura de mais de trinta anos, em que confundimos autoridade e autoritarismo, mas a verdade é que os pais, hoje, têm dificuldade de exercer autoridade e pecam por causa disso. Como bem disse o Promotor Harfouche, estão hoje com uma indisciplina exacerbada.

Percebemos que os pais entregam os filhos à televisão, a *games*, a jogos eletrônicos, mas eu gostaria de dizer o seguinte: um aluno que passa a manhã toda em sala de aula, tem lá onze disciplinas aproximadamente, chega em casa, normalmente almoça, descansa um pouco. À medida que ele liga a televisão e passa mais de uma hora na TV, ele começa a desconstruir o conhecimento que recebeu. Se ele passa algumas horas, começa a se alienar. O interessante é que tem chegado ao meu consultório uma clientela em torno de 17 a 19 anos, quando então eles já se sentem letárgicos. Não conseguem raciocinar, não conseguem estudar, já têm dificuldade de sonhar, como disse a Dr^a Rosângela, e imaginam se formarem num curso, mas não têm a mínima noção de como irão passar num vestibular, por exemplo, porque já estão com o seu rendimento muito baixo.

E esses pais fazem tudo: dão bens materiais, agradam os filhos, dão tecnologia, celulares de última geração, iPad, iPod, “iTudo”, mas não estão dando a segurança emocional, como disse a Dr^a Rosângela, através de uma palavra chamada amor. O ser humano tem necessidade de segurança e significado. Segurança, quando ele se sente amado, e significado, quando ele se sente valorizado.

E sabe como é que nós ensinamos as crianças a serem valorizadas na família? Participando da vida comum do lar, aprendendo a arrumar o próprio quarto, a guardar os brinquedos, a cuidar dos seus objetos pessoais, inclusive lavando sua própria louça. Isso não é exploração do trabalho infantil, não – concordo com o Dr. Sérgio –; pelo contrário, ele começa a se sentir responsável, participante. E quanto aos filhos que ficam entregues a um sono letárgico, à televisão, a *games*, com certeza eu posso afirmar e desafio alguém a me contradizer, gostaria de ir a um debate nesse sentido, eles terão problemas sérios e graves.

Agora, os pais estão demorando para acordar. Esperam dezessete, dezoito, dezenove, vinte anos para acordar e perceber que o filho está com problema.

E gostaria de dizer outra coisa: psicologia não para doido não. Também ajuda o doido, mas psicologia

é para quem está com alguma dificuldade, está com problema e não consegue resolver, seja dificuldade de aprendizado, seja dificuldade relacional. Ou seja, não é vergonhoso ir ao psicólogo. Pelo contrário, os pais devem buscar ajuda quando percebem a dificuldade dos filhos já desde pequenos. Não podem esperar.

Os pais estão confundindo as coisas. O pai acha que buscar ajuda é admitir o fracasso pessoal no exercício do pátrio poder. Não é. Pelo contrário, ele não pode colocar o filho à mercê dos seus erros pessoais e da sua má compreensão da realidade. Eu conheço pais separados, por exemplo, caso de mães que dizem “não, eu não quero ajuda do pai”, por uma questão pessoal. E eu tenho dito: não, você está negligenciando um direito que é do seu filho e não é seu. Cabe a você agir em prol do bem comum do filho.

Gostaria de enfocar ainda essa colocação muito pertinente que foi feita pelo Dr. Harfouche. A coisa começa com desobediência dentro de casa e falta de uma punição devida, de uma respeitabilidade à autoridade. Isso vai se transformar em indisciplina na escola, sim, porque se a criança não se sente segura diante do pai e da mãe e desafia o pai e a mãe por uma necessidade existencial de obter segurança, a próxima figura de autoridade que ela vai desafiar é quem? É o professor, é a escola.

Hoje, a gente sabe da dificuldade que é lidar com essas questões, mas se ela também não encontra na escola, ela vai sair para a rua e vai desafiar a autoridade pública. Eu já pude constatar vários meninos que, quando abordados gentilmente – eu presenciei – por policiais, querem desacatar a figura de autoridade, como que solicitando: olha, faça alguma coisa por mim, me agrida, me prenda, me puna. E isso para que ele se sinta seguro. Então, estamos confundindo um pouco as coisas.

Há, sim, a necessidade de disciplina, para que não venham a incorrer em atos infracionais e entrem na delinquência, abuso de drogas, como nós temos visto e recebido no nosso trabalho de consultório.

Nós, psicólogos, fazemos um trabalho bastante difícil porque a gente não pode expor o cliente, não pode dizer para a sociedade tudo o que se passa, salvo numa situação como essa. Os pais mandam os filhos para o psicólogo assim: dá jeito no meu filho. Com alguns dos pais eu tenho conversado: olha, se eu for deixar o filho como você quer, ele vai ficar robótico. Então, os pais estão precisando de ajuda. E também não fazem por mal. Nenhum pai ou mãe age deliberadamente contra um filho. Na verdade, falta esclarecimento.

Agora, eu quero dizer uma coisa importante aqui. Ter filhos, tudo bem, é maravilhoso. Eu sou pai, graças a Deus, sinto-me feliz por isso, mas é necessário ins-

trução, é necessário buscar ajuda. Quando se pensa no filho, se pensa no quatinho do bebê, na profissão do bebê etc., mas não para pensar: será que eu, com a bagagem que eu trouxe da vida, estou apto para exercer o pátrio poder, o exercício de ser pai e de ser mãe? Porque não é só o gostar. Às vezes, o gostar é uma faca de dois gumes. Eu gosto do meu filho, sou permissivo, faço tudo o que ele quer. E aí? Aonde isso vai me levar?

Então, gostaria de convocar a família a mudar sua perspectiva em relação à criação dos filhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Agora, passo a palavra à Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, Prof^a. Amábile, para fazer o seu comentário. Depois, eu vou para os meus convidados.

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Bem rapidinho, para que todo mundo possa participar, eu queria parabenizar vocês por esse projeto. Gostaria muito de até vê-lo funcionando aqui em Brasília.

Rosângela, quero dizer que o que você falou é absolutamente verdade. Acontece tudo isso mesmo. Aqui é muito comum você atender uma mãe numa escola particular e ela dizer: “Olha, você não quer ficar com o meu filho? Porque eu não sei o que fazer com ele.” É mais comum do que, talvez, vocês imaginem.

Outra coisa é que gostaria de solicitar que vocês incluíssem no projeto as escolas particulares. Eu vi a rede municipal. Eu sei que é difícil, Dr. Sérgio, mas que a gente pudesse também trabalhar junto às escolas particulares de lá.

Por último, só dizer que concordo com você. O mal de tudo é a desobediência. Por causa dela perdemos o paraíso. Só isso. Obrigada

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – A Professora Glória é presidente do Sindicato, do Sinepe, lá em Mato Grosso do Sul, e é nossa parceira. Estamos totalmente disponíveis e atendemos todas as escolas particulares que também nos solicitem. Eles também são tutelados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, apesar das peculiaridades, também são envolvidos. É muito comum o pai dizer: “Eu pago esta escola. Por que estão me chamando aqui? Eu não sou bandido” E aí, na reunião, nós dissemos: a partir de hoje você vai ser convidado para festa na escola. Para tratar de assunto do seu filho, você vai ser convocado e, se não responder, vai lá para a Promotoria justificar por quê. Tem dado certo. Eles se tornaram mais interessados.

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Só que na sua pesquisa eu não vi nada sobre os dados das escolas particulares.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Estou achando interessante. Sabe que, depois realizar algumas audiências públicas, andando pelos corredores do Senado – hoje tem todo o esquema da Internet –, vejo que o pessoal comenta. Eu tenho certeza de que esta audiência pública vai ser uma das mais comentadas, pela forma tranquila e porque, no meu entendimento, comunicaram-se diretamente com a população todos que aqui falaram.

O exemplo dado aqui pelo Dr. Augusto, permita-me que eu o comente aqui rapidamente. Meus filhos não são nenhum anjo. Eu tenho problema também, como todo mundo tem. Mas um deles foi a casa de um amiguinho e disse: “Pai, as portas dos armários ficam todas abertas, ele tira a roupa e joga tudo no chão. Ah! depois a empregada vem, junta, limpa.” Acha que está ajudando o menino? Não, está estragando o guri. Estou pegando só o seu exemplo aqui. Se ele não tem o mínimo de disciplina em casa, vai ter na escola?

Estou concordando, na íntegra, com a fala de vocês.

Vamos lá, porque senão a gente fica falando, e os convidados é que têm de falar para o nosso público que assiste à TV Senado, com certeza, em todo o Brasil.

Eu passo, de imediato, a palavra, sem prejuízo – depois, todos podem interagir, podem comentar se assim entenderem –, ao Major Lobato, Policial Militar, que aqui substitui o Sr. Sandro Torres de Avelar, Secretário de Segurança Pública do DF.

Quero só dizer a todos que falar aqui e aí é a mesma coisa.

O SR. MAJOR LOBATO – Sim, senhor.

Gostaria de dar um bom-dia a todos, cumprimentar o Sr. Sérgio, Promotor de Justiça.

Aqui no Distrito Federal, como a Professora Amá-bile falou, nós atuamos de forma bem presente.

Aqui, nós tivemos uma realidade, porque, o Batalhão Escolar foi criado em virtude de uma tragédia ocorrida no Gama, por causa do falecimento da aluna Dilza, em que um desafeto de gangue foi alvejar o seu concorrente. Ela estava sentada na frente, ele errou a mira e a acertou bem na cabeça. Em decorrência disso, o Batalhão Escolar foi criado. Quando ele foi criado, em números brutos, eram 500 escolas e aproximadamente 1.000 policiais. Em 2009, éramos 1.000 escolas e 500 policiais. Os números se inverteram.

E aí passamos para a realidade de como tratar a questão da violência dentro das escolas. Ou seja, você tem 1.000 escolas e 500 policiais. Como é que nós iríamos começar a trabalhar dentro de um ambiente escolar? Além do policiamento – o fazemos normalmente – abordagens e tudo afeto a isso, por meio de palestras dos vários tipos. Fazemos apalestras sobre

bullying, porque se um pai não sabe o que é *bullying*, que dirá um *cyberbullying*. O pai, muitas vezes, não sabe ligar um computador. Eu trouxe até uma palestra para mostrar algumas coisas aqui, se puderem passar seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só não autorizo como deve passar.

O SR. MAJOR LOBATO – O senhor vai passando, então, pode adiantar, por favor.

Próximo.

Atualmente, a sede é pequena, agora estamos passando para uma sede maior em Águas Claras, onde terão salas até para você trazer os pais, professores, fazer palestras, coisas mais voltadas para o ambiente escolar, porque antes nós não tínhamos, tínhamos de estar pedindo para universidades, escolas, e hoje nós vamos ter um ambiente nosso, criar uma identidade nesse sentido.

Próximo.

O Batalhão Escolar foi criado, como falei, por um decreto, em 1989. A aluna Dilza faleceu em novembro, em virtude de um disparo de arma de fogo.

Próximo.

Aí, mostrei os números brutos, eram 629 escolas, hoje nós temos 1.089. Em 2009, nós tínhamos 914 policiais, hoje nós temos 535. Essa é uma realidade que eu vou tentar debater logo à frente.

Próximo.

Onde encontrar o Batalhão Escolar?

Como o Promotor, nós fizemos também, há alguns anos, criamos os canais de comunicação – volta, por favor, passou um a mais – criamos os canais de comunicação – isso eu vou comentar mais à frente –, que são as formas de facilitar para que o público, não só os professores, mas também os pais tenham como nos encontrar, conversar conosco, nos acionar para comunicar o seu problema.

Próximo.

O Batalhão Escolar foi dividido em cinco grandes áreas. Cada sede está localizada no setor principal, ou seja, dentro da determinada área. Ela não foge. Por exemplo, não é preciso sair lá de Sobradinho, andar mais de 50 km até o Guará, para tentar encontrar alguém do Batalhão Escolar para conversar ou solicitar alguma coisa.

Próximo.

Aí é a distribuição das Companhias.

Próximo.

Esse é mapa das escolas que temos. Há grande concentração em Ceilândia e Taguatinga, como se pode ver nos pontos azuis.

O que fazem os Batalhões Escolares?

Pode passar, por favor.

Primeiramente, a nossa atividade primordial é a de policiamento. Nós as realizamos a pé, fixo e rotativo; motorizado, por meio de ronda de viaturas, e por meio de motocicletas, que é um meio bastante acessível hoje a todos os locais, a todos os terrenos.

Próximo.

As operações que nós realizamos: Escola Livre, aquele momento em que o aluno entra na escola, passando pelo detector de metais. Nós fazemos revistas em suas bolsas ou em algum objeto que traz, como uma sacola; realizamos a Operação Varredura. Aqui, o Promotor gostaria de enfatizar que a Promotoria do DF chancelou essa operação, por meio de uma cartilha. O policial a realiza dentro da sala de aula, com um preparo anterior. Quando ele chega, a direção já está ciente, a sala é elencada, às vezes, por uma suspeita, por uma denuncia anônima, mas a qualquer momento ela pode ser elencada. Não há horário nem um local pré-determinado, para que não se perca o elemento surpresa, para que ela realmente surta um efeito no momento em que é feito dentro da sala de aula. É feita com detectores pelo policial. Quando há uma suspeita, um aluno fica mais nervoso, aparenta algum estado que foge à normalidade, ele é conduzido ao local próprio, separado da sala de aula, e é feita uma revista mais minuciosa, para que não haja o constrangimento e prejudique aquele aluno perante seus colegas futuramente.

Realizamos também a Operação *Blitz*, que é uma operação feita com veículos que transitam nas proximidades das escolas. Como aqui nós temos muitos terrenos ermos, localizados próximos às escolas, estacionamentos grandes, então, vários veículos param ali e ficam por um tempo acima do normal. Então, para coibir aquele momento, nós realizamos esse tipo de operação e abordamos aqueles veículos já devidamente identificados.

Próximo.

Operação Recuperação do Perímetro Escolar é uma operação que nós fazemos nas *lan houses*, nos bares que vendem bebidas alcoólicas. O diretor liga e denuncia, dizendo: “Olha, eu estou vendo os meninos da minha escola, que estão bebendo em um local tal... O dono está vendendo bebida alcoólica...” Então, nós assinamos as AGFIS, os órgãos de fiscalização aqui do Distrito Federal, e vamos àquele bar saber se ele tem alvará, saber se realmente está acontecendo aquele tipo de venda de bebida alcoólica, e verificar, até para que ele tome ciência, apesar de ser dever dele saber, de que aquele ato não pode ser cometido ali por um menor.

E a Operação Volta às Aulas, que nós fazemos todos os anos, que é para conscientizar o aluno da

questão da violência, da questão da segurança ao atravessar a faixa, coisas simples, mas é como a faixa de pedestre: começou toda uma operação e, hoje, faixa de pedestre aqui no Distrito Federal é referência para o Brasil inteiro. Por uma questão de educação, você conseguiu fazer com que os nossos adultos hoje tivessem respeito aos pedestres.

Próximo.

Nós fazemos cursos com os nossos policiais, o curso dura em torno de três meses, especialização em policiamento escolar mesmo. Aí entra a estrutura da criança, aula com psicólogos – a Professora Amábilis é uma participante dos nossos cursos –, os nossos seminários, que fizemos há duas semanas, sobre violência escolar, *bullying*, *cyberbullying*.

E nossas palestras, aqui eu gostaria de enfatizar, visam a não somente os alunos, nós as fazemos também com os pais e com os professores. Muitos professores não sabem como agir diante de um ato infracional, nem identificar o que é um ato infracional. Alguns professores também, diante de um ato infracional, querem tratar apenas como uma medida administrativa da escola. Daqui a pouco vai acontecer, como já acontece em algumas escolas, que, de tanto eles tratarem atos infracionais como medidas administrativas, a escola perde o controle e, para ela retornar à tranquilidade, dá um trabalho muito maior. Então, realmente, as medidas administrativas cabem dentro da prática do aluno, mas os atos infracionais devem também ser caracterizados, devem ser adotadas as medidas que a ele competem.

Então, fazemos os nossos seminários, como acabei de falar. Há duas semanas fizemos um seminário com vários doutores, mestres, especialistas na área, trazendo os assuntos *bullying*, *cyberbullying* e outros mais, voltados para atualizar o nosso profissional que lida diretamente com o aluno. E digo aos senhores que, a cada ano que passa, a cada mês que passa, eu me surpreendo mais com algumas coisas que estão acontecendo na nossa rede de ensino.

Próximo.

Outras palestras, como falei, visam a focar a família, o adolescente, o *cyberbullying*. Eu fui a uma reunião de pais em que eu lhes perguntei se algum deles sabia operar um computador, e a maioria deles não sabia nem ligar um computador. E aí dirá saber como os pais vão monitorar o que o filho faz no computador. Hoje, aqui no Distrito Federal, a moda, vamos dizer assim, é você é marcar brigas, reuniões de venda de drogas, tudo pela Internet. Fui a Santa Maria, em uma reunião onde havia três meninas que brigaram porque uma chamou a outra pelo Orkut de recalcada. Foi perguntado a elas, num momento em que fomos

conversar, se elas sabiam o que era recalcada e nenhuma das três sabia. Então, elas brigaram porque uma chamou a outra de recalcada e sem saber por que e marcando pela Internet.

É uma realidade no Distrito Federal que os pais hoje, em virtude da necessidade, estão trabalhando, estão no mercado de trabalho e muitas vezes se ausentam em sua posição de educadores, de pais e jogam realmente a responsabilidade para a escola. A escola hoje virou um barril de pólvora onde tudo explode. Como foi dito aqui pelos senhores, aquele respeito que se deve ter dentro de casa, se não começa em casa, como vai ter dentro da escola? Como saber se o filho está estudando ou não?

Tem uma menina numa escola no Riacho Fundo sobre a qual o policial falou que todo dia ela está no mesmo lugar. Ela estuda de manhã e está lá à tarde. Quando chega à noite, ela diz para a mãe que vai descer para conversar com as amigas porque passou o dia inteiro dentro de casa. A mãe chega do trabalho, crê que a filha estava em casa fazendo seus afazeres ou cuidando de irmão ou estudando e a deixa ir lá, para o lazer, só que ela passou o dia inteiro na rua, pronta para ser aliciada, pronta para entrar no mundo do crime e só o que não presta. E como se ocupa e faz com que o pai...

Fui a uma reunião na Vila Cauhy, com a juíza e a direção do Caic, e constatei que eles têm práticas esportivas no período da tarde, têm outras práticas lá dentro, chamam os alunos para participarem de atividades na parte da tarde, mas nenhum deles vai. A Vila Cauhy é um lugar um tanto problemático, com índice de violência, drogas, e às reuniões de pais comparecem três pais. Mandam cartinha, convocação, chamam os pais e os pais não participam das reuniões, e os filhos permanecem lá. Inclusive uma das coisas que vamos tentar verificar é como fazer para o aluno participar, porque tem atividade à tarde para ele. E por que não vai? Mas, à noite, a quadra da escola está lotada. Por quê? Será que é só para prática esportiva? Então, há algumas coisas que a gente vai tentar descobrir, verificar.

Aqui, dentro do Distrito Federal, as realidades são várias. Você pega um menino de 11 anos de idade, para ele, olha e pergunta o que tem na meia dele. "Ah, uma faquinha Tramontina, dessas de serra." "Mas por que você está com essa faquinha?" Ele não responde. Abro a mochila dele e vejo que tem uma peixeira de quase dois palmos. "Para que essa peixeira?" O menino diz que é porque ele estava sendo ameaçado por outros alunos – vai fazer 12 anos de idade – e, para segurança dele, que não teve segurança para comentar isso dentro de casa nem dentro do ambiente escolar, como não teve segurança para contar isso

para o policial militar que passa ali, para defesa dele, ele entendeu que o correto seria andar com a faquinha Tramontina e uma peixeira dentro da mochila dele, para poder se defender.

As nossas palestras surtem um efeito para tentar trazer ao aluno e à aluna aquela consciência. Numa palestra feita no Gama, depois que terminou a palestra sobre violência, e entrou violência sexual e outras coisas mais, a aluna saiu, passou meia hora, foi à orientadora e falou que ela tinha sido violentada dentro de casa. Então, as nossas palestras tentam chamar os alunos e principalmente os pais para participarem da vida escolar, porque, a partir do momento em que os pais se ausentam, com certeza o filho se sente desprestigiado, largado, desamparado e tudo que ele quer é isto: sentir-se amado, acolhido e ter um ambiente seguro para que possa estudar.

Prevenção às drogas. Aqui foi citado também o Proerd, um programa que hoje já é referência nacional, de proteção ao resgate da cidadania e autoridade dos professores. Nessas palestras citadas, tentamos trazer o aluno a uma reflexão.

Tive uma palestra, há uma semana, no auditório da OAB, feita pela Faculdade Alvorada, em que educação é a base de tudo. Se o aluno não tiver educação, seja na família, seja na escola, ele não vai trazer isso como referência. Se o aluno não tiver educação, seja na família, seja na escola, ele não vai trazer isso como referência para a vida dele.

Próximo.

Condicionar o Batalhão Escolar.

Próximo.

Esse foi criado por nós como parâmetro. Se houver uma alteração na sensação de insegurança na escola. Pais, professores e alunos, nós entramos com rondas e palestras.

Próximo.

Atos infracionais. Atuação mais intensa, com o devido encaminhamento. Essa ação mais intensa volta ao que foi feito antes, às rondas e palestras. E, no caso dos atos infracionais, a gente sempre orienta a direção da escola a que seja conduzido, porque se deixa de ter um parâmetro do que está acontecendo dentro daquela escola, deixa-se de ter números para saber como atuar.

Próximo.

Alunos com drogas e armas. Ou seja, entramos com aquelas operações que citei anteriormente e intensificamos o policiamento naquela determinada escola, para que ela reduza aquele foco que se encontra ali.

Próximo.

Quando a segurança já foi comprometida, ou seja, como citei aqui num exemplo, a direção não to-

mou seus deveres, o policiamento escolar foi ausente, quer dizer, teve a segurança comprometida, deve-se reavaliar o policiamento: se realmente aquilo está surtindo efeito, se as operações e palestras realmente têm que ser aquelas. Houve um foco nos professores e nos pais, mas faltou o foco nos alunos, ou fez nos alunos e faltou fazer o foco nos pais. Então, a gente reavalia toda essa situação.

Próximo.

Conduta de menores está descrita como crime? Se não estiver, medida administrativa. A própria escola lança em seu livro de registro, como é feito no DF, chama os pais e quem participou, todos assinam e fica registrado ali aquele problema.

Próximo.

Se ela foi descrita como crime, aciona o Batalhão Escolar. Nós acionamos os pais e os professores, e a direção sempre acompanha; são conduzidos à delegacia, e o fato também é registrado no livro da escola.

Próximo.

Se for criança, encaminhamos para o Conselho Tutelar.

Próximo.

Adolescente, para o DCA. Temos uma figura aqui também que é o crime cometido contra criança. Citei o caso da menor que foi abusada.

Próximo.

Aí mesma situação. Acionamos, mas aqui, no Distrito Federal, temos a figura da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente. Não é quando ela pratica, mas quando recebe a ação.

Próximo.

Como acionar o Batalhão Escolar.

Próximo.

O 190 ou a Companhia, que, como disse, está distribuída dentro dos setores, para facilitar até o contato mesmo, para a gente saber quem é o diretor, quem é o professor, para haver aquela interação, ou na própria sede do batalhão.

Próximo.

Por ofício ou através do *site*. Nós temos um *site* onde o professor coloca solicitação, elogio, sugestão. Às vezes, o policial trabalha muito bem, como temos aqui policiais que são membros atuantes dos Conselhos de Segurança Escolar; cada escola tem o seu, e incentivamos para que elas criem algumas... que não conseguem por ausência dos pais, porque os professores já estão cansados. Nós não conseguimos fazer com que os Conselhos de Segurança Escolar sejam atuantes, mas onde nós conseguimos o policial é um membro, e o contato é feito diretamente com o policial, muitas vezes nem é feito conosco; o policial já conhece a realidade daquela comunidade, sabe quem

é o professor, quem são os diretores, conhece a localidade, a comunidade de um modo geral. Então, ele passa a ser um elo muito mais efetivo do que eu, que estou muitas vezes a vários quilômetros de distância ou atrás de uma mesa, mexendo com papel. Ele, não, está ali lidando diretamente com a comunidade, consegue ter uma mensagem, uma informação passada com mais realidade.

Próximo.

Pessoalmente ou na sede da companhia.

Próximo.

Segurança escolar. Nós fazemos uma visita chamada visita técnica. O que é essa visita técnica? O policial vai à escola e verifica toda a sua estrutura para saber se realmente a escola tem muro, se tem uma árvore, se o mato está alto. E, naquela visita técnica, o diretor, que normalmente acompanha, dá ciência naquela visita, para que tome conhecimento. Porque, muitas vezes, ele está ali, mas é a história do cachimbo: ele passa lá todo dia, aquele mato está ali, aquela árvore está ali e para ele é indiferente. Mas aquela árvore é por onde o mala pula para dentro da escola ou por onde o aluno joga droga para dentro, é o meio de que se utiliza. Então, nós notificamos a escola, para que a escola adote providências contra aquilo.

Fatores: Atuação de vigilantes e porteiros. Há vários anos não há concurso para porteiro. Os vigilantes são terceirizados, recebem uma orientação já dentro do curso deles, e os porteiros já são mais antigos, então a gente sempre procura orientar. Chegou à escola, o portão está aberto, está fora do horário, de entrada, por que o portão está aberto, não está fechado? Vá à direção, notifica a direção: o portão está aberto. Por quê? Não tem porteiro? Tem, porque têm escolas do Distrito Federal que não tem porteiro, nem vigilante. Tem porteiro? Tem. Então vá lá, está notificado, faça o registro e notifique para que feche o portão.

Em bares e *lan houses* não pode acontecer a venda de bebidas para menores.

O comportamento dos alunos: quando nós passamos e encontramos determinados alunos fora do ambiente escolar, fora da escola, mas nas proximidades mesmo, usando camisetas da escola, nós questionamos o que ele está fazendo ali, se ele estuda de manhã ou de tarde: "Se você estuda de tarde, por que você não está na sala de aula?" Pegamos os alunos, levamos para dentro da sala de aula, entregamos para o diretor, que vai notificar os pais, no mesmo momento, para que eles compareçam lá na hora ou que, no próximo dia escolar, o aluno vá acompanhado dos pais, para que eles saibam que o filho não estava dentro da sala de aula, para que eles tomem conhecimento

e participem, ou, se participam, tomem conhecimento daquela irregularidade que está acontecendo.

Como eu falei, se há ausência, em terrenos baldios, de iluminação pública, nós comunicamos também à CEB, à empresa responsável.

A família nesse fator, como eu disse antes, ela é muito importante. Ela, como base, tem que estar o tempo inteiro olhando pelo seu filho. Há uns anos atrás, eu morava em uma residência e mudei para a minha casa; voltei lá e fui falar com os pais de um vizinho, para informá-los que o filho deles quase todos os dias usava droga. Estudavam na Católica os dois meninos, e um filho dele, o mais velho, todos os dias usava droga, lá na laje da casa que eles estavam construindo. Os dois todos os dias saíam de manhã para passear. Passados três meses de quando eu voltei lá e os comuniquei, eles falaram: “Meu filho já está internado numa clínica de desintoxicação”. Eu me achei no dever de comunicar ao pai dele.

Então a família tem que estar sempre olhando pelos seus filhos, sempre educando, acompanhando a vida escolar. Hoje, como a professora falou, como a Sr^a Rosângela falou, trazer os pais para dentro da escola para participar da vida escolar dos seus filhos, é muito complicado. Há ausência dos pais. Hoje, eles creem que a escola hoje tem o dever de educar, de ensinar, de dar estudo, de dar educação. Hoje – o senhor pode perguntar à rede pública – o professor liga para um pai e fala assim: “Pai, seu filho está machucado, caiu e torceu não sei o quê”. O pai fala assim: “É obrigação sua levar. Ele não está dentro da escola? É obrigação sua”. “Mas ele está chorando aqui.” “Não, pode levar, o problema é de vocês”. Não ouvimos isso uma nem duas vezes. Não estou falando nem de comunidade carente. “Leve que é problema de vocês. Ele estava na escola. A responsabilidade é de vocês”. Senão diz: “Manda ele para casa.” “Mas ele está com o não sei o quê quebrado, está mancando”. “Pode mandar para casa que, quando eu chegar do trabalho, eu vou levá-lo para o hospital.”. Então, a missão dos pais hoje é um fator que tem que ser revisto por eles.

O próximo.

Aí entra aquela rede de proteção: pais, professores, os conselhos de segurança, para quê? Para fazer com que o aluno, além de ele sentir que tem alguém olhando por ele, sentir que, caso ele erre, vai ter alguém que além de olhar por ele, vai puxar a orelha dele, vai falar: “Olha, você está errado, você cometeu esse erro.” E, por meio das palestras, trazer a informação: “Olha, você cometeu um erro. Hoje, a escola vai te punir. Se você cometer outro erro mais tarde, quem vai te punir é o Estado, na hora que você for preso.”

O próximo, por favor.

E aí entra a questão da segurança escolar, do Conselho de Segurança Escolar. O Conselho de Segurança Escolar onde existe hoje, onde conseguimos efetivá-lo, é bem atuante e faz esse papel, esse elo. Ou seja, o policial, no momento em que está ali, vem o pai, vem a mãe e vem o policial para orientar a mãe: “Olha, mãe, você está errando nisso e você pode incorrer nisso.” “Aluno, você fez isso. Olha, se você fizer isso, mais tarde você pode...” Então, esse elo é feito no momento de orientar, de procurar dar aquela informação que muitas vezes o filho não tem.

O próximo, por favor.

E aí entra a questão da rede de produção.

Pode passar todos, por favor.

Chegamos à escola, deparamos com o problema, fazemos uma análise, empregamos um tipo de policiamento, empregamos as palestras de operações e fazemos a avaliação se aquele policiamento, aquelas palestras surtiram efeito, para saber se a escola foi devidamente atendida.

Próximo.

Sempre procuramos fazer uma ação conjunta e sempre ter uma boa rede de comunicação, para que todos possam dialogar. A ação conjunta é importante porque, sozinha, aquela função simples da polícia – eu falo função simples e imediatista –, de depurar com o ato infracional e conduzir o menor para uma delegacia é muito simples de fazer; agora, tentar conscientizar, tentar educar, fazer com que o menor entenda que aquilo é um erro, colocar na cabeça dele, isso tem que ser uma ação conjunta feita por todos.

Gostaria de agradecer. E qualquer para pergunta, para qualquer troca de comentários, a gente está à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Major Policial Militar Lobato, que fez aqui a sua exposição prática, objetiva, mostrando os caminhos do combate ao *bullying*.

Meus cumprimentos pelo seu trabalho. Entendo que esta audiência pública socializa as experiências de todos nós, principalmente de vocês, para o Brasil.

Neste momento, como os alunos vão ter um compromisso, eles têm que sair, eu queria que a gente orientasse – eu não quero dizer porque é surpresa para ela... Alguém ia fazer uma homenagem a alguém aqui. Eu não vou dizer quem.

Então, passo a palavra para a Rivane Melo, presidente do Cemeobes – Centro Multidisciplinar de Estudo e Orientação sobre *Bullying* Escolar. Você seria a primeira a falar e, ao mesmo tempo, já fariam a homenagem para alguém que está aqui na sala, porque os alunos terão que sair em seguida.

A SR^a RIVANE MELO – Bom dia, Sr. Presidente da Comissão. Nós agradecemos o tempo que V. Ex^a está gastando conosco e tenho certeza de que o Brasil vai agradecer esta aula. Temos projetos que já funcionam, que já são apresentados como solução. Alguns ainda não legalmente estabelecidos, como é o caso de o promotor estar recebendo uma certa retaliação, mas outros já funcionam, e funcionam plenamente, e precisam da sua anuência junto ao Congresso para que isso vire projeto de lei e que possa ser reproduzido no restante do País como exemplo prático.

Batalhão Escolar é o primeiro, o Sindicato das Escolas Particulares funciona agora como federação – está aí a Dr^a Amábile, professora, que agora está podendo expandir para o País o programa que foi local; o nosso psicólogo que formou o Centro Multidisciplinar – eu sou apenas herdeira de toda essa conquista que já passa há quase uma década e nem preciso dizer que a Dr^a Rosangela representa o que toda mãe precisa ouvir da família, e sem a anuência do Congresso, nós não vamos conseguir.

Sr. Senador, nós temos ainda hoje a proposta do Conselho Nacional de Psicologia da 1^a Região – DF, que apresenta uma solicitação de criação de um novo cargo chamado orientador de convivência. Nós estamos aqui com a primeira turma de orientadores brasileiros, os quais estão todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos dar uma salva de palmas para eles; é a primeira turma. (*Palmas.*)

A SR^a RIVANE MELO – Ao final do nosso fórum, eles serão diplomados e, em destaque, nós temos uma aluna que já nos acompanha desde o início do trabalho, que vem da sua região, Pelotas, que é o primeiro lugar onde foi implantado esse orientador de convivência, onde uma professora saiu de uma simples sala de aula com vinte e poucos alunos e hoje é um exemplo para o País. Já há projeto de lei. Ela já atuou, é nossa convidada também. É da sua terra e, como não, está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai fazer uso da palavra em seguida.

A SR^a RIVANE MELO – Mas agora eu vou ter que priorizar os alunos.

Nós temos em primeiro lugar no Brasil, como escola-modelo que combateu o *bullying*, depois inclusive de enfrentar morte em escola, uma escola particular, o Colégio Dromos, em Brasília, Distrito Federal. E temos a honra de convidar os alunos Henrique Dourado de Oliveira, o Juan Carlos Arruda e o Gabriel Monteiro Silva. São três alunos que estão presentes, e eu gostaria de encaminhar a eles, por intermédio da figura do nosso Presidente, essa placa de comemoração da

Escola Modelo Brasil 2011, escolhida pelo II Fórum, realizado desde sábado, dia 26.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Convido-os a vir aqui, à frente. Entreguemos juntos a placa aos três, é isso?

Muito bem. Meus cumprimentos. Parabéns.

A placa diz: “Honra ao mérito. Escola Modelo. Primeiro Lugar”.

Quem está recebendo em nome dos alunos é Henrique Dourado de Oliveira, Juan Carlos Arruda e Gabriel Monteiro Silva, do Colégio Dromos.

Passo-lhes, neste momento, a placa.

Coloquem a mão para tirar a foto. A senhora, também.

Missão cumprida.

A SR^a RIVANE MELO – Em primeiro lugar, com o melhor Projeto Cultural *Antibullying*, temos a honra de convidar os nossos atores principais da peça *Bullying*, tô fora!

Gostaria também de convidar a Companhia 2tempoS, para também serem homenageados com a Certificação de Merecimento Público e de Reconhecimento pelo II Fórum Brasileiro de Combate ao *Bullying* e Outras Violências. (*Palmas.*)

O que diz o certificado?

II Fórum Brasileiro de Combate ao *Bullying* e Outras Violências. Certificado de Reconhecimento Público. Honra ao Mérito. Companhia 2tempoS. Melhor Projeto Cultural *Antibullying*. Primeiro Lugar. I Fórum Brasileiro de Combate ao *Bullying* e Outras Violências.

Uma salva de palmas, aqui, para a nossa moçada. (*Palmas.*)

A SR^a RIVANE MELO – Ainda para tratar do terceiro prêmio, neste ano, também pelo II Fórum Brasileiro de Combate ao *Bullying* e Outras Violências, foi selecionado como melhor projeto de início de palestras o projeto do Estado do Maranhão, aqui representado pela Dr^a Isamara Meneses.

Gostaria de convidá-la para receber.

O Estado do Maranhão não tem ainda um sistema que funciona em termos públicos, mas, no setor privado, funciona em parceria com a Secretaria de Educação. Eu gostaria de entregar o primeiro *kit* escola à Dr^a Isamara, representando São Luís do Maranhão.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há uma homenagem, mas é surpresa. Nós não contamos para ela. Só perguntei se ela pode esperar. E ela disse: “Posso esperar, sim.”

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Não, não. Ainda tenho de levar os meninos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, tem de levar os meninos? Então, vamos fazer agora, já.

A SR^a RIVANE MELO – Nós selecionamos o melhor projeto o Brasil *Antibullying*, coordenado pela Professora Amábile. E temos, inclusive, o lançamento de um livro, nesta semana, em homenagem ao trabalho dela, na quarta-feira à noite. E convidamos todos – é feriado em Brasília – a estarem conosco. ´

E hoje, no almoço, aqui no Senado, faço um convite especial e verbal ao Senador para entregar a ela o primeiro livro sobre o trabalho dela, que está sendo lançado nesta semana.

Então, gostaria de uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estão todos convidados para o almoço.

Lá no almoço, pagando, todo mundo vai ser servido na hora.

O nosso jovem quer fazer um pequeno agradecimento.

Ele pode fazê-lo neste momento.

O SR. JUAN CARLOS ARRUDA – Só quero fazer um agradecimento à Professora Amábile.

O projeto desenvolvido no Dromos tem surtido bastante efeito, pelo menos em nossa escala aqui do DF. E espero que esse projeto se expanda para todo o Brasil.

Eu venho do Rio de Janeiro, sei de todos os problemas que o *bullying* tem alcançado em nosso País e espero que esse debate esteja em esfera nacional.

Era só isso.

Amábile, obrigado por tudo que você criou, pelo exemplo de pessoa que você é.

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Juan, que falou em nome dos alunos.

Então, parabéns a todos.

Voltamos agora ao debate que estávamos fazendo.

Peço aos convidados que retornem à Mesa, e vamos passar a palavra de imediato à Rivane Melo.

A Rivane Melo já falou. Então, à Simone.

Já tinha concluído, Rivane?

A SR^a RIVANE MELO – Sr. Presidente, eu passei direto ao assunto dos meninos, porque eles estão em horário escolar e se ausentaram da sala.

Ainda quero destacar um trabalho feito por uma instituição que hoje já se redonda como modelo no Brasil e que comemorou os 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, chamada Agilità, cuja formadora e criadora também está aqui conosco, a Dr^a Beatriz.

Gostaria de homenageá-la. É claro que, se for possível, ela também terá um tempo para expor esse trabalho.

Ela começa, trabalhando com a criança que foi violentada na área sexual, o que também é uma violência escolar e, conseqüentemente, uma violência social. Então, ela trabalha no sentido de recuperar essa criança dentro da própria estrutura do lar.

Convidamos também o melhor modelo de Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme o art. 4º, citado pelo nosso Promotor: a Professora Francierme, que tem um projeto de recuperação de crianças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma salva de palmas para as duas que você citou agora. (*Palmas.*)

A SR^a RIVANE MELO – Bem, concluindo, é claro que podemos citar vários exemplos. Mas, ao viajar o País, durante esses dois anos em que fui incumbida deste cargo de Coordenadora Nacional de Projetos e agora, atualmente, como Presidente do Cemeobes, posso dizer que conheci, nas cinco regiões, projetos que deram certo, projetos que não saíram do papel e projetos que poderiam se tornar exemplo e lei no nosso País.

Por isso, nós temos aqui novamente de propor, e, caso o senhor possa conhecer depois o projeto, sugerimos uma frente popular que tivemos durante esses dois anos, a Frente Popular de Combate ao *Bullying*.

O cargo de Orientador de Convivência precisa ser, sim, um cargo, a princípio, voluntário, de acordo com cada região, e, se possível – o Conselho Regional de Psicologia de Brasília abarcou essa idéia – sugerindo que fosse alguém de nível superior. Qualquer que seja o nível, faz-se um treinamento específico, uma capacitação.

Nós fomos ao MEC, apresentamos um projeto. Fomos à Comissão de Orçamentos também, já passamos por lá um projeto, mas apenas coisas apresentadas como Frente Popular de Combate ao *Bullying*. Fomos à Frente Parlamentar de Combate ao *Bullying*, que é presidida pelo Deputado Roberto Lucena, porém, sem o trabalho da Comissão de Direitos Humanos, apenas é uma ideia.

Então, estamos aqui com os idealistas, com os sonhadores e temos sonhado que isto vire lei em nosso País.

Obrigada. Meu nome é Rivane Melo. Qualquer coisa, o nosso site, www.Cemeobes.com.br, não só recebe denúncias, como também encaminha projetos e recebe projetos do Brasil inteiro.

Disponha, Senador. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A Presidente do Cemeobes, Rivane Melo, pelo trabalho que vem fazendo e por tudo que aqui apresentou, mostrando a dimensão dessa caminhada, principalmente no combate ao *bullying*.

Não sei se a professora Amábile vai ter de se retirar por causa dos alunos.

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Acho que saio devagarinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se quiser fazer a sua saudação neste momento.

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Então aproveito para me despedir de todos. Agradeço demais a sua atenção e quero dizer a esta plenária que a escola particular precisa de ajuda, precisa que todos vocês, que são agentes e parceiros da escola pública, também venham nos ajudar nas escolas particulares; que a Federação busca, a partir de agora, uma amplitude maior das ações de combate ao *bullying* e ao *cyberbullying*, agora buscando as parcerias com os Sinep dos outros Estados que compõem a nossa Federação; e que estamos à disposição de vocês, sobretudo para receber sugestões, porque quem está fora às vezes vê melhor do que quem está dentro. Então, nós aguardamos o contato de vocês, pelo nosso *site* ou pelo telefone, que deixarei depois aqui na Secretaria da Mesa.

Quero agradecer imensamente a você Rivane. Quando a gente faz um trabalho de formiguinha, Senador, e de repente se depara com uma homenagem, fica até chocada. Quero, portanto, agradecer-lhe, Rivane, pela parceria e pelo reconhecimento, que às vezes a gente nem tem direito de ter em vida, mas que você me deu. Muito obrigada, viu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bonito ver a Professora e Diretora Amábile se emocionar com esta homenagem. Isso é muito bonito! Quando a gente faz com a alma, com o coração, a gente se emociona, porque faz uma viagem, desde quando tudo começou, passando por onde está e chegando ao que ainda se pode fazer para essa moçada. Quero repetir as palmas para a senhora. (*Palmas.*)

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento eu passo a palavra para alguém da nossa querida cidade de Pelotas: Simone Maraninchi Leite Lima, representante da Secretaria de Educação de Pelotas, Rio Grande do Sul.

A SR^a SIMONE MARANINCHI LEITE LIMA – Muito obrigada.

Bom dia. Estar aqui é um sonho.

A colocação da Rivane me deixou bastante emocionada porque tenho paixão por esse assunto, que desde 2006 acompanho em *sites*, em *e-mails*, procurando sempre me informar sobre isso. Eu trabalhava em escola como

orientadora educacional e hoje estou representando a Secretaria Municipal de Educação com a função de capacitar os professores e funcionários das escolas municipais de Pelotas. No ano passado, o Vereador que hoje é o nosso Secretário de Educação, Ademar Ornel, criou a Lei Antibullying. Foi quando nos conhecemos e fui levada para trabalhar na casa, o que tem sido muito gratificante.

É um trabalho de formiguinha, como disse a nossa colega Amábile, porque encontro, em cada escola que visito no Município de Pelotas, professores ainda sem conhecimento do que é o *bullying*, do sofrimento que ele impõe a nossos alunos e das consequências tristes e graves que provoca. Eles estão perdidos e desanimados e, sem esse apoio. Não vou falar muito – também gosto de falar, como todo professor –, mas, como todos falaram aqui, acredito que é importante a rede, o trabalho em equipe, as parcerias.

Estou voltando para Pelotas com mais vontade, com mais afinco para continuar essa luta, que acredito ser a minha missão também. Eu fico muito feliz em estar aqui, reafirmo isso. Nunca imaginei, Senador, que um dia poderia estar aqui – uma professora do Rio Grande do Sul, de Pelotas, uma cidade pequena. Sempre trabalhei em escola, tenho quase vinte anos de convivência com alunos. Então, este momento está sendo maravilhoso para mim.

Acredito que todos nós temos a missão de combater essa terrível e grave epidemia. Essa é a missão de cada um, individual.

Muito obrigada a todos. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Simone, que falou aqui pela Secretaria de Educação de Pelotas. O Prefeito Fetter foi Deputado Federal conosco, e há também o Deputado Federal Marroni, que continua conosco aqui. Um abraço a ambos quando tu retornares para lá.

Passo a palavra neste momento a Ana Maria de Albuquerque Lima, que está lançando um livro também sobre o tema.

A SR^a ANA MARIA DE ALBUQUERQUE LIMA – Isso. Eu lancei o livro *Cyberbullying e outros riscos na Internet, despertando a atenção de pais e professores*.

Eu gostaria de agradecer – sinto-me honrada por estar aqui – por seu projeto, Senador Paim, e me coloco à disposição para ajudar no que diz respeito ao *cyberbullying*, já que sou, no Conselho Regional de Psicologia, a única psicóloga de Brasília especializada em cybersegurança, altas especialidades em tecnologia e criatividade digital.

Eu falo sobre potenciais e riscos. Nesse livro, eu oriento os pais a, de acordo com cada idade, proteger os filhos na Internet com a utilização de *softwares* de

parental control, que são *softwares* de controle para pais, para apenas trabalhar o diálogo, porque esses *softwares* não são 100% seguros, 100% eficientes. Eu lido com adolescentes superdotados em tecnologia, que têm, entre outras características, o conhecimento em *proxy*, que é um tipo de tecnologia que permite burlar filtros na Internet. Então, normalmente, o aluno é criativo.

E quando falo de *bullying*, ressalto que é importante ter regras, mas não trabalhar com regras muito rígidas, porque as crianças criativas têm a característica comum de romper com as regras, com os padrões. Eu sempre trabalhava com estratégias legítimas de aprendizagem com os meus alunos. Quando alguém rompia uma regra, se fosse uma estratégia legítima de aprendizagem, a gente aceitava essa nova regra e criava novas regras na sala de aula.

Falo também aqui neste livro sobre como orientar as escolas a combaterem o *bullying* e o *cyberbullying*.

Eu gostaria de falar de uma experiência que tenho em função de ser do universo da cultura *hacker*, do *software* livre. Eu fui, durante muitos anos, observadora da Free Software Foundation da América Latina, que é um braço da Free Software Foundation. Eu trabalhava para o criador do *software* livre do Linux, que é o Richard Stallman, que depois também teve outro criador, que foi o Linus Torvalds. E uma das coisas mais sérias que existem, acho, são as pancadas, as porradas *hackers*.

A gente lidava com um *cyberbullying* seriíssimo na Free Software Foundation. Existe uma cyberguerra envolvendo a Microsoft e esse *software* livre GNU/Linux. Era muito complexo o *cyberbullying* que a gente vivia. Como o servidor da Free Software Foundation era muito vigiado, eles normalmente faziam outro tipo de ataque: eles atacavam os nossos *e-mails* pessoais, eles não atacavam o servidor. A ideia era ter acesso às mensagens *top secret*, às mensagens privadas, e torná-las públicas em outras listas de discussão, e isso gerava muito problemas. Então, de vez em quando, havia investigações cibernéticas, e eles sempre falavam que eu era uma das pessoas mais visadas, porque eu era a única psicóloga – a maioria era composta por programadores. Então, eles pediam para eu criar senhas complexas e estar sempre trabalhando nisso.

No universo do *software* livre existem as cyberguerras. Eu trabalhei durante muito tempo e participava da lista Projeto Software Livre Brasil, que é uma lista que tem muito *flameware*. O que é *flameware*? São as guerras cibernéticas, as discussões entre os programadores. E, quando começavam as guerras cibernéticas, o meu trabalho era tentar detectar os surtos psiquiátricos que surgissem nessas guerras.

Eu detectava sinais de estresse e encaminhava para tratamento, porque havia muitos casos de patologias de fronteira também.

Então, o que eu quero dizer é que me coloco à disposição do Senado para explicar, porque normalmente o que há não é um tipo de *cyberbullying*, mas oito tipos de *cyberbullying*, são oito vertentes. Neste livro eu explico isso.

Eu gostaria de entregar um exemplar para o Senador Paulo Paim e para o Augusto Pedra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este é o livro da Ana Maria Lima, psicóloga, despertando a atenção de pais e professores para o *cyberbullying*.

Muito bem. O livro está com a Mesa. Sei que, se você pudesse, distribuiria para todos, mas nós vamos socializar o nosso.

A SRª ANA MARIA DE ALBUQUERQUE LIMA

– Sim, e eu vou mandar depois, por correio, para o Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu não sei se alguém gostaria de falar em nome dos formandos. Se houver, a essa pessoa eu concederia a palavra em primeiro lugar.

A SRª RIVANE MELO – Com certeza. Nós tínhamos escolhido a nossa representante de Pelotas, que também está se formando nesta primeira turma. Creio que ela fez um pronunciamento em nome de Pelotas, mas, se houver mais alguém para falar em nome da turma...

E a nossa convidada que precisa se retirar, a Drª Beatriz, ela não só coordena uma, mas duas instituições. Se o senhor permitir, ela também está na lista de inscritos em nome dessa turma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora já está dirigindo os trabalhos!

A SRª RIVANE MELO – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, é só para descontraí-lo!

A convite da nossa querida Rivane, a senhora está com a palavra.

A SRª BEATRIZ SUSANNE SCHWAB FERNANDES – Muito obrigada.

Bom dia a todos. Eu sou Beatriz, sou diretora do Instituto Agilità e da Oscip Chamaeleon, que trabalha em parceria com a Vara da Infância e da Juventude aqui do DF, realizando um trabalho relativo à violência sexual contra crianças e adolescentes dentro de casa. Infelizmente agora, dentro das escolas, nós temos notado um aumento desses atendimentos, e nós temos uma dificuldade muito grande para entrar nas escolas, tanto públicas como privadas.

A diretora de uma escola me disse um dia que eu estava fazendo o antismarketing dela porque eu havia falado que dentro da escola dela havia violência sexual. Eu afirmei que tinha e que nós estávamos tentando fazer prevenção, com palestras gratuitas pela nossa Oscip – é uma Oscip séria que trabalha já há quatro anos aqui no DF com todas as recomendações –, mas ela não nos deixou entrar. Seis meses atrás fomos chamados na mesma escola por causa do caso de um educador físico que havia abusado de um menino de sete anos. Aí eu perguntei a ela por que ela não me tinha deixado entrar.

Então, essa percepção da sociedade de que o abuso não existe, esse fechar de olhos a essa violência tão grande também contra as nossas crianças também precisa ser debatido, nós também precisamos falar sobre isso. Os pais também não acreditam. Muitos pais chegam ao nosso consultório, largam as crianças lá e falam: “Cuidem delas, porque eu não sei cuidar.” Algumas mães, nesses casos de violência sexual são coniventes por medo, por violência doméstica. Então, essa é uma luta nossa, também muito grande.

Nós atendemos atualmente cerca de 40 crianças e fazemos trabalho também nas escolas, palestras, trabalhamos, inclusive, numa escola em que uma aluna entrou armada. Era uma das meninas atendidas. Ela entrou armada no colégio – acho que isso foi noticiado em rede nacional – para agredir um professor. Ela nos contou depois que ela tinha a intenção de dar um tiro naquele professor. Isso é muito sério. Essa escola tem índices de violência alarmantes. Até seis meses atrás ela não tinha telefone para entrar em contato com o conselho Tutelar. Nós conseguimos isso e estamos fazendo um trabalho voluntário há um ano lá. Tivemos um retorno muito grande, mas ainda falta muita coisa.

Como o Dr. José Augusto falou, os pais não comparecem. A Dr^a Amábilis também falou que os pais não vão. A sociedade não quer acreditar e, principalmente quando falamos para uma sociedade mais esclarecida, eles me olham de uma forma muito estranha como se eu tivesse mentindo, como se eu tivesse falando um absurdo. E acontece em todas as classes sociais, dentro das escolas privadas escolas públicas.

Então, quero agradecer a oportunidade de dizer que o Instituto Camalho está aberto a todas essas parcerias, a todo esse apoio. Agradecer ao Senador Paulo Paim pela oportunidade. Quero agradecer também a Augusto Pedra, que organizou o Instituto Agilità junto comigo, há seis anos atrás. Muito obrigada a Dr^a Rivane. Muito obrigada pela lembrança. Como disse a Professora Amábilis, quando fazemos um trabalho de formiguinha é muito bom ser lembrada. Quero agradecer muito e fazer essa parceria para que possamos

fazer esse atendimento e dar esse retorno à sociedade e às nossas crianças.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Dr^a Beatriz que me informam é do Paraná e tem um belíssimo trabalho nessa área.

A Dr^a Rivane disse que tem uma colega nossa que vai usar a palavra agora.

A SR^a RIVANE – Essa é a nossa coordenadora da rede infantil no Brasil, um trabalho onde ela conseguiu consolidar um setor que ainda não citamos que são as igrejas do Brasil, as Pastorais da Criança e o projeto Sara Kids. Então, ela vem falar em nome dessa turma que está aliada às igrejas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr^a Rivane está nomeada assessora direta da Presidência dos trabalhos, que já apresentou nossa colega.

A SR^a FRANCIS – Que bom. Agradeço a esta Comissão pela importância que tem dado à criança no Brasil. Tudo que ouvimos hoje aqui e pudemos presenciar, na verdade, o Brasil vê, a nossa Nação. Ao Senador Paulo Paim agradecemos de coração essa oportunidade dada, como ao psicólogo Augusto Pedra e à Rivane, que tem sido a maior interessada em colocar ordem pela necessidade que temos no momento.

Sou educadora, pastora – não foi citado, mas sou pastora –, há 30 anos tenho um trabalho visionário com as crianças onde tenho a função pastoral de capacitar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora é pastora...

A SR^a FRANCIS – Da Igreja Sara Nossa Terra Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho legal que cada um diga a área que atua.

A SR^a FRANCIS – Então, sou pastora-coordenadora do Ministério Sara Kids, da Igreja Sara Nossa Terra Brasil, porque temos igreja também no exterior, na América e na Europa – em Portugal e em outros países. Tem sido gratificante podermos trabalhar com criança.

Hoje vemos no Estatuto da Criança e do Adolescente – e vou citar – o direito à expressão e acesso à informação, e, como dever, colaborar com projetos que promovam a melhoria da capacitação de profissionais.

Então, uma igreja séria, na verdade, se empenha na capacitação, aproveitando – é lógico – aqueles que, de alguma forma, estão preparados para esse trabalho, porque não basta querer; é necessário estar preparado. Sabemos que assim como existe a Pastoral da Criança, que cuida principalmente da área social, as igrejas evangélicas no Brasil recebem de Deus essa ordem.

Quando deparamos com a Constituição Maior, que é a Bíblia, ela diz que há deveres para pais, para

filhos, fala aos jovens, fala ao ser humano de modo geral, porque é para o mundo, mostrando, por meio da palavra, que Deus amou o mundo de tal maneira que deu seu filho unigênito para que todo aquele que Nele crê não pereça, mas tenha vida eterna.

Isso quer dizer que o ser humano criança, o ser humano adulto, está numa condição perecível, de vir a perecer. É bom vermos partindo dos governantes do nosso País, e por que não dizer do Senador Paulo Paim, essa abertura para ouvir, e quem ouve entende melhor.

Hoje, quando vi o Major apresentando os *slides*, ele finalizou com as mãos, com aquele visual no sentido de dizer que sozinho não podemos, mas, em conjunto, com a capacitação dada primeiramente por Deus para avançar e fazer algo em prol da criança e do adolescente. Quando vemos as estatísticas mostrando o perigo, temos vários motivos para nos levantar a favor; quando se falou do *bullying* e, da violência, a Igreja precisa estar aberta a essa participação coletiva, porque ela tem a qualidade, ela tem a ferramenta.

Vimos a Professora Amábilis falando a respeito das escolas, os projetos apresentados, os livros, a forma de a mídia divulgar, mostrando as condições em que a criança e o adolescente estão sendo tratados. Percebemos isso e não podemos ficar de braços cruzados. Então, a igreja tem projetos.

Este ano, no mês de julho, no Ministério Sara Kids, pude alcançar as cinco regiões do País, falando da urgência e da necessidade de se cuidar e de zelar pelo ensino à criança e do ensino da palavra de Deus, que, como sabemos, tem leis que até promovem, por assim dizer, e estabelecem meses, semanas em que se fazem ou mesmo se repassa algo da sua cultura, disso, daquilo.

Sabemos que o povo perece por falta de conhecimento. Sabemos que uma nação falha quando não conhece a Constituição; assim como o cristão falha quando não conhece a constituição Bíblia para saber que Deus deixou homens comprometidos. E, quando Ele instituiu governos, o fez porque viu esse comprometimento por parte do governo de zelar pela criança e não ficar simplesmente na folha, como um estatuto criado, mas zelar no sentido da ação. Essa oportunidade hoje é dada a essa Comissão.

Aqui fica dada a minha palavra de gratidão por tudo que ouvi e pude somar com o que possa estar passando à Mesa, à Comissão, agradecendo ao psicólogo Augusto Pedra e à sua esposa, agradecendo a todos vocês que hoje compõem esse grupo forte da nossa Nação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Pastora Francis. (*Palmas.*)

A vida é dinâmica. Tenho um irmão que é psiquiatra. Lembrava dele agora, com o Dr. Augusto falando que é uma bobagem enorme achar que ir a psicólogo, terapeuta, psiquiatra é coisa de louco. Ele diz “Eu vou todo mês”, e a senhora sabe que todo psiquiatra vai consultar todo mês.

Assim como tenho um irmão psiquiatra, tenho uma filha que é Pastora. Não vou fazer propaganda da área, mas ela é pastora; tenho um filho que é médico. Enfim, sou bem democrata no extremo da palavra.

A SR^a FRANCIS – Que bom! Também tenho filhos advogados, psicólogos, na área do ensino, na Igreja e, na música. Está aqui o autor da música Somos Um, da Salz Band, o Ulysses..

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ulysses está aqui? Levanta aí, Ulysses. Parabéns pela criatividade! Se depois quiser tocar e cantar, está à disposição. Não tem problema. Estou falando sério mesmo.

A SR^a FRANCIS – E da minha equipe também de ensino temos a Verônica, que eu gostaria que se manifestasse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sse um dos dois quiser usar a palavra...

A SR^a FRANCIS – É uma das que tem estado atuado no projeto no ensino à criança.

Tenho escrito também projetos temáticos para professores de crianças, em que colocamos essa atualidade que estamos experimentando, vivenciando hoje, trazendo a palavra de Deus, como agir com resultados positivos. Então, é o calendário cívico escolar dentro do calendário eclesiástico da igreja.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Então, neste momento, vamos dar a palavra para todos os nossos convidados, por cinco minutos, para as suas considerações finais e, se quiserem fazer, alguma ponderação a mais.

Eu vou começar com Augusto Pedra, psicólogo, especialista em *bullying* escolar.

O SR. JOSÉ AUGUSTO PEDRA – Mais uma vez, quero agradecer a iniciativa desta Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo Senador Paulo Paim, pela oportunidade de abrigar os congressistas, os participantes do II Fórum Brasileiro de Combate ao *Bullying* e Outras Violências. Quero agradecer aos convidados que participam conosco, em especial ao Dr. Sérgio Fernando Harfouche, que sabemos que, lotado de atribuições, fez uma ginástica para estar aqui conosco. Nós o agradecemos em especial, bem como a Dr^a Rosângela, que se deslocaram. Ele saiu às 4 horas da manhã de Campo Grande, 3 horas da manhã no horário de Brasília, está sem dormir, tomou o café da manhã no aeroporto e veio direto para cá. Então, sa-

bemos do esforço que eles estão fazendo e – ele não sabe – que ainda farão ao longo dos próximos dias. Nós agradecemos.

Queremos deixar duas considerações aqui. Primeiro, é um apelo aos pais, porque a família é a célula principal da sociedade. Antes de falar às instituições, eu gostaria de resumir um apelo às famílias. Eu também sou pai, sou chefe de família, temos filhos - de 25 anos, o mais velho, e de 18 anos, a mais nova – e entendo muito bem. Não é brincadeira criar filhos, mas é um projeto possível, viável e extremamente gratificante, quando a família funciona bem.

Eu quero deixar o apelo a três aspectos importantes. O primeiro deles é que não dá para educar sem Deus. Quando a criança acha, acredita e experiencia que, acima do pai e da mãe, não tem ninguém, fica um negócio difícil, mas, quando eles sentem que pai e mãe são tementes ao Senhor Deus, aí, eles aprendem que existe um absoluto diante de quem o homem é relativo. Então, eles passam a entender que pai e mãe devem satisfação ao pai celestial e isso fortalece extremamente a noção de segurança e significado à qual nos referimos anteriormente.

Eu gostaria de dizer também, como psicólogo, em nome do Conselho Regional de Psicologia 01, aqui, de Brasília, que nós, psicólogos, estamos à disposição. Como o senhor frisou, o psicólogo, o psiquiatra, enfim, não é para doido, não; é para pessoas normais, para pessoas que querem crescimento pessoal, que buscam autocompreensão, que buscam a resolução dos seus conflitos. Nós nos colocamos à disposição. Procurem, sim. Caso você não conheça um psicólogo de referência, faça um contato com o CRP e, com certeza, serão muito bem orientados.

Além disso, queremos dizer que, na experiência, na vivência nossa, a maioria dos pais está sem saber muito bem o que fazer. Então, damos algumas diretrizes. Acolha o seu filho, a sua filha. Os pais acham que precisam repreender, precisam corrigir antes de tudo. Não, precisam acolher, abraçar, beijar e amar. Ponto. A partir disso, é possível. Segundo passo, ouçam seus filhos. “Ah, não tenho tempo”. Tem tempo, sim. Desliga a televisão, desliga outros afazeres, vá para o chão com o seu filho. “Ah, mas eu não sei lidar com criança”. Bom, devia ter pensado nisso antes. Agora, que está em meio a voo, vá para o chão, tira a gravata, tira o paletó e vá para o chão com seu filho, com a sua filha. Através das brincadeiras, desde as crianças em tenra idade, eles partilham sobre suas vidas, sobre suas vivências e experiências escolares. Então, aprenda a ouvir, porque, se você ouvir o seu filho, você estará ensinando a ele que ele irá ouvir o que você, pai/mãe, tem a dizer. Se você não escuta o seu filho – “Não,

não, isso é bobagem; agora, não, estou cansado” –, provavelmente, da pré-adolescência em diante, eles também não o ouvirão e, aí, os problemas começam a se agravar. E a terceira coisa, além de ouvir, acolha, acolha, acolha. É preciso resgatar o acolhimento, oras!

Olha, se você está com dificuldade, experimente o horário nobre da sua casa, tipo de 8 às 9 horas da noite, desligue tudo, feche tudo, sente com os filhos. Provavelmente no início fique aquela coisa sem graça: “E, aí, filho foi tudo bem?” “Tudo. Normal.” Mas com o passar do tempo, não tendo outra opção, com certeza, família encontra meios de brincar, conversar, o pai lembra a infância. Nós temos tido sucesso, êxito, em vários casos de famílias que estavam isoladas e que agora estão agregadas. E casos inéditos agora de pais com filhos já adolescentes, e os filhos querem acompanhar os pais, a ponto de os pais dizerem “Doutor, tá difícil! Quero ficar a sós com a esposa e tudo, e os filhos estão grudados demais.” O caso inverso. Graças a Deus, isso é possível.

Última consideração numa frase. Olha, a pastora Francis mencionou que Deus enviou o seu Filho ao mundo por amor do mundo, em resgate ao mundo. E eu quero reforçar essa mensagem de que nós temos um Pai celestial e é possível, sim, aprendermos a sermos pais tendo como referência esse Pai celestial. Eu aqui, como psicólogo, teólogo, digo que aprendi muito nessa linha. Então, agradecemos a todos e os convidamos – ainda há tempo – a participar do II Fórum Brasileiro de Combate ao Bullying e Outras Violências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está sendo onde?

O SR. AUGUSTO PEDRA – Ele está sendo realizado itinerantemente. Visitamos Batalhão Escolar, estamos participando hoje de audiência, amanhã, também, teremos audiência na Câmara. Ele está sendo realizado aqui nas dependências do Kubitschek Plaza, em Brasília. Mas é possível, acessando o nosso site, as pessoas obterem maiores informações. Então, disponibilizamos a participação de pais interessados, professores e educadores.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns ao psicólogo, especialista em *bullying* escolar Augusto Pedra, que fez aqui uma bela exposição.

A Professora Amábilis teve que se retirar. Já fez a sua saudação. Vou passar, nesse momento, para a assistente social Rosângela Gonzaga, que, também, assessora o Ministério Público.

A SRª ROSÂNGELA GONZAGA – Eu quero só dizer para vocês que tudo que a gente precisa de receita está escrito. Deus deixou. O segundo é amar o

seu próximo como a você mesmo. Então se a gente aprender a amar mais, a cuidar mais, acolher mais, a gente vai conseguir. O amor é a essência de tudo. O que falta para nós e para as nossas crianças é mais amor, mais cuidado. Eu resumo minha palavra em amor. Eu sempre falo que, se você ama, você cuida, você protege, você quer o melhor. E amar não precisa ser seu parente, seu filho, amar é amar o seu próximo como a você mesmo, porque Deus deixou isso escrito. E tudo que Deus deixou escrito não está se fazendo hoje. Faz-se muito pouco, e tudo é permissível, tudo pode. O que Deus deixou escrito não mudou, não foi revogado, e está para ser cumprido. Então, graças a Deus, que a gente veio para um debate para onde veio a essência; e a essência é Jesus. Quando a gente tem a essência, tudo faz diferença. É pouquinho, mas, aos pouquinhos, a gente vai fazendo muito mais. E eu falo isso. Quando chega mãe lá, eu choro junto com ela, eu choro junto com o adolescente.

Eu estava falando para o Dr. Sérgio: “Dr. Sérgio, chegou um menino aqui que falou pra mim que ele é ateu, que ele não acredita em Deus.” E aquilo me doeu muito. E eu falei: “Como que você pode dizer que não acredita em Deus. Você está respirando e tem esse sol lindo aí fora!” E comecei. Coloquei ele no meu colo, um guri grandão. E eu falei: “Vou te fazer uma pergunta: se você consegue dar vida, como você pode falar que não existe Deus?” Com amor, não o afrontei, mas o coloquei no meu colo. Ele saiu de lá chorando e vai pensar no que me falou.

A gente encontra de tudo nos nossos atendimentos. Então você não pode se igualar aos adolescentes e ficar na agressão. Você tem que acolher, escutar muito. Isso é verdade; a gente escuta mais, fala menos, e dá amor. Alguma coisa vai ficar. Se a gente aprender, todas as pessoas que educam, que cuidam, que tratam se derem amor, a gente vai conseguir alguma coisa. Não vamos consertar o mundo, porque isso vem do alto, mas a gente vai fazer uma transformação grande.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a assistente social Rosângela Gonzaga, que assessora também o Ministério Público e fez a sua fala, nesse momento, centrada na palavra “amor”. Com certeza, isso contagia e há de continuar contagiando a humanidade eternamente.

Eu quero passar a palavra, nesse momento, a um Senador que veio nos prestigiar aqui. É uma das principais lideranças desta Casa, com certeza absoluta: o Senador Walter Pinheiro. É uma satisfação ouvi-lo, meu Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Paulo Paim, é um prazer muito grande estar

aqui. As segundas-feiras são sempre muito bem preenchidas e de forma bem centrada no tema, a partir dessa sua disposição de abrir a Casa para temas importantes como este. Isso, de certa maneira, evidencia cada vez mais o nosso papel aqui no Senado, como o da própria instituição ao adentrarmos temas tão delicados e de certa forma abrangentes como este.

Eu estava ouvindo a intervenção final do Dr. Augusto Pedra, que falava exatamente sobre como a comunicação influencia no dia a dia e vai formando pessoas.

Paulo Paim, nesse final de semana eu estava com o Governador Jaques Wagner e viajávamos para uma região a aproximadamente uns 600 quilômetros de Salvador e comentávamos sobre a força desses veículos de comunicação e de como a deturpação da informação, a degradação das relações pessoais e a banalização da vida se têm apresentado a cada momento na televisão. Então, as pessoas vão achando que a relação de amor é algo meramente pontual, interesseiro ou até que se situa em outro plano: o amor enquanto uma relação para estabelecer cada vez mais satisfação de desejos. Aí, podemos até classificá-los como dentro dessas três partes que experimentamos em cada um de nós. As pessoas vão fazendo um amor muito na relação com a parte mais externa, o corpo, carne. Portanto, aquilo toca e, de certa maneira, passa para outra fase da nossa relação, que é a alma e mexe com coisas que até arrepiam, de certa maneira. Ela cria um entusiasmo, mas são coisas fluidas, passageiras. E ela não consegue tocar na principal parte do nosso corpo, que está em nosso corpo, que é o espírito. Portanto, são coisas muito mais profundas.

Eu até associo muito essas três partes – corpo, alma e espírito – a ritmo, harmonia e melodia. O ritmo é algo que mexe com o corpo: balança, sacode; mas cansa. E chega num dado momento em que as pessoas, inclusive, são obrigadas a parar porque pularam tanto ou fizeram tanta troca corporal que há um esforço físico sem nada ficar guardado. A outra parte é harmonia. Se olharmos bem, harmonia é algo que, quando ouvimos, não conseguimos muito decifrar o que está dizendo, mas nos empolgamos, como se fosse um mantra, sabe? Algo que mexe com a gente. Por isso eu falei que arrepiam. Toca na alma, mas é fluido. Vai e passa. É emoção passageira. A melodia e espírito, não. É diferente. Melodia, nós identificamos o conteúdo. Absorvemos. E no espírito ela toca, fica, é guardada. Mexe com os sentimentos.

Eu não sou psicólogo, viu Dr. Pedra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas leva jeito.

O SR. AUGUSTO PEDRA – Mas se expressa muito bem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A minha área é de telecomunicações. A minha especialidade é a área de tecnologia e telecomunicações, mas é importante dizermos a maior das sensibilidades dos homens. Até para desenvolvemos tecnologia, precisamos desenvolver exatamente essa nossa capacidade de pensar com o espírito, profundamente, para agir de forma muito mais humana. Aí é onde se localiza efetivamente o verdadeiro amor. Como guardamos aquilo das pessoas? Como guardamos esse sentimento? E como podemos melodiar, falar algo que as pessoas entendem e não um mero mantra? Portanto, a melodia é algo que diz, com a letra, qual a profundidade do que efetivamente se precisa ouvir. Então, essa expressão de troca é importante; e essa é a banalização da vida a que me referia antes. As pessoas vão tratando isso de forma tão diferente.

Eu sempre dou como exemplo o episódio daquele casal, sobre o qual não quero fazer nenhum julgamento nem condenação. É o episódio daquela criança de São Paulo, cujas estimativas apontam que teria sido arremessada da janela. Eu me lembro de que logo em seguida aquilo ganhou as páginas de todos os jornais. Aquela questão preenchia as noites de domingo como o assunto mais importante e sensibilizava as pessoas, mexia com elas. Mas no domingo seguinte, Paim, vinha um jogo do Corinthians, Flamengo, Bahia e era como se aquele caso da menina já tivesse passado, sacramentado. É como se uma crosta evitasse que aquilo penetrasse mais profundamente nas pessoas, evitando um sentimento não de vingança, mas de trabalharmos a recuperação para que outras pessoas não façam isso. Olha que estamos falando sobre algo feito a alguém que é filha. Eu não estou dizendo aqui se fizeram ou não. Mas imaginem um amor de pai para filha; amor de mãe para filha.

Minha mulher brinca muito comigo e diz assim: “Ah! Vocês não sabem o que é tocar num filho. É como tocar na gente.” Imaginem. Primeiro, houve uma onda de sensacionalismo. Aí, contagia o País inteiro. Depois, vai para a linha do esquecimento, como se aquilo não tivesse nenhum tipo de impacto. E o mesmo veículo que faz a sensibilização, depois mostra cenas das mais absurdas: quando alguém agride alguém; ou quando alguém inclusive maltrata alguém.

Quantas vezes pegamos enredos de novelas cujo conteúdo principal é alguém que se dá bem sendo malandro; ou alguém se dá bem atacando alguém; ou alguém se dá bem matando alguém. Não há uma estrutura de amor. Ou há alguém que diz que amor é algo passageiro. Não importa. Eu não estou me refe-

rindo somente a uma troca, mas a amor como parte muito expressiva.

Aliás, o Apóstolo Paulo escreve uma das suas cartas mais interessantes a uma igreja na cidade de Corinto e fala de um momento muito próprio. É uma das cartas em que ele critica o povo da igreja, dá uma chamada e diz: “Olha, vocês estão precisando falar um pouco mais das coisas que vivem”. E ele fala da experiência do amor nessa carta. É o capítulo conhecido por todos no mundo, Coríntios 13, em que ele diz que o amor tudo suporta. E suportar não é fácil. Como você usa o amor como instrumento para ser capaz de suportar todas as coisas? O amor tudo pode, diz o Apóstolo Paulo. Quando é profundo, inteiro, pode fazer tantas coisas! Pode transformar. Inclusive, pode mudar o comportamento de uma pessoa.

Então, essa relação que o Apóstolo Paulo estabelece com o amor é muito interessante para compreendermos a proeza... Eu não estou falando de religião, porque religião é coisa de homem, e os homens são falhos. Todos nós. Estamos falando de outro valor que é muito maior. Às vezes nos agregamos, aqui e acolá, nessa ou naquela religião, dessa ou daquela forma, mas nos apegamos a algo que é muito mais importante: “Amar a Deus sobre todas as coisas”. Mas olha o que o ensinamento diz: “Amar ao próximo como a si mesmo”.

Então, não adianta falar que amo a Deus sobre todas as coisas se eu não consigo amar quem está do meu lado, se eu não consigo suportar, se eu não consigo fazer as coisas. E o Apóstolo Paulo ainda diz assim: “O amor é paciente. O amor tudo espera”. Então, dá para esperar? Dá para conter? Nós vemos, nesta sociedade de hoje, como isso se vai degradando e entrando numa rota.

Cada vez, meu caro Pedra, que assistimos a uma cena daquela de garotos que terminam comendo absurdos é como se fosse um incentivo a uma prática: “Olha, dá para fazer isso; além de você provocar esse desastre todo, você sai na mídia; você vira o herói nacional ou você vira o herói até internacional.” Então, é preciso ter muito cuidado como as notícias são passadas, como isso é trabalhado, ao invés de a gente passar a notícia, para exatamente tentar pegar o fato e estabelecer uma relação, para dizer como é que as pessoas podem, a partir do fato, entender que a vida não pode continuar a ser banalizada e ir mudando essa história.

O nosso papel nosso aqui é importante. Não basta só aprovar uma lei e dizer que vamos ser rígidos. Lá na comissão nós aprovamos, dizendo que vamos ser rígidos, combater. Eu sempre digo aqui que lei é um negócio tão frágil que às vezes as pessoas rasgam. A cultura é muito mais difícil. Você não rasga a cultura.

A lei é importante até para a gente sedimentar esse caminho e criar esse aspecto da cultura. Eu diria que é uma coisa assim muito bonita para a gente tratar esses temas, mas, ao mesmo tempo, dói, quando a gente vai vendo como essas coisas vão incentivando outras.

Eu me lembro de que eu li, certa feita, um livro de Augusto Cury muito interessante, em que ele conta até porque deixou de ser ateu. Ele começa a escrever e diz que, ao final desse trabalho, descobriu que tinha que ter fé. É o que eu sempre falo com as pessoas: fé não tem nada a ver com religião; fé é diferente. E nesse do Augusto Cury ele dizia uma coisa muito interessante em relação a esse tipo de ação das pessoas – ele falava em relação ao suicida. Ele dizia assim: o suicida não quer tirar a vida; o suicida quer se livrar da dor.

Então imagine o que é você agredir alguém com palavras. Ai tem gente que diz que palavras vão com o vento. Palavras não vão com o vento; palavras são sementes; palavras fixam, palavras ferem, palavras marcam. Então imaginem alguém que sofre uma dor de uma discriminação dessas, em que alguém diz: “Mas isso não é material”. Quem me disse que não é? Isso é pior, porque essas palavras de preconceito, de perseguição elas são penetrantes, elas tocam o espírito da pessoa; é diferente. Essa é a relação a que quero chegar. Elas fixam alguma coisa, elas dizem e provocam dor. Quantas pessoas no mundo já tiraram a sua vida por conta dessa dor que algumas pessoas avaliavam que era uma dor que era algo que estava muito no imaginário de cada um, que era só uma alteração psicológica?

Não é verdade. As alterações psicológicas acontecem exatamente fruto de provocações, de estímulos, de ações. E palavras são tão fortes quanto quaisquer atos. Elas são capazes de matar de forma tão violenta quanto qualquer bazuca ou até têm muito mais poder do que qualquer bala.

Então é importante a gente estabelecer como é que nós vamos trabalhar com isso, para usar essa grande força que a gente conquistou no Brasil, que é a possibilidade de a informação circular instantaneamente; como trabalhar isso, para a gente tentar quebrar na sociedade essa barreira de um valor que é muito importante e que é esse valor do amor.

Semana passada o Senado divulgou um material sobre a quantidade de mulheres que apanham por dia. Quando a gente vai ver, na minha cidade, Salvador, são 22 casos por dia de violência contra a mulher, e 60% dos casos acontecem dentro de casa. Não só esposos que espancam esposas. São filhos que agredem mães, Paim, irmãos que agredem irmãs. Então o que é isso? É degradação. Nada acontece lá fora sem ter começado em algum lugar, sem ter começado cá dentro. E o pior

é quando começa cá dentro, porque aí você vai criando exatamente esse caldo de cultura na sociedade. Então para combater o *bullying* a gente precisa combater de outra forma. A gente precisa plantar essa estrutura de amor para dizer: a forma jocosa, a forma absurda, a forma de discriminação desestrutura qualquer pessoa, quebra a autoestima.

Quantas pessoas chegam e dizem “Eu não tenho absolutamente nada, e as pessoas estão me acusando!”

Numa das esferas de trabalho nossas, minha mulher trabalha com centro de recuperação há 15 anos. E lembro-me de que havia um jovem que nos dizia: “Rapaz, ninguém elogia o que eu faço; o que eu faço eu mostro às pessoas, e as pessoas dizem que está faltando isso, que está faltando aquilo.” E foi muito forte quando ele me disse aquilo. Você já imaginou uma pessoa fazer todo o esforço para produzir algo, produzindo com o maior carinho, com o maior esforço, com o maior, e alguém vai e diz assim: “Mas está faltando isso.” É muito melhor olharmos o contrário. É uma relação de amor você chegar e dizer: “O que você fez foi ótimo!” Não é o problema de esconder determinadas “verdades”. É olhar por outro ângulo. É a velha história do chamado copo, se está pela metade ou se está menos cheio. Qual é o referencial que tomamos? E, nesse particular, o referencial da autoestima é muito melhor do que o referencial de você estimular para cada vez mais a baixa autoestima se estabelecer.

E eu às vezes brinco com minha mulher. Eu digo assim: Qual é o problema de eu chegar a uma loja, por exemplo, e fazer um negócio, comprar um presente para mim? Eu achei que eu fiz algo. Isso não é egoísmo. Agora, imagine você ter a capacidade de fazer isso com outro, estimula-lo, dar uma palavra. Na minha relação com a minha esposa, às vezes aproveitamos aquele momento de tensão, e digo: Temos ter cuidado com o momento de tensão, porque a palavra vai e aí, meu amigo... Na hora em que a tensão subir demais, dê uma respirada e se lembre de uma coisa...

Vou falar isso para encerrar, Paim. O Apóstolo Paulo usa um conjunto de ações, quando ele escreve outra das suas cartas, agora aos gálatas, em que fala de diversas virtudes. Ele fala da bondade, da mansidão, mas tem uma coisinha final, uma característica de que Paulo fala, que ele chama fruto do espírito, que é um negócio difícil de viver. E eu não estou falando de religião. Isso na vida comum, na vida profissional, na vida parlamentar, na relação. Ele fala de domínio próprio, de como é que seguramos o nosso ímpeto, de como o dominamos, de como é que agimos. Não é fácil. É uma tarefa das mais difíceis.

Por isso, Paulo Paim, eu o parablenizo, porque estamos tocando em algo que mexe com as pessoas,

mexe com o sentimento, porque é fácil fazer uma lei aqui. Na quarta-feira estamos vamos discutir satélite, o lançamento de satélite, o aumento da cobertura. Isso é mole. Saiu da cabeça de todos nós. Materializamos um negócio que é simples: nós vamos lançar, fazer cobertura, atender o Brasil, melhorar isso e tal.

Agora, mexa com esse imenso, aparentemente pequenino, mundo interior, para ver como esse satélite velho funciona aqui. É duro, não é fácil não, porque cada um é um satélite, cada um tem uma forma de ver, tem uma forma de agir, tem uma forma de se comportar e cada um vai recebendo influências de fora, e essas influências vão deixando marcas, às vezes, perigosas.

Na Bahia, há uma história sobre essa questão muito antiga. Falamos de *bullying* hoje, Paim, mas contam que Rui Barbosa, no seu brilhantismo, foi fazer a defesa de um sujeito que tinha matado outro. E aí o cara disse: “Mas, Rui Barbosa, você vai defender um caro que matou outro?” E ele começou a contar a história e, antes de contar a história, ele foi repetindo não sei quantas vezes o nome do juiz. Excelentíssimo, Meritíssimo etc, etc. E o pessoal: “Mas Rui Barbosa fica repetindo essa cantilena, repetindo, repetindo, repetindo.” E aí chegou uma hora em que o juiz disse: “Pare! Você está repetindo o meu nome já não sei quantas vezes.” E ele: “Imagine esse sujeito que passava todo dia pela rua e o caro o chamava ‘Pé de pato! Pé de pato!’” Um dia, ele se revoltou e “pá” no sujeito que o chamava de pé de pato. Ou seja, era uma simples coisa, um apelido, uma forma de a gente olhar para alguém e só enxergar um único defeito; e as pessoas têm tantas virtudes.

Aqui, tem um companheiro nosso que conta que, na fase que ele era criança, ele chegava à escola, e o pessoal o chamava de narigudo. Um Senador da República aqui. Diziam: “Ó narigudo, ó narigudo”. Aí, ele ia para casa chorar, chegava para a mãe e dizia: “Minha mãe, não vou mais para escola, estão me chamando de narigudo”. Segundo ele, a mãe dele, analfabeta, disse: “Meu filho, venha cá, chegue aqui. Que você é narigudo, eu sei”. Aí, passou a mão e disse: “Seu nariz é grande”. Ele falou: “Até a senhora, minha mãe!”. Aí ela disse: “Agora, vá ao espelho. Deus lhe deu uns olhos tão bonitos”. Aí, ele ficou... E disse: “Eu quero voltar para a escola”. Ela disse: “Não, mas, hoje de tarde, não tem aula, não. Só amanhã de manhã. Calma”. No outro dia de manhã, ele levantou já de madrugada. E a mãe disse: “Calma”. Ele falou: “Não, mas eu já quero chegar logo lá”. Quando chegou à escola: “Narigudo, narigudo”. Ele: “É isso aí.”, mostrando assim para todo mundo.

Valorize o que você tem. A gente precisa fazer isto: valorizar o que as pessoas têm. Assim, a gente

consegue vencer o preconceito e estabelecer uma relação de amor entre nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

Não preciso dizer nada. Eu iniciei dizendo “um dos mais brilhantes Senadores desta Casa”. Quando eu digo desta Casa, é do Congresso Nacional, não é só do Senado. Eu estou aqui há 26 anos e aprendi a ouvi-lo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Está valorizando um lado meu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não, estou sendo verdadeiro. Está sendo uma belíssima reunião. Eu estou sendo só verdadeiro, por tudo que o Senador Walter Pinheiro representa para nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas você provocou o nosso psicólogo aqui, o Dr. Augusto Pedra, que quer só um minutinho, Senador.

O SR. JOSÉ AUGUSTO PEDRA – Senador Walter Pinheiro, eu agradeço as palavras que o senhor disse aqui. Já vi que, de psicologia de alma, o senhor entende, como também de teologia bíblica do Novo Testamento. Obrigado, porque as suas palavras, as suas considerações aqui abrilhantaram tremendamente. O senhor não imagina.

Nas suas palavras, o senhor fez alusão ao ritmo, à harmonia, à melodia e fez citações do Novo Testamento. Eu gostaria de citar, corroborando o que o senhor disse, o Livro de Apocalipse, em especial, os capítulos IV e V, quando trata do trono de Deus. Aquilo lá é uma ópera cósmica. Deus, ali, pode ser considerado como ação, música e movimento. Realmente, depois que a gente lê e estuda um texto daquele, a percepção de si mesmo e a percepção de Deus e de Universo mudam tremendamente.

Quanto à dimensão da fé – eu trabalho também com atletas, com mais de 100 atletas treinados, atletas de alta performance; trabalho com otimização de performance –, eu quero lhe dizer que a fé é um elemento de otimização de performance. É sabido que o atleta que crê tem uma capacidade de superação, Sr. Presidente, muito maior que aquele que não crê, porque a fé é caracterizada na Bíblia, no Livro de Hebreus, capítulo XI, como a sendo a certeza de uma coisa que eu espero, a convicção de um fato que eu ainda não vejo. Portanto, a alma humana tem essa capacidade. Nesse ponto, assemelha-se a Deus e, por isso, sem fé, é impossível agradar a Deus. Quando o ser humano mobiliza a fé, ele se assemelha ao Criador, porque ele concebe uma coisa que ainda não existe. Assim como Deus, que chama à existência as coisas que não existem, pela palavra, a pessoa que crê é capaz

de chamar à existência uma realidade e, muito mais ainda, de transformá-la.

O senhor tocou numa essência, quando comparou a lei como algo frágil e a cultura. É essa cultura que estamos empenhados em modificar, desde tenra idade, trabalhar com nossas crianças para que se mobilizem num sentido cultural ou de uma contracultura, talvez, de proporcionar uma realidade de paz, de justiça, de equidade. Nós somos idealistas e cremos nisso.

Nós temos uma frase que, nesses anos de combate ao *bullying*, procuramos divulgar: o problema não é o que os meninos trazem na mochila, Sr. representante do batalhão escolar, mas o que trazem na alma; o que foi introjetado na alma. E isto o senhor e todos ressaltaram muito bem: é a questão da família.

A família precisa olhar a criança como uma semente dependendo dos nutrientes, dependendo de água, luz e nutrientes em proporções adequadas. Assim, a família forma um cidadão capaz de contribuir para a sociedade; do contrário, ela pode gerar uma arma nociva à sociedade.

O senhor enfocou a importância das palavras. Realmente, elas são importantes. E eu queria apenas dizer – não sei se conseguiria me aproximar de sua eloquência – que hoje nossas crianças precisam, sim, de palavras, de elogios, de otimismo, mas precisam ainda de exemplos, de atitudes. E a criança aprende muito olhando nossas atitudes.

Uma colega nossa que está participando conosco, na sua experiência de educadora, contou que chamou uma mãe à escola e convocou-a para uma audiência com ela. A mãe chegou e já disse: “Olha, professora, antes de a senhora dizer qualquer coisa, eu já bati no menino!” E ela perguntou: “Mas bateu por quê?”, “A senhora me chamou à escola, certamente ele fez alguma coisa errada.” Ela disse: “Não, eu chamei à senhora para mostrar e elogiar porque o caderno dele está uma maravilha e ele melhorou tremendamente!”. Nessa mãe corriam lágrimas. É aquela noção: vamos bater logo antes de saber o que aconteceu. Então, essa coisa de bater está superada. Na verdade, a dimensão é esta, a do amor.

Nossos jovens precisam de atitudes, e eu, mais uma vez, parabenizo a atitude desta Casa em promover um evento como este. E é tão raro, em um evento como este, nós ouvirmos falar da palavra “amor”, que foi defendida, muito bem discorrida.

O senhor também está de parabéns, principalmente por ser, além de um político notável, também versado no conhecimento da alma humana e da orientação teológica a respeito. Nós entendemos, assim, que nós temos políticos capazes de elaborar leis que respeitem o valor humano e a cultura.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Psicólogo Augusto Pedra.

Agora, vamos para o Promotor de Justiça do Mato Grosso do Sul Sérgio Harfouche.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Eu quero também somar-me a esse coro que elogia o trabalho que Senador Paulo Paim está desenvolvendo e desenvolveu hoje aqui. Sinto-me muito à vontade porque eu vejo o somatório de ideais.

Quero também agradecer ao Dr. Augusto Pedra e também a Sr^a Rivane Melo por esta oportunidade. Eles estiveram conosco lá em Campo Grande e puderam ver um pouco do que está se desenvolvendo.

Eu abriria aqui um direcionamento de apelos. Eu iniciaria dizendo aos meus colegas do Ministério Público que questionassem se, nesses últimos 21 anos, nós, promotores, temos conseguido cumprir com o mister, que é a proteção integral, sentados nos nossos gabinetes. Isso tem me incomodado muito.

É claro que é muito prático esperar uma pilha de procedimentos contra adolescentes em uma pasta à esquerda e dispensá-las com uma representação ou, então, com uma remissão, enfim, com um encaminhamento judicial qualquer pelo lado direito. Enquanto isso, somamos, dia a dia, o número de adolescentes infratores.

E por mais que se diga que, caso esse adolescente venha a apenas receber uma remissão, uma advertência, isso deixará de existir, não é verdade, porque o acesso aos bancos de dados, Senador, tem marginalizado essa garotada.

Aqui eu não quero fazer a apologia àquele adolescente que já se entregou a um perfil desviado de criminalidade, que se sustenta como um criminoso ou aquele que queira participar de atos dessa ordem. Preocupam-me movimentos, como esse que temos visto, de redução da idade penal, querendo colocar todos os adolescentes dentro do mesmo saco de imputabilidade, sendo que está demonstrado que apenas 1% dos adolescentes envolvidos em atos infracionais mereceriam atenção especial, o que é negligenciado em todo o País. Eu ainda não vi nenhum modelo no País que cumpra o Estatuto da Criança e do Adolescente, oferecendo a esses adolescentes oportunidade de ser reeducado. Alguns já dizem: “Nem podemos reeducar quem nunca foi educado sequer.” Então, na verdade, precisamos voltar mesmo para a educação e aqui está o meu empenho. Sei que existem várias iniciativas dos meus colegas, em todo o País.

Eu quero deixar claro que se reunirá, no próximo dia 6 e 7, em Belo Horizonte, o Grupo Nacional de Direitos Humanos, e especialmente a nossa comissão,

a Comissão Permanente da Educação, de promotores voltados para a educação. Teremos oportunidade de compartilhar as experiências que trazemos do nosso Mato Grosso do Sul, mas me preocupa muito quando, em nome da proteção integral, apenas produzimos novos infratores e nada fazemos para realmente questionar se essa aplicação que se está dando ao ECA, evitando que esse adolescente compreenda o seu papel, já que o art. 6 do Estatuto da Criança e do Adolescente fala que a interpretação da norma de proteção integral versa para o exercício de direitos e deveres, em prol do bem comum do próprio adolescente. A partir do momento que, nessa proteção, eu permito que esse adolescente faça o que queira, ele prejudica os seus próprios pares, outros adolescentes e até mesmo crianças. Temos vários deles, inclusive, multiplicando essa violência de forma muito cruel.

Então, quero dizer que realmente é preciso amar muito para se dedicar, fora do contexto trivial do exercício de uma função. Isso eu digo para o promotor de justiça, para o educador e para qualquer profissional, não só o que lida com a educação.

Parece-me que Roosevelt teria dito que cada um fazer só a sua parte é o tudo aquilo que o mundo precisa para ir à falência. Quem não sabe que precisamos oferecer sempre algo mais?

O apelo que deixo aos meus colegas é no sentido de, usando da sua inteligência, de sua iniciativa, irmos além do que simplesmente oferecer representações contra esses adolescentes, mas também nos anteciparmos, de uma forma preventiva, ir à escola.

É impossível para o promotor dar conta da sua carga de trabalho e, ao mesmo tempo, ir até a escolar e tomar essas iniciativas de prevenção. Mas há uma orientação do Conselho Nacional de Justiça de avaliar melhor a questão antes de propor uma ação judicial. O Judiciário está embotado de ações que poderiam ser evitadas com uma antecipação.

Quero garantir aos nossos colegas que, apesar desse trabalho diferenciado, não é só a palestra que se faz na escola. Segundo a nossa assessoria, estamos chegando próximos a cem mil pais de alunos, em dois anos, de visita às escolas. Estamos apenas a um terço daquilo que é nossa meta. Falamos com quase dez mil educadores em um ciclo de três dias. Temos falado com o poder público, com as nossas secretárias de educação, tanto de Estados quanto de Municípios, com a nossa representante do Sinep, das escolas particulares, e vemos a necessidade de que esses professores comecem a rever os seus atos, para que sejam um modelo. O professor é um modelo. Ele é algo que inspira e não pode apenas se prestar a reivindicar aquilo que é comum a qualquer classe, que é digno,

que é o seu salário, mas é preciso que o professor exerça esse sacerdócio, não desanime.

A fala do Senador Walter Pinheiro me mostrou bem essa perda de controle, essa perda de domínio próprio. Lá no meu Estado, 34% dos educadores perderam o controle sobre si, já se entregaram a um desânimo, e alguns até responderam com agressão.

Há até um caso que eu conto: atendendo o caso de um adolescente, estavam lá os pais do garoto, e o pai perguntou: “Doutor, não tem jeito de eu aproveitar e me divorciar dessa mulher?” Eu perguntei: “Por que o senhor quer se divorciar dessa mulher?” “Porque ela está me traindo.” “Mas como o senhor diz uma coisa dessa?” “Ela acorda várias vezes da semana gritando um tal de João, João, João... Meu nome é Alfredo”. Aí eu pergunto: “Mas a senhora fez isso, dona?” “Fiz. Não, quer dizer, João é um aluno que só vai à escola para me sabotar e eu já perdi o controle. Então, eu... Eu não falo ‘João, João...’ Eu falo ‘João!’ Eu sonho que eu estou matando o João. E ele confunde as coisas”. Eu falo para ela: “A senhora é o quê?” “Eu sou professora”. Eu digo para ele: “Eu não conheço sua mulher, mas pode acreditar: é verdade.” Os professores estão já na linha...

E Salomão fala que a perda do controle, a perda do domínio próprio é como uma cidade sem muros. Naqueles dias, uma cidade sem muros era devassável, era violável, poderia ser invadida o tempo inteiro. Nós percebemos que o educador e todos os profissionais de uma, certa forma, estão sendo invadidos por emoções nocivas, que são autodegradantes, desanimadoras e que fazem perder a esperança.

Na nossa proximidade com esses educadores, tivemos oportunidade de falar para eles sobre o quanto eles têm valor para o Ministério Público, isso com o apoio – mais uma vez, eu gosto de repetir – da nossa Procuradoria Geral, pois, sem o apoio da minha administração superior, realmente não seria possível, e nós precisamos que isso se valha dessa forma. E eu faço, então, esse apelo para que esses professores não desanimem. Nós temos um déficit, parece-me, de um milhão de professores no País.

Todas as iniciativas do Poder Público, especialmente do Governo Federal, para atrair novos professores não estão tendo efeito, porque, quando um professor vai para o hospital ou então simplesmente vai para a licença por conta dessa debilidade, vem um acadêmico e, no primeiro dia, por mais bela que seja sua aula, no seu sonho de ir até a escola e dar uma aula, ele desanima porque não consegue sequer ser ouvido.

Por outro lado, temos professores que já se acomodaram e não preparam suas aulas. Eles se acomodaram, e o caos os favorece, porque eles continuam

ganhando do mesmo jeito. Eles fazem de conta que vão lá dar uma aula e isso não acontece. Sem dizer também do anacronismo envolvendo uma sala de aula. A garotada atravessa a rua e tem *cybers* com jogos de última geração, enquanto na escola ele ainda tem que respirar o pó de giz e a chuva de professor ali. Então, é uma concorrência desleal de mundos distantes, diferentes.

Faço um apelo, então, para que os professores não desanimem, para que prossigam, busquem apoio no seu Ministério Público; faço um apelo ao Poder Público como um todo para que não avance nessa invasão doméstica. Temos visto a preocupação da formulação de leis invasivas. Nós já temos leis suficientes que controlam os abusos e excessos. O art. 1.638, inciso I, do Código Civil diz que uma pessoa perde o pátrio poder ou o poder familiar sobre seus filhos se houver uma agressão imoderada. Não precisamos de mais leis que venham a fragilizar ainda mais a autoridade desses pais.

Faço um apelo para que o nosso Congresso Nacional avalie melhor essa questão já que os 28 países que legislaram invasivamente na família estão à mercê de uma desordem, de um caos, já que eles não conseguem oferecer um serviço também de orientação dentro da casa. Nós não precisamos de tantas leis assim; nós precisamos de princípios. No que diz respeito a casa, não é lei, mas princípio; e esses princípios vêm por conta de uma vivência, de relacionamento, de respeito dos próprios pais para que comecem a rever o relacionamento com seus pais, de honra aos seus pais, aos avós dos seus filhos, porque muitos pais querem ser honrados pelos seus filhos, mas desonram seus próprios pais, e é esse o modelo que fica. São pais que exigem dos filhos algo que eles não dão aos seus próprios pais.

Nós, filhos, não temos que julgar nossos pais. Nós temos que honrá-los, independentemente de eles merecerem ou não. Não falo aqui sobre aqueles excessos, abusos de violência sexual. Vamos ponderar a questão, já que a maioria dos lares brasileiros são ainda formados por pessoas que querem ver seus filhos bem formados. Mas o que tem acontecido? Quanto mais legislações vêm invadir e esvaziar a autoridade dos pais, o que eles fazem? “Bem, já que eu não posso cuidar, então, que você cuide”. E transferem isso para a escola, transferem isso para terceiros; agora, querem transferir isso para o juiz. Não vai dar certo isso. Não é assim, nós precisamos voltar a fortalecer o relacionamento saudável doméstico, valorizando a autoridade dos pais – não o autoritarismo, mas a autoridade –, valorizando a honra doméstica, fortalecendo o vínculo doméstico de respeito, não fragilizando cada vez

mais. Temos uma mídia permissiva, que se dobra ao consumismo, já que, para o consumo, é muito melhor um casal separado, porque vão consumir duas vezes mais. Para o consumo, é muito melhor um filho rebelde, porque vão consumir três vezes mais. Se, num lar harmônico, onde pais e filhos convivem, uma geladeira basta; num lar dividido, preciso de duas, e num lar com filho ainda distante, preciso de três. E isso traz um consumismo voraz, que muitas vezes é alimentado por uma mídia permissiva, uma mídia também cruel e voraz, por programas que se propõem tão somente a ver seus índices de audiência aumentados, sem se preocupar com os dejetos que estamos lançando nos costumes e na mudança de comportamento. Enquanto isso, vamos vendo cada vez mais o esvaziamento da fé.

E aqui, faço um apelo àqueles que ainda têm fé, para que voltem e ocupem esses espaços, que, de forma omissa e negligente, têm se oferecido, de uma forma muita gratuita. Nós somos um país laico. Isso significa que eu não obrigo e não imponho nada, mas não preciso também omitir e tirar. Nós temos usado desses princípios e valores.

Até me permitam relatar uma experiência. Recentemente, numa das palestras dessas que nós fizemos, um senhor veio até a frente e disse: “Posso falar?”. Eu disse: “Pode”. Ele disse: “Meu nome é Anderson. O senhor se lembra de mim?”. Eu disse: “Não”. “Há 15 anos, eu estava em Ponta Porã, e minha mãe me pegou fumando um cigarro de maconha, ou me pegou com cheiro de maconha, porque eu tinha dois amigos que eram traficantes, e ela me juntou pelo pescoço, pelos colarinhos, e me levou na Promotoria, jogou-me na sua sala, o senhor não lembra?”. “Não”. “Então, minha mãe disse: ‘Esse meu filho está usando maconha, doutor, o senhor pode fazer o que quiser com ele’”. Eu preciso respeitar o procedimento, eu não tinha prova nenhuma, não tinha elemento nenhum, mas o desespero daquela mulher me preocupou bastante, e eu tive a impressão de que aquilo que eu fizesse seria definidor. Eu sinto sempre isso quando as mães me levam seus filhos e dizem: “Doutor, meu filho é dependente químico, meu filho está já com 30 ou 40 furtos, lá, na comunidade, estão dizendo que onde ele entrar ele fica, não sai mais, vão matá-lo; a polícia não dá mais conta, porque recolhe e solta, recolhe e solta; eu vou prendê-lo no pé da cama, vou acorrentá-lo no pé da cama ou então o senhor me oferece um lugar para ele ser tratado”. Com esse esvaziamento das interações e das ações de desintoxicação, estamos cada um com seus problemas, apesar dos impostos. Nós não temos uma oferta de serviço público que cuide desse setor, eu não posso entrar nele porque senão é outro... Mas essa mãe lá, desesperada, e esse moço disse:

"Minha mãe me colocou lá, na frente do senhor, aí o senhor olhou para mim e perguntou para mim se eu tinha usado. Eu falei que sim. O senhor lembra?". Eu respondi: "Não". "Aí o senhor pôs diante de mim um Código Penal e uma Bíblia. O senhor lembra?". "Não". "Aí o senhor falou: 'Escolhe'. 'Por quê?'. 'Porque eu vou te tratar de acordo com a sua escolha'. O senhor não lembra?" "Não." Realmente, eu não lembrava, mas eu tenho, assim, algumas respostas para cada caso e ele estava relatando uma delas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou curioso, já, para saber. Estou enxergando, aqui, a Bíblia e o Código.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – Então, eu disse para ele: "Escolhe, porque eu vou lhe tratar de acordo com a sua escolha." E ele falou: "Bom, eu quero a Bíblia." Eu disse: "Por quê?" "A Bíblia não fala do amor? E o Código fala da pena." Eu falei: "Ah, agora você quer o amor? Bom, mas então é essa a sua escolha?" "Sim." "Ótimo. Eu só quero lhe informar que o Código Penal brasileiro tem penas privativas de liberdade, por exemplo, mas ele não tem pena de morte, e a Bíblia tem. Aqui diz que um filho que desonra pai e mãe vive mal e morre cedo. Se você continuar a desonrar a sua mãe, você vai morrer! O senhor não lembra disso?" Eu falei "Não." E ele disse: "Eu saí daquele lugar sentindo que eu ia morrer, porque eu, realmente, estava acabando com a vida da minha mãe e, quando eu saí dali, eu falei: 'Mãe, eu não quero morrer!'" Aí, ela falou: "Meu filho, eu te amo. Então, vem comigo e vamos começar de novo." E ele disse: "Hoje, eu tenho 30 anos, tenho duas filhas, sou um trabalhador, meus amigos morreram, e aquele dia, a decisão e a escolha que fiz realmente mudaram a minha vida." (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. SÉRGIO HARFOUCHE – E eu fico pensando: onde está escrito isso? E nós precisamos saber disso.

Quando alguém me pergunta: "Mas por que o senhor acha que tem tanto adolescente morrendo?", eu digo que por causa da desonra. Quando eles desonram seus pais, eles se fragilizam, porque quebram limites de proteção e isso os mata. Nós precisamos ser honestos o suficiente para reconhecer isso.

Esta audiência pública nos dá oportunidade de compartilhar essas experiências, que têm trazido grandes resultados no nosso Estado.

Já temos ido a mais de 10 capitais fora do Estado; já temos em torno de umas 20 comarcas, no nosso Estado, também recebendo esse nosso projeto e a minha esperança é de que nós possamos, como orienta o regulamento das conferências que estão se

realizando, da infância e da juventude, rever aquilo em que temos errado.

Para isso, é preciso muita humildade, especialmente daqueles que, ideologicamente, se sentem prestigiados por essa orientação, que tem, cada vez mais, degradado lares e condenado os nossos jovens a esse tipo de destino.

Eu reafirmo: eu procuro levar à escola o respaldo à autoridade de educadores, de gestores, em tempo real. A palestra é um detalhe, e nessa palestra, eu quero deixar claro, quando falamos com os pais e alunos, nós perguntamos a eles aquilo que eles querem, e nós colocamos nas atas, nós registramos em atas. Então, nós dizemos, por exemplo: "Quantos, aqui, querem que haja respeito dentro da sala de aula?" Todos querem. "E quantos, aqui, sabem que o uso de MP3, MP10, PlayStation, Xbox, sei lá, dentro da sala de aula, ou de qualquer outro instrumento estranho à orientação daquele momento, trazem prejuízo?" Todos concordam. "Então, quantos concordam que o professor tem autoridade para recolher esses instrumentos estranhos e entregar para os pais quando forem buscar, depois, lá na coordenação?" Todos concordam. Põe na ata.

E democraticamente, respeitando essa assembleia de pais e alunos, nós vamos caminhando nessa oferta de medidas necessárias para que a paz se instale no ambiente escolar. Isso tem sido assim. Não abri um inquérito civil, ainda, nisso tudo. Não abri, não instaurei um procedimento ainda. Tudo isso está sendo feito por meio de parcerias, com respeito à lei, com respeito à norma, porém, respeitando um princípio maior, que até é adotado pelo Governo Federal: a responsabilidade compartilhada. Todos temos uma contribuição a dar a isso, inclusive a criança e o adolescente.

Fica aqui, então, o meu agradecimento, mais uma vez, e a minha disponibilidade para tantos quantos queiram. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Promotor de Justiça Sérgio Harfouche, que mostrou a sua experiência, as suas palestras e deu uma belíssima contribuição, que, com certeza, o Brasil todo recebeu com a sua fala.

Agora, nós vamos passar a palavra, para também seus cinco minutos de encerramento, devido ao nosso horário, ao Major Lobato, da Polícia Militar, que representa, aqui, a Secretaria de Segurança do DF; em seguida, para a Rivane e, depois, para a Simone.

O SR. MAJOR LOBATO – Promotor Sérgio, as suas palavras foram muito bem ditas e hoje, aqui no Distrito Federal, até para mais uma informação para acrescentar, nós temos, até pela Secretaria de Educação e pelos Juizados, um curso de mediadores para crianças, para os menores, para os adolescentes, no

qual eles mesmos, diante dos problemas enfrentados nas escolas, vão fazer aquela atuação do conciliador e do mediador. Eles vão discutir e por meio deles, é lógico que com supervisão, eles vão chegar a uma solução para problemas como *bullying* e brigas, porque eles têm de ter aquele papel não só de entender, mas também de saber como lidar e como resolver esses problemas.

É muito fácil um adulto, um promotor, um juiz chegar e impor, mas eles, por meio de conciliação, por meio dos mediadores, resolverem os problemas dentro da própria escola, no ambiente escolar, é uma novidade que está havendo, que já existe no Distrito Federal e vai ser implantada em algumas cidades. Vão ser feitos os cursos, habilitando alguns alunos a fazerem os papéis de mediadores.

Um aluno falou assim: “Poxa, a responsabilidade vai ser maior, não é? Porque eu nem posso brigar mais!” Entra aquele contexto de você trazer o aluno para a responsabilidade desde certo.

Então, agradeço o Dr. Augusto Pedra, nosso psicólogo, fantástico em suas palavras. Agradeço à Sr^a Rosangela pela experiência que trouxe e a todos que colaboraram aqui. Ao nosso Senador Paulo Paim, agradeço pela possibilidade de a gente trazer um pouquinho, aqui, do Batalhão Escolar, de expor um pouquinho para as pessoas qual é o nosso trabalho, o que a gente tenta fazer.

Um princípio que tenho para mim, que trouxe comigo e sempre falo para o meu filho é: “Ou você aprende comigo, ou você aprende com a vida, só que a vida lhe cobra mais caro quando lhe ensina.” E foi, basicamente, o que nós conversamos aqui, hoje.

No Batalhão Escolar tem deficiências, mas a gente sempre procura não ver os problemas – é um princípio que trago comigo – e, sim, soluções para aqueles problemas; e sempre trazer um fruto bom, sempre trazer uma boa parceria e sempre botar a educação à frente de tudo isso.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Major Militar Lobato, que falou da sua experiência, aqui, com o trabalho que eles fazem aqui no DF, no combate ao *bullying*.

Agora, eu passo a palavra à Simone, para as suas considerações finais.

A Simone Leite Lima é representante da Secretaria de Educação de Pelotas, Rio Grande do Sul.

A SR^a SIMONE MARANINCHI LEITE LIMA – Eu acho que esta audiência está sendo extremamente valiosa. A importância sempre confirma que o nosso olhar humano é o amor, é a caridade; é o olhar o outro, realmente, com esse olhar que vai fazer a diferença.

Eu tenho três filhos que são maravilhosos, lindos – e já estou morrendo de saudade deles no primeiro dia; desde sexta-feira que estou fora de casa. Eu estava no aeroporto de São Paulo, e o meu filho me ligou e disse: “Mãe, te liguei para dizer que eu passei de ano.” E eu disse: “Eu já sabia. Eu já sabia. Isso não é novidade.” Com certeza, eu estava um pouco angustiada, mas eu já sabia que ele ia conseguir, porque eu acredito nele, e é isso que eu acho que nós, como professores e educadores e como mães e pais, temos de passar isso para os nossos filhos e nossos alunos: nós acreditamos neles. Nós acreditamos que eles têm capacidade, que eles podem ir além. Se nós não fizermos esse acolhimento e não dissermos isso para o nosso filho, o que nós vamos querer? Então, eu realmente confirmo que eu acredito e que eu luto.

Hoje, a minha filha tem 22 anos e já está na faculdade, quase se formando. E eu vejo que as muitas vezes em que tive que brigar com ela, chamá-la de manhã, puxá-la da cama, sim, para saber onde ela estava, com quem ela estava, o que ela estava fazendo, valeram a pena. Então eu acho que é isso que nossos pais têm que fazer. Às vezes eu digo para os nossos pais, quando eles vão à minha escola, onde sou também educadora educacional, eu digo: “A senhora sabe onde seu filho está neste momento, o que está fazendo e com quem está? Se souber me responder, eu sei que a senhora está controlando.” Isso foi de uma palestra a que eu assisti com o nosso promotor, lá de Pelotas, e serviu também de exemplo, porque realmente nós temos que saber onde estão nossos filhos e dar-lhes amor e acolhimento.

Enfim, confirmo e agradeço muito a participação de todos e o fato de eu estar aqui podendo dizer isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Simone, pela sua fala, como representante aqui a Secretaria de Educação de Pelotas.

Então vamos à Presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre Bullying Escolar, Prof. Rivane Melo.

A SR^a RIVANE MELO – Obrigada, Excelência.

Nós estamos aqui todos emocionados e com uma sensação de dever cumprido e certos de que ficarão registradas nos Anais da Casa nossas palavras e para a posteridade, para a elaboração de muitas leis, não só da Comissão de Direitos Humanos, mas também da Educação, Saúde e Justiça, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, por que não dizer, Ciência e Tecnologia.

Quando vimos o relatório do Ministério da Justiça que, por ano, tem devolver recursos públicos que vocês votaram arduamente nesta Casa, por falta de

projetos, ardeu no meu coração assumir essa presidência, sem nenhuma remuneração, porque é um trabalho voluntário. Já estivemos junto ao Ministro da Justiça, tentando inclusive apresentar projetos, mas a LDO de 2011 ainda não tinha previsão dessa rubrica. E quando vemos que tem, sim, jeito, nós voltamos a ter sonhos e voltamos a ter esperança.

Eu gostaria de deixar com esta Casa o registro da nossa presença como algo que possa ser pesquisado e estudado pelos setores. Solicito encaminhamento de parte de V. Ex^a, que sei que tem sabedoria para encaminhar.

E deixo um dado extremamente complicado e real, porque sou presidente do centro de pesquisa específico do bullying e digo que neste momento, uma segunda-feira, nós temos, na rede pública, dos 18 milhões de crianças, um terço – dados de pesquisa realizada com toda a comprovação que for necessária – ou seja, 6 milhões de crianças estão neste momento com merenda escolar, com sala de aula, com material escolar e com um tremendo pavor no coração de não encontrar esses coleguinhos e nem essa escola, porque eles sabem que vão ser novamente motivo de chacota.

Então amar, respeitar, mas, acima de tudo, também acreditar que por mais que o sistema e o pai e a mãe falhem – como diz a palavra citada aqui como uma das opções, Código Penal ou Bíblia – a palavra “bíblia” diz que a palavra tem o poder de mudança. Então por que não falar tudo aquilo que nós conseguimos coletar, ao longo de dois anos, viajando pelo Brasil. E quero dizer que a palavra também pode mudar a história; e nós estamos aqui usando da palavra, prerrogativa para tentar mudar a história.

Minha última fala seria: o que dizer de um garoto de dez anos que, em rede nacional, mesmo não aparecendo o rosto, desiste de viver aos dez anos. Eu tenho que usar da prerrogativa do Senador Walter que disse que o suicida não quer dar fim à vida, mas ele na verdade quer dar fim à dor. Então quando uma criança aprende a manusear arma, a ponto de agredir uma professora, apontar para os alunos, colegas, amigos, primeira infância, segunda e, em seguida, tem o poder de apontar a arma para sua cabeça, ele foi treinado durante dez anos. Não sei quem o treinou.

Mas mesmo que todo o sistema falhe, Deus disse: mesmo que o pai e a mãe se esqueçam de você, saiba que Ele não vai esquecer.

E é por isso que a gente está aqui, Senador.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Prof. Rivane Melo, Presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre Bullying Escolar.

Agora nós vamos terminar, encerrar nossa audiência, claro, agradecendo a todos. Sem sombra de dúvida esta audiência pública, até para mim, foi uma aula de conhecimento nessa área, eu que já tenho dois projetos apresentados para o debate.

Quero passar para vocês que o importante, às vezes, é que o legislador cumpre também esse papel provocador, porque, quando ele lança um projeto, e o projeto vai para o debate – há pessoas que defendem e outras que são contra – está suscitando o debate do tema. O importante é que não seja aprovado se não for bom. Daí que é algo que temos de construir juntos para chegarmos lá. Por outro lado, confesso que fiquei animado com esta audiência pública porque de muita gente ouvimos falar de medidas, no meu entendimento – permitam que eu diga isso – de disciplina dentro da Casa. Foi colocado aqui que essas medidas, de forma muito acolhedora e com muito amor, é que vão ajudar a criança lá na sala de aula. Parece que a disciplina dentro das casas, dos lares está diminuindo muito, e acaba acontecendo isso, desde a droga ao *bullying*, como foi aqui colocado.

Confesso que já vi muita audiência pública sobre as drogas e acompanhei debates, mas, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, recebo ligações de pessoas desesperadas, recebo cartas, *e-mails*, por todo o sistema de redes sociais, perguntando o que fazer, pois o filho está nessa situação das drogas. Fico quase sem saber o que dizer. Penso que poderíamos fazer, um dia desses, uma audiência pública orientando as pessoas, quando a droga chega às suas casas – e está chegando – ou antes que cheguem, sobre como teriam de agir com o filho. Noto um desespero, e há aqueles que dizem que o combate às drogas não será vitorioso, que estamos perdendo o combate às drogas, que avançam cada vez mais.

Acho que tudo que foi dito aqui com fé, com esperança, com muita vontade de trabalhar, de acontecer e com muito amor, a gente pode inclusive fazer com que esses que pregam o Apocalipse, porque estão se sentindo derrotados já com as drogas, reajam e venham para o campo de luta, na cumplicidade do bem, como eu chamo, para a gente salvar as nossas crianças, a nossa juventude e os nossos adolescentes.

Quero terminar – e como provoqueei, a moçada achou aqui na Internet – com aqueles que foram homenageados aqui, representados pela Companhia 2tempoS, sobre o trabalho que fizeram sobre o combate ao *bullying*.

Vamos ver se podemos passar, então, o trabalho da Companhia 2tempoS.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a nossa audiência pública. Já tenho aqui dois voluntários: o psicólogo Augusto Pedra e Promotor Sérgio, para o debate sobre as drogas e para dialogar, via TV Senado, com o povo que assiste. E são milhões de pessoas que assistem, numa segunda-feira de manhã, o que fazer quando a droga se aproxima de sua casa, está nas salas de aula ou como prevenir para que ela não chegue.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos e uma salva de palmas a todos que fizeram este momento acontecer.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 4 minutos.)

ATA DA 94ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e dezenove do dia vinte e nove de novembro de dois mil e onze, na sala 3, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Marcelo Crivella, Sérgio Petecão, Magno Malta e Vicentinho Alves**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública Realizada, nos termos do Requerimento nº 69, de 2011, de autoria dos Senadores Vicentinho Alves e Ataídes Oliveira, aprovado em 12/05/11, “para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que ‘Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências’”. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves, Magno Malta, Marcelo Crivella e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezesseis horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, secretário, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim, Presidente**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 94ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa*.)

Informamos a todos que esta audiência pública está sendo transmitida pela Internet (www.Senado.gov.br/tv/canal2).

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 69, de 2011, da CDH, de autoria dos Senadores Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira e Magno Malta, aprovado em 12/05/11, “para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, que ‘Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências’”.

Vamos iniciar a nossa audiência pública.

Dos convidados que foram listados pelos autores do requerimento, estão presentes o Sr. Wilton Acosta, Presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política – Fenasp; e o Pastor Silas Malafaia.

Convido os dois para que venham à Mesa.

Todos nós que estamos aqui conhecemos o debate do PL 122. Esta audiência pública foi pedida há um tempo. Nós resolvemos fazê-la, já que assim fomos provocados. De pronto, eu disse que, de minha parte, não haveria problema nenhum fazer esta audiência pública, e aqueles que se fizessem presentes teriam o uso da palavra.

Conversamos com o Senador Vicentinho e também com a relatora da matéria. O Senador Vicentinho, de pronto, disse que não havia problema, que podia marcar, e os nossos painelistas estarão presentes.

O Senador Magno Malta, um dos autores do requerimento, está com a palavra, e o Senador Vicentinho, se assim também entender.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente Paulo Paim, ilustres convidados Wilton Acosta e Pastor Silas Malafaia, Senador Magno, demais convidados e presentes, sou um dos que apoiou esse requerimento de audiência pública porque entendo que esse assunto tem de ser bastante debatido. É um assunto complexo. Eu tenho as minhas convicções, como os demais, cada um tem as suas. Eu tenho uma ligação muito forte com a minha Igreja Católica. Então,

eu tenho uma posição clara. Não sou a favor da homofobia, muito pelo contrário. Sou a favor que o respeito entre as pessoas seja imperioso. Isso é ponto pacífico.

Mas, sobre alguns itens, eu já pude observar que a relatora, Senadora Marta, começou a melhorar um pouco, mas precisamos debater mais ainda. De modo que acho que este assunto, Presidente, consulto V. Ex^a, até já solicitando que não coloque em pauta, de pronto, para a semana que vem. Vamos debater mais, vamos ouvir. Há uma previsão de se colocar a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer que, para botar a matéria em pauta, nós falaremos com todos aqueles que estão debatendo aqui.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sim, mas há uma intenção da relatora nesse sentido. Inclusive ela conversou isso comigo, pediu até que eu retirasse o requerimento de audiência pública, para dar agilidade. É um direito que assiste a ela, correto, não discuto. Porém, peço a V. Ex^a; como Presidente da Comissão, que dê mais tempo para a gente, se possível, até aprimorar mais. É um assunto complexo, que nós precisamos discutir melhor.

Eu devo me ausentar, Presidente, e demais convidados, pois agora, às 15 horas, estaremos no Pavilhão Ulysses Guimarães no lançamento do Ministério da Saúde, com o Ministro Padilha e todos os governadores, prefeitos do Brasil inteiro, de programas daquele Ministério. E eu não poderei faltar. Portanto, esta é a justificativa, de pronto, que já manifesto.

A coisa melhor que existe na política, na minha opinião, é o político ter posições claras. Se puder agradar, melhor ainda. Se não puder, paciência. Então, a minha posição é muito clara, muito respeitosa, porém precisamos discutir mais isso aí.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, V. Ex^a tem a palavra para suas considerações iniciais.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Paim, gostaria de cumprimentá-lo, como também ao Wilton Acosta, presidente nacional da Frente Nacional Cristã; ao Pastor Silas Malafaia, presidente do Ministério Vitória em Cristo, profundo conhecedor da legislação e parte integrante deste debate nacional.

Sr. Presidente, eu sou o autor do requerimento da audiência pública. Penso que a complexidade desse assunto é tão grande que realmente nós precisamos debatê-lo. Nós precisamos ouvir todas as pessoas, ouvir todos os segmentos da sociedade. Ouvir o que a sociedade brasileira pensa sobre isso, porque se dava, num âmbito muito fechado, de meia dúzia de pesso-

as, debates em que se dizia que estavam falando em nome da sociedade.

Eu me lembro da primeira vez em que tive a oportunidade de apresentar um requerimento no ano passado – V. Ex^a era da comissão, o presidente era o Cristovam. Houve um trabalho grande para não se aprovar um requerimento de audiência pública para um debate. Audiência pública! E até sinto falta aqui, acho um desrespeito dos Senadores que não estão aqui, dos Senadores que apoiam o movimento, apoiam e acreditam nessa proposta, e há que ser respeitado, porque o homem é aquilo em que acredita... Então, se eles acreditam e votaram, qual é a razão de eles não estarem aqui, de esvaziarem a audiência pública de uma forma desrespeitosa e desnecessária? Todos deveríamos estar aqui. Por mais complexo que seja, qualquer assunto da Nação brasileira que trate da vida humana temos que debater. E o Senador Vicentinho disse uma coisa... Realmente, a Senadora Marta tentou esvaziar esta audiência pública na semana passada. Ela o procurou para retirar o... Só que ele é coautor. O autor sou eu. O autor sou eu!

Eu quero desestimular, porque, no ano passado, nós poderíamos ter sepultado isso de uma vez, poderíamos ter acabado com esta conversa aqui. Mas eu era o autor do requerimento que pedia a audiência pública. Eu acho que eu precisava ser honesto com as pessoas. E, no dia de votar, os Senadores querendo votar, V. Ex^a estava lá, maioria absoluta para sepultar de vez... Eu digo: “Não vamos votar”. O Cristovam dizia: “Ponha em votação”. Os Senadores diziam: “Vamos votar”. E eu dizia: “Não vota”. Não vota porque nós precisamos ter palavra. Nós votamos um pedido de audiência pública! Porque desrespeitar as pessoas? Vamos fazer audiência pública! E, se esta audiência pública está existindo aqui, e não foi sepultada por votação, porque não iria para Arquivo, e não seria desarquivada, teria sido era sepultada, foi por causa de um entendimento. E V. Ex^a estava lá presente e é testemunha aqui de que não há Senador nenhum aqui dos que defendem o movimento. Todo mundo correu. Todo mundo correu. Todo mundo correu. Eu espero que eles apareçam, porque fazer discurso no vazio, nas costas dos outros é fácil. É muito fácil! Cadê eles? Cadê eles? É preciso estar aqui para ouvir as pessoas, para ouvir as partes, questionar, falar. Eu espero que a audiência pública se prolongue, porque a audiência pública, pelo que eu vejo aqui, o Wilton e o Silas são uma parte deste debate. Cadê a outra parte, dos que vão debater? Cadê os outros convidados? Deveriam estar aqui.

Então, precisamos ter mais audiências públicas para ouvir os outros, para respeitarmos os outros também! Para não dizerem que houve uma votação, que

perderam uma votação, porque vão perder... Eu sou o presidente da Frente da Família. Eu sei cada nome que há aqui, como vota e como não vota. Eu posso dizer os votos que há aqui. Vai botar para votar e vai sepultar geral! Geral! Conheço todo mundo aqui. E estou falando em nome de todo mundo aqui e que está na Frente da Família.

Então, não há como. É preciso debater realmente, respeitar as pessoas.

E faço isso sabe por que, Senador Paim? Sabe por que pedi esta audiência pública? – e vou sempre invocar seu testemunho, que é um homem dos direitos humanos e que... V. Ex^a era membro como eu. V. Ex^a concordou comigo com a audiência pública. V. Ex^a votou comigo para não votar, para ter audiência pública, porque, naquele dia, poderia ter sepultado. Estava lá todo mundo! E nós seguramos. Pois bem, sabe por que? Porque eu não sou homofóbico. Eu não sou homofóbico. O Brasil não é. Quem comete um crime contra um homossexual neste País é capaz também de espancar um deficiente físico, uma criança com síndrome de Down. Quem assassina um negro neste País...

Quando nós quebramos o *site*, e quebramos o *site* de relacionamento do Google, por causa dos perfis de pedofilia, o que mexeu com o mundo, eu encontrei dois perfis lá, dentro dos perfis de pedofilia. Um era “Morte ao Lula”, que tinha arma, a dimensão das armas, a distância de onde o Lula passava. Era uma questão de segurança pública. As pessoas que concordavam, porque era um álbum fechado, só na quebra de sigilo foi aberto, nós conseguimos identificar o rosto das pessoas. Questão de segurança pública. Eles diziam o trajeto do carro do Lula, que tipo de arma alcançaria, de tal lugar a tal lugar, um troço desenhado. E o segundo perfil dizia “Morte ao Paim”. Certo, Presidente? Negro. Um grupo de pessoas nazistas, que tinha uma relação de negros para serem mortos, e o Paim era o primeiro.

Nós somos militantes da vida humana. Quem assassina um negro assassina um homossexual. Quem assassina um negro assassina um pastor, assassina um padre, assassina um servidor, assassina um aposentado na porta do banco para lhe tomar um salário mínimo. E o que se faz quando alguém assassina alguém? Vai-se à delegacia, registra-se um boletim de ocorrência e abre-se um inquérito. Isso é comum para todo mundo.

A minha discussão não é essa. O homofóbico quer matar, quer destruir, quer ver o sujeito sangrar, quer humilhá-lo. Eu não conheço essa prática. Eu acho que as pessoas precisam ser respeitadas como cidadãos.

Então, na boa prática da sociedade, o que nós devemos uns aos outros é o respeito. Respeito. Respeitar os outros. O caminho da cada um é o seu caminho.

O homem é aquilo que ele decide ser. É o caminho de cada um. O caminho de cada um é o caminho de cada um. O sujeito paga imposto, trabalha, gera emprego, precisa ser respeitado, independentemente de quem ele seja e de qual seja a sua prática.

Eu não sou homofóbico. E por isso eu pedi as audiências públicas. E esta audiência pública não está sendo respeitada – e eu não sei qual é o interesse –, mas hoje eu entro com outro requerimento, para que tenhamos audiência pública para ouvirmos todas as partes interessadas da sociedade brasileira. Todas as partes! Todas! Todas as partes! Ou partes ou segmentos. Não só o segmento religioso. Vamos ouvir os bombeiros. Vamos ouvir os militares. Vamos ouvir a Polícia Federal. Vamos ouvir os sindicatos. Vamos ouvir todo mundo. Vamos ouvir o Brasil. Vamos debater. Essa questão é muito complexa para o sujeito simplesmente dizer “vamos esvaziar” e lá não aparecer. Eu não sei nem como o pessoal do movimento se sente, se se sente bem, se se sente encorajado, porque faz um discurso e, na prática, corre! Na prática, corre!

Eu até fico muito admirado, e eu dizia à Senadora Marta que ela, que luta tanto por essa causa, no processo eleitoral em São Paulo, ela foi evocar a masculinidade do Kassab, dizer que ele não tinha família... Ela não defende tanto? Ela deveria bater palmas para ele. Não era fazer o que fez e, por causa disso, perder a eleição.

Então, eu quero saber cadê. Cadê? Fui eu quem pediu a audiência pública. Acho que precisamos ouvir os grupos, as ONGs GLBT, as outras que representam ou outros grupos, que acho são muitos. Precisamos ouvir todo mundo! Precisamos ouvir psiquiatras, psicólogos, quem se mete no assunto, quem quer debater o assunto. Precisamos ouvir todo mundo. Precisamos ouvir todo mundo.

Registro aqui a minha decepção como autor, porque eu poderia ter sepultado naquele dia. V. Ex^a sabe que a Senadora Fátima Cleide estava desesperada, porque só tinha ela e Patrícia, as duas contra todos nós. Poderíamos ter sepultado.

E, quando vejo um descaso deste, até me arrependo. Mas já garantindo que ela pode botar para votar amanhã, se ela quiser. Depois de amanhã, se ela quiser. Nós vamos sepultar do mesmo jeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Magno Malta, um dos autores do requerimento.

E, só respondendo ao Senador Magno Malta, a partir do momento em que solicitaram que eu realizasse audiência pública, nós comunicamos a todos os interessados. A comissão fez a sua parte. Enfim,

a decisão de estar presente ou não nesta audiência pública foi de cada um, de cada uma.

Então, de imediato, passo a palavra ao presidente de Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política (Fenasp), Sr. Wilton Acosta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu acho o seguinte: até em respeito aos três que estão aqui, que pertencem ao movimento, eles poderiam ser ouvidos. Por que não? Não tem como votar, porque não há quórum. Mas é a sugestão que eu faço.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – A coisa nem educada é. Eu retiro minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, nós vamos manter a praxe aqui, já que os painelistas convidados que têm uma visão diferente dos dois que estão na Mesa não compareceram.

Senador Magno Malta, a partir deste momento, passamos a palavra aos nossos convidados.

Tem a palavra o presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política (Fenasp), Pastor Wilton Acosta.

O SR. WILTON ACOSTA – Quero cumprimentar a Mesa, o Senador Paim, o Pastor Silas Malafaia, o Senador Magno Malta, os Senadores que propuseram a realização da audiência. Cumprimentando a Mesa, também quero cumprimentar todos os nossos convidados que estão no plenário neste instante.

Senador, senhoras e senhores, há mais de dez anos, o PLC vem sendo debatido nesta Casa, no Congresso Nacional, entre Câmara dos Deputados e Senado Federal. Dez anos de discussão. Um projeto de lei que visa estender os benefícios da Lei 7.716, que é a lei conhecida como a Lei de Combate ao Racismo, que modifica, que dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Código Penal e também dá nova redação ao art. 5º da CLT, visando unicamente tentar colocar no debate a garantia supostamente do combate à discriminação e do combate daquilo que estão chamando de homofobia.

De lá para cá, nesses longos anos, a gente vem debatendo e mobilizando a sociedade para discutirmos a real intenção de se garantir ou de se querer uma legislação que possa, efetivamente, combater a discriminação ou que possa, na linguagem que está colocada, combater a homofobia.

Aliás, se a gente fosse começar a fazer o debate desse tema, já começaríamos pelo nome “homofobia”, porque esse neologismo é colocado para a sociedade de maneira mentirosa. Se há um projeto de lei que pode representar um dos maiores engodos para a sociedade é esse malfadado PLC 122, Senador Magno Malta, porque o que se pretende com esse projeto, na

verdade, é criminalizar a fé das pessoas, e uma das maiores garantias deste País é exatamente a liberdade religiosa que temos aqui.

Não existe nenhum impedimento na legislação atual, nem no Código Penal, para que o Estado possa intervir na violência ou na prática de violência e discriminação que tanto prega o movimento homossexual no Brasil. A legislação já garantiria, por si só, que o Estado pudesse intervir naquilo que eles estão chamando de discriminação e de combate à violência e que tem que ser combatido por todos nós.

Aliás, o debate que temos feito ao longo dos anos é tentar colocar para a sociedade e para o Parlamento exatamente essa interpretação que se tem dado a esse PLC 122, até porque, mais uma vez, digo que a nossa legislação e o Estado brasileiro, a autoridade policial, por si só, já tem uma legislação que deveria combater todo tipo de discriminação e de violência praticada não apenas contra os homossexuais neste País, mas contra as crianças, os jovens, os idosos, as mulheres, etc. E não é. E eu coloco isso, porque o Estado de São Paulo, e o movimento sempre coloca que é um dos Estados mais violentos, seguido da Bahia, etc., já tem uma legislação de combate, supostamente, à homofobia, aprovada pela Assembleia Legislativa, mas a autoridade policial, obviamente, não consegue atender a essa demanda. Por quê? Porque temos uma crise, na verdade, com a falta de segurança no País.

Quando eu coloco isso é para dizer que o debate é falso, é um debate travestido de tentarem criminalizar a fé das pessoas neste País.

Difícilmente, Senador Paim, o Senado... A expectativa que nós temos é de que o Senado encontre um meio termo para essa questão, porque nós temos pontuado, ao longo dos anos, todas as fragilidades do processo, todos os vícios inconstitucionais. Temos pontuado para o Congresso Nacional, e aí não seria necessário debatermos como ele foi aprovado na Câmara dos Deputados, numa quinta-feira – isso tudo mundo já sabe – mas aqui no Senado temos encontrado a oportunidade de fazer o debate amplo, aqui no Senado Federal – e aí todo mérito aos deputados que têm insistido nesse debate – aqui no Senado Federal, temos tido oportunidade de fazer o debate de fato. E aí, concordando com o Senador, é importante que todos sejam ouvidos.

Só para lembrar mais uma vez: são dez anos de debate, dez anos de debate desse projeto, PLC 122, dez anos tentando buscar uma saída para, supostamente, criminalizar ou criminalizar a homofobia neste País.

O apelo que fazemos à Casa, ao Senado Federal é que pudesse dar ouvidos de fato a todos os segmentos deste País, principalmente a grande maioria, que

são os cristãos deste País. E aí, obviamente, quando colocamos o cristão, tenho que fazer um adendo da importância que a igreja tem na sociedade hoje. Uma igreja, uma instituição que recupera vidas, uma igreja inclusiva, que tira os drogados das ruas, que trabalha com a valorização da família, que possibilita a uma família recuperar sua vida social, pública, uma igreja que tem acolhido a todos; da noite para o dia, o movimento homossexual tenta colocar nas costas da igreja e das instituições religiosas que a igreja é homofóbica, exatamente porque defende um princípio com base naquilo que ela crê e naquilo que ela acredita. Difícilmente vamos encontrar uma saída se o PLC 122 de fato for aprovado, porque esse projeto não visa apenas ao combate à discriminação e ao que temos colocado, ele visa a combater a liberdade religiosa que este País tem, porque ninguém vai deixar de falar, de anunciar, de pregar aquilo que acredita. Ninguém neste País vai deixar. E é a isso que eu acho que o Senado poderia ser sensível para compreender o apelo que nós fazemos nessa audiência em todas as intervenções que fazemos.

Se há um legado neste País, se há uma conquista neste País é exatamente a questão da liberdade religiosa que todos nós temos. E não dá para admitir que, da noite para o dia, a igreja se torne homofóbica, porque a igreja, milenarmente, já defende essa mesma posição, nunca mudou a sua posição.

De fato, acho que precisamos avançar. A nossa proposta, de fato, é que esse PLC 122 morra por aqui, que seja sepultado. Não acredito nem em outro texto, porque todas as tentativas de se construir outros textos, as propostas que estão colocadas para debate não alcançam, porque todas ferem um princípio importante: a liberdade religiosa dos cidadãos brasileiros. E é impossível também não fazer essa análise, Senador Paim, sem também tocar na questão da argumentação que os movimentos colocam de que o Estado é laico, ou da laicidade do Estado.

Nosso País só teve uma legislação confessional até hoje, que foi na época do Brasil Império. Só tivemos uma legislação em que o Estado não era laico. De lá para cá, nós nunca mais tivemos Constituição de Estado confessional. Muito pelo contrário. Nas duas legislações seguintes, até mesmo, tivemos Estado ateu neste País, onde o nome de Deus foi excluído da Constituição.

Hoje, no preâmbulo da Constituição do Brasil, o Estado invoca a proteção de Deus, o Estado invoca a proteção de Deus; e não há conflito nenhum com a laicidade do Estado.

Outro debate mentiroso e falso que estão colocando para a sociedade é de que não cabe o pensamento

religioso no debate quando o Estado tem que tomar alguma posição. Ou seja, o Estado laico que é exatamente a garantia de participação de todos, a garantia de que todos têm o direito de participar efetivamente, eles estão transformando numa proposta excludente, ou seja, quem tem pensamento religioso fica de fora, não participa.

O Estado laico é bandeira dos evangélicos neste País – eu queria até poder registrar isso. Se tem uma bandeira que pertence ao segmento evangélico deste País é a laicidade do Estado, porque é a única garantia que nós temos, inclusive de estar hoje aqui fazendo esse debate, um debate talvez contrário a muitos pensamentos, respeitando todos os pensamentos. Então, não posso fazer esse debate apenas falando a respeito da discriminação que, mais uma vez, eu digo: o projeto é de combate a criminalizar, aliás, é de criminalizar a fé e o pensamento religioso, e isso não pode caber no Estado laico. Muito pelo contrário.

O nosso apelo ao Senado Federal, a esta Comissão é que rejeite de fato o PLC 122. Se formos ter que debater, vamos debater de fato outro projeto, vamos fazer com que essa legislação alcance todas as pessoas que estão sendo violentadas e discriminadas neste País e que sofrem um tipo de preconceito.

Não poderia também deixar de enumerar algumas questões que acho importantes, que são importantes para o debate, de que o que se pretende, na verdade, é apenas dar visibilidade à causa *gay*. O que se pretende com todas essas legislações, com as ações do Executivo, com as ações do Judiciário e até mesmo com algumas ações aqui é dar visibilidade a uma causa, em detrimento de várias outras.

O movimento *gay* neste País é uma das instituições que mais recebem dinheiro público neste País para poder levar adiante as suas bandeiras. Vamos apresentar ao Senado, a esta Comissão posteriormente, todas as entidades que recebem dinheiro público neste País, ligadas ao movimento homossexual, que são milhões de reais gastos para poder fortalecer sua tese de proliferar a prática homossexual nas escolas, na sociedade etc., com dinheiro público. E muitas entidades inclusive sendo denunciadas no Tribunal de Contas da União com contas reprovada. Ou seja, um movimento que sobrevive da prática do dinheiro público, e o Estado e as autoridades, até mesmo este Senado, às vezes, fecham os olhos exatamente para poder ver a real situação, a verdadeira tese do movimento sexual no Brasil.

Estamos denunciando já há algum tempo todo tipo de ação do movimento, que invade as escolas, que cerceia a liberdade das crianças ou dos pais que têm uma orientação religiosa diferente etc.

Portanto, eu gostaria de poder deixar o nosso apelo, a nossa posição, da Fenasp (Frente Nacional Cristão de Ação Social e Política). A Fenasp tem se mobilizado no Brasil, obviamente que dentro das nossas forças, sem um recurso público, Sr. Presidente, Senador Paim.

Fenasp não recebe um recurso público de canto nenhum, nunca recebeu uma emenda parlamentar, nunca promoveu nenhum tipo de convênio com Estado, com Município, com Governo Federal, e temos feito esse trabalho de mobilização porque acreditamos naquilo que defendemos. E não podemos admitir, a sociedade brasileira não vai permitir, a maioria deste País não vai permitir, e conclamamos aqui, fizemos um apelo ao Senado para que não permita que a fé, que a liberdade religiosa das pessoas, do cidadão brasileiro seja criminalizada por esse PLC 122 que estão querendo aprovar aqui no Congresso Nacional.

De princípio, era isso. Quero agradecer a oportunidade, agradecer à Comissão por este debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Wilton Acosta, Presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política, Fenasp.

Agora nós temos o Senador Crivella já presente, que usará a palavra no momento que ele entender mais adequado.

Temos alguns Deputados Federais presentes. Se puderem me dar os nomes e se quiserem sentar na primeira fila, como sempre faço aqui, dou oportunidade também para que os Deputados Federais usem a palavra.

Passamos a palavra neste momento ao nosso convidado o Pastor Silas Malafaia.

(Palmas.)

Peço à assessoria que me passe os nomes.

O SR. SILAS MALAFAIA – Senador Paim, agradeço aqui a oportunidade, Magno Malta, Crivela, Deputado Marco Feliciano que acaba de chegar, só lamento, porque eu gostaria de ver aqui – eu gosto de falar cara a cara, olho no olho – rapaz, os caras nessa hora correm. Estão com medo de quê? Quer dizer que o negócio deles é só escondido, apadrinhado por alguém da imprensa, para chamar os outros de homofóbicos.

Vamos começar aqui essa história, porque é muito interessante. Acho que é uma afronta aos negros. Eu começo aqui. Isso aqui é uma afronta aos negros. Querer comparar comportamento! O negro não nasceu branco e pediu para ser branco ou negro. Ele é. A criança, ela não pede para ser criança. Ela é. O idoso, ele não pede para ser idoso. Ele é. Homossexualismo é comportamental. (Palmas.)

Querem dar *status* a comportamento, a raça?!

A história começa aqui. O que é o homossexualismo? É um homem ou uma mulher, por determinação genética, e homossexual por preferência, aprendida ou imposta. É isso aqui. Não tem ordem cromossômica homossexual.

Que conversa é essa? Que paridade esses caras estão querendo?

Aqui começa o erro. O erro começa aqui. Eles estão querendo uma coisa que eles não têm direito. Então, vamos ter que fazer lei para tudo que é comportamento. Tudo que é comportamento do ser humano vamos apadrinhar de alguma forma.

Essa aqui é minha primeira questão. Isso é uma vergonha! É a primeira questão. É vergonhoso! É vergonhoso esse negócio!

Segundo: interessante, muito interessante. Eles querem uma lei para que fiquem livres para falar o que quiserem, para chamar os outros de homofóbicos a hora que querem. Quer dizer, se você chamar um homossexual de doente, eles querem te denunciar no Ministério Público. Mas, eles podem chamar qualquer um de doente. Conheço a matéria, sou psicólogo também. Homofóbico é uma pessoa, classificada na psiquiatria, que tem aversão ao homossexual, que quer bater, maltratar, eliminar.

Que história é essa? Existe uma diferença, senhores, em criticar comportamento e discriminar pessoas.

E eles fazem um jogo muito lindo. Eles querem dizer que a crítica ao comportamento é discriminação. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Eles querem liberdade para fazer o que fizeram na parada *gay* do ano passado – porque eles não respeitam ninguém, eles querem liberdade para isso.

Na parada *gay* de São Paulo do ano passado, eles disseram, para esculhambar com o Papa, uma frase: “Se o Papa engravidasse, aborto era sacramento”.

Na parada *gay* deste ano, eles esculhambaram com os santos da igreja católica, em posições homoeróticas. Agora, escutem isso aqui; é uma denúncia interessantíssima. E vou mostrar quem está sendo perseguido aqui. É uma coisa interessantíssima!

No dia 23, a parada *gay*. No dia 2 de julho, no meu programa em rede nacional – vou repetir aqui, está sendo gravado; quem diz a verdade não tem preocupação de fazer força para lembrar, a mentira que o cara tem que ficar repetindo para ver se decora – no meu programa do dia 2, durante 17 minutos, eu disse: “Engraçado, a imprensa ficou quietinha. Se um evangélico fizesse isso, a imprensa ia baixar o pau. Quando um pastor chutou a santa, a imprensa baixou o porrete. A igreja católica ficou quieta por quê? Porque a igreja católica também não baixa o pau nesses caras?”

E lá, nessa minha fala, eu digo assim: “Quem mata e bate em homossexual vai para a cadeia. Se eu odiasse homossexual não podia ser pastor, não. Pastor é um cargo, é uma vocação. Não podia ser cristão!” Está tudo na minha fala; 17 minutos.

O movimento *gay* ficou quietinho, porque estava debaixo de paulada. Ficaram todos quietos. Agora escutem os senhores. Estou denunciando para mostrar tudo isso aqui. No dia 17 de outubro, um *site gay* pega 40 segundos, de uma fala de 17 minutos, e edita. Põe assim, quando eu falo: *Tem que baixar o pau nesses caras! A Igreja Católica tem que baixar o pau nesses caras!* Eles pegam isso – um homossexual agredido em São Paulo –, editam, como se eu tivesse falado, há pouco tempo, naqueles dias – e a fala foi no dia 2 de julho –, dizendo que o homossexual foi agredido, porque sou motivador de homofobia.

Sr. Presidente, V. Ex^a me desculpe o abuso, mas, numa próxima audiência, convoque aqui Toni Reis, Presidente da AGBLT. (Palmas.)

Eu o quero aqui. Vou dizer aqui que ele é mau caráter na cara dele. Já estou dizendo e repetindo.

Aí, sabe o que esse cidadão faz? Pega isso, envia à Procuradora dos Direitos Humanos, do Ministério Público, acusando-me de homofobia, induzindo-a a erro, dizendo que é crime, e bota lá assim: *Porque o pastor Silas Malafaia – os documentos estão aí, está na imprensa, está em tudo – mandou baixar o porrete nos homossexuais, para que aprendam a ter vergonha.* Rapaz! Isso é coisa de bandido, de mau-caráter!

O que é que digo lá? Em todo esse conjunto de fala, digo: assim como a imprensa e a Igreja Católica baixaram o porrete no pastor que chutou o santo... Força de linguagem! Quer dizer que a Igreja Católica, agora, bate em homossexual?

Aí o cara bota e altera a minha fala, que o pastor Silas disse que é para aprenderem a ter vergonha! Manda para o Ministério Público, para me denunciar de homofóbico! É o grupo social mais intolerante da Pós-Modernidade! (Palmas.)

Tentaram cassar-me três vezes no Conselho Federal de Psicologia! Se eu mostrar para os Senadores o que esses caras apresentaram no Conselho para me cassar: é que o pastor Malafaia – é psicólogo, ou é pastor? – no seu programa, defende a PL nº 122. Os caras, pedindo a cassação da minha credencial? Aí sabem o que aconteceu? Os três, todos por entidades de grupos homossexuais, para me cassar – perseguição! –, aí o Conselho rejeita e arquiva. Passam-se dois anos, agora, desarquivaram, sem apresentar qualquer novidade. As mesmas ações para tentar cassar-me, voltaram, e eu estou aqui, porque não posso dar as dicas. Estou só esperando o resultado, porque o pró-

prio Conselho Federal de Psicologia, na sua norma, não pode proteger nenhum grupo. Na primeira página, fez campanha da passeata do dia *gay* aqui em Brasília. Estou só esperando para ver. Estou só mostrando quem são os intolerantes, senhores. Quero primeiro mostrar isso aqui.

Outra. Gostaria que ela estivesse aqui. Gostaria de dizer para S. Ex^a, Marta Suplicy, que não estamos precisando da ajuda dela para ter liberdade religiosa e de expressão (Palmas.)

Ah, que pena que ela não está aqui! Gosto de falar na cara! Não mando recado. Não tenho medo disso. Aí, no documento, no substitutivo dela, achei interessante que ela consegue alterar a Constituição. Fenomenal!

Olhem aqui: *Com isso em mente, julgamos importante fazer uma alteração no substitutivo, para excluir do alcance do disposto, no art. 20 da Lei nº 7.716, de 1989 – agora escutem, senhores –, aos casos de manifestação pacífica de pensamento, fundada na liberdade de consciência de crença.* Ei, ei, ei! Espera aí! Isso aqui é uma tentativa de alterar a Constituição.

A Constituição diz que sou livre, no art. 5º, para manifestar o meu pensamento. Atenção senhores, vocês que não concordam com a prática homossexual podem falar pacificamente, está bem? Vou ajudar a Constituição brasileira, porque ela não está tão perfeita. O que é pacífico? É um termo subjetivo. Para mim, pacífico significa eu poder questionar o outro, caso me sinta ofendido. O que é pacífico? A Constituição é absoluta. Ela é clara. Eu sou livre para expressar a minha opinião. Ela quer dar uma ajudinha, como se nós precisássemos disso. Nessa famigerada PL nº 122, senhores, escutem esta: *Qualquer um que impedir, cercear a relação homoafetiva, são dois a cinco anos de cadeia.*

Então, vamos analisar. O lugar do culto é garantido pela Constituição. Ok. O pátio da Igreja, não. Isso significa que, se um casal homossexual estiver beijando-se no pátio da Igreja Católica, ou no pátio da Igreja Evangélica, ou num colégio que tenha normas, porque eu aprendi que o ser humano precisa limite, senão ele se autodestrói, e um pastor, padre ou diretor de escola disser que quer ninguém se beijando naquele recinto, dois a cinco anos de cadeia! Isso é uma afronta aos princípios de garantia!

Vocês sabiam que o art. 5º da Constituição não pode ser mudado por emenda. Não pode. Está no art. 60, §4º. Ele não pode ser mudado! Não tem como ser mudado! A liberdade de expressão, a liberdade por convicção de crença religiosa e política, ninguém pode ser cerceado.

Aqui também, nesta famigerada Lei, é o seguinte, vou falar do nosso lado: Senadores, Deputados, público

que está aqui, imaginem que uma pessoa contrate para ser babá um evangélico, descobre que a empregada doméstica é evangélica, e não quer que seus filhos tenham uma orientação evangélica, manda embora? Pode ir para a cadeia. Isso nunca vai acontecer, porque nós, evangélicos, aprendemos a respeitar a liberdade dos outros, mas eles, se o pai ou a mãe descobre que a babá do seu filho é homossexual e não quer um homossexual orientando, dois a cinco anos de cadeia! Que Lei é esta? Fere princípios constitucionais. Não podemos aceitar isso. É um lixo.

Estou sofrendo na pele o que é perseguição. O meu colega pastor queria dizer aqui. Eu tenho moral para dizer: a minha instituição não recebe um centavo de Governo Federal, estadual ou municipal – e não é por falta de oferecimento, ok? E tenho trabalho social em penitenciária, com mulher com gravidez indesejada, reforço escolar, tirar gente das drogas, bancado por gente que acredita em mim. Agora, eles são parasitas do Estado. Comem milhões de Governo Federal, governo estadual, governo municipal e estatais, para ficar dizendo quem é homofóbico ou não e para fazer patrulhamento. Isso é uma vergonha! Comem milhões!

Eu pago milhões de impostos. Eu, com a empresa que tenho, pago milhões de impostos e não recebo nada, sabe por quê? Porque acredito que uma pessoa, para me dar alguma coisa, precisa acreditar nos meus ideais. O cara católico, homossexual – não posso estar pegando dinheiro do Estado para os meus ideais – interessa a ele isso, mas, na hora do debate, correm, porque são covardes. Correm, porque não querem encarar! Correm! O negócio deles é feito por debaixo dos panos, na calada, como foi aprovado o PL, lá na Câmara, antes do recesso parlamentar, e tentaram aqui – o Senador Magno Malta sabe –, às cinco horas da manhã, perto do recesso do Senado.

O Senador Magno Malta foi chamado às pressas. Uma pilha de processos. Voto de Liderança; Voto de Liderança. Lá dentro, estava a aprovação do PL nº 122. Aí, alguns Senadores chamaram o Senador Magno lá e disseram: *Magno, você já viu o que está assinado lá?* Ele disse: *Não*. Eles disseram que ele pegasse, para que ele visse. O Magno foi lá: *Ué, o que é isso aqui?* Aí foi a cada Líder: *Amigo!?* Eles disseram: *Rapaz, eu nem vi! Tanta coisa! Estava perto do recesso!* É isso que eles fazem. Eles querem aprovar na calada da noite.

Parabéns a esta Comissão.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Os Líderes que retiraram a assinatura: Renato Casagrande, Valdir Raupp e Cafeteira. Eles assinaram por cortesia, porque isso acontece mesmo, mas não deram a eles o texto, dizendo exatamente o que era. Eles ficaram absolutamente revoltados. Isso também aconteceu com o

Senador Artur Virgílio. Todos foram à tribuna repudiando a maneira como tudo foi conduzido. Foi exatamente uma condução feita pela ex-Senadora Fátima Cleide.

O SR. SILAS MALAFAIA – É isso aí. Então, senhores, amigos, vou terminar a minha palavra. Há mais cinco ainda, mas eu vou enxugar. Vou ser abusado, Senador. Por favor, se houver outra audiência nesta Comissão, não me deixe de fora não. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já fica o convite feito. Se houver outra audiência, o senhor será convidado.

O SR. SILAS MALAFAIA – Obrigado. Pode ser que tenha dado dor de barriga, febre, dor de dente. Se eles não vieram, pode ser que, numa próxima, eles venham. Quero vê-los aqui. Quero encará-los aqui, para discutir num debate democrático, numa casa democrática, porque a Casa de leis é aqui! *(Palmas.)*

Vou dizer uma coisa, Senador. Fazem acusações ao Congresso Nacional, dizendo: *Está vendo? O Supremo Tribunal Federal, numa canetada, deu o reconhecimento da união homoafetiva. Lá no Congresso...* Porque aqui, meu amigo, não é caneta não. Aqui é a representação do povo. Aqui ninguém vai dar canetada para fazer nada não. É um desrespeito a esta Casa, porque precisa passar por comissões, precisa haver o debate, e eles querem aprovar na calada da noite. Nós não vamos aceitar isso. Foi impedido, naquele ano – se não me engano, 2008 e 2009. Não me lembro qual foi o ano, antes do recesso –, de ser aprovado, porque eles não suportam o debate.

Essa é a verdade. Essa Lei é um lixo. Ela tem que ser enterrada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. SILAS MALAFAIA – Não quero, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesta Comissão, todas as manifestações são livres. Tenho permitido para todos. Não vou mudar, hoje, o meu procedimento. Todo mundo sabe que tenho permitido as manifestações. *(Pausa.)*

Até agradeço a orientação dos dois Senadores que assim para mim.

O SR. SILAS MALAFAIA – Quero deixar bem claro que não quero privilégios para evangélicos. Que conversa fiada de privilégios para evangélicos! Não quero. Você é livre para dizer assim: *Não gosto dos evangélicos. Não gosto dessa doutrina. Essa doutrina é uma palhaçada.* Qual o problema? Eu tenho convicção do que sou. Sabe por que os homossexuais não suportam a crítica? Porque eles não têm convicção do que são. Porque se tivessem, suportavam. Eles não suportam a crítica. Não sei o que acontece lá nos meandros do inconsciente deles. Eles não suportam

o questionamento. Eles não suportam. Eles querem falar sozinhos, para ficar rotulando.

Meus amigos, meus senhores, as táticas são fascistas, comunistas, de patrulhamento de palavra, ou seja, tirar palavra de contexto, como fizeram comigo. E vão ser processados. Estou processando Toni Reis, da AGBLT. Ele está sendo processado por mim. Vamos para a justiça sim! Eu sou cidadão, e eles têm de me respeitar! Essa é uma manipulação de coisa de mau-caráter, de coisa de bandido. É isso que eles querem.

(Manifestação da plateia)

O SR. SILAS MALAFAIA – Nasceu nada. Eu não vou perder minha cabeça! Nasceu João Baptista, conversa fiada, meu amado! Eu não vou perder minha cabeça não! *(Risos.)*

Quero deixar isso aqui bem claro.

Agradeço a oportunidade, Senador. Que Deus abençoe esta Casa! Que Deus abençoe a todos! Os homossexuais são livres para serem o que querem. Não queremos impedir ninguém de prática nenhuma, mas não vamos dar *status* ou privilégio a um comportamento que quer impedir o direito dos outros.

Vou dizer aqui – porque se ele negar, que o faça – para terminar. No debate sobre o Estatuto da Família, na Câmara dos Deputados, na audiência pública, o Sr. Toni Reis estava do meu lado – se pegarem o filme, vocês poderão rever. Disse ao Toni Reis: *Toni Reis, sabe qual o erro do teu movimento? E ele olhou para mim. Continuei: Se vocês buscassem apenas os seus direitos, mesmo sendo contra, é um direito vocês buscarem aquilo a que acham ter direito. Agora, você toca no meu direito, você me chamou para briga. Vocês cometeram um erro crasso, porque vocês não estão apenas querendo buscar seus direitos, vocês querem calar os que são contra a sua prática.*

Tenho dito aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Pastor Silas Malafaia. Ouvimos antes o Pastor Wilton Acosta, presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social.

Estão conosco aqui três Deputados Federais: Pastor e Deputado Federal, Marco Feliciano, do PSC de São Paulo, que já foi a minha cidade de Canoas e fez uma bela palestra, a que eu assisti. Está também o Deputado Distrital Benedito Domingos, que foi Deputado Federal no meu tempo de Câmara dos Deputados. *(Palmas.)*

Agora eu já estou há quase dez anos no Senado.

Está presente também outro que foi Deputado Federal comigo, bons tempos, Arolde de Oliveira.

Sejam todos bem-vindos!

E como sempre faço aqui nesta Comissão, os Deputados Federais sempre tiveram direito à palavra e vão ter se assim entenderem.

A palavra, neste momento, vai para os parlamentares. O Senador Magno Malta já fez uma introdução. Se o Senador Crivella quiser a palavra neste momento...em seguida, eu passaria aos Deputados.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu quero saudar V. Ex^a e os nossos convidados. E lamentar profundamente que nos deixem aqui falando sozinho, porque esta audiência pública tinha muito mais convidados e que não compareceram porque desqualificam o nosso discurso e desqualificam todas as tentativas que fazemos de compreendê-los.

O fato é que eu tenho acompanhado esse debate há muitos anos nesta Casa, mas eu venho de um *background* que é de perseguição, de intolerância, de incompreensão de ver as nossas palavras – eu digo da Igreja Universal, do Bispo Macedo, de todos nós – completamente deturpadas ao longo dos processos que desenvolveram contra nós.

Boas intenções, genuínas, da nossa fé, do nosso caráter nos causaram problemas enormes, processos na justiça, multas, nós fomos desprezados, menosprezados, diminuídos, ridicularizados em infindáveis páginas nos jornais. De tal maneira que eu não quero que isso ocorra com nenhum de nós neste Senado, nesta Casa quando nos expomos da maneira que nos expomos. Eu nunca vi, nesses quase dez anos que estamos aqui, alguém ocupar esta tribuna de maneira tão clara, tão aberta, tão valente, falar como Wilton e como Malafaia. *(Palmas.)*

E falaram, Paim, porque eu conheço esses homens. Não há ódio. Há veemência. Há convicção. Há desejo de expressar direitos, fé, liberdade, justiça, mas não há ódio. Não há ódio no coração. Eu os conheço. Eu duvido que da igreja deles seja expulso um homossexual. *(Palmas.)*

Eu duvido que se feche a porta para um homossexual nos cultos ou que seja negado a eles participar. Pelo contrário. O nosso amor não é um amor encoberto, não é um amor fingido, não é um amor de quem quer fazer discurso para ganhar voto, sair bem na fita, para agradar a imprensa, onde nós sabemos há uma grande militância do setor porque muitos homossexuais se identificam com as letras, com as artes, se identificam com a fotografia, se identificam com setores que estão na mídia, na televisão, no rádio e no jornal. Tem uma militância, mas não é uma militância democrática, porque numa hora dessas em que a gente vem conversar e falar, falar com sinceridade, abrir mesmo o nosso coração, eles simplesmente voltam as costas a nós, nos dão as costas.

Eu procuro dialogar. Às vezes eles entendem a minha maneira de ser, a minha maneira de dialogar e a minha estratégia política, porque eu não quero, de maneira nenhuma, dar razão a que eles possam de alguma forma nos acusar aqui de intolerantes ou discriminatórios. Portanto, estou sempre aberto ao diálogo, à conversa, e, muitas vezes, sou até mal compreendido.

Eu gostaria Paim, de dizer que, nesta Casa, em conversa que tive com todas as lideranças, o PLC 122 não prospera, não passa, não será aprovado. *(Palmas.)*

Uma lei boa, Deputado Arolde, e V. Ex^a tem experiência para nos ensinar a todos aqui, é aquela que passa, e essa lei não vai passar; se passar...

Eu me lembro que, quando fui candidato a Prefeito no Rio de Janeiro, tive publicado nas páginas dos jornais uma frase que disse aqui – que a lei não deveria passar na Comissão de Constituição e Justiça; que, se passasse, não deveria passar no Plenário; que, se passasse no Plenário, não deveria ser sancionada pelo Presidente da República; que, se passasse pelo Presidente da República, nós deveríamos ir às ruas e questioná-la no Supremo, porque essa lei tira os direitos legítimos de uma nação, de 70% de uma nação, que é professar sua fé. Isso foi colocado nas páginas do jornal e eu amarguei uma derrota, um revés eleitoral exatamente porque a mídia inteira... Houve uma enquete entre os jornalistas e eu fui considerado o pior candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Eu não quero Senador Paim que se transforme, na mídia, uma, vamos dizer assim, uma pregação evangélica e um ativismo cristão tão legítimo, tão decente, tão honesto, tão digno em um ódio ou em qualquer coisa que possa terminar com fobia ou homo ou bífobia ou sei lá o que for. Nós não somos homofóbicos. Nós não odiamos os homossexuais. Nós não odiamos suas famílias. Somos cristãos. Amamos, mas amamos, repito, com amor sincero, não fingido, não encoberto e não interesseiro para fazer discurso e ganhar eleição. Às vezes, perdemos eleições, mas somos sinceros e honestos, e Deus sabe da nossa consciência.

Quero agradecer a presença do Wilton e do Silas e lamentar profundamente que nos deixassem falando sozinhos, que nos virassem as costas. Não merecíamos isso. Gostaríamos do debate, de mostrar o nosso ponto de vista e o respeito que temos por todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Crivella.

Passamos a palavra nesse momento ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Paim, depois da fala do Wilton e do Pastor Silas Malafaia, mais uma vez, quero reiterar que esse debate

poderia não mais estar acontecendo. Poderia ter sido sepultado o ano passado de uma vez, quando tínhamos, como temos hoje, maioria absoluta para sepultá-lo.

Entendo que a Nação brasileira, que o corpo da Nação brasileira acredita na Bíblia. Somos um País cristão. Deus criou macho e fêmea. A Nação brasileira não pode ter o seu direito cerceado de acreditar e pregar no que acredita. A Nação brasileira não foi ouvida. Por isso, por dever de honestidade, eu pedi que não se votasse, mas a audiência pública não aconteceu, e por não ter sido sepultado o projeto... Chegaram agora outras pessoas que precisam ouvir isso. O Senador Cristovam era o Presidente da Comissão. V. Ex^a era membro comigo. Nós, então, não deixamos votar aquele dia. Eu, V. Ex^a e mais um, porque todo mundo queria votar para acabar com essa festa de uma vez, tínhamos um pedido de audiência pública para que as pessoas fossem ouvidas, respeitadas.

Senador Paim, eu tenho 30 anos que recupero drogados. Tenho uma instituição de recuperação de drogados há 30 anos e aprendi a receber homossexuais drogados. Alguns estão lá se recuperando, e a porta nunca lhes foi fechada. Muito pelo contrário.

Toda discriminação é criminoso. A Constituição Federal já diz isso: raça, cor, etnia... Discriminar já é crime. Está na Constituição. Recorram aos seus direitos. O que nós estamos chamando a atenção aqui, Senador, é que nós não temos necessidade de uma legislação que cria uma casta especial no País. A liberdade é tão grande que na Marcha Gay, em São Paulo, quando eles usam a palavra no microfone, eles me arrebatam, eles me esculhambam porque eu sou um Senador que não comunga com o que eles pensam, porque não pode ter pensamento contrário. Eles arrebatam a mim e ao Silas Malafaia eles põem de lixo. Eles postam *fakes*, inventam nomes para poderem atacar... Quem quer respeito tem que dar respeito. Eu penso que as pessoas precisam ser respeitadas sim. Por que não há nenhuma manifestação contra o Pânico, por exemplo, contra os redatores do Pânico que fazem tanta ironia, tanta anarquia contra o homossexual? Por que é que ninguém entra na justiça contra o redator do Zorra Total, cujo quadro hoje mais visto no Brasil é aquele homossexual dentro do trem? Por que não entram? Jô Soares, quem vê Jô Soares todo dia, quando ele vai mandar o Bira parar de rir, diz: “Cala a boca, seu viado”. Vai um pastor falar isso. Vai um crente falar isso. Vai um padre falar isso. É homofóbico, tem que ser preso, tem que ser arrebatado. Então, parece que ficou uma luta de homossexual contra religiosos, e, na verdade, não é isso.

Nós temos, aqui, na Frente da Família, Senadores, e V. Ex^a sabe, que são ateus, mas que acreditam

na família como nós acreditamos: Deus criou macho e fêmea e ponto. É um direito que nos assiste. Tem gente que não acredita como nós, e temos que respeitar. Só que não precisamos criar uma casta especial porque a pessoa acredita diferente de mim. Eu não quero ser uma casta especial só porque acredito diferente das pessoas. (*Palmas.*)

Lamento que a Senadora Marta seja arauto disso tudo. Ela é a Relatora e propõe um texto alternativo. Diz que foi junto com Demóstenes, com Crivella. E eu dizia ao Crivella que qualquer história que tiver 122 no meio acabou. Se querem um texto, se querem uma lei, se querem um texto de qualquer maneira – querem porque querem –, tudo bem, vamos discutir um texto que fale sobre intolerância e nunca sobre homofobia. O Brasil não é homofóbico. Intolerância. Eu não posso ser intolerante com um negro; eu não posso ser intolerante com um católico só porque a fé dele é católica; eu não posso ser intolerante com um ateu; eu não posso ser intolerante com alguém estrábico ou com alguém que nasceu com a perna esquerda mais curta que a outra; eu não posso apelidar ninguém; eu não posso ser intolerante com um indivíduo porque ele mora num bairro onde não tem calçamento, eu não posso zombar dele porque ele está com os pés sujos de lama porque ele veio de lá andando. Nós precisamos ter tolerância com as pessoas. É preciso ser tolerante com o homossexual.

A minha filha casou agora, a minha filha mais nova. Tinham cinco homossexuais arrumando a minha filha. Eu cheguei com o cabelo meio desarrumado, vieram os cinco e arrumaram o meu cabelo. Eu poderia não deixar. Por que não deixar? São profissionais. Sabem fazer bem feito. Estavam trabalhando. Eu os respeito.

Então, nós precisamos tratar de intolerância. Por que é que vou ser intolerante com um homossexual? O meu Partido tem um travesti chamado Moa. O Moa é Presidente da Câmara de Nova Venécia. Foi Presidente por dois mandatos. É o político mais respeitado do Município. É travesti, se veste como mulher. Quem olha de longe pensa que é uma mulher. É do meu Partido. Fez uma campanha para Deputado Estadual com uma foto abraçado comigo. Colocou os *outdoors* abraçado comigo. Teve um monte de crente que deixou de votar em mim. “É, esse Magno Malta, olha com quem ele está abraçado.” (*Risos.*)

A campanha toda foi abraçado comigo. A foto era comigo. Teve um encontro do Partido agora. Ele tirou uma foto comigo, me abraçou, e colocaram no jornal, eu com a cabeça no ombro de Moa. Colocaram em baixo “encosta sua cabecinha no meu ombro e chora”. (*Risos.*)

Eu poderia não querer tirar foto nenhuma. Não precisa ser intolerante com as pessoas. Por que o Moa

não me recrimina, não rejeita as minhas posições? Porque sabe respeitar o contrário. Está dentro do meu Partido, e o Presidente do Partido sou eu. Por que é que eu não armei nada para colocar Moa para fora? O meu Partido está cheio de homossexuais. Nós precisamos respeitar. Eu posso não aceitar, mas respeito. Não posso ser intolerante com eles. Então, não dá para me chamarem de homofóbico. Nem cola! Com a minha luta pela vida, pelo interesse da vida das crianças, de drogados, enfrentando pedofilia, narcotráfico nesse País, não dá, não dá para dizer. Muito pelo contrário. Homofóbico?

Agora, se alguém comete um crime contra um homossexual, este deve ir à delegacia e fazer o boletim de ocorrência. É assim que o negro faz; é assim que o deficiente faz; é assim que o branco faz; é assim que o rico faz; é assim que o pobre faz. Vamos lá! E vamos fazer um inquérito, vamos investigar.

Está chegando o Senador Petecão, que é representante da Igreja Católica, e acho que também dos Evangélicos, do Acre. Ele representa todo mundo lá.

Quer um texto? Eu dizia a Walter Pinheiro: Quer um texto? Vamos fazer um texto sobre intolerância, pronto! Nós temos que ser tolerantes com as pessoas. Intolerância é crime. Chamar pastor de ladrão também vai virar crime. Precisamos ser tolerantes. Chamam todo dia: “Ah, dizimo é para engordar pastor. Esse pastor é ladrão, bandido...” Falam o que querem.

E eu quero ressaltar que, inclusive falei para a Senadora Marta Suplicy, também não gosto de nada escondido. Falo no olho. Quando ela veio pedir para votar o projeto dela – e eu estou doidinho para ela botar para votar, estou doidinho para ela botar para votar –, ela veio conversar. Eu falei: “Você viu o que eles fizeram com a Igreja Católica na avenida? Você estava lá?” Ela disse: “É, eu vi” “Você viu os santos todos em posição sensual? Para que isso? Aquilo é símbolo sagrado da Igreja Católica.” Ela disse: “É sobre isso também. Eu não concordo, não.” Por que não chiou quando pegou o microfone? Por que não falou “está errado, isso desmoraliza o movimento, está errado vamos respeitar.” Não! Depois ela também invocou a masculinidade do Kassab, o fim do mundo para quem defende o movimento. Isso é o fim do mundo. E ela fez no processo eleitoral. Então, seria bom que ela estivesse aqui, porque o seguinte... Depois eu vou ao plenário para falar essas coisas na tribuna. Essas coisas que eu acabei de falar agora, vou falar tudo na tribuna.

Quero dizer o seguinte. Eu contei aqui. Sabe quantos votos eles têm aqui na Comissão? Você me viu telefonando? Eu estava reconfirmando o voto de todo mundo aqui. Eles têm 3 votos seguros. Se o titular vota, o suplente não vota. Certo? Então, na suplên-

cia, eles têm um, dois, três... Têm um – não vou dar o nome – que falou: “Nem apareço lá, não vou nem votar e nem desvotar. Não vou lá”. Mas suplente não vota. Seguro: um, dois, três... O restante... São dezenove na Comissão? *(Pausa.)*

Dezenove. Dezesesseis são radicalmente contra. Acabei de falar com um aqui no telefone, e ele falou: “Manda ela votar quinta para nós mandarmos logo paro sal”. *(Palmas.)*

Eu estou respeitando e vou continuar respeitando. Se quiserem mais audiência pública, vamos ter. Vamos ouvir os outros. Vou estar aqui ouvindo com respeito as pessoas, porque cada um tem o direito de defender aquilo que acredita. O homem é aquilo que ele escolhe ser. É a sua escolha, e nós temos que respeitar. Tenho que ser tolerante, mas eu também preciso que tenham tolerância comigo. Por isso, a mim entristece bastante...

Ou a tal foto “Encosta a cabecinha no meu ombro e chora”. Aqui é Moa. Isso é mulher. Não é um homem, não. Aqui é Moa. Aqui. *(Pausa.)*

Aqui é Moa, Presidente da Câmara de Nova Venécia. O maior homem que o Município tem é Moa. *(Risos.)*

É sério, decente, honrado Paim. Enquanto homem público, não tem um lá que chegue perto. Não tem um. É um orgulho no meu Partido no Espírito Santo e é travesti. Orgulho do meu Partido. Sério! É candidato a Prefeito. E eu estou lá no palanque. Vou estar ao lado porque, enquanto homem público, para mim, é o mais preparado, competente e honrado para dirigir o Município. “Mas é travesti!” Para mim, não cola. Se quiser uma audiência pública com o Moa aqui, o Moa vem também para dizer o que pensa, para dizer que é preciso ter tolerância e respeitar as pessoas, que quer respeito, mas dá respeito. Eu estou isso aqui, com respeito ao Moa, porque Moa dá respeito. Quem quer respeito dá respeito.

Então, não dá. Vamos tratar de um texto que fale sobre... Já que querem um texto, a Constituição já diz: “É crime discriminar.” Ponto. É crime. Acabou. Para qualquer um. Não vamos criar uma casta especial: eles podem tudo e eu não posso nada.

“No Brasil, acontece uma coisa diferente” dirá o *New York Times*, que deu página sobre o Silas. *New York Times*, eu nunca vi uma página. Até do Presidente da República eles dão nota. Deram uma página para o... O Brasil é diferente dos outros. Lá, a minoria é uma casta especial; a maioria não manda nada, não vale nada. Então, essa lógica não existe.

Com todo o respeito às pessoas, penso que V. Ex^a, com a capacidade que tem de debater questões, tem responsabilidades com a família brasileira e com os grupos homossexuais, que reivindicam aquilo que

eles acreditam. Para tanto, vamos continuarmos debatendo. Mas aviso à Senadora Marta Suplicy: se ela quiser botar agora à tarde, depois da sessão, em uma extraordinária aqui, pode botar para votar, porque a gente acaba com essa conversa hoje mesmo aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Bom, esse foi o Senador Magno Malta colocando o seu ponto de vista sobre o tema e deixando claro que a disposição dele é votar a qualquer momento, se assim for a vontade daqueles que debatem o 122.

O Senador Sérgio Petecão gostaria de usar a palavra agora? *(Pausa.)*

Não!

Se os Deputados quiserem usar a palavra... *(Pausa.)*

Começamos, então, pelo Deputado Marco Feliciano, Deputado Federal por São Paulo.

O SR. MARCO FELICIANO (PSC – SP) – Sr. Presidente, nobre Senador Paim, Srs. Senadores que aqui estão, Srs. Deputados:

Aos debatedores Pastor Silas e Pastor Wilton meus parabéns pelo discurso brilhante; aos Pastores que estão aqui que eu conheço já de algum tempo...

Como Deputado, Sr. Presidente, eu fico à beira do caminho pensando em como vai acontecer daqui para a frente. Vejo aqui esse debate, Pastor Silas; vejo as posições do Senador Magno Malta e de outros, mas parece que o que é feito nessa Casa de leis não surte efeito, porque, quando aqui não acontece, acontece no Supremo Tribunal Federal. O STF aprovou a união estável a duas semanas atrás; o Superior Tribunal de Justiça, a união civil.

Na semana passada, houve aqui no plenário da Câmara dos Deputados uma audiência, Magno, sobre homofobia na escola. Lá, o Sr. Toni Reis apareceu. Fui espreitar para ver como era o seminário. No seminário, eles mandaram cinco representantes do MEC, dentre eles, três ativistas do Movimento LGBTT, pedindo que, no ano que vem, o MEC não faça negócios com editoras que carreguem no bojo do seu livro a instituição “família como é reconhecida”, ou seja, nos livros de criança, não vai mais poder ter a figura da mãe, do pai e do filho. Isso foi dito. Eu estava presente. Tenho isso gravado em vídeo a hora em que vocês quiserem ver. Isso é uma das coisas.

Amanhã, vai ser votado na Comissão de Seguridade Social, da qual eu faço parte, o direito ao parceiro homossexual ser incluído na Previdência Social. Eu apresentei uma audiência pública e a comissão autorizou a audiência pública, mas também o outro lado não veio. Não mandaram representantes. Ficamos como estamos aqui: só nós, os interessados no assunto. O Governo é pela aprovação do projeto e eu chamei a

relatora do projeto para um debate para saber qual é a razão de dar ao parceiro homossexual o direito da Previdência. É a linha da afetividade? Porque eles não podem gerar filhos, e é essa proteção que o Estado dá à família. Se a linha que está sendo votada aqui é porque eles vivem em união de afetividade, um filho que vive com o pai, dentro do mesmo lar, e que faz o voto de cuidar do velho pai até a morte, se o pai morre e o filho tiver acima de 21 anos, não tem direito à Previdência Social. Então, propus um substitutivo para ela. Aprovamos o seu projeto desde que seja tirada a palavra homoafetivo e colocada a expressão “pessoas que vivam em comum afeto”. Ela não aceitou o meu substitutivo.

Eu sinto que há uma ditadura *gay* não apenas no Brasil, Pastor Silas, mas no mundo inteiro. Semana passada, o Primeiro Ministro da Inglaterra sancionou algumas leis tirando recursos de países da África porque os países não querem aceitar a imposição do governo inglês de conceder privilégios aos homossexuais. Fico aqui pensando o que é que vai acontecer daqui para frente. Somos aqui os representantes das famílias legais, Movimento Católico, Movimento Evangélico. Somos cerca de 95% da Nação brasileira. Eles têm um grupo tão pequeno, mas são muito ativistas. Eu tenho aqui que bater palmas para eles, Professor Silas. A unidade deles, a forma como eles agem, a forma como eles são protegidos, eu queria conhecer esse caminho para que nós também pudéssemos trilhar pelo mesmo caminho. A mídia desse País, infelizmente, não é uma mídia imparcial. Ela é uma mídia militante. Toda vez que o assunto é orientação sexual é um assunto pífido, é um assunto nojento, ninguém tem coragem para bater. São poucas as pessoas que aparecem para dar a cara para bater. São poucas as pessoas que aparecem como o Pastor Silas, Magno Malta e outros. São poucas as pessoas que se posicionam nesse País.

Eu consegui a duras provas, Pastor Silas, na Câmara dos Deputados, um PDL, Projeto de Decreto Legislativo, apresentando um plebiscito, já que o Supremo legislou no nosso lugar, já que tudo tem acontecido naquela esfera, e o povo brasileiro é o maior poder deste País, porque este País é um país democrático, para perguntar ao povo o que é que eles acham sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal. Pasmem os senhores, os pastores que aqui estão me ouvindo: houve Parlamentares da minha Frente, da Frente Evangélica, que não quiseram assinar. Então, eu bati na porta dos gabinetes de 512 Deputados. Somente dois foram contrários ao plebiscito, o restante, todo mundo aprovou: “Não, tem de ser feito isso, a população tem de decidir”. Mas na hora de colocar o papel para

eles assinarem, não quiseram assinar Pastor Silas. Eu falei: “Por que não?” “Não, é porque eu não quero ter o meu nome estampado como estão o seu nome e o do Pastor Silas na Internet; como eles chamam vocês disso ou daquilo.”

Então, eu fico imaginando onde nós vamos parar. Se não houver uma movimentação hoje das grandes lideranças... Semana passada eu fiz um discurso em plenário convidando, convocando na verdade, todos os grandes líderes da Nação brasileira – inclusive, Pastor Silas, eu usei o seu nome, usei o nome do Magno Malta, usei o nome do presidente da CNBB, e a CNBB já se pronunciou a favor disso, o pessoal da Canção Nova já se pronunciou a favor disso.

Então, eu fico imaginando que esse debate, mesmo esse projeto não sendo aprovado aqui, tudo tem sido resolvido por jurisprudência.

Qual seria solução para isso?

Então, apenas para compartilhar, para deixar aqui a minha palavra, pedi para ser respeitado o direito de todas as pessoas, sim, não somos homofóbicos, não há discriminação da nossa parte. O que nós queremos é apenas que não seja criado um terceiro grupo todo especial neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Federal Marcos Feliciano.

Pergunto se algum dos Deputados Federais presentes querem usar da palavra? (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Deputado Federal Arolde de Oliveira; em seguida, para a Deputada Federal Lilliam Zapp

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, prezados Senadores, colegas Parlamentares presentes, eu serei muito breve. Apenas quero fazer um registro porque a gente está nesse mesmo barco e com esse mesmo pensamento, e quem tem traduzido e interpretado e colocado, na linguagem popular, a cara a tapa, defendendo essas posições, tem sido o nosso Pastor Silas Malafaia. Ele sabe que tem, tanto aqui na Casa tanto da sociedade, o suporte majoritário. Mas, infelizmente, a militância, essa militância ativista nessa área ocupa todos os espaços e encontra, evidentemente, amparo até em documentos oficial como é a terceira versão do PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos. Ali, todas essas coisas estão previstas, orientadas, e outras que vão surgindo aos poucos aqui.

A Presidente da República, à época da candidatura dela, se comprometeu e disse que esse assunto ficaria com o Congresso Nacional para resolver. E, é claro, aqui é o local adequado, porque aqui a sociedade está, pelo menos teoricamente, representada; e

os Estados estão aqui no Senado representados, e o povo está representado na Câmara. Então, o congresso, realmente, é o local adequado. Mas estamos discutindo o assunto aqui, agora está tramitando, estamos discutindo a pauta para votação desse projeto de lei.

Esse projeto de lei tem, dentro desses esquemas usados para, sutilmente, poder contornar os aspectos legais, esse projeto de lei surgiu de uma tentativa de justamente modificar o projeto legítimo, que é o projeto que trata da discriminação racial, da minoria de gênero, etc. etc., etc., e deficientes. Aí foi introduzido de uma forma totalmente incompreensível, por quê? Aí eu acho que esses são os pontos que temos de buscar saber o porquê de este PL nº 122 está colocado dessa forma.

A questão do homossexualismo, no que dizem, é uma questão de opção sexual. Ora, se é uma questão de opção, então, é uma opinião, é uma posição que nos deixa à vontade para termos opiniões contrários, se essa é a opção. Outra coisa; se é uma opção não cabe, na realidade, nessa lei. Por quê? Porque essa lei prevê aqueles casos em que a situação é involuntária por parte de quem carrega alguma situação que possa causar a discriminação, como é o caso. O sujeito não escolhe nascer branco, nascer negro, nascer amarelo, ou qualquer coisa, ou nascer homem, ou nascer mulher, não escolhe essas coisas. É diferente. Então, se é uma opção, evidentemente aí está a origem de todo o absurdo que estão querendo impor. Porque se é uma opção, sendo uma opção, é uma questão que leva as pessoas a terem outras opiniões e terem outro tipo de comportamento sem caracterizar homofobia, sem caracterizar qualquer tipo de discriminação.

Esse é o meu ponto de vista.

Eu deixo essa contribuição aqui, reafirmando, de público, a minha admiração pelo trabalho que é feito pelas nossas lideranças, o Pastor Silas Malafaia, o Pastor Wilton Acosta, o Magno Malta, que não é esta a primeira cruzada que ele está envolvido, mas nós temos de continuar batalhando e lutando, mas colocando da forma como o próprio Magno colocou. Eu tenho experiências pessoas também. O Senador Magno Malta colocou vários testemunhos pessoais dele ali. Não existe isso. O problema é que nós não podemos, nós, sermos criminalizados por coisas que absolutamente não são lógicas, não existe essa possibilidade.

Então, essa casta especial está sendo criada, e que está prevista nesse documento oficial que eu citei, e outras coisas que estão lá previstas também, evidentemente, serão objeto de muitos debates aqui nesta Casa. Mas a origem disso, no meu entendimento, é esse fato, de uma interpretação errônea, no sentido de ser uma opção. Agora, se não é opção, se é alguma coisa genética, aí vamos tratar como doença, vamos

criar as clínicas e vamos fazer. Agora, eu entendo que seja opção também, como eles, mas se é opção, não cabe nessa lei.

Eu agradeço a V. Ex^a. Conheço V. Ex^a, somos conterrâneos, já trabalhamos juntos aqui, conheço a seriedade com que V. Ex^a conduz os trabalhos nesta Casa, e vai, naturalmente... Uma coisa só eu quero alertar: que não se permita que se faça uma votação desse projeto de lei em um ambiente de decisão na calada da noite, em um final de expediente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ficar tranquilo quanto a isso.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA – ...isso, Presidente, eu lhe peço, porque esta é a sua atribuição essencial, que nós pode dar a garantia de que ele pode ser votado, sim, mas que terá um Plenário aqui para apresentar o seu voto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidente, o senhor pode ficar tranquilo quanto a isso, tem dialogado muito com os Senadores. Esse projeto, no dia que for votado, será amplamente anunciado, com antecedência. Não entrará, em hipótese alguma, numa proposta de extrapauta, como, às vezes, acontece, quando há um amplo entendimento. Isso não acontecerá, podem ficar tranquilos. (*Palmas.*)

Passo a palavra para a Deputada Federal Lilliam Sá.

A SR^a LILLIAM SÁ – Boa tarde a todos.

Quero parabenizar o excelente nível desse debate, e deixar a minha contribuição, Senador Paulo Paim, ao nosso querido Presidente da Fenasp, Wilton Costa, e o nosso querido Pastor Silas Malafaia, que eu quero parabenizá-lo ainda mais pela sua coragem, pelos seus depoimentos, pela sua luta em favor da nossa fé. Quero também, aqui, parabenizar o Pastor Abner Ferreira, da Assembleia de Deus que está sempre aqui conosco e também cumprimentar todos os pastores ao cumprimentá-lo.

Eu quero só dizer uma coisa: a Constituição é bem clara entre os direitos e garantias do homem e da mulher. O que nós temos é uma inversão de valores que estão sendo passados para uma geração que não sabe muito bem discernir, hoje em dia, o que são os valores da família.

Nós não precisamos de uma nova lei; nós precisamos que crianças e adolescentes sejam respeitados, que seja passado para crianças e adolescentes os valores da família. Nós temos as nossas crianças – eu, como defensora dos direitos das crianças e dos adolescentes – sendo aliciadas pelo tráfico de drogas, sendo deixadas na rua, jogadas na lata do lixo, quando nascem. Temos tantos problemas, por que, ago-

ra, através de um projeto como esse, criar uma nova raça, vamos dizer assim, diferente da da gente? Nós mulheres, lutamos pelos nossos direitos até hoje, e o homem já tem os seus direitos! O homossexualismo é uma opção. Se eu quisesse ser homossexual eu teria optado para ser. Então, eu creio... Assim, eu não sou homofóbica, eu tenho um carinho muito grande...

(Interferência fora do microfone.)

A SR^a LILLIAM SÁ – Não, não sou. Meus amigos homossexuais têm vários e me respeitam. E quando querem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A palavra continua com a Deputada.

A SR^a LILLIAM SÁ – Olha só, querido, eu entendo até a posição de vocês. Eu tenho os meus amigos, e quando querem conselhos, me procuram, me ligam, me pedem conselhos.

Você sabe o que um amigo meu, cabeleireiro, falou pra mim? “Puxa vida Lilliam, você tem de lutar lá contra esse projeto do casamento gay, porque agora a gente não pode nem ter aí mais ninguém, porque a gente tem de pagar pensão. Eu vou falir. Nós não queremos isso. Nós não queremos isso”. Foi o que o meu amigo falou. *(Palmas.)*

Entendeu? “Vocês estão criando problemas pra gente”. Foi isso que ele falou. “Se quiser, eu boto lá no seu Facebook, eu falo mesmo, e falo com todos os meus amigos aqui”. E queriam fazer uma reunião para que eu marchasse contra isso com eles. Eu falei: “Para mim, não vai pegar bem eu marchar com vocês, mas tudo bem. Eu deixo a minha contribuição”.

Então, opção sexual se é uma escolha, e vocês homens já são privilegiados, vocês, homens, têm mais direitos do que a gente, isso é verdade, então, querer mais direitos ainda eu acho que seria uma injustiça para com as mulheres que lutam pelos seus direitos há tanto tempo.

Então, eu queria dizer para vocês que as crianças deficientes físicas então aí, nós estamos lutando pelos direitos das crianças, tanta gente... As crianças que têm problemas de fala, crianças que têm problemas de visão... Então, vamos fazer um projeto para cada uma delas para assegurar os direitos delas então.

Gente, eu quero deixar a minha contribuição. Quero dizer para vocês que eu amo os meus irmãos que são homossexuais, não tenho nenhum problema com eles, mas acho que quererem uma lei que ultrapasse os direitos de nós, mulheres, já é demais.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta foi a Lilliam Sá, Deputada Federal.

Quero informar a todos que depois que os Deputados falarem, volta à Mesa os nossos dois convidados para as suas considerações finais.

Permitam-me esclarecer que, quem está assistindo à TV Senado, e vai assistir depois ao vídeo, porque nesse momento nos estamos ao vivo pelos canais alternativos, que esta Comissão ouve a todos, tanto é que há pouco tempo, a Senadora Marinor Brito fez uma audiência pública para discutirmos a questão da orientação sexual, proposta dela, ela fez os convites, foi até no Petrônio Portela, eu presidi do mesmo jeito que estou presidindo aqui. Isso para verem que esta Comissão tem uma posição de equilíbrio que ouvir todos, respeitando os que pensam diferentes. Foi lá no auditório Petrônio Portela. Não proibi manifestação de ninguém, ouvi todos e presidi como estou presidindo aqui. E todos os Deputados Federais que estiveram lá, Estaduais e Senadores inclusive usaram a palavra.

Então, nesse momento, indago se os demais Deputados presentes querem usar da palavra. *(Pausa.)*

Pergunto se o Deputado Ronaldo Nogueira quer usar a palavra? *(Pausa.)*

Pode ser o Deputado Ronaldo Nogueira nesse momento e, em seguida, o Deputado Pastor Eurico. Pode ser Pastor? *(Pausa.)*

O SR. RONALDO NOGUEIRA – Cumprimento o Senador Paim, e quero registrar aqui o nosso reconhecimento pelo trabalho que V. Ex^a tem feito principalmente na defesa do trabalhador. Também cumprimento o Pastor Silas Malafaia, Pastor Wilton Acosta e demais pessoas que participam da audiência pública, que é tão importante no momento, porque ocupa uma pauta importantíssima na discussão, principalmente na sociedade, em razão da complexidade do tema.

Senador, quero deixar aqui registrado o meu pensamento: primeiro, não tem como tirarmos da nação brasileira, da sua cultura o nosso reconhecimento de que 95% da população são cristãos: ou cristãos católicos, cristãos protestantes e os cristãos evangélicos também que é um segmento que tem crescido, o qual, com muito prazer, represento, porque, desde a minha meninice, meus pais já eram da Assembleia de Deus, então, já tenho um conceito formado nesse aspecto, com respeito à Bíblia Sagrada. Também não tem como tirarmos o vínculo da fé da nação cristã brasileira, sendo representada por 95% da sociedade, tendo a Bíblia Sagrada como principal regra da sua fé e também o livro que norteia a sua conduta com relação aos princípios ali contidos. E a Bíblia diz assim que foi feito um homem para uma mulher, e é isso que defendemos, não um homem para três mulheres, ou seja, uma mulher para um homem, e não uma mulher para três, quatro

homens, e não um homem para um homem ou uma mulher para uma mulher.

Então, isso é um princípio explícito que está na Bíblia Sagrada, e tanto os cristãos católicos como os cristãos protestantes e evangélicos têm essa concepção. Parece-me que, a partir do momento em que uma legislação procura desconsiderar principalmente uma cultura de fé, que já é uma regra numa nação, em razão de alguns interesses particulares, em razão da sua opção sexual, porque a opção sexual diz respeito à intimidade de cada pessoa, e a opção sexual não precisa haver um resguardo legal para garantir o meu interesse sexual para satisfazer o prazer da minha conduta. Não é necessária uma legislação nesse sentido. Então, não me parece, com todo respeito à organização que defende o PL 122, mas traz uma exposição à sociedade, muitas vezes até suscitando uma discussão ou até muitas vezes levando a um ódio que não seria necessário. A Bíblia é um livro fundamental para a organização de uma sociedade, e não podemos desprezar isso, precisamos reconhecê-la, o próprio Deus na Sua essência, na Sua bondade, na Sua longanimidade, permite que o sol, o ar venha sobre todos, e nós, evangélicos, não discriminamos ninguém, muito pelo contrário, acolhemos, procuramos orientar, indicando aquilo que está explícito na Bíblia Sagrada como caminhos para uma boa conduta, para uma sociedade organizada e que cumpra as suas leis.

Então, penso que é hora de desarmar os espíritos e procurar, através de um entendimento, mas não explicitar numa legislação, muitas vezes, colocando ali artigos que venham a criminalizar a exposição da fé ou até mesmo a exposição daquilo em que se acredita. Os interesses pessoais, as opções sexuais não precisam ser resguardadas na lei, até porque aquilo que fala da intimidade não tem que ser feito público, intimidade é intimidade, aquilo que acontece entre quatro paredes não é preciso colocar em legislação a garantia. As garantias individuais do cidadão já estão contidas na Constituição Federal e não é necessária uma legislação especial, específica nesse sentido. Somente quero deixar registrado esse meu pensamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Federal Ronaldo Nogueira.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Federal, Deputado Pastor Eurico.

O SR. PASTOR EURICO (PSB – PE) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Pastor Silas Malafaia, Pastor Wilton, componentes desta Mesa, nobres Deputados, Deputadas, senhores e senhoras aqui presente, nossos cumprimentos.

Acredito que esta oportunidade que estamos tendo é um reflexo da democracia em que todos têm o direito a expressar suas opiniões. E, como V. Ex^a já falou, tenho ouvido vários segmentos da sociedade; isso é muito importante.

Então, eu quero aqui repetir – creio que já muito foi falado pelos companheiros –, na verdade, nós, que defendemos princípios, não estamos aqui em campo de guerra. Uma coisa é que nós não podemos aceitar os tratamentos que são dados a todos aqueles que não aceitam as práticas homossexuais. Nós temos motivos para não aceitar e sabemos o caos que este Brasil pode entrar a partir do momento que abrimos da forma que querem, ou aceitarmos o que estão querendo neste Brasil.

Já foi dito e repito: nós não odiamos a pessoa do homossexual. Estou falando porque tenho um problema na minha família, tenho parentes que são homossexuais, mas a minha conversa com eles é a mesma que eu defendo aqui ou em qualquer lugar: nós não concordamos com a prática. Sabemos que isso é algo abominável que atrai maldição. Não abrimos mão disso aí. Acusar-nos, aos evangélicos, de homofóbicos e dizer que somos doentes e até nos qualificar como assassinos. Está provado, e levantado através das pesquisas, que a maioria dos assassinatos entre homossexuais foi feito por parceiros homossexuais. Está é a grande verdade. Qual deles, que tem o seu parceiro, fica satisfeito quanto houver uma traição? Nenhum. Se existe ódio, existe entre os homossexuais. Essa é a grande verdade. (Palmas.)

Sr. Presidente, não foi visto, neste Brasil, evangélicos espancando homossexuais, evangélicos querendo espancar homossexuais com lâmpadas como mostraram por aí. Nós, evangélicos somos contra, mas contra mesmo à violência. Nós não aceitamos violência com ninguém, nenhum ser humano, afinal de contas todos eles já têm o seu respaldo na Constituição Federal.

Lamentavelmente essa guerra continua. Esse movimento tenta, por vários caminhos, oficializar, ganhar terreno e querer impor, dentro da sociedade, uma nova raça e direitos exclusivos de certo grupo. Daqui a pouco quem sabe vamos ter de criar um movimento da “evangelicofobia”, porque tem muita gente contra os evangélicos deste Brasil. Isso é verdade!

Nós não queremos o mal de ninguém, Sr. Presidente. Nós queremos o bem de todos!

Assim como eles estão defendendo o que eles aceitam e o que querem, nós defendemos o que cremos, defendemos a família, a moral e os bons costumes.

Para encerrar, Sr. Presidente, é absurdo vermos as marchas *gays*, passeatas *gays*. O que acontece nessas passeatas? Os senhores já observaram o que

acontece nessas passeatas? A televisão mostra as barbáries, a falta de respeito às famílias, à dignidade. Eu acredito que um pai que tem uma família de vergonha e decência não aceita tais baixarias mostradas, o que eles fazem nas ruas. Uma agressão às famílias. Sentimo-nos mal ao ver isso acontecer. Será que é isso que eles querem fazer com o Brasil? São nas passeatas que os evangélicos são atacados, agredidos verbalmente. E aí? Se nós não nos juntamos, como evangélicos, o Pastor Silas Malafaia tem falado isso e vários outros aqui, se a gente junta aí mil pessoas, não tem ninguém, mas se o movimento junta duas pessoas tem dois milhões. Essa é a realidade. Existe apoio de todos os lados para que isso venha a ser oficializado no Brasil. Mas uma coisa é certa: nós defendemos a família, defendemos o moral, defendemos bons costumes e não abrimos mão desse princípio. Respeitamos, não queremos o mal de ninguém; não concordamos com violência, de forma alguma. Em relação a todos os homossexuais, negros, seja lá quem for, qualquer tipo de pessoa, nós somos contra a violência. Essa é a nossa posição.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade, deixando bem claro àqueles que aqui estão e são homossexuais que nós não os odiamos, de forma alguma. Agora, não só aqui, mas em qualquer lugar, eu tenho a minha posição firmada: nós não concordamos com as práticas homossexuais, porque elas ferem princípios que defendemos como divinos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Pastor Eurico.

Com a volta à Mesa – eu já tinha concedido a palavra a todos os Deputados, e o nosso Benedito Domingos, gentilmente, esperou o seu momento, e eu não o havia chamado mesmo. Então, Deputado Distrital Benedito Domingos, que foi Deputado Federal durante longo período aqui na Casa.

O SR. BENEDITO DOMINGOS – Meu caro Presidente, Senador Paulo Paim, presidente nacional da Frente Nacional contra a Ação Social; Pastor Wilton Acosta, Pastor Silas Malafaia, sem dúvida nenhuma um grande atalaia na luta contra a homofobia, como é colocada, demais Senadores presentes – Senador Malta, Senador Crivella que já saiu –, Deputados presentes, nós vimos nessa luta desde que fui Deputado, de 91 a 98. Enfrentamos muito esse debate desde aquela época.

Pelo que ouvimos aqui, Senador Paim, acho que todos já entenderam muito bem que nós, evangélicos, não temos ódio e nem rancor, nem espírito de vingança contra ninguém. Nós pregamos a paz, pregamos o amor, pregamos a graça de Deus, mas temos de ter

uma responsabilidade espiritual e também de cidadania nossa. O Brasil é um país aberto, é um país cujas fronteiras se abrem para todas as nações; pessoas de todos os segmentos e de todas as nações vêm para o nosso País e aqui vivem harmonicamente. A religião no Brasil tem uma expressão de liberdade.

Agora, não nos podemos conformar que esta Casa, ou a Casa do Congresso, venha a impor, através de uma lei, conforme já ouvimos, o privilégio de segmentos acima de outros. Já temos amparo constitucional. O princípio do contraditório, que é constitucional, já é um princípio a que todos têm direito, como contestar aquilo que acham que não está certo.

Quero dizer o seguinte: a defesa da família é sagrada. Nós não nos casamos para fazer sexo. Nós nos casamos para constituir família. (*Palmas.*)

Nós nos perpetuamos nos nossos filhos, nos nossos netos. Isso é a base da nação e da cultura de um povo.

Eu diria até para olhar os animais irracionais. Ver como uma ave, por exemplo, no período da postura, em que tem de chocar para criar a sua prole e manter a espécie. Ela, por si, procura acasalar-se com um macho, para fecundar os seus óvulos. Procura fazer seu ninho, fazer tudo, e defende, por mais arisco que seja o animal, ela o enfrenta, naquele período, para defender seus filhotes.

Olha, até os vegetais! Se não tiver o grão de pólen e o gameta não se geram frutas. Hoje, se há uma boa colheita, é quando há a fertilização dos próprios vegetais, provando que isso é uma questão divina, questão de Deus. Eu quero dizer, terminando minha intervenção, Sr. Presidente, que o Presidente do Irã esteve aqui no Brasil, e um repórter da TV Globo lhe perguntou por que eles eram tão contra a questão do homossexual. Ele disse assim: “se casar homem com homem, a raça humana vai acabar”. Não vai nascer mais. Acaba a raça humana. Mas há essa questão de dizer: “Mas vamos adotar uma criança”. Muito bem. Mas quem gerou a criança? Uma mulher. Quem deu à luz a criança foi uma mulher. Se está adotando, isso justifica o que querem pelo casamento, o reconhecimento.

Então, acho que está em boas mãos. Ouvi aqui do Senador Malta a posição da maioria desta Casa nesta Comissão. Acredito que já está há muitos anos essa ladainha, e está na hora de colocar isso no final, e o povo brasileiro marchar em paz, unido pelo progresso e desenvolvimento da nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Distrital Benedito Domingos.

Agora, voltando à Mesa, na mesma sequência em que fiz na abertura dos trabalhos, passo a palavra

para suas considerações finais ao Presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política, Fenasp, Sr. Wilton Acosta.

Em seguida, o Pastor Silas Malafaia.

O SR. WILTON ACOSTA – Antes de fazer as considerações, gostaria só de aproveitar e fazer um convite aos presentes.

Amanhã é dia do evangélico em Brasília. Nós teremos um ato em comemoração ao dia do evangélico às 17h, aqui ao lado do Teatro Nacional. Quero estender o convite aos Deputados, às lideranças que estão presentes. Aos Deputados e Senadores que puderem comparecer será garantida a palavra, a manifestação de cada um dos senhores nesse ato.

Então, amanhã às 17h, Brasília comemora o dia do evangélico. Teremos um evento em praça pública com a banda Oficina G3 e Thalles Roberto para comemorar o dia do evangélico.

Também apenas dizer que, recentemente, foi criada a Consepab, Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil, presidido pelo Pastor Francisco, do Ceará, presidente da Ormece (Ordem dos Ministros Evangélicos do Ceará), do Ceará, instituição que representa os conselhos de pastores apenas. Um ato que foi efetivado agora nos últimos dias e que terá a missão de agregar todos os conselhos constituídos em nível nacional. E tem participação e apoio inclusive do Cimeb, com a presença do Pastor Jorge Linhares, que esteve presente à reunião, homologando toda essa criação.

Para finalizar as minhas palavras, eu tinha dito aqui inicialmente que há mais de dez anos estamos debatendo esse projeto. Há mais de dez anos, ele tramita no Congresso Nacional. As audiências públicas, Senador Magno Malta, estão sendo convocadas, o movimento foi convocado e não compareceu. Vamos ter de fazer novas audiências para fazer debates de novo e, muito possivelmente, eles não vão comparecer, porque o movimento nunca quis debater esse tema conosco, de fato.

Isso é real. Então, a nossa gestão, Senador Magno Malta, é para que a gente vote logo o PLC, e vamos sepultar definitivamente o PLC nº 122. *(Palmas.)* Essa é a proposta. Não temos mais por que esperar e realizar novas audiências, até porque a audiência foi feita. Eles não vão vir, nunca vieram, nunca fizeram esse embate ao longo dos dez anos, e não é agora que vão fazer. Então, ficam protelando até que o STF novamente vá lá e ocupe essa posição de poder legislar.

Penso eu que algumas ações são importantes para que possamos consolidar essa defesa, como a iniciativa do Deputado Marco Feliciano, que é de um plebiscito para ouvir a população. E precisamos reforçar isso. E, mais do que isso: se for necessário, a gente

poder criar projeto de iniciativa popular para tramitar no Congresso Nacional. E nós temos mobilização para apresentar um projeto de lei de iniciativa popular. Não tenho dúvida aqui de que, pela liderança que participa deste plenário e pelas lideranças envolvidas no Brasil, nós teremos condições de coletar assinaturas suficientes para apresentar projeto de lei com iniciativa popular aqui, para a gente poder sacramentar de vez essa questão dessa agenda *gay*, que cresce, que tira dinheiro público, que quer cercear a liberdade das pessoas, que quer doutrinar as crianças na prática homossexual, que quer poder tirar a liberdade das pessoas de se expressarem neste País. Definitivamente, ou a gente assume uma postura de realmente ter ações concretas, ou vamos ficar debatendo ainda ao longo de mais 10, 15 ou 20 anos.

Este País, para concluir, tem uma das maiores legislações do mundo pró-homossexual. Do mundo! Não se justifica esse argumento de dizer que o Brasil é um país homofóbico, porque este País hoje, na atual situação, tem uma das legislações mais avançadas do mundo em termos de direitos dos homossexuais. Do mundo! Então, é importante que a gente coloque isso no debate. É uma realidade isso que nós vivemos. Então, não dá mais para a gente poder ficar nesse debate de aceitar que a Igreja é homofóbica e que quem pensa diferente é homofóbico e, muito menos de se defender uma legislação que queira criminalizar a fé e o pensamento da liberdade religiosa.

Portanto, quanto a essas considerações que nós fazemos, o Fenasp está à disposição, pronto para trabalhar. Se precisar discutir, vamos discutir, mas a gente entende que seria um momento, talvez, ideal para se votar logo esse PLC nº 122. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política, Fenasp, Wilton Acosta.

Neste momento, passamos a palavra ao Pastor Silas Malafaia.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Sem querer cortar ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador sempre tem preferência aqui, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – ...as considerações finais dos convidados...

Então, sugiro a V. Ex^a que passe logo a palavra ao Senador Petecão para fazer suas considerações.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Não, eu quero ouvir o Pastor Silas Malafaia.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele já falou. Você quer ouvir de novo?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu não ouvi, não. Quero ouvir.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – E você fala depois dele?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, o Senador Sérgio Petecão abriu mão da sua fala.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – É importante ele falar, porque o Petecão é católico. É de confissão católica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei. Eu também sou, mas ele abriu mão da sua fala.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Para acabar com essa brincadeira de que isso é um debate de evangélico contra homossexual, e não é. E não é. (*Palmas.*)

Ele integra a Frente da Família, representa os católicos do Estado dele, e é importante que ele fale, sim, mesmo que seja depois do nosso querido Silas Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só quero dizer que a decisão é do Senador Sérgio Petecão. Não é minha, nem do Pastor Malafaia. Por favor, Pastor Malafaia.

O SR. SILAS MALAFAIA – Eu quero aproveitar aqui, Senador Paim, para, no encerramento, dizer que V. Ex^a tem honrado não só seu Estado, mas o Brasil, por suas posições democráticas em prol dos trabalhadores. (*Palmas.*)

Eu quero deixar aqui o meu registro, porque muita gente do seu Estado e que é evangélico me pergunta sobre você – não nas questões políticas, onde já tem uma transparência muito grande. Então, quero aproveitar essa oportunidade para dizer que você honra o seu mandato, honra o povo do Rio Grande do Sul e honra o Brasil por suas atuações. (*Palmas.*)

Quero também dizer aqui do guerreiro que é Magno Malta, amigo de muito tempo, batalhador por causas justas, honestas. Quero parabenizar Magno por sua atuação diante de demandas de que muita gente foge – fique aqui registrado.

Quero aproveitar que aqui também está um amigo, Pastor Abner Ferreira, um guerreiro, companheiro que está sempre junto conosco (*Palmas.*). E os Deputados que estão aqui.

Eu queria deixar poucas coisas, porque já falei. A primeira: eu gosto de desmontar a argumentação falsa.

Eles querem dizer que o Brasil é um país homofóbico. No ano passado, morreram 260 homossexuais assassinados. No ano passado, morreram 50 mil pessoas assassinadas! 50 mil! Vamos para os índices. Eu não quero que ninguém morra assassinado. Acho que nenhum homossexual... Não importa um. Nós repro-

vamos, mas se a questão são números, vamos para os números. No Brasil, ano passado, só mulheres, de violência doméstica, foram assassinadas mais de 300. Só crianças, só crianças, por violência doméstica, mais de mil. E já foi dito aqui que grande parte dos assassinatos de homossexuais é briga de amor, é briga entre eles. E que botam na conta de homofobia.

Um sociólogo não evangélico – por favor, é só pesquisar George Gilder, da Sorbonne, um PhD – pesquisou mais de duas mil culturas no mundo. Conclusão: apenas 55 culturas eram unissexuais; não havia divisão entre macho e fêmea. Elas se extinguíram rapidamente. George Gilder, então, faz a seguinte declaração: *“Nenhuma sociedade é mais forte dos que os laços de suas famílias. E a fortaleza de suas famílias depende das relações heterossexuais”*.

Isso aqui é uma verdade! Isso aqui, meu querido... Toda história da civilização humana está sustentada na relação entre macho e fêmea. Isso aqui é antropológico, isso aqui é sociológico, isso aqui é até teológico. É a verdade nua e crua, gostem ou não gostem; queiram ou não queiram.

Agora, quero dizer o seguinte: os que querem eliminar a discordância, amanhã, podem querer eliminar os que discordam. Eles não suportam a discordância – quero reafirmar aqui. Não suportam. (*Palmas.*)

Reitero, porque alguém pode estar, aí agora, ligando para ver os programas que estão sendo exibidos. Reitero que, se tem alguém aqui sendo perseguido, sou eu! Denunciado ao Ministério Público Federal por montagem, coisa de mau caráter, de bandido, e tentando induzir o Ministério Público a erro, colocando palavras que não falei. Se tem alguém perseguido, sou eu, pelo movimento homossexual, que já tentou três vezes cassar minha credencial de psicólogo. E, na televisão, eu falo como pastor, não como psicólogo. Eu não dou atendimento há muito tempo, ok? (*Palmas.*)

Falo como pastor! E desarquivaram de novo os grupos homossexuais, para tentar me cassar de novo. Então, quem são os intolerantes? Quem são os intolerantes aqui?

Outra. Querem liberdade? Magno falou uma palavra: respeitar direito do outro não querem. Está registrado – eu não sou bobo. Tem *site* homossexual com a minha imagem; símbolos evangélicos sendo ridicularizados, esculhambados, em *sites*. Está tudo registrado. Está tudo guardadinho. Nunca entrei na Justiça contra eles. Querem falar contra? Falem. Eu quero deixar bem claro, em alto e bom som: nós, evangélicos – e creio que católicos também, porque eu converso com vários, podem nos criticar, podem dizer que não gostam de nós, podem dizer que a nossa doutrina é errada. Fiquem

à vontade. Princípio basilar do Estado democrático de direito: livre manifestação do pensamento. (Palmas.)

Segundo Celso de Mello, Excelência, Ministro do Supremo Tribunal Federal, na aprovação da marcha a favor da maconha: “*livre, sempre livre, permanentemente livre*”. Se da maconha, que é criminalizada, se pode falar, eu não posso criticar um comportamento livre, sempre livre, permanentemente livre? Para dizer que tem direito de ser homossexual, sim, os senhores têm. Ninguém pode impedir isso. E eu tenho o direito de criticar, sim, garantido pela Constituição brasileira. (Palmas.)

Sim, tenho o direito e vou dizer aqui nesta Casa, porque já falei na passeata em que colocamos 70 mil na quarta-feira, às 15h, aqui: se fizerem leis para cercear a nossa liberdade, eu lhe garanto – e olha que isso vai ficar grande – que nós, pastores, vamos marcar no mesmo dia, na mesma hora, para pregar uma mensagem contra a prática homossexual. Ou se rasga a Constituição e bota a gente na cadeia, ou se respeita a Constituição. (Palmas.)

Das duas, uma: ou vamos rasgar esse negócio, ou então vão ter que respeitar a Constituição.

O PLC nº 122 é uma violência contra os princípios constitucionais. (Palmas.)

A coisa é tão horrorosa, que eu estava lendo aqui... Eu já li tanto essa “potroca”, esse lixo chamado de lei... Os caras botaram... Escuta essa aqui. Essa aqui em programa humorístico deve valer alguma coisa. Escuta esta: “*o disposto neste artigo envolve a prática de qualquer tipo de ação violenta*”. Agora, escute qual é a ação violenta –, constrangedora, intimidativa, vexatória – vai escutando – de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica.

O que é ação constrangedora filosófica? O que é isso? O que é? Então, se você olhar para um homossexual: “Você está me constrangendo psicologicamente com essa sua cara. Vou processá-lo para você entrar em dois a cinco anos de cadeia”. Isso é uma vergonha! Isso é uma palhaçada! Isso é uma vergonha! (Palmas.)

O que é constrangimento filosófico, se na Constituição, no art.5º, diz que ninguém pode ser cerceado por convicção religiosa, política ou filosófica? Como é isso? Como é isso, senhores? E está aqui provado. Para quem está chegando e vendo agora, quero dizer que os representantes do movimento homossexual não vieram. Os Senadores e a dita S. Exª Senadora Marta Suplicy, que é autora de substitutivo, não apareceu aqui. E eles se dizem tão democráticos e tão a fim de seus direitos!

Eu não vou deixar passar, porque é meu princípio de fé e convicção respaldado pela Constituição; quero dizer que vou deixar uma palavra aqui, Senador Paim,

que pertence ao meu mundo e à Bíblia, que eu sigo e diz que o homem é um ser psicológico, biológico, sociológico e espiritual. As quatro dimensões do ser humano. A Bíblia é um livro fenomenal de comportamento humano.

Eu não estou querendo impor Bíblia. O Estado é laico. Mas eu quero aproveitar a oportunidade. Não estou aqui para cercear ninguém. Eu não cito a Bíblia quando venho para debate. É isso que eles não gostam e ficam malucos! Eles queriam que eu chegasse aqui e dissesse: “Porque a Bíblia... porque Deus... o diabo...” Nada disso! Vem para cá com a Constituição, meu irmão! Vem para cá discutir no campo das ideias.

Mas quero deixar uma palavra, aqui, porque entendo um pouquinho do mundo espiritual. E eu, como ministro do Evangelho e profeta que sou, quero declarar, em nome de Jesus, que esse lixo não vai ser aprovado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Pastor Silas Malafaia colocando...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, pessoal. Não tem problema nenhum. Já tivemos diversos cantos, orações aqui nesta sala e não tem nada irregular, não.

Anteriormente o Senador Sérgio Petecão abriu mão, mas agora, neste momento, está com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu queria saudar o Senador Paulo Paim, Presidente da nossa comissão. Saúdo o Presidente da Frente Nacional Cristã de Ação Social e Política, nosso amigo Wilton Acosta. E saúdo aqui o Pastor Silas Malafaia.

Eu não tinha tido oportunidade de conhecê-lo pessoalmente. Já assisti muitas vezes ao seu programa e o parabenizo pela sua facilidade de expressão ao levar a Palavra de Deus.

Também saúdo os companheiros do Movimento LGBT, que aqui estão presentes nesta audiência de hoje.

Eu tenho procurado, dentro das minhas possibilidades, acompanhar e conversar, ouvir os pastores, os padres e também alguns companheiros do Movimento LGBT, para que Deus me ajude e eu tome uma decisão correta.

Eu estou muito preocupado, Pastor Silas Malafaia, com o rumo que está tomando esse debate. Na semana passada, no meu estado teve uma Parada Gay e foi muito pesado. Abriram a parada com um hino evangélico e isso causou certa revolta dos evangélicos. Eu, pelo menos, entendi como uma afronta. Acho que não há necessidade disso.

O que me preocupa são as cenas gravadas e divulgadas na mídia, Paim. Foram cenas muito pesa-

das que depuseram contra a família. Eu fiz questão de ouvir vários pais de família que não concordam com isso; nem são contra o Movimento LGBT, mas não concordam com esse tipo de coisa. Então, eu me preocupo, Senador Magno, porque está indo para um acirramento muito complicado.

Eu acho que deveríamos votar esse PLC o mais rápido possível, aqui, para resolver isso de uma vez por todas, respeitando o ponto de vista de quem o defende; mas que as pessoas com uma posição formada que não concordam também sejam respeitadas. Então, é isso.

Eu sempre tenho dito, com todo respeito aos Senadores, que V. Ex^a é um dos Senadores que mais vejo trabalhar aqui nesta Casa. V. Ex^a faz audiência pública de segunda-feira à sexta-feira. Então, acho que pode dar uma contribuição nesse diálogo com a Senadora Marta, para que possamos resolver isso de uma vez por todas.

Eu, no meu estado, estou com medo, sinceramente. Estou com medo, Pastor Silas Malafaia, porque está caminhando para um confronto. Isso não é bom para ninguém! Então, fica aqui o meu apelo para que todos nós, Senadores, Deputados Federais e os próprios representantes do movimento tentem sensibilizar as pessoas envolvidas, para que paremos com esse cabo de guerra.

A questão será colocada no Plenário; vamos democraticamente fazer um debate e votar. Seja lá qual for o resultado, teremos de respeitá-lo.

Pastor Silas, eu queria parabenizá-lo. Eu não tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, mas sou uma pessoa que o admiro muito pela palavra que o senhor leva principalmente às famílias do nosso País.

O SR. SILAS MALAFAIA – Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Um abraço, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Sérgio Petecão, com o equilíbrio de sempre.

Deixe-me falar rapidamente para vocês, até para quem está assistindo a essa nossa audiência pública, pela TV Senado e pela Rádio Senado, que aqui não houve nada do que não tivesse acontecido sempre nas outras audiências públicas.

Eu não concordo quando não deixam a pessoa falar – o que sempre garanto que aconteça – e fazem a vaia e se manifestam. Daí, não. Daí eu peço silêncio, para que deixem a pessoa falar. Agora, com relação às palmas, não vejo nada demais.

Nesta sala eu já fiz reunião com 400 pessoas aqui dentro. Todos de pé. E houve momentos em que muitos cantaram aqui dentro. Por isso, não vi nada

demais. Eu digo que essa simbologia da oração feita aqui é legítima. Não vejo nada demais. Não agrediu ninguém. *(Palmas.)*

Ninguém aqui agrediu ninguém e cada um expressou o seu ponto de vista. E nós fizemos diversas audiências públicas.

Como foi dito, é um debate de quase dez anos. Aconteceu aqui, no Auditório Petrônio Portela, na Câmara. Para mim, sinceramente, acho que está na hora de votar a matéria, como foi pedido aqui por todos. *(Palmas.)*

Vamos marcar um dia...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos marcar a votação com a maior tranquilidade. Vamos avisar a todos os interessados e votar. Quem sabe a gente vota ainda este ano e resolve essa questão sem prejuízo de o debate continuar, porque ninguém vai conseguir proibir que o debate continue.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, eu sinto que – estou falando francamente – há vontade da matéria ser votada.

A própria relatora não disse a V. Ex^a, Senador Magno Malta, que estaria na hora de votar a matéria? Enfim, se todos estão entendendo isso, não vou ser eu, o Presidente da comissão, a dizer que a matéria não tem que vir para a pauta. Eu vou consultar as partes, mas se depender de mim, semana que vem seria uma boa data para nós colocarmos a matéria em votação. *(Palmas.)*

Se depender de mim! Claro que essa não é nem uma posição de imposição. Eu vou conversar, naturalmente, com os Senadores que tratam desse tema, tanto com os que são contra quanto com os que são a favor. E se houver um entendimento, votamos semana que vem.

O Senador Magno Malta tinha pedido a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu também não vejo problema nenhum. Já poderia ter sido votado. Se eu não tivesse impedido para respeitar o que havia voltado, isso praticamente já teria sido votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu, V. Ex^a e o Senador Sergio Petecão também, naquele dia, costuramos para que não fosse votado, na busca do entendimento. Não houve.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – E na época da Fátima Cleide, quando o Senador Sérgio Petecão ainda não estava aqui, nós já havíamos adiado uma votação por conta de ter audiência pública.

Se fosse votado hoje, seria 2 a 0. Eu e Petecão aqui, já... E se for votado quinta-feira, vai ser 16 a 3. Então... *(Palmas.)*

A hora em que a Senadora Marta quiser, está bom para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou propor e já aproveitar este momento para que seja o mais transparente possível. Mediante as agendas da semana que vem, eu proponho que seja inclusive em um dia considerado nobre aqui na Casa. Eu proponho que seja na próxima quarta-feira. Vou propor, daí a gente confirma, ou não.

Está encerrada a audiência pública. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.*)

ATA DA 95ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e onze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Pedro Simon, Cyro Miranda e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 114, de 2011–CDH, aprovado em 25/08/11, de autoria do Senador Paulo Paim, “para debater os 50 anos da campanha da legalidade.” Convidados: Marcelino Tabajara Ruas – Diretor do Filme “Este foi Brizola”; Ivo Czamanski – Fotógrafo durante a Campanha da Legalidade; Deraldo Goulart – Diretor do Filme “Jango em 3 atos”; Loiva Lopes Calderan – Diretora de Projetos da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha e Carlos Henrique Esquivel Bastos – Jornalista. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, secretário, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 95ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 114, de 2011, da CDH, aprovado em 25/08/2011, de autoria do Senador Paulo Paim e de outros “para debater os 50 anos da Campanha da Legalidade”.

Para aqueles que estão neste momento ligando a nossa TV Senado, que está transmitindo este programa pela TV digital, canal 2, pela TV Senado e Internet, canal 6, nós situamos a todos: hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos finalizar o ciclo de debate sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade. Nossa intenção, ao realizarmos essas audiências públicas, foi debater sobre um tema tão importante e analisarmos os acontecimentos que marcaram nossa história, que são passos importantíssimos para a compreensão do presente e a construção do futuro.

Fizemos isso na mais firme convicção de que o povo que não conhece o seu passado não avança e não projeta o amanhã.

Ao fazermos essas reuniões, damos passos para resgatarmos um pouco daquele momento marcante da história do Rio Grande e do Brasil, eu diria da nossa democracia, momento em que o povo gaúcho gritou por justiça, exigindo mudanças dos traços políticos que feriam as liberdades, os direitos humanos do nosso povo, momento em que o idealismo e a resistência se manifestaram como postos pela sociedade com destaque, em negrito, com letras garrafais, como forma de reacender as luzes dos princípios constitucionais e democráticos.

A Campanha da Legalidade foi o maior movimento popular do Brasil depois da Revolução de 30, que evitou um golpe militar ao garantir que o Vice-Presidente João Goulart assumisse a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros.

A resistência iniciada em 25 de abril de 1961, pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, além de ter unido o povo gaúcho, também despertou os mais puros sentimentos de pátria no debate que fizemos em todo o Território Nacional, enfim, de norte a sul, de leste a oeste, daqueles que não tinham voz, mas que jamais deixaram de acreditar em um país melhor para todos.

A Campanha da Legalidade foi, na minha avaliação, o momento em que o movimento, em que as ideias democráticas e os princípios igualitários do povo brasileiro se fundiram nas mentalidades de cada ma-

nifestante, como forma de que fosse garantido o que mandava a nossa Constituição.

Por todo o Rio Grande, os relatos sobre a Legalidade foram espalhados. Em Porto Alegre, lembro, o escritor Erico Verissimo divulgou um manifesto que faço questão aqui de destacar:

Aos meus amigos e leitores de todo o Brasil: de Porto Alegre, onde vivo e trabalho; de Porto Alegre, de onde vos mando meus livros, nos quais sempre deixei bem claro meus desejos de justiça social e de respeito aos direitos humanos, eu vos dirijo um apelo e vos dou conhecimento de um protesto. O apelo aqui está. Ficai ao lado da legalidade nesta hora dramática da vida nacional exigindo que seja cumprida a Constituição. O protesto eu o lanço na face daqueles que, por meio do golpe de Estado ridículo e ao mesmo tempo sinistro, tentam interromper o processo democrático, ameaçando atirar o país numa guerra civil.

Essas foram as palavras do Erico.

Enfim, é com imenso orgulho que resgatamos as memórias da Campanha da Legalidade. E, a partir de análises, de discussões de ontem, de tudo aquilo que navegou ao nosso redor, que nós serenamente teremos mais condições de entender o que se passa agora e, assim, plantar o futuro que habita todos os nossos sonhos.

Nessa última etapa do ciclo de debates vamos não só ouvir relatos de indivíduos que acompanharam a importância da resistência para as conquistas humanitárias, como visualizarmos, através dos filmes Jango em 3 Atos, do diretor Deraldo Goulart, e Este Foi Brizola, de Marcelino Tabajara Ruas, que foi de fato a demonstração da Campanha da Legalidade.

Enfim, aqui veremos, nesses filmes e nos comentários, recordações, relatos e lembranças que nos mostram o verdadeiro significado da luta, da vontade de vencer, de transformar o que fere os desejos da humanidade.

Assim, nós, antes de formatarmos a Mesa, vamos assistir, na abertura dos trabalhos, à exibição do filme Jango em 3 Atos, direção de Deraldo Goulart, que tem o tempo de quinze minutos. Depois, haverá a exposição da primeira Mesa, com o depoimento em um vídeo de Sereno Chaise, com tempo de seis minutos. Depois teremos a segunda Mesa, com a exibição do filme Brizola, Tempos de Luta, direção de Tabajara, que está aqui conosco, que vai ser em torno de quinze minutos.

Depois iremos para o encerramento.

Então, a partir deste momento, passamos a ver o filme Jango em 3 Atos.

(Procede-se à exibição do filme.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o velho problema, sempre peço para testar

todo o filme antes de passar ao vivo. Então, não foi passado todo o filme. Alguém não testou. Tudo bem, faz parte da vida. Aqui é que nem aquele programa de televisão, como é tudo ao vivo, já falo ao vivo o que estou sentindo.

Esse foi o filme do diretor Deraldo Goulart, Jango em 3 Atos, e que, infelizmente, mais uma vez, não vamos poder passar porque não houve o devido teste antes.

Pergunto se é possível passar, já que estamos passando filmes, para depois compormos a Mesa, neste momento, o depoimento do Sereno, para depois iniciarmos, ou mesmo aquele que era previsto para o encerramento, Brizola, Tempos de Luta, direção do Tabajara, que está aqui conosco e depois vai comentar, assim como o Deraldo, que também está aqui com os outros convidados.

Está presente o Deraldo Goulart, que é o diretor do filme Jango em 3 Atos, está presente Loiva Lopes Calderan, Diretora de Projetos da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha, está presente o diretor do filme, Marcelino Tabajara Ruas e está, também, o nosso querido Carlos Bastos, jornalista do nosso Rio Grande, que dezenas ou centenas de vezes me entrevistou para o *Correio do Povo*, ou melhor, o *Jornal do Comércio*.

Então, vamos ouvir, neste momento, o depoimento do sempre líder Sereno Chaise.

(Procede-se à apresentação do depoimento de Sereno Chaise.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Depoimento do sempre líder Sereno Chaise, de história brilhante na vida pública do nosso Rio Grande e do nosso País, que queria muito estar conosco aqui, hoje. Como não pode, fez questão de fazer essa gravação para dar a sua contribuição perante a história.

Eu solicitei ao nosso pessoal da técnica se poderíamos passar, de imediato – depois, formaremos a Mesa e vamos dialogar sobre os 50 anos da Legalidade –, o filme Brizola, Tempos de Luta, direção de Tabajara, por 15 minutos. O.k.?

Vamos lá, então.

Quando quiser comentar alguma coisa, pode comentar. Você pode apertar o botão, vai acender a luz verde, e pode fazer qualquer comentário que entender adequado. O microfone está aí.

Pode fazer qualquer comentário no momento em que entender.

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – É o seguinte: é um longa-metragem de 90 minutos dividido em capítulos. O capítulo que fala sobre a Legalidade tem entre 12 e 15 minutos, que é esse que se chama Uma Questão de Honra. É esse som que estamos ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Estamos ouvindo mas não estamos vendo. É esse?

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – Estamos ouvindo, mas não estamos vendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem de voltar um pouco.

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – Pode deixar aí. Acho que pode deixar rolar daí, porque ele entra, em seguida, no capítulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem. Deixe aí mesmo, então.

(Procede-se à exibição de filme.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe correr.

(Continua a exibição de filme.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bom ver o Che Guevara, não é? Por que não?

(Continua a exibição de filme.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para quem está assistindo à TV Senado, essa é a voz do Brizola mesmo. Não é nada de... É a voz do Brizola.

(Continua a exibição de filme.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi... Eu lhe confesso que eu estava querendo ver mais.

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – É um longa-metragem de 90 minutos que conta toda a vida do Brizola, em capítulos. São 12 capítulos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem sabe se você liberar, antes de encerrar a gente passa mais um capítulo.

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – Se houver...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aí, você tem de liberar.

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – Está liberado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, nós vamos fazer no encerramento. Você escolhe um capítulo e a gente encerra com mais um capítulo.

Eu fiquei curioso para ver mais, porque é um documentário histórico. É o próprio Brizola falando!

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – O Brizola participou de todos os principais acontecimentos políticos do Brasil a partir dos anos 50, no século passado. Então, praticamente, é a história do Brasil da metade do século passado, toda em imagens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Vamos formatar a nossa Mesa, aqui, com esse compromisso de, no encerramento, nós passarmos

mais um capítulo. Daí, encerramos o nosso ciclo de debates.

Eu queria convidar para a mesa o Deraldo Goulart, que está aqui, que é diretor do filme Jango em 3 Atos. *(Palmas.)*

Nós estamos vendo a possibilidade, ainda, de, quem sabe, re-exibir aquela parte que, naquele momento, a gente não pode passar.

Convido, também, o fotógrafo que cobriu a Campanha da Legalidade, o Ivo Czamanski. Então, chamamos o Ivo Czamanski. *(Palmas.)*

Marcelino Tabajara Ruas, diretor do filme Este foi Brizola, faça o favor. *(Palmas.)*

Carlos Bastos, jornalista. *(Palmas.)*

E, também, mais uma convidada nossa, a Loiva Lopes Calderan.

Completamos a nossa Mesa e vamos poder ouvir os nossos convidados.

Nós vamos dividir, aqui o tempo de 10 minutos, com mais 5, mas aqui não é rígido, se tiverem de falar 15 ou 20, fiquem tranquilos, porque nós queremos ouvi-los. Se o filme do Deraldo Goulart chegar, Jango em 3 Atos, interrompemos, passamos o filme e continuaremos com os comentários.

Eu passaria a palavra, como o filme já passou nesse momento, de imediato, para o Tabajara...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho, deixe-me dar uma organizadinha, depois eu passo para a senhora.

Então, de imediato, eu passaria a palavra para o Tabajara, sem deixar de registrar a presença do Senador Cyro Miranda, que está sempre conosco, prestigiando a Comissão. Foi o primeiro Senador a chegar junto com este Senador, e a Senadora Marinor Brito, que chega neste momento.

Esta audiência está sendo ao vivo para todo o Brasil.

Eu queria muito, se vocês pudessem deixar os nossos convidados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, a senhora está liberada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem, Senadora Marinor, V. Ex^a poderá voltar mais tarde...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Só para cumprimentar os nossos convidados, Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SR^a. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Quero pedir desculpas por não poder ficar. Sou Relatora da CPI do Tráfico de Pessoas, e nós estamos recebendo, nesse momento, o embaixador americano, que faz parte do monitoramento e combate ao tráfico de pessoas no mundo; ele está visitando a nossa CPI.

A nossa CPI foi exatamente organizada a partir desta nossa Comissão de Direitos Humanos. Então, eu vim aqui fazer esse registro e parabenizar todos os nossos convidados, agradecer as presenças de vocês e me desculpar, Senador, por não poder compartilhar, porque sei que serão momentos muito importantes aqui no debate de hoje.

É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor Brito, nós a entendemos.

Vamos passar a palavra, de imediato, ao Sr. Marcelino Tabajara Ruas, diretor do filme Este foi Brizola.

O SR. MARCELINO TABAJARAS RUAS – Em primeiro lugar, Senador, sinto-me muito honrado pelo convite de estar aqui nesta Casa e falar sobre um momento tão importante da vida brasileira.

Eu tinha 18 anos e morava em Uruguiana, minha cidade, uma das cidades mais distantes do resto do Brasil, fica na fronteira com a Argentina, e era uma cidade muito interessante, muito curiosa, porque fazia fronteira com dois países, com a Argentina por um lado, e com o Uruguai pelo outro, depois, com o desmembramento, perdeu-se essa particularidade.

Naquele ano de 1962, a cidade toda ficou agitada, tomada por uma intensa sensação de mobilização pela defesa da liberdade como eu nunca vi, nem depois, em outras circunstâncias da vida, em outros momentos da história brasileira. Mas, lembro-me de que naquele momento havia uma espécie assim de um sopro épico sobre o Rio Grande do Sul, e tudo isso era pelo carisma do Leonel Brizola.

Eu tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente e vi que ele tinha uma personalidade realmente contagiante, ele elevava as pessoas... E era um homem de muita coragem, ele fez coisas extraordinárias quando foi governante. É muito fácil sermos reformistas e vanguardistas quando estamos fora do governo, não é, Senador? Quando estamos dentro, fazer, aí é que é diferente. O Brizola fez dentro do governo.

Eu tive a oportunidade de fazer esse filme e conhecer a história do Brizola, quando ele encampou a ITT. Foi a primeira vez, na América Latina, que se fez isso antes do Fidel Castro, antes dessas... E foi um ato de legalidade, não foi um ato de violência, foi tudo dentro da lei e pago, como devia ter sido.

Acredito também que o mais intenso, o mais vasto, o mais abrangente programa de educação que foi no Brasil foi feito pelo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Ele fez, em quatro anos de governo, seis mil escolas, fato que nunca, nunca mais se repetiu em lugar algum.

Quando o Brizola voltou do exílio, eu tive a oportunidade de fazer uma entrevista com ele, e ele disse-me várias vezes que o que lhe dava forças, o que lhe deu forças para continuar, para voltar à política, para se candidatar a governador do Rio de Janeiro, para enfrentar toda aquela luta política outra vez, era a lembrança que ele tinha da Legalidade. Era a lembrança que ele tinha daquele momento em que ele viu que o povo, sim, resolvia ir para a rua, resolvia tomar em arma, resolvia enfrentar qualquer adversidade, desde que soubesse que havia razão e que havia uma liderança política organizada para levar adiante.

Estou falando aqui, mas acho que tem gente muito mais próxima dos acontecimentos do que eu. Por exemplo, o Ivo Czamanski, aqui ao meu lado, Senador, o senhor disse que ele foi um fotógrafo, ele é um fotógrafo, ele é um grande fotógrafo, mas ele tem uma curiosidade: o Ivo foi fotógrafo dos 12 filmes do Teixeira. Os 12 filmes do Teixeira, outro ícone gaúcho, o Ivo Czamanski foi o fotógrafo. E eu tenho a honra de o Ivo ser também o fotógrafo de dois longas-metragens que eu fiz. O Ivo é o fotógrafo do Netto e o Domador de Cavalos, a história do General Netto, e do filme que eu estou concluindo agora, que se chama Os Senhores da Guerra, sobre a Revolução de 1924. Foi uma coincidência os dois estarmos aqui hoje, ele não sabia que estaria. O Ivo é o fotógrafo também do longa-metragem sobre a Revolução, a Guerra Civil no Rio Grande do Sul de 1924, que deu origem à marcha do Luís Carlos Prestes.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Agradeço do fundo do coração. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nossos cumprimentos, mais uma vez, ao Tabajara Ruas, diretor do filme Este foi Brizola, que, na verdade, é uma lição para todos saberem um pouco mais da nossa história. Por isso que, com a liberação dele, no encerramento aqui, nós vamos ofertar, eu diria, pela TV Senado, mais um capítulo pelo menos, para que todo o Brasil saiba um pouco mais dessa caminhada.

Já que o Tabajara fez aqui a introdução, vamos, de imediato, passar a palavra ao fotógrafo que acompanhou toda a Campanha da Legalidade, Ivo Czamanski.

O SR. IVO CZAMANSKI – Senador, muito obrigado pelo convite.

É uma satisfação estar aqui e passar momentos que a gente vem lembrar o passado.

Quero falar sobre a Legalidade, e uma das pessoas mais importantes está aqui, é o Bastos, pessoa que passou o período todo lá, foram 12 noites e dias, dormiu no Palácio, acompanhou; portanto, digamos assim, é a memória viva da Legalidade, o Carlos Bastos.

A Legalidade.

Eu tinha 19 anos, estava na TV Piratini, repórter cinematográfico, fazendo o curso de jornalismo, jovem, e aquilo aconteceu. Então, era tudo muito estranho: jovem, jornalismo, na televisão, acompanhando e começando.

Nossa atividade de televisão era relativamente muito pouca, porque nós estávamos, há um ano e oito meses, com a televisão em Porto Alegre. No jornalismo de televisão, e como em toda televisão, é extremamente precário, não se tinha nada de gravação, era tudo ao vivo, e filme cobrindo reportagem na televisão. Então, o forte mesmo era a rádio e os jornais. Mas me marcou muito esse começo da atividade profissional praticamente com esse movimento, com essa revolução que, felizmente, não teve tiro. Mas é a tensão, como eu falo até hoje, e conto aos meus filhos, que acompanha hoje o mundo de movimentos revolucionários, etc. e que se vê, mas nunca se sente. Então, é pela pequena amostra que foi a Legalidade, como nada aconteceu em termos de tiros, mas a tensão, a emoção, a adrenalina, isso é muito forte, não tem explicação. É como eu disse: não se mostra, não se diz, sente-se. Então, esse momento foi muito forte. Foram três momentos marcantes – como todos aqui têm o básico conhecimento –: foi quando a 5ª Zona Aérea na época, hoje é o 5º Comar, os aviões, viriam bombardear o Palácio, e nós sentados em volta, então, aquela tensão. A todo o momento poderia acontecer. As informações pouco se tinham; os boatos eram muito fortes, muito grandes, cada minuto era uma situação, um quadro, mais a expectativa. Lembro-me bem de que quando passava algum avião, as pessoas todas diziam: “É agora. Eles estão vindo”, e não vinham, e não vinham. Aquela expectativa e, felizmente, não vieram. Com toda essa história que já foi narrada, de que os sargentos esvaziaram os pneus, de madrugada tirarem os armamentos, aquela coisa. Outra emoção muito forte foi quando o Exército ia atacar o Palácio. Bom, o Exército tem uns soldados, que são os meninos em formação, contra a briga dos soldados da brigada militar, que eram profissionais já maduros, calejados, experientes, quer dizer, mas também calculava-se que para cada soldado da brigada militar teriam 30 do Exército, e o armamento também era... Então, fazia-se aquele jogo de disputa, aquela tensão de momento. Outro momento marcante foi quando o General Machado Lopes, quando terminou havendo acordo, aderiu à Legalidade, então foi aquela

festa no Palácio, foi à sacada e o povo todo o aplaudiu. Foi um momento de tranquilidade, de alívio. E, em termos de emoção, o terceiro momento foi quando, como eu era repórter cinematográfico, começando, meu pai também fazia cinema, tínhamos a Leopoldo Som, que fez toda a cobertura da Legalidade em filmes para cinema, no embarque do Jango e Brizola, se não me engano, foram três aviões que saíram de Porto Alegre para vir para Brasília, e, em um deles, meu pai acompanhou. E o grande boato que tinha também era que iriam bombardear o avião do Jango para não o deixar ser empossado. Então, ali havia uma tensão do fato e uma tensão pessoal minha, porque o meu pai estava dentro de um avião daqueles. Então, aquela expectativa, aquele voo demorou uma loucura, a gente acompanhando pelo rádio até o momento em que chegou a Brasília, e eu me tranquilizei.

Então, foram momentos importantes, momentos da minha formação, de jovem, do jornalismo, dentro de um movimento da Legalidade muito marcante, e essa coisa que o Brizola conseguiu fazer, que a população toda se emocionasse e que passasse o dia em função só da Legalidade.

Então, seria mais ou menos isso, Senador, que eu teria para falar em termos mais pessoais, da emoção do momento, do que dos fatos que vêm sendo aqui dominados.

É isso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A fala do Ivo, na verdade, é o comentário de quem acompanhou passo a passo e fotografou aqueles momentos tão fortes da nossa história. Isso é fundamental.

Vamos passar a palavra agora ao Deraldo Goulart, diretor do filme Jango em 3 Atos, e depois ele vai ver se consegue ajustar ali o nosso computador para vermos o que havíamos combinado.

Com a palavra o Deraldo. E, no final, nós vamos ver o complemento do filme.

O SR. DERALDO GOULART – Bom dia a todos; aos telespectadores também; ao Senador Paulo Paim, parabéns pelo seu trabalho na Comissão de Direitos Humanos, trazendo temas relevantes, sempre, para a discussão; também cumprimento os meus companheiros de mesa, o Carlos Bastos, que participou do filme Jango em 3 Atos; esse depoimento importante que o Ivo nos traz agora, como testemunha dos fatos; ao Tabajara Ruas também, pelo belo trabalho que a gente pode assistir agora pela televisão, e à única representante feminina aqui na Mesa, a Loiva Calderan.

Eu também gostaria de mencionar alguns colegas, porque a televisão é feita de muita gente, muitos profissionais envolvidos, tanto no dia a dia do trabalho jornalístico quanto também na feitura, na realização de

documentários. Então, estão aqui presentes o André Ricardo, que tem um belo trabalho também em relação às minorias; o Faustão, que está aqui na técnica; o Messias, que está lá no vivo, está agilizando para ver se a gente consegue passar o documentário Jango em 3 Atos; o Sérgio nos caracteres; o Janine; o Carlos Moura e o Ray, que estão aqui fora nos acompanhado.

Bem, em relação ao documentário, ele foi feito em 2006, por ocasião da passagem dos 30 anos da morte do Jango, que foi justamente no dia 06 de dezembro de 1976. E a intenção desse documentário era relatar um pouco de um período bastante obscuro da vida do ex-Presidente João Goulart, que era justamente o período em que ele passou no exílio. Não que as demais fases não fossem importantes, mas a gente imagina, assim, que esse período não estava bem retratado.

Nós descobrimos o Mário Neira Barreiro, hoje ele já está em liberdade, enfim, com os benefícios da Justiça ele já está em liberdade, mas, na época, ele estava preso lá na Pasc, e ele foi um agente de espionagem do governo uruguaio, e ele fazia escuta telefônica e acompanhava o dia a dia do Jango lá no Uruguai. Então, ele contou, tem muitas informações... E estava junto conosco, no dia da gravação lá na Pasc, o filho do Jango, o João Vicente Goulart, porque eu não sabia se realmente as informações que o Mário Neira daria corresponderiam à verdade. Então, o João Vicente estando junto, ele saberia dizer se o dia a dia da família era exatamente como o Mário estava contando. E o testemunho do Mário foi muito verdadeiro, correspondeu exatamente. Ele disse que o fato de ele acompanhar a vida e a família do Jango, da Tereza, da Denise, do João Vicente era como uma novela, e se ele perdesse um dia, era como se tivesse perdido o capítulo de uma novela.

Então, nós fizemos este trabalho aqui, pela TV Senado, e, ouvindo agora o depoimento do Ivo, lembrei-me de um fato, justamente a Operação Mosquito. Havia esse risco de o avião que trazia o Jango lá do Uruguai ser bombardeado. A gente entrevistou o Comandante Bastos, que trouxe esse avião, e ele dizia que vinha em uma altitude bem baixa, porque os caças não poderiam fazer, então, o abate do avião, porque ficaria muito próximo ao solo, e o caça, na velocidade que ele vem, não teria condições de fazer as manobras. Enfim, é uma parte mais técnica, mas é uma curiosidade.

Eu também me lembro de depoimentos de quando o Jango chegou do exílio. Depois daquele movimento maravilhoso da Legalidade, acho que foi um momento, assim de afirmação do Estado de Direito no Brasil, o Jango veio para a sacada do Palácio Piratini. E havia um acordo, Tancredo tinha ido para Montevideu para vir junto com o Jango, e havia um acordo para que o Jan-

go não discursasse antes de chegar a Brasília. Então, o discurso seria aqui. Qualquer pronunciamento seria aqui, fazia parte daquele acordo do parlamentarismo. E quando ele chegou à sacada, então, ele acenava para a multidão, e o Bastos e o Ivo – eu era neném, eu não acompanhei isso, estou falando via depoimento, então, por isso eu sempre gosto também de ouvir quem foi testemunha dos fatos, que esteve lá presente –, e havia uma multidão enorme, a gente pode ver pelas imagens, e o Jango não falava, não falava e, de repente, o povo se voltou contra ele e o vaiou. Porque o povo não queria o parlamentarismo. E ele estava vendo ali, na atitude do Jango de não discursar, de não ser enfático, de que ele já havia aceitado o parlamentarismo. E como realmente aceitou, e só depois de alguns meses, um ano e pouco, é que houve o plebiscito, então se voltou ao presidencialismo.

Eu não vou me alongar. Eu espero ainda ter a oportunidade de passar o filme, que é uma pequena amostra, o documentário tem duas horas e quatorze. Esse *trailer* que a gente vai passar aí tem menos de 10 minutos, mas também é uma amostra, e não é especificamente sobre a Legalidade. Ele dá um apanhado mais geral da vida do Jango, culminando com a morte do Jango, e essa possibilidade de ele haver sido não morto naturalmente, mas de terem tirado a vida dele.

Eu agradeço, Senador, pela oportunidade.

Estou aqui à disposição dos companheiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Este foi o Deraldo Goulart, diretor do filme Jango em 3 Atos. O Deraldo vai se afastar um pouco da Mesa, porque ele vai ajudar ali na técnica para que possamos assistir aos 15 minutos do filme Jango em 3 Atos.

Eu vou deixar o Carlos Bastos para encerramento desta Mesa, que deve também dar o depoimento aqui de quem acompanhou passo a passo a história, e passo a palavra para a Sr^a Loiva Lopes Calderan, Diretora de Projetos da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – Bom dia, Senador, obrigada pelo convite para estar aqui. É sempre uma oportunidade para aprender um pouco mais sobre esse momento histórico que foi para nós, principalmente no Rio Grande do Sul, por essa liderança que a gente teve de Leonel Brizola.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu pediria para que a senhora trocasse de lugar. Venha para cá, por favor. Ficará mais tranquila para fazer o seu depoimento.

Obrigado.

A SR^a LOIVA LOPES CALDERAN – Eu agradeço esta oportunidade.

A Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha sente-se honrada de se fazer representar para falar um pouco não do nosso movimento tradicionalista, mas também para falar um pouquinho sobre isso, e dizer que no momento, nós, a Confederação, temos outro presidente, que é o Sr. Manuelito Savaris, lá do Rio Grande do Sul, e eu também passei o meu cargo de Diretora da Federação e assumi a Diretoria de Relações Internacionais para tratar dos nossos CTGs no exterior.

Então, o convite que me foi feito foi para falar da participação da mulher nesse movimento.

Eu entendo, e pelos depoimentos que eu li, como também já foi colocado aqui, eu era bastante jovem, ainda bastante criança e não vivi esse momento intensamente, mas, como no movimento tradicionalista a gente tem a oportunidade de estudar muito sobre a participação da mulher no movimento tradicionalista, na Campanha da Legalidade não foi diferente.

Nós temos todo um destaque para a participação dos homens, lutando à frente, e quando a gente vê os filmes, as fotos, temos todos os destaques para a participação masculina. Mas, na realidade, a mulher teve um papel importante, porque esse movimento teve o envolvimento de toda sociedade: homens, mulheres, jovens, crianças. Ninguém ficou de fora. A mobilização, no Rio Grande do Sul, foi bastante intensa. Ela esteve no papel que sempre esteve, de companheira, mãe, preocupada: Onde estaria seu esposo? Como ele estaria? Quais os perigos que ele estava correndo? Além disso, qual era o papel dela? Engajou-se em todas as fileiras como enfermeira e pessoa de apoio. Por isso, ficou no anonimato.

No momento em que os meios de comunicação eram por rádio, houve realmente uma boa mobilização. Mas para mim, por exemplo, que morava no interior, rádio ainda era uma raridade.

Então, observamos, pelos depoimentos, que as mulheres procuravam se informar da situação e de alguma forma se integrar a esse movimento, incentivando, inclusive, seus filhos jovens a participarem dele.

Houve momentos bastante interessantes, como uma marcha das mulheres saindo de vilas populares, de aparência bastante humilde, que marchavam como soldados, mostrando o seu engajamento em todo esse movimento.

Eu sou de Pelotas. Nasci no interior de Pelotas. É um grande orgulho para mim. Pelotas teve um grande envolvimento, as mulheres se alistavam para participar e apoiar, como enfermeiras e em todo serviço de apoio.

O Movimento Tradicionalista também teve uma participação ativa e, como se sabe, ele integra toda

a família; então, estavam lá todos pilchados. A União Gaúcha, que é o nosso CTG mais antigo, também teve sua participação e abriu para fazer essa inscrição, esse engajamento.

Nós tivemos também, em Sapucaia, um grupo de mulheres, jovens e crianças que marcharam oito quilômetros, de Sapucaia até São Leopoldo, num movimento de oração e cantos religiosos. Chegando lá, rezavam para que toda a nossa luta daquele momento terminasse bem. Que não houvesse feridos nem mortes. Então, houve realmente, sim, a participação da mulher.

Nós tivemos a participação importante da Lara de Lemos, que participou da criação do Hino da Legalidade. Então, a mulher sempre participou.

Era esse o meu depoimento para vocês, porque na própria Revolução Farroupilha se fala dos homens, mas não se fala das mulheres. E na realidade, nos dez anos de revolução, os homens foram à luta, mas as mulheres ficaram em casa cuidando dos seus filhos, criando-os, mantendo suas fazendas e toda a economia do Estado. Então, é assim que vejo a participação da mulher nesse movimento: como companheira e serviço de apoio. E sabemos – porque temos registro – que muitas mulheres foram presas, o que significa que também estavam muitas à frente desse movimento. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A Sr^a Loiva Lopes Calderan deu um depoimento sobre a participação das mulheres nesse momento importante de toda a caminhada de Jango e Brizola.

E neste momento falará Carlos Bastos, jornalista, que sem sombra de dúvida conhece essa história muito bem e vai nos brindar com seu depoimento.

O SR. CARLOS BASTOS – Em primeiro lugar, estou muito honrado, Senador Paim, por participar desta reunião da Comissão de Direitos Humanos. Eu tinha 27 anos e hoje tenho 57 anos de carreira profissional como jornalista.

O episódio da Legalidade foi o mais marcante da minha vida de jornalista. Por isso, sinto-me muito à vontade para relatar o que vivenciei naqueles 10 dias, porque do dia 25, que foi quando renunciou Jânio Quadros, até o dia 5 de setembro, quando o Presidente João Goulart se deslocou de Porto Alegre para Brasília para assumir o poder, eu fiquei permanentemente no Palácio Piratini dormindo nos sofás, nas poltronas ali da Assessoria de Imprensa, que é no porão do Palácio Piratini; e só ia em casa para trocar de roupa e para tomar banho.

Esse episódio me marcou principalmente pela genialidade política do Governador Leonel Brizola. Naquele momento, ele estava com pouco mais de 36

anos, pois não tinha 40 anos ainda, e desenvolveu toda essa sua genialidade política. O Brizola pensou em tudo. Ele era um hiperativo. O Brizola era determinado.

Eu, até para relaxar um pouquinho, gostaria de contar um episódio que aconteceu do início da carreira política do Brizola...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Fique bem à vontade. Estamos curiosos para ouvi-lo.

O SR. CARLOS BASTOS – Está bem.

O Brizola era Deputado Estadual e foi presidente da então ala jovem do PTB. Era a segunda metade da década de 40, o Brizola já era Deputado Estadual e o José Vecchio, líder sindical, era o Presidente do PTB gaúcho e foi conversar com o ex-Presidente Getúlio Vargas, que estava no seu exílio, na Fazenda Itu, em São Borja.

O Vecchio chegou ali e reclamou muito do Brizola. Disse: “Dr. Getúlio, aquele moço me pede uma coisa e eu dou; não termino de dar a coisa e ele já me pede outra. E no dia seguinte ele vem com outro problema. Ele só me cria problema. É uma barbaridade!”. Ele fez esse relato durante 40 minutos, reclamando do Brizola. Aí, quando o Vecchio parou de falar, o Getúlio disse: “Terminaste, Vecchio?”. O Vecchio respondeu: “Ora, Dr. Getúlio, terminei”. Getúlio falou: “Vecchio, faça como eu, não te mete em política!”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi boa.

O SR. CARLOS BASTOS – Por que eu digo que o Brizola desenvolveu toda sua genialidade? Porque, no primeiro momento, o Brizola achou que haveria um golpe; que o Jânio estava sendo vítima de um golpe. Por que isso? Porque em 1961 – tinha recém terminado a década de 50 – houve várias tentativas de golpe.

Houve a tentativa de golpe de 1950, na eleição do Getúlio, porque ele fez 48% dos votos e exigiram a maioria absoluta, mas como a lei eleitoral não exigia, acabou caindo. Houve o suicídio do Getúlio, que frustrou um golpe. Haveria um golpe se o Getúlio não se suicidasse em 1954. O JK ganhou a eleição e em seguida o Presidente interino Carlos Luz fez uma tentativa de golpe que o Marechal Lott impediu, garantindo a posse do Presidente Juscelino Kubitschek.

Durante o governo de Kubitschek, que foi democrático, liberal, houve duas tentativas de golpe dos oficiais da Aeronáutica, em Jacareacanga e em Aragarças. Então, 1961 era continuidade disso, e o Brizola ficou, num primeiro momento, achando que o Jango tinha sido vítima de um golpe. Mas ele tentou um contato com o Jango, como relatou, há pouco, aqui, o filme do meu amigo Tabajara Ruas. E o Jânio, por intermédio do Carlos Castello Branco, disse que a renúncia era irrevogável.

A partir daí, Brizola passou a ter contato com lideranças políticas, com comandantes militares. Ele se comunicou com todos os comandantes de Exército do País. Ele teve inclusive uma altercação com o General Costa e Silva, que era comandante do 4º Exército, em Recife, e depois viria a ocupar a Presidência da República. Ele falou com todos os comandantes das divisões do interior do Rio Grande. No dia seguinte, na manhã de segunda-feira, quando estava muito intenso o boato de que os ministros militares não dariam posse ao Vice-Presidente João Goulart, ele solicitou ao Deputado Ruy Ramos, que representava o PTB gaúcho na Câmara dos Deputados, para solicitar uma audiência com o Ministro do Exército, General Denis, para se informar se havia mesmo esse veto. O General Denis foi transparente para o Deputado Ruy Ramos e disse que, se o Presidente João Goulart desembarcasse em algum aeroporto brasileiro, seria preso.

Aí, o Brizola imediatamente pediu para o Deputado Ruy Ramos se deslocar aqui de Brasília para o Rio de Janeiro, a fim de entrar em contato com o Marechal Lott e solicitar que ele lançasse um manifesto a favor da posse do Vice-Presidente João Goulart e da defesa da Legalidade. Ele teve êxito nessa gestão. O Marechal Lott preparou um manifesto que à noite foi divulgado, juntamente com o manifesto do Brizola, como matéria paga, nas rádios de Porto Alegre. As rádios Difusora, Farroupilha, Itaí e Gaúcha transmitiram esse manifesto. Mas, à medida que as rádios iam transmitindo os manifestos, os oficiais do Exército vinham e tiravam do ar essas emissoras.

Na manhã de domingo, o Assessor de Imprensa do Governador Brizola, jornalista Hamilton Chaves, chegou e disse para Brizola: “Governador, daqui a pouco o senhor não vai conseguir nem o seu serviço de alto-falante para falar ao povo que está na Praça da Matriz, porque eles estão cortando tudo. Aconteceu isso ontem. À medida que íamos transmitindo o seu manifesto e o do Marechal Lott, as rádios eram tiradas do ar e só está a Rádio Guaíba no ar, porque se recusou a divulgar o manifesto”.

Aí, deu o grande estalo no Brizola. A grande sacada do Brizola no episódio da Legalidade foi naquele momento, na manhã de domingo, quando ele disse assim: “Então, vamos requisitar a rádio Guaíba”. E fez o pedido por meio do Secretário Francisco Brochado da Rocha.

O que aconteceu? O Secretário da Fazenda, Gabriel Obino, era irmão de um dos diretores da Caldas Júnior. Então, Brizola delegou para ele levar o papel da requisição até a Caldas Júnior. O Dr. Breno Caldas, Diretor da Caldas Júnior, era um homem muito forte naquele momento. A Caldas Júnior tinha hegemonia

da comunicação no Rio Grande do Sul, por meio dos seus três jornais e da rádio Guaíba.

Brizola, então, seguindo a maneira de convencimento do Dr. Breno, enviou o Secretário Obino acompanhado por 50 brigadistas do Grupo de Choque, com metralhadoras a tiracolo. Aí, Dr. Breno chamou o técnico Celso Costa e perguntou para ele: “Nós temos condições de falar do Palácio Piratini?”. Ele disse: “Temos”. Então, continuou: “Eu só queria que o som da rádio não passasse aqui pela minha emissora; fosse direto do Palácio para o transmissor da emissora, que é na Ilha da Pintada”. E o técnico Celso Costa respondeu: “Não tem problema, Dr. Breno, porque nós iríamos, amanhã, transmitir a visita do Presidente Jânio e tínhamos recomendado à CRT duas linhas. Então, vamos transmitir direto do Palácio para o transmissor e não vai passar pela rádio”.

A rede da Legalidade começou a funcionar às 15 horas e 30 minutos do domingo. Aí, Brizola desenvolveu todo seu talento e competência com o veículo rádio. Brizola tinha um curso de pós-graduação em rádio. Por quê? Porque, após ter sido eleito Prefeito de Porto Alegre, teve um programa semanal na Rádio Farroupilha, em que falava normalmente das 8 às 10 horas da noite. Mas às vezes ia adiante, avançava noite adentro.

Até aí também tem uma história interessante para contar, de quando Brizola voltou do exílio. Houve uma reunião de formação do PDT em Santa Maria. O primeiro congresso para formação do PDT no Rio Grande do Sul. E para se apresentar ao Brizola chegou o casal de fazendeiros de São Sepé, trabalhistas, getulistas, brizolistas, janguistas. E começaram a elogiar Brizola: “Olha, Governador, aquelas suas palestras na rádio Farroupilha eram maravilhosas. A gente ficava ali. O senhor começava a falar às 8 horas e eram 10 horas, dez e meia, 11 horas, e o senhor continuava falando. A gente dormia, acordava uma hora depois, e o senhor continuava falando. Mas eram maravilhosas aquelas suas palestras”.

Bom, Brizola desenvolveu todo esse seu talento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom, deixe-me ajudar a dar uma quebrada, no bom sentido. Eu vou contar em um minuto uma história semelhante a essa.

Quando eu era sindicalista, tinha que ir ao Rio e a Minas. No Rio, o Governador Brizola, Governador do Rio de Janeiro, claro, tinha voltado depois do golpe e daquela questão toda. E o pessoal me avisou: “Paim, tu tens que ir ao Rio e a Minas. Tu vais pedir para o Brizola dar a estrutura para o congresso da Central, mas depois tu tens que ir a Minas também. Agora, só tem uma coisa: se tu deixares o Brizola falar como ele

gosta de falar, tu vais perder o avião e não vais chegar a Minas”.

Resultado: fiquei apaixonado pelo Brizola; fiquei ouvindo-o falar e perdi o avião. Pousei no apartamento dele. É exatamente isso.

O SR. CARLOS BASTOS – É isso aí.

Bom, quero somente recapitular algo que o Ivo falou sobre o movimento dos tanques, o sábado, a noite dos tanques. É que os tanques estavam no regimento mecanizado da serraria e se deslocaram para o centro da cidade. Então, correu o boato de que eles iriam atacar o Palácio Piratini. Aí se desenvolveu uma das cenas mais emocionantes da Legalidade, para mim. Os estudantes – e principalmente estudantes secundaristas, Senador Paim – arrancaram os bancos de cimento da Praça da Matriz e do Auditório Araújo Viana, que na época era ao lado do Theatro São Pedro, para bloquear todas as vias de acesso ao Palácio e impedir a chegada dos tanques. Isso, acho que não aconteceria, mas o gesto dos estudantes foi emocionante. No fim, os tanques foram se acomodar no cais do porto, ao lado do QG do 3º Exército e foi tudo serenado.

Mas a Rede da Legalidade eu considero fundamental para a vitória do movimento. Se não tivesse surgido a Rede da Legalidade, o movimento não teria êxito. O Brizola começou a falar e o Hamilton Chaves desenvolveu toda sua criatividade. Havia boletins em várias línguas durante a madrugada. Tinha a jornalista Erika Kramer – ainda viva – que fazia os boletins em alemão. Odilon Lopes, cinegrafista, era poliglota e fazia os boletins em espanhol, francês e inglês. E tinha inclusive um comerciante árabe dono de uma loja, na Voluntários da Pátria, que fazia os boletins em turco. Então, o Hino da Legalidade, da Lara de Lemos e do Paulo César Pereio, e tudo o mais estimulou a população gaúcha e a população brasileira. E ali foi decisivo.

Eu considero outro momento importante o discurso do Brizola, das 11 horas da manhã, do dia 28 de agosto, uma segunda-feira. Brizola começou a fazer esse discurso, Senador Paim, e havia cinco mil pessoas, como normalmente tinha durante todo o período da Legalidade, em frente ao Palácio. Uma hora depois, Brizola terminou o discurso que foi antológico. Brizola foi Deputado Estadual, Secretário de Obras, Prefeito de Porto Alegre, Deputado Federal, Governador do Rio Grande do Sul. Brizola foi duas vezes Governador do Rio de Janeiro e duas vezes candidato à Presidência da República; foi candidato à Vice-Presidência da República, juntamente com Lula. Mas Brizola nunca mais repetiu aquele discurso.

Uma hora depois, quando terminou o discurso e denunciou que havia ordem do Ministério do Exército para bombardear o Palácio Piratini, em vez daquele

povo – cinco mil pessoas – sair correndo da Praça da Matriz, o povo gaúcho afluiu à Praça da Matriz. Quando ele terminou de falar, havia 50 mil pessoas em frente ao Palácio. Eram 50 mil pessoas na Praça da Matriz! (*Palmas.*)

Em seguida, aconteceu a visita do General Machado Lopes. Havia dúvidas sobre se ele vinha para pedir ao Brizola que parasse com o movimento, ou se vinha aderir ao movimento. Posição de Machado Lopes: acabou aderindo ao movimento. Aí, eu também assisti a uma cena impressionante.

Quando Brizola acompanhou Machado Lopes, na saída do Palácio, na ala interna, o Secretário da Justiça, de cabelos brancos, que manquitolava de uma perna, na saída do automóvel saiu gritando: “Viva a Legalidade! Viva a Legalidade!”. Era o Dr. Francisco Brochado da Rocha, que viria a ser depois Primeiro-Ministro de um dos ministérios parlamentaristas do Presidente João Goulart. Ele tinha perdido aquela perna. Manquitolava porque tinha perdido aquele pé na tomada do Quartel General do 3º Exército, na Revolução de 30. Então, era um homem que esteve nos dois levantes gaúchos do séc. XX: em 1930 e em 1961.

Bom, a posição do General Machado Lopes teve dois momentos. No primeiro dia, Brizola ligou para Machado Lopes e disse: “O Rio Grande do Sul não vai aceitar golpe. O Rio Grande do Sul quer o cumprimento da lei, da Constituição”. O General Machado Lopes respondeu para o Governador: “Mas Governador, eu sou militar; eu vou ficar com o Exército”.

Quando Brizola recebeu o manifesto do Marechal Lott, no sábado à noite, ligou novamente para o General Machado Lopes; não falou no manifesto do Lott, mas disse que ele iria lançar um manifesto e o Rio Grande do Sul não aceitaria outra solução que não fosse dentro da passagem do Governo para o Vice-Presidente que tinha sido eleito pelo povo. O General Machado Lopes voltou a dizer para o Governador: “Eu sou militar; eu vou ficar com o Exército”.

O que levou Machado Lopes a mudar de posição? Em primeiro lugar, a ordem, ele quem deveria dar. A ordem para bombardear o Palácio deveria ser dada pelo Comandante do 3º Exército e ele teria que determinar uma mortandade. Havia cinco mil pessoas, permanentemente, em frente ao Palácio Piratini. Então, o lado humanitário do General Machado Lopes fez com que ele revisasse sua posição.

Em segundo lugar, a posição dos comandos das divisões do Exército aqui do Estado. Brizola tinha conversado com todos eles. Aí eu enalteço a capacidade de articulação do Brizola. O General Oromar Osório comandava Santiago. O General Peri Beviláqua comandava Santa Maria. O General Ênio da Cunha Garcia

comandava Uruguaiana. O General Sílvio Santa Rosa comandava a 6ª DI em Porto Alegre. Todos eram favoráveis à Legalidade. O único comandante de divisão do Rio Grande do Sul que era solidário com os ministros militares era o General Paz, de Bagé. O próprio General Galhardo, que comandava a 5ª Região, em Curitiba, era também pela Legalidade. Havia a base naval de Florianópolis, que também estava solidária com os ministros militares.

Quer dizer, Brizola já havia conseguido o apoio de todos esses comandos militares e acho que isso também levou o General Machado Lopes a apoiar o Movimento da Legalidade.

Há uma próxima etapa emocionante do episódio da Legalidade a que o Ivo Czamanski se referiu aqui: a Revolta dos Sargentos. Ora, na hierarquia militar vale a ordem que vem de cima para baixo. Os sargentos, quando viram os preparativos dos oficiais armando os aviões para bombardear o Palácio, furaram os pneus, inviabilizaram o voo e colocaram todos os oficiais dentro do Cassino de Oficiais, mantendo-os praticamente presos ali.

Isso teve consequências. O Coronel-Aviador Alfeu Monteiro, que assumiu o comando da base aérea, foi para mim a primeira vítima da ditadura militar. Ele foi assassinado nesse próprio Cassino de Oficiais da Base Aérea de Canoas, no segundo ou terceiro dia após o Golpe de 64.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS BASTOS – Exatamente.

Bom, esse movimento dos sargentos foi também um fato muito impressionante no episódio da Legalidade. Mas tem a chegada do Presidente João Goulart.

O Presidente chegou e começou a boataria: “Olha, o Presidente vai aceitar o parlamentarismo”. Aí o jornalista Luiz Carlos Barreto, hoje cineasta ainda em atividade, cujos filhos são cineastas como Bruno Barreto – lembro-me como se fosse hoje, Senador Paim –, subiu numa mesa da Assessoria de Imprensa do Palácio. Tinha mais de cem jornalistas ali. E ele concitou os jornalistas a irem fazer o apelo ao Presidente João Goulart para que não aceitasse o parlamentarismo. Ele trabalhava, na época, na revista *O Cruzeiro*, que era uma revista que fazia oposição ao Getúlio, ao Brizola, ao PTB da época, ao Jango, a tudo que se referia ao PTB; era uma revista do Assis Chateaubriand e era a principal revista do País. O que acontece? Vai lá um grupo de jornalistas – eu junto – fazer um apelo para o Jango para ele não aceitar o parlamentarismo. Falou o Luiz Carlos Barreto, falou o Flávio Tavares, que apareceu há pouco no documentário do Tabajara Ruas, e falou o Tarso de Castro, já falecido. Mas o Presidente, na conversa, explicou que tinha de ponderar, tinha

de ser muito moderado na sua decisão. Não revelou ali que aceitaria o parlamentarismo, mas ali se sentiu que ele aceitaria o parlamentarismo. Nós, jornalistas, já saímos muito insatisfeitos.

Agora eu tenho uma confissão a fazer, Senador Paim. Na época, eu achava que dava para chegar a Brasília, principalmente com o apoio do 3º Exército, mas, com o tempo, eu me convenci de que não haveria condições. Eu tive uma conversa com o Leonel Brizola um ano antes de sua morte, e eu tenho que dar este depoimento aqui diante da TV Senado: eu mudei de posição, o Brizola não. Eu disse para ele: “Governador, eu acho que não havia condições, os americanos iam interferir. O senhor tinha encampado a CRT. Eles iam deixar que um governador, contra os interesses americanos, fosse a principal figura da posse do Presidente João Goulart, na marra? Eu acho impossível”. Ele disse: “Não, Bastos, mas dava para chegar lá. Em 64 eles estavam preparados, a Marinha estava ainda no mar territorial brasileiro, mas em 61, não. Em 48 horas eles estariam aqui”. Eu mudei de posição, mas o Brizola, por dever de honestidade e de lealdade, eu tenho que revelar: ele não mudou. Ele achava que em 61 dava, até achou que em 64 era complicado, mas que em 61 dava.

O Ivo falou aqui da manifestação do povo. Foi a vaia que mais me impressionou na minha vida. Quando o Presidente João Goulart vai para a sacada do Palácio, só abana para o povo... E o povo gaúcho, a acuidade política do povo gaúcho, aquela multidão... Havia 50 mil pessoas ali, Senador Paim, e aquela multidão deu uma estrondosa vaia porque intuiu que ele ia aceitar o parlamentarismo, e a multidão não queria que ele aceitasse o parlamentarismo. Bom, aí o Jango vai para Brasília no dia 5. Encerrou a minha passagem no Palácio.

Eu só queria, para encerrar, fazer três registros posteriores a 61.

Primeiro: a carreira do Leonel Brizola foi catapultada pelo Movimento da Legalidade. Prova provada disso: um ano depois da Legalidade, ele é candidato a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, que na época tinha um milhão de eleitores, e, para Deputado Federal, ele fez 250 mil votos. Quer dizer, de cada quatro cariocas, um votou no Brizola para Deputado Federal em 62. Aí tem a contramarcha: mas por que ele não fez o seu sucessor? Foi porque houve uma divisão no trabalhismo. O candidato dele, o Michaelsen, perdeu para o Meneghetti porque teve a candidatura do Ferrari pelo MTR, que dividiu o trabalhismo. Por isso é que o Meneghetti voltou a ganhar o governo do Estado.

Agora a respeito do Presidente João Goulart. O Presidente João Goulart não resistiu em 64, no meu

entendimento, por causa da presença da força americana no mar territorial brasileiro. Ele tinha a tese de que iriam dividir o Brasil; que ele conseguiria manter o Brasil de Minas para baixo, porque de Minas para cima os americanos tomariam conta.

Por último, eu queria sustentar aqui que o governo do Jango, segundo o grande Darcy Ribeiro, que honrou esta Casa como Senador, o governo do Jango caiu não por seus defeitos, caiu por suas qualidades. Darcy Ribeiro disse isso. As reformas de base e as atitudes que o Jango tomava, progressistas, fizeram com que caísse o seu governo.

Quanto ao Leonel Brizola, encerrando a minha participação, Senador, gostaria de dizer o seguinte. Dois meses atrás surgiram os cartazes nas ruas de Porto Alegre: “Brizola vive”. Eu me atreveria a sustentar que Brizola vive: pela Legalidade e pela escola de tempo integral.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi um depoimento histórico do nosso Carlos Bastos, a quem o Brasil assistiu emocionado. E eu vi a emoção dele em cada palavra, em cada gesto, a emoção de quem viveu a história e conta a história.

Eu quero só registrar que o Senador Acir, que é o Líder do PDT, não se encontra aqui, mas mandou o seu representante, que é o jovem Marcelo. Ele mandou seus cumprimentos a todos os nossos convidados.

Como Carlos Bastos falou muito aqui do discurso histórico do Brizola, nós vamos ver aqui, no encerramento, esse discurso. Está no documentário e nós vamos ouvir o discurso do Brizola.

Não sei, Deraldo, se já conseguimos...

Vamos ver, neste momento... A intenção é ver... (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem.

Não sei se o Senador Cyro quer fazer um comentário agora... Senador Cyro, pode ser depois do filme? (Pausa.) Então, depois do filme, a gente faz os comentários do plenário. O representante do Líder do PDT, também o Senador Cyro e os outros que estão na Mesa.

A minha intenção era passar o filme no encerramento e passaríamos agora o... (Pausa.)

Então, está bem. Aos que puderem assistir, a gente agradece. Aos que não puderem, a TV Senado vai permitir que o Brasil todo assista. Então, nós vamos agora assistir ao filme, que teve resumida a sua duração porque tiraram todos os comerciais, vai ser direto. Em seguida, ouviremos os comentários daqueles que quiserem se pronunciar e vamos ver ainda o resumo de Jango em 3 Atos.

Então, neste momento, vamos ao filme, para assistirmos, inclusive, a esse discurso histórico do Brizola – meu pai o comentou, mas eu não o assisti.

(Procede-se à exibição de filme.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assistindo o documentário conosco o Senador Simon, que é um homem que viveu a história. (*Palmas.*)

(*Continua exibição de filme.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para informar para alguns que questionaram o filme, que eu tenho autorização por escrito para que o filme passasse hoje, no encerramento do ciclo, para todo o Brasil.

Não tenham dúvida nenhuma de que o filme está passando com autorização.

(*Continua exibição de filme.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa voz é da jornalista Magda Beatriz, só para lembrar a todos.

(*Continua exibição de filme.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Deixando passar um pouco a emoção do momento, só quero agradecer muito ao Tabajara Ruas, que autorizou que a gente passasse esse filme, que para mim é a maior homenagem que a gente pode fazer aos 50 anos da Legalidade. O filme aqui foi exibido gratuitamente, sem nenhum ônus para esta Comissão nem para o Senado, e sei que vai passar em outras emissoras. Aqui foi uma homenagem aos 50 anos da Legalidade e com certeza mexeu com todos nós.

Nesse momento vou passar a palavra ao Senador Simon. (*Pausa.*) O Senador Simon também emocionado como nós todos. Então, vou passar, para as considerações finais, para a nossa Mesa, mediante o clima do filme e, em seguida, vou permitir que o plenário também se manifeste.

Vou começar daqui para lá. Começo com o Ivo, para as suas considerações.

O SR. IVO CZAMANSKY – Realmente, é uma emoção de quem conheceu, acompanhou como repórter, durante dois anos, o governo, e assim foi uma vida acompanhando o Brizola, e cada vez que eu vejo esse trabalho, tantas vezes acompanhando, eu me emociono. Muito feliz!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Ivo Czamanski, fotógrafo que acompanhou a Campanha da Legalidade.

Seguindo essa ordem, com a palavra, pelo tempo que for necessário para as suas considerações, o Diretor do filme Este foi Brizola, que aqui vimos, Marcelino Tabajara Ruas.

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – Senador, só tenho a agradecer o convite para participar desta homenagem à memória do Leonel Brizola, e uma celebração do episódio da Legalidade, que foi marcante na minha vida e possivelmente na de milhares de rio-grandenses; foi um momento de descoberta da política e de tomada de consciência que me marcou profundamente.

Quero dizer que fiquei muito feliz de ver que, de modo geral, as pessoas reconhecem o filme e aprendem alguma coisa com ele.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O representante do Senador Acir, que é o Marcelo, tinha pedido já, por dois momentos, para que ele possa fazer uma pequena saudação e, depois, eu vou para o encerramento, com os nossos convidados.

O SR. MARCELO – Sr. Presidente, Senador Paim, Senador Pedro Simon, diletos companheiros da Mesa, trago a vocês uma saudação em nome da Liderança do PDT, nesta Casa, em nome do nosso Líder, Senador Acir Gurgacz, que, infelizmente, devido a compromissos, não pode estar nesta audiência. Também falo em nome dos outros Senadores da bancada, Senador Zeze Perrella, Senador Cristovam Buarque, Senador Pedro Taques e Senador João Durval.

Tive duas grandes experiências com a Legalidade. O Dr. Carlos Bastos até falou que há dois meses havia cartazes em Porto Alegre, escritos “Brizola Vive”. O congresso do PDT nacional foi há dois meses lá, bem na semana decretada pelo Governo gaúcho de comemoração da Legalidade e aquela encenação, a qual foi feita nos portões do Piratini, com a visita pública aos portões do palácio. Aquilo foram situações muito tocantes para mim e para todos os companheiros brizolistas que saíram dos mais diversos lugares do Brasil para acompanhar o congresso lá. Outra grande experiência que tive, naquele momento, foi que, dentro do congresso do PDT, fizemos uma passeata com as bandeiras do partido, todo mundo de lenço vermelho pelo centro de Porto Alegre, e eu pude dimensionar o quanto o povo gaúcho venera a figura do Brizola, as pessoas jogando papeis picados do alto dos prédios e também jogando rosas vermelhas, que são um símbolo do socialismo. O PDT é o único partido no Brasil filiado à Internacional Socialista, mediante tudo que foi mostrado no filme, pela inspiração, pelo trabalho, pelo respeito da comunidade internacional à figura do Brizola.

E há até uma coisa muito interessante sobre isso. No momento da mostra do filme, o meu Chefe de Gabinete, Dr. Georges Michel... O Dr. Michel foi exilado na Alemanha Oriental e foi um dos organizadores, junto com Brizola, do Encontro de Lisboa.

Eu, conversando com ele lá atrás, e o Dr. Michel falando assim: “Nossa, como o tempo passa, e parece-me que é como se Brizola estivesse presente”. Ele muitas vezes – se vocês puderem, quem sabe, passar na Liderança, vão ver muitas fotos do Brizola na nossa Liderança, aqui, no Senado.

Nós temos alguns momentos interessantes da vida do Brizola em fotos, em quadros. E tenho um grande prazer de, na Liderança, poder ouvir histórias do Brizola no contato diário com os companheiros, para saber como era. Isso, para mim, é uma grande experiência. Eu me sinto, apesar de ser do Amazonas, de não ter ligação com o povo gaúcho, muito orgulhoso de ser brizolista.

Quis Deus que nós estivéssemos, neste momento, nesta Comissão, falando de 50 anos de Legalidade. E também é uma data especial, Sr. Presidente, porque a Juventude Socialista do PDT completa neste ano 30 anos de existência, inspirada na Ala Moça do PTB.

Então, para mim, é um dos dias mais felizes que pude viver aqui, no Senado. E digo para todos aqui: acho que a figura de Leonel Brizola só se tornará esquecida pelo povo brasileiro quando todos os brasileiros estiverem redentos, quando eles ascenderem à condição social plena, quando chegarmos ao desenvolvimento. Enquanto ainda houver uma única pessoa precisando ser salva pelo Estado – pelo Estado que Brizola concebeu, que Getúlio concebeu, pelo qual tantos homens e mulheres tombaram para chegarmos até aqui –, existirá a chama do trabalhismo.

E Brizola vive. Com certeza, vive.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Marcelo, que falou em nome da Liderança do PDT.

Passamos, de imediato, a palavra para a Sr^a Loiva Lopes Calderan.

A SR^a LOIVA LOPES CANDERAN – Senador, agradeço muito esta oportunidade de estar aqui, nesta aula, nesta emoção que vivemos, juntamente com os palestrantes que falaram antes de mim.

Acho que ficou bem claro o papel da mulher: de companheira, no anonimato, que trabalhou, que participou desse movimento todo, que foi a Campanha da Legalidade.

Muito obrigada. A Confederação Brasileira agradece.

Estamos à disposição, com os seus princípios de tradição, de ética, de que nós precisamos muito neste momento.

O nosso muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Sr^a Loiva Lopes, que falou em nome do Centro da Tradição Gaúcha.

Passamos a palavra para o Deraldo Goulart, diretor do filme Jango em 3 Atos, e depois o Carlos Bastos, então encerramos.

O SR. DERALDO GOULART – Senador, agradeço o convite. Cumprimento o Senador Pedro Simon também, protagonista de muitos documentários nossos da TV Senado e também da história brasileira.

Pelo filme, ao Tabajara, parabéns! Um filme maravilhoso, revelador, que tem de ser passado nas escolas, que tem de estar nas bibliotecas, para que todos tenham acesso. Um trabalho grandioso, pelo qual o cumprimento.

Chamou-me a atenção, e vou falar rapidamente disto que também no documentário do Jango a gente recolheu: esse sentimento das pessoas exiladas, aquele sentido de solidariedade, a ajuda que esses que tinham mais posse, como no caso do Jango e do próprio Brizola, davam àquelas pessoas com maiores dificuldades – soldados, sargentos, enfim, “n” pessoas que acompanharam esses líderes no exílio e que não tinham como sobreviver. E, lá, também, no exílio, a vida não era fácil, não. O cidadão tinha que passar uma vez por mês na delegacia de polícia e registrar que estava presente no País.

Enfim, são histórias do nosso País, e aprendemos muito com elas.

Parabéns, Senador Paulo Paim, por esta reunião e pelo trabalho que você faz aqui.

Também gostaria de deixar um agradecimento aos colegas da TV, que prezo muito: o Ricardo e o Alberto, da Programação; o nosso Diretor-Adjunto, Aluizio, e a Leila, que comandam a televisão, e também o Fernando Cesar Mesquita, que dirige, com muita competência, a Secretaria de Comunicação.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi Deraldo Goulart, diretor do filme Jango em 3 Atos.

Encerrando a Mesa, passamos a palavra ao jornalista Carlos Bastos, que acompanhou a caminhada da Campanha da Legalidade e já deu aqui um belo depoimento.

O SR. CARLOS BASTOS – Senador, estou honrado por ter feito esse depoimento aqui sobre o episódio da Legalidade. Estou gratificado por assistir – já assisti várias vezes e cada vez me emociono mais – a esse belíssimo trabalho do Tabajara Ruas.

O senhor fez uma referência: que seu pai lhe falava da Legalidade. E vou fazer aqui referência aos Senadores gaúchos.

O Senador Simon, na época da Legalidade, era Vereador pelo PTB em Caxias. Ali, ele começava a sua brilhante trajetória. Comandou o MDB gaúcho no período da ditadura, elegeu-se várias vezes Deputado estadual, foi Governador do Estado e veio para o Senado, para honra do Rio Grande do Sul. E a Senadora Ana Amélia Lemos gosta muito de registrar que, nesse período da Legalidade, ela ganhou uma bolsa; ela escreveu uma carta – era uma menina – ao Governador Brizola, pedindo uma bolsa para ser interna num colégio de freiras, em Lagoa Vermelha, para poder estudar. Ela era filha de trabalhadores rurais.

Esse é o registro que faço. A Senadora está no Rio Grande do Sul, mas foi minha colega. Tenho a gratificação e um galardão na minha carreira: eu que lancei Ana Amélia em televisão.

Então, estou muito emocionado e muito gratificado por esta minha participação aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

De fato, Carlos Bastos traz esses fatos à memória de todos nós. Meu pai, além de brizolista, era getulista ainda!

Há passagens que ele me contava do Getúlio. Quando Getúlio faleceu, eu tinha quatro anos de idade. Brizola e a Legalidade eu já acompanhei. Eu tive a alegria de dividir o palanque das Diretas com o Governador Brizola. Ficava todo mundo como se estivesse hipnotizado quando ele falava. Era uma coisa linda!

Calcule uma vez que eu tive que falar, porque falava antes o segundo time, e eu tive que falar antes do Brizola. Depois que falei, ele me olhou de lado e disse: “E aí, gauchinho, foste bem!”.

O Brizola era uma coisa especial. Quando cheguei à Vice-Presidência do Senado... Eu tenho 61. Nas Diretas, eu deveria estar com uns 35 anos, porque me elegi Deputado Federal na Constituição. E acabava falando pelo movimento social. Eu me lembro que, em uma das oportunidades, ele ia fazer um comício, ainda nas Diretas, em Canoas, com o Lula. E aí, na última hora, passaram direto – porque não deu, o tempo não permitiu – e foram para São Leopoldo. Lá peguei meu carrinho e me mandei atrás. Consegui ainda falar pelos movimentos sociais em São Leopoldo.

Quero dizer que, no teu filme, há figuras que tive a alegria de dizer... Porque não sou nenhum menino, embora engane um pouco a imagem. Eu tenho 61 anos. Tive inúmeras reuniões com o Prestes. E com muito orgulho digo isso. O Brizola eu recebi duas ou três vezes aqui, quando fui Vice-Presidente do Senado.

E comentávamos, inclusive, a caminhada das Diretas. Enfim, esse filme retrata imagens das nossas vidas.

Este ícone de todos nós, que é o Senador Simon, que vi no filme, falando inúmeras vezes, eu diria que é um conselheiro de todos nós aqui, no Senado da República. E tive a alegria de caminhar com ele em momentos até mais difíceis da minha própria vida, e ele dizia: “Diga lá que desmentiu”. “Não vou desmentir”. Estou falando da minha campanha, já. Vou ajudar dessa forma.

Enfim, quero mais é agradecer este momento com todos os senhores, agradecer muito ao Deraldo Goulart pelo filme Jango em 3 Atos; ao Ivo Czamanski, fotógrafo, que aqui veio dar esse belo depoimento; à Loiva, falando em nome das nossas tradições.

O Tabajara nos deu esse filme. Acho que o Tabajara foi o melhor presente que esse ciclo de debate recebeu. Foi você a nos patrocinar com esse filme para todo o Brasil. Eu, aqui, recebo mensagens e *e-mails* que são só elogios para o filme. E você não disse, mas, se me permite, vou dizer agora que o filme vai passar na TV Brasil...

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – No Canal Brasil, a partir de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No Canal Brasil, a partir de janeiro, e vai passar, ou já está passando, nas escolas também, não é?

O SR. MARCELINO TABAJARA RUAS – Sim. Esse filme já tem cinco anos. Ele foi patrocinado pela Petrobras com a condição de que se tirassem 10 mil cópias para as escolas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

E o Carlos Bastos, essa figura! Ele nos deu aqui esse depoimento, e fez questão de que ele falasse as duas vezes, agora no encerramento, antes do filme e também depois do filme. E a sua filha está aqui também, cujo nome é Lisiane, que o acompanhou.

Enfim, o momento é muito bonito para todos nós.

Acho que homenagear o Brizola – como aqui foi dito, o Brizola vive – é algo que deveria ser feito todos os dias. Um homem rebelde, corajoso – corajoso –, e quero dizer que a palavra “corajoso” foi dita pela Loiva: “Esse era um homem corajoso”. Estou usando o termo que ela usou. Corajoso, rebelde, competente, preparado, um homem que desafiava o Poder com a segurança de quem acredita nas suas propostas, nos seus ideais e na coerência que ele sempre teve.

Enfim, só posso dizer muito, muito obrigado a todos vocês.

O ciclo de debate da Campanha da Legalidade termina com esse belo espetáculo que foi o filme. Quem não assistiu, por favor, assista. Talvez, você,

que esteja ligando a TV Senado agora, assista a esse filme. Vale a pena.

Viva a Campanha da Legalidade! (*Palmas.*)

Se permitirem, a reunião vai terminar agora com o Hino da Legalidade.

Autores do Hino: Paulo César Pereiro e Lara de Lemos.

(*Procede-se à execução do Hino da Legalidade.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem! Esse foi o Hino da Legalidade.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ATA DA 96ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia oito de dezembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, João Durval, Lídice da Mata, Lauro Antônio, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço, Clovis Fecury, Cássio Cunha Lima, Cyro Miranda, Gim Argelo, Magno Malta, Vicentinho Alves, e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA deliberativa. **Item 1.** Não Terminativo. **Requerimento 155 – CDH, de 2011**, requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater, à luz da proteção dos direitos humanos, sobre os noticiados conflitos ocorridos com os índios por residirem há muitos anos na área onde está sendo implantado o setor residencial noroeste, em Brasília, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Associação Brasileira de Antropologia – ABA; Representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Representante do Ministério Público Federal; Representante da Teracap – Companhia Imobiliária de Brasília; Representante da ADEMI – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário; Sr. Jorge Eremites de Oliveira, Antropólogo; e Pajé Santxiê Tapuya, Liderança Indígena. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: **Aprovado. Item 2.** Não Terminativo. **Sugestão**

nº 2, de 2010, que cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: **Retirado de pauta para reexame. Item 3.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006**, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Autoria: Deputada Iara Bernardi. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: **Retirado de pauta para reexame. Item 4.** Não Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011**, que dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. Autoria: Deputada Iris De Araújo. Relatoria: “Ad Hoc” Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 5.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2011**, que insere inciso III ao art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 para incluir os casos de anencefalia fetal. Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: **Concedido vista coletiva. Item 6.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 420, de 2011**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tipificar a conduta de violência sexual contra crianças e adolescentes. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 7.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 445, de 2011**, que altera o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para inserir, dentre os pressupostos para adoção da medida de internação, a prática do tráfico de drogas ou de crimes hediondos. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: “Ad hoc” Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 8.** Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2011**, que Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto sobre a renda da pessoa física

ca os proventos de aposentadoria ou reforma percebidos pelos portadores do transtorno do espectro autístico. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: “Ad hoc” Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 9.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009**, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **Aprovado o Substitutivo. Item 10.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara Nº 78, de 2009**, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume). Autoria: Deputado Arolde De Oliveira. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 11.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009**, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com o aperfeiçoamento da CAS, e apresentação da Emenda nº 05. Resultado: **Aprovado o Projeto, as Emendas nº 01-CAS/CDH, a nº 04-CAS/CDH e a Emenda 05-CDH. Item 12.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009** que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 aprovada na CAE, e com uma Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 13.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010**, que proíbe, a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infanto-juvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandez. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CAE. Resultado: **Retirado de pauta para reexame. Item 14.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 30,**

de 2010, que obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal. Autoria: Deputado Dr. Nechar. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CI, Substitutiva. Resultado: **Aprovado o Substitutivo. Item 15.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003**, que dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social – LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família). Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **Retirado de pauta para reexame. Item 16.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria “ad hoc”: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva da CCJ, e com a Subemenda que apresenta. Resultado: **Aprovado o Substitutivo e a Subemenda. Item 17.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas de nº1 a nº6 da CCJ. Resultado: **Adiado. Item 18.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008**, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado. Item 19.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação

da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **Retirado de pauta para reexame. Item 20.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, incorporando nela a Emenda nº 01-CE. Resultado: **Adiado. Item 21.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009**, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético – DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria ad hoc: Senador Sérgio Petecção. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado com duas Emendas. Item 22.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas de nº 1 a nº 3 da CCJ. Resultado: **Retirado de pauta para reexame. Item 23.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009**, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 que apresenta, e rejeição da Emenda nº 1-CI. Resultado: **Aprovado com uma Emenda e rejeitado a Emenda nº 1-CI. Item 24.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta. Resultado: **Aprovado com duas Emendas. Item 25.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de defi-

ciência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado com uma Emenda. Item 26.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2010**, que inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 27.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2011**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o uso da expressão pessoas portadoras de deficiência. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 28.** Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2011**, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. EXTRAPAUTA. Item 01.** Não terminativo. **Requerimento nº 156, de 2011**, que requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater a vinculação horária da Classificação Indicativa e a proteção de crianças e adolescentes, com a presença dos seguintes convidados: Guilherme Canela, representante da UNESCO, Domingos Dresch da Silveira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretária Nacional dos Direitos Humanos, Exmo. Sr. Dr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, e um representante da ABERT. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: **Aprovado. Item nº 2.** Não terminativo. **Requerimento nº 157, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a avaliarmos os trabalhos realizados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no ano de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** Fazem uso da palavra os se-

guintes Senhores Senadores Paulo Paim, Marcelo Crivella, Marta Suplicy, Magno Malta, Cyro Miranda, Marinor Brito, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Lídice da Mata, Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 96ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Vamos para a pauta de hoje.

Queria combinar com vocês algumas orientações para o bom andamento dos trabalhos.

Só falarão hoje Senadoras e Senadores. Nós vamos pedir que todos no plenário, independentemente de posição, a ou b, fiquem no máximo nas palmas. Nós não aceitaremos, em hipótese nenhuma, que algum Senador ou Senadora seja tolhido no direito a sua palavra. Não serão permitidas vaías ou qualquer tipo de ação que vá constranger o Senador ou Senadora a fazer aqui o seu depoimento ou colocar aqui a sua posição.

Então, ficamos combinados: as palmas são livres, mas nenhum tipo de constrangimento será aceito para que cada Senador ou Senadora apresente o seu ponto de vista.

Nós liberamos mais duas salas ao lado, provavelmente será a sala 3, já que centenas de pessoas estão chegando. Claro que esta sala comporta, no máximo, 100 pessoas.

Vamos, de imediato, aos encaminhamentos.

ITEM 1

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 155, DE 2011

“Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater, à luz da proteção dos direitos humanos, sobre os noticiados conflitos ocorridos com os índios por residirem há muitos anos na área onde está sendo implantado o setor residencial noroeste, em Brasília, com a presença dos seguintes convidados:

Representante da Associação Brasileira de Antropologia – ABA;

Representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Representante do Ministério Público Federal; Representante da Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília; Representante da ADEMI – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário; Sr. Jorge Eremites de Oliveira,

Antropólogo; e Pajé Santxiê Tapuya, Liderança Indígena”.

Autoria: Senador Paulo Paim

A Senadora Lídice da Mata pede a aprovação do requerimento. Eu assinarei embaixo, já que a Senadora ainda não se encontra aqui, e vamos já a votos.

Aqueles que concordam com o requerimento da Senadora Lídice da Mata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Senadora Lídice da Mata para audiência pública que será marcada, provavelmente para o ano que vem, sobre o conflito entre índios e a construção residencial no setor Noroeste aqui em Brasília.

ITEM 2

– Não Terminativo –

SUGESTÃO Nº 2, DE 2010

Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas.

Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Lei que apresenta.

Como o Senador Cristovam não se encontra, não foi indicado nenhum relator *ad hoc* até o momento? O Senador Cristovam Buarque pede que aguarde porque ele está vindo.

Vamos passar ao item 4.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2011

Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Autoria: Deputada Iris De Araújo

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta.

Como o Senador Mozarildo Cavalcanti não se encontra, vou pedir ao Senador Crivella para ser o relator *ad hoc*.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Pois não, Presidente.

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 52, de 2011 (Projeto de Lei nº 937, de 2007, na origem), de autoria da Deputada Íris de Araújo, visa alterar o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – o Estatuto do Idoso. O mencionado art. 38, cujos termos atuais foram determinados pelas Leis nº 12.418 e 12.419, ambas de 9 de junho de 2011, estabelece, em seu inciso I, a reserva, em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, de pelo menos três por cento das unidades habitacionais residenciais para idosos, e, em seu parágrafo único, reza que as unidades destinadas a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo.

A alteração proposta para o inciso consiste em restringir essa reserva aos idosos de baixa renda. Por sua vez, o parágrafo contido no projeto estabelece que, para os efeitos do disposto no art. 38, idoso de baixa renda é aquele com renda familiar mensal de até três salários mínimos.

A respeito desse parágrafo, constata-se que ele não tem a finalidade de alterar a redação do parágrafo único vigente. Trata-se, na verdade, de acréscimo, visto que, até a aprovação do último relatório sobre o Projeto de Lei (PL) nº 937, de 2007, em 11 de maio de 2011, tal parágrafo não existia. Foi acrescentado pela Lei nº 12.419, de 9 de junho de 2011. Em resumo, não houve, no projeto, intenção de excluir o vigente parágrafo único do art. 38 da Lei nº 10.741, de 2003, simplesmente porque ele não existia à época da aprovação do último relatório na Câmara dos Deputados.

O debate na Câmara dos Deputados iniciou-se com a proposta de reservar-se para os idosos não apenas três, mas sim vinte por cento das unidades residenciais construídas em programas públicos ou financiadas com dinheiro público.

Foi também discutida a restrição dos benefícios previstos pelo artigo aos idosos economicamente desprivilegiados, tendo-se considerado idosos de baixa renda aqueles com rendimento mensal familiar *per capita* de até três salários mínimos.

Ao término da apreciação do projeto, a Câmara dos Deputados evoluiu para a solução normativa de reservar “pelo menos” três por cento das unidades habitacionais aos idosos de baixa renda, conforme definidos acima.

II – Análise

O PLC nº 52, de 2011, configura exercício de competência constitucional comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o que estabelece o art. 23, incisos IX e X, da Constituição Federal.

No Senado, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos relativos à proteção e a integração social dos idosos. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

Quanto ao mérito, temos que o PLC nº 52, de 2011, procura conjugar dois critérios para o enfrentamento do problema da habitação no País: um critério “pós-moderno”, que visa reconhecer as necessidades de uma parcela específica e minoritária da população – no caso, os idosos –, e um critério “modernizante”, que visa tornar mais igualitárias as condições de vida dos brasileiros. E, no caso habitacional, a igualdade só pode advir de políticas compensatórias, que tratem desigualmente os desiguais, para enfim igualá-los.

Em razão dessa combinação de critérios, o PLC nº 52, de 2011, propõe que a reserva de moradias de programas habitacionais financiados com recursos do orçamento geral da União destine-se não a idosos em geral, mas apenas àqueles cuja condição econômica seja desprivilegiada. O projeto aposta, a nosso ver com acerto, que o Estado contribui mais para a melhoria da sociedade como um todo quando foca seus recursos naquelas parcelas da sociedade que têm urgência de ser resgatadas da penúria material do que quando tenta imprimir critérios “universais” que, em verdade, reforçam a condição de desigualdade. Tratar desigualmente os desiguais, na medida em que se igualem, é a clássica formulação aristotélica, que há de ser de grande valia para o desenvolvimento de nossa sociedade.

Outrossim, não há, no projeto – e nem poderia haver, porque o dispositivo ainda não existia na lei, em virtude de motivos já expostos –, referência ao conteúdo do atual parágrafo único do art. 38 do Estatuto do Idoso, acrescido pela Lei nº 12.419, de 9 de junho de 2011, e que determina que as habitações reservadas aos idosos situem-se, preferencialmente, no pavimento térreo. Não há razões para que o vigente parágrafo único seja suprimido, de modo que, à falta de argumento contrário à permanência de norma cujo conteúdo é bastante razoável, quer-nos parecer útil e justo mantê-la.

Apresentamos, assim, emenda que transforma o parágrafo único do PLC nº 52, de 2011, em seu § 1º, e que mantém a preferência de pavimento térreo para os idosos, já no caso, de baixa renda, sob a forma de § 2º.

Não se justifica, também, determinar que as unidades residenciais passíveis da reserva sejam apenas aquelas construídas por programas de moradia financiados com recursos do Orçamento Geral da União. Propomos manter a regra vigente, estabelecida pelo *caput* do art. 38 da Lei nº 10.741, de 2003, qual seja, determinar que a reserva deve se dar nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos. A manutenção da regra exige a supressão do trecho “nos programas governamentais de produção de moradias financiados com recursos do Orçamento Geral da União”, contido no inciso que se propõe alterar.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

(ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011).

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2011, a seguinte redação:

“Art. 2º. O art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso –, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 38.

I – reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais em favor de idosos de baixa renda;

.....
§ 1º. Para efeito do disposto neste artigo, considera-se idoso de baixa renda aquele com rendimento familiar mensal *per capita* de até 3 (três) salários mínimos.

§ 2º. As unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo.’ (NR)”

Esse é o relatório e o voto favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu não sou o autor do relatório, mas fui o relator *ad hoc*, e gostaria de enaltecer esse projeto de lei da Câmara, porque causa a todos nós brasileiros uma imensa tristeza e frustração ver que um país que tem tanto calcário e argila – portanto, tem a matéria prima do cimento –, tem tanto minério de ferro, um parque siderúrgico extraordinário, tem aço, tem arame, tem vergalhões, chapas, perfis; um país que tem vidro, alumínio, madeira, borracha, tintas, vernizes; um país com uma mão de obra extraordinária em termos de

serventes, pedreiro, carpinteiro, eletricista, bombeiro, e por que o nosso povo ainda mora em barraco? Por que ainda temos crianças crescendo sob o signo do medo, da raiva, do frio, em habitações inadequadas?

É uma coisa para a qual não temos resposta. E todos nós, quando vemos um projeto como este, temos que aplaudir, no sentido de que as pessoas pobres, as pessoas idosas, nossas crianças, aquelas que apresentam condições, pela natureza, da idade, da situação econômica, fragilidade diante dos demais conjuntos dos brasileiros, tenham políticas discriminatórias como esta.

De tal maneira que eu gostaria de, apesar de não ter sido o autor do relatório, pedir o voto dos meus companheiros para que possamos aprovar e manter uma cota mínima: 3% é uma cota mínima. O projeto diz bem: “Pelo menos 3%”. O que poderá sempre permitir que esse número aumente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Crivella, que foi o relator *ad hoc* e fez o seu comentário.

Passo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acho que nesse item o Senador Crivella e eu concordamos. A questão dos idosos no Brasil é bastante séria. O aumento da população idosa tem sido extremamente grande, mais do que a população jovem, e nós não estamos nos precavendo nem em termos de saúde nem em termos de moradia.

Lembro, quando fui Prefeita de São Paulo, que fiz alguns projetos habitacionais próprios para idosos. E temos aqui nesta Casa projeto do Senador Moka sobre cuidador de idoso e que, creio, também vai ser um alento para as pessoas idosas poderem ter esse cuidado através do SUS, e também a regulamentação da profissão, para que pessoas também possam fazer privadamente, mas com pessoas qualificadas para esse serviço.

O Projeto da Senadora Lídice, como todos os projetos que a Senadora vem apresentando, sempre com um ângulo, uma postura social que merece o nosso apoio e parabéns.

Votarei a favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos a voto.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos, agora, ao Item 7.

ITEM 7

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, DE 2011

Altera o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para inserir, dentre os pressupostos para adoção da medida de internação, a prática do tráfico de drogas ou de crimes hediondos.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Como o Senador não se encontra, Senador Magno Malta, e sei que V. Exª trabalha nessa área, se puder ser o Relator *ad hoc*, pág. 114. Se puder sintetizar o relatório, agradecemos, para que possamos avançar na pauta e chegar ao 122, porque a expectativa é grande.

As duas salas estão lotadas, além desta, que está além do número possível, eu diria. *(Palmas.)*

Senador Magno Malta, Senador *ad hoc* do PLS nº 445, pág. 114.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Imagino que, como sendo do Senador José Agripino, esse relatório tenha sido elaborado da melhor maneira possível, tentando responder aos anseios do autor.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2011, do Senador Jayme Campos, que *altera o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para inserir, dentre os pressupostos para adoção da medida de internação, a prática do tráfico de drogas ou de crimes hediondos.*

Sr. Presidente, passo a ler, rapidamente, só a análise. Senão, vai ficar muito vazio. O voto do Relator é um voto favorável, pela aprovação do projeto. Passo a ler a justificativa do Senador Jayme Campos para justificar o voto do Senador José Agripino.

A presente proposição decorre de sugestão recebida por meio de mensagem eletrônica recebida na tarde de ontem, subscrita pelo Dr. Paulo André Bueno de Camargo, magistrado no Estado de São Paulo, lavrada nos seguintes termos:

“Existe a necessidade urgente de alteração do art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como juiz de Vara com competência para julgar procedimentos de apuração de ato infracional de adolescentes tenho verificado o aumento brutal, dia a dia, da utilização de adolescentes por traficantes adultos para a prática do tráfico ilícito de drogas nos últimos anos. Nesse contexto, os adolescentes, uma vez au-

tuados pela polícia, são encaminhados à delegacia e no mesmo dia liberados, na medida em que o art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente não autoriza a internação do adolescente que pratica, senão de forma reiterada, o tráfico de drogas (art. 122, inc. II). O Superior Tribunal de Justiça, interpretando esse dispositivo legal (inc. II), vem reafirmando que a palavra ‘reiteração’ prevista nesse inciso significa praticar por no mínimo três vezes um ato infracional grave, o que implica que, nas duas primeiras infrações por tráfico de drogas, o adolescente se vê livre de internação, sendo utilizado como mão-de-obra barata e sem risco ao traficante adulto”.

Ao sustentar sua sugestão, o referido magistrado aduz que “Assim agindo, estaremos tirando das ruas e do campo de ação dos traficantes os adolescentes utilizados pelo crime organizado e traficantes de drogas, onde são vulneráveis, e colocando-os sob a tutela do Estado a fim de buscar sua ressocialização e, indiretamente, fazendo com que os traficantes tenham que, eles mesmos, pessoalmente, se expor mais para continuar sua atividade ilícita e hedionda do tráfico de drogas sem contar com o auxílio tão facilmente obtido...

O que justifica o Senador Jayme Campos aqui é que o Estatuto da Criança e do Adolescente chama a atenção para a internação após duas infrações cometidas. Nessas duas, o adolescente não vai para a internação, o juiz não tem essa autoridade, e diz ele que o traficante tem uma mão de obra muito fácil, esses meninos continuam na rua, e a proposição é para que o Estado intervenha, Sr. Presidente, logo na primeira infração. Por isso, o Senador José Agripino dá o seu voto a favor, aliás, que seria o meu voto também, se eu fosse o Relator desse projeto.

O voto do Relator, Senador José Agripino, é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é o voto do Senador Magno Malta, Relator *ad hoc*.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Magno Malta para o projeto de autoria do Senador Jayme Campos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Próximo projeto, relator presente. Senador Cristovam. Cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Relator.

Item 2. Página 18.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, eu queria consultar se poderia retirar de pauta esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, como Relator, se assim entender, nós retiramos de pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Porque tem havido muitas contradições e eu gostaria que saísse um parecer capaz de unificar a vontade dos representantes do movimento indigenista, não só os próprios índios, como também a Funai. Eu gostaria de ter uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Retiramos de pauta o Item 2, que vai para o gabinete do Senador Cristovam, para reexame.

Item 8. Página 122.

ITEM 8

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 569, DE 2011

Altera a Lei nº. 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto sobre a renda da pessoa física os proventos de aposentadoria ou reforma percebidos pelos portadores do transtorno do espectro autístico.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Pergunto se a Senadora Ana Rita poderia ser a Relatora *ad hoc* do projeto do nobre Senador Marcelo Crivella.

Página 122. Item 8.

É não terminativo.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ele é não terminativo, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não terminativo.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Porque eu tenho uma diferença com relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas nós fizemos aqui um pequeno acordo, eu diria, de votarmos os não terminativos. Eu tiro de pauta três terminativos, conforme me foi solicitado, e seria feito o pedido de vista de um terminativo.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está bem, o relatório.

Chega à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 569, de 2011, do Senador Marcelo Crivella,

que busca isentar do imposto de renda as pessoas com transtorno de espectro autista.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2011, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do art. 24 da Constituição Federal (CF), pois trata de isenção tributária. Da análise da proposta, portanto, não foram identificados quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado Federal, tendo em vista que a proposição trata de matéria afeta às isenções concedidas às pessoas com deficiência, cabe à CDH deliberar sobre a matéria. De fato, conforme dispõe o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a este colegiado opinar sobre os aspectos relativos aos direitos humanos e à proteção e à integração social da pessoa com deficiência. Estão atendidas, assim, as normas regimentais pertinentes.

Sobre o mérito da proposição, convém lembrar que o Transtorno do Espectro Autístico (TEA) é uma disfunção no desenvolvimento que afeta a comunicação e a interação social. Na definição, incluem-se o autismo clássico, a síndrome de Asperger, o transtorno do desenvolvimento, entre outros, sendo o TEA considerado como um conjunto de distúrbios devido à quantidade e à intensidade dos sintomas.

O TEA pode ocorrer em qualquer nível de inteligência – atinge tanto o portador de retardamento mental, quanto o portador de quociente de inteligência normal ou o superdotado. Atinge qualquer raça ou etnia. Não tem fronteiras sociais, não se vincula a determinados grupos e nem à posição econômica ou educacional. O autista pode ser dependente dos outros ou independente, mas sempre tem dificuldades nas áreas sociais.

Adiantando, Sr. Presidente, vale lembrar que, em 2010, o professor do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, Marcos Tomanik Mercadante, durante audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) desta Casa, afirmou que o transtorno do autista afeta 2 milhões de brasileiros e suas famílias. Esses brasileiros, muitas vezes, veem-se forçados a recorrer à Justiça para obter tratamento especializado para os problemas que enfrentam: dificuldades na fala, na audição, sensibilidade a toques, dores, entre outros. A situação de vida das pessoas com TEA é, portanto, bastante delicada. Ademais, quando a idade avança, enfrentam os problemas de saúde decorrentes do envelhecimento agravados pelas dificuldades decorrentes do autismo.

No que respeita à capacidade laboral, aos poucos, o mercado de trabalho vem reconhecendo que

algumas pessoas com o transtorno – aquelas com menor comprometimento cognitivo – podem realizar um bom trabalho. Segundo pesquisadores da área, algumas pessoas autistas tornam-se conscientes de suas particularidades e esforçam-se por fazer alguma coisa por si próprias, o que pode lhes dar condições de participar do mercado de trabalho.

Assim, após uma vida inteira de luta para garantir melhor qualidade de vida, inserindo-se num mercado de trabalho extremamente competitivo, as pessoas com TEA merecem receber, na hora de sua aposentadoria, o mesmo tratamento dado às pessoas com moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, cegueira, e outras doenças e deficiências.

Por essas razões, somos favoráveis à proposta.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o parecer da Senadora Ana Rita, substituindo o Senador Mozarildo Cavalcanti, no projeto do Senador Marcelo Crivella.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer à Comissão pela sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ao Item 6.

ITEM 6

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tipificar a conduta de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Com a palavra o Relator.

Senador Cyro Miranda, somente para fazer um pedido ao Plenário. A sala está super lotada. Nós não estamos fazendo nenhum tipo de barreira. Agora, eu peço silêncio, porque se não houver silêncio, os Senadores não conseguem ouvir os Senadores ou Senadoras que estão usando a palavra.

A questão número dois é que o cinegrafista está lembrando que vocês têm de deixar livre para que a TV Senado transmita – porque o faz ao vivo – para todo Brasil esta reunião.

Eu não estou proibindo nada, aqui. Acho que todos ajudando será uma bela audiência pública e faremos aqui um bom debate.

Com a palavra o relator da matéria, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Paim e Sr^{as} e Srs. Senadores.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 420, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que tem por finalidade tipificar a conduta de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A proposição comina pena de quatro a dez anos e multa a quem pratique sexo com criança ou adolescente mediante violência. Caso seja convertida em lei, terá plena vigência após decorridos cento e vinte dias de sua publicação.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento na necessidade de resguardar o desenvolvimento físico, psíquico e moral de crianças e adolescentes contra a violência sexual. Alega que a agressão sexual praticada...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...por pessoas próximas à criança ou ao adolescente e a prostituição infantil, inclusive associada ao turismo sexual, configuram abusos intoleráveis contra a dignidade humana fundamental dessas jovens vítimas, às quais nossa Constituição acertadamente garante proteção especial.

O PLS nº 420, de 2011, foi distribuído à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cuja manifestação terá caráter terminativo.

Na CDH, não foram recebidas emendas à proposição.

II – Análise

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH apreciar aspectos de proposições legislativas pertinentes à proteção devida à infância e à juventude.

O art. 227 da Constituição Federal afirma ser “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de

toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". O § 4º desse mesmo artigo dispõe ainda que "a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente".

Esses dispositivos constitucionais ecoam nos arts. 213, § 1º, e 217-A do Código Penal.

Finalmente, há possibilidade de que a eventual conversão em lei do PLS nº 420, de 2011, possa favorecer criminosos já condenados por violência sexual contra crianças e adolescentes, devido à superveniência de legislação que prescreva penas mais brandas para os seus crimes. Isso contraria o propósito manifesto do autor, que pretendia reforçar o sistema de proteção à infância e à adolescência, e torna a proposição carente de mérito.

III – Voto

Em razão do que foi exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2011, por já estar contemplado na lei, conforme já foi lido aqui.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Apresentado o relatório, que pede a rejeição do Projeto, alguém quer discuti-lo? *(Pausa.)*

A Senadora Marta Suplicy tem a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Caro Senador Paim, estamos pautados hoje para votar o Projeto nº 122.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora, permita-me apenas convidar a Senadora Ana Rita para sentar aqui, como Vice-Presidente, até porque não há mais espaço no plenário para os Senadores sentarem. Então, é mais do que justo que minha Vice esteja aqui, ao meu lado, para me ajudar na condução dos trabalhos.

Se continuar a falta de lugar no plenário – não há lugar no plenário, vai faltar lugar –, convidarei também a Senadora Marta Suplicy a vir à Mesa, porque S. Exª é Relatora da matéria. Com isso, ficarão mais dois lugares disponíveis no plenário. A Senadora Marta Suplicy é a Relatora do Projeto nº 122. Não havendo mais lugar no plenário, vou pedir aos outros Senadores que aqui chegarem que se sentem à Mesa também.

Fiquem tranquilos! Os Deputados que estão sentados estão perguntando se terão de ceder o lugar. Acho que isso não será preciso, porque os lugares na Mesa também serão ocupados. Os próximos Senadores que aqui chegarem serão convidados a se sentar à Mesa.

Está em discussão a matéria.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Paim, Presidente da Comissão de Di-

reitos Humanos; prezados Senadores; prezados manifestantes e apoiadores de todos os lados aqui, acredito que, hoje, essa votação tem um peso histórico. É uma votação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não vai apresentar o relatório agora, não é? Eu lhe concedi a palavra para discutir a matéria. E há ainda projetos que serão colocados em votação. *(Pausa.)*

A Senadora Marta Suplicy, quando eu a convidei para vir à Mesa, entendeu que já deveria apresentar sua opinião. Mas ainda não é o momento de fazê-lo. Ainda estamos discutindo a matéria.

Então, continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto do Senador Eduardo Amorim e da relatoria do Senador Cyro Miranda.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator, Senador Cyro Miranda, permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos, agora, ao Item 5, que está à pág. 93.

ITEM 5

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 2011

Insere inciso III ao art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, para incluir os casos de anencefalia fetal.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatoria: Senadora Marinor Brito.

Concedo a palavra, para fazer a leitura do Relatório, à Senadora Marinor Brito.

Repito: trata-se do Item 5, que está à pág. 93. A relatoria é da Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todas e a todos!

Senador Paim, meus cumprimentos!

Estou responsável pela relatoria do projeto e passo a lê-lo neste momento.

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campanha.*) – Vamos apelar ao Plenário que faça silêncio, para que a Relatora possa apresentar o seu parecer.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 50, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti, que propõe acrescentar um terceiro inciso ao art.

128 do Código Penal, acatando legalmente o aborto de feto anencefalo.

Após o exame pela CDH, a proposição seguirá para a apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão em caráter terminativo nesta última.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Na justificção do projeto, o autor informa que a anencefalia caracteriza-se pela ausência dos hemisférios cerebrais e de ossos cranianos e que resulta inexoravelmente na morte do concepto, durante a gestação ou logo após o parto.

II – Análise

A apreciação do PLS nº 50, de 2011, pela CDH justifica-se em razão dos incisos III, IV e V do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que confere à Comissão competência para opinar sobre proposições que versem sobre garantia dos direitos humanos, direitos da mulher e proteção da família. Em conformidade com as disposições do RISF, a CAS pronunciar-se-á sobre as questões relativas à saúde (inciso II do art. 100), enquanto à CCJ caberá a análise dos aspectos jurídico-constitucionais da matéria (inciso I e alínea d do inciso II do art. 101).

O tema do aborto é sempre cercado de extrema polêmica e deve ser analisado sob diversas perspectivas: penal, sanitária, direitos da mulher etc. Em matéria de direitos humanos, o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), do qual o Brasil é signatário, condena a prática do aborto em seu art. 4º, item 1: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção”. No entanto, o mesmo Pacto, em diversos dispositivos, protege a autonomia, a dignidade e a integridade física, psíquica e moral das pessoas (arts. 5º, 7º, 11 e 12).

Nesse sentido, há pelo menos dois valores a ponderar, em um conflito *aparente* de direitos fundamentais no caso da anencefalia fetal: de um lado, o direito da mãe de preservar sua saúde (física, psíquica e social) e sua autonomia; de outro, o direito à vida do feto anencefálico, que não é viável após o nascimento. Não se coloca em discussão o começo da vida nem a situação de saúde do feto, mas somente a questão de como se pode falar do valor da vida em quem, por definição e em virtude de sua anomalia neurológica, carece de expectativa de vida extrauterina.

O conceito de viabilidade deve levar em conta a capacidade do neonato de sobreviver fora do útero materno. Há duas décadas, um feto era considerado

viável a partir das 28 semanas de idade gestacional. Hoje, porém, esse tempo caiu para 24 semanas ou até menos, mas apenas em locais que disponham de moderna infraestrutura de assistência perinatal.

De qualquer modo, a viabilidade fetal não é um conceito absoluto. Ela varia de acordo com a tecnologia médica disponível e até mesmo com aspectos socio-culturais. Em todo caso, a viabilidade é conceituada em relação a fetos saudáveis ou potencialmente saudáveis.

O feto anencefálico, por sua vez, é intrinsecamente inviável por ser portador de malformação neurológica que se enquadra na definição de morte neocortical. Dessa forma, aplicar o conceito de viabilidade em função do tempo de gestação carece de lógica. O feto será inviável qualquer que seja a data do parto.

Destarte, faz pouco sentido aguardar que a gestação chegue a termo para fazer o parto de um anencefalo, visto que ele continuará tão inviável quanto o era no início da gravidez. A interrupção...

Posso continuar, Sr. Presidente? (*Pausa.*)

Quero só descansar um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido o relatório?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ainda não, Sr. Presidente. Eu só perguntei se eu podia continuar a leitura porque V. Exª estava tentando organizar a chegada dos Senadores. Entendo que o dia de hoje está bem quente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Exª me permite, quero dizer aos Senadores que aqui estão chegando que há lugar à Mesa. Quando não houver mais espaço à Mesa, farei um apelo para que os que estão na segunda fila se entendam entre eles e deem lugar, no momento adequado, para que os Senadores que aqui chegarem possam se sentar e votar. Mas, tranquilamente, vamos controlando os lugares. Ainda há lugar à Mesa para dois Senadores.

Senadora Marinor, por favor, pode continuar.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

A interrupção da gravidez nunca será a causa da morte do feto e, sim, a ocasião em que ela ocorre. Vou repetir: a interrupção da gravidez nunca será a causa da morte do feto e, sim, a ocasião em que ela ocorre, que não depende da gravidez. Nesse sentido, cabe citar trecho de voto do Juiz Julio Maier, do Tribunal Superior de Justicia de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, na Argentina, a respeito de ação judicial para permitir a interrupção de gravidez de feto anencefálico naquele país:

Tão certo é que a vida não será abreviada pela expulsão prematura [do concepto] que os médicos, curiosamente, se atrevem a determinar que, segundo

a prática corrente, o nascituro não receberá qualquer auxílio pós-natal, sem dúvida uma decisão mais forte do ponto de vista penal do que aquela da expulsão antecipada, pois se trata de omitir toda a assistência a um ser vivo em situação de desamparo e incapaz de defender a si mesmo. (...) Compreendo o temor dos médicos frente à situação, porém deixo de entendê-la quando me explicam que o recém-nascido não receberá qualquer assistência pós-natal, pelo menos para prolongar a sua vida.

Neste ponto, cabem algumas considerações sobre conceitos adotados em terapia intensiva. Desde que surgiram os métodos de substituição de funções orgânicas vitais aplicáveis em situações críticas, para facilitar sua recuperação, existe a possibilidade de não aplicar, utilizar ou suspender tais procedimentos, de acordo com a evolução da enfermidade que acomete o paciente. Quando se diz que o suporte vital e toda técnica ou tratamento que é aplicado no organismo pode substituir a função fisiológica de um órgão quando sua disfunção põe a vida em risco, qualifica-se o suporte vital mediante a definição do paciente em estado crítico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor, neste momento nós já temos quórum para iniciar as votações da matéria. Se V. Ex^a puder, vou fazer um apelo a V. Ex^a ...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Como é um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me concluir o raciocínio. O Projeto não é terminativo. Se V. Ex^a puder sintetizar, a Presidência agradece. Se não puder, continuaremos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E vai ter pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ter pedido de vista?

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom, então, Excelência, eu fiz questão de fazer um relatório, com muitos elementos, de como a questão está sendo vista no mundo, de pegar pareceres e votos de juristas, de médicos, de pessoas que atuam no enfrentamento dessa dificuldade, para deixar clara a nossa posição, que não está, neste momento... Eu queria deixar claro. Embora eu tenha tranquilidade em relação à defesa e ao direito da mulher de realizar o aborto, não se trata, neste caso, do debate mais conflituoso existente na sociedade brasileira e nesta Casa. Este é um caso específico, em que o feto já não tem, a partir do útero, a possibilidade de sobrevivência depois de nascido. Na verdade, ao nascer, ele sequer tem a possibilidade de receber qualquer auxílio médico que possa pelo menos prolongar por algum tempo a sua vida.

O nosso parecer é favorável ao projeto porque achamos que a Comissão de Direitos Humanos deve primar pela dignidade da pessoa humana. E aqui estão em risco aspectos importantes da vida, inclusive de uma mulher, em seu aspecto psicológico e dos traumas que a situação pode causar. Portanto, sintetizando, sou favorável. Há mais umas três folhas de relatório, mas vou atender o apelo de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito obrigado.

O Líder Humberto Costa e os Deputados estão cedendo lugar – agradecemos aos Deputados – para que todos os Senadores possam se sentar e votar.

Já me informam que há pedido de vista da matéria pelo Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feito o pedido de vista, nós suspendemos a discussão. Quando a matéria voltar, continuamos a discussão e a votação, no momento adequado.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu só queria registrar aqui, com carinho, a presença do Deputado Federal Jean Wyllys, que, como eu, a Senadora Marta e outros, integra a Frente pela Cidadania LGBT. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Em votação o pedido de vista.

Como é regimental, acatado por todos os Senadores e Deputados.

O Projeto sai da pauta, pelo pedido de vista.

Vamos agora entrar rapidamente em quatro ou cinco projetos terminativos, que já foram lidos.

Eu só faço um apelo...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu gostaria de pedir vista.

Eu gostaria que ficasse registrado nosso pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está registrado o pedido de vista também do Senador Sérgio Petecão. Vista coletiva.

Vamos ao Item 9, página 130.

ITEM 9

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2009

Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência

e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.

Autoria: Deputado Luiz Bittencourt

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

O relatório já foi lido, em forma de substitutivo.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, vamos à votação.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como vota a Senadora Marta Suplicy? *(Pausa.)*

Senadora Marta Suplicy?

Dispõe sobre tratamento preferencial aos idosos e deficientes.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim...

Wellington Dias. *(Pausa.)*

Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, desculpe, eu perdi o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um projeto, Senador, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, portadores de deficiências e gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É de um Deputado, e o Senador Paulo Davim foi o Relator.

Pedro Simon. *(Pausa.)*

Lauro Antonio. S. Ex^a se encontra? *(Pausa.)*

Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Voto “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Davim. *(Pausa.)*

Clóvis Fecury. *(Pausa.)*

Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Gim Argello. *(Pausa.)*

Magno Malta. *(Pausa.)*

Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – “Sim”, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Suplentes.

Angela Portela. *(Pausa.)*

Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fechou. Está bom.

Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – José Agripino. *(Pausa.)*

Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Lídice da Mata. *(Pausa.)*

O Projeto foi aprovado.

Item 10. Projeto de Lei da Câmara, terminativo também. De autoria do Deputado Arolde de Oliveira; Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O relatório já foi lido. Vamos à votação.

Só para situar os Senadores,...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senador Paulo Paim, pela ordem. Para uma questão de ordem.

V. Ex^a não chamou o Senador João Durval. Ele está votando no lugar do Senador Wellington Dias. Ele é suplente do Wellington, que hoje não está na Comissão. Ele é do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Ok.

Foi pedido para retirar de pauta o Item nº 10, conforme o combinado. Mediante o acordo, vou retirar de pauta. O relatório do Senador Cyro Miranda...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O pedido de retirada de pauta foi da liderança do Governo, para que possamos deliberar depois de um diálogo maior.

O Senador Cyro Miranda tem a palavra, como Relator.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, esse relatório é... O senhor quer ler o enunciado dele, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

ITEM 10

– Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2009

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume).

Autoria: Deputado Arolde de Oliveira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

Esse é o Item 10, página 143.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Pessoal, eu quero de novo fazer um apelo pelo silêncio na sala. Se não houver silêncio, não haverá votação. Porque ninguém vai ouvir como cada Senador está se posicionando ou votando. Quem quiser conversar, pessoal, respeitosa-mente, eu faço um apelo, o corredor está vazio, saia, converse à vontade, fale ao celular, tem televisão, tem painel, fica ali do lado, depois volta para cá. Então, quem estiver disposto a dialogar, eu não sou contra, mas ali no corredor. Quem quiser ouvir o debate, fique aqui dentro. (*Palmas.*)

Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bem, Sr. Presidente, eu não entendo o porquê da retirada. Isso não envolve o Governo. Isso é apenas o fabricante. Nós inclusive tivemos uma conversa com alguns representantes das indústrias. É apenas para disponibilizar para os deficientes auditivos. Mas já que assim querem, então eu também vou retirar de pauta os Itens nºs 26 e 27, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Item 10... Esta é a posição do Governo: é para retirar de pauta?

Então, o Item 10 sai de pauta.

Vamos ao Item 11.

ITEM 11

– Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2009

Possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência.

Autoria: Deputado Neilton Mulim

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação da matéria, com o aperfeiçoamento da CAS, e apresentação da Emenda nº 05.

O relatório já foi lido.

Colocamos a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Senadora Ana Rita, como vota?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto já conhecido, Sr. Presidente. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marta Suplicy, como vota?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Paim...

Wellington Dias. (*Pausa.*)

S. Exª não se encontra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – João Durval está aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Durval, como vota?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Angela Portela. (*Pausa.*)

Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Também está aqui Lídice da Mata, complementando.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Voto conhecido, pois fui a Relatora do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, ok.

Pedro Simon. *(Pausa.)*

Lauro Antonio. *(Pausa.)*

Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Davim. *(Pausa.)*

Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Clóvis Fecury. *(Pausa.)*

Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – José Agripino. *(Pausa.)*

Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Magno Malta. *(Pausa.)*

Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

O Projeto também foi aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, peço a palavra...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem aqui, Sr. Presidente, pedi primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de saudar a pre-

sença de diversos companheiros que vieram da Câmara dos Deputados acompanhar o nosso debate. Estão aqui conosco os Deputados Federais Marcello Alencar, José Olímpio, Filemon Rodrigues, Liliam Sá, Heleno Silva, Fernando Francischini, Marco Feliciano, Arolde de Oliveira, Eduardo Cunha, Filipe Pereira, a nossa querida Lauriete, e todos representados pelo Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, que é o João Campos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, ok, pessoal. Vamos lá. Vamos manter... Eu peço aos Deputados que estão na segunda fila, se puderem, dar dois lugares para os Senadores que chegaram.

Os Deputados já cederam lugar aos dois Senadores.

Eu só queria saber se os Senadores mantêm a mesma posição sobre a emenda ao PL que votamos em seguida, de autoria do Deputado Neilton Mulim e de Lídice da Mata. *(Pausa.)*

Mantidas as emendas.

Aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Humberto Costa, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Uma questão de ordem.

Na verdade, eu sou líder do PT e do Bloco de sustentação ao Governo. E, nessa condição, as indicações de participação nesta Comissão passam, naturalmente, por mim. Eu gostaria que V. Ex^a esclarecesse quais são os representantes desse bloco aqui na Comissão, porque me parece que está havendo uma contabilização a mais. O Senador Cristovam Buarque é um membro efetivo titular desta Comissão. Eu queria que V. Ex^a explicasse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos, a pedido do Líder, fazer a leitura do Bloco: Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque Marcelo Crivella. Suplentes: Angela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Aníbal Diniz, João Durval e Lídice da Mata.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – S. Ex^a está com a palavra; eu estou apenas respondendo ao líder. Em seguida, falará V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Veja, a definição de quem votará nesta Comissão cabe ao líder da bancada fazer essa indicação. Porque o Senador Wellington Dias não vem, mas ele está sendo substituído pelo Senador Eduardo Suplicy e não pelo Senador João Durval.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE)

– Nada contra, mas temos que seguir o que o Regimento define.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu acho, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo Regimento... Só para informar, Senador Marcelo Crivella.

Pelo Regimento, segundo a assessoria da Mesa, a primeira suplente é a Senadora Angela Portela; o segundo suplente, Senador Eduardo Suplicy; o terceiro suplente – aqui no caso –, Senador Humberto Costa; o quarto suplente, Senador Anibal Diniz e o Senador João Durval é o quinto suplente.

Temos que respeitar a ordem regimental.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Exatamente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Não há uma previsão, pelo Regimento, que para essas vacâncias seja escolhido o suplente com mais idade presente à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, Senador, não há. É a ordem do primeiro ao sexto suplente.

Respondida a questão de ordem, vamos ao item 13.

ITEM 13

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2010

Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.

Autoria: Deputado Clodovil Hernandes.

Relatoria: Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, como relatora, solicito adiamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sai de pauta, a pedido da relatoria.

Vamos ao próximo projeto.

ITEM 14

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2010

Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.

Autoria: Deputado Dr. Nechar.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

O relatório foi lido.

Colocamos a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Senadora Ana Rita, como vota?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela aprovação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela aprovação do relatório.

Senador Paulo Paim.

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chamando agora apenas mais um suplente que tem direito à palavra.

Pela ordem: Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de lembrar ao Senador Marcelo Crivella que ele tem razão num aspecto: na ausência de presidente de sessão ou quando se elege o presidente de uma comissão, sim, é o Senador mais velho. Nessa circunstância, sim, há uma atribuição para o mais velho.

Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Lauro Antonio. *(Pausa.)*

Senador Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o

Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clovis Fecury. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto foi aprovado.

Aprovado o substitutivo, irá a turno suplementar.

Vamos ao próximo projeto.

Já estamos no final; só faltam mais dois itens.

ITEM 15

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2003

Dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social – LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família).

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Pediram-me que eu o retirasse de pauta. Então, eu estou retirando de pauta o projeto de que fui relator, do Senador Pedro Simon. Não houve acordo quanto à votação.

Vamos, de imediato, para o item 16.

ITEM 16

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

O relatório já foi lido.

Colocamos a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação do substitutivo.

Em votação.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – “Sim”, positivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim.

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*
Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*
Senador Clovis Fecury. *(Pausa.)*
Senador Cássio Cunha. *(Pausa.)*
Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*
Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*
Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

O projeto foi aprovado.

Pergunto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para a Subemenda nº 1 apresentada pelo relator ao Substitutivo da CCJ.

Todos os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O substitutivo irá a turno suplementar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar o presidente da ABGLT, Toni Reis, e centenas de manifestantes que estão aqui presentes.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Vamos ao Item 12 e, em seguida, vamos tratar do debate do 122, passando a palavra à Relatora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata, pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, é apenas para solicitar um esclarecimento a respeito do nosso requerimento extrapauta, já que a Secretaria da Mesa me informou que ele não constava na lista dos itens extrapauta que foram aprovados antes. Eu gostaria, pela importância do tema, de solicitar a V. Exª, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é o requerimento, por favor?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É o requerimento, Sr. Presidente, que solicita a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater a vinculação horária da classificação indicativa e a proteção de crianças e adolescentes, com a presença dos seguintes convidados: Guilherme Canela, representante da Unesco; Domingos Dresch da Silveira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos; Ministra Maria do Rosário, Secretária Nacional dos Direitos Humanos; Ministro Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça e o representante da Abert, a respeito de uma Adin que está no Supremo Tribunal. Peço o apoio das Sras Senadoras como coautoras desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Votaremos no final, extrapauta.

Aqueles que concordam com que esse requerimento entre extrapauta no final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aproveito também para consultar sobre a inserção extrapauta de um requerimento de minha autoria, que trata da avaliação do que foi o trabalho de 2011 da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que concordam com que esse requerimento entre extrapauta no final permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Entrará extrapauta no final da reunião.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está certo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ao último item terminativo. Em seguida, entraremos no debate do 122.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão, pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu queria fazer um registro especial também, de que acabou de chegar a esta Comissão meu amigo que foi Deputado Federal o Pastor Manoel Ferreira. Um abraço.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Pessoal, eu havia feito um acordo com vocês e sou de cumprir a palavra. O acordo que fizemos com todos aqui é de que eu não limitaria o número de presentes. A segurança me perguntou qual seria o limite para o bom andamento da reunião. Eu disse que não havia limite, que todos entrariam. Fiz um acordo com vocês de que seriam permitidas as palmas, não seriam permitidas as vaias

e que nós ouviríamos todos os Senadores, contra ou favor, ou seja, a posição de cada um.

Peço o apoio de vocês para mantermos esta tranquilidade na nossa audiência pública.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E a decisão...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

Senador Sérgio Petecão com a palavra.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Só para concluir, Sr. Presidente. É só para terminar o meu registro. O Deputado, inclusive, disputou o prêmio Nobel da Paz.

Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos passar ao item 12. Em seguida, pessoal... Olha, para todos os que estão aqui: todos querem a discussão e a votação do 122. Para o bom andamento dos trabalhos, vamos manter a tranquilidade, a decisão será no voto. Vocês sabem tanto quanto eu que ninguém ganha no grito. Todos os Senadores que estão aqui sabem como vão votar. Então, a decisão será no voto. Terminando o debate, nós vamos votar e prevalecerá a democracia, a vontade da maioria.

O item 12 saiu de pauta.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, eu queria pedir para votar o meu projeto, item 17.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 17. É exatamente o item que, neste momento, está na ordem.

ITEM 17

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 700, DE 2007

Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Não foi lido o relatório. Há um pedido, por parte do Governo, para que ele saia da pauta. Estamos tentando votar apenas aqueles que têm acordo para priorizar o debate do 122.

Senador Marcelo Crivella, como autor do projeto, com a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Eu só queria defender o seguinte, Presidente: este projeto é um projeto muito importante, porque hoje as crianças cujos pais são separados são protegidas, no caso do abandono moral, quando o pai não paga a pensão. Mas eu acho que existe também o abandono afetivo, quando o pai não está ao lado no momento em que a criança está enferma, quando a criança tem uma festa na escola, quando a criança precisa de uma assistência presencial do pai. Então, o pai paga a pensão, mas não é presente. É tipo aquela propaganda do Gelol: “não basta ser pai, tem que participar”. É preciso que a lei contemple isso de tal maneira que a mãe se sinta em condições de requerer que o pai da criança esteja presente em cerimônias, em solenidades, em momentos importantes da vida da criança.

Então, lamento muito que o Governo tenha pedido para tirar de pauta este projeto tão relevante. O Senador Demóstenes é um jurista, deu parecer favorável, já fizemos diversas audiências. Vou conversar com o Governo, para que V. Exª possa fazer constar este projeto da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem. Senador Crivella expondo o seu ponto de vista sobre o seu projeto, que sai de pauta pelo acordo que fizemos, de que só votaríamos os terminativos sobre os quais houvesse entendimento.

Agora o Item 18, página 261.

ITEM 18

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2008

Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

O Governo também pede que o projeto seja retirado de pauta. É um projeto, inclusive, de uma ex-Senadora do PT, Serys Slhessarenko.

Saiu de pauta.

ITEM 19

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2008

Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do

Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita.

Como o relatório já foi lido, colocamos em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, como Relatora *ad hoc*, com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Como relatora *ad hoc*, solicito a retirada de pauta também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A pedido da Senadora Ana Rita, o projeto sai de pauta, como relatora *ad hoc*.

Vamos ao Item 20.

ITEM 20

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, DE 2009

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar.

Autoria: Senador Eliseu Resende, já falecido.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Relator. *(Pausa.)*

O Relator não se encontra. Então, a matéria sairá de pauta automaticamente.

ITEM 21

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2009

Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético (DNA) em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

O relatório já foi lido.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, colocamos o projeto em votação nominal.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, voto já conhecido. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim.

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, vou votar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Completou o bloco.

Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clovis Fecury. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – “Sim”, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Projeto foi aprovado.

Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto foi aprovado.

Perguntamos se podemos reproduzir o resultado da votação para as duas emendas que apresenta o Relator.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 23

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, DE 2009

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida – o outro foi para pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita.

O relatório já foi lido.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Como vota a nobre Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim.

Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Lauro Antonio. (*Pausa.*)

Senador Garibaldi Alves. (*Pausa.*)

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. (*Pausa.*)

Senador Eunício Oliveira. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Clovis Fecury. (*Pausa.*)

Senador Cássio Cunha. (*Pausa.*)

Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – “Sim”, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aprovado, o projeto vai a voto – não foi necessário o voto do Senador Vicentinho.

Pergunto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para a emenda que apresenta.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Coloco em votação nominal a Emenda nº 1 da CI, com parecer pela rejeição.

Os que concordam com o parecer pela rejeição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 22

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 478, DE 2009

Altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatoria ad hoc: Senadora Ana Rita.

O relatório já foi lido.

Vamos à discussão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Solicito também retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A pedido da Relatora *ad hoc*, Senadora Ana Rita, a matéria sai de pauta.

Vamos ao Item 24. É um acordo. Para prevalecer aqui o acordo e a palavra firmada... Nós fizemos um acordo que só votaríamos terminativo mediante acordo.

ITEM 24

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2010

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O relatório já foi lido.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Lauro Antonio. (*Pausa.*)

Senador Garibaldi Alves. (*Pausa.*)

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESEIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. (*Pausa.*)

Senador Eunício Oliveira. (*Pausa.*)

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Clovis Fecury. (*Pausa.*)

Senador Cássio Cunha. (*Pausa.*)

Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto foi aprovado.

Pergunto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para as Emendas nºs 1 e 2 apresentadas pelo Relator.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 25

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2010

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão “pessoa com deficiência”.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senadora Marinor Brito.

Relatoria ad hoc naquele momento:

Senador João Alberto Souza.

O relatório já foi lido.

Em discussão a matéria.

O Senador João Alberto Souza deixou de ser membro desta Comissão.

Solicito ao Senador que seja Relator desta matéria. *(Pausa.)*

Então, volta para a Senadora Marinor Brito. O relatório já foi lido.

É pela aprovação.

Vamos, então, à discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco o projeto em votação nominal.

Vamos fazer a leitura de cada Senador.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela aprovação.

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecção.

O SR. SÉRGIO PETECÇÃO (PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clovis Fecury. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Comigo. Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Projeto aprovado da Senadora Marisa Serrano, cuja relatoria é da Senadora Marinor Brito.

Resultado: aprovado.

Pergunto se podemos reproduzir o resultado da votação anterior para a emenda apresentada pela nobre Relatora.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 26

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2010

Inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O relatório já foi lido em reunião anterior. Portanto, vamos retomar a discussão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação nominal.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim.

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*
Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*
Senador Lauro Antonio. *(Pausa.)*
Senador Garibaldi Alves. *(Pausa.)*
Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESEIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clovis Fecury. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto foi aprovado.

Vamos para o Item 27, pág. 363.

ITEM 27

Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2011

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o

uso da expressão pessoas portadoras de deficiência.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O relatório já foi lido.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Paim.

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon. *(Pausa.)*

Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Pela aprovação.

Senador Garibaldi Alves. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESEIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Clovis Fecury. *(Pausa.)*

Senador Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O projeto foi aprovado.

O último é o Item 28.

ITEM 28

– Terminativo na Comissão –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2011

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senadora Angela Portela.

A Senadora Angela Portela não está. Peço à Senadora Ana Rita que, se quiser fazer o relatório *ad hoc* para nós, de forma sintetizada, poderíamos votar este projeto – muito bom, no meu entendimento – do Líder Humberto Costa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, a Senadora Angela Portela vai entender, porque este é o último dia deste ano legislativo, e vamos ter quórum. Poderemos votar, numa homenagem ao Líder Humberto Costa. Se V. Ex^a puder sintetizar... Vamos iniciar, depois deste, o debate do 122 e, consequentemente, a votação. (Palmas.)

Pág. 373.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou ser sucinta. Vou ler apenas a análise do projeto.

Em princípio, trata-se de um projeto extremamente importante, que terá, com certeza, todo o meu apoio, mas, para fazer jus à análise feita pela Relatora ao projeto do Senador Humberto Costa, quero dizer que o mérito é relevante, pois trata...

Só vou ler a ementa, Sr. Presidente. Ele define a expressão “situação de vulnerabilidade temporária” contida no art. 22 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que é a Lei Orgânica da Assistência Social.

Seu mérito é relevante e atende à necessidade de crianças e adolescentes vítimas de violência. Coaduna-se com os preceitos constitucionais que aponto como dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter de absoluta prioridade, colocar crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Relatora faz um relatório informando, ainda, que para o enfrentamento dessas situações a Lei Orgânica da Assistência Social introduziu o Sistema Único de Assistência Social, que inclui, entre outras ferramentas de atuações, a garantia do pagamento de benefícios eventuais para combater situações temporárias de vulnerabilidade.

Não deixando dúvida acerca da direção dessa política social, o projeto ora em exame destaca, no texto da lei, de maneira inequívoca, a proteção à criança e ao adolescente vítima de violência. Também fixa período para o caráter de temporalidade aludida, estabelecendo que o benefício pode ser concedido até por dois anos, prazo em que se espera que o poder público tenha conseguido realizar as intervenções necessárias para proteger as vítimas de maneira permanente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2011.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Senadora Ana Rita, como vota?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Paim.

Wellington Dias. (Pausa.)

Cristovam Buarque. (Pausa.)

Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Humberto Costa, pela ordem, aqui, porque o Senador não estava aqui, o Cristovam. Voto conhecido. O Senador Cristovam chega também. OK.

Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Lauro Antonio. (Pausa.)

Garibaldi Alves. (Pausa.)

Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Paulo Davim. *(Pausa.)*

Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Clovis Fecury. *(Pausa.)*

Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Cyro Miranda. *(Pausa.)*

José Agripino. *(Pausa.)*

Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Em homenagem ao grande Líder Humberto, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Muito bem. Gim Argello votou “Sim”.

Como vota Magno Malta?

Magno Malta vota “Sim”, pelo que percebi. Ele me fez sinal aqui.

Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – “Sim”, Excelência.

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – “Sim” também.

Senador Cássio Cunha. *(Pausa.)*

Cyro Miranda. *(Pausa.)*

José Agripino. *(Pausa.)*

O projeto foi aprovado.

Eu já vou votar agora, aproveitando, porque quando votarmos o 122, nós vamos terminar. Foi concordado que colocaríamos, extrapauta, o requerimento da Senadora Lídice da Mata.

Leio o requerimento e colocamos, de imediato, em votação.

Requeiro, nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater a vinculação horária da classificação indicativa e a proteção de crianças e adolescentes, com a presença dos seguintes convidados: Guilherme Canela, representando a Unesco; Domingos Dresch da Silveira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos; Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos; Exmo Sr. Dr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça; e um representante da Abert.

Quem concorda com o requerimento da nobre Senadora Lídice da Mata permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao outro requerimento extrapauta, que eu também já havia aprovado antes.

Com fundamento no art. 93, inciso II, requeiro a realização de audiência pública para avaliarmos os trabalhos realizados na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no ano de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente, perante a Secretaria da Comissão.

Quem concorda com o requerimento de minha autoria permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado. Não teve nem discussão.

O da Lídice da Mata eu já li.

Pessoal, eu peço o máximo de silêncio porque agora nós vamos começar o debate e a Relatora vai dar o seu parecer sobre o PL 122.

Todos vocês que estão aqui, independentemente da posição, querem ouvir os Senadores e Senadoras e, naturalmente, a Relatora. Então, o apelo que faço é o máximo de silêncio. Nós vamos cumprir o Regimento na íntegra. O Regimento será cumprido na íntegra, independentemente da vontade deste ou daquele Senador e de vocês que estão acompanhando, aqui dentro da sala, este debate.

Então, vamos lá.

É o Item 3, não terminativo, ou seja, daqui vai à CCJ.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2006 Não Terminativo

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao §3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Autoria: Deputada Iara Bernardi

Relatoria: Senadora Marta Suplicy.

Seguindo o Regimento na íntegra, para não haver nenhuma preocupação, com a palavra a Relatora, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bom dia, caros Deputados presentes também, militantes dos dois lados, prezados Senadores e Senadoras, na busca...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Marta, só um minutinho, só para não haver dúvida.

Já estão inscritos o Senador Magno Malta, o Senador Humberto Costa e a Senadora Marinor.

Os outros, por favor, encaminhem à Mesa o nome.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na busca...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou pedir o máximo de silêncio.

O pessoal que está lá atrás está pedindo que as pessoas deixem os cartazes, para que as que estão mais atrás possam ver. Que os cartazes fiquem bem lá no fundo, para que não atrapalhem os que estão entre a mesa... (*Palmas.*)

Lembramos que há acomodação na sala 19.

Senadora Marta, por favor, o relatório da matéria.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Paulo Paim, na busca da construção de um consenso maior, eu vou pedir reexame da matéria e vou...

(*Manifestação do público.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, nós fizemos um acordo. Eu peço que não haja... Em nenhum momento nós vamos permitir vaias aqui.

O que a Relatora está dizendo, neste momento, é que está pedindo o reexame da matéria, na busca do entendimento. Isso é regimental e não vai trazer prejuízo para que os inscritos usem a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, estou pedindo o reexame, mas quero deixar aqui a importância deste projeto, que é um projeto que tem sido muito vilipendiado, injuriado, de todas as formas, e que tramita há mais de dez anos no Congresso Nacional. Foi aprovado na Câmara, está há oito anos no Senado, e agora se encontra na Comissão de Direitos Humanos. Eu quero frisar: na Comissão de Direitos Humanos.

O que são direitos humanos?

Este projeto atenta exatamente para direitos humanos. É um projeto que combate a discriminação em três áreas, basicamente. Na área do trabalho, você não vai mais poder discriminar uma pessoa. Se ela pedir emprego e você disser: “Você é homossexual, eu não te dou o emprego”, não vai mais poder fazer isso. Assim como hoje, se eu for pedir um emprego e for negra, e a pessoa disser para mim que não me dá o emprego porque eu sou negra, ela estará incorrendo em um crime. É exatamente a mesma coisa. (*Palmas.*)

Este projeto também vai proteger as pessoas que são discriminadas num lugar como no serviço público. Se eu estou sendo atendida por alguém no serviço público que me verbaliza que eu não vou ser atendida ou manda que eu vá para o fim da fila porque eu sou isso ou aquilo, referente à condição homossexual da pessoa, vai ser criminalizado. Outra situação de criminalização do projeto é a de consumo. Se eu chego a um restaurante, ou a um cabeleireiro, ou a um comer-

cio, ou em um trabalho, e não sou atendido por causa da minha condição.

Hoje mesmo, Senador Paim, vimos nos jornais: uma jovem que trabalha em uma escola foi chamada pela diretoria, que disse que ela não poderia comparecer à escola com o cabelo natural da sua raça, que ela teria de fazer chapinha no cabelo para manter o emprego. Esse tipo de discriminação ocorre, e nós não queremos mais uma sociedade em que pessoas sejam barradas em seus direitos por serem de uma forma ou de outra. (*Palmas.*)

Hoje, quero reiterar que essa área é um deserto em relação aos homossexuais, que não têm proteção nenhuma frente a esses direitos.

Também quero ressaltar o art. 3º, que foi fruto de muitos entendimentos, inclusive com a CNBB:

Art. 3º *O disposto nesta Lei não se aplica à manifestação pacífica de pensamento decorrente da fé e da moral fundada na liberdade de consciência, de crença e de religião de que trata o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal.*

Esse artigo explicita o que já existe na Constituição Federal.

Gostaria também de colocar que o art. 7º, que foi muito negociado, inclusive conversado com o Senador Crivella, depois, infelizmente, nós tivemos outros desentendimentos, mas essa aqui foi uma palavra importante, e foi conversado com vários setores LGBT, inclusive com o Toni Reis e o Senador Demóstenes, que foi retirar as palavras “praticar” e “incitar”, que estavam no art. 20 do original 122, e permitir somente a palavra “induzir”.

Art. 7º *Induzir alguém à prática de violência de qualquer natureza, motivado por preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.*

O que significa isso? Significa que se induzir a pessoa terá de provar que foi aquela fala que o induzir a ter um ato de violência.

Eu acredito que isso, de certa forma, vai inibir, mas protege pastores e padres e religiosos nas suas falas e, ao mesmo tempo, dá às pessoas homossexuais que se sentem ofendidas o direito de irem à Justiça e de o juiz decidir.

Quero também dizer que o meu sentimento em relação ao respeito que todos devemos ter pela diversidade, pelo diferente, é o respeito que vale para os dois lados, vale o respeito aos símbolos de fé. Não se constrói uma sociedade com intolerância de nenhum lado.

Quero também dizer que nós aqui também apenamos todos os comportamentos violentos, os comportamentos que agridem. E hoje nós temos um exemplo: se uma pessoa, um homossexual é atacado na Avenida Paulista, coisa que está sendo bastante frequente,

com um chute, um xingamento, uma quebra de braço, uma lesão desse tipo, e o policial simplesmente der de ombros, como tem ocorrido frequentemente, com esta lei, ele não poderá mais dar de ombros, assim como ele não pode dar de ombros se uma pessoa negra é desacatada ou chutada ou xingada. Ele leva essa pessoa à delegacia.

Tem havido aumento do crime, do assassinato, da humilhação, casos, assim, espantosos, como, por exemplo, dois homens que andavam abraçados em uma cidade do interior de São Paulo, e um deles teve a orelha decepada, porque acharam ser um casal *gay*, mas eram pai e filho abraçados. Situações como essas um projeto como este vai inibir. Eu não diria que vai acabar, como o racismo não acabou neste País, como tanta discriminação não acabou com tanta coisa, mas vai ajudar, vai ajudar. (*Palmas.*)

E é por isso que quando alguns dizem que este projeto não acrescenta, é um projeto inócuo, não é inócuo, ele vai inibir a discriminação. E eu quero continuar esta discussão porque acredito que todos aqui respeitamos os direitos humanos, não queremos discriminar as pessoas. Então, que tenhamos este entendimento: nós não podemos deixar esses crimes acontecendo, não podemos permitir uma civilização que não é civilizada. As pessoas existem, elas não vão mudar de comportamento, mas nós podemos aprender a ter respeito pelas pessoas. Isso vale para todos os lados.

Então, nós vamos pedir para fazer um novo reexame da matéria, vamos continuar a construção aqui no Senado, porque acreditamos, sim, que a conversa, o respeito, o entendimento, a negociação é que nos vai fazer superar uma sociedade que é tão injusta e, eu diria, tão perversa com parte de seus cidadãos.

Era isso o que eu queria dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Relatora da matéria, Marta Suplicy.

Como já havíamos ajustado, serão permitidas as palmas; só não serão permitidas as vaias.

Senador Magno Malta com a palavra.

(Manifestação das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente Paulo Paim; Relatora Senadora Marta Suplicy; demais Senadores e Senadoras; Deputados Federais; bancada católica; bancada evangélica; Deputados espíritas; cidadãos do povo; ONGs que defendem o projeto da Senadora Marta; grupo GLBT que aí está; grupos de homossexuais que defendem o que pensam e o que acreditam – e nós temos de respeitar –; Deputado Jean

Wyllys, que é defensor da causa – cada qual defende o que acredita, e nós precisamos respeitar isso. Meus cumprimentos a todos.

É preciso fazer um breve relato, todas as vezes em que temos de debater o assunto, Sr. Presidente, do histórico e da história do PL nº 122. Aliás, esse número apodreceu. Esta é uma frase que eu usei com a Senadora Marta em uma oportunidade que tivemos de conversar, eu, o Deputado Gilmar Machado, o Senador Walter Pinheiro, a Deputada Lauriete e a Senadora Marta, em meu gabinete, sobre esse assunto.

Penso que o que o Brasil espera que nós versemos é sobre um texto que fale de intolerância. Ninguém tem direito de ser intolerante com ninguém. A ninguém é dado o direito de ser intolerante com alguém que nasceu estrábico, ou alguém que nasceu com a talidomida, com braços e pernas curtas, faltando dedos, ninguém tem direito de ser intolerante com alguém porque nasceu no Nordeste. Aliás, você vai ter até de fazer uma lei para proteger o nordestino, porque todo mundo que o “cara” acha que é cabeçudo, chama de Paraíba. “Vem cá, ceará”, é uma maneira de denegrir o nordestino que trabalha em São Paulo. “Vem cá, ceará.” Todo mundo é cearense. Uma maneira de achar que está colocando uma parte do País subjugada a uma que se acha a elite pura, que é São Paulo. Pois bem, ninguém tem direito a isso, como ninguém tem direito de ser intolerante com homossexual. Estou falando do alto da minha experiência. Ninguém tem direito de ser intolerante com homossexual, como ninguém tem direito de ser intolerante... (*Palmas.*) ...com católico, com padre. (*Palmas.*)

Ninguém pode ir para a avenida e estampar uma faixa e dizer: “Se o Papa engravidasse, aborto era sacramento”. (*Palmas.*)

E essa faixa estava na passeata do movimento *gay* em São Paulo. Mais ainda: ninguém tem o direito de ser intolerante com os símbolos de um centro de umbanda, de andomblé. Há de se respeitá-los. Olha, eu professo minha fé no segmento evangélico. Os símbolos de umbanda, tão respeitados por eles, eu não tenho o direito de ser intolerante com eles, como também ninguém tem o direito de levar para a avenida os santos que são sagrados, símbolos da Igreja Católica, como fez o movimento *gay*. Levou para sua passeata e colocou os santos em posição sensual. (*Palmas.*)

Senador Paim, eu me lembro quando um bispo da Igreja Universal, Von Helder, chutou a santa, uma imagem, num programa de televisão. Parece que o mundo caiu. Arrumaram isso de pano de fundo para dizer que era uma tentativa para destruir tudo o que é confissão de fé fora a Igreja Católica no Brasil. E até me admira, porque a Igreja Católica não se manifes-

tou agora com seus símbolos sagrados na avenida em posição sensual. (*Palmas.*)

Alias, foi isso que Silas Malafaia defendeu em seu programa; depois, o programa foi pego, pinçado, entregue ao Ministério Público, como se Silas estivesse incitando o ódio – uma mentira absoluta – contra os homossexuais. (*Palmas.*)

Uma CNBB que reage e sempre reagiu muito rápido. Reage tanto que mandou uma nota dizendo que nunca fez acordo com a Senadora Marta. A CNBB publicou nota de esclarecimento sobre o projeto de criminalização da homofobia. O Presidente da Conferência Nacional dos Bispos, Cardeal Raymundo Damasceno Assis, emitiu nota de esclarecimento. A Presidência da CNBB nunca fez acordo com a Senadora Marta. Isso chegou às nossas mãos agora de manhã. (*Palmas.*)

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se o senhor pudesse ler...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Depois a senhora tem a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, leia inteiro. Não leia pela metade. Leia inteiro o pronunciamento. Leia inteiro e não leia pela metade.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, vamos assegurar a palavra.

Pessoal, nessa questão, a Presidência é que decide. Não adianta gritar aí atrás. Gritou, não gritou, não resolve nada. Quem decide é a Presidência.

O Senador Magno Malta está com a palavra. Com certeza, a nossa relatora, a Marta, vai ter direito a responder. Ela é relatora. Não se preocupem.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu vou ler tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, deixem o Senador usar da palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu vou ler tudo. É que o que ocorreu dentro do plenário do Senado é que a CNBB autorizou a Senadora Marta a falar em nome dela, que estava tudo acordado.

E diz aqui:

(...) a CNBB não fez acordo com a senadora, conforme noticiou parte da imprensa. Na ocasião, fez observações [nós também fizemos]; deus sugestões [nós também demos] e se comprometeu com a senadora a continuar acompanhando o desenrolar [nós também nos comprometemos, todo o mundo; todo o mundo quer um texto que verse sobre intolerância, sobre o projeto. Não mais que isso, um texto genérico.] Reiterou, ainda, a posição da Igreja de combater qualquer tipo de discriminação [nós também, até porque isso já está na Constituição: é crime discriminar].

Está na Constituição. Precisamos de outro texto? É crime discriminar? Raça, cor, sexo, etnia? (*Palmas.*)

Todas as pessoas têm o direito. Agora, o que não pode é chamar para dentro aquilo que é raça, porque índio...

(Manifestações na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, mais uma vez vou insistir. Nós combinamos e vocês concordaram que as palmas seriam permitidas. Então, gritar aí atrás não ajuda em nada. Só prejudica aquele que está pensando que com isso está reagindo favoravelmente ao seu projeto. Pelo contrário, está depondo contra a sua posição.

Senador Magno Malta, com a palavra. Todos os Senadores usarão a palavra pelo tempo que for necessário. Ninguém aqui está com pressa. Eu não estou com pressa. (*Palmas.*)

Eu quero que a gente saia daqui, quem sabe, caminhando para um grande entendimento.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Gostaria de esclarecer ainda que índio não pediu para nascer índio. Negro, que é tão chamado em todas as horas para fazer a comparação para justificar este projeto, e que não deveria fazê-lo, porque negro não pediu, não fez opção para ser negro. Negro nasceu negro, eu nasci negro, minha mãe nasceu negra. Eu não fiz opção para ser negro. Japonês não fez opção para ser japonês, nem deficiente, portador de deficiência fez opção para ser portador de deficiência. Não se pode comparar raça com quem fez opção por ser homossexual. Há que se respeitar, porque o homem é o seu desígnio e a sua decisão. O indivíduo pode fazer a opção para ser o que ele quiser e pode requerer direitos. A única coisa que o homem não pode é requerer os seus direitos criminalizando quem não concorda com ele. (*Palmas.*)

Ora, na verdade, este projeto não é um requerimento de direitos; é criminalização de quem não concorda.

Quando a Senadora Marta diz e faz as suas colocações... Aliás, ela fez um artigo bacana no *Estado de S. Paulo*, que no outro dia distribuiu aqui no plenário, em que diz que homossexuais continuam sendo mortos por omissão de radicais e alguns Senadores que fazem de sua plataforma religiosa...

Eu queria dizer que isso também é intolerância, desrespeito. Nós poderíamos dizer que esta é a plataforma política da senhora então: fazer a defesa. E eu tenho todo o meu respeito. Todo o mundo chegou aqui por um caminho, o caminho de combate às drogas, combate ao abuso de crianças. E combate ao abuso de crianças não é plataforma política. Na verdade, eu defendo e todos nós defendemos. Não conheço nin-

guém... Não vivemos em um país homofóbico. O homofóbico quer matar...

(Manifestações na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está assegurada a palavra ao Senador.

Todos poderão contraditar depois, Srs. Senadores.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Quem agride homossexual no Brasil agride aposentado. Quem mata um homossexual hoje mata um portador de deficiência.

A Senadora Marta falou que os homossexuais continuam sendo agredidos na Avenida Paulista. Os mendigos também, Senadora. As crianças em São Paulo, seu Estado, continuam sendo abusadas. A senhora citou um caso no jornal. Hoje, tem dez na *Folha de S. Paulo* e no *Estadão*, de crianças abusadas. Nem por isso, nós debitamos... (*Palmas.*)

Imagine que a senhora chame a atenção, dizendo que é omissão dos Senadores, que, se os Senadores não tivessem se omitido... Então, é o outro verso da moeda: eles não estariam sendo assassinados. Isso vai para a conta dos Senadores, no meu entendimento.

Então, imagine se alguém avocasse os seus quatro anos de prefeitura e colocasse na sua conta as crianças que morreram no seu mandato. Foi a senhora? E os homossexuais que foram agredidos no seu mandato? A culpa é da senhora? Não é! (*Palmas.*)

E os mendigos que foram agredidos durante o seu mandato? É problema da senhora? Não é! Não é problema da senhora. Mas a senhora é executiva. Quer dizer: continuam morrendo mendigos na Praça da Sé, em São Paulo. “Não tem providências da Prefeitura.” Olha, as pessoas falam isso.

Então, não dá para tentar colocar na conta do Parlamento alguma coisa que não nos pertence. O Brasil precisa de uma coisa que faz as boas relações da sociedade, Senadora Marta: respeito! E nada de intolerância com o cidadão. Nada de intolerância.

Sobre a questão dos homossexuais no Brasil, digo para a senhora de cadeia, faz 30 anos que recupero drogados, Senadora. Pela minha instituição de recuperação de drogados passaram *n* homossexuais, e lá tem hoje se recuperando... O meu Partido está cheio de homossexuais. No meu Estado... Moa é um expoente, porque é presidente de Câmara, é um político que ganhou proeminência por sua própria capacidade, aliás, que fez a campanha eleitoral com uma foto comigo.

Falo para a senhora de cadeia, porque não tenho intransigência com ninguém. Apreendi a respeitar as pessoas, e o homem é aquilo que ele decide ser. Para tanto, se construirmos um texto que verse sobre intolerância – e é uma concordância, não é, Senadores Cristovam Buarque, Casildo Maldaner, Crivella, Walter Pinheiro, Demóstenes? – todos nós entendemos que

não podemos fazer esse tipo de enfrentamento criminalizando as pessoas. Há uma coisa muito aberta aqui. Se ele vai ao seu gabinete e diz... Eu coloquei o meu currículo. Está aqui: nomeação. Isso vale para senador, para deputado federal, para prefeito, para vereador, para todo mundo. Nomeação, cargo público de livre escolha, e você não o escolhe, isso aqui é vago. A pena é de um a três. Aí, você fala: “Não”. Mas a pessoa tem que dizer assim: “Eu não estou escolhendo você porque você é homossexual”. Ninguém vai falar isso. Só vai dizer: “Não escolhi!”.

(Manifestações na plateia)

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Como as pessoas fazem quando querem excluir alguém. Simplesmente dizem que não. Agora, vou falar algo para o senhor: quando alguém é mulçumano, pode fazer isso hoje? Se esse alguém tem uma babá de confissão evangélica, descobre que ela é evangélica e toma conta do seu filho, mas não quer que essa babá oriente o filho com ensinamentos cristãos, ele pode mandá-la embora que não será preso. Não tem uma lei para proteger a babá disso.

Se eu descubro que a babá da minha filha é homossexual, conforme a lei, se eu mandá-la embora... Então, tenho de continuar com a babá homossexual, porque tem cadeia para mim. Ora, é correto isso?

Eu estava vindo. Desci no aeroporto e vi, antes de pegar o carro, um cidadão rindo de outro com mais ou menos 30 anos que tinha Síndrome de Down, chamando-o de “cara de bolacha”. Por que não temos uma lei específica para proteger quem tem Síndrome de Down e não pediu para nascer com Síndrome de Down? (*Palmas.*)

Então, vou falar uma coisa para o senhor: é muito importante esse debate. É importante que as pessoas se manifestem. Até as vaias são importantes, porque falta de palma é pior do que vaia. Vaia não é tudo na vida. As pessoas que não concordam... É coisa de torcida. Não tem problema nenhum. As pessoas que não concordam há que se respeitar. Agora, ninguém pode impor a não concordância com o que o outro concorda, com uma lei criminalizando alguém.

Eu falava da questão do restaurante. O estabelecimento fechou! Ah! Mas não recebeu porque é homossexual. O outro é jornalista. A lei é para proteger o jornalista que não pode entrar, porque eram 11 horas e o restaurante já estava fechado. Não tem lei para proteger esse jornalista nem lei para ele fazer um boletim de ocorrência e depois requerer direitos. Mas nós vamos criar uma lei que criará um império homossexual, no Brasil, que só tem direitos? Só tem direitos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, como eu estou com dez inscritos, se V. Ex^a puder ir para a conclusão?

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu vou encerrar.

Acho muito importante fazer as considerações nesse debate porque já que a Senadora Marta, no bom senso dela... E eu quero... Porque já tive conversas de bom senso e tenho um relacionamento dos mais respeitosos com a Senadora Marta. Nossas conversas... Apesar de não ter avançado foi boa conversa a primeira vez que tivemos uma.

Eu acho que agora é o momento de todos nós construirmos um texto que verse sobre intolerância, a muitas mãos. Não a quatro ou a duas, Senadora Ana Rita, mas a muitas mãos. E podemos oferecer um texto, porque ninguém, neste País, ninguém absolutamente, tem a obrigação de sofrer intolerância.

Agora, no PL 122, a palavra “homofobia”... Pode ter um homofóbico ali, outro aqui, porque tem pedófilo. Não tem pedófilo? O cara disse que iria me matar! Descobriram, era servidor da Infraero. Ligou para cá me ameaçando de morte. Está pensando que é qualquer um? A Polícia Federal investigou e descobriu. Não tem um sujeito que diz que vai me matar? Não tem outro que diz...

Fizeram uma pasta escondida dentro do Orkut. Ao quebrar o Orkut, nós descobrimos duas pastas que são de segurança nacional. Uma era de morte ao Lula. Eles tramavam tudo com arma – estou revelando algo aqui –, com calibre, por onde o Lula passava. E as pessoas colocavam o rosto. Era uma pasta escondida dentro do Orkut. Ao quebrar o sigilo nós a achamos. E também achamos o grupo nazista do Rio Grande do Sul, com uma lista de negros, e o senhor era o primeiro! Esse tipo de gente existe, como também existe gente pronta para matar homossexual. Mas a Nação não é homofóbica. E nós não podemos...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vamos manter o entendimento que fizemos, com todo respeito ao Senador Magno Malta. Com relação à questão das vaías, nós acordamos. E acordo é acordo. Seriam permitidas as palmas e não as vaías. Todos concordaram, foi unanimidade. Se houver vaia, vaia, vaia, quem estiver com a palavra não vai conseguir falar. E daí fica ruim, porque não saberemos a posição do Senador que está com a palavra. Então, vamos manter o nosso acordo.

O Senador Magno Malta está concluindo. Os outros Senadores terão o mesmo tempo que ele teve.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – A minha palavra é a seguinte: quem quer respeito precisa dar

respeito. Quem quer respeito precisa aprender a respeitar. (*Palmas.*)

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Precisa aprender a respeitar! Quem requer direitos atacando as pessoas...

Simplesmente, é preciso sublimar essas coisas, Senador. Eu encerro a minha fala dizendo que não vamos banalizar essa palavra. Essa palavra não será banalizada. PL 122 jamais votaremos! Jamais nós votaremos.

(Manifestação da plateia.)

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Não existe acordo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Magno Malta está concluindo e em seguida vai falar a Senadora Marinor Brito.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Não existe acordo para isso. Não existe acordo. Nós nos sentaremos e nos debruçaremos sobre a questão, para, juntos, oferecermos um texto comum – todos juntos – no qual tenhamos condição de colocar nossa assinatura. Eu, a Senadora Marta, o Cristovam, o Crivella, a Marinor, a Ana Rita. Todos nós, no mesmo texto que verse sobre intolerância neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Magno Malta.

Vamos passar a palavra, neste momento, à Senadora Marinor Brito.

Se os Senadores concordarem, daremos dez minutos – o mesmo critério adotado no plenário – para a discussão dos temas. Cada Senador terá dez minutos para expressar o seu ponto de vista.

O Senador Magno Malta usou a palavra. Em seguida, a Senadora Marinor Brito, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Crivella...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu quero o mesmo tempo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui seguiremos toda a ordem.

Acho que poderemos fazer esse acordo – está aqui também o Senador Casildo Maldaner – para que todos usem a palavra por dez minutos cada um. E no fim, a Relatora ainda usará o tempo que for necessário.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já está registrado que eu quero o mesmo tempo concedido ao Senador Magno Malta, que foi bem além de dez minutos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu apenas reafirmo que todos vão usar a palavra.

Eu vou conceder dez minutos. No final dos dez minutos a campainha vai tocar e espero que os Senadores e Senadoras entendam. Para permitirmos que todos falem, será necessário limitar o tempo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, só para me inscrever, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Suplicy.

Senadora Marinor, por favor, com a palavra.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria dar bom dia a todas e a todos e dizer que sou uma militante dos direitos humanos. Foi minha prioridade na escolha das comissões. Quando tive o privilégio de chegar aqui no Senado Federal com votos limpos, combatendo a corrupção, militando na causa dos direitos da infância e s adolescência, combatendo a violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes, combatendo a homofobia e outras formas de intolerância, inclusive a intolerância religiosa, eu fiz questão de vir a esta comissão. E sou uma Senadora assídua de presença e de interação com os debates que aqui acontecem.

Acho que tem muita coisa que acontece aqui de que mesmo os integrantes desta comissão não participam. Eu fico feliz, Senador Paim. E tenho certeza de que V. Ex^a, quando está sozinho aqui e aparece a Senadora Marinor, ou um e outro, para lhe dar apoio nos temas importantes também para a Nação... (*Palmas.*)

Eu tenho certeza de que V. Ex^a fica muito feliz de ver a Comissão cheia de Senadores que a integram.

Faço o registro porque estamos falando para todo Brasil. Temos a oportunidade de inclusive falar com os Deputados. V. Ex^{as} sejam muito bem-vindos à nossa Casa, ao Senado Federal, a Casa do povo.

Cumprimentamos os militantes da luta pela cidadania LGBT. Os que têm se colocado ao lado do povo brasileiro. Da maioria do povo brasileiro. Acho que deveremos ter um respeito muito grande. Quando existem divergências e antagonismos, precisamos ter no mínimo uma relação de respeito. E eu tive, neste ano que passei aqui, uma relação de muito respeito, às vezes ouvindo coisas que me faziam sair, colocar o dedo na garganta, para depois voltar. Respirava fundo e permanecia na sala, para respeitar a convivência com as pessoas.

Em segundo lugar, digo que tenho uma concordância muito grande com o Senador Magno Malta. Mas muito grande! A maioria do povo brasileiro, de fato, Senador Magno Malta, não é homofóbica. Não é

homofóbica! (*Palmas.*) A Constituição Federal também já prevê o respeito às pessoas, a garantia, no geral, de direitos.

A minha discordância, Senador Magno Malta, com todo respeito, é que, embora a maioria do povo brasileiro não seja homofóbica e não tenha acordo com atitudes homofóbicas, o Estado brasileiro não garante ao cidadão que tem uma orientação sexual – não uma opção sexual – diferente o direito de ser respeitado... (*Palmas.*)

Ou, quando o seu direito humano é violado, ele não tem como recorrer. Refletindo sobre o que V. Ex^a disse, não teríamos por que, já que a Constituição garante direitos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Pessoal do plenário, há um apelo...

Vou fazer um apelo à moçada aí no fundo, pois estão prejudicando a oradora. Estão prejudicando a oradora. Porque, enquanto vocês estão aí discutindo, o que vai acontecer? Eu pediria, pessoal...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha*) – Eu vou fazer um pedido aos dois...

Se vocês ficarem em silêncio, pessoal, e gritarem menos, eu consigo encaminhar. Eu vou só fazer um pedido. Posso fazer um pedido? É só não gritarem que eu encaminho. Posso fazer o pedido? Pessoal, a segurança está orientando: as pessoas estão sentadas e, se ficam de pé na frente dessas pessoas, elas não conseguem... Então, por favor, cheguem para o lado. Sem problema nenhum. Sem problema nenhum. Está encaminhado.

Senadora Marinor, é claro que o seu tempo será descontado. Senadora Marinor com a palavra.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu fico feliz de saber que quem está lutando pela cidadania LGBT soube ouvir e, mesmo discordando das palavras do Senador que me antecedeu, manteve-se tranquilo e o ouviu até o final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é verdade.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então, eu queria merecer essa consideração das pessoas que estão aqui presentes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...para eu continuar me manifestando.

Tentando recuperar o meu raciocínio, eu dizia que, se a Constituição fosse suficiente e o Parlamento brasileiro achasse isso, não teríamos avançado em

conquistas fundamentais para setores da população brasileira, como as crianças e os adolescentes que têm hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente, como os que lutaram pela igualdade racial que têm hoje o Estatuto da Igualdade Racial, como a Lei Maria da Penha. A população é violenta? Não, o povo brasileiro não é violento, mas uma mulher é espancada a cada um minuto neste País. *(Palmas.)*

E a Lei Maria da Penha veio afirmar positivamente a importância das garantias constitucionais.

Eu queria entrar aqui numa questão. Estamos tratando aqui de um debate que tem a ver com a luta de classes neste País. A violência contra negros, contra homossexuais, contra mulheres, contra crianças e adolescentes, contra pessoas deficientes tem a ver com o Estado brasileiro, que privilegia interesses das elites brasileiras e dos setores economicamente privilegiados, porque têm o poder de, inclusive quando nessas condições, ter as suas garantias e os seus apoios estruturais neste País. Então, o debate está muito mais além do que possamos imaginar. Estamos tentando fazer um recorte aqui, nesta discussão, para não entrar nesse mérito que envolve outros conceitos de famílias e outras histórias que surgiram há milênios.

O projeto que a Deputada Iara Bernardi conseguiu aprovar por unanimidade numa forma de substitutivo, na Câmara Federal, quando veio para cá, recebeu da Relatora Fátima Cleide uma manifestação muito importante, porque conseguiu fazer uma reflexão sobre a importância de tipificar no Código Penal brasileiro o crime de homofobia, em vez de criar outras tipificações penais. Senador Paim, a comissão de assuntos institucionais desta Casa aprovou esse projeto que chegou à nossa Comissão. Eu acho que seria uma vergonha para o País, quando se debate a questão de mérito nesta Comissão, que tivéssemos de passar, como eu estou passando neste momento, estando disposta como estava... Avisei a Senadora Marta Suplicy que, mesmo com o esforço que ela fez, num primeiro momento, apresentando uma subemenda, que dizia que a não aplicabilidade da pena de reclusão aos que praticam, induzem, incitam, discriminam ou geram preconceito de raça, cor... Enfim, a Senadora fez um esforço, criou novas tipificações penais, traduziu em quatro itens, como ela aqui apresentou, para tentar encontrar uma mediação.

Senadora, desculpe-me, mas temos de trabalhar para conseguir os votos integrais ao projeto original, porque não dá para tentar mediação com quem não quer mediar, não dá para tentar mediação com quem quer continuar induzindo ao crime de homofobia. Com todo o respeito – tenho muito respeito pela Senadora Marta Suplicy, eu acho que ela fez um esforço sobre-

-humano para apresentar aqui esse substitutivo –, eu disse, desde o início: “Não acredite nisso, Senadora”, porque não existe mediação com quem diz que não existe homofobia no Brasil. *(Palmas.)*

Não tem mediação com quem não acha que precisa criminalizar a homofobia. E aí eu quero fazer uma reflexão: um pai e um filho foram agredidos e uma orelha foi cortada. É grave? É muito grave. Mas, se fossem gays, não seria grave da mesma forma? Seria grave da mesma forma, porque são seres humanos. O que está por trás desse debate é que precisamos criminalizar este tipo de comportamento: ou porque pensava que era gay ou porque era gay. É isso que está em debate aqui.

Eu queria, no entanto, que os que se colocam de forma contrária ao substitutivo e/ou ao projeto dissessem qual é o problema técnico existente no projeto. O que é que se confronta com a legislação brasileira? O que não está em consonância com a Constituição Federal e com a obrigação do Senado Federal, do Poder Legislativo, desta Comissão? Eu não vi aqui, Senador Cristovam, um único argumento nem ao projeto original que chegou a esta Comissão nem ao substitutivo da Senadora Marta Suplicy. Provavelmente, não tem um único argumento ao voto em separado que eu estava disposta a fazer hoje aqui, porque está muito claro que não tem conciliação. Aí ficam reclamando, quando algumas coisas acontecem lá na Suprema Corte do País: “Olha, é a judicialização da política”.

Os políticos não querem decidir sobre uma parte importante da população. Segundo o IBGE, 10% da população! Dez por cento da população brasileira é homossexual. São quase 19 milhões de brasileiros, e nós não queremos legislar para assegurar o direito de essas pessoas pegarem na mão um do outro. Por que eu posso pegar na mão do meu companheiro Luiz Guilherme e andar na rua, ou de mão dada com a minha filha, e o homossexual não tem o direito? Por quê? O que sou a mais? Isso, sem entrar nas outras formas de preconceito e discriminação.

E quero levantar isso, sim. Quero levantar, porque isso não é uma coisa menor para quem tem de se reprimir. Já se reprime na família, na escola, quando vai para o mercado de trabalho. É violentado cotidianamente, não adianta.

Olha aqui, não é o fato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concluindo, Senadora.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...de ser o Projeto nº 122, 123, 334, 999, 888, seja o número que for, a intolerância também está aqui dentro... *(Palmas.)*

E nós precisamos trabalhar para reverter isso, para ter maioria, para combater a intolerância. E não é só aqui, é em todo o País.

Para concluir, quero dizer mais uma coisa: o nosso Estado, de acordo com a Constituição, é laico. Essa foi uma conquista! Não é uma luta, uma briga entre religiões não, porque em toda as religiões há gente intolerante; em todas as religiões há pessoas que defendem os direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concluindo, Senadora.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Esta não é uma briga entre religiões. Não adianta. Não adianta tentar mascarar e buscar adeptos, proclamando...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ...tentar buscar adeptos.

Olhem, eu estou ouvindo e enxergo. Você me respeite.

Eu queria pedir à segurança que tirasse aquele cidadão dali. Você me respeite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Marinor Brito, por favor, eu já lhe dei dezoito minutos.

Passamos a palavra, neste momento...

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Paim, eu não concluí. Aquele cidadão está me ofendendo dali, aquele gravatinha ali, que não é intolerante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, isso não vai levar a nada. Por aí não se leva a nada. Por aí não se leva a nada.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não tenho problema mental. Se você tem, há um consultório médico ali.

Tire ele dali.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daqui... Eu vou ver.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ele está me chamando de doida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daqui eu não vi, não. Eu não vi. Eu não vi.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vou fazer um apelo.

Pessoal, eu vou mais uma vez... Eu vou mais uma vez fazer um apelo.

Pessoal...

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Qualquer manifestação é bem-vinda aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Levanta por uns 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não vou não. Não vou não. Não vou levantar não.

Pessoal, vou pedir para todo mundo se sentar, porque quem está fazendo a provocação é que está ganhando, porque aqueles outros... Eu vim do movimento sindical e entendo um mínimo do movimento social. Quem faz a provocação... Se o pessoal do lado de cá concorda com a provocação, ele está faturando.

Desde o início, claro, estou te olhando. Você entrou aqui no meio. Não. Não, eu vi daqui.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos com calma. Primeiro, pare de gritar. Quem gritar vai sair, hein! Quem gritar é que vai sair em primeiro lugar. Em primeiro lugar, quem gritar é que vai sair. *(Palmas.)*

O que vou fazer? Vou pedir àqueles dois cidadãos que estão ali que fiquem ao lado. Façam o favor, para a direita ali. A partir daí, vão para a direita.

Meu amigo, calma, meu amigo. Vocês não estão ajudando em nada. Não estão ajudando em nada. E o tempo da Marinor está concluindo.

Só peço que eles vão para o lado.

Se alguém do plenário fizer qualquer ofensa contra um Senador, vai ser retirado do plenário. Que fiquem avisados: se for feita qualquer ofensa, vai sair do plenário. Ok, pessoal?

Vamos continuar.

A Senadora Marinor Britto está com a palavra, há mais de vinte minutos. Há mais dez Senadores inscritos.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Por muito pouco, a Polícia Legislativa arrastou um jovem e deu choque, por ele estar com um cartaz, protestando contra o Código Florestal.

Mas V. Ex^a é democrático, e vocês sempre serão bem-vindos aqui. Mesmo com comportamento de representação, vocês sempre serão bem-vindos. Eu não tenho problema com a divergência. Se eu tivesse problema com a divergência, não seria uma militante socialista do PSOL, em minoria aqui. Debato, todos os dias, de cabeça erguida, as coisas em que acredito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concluindo, Senadora.

Senadora, V. Ex^a já passou de vinte minutos.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então, não tenho problema nenhum.

Mas quero dizer, para concluir, Sr. Presidente... Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É que há mais dez inscritos.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para concluir, Sr. Presidente. Fui interrompida várias vezes.

Para concluir, queria parabenizar a Senadora Marta pela retirada, mais uma vez, do processo de pauta. E me coloco à inteira disposição para voltar a votar o projeto, mas para construir a votação do projeto original, para criminalizar definitivamente, para colocar no Código Penal Brasileiro a homofobia como crime. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque com a palavra.

Espero que todos concordem com dez minutos, mais cinco, se necessário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, não preciso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não preciso, até porque a Senadora já pediu o reexame.

Eu quero, primeiro, parabenizá-la, Senadora, por pedir o reexame; e, segundo, agradecer, porque um projeto de lei contra a intolerância eu queria votar entusiasmado. E reconheço que hoje eu não votaria entusiasmado ainda. *(Palmas.)*

E não votaria entusiasmado porque, embora, pela leitura do projeto, a gente perceba o seu esforço, inclusive com o art. 4º, de mostrar que uma coisa é crime, outra coisa é pecado; que o Estado não se mete no que é pecado e que igreja não se mete no que é crime. *(Palmas.)*

Mas igreja também não pode se meter no que é crime. Apesar de todo o seu esforço, ainda passa a imagem para muitas pessoas, sobretudo líderes religiosos e a população religiosa, os fiéis, de que estaríamos, talvez, lutando contra uma intolerância com outra intolerância, a intolerância contra o homossexualismo com uma intolerância contra o discurso religioso. *(Palmas.)*

Eu acho, pelo que está, que não passa isso, mas que está em dúvidas. E enquanto tiver dúvidas, é bom a gente rever, reestudar, debater, para que o projeto que saia a gente possa votar com maior entusiasmo, contra a intolerância, sem passar a ideia de carregar qualquer forma de intolerância.

Quero agradecer, como Senador, pessoalmente, parabenizá-la pelo esforço e dizer que não tem que parar a sua luta contra a intolerância. Agora, vamos tentar chegar à criação de uma consciência de entendimento ou um documento de tranquilização – pode ser um ou outro, não tem que ser necessariamente os dois –, que permitam a gente votar entusiasmados e, se possível, por unanimidade. Se não for, a gente vota, e vai para o voto. Mas que cada um que vote, vote

entusiasmado com a sua posição. Hoje, eu acho que há um certo constrangimento na posição de cada um.

Então, meus parabéns, meus agradecimentos. E conte comigo para melhorar o 122, para ter outro projeto, se for o caso. Acho que a gente não deve ficar em cima de números e de siglas. Conte comigo.

Só peço a todos, inclusive ao Senador Magno Malta, que a gente não demore com isso. Só peço isto: que a gente não demore na procura de um entendimento; que se erradique de vez essa intolerância que ainda há; que se erradique essa intolerância, sem passar a ideia de qualquer outra forma de intolerância.

Conte comigo para continuar o trabalho, junto com outros, se for o caso, até porque tem que ser com outros, se não a gente não estaria construindo um documento em conjunto.

Talvez nem seja possível, mas a gente tem que gastar o que for possível para chegar a essa posição.

Eu acho que a senhora fez o possível, mas, de acordo com o nível de consciência, não se fez o necessário ainda. Por isso, votei contra o Código Florestal. O Código Florestal foi uma engenharia política maravilhosa, e se chegou no possível, mas, a meu ver, não se chegou ao necessário, porque era preciso muito mais radicalidade. Aqui é preciso muito mais diálogo para que a luta contra a intolerância não passe a ideia de outra forma de intolerância.

Muito obrigado e conte comigo, Senadora, e o Senador Magno também, naquilo que for possível fazer para enfrentar a intolerância. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Senadora Lídice da Mata com a palavra. Os seus dez minutos, com mais cinco, se necessário.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, vou tentar não invadir esses outros minutos.

Quero, primeiro, parabenizar a Senadora Marta Suplicy pela insistência em colocar o tema. Se não houvesse essa insistência, nós não estaríamos avançando numa compreensão sobre o que é a intolerância, a diferença entre intolerância e criminalização, e não estaríamos, portanto, avançando num debate que é importante para a sociedade brasileira. É importante para a sociedade brasileira porque ela é diversificada, tem uma multiplicidade de culturas e precisa, cada vez mais, afirmar esse seu compromisso democrático. E nós precisamos afirmar isso, para nós isso é importante, inclusive querendo lembrar ao Senador Paim e a todos nós que integramos esta Comissão que hoje é exatamente o dia em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma proposição que muitos dizem superada, e outros dizem até desnecessária, mas que, acima de tudo, ainda é uma Declaração

que conseguiu harmonizar a vida em nosso Planeta em torno de uma pauta que levou as diversas formas de organização da sociedade a acordarem em torno dela.

Portanto, é dentro desse princípio que quero me pronunciar.

Tenho profundo respeito pelo Senador Magno Malta, e cito o Senador Magno Malta exatamente por esse respeito que tenho.

Quero lhe dizer, Senador Magno Malta, que é baiano como eu, que, no dia de hoje, na Bahia, é feriado. É feriado na Bahia e em Sergipe. É feriado porque é o dia da nossa padroeira, Nossa Senhora da Conceição.

Também tocam na Bahia os tambores, dentro dos candomblés, porque, para os candomblés da Bahia, hoje também é o dia de uma de suas orixás.

Essa tolerância que faz parte da nossa cultura de convivência com as diferenças precisa se estabelecer como regra de comportamento na sociedade.

Eu ouvi aqui, no discurso do Senador Magno Malta, que é um aliado político fundamental na luta em defesa das crianças e dos adolescentes deste País, na luta contra o abuso sexual de crianças e adolescentes, na luta contra a pedofilia, uma expressão que me chama a atenção, porque, quando se trata do credo religioso, nós tratamos de filosofias de vida de cada um, algo muito caro a quem a adota e algo que é fomentado pela fé, e, portanto, a fé se vincula à paixão.

Nós não podemos generalizar comportamentos. Em nenhum momento podemos generalizar esses comportamentos, porque um comportamento de uma manifestação de um movimento *gay* não quer dizer que seja o comportamento de todos aqueles que têm essa orientação sexual, da mesma forma que não posso estender a todos os cristãos, católica que sou, ou a todos os cristãos evangélicos, comportamentos de cristãos católicos e de cristãos evangélicos. (*Palmas.*)

Eu já votei, para Presidente da República, em Anthony Garotinho, que não é do meu mesmo credo religioso. Isso não tem nada a ver. Não é por aí que passa a política ou a escolha de Presidentes da República, na minha convicção. (*Palmas.*)

Então, creio que, quando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente. Por isso, quando há a afirmação de que a homossexualidade é uma escolha, ela também não é unanimidade.

Há, na ciência, claramente, correntes que defendem que o homossexualismo não é uma escolha, que o homossexual nasce homossexual, como o negro nasce homossexual, há, portanto, uma divergência... (*Palmas.*)

Por favor, eu não quero aplausos e, se puderem, também, não vaiar, eu agradeço.

Por quê? Há uma feminista que afirmou, no século XX, que a mulher – vejam – não nasce mulher. Ela se torna mulher na medida em que tem consciência de que ela é mulher, que deve lutar pelos seus direitos, pelo espaço de cidadã na sociedade. É claro que ela continua sendo mulher, mas o que se diz é que há um comportamento diferente.

A própria lei, no Brasil, determina que é negro quem se afirma negro. Eu me afirmo negra. Eu, o Senador Magno Malta, o Senador Paulo Paim, mas há gente com a pele mais escura que a minha que pode dizer que não é negro. Ou gente com o meu sangue, nascida em Cachoeira da Bahia, terra majoritariamente de negros, filha de mulatos – hoje não se adota essa terminologia –, que é a ligação ou a mistura de negros com brancos, que não se afirmam negros, preferem dizer que são brancos.

Ora, há toda uma discussão em torno dessa questão, mas ela não esconde que há racismo no Brasil, mesmo que não haja, no nosso povo cristão, no nosso povo não cristão, a ideia de que nós devemos combater o racismo e de que não devemos admitir a discriminação.

Então, creio que este momento não pode ser entendido, nem por um lado, nem por outro, como uma conquista ou como uma disputa de maiorias eventuais. Vamos pegar um Senador que pode votar comigo nessa questão ou um que não pode e vamos aqui consolidar, de uma vez por todas, que essa discussão não pode haver no Parlamento brasileiro. Isso não vai impedir que a discussão volte ao Parlamento brasileiro, porque ela existe no seio da sociedade brasileira.

Como nós, aqui, não chegamos a um texto de consenso a respeito do Código Florestal? Porque essas questões dizem respeito a interesses diversos da sociedade e só há um lugar, e não é na Justiça, não será nas Igrejas, em que vamos admitir ou encontrar um ponto de equilíbrio. O único em que pode haver esse ponto de equilíbrio é no Parlamento brasileiro, porque é o lugar onde há espaço de negociação dos interesses da sociedade brasileira. É aqui que se formam os textos que podem expressar o comportamento majoritário, que nunca será o comportamento apenas da maioria, porque, se for, estaremos entrando na ditadura das maiorias.

Nós temos que permitir, no texto democrático, a existência do texto que permita o exercício da maioria, do pensamento da maioria, mas onde possamos deixar o espaço para que a minoria possa se pronunciar e possa existir.

Por isso, quero dizer, para finalizar, que existem 62 países no mundo que já aprovaram legislação na-

cional criminalizando a discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Portanto, esse não é um debate apenas do nosso País. Não é um debate apenas na Comissão de Direitos Humanos. A sociedade brasileira precisa debater isso sem preconceitos de um lado ou de outro. Não pode existir, no movimento homossexual, o preconceito contra os cristãos. Da mesma forma, não pode existir, entre os cristãos, o preconceito de não admitir que é possível existir outro pensamento, outra explicação para o homossexualismo que não seja apenas o nosso, de que é uma opção, é uma escolha.

Portanto, quero me colocar à disposição. Não sou membro titular desta Comissão, embora tenha uma participação ativa. Sou membro suplente, sexta suplente, o último voto. Não fiquei aqui para votar, fiquei para debater a questão, porque creio que esse deve ser o interesse deste Parlamento. Não devemos parar nesta discussão. Acho que o projeto ainda reserva dificuldades. No esforço da Senadora Marta Suplicy de acordar com as diversas correntes, terminou pinçando a questão do homossexualismo de um conjunto de debates a respeito de outras discriminações e, quem sabe, de outras criminalizações que possam vir a ser feitas em uma grande lei contra a intolerância em nosso País.

Por conseguinte, o debate não se esgotou, o debate não acabou. O Parlamento brasileiro precisa reafirmar esse grande acordo de tolerância nacional. Tenho certeza, Senadora Marta Suplicy, de que deverá partir da participação destacada de V. Ex^a nesse debate.

Quero agradecer a todos e dizer que me coloco à disposição dessa discussão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Senadora Lídice da Mata.

Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Crivella. (*Palmas.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Sr^a Marta Suplicy, gostaria de dizer que a nós, políticos, muitas vezes subalternizados, desprezados, ridicularizados, cabe o encontro do caminho pacífico para a solução das controvérsias. Acho que o discurso político precisa ser pacífico. Não quero acirrar ânimos, porque sou evangélico e sei que nenhum evangélico tem, se for evangélico, qualquer espírito de ódio ou qualquer tipo de discriminação contra o seu semelhante. Tenho certeza do que estou dizendo. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, nós, evangélicos, temos uma preocupação. Nossa caminhada no País, Senadora Marta Suplicy, tem muitos percalços, muita discriminação e preconceito. Em 1555, antes de haver Rio de Janeiro, na Ilha de Villegagnon, dois pastores foram assassinados. E sabem por quê? Porque, ao celebrarem a

primeira santa ceia das Américas, eles usaram o pão do dia a dia e o vinho da mesa. E havia ali, naquela ocasião, um jesuíta que disse que aquilo era uma blasfêmia. Os dois foram amarrados e, com uma pedrada na cabeça, ficaram inconscientes e foram lançados na baía de Guanabara.

O primeiro sangue derramado neste País, por intolerância, foi o sangue dos evangélicos. (*Palmas.*)

A intolerância é uma coisa que conhecemos bem. Conhecemos bem nos processos políticos. A Constituição de 1924, outorgada, não permitia que nenhum culto evangélico fosse feito em público. Em 1871, Silveira Martins pediu demissão do cargo de ministro de D. Pedro II, porque não concordava que apenas católicos pudessem ser Senadores e Deputados e participar da vida pública.

Quando se fala em Estado laico, somos os maiores defensores do Estado laico, porque só podemos existir com o Estado laico. (*Palmas.*)

O discurso por aí não constrói. Não constrói também, se acharmos que o PLC nº 122 foi aprovado por unanimidade. Não foi. Foi numa sessão de quinta-feira, quando há um acordo de não se colocar em votação matérias controversas. Fugiu-se ao debate porque ambas as partes se confundem. A medicina, durante algum tempo, disse que homossexualismo era doença. Em muitos países, internavam-se essas pessoas. Nenhum evangélico concorda com isto, em internar, em colocar em clínicas psiquiátricas ou chamar de doença. Nunca vi isso no discurso de nenhum evangélico, em nenhuma igreja. (*Palmas.*)

O Judiciário, em vários países, considera crime.

Eu vivi dez anos na África. Acho que quem não respeita direitos humanos não passaria dez anos da sua juventude nos países mais pobres da África, por onde andei. E não voltaria da África para viver dois anos no sertão da Bahia, em uma área inóspita, onde não havia teatro, nem cinema – eu, minha esposa e meus filhos. Portanto, eu tenho uma biografia de direitos humanos. Mais até do que a minha membração na Comissão de Direitos Humanos. Mas, Senador Paim, o Judiciário, em diversos países da África, considera homossexualismo crime. Nenhum evangélico apóia isso.

Não estamos dizendo que o homossexualismo é crime e que deveríamos prendê-los. Mas, por favor, não digam que é crime amarmos e proclamarmos a Bíblia Sagrada sobre a qual baseamos a nossa fé. (*Palmas.*)

Agora, Senador Paim, eu queria dizer aqui o seguinte a todos os membros da comunidade que defendem a aprovação do PL nº 122: existe no meu gabinete, e trabalha comigo há dez anos, uma pessoa que é homossexual e eu a respeito. Eu gostaria, inclusive, que ele pudesse dar um depoimento público,

mas acho que não faria isso por constrangimento, mas reitero meu respeito por ele. Na minha família também há, e não há nenhuma discriminação.

E quando um evangélico – por favor, aceitem isso de quem fala do fundo do coração – diz que é pecado, ele não diz isso para humilhar, para menosprezar, para subalternizar ou diminuir. Ele diz isso porque tem convicção absoluta de que é a maneira mais honesta e sincera de expressar o seu amor e o seu respeito por seu semelhante. (*Palmas.*)

Nós não consideramos errado dizer o que a Bíblia diz e que o homossexualismo é pecado, mas jamais fecharemos qualquer uma de nossas milhares de igrejas neste Brasil à entrada e ao convívio com qualquer homossexual, seus amigos e suas famílias. Vocês são convidados. (*Palmas.*)

Vocês são convidados e podem ter certeza de que serão tratados com carinho, com distinção e com respeito. (*Palmas.*)

Vou concluir, Sr. Presidente.

Mas nós, que somos políticos, não podemos permitir que pessoas que estão buscando a mesma coisa nesta sessão estejam em lados tão separados, tão opostos. Parece que nos odiamos! Não nos odiamos, isso é um absurdo que não pode ficar desta maneira.

Assim, Sr. Presidente, nós tentamos construir uma lei. O que achamos que seria inteligente? Que fizéssemos uma lei que pudesse unir todos contra a intolerância. Aliás, pediria ao Senador Paim que fizesse uma comissão especial para que nós pudéssemos nos reunir com data marcada e com horário para nos debruçarmos sobre isso. Intolerância contra evangélico, contra homossexual, contra pobre, intolerância contra nordestino... Nós queremos construir uma lei que não coloque brasileiros acima de outros brasileiros.

Recentemente, na sua terra, lá no Rio Grande do Sul, foi proferida uma sentença beneficiando um idoso. O idoso pediu à Justiça para não pagar aluguel do apartamento em que morava, e o juiz disse: “Olha, realmente é direito dos brasileiros ter habitação, educação, saúde. Então, o senhor, a partir de hoje, não pague mais aluguel ao proprietário do seu apartamento. O Estado que o indenize”. E o que ocorreu com isso, Senador Paim? Lá na sua terra, os proprietários não querem mais alugar imóveis para idosos porque acham que não vão receber o aluguel com o qual estão contando para sobreviver. Às vezes fazemos uma lei ou damos uma sentença e ela acaba saindo pela culatra.

Se nós criarmos, no arcabouço jurídico brasileiro, privilégios para brasileiros que são como nós... Um homossexual é como um evangélico, como qualquer outro, ele tem os mesmos direitos e os mesmos deveres. Se nós criarmos garantias especiais, eles vão

ser discriminados. Se nós fizermos observações características para o acesso ao emprego, isso poderá ter um efeito colateral indesejável. Pode ser que a pessoa diga: “Eu não vou mais contratar homossexual porque depois não posso mandá-lo embora. Ele é faltoso, não é competente, mas, por ser homossexual, está protegido, e eu serei processado”.

Então, é preciso que nós encontremos esse caminho. Tentei com a Senadora Marta. A princípio, tentamos fazer o crime do sexismo contra heteros, bis, homossexuais, qualquer crime praticado contra eles, colocando todos, porque há pessoas que também discriminam heteros...

(Manifestações na plateia.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria de dizer o seguinte: há religiões nas quais um heterossexual não pode ser sacerdote, há isso. Portanto, nós poderíamos fazer uma coisa, Senador Paim, e nesse sentido é o apelo que eu faço à Senadora Marta Suplicy, que também quero aqui enaltecer por seu gabarito intelectual e por sua sinceridade moral. Várias vezes eu fui criticado por diversos evangélicos porque achavam que eu nem deveria ter sentado ao seu lado nem procurado um acordo. Eu dizia a eles do respeito que tenho pela senhora, do seu ideal, da sua franqueza e da sua luta – e espero também que V. Ex^a compreenda as minhas posições.

Mas o que eu quero, Senador Paim, ao terminar este meu breve pronunciamento, é deixar claro: nós, evangélicos, não podemos ser estigmatizados como homofóbicos. Não o somos, respeitamos os homossexuais. Queremos apenas encontrar uma lei que preserve também os nossos direitos, de discordar e de expor nossa opinião, já que, para nós, seria um pecado ainda maior não professar aquilo que achamos que vai fazer bem a eles e que seria a melhor das nossas intenções e dos nossos propósitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Esta é a minha palavra sincera, Senador Paim. Espero poder construir e me colocar à disposição nesse sentido.

E gostaria de fazer um último apelo: na hora em que nós sairmos da Comissão, que possamos conversar uns com os outros no corredor, que possamos nos cumprimentar mutuamente, trocar um abraço, desejar boa sorte, que não haja esse clima – e que os nossos discursos políticos não o provoquem – de empurrão, de xingamento, de menosprezar, de desprezar, de ridicularizar. Eu gostaria que encontrássemos uma maneira pacífica de discutir nossas diferenças para chegar a uma lei justa que contemple a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Pessoal, a Senadora Lídice da Mata lembrou muito bem: é o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Por sugestão da Mesa – e eu, que sou um fã do Thiago de Mello, que escreveu o *Estatuto do Homem*, acato –, vou fazer o seguinte para homenagear esse dia. São diversos os artigos do *Estatuto do Homem* e, entre a fala de um Senador e outro, eu lerei um artigo. Aliás, esta Comissão apresentou um projeto para que o mês de nascimento do Thiago de Mello seja o mês da poesia, e o projeto já está no plenário.

O primeiro artigo do *Estatuto do Homem* diz:

Fica decretado que agora vale a verdade,
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Senador Paulo Paim, primeiro quero cumprimentar V. Ex^a pela maneira como tem conduzido a Comissão de Direitos Humanos, sobretudo por estar realizando hoje um evento de extraordinária importância para o Brasil.

Eu quero cumprimentar os Senadores que já fizeram uso da palavra, sobretudo a iniciativa da Senadora Marta Suplicy, uma vez que S. Ex^a, neste clima de tensão e de disputa que estamos observando, avaliou que será melhor retirar, para uma maior discussão, o seu próprio parecer, para que possamos chegar a um possível entendimento. Por mais difícil que possam... Há os apupos, os aplausos aqui expressos...

Eu gostaria até de transmitir ao Senador Magno Malta e ao Senador Marcelo Crivella que, na exposição de ambos, eu percebi o sentimento de quem quer chegar a um acordo. Mesmo que o Senador Magno Malta tenha expressado que a expressão “PL 122” se tornou para ele algo que não pode ser considerado, mas em verdade nós estamos considerando e reunidos aqui.

Na sua palavra, prezado Senador Magno Malta, percebi uma disposição em maior grau do que em qualquer outra ocasião que eu ouvi falar sobre esse tema aqui, V. Ex^a e o Senador Crivella, ao dizerem que efetivamente não querem a intolerância e, sobretudo, com respeito a qualquer coisa.

Ainda ontem, o Senador Paulo Paim, a Senadora Lídice da Mata e eu registramos algo muito relevante que aconteceu para uma mulher negra, a primeira juíza negra do Brasil, a magistrada Luislinda Dias de Valois Santos, por decisão unânime, anteontem, do Conselho Nacional de Justiça, diante inclusive do fato de que um desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia havia dito a ela: “Enquanto eu estiver aqui você

não vai se tornar desembargadora”. Faltando apenas 45 dias para que ela, no dia 20 de janeiro, complete 70 anos, e aí será aposentada, mas por questão de mérito, de idade. Faltam apenas 45 dias para que se torne desembargadora. O Conselho Nacional de Justiça examinou o caso e definiu que ela vai ser, sim, desembargadora, e está marcada, avalio que para segunda-feira, sua posse no Tribunal de Justiça.

Então, é um exemplo de um dos problemas das mulheres e dos negros, da mulher negra, que felizmente está hoje sendo corrigido no Brasil.

Assim como todos saudamos que mais e mais as mulheres... É o caso da Presidenta Dilma, da Senadora Marta, Vice-Presidenta do Senado, da Deputada Rose, que também é Vice-Presidenta da Câmara, e de tantas outras, das Ministras no Supremo, e assim por diante.

Então, que haja esse espírito de chegarmos a um bom entendimento.

Ainda ontem falava de algo que a escritora Rose Marie Muraro, uma das líderes feministas, transmitiu a mim algumas observações de como a homossexualidade e a bissexualidade têm sido hostilizadas em muitos países, às vezes nas forças armadas, nos serviços públicos, chegando ao ponto, que todos nós aqui condenamos, de homossexuais serem hostilizados e sofrerem agressões físicas na Avenida Paulista e em outros lugares do Brasil. Ela ressaltou o caso dos transexuais e dos travestis, porque somente eles sabem o que é ter em si os dois gêneros ao mesmo tempo. Um sofrimento inenarrável, como está explicitado no livro: *As Nature Made Him: The Boy Who Was Raised As A Girl*, de John Colapinto, do ano 2000.

Trata-se da história de dois gêmeos homens. Em um deles o rabino fez uma circuncisão normal e no outro quase decepou o órgão genital. Os pais e o rabino, aterrorizados, extraíram o órgão e criaram um órgão feminino artificial, criando a criança com estrogênios, como menina. Mas como o sexo do cérebro dele era o mesmo do seu órgão genital, ele não tinha disforia do gênero. Na adolescência, a menina passou a ter bigode, barba, queria namorar outras meninas, sua voz ficou mais grave. Foi um escândalo. Até que os pais tiveram de revelar a verdade. Um tempo depois, esse adolescente se suicidou.

Avalio que estamos próximos, com as sugestões que o próprio Senador Crivella agora fez, de um esforço de entendimento, e com a sua disposição, Senador Magno Malta, de dialogar.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Nós sempre falamos de intolerância, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas acho que será possível darmos um passo.

O que quero transmitir, Senador Paulo Paim, é que devemos fazer todo esforço que puder ser feito para chegar a um entendimento mesmo entre a Senadora Marinor e os que aqui a hostilizaram em alguns momentos, ao lado dos outros que a aplaudiram. Que possamos, Senador Paulo Paim, sob a sua condução, chegar ao melhor entendimento e, quem sabe, vamos acordar, inclusive levando em conta a própria observação da CNBB, que não quer que haja qualquer desrespeito a qualquer ser humano em nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Suplicy.

Fica decretado que todos os dias da semana, inclusive as terças-feiras mais cinzentas, têm direito a converter-se em manhãs de domingo. (...)

Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança. (...)

Fica decretado que o homem não precisará nunca mais duvidar do homem.

Que o homem confiará no homem como a palmeira confia no vento, como o vento confia no ar, como o ar confia no campo azul do céu. (...)

O homem confiará no homem como um menino confia em outro menino.

Homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Queria saudar o nosso Presidente, Senador Paulo Paim, a Senadora Marta Suplicy, os colegas Senadores e Deputados Federais, líderes evangélicos e lideranças do Movimento GLBT que estão presentes na nossa reunião, todos que fazem parte deste momento, do bom debate que estamos travando nesta Comissão de Direitos Humanos.

Eu não sou evangélico. Minha mãe disse que eu era católico e até hoje estou católico, mas não posso deixar de reconhecer que em meu Estado nós tivemos grandes avanços, principalmente nos índices de violência. Posso citar um exemplo: nós temos um bairro lá que se chama Sobral, com uma violência muito alta. Uma violência altíssima. Depois que ali se fundaram

várias igrejas evangélicas, de várias denominações, os índices baixaram muito. *(Palmas.)*

Hoje, quando fiz um cumprimento ao Pastor Manuel Ferreira, foi porque o Pastor foi Deputado Federal junto comigo e é um grande líder da Igreja Assembleia de Deus de Madureira. Em meu Estado, a Assembleia de Deus de Madureira, eu conheço, tem o Pastor Valdemar de Jesus, que é o líder da igreja, é uma pessoa por quem tenho um carinho e um respeito muito grande, pelo trabalho que faz em meu Estado. É uma igreja muito grande. E quando eu saudei o Pastor Manuel Ferreira foi pelo carinho e pelo respeito que tenho. Ele apresentou o nome dele para o Prêmio Nobel da Paz – eu estava lá na Câmara e ajudei –, representando o Brasil, pois é uma pessoa que, com certeza, ajuda muito este País, não tenho dúvida disso. *(Palmas.)*

Sinceramente, com o gesto da Senadora Marta em retirar o projeto para que possamos discutir, eu já me sinto contemplado. O Senador Crivella é uma pessoa com quem aprendi muito nesta Casa – sou Senador de primeiro mandato, o Senador Crivella já está no segundo mandato –, é uma pessoa que sempre tem procurado, onde eu o vejo, semear a paz, é um homem que sempre estende a mão para a paz. *(Palmas.)*

Eu começo a me preocupar. Quando a Senadora Marta pediu a retirada do projeto, eu sinceramente queria votar. Não sou o dono da verdade. O problema...

E aqui vou dar um exemplo. Lá no meu Estado, no último movimento, na última parada que houve... Essa coisa está indo para um rumo que eu, sinceramente, estou ficando preocupado. Se há uma pessoa aqui que nunca discriminou, e peço a Deus todos os dias para preservar minha humildade, porque sou contra qualquer tipo de discriminação. Eu radicalizo, eu não aceito. Se vocês forem à minha casa, vão ver que, como o senhor, Pastor Crivella, que tem em seu gabinete, eu tenho na minha casa uma pessoa que me ajuda muito. Quando eu nem era parlamentar, essa pessoa já frequentava minha casa, hoje frequenta muito mais e é uma pessoa que me ajuda. Ele é homossexual, ajuda-me muito, e tenho um carinho muito grande por ele. Não aceito qualquer tipo de discriminação. Mas essa coisa está indo para um caminho que está começando a me preocupar. A última parada em Rio Branco, capital do Estado do Acre, foi aberta com um hino evangélico. Isso não é bom. Poderia até ter sido aberta com um hino evangélico, não sei. Não sei como é esse entendimento, mas o problema é que foi aberta com um hino evangélico no sentido de provocar. Eu digo porque depois ouvi várias pessoas conversando. Por que isso? Nós não precisamos chegar a esse ponto.

É por isso, amigas Senadoras e amigos Senadores aqui presentes, que eu já queria terminar com isso (*Palmas.*)

Sou uma pessoa que não tem motivo nenhum para tratar mal os homossexuais, não tenho motivo nenhum, até porque sempre fui bem tratado no meio, sempre fui respeitado, então, longe de mim qualquer tipo de discriminação. Não aceito. Mas vi um companheiro com uma placa ali atrás que dizia: "Declare guerra a quem finge que te ama". Estava na mão de alguém. "Declare guerra a quem finge que te ama". A que ponto estamos indo? Não precisamos declarar guerra a ninguém. (*Palmas.*)

(*Manifestação da plateia.*)

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu permito que ela fale. Pode falar.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vamos lá, pessoal. A audiência está indo bem, vamos lá, estamos quase no encerramento. Vamos sair daqui com uma comissão que vai organizar o debate.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Deixem-na falar. Pode falar, companheira, eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem como. Todo plenário vai abrindo aí.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Porque, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se eu abrir a palavra para um, vou ter que abrir para todos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Mas é uma mãe que está dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com todo respeito, não dá.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Ela é uma mãe que está dizendo que perdeu o filho por conta da violência. Então, nós não podemos semear a violência. Mas a guerra é violência, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio Petecão com a palavra. Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – O nosso propósito aqui é exatamente combater a violência, combater a guerra, combater a homofobia. Eu não vi aqui ninguém defendendo homofobia.

Então, Senadora Marta, quero dizer à senhora que, dentro das minhas possibilidades, quero ver como posso dar a minha contribuição. Longe de mim querer discutir com a senhora. A senhora é uma psicóloga que tem especialidade em sexologia. Acho que a senhora é uma pessoa preparada para discutir esse as-

sunto. Quando acompanho o Senador Magno Malta e o Senador Crivella falarem, eu me sinto contemplado.

Penso que não podemos de forma alguma tentar tirar proveito político, beneficiar A, B ou C. Nós temos a responsabilidade de encontrar um meio termo para que possamos resolver a situação. Antigamente, eu não via isso. Nas paradas não havia esse negócio de quebrar santo, de tocar hino evangélico. Não existia isso. Em meu Estado não existia isso. E a coisa está se acirrando de uma forma que, sinceramente, estou ficando com medo.

Era isso da minha parte. Peço desculpas se não agradei. Tenho procurado, dentro das minhas possibilidades, dar a minha contribuição. Vocês podem ter certeza de que não tenho interesse nenhum, sou contra qualquer tipo de discriminação. Agora, também não posso deixar de dar o testemunho principalmente do que acontece em meu Estado, com que eu convivo no dia a dia. Fui Deputado estadual por três mandatos, fui Presidente da Assembleia do meu Estado por quatro mandatos, fui Deputado Federal, fui o Senador mais votado da minha capital, e não posso deixar de dar o testemunho da contribuição que o povo evangélico dá ao meu Estado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós solicitamos à assessoria atender a mãe que perdeu o filho. Ela pediu água. Eu a estou vendo ali. Que dêem assistência para ela. Entendemos a dor dela.

Eu vou continuar com a audiência com a mesma tranquilidade que foi até o momento e vou continuar com a orientação que a Mesa deu aqui, homenageando o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Fica decretado que os homens

estão livres do jugo da mentira.

Nunca mais será preciso usar

a couraça do silêncio

nem a armadura das palavras.

O homem se sentará à mesa

com seu olhar limpo

porque a verdade passará a ser servida antes da sobremesa.

(...)

Fica estabelecida, durante dez séculos,

a prática sonhada pelo profeta Isaías,

e o lobo e o cordeiro pastarão juntos

e a comida de ambos terá o mesmo gosto de aurora.

(...)

Por decreto irrevogável fica estabelecido

o reinado permanente da justiça [e da clareza],

e a alegria será uma bandeira generosa

para sempre desfraldada na alma do povo.

(...)

Fica decretado que a maior dor
sempre foi e será sempre
não poder dar amor a quem se ama
sabendo que é a água
que dá à planta o milagre da flor.

(...)

Fica permitido que o pão de cada dia
tenha no homem o sinal do seu suor.
Mas que, sobretudo, tenha
sempre o [quente sabor da ternura].

(...)

Fica permitido a qualquer pessoa,
a qualquer hora da vida,
o uso do traje branco.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy. (*Palmas.*)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Primeiro, quero parabenizar a condução dos trabalhos pelo Senador Paim. Apesar de alguns entresos que tivemos, esta discussão, esta audiência, esta votação – como queiram chamar – foi mais tranquila do que de outras vezes. Acredito que isso faz bem.

Ao mesmo tempo, algumas frases, alguns comentários e observações merecem uma ponderação. A primeira é a questão de a homossexualidade ser uma opção. E aí, Senador Petecão, que mencionou que durante muitos anos eu tive um papel importante nessa questão não só com um programa de televisão, mas também tendo profundamente estudado a questão, realmente, a homossexualidade, no meu entender, não é uma opção. (*Palmas.*)

Nós podemos falar da bissexualidade, mas não podemos falar da homossexualidade, e as nuances são muito grandes, mas são fundamentais. E é muito importante, porque aí existe uma diferença grande de compreensão do que seja homossexualidade, que faz com que tenhamos posições muito divergentes. Porque, no momento que eu acho que posso curar alguém, aquilo já virou doença.

Aí, eu quero comentar dois aspectos que foram mencionados aqui sobre a pedofilia e a homossexualidade. Incomoda-me profundamente, como estudiosa do assunto, que se confundam as duas coisas, como reiteradas vezes tem sido feito. (*Palmas.*)

A pedofilia é perversão e é crime. E tanto acredito que é difícil ter cura, que ontem votei num projeto do Senador Magno Malta, na Comissão de Justiça, aumentando a pena para pedófilos, porque não acredito que sua recuperação seja tão fácil – se é possível, é raramente – e que isso é um perigo na rua. Então, isso é algo de que tenho plena convicção e acredito que em hipótese alguma possa ser confundido com ho-

mossexualidade, que a Organização Mundial de Saúde já decretou há décadas que não é doença. (*Palmas.*)

Então, sem essa compreensão, eu acho complicado que tenhamos um avanço. Podemos nos sentar e continuar as nossas conversas, e acredito que seja importante que possamos ter uma convergência.

O projeto hoje apresentado respeita muitas das posições de V. Ex^{as} Senadores. Respeita, também, muitas convicções da Igreja Católica. E eu vou aqui ler a nota de esclarecimento:

A presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por fidelidade a Cristo e à Igreja, no firme propósito de ser instrumento da verdade, vem esclarecer que, atendendo à solicitação da senadora Marta Suplicy, a recebeu em audiência, no dia 1º de dezembro de 2011, e ouviu sua apresentação sobre o texto substitutivo para o PL 122/2006.

A presidência da CNBB não fez acordo com a senadora, conforme noticiou parte da imprensa. Na ocasião, fez observações [acatadas], deu sugestões [acatadas] e se comprometeu com a senadora a continuar acompanhando o desenrolar da discussão sobre o projeto.

(*Palmas.*)

Reiterou, ainda, a posição da Igreja de combater todo tipo de discriminação e manifestou, por fim, sua fraterna e permanente disposição para o diálogo e colaboração em tudo o que diz respeito ao bem da pessoa humana.

Quero ainda colocar que, em relação à observação aqui feita de que não vivemos num país homofóbico, eu discordo e quero dizer o porquê. Foi mencionado por alguns Senadores que, assim como se agridem homossexuais, se agridem deficientes, se agridem várias pessoas que estão incomodando de alguma forma. É verdade. Mas eu nunca vi alguém esfaquear um deficiente porque ele é deficiente. (*Palmas.*)

Não vi também – pode até ocorrer, Senador Malta, mas é raro e dá primeira página de jornal, como um escândalo gigantesco – esfaquear surdo porque é surdo. O senhor pode ter visto, mas não é o que ocorre todos os dias neste País. Nunca vi alguém... Eu posso ouvir. Nunca vi alguém...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Relatora está com a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – E também ninguém é esfaqueado todos os dias no País.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Homossexual?

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Não tem esfaqueamento todos os dias.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mata-se, mata-se, Senador. Mata-se, mata-se.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Relatora está com a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mata-se, mata-se por crime homofóbico.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, por favor, inscreva-me, porque ela está se dirigindo a mim. Eu invoco o art. 14 e depois vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Relatora está com a palavra.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mata-se por crime homofóbico neste País, infelizmente. Agora, se V. Ex^a vai fazer um discurso dizendo que os crimes são porque a pessoa incomodou, por qualquer motivo e que existe esfaqueamento de pessoas portadoras de síndrome de Down ou de surdos ou de deficientes, o senhor faz à vontade, mas não corresponde à realidade. (*Palmas.*)

Não corresponde à dor, não corresponde ao que essa mãe estava ali falando, que mataram o seu filho; não corresponde àquele pai que teve a orelha decepada, porque foram confundidos com casal gay. Não corresponde, Senador! O senhor pode falar o quanto o senhor desejar, mas a rua tem a verdade. E a dor que sentem os pais que têm seus filhos assassinados por homofobia está presente.

Então eu quero aqui falar que isso é uma questão que nós temos que reconsiderar. E peço a V. Ex^a, como ser humano que é e que tem um trabalho que eu respeito, numa área de proteção à criança e ao adolescente, que converse mais com as próprias famílias de homossexuais, com os próprios – aqui nós temos vários –, pergunte a eles o que eles sentem na rua, o medo que têm hoje de sair na Avenida Paulista, que é a avenida mais importante da minha cidade de São Paulo. Eles não saem. Eu recebo *e-mails* aqui: “Tenho medo de sair. Não posso passar por ali”, porque o local se tornou um símbolo contra o homossexual.

Então a lei é necessária e a lei tem que falar, sim, da discriminação, porque hoje, se a pessoa não pode dizer para alguém: “Eu não te emprego porque você é negro”, ela também não vai poder dizer para o homossexual. E assim como hoje, se ela não quiser ter aquela pessoa, ela vai dar o motivo que ela quiser e, se a outra não se sentir satisfeita, vai entrar na Justiça, e o juiz vai decidir, a mesma coisa vai ser. E a mesma coisa vai ser aprovada ou não aprovada, e o juiz vai decidir.

Essa proteção o homossexual tem que ter, sim, Senador. (*Palmas.*)

Porque, hoje, quando um Senador fala do acirramento, o acirramento é verdade, o acirramento está ocorrendo na sociedade, à medida que nós vemos cada vez mais pessoas que vão e pregam e falam a

respeito da homossexualidade de uma forma que é bastante negativa.

Quando V. Ex^{as} falam da tolerância, do respeito, uma coisa é a tolerância e o respeito falado aqui, a outra é o comportamento. Respeito é ação, respeito é o jeito como eu me conduzo. (*Palmas.*)

A outra coisa que eu gostaria de colocar, e é até pequeno colocar, mas faço questão. Eu também acompanho muitos projetos que são levados a frentes sociais por evangélicos, bons projetos. O próprio Senador Malta tem projetos que formaram até campeões. Isso várias religiões têm. A católica também tem, o espiritismo tem também. Isso nós temos. Mas eu gostaria de lembrar que a sociedade laica também tem muita condição e até mais obrigação. Gostaria de lembrar que, quando fui prefeita de São Paulo, com a implantação, nas grandes periferias de São Paulo, do projeto de Renda Mínima, precursor do Bolsa Família, e com o projeto dos CEUs, que são aquelas grandes escolas com esporte, cultura e tudo mais, nós tivemos uma diminuição acentuada da violência e da evasão escolar.

Oito Estados – Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e outros – já aprovaram leis que punem a homofobia em suas instâncias administrativas. (*Palmas.*)

E temos 112 Municípios que também já o fizeram e nada de cerceamento de liberdade ou maior confusão social ocorreu. O que se quer neste País é paz, harmonia, que as pessoas se respeitem, convivam harmoniosamente.

Quero dizer a todos que têm se manifestado neste sentido que temos que ter alguma lei que ajude, alguma lei que proteja, porque não é igual, não é. Tanto é que a Lei Maria da Penha foi feita porque a lei que existia não estava dando conta. E o que temos agora é que a lei existente não está dando conta. Não vai acabar com a homofobia, como a lei do racismo não acabou com o racismo. Inibe. E nós precisamos disso para termos uma sociedade mais civilizada. É isso que queremos. Hoje, o mundo todo caminha para uma possibilidade de diversidade, de respeito, e isso nós não vemos caminhando aqui. Vejo um retrocesso. E esse retrocesso, nós, Senadores, temos condições de impedir. E acho que devemos tentar. Por isso tirei para reexame, porque contei os votos certinhos e deu empate, e podia vir alguém do outro time... Não vou correr o risco. Mas é muito elucidativo que já conseguimos desta vez conversar um pouco melhor. Se vamos chegar a um entendimento, ainda não sabemos. Mas estamos conversando de forma pelo menos mais civilizada.

Quero dizer que a história da humanidade é a história do preconceito, é a história progressiva do

combate à exclusão social, é a história de proteção e resgate dos que têm menos, dos que sofrem e dos que são vítimas de discriminação. Essa tem sido uma luta minha da vida inteira. Imagino que V. Ex^{as} também lutam pela paz, pelo amor, pela tolerância. A minha posição é que se nós não fizermos uma lei, não conseguiremos progredir. Sobre esta lei, estou aberta a me sentar e conversar, com alguns pontos não negociáveis, como V. Ex^{as} também têm, e ver que, de repente, até mudamos, ou eu ou V. Ex^{as}, de ideia e conseguimos convergir.

Acho que demos um passo bastante importante e quero agradecer a presença de todos os militantes, dos dois lados, dos Deputados evangélicos que aqui estiveram, dos Senadores dos dois lados que também compareceram, e vamos tentar trabalhar uma nova possibilidade. *(Palmas.)*

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Paim, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero só informar ao Plenário do seguinte encaminhamento.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, repito, não adianta gritar aqui. Quem grita não leva nada, só prejudica o encaminhamento.

Informo ao Plenário que os Projetos de Lei do Senado nº 216, de 2004, e nº 415, de 2009, aqui aprovados, foram redistribuídos ao Senador Sérgio Petecão, tendo em vista o licenciamento do Senador Eduardo Amorim, relator *ad hoc*.

Quero, ainda, antes de passar a palavra ao Senador, ler o último artigo do Tiago de Melo. O último artigo dos direitos do homem diz:

Fica proibido o uso da palavra liberdade, a qual será suprimida dos dicionários e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante, a liberdade será algo vivo e transparente, como um fogo ou um rio e a sua morada será sempre o coração do homem.

Viva o Dia Internacional dos Direitos Humanos! *(Palmas.)*

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Serei breve, muito breve.

A Senadora Marta, ao final da sua fala, disse: “Retirei porque fiquei com medo de deixar alguém do outro lado”. Achei realmente que era para a busca do consenso, mas foi o medo. *(Palmas.)*

Essas coisas me fazem refletir. Então, não havia interesse. E ela própria diz, com relação às suas convicções, que devem ser absolutamente respeitadas, como as nossas. Toda convicção tem que ser respeitada. Toda vez que ela cita uma violência, ela cita a Avenida Paulista, que não está no Espírito Santo, está em São Paulo, no Estado dela. Em São Paulo, a Paulista. São Paulo tem uma lei sancionada pelo Geraldo Alckmin, que é mais ou menos uma reprodução do texto da ex-Deputada Iara Bernardes, e a violência, mesmo tendo uma lei em São Paulo, continua na Paulista. Fica claro que o que precisamos, na verdade, é educar o povo, no sentido de sermos tolerantes uns com os outros, não é criminalizar alguém porque não aceita a sua posição. Fora assim, São Paulo já não teria mais problema porque já tem lei. São Paulo já tem uma lei de um Deputado do PP, sancionada por Geraldo Alckmin. Então, não é isso exatamente. A boa convivência de uma sociedade é respeito, e ela precisa ser aculturada para isso, não é criminalizando quem não concorda comigo que vamos chegar a algum lugar.

De maneira que esse é o meu entendimento. Penso que a nossa busca de entendimento tem que ser exatamente esta: o entendimento porque precisamos nos respeitar e ajudar uma sociedade a se aculturar, no sentido de sermos absolutamente... Uso este termo desde a época da Fátima Cleide, quando esse projeto veio votado por 30 Deputados, acordo de Liderança que foi feito pelo Rodrigo Maia, quando era Líder do DEM na Câmara. E veio para cá, não teve nada de votação estrondosa. *(Palmas.)*

Trinta, por acordo de liderança, numa quinta-feira. Inocêncio Oliveira dirigindo e Rodrigo Maia sozinho lá embaixo. Sempre falei isso com a Senadora Fátima Cleide, que insistia em fazer esse enfrentamento. É verdade que avançamos. Vamos tentar avançar um pouco mais, mas vamos ajudar a nossa sociedade a se aculturar.

Quando eu recupero um drogado na minha instituição, eu o preparo para passar na frente do boteco e a bebida que está lá não chamar a sua atenção. Isso é alguma coisa normal, porque o boteco nunca vai sair do lugar, quem tem que mudar é ele. Para passar na frente da boca de fumo e não se sentir atraído, porque a boca de fumo vai estar no lugar, quem tem que mudar é ele. Então, você tem que preparar o homem para conviver, sabendo que o problema existe no mesmo lugar, mas a mudança é dele.

Quando procuramos trabalhar uma convergência, no sentido de nos respeitarmos, penso que esse é o caminho. E penso que o projeto foi tirado para isso, não foi por causa de medo de chegar alguém do outro lado. Pelo amor de Deus! *(Palmas.)*

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

Não quero prolongar o debate, mas fui citada, tenho o direito de falar. Não vou citar ninguém para não prolongarmos, mas quero lembrar que se apresentei esse projeto, foi com a intenção de aprovar, não foi com a intenção de fazer figuração. Foi para votar. Votar e ganhar.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, temos mais cinco minutos para terminar esta audiência, vamos manter a tranquilidade que tivemos desde o início.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agora, se não temos condição de ganhar, temos que sentar e conversar. V. Ex^a percebeu corretamente. Nós temos que tentar conversar mais. Não foi possível. E para não ganhar não vou colocar para votar. E não é ganhar, porque estávamos empatados, é para correr o risco.

Para finalizar e não prolongar mais, tem uma observação importante: as leis estaduais aqui mencionadas, inclusive a de São Paulo, não têm competência penal, só administrativa, competência em matéria penal é nossa, deste Congresso, que tem que decidir.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campanha.*) – Pessoal, vamos concluir a nossa audiência pública.

Primeiro, eu ia fazer um apelo a todos os que estão aqui. Não vou fazer discurso porque a melhor forma de resolver a questão é continuarmos dialogando e trazer a matéria para votação, com entendimento ou não, no momento adequado.

Todos serão convocados no momento da votação. Eu só queria...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRSEIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grito aqui não adianta, pessoal. Os gritalhães vão ali para fora, gritar no corredor. O que estão fazendo aqui?

Nós estamos aqui para chegar a uma solução.

Meus amigos, deixem-me colocar o seguinte, duas questões muito rápidas de encaminhamento: nós, Senadores, vamos continuar dialogando na busca do entendimento.

É claro, se não houver entendimento, nós vamos ao voto. Eu só faço um apelo aos militantes das duas causas que estão aqui: que não aceitem nenhuma provocação, porque tem no meio aí, que eu sei, provocadores, que gostariam de sair daqui dizendo que brigaram, que discutiram, que se mataram.

Esses serão derrotados sempre, porque esses não querem o bom encaminhamento e não querem solução.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)

ATA DA 97^a REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos do dia treze de dezembro de dois mil e onze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Lídice da Mata, Lauto Antônio, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Vicentinho Alves**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA. Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 157, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 08/12/11, “para avaliação dos Trabalhos da Comissão de Direitos Humanos no ano de 2011”. Convidados: Ana Valéria Mendonça – 2^a Vice-Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – FEMAMA; Warlei Martins Gonçalves – Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados – COBAP; Dojival Vieira – Advogado – Editor da AFROPRESS; Geraldo Gonçalves de O. Filho – Diretor Executivo da CONTRATUH; Amábile Pácios – Especialista em violência na Educação; Francisco Avelino Batista – Representante da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – APIB; Marlete Queiroz – Representante da Associação dos Ciganos Calons; Celso Schröder – Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Marcelo dos Santos Monteiro – Presidente do CETRAB; Josefina Serra dos Santos – Secretária da Igualdade Racial do Distrito Federal; Jovita José Rosa – Representante do movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Mozarildo Cavalcanti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, secretário, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 97ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.).

Aprovada.

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 157, de 2011, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 8/12/11, para fazermos aqui uma avaliação dos trabalhos desta Comissão e perspectivas para o ano que está chegando, ou seja, o ano novo.

Convidados: Marlete Queiroz, representante da Associação dos Ciganos Calons; Ana Valéria Mendonça, Segunda Vice-Presidente da Federação Brasileira das Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama); Warlei Martins Gonçalves, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap); Dojival Vieira, Editor da Afropress; Celso Schröder, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente do Cetrab; Josefina Serra dos Santos, Secretária da Igualdade Racial do Distrito Federal; Geraldo Gonçalves Filho, Diretor da Contratur; e Amábilis Pácios, especialista em violência na educação.

Antes de iniciar nossos trabalhos – aí vou formatar a mesa –, eu queria primeiro dizer aos nossos convidados que têm compromisso – eu sei que no mínimo três têm com compromisso e terão que sair perto do meio-dia – que fica garantido que nós vamos desenrolar os trabalhos e eles terão preferência no momento em que tiverem de se deslocar para atender a outra agenda.

Eu quero fazer uma pequena introdução, Warlei, meus amigos convidados, enquanto esperamos os outros painelistas, sobre uma posição que achei muito interessante do Deputado Efraim Morais, Relator setorial da área temática Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Como a nossa audiência é transmitida ao vivo e, naturalmente, lá na Câmara os Deputados estão assistindo, dentro do possível, assim como inúmeros setores da sociedade em todo o País, faço questão de dar este destaque: todos sabem da nossa luta pelo aumento real dos benefícios aos aposentados e pensionistas do Brasil, a todos, naturalmente, mas neste momento o que mais nos preocupa é a situação desesperadora dos aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência, que vocês, Warlei e Moacir, enfim, a Cobap e outras entidades tão bem representam.

Lembro aos nossos amigos da Comissão de Orçamento que acho justas todas as reivindicações – do Judiciário, do Legislativo e do próprio Executivo –, mas, sem sombra de dúvida, quem está na pior situação são os trabalhadores aposentados do Regime Geral da Previdência.

Estamos falando de um grupo de pessoas que ganham entre um e três ou quatro salários mínimos; a ampla maioria ganha até dois salários mínimos. Quase 80% recebem no máximo dois salários mínimos.

Recentemente apresentamos emendas individuais nas Comissões do Senado Federal à lei orçamentária. Por isso rendo, Deputado Luiz Alberto, os meus elogios... Não é do meu partido, mas para mim não importa se é ou não do meu Partido ou da minha base; importa-me quando a proposta, no meu entendimento, é justa, venha de onde vier.

Quero cumprimentar pela posição tomada o Deputado Efraim Morais, filho do ex-Senador Efraim Morais, Relator setorial da área temática Trabalho, Previdência e Assistência, que recomendou, no seu parecer, ao Relator Geral, Deputado Arlindo Chinaglia, meu amigo, que sejam assegurados os recursos necessários ao aumento real e às pensões e aposentadorias com valor superior ao do salário mínimo.

Já estivemos com o Arlindo – Warlei também esteve –, que disse que a área em relação à qual ele está mais sensibilizado é a dos trabalhadores do Regime Geral da Previdência.

Quero cumprimentar também o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão de Orçamento, que tem sido um grande batalhador e parceiro à frente da Comissão Mista do Orçamento, especialmente nesse período de votação. Ainda ontem ele me dizia que, se depender dele, serão asseguradas, sim, verbas para garantir o reajuste dos aposentados. Mas é claro que não depende dele, depende do colegiado. Todos os Senadores e Deputados vão votar.

Segundo aqueles que defendem a nossa tese lá na Comissão – estou reproduzindo aqui o que eles me disseram –, as contas previdenciárias vêm apresentando um desempenho favorável, graças à manutenção de taxas positivas do crescimento econômico, do emprego formal e da massa salarial dos trabalhadores, mesmo num contexto de elevado crescimento do valor do piso previdenciário, que deverá representar um reajuste de mais de 14,2% nos benefícios vinculados ao salário mínimo.

Completam eles:

“Esse quadro favorável contrasta com as dificuldades enfrentadas pelos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Geral da Previdência Social com proventos um pouquinho acima do salário mínimo, os

quais têm se deparado, ao longo dos últimos anos, com uma crescente desvalorização dos seus benefícios frente ao valor do piso previdenciário”.

Ao mesmo tempo em que me somo aos fundamentos elencados pelos nobres Deputados e Senadores da Comissão que vão defender essa posição, faço mais uma vez um apelo ao nobre, sério e responsável Deputado Arlindo Chinaglia, que é simpático aos aposentados, para que ele conceda dentro do possível o aumento real aos benefícios superiores ao salário mínimo.

Tenho certeza – e aqui eu dizia, Warlei, não porque você está aqui – de que tanto a Cobap quanto o movimento sindical e todos aqueles que têm compromisso com a justiça estão dispostos a dialogar para construir um grande entendimento com o Governo.

Essa decisão representará melhor qualidade de vida à população idosa e pobre de todo o País e será determinante para enfrentarmos a crise econômica a que estamos assistindo, principalmente na Europa. A renda das aposentadorias e pensões, repito, é determinante para a economia dos pequenos Municípios brasileiros, fomentando a indústria e o comércio local e melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Não podemos mais esperar para fazer justiça e atender a essa demanda social.

Fica aqui mais uma vez o apelo à Comissão do Orçamento para que contemple os aposentados e pensionistas, principalmente aqueles que recebem um pouco mais do que o salário mínimo.

Vamos, então, formatar a nossa mesa, convidando Ana Valéria Mendonça, Segunda Vice-Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas e de apoio à Saúde da Mama (Femama).

Convidamos também Warlei Martins Gonçalves, Presidente da Cobap, Dojival Vieira, da Afropress. Geraldo Gonçalves Filho, Diretor Executivo da Contratur, e Amábile Pácios, especialista em violência na educação.

Ana Valéria já está conosco, bem como Warlei, Dojival, Geraldo Gonçalves e a Sr^a Amábile Pácios, especialista em violência na educação, que será empossada hoje, conforme convite que recebi. Muito bem!

Dentro do possível, vamos tentar estar lá na posse.

Vamos, de imediato, iniciar, registrando mais uma vez a presença do Deputado Luiz Alberto, que, além de Deputado Federal, é um militante – permita-me dizer isso – das políticas de direitos humanos no mundo, pelo trabalho brilhante que vem fazendo, sempre defendendo os que mais precisam, os que são discriminados, os que são explorados. Combate o trabalho escravo e todo tipo de discriminação. É um orgulho para nós, nesta manhã em que vamos dialogar um pouco sobre

os trabalhos desta Comissão, tê-lo aqui. Com certeza V. Ex^a terá direito à palavra, no momento em que entender mais adequado, para falar desse tema que é de todos nós, referente à política de direitos humanos no Brasil e no mundo.

Foi-me informado que a Sr^a Amábile Pácios teria que sair um pouco mais cedo, e também o Dojival. Então, passaria de imediato para a Dr^a Amábile Pácios, especialista em violência na educação, para que fizesse as suas considerações aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

A SR^a AMÁBILE PÁCIOS – Bom a todas e a todos. Meu especial bom-dia, com muito carinho, ao Senador Paulo Paim, pela lembrança do nosso nome. A escola particular tem sido lembrada aqui, nesta Comissão. Agradeço essa lembrança. Normalmente nós ficamos excluídos do debate público, das políticas públicas, porque servimos a uma classe que usa a escola particular e nem sempre as pessoas entendem, a sociedade entende que as crianças que ali estão conosco também são cidadãos e também precisam da nossa atenção e do nosso carinho.

Foi-me pedido para falar como foi o nosso ano relativamente a esse tema da violência escolar. Eu gostaria de dizer a vocês que nossos números decaram, que sobretudo a escola particular não enfrenta esse tipo de problema e que nós estamos caminhando para uma solução muito rápida. Quero só lembrá-los de que estou falando da realidade da escola particular, embora a gente tenha reflexões e ações que também envolvam as escolas públicas. Estou falando especificamente da escola particular.

A escola particular, junto com toda a sociedade do Brasil, começou o ano chocada com Realengo. Acho que todos nós ficamos muito chocados com o que aconteceu em Realengo. Não imaginávamos que pudéssemos assistir aqui, no Brasil, àquilo a que, com tanta crueldade, acabamos assistindo. É claro que nos solidarizamos com o diretor da escola, com as famílias, mas isso nos remeteu a uma grande reflexão sobre as nossas práticas, sobretudo com relação às portarias das escolas.

De imediato, isso foi uma grande contribuição, porque fizemos e ainda estamos fazendo uma grande capacitação com os nossos porteiros, que são as primeiras pessoas que recebem quem nos visita. Vimos que o porteiro que não tinha preparo, assim como os nossos também não tinham, para diagnosticar qualquer perturbação no procedimento, na forma de falar e de olhar. Isso foi algo que, de imediato, as escolas trataram de fazer: capacitar os porteiros para identificar quem estava perturbado química, emocional ou psicologicamente.

Tivemos outros incidentes. E quero voltar a repetir nesta Comissão que infelizmente nós não temos dados sobre a violência na escola particular. É muito mais complicado para a escola particular soltar esses dados para a sociedade. Às vezes é mais fácil dizer que não existe, porque o diretor da escola particular fica sem explicar como é que ele pode, dentro de um contexto, afirmar e admitir que no seu interior existe a violência.

Então nós não temos dados que nos digam para que lado estamos indo e que, portanto, nos ajudem a traçar políticas que possam ser nacionais.

Se pudéssemos conhecer esses dados, eles nos ajudariam não apenas em políticas públicas, mas também na questão de segurança e de formação das crianças. Nós trabalhamos em cima dos dados que a polícia tem, mas a polícia também não consegue fazer o registro de todos os casos que acontecem na escola.

Aqui no DF, nós tínhamos feito, no Governo que se desarticulou, uma grande parceria com a polícia e teríamos um programa em que a escola faria o relato da sua violência, a violência que acontece no seu interior, sem ser identificada. Porém o Governo se desarticulou e essa forma de reconhecer e de recolher os dados ficou perdida.

Este ano continua a capacitação com professores e diretores que a escola particular faz há oito anos, a qual ainda é muito incipiente. A gente precisaria ter muito mais capacitação com relação à violência. Há oito anos a gente capacita. Então nós continuamos capacitando os professores e os diretores.

Percebemos que nesse ano a sociedade se confundiu um pouco nos conceitos de *bullying*. Então, por vezes, éramos surpreendidos com os pais dizendo: olha, a professora está fazendo *bullying* com meu filho. Isso foge do conceito do *bullying*, que é entre pares, uma ação repetitiva que não tem razão. Essa é a definição. Sempre quem pratica o *bullying* é mais forte, tem uma posição melhor do quem está sendo vítima. E todo mundo na sala de aula participa do *bullying*. Ele pode ser a vítima, pode ser o agressor e pode ser quem assiste.

Então nós tivemos este ano uma dificuldade com a questão do conceito *bullying*. Temos alguns doutores tratando de esclarecer à sociedade o que de fato é *bullying* e o que não é *bullying*, porém a violência dentro da escola ela não se resume apenas ao *bullying*. A violência participa, a violência está dentro da escola de outras formas também.

O *cyberbullying* é outra maneira extremamente difícil para escola, porque acontece no âmbito da *lan house*, no âmbito de casa e a escola não têm como gerenciar *cyberbullying*. E sobre o *cyberbullying* então

nós temos menos dados ainda. Sabemos que às vezes uma intriga, um desentendimento dentro da sala de aula chega à internet, muitas vezes os pais imprimem as ameaças que os filhos estão recebendo pela internet e por vezes a escola não consegue identificar exatamente, porque eles usam máquinas que não têm IP identificado. A escola tem uma grande dificuldade de lidar com *cyberbullying*. Então, além do conceito do *bullying* especificamente, o *cyberbullying* tem nos perturbado muito.

Agora existe, e a escola, recentemente, também está tendo que administrar a violência familiar que acaba chegando à escola. Às vezes a criança apresenta uma modificação no seu comportamento. Quando você busca a origem, ou ela está sendo vítima ou ela está assistindo à violência dentro da sua casa. E isso, até recentemente, a escola não administrava. Aquilo que acontecia nos lares era apenas de interesse das pessoas que moravam naquela casa. Hoje a briga entre os pais ou os responsáveis pela criança, que são adultos e não conseguem superar nem transcender as suas dificuldades, essa violência parte para dentro da nossa escola.

Então, eu diria a vocês que a escola é uma instituição, seja ela pública ou particular, que precisa do apoio da sociedade. Por incrível que pareça, a gente percebe que as coisas começam a acontecer na família e da família vão para a escola. A família não dá conta. A escola não dá conta. Vai para a polícia. É lamentável ter que admitir isso, mas, Senador, o senhor sabe da minha franqueza quando eu aqui estou. A gente não resolve nenhum problema se jogá-lo para debaixo do tapete. Infelizmente é isso que acontece. A coisa começa em casa. Em casa, não dá conta de resolver. Vai para a escola. A escola não dá conta de resolver. Então a gente tem que chamar a polícia. E hoje, infelizmente, a polícia é muito mais chamada dentro da escola do que a gente podia imaginar ou até do que os senhores podem imaginar. Talvez a lembrança de escola para os senhores seja de um tempo muito agradável, porque escola é muito bom.

Hoje a gente enfrenta um panorama, um cenário que é muito preocupante, no sentido de que os valores passam despercebidos na formação das crianças, como o valor da obediência, por exemplo. Quem não consegue aprender e não aprende a obedecer a seus pais dificilmente vai aprender a obedecer ao seu professor, dificilmente vai obedecer ao diretor da escola. Isso é uma verdade. E aí ele se enfrenta com quem? Com a autoridade policial. E, se não obedece, ele sofre danos físicos. Então vivemos uma crise na escola que se percebe que é uma crise de valores. Eu acho que todos os senhores sabem do que estou falando.

É uma crise séria de valores. Quando esses valores não são cultivados no seio da família e a escola não consegue transcender a essa barreira, quem realmente vai ser chamada é a polícia. E nós vamos ter cada vez mais crianças envolvidas com a polícia. Tudo o que a escola não dá conta de resolver no seu muro sobra para o policial lá fora.

Aqui em Brasília, nós temos uma polícia especializada em escola, chamada Batalhão Escolar, uma polícia fantástica. Eu acompanho o Batalhão Escolar há 20 anos aqui em Brasília. O Batalhão Escolar não tem contingente para todas as escolas, nem para as escolas públicas. Para a escola particular, não existe. Para a escola pública, existe um rodízio. São apenas 900 homens, e já são mais de 620 escolas públicas com três turnos.

O Batalhão Escolar é treinado para fazer essa gestão de conflitos. Hoje, dentro das escolas particulares, temos uma pessoa especializada em fazer gerenciamento de conflitos, como pedir desculpas, você não pode agredir, você não pode morder, você não pode bater. E, quando você confronta uma criança – isso é uma realidade – e lhe diz que não pode agredir o seu par, ela te olha muito assustada, porque, no universo dela – eu estou falando da escola particular, mas acho que na escola pública não é diferente –, a agressão diante da sua frustração é fato. Você me frustrou, eu não consigo lidar, não consigo negociar com você, então eu o agrido. E as agressões passam também pela moral. Coisas que a só se percebiam em estudantes universitários até dez anos atrás, hoje se observam crianças agredindo moralmente seus colegas.

Então, se nós pensamos em construir uma sociedade no nosso País que dê sustentabilidade ao desenvolvimento econômico a que estamos assistindo, evidentemente – e os senhores concordam comigo – isso passa pela educação. E não existe uma educação sem escola. Essa instituição necessita de apoio, de ajuda dos senhores que fazem as leis, das pessoas da sociedade que convivem de alguma maneira, porque todo mundo convive com escola na sua realidade. É um sobrinho que estuda... Todo mundo precisa nos ajudar, porque senão nós não teremos brasileiros pacíficos. E isso é uma coisa muito assustadora.

Eu poderia falar um pouquinho mais sobre a dificuldade das crianças de lidar com a sua frustração. Elas não sabem receber um “não”. Os pais estão perdidos em dizer “não”; as crianças pedem que lhes digam “não”. Por incrível que pareça, as crianças precisam desse pontuamento dos seus limites. Os pais sentem muita insegurança ou porque estão fora e ficam longe de seus filhos ou porque estão inseguros, não sabem de fato o que fazer. Alguns chegam para a gente e di-

zem assim: eu não sei o que fazer com meu filho. Você podia ficar com ele? Eu não sei mais o que fazer com o meu filho. E procuram a escola buscando receitas.

Então lidar com essa frustração, a falta de ferramenta para lidar com ela tem tornado os nossos jovens sobretudo muito violentos. Às crianças a gente ainda tem acesso: numa conversa, ainda se consegue colocar, fazer com que elas entendam, mas ao adolescente, não. Então o adolescente hoje... Estou falando da realidade que conheço das escolas particulares, sem esconder nada dos senhores. Essa realidade nos diz que esses adolescentes, quando se frustram, tornam-se violentos.

Então, neste ano, nós tratamos de esclarecer à sociedade o que de fato é *bullying*, tratamos de entender quais são os fenômenos de violência que estão dentro dos nossos muros e que até recentemente estavam fora do muro.

Foi isso, Senador. Estou à sua disposição.

Agradeço a oportunidade de estar com vocês mais uma vez.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Parabéns, mais uma vez, à Dr^a Amábile Pácios, especialista em violência na educação.

Eu li um livro – até estava ao telefone consultando, porque não queria errar –, que se chama “Amor Exigente”. Amor exigente é saber dizer não, porque a gente tem a mania de dizer sim, sim, sim para os filhos. E vou lhe dar um exemplo típico da minha realidade. E não estou fazendo um discurso para peninha de ninguém.

Como eu vim de uma família muito pobre, recebi o não porque eles não podiam me dar. Então qual foi a minha tendência? Estou há 26 anos no Parlamento. Então no mínimo sou classe média alta, o que dá para dizer pelo salário que a gente recebe. E, quando vi, estava dizendo só sim para os meus filhos. Daí percebi o quanto estava errando. Quando passei a dizer não, eu consegui, digamos, melhorar e contribuir para a formação deles.

Por isso quero cumprimentá-la mais uma vez, pela importância de saber dizer não. Não, senhor. Não, é isso mesmo. Você não vai agir assim. Isso não pode, isso pode.

Quero cumprimentá-la pela brilhante contribuição que a senhora tem dado para a Comissão de Direitos Humanos. Por isso fizemos questão de ouvi-la nesta reunião de encerramento do ano.

A SR^a AMÁBILE PACIOS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitem, mais uma vez palmas para a Dr^a Amábile, porque ela merece.

Vamos ouvir agora o Dojival Vieira.

O Dojival Vieira é jornalista, advogado e editor da *Afropress*. Ele tem, permitam-me fazer uma pequena introdução, uma postura muito firme e muito clara na defesa das pessoas principalmente discriminadas. Ele me trouxe algumas situações, ao longo deste ano, que chocaram aqueles que assistiram aqui – situações de violência e de preconceito principalmente contra o povo negro.

Mas não preciso falar aqui do seu currículo. Você vai falar do assunto que entender mais adequado nesta reunião de encerramento da Comissão de Direitos Humanos.

O SR. DOJIVAL VIERA – Bom dia a todos e a todas. Quero mais uma vez agradecer, Senador, o convite para participar desta última reunião da Comissão de Direitos Humanos, exaltar e ressaltar o trabalho que o senhor tem feito e o fórum que tem estabelecido nesta Comissão para o debate dos grandes problemas nacionais, problemas que muita gente gostaria de ver empurrados para debaixo do tapete. E o senhor tem, com muita sabedoria, buscado colocá-los em público, dar a eles relevo e convidar as pessoas que têm tratado desses problemas, para que cada um de nós dê a sua contribuição.

Parabéns, mais uma vez, pelo seu trabalho.

Eu estive aqui na sessão que tratou da reforma política. Aliás, esperamos que a reforma política não vá para debaixo do tapete. Há questões que nós precisamos, de fato, discutir. Há mudanças que precisam ser feitas, que a sociedade exige. Estive aqui numa sessão muito tensa, inclusive, que o senhor presidiu também com muita sabedoria, quando discutimos a questão da violência nas relações de consumo, atingindo especialmente pessoas negras e pobres.

Eu tenho, seja como jornalista, seja como advogado, acompanhado esses casos e reitero o que já disse na sessão anterior sobre a gravidade dessas situações. Diariamente, neste País em que 50,7% da população brasileira é negra, é preta e parda, essa população é vítima e alvo de violências e, muitas vezes, de atitudes de absoluta, de verdadeira barbárie, suspeitas do furto de mercadorias nas relações de consumo, levadas para salinhas ou corredores onde são espancados por uma espécie de guarda paralela que age ao arrepio da lei, sem qualquer obediência aos princípios do Estado democrático de direito. Esta é uma realidade que frequentemente aparece nos jornais. Mas o que aparece nos jornais é muito menos daquilo que acontece diariamente.

Podemos dizer que hoje nós temos, sob a vigência do Código de Defesa do Consumidor, que é uma conquista da sociedade brasileira e que é um dos mais modernos do mundo, a repetição quotidiana da barbárie nesses estabelecimentos, nas relações de consumo, o que é um absoluto contrassenso. Nós temos um Código de Defesa do Consumidor que é uma conquista, como disse, da sociedade brasileira. É um dos mais modernos do mundo.

Pois bem, é exatamente sob a vigência do Código de Defesa do Consumidor, nos mais modernos shoppings e lojas de supermercados deste País, que especialmente o negro, as pessoas negras e pobres continuam sendo tratadas como suspeitas padrão. Nós sabemos de onde vem essa visão do negro como suspeito padrão. Vem do fato de este País ter sido o último país do mundo a abolir a escravidão e do fato de este País ter abolido a escravidão há apenas 123 anos e de aqui, neste País, de cada 10 dias da sua história, 7 terem sido vividos sob a escravidão. Daí vem esta idéia do negro como suspeito padrão que continua existindo na sociedade brasileira em pleno século XXI, no ano de 2011. Também vem de outra herança maldita, mas recente, que é a herança da ditadura. Infelizmente, esses espaços semipúblicos, os espaços do supermercado, os espaços da loja foram terceirizados, desde 1969, pelo Estado para empresas de segurança que hoje, na verdade, Senador, operam como um verdadeiro exército privado.

O Dr. Adelar, agora merecidamente aposentado, prestou relevantes serviços à Polícia Federal. Ele foi seu convidado aqui nesta comissão e nos forneceu dados estupefacentes. Nós temos hoje, operando no Brasil, nessas empresas de vigilância e segurança privada, 3 milhões de homens – 3 milhões de homens! –, sendo que, desses 3 milhões, 1 milhão opera na clandestinidade. Um milhão de homens armados operando na clandestinidade! Dois milhões estão cadastrados pela Polícia Federal, porém o controle que a Polícia Federal faz sobre essa atividade, Polícia Federal e Ministério da Justiça, é muito fluido, é um controle que a sociedade não está objetivamente acompanhando. E o que acontece com isso? O que acontece é a repetição quase que diária daquelas situações em que, tomadas por suspeitas do furto de mercadorias, coisas mínimas, essas pessoas, depois de passarem para o caixa, são abordadas de forma vexatória, são submetidas a constrangimentos e muitas vezes são levadas para quatinhos, para salinhas para ser espancadas, como ocorreu nos casos que vou citar aqui.

Nós tivemos aqui, naquela audiência, o caso do vigilante Márcio Antonio de Souza, de Campo Grande, que, suspeito do furto de dois ovos de Páscoa, na

véspera da Páscoa, foi levado a um quartinho por um segurança e foi massacrado. O Senador teve oportunidade de conversar com ele e viu a situação em que estava aquele homem. A situação, Senador, posso lhe trazer informações, é que esse senhor teve, de fato, prejuízos na sua visão direita, o seu nariz foi destruído e teve que ser recomposto em uma cirurgia, e até agora nós não sabemos qual foi o resultado do inquérito que tramitou na Polícia Civil de Campo Grande, em absoluta situação de suspeição. Vimos, naquela ocasião, que a empresa onde essa barbárie se praticou, as Lojas Americanas, até então insistia na tentativa de justificar uma situação absolutamente injustificável de violência.

Como advogado, tenho acompanhado e atuado em alguns casos como o ocorrido no Carrefour, envolvendo o vigilante Januário Alves de Santana, que, por estar na direção de um Ford EcoSport e por ser uma pessoa negra de aparência humilde, foi também alvo de uma violência absurda em que teve seu maxilar esquerdo fraturado em três partes e sofreu, durante 30 minutos, uma verdadeira sessão de torturas. Neste caso, felizmente, a empresa, o hipermercado Carrefour, teve o bom senso de chamá-lo para negociar e de indenizá-lo de forma satisfatória através de um processo de diálogo e de negociação. E a Polícia Civil de São Paulo, pela primeira vez na história do Brasil, indiciou todos os envolvidos pelo crime de tortura, previsto na Lei nº 9.455, de 1997. Hoje, os algozes do meu cliente, Januário Alves de Santana, estão todos indiciados pelo crime de tortura. E trago aqui a informação de que o Ministério Público de São Paulo já ofereceu a denúncia. Estamos aguardando que a denúncia seja aceita e os algozes daquele rapaz sejam devidamente processados com base na Lei nº 9.455, de 1997, que é a Lei da Tortura.

Depois daquilo, Senador, depois do que aconteceu com o Sr. Januário, todo o País ficou alarmado pela situação de barbárie praticada contra uma pessoa que era torturada enquanto a sua família fazia compras na loja. Aconteceram vários outros casos, alguns com repercussão maior, outros com repercussão menor, mas todos eles inaceitáveis, como o caso do Extra, que nós também acompanhamos.

O caso do Extra envolveu três garotos, de 10, 13 e 14 anos, suspeitos do furto de mercadorias pelas quais um deles havia pago e os outros dois sequer tiveram a chance de provar que tinham pago, porque foram retirados da fila do caixa, levados a uma salinha, e maltratados, obrigados a tirar as roupas. Estou falando de crianças! Estou falando de crianças de 10, 13 e 14 anos. Foram obrigados a tirar a roupa, xingados, ameaçados e agredidos.

O Extra, que pertence ao Pão de Açúcar, do empresário Abílio Diniz, num primeiro momento, diante do impacto da informação, teve a iniciativa salutar e correta de chamar a família para a negociação. Indenizaram uma das famílias, pagando a essa família uma quantia considerada aceitável, enquanto o inquérito continuou. Porém, em seguida, o Extra, lamentavelmente, Senador, tomou a iniciativa de tentar abafar a investigação policial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Dojival, deixa eu só fazer um aparte.

Eu queria, com muita alegria, registrar a presença de dois grandes Senadores que estão acompanhando esta audiência e sempre prestigiaram a nossa comissão. São eles o Senador Lauro Antonio, o mais jovem na Casa, quando aqui chegou disse “Não, Paim, eu quero ir lá dar um apoio à Comissão de Direitos Humanos”, e o Senador Vicentinho, que tem estado há mais tempo conosco. Eu pediria uma salva de palmas para os dois. (Palmas) E a palavra volta para o Dr. Dojival Vieira.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Então, o Extra, Senador, após tomar a iniciativa de indenizar uma das famílias, utilizou esse mesmo contrato extrajudicial para tentar abafar a investigação. Eu trago aqui o apelo do Advogado Alexandre Mariano, que atende às duas outras famílias, e vem sendo, ao longo deste ano, ignorado nas tentativas de diálogo que tem feito, e trago uma triste informação também: depois de nove meses de uma investigação conduzida pelo Delegado Dr. Marcos Aníbal Andrade, do 10ª DP da Penha de São Paulo, a autoridade resolveu não indiciar os responsáveis por essa agressão, embora dois deles – foram três – tenham sido reconhecidos pelas vítimas. Portanto, se não houver uma intervenção vigorosa do Ministério Público, a quem compete o controle externo da atividade policial, nós estaremos diante de um caso que poderá resultar em mais impunidade ou na continuidade da impunidade. Esse é o alerta e a denúncia que nós fazemos.

Temos também o caso da dona de casa Clécia Maria da Silva, que teve que ser conduzida a um hospital para ser socorrida depois de ser submetida a constrangimento e vergonha pública por parte de seguranças da poderosa empresa Walmart, a norte-americana Walmart, através de um dos seus seguranças. Nesse caso, a empresa norte-americana, ao contrário do que faria a sua matriz, nos Estados Unidos, entendeu que submeter clientes a vexames públicos era o comportamento normal. Nem teve o cuidado de chamar a vítima para o diálogo. O caso também está na polícia. Esperamos que essa empresa mude o seu comportamento e passe a tratar adequadamente os seus clientes.

Temos ainda casos no Compre Bem, que também pertence à rede Pão de Açúcar, como o das estudantes Edvanda Rodrigues de Carvalho e Aline de Carvalho, sendo que a Edvanda teve que ser levada a um hospital para ser socorrida depois de ser exposta a vergonha pública por seguranças.

O que está ocorrendo no nosso País não é um caso isolado. Isso reflete, de um lado, a manutenção dessa idéia do negro como suspeito padrão, num enorme preconceito social e racial que continua permeando as relações de consumo, as relações sociais, econômicas e políticas e, de outro lado, essa herança maldita mais recente, da ditadura, que privatizou a segurança dos espaços semipúblicos entregando esses espaços a empresas privadas que têm faturamentos crescentes e não têm controle da sociedade.

Mencionei aqui o dado da Polícia Federal que revela a existência de 1 milhão de homens operando na clandestinidade, fazendo esse trabalho de segurança e de vigilância sem qualquer controle e sem qualquer cadastro na Polícia Federal e no Ministério da Justiça.

Fica a minha sugestão. Conversei com o Senador sobre isso, porque esse era um caso que mereceria uma investigação – e aos Srs. Senadores presentes – inclusive através de uma CPI. Como é que está a segurança privada no nosso País? Deputado Luiz Alberto, fica aqui um apelo: como está a questão da segurança privada no nosso País? Eu informo com dados que certamente os senhores já conhecem. A segurança privada está sem controle. Nós temos 1 milhão de homens operando na clandestinidade, dados da Polícia Federal. E aquela parte que está cadastrada no Ministério da Justiça a sociedade não acompanha. O resultado é esse que nós estamos acompanhando, é isso que nós temos visto. Então, Senador eu gostaria de, ao falar desses casos, agradecer mais uma vez a oportunidade e dizer da importância que esse debate tem, que esses fóruns de discussões têm.

Precisamos, por exemplo – fica a nossa sugestão – reunir, quem sabe, numa audiência pública o representante da Abras – Associação Brasileira de Supermercados, o Ministério Público Federal, as grandes empresas atacadistas. Sabemos que o comércio atacadista no Brasil está monopolizado em três grandes grupos: Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart. E fazer com que essas empresas passem a cumprir o Código de Defesa do Consumidor no que se refere ao respeito aos seus clientes, às pessoas pobres e negras que continuam sendo cotidianamente humilhadas por seguranças despreparados, porque, infelizmente, apesar do faturamento crescente dessas empresas – os senhores podem consultar os balanços dos três grupos que aqui mencionei –, elas não têm investido no

preparo e na capacitação da segurança privada. Quem tem pagado o preço com humilhações e até violência, como os casos que aqui citei, são os consumidores, especialmente as pessoas pobres e negras, que são a maioria deste País.

Muito obrigado.

Cumprimento por mais esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi Dorgival Vieira, advogado, editor da Afropress.

Quero também registrar que estive conosco e voltará o Senador Cyro Miranda, um grande Senador (*palmas*), parceiro nosso na reunião, e dizer que teremos uma segunda Mesa para concluir os trabalhos.

Vou passar a palavra ao Deputado Federal Luiz Alberto, que a pediu neste momento.

Antes, permita-me, já na linha do Dorgival, a proposta dele é concreta. Para se ter uma ideia, tivemos um grande debate nesta Comissão com o setor bancário e avançamos um pouco. Agora, ainda conversava com o Tiago. E a Federação dos banqueiros, Febraban, está marcando uma reunião em São Paulo, mas exige que eu esteja lá, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Ela quer apresentar um programa de integração e parceira, principalmente dando corte das diferenças, políticas públicas para negro, deficiente e idoso, mais de 45 anos. Nós vamos lá.

Como a sua proposta é concreta, poderíamos reunir esse setor empresarial da área de supermercado e dialogar com eles na construção de políticas que deem o corte da diversidade.

É com satisfação que passo a palavra agora ao Deputado Federal Luiz Alberto. Um dos temas que ele trata é a questão dos quilombolas, e eu, com muito carinho, o acompanho.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Obrigado, Senador. Quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, agradecer o convite para participar do encerramento dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Acho que é uma mera formalidade de V. Ex^a, até porque a sociedade brasileira acompanha o seu trabalho como Presidente desta Comissão, discutindo temas relevantes para a sociedade brasileira, acompanha a sua atuação como Parlamentar desde a época em que V. Ex^a era Deputado Federal. Estamos com saudade, lá na Câmara, de ter V. Ex^a nos acompanhando. Portanto, conhecido pela sociedade como defensor das causas que eu chamo “dos debaixo”, como dizia o nosso Professor Florestan Fernandes.

V. Ex^a deixa um legado, entre outros, muito importante aqui para as nossas Casas, mas principal-

mente para a população negra do Brasil, que foi o Estatuto da Igualdade Racial, que, depois de muitos anos e batalhas, conseguimos aprovar e que se torna uma referência para a construção de políticas públicas para a população negra do Brasil. V. Ex^a foi o condutor também de um debate que redundou na aprovação do Estatuto do Idoso e desenvolve um trabalho intenso em defesa dos aposentados.

Acho que V. Ex^a, pela sua habilidade e sabedoria, procura inclusive quebrar um preconceito até inconsciente quando se tenta relacionar idoso e aposentado. São categorias diferentes. Nem todo aposentado é idoso e nem todo idoso está aposentado. Portanto são categorias distintas que V. Ex^a trata de forma adequada.

Numa espécie de balanço que V. Ex^a propõe dos trabalhos desta Comissão, eu sou militante, lá na Câmara, da Comissão de Direitos Humanos e sei o esforço que foi feito, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores, para consolidar esta Comissão como uma comissão importante. Foi uma batalha muito grande, até porque, como disse o jornalista Dorgival, essa herança maldita da ditadura militar tentou passar para a sociedade que defesa dos direitos humanos era defender bandidos, sem considerar que direitos humanos têm uma ampla atuação. Estão aqui presentes membros da população negra e ciganos, que são vítimas da violação de direitos humanos no nosso País, no cotidiano.

Então todos os casos que o jornalista Dorgival relatou de agressão nos supermercados, eu diria também nas escolas, que é esse padrão que a sociedade estabeleceu em relação à população negra, principalmente os jovens que vêm como os mais violentos ou potencialmente mais violentos do que outras etnias, isso, na verdade, alimenta o mundo da violência. E esses jovens não só traduzem essa reação como violência como também se autoagridem. Estão aí os casos de envolvimento dos jovens com a droga, que é uma autoagressão, eles não veem outras perspectivas no mundo.

Portanto acho que esse trabalho que V. Ex^a desenvolve é de extrema importância. Essa questão da segurança privada já é objeto... Provavelmente na sessão legislativa do próximo ano nós teremos uma audiência pública que vai envolver a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e também da Segurança Pública para discutir a questão da segurança privada, até porque, invariavelmente, essas empresas são controladas, dirigidas ou propriedade de ex-militares do Exército, particularmente das polícias militares pelo País afora.

Então acho que caberia, sim, um trabalho mais rigoroso, evoluindo até para essa ideia de uma investigação mais profunda, através de uma CPI, dos tentáculos dessas empresas, como controlá-las, por-

que são pessoas armadas que estimulam a violência muitas vezes contra jovens, negros e mulheres. Quantas mulheres são constrangidas em supermercados, sendo vítimas de investigações que as colocam em situação vexatória.

É importante salientar que é um avanço, uma conquista que esses casos passem a ser divulgados, publicizados, porque antes eles não eram objeto de denúncias públicas. Então não só a população começa a tomar consciência de seus direitos denunciando, mas a imprensa repercute os casos de inquérito e de tentativas de acordo das grandes empresas. E falta – e V. Ex^a pode ser um grande condutor disso – uma coisa que existe nos Estados Unidos, condensado no que os senhores chamariam aqui de crime das grandes corporações, não só na relação de consumo como também na questão ambiental, essas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ia lhe dizer, Senador Luiz Alberto, quem sabe...

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – A Bahia precisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria até que V. Ex^a pudesse comentar, porque tem tudo a ver, e nós fizemos uma audiência aqui, a Câmara, eu sei que fez também, a situação lá de Santo Amaro.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Santo Amaro da Purificação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gravíssimo, gravíssimo. Se puder só citar o que acontece em Santo Amaro, acho que merece registro neste momento. Se V. Ex^a pudesse citar a situação de Santo Amaro...

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Excelente lembrança de V. Ex^a. Nesta Comissão foi objeto de uma audiência pública para discutir um tema que perdura por quase 40 anos.

Santo Amaro é uma cidade ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E entra na linha das grandes corporações.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Exatamente, exatamente.

Santo Amaro é uma cidade pequena no recôncavo da Bahia, conhecida muito mais por ser terra do compositor e cantor Caetano Veloso e Maria Bethânia, que há 40 anos foi objeto de um crime ambiental absolutamente triste. Esse acidente ambiental é semelhante ao de Chernobyl, com aquele vazamento radioativo. Ali houve uma contaminação por chumbo. Uma empresa que processava chumbo deixou um legado de um milhão de toneladas de resíduos de chumbo que, por ignorância do gestor público na época, do prefeito, foram usados para a pavimentação das ruas de

Santa Amaro. Então contaminou a cidade inteira. Não existe uma pessoa... Coloquei a imagem de crianças que nasceram de mães contaminadas. Não existe uma pessoa que nasceu em Santa Amaro que não tenha algum grau de contaminação por chumbo. Uma empresa francesa, a Peñarroya Oxide, que abandonou o empreendimento, passou-o para uma empresa brasileira sem se responsabilizar por isso. Ocorreram várias audiências públicas na Câmara e aqui no Senado sobre essa questão. O Governo Lula já iniciou um trabalho de intervenção lá, agora fortalecido por essa audiência pública nesta Comissão, com a Presidenta Dilma encaminhando um processo que envolve vários Ministérios, como Meio Ambiente, Saúde, Infraestrutura, enfim, uma série de intervenções.

É uma dívida impagável. Alguns especialistas, Senador, chegaram à conclusão de que Santo Amaro deveria ser transferida para outro lugar, ou seja, a sua população seria transferida para outro território. E aquele território seria considerado uma área isolada para processo de descontaminação, não se sabe por quanto tempo. Portanto é um caso muito triste. É uma agressão, sim, aos direitos humanos daquelas pessoas.

Quero não só parabenizar V. Ex^a, mas reconhecer o importante trabalho e o dinamismo que esta Comissão toma quando V. Ex^a passa a presidir-la, sem demérito à direção da Mesa desta Comissão, pelo seu papel e pela compreensão que V. Ex^a tem de quais são as principais vítimas dessa violência, notadamente a população negra do nosso País.

Para encerrar, Sr. Presidente, peço desculpas porque vou ter de sair para fazer uma gravação na *Voz do Brasil*.

Por último, quero fazer uma consideração sobre questão quilombola, da qual V. Ex^a sempre foi um grande defensor entre nós.

À medida que avançam, as comunidades passam a ter consciência dos seus direitos e os conflitos se agudizam, aumentam. Queria aqui relatar – e deixar como uma preocupação com a qual esta Comissão pode nos ajudar bastante – que os conflitos evoluíram não só com grandes fazendeiros, mas com o próprio Estado brasileiro. Estamos acompanhando um caso na Bahia, na comunidade quilombola Rio do Macaco, onde há conflito com a Marinha brasileira. Um caso semelhante ao de Marambaia, no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi denunciada aqui essa situação.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Pois é, nós estamos acompanhando. O Governo Federal constituiu um grupo para acompanhamento que envolve o Ministério da Defesa, a Secretaria-Geral da Presidência da República, a Seppir, o Incra e a Advocacia-Geral da

União. Lamentavelmente, ainda existem resquícios da ditadura militar na relação entre as Forças Armadas, pelo menos um segmento delas, e a população. Nessa comunidade de 43 pessoas, Senador, todos são analfabetos. A Marinha não permite que essas pessoas frequentem as escolas, não permite que construam casas, não permite que elas que trabalhem naquilo que é característico da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Deputado Luiz Alberto.

Quando foi dito exatamente o que V. Ex^a está dizendo neste momento, eu perguntei: vocês estão falando isso. É a Marinha Brasileira? A pergunta que fiz foi essa. É a Marinha aqui do Brasil ou de fora? Veja a pergunta que fiz, porque fiquei abismado com essas denúncias que V. Ex^a fez aqui.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT – BA) – Lamentavelmente é a Marinha Brasileira. Eu disse ao Comandante da Marinha que eles precisam refletir. Não estão se relacionando com estrangeiros que invadiram militarmente o nosso País. Estão falando de pessoas brasileiras com as quais o Brasil tem uma dívida muito grande. Portanto, é uma questão, entre outras, que revela a urgência de o Estado executar as políticas públicas para atender às comunidades pelo direito que elas têm.

V. Ex^a, que foi Constituinte e participou do debate que redundou na aprovação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sabe que há uma articulação muito forte para inviabilizar a execução desse dispositivo constitucional através do Supremo Tribunal Federal e de várias ações que se desenvolvem aqui no Congresso Nacional para impedir o avanço desses direitos, dessas conquistas.

Quero parabenizar V. Ex^a e agradecer-lhe pela lembrança e pelo convite que me fez. Para mim é uma honra participar do encerramento dos trabalhos desta Comissão.

Quero também parabenizar os convidados que trouxeram questões importantíssimas para o debate e a reflexão de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Deputado Luiz Alberto, militante nos direitos humanos.

Está conosco o Senador Mozarildo, que eu poderia dizer que é um dos Senadores mais presentes nesta Comissão. Ele diz: se precisar, vou lá, sou parceiro. Nossos cumprimentos ao Senador Mozarildo. (*Palmas.*)

Passo a palavra neste momento a Geraldo Gonçalves Filho, Diretor Executivo da Contratur.

Quero dizer aos outros painelistas que estão no plenário que Marlete Queiroz, Presidente da Anec, virá para a mesa na sequência.

O SR. GERALDO GONÇALVES FILHO – Quero cumprimentar a todos, cumprimentar meus colegas de mesa e V. Ex^a, Senador Paulo Paim, trazer o abraço fraterno do nosso Presidente, Moacyr Roberto Tesch, e dizer a V. Ex^a que temos nos espelhado muito, no que diz respeito aos temas, na tratativa desse ano, principalmente nesta Comissão de Direitos Humanos.

Gostaria de ressaltar que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade tem, sim, não só apoiado como também recebido com absoluta satisfação e transparência todos os itens que o senhor tem trazido a esta Casa do Congresso Nacional para discussão. Eu diria que a Confederação Nacional, através dos vários entes filiados, que são os sindicatos e as federações de turismo e hospitalidade, absorveu com absoluta segurança... Sabemos que o que a gente tem de mais digno para a nossa sobrevivência material é o salário justo e digno, mas em boas condições de trabalho e não em condições precárias, que nos levam a uma produtividade exacerbada, gerando uma competitividade desenfreada e, com toda certeza, excesso de individualismo, o que tem trazido muito prejuízo não só aos trabalhadores, como também aos nossos familiares.

Assim sendo, a Contratur, com toda certeza, Senador, absorveu bem os itens de que tratou V. Ex^a neste Senado, principalmente no que diz respeito à luta pelos aposentados, ao Estatuto do Idoso, ao estatuto do negro, ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao Estatuto dos Motoristas, à extinção do fator previdenciário e, principalmente, à redução da jornada de trabalho.

Nós fizemos um planejamento dentro da Confederação, Senador, que redundou em várias ações. A primeira delas teve a presença de V. Ex^a no Rio Grande do Sul, quando fizemos questão de ressaltar a importância fundamental que tem a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, no sentido não só de primar e de fazer prevalecer a qualidade de vida das nossas famílias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me pedir uma salva de palmas para a nossa grande Senadora Lídice da Mata, da Bahia, Vice-Presidente da subcomissão que trabalha com a Previdência (*palmas*), que nos ajudou muito durante todo o ano e, aqui na Comissão, esteve sempre presente.

Muito obrigado pela presença.

O SR. GERALDO GONÇALVES FILHO – Ainda há tempo. Quero oferecer nossos préstimos e mandar o meu abraço aos Senadores e Deputados aqui pre-

sentes, que tanto contribuem para esta Comissão de Direitos Humanos.

Senador, com a presença de V. Ex^a – V. Ex^a sabe –, fizemos uma empreitada e demos um apoio enorme ao que diz respeito ao fator previdenciário. Esse fator trouxe um sentido nefasto para todos os trabalhadores. É inadmissível que um fator consiga, durante o andamento da jornada, promover a redução do valor da aposentadoria, que seria o retorno daquela contribuição que a gente dá ao longo do tempo.

Ainda sou da época em que se assinava aquela carteira, aquela verdinha, aos quatorze anos e com isso a gente concluía o tempo de contribuição dos 35. Ainda assim, aos quarenta e dois anos de contribuição, iniciada aos quatorze, não tenho o fator um para me aposentar, não tenho a plenitude daquilo que a própria legislação fundamenta.

Isso mostra quão perversa é a queda da nossa aposentadoria no que diz respeito ao fator previdenciário. Essa luta que V. Ex^a desempenha neste País tem todo apoio dos trabalhadores do turismo e hospitalidade, e somos mais de 8 milhões em todo País ligados à nossa Contratur.

Ressalto ainda, Senador, a importância que tem a desaposentação. A intenção dos constituintes foi de que nós pudéssemos, ao atingir a faixa etária que requer cuidado especial, na situação de idoso, na situação de aposentado, em vez de nos aposentar em condições de trabalho, postergar a nossa prestação de serviço, mas, concomitantemente, que a gente pudesse também fazer uma contribuição e ter um retorno maior, exatamente na faixa etária em que todo trabalhador brasileiro requer cuidado especial, que é a situação do idoso.

É bom lembrar que esses trabalhadores que estão na situação de aposentados, que estão na condição de exercer uma aposentadoria sem a queda por parte do fator previdenciário, são as pessoas que contribuíram efetivamente para retirar este País de uma grande fazenda, na década de 50, e colocá-lo hoje na condição de sétima economia do mundo, em condição de atravessar uma crise internacional por meio da própria economia interna.

Eu diria que, em paralelo a essa situação, nós teríamos uma aposentadoria maior. E sabemos que é essa a mola propulsora que hoje ativa a economia de mais de 60% dos Municípios deste País de porte 1 e 2, com até 20 mil habitantes.

Então, Senador, a iniciativa é de uma nobreza tamanha que o direito humano extrapola a relação capital/trabalho. E, concomitante a essa situação, V. Ex^a conhece, porque já esteve em vários encontros nossos, os programas, projetos e campanhas que a

Contratur tem empenhado, em paralelo a essa situação de degradação a cada dia que passa pelo excesso de cobrança da produtividade, pelo excesso de gana que o empresariado e o representante do capital têm ao explorar o trabalhador e cada vez mais se enriquecer, produzindo a desigualdade social e a falta de igualdade e oportunidade para as pessoas mais empobrecidas, principalmente para as pessoas do nosso segmento, que tem um piso salarial, por força do patronal, quase igual ao salário mínimo.

Daí a nossa luta em defesa, sim, de um aumento maior para os aposentados que mera e simplesmente a reposição da perda da moeda medida pelo IBGE, através do INPC.

Gostaríamos de ressaltar ainda, Senador, que temos uma luta muito grande no que diz respeito à situação do aviso prévio. V. Ex^a levantou essa bandeira e temos apoiado. É importante que a gente cumpra a OIT. Não é possível que a Organização Internacional do Trabalho, a que o Brasil é adepto, hoje não promova a regulamentação da Constituição Federal. A dispensa imotivada é inadmissível neste País quando estamos falando de mais de 40 milhões de trabalhadores com CTPS e outros 20 milhões na economia informal.

Não é possível que a gente não consiga entender que um trabalhador, depois de mais de 5, 10, 15 anos, não possa ter um aviso prévio proporcional ao número de anos que trabalhou.

Nós precisamos implantar o modelo internacional. É assim na Europa. Por que não? Os trabalhadores têm direito a um número de meses indenizáveis como aviso prévio, de acordo com o número de anos trabalhados. E também existe o entendimento por parte do patronal de outros países de que, na situação em que o empregado quer sair porque conseguiu um outro emprego, haja plenas condições de reduzir pela metade esse aviso prévio para o patronal. Assim sendo, Senador, deve haver políticas alternativas no que diz respeito ao direito humano, com a visão nobre de V. Ex^a no sentido de enxergar o que está por trás da relação capital/trabalho.

A Contratur tem, sim, entrado em vários espaços institucionais, tais como o Conselho Nacional de Turismo, onde V. Ex^a sabe que o nosso querido Presidente Moacyr Tesch tem atuado como efetivo. E o Conselho tem dez câmaras temáticas. Uma delas é o Turismo Sustentável e Infância.

Eu queria dizer a nossa colega companheira de Mesa que, por meio da Câmara Turismo Sustentável e Infância, nós tivemos *workshops* no Brasil inteiro, em cada região deste País, no Sul, no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sudeste, todos eles com a presença de mais de mais de 250 sindicalistas, onde

fizemos questão de combater a exploração sexual no turismo, principalmente a exploração sexual infanto-juvenil.

Sabemos que não somos o único segmento que promove a exploração sexual, mas somos um excelente fio condutor. No momento em que não cumprimos com o nosso fio condutor ético, moral e de retidão enquanto trabalhadores, proibindo que as pessoas entrem com crianças e adolescentes sem se identificar, sem comprovar a relação paternal, a relação na mesma árvore genealógica e de laços consangüíneos, para promover a exploração sexual infanto-juvenil no ramo do turismo...

Essa campanha é fortemente defendida pela Contratur através dessa câmara temática do Turismo Sustentável e Infância.

Ainda com referência a essa situação, nós fizemos uma campanha e acabamos de nos filiar à União Internacional dos Trabalhadores no ramo de alimentação, agricultura, hotelaria, restaurante e tabaco, porque denunciamos um trabalho quase escravo na rede McDonald's neste País. Denunciamos em vídeo, denunciamos mundialmente, porque existe uma exploração principalmente de pessoas em condições de juventude e trabalho.

Nessa faixa etária, nós sabemos muito bem que ocorre não só a formação de personalidade, mas principalmente a educação para o mundo do trabalho. E é nessa faixa etária que existe uma exploração por parte do McDonald's quando escraviza os seus trabalhadores, pregando na admissão, através da comissão de RH, que é uma empresa por excelência, e, na verdade, o que a gente vê é uma exploração em que se paga o salário mínimo/hora, por horas trabalhadas. Durante o tempo em que a loja não consegue vender, por exemplo, à tarde, entre três e quatro horas, Senadora, vemos uma sala onde esses jovens vão descansar. Naquele momento, eles não recebem. Na hora do rush e da venda maior, ele volta para o trabalho e recebe a hora mínima.

Isso é uma covardia e, mais do que isso, é ferir frontalmente, de morte, a nossa Constituição Federal.

Nós temos essa bandeira, essa campanha. Temos uma situação em que se conseguem alguns aparatos no que diz respeito a trazer mais direitos para o trabalhador, que é a situação das granjas e abatedouros de carne branca, de frango. A gente vê ali, literalmente, o retrato de Charles Chaplin em "Tempos Modernos". Você vê uma esteira rolante onde trabalhadores, com facas amoladíssimas – há, inclusive, o período para amolar – fazem um trabalho repetitivo no corte de vários pedaços de frango, levando em consideração que aquilo é de alto risco, onde não se pode espirrar, não se pode piscar, nem sequer olhar para o lado. Esse

trabalho repetitivo leva à doença do profissional, e nós queremos, sim...

Somos uma confederação com mais de 400 sindicatos do ramo de turismo e hospitalidade, toda ela com essa consciência de defesa do trabalhador, pois sabemos que riqueza deste País se faz por meio de um trabalho digno.

Eu diria que isso é até bíblico, porque Cristo nos pediu que fizéssemos o nosso sustento com o suor do nosso rosto. E é isso que a gente procura enquanto trabalhador.

Como alternativa a essa situação que leva a nossa categoria a receber um salário muito próximo do mínimo, eu diria, Senador, que hoje ocupamos alguns espaços. Hoje este diretor da Contratur, como executivo, está na Presidência do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social e do Conselho Estadual de Minas Gerais, porque entendemos que a política de assistência social visa dar o direito às pessoas mais empobrecidas e, principalmente, diminuir a desigualdade social.

No que diz respeito à seguridade social, que tem como tripé saúde, educação e assistência social, enxergar, sim, as pessoas que trabalham no meio rural como no regime de escravidão, e não em regime de estado de direito, onde se reconhecem os direitos trabalhistas. E, quando se envelhece, ao atingir a faixa etária do idoso que requer cuidados especiais, não podiam ficar relegados à própria sorte. Aí sim, entra a política social e promove um valor que sai da Seguridade Social para que essas pessoas possam ter direito à sobrevivência. Enxerga, sim, a pessoa com deficiência – e V. Ex^a, dignamente, faz essa defesa através do Estatuto –, para que ela tenha um benefício de prestação continuada, para que ela tenha direito à sobrevivência neste País.

É bom ressaltar que o bolo do dinheiro que se forma dentro da Seguridade Social vem do dinheiro que nós pagamos para a Previdência Social, porque, além do seguro, do retorno da Previdência, parte dele vai para essa assistência social. E a gente faz essa defesa com toda segurança, propriedade e comprometimento.

A Confederação Nacional do Turismo e Hospitalidade e todos os seus trabalhadores, como V. Ex^a já conhece, têm uma consideração muito grande para com V. Ex^a. Sabemos que nesta Casa V. Ex^a têm muitos pares que frequentemente estão nesta Comissão de Direitos Humanos – e está aqui o nosso Senador presente, e o senhor já ressaltou a presença efetiva dele.

Nós estamos aqui para somar, e existe o reconhecimento por parte de todos os trabalhadores da Contratur em relação a V. Ex^a, além de um carinho muito especial, porque, se a gente tem apoio no que

diz respeito à relação capital/trabalho neste País, isso se deve à presença de V. Ex^a à frente da Comissão de Direitos Humanos, enxergando os direitos humanos a partir das relações capital/trabalho a que todas as outras políticas públicas se aderem, para fazer valer o nosso direito como cidadão deste País que se diz estado de direito. Se assim for, nós daremos a nossa parcela de contribuição.

Agradeço a V. Ex^a pela sua contribuição efetiva.

Quero dizer que o Presidente Moacyr deixa um forte abraço, que sempre estará apoiando V. Ex^a nesta Comissão e estende isso a esta Casa e à Câmara dos Deputados, onde estamos fazendo, neste momento, a discussão da questão da gorjeta, para que possa haver uma relação capital/trabalho mais íntegra; uma relação humana mais próxima, e não tão somente a exploração do trabalhador.

Muito obrigado a todos e um bom dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Geraldo Gonçalves Filho, Diretor Executivo da Contratur.

Neste momento, com enorme satisfação, passo a palavra – aqui os Senadores falam quando entendemos adequado – a nossa querida amiga e lutadora também pelos direitos humanos, que dá a sua vida pelas causas sociais e orgulha a Bahia e o Brasil, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia a todos os convidados que estão participando da Mesa, aos que estão no Plenário, ao Senador Moza-rildo, ao Senador Paim.

Nós sabemos do movimento intenso da Casa, temos outras comissões funcionando e necessitando de quorum. Estamos praticamente finalizando os trabalhos desta Comissão neste ano, e V. Ex^a faz uma audiência pública de avaliação, de prestação de contas do que foi o trabalho deste ano desta Comissão. Eu não poderia deixar de dar o meu testemunho da riqueza de participação nesta Comissão, nos debates, dos assuntos que nós tratamos aqui.

Esta é a Comissão, eu diria, dos desvalidos. Na Bahia, temos uma associação dos desvalidos que foi criada por ex-escravos. E o termo “desvalidos” dá conta exatamente daquela situação da negritude do nosso Estado em determinado momento da sua vida.

E esta foi a Comissão que tratou de todos assuntos daqueles que precisam do apoio do Estado, do apoio da sociedade. Nós tratamos dos quilombolas e dos direitos dos trabalhadores em diversas audiências. Tratamos da situação da violência contra a mulher, instituímos a Subcomissão da Mulher, que tratou do trabalho da mulher brasileira, que tratou, como já disse antes, da saúde da mulher, da violência contra a mulher.

Vi há pouco vi, também representando o meu Estado, o meu querido amigo, Deputado Federal Luiz Alberto, tratando da situação de extrema dificuldade que é a contaminação pelo chumbo na cidade de Santo Amaro. Esta Comissão tratou desse assunto com seriedade, aprofundou o debate, colocou essa agenda na pauta nacional.

Nós tratamos da discussão das terras indígenas. E eu me lembro de uma grande manifestação de lideranças indígenas aqui, inclusive uma parte delas da Bahia, os Pataxós hãhãhães. Na semana passada tivemos uma audiência extremamente concorrida para tratar da criminalização da homofobia no Brasil.

Não sei se esta é uma Comissão que dá voto. Ela não trata do PIB nacional. Nesta Comissão nós não definimos os grandes investimentos da Nação. Nós discutimos a situação daqueles que não recebem os investimentos, aquelas dores, aquelas chagas que ainda estão abertas na sociedade brasileira.

Por isso quero parabenizar V. Ex^a pelo extraordinário trabalho que fez à frente desta Comissão, incansável, toda terça e quinta-feira com audiências públicas aqui na Casa. É a primeira Comissão, na terça-feira, que tem trabalhos na Casa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na segunda.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, na segunda.

Além disso, mesmo que seja um trabalho do conjunto dos Senadores que participaram, ele traz a sua marca, tem o seu brilho pessoal e a sua dedicação missionária às causas dos trabalhadores brasileiros, como marca, e dos direitos humanos. Eu não tenho dúvida de que V. Ex^a é um dos principais ícones da luta pelos direitos humanos no Brasil e, especial e destacadamente, da luta dos negros brasileiros na busca da sua visibilidade, na busca da conquista da igualdade de direitos.

Quero parabenizá-lo por mais este ano de dedicação e de trabalho. V. Ex^a honra muito o povo gaúcho. E o povo brasileiro se sente também representado, todo ele, pela participação de V. Ex^a neste Senado Federal. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Lídice da Mata. Esta Comissão se sente orgulhosa de trabalhar com V. Ex^a, como também com o Senador Mozarildo Cavalcanti, que está aqui conosco em todos os momentos.

Eu passo a palavra neste momento a Ana Valéria Mendonça, 2^a Vice-Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama – Femama.

A SR^a ANA VALÉRIA MENDONÇA – Muito bom dia, senhoras e senhores. Quero parabenizar mais uma vez a iniciativa do Senador Paim e agradecer.

A Femama, Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, vem mais uma vez a esta Casa, a convite do Senador Paim. E nós, que militamos nessa causa tão árdua no Brasil que é o câncer de mama, estamos em Brasília duplamente satisfeitos por conta de estarmos participando da terceira grande Conferência Nacional de Mulheres e por estarmos participando hoje desta audiência pública para tentar mostrar um pouco aos senhores e às senhoras como tem se comportado essa patologia no Brasil inteiro, essa doença que tem ceifado vidas e que mata atualmente 30 mulheres por dia no Brasil.

Um drama como esse nos faz realmente ficar incessantes na luta. Como profissionais de saúde – eu sou administradora hospitalar –, temos visto que uma doença como essa, o câncer de mama, tem olhares diferentes. Por exemplo, se você vai para a região Norte, percebe uma realidade; se você ao Nordeste é outra; se você vai ao Sul é outra; no Centro-Oeste é outra.

Enfim, eu gostaria de mostrar a vocês um pouco do que a Femama tem feito Brasil afora.

A Femama é essa instituição que tem sede em Porto Alegre e que congrega atualmente 51 entidades. Nós estamos em todas as regiões do País e temos feito um grande trabalho incessante em três grandes eixos de atuação: o eixo de educação e saúde, o eixo de mobilização e controle social e o eixo de *advocacy*, que nada mais é do que a luta pelo direito das pessoas com câncer, mais focado, no nosso caso, no câncer de mama.

Esses são dados que o Inca traz, o Instituto Nacional de Combate ao Câncer. Ele tem trazidos esses dados para o Brasil e a gente tem feito um enfrentamento muito grande entre as diretrizes do Inca e os dados que a Femama tem. Por exemplo, a gente tem uma luta muito séria em relação à Lei da Mamografia, a Lei nº 11.644/2008, que preconiza que toda mulher tem acesso à mamografia a partir dos 40 anos. E aí passem os senhores, em pleno ano de 2011, há 3 anos da lei, a gente se depara com o fato de ter que lutar para que a lei seja efetivada.

Como pode? A lei existe, e ainda assim há um grande questionamento, ora pelo Inca, ora por outros segmentos da sociedade civil, ora pelas sociedades médicas, da necessidade de a mulher de 40 anos realmente ter acesso à mamografia. Mas fundamentamos toda a nossa luta em querer que essa lei se efetive cada vez mais, senhores e senhoras, porque, por exemplo, no centro que eu dirijo lá em Fortaleza, cada vez mais vemos mulheres chegando para fazer o tratamento em

fase já bem avançada da doença, com menos de 30 anos de idade. Isso realmente é uma coisa que nos faz acreditar que a lei precisa cada vez mais ser garantida.

A Femama trabalha com três grandes metas. Inclusive participamos da Conferência Nacional de Saúde há 15 dias, quando apresentamos, de forma muito intensa e convincente, a todos que lá três grandes lutas nossas. E quais são elas? A questão da mamografia. Cobertura mamográfica de 75% da população. Ou seja, a gente luta para que no País todo 75% de toda população de mulheres tenham acesso à mamografia.

Estive agora no Norte, passei 10 dias em Porto Velho, e fiquei estarelecida com os dados daquele Estado. Em Rondônia, exatamente naquele momento, registramos, em visita ao serviço de Oncologia, que na capital há dois mamógrafos. É inadmissível que uma capital tenha dois mamógrafos e, ainda assim, um funcionando e outro, não. Quer dizer, é um negócio inadmissível. E vimos lá também a questão de não haver mastologistas. Essa é outra batalha que enfrentamos enquanto Femama.

Nós também lutamos para que 30 dias sejam o prazo máximo para o início do tratamento. Avancamos muito na questão da atenção básica, é bem verdade. O Brasil, nesses últimos dez anos, tem avançado muito na atenção básica. Precisando de um exame, temos conseguido avançar na mamografia. Mas, uma vez detectado o câncer, o que tem acontecido Brasil afora, principalmente na região Norte e Nordeste de uma forma muito mais intensa? A mulher descobre o câncer hoje, e começa o tratamento daqui a seis meses, pessoal! Não tem condição! O câncer realmente é uma doença que não espera, é uma doença que avança muito rápido. Então, a Femama tem feito uma investida muito forte enquanto incidência nas políticas públicas, na questão de o início do tratamento acontecer no máximo em 30 dias, Senador.

Quanto a isso, a Dr^a Maira Caleffi, que é a nossa Presidente, tem contado muito com o apoio de V. Ex^a, porque sabe que essa luta... Sabemos que se isso se concretizar vamos mudar a cara da saúde pública em relação à saúde da mulher.

Por gentileza.

Na Femama, como expliquei há pouco, somos 51 filiadas Brasil afora e temos feito esse trabalho através dessas capacitações e de ações como o Outubro Rosa – acho que alguns dos senhores e senhoras já ouviram falar.

O Outubro Rosa é um grande movimento de mobilização social. Esse é um movimento mundial, mas aqui no Brasil é capitaneado pela Femama, e a gente tem gerado muitos resultados. Inclusive, Senador, neste ano tivemos o prazer de conseguir iluminar o Congres-

so Nacional. E ficou muito evidente naquele momento que a classe política estava se envolvendo. A gente estava trazendo, por meio da iluminação, uma das ferramentas que a gente usa no Brasil afora. A gente estava dizendo naquele momento que não podemos aceitar a triste realidade dessas 30 mortes por dia.

Cada vez fica mais inadmissível a questão dessa mortalidade tão alta, porque é uma doença que, se detectada precocemente, ou seja, se for descoberta na fase inicial, tem 95% de chance de cura. Então é um contrassenso ter 95% de chance de cura e, ainda assim, ter uma mortalidade tão alta.

Por gentileza.

A Femama também tem participado de grandes ações no que diz respeito às políticas públicas. Em agosto, tivemos o prazer de participar do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. O câncer é uma delas. Afinal de contas, em 2011, o câncer foi reconhecido como uma doença não transmissível, mas que mata muito. Entre nós mulheres, realmente, o câncer de mama é a segunda grande causa de morte. Acho que isso é do conhecimento de todos.

A Femama tem participado de momentos importantes, seja no Ministério da Saúde, seja no Ministério da Educação e no Ministério da Integração, para onde temos levado ações e projetos e temos conseguido mostrar essa realidade para o Brasil.

Já é a segunda vez que a Femama está sendo convidada para esta Comissão e uma coisa que nos sensibiliza muito é notar que o Senador, através desta Comissão, vê a saúde pública, especialmente a saúde da mulher, com esse olhar de direito humano, principalmente quando se vê a desigualdade.

Reconhecemos os avanços do SUS, mas sabemos – eu, que já trabalhei na área privada e trabalho na área pública, sou servidora, lá no Ceará, há 26 anos –, temos a clareza de que é absolutamente diferente a questão do acesso. O SUS avançou muito. O maior provedor de tratamento de câncer neste País realmente é o SUS, mas ainda assim temos embates fortes em relação à saúde suplementar. Temos uma luta também, via Femama, e fazemos essa luta muito no eixo do *Advocacy*. É a questão de tirar o câncer da condição de doença pré-existente nos planos de saúde.

O que os planos de saúde fazem? As pessoas pagam o plano a vida inteira o plano. Na hora em que surge uma biópsia positiva, o plano começa a dizer que não, o câncer é uma doença pré-existente. Então, daqui para a frente, não cobre. Ou então a questão mais dramática ainda no que diz respeito à saúde da mulher. Com relação à hormonoterapia, os planos de saúde não pagam o medicamento oral, então é outro grande problema, porque, quando a mulher tem plano

de saúde, quando precisa tomar um hormônio de base oral, ela ter que ir para o SUS. Quer dizer, ela paga a saúde suplementar e, ainda assim, vai ter que ir para o SUS. Não que ela não tenha direito, todos temos, mas é uma coisa inadmissível. Se pago, tenho direito a uma coisa integral.

Outra grande batalha da Femama também é a questão do acesso aos medicamentos de alto custo. Temos uma droga chamada trastuzumab que 25% das mulheres precisam usar, só que custa R\$9 mil o frasco dela e a cada 21 dias a mulher tem que fazer uso. E, aqui neste País, quem banca essa medicação é o SUS também. Lá no Ceará, inclusive, temos promotoria de defesa de saúde pública que tem garantido isso por via judicial. Mas por que temos lutado, enquanto Femama? Temos lutado para que esse medicamento entre no rol de protocolos do SUS, para que a mulher, na hora em que necessitar, além do drama da própria doença, não ter que passar também pelo desgaste de acionar a Justiça para ter direito a isso.

Ficamos muito felizes, já que estamos no momento de fazer uma avaliação da nossa atuação durante o ano todo, com o pronunciamento da nossa Presidenta Dilma, que disse, lá na ONU, e ontem voltou a afirmar na abertura da terceira grande Conferência Nacional de Mulheres o seu compromisso para com a saúde das mulheres, especialmente a questão do câncer de mama e do colo de útero.

Então vemos que o Brasil avançou, temos uma Presidenta que tem um compromisso e temos que enfrentar uma doença como essa de forma muito séria e consciente.

E aqui, Senador, eu gostaria de trazer o apelo da Região Norte. Nos Estados por onde tenho andado eles têm feito muito esse apelo e na Conferência Nacional de Saúde isso foi muito reforçado: a questão do olhar regional da saúde. Temos andado por lá, e quem duvidar que isso é realidade vá até os grandes centros. Inclusive, em 2006, tive acesso a um material que me instigou a fazer esse trabalho no Norte. Na época, era um manual chamado Plano de Saúde da Amazônia. Quando fui folhear esse manual que tinha mais de 100 folhas, aparecia a palavra câncer duas vezes. Isso chamava a atenção. E agora, recentemente, vemos que, segundo os dados do Estado de Rondônia, o câncer que estava matando mais lá era o câncer de útero. Isso nos chamou a atenção novamente. Mas por quê? Porque realmente a doença está subnotificada, a demanda está reprimida. Se não tenho mastologia nem mamógrafo para investigar, como é que o câncer vai aparecer?

Então, aproveito aqui, enquanto Femama, para deixar o apelo para esta Casa, para o Senado, para

o poder constituído, no sentido de que dirija um olhar especial à Região Norte, principalmente nessa hora do câncer de mama, porque avançamos muito. Por exemplo, no Ceará, hoje, podemos dizer que não temos o drama que havia há cinco anos. Avançamos muito no acesso à mamografia. E quero lembrar que não queremos só mamografia de qualquer jeito; queremos mamografia com qualidade, porque pior do que não fazer uma mamografia é fazer uma mamografia de qualidade ruim, que pode camuflar um resultado.

Mais uma vez, viemos aqui, nessa batida toda, e acredito que não haja mais tempo, mas queríamos depois, num outro momento, não sei se posso deixar, até disponibilizar... Esta ferramenta Outubro Rosa, que temos utilizado Brasil afora, tem mudado muita coisa, porque, em termos de saúde, especialmente no caso do câncer, a informação faz toda a diferença, chegar a sensibilizar uma pessoa a respeito de um diagnóstico precoce, sensibilizar uma comunidade.

Recentemente, nesse Outubro Rosa que passou, fizemos um trabalho muito interessante numa comunidade quilombola, num Município do Ceará chamado Caucaia, quando tivemos oportunidade... As pessoas que estavam à frente do movimento naquele Município levaram a informação, estiveram lá com as mulheres e foram capazes de sensibilizá-las sobre a necessidade de procurar o serviço de saúde.

Enfim, temos feito o que precisamos fazer, e a Femama tem feito a tarefa dela, que é realmente combater essa doença e dizer que não podemos admitir que 30 mulheres morram de câncer no Brasil, principalmente quando temos um compromisso, inclusive acenando para grandes investimentos, como a nossa Presidenta tem dito. Disse isso na ONU, disse isso ontem, tem dito isso incessantemente. E vemos que, no caso do câncer, volta de novo à tona e com muita sensibilidade por parte do povo, por conta de a nossa própria Presidente ter sido acometida pela doença e o nosso querido Lula, também. Então, cada vez mais as pessoas estão sensíveis a essa causa e aqui fazemos essa batida forte em cima do câncer de mama, mas, obviamente, a nossa militância, o nosso empenho, o nosso esforço é pela saúde não só da mulher, mas de todos os brasileiros.

E aqui vai o nosso reconhecimento também. Como gestora, reconheço os avanços do SUS, mas sei que precisamos avançar muito mais e temos condições para isso, porque o povo está mais consciente, é bem verdade, e os investimentos já não são tão escassos. Temos dito Brasil afora, a questão do SUS é de gestão, é a questão de financiamento e de empreender, realmente acreditar que pessoas do Brasil inteiro po-

dem mudar, não só os gestores como os usuários e os profissionais de saúde.

Acho que V. Ex^{as} estão acompanhando na mídia uma campanha que estamos fazendo via Femama, que é a campanha da mamografia. Uma criança lembrando para a mãe dela: “Mamografia. Se não fizer por você, faça por mim”. O marido também está envolvido nessa questão, lembrando que, se ela não fizer por ela, faça por ele. Também estamos tentando resgatar alguns dados importantes, relativos à quantidade de crianças que devem estar órfãs neste País, com menos de 10 anos de idade, porque perderam suas mães para o câncer de mama.

Então, agradecemos, mais uma vez. A nossa Presidente Maira Caleffi vem, através da minha presença aqui, agradecer o Senador. Ela tem visto o seu empenho, sabe que é uma pessoa que tem se envolvido pessoalmente nas grandes causas, e essa sensibilidade de entender a saúde como direito humano, acho uma forma muito especial para com as mulheres.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT) – Essa foi a Ana Valéria Mendonça, 2ª Vice-Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Femama. Parabéns. É uma alegria ouvir o seu pronunciamento.

Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Paim, Presidente desta Comissão, que, como já foi dito aqui, desenvolve um excelente trabalho, como médico, depois do depoimento da Presidente da Femama, eu não poderia deixar de me pronunciar, porque, na verdade, tudo o que se faz nesta Casa, qualquer que seja a comissão, se não tiver por base o ser humano, portanto, os direitos do ser humano, nenhum trabalho é importante. Pertencço a várias comissões, inclusive à de Assuntos Sociais, onde abordamos esse tema. Realmente conheço esses dados que a Dr^a Ana Valéria colocou, mas é muito importante que essas coisas sejam divulgadas.

Semana passada, estive no meu Estado, participei, inclusive, de um evento no Conselho Regional de Medicina com vários colegas, e é lamentável ver como os administradores não dão importância à questão da mama e, como também foi colocado, a saúde suplementar não é devidamente fiscalizada.

Aprovamos recentemente o nome de um profissional, médico por sinal, para a ANS, que é a Agência de Saúde Suplementar, e o que vemos é que, na verdade, não há uma fiscalização desses planos. Recentemente, os médicos pararam por um dia, os médicos dos planos de saúde, justamente em protesto contra o que eu chamaria de mercantilização dessa questão.

Existem dois dados: um diz que, nos últimos seis anos, os planos de saúde aumentaram em 150% o valor cobrado de quem tem um plano de saúde, quer dizer, do usuário, mas aumentaram para os profissionais de saúde de um modo geral, para o médico, menos de 40%. Vejam o descompasso. E ainda assim monitoram a atuação do serviço médico. Quer dizer, o médico não pode pedir tal exame, o plano não cobre isso ou aquilo. Enfim, o médico fica tolhido até de exercer adequadamente sua profissão.

Nós precisamos mudar isso de maneira radical. Se o SUS já não funciona adequadamente, piores estão sendo os planos de saúde, porque o SUS pelo menos, digamos assim, teoricamente, nós não pagamos, apesar de pagarmos impostos. Como é que o SUS é financiado? É com o imposto dos brasileiros todos. Piores ainda os planos de saúde, porque você tira do seu bolso, do seu salário para pagar um plano de saúde na presunção de que vai ter um tratamento melhor, e não tem.

Então realmente eu fico muito preocupado. Sou ginecologista e vejo que essa questão da saúde da mulher, como a Presidente Dilma disse, tem que ser prioridade. Aliás, quando fiz Medicina – eu me formei há 42 anos –, um professor já dizia: se nós cuidássemos de três áreas, cuidaríamos de 80% dos problemas. Se tratássemos da mulher, da criança e da prevenção, incluída aí educação, mais as vacinas, etc...

Enquanto isso, a maioria das prefeituras, dos governos estaduais e até o Governo Federal se preocupam muito mais em construir hospital e não equipá-los ou em construir centros de saúde e não equipá-los. Como a senhora disse, deve ser muito pior a quantidade de mamógrafos que não funcionam neste País.

Então quero endossar as palavras de V. S^a e dizer que realmente nós temos tido essa preocupação e temos que intensificar não só a preocupação como a ação, a cobrança, para que realmente esses benefícios sejam levados a todas as mulheres.

Sempre digo que muitas vezes nós, homens, achamos que temos menos doenças do que as mulheres, o que é uma ilusão, mas, na prática, as mulheres estão mais vulneráveis mesmo. Então é fato que as mulheres têm que ser mais bem cuidadas. E eu espero que a Comissão de Direitos Humanos force até outras comissões, como a de Assuntos Sociais, para que nós possamos implementar não só leis, mas fiscalizar a execução dessas ações de saúde. Não adianta nós sermos a quinta ou a sétima economia do mundo e termos pessoas morrendo por câncer de mama, por câncer de colo de útero, o que é realmente lamentável.

Muito obrigada. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico e tem dedicado, digamos, o seu mandato à defesa de todo o nosso povo, toda nossa gente, nas mais variadas áreas, mas na área da saúde, especialmente, nós temos que pedir licença a ele antes de falar do tema, porque tem nos orientado com muita precisão. E foi assim que nós dois votamos os 10% para a saúde, por consciência da importância de mais investimento na saúde.

Neste momento, para encerrar esta Mesa – depois teremos outra Mesa –, vou passar a palavra para o Warley Martins Gonçalves, Presidente da Cobap.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALVES – Bom dia a todos, bom dia à Mesa, em nome do Senador Paim.

Eu queria agradecer ao Senador, que é um defensor dos aposentados, pensionistas e idosos. Esta Comissão de Direitos Humanos, este ano, fez muita coisa para nós, inclusive, Senador, nós até ficamos meio tristes porque agora a Presidente Dilma fez o reconhecimento em várias entidades de recursos humanos. Nós até falamos assim: o melhor homenageado seria o Senador Paim. Entendeu? Porque ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu prefiro dizer que o Warley diz isso porque é meu amigo.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALVES – Não, não é não. É que você mesmo reconhece todas as entidades, você traz aqui todas essas entidades que representam trabalhadores, aposentados, ciganos. Então você é um grande defensor mesmo dos recursos humanos. Você está de parabéns por esta Comissão de Direitos Humanos, junto com os Senadores que aqui estão na Comissão.

Eu queria também falar sobre nós, aposentados e pensionistas. Nós somos uma categoria muito sofrida, principalmente agora, porque a nossa arrecadação cai por anos e anos. Você vê que milhares de aposentados, todo ano, passam a ganhar salário mínimo. Uma coisa preocupante.

E nós, aposentados e pensionistas, quando estávamos na ativa, tínhamos um plano de saúde, ganhávamos uma cesta básica, ganhávamos muita coisa da empresa. Quando se aposenta um trabalhador, ele já começa a perder no fator previdenciário, começa a perder de 40% a 50% na sua aposentadoria. E depois todo ano vem caindo, vem caindo até chegar a um salário mínimo.

Ontem mesmo, na audiência que nós tivemos, eu falei: já que o Governo quer que todo mundo gane salário mínimo, por que não faz uma lei para que todos os trabalhadores da ativa paguem sobre o sa-

lário mínimo? Pelo menos estou sabendo que vou me aposentar com salário mínimo. Eu estou pagando um salário mínimo. Agora, paga quatro, cinco salários, e, na hora em que você se aposentar, passa a receber um salário mínimo ou menos do que um salário mínimo. É complicado.

Todo governo fala que até 2030, 2035, nós vamos aí uma quantidade de aposentados e idosos correspondente a 20%, 30% da população. Mas ninguém faz nada, ninguém se prepara para o futuro. Veja se nós temos no País centros de convivência de idosos. A nossa Presidência fez, parece que 500, 600 creches, mas não fez um centro de convivência do idoso. Nós também precisamos. O idoso não precisa de asilo. Nós não queremos asilo; nós queremos um centro de convivência do idoso.

Lá na cidade onde eu moro, visitei um asilo. Havia uma senhora de 75 anos e eu fui conversar com ela. Eu perguntei: cadê os filhos da senhora? Ela falou: olha, meu filho, faz seis anos que eu estou aqui; faz cinco anos que eu não vejo meu filho nem minha filha. Aí fiquei com aquilo na cabeça, Senador, e fui perguntar para o presidente da entidade, do asilo, quem era o filho daquela senhora que estava lá. Olha, eu fiquei admirado, é o melhor médico que tem na cidade que colocou a mãezinha dentro do asilo e fazia cinco anos que não ia visitar a mãe. Olha o que nós temos ainda no nosso País, Senador. Que coisa!

Por isso a gente quer o centro de convivência do idoso. Por que? Leva o idoso pela manhã, à tarde o filho tem que ir lá buscar, tem que ficar com ele à noite. Essa é uma reivindicação que a Cobap está fazendo, porque nós precisamos de centro de convivência para o idoso. É igual à creche. Não existe creche em tudo que é Município para se levar as crianças pela manhã e buscar à tarde? Dizem que o idoso, depois de certa idade, vira criança. Então vamos ter o centro de convivência do idoso. É isso que a gente reivindica.

Eu peço apoio também para o jovem de hoje, que vai ser o aposentado de amanhã. Nós temos que fazer alguma coisa.

Nós fizemos, no ano passado, um fórum mundial, o 1º Fórum Mundial de Aposentados e Pensionistas, com o apoio do Senador Paulo Paim, aqui no Senado. Nós conseguimos trazer 20 países. Dos 20 países, a nossa Previdência ficou em terceiro lugar. Vocês veem como é tão boa a nossa Previdência, e nós mesmos não damos valor. Nós temos que defender a nossa Previdência porque ela é muito boa. A segunda maior arrecadação do Brasil é da Previdência. Primeiro é a União, depois vem a Previdência, e ninguém se preocupa com a nossa Previdência. Ninguém procura defendê-la. Do jeito que estamos, se nós não nos prepararmos

para a aposentadoria de amanhã, se não nos prepararmos para defender a nossa Previdência de hoje, vai acontecer como está acontecendo na Europa hoje. E quem é prejudicado? São os aposentados. Volto a dizer: se nós não nos preocuparmos e ficarmos unidos, vão tirar dinheiro nosso, da nossa Previdência, para jogar na Copa do Mundo. Está faltando dinheiro para a Copa do Mundo. E a nossa Previdência... Eles dizem que estão quebrados. Nós já avisamos que estavam quebrados. Então podem tirar dinheiro de lá, porque a gente fica esperando e acreditando no que eles falam, que a nossa Previdência é quebrada, mas nós não nos enganamos. Não é Senador? Nós não nos enganamos de maneira alguma que a nossa Previdência é quebrada. A gente sabe que não é.

A Cobap teve a ideia, junto com alguns Senadores, mas a gente está aguardando para ver se ainda tem algum, de pedir uma CPI na Previdência, porque não é possível o Governo dizer que a Previdência tem déficit e nós dizermos que não tem. Se fizer uma CPI, nós vamos ver quem tem razão. A única maneira de desmentir o Governo é fazer uma CPI na Previdência, o que eu acho difícil. Ou pelo menos uma fiscalização rigorosa na nossa Previdência. Nós não devemos permitir que se diga que a nossa Previdência tem déficit, que ela está quebrada.

Meu filho tem 22 anos. Eu falo para ele: filho, pague a Previdência. Eu não. O Boni falou agora que a Previdência é quebrada. Como é que o senhor quer que eu compre uma coisa quebrada, pai? O senhor está me enganando? Eu falo: não, meu filho, não é quebrada. Isso é para vender o plano privado que já, já aparece aí. Dito e feito. Dali a meia hora aparece o Banco do Brasil, o Banco Itaú falando na...

Então essa é a preocupação nossa. Os próprios filhos da gente ficam preocupados. Como é que eu vou pagar a previdência pública sendo que está falida? E não está falida. A gente briga direto com o Ministro da Previdência, com o Secretário da Previdência, mas não adianta. Eles falam para nós: não, não está quebrada, não está nada. Viram as costas e sai na *Folha de S. Paulo* que está quebrada a Previdência.

Então, pessoal, eu faço um apelo para nós que estamos aqui reunidos que nós temos que defender a nossa Previdência. A nossa Previdência é uma das melhores do País inteiro, do Brasil. Nós não podemos deixar que eles dominem a Previdência. A Previdência é nossa, nós temos que mantê-la e lutar por ela.

Eu queria agradecer novamente ao Senador. A Cobap admite o apoio total ao Senador, que sabe disso, porque hoje nós temos aí vários Senadores que estão assinando essa bandeira junto com o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Mozarildo.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Vamos fazer de tudo para conseguir esse aumento de 80%. Inclusive, logo depois que a Mesa for desfeita, eu vou para a Comissão Mista, que está se reunindo agora, onde tem a proposta do Paim, de 80% do PIB vai, provavelmente vai ser votada hoje. E a gente está lutando para que isso seja uma realidade, senão vamos ter aí milhões de aposentados que este ano vão passar a ganhar salário mínimo.

Muito obrigado e fiquem com Deus.

Obrigado, Paim. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Warley, Presidente da Cobap, que vai ter que se retirar porque vai à Comissão Mista fazer pressão democrática para que eles aprovelem a emenda de 80% do PIB para os aposentados e pensionistas. Parabéns, Warley, pela sua luta, pela resistência e pelo trabalho que você vem fazendo em defesa dos aposentados e idosos de todo País.

Eu convidaria os companheiros que estão nesta Mesa para retornar ao plenário, e convidaria agora a segunda Mesa, convidando Francisco Avelino Batista, representante da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas, Marlete Queiroz, representante da Associação dos Ciganos Calons, Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente do Cetrab, e Jovita José Rosa, representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Enquanto nossos convidados estão chegando à Mesa para fazer uso da palavra, eu vou ler a carta de outro convidado nosso que infelizmente não pôde estar conosco:

“Exmº Sr. Paulo Paim, peço minhas desculpas por não poder comparecer a essa audiência, deixando a certeza de que tudo daria para estar aí com V. Exªs, enfim, na CDH. Por falar em CDH, quero dizer que tenho um enorme apreço por esta Casa que me acolheu e a todos os autistas. Os autistas brasileiros foram acolhidos no momento mais difícil de nossas vidas. O momento era de total desânimo e descrédito ao Poder Público por parte de famílias de pessoas com autismo. O sofrimento era tanto que já não viam luz no fim do túnel. Hoje, Excelência, a luz brilha no céu de um Brasil mais justo, na esperança de dias melhores depois de audiências públicas realizadas na CDH e pela aprovação do nosso PL 1.631, de 2011, que prevê a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Tantos momentos incríveis vivemos nesta Casa, tantas vitórias. Fizemos história, fizemos justiça para os autistas brasileiros. Comemoramos a aprovação, por

unanimidade, na CDH do projeto, tendo à frente desta causa um caudilho pampiano, gaúcho acostumado a não fugir de peleias e insistindo em levar a termo a votação, prolongando o prazo até que se rompa a aurora, se me permite aqui usar um linguajar gauchesco e poético da nossa gente.

Eu vi e ouvi todas as suas palavras no dia da votação, insistindo e convocando os Senadores. Dizia V. Ex^a: daqui não sairemos até que o último Senador apareça para votar, não importa a hora, e não aceito menos que a unanimidade.

E a unanimidade aconteceu, e 2 milhões de pessoas respiram aliviadas e a esperança renasceu em 2 milhões de corações”.

Enfim, esse é um pedaço da carta que recebemos cumprimentando a Comissão pela aprovação do projeto dos autistas.

Vamos de imediato passar a palavra, nesta segunda Mesa, ao Sr. Francisco Avelino Batista, representante da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas, Apib.

O SR. FRANCISCO AVELINO BATISTA – Bom dia, Senador Paulo Paim e a todos da Mesa.

Como o Senador já falou, eu sou Francisco Apurinã, da Coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Apib, uma organização criada em 2005 para defender os direitos dos povos indígenas brasileiros. E, com muita satisfação, atendemos ao convite do Senador.

Esta Comissão de Direitos Humanos tem apoiado os povos indígenas até mesmo no fortalecimento institucional da própria organização, a partir de 2005, e no apoio ao Acampamento Terra Livre, que nós realizamos todos os anos aqui, na Esplanada dos Ministérios.

Quero dizer, Senador, que esse apoio fortaleceu muito o nosso diálogo com o Governo e esta Casa, no sentido de defender os nossos direitos.

Como foi colocado aqui, o senhor tem chamado diversas organizações, inclusive organizações indígenas que são, neste País, ainda muito desconhecidas, por causa da violência ao direito constitucional e até mesmo aos direitos assegurados na Convenção 169.

Eu quero citar rapidamente algumas discussões que nós fizemos aqui com apoio desta Comissão, por intermédio da pessoa do Senador Paulo Paim, discussões que começaram dois anos atrás, quando a gente começou a discutir uma nova estrutura da política indigenista brasileira, porque a Funai foi criada nos anos 60, no regime militar. A atual conjuntura é outra situação, portanto a gente priorizou esta discussão para fortalecer, discutir e garantir a implementação dos direitos constitucionais assegurados na Constituição de 88.

Feito isso, através desse apoio, a gente criou a Comissão Nacional de Política Indigenista que discutiu a política de fato, discutiu uma nova dinâmica de ordenação, de coordenação da política indigenista brasileira em vários ministérios. Isso foi um aprendizado para nós, para que pudéssemos defender e construir uma política que de fato beneficiasse os povos indígenas do Brasil.

Essa Comissão discutiu um novo Estatuto dos Povos Indígenas, que é um estatuto de dezembro de 73, e que, no nosso ponto de vista, era o momento de discutir. Então a gente voltou a essa discussão de um novo Estatuto dos Povos Indígenas que está tramitando nesta Casa. Nós fizemos, no ano de 2010, várias discussões, no Brasil, dessa nova lei para garantir os nossos direitos, conforme é assegurado pela legislação brasileira e até mesmo pela Convenção 169.

Nós também discutimos o fortalecimento de uma nova estrutura para atender à saúde dos povos indígenas. Foi criada a Sesai, com muita dificuldade, e também está se estruturando para atender à saúde dos povos indígenas, com a diferença que eles têm, com a diferença que tem a comunidade, com aquilo que entendemos que é uma saúde diferenciada.

Então nós estamos também fortalecendo essa secretaria para atender bem o nosso povo, porque uma coisa é o atendimento na cidade, é o atendimento nos hospitais, outra é o atendimento nas aldeias, a dificuldade que têm os profissionais, a dificuldade que tem a equipe para atender esse povo. Portanto, é um desafio ainda. Mesmo criada a secretaria, nós estamos trabalhando para que ela possa se fortalecer e atender com qualidade as nossas aldeias. Isso foi uma coisa que a gente trabalhou com o apoio dessas articulações, para que pudéssemos ter esse atendimento especial nas nossas aldeias.

Mas também discutimos, com apoio desta Casa, o bloqueio de várias PECs e PLs que entendíamos que eram contrários aos nossos direitos. E o Senador Paulo Paim apoiou a gente aqui, tem apoiado e com certeza nós contaremos com esse apoio por muito tempo nessa discussão dos povos indígenas do Brasil.

Nós também discutimos, Senador, a criação de uma política nacional de gestão ambiental e territorial do Brasil, porque até então várias políticas implementadas através de ministérios eram pontuais, não políticas públicas. Então nós discutimos também a criação dessa política. O que está faltando é a Presidente Dilma assinar o decreto para a criação dessa política que é uma articulação nossa e tem mobilizado os povos indígenas de todo o Brasil. Fizemos vários seminários no Brasil para construir essa política. Portanto estamos nos articulando para a assinatura desse decreto que

para nós é muito importante. Vamos sustentar o nosso povo dentro de suas terras com qualidade de vida, de acordo com a realidade deles, porque não adianta ir um povo para a cidade se ele não tem como viver. Lá dentro nós sabemos pescar, sabemos caçar. Portanto é o nosso mercado, a nossa terra. Essa política nós entendemos, que ela é muito importante, mas têm alguns desafios que precisamos colocar aqui.

Muitas lideranças estão sendo criminalizadas por defender os seus territórios. Isso para nós é uma preocupação que merece ser colocada e que nós entendemos que é o nosso desafio de hoje. A Apib está preocupada com essa situação. Nós estamos enfrentando muitas dificuldades. Ao defender os nossos territórios, muitas lideranças estão sendo presas. Nós já fizemos denúncias e estamos fazendo articulações para que isso não venha a acontecer.

Também estamos muito preocupados, Senador, com essa questão de construção de empreendimentos sem as consultas a esses povos. Não é que nós sejamos contra os empreendimentos, o crescimento do País. O que nós queremos é que seja consultado o nosso povo, assim como é assegurada na Convenção 169 – consulta livre, prévia e informada. Que tudo seja consultado previamente, que seja decidido, consensuado entre a comunidade. Isso ainda está muito ausente. Queremos que isso seja uma realidade na regulamentação desse processo, porque a Convenção 169 no País é uma lei. O Brasil é signatário da Convenção 169, portanto ela tem que ser cumprida, tem que ser regulamentada. Essa é uma preocupação nossa que estamos colocando aqui e vamos trabalhar para que seja regulamentado.

Também é uma satisfação quando a gente coloca os avanços. Recentemente foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Indígenas, da qual o Senador Paulo Paim faz parte. E nós vamos contar com essas articulações que entendemos ser importantes para os povos indígenas brasileiros. Também temos feito essa articulação com as entidades organizadas no sentido de fortalecer o movimento indígena.

Era isso que eu queria colocar, Senador.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pela fala do Francisco Avelino Batista, representante da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas, que deu uma série de depoimentos de movimentos que fizemos em parceria, mas aponta para novos desafios e novos caminhos. Como tenho dito sempre, Francisco, acho que nós todos, militantes dessas causas, fizemos muito dentro do nosso alcance, mas, com certeza, te-

mos que fazer muito mais e envolver cada vez mais o Estado, o poder constituído.

Quero passar neste momento a palavra, na sequência, para Marlete Queiroz, representante da Associação dos Ciganos Calons, que já esteve conosco em diversas oportunidades.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Bom dia a todos, bom dia a todas. Senador, é com imenso prazer que eu lhe digo que agora nós temos a nossa associação, a primeira Associação Nacional das Etnias Ciganas do Brasil, da qual eu sou presidente. Nossa associação é nova, tem em torno de 6 meses, mas para a gente é uma grande conquista.

Aqui temos os nossos companheiros: Tio Luiz, que é o Vice-Presidente da Anec, a associação nacional, o Wanderley, Presidente de Planaltina, o Jefferson, que é de Buritis de Minas e veio especialmente para esta reunião. Temos aqui os nossos amigos da diretoria da Anec de Taguatinga e de Arinos, que se sentem muito felizes por estar aqui, nesta Casa.

Nós gostamos, Senador, de cumprir rigorosamente o horário, mas hoje, como estou fazendo parte da III Conferência Nacional das Mulheres, eu tive que me credenciar como delegada, mas não podia deixar de comparecer aqui. Por isso o nosso pequeno atraso. Ontem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas traz a mensagem da conferência.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ouvir a opinião das mulheres.

A SRª MARLETE QUEIROZ – Ontem foi a abertura, com a Presidenta Dilma, com a participação de pelo menos duas mil mulheres, o que é muito importante. As mulheres estão aí articuladas, unidas e isso é muito importante. Mas eu não poderia faltar, não poderia deixar de vir aqui hoje marcar a nossa presença dentro dessa oportunidade.

Senador, nós já tivemos oportunidade de ter duas audiências públicas falando dos ciganos. Foi o senhor que nos deu essa oportunidade de começar a sair dessa invisibilidade. Nós, da Anec, levantamos a bandeira dos ciganos calons. Existe essa homogeneidade entre os ciganos, mas pela sociedade não conhecida. Os calons são os ciganos da primeira etnia que veio para o Brasil. Vieram deportados, em 1574, de Portugal, no degredo, já com decreto da corte portuguesa, sem direito a usar seus sobrenomes. Os ciganos calons não podiam adquirir terras, as crianças não podiam estudar, os ciganos calons não podiam ficar mais de três meses acampados em nenhum lugar deste País. Só poderiam descer no porto do Maranhão, onde existiam somente índios. A ideia do Governo de Portugal era

criar um confronto entre os índios e os ciganos para que se exterminassem. Mas os índios e os ciganos se tornaram amigos, nós nos chamamos de parentes. Os calons em sua maioria vieram sem família, pois eram separados. Em Portugal, para se ter o etnocídio, aceitavam ciganos que não vivessem como ciganos, que mudassem a sua linguagem, a maneira como se vestiam. Não poderiam conviver mais de dois ciganos juntos. Foi uma maneira de Portugal... Existiam as políticas anticiganos.

Nossa história de perseguição é milenar. Os ciganos já foram escravos na Moldávia, na Valáquia, por mais de 600 anos. Existiu o holocausto cigano, que nunca foi reconhecido. Mais de 500 mil ciganos foram exterminados. Existiu um zoológico cigano feito por Hitler.

Aqui no Brasil, hoje, os ciganos calons continuamos assim. Acreditem ou não, continuamos sem lugar para morar. É de 95% o índice de analfabetismo em nossa comunidade. Hoje, por exemplo – e o Wanderley é o responsável –, há uma turma de 11 ciganos sem certidão de nascimento. Dos 3 aos 54 anos de idade, conseguimos fazer a certidão de nascimento de muitos, mas ainda existe essa realidade. Esses que aqui estão são da comunidade de Taguatinga. São 26 famílias que estão no setor H Norte, porque o Governo não consegue ligar o cigano à terra. Então, Senador, os ciganos se tornam eternos nômades. Perguntam-me: faz parte da cultura não ter certidão de nascimento? Onde vai fazer parte da cultura não ter certidão de nascimento, não ter cidadania? Ah, os ciganos não querem lugar em lugar nenhum! Se os ciganos forem ouvidos realmente, se pudermos ser gestores das nossas necessidades vocês vão ver que não é essa a nossa realidade.

Aqui, Senador, existem 26 famílias no setor H norte. Estamos em uma negociação adiantada com Lúcia de Carvalho, a Superintendente das Terras da União no DF, mas o que acontece com essas 26 famílias? Estão em uma reserva ambiental da Caesb. Existia uma nascente, não tem luz. Existia uma nascente de onde tomavam água. Com a chuva, a água foi contaminada, as cobras invadiram as barracas. Muitas crianças estão doentes, muitos idosos estão doentes. A situação é calamitosa. Já tentamos conversar com a Administração de Taguatinga, já fomos a vários locais e não conseguimos nenhum resultado. O que está acontecendo agora? As famílias estão se dispersando, cada uma ficando em algum lugar provisoriamente, mas sem a menor condição. A nosso ver, isso é uma calamidade pública. Precisamos, realmente, Senador, sair dessa invisibilidade, ser ouvidos.

O senhor, na audiência pública deste ano, lançou a idéia de fazermos um estatuto do cigano. Para isso

necessitávamos de uma associação nacional. Então, primeiro fomos buscar essa associação nacional para podermos começar a caminhar. Reconhecemos que estamos muito atrasados em nossa luta, mas há falta de conhecimento de que o direito para ao lado dos ciganos calons. Eles não o conhecem. Hoje, se vocês perguntarem a qualquer um dos ciganos que estão aqui muitos vão dizer que é a primeira vez que estão nesta Casa. Eles têm o direito de estar aqui. Muitos pedem por favor, pelo amor de Deus ao Governo, mas não sabem que têm o direito de ser tratados como cidadãos. É um Brasil completamente invisível. Eu estava vendo. Sempre, quando há conferências, tem fotos: negros, índios, brancos. Mas em nenhum banner existe a foto de um cigano.

Temos que deixar de ser invisíveis. A nossa luta, Senador, acaba sendo injusta por essa falta de conhecimento. Dentro de nossa associação esses senhores – e tem muitas mulheres – são batalhadores, mas e essa falta de conhecimento, o analfabetismo? Não temos, realmente, mão de obra. Sou a Presidente, tenho o 2º grau. Tudo, ofício, toda essa parte é uma demanda muito grande só para mim. Eles têm realmente muito boa vontade, necessidade, mas muitas vezes não sabem o que fazer. Então, falta essa mão de obra, essa condição. Procuro estar presente, mas aonde posso ir, aonde posso falar? Eles estão aprendendo, aprendendo a lutar, a entender que nós temos esse direito.

O senhor, Senador, nós dá a oportunidade de estar nesta Casa, de participar dessas audiências públicas. Eu, como mulher cigana – vejam bem que os ciganos são conhecidos como machistas –, sou a Presidente da Associação Nacional. É por essa luta. Eles sabem que estou tentando, há 18 anos, fazer esse trabalho. Então estamos nos unindo, deixando de lado essa questão de gênero, apenas para que os ciganos sejam tratados como seres humanos. A realidade dessas famílias ninguém conhece, mas duvido que exista um brasileiro ou uma brasileira que nunca tenha ouvido falar que ciganos são ladrões. É esse o estigma. Em qualquer lugar, em primeiro lugar nós somos ladrões, depois cidadãos.

Ninguém olha essas comunidades, esses acampamentos pobres, Senador, com barraquinhas de lona, de plástico. Vocês imaginem 26 famílias – e só estou citando o caso de Taguatinga – com mais de 40 crianças, com idosos, dentro dessas lonas, sem luz, sem água. Muitas vezes enfrentam as autoridades policiais que chegam lá e destroem as barracas, o pouco que se tem, o sustento. Os homens são os calons e as mulheres, as calins, as guerreiras que muitas vezes sustentam as famílias vendendo panos de prato. Aqui em Brasília, quando se vê, são as calins. Às vezes, ne-

gam que são, porque se a sociedade souber que são ciganas não compra o pano de prato. São mulheres que, 15 dias após darem à luz, vão para as ruas com suas crianças. Aqui em Taguatinga o Ministério Público tentou tomar uma criança, como aconteceu em São Paulo, porque a mãe estava vendendo pano de prato. Mas como é que sobrevive? Como é que se sustenta? Em Brasilinha, Planaltina de Goiás... Ele até fala muito. Falou com o senhor, esse menino, que precisava da certidão de nascimento. Ele entrou no colégio e disseram a ele: seu pai vai ser preso porque você está na escola sem certidão de nascimento. Ele saiu da escola e falou com o senhor. O senhor se lembra? Disse-lhe: queria minha certidão de nascimento. Os pais foram ameaçados de prisão porque ele estava na escola sem certidão de nascimento. Então, se atuam para punir por que não atuam para ajudar? Ele veio, quando a gente falou: entre os ciganos, o Senador Paulo Paim é conhecido como um homem muito bom, que ajuda os ciganos. Muitos falam que ele mora lá no Senado. Então esse menino, essa criança quis vir para conhecer e falar com ele: eu queria ter uma certidão de nascimento para poder estudar. Aqui o Senador teve conhecimento.

À Deputada Federal Érica Kokay, em nossa audiência pública, foi dito que estávamos acampados lá em Planaltina, em uma concessão precária de uso próxima a uma escola. Existiam seis crianças ciganas matriculadas nessa escola pela primeira vez. A diretora dessa escola reuniu todo o colégio, na hora do recreio, e disse para todo mundo: não se aproximem daquele acampamento porque ciganos arrancam pernas, braços e olhos, cozinham vocês. Foi uma confusão tão grande que as crianças tiveram de sair da escola.

Em Alexânia existem ciganos que participaram da construção de Brasília. Os Calons, quando vieram para este País, no degredo, começaram a fazer o quê? A pegar animais e vender, trabalharam com a venda de animais. Foram os grandes responsáveis pelas entradas e bandeiras deste País. Brasília foi construída com carroças e animais. Lá estavam os Calons trabalhando e negando que eram ciganos para ter oportunidade de trabalhar. Então, na maioria das vezes, a sobrevivência, o sustento, está ligado a isso.

Existe a elite cigana, existe sim. São os ciganos da Glória Peres, da novela "Explode Coração". Vieram no Século XIX com a Corte de Dom João VI. São os ciganos Roms. Eles realmente não necessitam das políticas públicas e da assistência do Governo como os ciganos Calons. Então, não há essa homogeneidade. Existe uma diferenciação muito grande de cultura, existe a Língua Rom, existe o Chibi, que é a língua dos Calons, e uma diferença de necessidades.

Agradeço mais uma vez, Senador, ao senhor, por essa grande oportunidade. Uma vez, abrindo esses espaços em que estamos, fui a uma sessão solene do Senado. O Senador estava fazendo um discurso. Em todos os discursos eu ouvia falar de brancos, negros e índios. Então escrevi um bilhetinho pedindo ao Senador que, com todo o respeito, falasse também que o nosso País é composto por brancos, negros, índios e ciganos. Digo sempre que os três mosqueteiros são quatro. Nós, os ciganos, somos minoria, mas existimos, formamos este País. Até agora, Senador, tentamos nos enquadrar porque dizem: vocês são comunidades tradicionais, são minorias étnicas. Tentamos saber onde nos enquadramos, mas ainda não conseguimos encontrar o nosso espaço. Estamos, como disse ao senhor, engatinhando. Muitas vezes eu mesma, que tenho pouco conhecimento, tento acessar o Governo, nossas políticas públicas e suprir as nossas necessidades, que são grandes.

Vejo o seguinte, Senador: se as coisas não mudarem, daqui a dez anos não vão mais existir os Calons. Vão ser obrigados a... Se tiverem dinheiro para alugar uma casa e se souberem que se trata de um cigano não alugam, mesmo pagando. Então a condição dos ciganos é realmente primitiva. Acredito que a situação é de total abandono. Muitas vezes falam que nós somos muito sumidos, que não procuram as autoridades. Realmente, mas o direito passa ao lado. Se não se conhece esse direito como é que se vai fazer uso dele?

Então, sinto-me muito orgulhosa de ser a Presidente da Anec, de nós, com muita luta... Vocês não imaginam a dificuldade que foi montar essa associação. Agora nós já temos Anec em vários lugares. Mas ainda estamos, Senador, batalhando porque para montar uma Anec eu preciso ir... Como eu disse, muitos não sabem como fazer, como registrar em cartório. E nem sempre nós temos condições financeiras nem tempo para estar em todos os lugares sem nenhum tipo de ajuda, de auxílio. Tudo o que estamos fazendo é por nossa conta. Em cada lugar onde vai ser instalada uma Anec eu preciso estar presente. Então essa dificuldade ainda é muito grande. Como eu disse, esses senhores e essas senhoras vêm com muito boa vontade, mas ainda falta o conhecimento, essa condição de fazer. Nós começamos e não vamos parar por aqui.

E ao senhor, Senador, temos de agradecer muito e sempre ao senhor, porque o senhor consegue, o senhor é de uma generosidade e, eu vejo, de uma espiritualidade... Tem que haver uma espiritualidade! O senhor tem que ter Deus muito forte dentro do senhor. O senhor tem que conduzir essa espiritualidade, o senhor tem que conduzir Deus para ter dentro do senhor essa bondade, essa força, para o senhor

atender a tantas pessoas, a tantas causas difíceis, a tantos problemas.

Eu acredito, sim, que esses problemas, essas dificuldades, às vezes, nos afetam, baixam o nosso padrão. Então, é preciso que Deus esteja sempre presente para que a cada dia, quando o senhor se levanta, tenha essa força para falar pelos oprimidos, dando voz a quem não tem voz.

Por isso o senhor, nas nossas preces, está todos os dias, porque pedimos que lhe seja dada força, que o senhor continue com essa luz de Deus lhe abençoando, para que o senhor possa nos ajudar, nos conduzir, porque o senhor, sim, é uma criatura de Deus.

Nós acreditamos que há várias maneiras de orar, de fazer prece. Eu acredito que o senhor faz isso todos os dias nos seus discursos, quando defende as pessoas que necessitam. Quando o senhor abraça todas essas causas muito difíceis, portas que são fechadas, o senhor as abre com tanta simplicidade.

O senhor, por quem eu tenho tanto respeito, me trata como uma amiga de muito tempo. *(Palmas.)*

Então o senhor é uma pessoa de Deus. Eu vejo que quem é Deus não são só aqueles que estão nas igrejas. O senhor para mim é um missionário, e que Deus o conserve o senhor dentro dessa missão, com essa força, com essa garra. Que Ele o abençoe sempre, Senador, para que possa atender àqueles que necessitam muito do senhor. Eu tenho muito respeito, muita admiração pela figura que o senhor é.

Muito obrigada por essa oportunidade que o senhor nos dá. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grande Marlete! Só não vale mexer muito com as emoções da gente. *(Risos.)*

É que ela fala bem mesmo, e às vezes a gente diz: cicrano fala bonito. Não é falar bonito, é falar com alma, com o coração. Ela fala o que está pensando, não fica enfeitando. É isso o que é bonito.

Algumas frases eu peguei dela. Em uma ela disse: Senador, quando falar de nós, diga por que eles querem nos tornar invisíveis. Eu nunca esqueci! Nunca esqueci! Quando lembro essa frase eu me lembro da comunidade cigana.

Aqui você disse outra frase que vou levar comigo, porque é muito bonita. Você disse: há muitas formas de rezar.

Nós estamos ao vivo na TV Senado para todo o Brasil.

Há muitas formas de rezar. Rezar não é só dizer “Pai Nosso”, “Ave Maria”. Rezar é fazer o bem. Você disse isso em outras palavras. *(Palmas.)*

Olha, isso é de uma profundidade que mostra todo o potencial do nosso povo. O nosso povo precisa

de oportunidade para expressar o que está sentindo. Enfim, quando você fala dessa forma, que é uma oração, você se dedica ao próximo, àqueles que são discriminados e excluídos.

Mas deixe-me contar para vocês essa. Depois vou passar para os convidados. De fato, o que ela contou aqui é verdadeiro.

Eu estava presidindo a sessão, e ela me mandou um bilhete: “Senador, todos falam de índios, de negros e brancos, de mulheres, de crianças, de idosos, mas ninguém fala dos ciganos”. E, embaixo do bilhete, “Marlete Queiroz, cigana”. Nunca mais esqueci. Vi como um gesto grande que, como disse, mais que mil discursos. Esse gesto que ela fez me marcou tanto que não há um lugar, no Brasil e no mundo, em que eu fale que eu não diga “negros, brancos, índios e ciganos”. Não há! E o mérito é dela. Foi o gesto que ela fez. E como as palavras que ela disse aqui calaram fundo em cada um de nós.

Mas vamos lá. Deixando a razão e a emoção um pouquinho de lado – porque é razão e emoção, pelos argumentos que você usou, é razão e emoção –, vou passar para o Presidente do Cetrab, o Marcelo dos Santos Monteiro, que também esteve diversas vezes conosco, defendendo, com muita convicção, o combate a todo tipo de preconceito.

Marcelo, com a palavra.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO

– Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa e aqueles que já foram também, da primeira Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim e da nossa Secretária Josefina – tem que haver equilíbrio de gênero! –, e dizer que, para nós, é motivo de grande satisfação estar aqui atendendo a esse convite. Eu estava no Rio, para onde fui na sexta-feira, mas voltei para honrar esse convite, pois a nossa proximidade, a relação com a CDH, com o Senador Paulo Paim e toda a equipe é, foi e será de grande importância para o nosso povo, por quem trabalhamos e defendemos políticas públicas.

Quero também parabenizá-los. Eu não conhecia ainda essa ação da Comissão e devo dizer que é importante fazer um resumo das nossas ações. Sem dúvida, tudo que foi dito aqui por aqueles que me antecederam foi uma mostra de um trabalho de dedicação. Como disse a querida Marlete para o Senador Paulo Paim, dedicação e trabalho realmente merecedores de considerações.

Considerando a questão do tempo, queria dizer que, em 10 de dezembro de 2011, no Dia Internacional dos Direitos Humanos, estabelecido pela ONU (Organização das Nações Unidas), o Cetrab esteve presente com diversas ações sugeridas ao Senado

Federal. Por tais proposições, fomos convidados para estabelecer um entendimento, objetivando a garantia de uma dinâmica de resultados, e hoje, dia 13 de dezembro, nesta audiência pública, para avaliarmos os trabalhos realizados pela CDH no ano de 2011, junto ao Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, o Senado Federal e demais Senadores membros.

Fizemos um resumo para ser objetivo. Portanto, nosso pronunciamento está baseado em três eixos temáticos primordiais.

O primeiro deles é a campanha do ano de 2012, o Ano Nacional da Conscientização da Doença Falciforme, a ser constituída na forma de lei, conforme resultado de duas audiências públicas sobre o tema realizadas no Senado, no dia 24 de agosto, na CAS.

Estivemos nessa audiência representados pela Senadora Lídice da Mata e, na Comissão de Direitos Humanos, no dia 27 de outubro.

O segundo eixo será a implementação, no Distrito Federal, do Projeto da Organização das Raças Unidas Nacional (ORUN), que conta com emenda do Deputado Domingos Dutra. Trata-se de um pólo de intercâmbio internacional de turismo cultural, educacional e étnico que visa o meio ambiente e garante a edificação arquitetônica de Brasília, capital do País, até 2015.

Estivemos com o Deputado e garantimos uma emenda parlamentar que assegurará a infraestrutura para a sua construção em uma área nobre de Brasília. Assim, certamente, o nosso povo cigano terá seu espaço reservado. (*Palmas.*)

A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs 2011 como o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes. O projeto foi apresentado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), representação Nacional Brasília, Distrito Federal, e à Fundação Palmares, Ministério da Cultura, Seppir, Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial, no dia 29 de julho de 2011, e terá a sua pedra fundamental – quando eu falo do projeto, eu digo do ORUN – lançada no dia 31 de dezembro de 2011, em um evento que temos muito orgulho de anunciar aqui nesta Casa, no *réveillon* 2012, um evento afrotranscendente, que contará com o apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal, por meio de emenda do Presidente da Câmara Distrital, como encerramento do ano 2011, proposto pela ONU. O evento contará com a presença da nossa atriz e cantora, amiga do Senador e de todos nós, Zezé Mota, como mestre de cerimônia.

O terceiro eixo abordado será o tema social da Copa do Mundo, o mundo livre da pobreza, da desigualdade, da violência contra as crianças, que será apresentado oficialmente à Comissão Especial das Copas do Mundo e das Confederações da Câmara Fe-

deral e conta com o apoio da Universidade de Brasília. Nós vamos estar... Aqui tem a carta que... o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

Antes de ler a carta, quero lembrar aqui que os que nos antecederam citaram a questão do turismo, do abuso sexual. Tínhamos, há dois meses, quando do início das discussões, uma única proposta, a do “sim ao desarmamento”, mas 67% do povo brasileiro declarou-se contra o desarmamento no plebiscito. Como o tema já nasceria prejudicado, decidimos pela a proposta idealizada por Marta Serrat, que é de suma importância, uma vez que queremos ver o mundo livre da pobreza, da desigualdade e da violência contra as crianças.

Passo a ler, rapidamente, a carta de Neio Campos, Coordenador do Centro de Excelência de Turismo da Universidade de Brasília, que compartilha com todos os brasileiros a expectativa pela realização da Copa das Confederações:

Todos sabem dos imensos desafios pela frente e os investimentos que demandam tais eventos, mas queremos chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para uma questão de extrema importância para o país, que é a proteção de nossas crianças e adolescentes e a necessidade de prevenção e o enfrentamento à exploração sexual de que são vítimas. O Sette, da UnB, desenvolveu, junto com o Ministério do Turismo, uma importante ação de sensibilização no trade turístico que pudesse determinar a prevenção e o enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Em decorrência da realização da Copa do Mundo em várias cidades brasileiras, ressaltamos que a própria razão de ser da universidade pública brasileira está na sua missão de colaborar para mudanças estruturais na sociedade. Por isso nossa participação nessa empreitada. Ao saber que já está nesta Comissão Especial uma proposição, uma carta que foi encaminhada à Comissão Especial destinada a proferir o parecer ao PL 2.333 do Poder Executivo, uma proposição para o tema social da Copa do Mundo que contempla as nossas preocupações com a proteção de crianças e adolescentes, encaminhada pelo Cetrab, Centro de Tradições Afro-brasileiras, com a seguinte inscrição “O Mundo livre da pobreza, da desigualdade e da violência contra a criança” é que propomos o nosso apoio a essa iniciativa. Certos de contar com a compreensão de todos, agradecemos”.

Neio Campos, Diretor do Centro de Excelência em Turismo na Universidade de Brasília.

Quero dizer que tomamos conhecimento de que na Copa anterior, na África do Sul, a exploração sexual, o abuso, não foi publicada como deveria ser. Portanto estamos prevendo e procurando evitar que isso

aconteça no nosso país. Acreditando na importância da concretização dessas ações, entendemos a importância desse dia para assim oficializarmos de uma forma pontual a solidificação de resultados de nossa parceria em 2011 para o ano de 2012. Saudações afro-transcendentes. (*Palmas*).

Senador, da outra vez tivemos problemas, mas Zezé me pediu que trouxesse... A madrinha da campanha não poderia deixar de saudar o senhor e toda esta Comissão. (*Música ao fundo*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O José Alencar sancionou essa lei.

A SR^a ZEZÉ MOTTA – Olá, pessoal, eu sou Zezé Motta, Diretora de Honra do Cidan, e gostaria de cumprimentar a todos e a todas num momento tão importante que é o II Encontro Nacional do Senado em Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Anemia Falciforme.

Eu me envolvi com essa causa assim que assumi a Superintendência da Igualdade Racial na Secretaria de Direitos Humanos no Rio de Janeiro. A minha primeira atitude foi ver quais eram as demandas de um Superintendente da Igualdade Racial. São muitas, porque os problemas do mundo são muitos, a gente tem de pensar na questão dos índios, do Cidan, a questão da igualdade racial, tantas questões...

De repente eu me deparei com a seguinte demanda: saúde da população negra. Como assim? Saúde é para todos. Que história é essa de saúde da população negra? Já que estava assumindo uma função, eu tinha que saber do que se tratava.

Quando me debrucei sobre o assunto fiquei impressionada, não acreditei no que estava lendo e percebi que eu era uma ignorante no assunto. É claro que eu já tinha ouvido falar que algumas doenças são incidentes nos negros, mas fiquei muito indignada ao perceber que alguma coisa tinha de ser feita para anteontem. O que mais me impressionou de fato na questão da anemia falciforme era que eu tinha pouca informação sobre ela.

Quando eu soube que é uma doença que tem tratamento, que dá para conviver com ela e que a população não tem consciência disso, confesso que isso virou uma angústia na minha vida, virou um problema muito sério. Eu pensava nisso 24 horas por dia. Fiz algumas tentativas, tentei discutir isso no *Fantástico*, tentei discutir isso no *Globo Repórter*, tentei discutir no programa da Ana Maria Braga e não consegui nada.

Consegui um espaço em dois capítulos de uma novela do Miguel Falabella que tinha um ambulatório. Ele aproveitou e pôs uma doutora negra explicando para a outra doutora o que era anemia falciforme, porque ela não sabia. Conheço vários doutores que não

têm intimidade com essa doença. Consegui um espaço também no *Sem Censura*. Confesso que foi bom, mas foi pouco, não foi suficiente. Então, virou para mim uma obsessão que se faça uma campanha realmente robusta de conscientização sobre o que é anemia falciforme, quais são os seus sintomas. A população precisa saber que tem tratamento, que dá para conviver, dá para sobreviver com anemia falciforme, mas para isso tem suas regras, tem tratamentos, deve ter algumas dietas, algumas regras que só mesmo os especialistas podem esclarecer.

Procurei também o Ministro da Saúde da época – estou falando da era do Governo Lula –, e o Ministro me disse: fique tranqüila porque já temos programados vários seminários e o primeiro será no Rio de Janeiro. Voltei de Brasília feliz da vida. Fui ao seminário e percebi que quem vai lá já está consciente do que é anemia falciforme ou teve alguma vítima na família que vai lá para cobrar do Governo uma atitude ou vai para lá para sofrer, para chorar pelo seu ente querido.

Então, como não temos muito tempo para lamentações, o tempo urge, o que eu queria dizer é que estou muito animada com esse primeiro encontro que tivemos em agosto, esse primeiro seminário em que a gente conseguiu envolver pessoas ligadas à saúde, políticos, especialistas no assunto, Senadores.

Aproveito para mandar um beijo para o meu querido amigo Paim. Saí realmente muito animada, continuo animada, porque foi decidido, finalmente, que o ano de 2012 será o Ano Internacional de Conscientização da Anemia Falciforme. Era tudo o que precisávamos: transformar vidas. Então, contem comigo sempre. Estou muito animada porque sei que vai ser uma luta vitoriosa porque nós queremos, porque Deus quer e porque as pessoas não merecem morrer já que temos recursos para salvar vidas. Temos de, todos os dias, lembrar que no ano passado completamos cem anos do diagnóstico da anemia falciforme. Então, essa vitória tem de ser para ontem. Até já. (*Palmas*)

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – É, fazendo-se presente e emocionando a gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grande Zezé Motta, uma lutadora incansável. Deixem-me dizer para vocês que na minha primeira campanha ao Senado ela tinha um show em Porto Alegre, e não podia, no show, dizer quase oficialmente que apoiava o Senador. Ela me chamou ao palco e cantou uma música na linha daqueles que são guerreiros e lutam pelas causas justas. Não precisava mais do que isso.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Falou cantando, como é muito tradicional ao povo africano, ao nosso povo, essa herança. Então, fizemos essa segunda audiência no dia 27 de outubro.

Quero dizer que é importantíssimo, Senador, que a gente consiga finalizar o ano com esse projeto de lei, com a aprovação disso. Não sei como isso pode acontecer, mas seria importantíssimo que fechássemos o ano com essa ação. Na segunda audiência trouxemos algumas coisas que foram encaminhadas. Queria aproveitar este momento para dizer em quais providências nós, junto com a Comissão, conseguimos avançar.

No ano de 2012 a gente precisa solicitar a constituição da lei, como eu disse. O ato alusivo ao encerramento de 2011, o Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, proposto pela ONU, está lá. O Réveillon 2012, Afrotranscendentes, com o apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal através da emenda do Presidente, Deputado Patrício. Nesse dia a TV Brasília, através da Rede TV, estará realizando a cobertura do evento, que será lançado em nível nacional, através de programa especial em janeiro de 2012. Portanto será oportuno que a nossa campanha esteja sendo trabalhada, não só a campanha, mas todas as ações, não só as nossas.

Quero dizer para a Secretária Josefina e também para a Marlete que todas as ações sejam aproveitadas, considerando que a TV Brasília, a Rede TV, vai montar esse programa e que, ao acontecer o Réveillon, possamos dar visibilidade a todas as ações do Ano Internacional do Afrodescendente. Essa foi a proposta apresentada. E que a CAS e a CDH fizessem um requerimento às respectivas presidências para garantir uma publicação no painel apresentado na revista *Em Discussão* da necessidade da conscientização.

Quero dizer que enviamos um documento ao Presidente da CAS, Senador Jayme Campos, que nos respondeu dizendo o seguinte:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, acuso o recebimento e agradeço o Ofício Cetrab nº 0.120, de 2011, por meio do qual V. S^a reitera os termos das ações, sugestões, resultantes das audiências públicas realizadas no ano em curso no Senado Federal, ações essas que procuram viabilizar uma maior conscientização das autoridades brasileiras com vistas ao tratamento da doença falciforme no nosso país. Sobre o assunto, registro que, embora as audiências públicas tenham ocorrido no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais, a qual tenho a honra de presidir nesta Casa, essa foi uma valiosa iniciativa dos nobres Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata, razão pela qual gostaria de sugerir que V. S^a consulte os mencionados parlamentares autores dos requerimentos que originaram as citadas reuniões sobre o andamento das justas propostas nesse sentido. Na expectativa de poder contar com sua compreensão, gostaria de

parabenizá-lo pela reconhecida atuação em favor dos direitos dos cidadãos brasileiros portadores da doença falciforme, ao tempo em que lhe renovo expressões de minha estima e apreço.

Esse foi o documento assinado pelo Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

É fundamental que a gente possa garantir o espaço, como foi proposto nas audiências, na revista *Em Discussão*.

Que a peça orçamentária destine recursos para a saúde da população negra, com ênfase na questão da doença falciforme como um compromisso da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos. E daquela audiência fossem pontuadas as reais necessidades.

Pena que o Deputado Federal Luiz Alberto esteve presente aqui, mas não pôde continuar. Quero dizer que pela primeira vez, e acreditamos que foi efeito dessas audiências públicas, o Senador Walter Pinheiro e o Deputado Federal Luiz Alberto convocaram, por meio da Frente Parlamentar Negra, o Movimento Negro para que nós nos apropriássemos de conhecimento para propor as alterações na peça orçamentária, PPA, em benefício das comunidades tradicionais. E quando digo comunidades tradicionais incluem-se aí os quilombos, as comunidades de terreiro e os ciganos. E assim nós procedemos às alterações. Isso precisava ser dito e foi resultado dessas nossas audiências, das nossas ações.

Também que a decisão tomada fosse levada ao conhecimento do Ministro da Saúde. A gente ainda precisa fazer essa audiência com o Ministério da Saúde.

Estamos ouvindo discussões sobre recurso e sobre o pacto da saúde da população negra a cada dia. É importante a gente frisar isso.

As instituições parceiras do lançamento da campanha e que vão estar conosco: o Ministério da Saúde, a Secretaria da Igualdade Social, Cidan, InBraCI, Fenafal, Abrade, enfim a orquestra que fez o trabalho maravilhoso.

O O.R.U.M, que já foi protocolado no Pnud, o O.R.U.M, Organização das Raças Unidas, trata de uma fala uníssona e consistente no que tange à consolidação do processo de resgate de ética, cultura e educação afro entre os 27 Estados da Federação Brasileira e nações irmãs, congregadas em uma única estrutura física que servirá de polo internacional de intercâmbio e turismo étnico.

O polo de Intercâmbio e turismo étnico educacional e cultural, O.R.U.M, é essencial como expressão da liberdade e autonomia dos povos afrodescendentes, da disseminação da beleza dos credos ancestrais, milenares.

Vou só acelerar por conta do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É que o nosso tempo está terminando. Dei dez minutos para cada um, e ao senhor já dei trinta.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Mas foi da Zezé.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A culpa foi da Zezé.

É que temos um problema de horário no final.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Perfeito.

O espaço do O.R.U.M, queria deixar aqui apresentado, será construído próximo à Concha Acústica, onde estamos trabalhando o *Reveillon*.

Vou ser bastante breve. A contribuição do Rodrigo Gomes, Designer Gráfico do projeto. Leonel Ribeiro, Cetrab.

Como tema social a gente já falou, está o apoio da Universidade.

Finalizando, por conta do tempo, quero agradecer mais uma vez ao Senador Paim e à equipe. E quero agradecer também a Leonel Ribeiro, Alex Dias, nosso Secretário-Geral, grande responsável pelo Cetrab estar aqui, a sede nacional do Cetrab estar em Brasília. Apesar de eu ser carioca, morar lá, a gente está aqui, fazendo todas essas ações no exercício de 2011. Agradeço à Zezé Motta, à Ministra, ao Professo Neio, à batucada, enfim, a toda a Comissão de Assistência Social, Senadora Lídice da Mata, Senador Paulo Paim, grandes parceiros nessa empreitada.

Muito obrigado e desculpe-me prolongar no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ficou dentro do previsto.

Meus cumprimentos ao trabalho do Cetrab, na figura do Marcelo, um trabalho concreto, positivo, que está mostrando resultado. Fiquei muito feliz por ouvir a fala da nossa querida Zezé Motta, por isso o seu tempo todo mundo aceitou, graças à Zezé Motta. A madrinha sabe que é tudo.

Passamos a palavra neste momento à Secretária da Igualdade Racial do DF, Josefina Serra dos Santos.

E quero aqui render a você, Josefina, as nossas homenagens. Toda vez que você é convidada está aqui presente, firme, defendendo o seu ponto de vista, de interesse de todo o nosso povo, de toda a nossa gente.

****A SRª JOSEFINA SERRA DOS SANTOS** – Primeiramente gostaria de pedir desculpas por chegar atrasada. Obrigada pelo convite, Senador Paim.

Já vou dizendo, até sendo criticada por causa disso, que não sou muito de fazer discurso. Deixo para o Senador Paim. Sou muito prática. E uma coisa a que me reporto, Marcelo, que acho fundamental que es-

teja no ano nacional contra anemia falciforme, é que no teste do pezinho não está incluído este item que tem que ser feito. Se a criança tem ou não a anemia falciforme, não tem isso incluído no teste do pezinho.

Seria uma coisa, Senador Paim, que a gente teria que colocar. (*Palmas*). Há todos os outros itens, mas não o teste do pezinho para saber se a pessoa tem ou não a anemia falciforme. Isso vem de cem anos de luta. E hoje a preocupação até da própria Organização Mundial da Saúde, que também está nesse bojo e terá de passar pelos Ministérios, pelos Senadores, tudo isso, porque tem que passar justamente pelos cursos de medicina, e eles não têm essa preocupação. Mas hoje já está havendo um pouco dessa preocupação. Antigamente, não há muito tempo, o corpo médico não estava preocupado, porque quando morria eram só negros. Hoje as pessoas descendentes de negros, a grande maioria dos brancos brasileiros são descendentes de negros e estão morrendo com anemia falciforme. A grande maioria que se vê hoje nos hospitais com anemia falciforme é descendente de negros, e não os próprios negros. Se fossem os calungas ou o pessoal do Mesquita morrendo por causa da anemia falciforme, ninguém estaria preocupado. E os ciganos e os índios misturados com negros também estão sofrendo de anemia falciforme.

Então, essa é a preocupação que a gente está querendo colocar. Eu não gosto da palavra sensibilizar, mas as pessoas vão ficar preocupadas porque não só os negros estão morrendo pela anemia falciforme. Basta fazer uma pesquisa nos próprios hospitais. Por isso o corpo médico está preocupado.

Gostaria de dizer isso, Senador, porque o senhor sempre teve essa preocupação, já que é uma questão de direitos humanos. A questão da anemia falciforme é uma luta do Senador Paim.

Houve todas essas lutas. Desde que os nossos antepassados chegaram aqui nós nunca deixamos de lutar por nada, e nada veio de graça para nós. O Estatuto não veio de graça, todas as leis que existem aí não vieram de graça, ninguém deu de boa vontade. Tudo foi muita luta do movimento associado aos parlamentares preocupados com essa questão, de pessoas preocupadas com essa questão, de organizações e de organismos internacionais preocupados com essa questão. Então não houve nada de graça. E ninguém vai dar nada de graça para gente. Quero dizer isso em função dos ciganos.

Sempre falei o seguinte, quando estava passando aqui o vídeo do Juscelino Kubitschek... Todo mundo sabe, é público e notório que Juscelino Kubitschek era descendente de cigano. Estou ligando a questão do cigano a um grande referencial que era cigano, Juscelino

Kubitschek. Isso muda quase todos os discursos. Para você ver, uma referência de Brasília, do mundo, do Brasil era descendente de cigano. Como a Marlete disse, não são só os negros, não são só os indígenas, mas, principalmente, digamos assim, os ciganos (*Palmas*). Se vocês estão aqui até hoje, se foram chamados para cá para representar os ciganos, é com muita luta que vocês estão aqui. Nada foi dado de graça para vocês e nada vai ser dado de graça.

Então, o que sempre falo: não é o que eu vou dar para vocês, o que o Senador Paim ou qualquer pessoa vai dar. Isso depende de muita luta. Sempre falei para vocês que a Secretaria está aí para orientar; não é para ajudar ninguém, ninguém ajuda ninguém. Você tem que bater na porta. Se a porta está fechada, você tem que bater o pezão. Nós, negros, ainda temos alguma coisa de cultura, alguma coisa de nossas referências, porque houve muita luta. Assim a gente começou a ter acesso à educação e à informação. Eu sempre tive uma coisa comigo, isso é estratégia de guerra. Os grandes guerreiros, os grandes comandantes de qualquer guerra, se a gente observar, eles foram estrategistas. Hoje, estratégia de guerra é ter acesso à educação, porque, digamos assim, você só combate o inimigo sabendo o que ele sabe, não é? Você vai ler nas entrelinhas. É nas entrelinhas que está a estratégia de guerra.

O cigano, o negro e o indígena só vão continuar se mantendo como seres humanos, como qualquer pessoa, vão manter a sua cultura se tiverem acesso à informação e à educação. E hoje isso é bem mais fácil. Antigamente isso era muito mais difícil, e vocês conseguiram chegar até aqui. Se antigamente era muito mais difícil, e nós negros chegamos aqui. Antigamente era muito mais difícil, e os índios estão aqui. E no DF, no entorno, a Marlete sabe disso, existem em média sete mil ciganos e cinco mil indígenas.

Se vocês observarem, pensarem, porque a cabeça não é só para ficar em cima do pescoço, é para pensar também, não é preciso ser doutor para saber pensar, é só observar. A televisão tem muitas coisas ruins, mas tem muita coisa boa. Basta saber filtrar o que a gente quer. Se você só quer filtrar coisa ruim... Agora, se você quer filtrar coisa boa, vai aprender muita coisa, e isso você vai levar para a sua vida. Então, digamos assim, se nós chegamos até aqui, a televisão está aí para a gente ter acesso, o rádio está aí. E antigamente que não existia nem rádio e as pessoas conseguiram chegar até aqui? Os grandes desbravadores que fustigavam os seus cavalos? É lógico que em tudo quanto é comunidade tem pessoas ricas e as pessoas pobres. Quem é que modifica o mundo? Quem sempre modificou o mundo?

Você estava aqui falando de pessoas de fé, de pessoas iluminadas por Deus. A nossa referência quem é? Jesus Cristo. Jesus Cristo que todo mundo fala aí, da Bíblia, é filho de carpinteiro com uma pessoa simples também. Eles falam da história de Jesus Cristo até a adolescência. E depois ele aparece com 33 anos. Onde ele estava? Alguém se pergunta o que Jesus Cristo estava fazendo? Com certeza ele estava estudando, lendo, com os professores, que são a referência de qualquer ser humano. Quando se vem de família totalmente desestruturada, quem é a nossa referência? Nosso professor. Então, Jesus Cristo estava lendo. Não é que ele seja tão diferente da gente como ser humano. Todos nós somos filhos de Deus. Só que sempre tem um que nos chama para pensar. Ele não vai dar nada para a gente, ele não está dando nada para a gente, ele está puxando. Observem. Agora, a gente vai se quiser. Ele não vai pegar na mão da gente e levar. Ele está nos orientando, como sempre orientou o negro, o cigano e o indígena. É a gente que tem que levantar e ir.

O que Jesus Cristo sempre falou? Todos nós somos filhos de Deus. A única diferença, desculpem dizer, é que tem as pessoas que são da religião da matriz africana, evangélica, digamos assim, católica.

Jesus Cristo disse: levante e vá. É isso que a gente tem que fazer: levanta, estudar, procurar. Se as portas estão fechadas, somos nós que abrimos. Ninguém vai abrir a porta para nós de graça, não. Alguém vai abrir a porta para a gente entrar na casa dele? A gente primeiro pede licença, mas depois, se a licença não adianta, você tem que ter argumentos para ir. E isso é através da educação, que está aí a todo momento.

Uma das coisas que nós conseguimos – e isso não é à toa, não foi ninguém que deu para a gente – foi acesso à educação. Tudo quanto é lugar tem acesso: cursos grátis, informação. Não tem televisão na sua casa? Em qualquer lugar em que você passa hoje tem televisão, tem jornal.

A gente tem que parar com isso de que brasileiro só assiste novela! Não estou dizendo que temos que deixar de assistir a novelas, porque a única diversão que a gente tem às vezes é a novela. Mas assistam ao jornal, assistam ao que as pessoas falam. E é muito triste o fato de que o brasileiro, na hora do jornal, o que ele faz? Você sabe o que eles fazem? Desligam na hora do jornal e deixam para ligar a TV só na hora da novela. Não, gente! Pelo amor de Deus, vamos parar com isso! Assistam à novela, mas assistam ao jornal, que lá sempre tem alguma coisa. Sempre está lá dizendo: o Senador Paim... Ou, como é que é aquela rádio que a gente sempre ouve? A Voz do Brasil. Ninguém se importa em assistir à Voz do Brasil. E lá tem

tudo que vai acontecer aqui, que está acontecendo no mundo, que está acontecendo no Brasil, e até tudo está dizendo que o Senador Paim vai fazer uma audiência pública sobre tal assunto. Se a gente começar a prestar atenção nisso, a gente vai ficar informado, e você não precisa ser doutor.

Eu tenho uma grande referência na minha vida, que aprendi já com um pouco mais de idade: um dos caras – e o Senador deve saber – que tem uma inteligência acima do normal era Patativa do Assaré. O cara aprendeu a ler sozinho, à luz de lamparina! Até a terceira série. Sabem que ele é quem fazia aquelas músicas do Luiz Gonzaga? E o cara não era doutor.

Você não precisa ser doutor para saber das coisas. É isso que está mudando no Brasil. É por isso que temos de agradecer no Brasil ao Presidente Lula, que sempre falou isso, como também o Senador sempre falou isso aqui. Uma das coisas – igual eu estou falando aqui – que eu sempre disse que a minha mãe, lá no interior do Maranhão, dizia para a gente: “Eu não tive chance de aprender a ler, não tive chance de ter acesso à informação; mas meus filhos vão pelo menos saber escrever o nome deles.” Isso aí a minha mãe sempre falou para a gente. Ela falava assim para a gente: “Minha filha, meus filhos, a única saída da gente continuar sobrevivendo é saber. Saber é poder.” E uma das coisas por que a Dr^a Jô é hoje Secretária para a Igualdade Racial, que teve também muita contribuição, que eu tenho a agradecer ao Senador Paulo Paim, foi que a Dr^a Jô foi atrás. Eu estou sempre atrás. A gente tem que ser curioso, porque a questão é a seguinte: quanto mais a gente aprende, mais curioso a gente fica. Também muitas vezes você fica muito decepcionado, porque não pode fazer muita coisa. Mas você aprende, você sabe.

Eu sempre disse o seguinte: como eu sou advogada, às vezes a pessoa tem 99% de chances de ganhar o processo. E eu vou só com meu 1%. Mas, dependendo dos meus argumentos, você, com 99%, os meus argumentos de 1% às vezes derrubam a pessoa que tem os 99%. É questão de saber argumentar. É questão de saber. Por isso é que estou dizendo que saber é poder.

Por isso foi criada a Secretaria de Igualdade Racial. Marlete, nada foi dado de graça para nós, negros. Eu estou falando isso, e o Senador Paim sabe disso, o Roberto sabe disso, e eu quero que todos vocês que estão aqui saibam disso. E tem de parar de dizer isto aqui: “Nós sabemos”. Muitas das vezes, nós sabemos. Todos nós sabemos. E uma coisa que me deixa muito triste é que sempre falaram que nós, negros, somos invisíveis. E há todo um significado para dizer que são invisíveis. Eu digo que eu não sou invisível, que desta

cor não tem como ser invisível. Na sociedade brasileira, desta cor, não tem como ser invisível. Eles podem tentar nos fazer invisíveis, como sempre fizeram. Agora, só que tem a agravante do cigano, e a gente não percebe isso. O cigano, na realidade, não teria que dizer que é da categoria dos ciganos. Teria que se dizer os brancos ciganos, porque cigano é branco. E a gente só sabe que existe cigano quando eles estão de chapéu ou quando as mulheres estão vestidas como você está, porque a grande maioria você não vê que é vestida de cigano, para você ver como é que o País é racista, discriminador, preconceituoso quanto a qualquer categoria que eles achem diferente.

Eu não concordo com essa palavra intolerância. Cigano, indígena e negro querem que se tolere. Não quero que ninguém me tolere nem estou pedindo que gostem de mim. Nunca pedi para branco ou qualquer pessoa que discrimine gostar de mim. Isso é problema dela. Que vá se entender com Deus ou quem ela quiser. Queremos respeito.

Como qualquer pessoa, somos seres humanos e batalhamos e não são negros, indígenas, ciganos. Batalhamos para o Brasil estar do jeito que está, para o Brasil ser uma potência. Para o Senador estar aqui, nós votamos assim como votamos em governador. Então temos o direito humano que revoluciona qualquer país que é o voto. E uma coisa que me disseram é que se o cigano vota como é que está desse jeito? Não, Senador Pai. Se negro vota, como é que está desse jeito? Então, temos o poder nas mãos. Aqui é a Casa do povo e quem colocou o Senador Paim, como qualquer um, fomos nós.

Esta a função da Secretaria da Igualdade Racial do DF: articular, promover o acesso a políticas públicas. A principal política pública de qualquer governo é acesso à educação, é acesso à informação, porque só aí você vai brigar para as crianças ciganas, as crianças indígenas e as crianças negras terem acesso às políticas públicas. Isso se dá através do acesso à informação e à educação.

A Secretaria da Igualdade Racial do Distrito Federal não tem poder e não concordo em dar cesta básica. Temos que dar informação e educação, porque aí você terá acesso às políticas públicas, a trabalho e a emprego.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Secretária da Igualdade Racial do DF, Josefina Serra dos Santos, que, quando começou, disse que não era muito de falar ou discursar se não lhe dessem o microfone ou o palanque. É só dar oportunidade que você ocupa o seu espaço. No fun-

do é essa mensagem que passa: tem que ocupar os espaços mesmo.

Meus cumprimentos pelo conjunto da fala.

Para encerrar esta nossa audiência pública, vamos passar a palavra neste momento à representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral Jovita José Rosa.

A SR^a JOVITA JOSÉ ROSA – Boa tarde. Falar depois da Josefina, da Marlete e do companheiro ali fica muito complicado, porque é muita responsabilidade, uma vez que são grandes lutadores.

Se não formos atrás ninguém vem para gente. O direito não protege os que dormem. Não sou advogada, mas aprendi isso.

Estou aqui em nome do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que é um movimento em rede. Não possuímos presidente. Somos uma diretoria colegiada e faço lá a composição na questão de gênero porque os outros dois companheiros não puderam vir também.

A nossa expertise é na lei de iniciativa popular. A primeira lei de iniciativa popular foi conseguida através do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que tipificou como crime a compra de voto. Vemos isso tanto nas eleições e ficamos tão indignados que resolvemos testar algo que já estava previsto na Constituição, que era a lei de iniciativa popular para ampliar a democracia e fomos exitosos, porque a Lei nº 9.840 foi trazida pela sociedade e hoje temos mais de mil políticos cassados por compra de voto.

Não comemoramos esse número. Infelizmente não comemoramos, mas comemoramos a participação das pessoas, comemoramos o fato de a sociedade acreditar nas instituições. Por isso ela denuncia, por isso ela vai atrás e por isso a lei tem sido aplicada.

Depois aperfeiçoamos, também por uma demanda da sociedade, o que foi a Lei nº 135, de 2010, a chamada Lei da Ficha Limpa. E eu tenho muito orgulho de ter participado desde o pensamento da lei, da elaboração do texto e da primeira assinatura. Viemos. E foi crescendo, foi crescendo também a nossa empolgação.

Fico observando todas as lutas pelas políticas públicas de inclusão, pelas políticas públicas mais elementares como saúde, educação, segurança pública. Eu trabalho na auditoria do SUS. Tem 18 anos que faço auditoria no SUS. Eu sou contadora, fiscalizo dinheiro, e vocês não sabem o tanto que se desvia. As pessoas sonham com mais recursos para uma política ou outra, e eu, como contadora, como auditora, fico imaginando assim: infelizmente esse dinheiro não vai todo para lá. Vai para os financiamentos de campanha. E o Senador sabe muito bem o quanto são assediadas pelas empresas as pessoas que são candidatas. Depois

esse dinheiro precisa ser normatizado, porque hoje o financiamento das campanhas já é público.

E tira as pessoas vocacionadas. O Senador Paim e outras pessoas falaram da vocação de pessoas como ele para a política, porque tem gente que está na política por vocação, por sacerdócio, e outras estão aqui para enriquecer com muita facilidade, com o menor esforço possível. Então temos que separar o joio do trigo nessa hora.

No Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral nós começamos essa separação a partir da Lei nº 9.840 e da Lei da Ficha Limpa. Hoje a Lei da Ficha Limpa já está presente em mais de 40 Estados e Municípios que estão exigindo ficha limpa para nomeações de cargos comissionados. Isso é muito bom, porque foi uma lei que pegou, da qual a sociedade comprou a idéia.

A partir daí, percebemos uma mobilização. Andei por mais de 50 Municípios levando essa proposta de trocarmos a nossa indignação com a corrupção por uma ação concreta. E, quando levávamos a proposta da Lei da Ficha Limpa, ninguém acreditava, mas falavam assim: eu vou com você. Você está acreditando? Eu dizia: estou acreditando, porque estou na frente da luta. Quem estava na frente da luta precisava acreditar, ou então não andávamos na frente.

Depois da Lei da Ficha Limpa, começamos grandes movimentos, ocupando as ruas, porque a sociedade acordou e não estamos tolerando mais o desvio de verbas. Não toleramos alguém na nossa casa que desvia dinheiro, que, no final do dia, vai a nossa despesa e leva o arroz, o feijão, alguma coisa. Não toleramos isso. Por que vamos tolerar no País?

Então, temos que fazer a grande diferença agora, em 2012, porque até agora lutamos, fomos líderes de um movimento que transformou o modo de olhar a política, inclusive pela sociedade. A sociedade acordou e eu acredito que, depois da Lei da Ficha Limpa, nós teremos com muito mais qualidade nossos representantes aqui na Casa.

Como trabalho, como já disse, na auditoria do SUS, vejo o quanto o desvio desse dinheiro tem relação direta com quem morre e com quem vive. E o SUS é a maior política pública de inclusão do mundo. O mundo inteiro gostaria de ter um sistema tão maravilhoso como o nosso. Os Estados Unidos, por exemplo, não conseguem ter nem um quinto da saúde pública que nós temos. E às vezes achamos que é bonito, que é chique ter um plano de saúde, porque muita gente pensa que o SUS é só para pobre. E o SUS não é só para pobre. Eles pensam assim e acham que o pobre não precisa de qualidade, não precisa de nada de bom, que se o pobre tiver o mínimo do mínimo do mínimo já está passando de bom para ele, e não é assim.

O SUS é o Sistema Público de Saúde de todos os brasileiros, e a gente precisa acordar porque ele está sendo privatizado. As OSs e as OSCIPs estão tomando conta, e isso não quer dizer qualidade no acesso, isso não quer dizer assistência integral com qualidade.

O SUS é minha grande bandeira particular. No Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, represento a União Nacional dos Auditores do SUS e também estou presente nos conselhos de saúde, no conselho nacional em que sou conselheira e a nossa luta é contra a corrupção na saúde.

Lançamos no MCCE, no ano passado, *Voto não tem preço. Saúde é o seu direito*, uma campanha contra a corrupção eleitoral na saúde. É uma campanha que mostra que a gente não tem que vender o voto, porque quem vende o voto é tão corrupto quanto quem compra o voto. E trocar o voto por um exame, trocar o voto por uma dentadura ou por qualquer outra coisa é desumano, é desigual e é corrupção. A gente precisa cortar esse cordão umbilical da corrupção com a sociedade necessitada. A gente tem que parar e falar “não, eu não aceito, vou votar em quem eu quiser. Não por favor, não por obrigação nem por cabresto”. A gente trabalha e vê o quanto esse dinheiro do SUS é desviado.

Tivemos uma ação, Paulo Paim, em que avaliamos as clínicas conveniadas que fazem quimioterapia e radioterapia. Descobrimos gente que estava cobrando do SUS por pessoas que tinham morrido há mais de dois anos. Eles estavam cobrando por procedimentos de quimioterapia, radioterapia e terapia renal substitutiva, que é a hemodiálise, e o nosso departamento, o Departamento Nacional de Auditoria do SUS, fez essa avaliação.

Fizemos a avaliação também na Emenda 29 e constatamos que os Estados não estão cumprindo com a Emenda 29. Há muitos Estados omissos e as pessoas estão morrendo. Também fizemos uma avaliação na saúde carcerária. Como as pessoas não sabem usar aquele dinheiro, preferem deixá-lo guardado na conta do que promover ações para quem está preso. Quem está preso está tolhido da liberdade. É esta a pena: você não vai poder sair daqui. Mas eles têm o direito ao resto dos direitos humanos, eles têm direito à saúde. Fizemos essa avaliação e constatamos que a saúde prisional também está deficitária por falta de gestão. A gente precisa de mais gestores comprometidos com o SUS.

Acabamos de fazer a avaliação dos mamógrafos e constatamos que muitos estão dentro das caixas, e há muito mamógrafo vindos de emendas parlamentares. Senador, não sabemos como enfrentar essa questão, porque muita gente traz o mamógrafo para a cidade,

e às vezes não há necessidade desse equipamento. É mamógrafo, tomógrafo, alguma coisa que dê resultados eleitorais para os candidatos. Então a gente tinha que ver, em relação a cada emenda parlamentar, se a sociedade realmente quer aquilo, se o Conselho de Saúde realmente aprova a destinação daquele recurso para aquela finalidade, e não fazer uso indiscriminado que gerou o sanguessuga que avaliamos, cujo desvio chegou a 70%. Setenta por cento dos recursos das emendas parlamentares de 2000 a 2006 para comprar ambulâncias, e não olhamos equipamentos nem verificamos construção e reforma. Só na compra de unidades móveis, os desvios foram de 70%. Isso é inadmissível. Há muito dinheiro indo para o ralo, e a sociedade precisa acordar.

Outro caso grave que queria colocar aqui, Senador. O SUS possui o Sistema Nacional de Auditoria, que foi criado em 93, com a instituição do Inamps, e até hoje esse sistema não saiu do papel. No Departamento Nacional de Auditoria do SUS, somos 750 servidores, dos quais 600 recebem abono de permanência. Isso quer dizer o quê? Têm tempo para aposentar e ainda estão trabalhando.

Não existe vontade política em nenhum governo. A gente não tem percebido essa vontade política para criar o cargo de auditor do SUS. Nós sabemos que incomodamos. Nós auditamos o maior orçamento da União, e desviar dinheiro da saúde é muito fácil, é mais fácil do que tirar pirulito de uma criança.

Em Brasília, nós temos a belíssima ponte dos remédios. São trinta milhões da assistência farmacêutica. Quantas pessoas morreram para ter uma ponte? Então, temos de acordar para essa questão da corrupção. Eu sei que está muito massacrada essa questão. A cada dia a gente vê a televisão e os jornais e tem um fato novo em relação a isso. Mas isso também faz parte do nosso voto, em quem nós estamos votando, sabe? A gente tem que exigir.

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral possui 300 comitês que chamamos de Comitês 9840, uma alusão à primeira lei. Em Brasília, nós temos um projeto que se chama: “Adote um Distrital”. É o *Site* Adoteumdistrital.com.br Nós mapeamos todas as emendas parlamentares da Câmara Legislativa e constatamos que, em 2009 e 2010, mais de 90% foram para eventos. Para se fazer uma confraternização numa quadra, gastava-se R\$200 mil, R\$300 mil. Agora nós mapeamos, vamos fazer uma cartilha e entregar à sociedade brasiliense, dizendo para onde vai a emenda parlamentar. Nós estamos potencializando o controle social. (Palmas.)

Temos com mais de quinhentas pessoas cadastradas. Queremos cobrar inclusive dos conselhos,

como o conselho de saúde, a sua ata: o que você está aprovando, o que você está deixando de ver, se você é amigo do gestor. A gente quer ver o controle social na saúde atuando e não sendo cooptado, como a gente tem visto. Eu faço auditoria no Brasil todo e a gente vê o quanto os conselhos de saúde são cooptados, domesticados, para só referendar o gestor. Infelizmente, a gente não tem só os gestores probos e honestos, que têm compromisso com a qualidade da gestão pública. Infelizmente há muitos gestores desonestos que usam o dinheiro da saúde para enriquecimento próprio.

Para concluir, Senador, a proposta do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – inclusive quero convidar o Senhor para assinar o nosso projeto de lei de iniciativa popular para a reforma política – é no sentido de regularizar o financiamento público de campanha. A gente precisa democratizar os partidos. Os partidos têm que ter uma ideologia. (Palmas.) A gente precisa conhecer o programa de governo de cada partido, porque enquanto a gente ficar nas mãos de caciques quem vai mandar em um Estado é o cacique tal, quem manda no outro Estado é o cacique tal.

Gente, temos que parar com isso! O Brasil é de todos! E esses caciques estão aí para desviar dinheiro e para fazer fortuna. É uma ganância que a gente não consegue...

Então, a proposta do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral é a reforma política do sistema brasileiro. Se isso está difícil aqui, a sociedade tem que comprar essa ideia, assim como fizemos com a Lei da Ficha Limpa, e fazer valer a reforma política. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero, mais uma vez, cumprimentar a Jovita José Rosa, representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e dizer: Jovita, você participou de uma subcomissão que montamos aqui, um grupo de trabalho que é coordenado pelo Senador Pedro Simon, que está fazendo um belíssimo trabalho nessa área do combate à corrupção, enfim, e à própria impunidade. Foram diversas reuniões realizadas na UnB, no Rio de Janeiro e também neste plenário. Parabéns pelo trabalho que vocês estão fazendo.

Quero também destacar que esse vídeo que vocês estão vendo na tela é do ciclo de debates que esta Comissão fez, chamado *Brizola em Tempos de Luta*. Foi o ciclo de debates da campanha da legalidade, os 50 anos da legalidade. É um belo trabalho, do Tabajara Ruas, que lançou o filme aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e passamos ao vivo para todo o Brasil. É um belo documentário, com diversos discursos e falas do próprio Brizola e do Jango. Há entrevistas com Lula, Dilma, fotos e momentos do próprio Getúlio, lembrando

todo aquele período de 61, comentários do passado e da época da ditadura.

Recebi aqui, pelas mensagens, uma recomendação para que eu terminasse de ler a carta dos autistas. Pediram-me. Vou terminar então. Aqui diz:

“... aprovamos no plenário e na CAS também e seguiu para a Câmara o nosso Projeto, que está em urgência naquela Casa. No dia 2 de abril o Cristo Redentor, de braços abertos, aguardou sua presença, Senador, infelizmente você não pode aqui chegar. O Congresso Nacional, assim mesmo, por iniciativa nossa, se iluminou de azul quando esta Casa aceitou a nossa solicitação, levando e elevando-se ao céu de Brasília a cor do autismo, mais um sinal de respeito e amor a uma causa nobre e sensível.

Saulo Lucas, Senador, um tenor autista cantou Ave Maria aos pés do Cristo, V. Ex^a declamou Ave Maria aos pés do Congresso. Dia 28 de julho, em sessão solene, relembramos todos esses momentos e comemoramos com a consciência tranqüila, que só os justos podem fazê-lo. Senador, se aí estivesse hoje, nessa audiência para avaliação do ano 2011, pode crer que eu desafiaria alguém a dizer que é mais feliz do que eu entre os presentes.

Aprovamos em Itaboraí, Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 2011, a Lei Berenice Piana, que prevê a política municipal de proteção aos direitos da pessoa com espectro autista através do Presidente da Câmara, Lucas Borges, que abraçou a causa no Município.

Por fim, vamos aprovamos na ALERJ o Projeto nº 689, de 2011, que prevê centros especializados de atendimento às pessoas com autismo e doenças mentais, através do Deputado Xandrinho, que abraçou a causa no Rio. Tudo isso, consequência do que começou aí na CDH, na primeira audiência pública, em novembro de 2009.

Sou, com certeza, Senador, a mãe feliz, a cidadã mais grata à Comissão de Direitos Humanos no desenrolar dessa história que ainda não acabou, mas tenho certeza será uma linda e maravilhosa história com final feliz.

Para encerrar, Senador Paulo Paim, só posso rogar ao patrão santo lá de cima que lhe conceda vida longa e quando arrumares tuas pilchas rumo à querência eterna, não vá a trotezito no más, mas vá amparado por todos os anjos e santos, e recebas do lado de cá o forte quebra costela de toda a causa autista.” (Palmas)

Muito obrigado pela carta. É uma carta gaudéria que diz que quando eu passar para o outro espaço que eu vá feliz, acompanhado de todos aqueles que fazem o bem.

Fiquei muito contente. Obrigado, Berenice de Piana, mãe de uma pessoa com autismo. Grupo de Pais União Brasil, associação em defesa do autismo.

Vamos ter que encerrar nossa audiência. Aqui está o relatório da Comissão que vamos transformar num livro. São mais de cem páginas de audiências e trabalho, de cada momento que vivemos juntos aqui, como a gente diz sempre, com negros, com índios, com brancos, com ciganos – ó, o bilhete. Vem um anjinho aqui e diz: “Olha, o bilhete!” –, com os anjos, enfim, com o anjinho que diz: “Olha o bilhete dela!”, com os idosos, com as crianças, com os adolescentes, com a nossa juventude que esteve aqui por muitas vezes, com os nossos quilombolas que aqui estiveram.

Enfim, há quatro anos, quando também presidi esta Comissão, eu lancei um livro no final chamado *O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil*. É sobre as pessoas que passaram aqui... (*Palmas.*)

É que, quando olho cada folha, cada filme que vem à minha frente, da angústia, da alegria, da tristeza, do sorriso... (*Palmas.*) De cada homem, de cada mulher que aqui participou, dos ferroviários, dos metalúrgicos, dos sem-teto, dos sem-terra, daqueles que passaram a administrar trabalhadores e empresas falidas para garantir seus empregos, da Previdência, dos aposentados, do debate do *bullying*, da violência contra os professores, do combate à corrupção, da história que hoje aqui vocês representam... (*Palmas.*)

Está encerrada a audiência pública.

Que Deus abençoe todos nós!

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.)

ATA DA 98ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Clóvis Fecury**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 153, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 24/11/11, “para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a elaboração

do Relatório Nacional para o mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas”. Convidados: Ministra Maria do Rosário Nunes – Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Daniella Hiche – Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa; Embaixadora Gláucia Silveira Gauch – Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty; Luis Gustavo Magnata – Advogado do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP; e Andrés Ramirez – Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil – ACNUR. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, secretário, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 98ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência Pública.

Nos termos do Requerimento nº 153, de 2011, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 24/11/11, objetivo: “para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a elaboração [e discussão] do Relatório Nacional para o mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas”.

Convidados já conosco: a Ministra Maria do Rosário Nunes – Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Também já estão conosco Luis Gustavo Magnata – Advogado do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, Daniella Hiche – Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, Gláucia Silveira Gauch – Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty.

Nós vamos seguir da seguinte forma: como temos outros convidados que poderão chegar, convidaria para virem para a Mesa neste momento, além da Ministra, naturalmente, os outros três que já estão presentes.

Então, Luis Gustavo Magnata, por favor, Daniella Hiche e Gláucia Silveira Gauch.

Nós conversamos um pouco com a Ministra. Tenho toda uma introdução aqui. Tenho dois discursos para vocês. Vocês podem dizer que eu leia os dois ou não leia nenhum, de preferência. Porque o balanço eu já fiz na nossa Comissão de Direitos Humanos. Não vou ler aqui para ganharmos tempo, já que atrasou não pela Ministra, eu estava na Comissão de Assuntos Sociais, estávamos lá debatendo a regulamentação da profissão de comerciante, a profissão mais antiga do mundo, que até hoje não é regulamentada. O projeto era de minha autoria. O Senador Ricardo Ferraço foi o autor e felizmente votamos por unanimidade a regulamentação da profissão de comerciante, que agora vai para a Câmara dos Deputados.

De pronto, o objetivo aqui é a nossa Ministra fazer comentários sobre o relatório. Ao mesmo tempo agradeço à Ministra porque, vindo mais uma vez aqui traz prestígio a esta Comissão De Direitos Humanos. Agradeço, Maria do Rosário, de coração, porque para todos eventos que aconteceram você me mandou convite. A alguns eu fui, em outros não pude ir, mas toda vez que te convidei para vir a esta Comissão, você mandou adaptar a agenda e aqui está, como hoje. Esta é a última audiência pública que fizemos neste ano. É com alegria enorme que passo a palavra de imediato à Ministra Maria do Rosário Nunes.

Com todo respeito a todos Ministros, é minha Ministra do coração. (*Palmas.*)

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Senador Paulo Paim e destacar o brilhante trabalho desenvolvido sob sua presidência neste ano na Comissão de Direitos Humanos.

A Comissão de Direitos Humanos no Senado tem uma trajetória importantíssima como mobilizadora das melhores causas do Brasil, uma Comissão que é referência para os direitos humanos e para a vida do Parlamento brasileiro em todos os seus níveis.

Mas é fato, V. Ex^a, Senador Paim, imprimiu a esta Comissão o seu ritmo e com o apoio dos seus colegas rememoro agora momentos em que estive de fato nesta Comissão, mas que colhemos importantes questões na Comissão para o avanço dos direitos humanos no Brasil, o compromisso do Brasil. Esta é uma das características do Senado Federal com o mundo contemporâneo, com a paz no âmbito global também.

A cada semana V. Ex^a trouxe temas da maior importância. Eu o cumprimento e agradeço pela parceria e pelo trabalho. Tenho certeza de que o Senado Federal, com sua atuação, Senador, como Presidente desta Comissão, engrandeceu-se. Agradeço também pelo

apoio em todos os momentos à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na temática de vários projetos de lei que também por aqui passaram.

Senador, destaco que este também é um momento dos mais importantes. Por isso a importância de estarmos nesta Mesa com a Embaixadora Gláucia, aqui representando o Ministério de Relações Exteriores, com o Luis Gustavo Magnata, do Gajop, sociedade civil e a Daniella Hiche, do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, organizações da sociedade civil. O Comitê representa uma série de organizações importantes para o Brasil e o trabalho que eu estarei apresentando agora foi desenvolvido pela Secretaria de Direitos Humanos e pelo Ministério de Relações Exteriores. Então, é um trabalho conjunto no âmbito do nosso País e para as nossas relações externas, que estão sob a responsabilidade do Ministro Antonio Patriota, da Embaixadora Gláucia e do Ministério de Relações Exteriores como um todo, que eu cumprimento e a quem eu agradeço também ao longo deste ano o trabalho dedicado aos direitos humanos tanto no Brasil quanto no mundo. Obrigada à senhora. Destaco a importância do seu trabalho e do Ministro Patriota.

Meu caro Senador Paim, nós estamos aqui nesta Comissão hoje cumprindo com a nossa equipe de trabalho da Secretaria de Direitos Humanos – como referido Ministério das Relações Exteriores – uma importante etapa de prestação de contas do Brasil. O Brasil participa do Sistema Internacional de Direitos Humanos, o sistema no âmbito das Nações Unidas, assim como o Brasil participa do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

No âmbito das Nações Unidas, através do Conselho de Direitos Humanos da ONU, das Nações Unidas, o Brasil compõe um leque de países de caráter democrático que reconhece a existência de um mecanismo de revisão periódica universal, que busca justamente, diante daquelas medidas com que os países participam soberanamente, que decidem no âmbito das suas instituições nacionais, no caso do Brasil, inclusive, com referendo e decisão do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, ao aderir, ao participar, ao ratificar instrumentos internacionais de direitos humanos das Nações Unidas o Brasil também assume o compromisso de produzir relatórios periódicos para as Nações Unidas, para os países que compõem o Sistema Internacional de Direitos Humanos e para nós mesmos, uma vez que a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os protocolos facultativos, os diferentes documentos de direitos humanos orientam não apenas a nossa relação com o mundo dentro de um sistema internacional, mas orientam também a

nossa relação como Estado nacional como a nossa própria população, com o povo brasileiro.

Esses compromissos são apresentados na forma de relatório, portanto, não seria adequado que a nossa primeira forma de prestação de contas se desse diante da comunidade internacional. Então, ao estamos aqui no Senado Federal, estamos primeiramente prestando contas às instâncias do Brasil, ao Senado Federal, ao Parlamento brasileiro, à sociedade brasileira que, por meio deste Parlamento, também acompanha este momento e aqueles que são lutadores pelos direitos humanos no âmbito do Brasil representados aqui pelo Gajop e pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

Nesse sentido, vale referir que o Brasil, pela segunda vez, está fazendo um relatório ao Sistema Internacional de Direitos Humanos. Nós estamos, portanto, no segundo momento do chamado mecanismo de revisão periódica universal. Justamente por este motivo, a base do documento que estamos apresentando ao Senado Federal e à nação brasileira está orientada pelas diretrizes que foram apresentadas em 2008, quando do posicionamento do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que orientou o nosso País com uma série de recomendações e diretrizes que deveriam para nós serem seguidas entre o ano de 2008 e o atual período 2011 e o momento em que entregaremos o novo relatório, o novo RPU, às Nações Unidas, em 2012.

Então, este é o momento de prestação de contas à Nação brasileira. Paralelamente, este texto deste documento a que V. Ex^a tem acesso e todos os Srs. Senadores, Deputados e Deputadas Federais têm acesso, também este documento está na Internet, participa de um movimento de consulta pública, porque queremos que a sociedade brasileira possa se posicionar sobre as questões que estão aqui apresentadas à Nação brasileira, porque dizem respeito ao povo e à Nação brasileira, ao Estado brasileiro e ao cumprimento dos seus compromissos e esta primeira versão, com as posições que o Gajop, que o Comitê Brasileiro e que a sociedade brasileira têm a oferecer serão depois analisadas para que o resultado final dessa oitiva e dessa consulta pública seja, enfim, o documento final do Estado brasileiro apresentado no âmbito das Nações Unidas do Conselho de Direitos e Humanos da ONU.

O texto, então, é baseado em alguns aspectos fundamentais. Primeiro, ele visa descrever o cumprimento das obrigações em direitos humanos assumidas pelo Brasil. Ele tem como marco temporal o período entre abril de 2008 e dezembro de 2011. Ainda que em diversos momentos do texto nós tenhamos também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ministra, desculpe-me. É que eles me pediram e eu deveria ter avisado antes. As pessoas estão assistindo pela Internet e pela Rádio Senado, mas a TV Senado lembra que pelos canais 4 e 8 estamos ao vivo. Há 9 canais na Casa. Desculpe-me interromper, mas pediram que eu lembrasse. Nos canais 4 e 8 estamos ao vivo para todo o País.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – É uma interrupção positiva em todos os sentidos, porque queremos que mais e mais brasileiros e brasileiras participem para não apenas escutarem, mas oferecerem as suas contribuições a este relatório.

Retomo. Não estamos falando de um texto acabado ou de um relatório final, mas de uma prestação de contas ao Senado Federal e, por meio do Senado Federal, nesta audiência à sociedade brasileira num procedimento de consulta pública.

Como eu dizia, o marco temporal está entre abril de 2008 e dezembro de 2011, o período posterior às indicações pelas Nações Unidas das diretrizes e recomendações diante do primeiro relatório brasileiro, mas muitas questões são citadas que foram encaminhas anteriormente. Porque em direitos humanos há um somatório, um movimento e ações que deram resultados posteriormente ou que ainda demonstraram ser insuficientes – como muitos dos senhores poderão ter acesso por meio do relatório – elas tiveram início ou foram desdobradas ainda antes de abril de 2008 e, por isso, estão aqui referenciadas, não é um marco temporal, portanto, estanque também.

O eixo temático está dedicado às recomendações de compromissos voluntários do primeiro ciclo, agora estamos no segundo ciclo do RPU, do mecanismo de revisão periódica universal. Procuramos responder as recomendações em 28 áreas de direitos humanos. Por isso, inclusive, estamos acompanhados aqui além do Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministério da Saúde, vários Ministérios participaram da elaboração, nós consultamos praticamente todos os Ministérios. O Ministério da Saúde – que quero destacar aqui – ofereceu respostas importantes que estão aqui citadas no documento, assim como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça, o próprio Ministério das Relações Exteriores, entre vários, a Secretaria de Políticas da Igualdade Racial, a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Nós também temos como referência fundamental o chamado PNDH 3, o Programa Nacional de Direitos Humanos em sua terceira etapa, para o Brasil, porque o PNDH 3 estrutura os compromissos do âmbito do Estado Nacional brasileiro e também desdobra com-

promissos e obrigações voluntárias assumidas pelo Brasil com o Sistema Nacional de Direitos Humanos.

Destacamos também a participação do Poder Legislativo por meio das Comissões de Direitos Humanos, essa é uma etapa do Poder Judiciário que enviou subsídios para o documento. Nós também tivemos 19 Estados da Federação que, de forma inovadora em relação ao primeiro ciclo, lá em 2008, participaram, 19 Estados enviaram contribuições sobre os avanços de políticas de direitos humanos e para um Estado nacional, para um País como o Brasil, que é uma República Federativa, consideramos importantíssima a participação dos Estados nessa resposta. Também temos a participação de conselhos paritários, como o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que participaram com posicionamentos e orientações documentadas e estamos realizando este momento de consulta pública ao definirmos que este não é um documento finalizado, mas parte de um processo até o momento em que entregarmos um documento do Estado brasileiro também orientado pelas posições da sociedade e do Parlamento.

Ainda vale referir que todas as informações que procuramos responder das orientações e recomendações de 2008 são públicas também. Então, a página da Secretaria de Direitos Humanos tem publicamente, de forma permanente, os resultados do primeiro RPU, que é referência para este segundo. Então, as necessidades que nós tínhamos que responder diante do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas são públicas desde 2008 e estão destacadas neste momento.

Quero referir sobre o arcabouço legal institucional para promoção e proteção dos direitos humanos também. A própria Constituição Federal brasileira, com seus compromissos fundamentais para o Brasil, toda legislação infraconstitucional e todos aqueles textos que, como compromissos do Brasil com os direitos humanos no mundo, foram assumidos voluntariamente para o Brasil e que ocuparam força de lei também no ordenamento jurídico brasileiro.

Bom, ainda temos que referir como estratégia fundamental para a resposta que estamos oferecendo neste momento o compromisso do Brasil para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais nos últimos anos. O Brasil investiu numa estratégia de crescimento econômico com equidade e desenvolvimento social, enfrentando contradições que podem ser historicamente identificadas entre situações de desigualdades sociais e econômicas e o crescimento econômico.

Em vários momentos na história do Brasil nós alcançamos números importantes de crescimento econômico, mas, em nenhum momento, como na atualidade, produzimos um encontro entre metas de desenvolvimento econômico e metas de inclusão social e superação de desigualdades regionais entre o Norte e o Nordeste, entre o campo e as cidades, como o Brasil persegue de forma definitiva ao longo dos últimos oito ou dez anos talvez, com marcas importantes de termos retirado da condição de pobreza 21 milhões de pessoas em situação de pobreza, produzindo ainda, além desses 28 milhões, a inclusão de 36 milhões em padrões de vida, em condições de classe média.

Além disso, podemos afirmar que, para o próximo período, 16 milhões de brasileiros e brasileiras, entre eles destacadamente crianças e adolescentes e mulheres, se encontram em situação de extrema pobreza. É o objetivo central do País, da Nação brasileira retirarmos da condição de extrema pobreza e assegurarmos a essa parcela da população os direitos humanos, que perpassam direitos civis e políticos, como cidadão, mas igualmente direitos de caráter econômico, social, cultural e, ainda, direitos de caráter ambiental, os quais o Brasil ainda trabalha formalmente para incluir entre os seus direitos humanos.

O Programa Nacional de Direitos Humanos é uma estrutura importante; envolve 33 Ministérios, com metas a serem monitoradas pela sociedade civil. Nós, inclusive, anunciamos que o decreto que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos previu o monitoramento pelos entes de Estado, pelos próprios Ministérios. Quero anunciar, de público, que nós pretendemos constituir mecanismos para o próximo período em que os Ministérios não sejam aquelas instâncias exclusivas de atenção e monitoramento do PNDH-3, mas que tenhamos, também, a sociedade civil referendada formalmente com estruturas que serão reconhecidas pelo Estado brasileiro para o monitoramento do PNDH 3 e de suas metas. Como o próprio PNDH – 3 destaca, a cada dois anos, devem ser apresentadas metas para serem levadas adiante, ou seja, o plano de ação do programa nacional, o que deverá acontecer no início do próximo ano; e neste plano de ação deverá ter também no seu monitoramento e atenção não apenas instâncias governamentais como não governamentais. Queremos assumir, de público, esse compromisso, aqui referendado, observado e cobrado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Nós também temos o desafio, para o próximo período, de criarmos o Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, cujos estudos já iniciamos. O Ministério da Saúde, que aqui nos acompanha, assim como o próprio IBGE e o Ipea – mas cito especialmente

o Ministério da Saúde, pelo Datasus – têm sido fundamental para o enfrentamento de violências e para a garantia de direitos, para produção de políticas públicas adequadas às necessidades do nosso País. Cito também o Ipea e o IBGE. Já temos constituído, no âmbito do Censo Demográfico, uma série de questões que já foram agregadas em 2010 sobre pessoas com deficiência, sobre LGBT, sobre crianças e adolescentes, sobre situação de extrema pobreza, sobre línguas indígenas, sobre as questões étnicas e a desigualdade racial. Não é ao acaso que o IBGE tem agregado muitas dessas questões no âmbito do Censo; tem agregado questões porque essas são questões de direitos humanos que estão orientadas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. E nós temos, no âmbito do IBGE, com o Ipea e também com o Datasus e com outras pesquisas no âmbito das políticas públicas, um trabalho importante para estabelecermos o Sistema de Indicadores em Direitos Humanos no Brasil. Quero destacar isso como aspecto importante para o que já tomamos medidas; e queremos apresentar os resultados já no ano de 2012, já trabalhando com os indicadores, que sejam não apenas de Estado, mas indicadores checados e orientados, em parceria com a sociedade sobre a situação dos direitos humanos no Brasil.

Da mesma forma, o nosso desafio é inaugurar os relatórios anuais sobre a situação de direitos humanos, com base nesses indicadores. O Governo, para isso, constitui fóruns de Governo, entre eles o Fórum de Direitos e Cidadania; a Presidenta lançou planos como o Plano Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência; estamos destacando aqui a importância de aprovarmos, no âmbito do Parlamento brasileiro, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de acordo com a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; estamos destacando aqui também, entre os planos nacionais, a questão do *crack*, do enfrentamento à droga, como uma resposta do Estado e da sociedade brasileira, assegurados os direitos humanos, como foi destacado pelo Ministro Padilha, no momento de apresentação do plano nacional.

Esses são desafios que estão colocados, mas estamos destacando também conquistas e desafios para o próximo período. Citei a redução da pobreza; a igualdade racial; a implementação plena do Suas, do Sistema Único de Assistência Social; a redução das vulnerabilidades e atenção às dimensões de diversidade; e a busca ativa que o Brasil sem Miséria tem como meta. Entre essas questões, nós temos o Saúde da Família, a Rede Cegonha, as novas modalidades do teste do pezinho colocadas para as crianças no momento do parto, o parto humanizado, a primeira

infância e a questão da pessoa idosa como questão de direitos humanos.

Realizamos, recentemente, a 3ª Conferência de Direitos da Pessoa Idosa, com uma série de recomendações importantes para o próximo período; e estamos prontos para assinar um compromisso para o envelhecimento ativo e saudável no Brasil que nos permita atender às pessoas idosas com respeito aos direitos humanos.

O Brasil defende, no cenário internacional, a existência de uma convenção sobre direitos humanos das pessoas idosas. Nós defendemos o Estatuto do Idoso no Brasil e acreditamos nele, mas também o consideramos muito importante no âmbito internacional, porque no fenômeno do envelhecimento humano há necessidade de acompanhamento digno permanente, o que nos leva a assumir responsabilidade com os demais países em desenvolvimento. Acreditamos que a existência de uma convenção internacional seja fundamental para que o desenvolvimento econômico seja visto como fator superação das barreiras que oferecem às pessoas idosas a noção de que elas estão em inatividade na sociedade. Nós não aceitamos o conceito de inatividade, o conceito de que, na medida em que a pessoa não está presente no mercado formal de trabalho, seja retirada da condição de cidadania e direitos. Então, o Brasil avança a passos largos e tem uma contribuição a dar nesse sentido, a partir da 3ª Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Para a comunidade LGBT, nós também estamos em vias de efetivar um Plano Nacional de Promoção de Direitos da Comunidade LGBT. Assinamos, recentemente, um documento pelo qual as Secretarias de Estado nas áreas de justiça e segurança passam a ser parceiros do Governo Federal e do próprio Ministério da Justiça para garantirmos atendimento digno e enfrentarmos a impunidade que há nos crimes contra gays, lésbicas, transexuais, travestis, enfim contra todos aqueles que, por conta da diversidade sexual, são atingidos por crimes de ódio. Já chegamos a 22 Estados participando dessa mobilização e, nesta semana, haverá a abertura e a realização da Conferência Nacional LGBT, aqui em Brasília, com pessoas de todo o Brasil.

Houve importantes vitórias nas instâncias jurídicas em âmbito nacional. O STF e o STJ reconheceram novos conceitos sobre família, com reconhecimento à diversidade, o que consideramos um avanço para os direitos humanos no Brasil.

O nosso desafio quanto ao registro civil no nascimento é muito grande. O número de pessoas sem registro civil de nascimento caiu, nos últimos anos, de 20% para 6,6%, de acordo com o novo Censo do

IBGE; e almejamos, Senador Paulo Paim, erradicar esse percentual. Quando chegarmos ao patamar de menos de 5% de sub-registro civil no Brasil, nós teremos condições de dizer que estaremos em fase de erradicação do sub-registro em todo Brasil.

Mas há um alerta que o próprio documento faz. Embora tenhamos chegado a 6,6% de sub-registro no Brasil – estamos em queda livre, porque estamos fazendo mutirões, estamos trabalhando com os cartórios, levando os cartórios ao interior do País, pelo direito de documentação civil básica – mas, Senador, digo ao senhor que, nas comunidades indígenas brasileiras, ainda cerca de 32% dos seus integrantes não têm qualquer documento. Assim, o nosso trabalho no próximo ano será voltado à população em geral, mas está voltado para um grande esforço nacional nas comunidades indígenas e das comunidades quilombolas no Brasil. Esse é o nosso foco.

Nós não podemos ter um lugar de subcidadania para a comunidade indígena no Brasil. Nós entregamos neste ano, na região de Dourados, sete mil registros civis de nascimento para pessoas da comunidade indígena Guarani Kaiowá e outras e percebemos como faz diferença acessar um documento. O Brasil tem muitas dívidas com a comunidade indígena: a terra, a saúde, o respeito aos seus idiomas; e isso começa pelo reconhecimento da documentação civil; precisamos dizer aos integrantes das comunidades indígenas que eles não precisam mudar de nome, que eles podem ser registrados mantendo o nome da sua tradição, da sua etnia. Esses aspectos são fundamentais para conseguirmos assegurar esses direitos, e nós estamos determinados a enfrentar essa situação de sub-registro em meio às comunidades indígenas e quilombolas.

Criamos, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, um comitê sobre diversidade religiosa que fez o seu primeiro seminário recentemente, para enfrentarmos as violações de direitos humanos nas diversas manifestações religiosas no Brasil. O Brasil não tolerará manifestações de desrespeito a qualquer religiosidade e, por isso, nós temos um comitê que é um lugar de diálogo entre todas as religiosidades, para afirmarmos o direito humano à religiosidade no Brasil e enfrentarmos, prioritariamente e de forma antecipada, manifestações que já percebemos contra religiosidades afro-brasileiras e outras religiosidades que devem ser atendidas para o direito à sua livre manifestação em todo o Brasil.

Nós também temos um compromisso importante com a população em situação de rua. As nossas pesquisas indicam a necessidade de monitoramento constante e de prevenção, porque a população em situação de rua encontra-se nessa condição por diferentes

situações – por circunstâncias de saúde mental, por adoecimento psicológico, por circunstâncias de empobrecimento e mesmo pelo uso de álcool e drogas – e essa população precisa ser respeitada nos seus direitos.

Por exemplo, em Alagoas, neste ano e no ano passado, houve 31 atos de violência e de morte contra moradores de rua. Então, realmente nós não queremos isso. Diante dessa situação de violência contra a população de rua, o Brasil está tomando providências no sentido de apoiá-la e de protegê-la. Nós estamos construindo modelos de moradias protegidas; o Ministério da Saúde tem um trabalho de consultórios de rua; o MDS está com novo modelo de atendimento social, do Centro de Referência e Assistência Social nas ruas. Para nós, é muito importante que essa população se sinta atendida. E existe um comitê da SDH, que considero muito importante e do qual o Senador inclusive participou de algumas reuniões.

Este ano foi o primeiro em que o Brasil reconheceu o direito humano à alimentação adequada, no âmbito constitucional. Isso para nós também é importante e destacamos no Relatório.

Destacamos o combate ao trabalho escravo com uma metodologia que integra várias pastas de governo, das quais destaco o Ministério do Trabalho, o Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e especialmente o Ministério Público do Trabalho como nossos parceiros. E digo a vocês que a nossa prioridade é aprovarmos a PEC nº 438, que poderá combater o trabalho escravo de forma segura no próximo ano, se aprovada, meu caro Senador.

Destacamos o caminho para erradicação do trabalho infantil; a promoção da reforma agrária com os desafios que nós temos no Brasil; os direitos dos povos indígenas, sobre os quais eu já me referi aqui, entre vários; a questão da igualdade racial e o direito à terra das populações quilombolas; a promoção da paz e da justiça no campo, que merece um capítulo, porque há uma ação dedicada ao Norte e ao Nordeste do País e à violência no campo aqui relatada com uma série de ações; o combate à violência contra a mulher, cuja resposta está apresentada em diálogo pleno com a Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres; a educação em direitos humanos; a promoção da segurança pública e do combate à violência, destacando que não apenas estamos atentos ao combate à violência e atuando em relação a ele – aqui há uma série de relatórios –, como também queremos, no próximo ano, produzir um plano de ação para os direitos humanos dos agentes responsáveis pelo cumprimento da lei: os policiais. Nós acreditamos que é importantíssimo dialogarmos com os policiais sobre os direitos humanos e, por isso, queremos trabalhar quais são os direitos

humanos do policial, a sua condição de trabalho, a sua situação de serviço, os riscos que eles sofrem e a segurança de que eles precisam para suas famílias, como forma de atuarmos para haver uma polícia não violenta. Esse é um dos planos aqui apresentados.

Também destacamos a promoção da justiça comunitária, a mediação de conflitos, o acesso à Justiça em todos os âmbitos, a melhoria do sistema prisional, que é importantíssimo para o Brasil. O universo dos presídios é um universo integral que diz respeito à saúde, à assistência, às famílias e à Justiça.

Então, realmente nós apresentamos aqui desafios, realizações, mas principalmente a necessidade de mudar o sistema prisional brasileiro para um sistema que cumpra a Lei de Execuções Penais no Brasil, assegurando a ressocialização dos presos; a melhoria do sistema socioeducativo, em outro patamar, nos direitos das crianças e adolescentes.

Aproveito para dizer que nós precisamos, Senador Paim, da aprovação do Sinase. O senhor nos apoiou muito, e falamos também com o Senador José Sarney. O projeto está na última etapa para aprovação nesta Casa. Então, quero pedir o apoio para aprovação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, cujo projeto de lei tramita aqui no Senado.

Para a prevenção à tortura e o combate aos crimes, além do Disk Direitos Humanos, que é uma importante ferramenta de direitos humanos no Brasil para diferentes áreas, citamos também a criação de onze comitês estaduais de combate à tortura. Tanto no combate ao trabalho escravo como no combate à tortura, nós destacamos a questão dos comitês nos Estados, porque considero importantíssima essa descentralização e o mecanismo sobre combate à tortura. Recebemos representantes da área de combate à tortura das Nações Unidas no Brasil e, como resposta – inclusive no dia em que o Comitê contra Tortura estava no Brasil –, a Presidenta Dilma Rousseff assinou e enviamos ao Parlamento o chamado Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, que dará possibilidade a peritos – reconhecidos pelo Estado, mas autônomos – de entrarem em qualquer penitenciária, em qualquer instituição de longa permanência para idosos, em qualquer instituição que faça o atendimento de pessoas com sofrimento psíquico, para observarem e monitorarem a situação de tortura no Brasil. Nós estamos também fomentando a existência desses mecanismos nos Estados.

Há também aspectos sobre a federalização dos crimes de direitos humanos, sendo citado textualmente o assassinato de Manoel Matos, que é o assassinato cometido por grupos de extermínio que foi federalizado e para o qual precisamos apresentar respostas no âmbito da Justiça Federal. Também citamos outras si-

tuações de execuções sumárias, de abuso de poder e de tráfico de pessoas que precisam ser superados, crimes correntes no Brasil que precisamos enfrentar com a firmeza e a responsabilidade do Estado brasileiro.

Destacamos, por fim, a Comissão da Verdade, cuja criação foi aprovada por este Senado por unanimidade, e a Lei de Acesso à Informação, como aspectos da democracia no Brasil.

Ao observar a presença de vocês do Unicef aqui e também do segmento sobre refugiados das Nações Unidas, quero destacar que muitas contribuições vocês certamente podem agregar muitas contribuições a esse relatório, e elas serão muito bem-vindas. Por exemplo, o fato de o Brasil ser hoje um país importante para os refugiados, um país em que muitas etnias do mundo confiam, justamente por não ser um país voltado para as guerras, mas um país voltado constitucionalmente para a paz. Já tive oportunidade de conversar com segmentos de refugiados nas Nações Unidas. Então, a Secretaria de Direitos Humanos, eu almejo que o Brasil possa ter um trabalho importante em atenção àqueles que sofrem com grandes calamidades, mas também àqueles que sofrem perseguidos por regimes ditatoriais, e que o Brasil possa apoiar as Nações Unidas mais e mais.

As questões relacionadas ao Haiti, as mudanças que devemos produzir no Haiti, no sentido de uma missão de caráter, inicialmente, militar e que já transita para o social, humano, humanitário. Talvez os senhores acreditem que essas questões devem ser mais relevantes e deveriam ser aqui apresentadas, mas muitas questões relevantes ainda não participam.

No entanto, o relatório tem um limite de páginas, um limite de texto, mas as contribuições de vocês são importantes e nós agradecemos.

Perdoem-me, não quero me estender, mas é um trabalho bem feito, bem elaborado. Digo isso, principalmente, não pela Secretaria de Direitos Humanos ainda que tenha de cumprimentar, na Secretaria de Direitos Humanos, todos vocês, da nossa equipe, nosso Departamento de Relações Internacionais, que trabalhou. A todos vocês. Eu os cumprimento e agradeço.

Como citei inicialmente, o MRE participante e ativo e todos os Ministérios, os Estados e a sociedade civil, agora, fazendo sua contribuição.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Ministra Maria do Rosário, apresentando o seu relatório, também pela TV Senado, para a sociedade aqui representada. Com certeza, em sua fala, deixou claro que o relatório ainda está aberto para as contribuições, ao debate, à crítica. Para a crítica,

por que não? Acho que, com a crítica, vamos, juntos, construindo mais e melhor.

Não que eu tenha críticas ao relatório. Deixo bem claro. A sociedade que fale. Eu quero só elogiar o relatório, pela qualidade. Vi que você tratou de todos os temas. Nesta Comissão trabalhamos com esse foco, e o seu relatório é um pouco mais amplo, até, do que o que fizemos aqui nesta Comissão durante este ano.

Ontem, fizemos um trabalho de balanço da Comissão. Veja como essa questão dos haitianos mexe conosco, foi uma choradeira geral aqui, inclusive o chorão aqui. Na hora H, eu fiz assim, para que ninguém visse que as minhas lágrimas estavam caindo, porque estavam aqui índios, negros, ciganos, pobres, deficientes, os que têm uma orientação sexual definida, enfim, a comunidade *gay*, evangélicos, todos os setores que debateram os temas.

Para nós, é uma alegria enorme tê-la hoje, Ministra Maria do Rosário – eu tirei o senhora, mas mantive o Ministra, não quebrei tanto o protocolo –, apresentando aqui esse relatório, que, no meu entendimento, é uma bela peça, que orgulha todos nós que estamos na vida pública, principalmente aqueles que lutam e dedicam a sua caminhada à defesa dos direitos humanos.

Mas, muito mais que os meus comentários, vamos começar a ouvir os nossos convidados quanto ao resumo que fez aqui a Ministra Maria do Rosário do relatório.

Passo a palavra, de imediato, ao Luis Gustavo, que pede que a primeira seja a Daniela.

Então, passamos a palavra à Daniella Hiche, Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. E a Ministra disse que vai anotar ponto por ponto. Vamos lá, então.

Vamos dar um tempo de 15 minutos, com mais 5, se necessário.

Aqui não há um controle rígido de tempo. Fique tranquila.

A SR^a DANIELLA HICHE – Meu nome é Daniella Hiche, sou representante da Comunidade Bahá'í do Brasil, que integra o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

Então, estou aqui representando e fazendo contribuições da sociedade civil, por meio do Comitê, ao documento brasileiro preparado para o mecanismo da RP 1.

Apresentando, para quem não conhece, rapidamente, o Comitê, ele é uma coalizão de organizações da sociedade civil e do Estado, também, que tem como objetivo fortalecer a participação democrática, principalmente na política externa brasileira, para a efetivação e a prevalência dos direitos humanos na política externa.

Nesse sentido, temos aproximadamente 20 organizações da sociedade civil, que têm atuação nacional na área de direitos humanos e que trabalha, de certa forma, a formação dessas organizações, para atuar, para exercer o controle democrático da política externa brasileira e também para trabalhar em colaboração com o Governo brasileiro para a efetivação de uma série de compromissos regionais e internacionais de direitos humanos.

Resumidamente, esse é um pouco do papel do Comitê.

Algumas das contribuições que vou apresentar, em nome do Comitê, são muito mais em termos de metodologia, de processo, do que questões pontuais.

A Ministra trouxe uma série de exemplos de setores de direitos humanos que o documento contempla, mas, em função do tempo e também por não ser o papel do Comitê, uma vez que trabalha muito a questão da metodologia, dos processos regionais e internacionais...

Ministra, não quero ser dura. O Comitê reconhece a complexidade da produção desse tipo de documento, sabemos o trabalho que dá. Então, de certa forma, também queremos parabenizá-la pelo trabalho da Secretaria de juntar esse monte de informações, de forma a facilitar mais ou menos a leitura, e também o Governo brasileiro, pelo esforço, pela colaboração nesse processo.

Sabemos que o mecanismo de revisão periódica é muito recente. O Brasil estava no grupo dos primeiros países que passaram por esse mecanismo. Portanto, de certa forma, ainda estamos em modo de aprendizado. Então, ninguém sabe exatamente como produzir esse relatório, como responder às recomendações, aos compromissos voluntários que o Brasil assumiu em 2008.

Dessa forma, sabemos que o Brasil está aprendendo a fazer e acho que, por ter sido um dos primeiros e estar passando pelo segundo ciclo agora, terá potencial de gerar um bom precedente. Ou seja, a forma como apresenta esse documento, enfim, com as revisões que provavelmente vão sair da consulta pública que está em curso, o Brasil pode produzir um documento que pode vir a se tornar uma referência para outros países que também estão em processo de reformulação de seus documentos.

Então, aí vem um pouco do papel, do protagonismo, do potencial que o Governo brasileiro tem não só de apresentar um relatório que sirva de exemplo, de referência para outros países, mas também de fortalecimento do multilateralismo, que, sabemos, é uma bandeira muito cara para o Governo brasileiro.

Então, o primeiro ponto que quero apresentar, da avaliação que Comitê fez do encima do documento

brasileiro, quanto à dificuldade que o documento tem – Ministra, novamente, sabemos o quanto é difícil ...

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Para isso estamos aqui.

A SR^a DANIELLA HICHE – Não fique brava.

Ele não se apresenta tanto como diagnóstico. Ele apresenta muito bem os avanços e, pelo relato da Ministra, quem olha o documento percebe que realmente houve uma série de avanços na área de direitos humanos, nos seus diferentes setores. Por outro lado, o documento peca um pouco na análise em termos de diagnósticos, de como esses avanços se relacionam, talvez, com as recomendações e os compromissos assumidos pelo Brasil.

Então, a primeira coisa que gostaríamos de ver – sabemos que será difícil mexer em todo o documento – um olhar mais crítico, menos de apresentação dos avanços, que reconhecemos, mas um olhar mais crítico no sentido de diagnosticar, analisar, dentro do contexto sociopolítico brasileiro, quais são esses avanços, porque, para um leitor de um outro país, o pessoal das Nações Unidas, analisar esse documento sem que haja uma leitura muito completa de qual é a realidade do Brasil hoje, fica difícil avaliar o grau desse avanço, o quanto avançamos realmente.

Então, essa é a primeira necessidade que vimos, ou seja, contextualizar, diagnosticar melhor esses avanços no contexto brasileiro.

Nessa mesma linha, notamos que o documento brasileiro não apresenta os desafios, os obstáculos para a efetivação de determinados compromissos ou de políticas de direitos humanos. Ele apresenta uma série de políticas, como a Ministra mencionou, a criação de uma série de comitês, de conselhos. O próprio PNDH 3, que é, vamos dizer, o norteador da política de direitos humanos do Brasil, é muito bem apresentado no documento, mas falha, peca um pouco ao apresentar quais são os desafios que o Brasil está enfrentando para implementar o PNDH 3.

Aqui vou citar só alguns exemplos para quem não acompanha tão de perto esse processo. No processo de transição de governo pelo qual passamos este ano, o Comitê de Monitoramento Interministerial do PNDH-3 sofreu algumas perdas. Então, ele deixou de se encontrar tão periodicamente como ele estava em 2010, a participação da sociedade civil ficou um pouco comprometida em função desse processo de transição. A gente entende que o processo e transição é uma transição, ou seja, tem essas dificuldades, mas comprometeu um pouco uma série de recomendações que a sociedade civil brasileira já havia feito em relação a como se implementar o PNDH-3, isso se perdeu um pouco ao longo deste ano.

Por ora, é isto que eu vou falar do PNDH-3.

Eu acho que outra dificuldade também que a gente viu no documento é de relacionar alguns temas com as próprias dificuldades que o Brasil enfrenta. Então, por mais que haja essa série de avanços que a Ministra pontuou muito bem na sua apresentação, o documento não fala nas dificuldades de efetivação, de proteção de direitos humanos da população indígena e da população quilombola.

Então, por mais que existam políticas, programas visando à proteção desses grupos, o documento peca em citar quais são as dificuldades que estão sendo encontradas para efetivação dessas próprias políticas. E aqui, obviamente, eu destaco a população indígena, quilombola, questões de raça, questão de intolerância religiosa. Então, ao mesmo tempo em que se cria um comitê de diversidade religiosa no intuito de combater, de trabalhar políticas públicas de combate à intolerância religiosa, a gente vê um quadro bastante complicado, que vem se tornando cada vez mais complexo no Brasil, de aumento de intolerância religiosa, principalmente para as religiões de matriz africana. Então, o documento não relaciona um tema com o outro. Então, isso, em termos de melhoria, a gente recomendaria que fosse feita uma relação mais próxima com isso.

O segundo ponto que eu gostaria de apresentar é um pouco... Faltou relacionar com mais clareza... Ou seja, para quem acompanha direitos humanos no Brasil, a gente consegue perceber a relação das recomendações que foram feitas em 2008 com a apresentação do documento, vamos dizer, com os itens que são citados dentro do documento brasileiro.

Por outro lado, para um olhar estrangeiro, vamos dizer assim, é muito difícil você fazer essa ponte, esse diálogo. Então, como que todos os avanços, todas as políticas que estão sendo trabalhadas no Brasil, que a Ministra citou, se relacionam diretamente com as recomendações que foram feitas em 2008. então, para quem acompanha o processo, fica um pouco óbvio: “ah, tá, determinado conselho nacional ou determinada política pública se relaciona à recomendação número tal, de 2008”. Mas, no geral, é um documento denso, com muita informação, mas não ficaria claro para as Nações Unidas, quando eles estiverem avaliando o documento brasileiro, em que grau e em que gênero esses avanços de direitos humanos no Brasil se relacionam às recomendações que foram apresentadas em 2008. Então, isso, de certa forma, pode comprometer os avanços que realmente foram alcançados no Brasil na apresentação das Nações Unidas. Então, a gente corre o risco de, quando houver o retorno, um *feedback* das Nações Unidas para o documento brasileiro, vir uma série de recomendações que, na verdade, foram

atendidas. Mas como o documento não relaciona bem o seu conteúdo com as recomendações, fica difícil uma análise de como se fez essa ponte, como realmente avançamos. Tanto em termos numéricos o documento poderia melhorar, como em termos de conceito, simplesmente em forma de texto, a forma como é descrito poderia melhor fazer essa relação.

E esse alerta a gente faz porque existe uma preocupação do Comitê de Direitos Humanos e Política Externa com a apresentação de um relatório que pode parecer uma apresentação, como se fosse uma radiografia da situação de direitos humanos no Brasil, que pode parecer um pouco genérica... A gente sabe que não é, mas, obviamente, como a Ministra falou, o documento tem uma série de limitações. Mas a forma que outros países podem pegar esse documento como referência para preparar os seus próprios fica comprometida, porque vão olhar e falar “bom, então a gente coloca mais ou menos quais políticas a gente tem, vamos dizer, o nosso PNDH-3 aqui, a gente tem essa política, vamos descrever quais são os avanços, quais são as ações futuras e esse será o nosso documento”.

Então, o Brasil tem, talvez por ter sido um dos primeiros a serem avaliados dentro desse mecanismo, tem essa responsabilidade, que é bem difícil, de apresentar um documento que seja conciso, que consiga relacionar bem quais foram as recomendações e como elas foram alcançadas, ou não. Ou seja, não existe essa expectativa de que todas – são mais de cem recomendações, se não me engano – sejam atendidas num período de quatro anos.

Então, a dica que fica, independentemente de as recomendações terem sido alcançadas ou não, é que vale muito a pena fazer essa relação de uma forma mais concisa, de uma forma mais clara, no documento, para gerar um precedente positivo e fortalecedor desse mecanismo multilateral, porque, ao longo dos anos, o que a gente pode perceber por parte de países menos interessados nesse mecanismo, em que esse mecanismo realmente seja efetivo, é que isso pode gerar um certo esvaziamento. Então, relatórios um pouco vazios, um pouco genéricos, que não permitem uma análise adequada da situação de direitos humanos, enfim, como um todo no mundo.

Então, obviamente, como o Brasil valoriza muito esse mecanismo... a gente sabe o quão importante esse mecanismo pode ser ao longo dos anos – como a gente sabe, está no comecinho –, mas ao longo dos anos pode ser a ferramenta de se compreender qual a situação de direitos humanos em diferentes países do mundo.

Então, o documento, quanto mais conciso, quanto mais objetivo, quanto mais relacionado aos avanços,

difficultades e obstáculos que o País está encontrando, maior a probabilidade de esse documento realmente ser útil tanto para o Brasil, que as recomendações que vão surgir a partir desse documento, a partir do mecanismo de revisão mesmo, sejam benéficos, sejam úteis para o Brasil, e que as recomendações passem a ser também mais objetivas. A gente sabe que as recomendações que foram feitas ao Brasil em 2008 eram extremamente também genéricas, amplas, o que, obviamente, dificultou ao Brasil fazer colocar, fazer essa relação que a gente está solicitando de relacionar melhor as recomendações com o conteúdo do documento. A gente sabe que é quase impossível porque as recomendações são muito amplas, mas à medida que o Brasil consegue fazer esse exercício de se tornar mais conciso, mais objetivo, talvez as recomendações que saiam em 2012 sejam mais claras e mais objetivas, facilitando um pouco o trabalho do Brasil.

O terceiro item que eu gostaria de sugerir é em relação a dados numéricos. Ao longo do documento – eu não vou citar exemplos específicos; se houver interesse da Secretaria, depois a gente pode mandar já pontuados quais são –, em alguns momentos são apresentados dados absolutos, em alguns momentos, percentuais. Isso é muito complexo para quem não tem a dimensão do que é o Brasil. Então, quando você coloca um número absoluto, a pessoa fica “tá, qual é a proporção disso com o que está sendo discutido? Isso é bom ou isso é ruim?” A pessoa não tem uma referência. Então, de certa forma, seria interessante uniformizar um pouco melhor os dados numéricos apresentados.

Outro ponto que eu gostaria de apresentar, que vai um pouco com essa contextualização numérica que eu acabei de citar, é que o documento falha um pouco em contextualizar melhor – eu já falei isso, de certa forma, na minha fala – o cenário geopolítico, o cenário social brasileiro.

A gente sabe que o documento tem as suas limitações de espaço. Enfim, é muita informação que tem que ser apresentada nesse documento, mas à medida que o documento não contextualiza a situação do Brasil... Aqui vou usar um exemplo bastante simples. Nós passamos por um momento de transição de governo. Isso gera uma série de atrasos, uma série de adaptações que devem ser feitas para o próximo governo, vamos dizer, engatar, para pegar no tranco. A gente sabe que é um período de um ano, um ano e meio para se engatar nesse processo. E isso não é citado no documento. Se isso fosse citado, não é uma desculpa para o Governo brasileiro, mas uma forma de contextualizar o que está acontecendo no País nesse momento. E daí alguns retrocessos que talvez estejam acontecendo, por exemplo, na implementação

do PNDH-3 que são compreensíveis. Mas a partir do momento em que o documento coloca “olha, não conseguimos implementar a recomendação ‘a’, ‘b’ e ‘c’”, mas não justifica o porquê, pode parecer que ignoramos essa recomendação, que não demos atenção a essa recomendação. Mas quando você contextualiza a situação social, a situação geopolítica do Brasil, fica muito mais fácil você justificar porque determinados avanços não aconteceram ou quais são as dificuldades que estão sendo encaradas para o leitor, para quem está analisando esse documento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais cinco minutos.

A SRª DANIELLA HICHE – Ok.

Também a Ministra citou uma série de ações futuras, o que alguns comitês nacionais, conselhos nacionais vão fazer, como determinadas políticas públicas, principalmente em relação ao PNDH-3, vão ser implementadas... Enfim, são avanços, ações futuras são fantásticas, necessárias e atendem às recomendações.

Por outro lado, não foram colocados prazos, como está sendo preparado o planejamento dessas ações futuras. Então, seria interessante que, no documento, de alguma forma, por mais que seja em linhas gerais, fossem descritos os prazos, datas; “pretendemos concluir isso em um, dois, três, quatro anos”. Esse tipo de referência de período de tempo faltou no documento.

Novamente também em relação ao contexto. Por exemplo, quando o documento fala da Comissão da Verdade, ele não dá informações relevantes sobre o que está acontecendo nesse processo. Ele cita a Comissão da Verdade, mas ele não contextualiza. Então, é mais um exemplo de como está faltando contextualizar um pouco a situação.

Outro ponto que eu gostaria de levantar é que o documento não apresenta de forma clara – talvez, indiretamente, esteja apresentado, mas, de forma clara, não se vê – quais são os compromissos voluntários que o Brasil vai assumir em 2012 para o mecanismo de RPU. Não conseguimos fazer essa leitura pelo documento.

Como contribuição, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa tem uma agenda mínima e, a partir dessa agenda mínima, conseguimos fazer algumas sugestões de quais são os compromissos que o Brasil poderia assumir. São compromissos voluntários que ele poderia assumir e que, de certa forma, permeiam o documento, mas não se faz claro se isso é um compromisso voluntário que o Brasil está assumindo. Um deles é a ratificação de instrumentos pendentes. Dentre eles, vou citar a Convenção dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, que já foi assinada, mas que falta ser ratificada no Congresso

Nacional; o Protocolo Facultativo DCA, de Direitos de Crianças e Adolescentes, que é um que também está pendente; e o Protocolo Facultativo ao Pidesc, que também falta ser ratificado. Então, nós sabemos que há um interesse legítimo do Governo brasileiro em ratificar esses instrumentos. Por que o Brasil não usa isso como compromisso e coloca-se à disposição, voluntariamente, para cumprir esse compromisso? É um exemplo de compromisso que ele tem perna para assumir nos próximos dois a quatro anos. Também poderia se comprometer com o envio de relatórios que estão atrasados. Tem uma série de relatórios que estão pendentes para o Brasil apresentar. Então, ele poderia se comprometer: “Ah, em quatro anos, nós conseguimos apresentar determinado relatório que está atrasado”. Isso poderia ser um compromisso voluntário do Brasil, o que seria excelente.

Por último, para concluir, eu acho muito importante, num compromisso voluntário que o Brasil assumiu, a preparação de relatórios anuais de direitos humanos. Eu gostaria de sugerir – e sabemos que isto será um trabalho bastante incipiente, uma primeira tentativa – de relacionar melhor a produção desses relatórios anuais com a produção dos relatórios anuais do Parlasul. O Parlasul também tem, por obrigação, preparar relatórios anuais de direitos humanos. Se não me engano, foram preparados dois ou três relatórios. Então, esses relatórios do Parlasul também são muito recentes. Se se faz uma análise mais crítica desses documentos, eles são bastante abstratos, bastante genéricos, porque é um mecanismo que está começando no Parlasul também. Mas, visando fortalecer o multilateralismo, seria muito benéfico ver uma relação mais forte entre relatórios anuais do Parlasul e relatórios anuais que servem ao RPU. Dessa forma, tem-se um relatório só e acho que também facilita alguns mecanismos de consulta pública ao longo do período de quatro anos. Então, consultas públicas para se preparar o relatório anual de direitos humanos do Parlasul poderiam também subsidiar os trabalhos, em termos de conteúdo, para a preparação do próprio documento brasileiro para o mecanismo de RPU. É uma sugestão que fica.

Agora, na conclusão da minha fala, novamente, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa compreende absolutamente a complexidade de se produzir esse documento. Nós sabemos que as recomendações de 2008 foram muito genéricas. Então, o Brasil fez um trabalho excelente na construção desse documento que estamos analisando aqui hoje. Deixamos a recomendação, reforçando novamente, de que fazer um documento mais objetivo, mais claro, mais bem relacionado com as recomendações, mostrando como os compromissos voluntários foram atingidos ou

não, é uma forma de se fortalecer o multilateralismo e evitar um possível esvaziamento desse mecanismo que é tão importante para os direitos humanos no mundo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a DANIELA HICHE – A realização de audiências públicas como esta para mecanismos de consulta com a sociedade civil também é valorizada e a sugestão é que sejam feitas minimamente anualmente, não só antes da apresentação do documento, no ano seguinte ou nos meses seguintes.

Novamente, parabeno o protagonismo brasileiro e a seriedade com que o Governo brasileiro preparou esse documento. Novamente, é uma oportunidade incrível para o Brasil mostrar o seu protagonismo e seu interesse de servir de referência para outros países que estão também nesse processo de construção de seus próprios documentos.

Eu teria mais mil pontos para apresentar, mas já tocou a campainha duas vezes. Em nome do comitê, eu agradeço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Daniella Hiche pela sua análise.

Ministra Maria do Rosário e equipe, quanto mais eu os conheço, mais eu os respeito. Vocês poderiam ter feito uma reunião do comitê, chamado a sociedade, a quatro portas ou a dez portas e janelas fechadas, pegar todas as contribuições, apresentar ou até trazer aqui e me dizer: “Olha, isso aqui já foi ajustado com a sociedade. Todas as propostas foram aceitas ou não”. Mas não! A Ministra e sua equipe fazem algo que, para mim, é inédito aqui, nesta Comissão: vêm, expõem um trabalho feito e pedem à sociedade, que já leu – pelo que eu vi – o documento, que diga aquilo com que concorda e com que discorda e que faça a crítica. Uma salva de palmas para a Ministra e para a equipe dela. *(Palmas.)*

Isso não é todo dia. Eu nunca vi aqui isso. Que bom! A ministra sabia que isso ser a vivo, por dois canais da TV Senado, a cores. Isso é muito bom. Isso é um símbolo da democracia. Parabéns, Ministra!

Eu quero dizer para a Embaixadora Gláucia Silveira Gauch que ela escolhe o momento de falar aqui. Se quiser falar agora, já está com a palavra neste momento. *(Pausa.)*

Então, passamos a palavra, de imediato, à Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty, a Embaixadora Gláucia Silveira Gauch.

A SR^a GLÁUCIA SILVEIRA GAUCH – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, Ministra Maria do Rosário e todos os demais representantes aqui, na mesa.

Eu queria começar minha intervenção agradecendo as palavras da Ministra Maria do Rosário, em

nome do Ministro Antonio Patriota e em meu próprio nome, e dizendo que nós trabalhamos em conjunto. A política externa só tem algum tipo de validade se é respaldada por medidas e políticas que são adotadas no plano interno. Nesse aspecto, temos visto que temos adotado medidas, que temos adotado ações que justificam a nossa intensa e bem-vinda participação no plano internacional.

Muito brevemente, eu queria começar a minha intervenção dizendo que a trajetória de política externa do Brasil, em matéria de direitos humanos, se remonta à Constituição de 1988. A nova realidade que passamos a viver a partir de 1988, espalhada na Constituição do mesmo ano, é que podemos adotar uma postura muito mais construtiva e colaborativa frente aos mecanismos internacionais de promoção e proteção de direitos humanos. Nos últimos vinte anos, o que temos visto é a adesão do Brasil a vários instrumentos internacionais de proteção a direitos humanos, como foi aqui colocado, muito como expressão desses princípios que fundam a legitimidade do Estado brasileiro e que reforçam e complementam esses instrumentos de direitos humanos já existentes em nosso País.

Como disse a Daniella, ainda temos alguns instrumentos pendentes, ou de ratificação ou de assinatura, mas, de qualquer maneira, já evoluímos e temos aí toda uma gama de instrumentos que justificam e legitimam a nossa preocupação em relação aos direitos humanos no plano interno e internacional.

Das razões, principalmente internas, que fundamentam a participação brasileira no sistema internacional de direitos humanos, não se desprende que o Brasil esteja alheio a essa dimensão propriamente internacional da questão. Muito pelo contrário. Temos esse compromisso de avançar na proteção de direitos humanos nacionalmente, o que nos dá essa credibilidade, como eu disse, de podermos, de modo franco e construtivo, atuar frente a outros países, a organizações internacionais, a Organizações Não Governamentais, que estejam interessadas nessas questões de direitos humanos.

Eu vou passar - rapidamente, porque sei que tenho pouco tempo – a fazer um breve balanço do que é o mecanismo Relatório de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e, depois, a fazer esse balanço do que temos, do que aconteceu de um modo geral, falando um pouco da participação do Brasil, como foi em 2008 e o que se espera da nossa participação em 2012. Quero reforçar a fala da Ministra Maria do Rosário, no sentido do que significa o mecanismo Relatório de Revisão Periódica Universal para o Brasil. Nós o vemos como um dos avanços institucionais mais importantes que acompa-

nhou o surgimento do Conselho de Direitos Humanos em 2006, que, como vocês sabem, substituiu a antiga Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O relatório... Esse mecanismo guarda uma relação – muitos dos senhores já sabem – com a proposta que o Brasil apresentou, reiteradas vezes, no âmbito da antiga Comissão de Direitos Humanos, de engajar as Nações Unidas na elaboração de um relatório sobre a situação de direitos humanos em todo o País – perdão – em todo o mundo. Nesse contexto, nós apoiamos a criação desse novo mecanismo de maneira muito, muito forte e atuante. Nós defendemos a participação também de organizações da sociedade civil em todo o processo de revisão.

De um modo geral, a avaliação desse primeiro ciclo do RPU tem sido amplamente positiva. O mecanismo aproximou a dinâmica política do órgão de objetivos fundamentais propostos por ocasião da criação desse Conselho de Direitos Humanos, como a universalidade, o diálogo construtivo, a objetividade e a não politização.

Foi passada em revista a situação dos direitos humanos em todos os estados membros das Nações Unidas durante esses primeiros quatro anos, que nós conhecemos com o primeiro ciclo do mecanismo de revisão periódica. A universalidade desse mecanismo contribuiu para atenuar a percepção de politização. O mecanismo explicitou que, ainda que em dimensões distintas, existem desafios de direitos humanos em todos os países, indiscriminadamente.

O mecanismo ampliou o espaço político para a realização de análise também equilibrada e realista de cada circunstância. A objetividade da revisão também se refletiu no imperativo de lidar com todo o universo normativo de direitos humanos, sejam civis, políticos, econômicos, sociais, sejam culturais.

Essa objetividade que foi imposta à análise tornou ainda mais evidente a necessidade de irmos além da mera identificação de problemas e de buscarmos medidas concretas para a superação dos desafios que são apontados durante a avaliação dos países.

Sai reforçada desse primeiro ciclo de avaliação e nessa lógica a dimensão da cooperação e da assistência técnica, como mencionarei mais adiante.

Em caráter excepcional, em determinadas ocasiões, países em ambos os lados do espectro político, obviamente, buscam instrumentalizar – isto é evidente – o exercício segundo os interesses alheios à agenda de direitos humanos, mas nós procuramos entender esse mecanismo como mecanismo universal, como mecanismo equilibrado e como mecanismo construtivo.

O RPU favoreceu igualmente a perspectiva desse diálogo construtivo na análise desses países, nesse contexto que eu acabei de dizer.

Nós buscamos, como eu também disse, em outras palavras, meios distintos de promover o engajamento dos países com o sistema multilateral de direitos humanos.

Eu aqui vou dizer que, segundo dados divulgados pelo Alto Comissário das Nações Unidas, aumentou consideravelmente o número de assinaturas e ratificações dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos em consequência direta das recomendações que são oriundas do mecanismo de revisão periódica. No mesmo sentido, ampliou-se o número de países com convites permanentes para titulares de mandatos temáticos do Conselho de Direitos Humanos.

Tem-se aí que o mecanismo mostrou-se, portanto, muito positivo nesse engajamento dos países das Nações Unidas em matéria de direitos humanos, inclusive de diversos países que são refratários à cooperação de mecanismos internacionais do sistema de direitos humanos. Mesmo esses, por serem membros das Nações Unidas, têm a obrigatoriedade de apresentar-se para avaliação pelo mecanismo de revisão periódica.

Eu também sei, como vários disseram, que diversos setores que acompanham as atividades do Conselho – temos aqui a Conectas e também o Sr. Magnata – reconhecem essa relevância do RPU também para promover uma agenda de direitos humanos no plano interno, como foi mencionado aqui.

Em razão da própria dinâmica desse exercício, o RPU acaba por incentivar um amplo debate temático sobre os mais diversos temas e ajuda a manter o assunto, o tema dos direitos humanos na agenda dos governos. Eu não estou falando aqui... Estou falando de um modo geral e não necessariamente do Brasil ou de qualquer outro país. Estou falando de todos os países que são membros da ONU e são avaliados pelo sistema, pelo mecanismo de direitos humanos.

O sinal de relevância adquirido – outro ponto que faço questão de mencionar –, a relevância adquirida pelo mecanismo é o fato de que as delegações nacionais, as delegações dos diversos países que se apresentam em Genebra para avaliação são chefiadas e integradas por autoridades do mais alto nível em matéria de direitos humanos dos respectivos países. “Mais alto nível” eu digo, obviamente, dentro do nível ministerial, como é o caso da nossa Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, que sucedeu o Ministro Paulo Vannuchi.

Eu vou passar a dizer um pouco sobre a avaliação do Brasil muito rapidamente. O Brasil foi o 9º país, no primeiro ciclo, a ser avaliado, o que ocorreu em abril de 2008. A sua participação foi de modo aberto, construtivo e foi considerada bastante positiva.

Nós tivemos quinze recomendações, todas elas aceitas pelo Brasil, por nós aceitas. Esse fato motivou o Brasil a estender convite permanente – perdão – motivou o Brasil a passar a ser... A Daniela mencionou isso, mas eu quero reforçar que nossa credibilidade já começou daí, Daniela, porque, a partir da apresentação do nosso relatório, nós fomos procurados por várias delegações para prestar algum tipo de colaboração na elaboração desses relatórios. Particularmente, nós estivemos, através da minha equipe e da equipe da Ministra Maria do Rosário, em Angola, no Panamá e no Haiti, onde nós oferecemos essa contribuição para a elaboração dos respectivos relatórios nacionais.

Bom, as recomendações brasileiras que foram feitas em 2008 acho que são do conhecimento de todos os senhores e eu não preciso mencioná-las aqui novamente.

Mas eu quero dizer que o relatório nacional que nós vamos apresentar agora, à semelhança do que vai ocorrer na segunda avaliação brasileira, como a Ministra Maria do Rosário disse, foi elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos em coordenação conosco do Ministério das Relações Exteriores e conta com essas contribuições da sociedade civil que, em parte, já foram colocadas pela Daniela – ao serem colocadas, nós abrimos para reunião pública. Essas contribuições são muito importantes para que o Governo, o Estado brasileiro possa apresentar um relatório consistente e também possa responsabilizar-se não só pela sua feitura, mas também responsabilizar-se pelas ações que deverão ser tomadas e pela implementação das recomendações que nos forem dirigidas.

A avaliação do Brasil... Qual é a participação do Brasil além da nossa própria participação? Como fazemos... Como participamos no âmbito do mecanismo de revisão periódica? Quero dizer aos senhores que nem de longe a nossa participação se limitou ao escrutínio em 2008. Obviamente, nós participamos de todas. A participação brasileira se deu em todas as avaliações que passaram pelo mecanismo de revisão periódica.

O Brasil tomou a palavra no diálogo interativo, como eu disse, de todos os países. As únicas exceções ocorreram quando nós nos juntamos a alguns outros países – o que nós chamamos de troika dos países – que coordenariam uma determinada avaliação ou quando também, por razões excepcionais, nós não conseguimos alcançar a lista de delegações inscritas para a apresentação de manifestação em plenário. Já ocorreu de nós estarmos na fila, já houve isso, passarmos horas na fila e nos candidatarmos a uma inscrição desde a madrugada, de forma que é um processo que exige também esforço físico de todos os que pretendem se manifestar.

Estimativas que foram colhidas pela delegação do Brasil em Genebra dão conta de que o Brasil teria sido o segundo país a apresentar mais recomendações aos demais países submetidos à Revisão. E como eu também já disse, nós pautamos a nossa atuação sempre pela busca do equilíbrio, da objetividade e as nossas intervenções sempre seguiram dois eixos principais: o reconhecimento de eventuais avanços positivos e de esforços realizados para a promoção de direitos humanos no país examinado, mas também a identificação de desafios, conforme as circunstâncias objetivas de cada situação, por meio de comentários e de recomendações em áreas que viessem a requerer a atenção das autoridades do país que estava sendo avaliado. Esse posicionamento do Brasil é justamente o que nos dá credibilidade, o que nos tem dado um dos principais elementos da credibilidade de que nós dispomos no Conselho de Direitos Humanos hoje em dia.

Ainda como parte das manifestações, o Brasil dirigiu, em várias oportunidades, exortação à comunidade internacional para que apoiasse as ações de assistência técnica, como eu disse anteriormente, e da criação de capacidades em favor do país concernido, a fim de que esse pudesse colocar em prática as recomendações aceitas como resultado da participação no exercício de avaliação do mecanismo. O entendimento brasileiro é que haveria, no fortalecimento das ações de cooperação internacional, espaços que ainda não teriam sido suficientemente explorados de atuação diplomática, os quais permitiriam infundir um tratamento mais construtivo à atuação de sistema de direitos humanos das Nações Unidas.

Nossa percepção é de que haveria uma chance de se colocar essas necessidades de uma maneira muito mais efetiva. E ao suscitarmos essa discussão dentro do próprio Conselho de Direitos Humanos por intermédio desse mecanismo, nós buscamos dar visibilidade política ao tema e infundir-lhe tratamento que supere as críticas ainda evocadas por membros da comunidade internacional ao caráter meramente prescritivo ou intrusivo excessivamente politizado do sistema de direitos humanos das nações unidas.

O que nós vamos fazer agora? Durante os quatro primeiros anos das revisões, o Brasil pôde testemunhar, como disse também a Ministra, um aumento expressivo das recomendações que foram dirigidas aos países avaliados. Nós tivemos quinze, mas obviamente isso passou agora a ser um número de centenas a partir da evolução desse mecanismo.

Se me permite falar um pouquinho mais, Senador, eu diria, só a título de comparação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquila. Tem o tempo que for necessário.

A SR^a GLÁUCIA SILVEIRA GAUCH – A título de comparação, eu gostaria de mencionar: a primeira sessão do RPU resultou em 418 recomendações, uma média de 26 recomendações por país. Na décima segunda e última sessão, esse número passou a 2.336 recomendações, 137 por país, o que corresponde a um aumento de mais de 500% ao longo dos quatro anos, isso para os senhores terem uma ideia. Vários países receberam. E o país que, por incrível que pareça, mais recebeu recomendações no primeiro ciclo foram os Estados Unidos.

Essa dinâmica evidencia a construção da prática intergovernamental do mecanismo cujo caráter inovador só encontra analogia em fóruns que lidam com assuntos de natureza diversa, a exemplo Trade Pure Review, que nós dissemos da Organização Mundial de Comércio. Então, como disse a Daniela no início desse mecanismo, não se sabia ainda ao certo qual seria o formato que se daria às intervenções. Tudo começou um pouco meio dúvida e não se sabia por onde ir, mas, ao longo desse primeiro ciclo, ganhou corpo a dinâmica política que viria a se consolidar nas últimas sessões do RPU, de forma que esse conjunto de recomendações que nos serão dirigidas agora em 2012 – nós sabemos, não é, Ministra Maria do Rosário? – poderão compreender leis e políticas que já foram adotadas pelo Brasil e para as quais eles poderão solicitar medidas adicionais para fortalecer a eficácia.

Outras recomendações poderão referir-se a medidas também ainda em elaboração e que, embora adotadas, ainda estão em marcha ou em processo para serem colocadas em marcha. Outras ainda poderão estimular importante reflexão doméstica acerca dos desafios que nós temos para conferir eficácia aos instrumentos hoje existentes para garantir os direitos humanos do nosso próprio povo.

Eu passaria agora, para terminar, se me permitem mais uns cinco minutos, para as questões de princípio que têm orientado o Brasil.

O mecanismo de revisão periódica, como eu disse, tem revelado que os desafios à promoção e à proteção dos direitos humanos existem em qualquer País, em maior ou em menor grau obviamente e sob diferentes perspectivas. E diante disso, o que se deve fazer, nós entendemos, não é negar essas situações, mas, sim, identificar e criar, se necessário, meios eficazes de abordá-las, tendo como parâmetro o real impacto que esses mecanismos terão sobre a situação de quantos têm os seus direitos fundamentais violados.

O Brasil, em que pesem os desafios que nós ainda encontramos para melhor proteger nossos direitos humanos, desempenha papel importante para o tratamento do tema no plano internacional. Temos

apoiado iniciativas que traduzem, em termos práticos, a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência entre todos os direitos humanos. Nós somos contrários a iniciativas que impliquem hierarquização de direitos ou que desassociem a realização de direitos civis e políticos dos econômicos, sociais e culturais. O Brasil defende a inter-relação entre democracia, desenvolvimento e direitos humanos. Daí decorrem as principais ações de política externa brasileira apresentada junto às Nações Unidas em Nova York e em Genebra, assim como junto à Organização dos Estados Americanos em Washington.

Eu termino por dizer, aliás, não termino ainda. Eu queria só dizer de um terceiro ponto, que é o apoio do Brasil – nós ainda o temos e isso é muito importante – à transversalização da perspectiva dos direitos humanos na ONU, que reflete um objetivo que é perseguido pelo plano doméstico. Não se trata de promover os direitos humanos como mais uma das diversas ainda fragmentadas ações de Estado. O que importa é fazer com que a realização desses direitos informe toda e qualquer ação do Estado de modo integrado, claro, e indivisível.

Quero também deixar aqui registrado que o Brasil apoia a participação da sociedade civil nesse diálogo com os mecanismos internacionais de direitos humanos. Esse apoio é um corolário da importância que o Governo atribui ao diálogo com as organizações da sociedade civil que participam de diversas instâncias nacionais dedicadas à discussão e avaliação de políticas em matéria de direitos humanos e esse apoio também se dá em reconhecimento à contribuição que essas entidades fazem ao sistema internacional de direitos humanos.

Nós esperamos que o processo de preparação do Brasil, segundo a avaliação, consiga realizar esse objetivo, que consigamos, como disse a Daniela, cada vez mais ser um exemplo e contribuir para que outros países possam ver no Brasil um parceiro para a elaboração, para a melhoria na elaboração, todos já passaram isso, mas também melhorando cada vez mais a própria elaboração de seus próprios relatórios.

Embora o Itamaraty e a Secretaria de Direitos Humanos, como órgãos do Poder Executivo, estejam presentes nesta Mesa, eu acho que esse é um desafio que transcende esses dois órgãos, que transcende a Secretaria e o Itamaraty. Em última instância, é todo o Estado brasileiro que se vê implicado nessa tarefa. Então é importante que nós possamos fazer bom uso das oportunidades postas à nossa disposição pelo mecanismo, e nós reconhecemos isso, a fim de nos colocarmos à altura das expectativas que nos são con-

feridas pela sociedade brasileira e pela comunidade internacional nesse processo.

Muito obrigado, Senador.

Desculpe-me ter excedido um pouco o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pela sua fala, Embaixadora Gláucia Silveira Gauch, do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty. Pode ficar tranquila, porque V. Ex^a ficou dentro do tempo e fez uma bela exposição, o que só traz mais brilho para esta nossa audiência pública.

Vamos, agora, ao advogado representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, Dr. Luis Gustavo Magnata.

O SR. LUIS GUSTAVO MAGNATA — Bom dia a todos e a todas. Agradeço o convite para estar aqui fazendo este diálogo nesta audiência pública tão importante, numa data tão emblemática, próxima ao 10 de dezembro, que é a data da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quando a gente precisa, além de celebrar esse mecanismo importante, também fazer uma avaliação, uma análise crítica sobre como dialogamos com esse mecanismo, o que é que ele traz, o que ele pode vir a trazer, como é que a gente pode avançar, utilizando-o.

Hoje, particularmente, é uma data emblemática porque faz um ano da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a Guerrilha do Araguaia. Isso a gente precisa também avaliar. Faço só um paralelo porque o RPU, acredito, a gente vem discutindo no Gajop, é um mecanismo na internacional. Não é o único, não é o último, não é o melhor, nem o pior. Ele é um dos mecanismos que podem reforçar a construção democrática do Estado brasileiro. Então a gente precisa avançar no sentido de efetivar esses mecanismos de que o Brasil faz parte.

Parabenizar também, como disse o Senador Paulo Paim, a Ministra por aqui apresentar o relatório numa audiência pública, um espaço tão importante de diálogo institucional com a sociedade, com instituições do próprio Estado nacional. É muito importante estarmos nesse diálogo. Seria importante que pudéssemos fazer mais diálogos como esse.

O relatório para a revisão periódica universal é uma etapa de uma construção de intervenção internacional, mas também nacional. Ele não é um produto final, como bem disse a Ministra. Ele é um produto de uma etapa de implementação de vários mecanismos, de vários diálogos que vêm pela frente.

O Relatório Periódico Universal é um mecanismo recente e precisa passar por uma avaliação bem mais acurada dos reflexos que ele pode trazer. Mas, inicialmente, a gente compreende que esse mecanis-

mo precisa ser potencializado para dentro dos Estados, para dentro das nações, no caso brasileiro, para dentro do Brasil, em diálogos mais constantes sobre os mecanismos, especificamente sobre o RPU. Ele tem um período entre um ciclo e outro. A gente está no segundo ciclo de quatro anos, quatro anos e meio, mais ou menos. No primeiro ciclo, a gente acabou discutindo, muito próximo, também, a apresentação do relatório. Em quatro anos e meio, a gente veio discutir aqui, neste momento.

E aí reforço que é louvável esta audiência pública, isso precisa existir. A gente precisa ter lócus específicos institucionais que possam dialogar, ao longo dos quatro anos, sobre esse e outros mecanismos. O relatório passa a ser mais fácil de ser sintetizado, de ser conciso. A gente entende perfeitamente que é muito difícil compactar em vinte páginas um avanço de quatro anos. Mas ele fica mais fácil de ser colocado e ser apresentado quando, sistematicamente, vêm sendo apresentadas sejam recomendações, sejam avanços, sejam conflitos. Isso fica mais fácil ser visualizado. A gente compreende que ele precisa mais potencializado internamente.

A Revisão periódica Universal também deu, pela primeira vez, oportunidade direta de participação da sociedade civil na intervenção num mecanismo. Isso é muito importante. E a gente sabe que é muito pouco tempo, mas lá, a gente passa seis horas numa fila para falar durante três minutos e meio, cinco minutos no máximo. Então, a gente acha que lá é um momento, mas os quatro anos e meio aqui, internamente, podendo fazer esse diálogo, é que é muito mais importante. Primeiro porque, financeiramente, é muito difícil as organizações da sociedade civil se deslocarem para Genebra com uma semana de antecedência, fazer cadastro, estar lá. Isso é muito dispendioso e nós vivemos uma crise financeira, não só a sociedade civil, mas o mundo vive uma crise financeira. Então, poder fazer esse debate internamente e que possa ser refletido lá, não para que o Brasil seja constrangido perante a ONU, mas que o relatório tenha uma coerência da sua atuação mais concreta.

Várias organizações da sociedade civil, como o Gajop, mandaram até o dia 28 vários relatórios. Lá também tem o relatório dos relatores especiais. São vários documentos que se coadunam.

Quando você tem um diálogo ao longo dos anos, o relatório brasileiro passa a ser mais coerente com o relatório também enviado pela sociedade civil. São pontos que vão confluir. Obviamente que vão divergir em vários aspectos, faz parte da natureza humana, mas vão confluir muito mais fortemente e a gente pode trazer para cá recomendações e pode criar mecanis-

mos e protocolos internos que possam garantir cada vez mais uma atuação do Brasil nesse mecanismo e, principalmente, na efetivação de um mecanismo novo. Ele vai ser questionado pelo fato de ser novo, mas ele também pode vir a não ser mais utilizado daqui a um certo tempo, se não cumprir a função de acabar com o duplo *standard*. Antes, vários países não eram passados por nenhuma análise mais aprofundada, agora são. Mas, que tipo de análise é feita em país com determinada força econômica e em país com menor força econômica? Então, isso é um desafio que a gente precisa ver mais na frente.

Quanto mais o Estado brasileiro, que vem se mostrando em pautas políticas internacionais que, anteriormente, não estavam na ordem do dia do Estado – e na América Latina vêm se apresentando como uma força, como bem disse Daniela sobre o Parlasul –, puder fazer esse diálogo e tencionar para a construção democrática do Brasil, é muito mais importante para o mecanismo do RPU. É o Brasil dizendo que o RPU é um mecanismo importante, que ele pode e precisa avançar.

Eu acho que esse diálogo é fundamental. O RPU não pode ser esse procedimento de um momento a cada quatro anos e meio. Precisa ser continuado. É importante que a gente possa, num relatório – eu sei da dificuldade de condensar tudo isso, a gente faz vários relatórios e precisa ter parâmetros e os limites deles –, coadunar esse tipo de coisa. Precisamos apontar avanços, desafios, mas não só boas práticas. A gente vive numa cultura mundial de negar a existência de conflitos. Os conflitos são da natureza do ser humano. O Brasil vive vários conflitos e a gente não pode negar a existência deles.

O CDDPH, por exemplo, fez uma série de relatórios ao longo dos anos – a gente acompanha o CDPH há vários anos – sobre a situação de Guarani-Kaiowá, sobre a situação do Movimento dos Atingidos por Barragem, sobre os índios Xucuru, lá de Pernambuco, sobre Manoel Mattos e a federalização. São documentos de uma intervenção, muitas vezes exemplar, com encaminhamentos bastante profícuos que avançam e podem avançar e que precisam estar aqui. Porque o conflito não é negativo. Negar a existência do conflito, aí, sim, é algo negativo. Evidenciar que existem conflitos e que estão sendo trabalhados dentro do Estado, em conjunto com a sociedade civil organizada, isso é um avanço para os direitos humanos no Brasil. Negar que eles existam, eu acho que é um passo atrás.

Nesse sentido, mesmo sabendo da importância do CDDPH – Conselho de Defesa da Pessoa Humana, uma pauta antiga da sociedade civil e que vem apontando aqui no relatório é um conselho nacional

de direitos humanos. A gente precisa ter um conselho paritário, deliberativo, em que a sociedade civil possa ser eleita no modo do Conasp. O Conasp avançou mais do que o Conselho de Direitos Humanos. O Gajop faz parte do Conselho nacional de Segurança Pública e foi eleito pelos seus pares.

Há um enfrentamento dentro do Conselho, um questionamento muito importante. O Conselho pode ser um locus dessa discussão, desse diálogo internacional, mas, principalmente, do diálogo interno. Quais serão as condições e a forma de estruturação, isso é outro patamar, mas ele precisa ser paritário, precisa ter eleições constantes, uma renovação constante, porque o CDDPH ainda é de indicação. A indicação ainda é desde trinta anos. A gente precisa avançar nisso. O CDDPH é muito importante, a gente o acompanha na sua ação de Manoel Mattos. Desde o início da federalização, teve uma atuação exemplar com todas as pessoas, os conselheiros que lá estão lá envolvidos e a sociedade civil.

Acho que como avançar nesse mecanismo é muito importante, porque a criação de um locus que possa legitimar esse e vários outros debates é fundamental. Numa discussão de um mecanismo internacional, a gente sempre dialoga lá que não existe o global sem o local. Não dá para a ONU, a OEA, enfim, mecanismos de organismos internacionais avançarem se a sociedade civil, que atua na frente, que atua na ponta, que está com sua vida em risco, que está colocando sua face nos piores conflitos, não esteja tencionando. Então, esse tencionamento local precisa ir, e foi – e acho que o RPU é um reflexo também dessa intervenção em que a sociedade civil está se fazendo presente, ainda que de forma mínima, mas está lá presente, para a gente poder avançar nisso.

É uma pauta muito importante para o Brasil. E que esse relatório possa ser construído ao longo dos quatro anos e que possa ser de forma descentralizada, por exemplo. Existem vários conselhos estaduais de direitos humanos – a gente acompanha o de Pernambuco –; e como a gente criar esse diálogo, porque uma das dificuldades da implementação das recomendações da ONU e da OEA é a União recebe, mas o Estado e o Município não cumprem. Então, como criar protocolos a partir de mecanismos que possam amarrar toda essa sequência. Acho que isso precisa ficar nítido e passar a ser construído, nos conselhos, nos espaços e foros que já estão lá. Infelizmente, alguns estão cada vez mais deslegitimados, por uma série de questões, mas a gente precisa buscar esse espaço e tentar criar esse relatório ao longo desse tempo inteiro.

Por que é muito cruel vocês fazerem um trabalho em alguns meses, construírem um relatório e chegar

gente aqui, em uma audiência pública só, e apontar: ah, precisa fazer isso, precisa fazer aquilo. Como vem acontecendo assim, a gente precisa também modificar, porque senão corre o risco de a gente enfraquecer também a mudança cultural sobre os direitos humanos. Porque fica parecendo que a ONU, que os direitos humanos são lá, mas a Dona Maria e o Sr. Severino não sentem o reflexo disso. Acho que a gente precisa juntar essa atuação, e acho que o relatório peca um pouco nisso. Ela traz dados, dados fundamentais, dados importantes, mas ela não traz uma análise de até que ponto isso deve uma intervenção, ou até que ponto a efetividade disso trouxe uma transformação para a população e que desafios nós temos para avançar. Falta um pouco dessa ligação. Os dados são importantes, os programas, as políticas apontadas em construção são muito importantes para dizer que o caminho está sendo construído. Mas, e agora? E a análise que a gente tem desse caminho até agora? Isso a gente não tem feito, e não dá para fazer em um relatório só, a gente precisa fazer ao longo do tempo e em lugares específicos.

Só reforçando essa questão, por exemplo: no projeto, na parte que toca os povos indígenas, ele faz vários avanços. Mas, recentemente, o CDDPH fez um relatório sobre guarani-kaiowá que aponta várias dificuldades e que aponta os passos a serem dados. Acho que isso precisava estar aqui. Parece que só teve avanços e não houve situações de conflito, situações que trazem uma dificuldade para a consolidação democrática.

Nas relações dos territórios quilombolas, são mais de três mil, segundo a Conaq, Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas, de comunidades nacionalmente tradicionais e autodefinidas, e tem um processo ainda de trezentas a quatrocentas comunidades com seu território já efetivado. Aqui não traz esse dado. Acho que é importante a gente colocar que, por exemplo, esse relatório é um relatório do Estado brasileiro, e não apenas do Governo Federal, não apenas da União. Então, parte dessas trezentas comunidades que foram tituladas e as três mil que não foram também tem um gargalo no Poder Judiciário, tem um gargalo em outras esferas que precisam estar aqui colocadas, porque o Estado brasileiro não é apenas a União, é o conjunto desses atores. Acho que a gente precisa trazer também essas outras perspectivas.

Outro ponto que a nós é muito caro é a atuação do grupo de extermínio. Lá em Pernambuco, mas acho que no Brasil inteiro acontece, mas, em Pernambuco e na Paraíba, a gente tem a associação do Manoel Mattos, que foi executado, mas várias pessoas foram executadas e continuam a ser ameaçadas de serem executadas e há uma grande dificuldade de como

identificar os mandantes ou como tipificar as ações de extermínio.

Existe o Projeto de Lei nº 370, de 2007, que ainda está lá, desde 2007, na Câmara e que não anda. Acho que o Estado brasileiro colocar isso, pelo bem, como um objetivo, porque...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUÍS GUSTAVO MAGNATA – Não chegou o recreio, não, não é? *(Risos.)*

Isso é um ponto que acho que o relatório, por mais que ele tenha seus limites, precisa apontar, porque ele traz uma verossimilhança com a realidade. Porque os relatórios da sociedade civil vão apontar, é inegável que eles vão apontar toda essa realidade. Então, o Estado brasileiro precisa ser coerente nessa liderança que ele se transforma, mundialmente, na América Latina. Fugir desse debate é também ter recomendações que não precisariam, recomendações que já poderiam ser aqui efetivadas, necessariamente estar lá. Também tenciona para recomendações mais específicas.

Ainda em relação à atuação do grupo de extermínio, em Pernambuco a gente tem um dado que aponta que em sessenta casos de execução nenhum mandante sequer foi indiciado e muito menos condenado. Então, como o Estado brasileiro pode, na interlocução com as outras instâncias, o Governo brasileiro, a União pode, nas outras instâncias, também criar um arcabouço de combate a essa realidade que cada vez mais se torna invisibilizado. Porque dizer: ah, não, o Estado já combateu o grupo de extermínio, ele quase não existe mais. Não! Ele existe e ele está cada vez mais invisibilizado. E pior: por exemplo, o tráfico de pessoas é um crime que fica invisibilizado. Existe um documento da própria ONU que mostra quantas pessoas foram identificadas e condenadas entre 2005 e 2009, que ele é ínfimo na sua relação. A própria Polícia Federal e a Polícia Civil não sabem como dialogar sobre esse crime: está na minha instância, está na outra instância. A última pesquisa sobre tráfico de pessoas, que tem a ver com grupo organizado, com grupo de extermínio, porque lá na ponta é ele que atua, os dados são de 2002. Os dados ainda são muito antigos, a gente precisa renovar.

Então, poder construir mecanismos de análise de pesquisa e visibilizá-los para a sociedade como um todo, para que possa ter análise, acho que é fundamental. Acho que a gente precisa colocar também como meta essa perspectiva.

Em 2004, foi a Emenda Constitucional nº 45, e teve esse mesmo deslocamento de competência que, em 2010, na Estação Manoel Mattos, foi o primeiro a ser efetivado, e foi o primeiro e único. É um avanço, mas acho que o Brasil precisa avançar ainda mais; como, de fato, não torná-lo algo que seja cotidiano,

mas comprovado quanto ele é importante e que ele precisa ser utilizado não apenas uma vez, mas várias vezes. Existem mais de sessenta pedidos, na PGR, de finalização e nenhum analisado ainda. De 2004 para cá, teve o da Irmã Dorothy, pedido pela PGR, e do Manoel Mattos, e apenas o do Manoel Mattos foi efetivado. E só foi efetivado graças a uma forte atuação jurídica e política do CDDPH, das organizações da sociedade civil, de todo um conjunto de forças. E como é que a gente pode pegar esse exemplo, essa experiência e transformar em algo que seja mais fácil de utilização. Porque a violação dos direitos humanos, as graves violações dos direitos humanos continuam acontecendo; e como o Estado brasileiro vai enfrentá-las. Dizer que existe um é ótimo, que bom que existe. Mas é preciso que existam mais federalizações para que a gente possa avançar.

Em uma perspectiva ainda do relatório, corregedorias e ouvidorias autônomas – acho que ficou um pouco solto a perspectiva das corregedorias e ouvidorias. As ouvidorias é um processo de dez anos para cá e vem ainda Tateando em muitas questões, precisa ainda avançar muito. Em alguns Estados, os ouvidores são eleitos pela sociedade, em outros eles são indicados.

Então, poder criar protocolos a partir desses espaços de debate é fundamental. Como é que se estrutura uma ouvidoria? Como é que se estrutura uma corregedoria? Na nossa experiência com corregedoria, ela é extremamente não transparente. Quando a gente demanda corregedoria, vem os dados de: ah, nós expulsamos setenta policiais. Não, nós não estamos querendo saber quantos policiais foram expulsos. A gente quer compreender e quer saber que tipo de mecanismo é a corregedoria, como é que está sendo feita e avaliar sua atuação. A expulsão ou não de um policial é consequência do fato que ele criou, do fato que ele está envolvido, e não o número de setecentos ou oitocentos policiais. A polícia precisa ser uma instituição de defesa dos direitos humanos. Nós não queremos acabar com ela, nós queremos reforçá-la. E a corregedoria precisa ser um mecanismo de reforço a ela. E como é que o Estado brasileiro dá autonomia às ouvidorias e às corregedorias acho que é fundamental.

No sentido do acesso à Justiça, as defensorias públicas, sejam estaduais ou a federal, precisam também ter essa autonomia. Elas acabam sendo um órgão importante para o processo na justiça, mas acaba sendo relegada a um patamar que: se der conta, deu; se não der, vão lá avançando, é o possível, o que pode ser feito. Mas ela precisa ser um órgão com estrutura e com autonomia, para que reflita o sistema prisional, para que se dê celeridade processual, para que reflita

tudo esse campo. Acho que é preciso apontar também essa perspectiva.

Ficamos bastante preocupados com a perspectiva do biocombustível, também sendo apontado apenas como algo positivo, que não interfere na produção de alimentos. De novo, cito o relatório do CDDPH e a atuação do Estado brasileiro na situação específica dos Guaranis-Kaiowá: o biocombustível e a cana de açúcar estão entrando em conflito direto com comunidades tradicionais, com indígenas, e isso interfere, sim, no acesso à alimentação, no direito à alimentação.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ GUSTAVO MAGNATA – Agora, meu tempo acabou de vez, não é?

O importante é que possamos criar espaços institucionais de debates da sociedade civil com o Estado. Que o Estado possa, sim, dialogar com todos os Ministérios e com as estruturas, mas que também possa haver diálogo com a sociedade civil! Esse espaço é extremamente importante. A audiência pública é importante, mas não pode ser o único instrumento. Há outros espaços de debates descentralizados.

Eu lhes agradeço.

Desculpe-me por ultrapassar o tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Luiz Gustavo Magnata, advogado, representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop).

O tempo da Ministra também está estourando – e a gente entende –, devido aos inúmeros compromissos assumidos.

Vou passar a palavra à Ministra, para que faça seus comentários e considerações finais. Em seguida, encerraremos a audiência pública.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Quero agradecer as contribuições aqui apresentadas pelo Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. *(Interrupção do som.)*

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Também agradeço ao Sr. Luiz Gustavo Magnata, do Gajop.

Refiro-me também à importância do pronunciamento da Embaixadora Gláucia, que apresentou um histórico do Brasil e do próprio Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, num modelo que o Brasil também incentivou e contribuiu para que fosse produzido.

Anotei aqui sobre a importância de o Brasil ter sido um dos primeiros países a responder ao primeiro RPU. Agora, também é um dos primeiros na Segunda Rodada. Isso é importante para nós, que queremos ver o multilateralismo fortalecido. E queremos ver também fortalecido o próprio Conselho de Direitos Humanos. Podemos oferecer uma contribuição objetiva, como um

exemplo também. O Brasil sempre se coloca, diante da comunidade internacional e de cada país, como um país que busca o diálogo e que aprende muito na relação com os demais países. Temos contribuições, sim, a dar e não nos furtaremos a isso.

Nesse sentido, tanto o pronunciamento da Daniela quanto o do Luiz Gustavo valorizaram posições tomadas pelo próprio CDDPH. O Gustavo, inclusive, apresentou isso em vários aspectos. Podemos destacar isso até como uma demonstração de uma realidade que existe no País. Ou seja, não temos resultados definitivos, mas estamos buscando sempre implementar a temática dos direitos humanos, com sistemas de garantias dos direitos humanos.

Saúdo o querido amigo e Senador Cristovam Buarque. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Grande Cristovam Buarque, sempre presente aqui!

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Eu não gostaria de apresentar no relatório qualquer justificativa sobre a descontinuidade de políticas públicas entre um governo e outro, porque, tanto no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, quanto no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e do Governo de um modo geral, consideramos que há um processo de continuidade e de desafios. Acredito que é mais relevante, na nossa relação com a sociedade civil, podermos verificar que dificuldades existem, para superá-las.

Do ponto de vista do PNDH 3, acreditamos que tivemos avanços importantes ao longo deste ano e desde o seu processo de elaboração, com os desafios que estão colocados.

Nós avaliamos que trabalhamos a partir das recomendações de 2008, mas talvez, até pelo pronunciamento da Daniela, devamos deixar mais claro isso. Cada um dos itens citados no relatório está baseado nas recomendações. Então, acredito que poderemos deixar mais claro que trabalhamos a partir das recomendações de 2008.

Vamos procurar trabalhar essa questão da diversidade de referências entre números absolutos e percentuais naquilo que for possível estarmos avançando. De fato, pensando que estamos escrevendo para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, mas acreditamos que estamos escrevendo também para a nossa população, prestando contas a ela inicialmente.

E vamos intensificar os desafios do próximo período. Não incluímos os compromissos voluntários porque acreditamos que devêssemos incluir na própria apresentação do Brasil diante do Conselho.

Estaremos abertos a sugestões, mas, de plano, assumimos a questão da ratificação dos documentos

pendentes. Já há uma posição do governo brasileiro diante do protocolo facultativo do PIDESC (Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e de vários outros documentos. Há um posicionamento bastante maduro por parte do governo brasileiro, acreditando que esses documentos são coerentes com outros documentos que o Brasil já assumiu diante das Nações Unidas.

Nós mesmos estamos propondo um sistema. Na verdade, também, ao retomarmos, no relatório, aspectos e perspectivas de compromissos voluntários, ao retomarmos os mesmos compromissos, também estamos querendo dizer que não estamos satisfeitos com a etapa de cumprimento desses compromissos voluntários. No que trata, por exemplo, a dois aspectos: o primeiro sobre a elaboração dos relatórios anuais, no que trata a um sistema de indicadores. Em que pese o texto do relatório não estar indicando claramente, não há uma redação que diga que o Brasil acredita que poderia ter avançado mais, nós acreditamos que o fato de retomarmos esse compromisso, que foi voluntário em 2008, queremos indicar prazo, queremos indicar 2012 como o ano em que teremos um conjunto de indicadores formulado. Sentimo-nos maduros para oferecer isso. Mas, estamos retomando precisamente porque acreditamos que poderíamos ter avançado mais.

Não é simples formular um sistema de indicadores.

Saúdo o Senador Eduardo Suplicy e agradeço sua presença aqui conosco. (*Palmas.*)

A intenção toda do documento é responder às recomendações de 2008. Deixo claro esse sentido.

Não pretendo nesta abordagem oferecer uma análise concluída sobre as questões trazidas por Daniela e Gustavo, mas tanto a minha presença como a da Embaixadora Gláucia têm o sentido de colhermos os posicionamentos. E mais: a partir do pronunciamento de Daniela pelo Comitê Brasileiro e do Gajop (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares), com Luiz Gustavo, abrimos essa possibilidade de diálogo com todas as instituições brasileiras, de forma que a Comissão de Direitos Humanos e da OAB, que também acompanha essa nossa reunião, e todas as organizações da sociedade civil, assim como os conselhos de direitos, no período em que estamos numa oitiva pública, em consulta pública, também terão importante contribuição a dar.

Por último, até para lamentar a possibilidade de não permanecer aqui, ainda que certamente os Senadores tenham contribuições importantíssimas, quero dizer que estamos divulgando este documento. Acredito, Senador Paulo Paim que as contribuições, enfim, oficialmente apresentadas pelas organizações que utilizaram da palavra poderão ser disponibilizadas

também ao Senadores da comissão de direitos humanos para que eles também possam ter este olhar crítico mas que muito engrandece este documento e ao Brasil. As observações relativas à questão indígena que são feitas aqui de pronto nós acolheremos.

O Gustavo não apenas nos deu uma indicação, mas um caminho quando citou os relatórios do CDDPH. O Governo brasileiro tem total empenho para que o Conselho Nacional de Direitos Humanos seja votado pelo Parlamento. Ontem mesmo nós trabalhamos exaustivamente aqui na coordenação, a Marinete Mers, e vários integrantes do governo estiveram atuando para a votação desta matéria na Câmara dos Deputados cuja tramitação remonta a 1994.

Quero agradecer também porque esta reunião foi acompanhada tanto pela Casimira Bengé, Unicef, Chefe de Proteção à Criança do Unicef, tanto pelo Gabriel Godoy e Andrés Ramirez, do Acnur, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil e também por outros ministérios. Perdoem-me se não cito todos os representantes, mas Paulo Cordeiro, do MRE, Sebastião Ferreira Leite, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde, Dário Pasche, e o Fabio Balestro, que responde pelo Departamento de Relações Internacionais da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, em conjunto com sua substituta Michele, que está aqui conosco, e toda a sua equipe de trabalho. Quero agradecer e dizer que estamos no aguardo porque, mais importante do que o documento final que levaremos ao conhecimento do Conselho de Direitos Humanos, consideramos que seja o processo pelo qual este documento está sendo elaborado. Até porque a transparência no que trata aos direitos humanos nos fortalece.

O Brasil tem uma grande virtude na área de direitos humanos; ele não tem se posicionado diante da comunidade internacional como um país que nega as violações de direitos humanos. Ele tem se direcionado à comunidade internacional coerentemente, inclusive à avaliação crítica e importantíssima da sociedade civil porque é isso que nos faz avançar como um país que vive contradições, mas que se sente capaz de enfrentar essas contradições precisamente por vivermos em um país que tem fortalecido a democracia. E fortalecer a democracia é o único caminho para fortalecer os direitos humanos. Então eu acredito que esta audiência também foi muito importante para nós.

Levo das palavras do Gustavo e da Daniela a atenção de que nós não devemos nos dedicar a fazer esses momentos se realizarem apenas diante de um novo mecanismo de revisão periódica universal, mas que devemos, talvez, Senador, na própria comissão

do Senado termos anualmente esses momentos. O Parlamento, do meu ponto de vista, tem um papel, uma possibilidade impressionante e digna diante da democracia; ele também produziu este encontro em que o Poder Executivo – que tem a responsabilidade de prestar contas ao Parlamento porque a Constituição assim determina – preste contas ao Parlamento e à sociedade e leve também recomendações daqui. Então, seria muito importante que, no âmbito do Parlamento, no que se refere aos direitos humanos, ministros e ministras de direitos humanos e autoridades de direitos humanos, em conjunto, no âmbito governamental com o próprio Ministério de Relações Exteriores, nas nossas relações externas e com outras pastas, porque todos devemos ser responsáveis pelo cumprimento do direitos humanos, pudéssemos ter esta agenda anualmente de prestação de contas, como fizemos hoje aqui. Acredito que isso seria importantíssimo para o Brasil aos olhos da comunidade internacional. Mas, sempre naquilo que a embaixadora Glaucia disse, sempre que pensamos na comunidade internacional, nós pensamos na coerência. Se nós apresentamos para a comunidade internacional, nós primeiro temos que apresentar à nossa própria comunidade interna porque é a ela que devemos, sobretudo, o cumprimento de tratados, pactos e diretrizes em direitos humanos.

Muito obrigada. Perdoem-me os senhores Senadores porque não poderei permanecer neste momento, mas me sinto honrada com a possibilidade de termos novos momentos de prestação de contas. E que os senhores, se possível, façam a leitura deste documento que é para consulta pública e ofereçam suas sugestões para que em Genebra o Brasil possa apresentar um posicionamento que é de todos nós, da Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Ministra Maria do Rosário, que, sei, está com vários compromissos e teria que sair agora, mas, independentemente de a Ministra e sua equipe terem que sair, nós podemos continuar aqui falando sobre o tema.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de fazer uma pergunta apenas.

Antes da pergunta, um cumprimento: este foi um bom ano para os direitos humanos no Brasil, para o avanço, graças ao seu trabalho. Agora quero fazer uma pergunta: como podemos ajudá-la a incluir a alfabetização como direito humano; incluir na agenda dos direitos humanos a erradicação do analfabetismo. Eu já discuti isso. A senhora sabe que eu defendo que a alfabetização pertence ao Ministério de Direitos Humanos, não ao Ministério da Educação. O Ministério da Educação pode dar o aporte técnico como o Ministé-

rio da Justiça dá suporte técnico para os direitos dos presídios, como a Polícia Federal dá suporte ao combate à prostituição infantil ou à exploração sexual de menores como gostam de chamar. Eu prefiro chamar prostituição para enfatizar a dramaticidade do problema.

O analfabetismo fere os direitos humanos, fere. A gente tem que colocar na pauta dos direitos humanos a alfabetização de todos os adultos brasileiros. E eu quero saber como podemos ajudar a colocar esta pauta da alfabetização nos direitos humanos. Eu não vou nem perguntar se a senhora está de acordo comigo. Quero perguntar o que podemos fazer daqui para ampliar os direitos humanos, para incluir alfabetização dos nossos adultos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Presidente Paulo Paim, não vou fazer perguntas, só queria transmitir, querida Ministra Maria do Rosário, acabo até de encaminhar breve mensagem de cumprimentos à Presidente Dilma pelo aniversário e disse que dentre as coisas que ela tão bem realizou neste País está a defesa dos direitos humanos como uma característica. E isso tem muito a ver com o seu trabalho. Meus cumprimentos. Saí em meio a uma votação importante na CCJ, que está votando inúmeras matérias de peso agora, eu tenho que voltar para lá, mas eu quis trazer aqui este cumprimento. Parabéns pelo seu relatório. Noto coisas muito importantes. Menciono que sábado passado estive em reunião dos amigos do MST que estão preocupados com o avanço que consideram menor do que gostariam, mas isso a gente poderá dialogar melhor depois. Ressalto ainda que ontem fiz o registro do relatório de Paulo Sérgio Pinheiro que, acredito, tenha sido em muita consonância porque ele mencionou em artigo que li da tribuna do Senado o apoio do Itamaraty à ação especialmente do relatório dele com respeito à dificuldade dos direitos humanos serem respeitados na Síria, mas isso o papel de um brasileiro que tem muito se destacado na defesa dos direitos humanos em consonância com as suas diretrizes inclusive expressas quando da reunião da ONU. Parabéns!

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Ministra está com a palavra.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Srs. Senadores, quero agradecer as palavras generosas.

No início dos trabalhos manifestei aqui, em nome da Secretaria de direitos Humanos, o agradecimento ao Senado Federal e à Comissão de Direitos Humanos, assim como às frentes parlamentares. Agradeço, particularmente, a atenção ao combate ao trabalho escravo, na pessoa do Senador Cristovam Buarque, que dirige essa frente parlamentar tão importante.

Destaco que para o próximo ano está entre nossas prioridades a aprovação da PEC 438, que é uma emenda constitucional para a dignidade humana contra o trabalho escravo no Brasil.

Quero manifestar meu profundo agradecimento, porque não conseguiríamos trilhar caminhos como o da Comissão da Verdade ou o da Lei Geral de Acesso a Informações, entre outras matérias muito relevantes, se não tivéssemos tido o apoio do Senado Federal e dos senhores, lideranças – Senador Suplicy, Senador Cristovam, Senador Paulo Paim, além de outros Senadores. Certamente muitos merecem ser lembrados neste momento.

Quando se trata de direitos humanos, a gente nunca conclui um trabalho. Nenhum país, como a Embaixadora Gláucia nos disse aqui, pode dizer que está plenamente livre das violações dos direitos humanos. O Brasil também não, mas o Brasil tem orgulho de ter uma sociedade civil ativa, crítica e livre, mas precisa, cada vez mais, aprimorar mecanismos para que essa sociedade civil exerça seu papel. É dessa forma que o Estado brasileiro também vai continuar avançando.

Nós nos orgulhamos também de termos como meta que no Brasil não haja mais essa distinção abominável entre ricos e pobres e não tenhamos ninguém vivendo na pobreza. Dessa forma, nós estaremos atendendo às crianças do Brasil, Senador Cristovam.

Eu fico muito feliz quando vejo o senhor tratar dos direitos humanos com a amplitude de quem pensa nessas questões da alfabetização, até por que todo a minha vida em sala de aula também fui uma alfabetizadora. Naquela época eu não sabia que estava trabalhando com direitos humanos. Eu não tinha...

Hoje, quando apresenta essa perspectiva, o senhor está afirmando a complexidade dos direitos humanos, que não estão restritos ao que o senso comum muitas vezes nos indica.

Esse foi um ano importante para os direitos humanos no Brasil. mas nós só conseguimos caminhar porque contamos com os senhores, porque os nossos antecessores fizeram um excelente trabalho. Aqui foi referido e eu também quero dizer que sempre vale muito a pena registrar a dignidade e a importância do trabalho de Paulo Sérgio Pinheiro, que conta com o apoio do Brasil e que trata de importantes temas, como missão das Nações Unidas; o trabalho de José Gregori, com quem encontrei esta semana em São Paulo; o trabalho de Mário Mamede; o de Nilmar Miranda; a importância do trabalho desenvolvido por Paulo Vanuque. E nós vamos indo e trabalhando com um governo e com uma sociedade que acredita que os direitos humanos nos unem, estão acima de nossas diferenças.

Muito obrigada.

Vou considerar suas questões e vou esperar as indicações formais do Senado Federal, para que o Governo pense sobre esses temas, em que pese o Ministério da Educação também poder se chamar – também penso nisso – Ministério da Educação e Direitos Humanos, porque o trabalho do Ministério da Educação também é um trabalho de direitos humanos, assim como o do Ministério da Saúde, o da Seguridade; todos os Ministérios poderiam se chamar de direitos humanos também.

Muito obrigada. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, liberamos nossos convidados.

Ainda faremos um trabalho protocolar da Comissão. Se o Fábio quiser ficar, poderá ficar, mas os senhores estão liberados porque agora só vou concluir os trabalhos.

Agradeço a todos os painelistas e também aos convidados que estavam no plenário. (*Pausa.*)

Concluída a apresentação do trabalho da Ministra e sua equipe, neste momento, eu apenas faria aqui o pronunciamento em nome da Presidência da Comissão sobre o tema.

Agradeço muito ao Fábio, que se propôs a ficar aqui, tendo que me ouvir durante dez minutos – prometo que não falarei mais de dez minutos.

Em nome da Presidência da Comissão de Direitos Humanos, quero dizer que o mecanismo de revisão periódica universal da ONU foi criado em 2006, sendo um dos mecanismos mais importantes do Conselho de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas.

Por meio desse mecanismo, cada país apresenta um relatório, em que expõe sua situação no que tange a direitos humanos. Conjuntamente são apresentadas informações pela sociedade civil e pela ONU. Com base nesses documentos, o país é submetido a uma análise e recebe recomendações para melhoria da situação de direitos humanos no âmbito nacional, as quais, posteriormente, devem ser implementadas. Algumas dessas características desse mecanismo são:

1 – é universal, todos os países são avaliados da mesma forma;

2 – a revisão é entre pares, ou seja, os Estados avaliam uns aos outros;

3 – ele engloba todos os direitos humanos sem distinção – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e, naturalmente, combate todo tipo de preconceito e prega a paz no mundo;

4 – permite que os Estados revisados possam fazer compromissos voluntários em matéria de direitos humanos;

5 – sugere que o processo de construção do relatório nacional seja acompanhado de consultas nacionais à sociedade civil, o que fizemos hoje aqui também.

Logo, o documento produzido por cada país possui o potencial de refletir a realidade dos direitos humanos, permitindo que a revisão entre pares ofereça recomendações relevantes para avançar em políticas e práticas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

Essa é a segunda vez que o Brasil, como aqui foi dito, passa por uma revisão que acontece de quatro em quatro anos. O Brasil foi revisado durante a primeira sessão do primeiro ciclo do RPU em 2008. O Brasil deverá apresentar seu relatório em fevereiro de 2012, sendo que a sessão de revisão se dará em final de maio de 2012.

Agradecemos muito à Secretaria de Direitos Humanos pela circulação da versão preliminar do documento e lembramos a todos que foi aberta uma consulta pública até o dia 20 de dezembro.

O grande desafio desse relatório que estamos aqui a debater é ser capaz de apresentar um diagnóstico do estágio e a implementação das recomendações recebidas em 2008 e compromissos voluntários feitos pelo Brasil também.

Além disso, o relatório aqui apresentado pela Ministra Maria do Rosário, com certeza, a partir de todo o debate que está sendo suscitado na sociedade, e essa audiência pública foi o exemplo, deve contemplar informações sobre a situação de direitos humanos do País, focando-se não apenas os esforços implementados, mas também uma reflexão sobre as lacunas ainda existentes e os desafios enfrentados para que avancemos na linha dos direitos humanos.

A versão preliminar do relatório aqui apresentado não aponta os compromissos voluntários que o Brasil fará diante de sua segunda passagem pelo mecanismo RPU. Seria de fundamental valia que tais compromissos fossem aparecendo, e vão aparecer, a partir do debate que o relatório está provocando.

Por fim, continua o debate, tendo em vista que os parlamentares que compõem, por exemplo, o Mercosul, e eu sou um deles, vão propor que haja também uma coordenação e uma produção coletiva do documento que vá na mesma linha de um grande debate, como o que está fazendo a Ministra Maria do Rosário, sobre o Relatório Anual dos Direitos Humanos, no Parlasul.

Enfim, se por um lado precisamos fortalecer e qualificar os relatórios anuais dos direitos humanos, lá no Parlasul, que nós levaremos, por sugestão da Ministra, por outro, acredito que será de extrema valia que o Governo brasileiro pudesse contar com relató-

rios anuais dos direitos humanos, do Parlasul, para ajudar e subsidiar na discussão desse grande debate.

Essa é a fala da Presidência sobre esse tema. Tenho uma outra fala para fazer, vocês estão liberados. Tenho que praticamente encerrar os trabalhos da Comissão.

A fala que concluirá os trabalhos não poderia ser diferente. Hoje, na Comissão de Direitos Humanos, celebramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos, lembrado em todo o mundo em 10 de dezembro. Hoje aqui aproveitamos para rebater o Relatório Nacional para Mecanismos de Revisão Periódica Universal com a presença de nossa querida Ministra Maria do Rosário.

O Dia Internacional dos Direitos Humanos foi criado em 1948, ano em que foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assim, o Dia Internacional dos Direitos Humanos é celebrado há 63 anos em todas as Nações e atenta para a dignidade dos homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, aposentados, deficientes, pensionistas, índios, ciganos, negros, brancos; enfim, para todos aqueles que mais precisam e que, principalmente, são mais discriminados.

Eu deixo uma contribuição. Eu acho que no relatório vai aparecer, em algum momento, a questão dos ciganos também. Eles estiveram aqui diversas vezes, na Comissão, e sempre me lembraram da importância e da saga da história dos ciganos.

É renovar, enfim, neste debate e as esperanças para um mundo mais justo, mais igualitário e mais humano, onde as diferenças e preconceitos dão lugar ao sorriso, ao aperto de mão, à solidariedade, ao amor e ao carinho. Os entendimentos transformam-se em laços firmes e a fraternidade em alternativa para a aceitação do próximo, respeitando-se todas as diferenças.

A cada atividade nesta Comissão, lembro-me da declaração última que ouvi, sobre o tema, da Presidenta Dilma que afirmou: “Os direitos humanos são inegociáveis.” É com essa premissa que nos guiamos aqui na CDH: ajudar ao próximo, fazer o bem e não interessando a quem – é a palavra de ordem de nossa caminhada. Quando digo nossa, falo dos militantes dos direitos humanos. Dar palco a quem não tem palco e de ouvir aqueles que, infelizmente, muitas vezes, não são ouvidos.

Digo também que esta Comissão e seus Senadores Membros e não Membros, mas que participam dos debates e do trabalho aqui apresentado, representam um papel fundamental de diálogo com a sociedade. Não me canso de dizer que através desse contato, quase que diário, proporcionado por nossas audiências públicas, tivemos indicações de pessoas que aqui apresentam seu ponto de vista... Claro que também nós encontramos pessoas com olhos cansados

de lutar, com lágrimas, mas que mostram que resistir é a palavra. Lágrimas que simbolizam a vontade por mudanças, por transformações. Estes nove meses presidindo esta Comissão têm sido para mim um dos melhores e mais gratificantes momentos de minha vida.

Creio eu – não só eu – que os Parlamentares, é claro, têm toda sensibilidade por este tema que vivemos ao longo da caminhada de nossas vidas. Um tema que nos emociona, que faz com que a gente sorria, mas que também as lágrimas caíam, que valoriza cada conquista dos que por aqui passaram, sejam os autistas, sejam os indígenas, sejam os quilombolas, sejam os deficientes; enfim, de todos.

É uma alegria enorme saber que segunda-feira não é mais o dia em que as pessoas lamentem por ter de ir ao trabalho, e que as crianças lamentem por ter de acordar cedo para ir à escola. Segunda-feira é dia de Comissão de Direitos Humanos. Toda segunda-feira é dia de Comissões de Direitos Humanos, nesta Casa, das 9h às 13h.

Cada tema que aqui foi apresentado em nossas audiências simboliza os interesses e as necessidades mais intensas do povo de um País que quer o melhor para atingir uma democracia plena. A luta pelos direitos humanos é uma luta diária, como diz o Senador Cristovam, de todos os dias e de todas as Comissões, pois todas as Comissões têm a ver com os direitos humanos – e a frase é sua: “porque o olhar tem de ser para as pessoas.”

Dois mil e onze tem sido um ano intenso, repleto de desejo, inovação, transformação e mudanças, de valorização absoluta de todos os direitos humanos que não devem, em hipótese alguma, ser violados. Ano em que os movimentos sociais estiveram muitas vezes, nestas Comissões, unidos por sonhos, pela indignação e – diria – unido pela esperança de construir um mundo melhor para todos.

Centenas de pessoas trouxeram a este plenário ideias, sugestões e formas variadas de discutir tudo aquilo que foi considerado entrave para as conquistas sociais, mas também trouxeram inúmeras propostas e soluções para avançarmos nas políticas públicas. Algumas foram implementadas; outras, não; outras, em estudo; outras teremos de batalhar, lutar, lutar, resistir para sensibilizar os gestores públicos. Terminando dizendo que, ainda que essa vitória pareça difícil de alcançar, eu direi: “Nós a alcançaremos!”

Dois mil e onze tem sido daqueles anos marcantes e daqueles tempos inesquecíveis como o foram os caminhos que nos trouxeram aqui pela derrubada da Ditadura e pela conquista da democracia. Caminhos por vezes difíceis e que exigiram muito de nossas almas, de nossos corações, de nossa cumplicidade

com a vida e com os direitos humanos, também com a cumplicidade de superar tudo.

Dois mil e onze foi um ano em que ganhamos porque reencontramos amigos, tenho certeza, não só aqui no Congresso, mas nas andanças que todos nós fizemos pelo Brasil.

Agradeço muito aos funcionários da TV Senado, a rádio Senado, do Jornal do Senado, do meu gabinete, da consultoria e de todos que nos ajudaram aqui na Comissão dos Direitos Humanos e de outros, Senador Cristovam, que marcaram audiência a partir de seus gabinetes e estiveram aqui nos ajudando em cada debate, em cada audiência e em cada votação.

Agradeço, claro, especialmente a todos os Senadores Titulares e Suplentes desta Comissão. Enfim, agradeço a todos, pessoas que, no geral, poderíamos dizer, têm o trabalho mais técnico, mas que não o vejo assim, pois o trabalho técnico não deixa de ser um trabalho político, não deixa de ser um trabalho social e que mistura o profissional com a emoção, mas é bom a gente dizer que as emoções permeiam o corpo de todos nós.

Eu vejo que, por vezes, a gente se entrega e se emociona pelas causas que são aqui apresentadas. Mas isso é bom. E por que é bom? Porque todos sabem que aqui nós perseguimos a justiça, apesar de nem sempre conseguirmos que ela prevaleça. Mas, meu amigo Warley, da Cobap, que está aqui até agora, eu sei que você é um daqueles lutadores que perseguem a justiça para os idosos, para os aposentados e pensionistas.

Não importa, eu diria, não importa se existem motivos para que se desista de algum sonho. Não importa se há algum obstáculo para conquistar determinado objetivo. Não importa se há preconceitos, se há discórdia ou se há o interesse dos outros que não são os mesmos que os nossos. O importante é que combatemos os preconceitos. O importante é que queremos superar os obstáculos. O importante é que queremos um mundo melhor para todos. O que interessa e o que é preciso, eu diria já...

Lembro-me aqui de Ulysses Guimarães, na Presidência da Assembleia Nacional Constituinte, que dizia: “navegar é preciso”. Navegar e flutuar. As tempestades, eu diria, não são para serem temidas. Elas vão existir sempre. Elas são para serem enfrentadas, pois o sol sempre estará lá para brilhar e iluminar os caminhos das pessoas do bem, porque viver é enfrentar os desafios, é exigir, é vibrar, é amar, é ser amado. Que em 2012 as nossas lutas se renovem e os nossos ideais continuem firmes pulsando em nossa alma, em nossos corações!

Muito obrigado a todos!

Está encerrada a audiência pública. Aliás, antes de encerrar, vou passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que ficou aqui resistindo a esse meu pronunciamento de encerramento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Porque eu queria manifestar aqui, Senador, em meu nome, em nome de todos desta Comissão, a nossa admiração pela maneira como V. Ex^a conduziu os trabalhos este ano inteiro. Nas segundas, vamos até poder botar o nome de segundas dos direitos humanos no Senado, que são, hoje, o fórum fundamental para todos que precisam ter seus direitos protegidos, trabalhadores. Todos os tipos de direitos humanos têm encontrado, nas segundas-feiras, aqui, uma espécie de pulmão para expor suas tragédias, suas reivindicações. Quero felicitá-lo por isso. Tenho participado de diversos destes, e sempre são muito enriquecedores.

Só para concluir, espero que, no próximo ano, na continuidade que V. Ex^a dará a estas segundas-feiras, a gente possa discutir essa ampliação do conceito de direitos humanos para as necessidades sociais. O Governo brasileiro, que tem avançado muito nos direitos humanos, não avançou quase nada este ano na alfabetização: é manter milhões de pessoas, 10, 14 milhões sendo torturadas todos os dias. Talvez não haja pior tortura do que uma mãe não poder dar ao filho o remédio de que ele precisa. Nem os torturadores disseram a um preso político: “Seu filho vai ficar sem remédio”. E a gente está fazendo isso. Nem os torturadores proibiram os filhos dos presos políticos de irem às aulas, e estamos fazendo isso com pobres neste País. As crianças estão sendo obrigadas a trabalhar. Temos que ampliar o conceito de direitos humanos. Tenho certeza de que a maneira como V. Ex^a tem levado estas segundas-feiras caminha nessa direção.

Quero dizer da minha satisfação de ser presidido aqui por V. Ex^a e de ter participado, como um simples Senador, das grandes discussões que tivemos aqui.

Finalmente, agradeço que eu possa ter esses momentos tão enriquecedores, do ponto de vista do meu compromisso com os direitos humanos, participando das reuniões de nossa Comissão.

Parabéns e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com esse brilhante pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, encerramos os trabalhos da Comissão, já dizendo que está aceita a sua proposta. Vamos trabalhar para que a primeira audiência pública do ano que vem seja exatamente no foco “direitos humanos e educação”, que V. Ex^a aqui defendeu com tanto brilhantismo. Contem conosco.

Parabéns, Senador Cristovam, e nada melhor que a sua fala, um ex-Presidente desta Comissão e um

Senador que tem atuado brilhantemente em todas as Comissões. Permita-me que eu diga isto, para encerrar, porque V. Ex^a merece, não é de graça: no *Congresso em Foco*, todos disputamos, até fiquei bem lá, mas quem ficou sendo o número 1 foi o Cristovam Buarque.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL**

**ATA DA 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM
CONJUNTO COM A 42ª REUNIÃO DA COMISSÃO
DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2011.**

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, FLEXA RIBEIRO, LUIZ HENRIQUE, PAULO DAVIM, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, SÉRGIO SOUZA, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES** e **WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e passa à **PAUTA. Audiência Pública Conjunta**, em atendimento aos **Requerimentos nº 89, de 2011-CMA** e **nº 46, de 2011-CRE**, com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, com os seguintes convidados: **Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro**, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE); **Carlos Márcio Bicalho Cozendey**, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (MF); **Rosane Bertott**, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP); **Iara Pietricovsky**, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; e **Graciela Rodriguez**, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional (GTAEI). Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores (as) Senadores (as)

Clésio Andrade, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza e Rodrigo Rollemberg. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** da seguinte matéria: **1) REQUERIMENTO nº 106, de 2011-CMA**, que “Nos termos regimentais, requeiro que o senhor Ministro do Esporte Orlando Silva seja convidado para comparecer nesta Comissão, em audiência pública, devendo ser convidados também os parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a fim de se manifestar acerca das denúncias envolvendo o Ministério do Esporte, publicadas na imprensa nacional”. Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Lídice da Mata. Colocado em votação, o Requerimento nº 106, de 2011-CMA é aprovado pela CMA. Ao final, a Presidência submete a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, havendo lavrado a presente ata Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e Alvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTO DE TAQUIGRAFIA DE 18/10/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em conjunto com a 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Comunicado da Presidência aos membros da CMA.

A Presidência comunica que está à disposição dos membros da CMA, para eventuais sugestões, por três dias úteis, a resposta ao ofício da União Interparlamentar, com sede em Genebra, Suíça, que solicita recomendações sobre os preparativos para a Rio+20. Após os três dias úteis, a resposta seguirá para a Presidência do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta, em atendimento aos **Requerimentos nº 89, da CMA, e nº 46, de 2011, da CRE**, com o objetivo de debater a posição do governo brasileiro dentro do G-20, nos aspectos econômicos, ambientais, climáticos e de segurança alimentar, com os

seguintes convidados: Dr. Carlos Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Dr^a. Fátima Mello, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip, que será representada pela Sr^a Rosane Bertolt, a quem convido para compor a Mesa; Sr^a Iara Pietrocovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais; Sr^a Graciela Rodrigues, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional, a quem também convido para a Mesa. Foram ainda convidados o Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores, e o representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Quero convidar, para compor a Mesa, o Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.

Quero desejar bom-dia a todos, cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Clésio Andrade e a todos que nos honram com sua presença nesta reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Estamos às vésperas de um grande evento internacional, que é a reunião do G-20, que deve acontecer nos primeiros dias de novembro, na cidade de Cannes. Atendendo uma solicitação de representantes da sociedade civil brasileira, estamos realizando esta audiência pública. A reivindicação é que a sociedade tenha conhecimento e participe desses debates sobre o G-20, influencie no G-20, e que esses países mais ricos do mundo, que detêm 90% do Produto Interno Bruto mundial, 80% do comércio mundial e 2/3 da população mundial, não se limitem, na sua agenda, apenas a termos financeiros e econômicos, mas também a uma agenda ambiental, agenda de segurança climática, de segurança alimentar, de mudanças climáticas, enfim, uma agenda mais ampla. E é claro que todas as medidas de cunho econômico e financeiro têm um impacto muito grande na vida de toda a população de todos os países do mundo, daí a importância deste debate, e agradeço muito a presença de todos os nossos convidados.

Consulto os membros da Mesa se 15 minutos são suficientes para suas exposições iniciais, abrindo, em seguida, para os questionamentos das Sr^{as} e Srs. Senadores.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Gostaria de fazer uma solicitação a V. Ex^a. Te-

mos um requerimento para votar, que não é polêmico e creio que deverá ser consensual, e solicito que, assim que atingirmos o número, possamos, mesmo que seja entre uma e outra exposição, votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Assim que tivermos quórum na Comissão de Meio Ambiente, vamos submeter a inclusão na pauta e a votação do requerimento, Senadora Vanessa Grazziotin. V. Ex^a será atendida.

Com a palavra a Sr^a Iara Pietrocovsky – prazer em revê-la, Iara –, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

A SR^a IARA PIETROCOVSKY – Bom-dia, Senador Rollemberg, é um prazer muito grande estar aqui na Comissão, sob sua Presidência. Nós, de Brasília, temos a grata satisfação de tê-lo como Senador da República.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

A SR^a IARA PIETROCOVSKY – Bom-dia, Ministro Cozendey; bom-dia, Ministro Balduino; companheiras Graciela e Rosane; bom-dia, companheiros e companheiras do Plenário, Senadores e Senadora.

Como disse o Senador Rollemberg, construímos um debate, um diálogo com a Comissão, com o Senado Federal, especialmente por ser esta Casa responsável, em grande medida, pela política externa brasileira. Evidente que há esta Comissão na Câmara, mas o Senado tem uma importância específica, inclusive na aprovação de empréstimos internacionais que têm implicações, do ponto de vista econômico, social e político, bastante importantes, e é nessa medida, portanto, que procuramos o Senado para iniciarmos esse diálogo, registrando que esta deve ser a primeira audiência pública relacionada ao tema G-20 que eu tenha conhecimento nesta Casa, quiçá nas duas Casas do Parlamento brasileiro. Isso reflete como é o nível do próprio debate no âmbito da sociedade brasileira, a dificuldade de perceber a dinâmica de uma nova governança internacional e a importância dessa articulação de países que têm toda a legitimidade de se reunirem e, portanto – ou entretanto, melhor dizendo –, do ponto de vista democrático, do ponto de vista da legitimidade, têm profundos pecados. Pecados porque não é uma instância que se constitui formalmente, é obscura, mas tem impacto profundo na vida de todos os habitantes do Planeta Terra, porque estamos falando de uma reunião de países que compõem praticamente 90% do PIB mundial, 80% do comércio mundial, 2/3 da população mundial e 65% dos votos das instituições financeiras multilaterais, ou seja, é um agrupamento de países que tem uma importância estratégica na condução dos debates e da

agenda internacional, porém são só 20 países, faltam 172, no mínimo, sem considerar outros povos que têm também direito de estar no debate, porque suas vidas estão sendo impactadas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico instalado no mundo.

É nesse contexto que consideramos muito importante que se estabeleça uma conversa franca a partir desta Casa, Senado Federal, e do Parlamento brasileiro, visto que é a Casa de representação do povo brasileiro e dos Estados, para que esse debate seja francamente enfrentado, até porque gostaríamos que o debate sobre o G-20 e as posições que o Brasil defenda, independentemente do G-20 ou de qualquer outro espaço, sejam motivo de diálogo permanente e de participação de outros setores da sociedade brasileira que também têm interesses, que também demandam por outras miradas, outros olhares do poder público no Brasil.

Nesse sentido, creio que vivemos um tempo de profunda crise mundial, de tensionamentos profundos entre um modelo antigo, velho, tradicional, disputando com modelos novos. Não que necessariamente um seja melhor que o outro, porque, eventualmente, defender modelos tradicionais é fundamental, do ponto de vista da sustentabilidade, por exemplo, e certas modernidades do mundo globalizado vêm atropelando e produzindo processos predatórios bastante complexos, difíceis de serem enfrentados e de que, da nossa parte, temos profundas discordâncias.

Vivemos um mundo onde essas mudanças se operam em um tempo muito rápido, um tempo em que exigem respostas rápidas em um mundo que se apresenta, na nossa visão, já com limites de crises – crise alimentar, econômica, de modelo de desenvolvimento –, portanto, deve ter um enfrentamento com uma participação bem ampla da sociedade civil. As respostas que estão sendo dadas não são suficientes e não têm sido respostas adequadas, haja vista que estamos assistindo, no mundo inteiro, erupções de movimentos sociais – no norte da África, na Europa, no coração do capitalismo moderno, que são os Estados Unidos – dizendo que somos os 99% da população que não estão sendo ouvidos e que estamos sendo impactados por decisões políticas feitas por estruturas fechadas e não participativas que acabam impactando exatamente esses 99%.

É preciso reconhecer que essas lutas políticas que estão se apresentando nessa conjuntura, com novas configurações, também são parte de um novo modelo de articulação dos movimentos sociais e ONGs do campo da cidadania ativa frente não só a um novo papel que o Brasil exerce na deliberação da política e da agenda internacional, mas também frente à “pro-

fundização”, à dificuldade de se fazer ouvir pelos poderes constituídos e poder buscar transformações mais efetivas e com mais justiça social, justiça ambiental e com enfrentamento, de fato, para mitigação dos impactos ambientais, da mudança climática, segurança alimentar, ou seja, temas que parecem, na nossa visão, fundamentais nesse contexto das crises que estamos vivendo.

Essas novas configurações que se passam no meio da sociedade civil também se expressam no mundo internacional dos governos e das corporações. O G-20 é uma expressão dessa nova configuração que, para responder também a essa nova configuração da governança mundial, outras, poderia dizer, configurações paralelas, como Brics, os IBSA, os países do Basic, que são agrupamentos de países em desenvolvimento ou chamados emergentes, que vão reagindo e procurando por, interesses específicos, atuar sobre e impor, ou tentar impor, determinadas agendas nesse contexto de mais poder para a resolução da agenda mundial.

É interessante notar, e eu perguntaria ao governo brasileiro qual é a capacidade efetiva que o Brasil tem ao apostar no seu protagonismo no espaço do G-20, por exemplo, qual é a sua capacidade efetiva de influenciar a agenda desses países, que antes se agrupavam em torno do G7, G8. O que me parece é que a capacidade e força que o Brasil tem é muito pequena, e mesmo se considerarmos os *basic countries*, ou os países Brasil, Índia, China e África do Sul, ou a Rússia, que, no caso do G-20, está mais para os países ricos, no agrupamento G8, que no agrupamento dos chamados emergentes. Brics, que é mais para as relações comerciais, do desenho dessas configurações no âmbito mais comercial. Mas, enfim, como é que o Brasil está se comportando, qual é a agenda que o Brasil defende nesses espaços dessas configurações da governança global, quais são os temas prioritários, essenciais, fundamentais e estratégicos que o governo brasileiro está defendendo.

Sabemos que há três temas que nos parecem fundamentais, que são temas do G-20 e de outros debates no mundo, como é a COP 17, como será a Rio+20, no Brasil, em 2012, e que são temas correlatos, articulados. O que o G-20 articula em relação a esses outros debates? Porque estamos vendo uma COP 17, a Conferência das Partes sobre Mudança Climática completamente bloqueada, completamente incapaz de dar respostas efetivas, de geração de fundos efetivos para enfrentamento dos impactos da mudança climática; temos uma Rio+20 onde está faltando efetivamente o protagonismo do governo brasileiro, visto que será o país que receberá a conferência em seu território, e

também protagonismo e interesse dos países todos, nas Nações Unidas, para atuar sobre esses temas que, no caso e na visão da rede da qual pertencem e dos movimentos sociais, teríamos que estar discutindo qual é a instância que esse debate sobre o futuro de nossas vidas e da geração deveriam ser tomados. É no G-20? Ou é na Rio+20, que vai tratar de um escopo muito mais holístico, pensando os três pilares do debate econômico, social, ambiental e, portanto, não será uma conferência ambiental, será uma conferência sobre o chamado desenvolvimento sustentável, que também é um conceito que deve ser cuidadosamente utilizado, porque desenvolvimento, que modelo, e é isso que questionamos enfaticamente nas nossas produções, reflexões e ações políticas.

A outra questão que queria apontar é que penso que o governo brasileiro e a sociedade brasileira não devem ter medo de buscar alternativas e novas soluções. É interessante, tem uma frase de um autor moçambicano, Mia Couto, em que ele diz que “tem gente com medo de que o medo acabe”. Penso que essa frase é bastante forte, porque nos fazem acreditar que não há alternativa, que só existe um caminho; nos fizeram acreditar, em um dado momento, que era o fim da história; nos fizeram acreditar em uma série de coisas e nos fazem acreditar que não tem outra solução, não tem outro caminho. Penso que a sociedade brasileira e a sociedade mundial, os movimentos sociais, têm uma miríade enorme de exemplos de alternativas e modelos sustentáveis, de opções de estruturas de poder mais participativas – o Brasil, inclusive, tem experiências profundas nessa área – que precisariam ser melhor trabalhadas não só internamente, mas na sua ação e na sua capacidade de influenciar e pressionar posições de países no âmbito internacional.

Por fim, queria perguntar ao governo brasileiro. Existe um campo enorme de tratados e convenções internacionais, e é interessante notar que todos os que vêm do campo, dos direitos humanos, do ciclo social das Nações Unidas, das chamadas “metas do milênio”...

(O Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a IARA PIETROCOVSKY – Vou acabar. Das chamadas “metas do milênio”, são tratados e convenções não vinculantes. No entanto, as decisões econômicas e as decisões tomadas no âmbito do comércio internacional, se não são obrigatórias e vinculantes, exercem uma pressão de tal maneira nos governos, que acabam forçando e forjando políticas que não têm nenhum interesse e não fomentam dignidade, justiça ambiental e trabalho digno para a população brasileira e de qualquer outro país.

Portanto, termino perguntando, especificamente no âmbito do G-20 há três temas fundamentais que

serão debatidos: infraestrutura, segurança alimentar e regulação financeira. Parece que regulação financeira não será muito o tema, exceto pela crise na Europa. Atualmente, estão tentando recuperar as regras de Basileia, tentando recuperar. O documento que saiu agora de Paris um pouco toca nisso, tem um documento que diz “vamos promover o crescimento econômico mais uma vez”. Que crescimento econômico está sendo proposto no âmbito do G-20?

Precisamos ficar muito atentos a essa dinâmica de recuperar, aí sim, uma forma tradicional de operar não só o poder como um modelo de desenvolvimento que demonstrou ser incapaz de estar em crise e não responder mais às necessidades do Planeta e dos povos que o habitam.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Dr^a Iara Pietricovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

Quero agradecer ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Fernando Collor, que, prontamente, atendeu à solicitação de realizarmos audiência pública conjunta para debater esse tema tão importante do G-20.

Ontem, a audiência pública da Comissão de Relações Exteriores se estendeu até mais de dez horas da noite, e é por esse motivo que o Presidente Fernando Collor não está neste momento com a gente. Mas aqui fica o nosso agradecimento.

Passo a palavra...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, pode algum comentário agora ou depois de todos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Depois de todos.

Passo, agora, a palavra ao Ministro Luiz Antônio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Muito obrigado, Sr. Senador. É um prazer estar aqui. Desculpem-me pelo atraso inicial.

Eu acho que vou fazer, na minha apresentação inicial, em vez de uma apresentação genérica, talvez mais um diálogo com a colega Iara, que apresentou várias questões. E aí, se ficar faltando alguma coisa, a gente pode voltar aos temas posteriormente.

Primeiro, em relação ao G-20 como foro informal, é importante verificar que esse tipo de exercício diplomático é muito comum nas relações internacionais. Quer dizer, além do G-20, existem não só outros foros conhecidos, antigos, como o G-8, o G-7, como o Ibas, como o Brics, mas há até outros foros entre países em

desenvolvimento, como, por exemplo, o G-15, do qual o Brasil é parte desde os anos 80. Então, é uma forma de exercício em que os países que dá flexibilidade para diálogo, para cooperação, para coordenação eventual de posições, etc.

No caso do G-20, o grupo existe, na verdade, desde 1999. Foi criado no contexto da crise asiática e reuniu, naquele momento, países do G-7 e os maiores países em desenvolvimento, os chamados países emergentes, que tinham influência crescente nos mercados financeiros internacionais, seja por conta de grandes emissões de títulos, seja por seu próprio crescimento. Então, era um foro que reunia ministros de finanças e presidentes de bancos centrais naquele momento. E era um foro de diálogo que, basicamente, buscava identificar formas de aperfeiçoamento de suas políticas para evitar novas crises, como foi a crise asiática, como já tinha sido a crise mexicana, a própria crise brasileira, num certo momento, a crise russa, etc. Esse foro funcionou dessa forma durante dez anos.

Em 2008, com a crise financeira ocorrendo no centro, digamos, do capitalismo mundial, nos Estados Unidos, espalhando-se para a Europa e o Japão, os próprios países do G-7 reconheceram sua insuficiência para lidar com aquele fenômeno. Então, houve uma discussão sobre a necessidade de chamar os grandes países emergentes. E como o G-20 era um foro que já existia, a crise era financeira, já havia um foro na área financeira, escolheu-se o G-20 como formato. Poderia ter sido outro formato.

Aí ocorreu a primeira reunião em Washington, em dezembro de 2008. De lá para cá, já ocorreram as Cúpulas de Washington, Londres, Pittsburgh, Toronto, Seul e Cannes.

O G-20, como fórum de líderes, surgiu para lidar com a crise. Aí, houve já uma pergunta referente a quais temas o Brasil aportou à mesa. Na primeira reunião, o principal era lidar com a crise. Eram a questão da regulação financeira, a questão de aperfeiçoamento da regulação dos mercados, políticas para tentar reativar a economia e evitar uma recessão etc. E o Brasil compartilhava dessa agenda, mas o Brasil também - junto com outros países emergentes do G-20, mas, sobretudo o Brasil, em primeiro lugar - trouxe para a mesa a questão da reforma da governança financeira internacional. Aí, são duas vertentes importantes. Uma é a reforma do Banco Mundial e do FMI, que são fóruns constituídos na forma de cooperativas de cotas, em que os votos dos países são determinados pelo volume de capital aportado. A distribuição de votos no Fundo e no Banco refletia, naquele momento, basicamente, com algumas mudanças, a configuração do imediato pós-guerra. Enfim, uma série de países

européus, sobretudo países muito pequenos, como Holanda, Bélgica e outros, tinha representação maior que grandes países, como Índia, Brasil, China e outros. Esse foi um dos temas da agenda. O outro foi a questão da participação do Brasil e outros países emergentes em uma série de fóruns fechados financeiros, como o Fórum de Estabilidade Financeira, o Comitê de Basileia sobre Supervisão Bancária e outros. Eram fóruns que tinham grande influência na regulação dos mercados, mas dos quais só participavam países desenvolvidos, o G7 e alguns outros. Então, o G-20, nesse sentido, representou uma oportunidade para o Brasil de reforma dessa estrutura. No âmbito do G-20, foi possível iniciar uma reforma do FMI e do Banco Mundial. Ela ainda não está completa, mas o Brasil, por exemplo, já passou de 18º em termos de poder de voto para 10º, e outros países emergentes também subiram. O Brasil entrou nesses outros fóruns, junto com outros países emergentes, e passou a participar da definição desses padrões. Apesar de ter iniciado como fórum financeiro, na Cúpula de Pittsburgh, os líderes, os Chefes de Estado e de Governo, decidiram definir o G-20 como o principal fórum de cooperação econômica internacional entre esses países. Isso marcou, de uma forma mais formalizada, uma certa sucessão do G7. Embora o G7 continue a se reunir, os principais temas econômicos e financeiros passaram a ser discutidos mais no G-20. Aí, a agenda foi se ampliando um pouco, com temas relativos à energia e, mais recentemente, a desenvolvimento e a alguns aspectos de agricultura.

Em relação à Cúpula de Cannes, para não me estender muito nesta apresentação inicial, foram mencionados três temas como principais: infraestrutura, segurança alimentar e regulação financeira. Eu não vou falar sobre regulação financeira - vou deixar o Ministro Carlos Márcio. Há outros temas também na área financeira.

Infraestrutura e segurança alimentar. Na verdade, infraestrutura é um dos pilares da agenda do G-20 sobre ajuda ao desenvolvimento. E ajuda ao desenvolvimento no G-20 é entendido basicamente como ajuda aos países mais pobres, de menor desenvolvimento relativo. Há 9 pilares - e infraestrutura é um deles. Infraestrutura e segurança alimentar foram escolhidos pela França, como Presidência *pro tempore*, como prioridades para a Cúpula de Cannes. No caso de infraestrutura, o diagnóstico foi que os bancos (*Falha na gravação.*) deixado de financiar (*Falha na gravação.*) obras de infraestrutura nos países mais pobres, e isso estava dificultando o crescimento desses países. Na África, há a necessidade, segundo alguns, de cerca de US\$90 bilhões anuais para investimento em infraestrutura. Era preciso fazer com que (*Falha na gravação.*) voltassem

a financiar de forma mais decisiva esse setor. Outro aspecto dessa agenda foi a criação de um painel de alto nível, com 17 especialistas e autoridades na área de financiamento. No caso brasileiro, o nosso representante é o (*Falha na gravação.*) formas de financiar infraestrutura em países pobres. Instrumentos novos, parcerias novas, enfim, modalidades novas que pudessem incentivar o financiamento de infraestrutura nos países mais pobres. O painel fez um relatório, que está sendo apresentado aos líderes.

No caso de segurança alimentar, houve uma reunião de Ministros de Agricultura do G-20, em junho, foi a primeira reunião de Ministros de Agricultura, para tratar, sobretudo, da questão da volatilidade dos preços das *commodities* agrícolas. E aí o Brasil tinha uma posição muito clara naquele momento (*Falha na gravação.*) mas isso acabou não acontecendo e da reunião surgiram algumas iniciativas interessantes, como, por exemplo, a criação de um mecanismo de transparência, de estoques, que é para envolver estoques públicos (*Falha na gravação.*) apresentou uma sugestão de (*Falha na gravação.*) experiência que surgiu de cooperação técnica (*Falha na gravação.*) Embrapa (*Falha na gravação.*) de médio prazo, como capacitação (*Falha na gravação.*) decorrentes da volatilidade de preços. Então, a agenda tem que ser ampliada (*Falha na gravação.*) até porque nós participamos dele. Aachamos que a participação do Brasil no G-20 foi boa para o Brasil e apresentou uma oportunidade de transformação da governança financeira e de geração de novas transformações para o futuro.

O fato de o grupo ser informal não nos parece ser um defeito. Pelo contrário, muitas vezes, quando se formaliza excessivamente... A ideia não era criar uma nova organização internacional, já há um número suficiente de organizações internacionais, mas sim criar um foro de líderes, no qual os chefes de Estado e Governo pudessem sentar e dialogar francamente, e a agenda deve ser uma agenda que interesse diretamente os chefes de Estado e Governo. Então, não é uma agenda estanque. Esses temas, por exemplo, como segurança alimentar, a ideia não é que permaneçam na agenda para sempre. A ideia é que o G-20 dê um impulso político em alguns desses temas e, depois, eles serão discutidos nas organizações internacionais já existentes. No caso de segurança alimentar, já existe a FAO, o Comitê Mundial de Segurança Alimentar (*Falha na gravação.*) de alimentos e outros. A ideia do G-20 não é substituir esses foros, mas simplesmente dar um empurrão num tema que mereceria a dedicação direta dos líderes, e, depois, esses foros continuariam tratando dos temas.

O Brasil considera que o G-20 precisa dialogar com outros países não membros – e nós somos totalmente favoráveis a isso. O próprio Brasil tem procurado fazer isso. Hoje mesmo está sendo realizada, em Montevideu, na sede da Aladi, uma reunião sobre o G-20. É uma reunião na qual México, Argentina e Brasil, que são membros do G-20, irão conversar, informar e ouvir os outros países latino-americanos que não são membros. E há outras iniciativas parecidas, enfim.

Não sei se eu respondi todas as perguntas, mas acho que vou ficar por aqui. Voltarei, se for o caso, mais adiante.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Muito obrigado.

Agradeço a participação do Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores, e passo agora a palavra ao Ministro Carlos Márcio Bicalho Gozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos os Srs. Senadores.

Vou começar recordando como é um pouco a estrutura de funcionamento do G-20. O G-20 funciona em dois trilhos principais que conduzem os temas e as discussões à reunião final, que é a reunião de cúpula dos presidentes e primeiros-ministros dos países que a compõem, que vai acontecer no início de novembro, nos dias 03 e 04 de novembro.

Um dos trilhos é o trilho dos ministros de Fazenda, dos ministros de Finanças dos vários países. Esse grupo tem uma série de reuniões ministeriais ao longo do ano, e as reuniões dos chamados vice-ministros, da qual eu participo, vão discutindo os temas, ao longo do ano, para a decisão final na reunião dos presidentes. Ao mesmo tempo, os temas que fogem ao núcleo mais intenso (*Falha na gravação.*) financeiro são conduzidos no chamado trilho dos sherpas. O sherpa é aquele que prepara a reunião para o presidente, uma analogia com o sherpa no Himalaia, que ajuda a conduzir a pessoa que está escalando até o pico, até a cúpula no final do ano.

O Balduino mencionou alguns dos temas principais que estão sendo discutidos no trilho dos sherpas, como a questão de agricultura, a questão da infraestrutura, a questão dos temas de desenvolvimento. Eu vou mencionar três dos temas principais que estão sendo discutidos no trilho dos ministros de Finanças e, depois, fazer algumas considerações sobre as ponderações da lara.

O primeiro tema é aquele que, no jargão do G-20, se chama marco para o crescimento forte, sustentado e balanceado. Esse nome, no fundo, cobre uma tentativa de fazer uma coordenação macroeconômica entre os países. Quer dizer, uma vez ultrapassado o período mais intenso da crise de 2008, quando foi necessária uma série de ações, de estímulos da economia, os países discutiram, então, que era preciso manter uma permanente coordenação macroeconômica, porque o sistema econômico internacional, que teria que ser conformado após a crise, não poderia ter os mesmos desequilíbrios que tinham existido durante a crise econômica.

Então, um dos temas principais discutidos nesse contexto é o tema do rebalanceamento, do reequilíbrio da economia internacional, no sentido de reequilíbrio entre os países superavitários e deficitários, ou seja, nós não poderíamos continuar numa situação em que nós tínhamos, por exemplo, Estados Unidos com déficits imensos, e China e Alemanha com superávits imensos. Por outro lado, trata-se também de um reequilíbrio entre o crescimento baseado no setor público e o crescimento baseado no setor privado, já que, para sair da crise, os setores públicos tiveram que atuar intensamente para estimular a economia. Então, era preciso fazer com que o crescimento voltasse a ser puxado pelo setor privado, pelo consumo das famílias e pelo investimento das empresas.

No início deste ano, quando começou a preparação da agenda do G-20, o cenário era mundo diferente do que estamos vivendo agora. Era um cenário de recuperação da economia, de perspectiva de uma recuperação progressiva, de saída da crise. Portanto o G-20 passaria a tratar de temas mais normais, regulares, e não tão focados nas questões emergenciais e de crise.

Na realidade, a partir da metade do ano, com a reemergência da crise em função dos problemas com as dívidas soberanas europeias, a atenção teve que se voltar novamente para as questões mais emergenciais. Portanto, essa discussão sobre o marco de crescimento forte, sustentado, equilibrado também passou de uma visão de médio prazo para outra de mais curto prazo e incorporou a discussão da crise europeia no seu contexto.

Existe uma questão nessa discussão que é a ênfase muito grande que países como Estados Unidos e outros têm dado ao reequilíbrio de países que têm grande superávit. Eles estão basicamente dizendo o seguinte: nós temos uma situação de crise difícil. Para crescer, a nossa saída é pelas exportações. E para quem podemos exportar? Para os países emergentes, principalmente para a China, que tem que mudar

a sua política cambial para os nossos produtos ficarem mais baratos ali.

Eles exercem uma pressão muito grande sobre a China e sobre o tema da competitividade das exportações, o que é, de certa maneira, um incentivo ao que o Ministro Mantega tem chamado de guerra cambial. Se todo mundo quiser crescer apenas pelas exportações ninguém vai conseguir, porque não pode todo mundo exportar ao mesmo tempo. Alguém tem que consumir.

Então nós entendemos que o que existe hoje é um problema de carência de demanda global. Portanto, sim, o reequilíbrio é uma parte da equação, mas é preciso que todos os países, inclusive aqueles que têm uma situação de economia interna fraca, gerem políticas de retorno ao crescimento.

Por isso nós temos, nessa discussão do marco do crescimento, transmitido uma preocupação grande com uma ênfase excessiva na consolidação fiscal. É claro que alguns países estão numa situação crítica e têm, necessariamente, que se concentrar nesse tema, mas uma consolidação fiscal simultânea e muito forte por parte de todos os países desenvolvidos tende a gerar uma continuidade do crescimento lento, portanto um problema de médio e de longo prazo para a economia internacional.

Então nós estamos procurando chamar a atenção para que aqueles países que ainda têm espaço fiscal possam desenvolver políticas fiscais, inclusive para que a concentração não seja toda em políticas monetárias muito liberais, porque as políticas monetárias excessivamente liberais geram excesso de liquidez internacional, o que acaba se tornando um problema para nós, por exemplo, por meio da pressão de fluxo de capitais de curto prazo que têm entrado no Brasil, procurando melhor rendimento.

Então nós achamos – e temos levado essa mensagem ao G-20 – que os países têm que se preocupar também com o desenho das suas políticas macroeconômicas de curto e de médio prazo.

A discussão acaba ficando muito assim: os países têm que fazer reformas estruturais no mercado de trabalho para gerar emprego no médio prazo. Mas estamos dizendo que também no curto prazo é importante o tipo de medidas que são adotadas, seja em termos de política de taxação, seja em termos de política de gastos dos Estados.

Se você pretende fazer um reequilíbrio fiscal e concentrar as suas políticas de taxação em medidas que favoreçam a absorção de mão de obra, isso será mais positivo para o crescimento do que taxar fortemente a absorção de mão de obra.

Esse é o tipo de discussão que estamos tentando introduzir no G-20. É uma discussão difícil porque a situ-

ação europeia tem levado os europeus a se concentrar muito fortemente na questão da consolidação fiscal.

A situação nos Estados Unidos, todos os senhores devem ter acompanhado durante o mês de julho a discussão sobre o teto de dívida, que revelou as divergências internas sobre o papel do Estado e a forma como se deve reequilibrar as contas do Estado norte-americano.

Essa é uma questão que não está resolvida, portanto são temas que efetivamente atraem muita atenção e são de grande importância. Mas nós temos procurado alertar para o fato de que se não houver algum tipo de crescimento a própria consolidação fiscal ficará comprometida, como tem ficado claro no caso da Grécia, mais recentemente.

Para a reunião de novembro, pelo próprio foco da crise, esse tema acabou muito vinculado à discussão da crise europeia. E os senhores também devem ter visto nos jornais que relataram a reunião de ministros de finanças agora, no fim de semana, que a mensagem do G-20 coletivamente, incluindo os próprios europeus, foi dizer a eles que é preciso que haja medidas urgentes e de grande impacto sobre os temas básicos da crise europeia, que são como resolver o problema da Grécia, como assegurar que os bancos europeus que possuam muitos títulos dos governos europeus estejam capitalizados para fazer face a eventuais prejuízos e como, através dessa mensagem de preparação, evitar o chamado contágio, ou seja, pressão sobre as dívidas de outros países que também estão muito endividados, como a Itália e a Espanha, de forma a trazer uma nova estabilidade ao mercado internacional.

Os europeus transmitiram, na reunião, uma mensagem positiva de consciência dessa necessidade de disposição para, na reunião que farão agora, no dia 23, efetivamente, acordar novas medidas sobre cada um desses aspectos.

O G-20 espera, portanto, que, quando nos reunirmos em Cannes, no início de novembro, um pacote europeu com credibilidade já esteja conformado e, portanto, o G-20 possa discutir que tipo de apoio pode ser dado a essas iniciativas e essas medidas que a Europa terá tomado, essas decisões que a Europa terá tomado.

Um desses caminhos de apoio ao esforço europeu, ao esforço de estabilização da economia internacional, seria o G-20, na opinião do Brasil e de outros países emergentes, seria o Brasil dar uma mensagem de que os países do G-20 estão dispostos a assegurar que o FMI tenha os recursos necessários para apoiar os países conforme a necessidade. Ou seja, o FMI, hoje, já participa dos pacotes europeus de estabilização, outros países podem sofrer em função da

instabilidade na Europa, e, portanto, é preciso que o FMI tenha recursos disponíveis para atender a essas necessidades.

Lembro, por exemplo, como foi o caso do Brasil em 2002 e 2003, quando tínhamos uma situação de grande pressão dos mercados internacionais, que, naquele momento, o Brasil negociou com o FMI um grande empréstimo – não sei se vocês se recordam – que jamais foi utilizado, porque nós conseguimos tomar as medidas internas de equilíbrio que foram suficientes para que a estabilidade retornasse sem que tivesse sido necessário utilizar os recursos do FMI. Mas, como parte desse esforço de estabilização, foi importante, naquele momento, saber que os recursos estavam ali e estavam disponíveis.

Esse é um exemplo de agenda que o Brasil e outros países emergentes estão trazendo para dentro da discussão do G-20 influenciando, portanto, os seus resultados.

Dois outros temas importantes da agenda. A França introduziu, no início do ano, a reforma do Sistema Monetário Internacional – este é um tema, naturalmente, de longo prazo –, mas nós já vamos ter agora, na reunião de novembro, alguns resultados interessantes. Um deles é resultado de um grupo de trabalho que foi copresidido pelo Brasil. Então, o Brasil teve uma grande participação no desenho desse instrumento, que são as chamadas “conclusões coerentes sobre a gerência dos fluxos de capital”. Como era um tema de grande interesse para o Brasil, o Brasil participou ativamente dessa discussão, e esse documento que nós obtivemos, de certa forma, consolida, digamos, a mudança de opinião que houve no mundo a partir do ano passado no sentido da importância, em certas situações, de contar com instrumentos de controle de capital.

O terceiro tema é a regulação dos mercados financeiros. Aí, devo dizer que, ao contrário da percepção da opinião pública, essa é uma agenda que tem avançado muito dentro do G-20. Eu assumi esse cargo em janeiro e o tema que mais me impressionou dentro do G-20 foi o quanto havia avançado a discussão da harmonização da regulamentação financeira internacional, iniciando por Basileia 3, continuando agora... Na Cúpula, em novembro, vão ser aprovados regulamentos adicionais para as grandes instituições financeiras globais, as chamadas “grandes demais para falir”. Essas regulações vão no sentido, primeiro, de assegurar que elas, sim, possam falir, ou seja, estabelecer sistemas de liquidação que assegurem que, por maior que seja a empresa, ela esteja preparada para falir se não tiver condições de continuar a existir sem gerar um risco sistêmico tão grande que os contribuintes tenham que salvar a empresa e, por outro lado, exigindo dessas

empresas uma proporção de capital maior de forma que elas possam resistir melhor às pressões.

Uns comentários sobre os temas que a lara levantou. Questão da legitimidade do G-20. Efetivamente, é uma questão à qual a gente tem que ter atenção o tempo todo. É um grupo informal, um grupo que não toma decisões vinculantes. Ele, muitas vezes, recomenda que outras organizações tomem determinadas decisões ou façam determinados trabalhos. Essas organizações, com seus próprios processos decisórios, portanto, dentro da sua própria legitimidade, tomará ou não essas discussões. Evidentemente, pela importância do G-20 em alguns desses organismos, é natural que muitas das demandas do G-20 acabem resultando em decisões dessas organizações. O Brasil, como o Ministro Balduino mencionou, tem procurado fazer um papel de ponte, na medida do possível, entre o G-20 e os diversos outros organismos ou instituições ou reuniões das quais o Brasil participa.

Pelo problema mesmo do questionamento da legitimidade do G-20, não é possível levar tudo que é importante no mundo para ser decidido no G-20. Mesmo com as questões ambientais, por exemplo, temos tido certa precaução. Às vezes, há tentativa de trazer a questão, por exemplo, para a reunião de ministros de finanças e temos tido uma preocupação, primeiro, porque os ministros de finanças não são responsáveis diretamente por temas ambientais, embora as suas decisões tenham impacto nos temas ambientais; segundo, porque já existe um processo de discussão do assunto nas Nações Unidas, dentro da Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima, e não cabe ao G-20 capturar essa agenda, de certa forma. Embora seja um fórum de discussão e seja útil, às vezes, discutir alguns assuntos, nós temos de ter sempre preocupação com a questão da legitimidade.

Sobre a própria questão da Rio+20, na reunião no sábado, o Ministro Mantega falou sobre a reunião da Rio+20 para os seus pares e convidou os ministros da fazenda a participarem intensamente da sua preparação, até porque um dos temas principais é a economia verde – no nosso ponto de vista, economia verde inclusiva. Portanto, o Ministro convidou os seus pares a participarem da conferência no Rio.

Acho que toquei nos principais pontos que foram levantados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado. Quero agradecer ao Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Atendendo à solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin e havendo quórum para deliberação, submeto à deliberação dos membros da CMA a inclusão

extrapauta de requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Inácio Arruda, que, nos termos regimentais, requer que o Sr. Ministro do Esporte, Orlando Silva, seja convidado para comparecer a esta comissão em audiência pública, devendo serem convidados também os Parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, a fim de se manifestar acerca das denúncias envolvendo o Ministério do Esporte, publicados na imprensa.

Os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

E os Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 106, de 2011, pelos membros da CMA.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, seria interessante se V. Ex^a pudesse marcar a audiência para amanhã, com a vinda do Ministro Orlando, em decorrência dos fatos recentes. O Ministro tem muito interesse de vir prestar esclarecimentos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Logo após o encerramento desta reunião, Senadora Vanessa, entraremos em contato com o Ministro do Esporte, comunicando essa decisão e marcando, o mais rápido possível, a sua vinda à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Dando continuidade à nossa audiência pública conjunta, vamos ouvir agora a Sr^a Rosana Bertotti, representando a Rede Brasileira pela Integração dos Povos – Rebrip.

A SR^a ROSANA BERTOTTI – Bom-dia a todos, bom-dia a todas.

Cumprimento os Senadores, as Senadoras, o Presidente desta mesa, os ministros, os companheiros de mesa e os companheiros de outros países que estão aqui, aproveitando e participando de um seminário da sociedade civil organizado pela Rebrip e pela Rede Brasil – aqui, têm companheiros de outros países e, para esses, a importância do tema sobre a questão do G-20.

A minha fala vai ser muito objetiva e vou falar sobre três pontos. O primeiro ponto é sobre o papel do G-20 e como nos relacionamos como sociedade civil e como esta Casa. O segundo ponto é sobre o G-20 e a crise financeira e o mundo do trabalho. O terceiro ponto é sobre a questão financeira e a taxação das transações financeiras. Então, esses são os três pontos

sobre os quais vou discorrer em minha fala e também de forma muito objetiva.

Primeiro, concordando com a fala da companheira Iara, do papel do G-20, mesmo ele não sendo um instrumento que garanta a participação de todos os países, mesmo ele não sendo um instrumento que tenha participação em diálogo social como nós gostaríamos, o G-20 tem adotado um papel fundamental na formulação de políticas estruturais, no qual o Brasil e a América Latina estão envolvidos.

Então, a primeira questão que gostaríamos de deixar clara aqui é como nós estabelecemos um processo de diálogo para a construção do G-20, entendendo que é uma participação de líderes, entendendo que o fruto do diálogo social e a forma como vem se desenvolvendo o processo do diálogo social neste País, entendendo as novas ações deste Governo, mudando a sua ação e o seu foco na política internacional, entendemos que não tem como o Brasil fazer parte do G-20 sem antes construir um processo de diálogo social com a sociedade e sem antes também fazer um diálogo com outros países, como o próprio Ministro Luís Antonio falou, porque para nós, da América Latina, temos apenas a Argentina e o Brasil fazendo parte do G-20. Então, é necessário que o Brasil, pela sua capilaridade e representatividade e a forma como vem conduzindo a política internacional, seja esse diálogo tanto da sociedade civil, por entendermos que as decisões, por mais que elas não sejam legítimas, no sentido institucional, mas elas têm uma força no que diz respeito à construção da proposta. Porque algo acordado e proposto no G-20, inclusive muitas vezes liderado pelo próprio país, é muito difícil o país não aportar determinadas políticas. Então, entendemos que a primeira questão é: qual é o papel do G-20 e como se dá a participação da sociedade civil e como se dá também a participação desta Casa, deste Parlamento, não só do Senado, mas também da Câmara, no que diz respeito à questão do G-20. Porque acordos feitos depois – sou dirigente sindical e sou do princípio de que acordo feito é para ser cumprido. Então, você tem que estabelecer várias negociações, vários mecanismos, mas acordos feitos é preciso que sejam no mínimo restabelecidos.

Então, como se dá essa participação social antes das negociações, como se ouvem as determinadas partes. Essa é a primeira questão.

A outra questão é sobre a crise financeira. Muito já foi falado aqui, mas olhar um pouco um dos aspectos do mundo do trabalho. A crise financeira que vem de 2008, o que nós percebemos hoje é uma forte aceleração dessa crise. E, por mais que já tenha tido uma reunião dos Ministros do Trabalho na questão do

G-20, apontando para algumas questões do mundo do trabalho, o que percebemos, e aqui apontando tanto a fala dos Ministros que me antecederam aqui, a importância do equilíbrio entre o setor público e o setor privado, o que nos aponta agora, digamos assim, dentro do G-20, como receituário para fortalecer e ampliar e sair da crise, o que chamamos do velho receituário neoliberal, onde, até antes de ter a crise, o Estado não tinha papel e o capital por si só resolvia, a partir da crise, então, o Estado tem um papel fundamental, mas um papel apontado apenas para socorrer o sistema financeiro e não garantir a questão do desenvolvimento, não tendo garantia de empregabilidade, não tendo garantia da questão dos direitos sociais.

Nós entendemos que as ações do G-20, no que diz respeito à crise, não podem estar apenas com o receituário de resolver a questão do sistema financeiro, de resolver a questão do sistema das empresas e deixar aquém o mundo do trabalho, como, por exemplo, a questão dos direitos e as questões sociais. E também, a exemplo do que vivemos no Brasil, a questão do fortalecimento e do mercado interno, que, para nós, são essenciais.

Então, essa discussão do G-20 tem que ser mais do que apenas conseguir garantir que se saia da crise, que se pense o desenvolvimento econômico. É preciso pensar esse desenvolvimento econômico, como disse a companheira Iara. Qual é o desenvolvimento econômico? É preciso pensar a questão do emprego, mas não apenas a questão do emprego, mas um emprego decente. Qual é esse emprego sobre o que nós estamos dialogando na questão do G-20? Como estamos aqui garantindo a questão dos direitos sociais? E não vir, digamos assim, uma proposta com uma derrocada dos direitos sociais, na questão da Previdência, na questão da saúde e na questão da educação.

Então, são temas cuja discussão é preciso garantir, inclusive a partir da experiência do Brasil, porque entendemos que o Estado é indutor do desenvolvimento e precisa intervir nesse momento, mas precisa, além da questão dos recursos e da política, garantir contrapartida. E essa contrapartida também tem de ser do setor privado. Essa é uma outra questão.

Por fim, sobre a taxação das transações financeiras. Como defendemos aqui no Brasil uma reforma tributária progressiva, onde quem ganha mais paga mais, nós entendemos que a taxação sobre as transações financeiras são essenciais para que possamos também formular e apontar para a questão de políticas. Agora, não entendemos que a taxação por si só resolve. Ela precisa ter destino. Essa taxação precisa ser articulada. Ela precisa ter orientações de onde vão ser investidos os recursos.

Nós temos, aqui no País, digamos assim, uma grande promessa, um grande programa nacional, que é o combate à fome, que é o combate à miséria. Se nós quisermos, de fato, ter crescimento nos países, se quisermos, de fato, ter a questão do combate à miséria e do combate à fome, nós precisamos apontar para a questão das taxas financeiras, e é preciso que o Brasil tenha posições claras. É preciso que esta Casa tenha posições claras sobre isso. Por mais que o Ministro que me antecedeu tenha falado que houve vários avanços no que diz respeito à questão financeira, e reconhecemos esses avanços, ainda estão aquém da necessidade da taxa no que diz respeito às transações financeiras.

Então, nós da Central Única dos Trabalhadores já temos posições sobre isso; defendemos isso. A Rebrip tem posição sobre isso, e entendemos que o Brasil deve defender com clareza a taxa sobre isso e como você regulamenta isso, porque, sobre o recurso, é muito mais importante ter uma proposta sobre isso do que não apenas você garantir a taxa. Agora, como você regulamenta? Para onde vão ser destinados esses recursos? Qual é o papel desses recursos?

E nós entendemos que isso se deve articular nos três grandes pontos que têm a ver com a questão da agricultura familiar e da segurança alimentar: a questão da saúde, a questão da educação e a questão do desenvolvimento econômico e garantia dos direitos sociais. Por isso, precisamos ter posições firmes e posições articuladas dentro do País, para que essas posições mais do que sejam um acordo, mais do que um debate, se transformem em propostas, se transformem em políticas públicas. E que perpassam esta Casa, que perpassam a sociedade civil e que oxalá a gente possa, cada vez mais, ter muito orgulho de ser brasileira e de ser brasileiro neste País que vem construindo a cada dia a sua política, a sua estrutura, com sua diversidade econômica, com sua diversidade política, com situação, com oposição, com democracia. Acho que é desta forma que a gente constrói política e desta forma que a gente tem cada vez mais orgulho de ser brasileiro e brasileira.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Rosane Bertotti, da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

E, agora, passo a palavra à Sr^a Graciela Rodrigues, do grupo Arquitetura Econômica Internacional.

A SR^a GRACIELA RODRIGUEZ – Bom dia. Obrigada pela oportunidade.

Queremos agradecer esse atendimento à solicitação da audiência pública, porque, na verdade, nós pensamos que é importante que o Senado, que

os Senadores, e a sociedade civil, que está tentando acompanhar com muito esforço, não só de recursos, senão também com muito esforço político, estejam nesses debates, juntando a diversidade dos movimentos sociais, porque, quando falamos de Rebrip e de Rede Brasil, estamos falando de uma quantidade enorme de entidades e organizações sociais, nas quais se incluem a CUT, aqui presente, a Contag, movimentos sociais dos mais diversos, a plataforma BNDES, as ONGs, as entidades do movimento. Então, há uma diversidade muito grande, e fazer esse debate político requer um esforço muito grande também de unidade desses movimentos sociais. Na verdade, pensamos ser importante que o Senado, e o Congresso de uma maneira geral, junto com a sociedade civil, possamos dar uma maior transparência a essa agenda do Brasil no G-20 e, de alguma maneira, ampliar o entendimento que a sociedade civil, que a sociedade como um todo, tem dessa presença nos âmbitos globais.

Às vezes, a agenda do cotidiano... Eu vejo até pelo requerimento que foi hoje votado, que é uma pauta muito importante para o País por conta das injunções políticas que significa, mas, ao mesmo tempo, nós sabemos que esses temas são determinantes na definição do papel do Brasil no âmbito internacional e no âmbito regional. Por isso achamos importante que, nessa pauta, possamos ter a maior troca possível em seu tratamento, visibilização, ampliação e em sua transparência. Inclusive, como dizia o Ministro Carlos Márcio Cozendey, nós também estamos preocupados com essa questão da legitimidade do G-20, porque sabemos que faltam muitos países nesse lugar e sabemos que não deveria ser o espaço.

Por isso, também estamos preocupados com o escopo dessa agenda, com a ampliação dessa agenda, que sabemos que não pode ser... Até porque – entrando um pouco em tema que queria tratar a partir do que você comentou – acho que, justamente, a gente viu que o G-20, no início, tinha uma agenda ousada, que incluía – não sei se vocês lembram – a questão, por exemplo, dos paraísos fiscais, do controle do sistema financeiro, a questão das taxas para controlar o fluxo de investimentos de motel, como dizia o professor Cândido Mendes, os investimentos ciganos, que andam pelo mundo na especulação.

Então, na verdade, a gente sabe que essa agenda avançou no imediato, sobretudo no que foi a agenda de salvar o banco que tinha sido a causa da crise, inclusive reabilitar o Fundo Monetário Internacional, que, três ou quatro anos atrás, estava quase moribundo, sem quem quisesse chegar lá para solicitar apoio. A gente viu como foi reabilitado o Fundo Monetário Internacional, reabilitado o Banco Mundial, reconstruído seu papel.

Mesmo tendo sido feita essa salvação inicial aos bancos, a crise voltou. Então, essas medidas, evidentemente, não foram suficientes, esse andar de (*Falha na gravação.*) na regulação financeira, porque a crise recrudesciu, a crise está de novo na Europa e de forma pior. Quer dizer, as medidas que vêm sendo tomadas, de repente, são mais da mesma medicina, que a gente já sabe que não funcionou.

Nós caracterizamos a crise como uma crise do sistema capitalista neoliberal, do sistema neoliberal, do modelo neoliberal, e esse modelo está mostrando que não funciona, que não funcionou, e as medidas que foram tomadas para ajudar e fortalecer esse modelo estão redundando na crise que agora está na Europa – e novamente se pretende dar o mesmo tipo de medicina.

Na verdade, inclusive para pensar essa questão da demanda global que você coloca, não é possível – e essa é a falta de legitimidade do G-20 – pensar numa crise econômica que pense a demanda global (*Falha na gravação.*) do modelo neoliberal baseado no consumo. Então, se não preparamos a agenda... A agenda climática está colocada nas Nações (*Falha na gravação.*) a agenda econômica (*Falha na gravação.*) está cada dia mais (*Falha na gravação.*) na pauta global, na pauta nacional. E temos que prestar muita atenção porque os conflitos da (*Falha na gravação.*) socioambiental vai crescer de uma maneira muito forte nos próximos anos no Brasil. Não podemos desligar uma agenda da outra. É impossível pensar um crescimento da demanda global no mesmo padrão de consumo quando estamos discutindo situações climáticas que queremos diminuir.

Então, uma agenda descolada da outra não funciona mais, como está acontecendo na Europa. Não dá para tomar (*Falha na gravação.*) Enfim, essa capitalização dos bancos, essa capitalização do Fundo Monetário Internacional são sérias limitações. É como você mesmo já se referiu: é melhor mesmo não usar. Muitos países não querem usar. Mas agora o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, outra vez, estão recriando dívidas externas das quais muitos países tinham se livrado – outros ainda não –, por exemplo, vemos um bilhão para os megaeventos no Rio de Janeiro, portados pelo Banco Mundial, quando, na verdade, teríamos que pensar em outras maneiras de encarar desafios.

Nesse caso, também temos outras críticas pelos modelos dos investimentos para esses megaeventos, que estão descolados de uma agenda ambiental e de uma agenda social mínima. Ou seja, esses investimentos estão sendo olhados simplesmente como negócios.

Também queria dizer que não estava a par que hoje estaria sendo feita uma reunião em Montevideu entre o Brasil, México e Argentina. A nossa pergunta é em torno dessa articulação. Nosso seminário está articulando movimentos sociais desses países da região, inclusive com pessoas de outros países da região que querem contribuir e discutir essa agenda do G-20, países que formam parte dele. Daí a ilegitimidade desse espaço.

Então, achamos extremamente importante esse diálogo entre os países da região, mas não só dos países que formam o G-20. O Brasil tem o papel de liderança na região e, na verdade, pensamos que existe uma tensão negativa entre essa importância da agência global versus uma agência regional que poderia ser muito mais potencializada para pensar em alternativas que juntem o tema do desenvolvimento socioambiental justo como forma de enfrentar a crise global que está chegando aos poucos, sobretudo por conta do comércio internacional, mas pelo tema de investimento, etc.

Nós, portanto, apostamos na integração e no processo regional como forma de criar um mercado regionalmente importante, como forma de pensar um modelo produtivo diferente.

Acabamos de voltar de um seminário em Lima, onde discutimos a soberania alimentar nacional a partir de um modelo produtivo que encadeia cadeias produtivas e alimentos que não estão pensados para mandar para China, mas para garantir a soberania alimentar e o mercado interno regional, basicamente. Então, temos urgência de pensar em outra ideia que não seja a de estarmos reabilitando o Fundo Monetário Internacional, ainda que entendamos as condições do âmbito da esfera global. Para isso, o Brasil teria que ter um papel extremamente audacioso mais forte, na interação regional, na criação do Banco do Sul, na perspectiva de uma banca de desenvolvimento de um novo tipo, na criação de uma moeda comum da América, que já está em discussão. Sabemos das dificuldades, até porque o Ministro Carlos Márcio Cozendey nos tem falado sobre isso, das dificuldades de fazer esse processo. Mas tudo depende também do investimento político que se tenha e do interesse que se tenha nessas questões. Então, para nós a articulação e o papel do Brasil na região na discussão com os outros países do G-20, mas também com os outros países que estão no Unasul seria uma questão fundamental que requeremos e gostaríamos também que os Senadores se juntassem a nós para pensar nesse tema da integração regional, ver como alternativa, como forma de pensar as questões de solução mais de longo prazo, menos emergenciais, que pelo visto não está dando tão certo na reprodução da crise na Europa.

E finalmente, mencionar que a Rebrip vem há um tempo discutindo com o Ministério das Relações Exteriores, com o Governo brasileiro sobre a necessidade de criar canais e mecanismos mais permanentes de comunicação, tanto com o Senado e com o Governo e temos solicitado e discutido, há muito tempo, a criação do Conselho de Política Externa, um conselho onde a sociedade civil possa ter informações e essa política externa se torne uma coisa mais transparente, mas debatida. Temos tido muitas oportunidades e temos tido algumas facilidades, muitas vezes, para acompanhar discussões com a Alca, as discussões na OMC, mas achamos que institucionalizar isso, como uma política do Governo, como uma forma de criar mecanismos que permitam melhorar essa transparência éo fundamental.

Finalmente, para não tomar mais tempo, gostaria de entregar ao Presidente da Mesa, Senador Rollemberg, um posicionamento da Rebrip sobre o tema da taxaço das transações financeiras e um posicionamento que já entregamos ao Ministério das Relações Exteriores sobre a discussão da insegurança alimentar no âmbito da reunião dos ministros do G-20, onde nós reconhecemos alguns avanços da posição brasileira, entretanto queremos ressaltar nossa discussão muito focado sobre o tema das organizações sobretudo rurais, camponesas, um tema tão dramático para a humanidade como é a garantia de alimentos a um preço justo aos camponeses e para as populações urbanas. Por isso mesmo achamos que é importante que esse debate seja realizado na FAO, seja realizado no âmbito das Nações Unidas, no conjunto dos países do mundo que são afetados por essas decisões.

Temos outras cópias, se outros Senadores gostariam de receber, são declarações da Rebrip e outras conjunta da Rebrip e Rede Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a Sr^a Graciela Rodrigues, representante o grupo Arquitetura Econômica Internacional. Quero registrar que os dois documentos recebidos serão encaminhados ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Fernando Collor, e estão à disposição de todos os Senadores, membros da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Relações Exteriores.

Vamos, agora, ouvir as intervenções. Consulto o Senador Sérgio Souza.

Senador Clésio. Com a palavra o Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, queria parabenizá-lo por esta audiência pública de alto nível. Digo que consegui aprender muita coisa até pelo fato de eu estar muito recente no Senado. Em

todos os contatos aqui, hoje foi de alto nível todas as informações que para mim chegaram.

Eu ia tentar fazer dois comentários: um, ligado mais à parte de meio ambiente, que talvez seja mais afeto a algumas colocações da Dr^a Lara, e outra, mais diretamente ao Dr. Carlos. No geral, pelo meu entendimento, no G-20 acontecem as discussões técnicas, depois vêm os chefes de estado. Na discussão técnica, tem o Ministro Mantega, com a área econômica. Nas outras áreas, é cada ministro ou tem um único que seria o responsável?

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Os sistemas econômicos financeiros ficam ...

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – ... com o Mantega; o meio ambiente com o Ministro do Meio Ambiente e assim...

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Aí, digamos, o sherpa, que no caso é o Embaixador Valdemar Carneiro Leão, que é o chefe do Balduino, ele coordena o conjunto dos outros temas que possam aparecer. Então, dependendo de quanto esse tema evoluir... Este ano tivemos, por exemplo, reuniões de Ministro da Agricultura, reuniões de Ministro do Trabalho do G-20.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Então, a minha primeira proposta a todos vocês é de que precisamos trabalhar um pouco mais do que só regulamentação pública. Acho que o Brasil avançou tanto e a consciência das pessoas, dos empresários, das pessoas no dia a dia, na própria casa, as crianças falando em plantar árvores, a consciência está tão forte no caso do meio ambiente, no caso econômico, ou seja, valorizar o capital, valorizar o trabalho, valorizar todo esse processo, que acho que a iniciativa privada pode somar e muito nesse processo do G-20. E a gente percebe que esses movimentos acabam acontecendo muito em cima de um processo, em cima das nossas regulações que, sem dúvida, são das mais avançadas do mundo. Mas acho que o povo brasileiro em geral está fazendo muito mais do que isso. E são informações e são propostas importantes que vocês podem levar como proposta de avanço do Brasil também.

A minha primeira colocação seria no sentido de que a própria comissão, Sr. Presidente, pudesse fazer esse debate com os diversos segmentos da sociedade, área de transporte, área de indústria e comércio, o que está se fazendo na área de meio ambiente, na área econômica, o que está desenvolvendo a mais do que a regulação, até para vocês terem o que levar e ter poder de negociação maior nessas movimentações. Essa seria a minha primeira proposta.

Faria por quê? Vamos pegar, por exemplo, a questão do meio ambiente. O nosso óleo *diesel* hoje,

o que nós consumimos no País, é o pior do mundo em qualidade. Não sei se o Dr. Carlos sabe, a Petrobras lança um óleo *diesel* que, em cada um milhão de litros, lança 1.800 partículas de gases tóxicos, altamente tóxicos, que provoca rinite, amplia a doença, piora a qualidade do ar, piora toda a qualidade. Em todo o interior do País, todos os tratores, todos os caminhões que circulam, em todos os postos de gasolina é vendido óleo *diesel* com 1.800 ppm. Sabe quanto o maior do mundo tem hoje? Tem 50 ppm. Um dos países tem 50 ppm; no restante, 10 ppm, dez partículas por milhão. Isso depende de que? De uma decisão política. Simplesmente a Presidente ligar para o Sérgio Gabrielli e dizer: “Escuta, muda esse percentual de óleo *diesel* de vocês – seis meses; ele não precisa mais disso”. Tem investimento? Tem.

A Petrobras tem que fazer investimento mesmo. Ela está aí para isso. Ela não pode continuar adoecendo o nosso povo. Esse é um ponto. Quer dizer, ouvindo a iniciativa privada, tomar essa iniciativa. Sem tem hoje o óleo *diesel* de 500 ppm que lançado na região metropolitana, esse é o de melhor qualidade, exatamente por causa do transporte urbano. E começou agora em duas cidades brasileiras 50 ppm. Ou seja, está longe ainda do que está no mundo todo, que são 10 ppm. Esse é um ponto importante que pode ser colocado e que o governo pode tomar uma decisão imediata e já levar como um avanço. Um avanço não é só aquilo que você faz melhor do que os outros, não; avanço é o que você deixa de poluir no seu país, não é isso? Entendo dessa forma. Se deixamos de poluir, aquilo foi um avanço para nós. É mais uma proposta que a gente leva, olhando pelo outro prisma do que nós estamos melhorando para o nosso povo.

Temos um projeto, por exemplo – o Senador Rollemberg sabe – no qual apresentamos comparações. Se a pessoa quer adquirir um carro de 50 cavalos, ou de 100 cavalos, ou de 200 cavalos, ele vai ter um comparativo, no registro do certificado ou na nota fiscal, na hora que ele compra, de quanto aquele carro polui. Por quê? Na hora em que ele tiver o comparativo, ele pode optar pelo carro que polui muito. Aí, a indústria automobilística está reagindo porque somos contra. Mas, contra por quê? Estamos na era da informação, todo mundo sabe disso. Você abre a Internet e vai achar essa informação. Então, o que você vai fazer? Você vai gerar uma competição positiva.

São outros processos também, Dr^a Lara, que podemos trabalhar. Um projeto desse, aprovado, é de extrema importância e é mais um *rend cap* que o governo pode levar para o Grupo dos 20, como um avanço dentro da sociedade brasileira.

Outra coisa importante também. Um projeto simples que serve para o mundo inteiro. A CNT lançou um projeto que se chama “Caminhoneiro Amigo do Meio Ambiente”. Sabe por que esse projeto está começando agora? As queimadas brasileiras ocorrem ou provocadas ou por acidente. Vamos falar de acidentes nas rodovias. Um motorista de carro passa e joga o cigarro para fora. Uma pessoa, outra dia, disse: “Escuta, ele joga do lado contrário, ainda tem a outra pista”. Aí é que piora, porque na hora que ele joga o outro carro vem no sentido contrário, vai empurrando o cigarro e, com o vento no cigarro, ele vai se tornando mais combustível. Quando ele chega no mato seco, causa uma explosão. Grande parte das queimadas começa por aí.

Outra coisa. Se há uma pedra no asfalto, o pneu bate nela, ela cai numa outra pedra no mato seco e a fricção faz outra queimada começar. As maiores queimadas se iniciam na beirada da rodovia. E quem primeiro passa na rodovia em todo o Brasil, em qualquer lugar do Brasil? O caminhoneiro.

A CNT lançou hoje, em todos os programas de formação de caminhoneiro avançados, um curso que se chama Caminhoneiro Amigo do Meio Ambiente. Estamos explicando isso para ele, estamos orientando e estamos pedindo para ele fazer mais do que isso: pare no primeiro posto e diga que começou uma queimada ali no quilômetro tal.

O tempo de queimada no Brasil hoje é de mais de trinta horas. Nós podemos reduzir para uma hora, duas horas, três horas. Isso é uma coisa nova que a iniciativa privada está fazendo e o Brasil pode usar, levar como uma proposta para o mundo. Tem caminhoneiro no mundo inteiro e em todo lugar tem queimada. Essa é uma questão do meio ambiente.

Com relação à questão econômica, Dr. Carlos, eu queria parabenizar, porque eu acho que o Brasil tem muito que mostrar e está mostrando. O nosso sistema de regulação bancária é um sucesso, o sistema financeiro. O próprio processo de empréstimo, o percentual de empréstimo sobre os ativos, o que não aconteceu com os Estados Unidos. Eles emprestavam 150% do ativo do banco e virou o que virou. Vocês têm controle. É uma coisa organizada. Vem desde o Proer.

Então nós temos muito o que mostrar, mas nós precisamos também aproveitar oportunidades. Por exemplo, quanto a viagem à China, do ponto de vista político, foi um sucesso a presença da Presidente Dilma. Ela própria é um sucesso, a forma, os posicionamentos que ela adotou. Agora, do ponto de vista econômico, eu estive lá há quinze dias, foi um desastre. A nossa visita à China foi um desastre econômico na visão empresarial, porque o que nós fizemos lá foi guerrear com eles sobre importação e exportação.

Não adianta que a China não vai aceitar exportação nossa de produto acabado. Eles produzem muito mais barato. Então não podemos acreditar nessa história e nem acreditar também que há uma diferença grande no câmbio. Não.

Enquanto nós temos aqui 8 mil quilômetros de via expressa, eles têm 70 mil cortando o país inteiro. E olha que a China é só mais Minas Gerais, um pouco maior – Minas a mais que o Brasil é o tamanho da China. Eles têm 70 mil quilômetros e nós temos 8 mil. Repito: 70 mil quilômetros de vias expressas, 40 mil quilômetros de ferrovias de carga. E nós temos aqui 22 mil quilômetros de vias de cargas. Eles têm um sistema logístico extremamente avançado e de custo baixo. Os portos são extremamente evoluídos. Eles fazem uma transposição de carga em um quinto do tempo que o Brasil gasta.

E aí você entra em todo esse procedimento e pensa: como é que nós vai competir com um País como esse? Como vamos mandar produto acabado para eles? Nós vamos continuar exportando minério mesmo, produto agrícola. Eu acho que...

Nós chegamos lá com a área econômica toda falando em indústria, dizendo o seguinte: “Vocês estão exportando para o Brasil barato, quebrando o País e nós temos que exportar mais”. Eles não vão exportar o nosso produto.

Quanto à pressão que o mundo está fazendo sobre ele, eu vi isso lá agora, eles não estão nem aí. Não estão nem aí para isso.

Sabe o que eles fizeram agora, semana passada? Lançaram um programa de construção de 40 milhões de moradias em dois anos. O nosso programa Minha Casa Minha Vida é de 6 milhões. Aliás, dois milhões mais dois milhões.

Então o que vai acontecer nos próximos anos na linha deles? Fortalecer o mercado interno. Vão fortalecer em todas as áreas, e nós sabemos que a exportação nossa vai diminuir.

O que eles querem fazer para o mundo e o Brasil não aproveitou a situação? Eles querem o seguinte: “Nós vamos exportar para lá uma parte, mas vamos levar uma indústria para lá”. Então nós dividimos: mandamos uma indústria, como já está querendo entrar e o Brasil não quer deixar. Eu assinei o protocolo da Dongfeng e o Brasil não quer deixar entrar, porque nenhuma indústria consegue chegar com 100% nacionalizado. Isso é impossível. Você tem que estabelecer gradativamente: importa os primeiros carros, depois você vai fazendo essa cadeia e aos poucos vai ampliando. E eles querem colocar dinheiro.

Eles esperavam que o Brasil fosse discutir isso, que vocês fossem discutir isso. Eles esperavam tam-

bém que vocês fossem discutir investimento em infraestrutura. Sabe quanto eles estão dispostos a colocar no Brasil? Nós precisamos de US\$450 bilhões. E não tenho vergonha, não sei se a Câmara está...

Tem seis meses que eu tento falar com o Ministro Mantega para discutir com ele o que vai acontecer com o Brasil em relação a transporte. Como é que eu faço com os caminhoneiros? Como é que eu faço com os nossos transportadores? Vou deixar eles pararem as rodovias? Porque toda hora eu estou segurando isso aí no País inteiro. São 9 mil mortes acontecendo por ano. Só em Minas Gerais, 1,7 mil mortes. Nós temos que resolver essa questão. Nós não temos rodovias, não temos logística. O ministro Mantega não atende por quê? Porque ele sabe que eu vou discutir isso e não tem dinheiro.

Agora a China quer investir e nós não aproveitamos esse momento? Eu assinei um memorando lá agora, na CNT, e vou tornar público na hora em que for importante para vocês. Se vocês me receberem eu vou discuti-lo. Eles estão dispostos a colocar US\$300 bilhões em infraestrutura de transporte no País junto com as nossas empresas. Não são eles só, não. As construtoras deles junto com as nossas construtoras e com as nossas transportadoras para resolver problema de infraestrutura de transportes. Eles estão dispostos a colocar dez indústrias aqui. Então, há dificuldade de relação. Eu já assinei o protocolo. Depende de vocês quererem, o que vamos ter que fazer gradativamente.

Então, por isso que chamo de desastre econômico a viagem, porque a viagem não se preocupou com isso. Preocupou-se em saber o que a China pode dar para nós? “Não vamos guerriar com ela porque não adianta, não. Nós vamos perder tempo. Nós não competimos com eles”. Não há como competir. Nós temos que tirar proveito daquilo que eles querem nos oferecer, porque eles assinam da seguinte forma: se eu coloco a indústria Dongfeng no Brasil, eu vou nacionalizando-a aos poucos, mas, no início, eu continuo exportando. Na hora que eu nacionalizar 65%, que é a exigência máxima do Brasil, eu paraliso e continuo exportando 35%. Então, eles não vão simplesmente só exportar mais produtos acabados para nós; eles querem fazer essa troca conosco. Agora, é preciso o Governo entender esse processo e começar a discutir.

Um empresário simples como eu, que representa uma entidade como a CNT, transportadora, chega em três locais com 40 construtoras – nós nos reunimos –, com transportadoras. Eles nos apresentam os números deles. Eu assustei. Falei: “Não estou acreditando no que estou ouvindo”. Está assinado. Estou com o memorial assinado. Está à disposição. Na hora que vocês quiserem me atender.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Clésio Andrade.

Senadora Vanessa e, em seguida, Senador Sérgio Souza.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os convidados, mas quero cumprimentar também o Senador Clésio. O Senador voltou da China e é óbvio, lógico, justo que fale muito, porque deve ter muito o que falar. Visitou aquele país, participou de uma série de reuniões, fez contatos importante, e a China é algo que surpreende todos, afinal de contas, um bilhão e trezentas mil pessoas, com uma economia que já é quase a primeira do mundo.

Enfim, quero dizer que esta Comissão, Presidente, tem que continuar fazendo esses debates, que para nós são muito importantes. Mas fazer com que esses debates tenham reflexo vivo. Não tenho dúvida nenhuma de que a decisão cabe ao Poder Executivo, a decisão cabe aos organismos multilaterais, mas a opinião que a sociedade dá, a opinião que o Parlamento manifesta é muito importante e baliza muitas vezes essas tomadas de decisão.

Então, não há dúvida de que a política neloliberal falhou. Ela falhou. O padrão monetário internacional está falido. O G7, o G8 não tem mais por que existir. O dólar não é mais a moeda padrão. Então, o que temos que discutir é qual a saída, como sair e que novo ou que novos padrões poderemos adotar. O Ministro Guido Mantega defende e lembrava ao Senador Clésio uma cesta de moedas que substitua esse padrão dólar, porque é muito fácil fabricar moeda, e os Estados Unidos não estão fazendo isso.

Isso tudo faz com que essas novas configurações – acho que a Dr^a Lara tratou bem desse assunto – são organizações não formais, paralelas, mas que tem peso e que conjuntamente assumem posições nos debates para que se tomem decisões.

Falou-se aqui do Basic – África do Sul, China, Índia, enfim –, depois vêm os Brics, enfim, o Grupo dos 77, mais a China, nessa parte do meio ambiente, além dos Basics.

São essas as manifestações paralelas para se contrapor quem detém um poder extremo nesses organismos e que na prática, na economia e na vida do mundo, não detém mais.

Então, acho que esses debates são muito importantes para que a gente possa também tratar dessa matéria.

Eu só gostaria de levantar aqui um aspecto, porque estamos diante dos dois lados de uma mesma moeda. De um lado, inúmeras decisões que vêm sen-

do tomadas. Basta apenas serem aplicadas e sua formatação ser concluída no sentido de o mundo contribuir para o desenvolvimento – os países mais ricos do mundo, mais desenvolvidos – e para a melhoria da qualidade de vida daqueles que vivem em situação mais empobrecida.

As notícias que nos chegam da fome no mundo, sobretudo em países da Europa, é algo assustador. Isso faz com que forças internacionais sejam mobilizadas para resolver essa questão. A mesma coisa o meio ambiente. É preciso dos países que são os grandes responsáveis pelo aquecimento global. Por que qual é o país que mais emite gases tóxicos no Planeta? Os Estados Unidos, que sequer assinaram o Protocolo de Kyoto. Então, qual é a contribuição?

Porque não adianta exigir de nós, dos brasileiros, que preservemos a Amazônia, que mantenhamos a Amazônia intacta, se nós sequer conseguimos o nosso desenvolvimento ainda, se nós estamos tentando tirar uma parcela da população da linha absoluta de pobreza, de miséria absoluta. Então, não adianta exigir de nós. Isso é um esforço global, porque, afinal de contas, o bioma amazônico não serve apenas para equilibrar o regime de chuvas internamente não, mas no Planeta. Isso está comprovado já. Então, esses esforços internacionais estão ocorrendo. Criaram, acho que na conferência de Cancun – havia uma grande expectativa em relação à de Copenhague, mas ficou para a de Cancun – o Fundo Verde, o fundo internacional que, até 2020, deverá chegar a US\$100 bilhões.

Mas agora eles estão dando um passo para trás, Senador Rodrigo. Já a discussão que se tem agora... E na reunião recente para a preparação da COP-17, que vai ser na África, na última reunião preparatória, no Panamá, o resultado foi terrível, um retrocesso profundo. Isso mostra que os países capitalistas não estão preocupados com o ambiente no mundo, não estão preocupados com direitos humanos, porque bastou uma crise deles para dizerem que não têm mais dinheiro para ajudar. Eles têm que entender que não se trata de dinheiro para ajudar os outros, mas de dinheiro para ajudar o mundo a ficar equilibrado e habitável para todos.

Então, acho que essa é a boa hora não só de fortalecermos o G-20, do Brasil. O Brasil tem tido principalmente uma posição muito mais de vanguarda do que teve no passado. Isso é importante, acho que precisamos destacar isso. Precisa mais? Precisa. Mas o que temos hoje é muito maior do que no passado, em que éramos alinhados... Não vamos esquecer isso, não dá para passar a borracha. O Brasil era um país alinhado aos Estados Unidos. Nós não somos mais.

Nós não falamos mais em Alca, agora nós falamos em Mercosul.

Estou concluindo, Presidente.

O Mercosul tem muito o que adiantar.

E quero registrar um trabalho de um economista, que li e que acho fantástico, que diz que somos sétima economia do mundo, avançamos, mas somos a primeira em termos de biodiversidade. Temos aqui uma Amazônia brasileira, mas temos uma Amazônia global, com outros países, temos um Mercosul. Então, é hora de nos juntarmos não apenas economicamente, mas pensando em futuro. E pensar em futuro é investir, Senador Rodrigo, em inovação. Temos que investir em inovação.

Li um artigo muito interessante de um economista chamado Cláudio Frischtak – acho que é este seu nome – que tem se empenhado muito nesse tema, que, aliás, tem sido caro para nós todos, principalmente da região amazônica: é preciso investir. É o que o Senador disse: não adianta que economicamente vamos concorrer em todos os segmentos com países como a China, mas há segmentos em que somos melhores do que a China, e é para aí que temos de olhar. O resultado não virá amanhã, mas virá daqui a cinco, daqui a dez, quinze ou vinte anos. Acho que é isso que precisamos fazer, não só em termos de Brasil, mas em termos de bloco mundial, a começar pelo Mercosul.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizar os autores desse requerimento para debatermos isso tanto na Comissão de Meio Ambiente quanto na Comissão de Relações Exteriores.

Vejo, pelos posicionamentos de todos os que vieram aqui colocar sua experiência e suas posições em relação ao G-20, como o Senador Clésio e a Senadora Vanessa, como isso engrandece esta Casa, como isso engrandece o Senado Federal. Aqui nós temos parlamentares que estão diretamente envolvidos com o desenvolvimento do nosso País e preocupados com isso.

Tenho aqui algumas colocações dentro desse tema específico.

Acompanhamos, recentemente, Carlos, a questão da taxação dos veículos, que não são montados ou que não tenham uma quantidade de peças nacionais, produzidas aqui no País. Eu entendi isso muito como uma proteção do mercado interno, do emprego e da renda do cidadão brasileiro, e isso vai um pouco

ao encontro do que a Senadora Vanessa e o Senador Clésio disseram, num momento em que nós temos que cuidar do nosso País e cuidar do nosso potencial, que é aquilo que o Senador Clésio disse da China, que está muito preocupada com o mercado interno, muito mais do que com o mercado externo. Então, ela não está preocupada em importar, mas em exportar. Eu sou muito crítico em relação a isso. Acho que nós estamos mandando muitas *commodities* para a China e estamos trazendo muitos produtos acabados, inclusive com as nossas *commodities*, principalmente minérios. Nós levamos muito à China e trazemos o aço pronto para utilização até mesmo no nosso pré-sal que é uma coisa extremamente nossa.

Eu visitei recentemente um hospital referência no tratamento do câncer no meu Estado do Paraná, o Erasto Gaertner, e vi que lá eles fabricam algumas peças e me mostraram que algumas delas são feitas de titânio, que são condutores diretos com o sistema sanguíneo para aplicação de remédios e assim por diante. E da onde vem o titânio? Da China, porque ele é infinitamente mais barato.

Mas por que ele é mais barato na China, se o minério, às vezes, sai aqui do Brasil e de outros países e não da própria China? Porque a mão de obra lá é mais barata, porque eles são um pouco mais ágeis do que nós. Por que a mão de obra é mais barata? Porque lá eles não pagam os mesmos encargos sociais, Senador Rodrigo, que nós pagamos aqui. Lá eles não tem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que nós temos aqui. Lá talvez a carga tributária não seja do tamanho que é no Brasil. Lá talvez a qualidade de vida não seja como é no Brasil. Pergunte se um assalariado na China ou na Índia ganham os seus US\$300 como ganha um brasileiro aqui como salário mínimo. E nem sempre o brasileiro ganha somente o salário mínimo. Ele ganha muito mais do que isso. E as brigas de classe são nesse sentido.

Então, situações como essa eu acho que nós temos que olhar um pouco mais. Se for nas mesmas condições realmente, eu não me importo de forma alguma de ser taxação zero, inclusive para importação e exportação. De maneira alguma! Mas nas mesmas condições. Agora, não podemos privilegiar uma indústria chinesa, por exemplo, que tem subempregos e que explora o ser humano em detrimento do brasileiro, em detrimento do nosso trabalhador aqui.

Eu aplaudo a iniciativa do Governo Federal se foi realmente nesses termos. Lógico que nós temos também alguns problemas aqui no Mercosul com relação a isso, mas não é o caso de tratarmos neste momento. Eu percebi também que o Brasil vem se tornando referência mundial nos últimos tempos em relação a

ser potência ambiental. Eu acho que nenhum país tem a diversidade ambiental que tem o Brasil. Nós temos a questão do pré-sal e nos tornamos uma potência em petróleo. E como é que o mundo está vendo isso? Como é que o G-20 está vendo esse novo momento do Brasil de ser uma potência em petróleo. Além de ser autossuficiente, ele também vai passar a fornecer muito.

Eu consigo perceber que o Brasil, daqui a pouco, vai virar um país como se fosse um país do Oriente Médio que vive lá, se tornou extremamente rico somente com a riqueza do petróleo. Imaginem nós que somos uma potência ambiental, uma potência agrícola, um país onde existe um comércio e uma indústria extremamente organizada e com investimentos fortíssimos nessas áreas e, agora também, em petróleo!

Dentro dessa questão do clima, Graciela, eu tenho percebido e, inclusive, presido a Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas aqui do Congresso, e temos discutido bastante essa questão do clima e das mudanças climáticas. Mas o que eu percebo é que os países em desenvolvimento, aqueles que estão fora do G-8, com exceção da Rússia, eles normalmente não são signatários dos acordos para redução de gases nocivos na atmosfera. Há uma briga entre China e Estados Unidos para ver quem emite menos. Um diz que emite menos porque tem que se contar *per capita*. Então, lógico que, ser for assim, os Estados Unidos emite muito mais, *per capita*. E mesmo o Japão, que é um país pequeninho, emite gases nocivos muito mais do que o Brasil ou outros países em desenvolvimento. Por que esses países, principalmente Estados Unidos, China, as grandes potências mundiais não assinam protocolos de redução? Por que isso paralisaria sua indústria? Por que teriam de recompor sua indústria? Como isso deveria ser feito?

E como última intervenção, hoje eu recebi no meu gabinete uma entidade que representa os produtores de erva-mate, um produto genuinamente brasileiro. Um pouquinho da Argentina, mas genuinamente brasileiro. E a intenção desses produtores é que seja dado o mesmo tratamento que está sendo oferecido aos produtores de café, porque querem tornar a erva-mate um pouco do que foi a marula na África do Sul, aproveitando esse momento quando vem a Copa, em 2016, e as Olimpíadas, em 2014, para difundi-la.

Então, como é, no mercado internacional, a aceitação de produtos brasileiros no momento em que vemos que há um subsídio agrícola forte, principalmente na Europa, aos seus produtos, e há um bloqueio para produtos nacionais?

Nós estamos agora tratando, aqui no Senado Federal, do novo Código Florestal, da reforma do Código Florestal. Inclusive, tramita pela Comissão de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle essa pauta. Mas por que estamos tratando, nesse momento? Porque os europeus, principalmente, que são subsidiados na sua produção agrícola, encontraram uma lacuna na nossa legislação para embargar os produtos brasileiros e dizer que não cumprem a norma ambiental, a nossa própria legislação ambiental e não deveriam entrar no mercado europeu ou concorrer com os produtores de lá.

Então, estamos adequando a nossa legislação ambiental para que seja passível e possível de ser cumprida. Aí, tem que haver o equilíbrio entre produção e conservação do meio ambiente. Nós precisamos realmente encontrar esse equilíbrio e então indago a V. Ex^{as}.

Eu vi agora, recentemente, que se não me engano o Japão quer recorrer à OMC com relação aos veículos. E quais as ações que o Brasil tem feito com relação aos subsídios agrícolas pelos europeus?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, para que possam fazer suas observações em relação aos questionamentos e às colocações dos Senadores e suas considerações finais, quero agradecer a presença e registrar a importância de um debate como esse. E que esse tema volte a ocupar a agenda do Senado, do Congresso Nacional, nas diversas comissões, pela relevância que tem.

Muitas vezes temas da agenda internacional, como esse encontro do G-20, passam muito longe. Como são temas complexos, tendem a ficar distantes do debate do conjunto da população. E deve ser papel dessas comissões do Senado trazer esse debate para o Congresso Nacional, democratizar e popularizar esse debate, pelas consequências que as decisões tomadas por esse grupo de vinte países representa para o conjunto da humanidade. Nesse sentido, eu quero agradecer e fico muito satisfeito por ter propiciado esse debate sobre o G-20.

Eu gostaria de fazer dois questionamentos aqui, especialmente aos representantes do Governo. Foi dito que estaria havendo hoje, salvo engano em Montevideu, uma reunião entre Brasil, México e Argentina, que são os representantes da América Latina no G-20. E a imprensa noticiou, nos últimos dias, que esses países devem levar uma posição conjunta com relação à reunião a ser realizada em Cannes, nos próximos dias, no início de novembro. Eu gostaria de saber quais são as posições comuns que esses países levarão ao G-20?

A outra questão é que o Brasil vai sediar, no ano que vem, uma conferência da maior importância: a

Rio+20. Sediamos, há 20 anos, a Rio-92, uma conferência que teve uma participação muito expressiva de chefes de Estado de vários países do mundo e que produziu resultados significativos, na ocasião, como a convenção sobre o clima, a convenção sobre desertificação e a convenção sobre biodiversidade, além da Agenda 21, a agenda do desenvolvimento sustentável.

No entanto, muito daquela agenda, digamos, do desenvolvimento sustentável não foi cumprido. Ficou muito aquém das expectativas. Uma grande dificuldade que temos nesses fóruns internacionais é que não há qualquer tipo de punição em relação ao não cumprimento das metas e dos acordos estabelecidos naquela ocasião.

Pergunto como a participação expressiva do G-20, especialmente dos chefes de Estado e de Governo do G-20, pode assegurar o sucesso da Rio+20, se esse tema vem sendo abordado nas reuniões do G-20 e se há um compromisso de participação efetiva dos chefes de Governo e de Estado desses 20 países na Rio+20. Eu digo isso porque, como o tema da Rio+20 é economia verde e os instrumentos de governança global para implementar uma agenda de economia verde... Ou seja, nós estamos falando de desenvolvimento, nós estamos falando de desenvolvimento sustentável, e, portanto, os próprios ministros das finanças desses países que participam do G-20 têm tudo a ver com a construção de uma agenda de desenvolvimento sustentável, de uma agenda de economia verde. Mas gostaria de saber um pouco da expectativa que o Governo brasileiro tem da participação desses 20 países na Rio+20, reafirmando a necessidade de ampliarmos este debate até em função do protagonismo cada vez maior que o Brasil vem assumindo no cenário internacional.

É muito importante que a posição brasileira seja difundida, seja discutida e que a sociedade civil, por meio da representação política do Congresso Nacional – Câmara e Senado – e das suas instituições diretamente, possa participar, colaborar com esse debate e contribuir com as posições brasileiras apresentadas em fóruns internacionais.

Portanto, eram essas as questões que eu gostaria de colocar. E vou repassar a palavra aos nossos convidados na mesma ordem de inscrição inicial, ouvindo a Sr^a Iara Pietrokovsky, da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais.

A SR^a IARA PIETROKOVSKY – Obrigada pela intervenção dos Senadores e pelas questões levantadas. Acredito que são todas elas bastante complexas, que demandariam, por si só, um debate e um aprofundamento, porque estamos falando de políticas, de política industrial, de política ambiental, de política agrária e, como disse a companheira Rosane, de outro sistema

tributário progressivo e não regressivo, como o que a gente tem hoje, em que quem ganha mais paga menos ou não paga. E a política de saúde do Brasil é constituída por aqueles pobres e assalariados efetivamente. É o que faz o bolo da política social hoje. Então, todas essas contradições que estão aí colocadas e que os Senadores apontaram refletem nas desigualdades, nas desestruturas que o próprio Brasil enfrenta e tem.

Para a gente, sociedade civil, em especial a Rede que represento aqui, esses temas relacionados... Inclusive, a argumentação do Ministro Cozendey a respeito da proposta do Brasil de reforma dessas instituições financeiras multilaterais, na verdade, nós temos uma visão de que essas reformas não alteraram o sistema de poder dessas instituições. De fato, quem detém o poder do capital dentro dessas instituições, a maioria dos votos, é que define a política dessas instituições, assim como o G-20. Quem define essa agenda são os países ricos. Vemos muito mais na estratégia... É claro que o Brasil tem um protagonismo, que a gente reconhece. É claro que o Brasil tinha que estar nesses espaços internacionais, só que também o Brasil corre um grande risco de ser capturado por essa agenda. Se você pensar que é um debate agora que o Ministro Patriota colocou na agenda, por exemplo, os jornais têm falado muito sobre isso. Se você vai numa negociação comercial – e eu tive oportunidade de acompanhar as negociações da OMC com o crachá de missão brasileira, que foi já parte da abertura que o Governo brasileiro deu às Organizações não Governamentais e movimentos sociais a esses debates – você vê que os Estados Unidos e a Europa entram com departamentos inteiros na negociação e os países em desenvolvimento não conseguem acompanhar esse debate tecnicamente. Esse é uma das questões que passam pelo G-20.

Eu acho que o Brasil acertou na estratégia de ocupar espaços, fortalecer relação Sul-Sul, mas agora que está nesses espaços, cadê o corpo pensante, intelectual, cadê o corpo de setores da sociedade que estão produzindo posição para ser apresentada no âmbito internacional e nacional? Essa, para mim, é uma questão que não está resolvida, é um problema de fato. Você entra em disputas de formas muito desiguais. Eu acho que a gente tem que enfrentar isso em todos os sentidos, em todos os níveis da negociação e das agendas que estão colocadas.

Eu acho que o tema que a gente vai enfrentar, essa conexão entre o G-20 e a Rio+20, a gente da Rede Brasil não reconhece o G-20 como espaço legítimo. Tudo bem, os países podem se unir, mas aquele espaço não é o espaço que deva estar deliberando sobre a agenda mundial. De fato, é o que eu digo. Eu disse

no começo: “Muito bem, os países têm direito de se configurarem tradicionalmente, há décadas, nos seus interesses.” O problema é quando esse interesse está concentrado e ele tem poder de definição das políticas do mundo inteiro e sem enfrentar a questão das crises que as minhas companheiras Graciela, Rosane muito propriamente levantaram aqui. Nós estamos num ponto de inflexão da nossa trajetória histórica mundial, na nossa trajetória humana neste planeta que é fundamental. Ou a gente enfrenta – e enfrenta com inteligência, com sabedoria e com amor, ou a gente realmente vai se ver em situações cada vez mais dramáticas, como foram apresentadas pela Graciela.

O tema economia verde. A gente rejeita o conceito economia verdade. Economia verde é um conceito que precisa ser melhor trabalhado. O que significa? O que está por trás dele? Tenho acompanhado as Nações Unidas, o debate no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Sustentável, nem lá dentro existe consenso. A Cepal acabou de ter uma reunião dos países latino-americanos sobre o tema governança e economia verde e esse conceito foi rejeitado. O documento final – que é um documento fraco, mas indicativo do nível do debate – não fala em economia verde. Ou seja, não é um conceito que a gente deveria estar perseguindo e adotando nos nossos documentos de posição.

E, por fim, a questão da governança. Quando a gente fala de G-20, a gente está falando em governança do mundo, em definições. Então, acho que o Brasil tem uma experiência, desde a sua Constituição de 1988, de processos participativos, de conselhos deliberativos, de conferências que deveriam ser aproveitadas, mais institucionalizadas e mais incorporadas pelos agentes do Poder Executivo, do Estado brasileiro. Assim como nós da sociedade levantamos essa bandeira, também deveria ser levantada por esses espaços que compõem a sociedade brasileira. Porque, construir o novo implica participação de todos e todas. Construir a democracia... Essa democracia que a gente tem hoje foi um avanço para quem viveu a ditadura? Foi um avanço. Entretanto, ela ainda está aquém do que deveria ser como processo democrático. Nós estamos em processo, nós, a democracia clássica, baseada nos três Poderes é importante? É. O sistema republicano é importante? É, só que ele não dá conta de responder as demandas e a complexidade do mundo moderno. Os temas da desigualdade de gêneros, os temas da desigualdade racial. Nós somos um País racista, homofóbico. Nós temos problemas internos de todos os níveis. Ou a gente enfrenta isso no conjunto da sociedade... E o Parlamento tem um papel fundamental, estar fora do debate G-20 para o Parlamento... Você pensa. O G-20 está se encontrando desde 99. Com a crise de 2008,

os presidentes passam a assumir um papel importante. Agora, pensa. O Parlamento brasileiro nunca se pronunciou sobre o tema. Então, pense na sociedade brasileira, o desnivelamento que existe entre o que está acontecendo, as decisões que estão sendo tomadas sobre as nossas vidas, a realidade concreta e objetiva das populações e as crises permanentes com as quais a gente tem que lidar: desemprego, violência, centros urbanos completamente exauridos. Aí vem Copa do Mundo, Olimpíadas, toda uma produção de grandes negócios pela qual as populações são despejadas dos ambientes em que viveram durante décadas.

O que a gente faz com isso, nós, sociedade brasileira, Senadores, Deputados, setores organizados da sociedade brasileira, movimentos sociais, setor industrial, setores privados? O que fazemos?

Nós queremos uma sociedade melhor para todos, nós queremos uma sociedade digna para todos e todas, não pode ser só para poucos, e nós, 99%, completamente fora desse cenário, desse mapa. Eu acho que essa é a briga que nós, sociedade civil, queremos trazer ao Parlamento e provocar, sim, um debate sincero e honesto sobre que país nós queremos e que Planeta nós queremos para as futuras gerações. Eu só avó de um netos maravilhoso e gostaria muito que ele tivesse uma vida linda, assim como tenho certeza de que querem os nossos filhos e netos. Está no desejo de cada um de nós construir sociedades e mundos melhores, de mais qualidade para todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/ PSB – DF) – Muito obrigado, Iara Pietrocovsky.

Passo agora a palavra ao Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, que nos informou no início desta audiência que teria que sair por volta de 11 horas, em função de um compromisso oficial.

O SR. CARLOS MÁRCIO BICALHO COZENDEY – Muito obrigado.

Vou procurar responder rapidamente aos vários pontos, não deixar nada sem resposta, começando pelo ponto que o senhor levantou sobre a questão do cumprimento dos compromissos

Como mencionei no início, o G-20 é um fórum informal, ele não toma decisões vinculantes. Tratados não são negociados no G-20 em si. Ele é um grupo informal onde decisões políticas são tomadas no nível dos presidentes, primeiros-ministros e chefes de governo. E, obviamente, no momento em que essas decisões são tomadas, as burocracias desses países procuram levar esses temas aos diferentes organismos que, nos seus processos decisórios, dentro da sua legitimidade, tomarão essas decisões.

Então qualquer análise do G-20 tem que ser feita à luz da realidade das relações internacionais.

A realidade das relações internacionais é que os países são soberanos, não existe nenhum superestado, não existe nenhum Estado que obrigue o outro a fazer qualquer coisa, a não ser no caso de guerras, ocupações ou situações mais extremas.

Nesse sentido, o G-20, a rigor, não tem como obrigar os outros Estados a realizar nada do que ele decide. Esses Estados o farão se o que for decidido for suficientemente convincente, se houver um acordo ou se esses países do G-20, como é o caso das organizações financeiras internacionais, tiverem poder dentro do processo decisório dessas organizações para fazer essas decisões prevalecerem. Mas nós não temos, digamos, mecanismos que obriguem os países a cumprir essas decisões.

Nesse cenário, a gente tem que estar muito atento ao tipo do fórum e à composição.

Quanto às discussões sobre meio ambiente e clima que já ocorreram no G-20 ou que já ocorreram de alguma forma, há um papel, há uma contribuição que o G-20 pode dar, mas nós temos que ter cuidado, como falei no início, para que o G-20 não sequestre a discussão que existe hoje no fórum das Nações Unidas com todos os países, etc., até porque a composição do G-20 nesse assunto não é necessariamente favorável, porque o G-20 são os países europeus. Uma grande maioria dos que se sentam na reunião do G-20, às vezes você ouve cinco, seis vezes a mesma posição, porque fala a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha, o Reino Unido, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e a Presidência da União Europeia. Então você ouve a mesma opinião, quando eles estão coordenados, várias vezes. Muitas vezes o próprio G-7, Estados Unidos, Canadá, tem a mesma posição.

Então, dependendo do tema, faz sentido ou não levá-lo ao G-20.

Quanto à questão da Rio+20, como eu mencionei, o Ministro Mantega levantou esse assunto no G-20, e nessa ocasião mais para a informação dos outros Ministros e para pedir que eles se mobilizassem para comparecer. Não houve uma discussão do tema Rio+20. É claro que economia verde no marco da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável – esse é o nome completo do tema que vai ser discutido na Rio+20 – tem relação com a questão dos Ministros de Economia e Finanças. Vamos ver que tipos de eventos podemos organizar junto com a Rio+20 que tenham um foco mais nessa direção, mas isso não faz necessariamente do G-20 em si um fórum para negociação do que vai ser discutido nesse sentido.

Pegando vários pontos rapidamente, a questão de que o G-20 está propondo e como são tratadas as questões dos direitos sociais. Veja, se você olhar o que deve sair como plano de ação nessa coordenação macroeconômica que mencionei no início, entre outros temas estão mencionados ali o incentivo para que a China, por exemplo, volte o seu desenvolvimento para um desenvolvimento mais baseado no mercado doméstico e também, na parte de reformas estruturais, que desenvolva, por exemplo, sistemas de seguridade social para a sua população, porque isso seria uma forma delas terem que não poupar individualmente tanto e poderem, então, ter outro tipo de desenvolvimento.

O G-20 acordou e resolveu defender os direitos sociais. Está dentro do contexto da coordenação macroeconômica. A China fará isso ou não fará. Fará se entender que é seu interesse próprio, porque o G-20 não tem como obrigá-la a fazer. Mas, é claro que é um fórum onde nós estaremos dizendo para a China: “China, não é possível você viver com salários baixos e de exportação para o resto do mundo, você tem que também melhorar a situação dos seus trabalhadores para que eles também contribuam para o crescimento global”. “Não, mas vai fazê-los consumir e vão consumir querendo ser americanos e o planeta não vai aguentar.” Então, vai ter que se discutir que tipo de consumo nós estamos falando que esses trabalhadores poderão ter ou não. É claro que as discussões estão articuladas, mas não é porque tudo tem a ver com tudo que a gente tem que discutir tudo ao mesmo tempo em todo o lugar. Então, há clareza a esse respeito.

Taxa sobre transações financeiras é um tema que foi levantado pelo Presidente Sarkozy no início do ano; não foi incluído nos grupos de trabalho pela presidência francesa, ressurgiu agora no final por caminhos tortos. Como a gente sabe, esse tema tem sido discutido como forma de financiamento inovador para desenvolvimento ou para clima. Dependendo do grupo que discuti, quer puxar os resultados dessa taxa para o seu lado; ela voltou agora por motivos tortos, na medida em que França e Alemanha resolveram propor uma taxa financeira na União Europeia para financiar orçamento, para financiar déficits orçamentários e não para financiar, necessariamente, cooperação internacional nem mudanças climáticas, mas para financiar problemas que eles têm com os bancos. Portanto, o que eles estão propondo na verdade é um IOF, uma coisa que o Brasil já tem, de certa maneira, mas com um caráter um pouco mais arrecadatório, mas a base de taxa seria a mesma. Como eles são grandes centros financeiros, eles disseram: não, peraí. Se eu vou botar aqui o meu centro financeiro, eu quero que todo mundo coloque na competição global para que

as condições fiquem iguais. Então, a discussão ressurgiu de maneira um pouco distorcida; a posição do Brasil foi dizer que aceita discutir, mas não com base na proposta da União Europeia, a gente aceita discutir de uma maneira mais ampla. Não é um assunto simples, como vocês viram aqui você tem questões sobre como se taxa, o que taxa, para que taxa e para onde vai o recurso, como é a governança disso, mas tem várias formulações possíveis. Não tenho ideia de qual vai ser o resultado final da reunião de Cannes porque houve reações contrárias muito fortes de vários países durante a reunião.

Paraísos fiscais não foi um tema abandonado, é um tema que tem continuado. É claro que em termos de transmissão de comunicação muita coisa no G-20 vai sendo trabalhada, como eu falei, muitas vezes não é no próprio G-20. Esse tema é trabalhado numa série de fóruns internacionais de cooperação de combate à lavagem de dinheiro, combate ao financiamento do terrorismo e é também no fórum de troca de informações fiscais, onde se discute esse assunto.

Então, o que aconteceu? O fórum de troca de informações fiscais, que é um fórum criado pela OCDE, ele se ampliou. Hoje, a composição dele tem cerca de 90, portanto, vai muito além da composição da OCDE; tem avançado na realização de acordos entre os países, para permitir troca de informações e recuperação de ativos. Existe uma convenção multilateral que também está se expandindo, o Brasil deve assinar essa convenção multilateral em Cannes. Portanto, é um assunto que, sim, tem produzido, tem havido mudanças efetivas de legislação de alguns paraísos fiscais. Enfim, é difícil classificar esse é paraíso, esse não é paraíso, porque tem muitas nuances. Mas, digamos, os países que tradicionalmente têm segredo bancário etc., têm sido levados a serem mais cooperativos e a aprovar legislações internas que permitam não somente a troca de informações, mas, também, a devolução de recursos indevidamente depositados nas suas jurisdições. Então, esse assunto, sim, tem avançado.

Mesmos remédios para a nova crise. Não, acho que não são os mesmos remédios, até porque não é a mesma crise, ou é a mesma crise, mas é outro aspecto da mesma crise. Portanto, você teve inicialmente uma questão sobre o sistema bancário e, aí, na posição do Brasil, o que temos criticado é que alguns países resolveram o problema de endividamento dos bancos, mas não resolveram o das famílias e, por isso, há um crescimento lento e um problema de demanda. Hoje, a questão está muito concentrada na questão de dívida soberana, portanto, com necessidade de outros remédios. É um debate muito mais próximo do nosso próprio debate no fim dos anos 80, início dos anos 90,

como resolver a questão da dívida externa em países como a Grécia. E é nesse sentido que as organizações internacionais têm um papel, no caso, complementar ao europeu, porque os próprios europeus têm recursos amplos para tentar resolver esse problema. Mas é preciso que as organizações internacionais também estejam preparadas.

A relação entre os organismos internacionais e os regionais não é de oposição, ou de você botar dinheiro em um e não botar em outro, fazer em um e não fazer no outro. Ao contrário. Se eu não fizer o FMI funcionar e a estabilidade internacional funcionar, eu vou ter que usar as minhas reservas. Se tiver que usar as minhas reservas, eu não vou ter as minhas reservas para tentar desenvolver um mecanismo regional de estabilidade financeira, que é a discussão existente hoje na região de retubar, digamos assim, o Flar (Fundo Latino-Americano de Reservas) como instrumento regional de estabilidade.

Alguns Senadores mencionaram questões que levarei ao Ministro da Fazenda.

São esses os principais temas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Passo agora, a pedido, a palavra à Sr^a Rosana Bertotti, representante da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

A SR^a ROSANA BERTOTTI – Obrigada, Senador. Obrigada também por poder antecipar. Tenho uma audiência agora às 11 horas com o Ministro Paulo Bernardo, um tema bastante importante para garantir liberdade de expressão, porque a comunicação também tem um papel importante no País, para que todos os brasileiros e as brasileiras possam inclusive saber do debate que estamos propiciando nesta Casa, como outros debates tão importantes para o País.

Objetivamente, como é minha característica, na fala que me antecedeu o Ministro, ele falou que, na próxima reunião, na reunião do G-20, virá um pacote do sistema europeu onde vai apontar alguns avanços ou não. Ou seja, um pacote de quais seriam as ações que seriam referendadas no que diz respeito à questão da crise, quais as políticas que poderiam ser adotadas na crise.

Mesmo não estando aqui para ouvir a resposta, depois, eu gostaria de entender quais os mecanismos que estão postos nesse pacote, como está o diálogo do governo brasileiro nesse sentido, a partir das experiências, inclusive, desenvolvidas no Brasil, do fortalecimento do mercado interno, da questão da ampliação e garantia do emprego e a contrapartida social, como

isso está posto e como podemos, a partir da experiência no Brasil, continuar fazendo esse debate.

A outra questão importante, trazida pela Senadora Vanessa, de reafirmar que estamos em outro patamar, reconhecemos que estamos em outro patamar. Inclusive, a posição da Presidente Dilma, na última reunião das Nações Unidas, referendando questões que para o Brasil são importantes, como a questão da defesa do Estado da Palestina, da democracia. Reconhecemos que estamos em um avanço. Agora, no que diz respeito a essa questão, a questão da Gláucia, que apresentou aqui a questão do Conselho, se nós temos a reunião do G-20, quais os mecanismos concretos que este Governo pode apostar, reuniões por exemplo. É possível o Ministério das Relações Exteriores apontar, antes da reunião do G-20, mecanismos concretos de reuniões com a sociedade civil que está representada nesta Casa, ou além dessa representação, porque aqui está uma parte? Qual o mecanismo concreto que podemos apontar? Isso porque o diálogo é importante.

Esta reunião é fundamental. Nós estamos falando aqui e estávamos vendo que, inclusive, em determinados momentos, estamos sendo assistidos pela TV Senado. Agora, além do debate, nós precisamos sair daqui com alguns mecanismos concretos. Então é possível nós apontarmos daqui algumas reuniões mais concretas onde sociedade civil, Governo e Parlamento discutam questões que serão apontadas na reunião do G-20. É possível, a partir da vanguarda do Brasil, a gente continuar fazendo essa relação do Mercosul, da integração do Mercosul inclusive com a sociedade civil e esses governos? Então eu acho que essas são questões concretas que a gente pode apontar.

A outra questão a companhia também trouxe para nós aqui. É que na Comissão de Finanças e Tributação do Congresso foi aprovado por unanimidade um requerimento ao Ministro da Fazenda reafirmando a importância da taxa de juros financeira. Então reafirmamos novamente que essa questão já está em debate, já está em curso e a gente precisa ter posições claras, apontar para a questão dos avanços na negociação. No mais, que a gente continue num processo de democracia nesta Casa, fazendo um debate.

A gente entendia que temas de tanta complexidade como as questões internacionais não tinham a ver com a vida do dia a dia do brasileiro e da brasileira. Hoje nós percebemos que uma negociação, uma discussão que se dá no G-20 tem a ver com o feijão com arroz que nós comemos na nossa casa no nosso dia a dia, tem a ver com a produção que a agricultura familiar estará fazendo.

Então discutir a política macro e a política internacional não pode ser apenas uma questão para algumas

pessoas, por mais que tenham conhecimento específico da área, por mais que tenham a representatividade e institucionalidade política, como é o caso do Poder Executivo, que tem um papel e deve fazer esse debate. Agora, é preciso estabelecer essa discussão, esse diálogo, porque a política internacional tem a ver com a vida do dia a dia dos trabalhadores e das trabalhadoras, de todos os brasileiros e de todas as brasileiras e é preciso que a gente continue avançando cada vez mais nesse processo do diálogo.

Era isso.

Obrigada.

Peço licença para me retirar.

Que a gente continue fazendo um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Rosane Bertotti, pela participação. Fique à vontade para sair em função do seu compromisso.

Se o Ministro Carlos Márcio Cozendey também precisar se retirar em função de compromisso, fique à vontade.

Vamos ouvir agora o Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Obrigado, Sr. Senador.

Eu queria agradecer novamente a oportunidade de participar aqui deste diálogo e dizer que o Itamaraty está sempre aberto a repeti-lo tanto aqui no Congresso Nacional quanto em outros foros com representantes da sociedade civil.

Pessoalmente também estou sempre à disposição. Esta é, na verdade, a segunda ocasião que eu tenho de diálogo com a sociedade civil. A primeira foi em junho, antes da reunião com o Ministro da Agricultura.

Quero dizer que, no G-20 como um todo, há também uma preocupação com o diálogo com a sociedade civil. Na última reunião de *sherpas*, por exemplo, realizada em Paris, houve paralelamente uma reunião de representantes de organizações não governamentais internacionais – havia de algumas brasileiras lá. Eu próprio tive a ocasião de conversar com eles durante algum tempo.

Na cúpula do G-20 agora em novembro, também está prevista a realização paralela tanto de uma reunião de centrais sindicais quanto de centrais empresarias. Uma é a chamada L20 – Labour 20, em inglês, e a outra é o B20, Business 20. Inclusive, essas duas reuniões estão tentando conversar para ver se fazem uma declaração conjunta antes da cúpula dos líderes para que possam se reunir com os líderes como um todo ou com alguns deles. Enfim, então há uma preo-

cupação com esse diálogo e eu reitero que nós estamos abertos a continuá-lo.

Em termos da participação, uma coisa que eu me esqueci de comentar é que há um acordo no G-20 para que sempre sejam convidados países não membros, sendo que dois têm que ser africanos, porque a África e o Continente mais sub-representado. Este ano, por exemplo, na cúpula de Cannes, estarão participando a Espanha, Malawi, Etiópia, Singapura e Emirados Árabes Unidos. E na Cúpula de Seul, de Toronto também houve a participação de outros.

No caso da reunião da Aladi, que se está reunindo hoje, que está ocorrendo hoje, acho que me expressei mal. É uma reunião só de México, Brasil e Argentina. É uma reunião de todos os membros da Aladi; apenas México, Brasil e Argentina são os membros do G-20, e eles é que vão fazer as apresentações, mas haverá um diálogo, enfim, com os demais.

No âmbito do G-20, o diálogo com México e Argentina é constante, e a convergência de posições é extremamente ampla. Acho que é mais difícil dizer aquilo com o qual a gente não concorda do que estabelecer uma lista daquilo com que a gente concorda, especialmente com a Argentina.

Em relação ao meio ambiente, eu queria esclarecer que o tema como tal não está sendo discutido no G-20. E muito por objeção do Brasil. Quer dizer, não é porque nós consideramos que o G-20 é um furo importante, que foi um avanço em relação ao G7 e que precisa ser consolidado, que nós achamos que todos os temas têm que ser levados ao mesmo tempo. Nós achamos, nesse caso, por exemplo, que a discussão, no âmbito das Nações Unidas, já estava sendo bem conduzida. O formato da reunião, a correlação de forças era mais interessante para nosso interesse. Então, até o momento, nós objetamos. Se a coisa está sendo bem discutida em um foro, não vale, não cabe uma discussão paralela, porque isso pode criar mais confusão do que solução para temas.

O G-20 está ampliando também sua agenda na área social. Convido que leiam a declaração dos Ministros do Trabalho, na reunião realizada agora, no início de setembro. Duas decisões vão ser mencionadas certamente na Declaração dos Líderes: uma é a criação de uma força-tarefa para discutir a criação de empregos, especialmente empregos para os mais jovens. E a outra decisão é uma decisão do G-20 como um todo de investir em pisos de proteção social. Claro que cada país de acordo com sua própria circunstância. O Brasil considera que a agenda social deve estar no coração do G-20. Deve ser um tema levado em conta sempre na formulação das políticas. Inclusive o Brasil foi um dos países que, no início, sugeriram, por

exemplo, que a OIT, que não participava das reuniões, passasse também a participar.

Em relação à questão da Rio+20, que o senhor colocou, eu não acompanho a preparação da reunião, mas tenho certeza de que a Presidenta vai se referir à reunião durante a cúpula e convidará seus homólogos para participar. O que posso dizer é que, no ano que vem, a cúpula do G-20 vai ser no México, e o México decidiu que seria em junho. Então, eles passaram a se coordenar com o Brasil para, justamente, evitar que as datas fossem ou muito próximas, ou muito distantes, de maneira que isso dificultaria a presença de chefes de Estado nas duas. Então, a ideia é que haja uma representação mais alta possível na Rio+20, assim como o G-20 no México.

Não sei se respondi a todos.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDNETE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu que agradeço pela suas informações e colaboração. Agradeço ao Ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores.

Agora, vamos ouvir a Sr^a Graciela Rodriguez, do Grupo Arquitetura Econômica Internacional.

A SR^a GRACIELA RODRIGUEZ – Bom, obrigada pela oportunidade, mais uma vez. Voltarei a insistir na necessidade desse diálogo mais permanente com o Senado, no caso, com o Congresso, de maneira geral. Esperamos que da próxima vez vocês nos convidem a vir. Que não só nós tenhamos que propor uma audiência. Estamos sempre abertos também para que vocês nos chamem a opinar. Queremos opinar, queremos ter a TV Senado para dizer o que pensamos. Enfim, esperamos que esse diálogo seja mais frequente e que seja no sentido positivo de levar essas informações ao conjunto da sociedade brasileira.

Tenho também outros temas que foram mencionados. Eu queria agradecer ao Ministro Balduino e ao Cozendey a resposta a muitos assuntos que tínhamos levantado e perguntado, como a história das informações no caso dos paraísos fiscais, da taxação, enfim, cumprimento de compromissos, algumas questões que a gente foi colocando na agenda; entretanto, eu queria me restringir a um ponto que é relativo a uma preocupação que vi em todos os Senadores que levantaram a discussão da China. Todo mundo está muito preocupado, no Brasil, com a China, com o papel da China, o que a gente pode fazer com a China, se temos uma pauta de sucesso ou não. E, na verdade, acho também que aqui está parte do debate que precisamos fazer talvez do nosso ponto de vista, encarando de outro lugar.

Eu estava vendo, tenho aqui a revista do Ipea, de alguma maneira o Governo reconhecendo: a economia está se reprimarizando. O estudo diz que as *commodities* avançaram de 41% para 51% no total de produtos vendidos pelo Brasil entre 2007 e 2010. A Argentina está com uma meta de 100 milhões de toneladas de grãos exaurindo a produção voltada para exportação, e nós da mesma forma, pensando na China, justamente, vendendo para a China, e a China ajudando essa reprimarização da nossa pauta exportadora.

E, na verdade, quando não é comprando produtos de pouco valor agregado, produtos *commodities*, produtos primários, minérios etc., é ou trazendo para o Brasil investimentos, muitas vezes, em materiais daqui que já não querem produzir lá, como aço, por exemplo, que é um produto altamente contaminante – não só a China, senão todos os países do norte, trazendo o investimento para uma produção contaminante muitas vezes no Brasil ou na América Latina, de uma maneira geral –, como agora, no chamado acaparamento das terras, a concentração, a compra de terras pela América Latina toda.

Vocês devem ter visto nas visitas. Conversávamos com o ministro das relações exteriores do Equador que todo o investimento que chega, da China e dos países do norte dispostos a fazer investimentos em infraestrutura, etc., tem que ser em troca da possibilidade de compra de terras na região, é um processo de estrangeirização, de acaparamento de terras grave, muito complexo, para o qual também estamos chamando a atenção na agenda.

Então, é essa reprimarização da economia porque vai atender a esses interesses, quando, na verdade, o que estamos falando é de buscar uma pauta regional, que coloque o Brasil na liderança da região, na liderança democrática da região, mas cumprindo um papel de, por exemplo, o Senado, o Congresso brasileiro aprovar a ratificação da criação do Banco do Sul, um banco de um novo tipo, que pense a região não mais para exportação, como eles mesmos na China estão fazendo e como é a recomendação que se faz desde o G-20, que agora o Ministro Cozendey mencionou. A recomendação é que a China veja o seu mercado interno, que a China veja condições de vida melhores para a população, segurança social, e nós fazermos o mesmo na região. É disto que estamos falando, como você entrar de uma forma nessa globalização, que lamentavelmente nos tem colocado no papel de aceitar as empresas contaminantes ou aceitar o papel de reprimarização da nossa economia, como entrar com outro processo.

Para nós, por exemplo, a aprovação pelo Congresso da ratificação do Banco do Sul é um ponto

fundamental para pensar um banco de novo tipo, que pense no desenvolvimento da região de outra forma e com outra perspectiva para o mercado interno e para a região e com outro papel do Brasil.

Então, nós entendemos, como eu dizia para o Ministro, a situação de ter de pensar as finanças globais e o sistema financeiro internacional e a regulação daquele *laissez-faire* que foi deixado acontecer e que provocou a crise. Entendemos que o Brasil está tendo um papel que tem que ser coordenado com a Argentina. Com o México acho mais complicado porque o México, justamente pela assinatura de tratados de livre comércio que o Brasil não fez – o Mercosul, de alguma maneira, conseguiu se proteger –, não tem a mesma situação. O México está na onda de estar o Nafta colocando, determinando a política do México. Então, acredito que, por isso – até o Ministro mencionou – são maiores as dificuldades para acordar uma postura em comum.

Nossos países nessa perspectiva podem desenvolver uma política soberana e autônoma de recuperação de uma soberania perdida frente a essa globalização que impõe uma divisão internacional do trabalho que nos está condenando outra vez a voltar atrás na reprimarização da pauta. Aachamos que realmente precisamos entrar mais nesse sistema, precisamos da ratificação da criação do Banco do Sul, precisamos que o Congresso esteja atrás da pauta da Unasul, também do Mercosul, como foi mencionado, mas num sentido propositivo, no sentido de pensar outro modelo de desenvolvimento para a região e não este que a gente tem e que está nessa situação.

Então, estamos sempre muito abertos e dispostos ao diálogo e aguardamos o próximo convite do Senado brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Quero agradecer a presença do Ministro Luís Antônio Balduino Carneiro, do Ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey, da Sr^a Rosane Bertolt, da Sr^a Iara Petricowski e da Sr^a Graciela Rodrigues. Tivemos um debate da maior importância, de altíssimo nível. Quero agradecer à Comissão de Relações Exteriores pela audiência pública conjunta e colocar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle inteiramente à disposição para o aprofundamento desse debate.

Quero registrar que realizaremos amanhã, dia 19 de outubro do corrente, quarta-feira, no plenário 7 da Ala Alexandre Costa, a audiência pública destinada a ouvir o Ministro do Esporte, Orlando Silva, conforme aprovado na reunião de hoje.

Antes de encerrar os trabalhos, submeto à aprovação a Ata da presente reunião conjunta. Aqueles que concordam com a dispensa da leitura e aprovação da Ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLÊNARIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Luiz Henrique, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Registra presença o Senador **Pedro Taques**, que não é membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 47ª e da 48ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta em sua 1ª Parte. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 120, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.*”. **Relatora:** Senadora **Ana Amélia**. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. O indicado é convidado a compor a Mesa, e faz sua exposição. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia**, e os Senadores **Mozarildo Cavalcanti, Luiz Henrique, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Valadares**. A reunião é tornada secreta às onze horas e quarenta e quatro minutos, e reaberta às onze horas e quarenta e sete minutos. **Resultado:** apreciada a Mensagem. Fazem uso da palavra os Senadores **Aloysio Nunes**

Ferreira e Cristovam Buarque. Item 2 – Mensagem (SF) nº 118, de 2011, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.*”. **Relator:** Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 119, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.*”. **Relator:** Senador **Cristovam Buarque**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Requerimento nº 1175, de 2011**, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, que “*requer autorização para participação dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Eduardo Amorim, em missão oficial na Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, entre os dias 30 de outubro a 6 de novembro de 2011, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, ‘crack’ e outras drogas.*”. **Relator:** Senador **Eduardo Suplicy**. O relator comunica ao plenário a solicitação de retirada dos nomes das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia do Requerimento. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria. O Presidente submete ao plenário a inclusão de um item extraordinário. Inclusão aprovada. **Item extraordinário – Requerimento nº 1253, de 2011**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que diz: “*Nos termos do artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, sobre a veracidade ou não da matéria ‘Brasil não paga a OEA por causa de Belo Monte’, publicada no jornal o Estado de São Paulo, no dia 20/10/2011. Segundo a notícia, o Brasil estaria se negando a cumprir compromisso financeiro de sua contribuição regular à Organização dos Estados Americanos (OEA), como represália pelo fato de a Comissão Interamericana de Direitos Humanos levantar suspeitas de que a hidrelétrica de Belo Monte poderia vir a ferir direitos da população indígena local. A CRE não pode ficar omissa diante desta matéria, se ela for verdadeira, a diplomacia brasileira estaria usando*

*instrumento de pressão incompatível com as normas e com nossa tradição; caso falsa, está transmitindo péssima imagem do Brasil no mundo, especialmente na família latino-americana, com o agravante de tomar esta posição por causa de assunto relacionado aos Direitos Humanos.” Relator: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. Têm início a 2ª Parte da reunião, com a realização de **Audiência Pública**, Atendendo ao **Requerimento nº 42, de 2011-CRE**, de autoria dos Senadores **Blairo Maggi** e **Jarbas Vasconcelos**, aprovado em 1º de setembro de 2011, que, “*com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação dos Srs. Emanuel Pinheiro, Deputado Estadual/MT, Heitor Reyes, Presidente da Ong Associação das Famílias Vítimas da Violência – A.F.V.V. e Dr. Paulo Prado, representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente o Brasil, juntamente com representantes dos Ministérios da Justiça e de Relações Exteriores.*” O Deputado **Emanuel Pinheiro**, deputado estadual do Mato Grosso, o doutor **Paulo Roberto Jorge do Prado**, Procurador do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, e o doutor **Heitor Reyes**, Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência, são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições o Deputado **Emanuel Pinheiro** e doutor **Paulo Prado**. Fazem uso da palavra os senhores senadores **Aníbal Diniz, Pedro Taques, Marcelo Crivella, Mozarildo Cavalcanti** e **Blairo Maggi**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às quatorze horas e quinze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.*

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 47ª e 48ª reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Comunicados.

A Comissão recebeu ofício da Presidência desta Casa solicitando que seja transmitido a todos os integrantes desta Comissão o convite que faz S. Ex^a, o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, para que participemos da recepção ao Ex^{mo} Sr. Viktor Yanukovich, Presidente da República da Ucrânia, no próximo dia 25 de outubro de 2011, terça-feira, às 15 horas, no Salão Nobre do Senado Federal.

Há um comunicado da BBC News, saído às 11h39, hora GMT, dizendo que as forças líbias capturaram o Coronel Kadhafi. Os comandantes do governo transitório da Líbia anunciaram que capturaram o Líder Coronel Muamar Kadhafi. As notícias apareceram depois que essas forças do governo de transição tomaram o controle da cidade de Sirte, cidade onde nasceu o Coronel Kadhafi. A cidade de Sirte já estava, há muitas semanas, debaixo de um intenso tiroteio, ataque. Eles informaram também que o Coronel Kadhafi foi ferido, mas não há nenhuma confirmação de outros órgãos de imprensa independente sobre essa questão. O Coronel foi retirado do poder em agosto, depois de 42 anos de governo, e aqui está a declaração literal: “O Coronel Kadhafi foi capturado pelas autoridades líbias. O Coronel Kadhafi foi capturado e está ferido em ambas as pernas”, segundo o Sr. Abdel Majid, que é do Conselho Nacional de Transição. Essa declaração ele prestou à Agência Reuters.

Esse é o comunicado que acaba de chegar e que eu gostaria de transmitir aos senhores integrantes desta Comissão.

Cito outro comunicado sobre a União Interparlamentar, com sede em Genebra. Houve uma reunião, e o Secretário-Geral da Conferência solicitou que se fizessem sugestões sobre o conteúdo e as conclusões do evento Rio+20. Houve uma solicitação dessa União Interparlamentar, portanto, ao Senado da República do Brasil, por intermédio do seu Presidente Theo-Ben Gurirab, Presidente da Assembleia Nacional da Namíbia, para que esta Casa encaminhasse recomendações e comentários sobre os preparativos do evento, considerando as seguintes questões: a economia verdade é uma abordagem útil para o desenvolvimento sustentável? Quais seriam seus elementos chave? Quais são as políticas públicas de desenvolvimento sustentável mais difíceis de serem implementadas? Como as bases do desenvolvimento sustentável, seus aspectos econômico, social e ambiental poderiam estar mais integrados nos trabalhos do Parlamento e de outras instituições nacionais? Quais deveriam ser os objetivos e metas razoáveis com seus respectivos prazos para a nova Convenção do Rio?

A esse respeito eu devo informar aos senhores integrantes desta Comissão que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente criaram, no âmbito de ambas as Comissões, as Subcomissões de acompanhamento dos preparativos da Rio+20. Todas as duas Subcomissões são presididas por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Como os senhores sabem, foram realizadas várias audiências públicas, e o resultado dessas audiências públicas que se transformou numa posição dessas duas Comissões nós já encaminhamos à Comissão Executiva Nacional Preparatória da Rio+20, como uma contribuição do Senado da República à preparação da agenda, contribuições por parte do Senado Federal à conformação dessa agenda.

Então, é isso que pede o Secretário-Geral da União Interparlamentar, e nós já encaminharemos a S. Ex^a o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, para que sirva de base à resposta que ele irá oferecer ao Sr. Theo-Ben Gurirab, que é o Presidente da União Interparlamentar, com sede em Genebra.

Nota do Ministério das Relações Exteriores, tratando da visita feita por Sua Excelência a Presidenta da República recentemente à Turquia. Foi uma reunião cercada de êxito. Foi estruturada essa visita no mecanismo chamado Plano de Ação de Parceria Estratégica, que foi assinado em maio de 2010, por ocasião da visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Turquia, Sr. Erdogan, que estabelece um exemplo do que duas nações, ainda que geograficamente distantes, podem conquistar na busca da paz e da estabilidade globais.

Os dois países decidiram engajar-se em diversas áreas, e aqui cito os principais resultados e perspectivas nessas áreas que constam da nota do Itamaraty:

– *Cooperação estreita em foros multilaterais. [...] A Turquia apoia o Brasil em seu pleito para adquirir status de observador na Organização da Cooperação Islâmica (OCI). O Brasil já formalizou seu apoio à candidatura da Turquia a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2015-2016.*

– *Ampliação da cooperação em comércio e investimentos: a corrente de comércio bilateral esteve próxima de US\$2 bilhões em 2010. [...] O Acordo Bilateral para Evitar a Dupla Tributação, assinado em dezembro passado, constituirá passo significativo para a promoção de novos investimentos mútuos tão logo entre em vigor.*

– *Cooperação na área de Energia. [...] A cooperação entre a Petrobras e a Corporação Turca de Petróleo (TPAO) para exploração de petróleo no Mar Negro [...] estabeleceu bom exemplo de colaboração*

que ambos os países estão determinados a expandir para outras áreas.

– *Cooperação na área de defesa: o marco legal para tal cooperação foi concluído com o “Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa”, assinado em 2003.*

– *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável: ambos os países mantêm viva a expectativa pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, que o Brasil sediará em [maio] e junho de 2012 no Rio de Janeiro.*

Diz o comunicado:

A Rio+20 é uma iniciativa oportuna e será um marco importante nos esforços multilaterais para encontrar soluções globais para problemas globais. Brasil e Turquia esperam que a Conferência possa encorajar o estabelecimento da agenda internacional sobre o desenvolvimento sustentável [com a erradicação da pobreza] para as próximas décadas.

Outro ponto:

– [Em relação a] Países de Menor Desenvolvimento Relativo: a Quarta Conferência das Nações Unidas sobre Países Menos Desenvolvidos (UNLDC-IV), realizada em Istambul [...], foi um passo bem-sucedido para trazer os desafios e problemas [desses países] [...] à atenção da comunidade internacional.

– *Cooperação em ciência, inovação e alta tecnologia. [...] [Os países] concordam em promover e fortalecer a cooperação em áreas tais como políticas e programas de inovação, pesquisa e inovação em biotecnologia e nanotecnologia e tecnologias limpas. Saúdam igualmente as negociações para a futura celebração de um protocolo e plano de ação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o [...] Conselho de Pesquisa Científica e Tecnológica da Turquia [...].*

E, por fim:

– *Cooperação em Intercâmbio Cultural e Educação: [...] para promover a mobilidade acadêmica entre Brasil e Turquia, o Ministério da Educação do Brasil e o Conselho Turco de Ensino Superior (YÖK) assinaram o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Ensino Superior. Ambos os países decidiram reunir a Comissão Cultural Conjunta em 2012.*

Foi também anunciado que existem voos diretos da Turkish Airlines para São Paulo que têm sido valiosos para a contribuição de uma interação crescente em cultura, turismo e contatos diretos em geral.

Em relação ao que aqui foi solicitado pelo Presidente da União Interparlamentar, a contribuição do Senado da República para que fosse levada à Conferência Rio+20 aqui está. Esse é o resultado do traba-

lho da Comissão de Relações Exteriores e da de Meio Ambiente, juntamente com as duas Subcomissões de preparativos da Rio+20, que têm como Presidente, em ambas as Comissões, S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque. Aqui está tudo o que foi discutido, o que foi debatido e as respectivas sugestões, que já entregamos, como disse anteriormente, à Comissão Executiva Nacional de Preparação da Conferência Rio+20.

Nós encaminharemos agora, portanto, a S. Ex^a o Presidente do Congresso Nacional esse exemplar, para que ele possa, se assim achar conveniente, aproveitar seus dados para responder ao Secretário-Geral da União Interparlamentar, com sede em Genebra, Suíça.

Eu pediria que fosse providenciado o encaminhamento a S. Ex^a o Presidente do Congresso Nacional.

Comunicado conjunto da visita da Presidenta a Moçambique.

Este é o comunicado que foi divulgado ontem em Maputo – há alguns pontos importantes: “Os mandatários reiteraram o compromisso e o fortalecimento da CPLP e a consecução dos objetivos: a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da Língua Portuguesa”.

Também apontaram o pró-Savana como um dos mais importantes componentes da pauta de cooperação dos dois países. É um programa de muita amplitude que tem por objetivo o fortalecimento da agricultura de Moçambique e procura responder aos problemas das comunidades rurais e das populações que dependem da terra para a sua subsistência e que se encontram em situação de insegurança alimentar.

Também foram assinados os entendimentos entre a fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos de Moçambique com a Fio Cruz e a Farmanguinhos do Brasil.

Também saudaram a reunião que será realizada hoje, dia 20 de outubro, em Brasília, do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Biocombustíveis, que deverá adotar o plano de ação na área e impulsionar a política moçambicana para energias renováveis. Isso é muito importante e continua o trabalho que o Governo brasileiro vem realizando na África para disseminar o plantio da cana-de-açúcar e dele extrair o etanol.

Os dois Chefes de Estado, da mesma forma, trataram da Conferência das Nações Unidas Rio+20, a ser realizada no Rio de Janeiro, de 28 de maio a 6 de junho de 2012, e ressaltaram as oportunidades criadas por essa Conferência para a renovação dos esforços internacionais e para a erradicação da pobreza extrema e promoção do desenvolvimento sustentável. A Presidenta manifestou expectativa de que Moçambique se faça representar no mais alto nível na Conferência Rio+ 20.

Também trataram da crise financeira internacional e concordaram trabalhar em conjunto, bilateral e multilateralmente, para minimizar os seus efeitos. Concor-daram, também, que o G-20 deve voltar a demonstrar capacidade de resposta conjunta frente à atual situação econômica e mundial como aconteceu em 2008.

Tendo em vista a condição do Brasil e de Moçambique como membros ativos das respectivas instituições regionais e sub-regionais, como a UNASUL e o MERCOSUL de um lado e a União Africana e a CADC de outro, ambos os presidentes coincidiram também sobre a importância de se privilegiar e fortalecer os mecanismos em instâncias decisórias multilaterais e regionais.

Os dois Presidentes, a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Armando Guebuza, sublinharam a primazia dos valores e princípios estabelecidos na Carta da ONU.

Defenderam a necessidade de uma reforma urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, inclusive por meio da expansão nas categorias permanentes e não permanentes, com maior participação de países em desenvolvimento em ambas as categorias, tendo em conta a nova realidade internacional que exige soluções mais democráticas e multilaterais sobre as questões contemporâneas. O Presidente Armando Guebuza reiterou o apoio de Moçambique para que o Brasil seja membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Moçambique e Brasil apoiam a entrada da Palestina como membro de pleno direito das Nações Unidas.

Também, os dois mandatários, reafirmando a solidariedade Sul-Sul como instrumento que pode fortalecer a consecução dos objetivos do milênio para o desenvolvimento, fixados pelas Nações Unidas, manifestaram dessa forma a sua convergência de opinião sobre as questões da mudança do clima e desenvolvimento de fontes de energia renováveis.

A íntegra do comunicado está nesta Secretaria à disposição dos integrantes desta Comissão.

1ª Parte

ITEM 1

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 120, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor MARCELO BAUMBACH, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junta à República do Suriname.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *No dia 06/10/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.*

Convido para que tome assento à mesa, desejando-lhe boas vindas em nome dos integrantes da comissão, o Sr. Embaixador Marcelo Baumbach, indicado para a República do Suriname.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Presidente Fernando Collor, V. Exª sempre tem nos transmitido informações muito relevantes a respeito do que ocorreu, sobretudo de relevância para as relações internacionais do Brasil, como a presença da Presidenta Dilma, que fez pronunciamentos de grande relevância na sua visita à África e, especialmente, no encontro com os Presidentes da França e da África do Sul, assim como a notícia, agora, do se passa na Líbia.

Gostaria de sugerir que nós aqui façamos uma referência ao fato que, avalio, é muito alvissareiro: a troca de prisioneiros entre Israel e a Palestina. Pode ser um sinal muito positivo para que outras ações com vista à realização de entendimentos e da paz entre a Palestina e Israel possam ser efetivadas.

Permita-me uma breve citação de Jânio de Freitas, hoje, que considero relevante, na sua coluna:

Enquanto os “especialistas” se ocupam em considerar quem mais ganhou na troca de prisioneiros feita por Israel e Hamas, acima deles paira a atitude do jovem Gilad Shalit. Soldado israelense preso por cinco anos nas mãos do Hamas palestino reencontrou a liberdade com atitude alheia às circunstâncias políticas e geográficas.

Em vez de ódio racial e ressentimento, revestidos de pose vitoriosa e heroica (como muitos estariam esperando), uma figura simples e com palavras por um acordo de paz e libertação de todos os prisioneiros palestinos. Um esplêndido momento de beleza humana.

Era só isso que queria registrar em complemento ao registro que V. Exª faz dos fatos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Eduardo Suplicy, pela sua contribuição aos comunicados que faz essa Presidência aos senhores integrantes desta Comissão.

Esse comunicado de S. Exª, Senador Eduardo Suplicy, fica, então, incorporado aos comunicados da Mesa Diretora dos trabalhos desta Comissão.

Agora com a presença já na Mesa Diretora do Embaixador Marcelo Baumbach, indicado para a República do Suriname, passo a S. Exª a palavra para que, em 15 minutos, realize a exposição para os integrantes da Comissão.

Tem V. Exª a palavra, Sr. Embaixador.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo os Exmos. Senadores e Senadoras; saúdo os demais presentes e agradeço pela oportunidade de estar aqui hoje.

Em primeiro lugar, apenas um registro sobre as funções que eu ocupei mais recentemente. No ano presente, em 2011, cumpri missão transitória como Ministro Conselheiro da nossa Embaixada em Caracas e, nos quatro anos anteriores, de 2007 a 2010, ocupei o cargo de Porta-Voz da Presidência da República.

Sr. Presidente, se o senhor estiver de acordo, pretendo estruturar a minha breve apresentação de hoje em três segmentos. Em primeiro lugar falarei muito brevemente sobre o Suriname; em seguida, pretendo falar um pouco sobre as relações do Brasil com Suriname, o seu estado atual e as suas perspectivas; e, finalmente, algumas ideias do que seria uma eventual gestão minha à frente da Embaixada em Paramaribo, evidentemente, no caso de que os Srs. Senadores aprovem a minha indicação.

Sr. Presidente, o Banco Mundial publicou, em 2006, um estudo intitulado: *Onde está a riqueza das nações?* Esse estudo, que não tem nada a ver com Adam Smith, busca quantificar a riqueza dos diversos países tanto em termos tangíveis de recursos naturais, de capital, tangíveis e concretos, como em termos intangíveis. Nesse estudo o Suriname foi colocado entre os 17 países do mundo com maior disponibilidade de riquezas naturais. O Suriname, portanto, é um país que tem um potencial muito grande de riquezas naturais.

O principal produto mineral do Suriname é a bauxita e se estima que o país tenha reservas de 500 milhões de toneladas de bauxita. É também um grande produtor de ouro. Tem uma produção importante de petróleo e uma riqueza de vários outros minerais – de ferro, cromo, até mesmo diamantes. Portanto, tem uma riqueza mineral muito grande, à qual se somam outros tipos de riquezas.

É um país com potencial hídrico muito grande: tem uma cadeia de rios muito importante, que faz com que tenha não apenas um potencial para geração de energia hidrelétrica muito importante, como também

que seja uma dos países em que existe maior disponibilidade de água potável, de água doce.

A isso tudo se soma, obviamente, a riqueza intrínseca da floresta equatorial, que cobre 80% do país e que é, no caso do Suriname, bastante bem preservada. E tudo o que isso representa em termos de biodiversidade, de aproveitamento sustentável das riquezas da floresta, etc.

Então, é um país muito rico. Entretanto, embora não seja um país pequeno – nos seus 164 mil km², caberiam vários países da Europa –, ele é o menor país da América do Sul. É o menor país da América do Sul e também é o país que tem a menor população: apenas 520 mil habitantes, com uma variedade étnica muito grande, mas a população é uma população pequena, e com uma densidade populacional muito pequena também: 3 habitantes/km², muito menor do que a do Brasil, por exemplo, que já não é um país que tem uma densidade muito grande.

Esse fato faz com que a economia do Suriname seja uma economia de pequenas proporções. O PIB estimado do País para 2010 foi de apenas US\$3.6 bilhões, o que é um Produto Interno Bruto bastante reduzido e que tem reflexos, obviamente também, na renda *per capita*, que também é uma renda *per capita* modesta.

Quanto ao país em si, acho que, em rápidas pinceladas, essa era a ideia que eu gostaria de transmitir, de um país com uma grande riqueza, uma grande riqueza natural, uma grande riqueza mineral, uma grande riqueza humana, uma grande variedade, mas que trabalha para o seu desenvolvimento tendo que enfrentar essa questão da escala e também outra questão que é a questão da singularidade sociocultural do Suriname no contexto da América do Sul.

O Suriname tornou-se independente dos Países Baixos apenas em 25 de novembro de 1975. É um país que se tornou independente muito recentemente, que tem essa herança um pouco singular na América do Sul, a herança holandesa – é o único país de fala holandesa, que tem como língua oficial o holandês, embora várias outras línguas são faladas no Suriname.

Enfim, é um país que trabalha para o seu desenvolvimento dentro dessas potencialidades e dentro dessas condicionantes.

A relação entre Brasil e Suriname, historicamente, tem sido muito boa, tem sido uma relação excelente, e a prioridade que o Suriname tem, dentro do contexto das nossas relações externas, tem que ver, quando mais não fosse, pelo fato de ser um país vizinho. Temos quase 600 km de fronteira com o Suriname, e é uma fronteira na região amazônica, que tem suas peculiaridades e que exige que os países trabalhem em

conjunto para enfrentar os seus problemas advindos dessa faixa de fronteira e também para aproveitar as potencialidades muito grandes dessa faixa de fronteira.

Então, o Brasil sempre atribuiu importância à relação com o Suriname, pelo fato de que o Brasil sempre teve uma política de fortalecer a América do Sul e de favorecer a integração da América do Sul.

Tudo isso converge para fazer com que as relações sempre tenham sido muito positivas com o Suriname.

Esse enfoque de privilegiar a relação com a América do Sul é um enfoque que também, já há algum tempo, existe por parte do Governo do Suriname. O Governo do Suriname, depois da sua independência e depois de abandonar uma visão um pouco eurocêntrica, que advinha dessa época de colônia, procura diversificar suas apostas em termos de relações internacionais e não se encontrar apenas na relação com a Europa e na relação com a região do Caribe, mas também fortalecer seus laços com os vizinhos e com a América do Sul. Essa tendência já se observa há muito tempo: os presidentes do Suriname têm participado em várias ocasiões, por exemplo, na Cúpula do Mercosul, como observadores, porque o país não é membro e não é um Estado associado, mas têm demonstrado esse interesse muito grande na integração da América do Sul. Inclusive o Suriname é membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Portanto, eles têm se voltado mais para a América do Sul.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente Collor, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, eu consulto V. Ex^a se é possível abrir a votação, uma vez que temos audiência pública ainda hoje aqui e também porque, pela greve dos aeroviários, há Senadores que precisam ir para o aeroporto tentar pegar o voo para suas regiões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Coloco à deliberação deste Plenário a solicitação que faz o Senador Blairo Maggi, baseado no Ato nº 1, de 2011, § 3º do art. 3º, de que, “excepcionalmente, ouvido o Plenário da comissão, o presidente poderá determinar o início do processo de votação do relatório antes do final da arguição do indicado”.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de S. Ex^a o Senador Blairo Maggi, declaro já aberto o processo de votação.

S. Ex^{as} as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem já exercer seu direito de voto podem, por gentileza, virem à Mesa e solicitar a cédula para votar.

Com a palavra, novamente, por gentileza, o Embaixador Marcelo Baumbach, pedindo-lhe desculpas por esta breve interrupção.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como eu dizia, no Suriname se tem notado esse movimento de aproximação maior com a América do Sul, que culminou, depois da posse agora, em agosto do ano passado, do Presidente Bouterse, com uma franca prioridade para essa aproximação. E mais ainda: uma ideia de que o Brasil é um parceiro privilegiado para o Suriname, não só para o desenvolvimento do País, mas também para sua integração no contexto da América do Sul.

Assim é que se multiplicaram os contatos, multiplicou-se a criação de instâncias entre os países, a criação de grupos de trabalho para resolver questões específicas, aumentaram as visitas, aumentaram as visitas de chanceleres, visitas de presidentes. A relação teve uma intensificação visível.

Agora, por exemplo, em 11 de novembro, o Chanceler Winston Lackin virá ao Brasil conversar com o Chanceler Patriota e vão repassar os temas da agenda bilateral. Na próxima semana, o vice-presidente do Suriname, Robert Ameerli, estará na 6^a FIAM, Feira Internacional da Amazônia, com uma delegação de empresários. Todas essas iniciativas mostram que as relações estão em um momento muito bom, do qual se poderia dizer privilegiado até.

No caso de os Senadores aprovarem o meu nome para estar à frente da Embaixada em Paramaribo, acho que a minha função primordial será justamente aproveitar esse momento que existe nas relações entre os dois países e apoiar todas as iniciativas que possam resultar no aproveitamento dessa boa vontade política para que os frutos, em termos de desenvolvimento dos dois países, em termos de integração, possam ser cada vez mais colhidos.

O Brasil já tem diversos projetos de cooperação com o Suriname. Só a Agência Brasileira de Cooperação tem treze projetos atualmente em andamento ou que estão iniciando seu andamento em várias áreas, área de agricultura, área de saúde, área de segurança pública. Eu pretendo apoiar o desenvolvimento desses projetos de maneira muito decidida porque o Brasil estará melhor na medida em que os seus vizinhos também tiverem condições de se desenvolver, não só por uma questão comercial – o Brasil tem, na América do Sul, um mercado privilegiado – mas também pela questão

de que o desenvolvimento do vizinho acaba ajudando o desenvolvimento brasileiro também.

Há várias áreas em que se pode estimular essa cooperação. Cito uma delas que é a agrícola. O Suriname tem um projeto de se tornar um pouco menos dependente de importação de alimentos e de se tornar um centro de exportação de alimentos para a região do Caribe. O Suriname faz parte da Caricom (Mercado Comum e Comunidade do Caribe).

Em várias oportunidades, as autoridades surinamesas têm pedido ao Brasil que auxiliem esse esforço do desenvolvimento agrícola no Suriname. Nós já temos alguns projetos, justamente entre projetos da ABC. Temos o projeto de combate à mosca das frutas, à mosca da carambola, mas uma ideia talvez interessante fosse engajar mais a Embrapa, que tem um conhecimento espetacular nessa área, que já ajuda vários países na África, nas Américas, colocar então essa *expertise* brasileira a serviço do desenvolvimento da agricultura no Suriname.

Existem outras áreas importantes também dessa cooperação. A cooperação educacional é importante, que podemos incrementá-la com o Suriname. Temos programas de estudantes convênio que são pouco aproveitados atualmente. Seria o caso talvez de divulgarmos mais isso no Suriname, para ter mais candidatos a esse programa. Isso pode nos render bons resultados em termos da relação entre os países.

Acho também que precisam aproveitar essa vontade política para aumentar o fluxo e a qualidade das nossas relações econômico-comerciais, das nossas relações de investimento. Essa oportunidade que se cria agora com a vinda do vice-presidente para a FIAM, trazendo uma delegação de empresários, pode ser um momento inicial, cujos desdobramentos pretendo aproveitar no Suriname, caso aprovado, evidentemente. É um momento inicial que eu pretendo, caso aprovado, aproveitar, no Suriname, para a criação de parcerias, para a criação de canais de comércio. Atualmente, o comércio é muito concentrado em alguns produtos principais, especialmente a importação brasileira é muito concentrada. Pretendo variar um pouco essa pauta. E há vários outros campos em que nós podemos trabalhar junto com o governo surinamês para melhorarmos nossas relações e melhorarmos até a situação dos brasileiros que vivem no Suriname.

Existe uma comunidade muito grande de brasileiros no Suriname. As estatísticas variam muito por causa do fenômeno da migração pendular. Muitos migram da Guiana Francesa para o Suriname e vice-versa; mas se estima que existam em torno de 30 mil brasileiros no Suriname.

O próprio governo surinamês reconhece a grande importância dessa comunidade de brasileiros, que trabalha principalmente com o garimpo, que é uma atividade importantíssima para o Suriname e que traz muitos recursos para a economia do Suriname.

Então, eu pretendo, caso aprovado, reforçar a proteção aos brasileiros, reforçar a assistência aos brasileiros, colaborar com os esforços que vêm sendo feitos no campo migratório, no campo consular. Tem sido feita muita coisa; a Embaixada tem aparelhado melhor seu atendimento, inclusive em termos físicos, aos brasileiros que vivem no Suriname; há consulados itinerantes pelo interior do Suriname; é um esforço de atender aos brasileiros. Eu acho que essa é uma área muito importante, que tem a ver com a nossa relação bilateral com o Suriname e tem a ver também com a assistência aos cidadãos brasileiros que vivem lá.

Seriam essas as ideias, de maneira muito geral, Sr. Presidente, até porque eu sei que o tempo dos senhores é reduzido. Estou agora à disposição de V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Marcelo Baumbach pela sua explanação.

As inscrições estão abertas.

O primeiro Senador inscrito é S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pedi a preferência porque fui a Relatora desse processo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe-me, Senadora.

S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti abre mão para que a Relatora desta matéria, S. Ex^a Senadora Ana Amélia, seja a primeira a inquirir.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E o Senador Mozarildo tem preferência também pela vizinhança com o país, sendo de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É uma alegria, por ter sido Relatora da sua indicação nesta Comissão de Relações Exteriores. O senhor, gaúcho do meu Estado, vai substituir também outro gaúcho do Rio Grande do Sul, um excelente diplomata, José Luiz Machado Costa. O desafio, como, pela sua exposição, já se evidencia, será enorme, até porque – parece – ontem tivemos aqui uma audiência pública mostrando as questões de fronteira. O Brasil continua de costas para os países vizinhos. O caso do Suriname é muito claro. Foi mostrado até que, nos problemas da logística, as questões são tão incríveis que, para sair da capital do Suriname para chegar a Brasília, um diplomata teve que gastar dois dias, indo primeiro a Amsterdã, na

Holanda: atravessar o oceano, para depois chegar ao Brasil, isso dadas as dificuldades logísticas do transporte aéreo, que também impacta sobre o transporte marítimo, e o transporte terrestre muito mais, na relação comercial bilateral.

O senhor mencionou o fato de que o Suriname tem grandes reservas minerais, e tem uma população que, eu imagino, esteja concentrada nos centros urbanos, especialmente da região metropolitana e da capital, porque a população é muito pequena para um país que tem um território, digamos, que poderia ser, imagino, um pouco maior que o Rio Grande do Sul ou da mesma dimensão, um pouquinho menor. Vê-se que é uma distribuição populacional, que a densidade demográfica é bastante concentrada, imagino, no centro metropolitano, criando aí, claro, problemas na questão de migração com o Brasil, que é um desafio para V. Ex^a.

Mas me chamou a atenção a questão das riquezas minerais. O que hoje o Brasil faz com o Suriname nessa questão de exploração das suas reservas minerais? Primeira questão. A segunda questão: como resolver o impasse a essa barreira na área da logística de transportes?

V. Ex^a também mencionou a questão da ideia, muito própria e adequada, da participação da Embrapa nesse desafio político que tem o Suriname de se transformar num fornecedor de alimentos para parte do Caribe, a região do Caribe, até talvez toda a América Central, das condições tecnológicas que tem.

Hoje a Embrapa já está na Venezuela, já tem um escritório na Venezuela. Então, penso que seria também uma boa ponta de lança para fazer essa cooperação.

Agora, eu gostaria mesmo de um toque especial: sobre a questão mineral, o que estamos fazendo? Sobre a questão logística de transporte, como vencer a barreira? E sobre essa questão da imigração e do risco, porque é na mesma região da Amazônia que há uma área absolutamente descoberta em relação à questão da biodiversidade e outras questões também sérias, como o tráfico de drogas e outros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente Senador Collor, Sr^a Relatora, Senadora Ana Amélia – a Senadora Ana Amélia disse que eu sou vizinho. Realmente, dos que aqui estão presentes talvez seja o mais próximo.

E nós lá lamentamos muito que o Suriname esteja mais ou menos naquela região anatômica entre o tórax e o braço, na axila, que não tem muita utilidade

prática. Realmente, se nós analisarmos até o relatório brilhante da Senadora Ana Amélia, nós veremos que tem sido dada pouca importância para o Suriname, muito pouca importância.

Se essa comparação que eu fiz é pesada, é porque realmente se comenta isso, Presidente Collor. O Suriname, embora o linguajar seja bonito, tem sido o refúgio de pessoas que vão para o garimpo lá, porque não podem garimpar no Brasil e não têm outra atividade no Brasil. E lá, inclusive, há sérios problemas de direitos humanos violados. Eu acho, então, que a missão do Embaixador vai ser muito importante para este momento. Inclusive, há um projeto do Brasil, o Projeto Arco Norte, que vai unir o Amapá, através de uma ponte internacional que já está concluída, com a Guiana Francesa, uma ponte lá no meu Estado, Roraima, que liga o Brasil com a Guiana e, portanto, uma estrada que será asfaltada pelo Brasil, que vai desde Roraima até o Amapá. Aí, sim, serão interligados esses três países: no caso da Guiana Francesa, a França, o Suriname e a Guiana. Países aos quais, historicamente, tanto o Brasil quanto a América do Sul como um todo não têm dado nenhuma importância. E para nós de Roraima é vital termos uma boa relação com a Guiana e com o Suriname e, para o Amapá, com a Guiana Francesa.

Para o Brasil como um todo, é fundamental que nós nos voltemos – apesar da pouca população, apesar da pouca balança comercial, é uma área estratégica. Lamentavelmente, faz fronteira com a parte do Pará desabitada. Ali, inclusive, pelo Pará – e hoje se pretende decidir através de um plebiscito se se criará um novo Estado ou não –, é uma área totalmente abandonada pelo Governo do Pará e que, portanto, serve mais como porta de entrada de drogas, de tráfico de pessoas do que mesmo de outra coisa que possa servir para o desenvolvimento do Suriname e do Brasil.

Então, eu quero, como um vizinho não muito próximo, defender a sua missão, Embaixador Marcelo, porque é fundamental que nós tenhamos esse estreitamento.

Eu, por exemplo, fui agora designado para participar, como representante, do Mercosul, e uma das bandeiras que eu vou defender é a discussão do ingresso desses países que são da América do Sul – embora não falem nem português nem espanhol – no Mercosul. O Mercosul não é a integração dos países da América do Sul? Então nós precisamos ver por que Guiana, por que Suriname não estão integrados. Que a Guiana Francesa não seja integrada porque é considerada, legalmente, um território francês, e a França não é América do Sul, embora ali esteja, mas que ao Suriname seja dada a importância que ele merece.

Nós precisamos e V. Ex^a disse muito bem: não adianta pensar em ser rico tendo um vizinho pobre. E também para o Suriname não importa ser vizinho de um país rico se ele não tem nenhuma vantagem com isso.

Então acho muito importante que essa relação diplomática seja intensificada, com uma diplomacia que eu diria proativa, mais voltada não só para relações puramente diplomáticas como entendido no passado, mas para um intercâmbio comercial, para um intercâmbio cultural.

Que a gente possa, de fato, fortalecendo esses países, fortalecer a parte abandonada do País, que é o Norte.

Quero deixar aqui o meu registro, fazer esse apelo a V. Ex^a. Dos três países, o único que eu não conheço é o Suriname. Conheço a Guiana, conheço a Guiana Francesa, mas não conheço o Suriname, sendo o mais próximo geograficamente falando. Então deixo aqui essas minhas posições. Não é uma indagação, não diria que é uma recomendação, mas um apelo a V. Ex^a para que nós tenhamos esse viés e possamos de fato fazer com que a integração do Brasil, notadamente da região Norte, seja maior.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Agora passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Embaixador Marcelo Baumbach, a Encíclica Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, estabeleceu um novo conceito de propriedade ao dispor que sobre ela pesa uma hipoteca social. Mais ou menos contemporâneo foi o primeiro ato legislativo brasileiro, do Presidente Getúlio Vargas, estabelecendo restrições ao uso da terra com o objetivo de promover a preservação florestal. Depois veio o Código, durante o regime autoritário, em 1965. Depois veio a medida provisória do Presidente Fernando Henrique e hoje nós estamos discutindo, aqui nesta Casa, um projeto de lei de origem da Câmara propondo um novo Código Florestal para o País.

Esse Código estabelece, segundo a versão que veio da Câmara, duas restrições ao uso da terra: a preservação do que se chama áreas de preservação permanentes, em relação principalmente à orla de rios, lagos e outros recursos hídricos, e a reserva legal nas propriedades privadas. E para a Amazônia Legal, que é a região contígua, a proposta que veio da Câmara estabelece 80% de reserva legal sobre os imóveis.

O setor produtivo, principalmente o agrícola, vem concordando e apoiando essas restrições, mas cresce no País um movimento no sentido de que o Brasil

deva selecionar as suas importações de alimentos de países que tenham compatibilidade de lei ambiental. Assim, quem não tem as mesmas restrições ao uso da terra, quem não tem os mesmos dispositivos preservacionistas, ou seja, quem não preserva, quem destrói a floresta não teria acesso ao mercado brasileiro para seus produtos agrícolas. Há um movimento – e percebi andando por este País e fazendo dezenas de audiências públicas –, um sentimento no sentido de que o Brasil exija lei ambiental compatível com a nossa.

Feito esse preâmbulo, perguntaria a V. Ex^a qual é a política ambiental do Suriname e se existe uma compatibilidade entre a política ambiental e a política agrícola da forma como estamos estabelecendo em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, ontem tivemos aqui um bom debate, como falaram a Senadora Ana Amélia e o Senador Mozarildo, sobre as fronteiras, a Amazônia e a regularização fundiária dos indígenas.

Nessa reunião de ontem, levantei que temos problemas de fronteiras de sete tipos. Gostaria de saber do senhor quais desses sete, ou se há outros ou se esses sete não representam uma classificação correta – fui eu que fiz –, seriam os que podemos ter nas relações com o Suriname.

Primeiro deles, não em ordem de importância, é um problema que podemos ter com qualquer país fronteiro: tráfico, que é tudo aquilo que não for comércio regular, especialmente armas, drogas e pessoas. O segundo é histórico, problema de memória. Como é possível que tenhamos com o Paraguai, como é possível que tenhamos com o Uruguai, que, como foi lembrado pelo Ministro, tornou-se independente do Brasil e da Argentina, mas não com a Espanha? Então, onde é que há memória negativa ou positiva? Terceiro: recursos naturais. Se não são hoje um problema, poderão vir a ser problemas graves no futuro?

Não estou falando do Suriname. Estou querendo opções exatamente sobre o Suriname. Estou falando teoricamente.

O quarto é a influência externa. Com quais países a gente poderá vir a ter problemas no futuro por causa da influência política externa, criando problemas nas nossas relações bilaterais? O quinto é a política interna do próprio país. A gente já viu, não faz muito, que a relação com a Bolívia ficou muito perigosa por causa de problemas internos. O sexto é o problema

de migrações e de relações familiares de um lado e do outro da fronteira. O sétimo não tem nada a ver com relações exteriores. É um problema que levantei e que todos nós conhecemos. É o problema das fronteiras das nações indígenas. Como é que isso pode vir a criar um problema no futuro? Isso não tem nada a ver ou pode sim ter a ver com o Suriname? Creio que há nações indígenas que cortam as fronteiras.

Então, coloquei ontem sete problemas que nós temos. Quero saber se são mais de sete. (Pausa.)

Faltou um? (Pausa.)

O SR. MARCELO BAUMBACH – O quarto não escutei direito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O quarto, pela minha ordem aqui, é a influência externa.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Não, é o quinto. (Pausa.)

Perdão, o terceiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Política interna. O terceiro coloquei como recursos naturais. O fato de haver, no futuro, disputas por recursos naturais de um lado a outro. É o caso do aquífero, por exemplo, que poderá vir a ser um problema. É o caso de Itaipu, que, de vez em quando, cria tensões. É um recurso que está na fronteira. Então, coloquei sete.

Até gostaria muito que o senhor dissesse que, teoricamente, algum não funciona, para que dele pare de falar. Gostaria também que me avisasse algum de que não me lembrei e que seria um possível problema teórico de fronteira do Brasil com quaisquer dos países fronteiriços. Quero sua resposta em relação ao caso específico do Suriname. Qual desses problemas a gente pode ter ou quais desses problemas a gente pode vir a ter no futuro? Quando falo futuro, não me refiro ao seu tempo na embaixada. Falo futuro do ponto de vista histórico, dos próximos vinte, trinta, cinquenta anos, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concluindo, Senador Cristovam, muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Fernando Collor.

Embaixador Marcelo Baumbach, desejo-lhe sucesso na sua missão no Suriname.

Observando a evolução do comércio exterior Brasil-Suriname, por exemplo, noto que tem havido um aumento das exportações do Brasil significativo, mas com uma estagnação ou diminuição das importações brasileiras em relação ao Suriname.

Imagino que, se não houver um intercâmbio equilibrado, é possível que as autoridades do Suriname

considerem isso algo que precisa ser revertido. Imagino que, até para que as exportações possam continuar crescendo de nossa parte, é preciso se pensar na questão da contrapartida.

Então, agradeço se pudermos dar uma informação sob essa perspectiva.

Segundo, em que medida hoje há em relação a anos anteriores uma maior liberdade de movimento dos seres humanos, na medida em que há um esforço de integração do Suriname, agora, pertencendo a Unasul, com respeito a outros países da América Latina e, em especial, em relação ao Brasil?

E como está a presença de brasileiros no Suriname, por que visitam, sobretudo, o Suriname?

E, finalmente, encaminho a V. Ex^a o livro *Renda da Cidadania: A Saída é pela Porta*.

Como V. Ex^a sabe, tenho me colocado à disposição dos diversos países para que este pensamento e a proposição da renda básica de cidadania possam ser considerados não apenas para o Brasil, como para todos os países das Américas e também do Planeta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

E agora, passo a palavra ao Embaixador Marcelo Baumbach, para oferecer as respostas às indagações formuladas pelos Srs. e Sr^{as} Senadoras.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores pelas diversas perguntas e muito ricas. O que é muito alentador porque mostra o interesse que o tema tem. E também o conhecimento, pelo nível das perguntas, vemos que é um assunto que interessa bastante a todos.

Eu começaria pelas perguntas da Senadora Ana Amélia, a relatora, a quem agradeço pelo relatório. A Senadora colocou que o Suriname estaria de certa forma de costas para o Brasil e vice-versa. E perguntou sobre a questão da exploração dos recursos minerais, o que o Brasil estaria fazendo, e sobre a questão dos transportes.

O principal produto de... e é interessante, porque na verdade muitas perguntas que os Exmos. Senadores e Exmas. Senadoras fizeram se interligam. O principal produto de exportação do Suriname para o Brasil é a alumina calcinada, que é um derivado da bauxita, é um produto que corresponde a quase toda exportação do Suriname. Esse produto é vendido majoritariamente para o Estado do Rio de Janeiro. Portanto, o Brasil compra no pequeno intercâmbio comercial que existe, que é de ordem de uns US\$52 milhões, principalmente, então, um produto mineral.

Agora, como o Brasil pode ajudar o Suriname a desenvolver a sua produção mineral? Eu acho que

uma boa oportunidade está na questão da exploração do petróleo. O Suriname, na bacia das Guianas existe a perspectiva da descoberta de jazidas interessantes de petróleo no mar. Essa é uma área na qual o Brasil tem uma grande experiência. Acho que o Brasil pode cooperar com o Suriname para que essa experiência brasileira possa ser aproveitada para a exploração do petróleo. O Suriname já é um produtor de petróleo, mas se imagina que as reservas sejam muito maiores do que as que existem atualmente.

Também na parte mineral, o Brasil já presta, por meio dos seus nacionais que estão no Suriname, uma grande ajuda na exploração do ouro. E essa ajuda, como falei, ela é reconhecida pelo governo do Suriname. Se acredita que a atividade de exploração de ouro, atualmente, no Suriname, movimenta cerca de US\$ 1,7 bilhão por ano. Isso, num país que tem um PIB pequeno, reduzido, é muito importante. Então, essa também é uma contribuição do Brasil, por meio dos seus cidadãos, que estão nas atividades do garimpo.

Finalmente, acho que o Brasil pode também, entre outras maneiras de cooperação – estou apenas citando as básicas –, o Brasil pode cooperar com o Suriname para o desenvolvimento da infraestrutura que permitirá a melhor exploração dos seus recursos naturais, dos seus recursos minerais, não só a extração, mas o processamento. Se estima, por exemplo, que até 2015 o Suriname vá precisar de uma quantidade de capacidade hidrelétrica instalada que é igual a 50% a mais do que ele já tem atualmente.

Ora, o Brasil tem várias empresas, tem tecnologia, tem experiência, pode contribuir e isso ajudaria no aumento da produção mineral do Suriname. Então, o Brasil tem muito a acrescentar nesse ponto.

A questão dos transportes. A senhora tocou, realmente, num assunto vital; é um assunto que preocupa porque o Suriname é o único país vizinho do Brasil que não tem ligação rodoviária com o Brasil, não temos estradas. É uma situação muito difícil porque, além de tudo, para que se construa uma estrada é necessário enfrentar alguns problemas complicados. Primeiro, a questão da escala; depois a questão ambiental, porque toda aquela região ali no Amapá e no Pará é uma região de reservas indígenas e de parques nacionais. O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque ocupa a maior parte daquilo ali, e a maior parte que não está nesse parque nacional está em reservas. Então, é muito difícil essa conexão.

O Senador Mozarildo apontou para o outro projeto que existe, que é projeto que veria o escudo das Guianas como um todo, e buscaria ligação com o Brasil por meio dos vizinhos do Suriname. Mas, o Suriname gostaria de ter uma ligação direta com o Brasil. Pri-

meiro, porque isso ajudaria o país a conhecer o seu próprio interior e explorar o seu próprio interior. Como a senhora observou, 90% da população está na região do litoral. E um distrito, que é aquele distrito maior, que está ali embaixo, que é o distrito de Sipaliwini e que tem a maior parte do território e que tem a maior parte da floresta equatorial e os outros nove distritos que estão em cima, que são os pequeninhos, tem quase toda a população do Suriname.

Então, o Suriname gostaria de ocupar essa parte interior e para isso seria instrumental uma ligação com o Brasil, mas existem todos esses problemas que não são pequenos e que vão exigir criatividade para que se possa resolver, para que se possa meios legais para resolver esses assuntos.

Quanto às perguntas do Senador Mozarildo Cavalcanti, já comecei a tocar, então, no tema que o senhor mencionou, que é um tema crucial na relação com o Suriname, que é a interligação. E o senhor também falou do comércio pequeno. Claro, não tendo uma ligação direta, o comércio fica muito prejudicado. Trinta e cinco por cento das exportações brasileiras para o Suriname vêm de São Paulo. Nenhum dos Estados fronteiriços passa dos dois por cento três por cento das exportações brasileiras, que já são pequenas. Isso será uma prioridade numa eventual gestão minha, caso aprovado pelos excelentíssimos Srs. Senadores. Aí eu mencionei a visita do Vice-Presidente Ameeralli; acho que essa vontade política tem que ser aproveitada e acho que as relações com os Estados que fazem fronteira têm que ser priorizadas para que transformemos a nossa fronteira não em um passivo, mas em um ativo; um contato e uma maneira de gerar riqueza, desenvolvimento para os dois países.

Não sei também se o senhor está contente ou queria algum outro esclarecimento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – V. Ex^a abordou os temas realmente. Agora, veja bem, o sul do Suriname, assim como o norte do Pará são duas áreas completamente despovoadas, abandonadas. E, realmente, aqui tem uma política de integração tanto brasileira quanto do Suriname. Logicamente que uma rodovia aí seria fundamental para todas as duas regiões. E aí que eu mencionei *en passant* um projeto meu que convocou plebiscito no Pará para a população decidir se cria o Estado do Tapajós. Justamente essa parte norte seria beneficiada. Enquanto isso não acontece, porque depois do plebiscito ainda tem o projeto de lei complementar, o importante é que a gente implemente políticas de fato. Para que se tenha uma ideia, a única empresa aérea brasileira – pelo menos que eu tenha conhecimento – que voava para o Suriname, além da própria empresa do Suriname, era uma

empresa regional com sede em Roraima que é a Meta e que tinha um monte de obstáculos para voar de Boa Vista para Guiana, Georgetown, Paramaribo e lá para o Estado do Amapá.

Então eu queria justamente, dada essa nossa proximidade de Roraima, insistir nesse tema da integração. E vou, como disse, ver os mecanismos que posso usar no MERCOSUL para que a gente possa fazer uma integração desses países com o MERCOSUL.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de fazer uma indagação ao Sr. Embaixador. É possível? Ou depois da resposta ao Senador Mozarildo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Uma indagação ao embaixador?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ao embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Claro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou lendo aqui no relatório que o Suriname atravessa atualmente dificuldades para suprimento de energia elétrica, inclusive para instalação de indústrias para a produção de alumínio e aproveitamento da bauxita. Como também há perspectivas de, aproveitando as reservas de petróleo ali existentes, o Suriname vir a se tornar um grande produtor de petróleo, eu gostaria de saber de V. Ex^a, Sr. Embaixador Marcelo, quais as providências que poderiam ser tomadas no que diz respeito ao Brasil e também ao Suriname no sentido de implementar projetos de produção de energia elétrica e exploração de reservas de petróleo. Isso é fundamental para o desenvolvimento do próprio país e sem dúvida alguma para o incremento das relações econômicas entre o nosso País e o Suriname.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Valadares.

Ainda pela ordem, S. Ex^a a Senadora Relatora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É fora da pauta, mas como é um assunto relevante para a área das relações exteriores, até porque aqui já debatemos a questão da primavera árabe, as agências noticiosas internacionais estão confirmando, através do Ministro da Comunicação da Líbia Mahmoud Shaman, a morte em combate de Muamar Kadafi, líder líbio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A morte?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A morte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a pela informação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agência Reuter, confirmada pelo Ministro da Comunicação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Morreu do coração ou baleado?

Não sabe dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Embaixador Marcelo Baumbach.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu, com a permissão de V. Ex^a, continuaria, então, respondendo às perguntas dos Srs. Senadores.

Depois, pela ordem, responderia às indagações do Senador Luiz Henrique sobre a política ambiental do Suriname e a questão da compatibilidade com as políticas brasileiras.

Essa é uma questão complexa porque o Brasil é membro da OMC. A questão da reciprocidade em termos de comércio é submetida às leis da OMC e os países só poderão criar condicionalidades no seu comércio de acordo com as leis da OMC. E aí eu lhe confesso que, embora eu tenha trabalhado na OMC, por acaso trabalhei na parte de serviços da nossa representação brasileira junto à OMC, a parte de agricultura eu não conheço muito bem. Não sei se as leis da OMC, às quais o Brasil respeita incondicionalmente, permitiriam que o Brasil adotasse uma política de exigir essa reciprocidade com relação aos outros países.

No caso do Suriname, então, o senhor perguntou qual seria a orientação sobre a legislação ambiental, na verdade, o Suriname ainda está trabalhando para desenvolver uma legislação ambiental que possa ser aplicada. Alguns problemas ambientais que chamam mais a atenção no Suriname têm a ver com a questão da contaminação de mercúrio, por exemplo, das águas. As autoridades têm prometido à população que vão adotar leis e que vão adotar posturas mais rígidas nesse sentido. Por enquanto, a legislação do Suriname ainda está em desenvolvimento nessa parte e é muito dificilmente aplicada, justamente por causa dessa questão de que 80% do país são uma selva amazônica e que é difícil então a implementação disso.

A sua pergunta eu não poderia respondê-la inteiramente, porque acho que depende também de outras condicionantes, de compromissos que o Brasil tem. Não sei como seria a adoção de uma condicionalidade dessa dentro do contexto das obrigações internacionais do País.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a. Fiz essa pergunta porque esse assunto aflorou no debate do Código Ambiental brasileiro, e aflorou muito fortemente.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Com certeza.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E acho que é uma nova concertação mundial que pode até surgir. Acho que essa questão vai chegar forte na conferência Rio+20, porque, se estabelecermos um regime de compatibilidades multilaterais em área ambiental, isso contribuirá muito para os objetivos de redução de gases estufa, de problemas que estão gerando aquecimento global, e todos esses temas que são recorrentes em matéria ambiental.

Acho que V. Ex^a tem toda razão. Não é uma questão simples, é uma questão complexa. Mas é realidade também que os países desenvolvidos praticam, em relação a nossos produtos, todo tipo de barreiras.

O SR. MARCELO BAUMBACH – E nós reclamamos muito disso, com razão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nós reclamamos com razão. Então acho que aí a reciprocidade é algo que vai crescer. Estou vendo aqui o Embaixador Danese, e esse é um assunto que vai ocupar, futuramente, a agenda do Itamaraty porque haverá um crescente clamor dos produtores brasileiros, que se veem, às vezes, vitimados por importações deletérias de países que não preservam.

Vivemos, recentemente – e a Senadora Ana Amélia foi uma verdadeira guerreira nesse aspecto – uma crise no setor rizícola, os produtores de arroz se viram vitimados pela queda do preço do produto em função de importações predatórias. Então, essa é uma questão que estará na agenda internacional. Acredito, meu caro Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a que preside tão bem a Subcomissão da Rio+20, que possamos levar isso como, digamos assim, um trunfo brasileiro. Quer dizer, o Brasil fez a sua lição de casa: fez uma lei ambiental rigorosa, estabeleceu restrições duras aos produtores rurais em termos de preservação, manteve intactas as suas florestas em 63% do território nacional. Agora, por que não sair da Rio+20 uma recomendação de reciprocidade multilateral? Essa é a indagação que eu queria fazer a V. Ex^a. E mais: acredito que o Congresso Nacional e o Governo brasileiro podem oferecer um subsídio valioso ao Suriname no sentido de que ele implante uma legislação, tanto quanto possível, de acordo com as suas peculiaridades, na linha da legislação que o Brasil terá, que será, seguramente, uma das mais avançadas do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Marcelo Baumbach.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Eu agradeço ao Senador Luiz Henrique pelas sugestões. Acho que são pontos realmente muito válidos dentro do contexto da cooperação brasileira com o Suriname.

Se merecer a aprovação dos Srs. Senadores numa futura gestão minha à frente da Embaixada, essa questão da cooperação na área ambiental receberá uma prioridade, como deve ser, que é plenamente justificada pela importância da nossa fronteira, pelas características da fronteira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ainda mais pelo grande impacto negativo que tem a mineração, a mineração do ouro, sobretudo, pelo uso intensivo do mercúrio e o que poderá propiciar de danos à rede hídrica daquele país.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador, por favor, pode continuar.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria, então, de referir-me às colocações do Senador Cristovam. E peço desculpas novamente por não ter entendido um dos problemas que ele mencionou. Eu citaria, então, as sete perguntas e faria alguns comentários sobre cada uma delas.

Em primeiro lugar, o problema do tráfico, com relação à fronteira dos dois países. Eu lhe confesso que eu não tenho dados específicos sobre a prevalência dessa questão, mas o que eu posso dizer-lhe é que os dois países estão pensando nessa preparação para combater esse problema.

O Brasil já tem dado uma cooperação para o Suriname por meio do Ministério da Defesa e por meio da ABC também, nas áreas de defesa, nas áreas de segurança pública. Essa cooperação tem sido muito estreita e também está direcionada a enfrentar essa questão do tráfico ilícito de entorpecentes na fronteira.

O senhor mencionou a questão da memória. No caso do Suriname, não é um problema que possa existir. Eu acho que muito antes, pelo contrário, a memória sempre foi positiva, a memória das relações entre os dois países sempre foi positiva.

Em outros momentos da sua história, na década de 80, por exemplo, quando o Suriname sofreu certo perigo de isolamento por conjuntura internacional – estávamos na época da Guerra Fria –, o Brasil sempre ofereceu a sua cooperação, sempre esteve presente, auxiliando o Suriname. E eu acho que a memória da relação dos dois países é muito positiva. Não existe esse problema.

A disputa sobre recursos naturais. Também com o Suriname não existe essa questão. Em primeiro lugar porque, como nós tivemos a oportunidade de dizer, a região da fronteira é uma região relativamente inex-

plorada em termos de recursos naturais, sobretudo na parte brasileira, que tem as grandes reservas indígenas e as grandes áreas de proteção natural. Então, não existe essa disputa; existe o contrário, uma cooperação brasileira para ajudar o Suriname para desenvolver a exploração das suas riquezas naturais, dos seus recursos, que são muitos, que são importantes.

A questão da influência externa. No caso do Suriname, é engraçado porque o que se nota é um processo inverso. Alguns países – sobretudo a ex-metrópole, os Países Baixos – têm desacelerado um pouco as relações com o Suriname, e o Brasil está com uma oportunidade diante de si de ocupar esses espaços. Então, não só o Brasil é visto como um parceiro privilegiado pelo Governo do Suriname, como também existe esse processo concomitante, um processo em que o Brasil ocupa o espaço que é deixado por outros países, principalmente pela ex-metrópole do Suriname, os Países Baixos. Então, eu acho que o processo, na verdade, é o contrário: o Brasil tem a tendência de ocupar espaço.

É claro que sempre há outros atores internacionais que estão muito interessados em ocupar esse espaço. A China, por exemplo, que tem ampliado a sua influência internacional, está presente no Suriname. Os Estados Unidos, é claro, têm uma influência importante, têm cooperação em várias áreas, inclusive na área militar, com o Suriname. Mas eu acho que o Brasil está com a oportunidade de ocupar esses espaços que têm se tornado, digamos assim, vagos nas relações internacionais do Suriname.

Questões de política interna eu acho também que não podem influenciar. Não existe, no Suriname, aquela coisa de culpar o vizinho grande por algum problema. Isso não há. Muito antes, ao contrário, existe na política interna, no momento, no Suriname, uma total boa vontade com relação ao Brasil, uma consciência de que o País quer cooperar, quer ajudar e uma disponibilidade para a cooperação bilateral.

A migração e a presença de brasileiros é uma questão muito importante por causa justamente da quantidade grande de brasileiros no Suriname. O Senhor imagine que, numa população de mais ou menos 520 mil pessoas, 30 mil brasileiros é uma presença muito importante. É por isso que, no caso de termos a aprovação dos Senadores, a política para os brasileiros no Suriname, de assistência, de trabalho com o governo surinamês, relativamente a todas as questões que possam surgir será uma grande prioridade, o que se pode dizer que no momento não é um problema.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Embaixador, depois daquele episódio de Albina, ocorreram outros ou não?

O SR. MARCELO BAUMBACH – A questão de Albina – Sr. Senador, muito obrigado pela pergunta – foi, na verdade, um episódio relativamente isolado. Essa cidade de Albina, que fica quase na fronteira com a Guiana Francesa, já perto do litoral, é um povoado predominantemente de remanescentes quilombolas, um local muito pobre. E é óbvio que, no momento em que chegam brasileiros explorando o ouro, que é uma riqueza do País, pode haver desentendimentos.

O importante disso aí, desse fato que ocorreu no dia 24 de dezembro de 2009, é que não se repetiu. E esse não foi um ato de xenofobia contra brasileiros. Foi uma disputa por um recurso natural no momento entre uns grupos e que felizmente não resultou em mortes. E é algo que não se repete, não se repetiu. A Embaixada Brasileira e o Ministério das Relações Exteriores trabalharam junto com a parte surinamesa em perfeita coordenação para resolver esse assunto e isso aí não teve outros reflexos.

Mas a questão migratória, a questão da presença de brasileiros exige atenção, justamente para evitar qualquer espécie de problema e qualquer espécie de repercussão negativa nas nossas relações, que são excelentes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Mais alguma resposta?

O SR. MARCELO BAUMBACH – Teria ainda a resposta ao Senador Suplicy e ao Senador...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor.

O SR. MARCELO BAUMBACH – ...que eu faria de uma maneira muito breve só para...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Ex^a terá todo o tempo necessário para deixar claras as suas respostas. Por favor.

O SR. MARCELO BAUMBACH – O Senador Suplicy mencionou a questão do fluxo de comércio e do pequeno volume das importações. O nosso fluxo de comércio, no ano passado, até outubro, estava em US\$52 milhões, dos quais US\$51,8 eram exportações do Brasil para o Suriname. O Brasil importa do Suriname, por outro lado – importou no ano passado até outubro –, um pouquinho mais de US\$200 mil dólares. Isso porque o principal produto de importação do nosso País no Suriname é a alumina calcinada e naquele ano não houve nenhuma venda de alumina calcinada para o Brasil.

Já a nossa pauta é um pouco mais variada. Nós temos alguns produtos que dominam essa pauta, mas é um pouquinho mais variada: produtos de abate de animais, pedaços de frango, tratores, máquinas, alimentos, calçados, couros e peles. Então, a nossa pauta é um pouco mais variada. Eu acho que é, sim, muito im-

portante que nós façamos o possível para tornar essa pauta ainda mais variada e para aumentar os fluxos de comércio e de investimento com relação ao Suriname, porque as oportunidades existem.

Como eu já mencionei, trata-se de um país com muitas riquezas, com riquezas naturais, com riquezas humanas. E isso tudo pode ser aproveitado para parcerias com o Brasil. Por exemplo, já houve missões da Suframa para o Suriname. A Suframa tentando ver com o Suriname as possibilidades não só de implementar modelos semelhantes no Suriname, mas também de fazer parcerias para a venda para terceiros países. Então, usar uma sinergia regional, uma parceria para também melhorar o comércio do Brasil com outras regiões.

Então, esse é um assunto muito importante. As estatísticas, no momento, não são favoráveis, mas existe um potencial importante, sobretudo porque existe uma vontade política, para o aumento desse comércio.

O senhor mencionou também a questão da liberdade de movimento de pessoas. Com o Suriname, existe uma liberdade bem maior do que, por exemplo, com a França, que é vizinha ali, a Guiana Francesa, que tem tido uma política migratória muito mais restritiva. O que tem acontecido é que, em muitos casos, os brasileiros que estavam na Guiana Francesa têm migrado para o Suriname, às vezes em migrações pendulares – vão e voltam –, por causa, justamente, da política mais aberta quanto ao trânsito de pessoas.

Espero ter respondido suas perguntas, Senador.

Finalmente, Senador Antonio Carlos Valadares, o senhor mencionou a dificuldade de produção de energia elétrica. Como eu havia mencionado, esse é um campo no qual o Brasil tem importantes vantagens comparativas. Nós temos várias empresas que podem ajudar o Suriname, temos tecnologia, temos capacidade de cooperar, e, efetivamente, o Suriname já demonstrou interesse na participação brasileira em vários projetos de hidrelétricas na região ali mais central, mais para cima, na região de Brokopondo, onde existe uma represa. Eles pretendem a parceria brasileira para explorar isso, novas represas também para explorar o potencial hidrelétrico dessa parte mais oeste do país. E o Brasil está perfeitamente disposto a cooperar com o Suriname.

A Eletrobras já fez uma missão ao Suriname. Agora, o Suriname mandará uma missão do seu setor elétrico também. Se não me engano, por essas datas mesmo deve estar chegando essa missão para discutir com a Eletrobras a assinatura de um memorando de entendimento sobre um levantamento hidrológico a ser feito no Suriname justamente para analisar esse potencial hidrelétrico e como esse potencial hidrelétrico pode ser melhor aproveitado.

Então, concordo com o senhor. Esse é um assunto importante, que já está sendo muito analisado e debatido, que pretendo, caso aprovado pelos Senadores, levar à frente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Embaixador.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sobre exploração de petróleo, o Brasil tem uma grande experiência na plataforma continental e, se houver incidência de petróleo no mar ou mesmo em terra, a Petrobras poderá, por meio de uma integração entre os dois países – Brasil e Suriname –, prestar um enorme serviço de exploração nesse campo, que é importante para o desenvolvimento dos dois países, tanto do ponto de vista tecnológico como econômico e social.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Exatamente, Senador. A Petrobras tem a tecnologia, tem a experiência. Isso aí está no radar do governo do Suriname. Já tem havido contatos nesse sentido e se esboça o início de uma cooperação que poderá dar muitos bons frutos nessa área.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nesse ponto, Sr. Embaixador, em relação ao assunto anterior, no Estado de Santa Catarina, temos uma política muito desenvolvida de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Nós temos toda uma sistemática legislativa que nos permitiu uma grande agilidade em relação à produção de energia, por meio das chamadas PCHs. Nós temos dezenas de PCHs em funcionamento. Qual é a vantagem da PCH? É que ela causa dano ambiental mínimo ou, em muitos casos, nenhum dano ambiental, porque ela não se nutre de grandes reservatórios de água. De modo que, se o Suriname tiver interesse numa cooperação nesse sentido, eu poderei ser porta-voz ao Governador de Santa Catarina para que ele coloque todo o dispositivo de políticas de geração de energia hidrelétrica a partir de PCHs para transmitir essa experiência ao Suriname. Aliás, a vocação do Brasil deve ser esta em relação aos seus vizinhos: levar o que tem já desenvolvido em forma de cooperação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Marcelo Baumbach.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Eu lhe agradeço, Senador Luiz Henrique, pelo seu oferecimento. Eu acho, realmente, muito importante que nós possamos transmitir essas experiências que tiveram êxito pleno para o Suriname, dado também o interesse, reafirmado várias vezes pela parte surinamesa, de receber essa cooperação brasileira. No caso de aprovado pelo Srs. Senadores, eu certamente, terei em mente esse seu oferecimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É o grande segredo nessa política de Pequenas Centrais Hidrelétricas é o marco legal de outorga de água, para disciplinar, inclusive, o uso não abusivo, o uso ordenado dos recursos hídricos. Nós levamos tempo, mas conseguimos desenvolver um sistema muito eficiente de disciplinamento da outorga da água para realização dessas Pequenas Centrais Hidrelétricas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Marcelo Baumbach, por favor.

O SR. MARCELO BAUMBACH – Dado o fato de que eu já pude falar sobre as diversas perguntas dos Exm^{os} Senadores, da minha parte seria isso.

Eu lhe agradeço novamente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Marcelo Baumbach.

Pergunto às Sr^{as} e Srs. Senadores se alguém ainda deseja formular alguma pergunta ao Sr. Embaixador. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira usar da palavra e de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Solicito, portanto, que permaneçam os senhores integrantes desta Comissão, e indago se algum Senador ou Senadora ainda não exerceu o seu voto.

Senador Cristovam. *(Pausa.)*

(A reunião torna-se secreta às 11 horas e 45 minutos.)

(A reunião torna-se pública às 11 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Torna-se pública a reunião.

O nome do Sr. Marcelo Baumbach, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, foi aprovado por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junta à República do Suriname.

Desejo, em nome de todos os integrantes desta Comissão, Sr. Embaixador Marcelo Baumbach, uma profícua e exitosa missão nesse seu novo posto.

Muito obrigado pela sua presença entre nós.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Como sempre, nós fazemos a leitura e colocamos para votação na reunião seguinte.

O requerimento de S. Ex^a tem como justificativa a matéria que foi publicada pela revista Carta Capital, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título

“Paranoia Verde-Oliva”, do jornalista Leandro Fortes, que relata documento intitulado de “Manual de Campanha e Contra-Inteligência”, elaborado pelo Exército Brasileiro.

Continua S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, na Justificativa: como vivemos em tempo de democracia plena, com o funcionamento das instituições democráticas respaldadas pela Constituição de 1988, que foi intitulada de Constituição Cidadã por Ulysses Guimarães, entendemos que a sociedade brasileira deve ser informada sobre as ações que os órgãos públicos estejam desenvolvendo a qualquer título.

Como a matéria apresenta somente uma visão sobre o documento, entendo que a participação do Ministro Celso Amorim trará informações úteis e pertinentes para a sociedade brasileira, contribuindo para o bom relacionamento dos Poderes.

Indago a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira se esse requerimento poderia ser transformado em um Requerimento de Informações a S. Ex^a o Ministro da Defesa Celso Amorim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu aceito essa sugestão de V. Ex^a, e, à medida que cheguem as informações, se elas forem satisfatórias aos olhos da Comissão, não há por que trazer o Ministro à nossa presença. Acho pertinente essa mudança, porque ela, provavelmente, atenderá aos nossos objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Fica, portanto, esse requerimento assinado pelo Senador como um requerimento de informações que será endereçado, dirigido ao Ministro da Defesa, Celso Amorim, e colocado na pauta da nossa próxima reunião.

Aproveitando o ensejo, gostaria também de informar aos integrantes desta Comissão e ao público que em geral que eu já havia indicado S. Ex^a, o Sr. Aloysio Nunes Ferreira, como relator da matéria intitulada Comissão da Verdade, que deveria passar pela Comissão de Direitos Humanos e também pela Comissão de Relações Exteriores.

Houve uma solicitação pela liderança do Governo de regime de urgência para esta matéria, segundo o Líder do Governo, pela premência que tem a Presidenta da República de implantar imediatamente a Comissão da Verdade, de modo que nem a Comissão de Direitos Humanos, nem a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional serão ouvidas para debater essa matéria de tamanha importância e envergadura.

Quero pedir desculpas a S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, por este percalço, mas V. Ex^a, seria, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional, o relator da matéria Comissão da Verdade no âmbito desta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a não me deve desculpas. Eu é que devo dizer a V. Ex^a e à Comissão o quanto me senti honrado por esta cogitação de V. Ex^a de me designar relator dessa matéria perante a nossa Comissão. Ontem, apresentei o parecer, que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa, em que, aliás, eu faço uma citação de V. Ex^a. Eu me refiro em determinado momento ao fato de que, qualquer que seja a deliberação do Senado a respeito do projeto de lei da Câmara que trata do acesso público a informações, tanto no projeto da Câmara como no voto em separado apresentado por V. Ex^a, existe uma concordância quanto ao fato de que documentos relativos a direitos humanos não serão protegidos por nenhuma espécie de sigilo.

Uma matéria indo para o plenário nem sei quando será submetida a votação e nem sei se serei designado para dar parecer em plenário. Se for o caso, Sr. Presidente, gostaria de receber subsídios de V. Ex^a e dos colegas membros desta Comissão. Acho uma pena que ela não tenha tido a oportunidade de se debruçar, como comissão, sobre o texto, mas estarei sempre à disposição de V. Ex^a e dos colegas da Comissão para examinar as sugestões que porventura venham a fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes. Enfim, a solicitação feita pelo Senador já é do conhecimento de todos, e as Sr^{as} e os Srs. Senadores desta Comissão que desejarem fazer chegar às mãos do Senador Aloysio Nunes Ferreira alguma contribuição com vistas à deliberação em plenário e consequentemente votação do projeto Comissão da Verdade, peço a gentileza, ratificando suas palavras, que o façam.

Se S. Ex^a, o Presidente do Senado José Sarney, solicitar desta Comissão a indicação de um relator em plenário, em nome da Comissão de Relações Exteriores, eu estarei ratificando e indicando novamente o nome do Senador Aloysio Nunes Ferreira para apresentar o seu relatório em plenário.

Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Pela ordem S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – eu não sei se é o momento mais oportuno, mas é o momento que tem a ver, um pouco, com o que estamos falando. Eu hoje, lendo os jornais, li uma matéria

sobre a qual entendo que esta Comissão tem de tomar uma posição. E a posição que quero sugerir é de pedir informações ao Ministério das Relações Exteriores.

A matéria tem por manchete “Brasil não paga a OEA por causa de Belomonte”. A OEA tem uma comissão interamericana de direitos humanos que não é tão atrelada assim à OEA, faz parte da família, dos órgãos da OEA, e que levantou a possibilidade, a suspeita de que a construção da represa de Belomonte pode ferir direitos humanos da população local. O Brasil não tem nenhuma obrigação de achar que isso seja fato, tem todo o direito de recusar isso, tanto com argumentos técnicos, éticos como políticos. Agora, não pode chantagear uma instituição. Se essa notícia for verdadeira, creio que deixa a nossa diplomacia numa posição de marginalidade, porque é usar uma força do ponto de vista financeiro para tentar colocar uma organização de joelhos. Isso é inaceitável.

Além disso, em se tratando de direitos humanos, fica mais grave ainda. Quero sugerir à Comissão – peço informações ao Ministério de Relações Exteriores se essa notícia é falsa, ou o que ela tem que pode justificar que ela tenha saído, não sendo tão verdadeira. Mas não nos podemos omitir diante do risco, seja de que isso esteja acontecendo – é absurdo –, seja de que não esteja acontecendo, e que a imagem do Brasil fique de um país que chantageia o organismo internacional que tomou uma posição – nem tanto o organismo, não foi o secretário-geral da OEA, mas uma comissão da organização –, uma posição contrária a um projeto brasileiro.

Eles têm todo o direito de dizer o que quiserem em relação a direitos humanos, e nós temos todo o direito de recusar no debate, no diálogo, mas não numa posição como esta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito oportuna a sua colocação, Senador Cristovam Buarque. Acho que todos nós concordamos com o que V. Ex^a acaba de dizer.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Registro também a minha concordância, Sr. Presidente, com a observação do Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E esperamos que essa notícia não esteja de acordo com o que aconteceu. Mas, de qualquer maneira, dada a relevância e a importância deste tema, abro, de acordo com o Ato nº 1, uma exceção, para que nós possamos, agora, aprovar esse requerimento de informações ao Ministério das Relações Exteriores, para que nos informe o quanto antes – nisso, sempre, o ministério tem sido bastante expedito – a respeito da veracidade ou não dessa matéria; e, sendo ela verdadeira, qual a explicação – se é que possa ser aceita

uma explicação para esse tipo de atitude que o Governo brasileiro adotou em função de a OEA ter, pela sua comissão de direitos humanos, criticado a posição do Brasil em relação a Belomonte.

Então, coloco em votação este requerimento de informação, a ser endereçado ao Ministério das Relações Exteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Eu pediria, então, fosse redigido imediatamente esse requerimento, Senador Cristovam, para que pudéssemos então encaminhá-lo a S. Ex^a, o Ministro Antonio Patriota.

Dando continuidade à nossa pauta do dia de hoje, Item nº 2.

ITEM 2

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 118, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

O diplomata nasceu em 15 de abril de 1943, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. É filho de Archimedes de Andrade Arruda e Lea de Souza Fontes Arruda.

Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil – RJ (1966). Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1963. Frequentou, em 1983, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, tendo defendido a tese intitulada “Divulgação e Diplomacia Cultural”. Foi nomeado Terceiro Secretário em 1965, promovido a Segundo em 1967 e Primeiro em 1973; Conselheiro em 1986, Mi-

nistro de Segunda Classe em 2001 e Ministro de Primeira Classe em 2008, sempre por um merecimento.

Entre as funções desempenhadas ao longo da carreira destacam-se a de Segundo e Primeiro Secretário na Embaixada de Ottawa em 1971; e 1975 Chefe de Divisão e Divulgação; Conselheiro e Ministro de Conselheiro da Embaixada em Ruanda, em 1983 e 1987; Ministro-Conselheiro de Missão junto à ONU, 1987 e 1990; Ministro-Conselheiro da Embaixada em Pequim, 1990 a 1993; Embaixador em Kingston, 1995, 2001; Embaixador cumulativo nas Bahamas, em 1996; e em Kuala Lumpur, desde 2008. Em 1994, foi agraciado com a Ordem do Rio Branco no grau de Grande Oficial.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem o Sumário Executivo sobre a República do Azerbaijão, cumprindo o art.1º do Ato nº1 desta Comissão.

O Azerbaijão é uma República Presidencialista com poder legislativo unicameral. Sua população é de quase nove milhões de habitantes, 93,4% islâmica. O produto per capita é de 4.899 dólares. O território azerbaijano ou azeri desde a antiguidade pertencia ao domínio turco e persa, tendo sido incorporado ao Império Russo em 1813. Com a derrota russa na Primeira Guerra Mundial, em 1917, o Azerbaijão experimentou um curto período de independência. Em 1920, o País foi tomado pelo exército vermelho e passou a integrar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, alcançando a independência em 1991.

O Azerbaijão localiza-se em uma região de importância estratégica, às margens do mar Cáspio, caracterizada pela presença de riquezas energéticas, petróleo e gás e pelo multiculturalismo. Por consequência, a região é propensa a conflitos, com destaque para a questão Nagorno-Karabakh, cujo território é objeto de disputa entre Azerbaijão e Armênia desde 1918 e tem atraído a cobiça dos Estados Unidos, Europa Oriental, Rússia e China.

Nesse ponto, cumpre registrar que o Azerbaijão, desde sua independência, busca manter boas relações com a Rússia, considerada aliada da Armênia no que diz respeito à pendência territorial Nagorno-Karabakh. Por outro lado, porém, tem envidado esforços para reduzir a influência russa. Além disso, há um movimento de política externa azerbaijana de aproximação com o Ocidente, a exemplo do estímulo a investimentos norte-americanos e do estabelecimento do diálogo com a OTAN.

A economia do Azerbaijão é pouco diversificada, sendo extremamente dependente do petróleo, cuja exportação, ao lado da manutenção dos preços do óleo bruto, garantiu ao país altas taxas de crescimento econômico nos primeiros anos do séc.XXI.

Os efeitos da crise financeira internacional de 2008 não foram tão severos como em outros países da região. A retração da demanda global por energia levou ao aumento da participação de atividades não energéticas na economia do país. Registre-se que o Azerbaijão não conseguiu completar a transição do modelo econômico e soviético para uma economia de mercado. Há ineficiências estruturais, corrupção endêmica, carência de investimentos externos em áreas diversas do setor energético.

No campo bilateral, as relações diplomáticas entre Brasil e Azerbaijão foram estabelecidas em 1993, sendo que o Brasil instalou a Embaixada residente em Baku apenas em 2009. Apesar de amistosas, nossas relações são pouco densas, haja vista a distância geográfica e cultural entre os dois países.

As recorrentes tensões observadas no entorno do Azerbaijão limita os horizontes de sua política externa. Vale lembrar que em 2006 o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão reuniu-se com os titulares de nosso Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Minas e Energia e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o Presidente da Petrobras. Com ênfase na área de energia, vislumbrou-se a possibilidade de participação da estatal brasileira na exploração de petróleo no mar Cáspio e do estabelecimento de parcerias para a construção de oleodutos ou gasodutos entre Azerbaijão e seus vizinhos.

A falta de acessos diretos ao oceano dificulta a consolidação do comércio entre Brasil e Azerbaijão. A demanda potencial azeri por produtos brasileiros consiste em açúcar, produtos de soja e de carne, óleos vegetais e margarina.

Em 2010, as carnes derivadas e o fumo somaram 91,2% das exportações brasileiras, com destaque para o primeiro item, que atingiu o patamar de 86,8%. Já o Brasil tem demanda potencial por produtos químicos, que representam mais de 73,7% das importações em 2002, algodões, tapetes e petróleo bruto.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Senador Eduardo Suplicy pela leitura de seu relatório.

Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art.3º do Ato nº1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 3

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 119, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra a S. Ex^a Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, de acordo com os preceitos da Constituição Federal Brasileira, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do Sr. João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.

Segundo o referido documento, o Senhor João Inácio Oswald Padilha concluiu o Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco em 1979 e então foi nomeado Terceiro-Secretário. Foi logo promovido a Segundo-Secretário, em 1981; a Primeiro-Secretário, em 1987; a Conselheiro, em 1997; e a Ministro de Segunda Classe, em 2003. É importante chamar atenção: todos por merecimento.

No âmbito da Secretaria de Estado, bem como em outros órgãos governamentais, exerceu funções como Chefe, substituto, da Divisão de Informação Comercial, em 1990; Chefe da Divisão da Europa – I, de 2003 a 2004; Chefe da Divisão da África – II, de 2004 a 2007; e Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Assistência e Promoção Social, em 2003.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu nas Embaixadas em Moscou, em missão transitória, em 1980; em Pequim, de 1981 a 1983; em Lisboa, em 1983; em Bissau, como Encarregado de Negócios, de 1985 a 1986; no Consulado-Geral em Chicago, como Cônsul-Adjunto, de 1986 a 1989; na Embaixada em Maputo, em missão transitória, em 1993; no Consulado-Geral em Barcelona, como Cônsul-Adjunto, de 1993 a 1996; na Embaixada em Dacar, como Encarregado de Negócios, em missão transitória, em 1994; no Consulado em Ciudad Guayana, Venezuela, como Cônsul, de 1996 a 1999; na Embaixada em Santiago, de 1999 a 2003; na Embaixada em Bissau, como Encarregado de Negócios, em missão transitória,

em 2004; e na Embaixada em Gaborone, Botsuana, onde foi Embaixador, em 2007. Naquele mesmo ano exerceu as funções de Representante Especial junto à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

Esse curto *curriculum*, Sr. Presidente, mostra como o candidato está preparado, pela sua experiência, para exercer esse cargo, tanto pela amplitude de cargos que ocupou como pelo compromisso que ele teve e tem tido em sua participação nas relações com a África.

Em 2003, ele concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese: “A projeção internacional do Chile: condicionamentos políticos internos. Implicações para a atuação diplomática do Brasil”. Esse trabalho de certa maneira antecipou em alguns anos a importância crescente do Chile no cenário latino-americano e mundial.

Consta das informações anexadas pelo Itamaraty sobre a República de Cabo Verde a indicação de que as relações diplomáticas entre os dois países datam da independência daquele país, em 5 de julho de 1975.

Na época foram realizadas várias visitas de alto nível entre os dois países, observando-se, posteriormente, na década de 1990, um lapso na troca de visitas, até julho de 2004, quando o Presidente Lula visitou Cabo Verde, dezoito anos após a última visita de um chefe de Estado brasileiro àquele país. A partir daí, as visitas, de alto nível, entre Brasil e Cabo Verde intensificaram-se estreitamente, assim como os laços bilaterais.

O documento do Itamaraty informa que, do ponto de vista cabo-verdiano, a intensificação das relações com o Brasil e a consolidação de uma parceria comercial mais ampla favorecem a estratégia de transformar o país em base logística e entreposto para a distribuição de produtos de terceiros países na África ocidental.

Cabo Verde não oferece grandes oportunidades comerciais para o Brasil, razão pela qual as iniciativas de cooperação representam o principal campo das relações bilaterais. Cabe chamar a atenção: se, por um lado, as relações comerciais não são grandes, as relações culturais são extremamente importantes, e há um potencial muito grande pelo fato de que os dois países fazem parte da família da língua portuguesa no mundo.

Em 1977, o Brasil e Cabo Verde assinaram acordo básico de cooperação técnico-científica. A cooperação vem sendo realizada de maneira intensa em diversas áreas.

No que se refere à cooperação no domínio da defesa, o Brasil assinou um acordo em 1995, ratificado por Cabo Verde em 2010. No campo da educação, encontram-se em andamento vários projetos, além da tradicional cooperação da chancelaria cabo-verdiana

com o Instituto Rio Branco e, obviamente, vice-versa, do Instituto Rio Branco, nosso Ministério, com a chancelaria cabo-verdiana.

No que concerne ao comércio bilateral, apesar de não ser tão substancial, aumentou de 9 milhões para 29 milhões em 2008. Seguiu-se uma retração em 2009 e 2010, ocasionada pela crise financeira internacional.

O Brasil exporta para Cabo Verde ferro e aço, carnes, açúcares e preparações de produtos hortícolas.

Entre as unidades da Federação, o Ceará é um dos que mais exportam para Cabo Verde, sobretudo a partir da inauguração da conexão aérea entre Fortaleza e Ilha do Sal. Aqui cabe chamar a atenção sobre como é importante a criação de linhas de comunicação aérea entre países africanos com o Brasil.

A partir de 2010, com a crise financeira na Europa, as relações comerciais entre Brasil e Cabo Verde receberam grande impulso, por meio da ação das unidades de serviço brasileiras de apoio à micro e pequenas empresas.

O Brasil tem interesse em facilitar os fluxos comerciais com a região por intermédio de Cabo Verde. No que diz respeito à assistência consular, o documento do Itamaraty informa que há cerca de 350 brasileiros vivendo em Cabo Verde, aos quais é prestado o apoio consular pela Embaixada do Brasil em Praia e pelo Consulado Honorário em Mindelo.

O documento apresenta a lista de atos bilaterais – documento recebido pelo Itamaraty –, celebrados entre Brasil e Cabo Verde, estando a maioria já em vigor e versando fundamentalmente sobre cooperação bilateral em diversas áreas.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, essas são as considerações que submeto aos meus Pares e ao Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, pela leitura de seu relatório.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 1175, DE 2011

Requer autorização para participação dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Eduardo Amorim, em missão oficial na Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, entre

os dias 30 de outubro a 6 de novembro de 2011, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, “crack” e outras drogas.

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais (SF)

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável

Concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de informar que, há pouco, recebi a informação de que as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia estarão em outra missão e, portanto, pediram para retirar os nomes. Então, vale só para os demais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Fica registrada, então, a solicitação de S. Ex^{as}, as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, de retirar seus nomes desse requerimento de pedido de autorização para ausentar-se do País no período de 30 de outubro a 6 de novembro de 2011.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Esta Comissão de Relações Exteriores examina o requerimento de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, que requer autorização para participação dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka e Eduardo Amorim, em missão oficial à Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, entre 30 de outubro e 6 de novembro próximo, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para a formulação de políticas públicas e enfrentamento ao uso determinado de álcool, *crack* e outras drogas.

A matéria foi aprovada pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* ou Outras Drogas, da Comissão de Assuntos Sociais, em sua 16ª reunião.

Acompanha o processado o Ofício da Presidência dessa Comissão, Senador Wellington Dias, que esclarece que o requerimento decidiu pela realização de missão oficial, entre 30 de outubro e 6 de novembro, com a participação de membros da Subcomissão, à Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para a formulação de políticas públicas, visando ao enfrentamento do uso daquelas drogas.

Com base no art. 40, solicitam autorização para a participação da missão os Senadores mencionados.

Consta do processado o requerimento.

Análise.

O requerimento tem por base o art. 40, § 1º, do Regimento Interno.

Informa a Ata daquela Comissão que os Senadores preparam o roteiro de viagem para os países, com o objetivo já expresso.

Deverão ser realizadas visitas *in loco* às instituições que alcançaram êxito no enfrentamento do problema, por meio das quais se busca recolher ensinamentos dessas experiências direcionadas ao equacionamento de questões como prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada em relação ao tema.

A iniciativa busca equacionar o flagelo do uso abusivo do álcool e da dependência das drogas, que requer a adoção de políticas públicas voltadas à sua prevenção ou ao seu decidido enfrentamento.

A solicitação que ora se examina não esbarra em quaisquer óbices quanto à sua juridicidade, regimentalidade e oportunidade.

Em face do exposto, votamos favoravelmente ao requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o referido relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu, na última terça-feira, dia 18 de outubro, o Requerimento nº 1.253, de 2011, de autoria do Senador Valdir Raupp.

O parágrafo único do art. 3º do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional permite que constem na pauta as propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior recebidas até o final do expediente do dia anterior à reunião.

Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores sobre a inclusão na pauta do Requerimento nº 1.253, de 2011.

Aqueles que aprovam a inclusão da matéria na pauta da reunião permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão.

ITEM EXTRAORDINÁRIO

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 1253, DE 2011

Requer, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão parlamentar, no dia 02 de novembro de 2011, a fim de participar de Reunião do Parlamento do Estado da Renânia-Palatinado, na cidade de Mainz – Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 27 de outubro a 06 de novembro de 2011.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Favorável.

Concedo a palavra a S. Ex^a, Senador Blairo Maggi, para leitura do relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu, antes de ler o relatório, eu gostaria de fazer um convite aos Senadores aqui presentes, que, logo após esta parte da nossa reunião, nós teremos uma audiência pública que diz respeito à questão dos carros da Bolívia com Mato Grosso, Brasil. Se os Senadores pudessem ter um pouco mais de paciência e ouvir os nossos convidados, eu agradeceria.

Vamos ao parecer.

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre Requerimento nº 1.253, de 2011, do Senador Valdir Raupp, que requer, com fundamentos no inciso I do § 1º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão parlamentar no dia 2 de novembro de 2011, a fim de participar de reunião do Parlamento do Estado da Renânia– Palatinado, na cidade de Mainz, na Alemanha, e comunica que, em cumprimento ao dispositivo do inciso I do art. 39 do referido requerimento, se ausentará do País no período de 27 de outubro a 6 de novembro de 2011.

Diante disso, pela importância da missão, o meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.253, de 2011, do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Blairo Maggi.

Em discussão o relatório que acaba de ser lido pelo Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Imediatamente coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

2ª Parte

AUDIÊNCIA PÚBLICA

*Atendendo ao **Requerimento nº 42, de 2011-CRE**, de autoria dos Senadores **Blairo Maggi** e **Jarbas Vasconcelos**, aprovado em 1º de setembro de 2011, que, “com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública nesta Comissão com a participação dos Srs. **Emanuel Pinheiro**, Deputado Estadual/MT, **Heitor Reyes**, Presidente da Ong Associação das Famílias Vítimas da Violência – A.F.V.V. e Dr. **Paulo Prado**, Representante do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de debater questões sobre a legalização, pelo Governo Boliviano, de carros sem procedência e muitos desses, produtos de ilícitos penais praticados em países da América do Sul, especialmente o Brasil, juntamente com representantes dos Ministérios da Justiça e de Relações Exteriores.”*

Convido para que tomem assento à mesa, S. Ex^a, o Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Estadual pelo Mato Grosso, o Dr. Paulo Prado, Procurador do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, e o Dr. Heitor Reyes, Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência.

Sejam V. Ex^{as} muito bem-vindos.

Informo a V. Ex^{as}, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, que, ao final das exposições, passaremos à fase de interpelações, quando concederemos, normalmente como é feito, a palavra aos integrantes da Comissão, mediante e conforme a lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa.

Registro aqui a presença entre nós de S. Ex^a, o Senador Jayme Campos, representante do Estado do Mato Grosso, juntamente com S. Ex^a o Senador Blairo Maggi, autor do requerimento e membro integrante titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a V. Ex^a Sr. Deputado Emanuel Pinheiro...

Inicialmente ao Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, para fazer uso da palavra.

V. Ex^a tem 20 minutos para fazê-lo.

O SR. PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO

– Exm^o Sr. Dr. Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Exm^o Sr. Senador Blairo Maggi, sinto-me honrado

por ter sido convidado para participar desta audiência pública. Exm^o Sr. Senador Jayme Campos, Exm^o Sr. Senador Pedro Taques, eu gostaria de cumprimentar todos os Senadores, autoridades aqui presentes.

Em primeiro lugar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Peço licença a V. Ex^a, Sr. Dr. Procurador, para registrar também a presença entre nós de S. Ex^a o Senador Pedro Taques, que aqui está honrando toda a Comissão com a sua presença. Seja muito bem-vindo, Senador.

Com a palavra o Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado.

O SR. PAULO ROBERTO JORGE DO PRADO –

Primeiramente, gostaria de dizer da emoção de estar presente nesta Comissão e gostaria que os senhores me desculpassem ao início pelas minhas limitações e pela primeira vez estar aqui, numa Comissão tão importante, conversando a respeito da violência que hoje atinge o nosso País.

O que eu gostaria de esclarecer... Eu até fiz um material, se pudesse ser entregue uma pasta para os Senadores que aqui estão...

O País enfrenta uma situação muito grave, Sr. Presidente, com relação à violência, com relação à segurança pública. E nós sabemos que a violência, os crimes praticados têm relação direta com o tráfico de drogas.

Hoje, com as informações e os números que nós temos, que vou apresentar aqui, eu afirmo que 70% a 80% da cocaína que entra no País, que é consumida do País, ela entra pela fronteira Mato Grosso/Bolívia. E o crack é um subproduto da cocaína.

Além dessa facilidade de entrada da cocaína, nós enfrentamos... A Lei nº 133, de junho de 2011, que constantemente é reeditada pelo governo boliviano... E nós temos delegados e coronel da Polícia Militar que trabalha no grupo de fronteira, o GEFron, que sabem que os carros brasileiros que entram naquele país são legalizados e não voltam mais.

Eu tenho até um documento, um processo que vou entregar a V. Ex^a, de um brasileiro que comprou com muito sacrifício um veículo, um moto-grossense que comprou com muito sacrifício. Em 2008, ele foi à Bolívia e esse carro foi recolhido. Ele está, desde 2008, procurando todas as autoridades e não consegue. Eu tenho a cópia integral desse documento e vou passar essas informações. Vou correr por causa do prazo.

Aqui, a realidade da região da fronteira Brasil/Bolívia do Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso ali, aquela faixa vermelha é a faixa de fronteira. São 963 – eu tenho aqui o número exato –, mas 750 aproximadamente de fronteira seca.

Pode passar, por favor.

Eu sou Coordenador do Gaeco – Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. E todos os Ministérios Públicos do Brasil possuem os seus Gaecos.

Nós reunimos, no ano passado, em 2010, lá na cidade de Cáceres, que fica a 200 quilômetros de Cuiabá, com Ministério Público, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Polícia Rodoviária, para conversarmos a respeito da realidade.

E tenho algumas informações que foram resumidas e colocadas aqui. Por favor, peço que o vídeo seja exibido.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Isso foi em 2010.

Pode ir passando, por favor.

Ali nós temos cidades e distritos que fazem parte da comarca de Cáceres, que é uma cidade mato-grossense que fica a duzentos quilômetros de Cuiabá, que possui – pode passar, por favor – uma população de 86 mil habitantes segundo dados do IBGE de 2008, área de 24.399 km², densidade populacional baixa, e altitude de 176m.

Pode passar, por favor.

Municípios mato-grossenses que fazem parte da fronteira com a Bolívia: Cáceres, Glória d'Oeste, Comodoro, Poconé, Porto Espiridião, Vila Bela da Santíssima Trindade.

Estou acelerando por causa do tempo.

A estimativa em porcentagem da quantidade de droga que passa e é apreendida em Cáceres, Mato Grosso, segundo informações da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal de Cáceres, é de apenas 5%. O restante é cocaína que abastece todo o Brasil, de 70 a 80%, e o crack é subproduto disso.

Por favor.

Formas de transporte dessa droga.

Ela entra basicamente pela fronteira Brasil-Bolívia, no Estado de Mato Grosso, cuja extensão é de aproximadamente 983 quilômetros. Através de aviões de pequeno porte, as drogas são jogadas – desculpem o erro ali em cima – nas fazendas próximas às cidades do interior do Estado que fazem fronteira com a Bolívia, dificultando a detecção por radares. Carros transportam quantidades menores, veículos cruzam a BR deixando parte do entorpecente para o consumo no Estado – 5% ficam no Estado – e toda a droga depois é remetida para os grandes centros – para Brasília, Rio de Janeiro, Nordeste, Centro-Oeste e Sul – em mulas humanas.

Por favor.

Podemos pular isto aqui em razão do tempo.

O Gaeco, nós apreendemos, há vinte dias, 1,5 tonelada de maconha também, porque Mato Grosso

do Sul faz divisa conosco, e o Paraguai com o Mato Grosso do Sul. Então, Mato Grosso hoje corre o risco de se transformar, Senador Blairo Maggi, Pedro Taques, Jayme Campos, em um grande México – novo México... Ainda mais com essa lei que regula... Eu tenho todo respeito pelo povo boliviano, conheço a dificuldade do povo boliviano, mas nós temos de conversar com as autoridades bolivianas.

Por favor, pode pular isso aqui.

De basculante... Se depois os senhores quisessem ver...

Pegaram uma basculante, colocaram uma tonelada (se quiser abrir rapidamente)... Uma tonelada e meia... Olha aí, em uma basculante colocaram vários sacos com maconha, e está lá a brita, tudo misturado... O despautério e a cara de pau chegaram a esse ponto. Desculpem-me a expressão chula. Tem vinte dias isso...

Pode passar.

Dados relativos à apreensão de drogas pela Polícia Rodoviária Federal e respectivo efetivo, período 2010 e 2011. O total de efetivos, para toda a região, é de 44 policiais. Possui apenas cinco viaturas e onde eles estão fiscalizam 398km de fronteira. Total de drogas apreendidas: 497kg de cocaína e 92kg de maconha. A Polícia Rodoviária Federal não possui canil... Eles não possuem canil, e o Sinivem – Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento, Projeto Fronteiras... Medidas que facilitariam o monitoramento na fronteira.

Pode passar.

Dados relativos à apreensão de drogas pela Polícia Federal no período de 2010/2011. Total de efetivo trabalhando: cinco delegados de polícia para toda aquela região. São mais de 22 Municípios e são quase mil quilômetros de fronteira; 11 escrivães, 31 agentes e seis viaturas. Total de drogas apreendidas, em 2010: uma tonelada e cento e quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco quilos de cocaína. De 2011 até agora, 728kg de cocaína.

Dados fornecidos pela Polícia Civil referentes ao respectivo efetivo e cidades atendidas. Isso com relação àquela região de Cáceres. Total de efetivo trabalhando: oito delegados de polícia para mais de 20 Municípios; 21 escrivães e 103 agentes. Isso com relação à Polícia Civil.

Total de veículos apreendidos pela Polícia Civil no ano de 2010/2011: 210 veículos nessa região da grande Cáceres. Mas segundo o delegado, Dr. Marçal, chega na grande Cuiabá e em Várzea Grande aproximadamente três mil veículos.

Essa é a Lei nº 133, que eles falam que é um período de 15 dias para regularizar. Mas desde o ano

2000 esses veículos estão sendo regularizados... A lei boliviana. Eu trouxe...

Eu tenho aqui – e gostaria de passar à mão de V. Ex^a – cópia de um cidadão que procurou o Gaeco e que desde 2008 tenta a devolução da SW4/2000. Ele juntou dinheiro a vida toda para poder comprar... Aí falaram para ele que lá na Bolívia ele poderia consertar o carro mais barato. Pararam o carro, exigiram um monte de dinheiro para ele, ele entregou e até hoje – mandei para os Senadores (Senador Pedro Taques, Senador Blairo Maggi, o Jayme...) e até agora esse matogrossense não conseguiu esse carro de volta. Aqui tem o nome de mais pessoas.

E a lei está aí, ta? As cidades e os distritos que abrangem toda essa região.

Aqui dados fornecidos pela Polícia Militar... Até o Comandante do Gefron está aqui. Total de efetivo trabalhando: 98 policiais militares, trabalhando no sistema de revezamento e escala, com 12 a 15 viaturas, trabalhando para aquela região imensa que ele está.

Total de presos na cadeia pública da comarca de Cáceres: 358 presos. Desses, 251, cerca de 70%, pela prática do crime de tráfico de drogas.

Número de denúncias oferecidas pelo Ministério Público Estadual, pelo crime de tráfico de drogas, em 2010/2011: 196, e pelo Ministério Público Federal: 130.

Srs. Senadores, o Ministério Público vendo toda essa situação caótica que aí está, a droga que chega no Rio de Janeiro e chega em São Paulo, a cocaína e o crack entram por Mato Grosso. Nossa instituição resolveu também lutar, de forma preventiva, contra as drogas. Eu estou deixando para os senhores cartazes, *folders*... Eu gostaria até que se a assessoria pudesse repassar aos senhores... Já distribuiu? Se o Senado pudesse também divulgar... Se achar que o material é bom, se achar que o vídeo é bom... Eu acho que não tenho mais tempo... Se puder passar esse vídeo com relação à conscientização, porque a violência e a segurança... Eu acho que a criminalidade, Pedro, você que foi Procurador, 50% está relacionado com o tráfico de drogas, nós diminuiríamos neste País 50% da problemática da violência e criminalidade. É um vídeo de pessoas usuárias de drogas. O que a droga faz com o cidadão brasileiro, que o destrói e ele acaba indo para o crime e essa droga e esse *crack* entra por ali: essa cocaína entra por Mato Grosso.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Acho que tem mais um... E essa é a campanha de vídeo que o Ministério Público está soltando também. É rapidinho. Acho que são vinte segundos. Se puder soltar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Sr. Presidente, peço um minuto só para encerrar.

Eu gostaria de parabenizar o Deputado Emanuel Pinheiro, que abraçou esta causa, que está correndo o Brasil todo, o Estado todo. Quero agradecer muito a V. Ex^a e ao Senador Blairo Maggi por terem propiciado ao Mato Grosso mostrar essa situação.

Eu entendo, pela experiência de 22 anos de Ministério Público, ex-Procurador-Geral de Justiça e agora no combate ao crime organizado, principalmente na fronteira, que se o governo brasileiro não conversar, não buscar um diálogo amigável, um diálogo com o governo boliviano para endurecer, vamos trabalhar juntos, mas num outro viés. Não permitir que aumente o plantio de coca. Essa Lei 133, há muitos anos eles estão regularizando esses carros. O carro é trocado por arma, por cocaína e também agora é utilizado como carro de passeio ou veículo para atenderem aos interesses agrícolas daquele País.

Se não houver um diálogo diplomático entre as grandes autoridades brasileiras, entre os senhores daqui do Senado, os Ministérios de Relações Exteriores, de Justiça e a Presidência da República, não vai ter polícia, não vai ter Ministério Público, não vai ter ninguém que consiga amanhã ou depois frear a criminalidade, a violência e a destruição do povo brasileiro pelo uso do *crack* e da cocaína. A situação é mais grave do que aparenta: toda a cocaína hoje e o *crack* hoje, 80% a 70% dele consumido neste País, as “cracolândias”, os jovens com esquizofrenia por uso de drogas. Nós temos aqui pessoas da área de saúde que conhecem o efeito da droga nessa garotada e o que eles são capazes de fazer quando não possuem recursos para adquirir a pedra do *crack* ou a pasta base. Eles furtam, eles roubam, eles matam, fazem qualquer coisa, porque não têm consciência. A crise de abstinência é algo que tira a consciência dessas pessoas. Se não houver uma união de esforços entre todos nós e, principalmente agora, com essa questão dos veículos, eu não sei qual o futuro que nós enfrentaremos na violência e no aumento da criminalidade no nosso País e o que Mato Grosso – Senador Blairo Maggi, Senador Jayme Campos, Senador Pedro Taques – poderá se transformar em curto tempo em relação de toda essa problemática enfrentada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e também chefe do grupo de combate ao crime organizado naquele grande e querido Estado do Mato Grosso.

Passo agora a palavra a S. Ex^a, o Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Estadual pelo Estado de Mato Grosso.

O SR. EMANUEL PINHEIRO (PR – MT) – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Fernando Collor de Mello, Senadores da República, membros desta honrosa Comissão, que cumprimento nas pessoas dos ínclitos amigos e honrados Senadores do meu Estado, Blairo Maggi, proponente desta audiência pública, numa conversa conosco, Jayme Campos e Pedro Taques; senhoras e senhores:

A Carta Magna de 1988 estabeleceu, nos seus Princípios Fundamentais, já no art. 1º, nosso Presidente, a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos caros à nossa população.

No art. 3º ela se referiu aos objetivos fundamentais, que seria o combate às desigualdades regionais. Recentemente, o Senador Mozarildo Cavalcanti criticava o pacto federativo como capenga, devido a não estar vendo o comprometimento, o cumprimento desse dispositivo da Constituição, mas principalmente a distinção, a discriminação, o repúdio e a discriminação de qualquer natureza.

No art. 4º, nas nossas políticas internacionais, o Constituinte originário estabeleceu a forma em que queria ver a República Federativa do Brasil, ou seja, veio no inciso IX a cooperação mútua para o progresso, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade como a consolidação da Constituição brasileira do Estado cooperativo. Já no art. 5º, quando eles definiram os destinatários da Carta Magna de 88, eles disseram que teriam direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, os brasileiros e os estrangeiros residentes aqui ou em trânsito pelo território nacional.

Então, só em analisarmos os Princípios da Carta Magna de 88, já enxergamos o que o Brasil estava dizendo ao mundo hoje, no 23º ano de promulgada a Constituição. O que o Brasil queria dizer ao mundo? Que defendia o estado colaborativo, que defendia o estado cooperativo, que não acreditava em progresso e em desenvolvimento humano e social se fosse por meio da União dos povos. Ou seja, é praticamente uma sugestão para que se acabassem as fronteiras, em tese, e vivêssemos como uma grande América, aliás, sonho de Simón Bolívar, o El Libertador que emprestou o seu nome para a Bolívia e de grande influência como líder de toda América no final do século XVIII.

Senador Fernando Collor, dois casos nos chocaram recentemente, publicados pela mídia nacional, que daqui a pouco nós vamos mostrar. Eu quero dizer a V. Ex^{as} que não falo aqui apenas como Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do nosso lindo e querido Mato Grosso. Uma oportunidade única de, num fórum competente, que é o Senado da República, na Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional do Senado Federal mostrarmos a angústia, as agruras e o desespero de uma Unidade da Federação, Mato Grosso.

Aqui no Senado somos todos iguais. Somos três Senadores em Mato Grosso, como somos três Senadores em São Paulo, em Roraima, em Alagoas, somos todos iguais. Aqui, é a representação e a consolidação do Estado federal. E tudo isso que falamos é em nome também da sociedade mato-grossense organizada, que, por meio de diversas audiências públicas, vem apoiando o nosso movimento. Falamos em nome das autoridades de segurança pública do nosso Estado, o Secretário de Segurança Pública Diógenes Curado, que está aqui presente; comandante do GEFRON, Coronel Ibanez, que está aqui presente; o Delegado da Delegacia de Repressão a Roubos e Furtos de Veículos da Baixada Cuiabana, Dr. Massao Ohara; o Vereador Elson Pires, do Municípios de Cáceres, e, principalmente, do Governador Silval Barbosa, que numa entrevista ontem à mídia local, disse que continua considerando um absurdo o advento da Lei 133, de autoria da lavra do governo boliviano.

Senador Fernando Collor, dois casos nos chocaram recentemente. O Jornal da Globo, numa matéria nacional, deu o seguinte chamado: "Bolivianos fecham a fronteira com o Brasil". Eu já estava na luta movimentando, mobilizando a sociedade contra o advento da lei.

Aquilo que me pareceu um alívio, um sinal de que pelo menos parte da população boliviana estava convivendo com o sofrimento e a angústia do povo cuiabano, do povo várzea-grandense e do povo mato-grossense acabou se transformando quase num delírio. Os bolivianos fecharam a fronteira sim, mas fecharam a fronteira para protestar contra os elevados impostos que estavam pagando pelos veículos roubados que eles estavam adquirindo aqui no Brasil. Foi tragicômico quando não nos veio a outra matéria na TV Centro América local – que também vou passar daqui a pouco, são 5 minutos de matéria –, quando a investigação oficial da Polícia Federal revelou que, com o advento desta lei, existe tabela paralela, Senadores, em cocaína, na Bolívia: carro popular vale um quilo de cocaína; uma caminhonete Hilux vale de quatro a cinco quilos de cocaína; um caminhão Mercedes Bens padroniza os valores dos caminhões de catorze a dezoito quilos de cocaína; um quilo de cocaína na Bolívia está custando US\$2 mil e, em Cárcere, está de R\$ 5 mil a R\$6 mil.

Essas duras realidades desaguarão na trágica, inconsequente e irresponsável medida do Governo boliviano de baixar a Lei nº 133, que nacionaliza, regulariza os carros roubados que vão para a Bolívia.

A defesa do Consulado em Cuiabá, do patético Consulado em Cuiabá, do desastrado Consulado bo-

liviano em Cuiabá e a defesa da Bolívia vem sempre dizendo que a lei só teve quinze dias de vigência. Não é bem assim. De fato, ela teve quinze dias de vigência, mas ela continua em pleno vigor para o processo de nacionalização até o dia 7 de novembro. Isso eles não falaram. Eles também não falaram que essa lei tem quinze dias de vigência, e que o Governo boliviano anunciou, em alto e bom som, que o objetivo era nacionalizar apenas dez mil veículos, chamados de *chutos* – no dialeto próprio, local, que eu não consegui traduzir – e que seriam apenas dez mil. Em doze dias, chegaram a 118 mil veículos e, em quinze dias, chegaram a 128 mil veículos.

Informações me dadas ontem pela assessoria do Ministério da Justiça ainda nos colocaram que houve uma abstenção de 60% de pessoas que não quiseram nacionalizar os seus veículos, por medo, por entender que não deveriam nacionalizar, por já terem encomendado o roubo em Mato Grosso, e o veículo não ter chegado ainda, e por diversos outros fatores, o que mostra que a situação é muito mais grave do que aparenta, como disse o Procurador Paulo Prado na sua bela fala.

E o que é pior, Senador Presidente Collor de Mello: a edição dessa lei não é de apenas quinze insuspeitos dias. Na verdade, ele vem sendo reeditada desde 1993.

A revista *Veja* da primeira semana de agosto soltou a matéria:

Desde 93, o governo da Bolívia decretou oito anistias similares. Juntas, elas fizeram com que 200 000 carros de procedência duvidosa passassem à condição de perfeitamente legais. No programa atual, que avançou em agressividade e ousadia, Morales previu que haveria cerca de 10 000 pedidos e, em quinze dias, apareceram 130 000.

Tudo com o objetivo de engordar os cofres públicos bolivianos. Alguns falam em US\$150 mil; alguns falam em R\$150 milhões; outros falam R\$600 milhões. A que custo, Presidente? A que custo querem engordar os cofres bolivianos?

Eu gostaria de posicionar na Comissão de Relações Exteriores, como Deputado Estadual e como uma das autoridades do Estado que está diuturnamente lutando contra essa causa, que nós não aceitamos, Presidente Collor, o advento dessa lei. Chegou a hora de dar um basta!

O Brasil é a união de 26 unidades federativas mais o Distrito Federal. São 27 ordens jurídicas parciais, que, unidas, formam a União. Portanto, essas ordens jurídicas parciais não têm a soberania que a União tem, mas elas têm autonomia. E nós estamos tendo autonomia agora de nos unir, a partir dos Estados de fronteira, para dizer que não aguentamos mais situações como

essa que foi colocada pelo Procurador de Justiça Paulo Roberto Jorge do Prado. Nós não aceitamos e temos o aval aqui de dezenas, quase centenas de segmentos das sociedades cuiabana, várzea-grandense e mato-grossense, Excelência.

Eu disse e repito aqui, ao lado de V. Ex^a, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que entendo que devemos esgotar todos os caminhos diplomáticos, porque mantemos “boas” relações diplomáticas com a Bolívia. Agora, se o Governo boliviano continuar patrocinando essa lei, que é um incentivo ao crime organizado, que é um incentivo ao narcotráfico, que é um incentivo à bandidagem, que é um incentivo ao roubo e furto de veículos, que é um incentivo a todo tipo de violência a que o meu povo está submetido – principalmente a violência patrimonial, psicológica, física e social – vou solicitar, vou começar a liderar – já comecei – um movimento em Cuiabá para o fechamento do Consulado boliviano em Cuiabá.

O Mato Grosso do Sul já me telefonou, e o Presidente da Comissão de Direitos Humanos está esperando o resultado desta audiência para começar o mesmo movimento lá, através do Deputado Laerte Tetila. O Deputado Euclides Maciel, de Rondônia, não pôde vir por causa de problemas com o voo. Ele é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e nos autorizou a falar em nome dele e de Rondônia. Se não houver uma posição, Rondônia também vai aderir a este movimento. Só não consegui falar com o Deputado do Acre, cujo nome, se não me engano, é Abreu e é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Não é uma radicalização; é uma imposição de respeito. Até quando vamos entender que as ações e as medidas do Governo boliviano têm que ser toleradas pela sociedade brasileira e, neste caso, pela sociedade mato-grossense? Se quiser, se não houver uma ação efetiva do Governo Federal, um endurecimento da diplomacia, inclusive, nós não temos interesse no Consulado boliviano em Cuiabá. Para quê, Senadores?

Diplomacia pressupõe reciprocidade. Trate-me bem, que eu te trato bem; queira-me bem, que eu te quero bem. Trate bem os meus nacionais aí em Cuiabá, pessoas físicas e jurídicas, que o Mato Grosso, o Brasil abre o coração para que eles se instalem e, inclusive, prosperem nos seus negócios, na terra de Cândido Mariano da Silva Rondon; em troca, nós vamos baixar a Lei nº 133 para legalizar os veículos roubados no seu Estado e incitar a violência sob todas as suas formas. Não aceitamos!

Se quiser a União ficar com a sua conhecida passividade diplomática com a Bolívia, fique! Mas os Estados-membros vão reagir, e não vamos permitir mais consulados faz de conta dentro do nosso território.

rio, enquanto o Governo do seu país nos agride, nos afronta, nos desrespeita, violentando os direitos mais elementares da nossa comunidade.

Também quero deixar claro que estão presentes quatro Deputados Estaduais que apoiam a nossa causa e que são membros da Frente Parlamentar Nacional das Assembleias Legislativas em Defesa dos Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente: a Deputada Marília Góes, do Amapá; Deputada Bethrose, do Ceará; Deputado Carlos Antônio, de Goiás; e Deputado Judson Cabral, da sua terra, o Alagoas.

Todos me autorizaram a falar em nome deles, que também estão esperando o resultado da proposta que vamos fazer, o resultado desta reunião para dar sequência ao movimento nacional que pretendemos fazer, a partir dos Estados de fronteira, a partir da região Centro-Oeste, região pouco habitada, com pouca densidade populacional, com pouca representatividade política, mas que tem um povo destemido, ousado, bravo e trabalhador e que ajudou a construir com letras de ouro a história da nossa região Centro-Oeste, da nossa região de fronteira e, principalmente, do nosso Brasil, que V. Ex^a conhece muito bem.

Eu gostaria também de dizer a V. Ex^a que nos consideramos ofendido. Essa lei para nós é um tapa na cara dos cuiabanos, dos várzea-grandenses e dos mato-grossenses. Famílias têm sido dilaceradas, Excelência. Temos notado, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que crianças em idade cada vez mais tenra, menores estão completamente no mundo das drogas, viraram dependentes químicos. Não há solução possível, se continuarmos combatendo a violência, as drogas, e fecharmos a nossa vista, colocando uma cortina de fumaça na fronteira e fingindo que o que a Bolívia está fazendo não nos afeta. Como, Presidente?

Em Mato Grosso, toda a área da segurança pública apoia a nossa tese. O Governador Silval Barbosa está criando o Fundo da Pobreza para investir na segurança. Estamos investindo na área de fronteira, através do GEFron. O Coronel Ibanez está aqui também à disposição para colocar as suas angústias e a realidade dos fatos dessa lei. Vamos gastar milhões e milhões, milhares e milhares de reais ou de dólares na repressão e na prevenção da segurança pública, mas, em contrapartida, acha-se que está tudo certo: roubam os nossos carros e trocam por cocaína que volta para dentro do nosso território. Somos agredidos de toda forma.

Debati o tema na OAB – sou advogado –, em Mato Grosso. Tive apoio da minha seccional e tenho apoio da seccional da OAB do Distrito Federal. O Kiko Caputo ligou para mim e está à disposição para falar,

inclusive, com a imprensa do meu Estado. Também um Conselheiro Federal do Paraná apoiou *ipsis litteris*, em gênero, número e grau, a nossa posição. Ainda falou uma coisa: “Mas, Deputado, eu queria que V. Ex^a colocasse que eu só ouço falar em roubo de veículo quando eu vou ao Acre, ao Mato Grosso, ao Mato Grosso do Sul, Rondônia. Aqui, no sul, na minha Região Sudeste, não existe uma violência tão aviltante.” Ledo engano, porque existe. Respondi: “Mas, Conselheiro, V. Ex^a pode não ver de forma tão clara o roubo de carros, mas pode ver a disseminação das drogas no Paraná, no sul do País, no Sudeste contaminando, comprometendo o futuro das nossas crianças e desesperando a velhice dos nossos pais e avós. Pode ter certeza que V. Ex^a está acompanhando no Paraná, no Rio Grande e em Santa Catarina.” E ele concordou.

Recentemente, recebemos, recepcionamos a Comissão Especial Antidrogas, da Câmara dos Deputados, que está realizando um trabalho nacional. Fizemos um grande debate. A Polícia Federal esteve lá, o Ministério Público esteve lá, o Judiciário. Fizemos um grande debate para dar a contribuição de Mato Grosso, Senador Jayme, Senador Blairo, Senador Pedro Taques, ao combate ao *crack* e a suas consequências. Lá eu disse: “No Brasil, não conseguimos democratizar ainda a educação, não conseguimos socializar e democratizar a saúde, assistência social e as igualdades, mas um pode paralelo, nefasto e nocivo está vencendo o Estado e está conseguindo democratizar a cocaína.” Conseguiram socializar a cocaína. Antes, produto do vício das elites; hoje, é refinada e vira oxi, vira *crack*, vira pasta base, vira não sei mais lá o quê. Esses subprodutos dela são vendidos a preços módicos, para todas as camadas da população. Disse isso lá, Ex^a e disse também: “Como discutir prevenção e repressão com a Lei nº 133 em vigor? Como discutir acolhimento e tratamento dos dependentes químicos com a Lei nº 133 em vigor? Como discutir reinserção social, tão difícil de ser realizada na prática, com a Lei nº 133 em vigor? Como definir mudanças na nossa Legislação com a Lei nº 133 em vigor? Como definir o combate às drogas, ao narcotráfico e ao crime organizado sem sentarmos com dignidade e com postura diante da Bolívia e exigirmos que ela cumpra a sua soberania, desde que não prejudique seus vizinhos.

Então, Senador Fernando Collor de Melo, fica aqui um grito, uma indignação. Fica registrada a indignação do povo cuiabano, do povo mato-grossense que ecoa nas regiões de fronteira. Temos 722 quilômetros de fronteira seca e 244 quilômetros de fronteiras alagadas, e sofremos com a atual situação.

Não é possível mais tapar o sol com a peneira! Em virtude disso, quero entregar um documento a V.

Ex^a que representa a posição nossa. São vários considerando – não sei se V. Ex^a vai me permitir ler todos, não sei se daria nem tempo –, mas eu quero registrar os três pedidos que formulamos oficialmente a V. Ex^a e que serão a base da discussão com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que nos apóia, a Assembleia Legislativa de Rondônia, do Acre, do Mato Grosso do Sul e a Frente Parlamentar em defesa dos Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente, composta por um Deputado de cada Estado, que está aqui presente apoiando a nossa causa.

Sr. Presidente, Fernando Collor de Melo, depois de tantos considerando, que acabei resumindo na nossa fala, requeremos a intervenção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para mediar acordo junto aos governos brasileiro e boliviano, no sentido de alterar o mentiroso – desculpe o termo – Decreto nº 5.856...

Ah, por falar nisso, permita-me, esse Decreto nº 5.856 veio homologar um acordo dos países Brasil e Bolívia para devolução dos carros roubados. Em 2003, foi feito o acordo. Em 2006, por meio desse decreto, ele foi homologado.

O Consulado em Cuiabá é uma trapalhada só. Mas a consulesa esteve com o Gefron e esteve conosco lá visitando o presidente da Assembleia. E ela levou essa lei e jogou lá, com toda a empáfia que lhe é peculiar – não é do povo boliviano, mas dela, em particular. E foi perguntado para ela – ela não me convidou; eu não fui convidado para a reunião – quantos veículos – está aqui o Gefron – já foram devolvidos ao Brasil, já foram repatriados, mediante esse acordo. Ela pensou, pensou: “Acho que um”. Acho que um, Presidente! “Qual?” “Eu não sei. Vou me informar” – o Coronel Ibanez está presente e estava junto – “e mando uma resposta”. Até hoje a resposta não chegou. O “acho que um” virou “acho que nada”. E o decreto em vigor, o acordo tão mencionado e defendido pelo Estado boliviano aqui dentro, é brasileiro. A Lei 133 é boliviana. Esse decreto é brasileiro, de um acordo firmado em 2003 para devolução dos carros, o governo boliviano comprometendo-se a devolver os carros brasileiros. E é uma carta de intenção maravilhosa. Mas, de efetivo, nada.

E agora leio para V. Ex^a: “Requer a intervenção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, para mediar acordo, junto com os Governos brasileiro e boliviano, no sentido de alterar o Decreto nº 5.856, de 19 de julho de 2006, que promulga acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bolívia para restituição de veículos automotores roubados ou furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003, firmando compromisso no decreto oficial do Governo boliviano de

não mais reeditar leis permitindo a anistia de veículos brasileiros que se encontrem em situação irregular em seu território.”

Ou seja, nós queremos o compromisso escrito, formal, firmado, do Governo boliviano, comprometendo-se com o Brasil a não mais reeditar essas leis. E essa reedição, Sr. Presidente, permite a eles essa conversa para boi dormir. É só por 15 dias, apenas para regularizar uma situação.

Isto está parecendo até... Eu conversava com o Senador Blairo que antigamente nós candidatos éramos multados pela Justiça Eleitoral. Aí, nós nunca pagávamos a conta, porque sabíamos que vinha uma lei anistiando aqueles que foram multados na eleição passada. Então, é um comportamento semelhante. O crime organizado, que se beneficia dessa lei, já sabe que essa lei vai ser editada e reeditada ano após ano. Então, pouco importa se são quinze dias, dez dias, uma semana, um mês ou dois meses. Na verdade, são 95 dias. Mas o período de apresentação dos veículos para regularizados, veículos roubados, é que é de 15 dias.

Foi-nos apresentada uma posição extra-oficial que diz até que não cessou ainda o recebimento de veículos para serem nacionalizados. Inclusive – eu vou deixar com V. Ex^a –, entraram no site e simularam uma nacionalização. Anteontem foi aceita. Eu vou deixar com V. Ex^a, até para saber se realmente estão agindo dessa forma.

Esse é o primeiro pedido, excelência. O segundo pedido: eu não consegui; o Governador Sinval Barbosa está indignado e me autorizou a falar em nome dele, porque também não conseguiu, junto ao Ministério da Justiça, a relação oficial e completa dos veículos brasileiros, por Estado, nas condições de serem repatriados.

Há diversas manifestações do Governo boliviano e do Governo brasileiro. Uma de quatro veículos, outra de oito mil, outra de doze mil, uma de três mil, uma de vinte mil. Então ninguém sabe. E cadê essa relação? Ninguém nos entrega, ninguém nos fornece dados. Eu não sei quantos carros do meu Estado estão lá. Sabemos sim – e a Polícia e as autoridades mato-grossenses estão aqui – que o número é infinitamente superior àqueles que estão sendo divulgados pela mídia por meio do Governo boliviano e do nosso Governo brasileiro.

Por fim, desculpando-me por citar os artigos, nos termos do art. 90, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, oficializo uma reclamação da omissão do Governo Brasileiro, por meio do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores, na condução do processo diplomático, em decorrência da Lei nº 133 do Governo da Bolívia contrariando interesses nacionais e em especial das unidades federativas

fixadas na faixa de fronteira, numa afronta ao art.49, inciso I, da Constituição, que diz que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem cargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Já passou da hora de tomarmos essa decisão. A hora é agora, Presidente. O Mato Grosso é de muita história, de muitas virtudes na constituição de uma sociedade mais justa, solidária, democrática, que tem homens que marcaram época, como Joaquim Murtinho, Generoso Ponce, Cândido Mariano da Silva Rondon, Eurico Gaspar Dutra e tantos outros notáveis homens públicos que fizeram a história da minha região, do meu estado e do meu País, que nos incentivam e nos estimulam a ter a audácia de dizer perante V. Ex^{as} os Senadores da República que a hora é agora.

Mato Grosso não aguenta mais. A região de fronteira não aguenta mais. O Brasil não aguenta mais. E não estamos dispostos a manter uma relação de fachada, de exploração, quando tudo fazemos para uma boa relação diplomática e em troca recebemos medidas que contrariam o interesse nacional, que atingem a dignidade da pessoa humana brasileira, que atingem a nossa cidadania e desmoralizam o Brasil enquanto uma República Federativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem. Muito obrigado ao Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Estadual do Estado do Mato Grosso, pelas informações que traz a esta comissão. São informações contundentes e que sem dúvida nenhuma irão fazer com que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tome as providências cabíveis, não nos termos frouxos que esse termo possa eventualmente evocar, mas as providências de perseguir uma solução rápida e eficaz para esse problema que assola todo território brasileiro, a começar pelos estados que fazem fronteira com esses países amigos, vizinhos.

V. Ex^a pode estar certo de sair daqui, juntamente com o Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado e o Dr. Heitor Heyes, sabendo que esta Comissão irá adotar as providências, a partir de um requerimento que eu solicito ao Senador Blairo Maggi, juntamente com os dignos representantes, no Senado da República, do Estado do Mato Grosso: Senador Jayme Campos e Senador Pedro Taques. Que venha assinado pelos três Senadores e seja aqui apresentado o requerimento com a solicitação das providências aqui enunciadas por S. Ex^a Deputado Emanuel Pinheiro, para que levemos à deliberação desta comissão.

Isso sendo aprovado, nós teremos, a partir desse momento, a legitimidade junto ao Ministério das Re-

lações Exteriores, ao Ministério da Defesa e a outros órgãos que estejam envolvidos nesse combate da entrada, pelas nossas fronteiras, de armas, drogas e outro tipo de contrabando. E poderemos efetivar essa perseguição ao nosso objetivo final de uma vez por todas acabar com esse tipo de contrabando oficializado que hoje se verifica no nosso País.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Olha, o debate sem dúvida é da máxima importância. A única coisa que me parece está causando um desequilíbrio é que nós estamos fazendo esses posicionamentos muito duros em relação à Bolívia, às autoridades da Bolívia, ao governo boliviano, mas não estamos representados, nesta Mesa, por nenhuma autoridade diplomática do Brasil para nos falar sobre como essa relação se está estabelecendo e como o Governo brasileiro, a partir do Ministério das Relações Exteriores, tem se portado diante dessa situação, até porque nesse debate estamos satanizando a Bolívia, e isso é complicado, porque, se vamos falar de drogas, a produção do Peru é infinitamente maior do que a da Bolívia e a produção da Colômbia infinitamente maior do que do Peru e da Bolívia, e não citamos nenhuma vez o Peru e nenhuma vez a Colômbia nesse debate.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Mas, da mesma forma como a Bolívia é corredor de passagem de droga, o Brasil também é corredor para África, e isso não é informação minha. É informação do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Então, temos uma situação que não é só da Bolívia. Parece-me um tanto quanto preconceituoso tratarmos dessa forma.

Lembro que temos a Convenção Internacional de Viena, que regula as questões relacionadas a consulados e embaixadas, de que o Brasil é signatário. Um Estado da Federação não pode simplesmente dizer que vai fechar consulado de país nenhum. Temos que questionar os termos da Lei nº 133 – sou a favor de que a gente questione, de que as nossas autoridades diplomáticas possam se sentar com as autoridades bolivianas para encontrar um meio termo –, mas não podemos colocar essa lei como único e exclusivo ou principal fator para a elevação da entrada de drogas no Brasil e dos roubos de carro no Brasil, até porque as autoridades brasileiras já se posicionaram a respeito. O Ministério das Relações Exteriores está em permanente contato com as autoridades bolivianas no sentido de não permitir que carros roubados no Brasil sejam regularizados lá.

A autoridade boliviana, o governo boliviano também tem seus problemas, como nós temos os nossos problemas. Eles têm entradas de carros do Chile, da Argentina; as importações ilegais de carro do oriente, que ele precisa sobretaxar para tomar as devidas precauções... Essa Lei nº 133 nos afeta diretamente, mas há outros aspectos que têm que ser considerados à luz dos interesses bolivianos, porque, se temos uma relação diplomática de complacência em relação à Bolívia... Acho que nós podemos discutir as nossas questões internas, mas os termos em que estamos tratando esse debate de hoje me preocupam bastante, porque estamos satanizando um povo, satanizando uma nação que tem o seu direito à autodeterminação, e não podemos interferir numa lei, se não for através do entendimento, entendimento diplomático, nos termos do que a nossa Constituição estabelece de que nós somos pela autodeterminação dos povos e por relações pacíficas e diplomáticas.

Nesses termos, acho que nosso debate, apesar de toda importância, porque com todos aspectos apresentados concordo integralmente – a droga é algo que tem que ser combatida com toda a veemência, com toda a força, com todas instituições, porque é algo que destrói famílias, destrói vidas e impossibilita as pessoas de terem perspectiva –, não pode colocar a Bolívia como sendo a principal geradora dessa situação, até porque temos autoridades, e não vamos longe não... Aposto que muito dos carros que passam pelo Mato Grosso e que chegam à Bolívia têm complacência de policiais que recebem propina para facilitar as coisas. São brasileiros. Não são bolivianos. Vamos fechar os olhos para isso? Temos situações, seja no Acre, seja no Mato Grosso, seja em Rondônia, de também complacência do nosso lado. No Rio de Janeiro, tivemos, há pouco tempo, o assassinato de uma juíza mandado por quem? Por um policial que está preso! Como vamos tratar a autoridade de um país vizinho nos termos em que estamos tratando aqui? Estamos tratando como se fôssemos santos, puros, vítimas de um país que tem tamanho, população, PIB para afetar tão fortemente e abalar as estruturas da estabilidade do Brasil?!

Então, acho que a gente exagerou na dose. Precisamos ter um ponto de equilíbrio para que essa Comissão de Relações Exteriores possa tomar uma posição à altura do Senado da República Federativa do Brasil, que é a Casa do equilíbrio entre os entes da Federação e também a Casa do equilíbrio do nosso próprio País.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado Senador Aníbal Diniz.

Antes de conceder a palavra, pela ordem, a V. Ex^a, Senador Pedro Taques, eu gostaria apenas de esclarecer a posição da Presidência desta Comissão.

Naturalmente, entendo que devamos retirar da exposição muito contundente que aqui foi feita o tom de emoção, que, naturalmente, domina os expositores, já que estão enfrentando diretamente esse flagelo, qual seja a entrada das drogas pelas suas fronteiras.

De fato, é inegável que essa Lei nº 133 é uma lei extremamente danosa aos interesses brasileiros. As autoridades brasileiras vêm tomando, como disse S. Ex^a, o Senador Aníbal Diniz, providências para que o governo boliviano, de alguma forma, acabe de uma vez por todas com essa lei, já que ela vem sendo a vertente maior em que se apegam aqueles que vêm seus carros roubados e trocados por drogas que entram em nosso País. Daí a solicitação que fiz ao autor do requerimento, S. Ex^a, o Senador Blairo Maggi, dessa audiência pública para que ele transforme esse documento que, oficialmente, me é entregue em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, com base no nome específico da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, baseado em artigos da Constituição que aqui foram citados e que, realmente, colocam o Congresso Nacional e esta Comissão, em função do tema, no centro dessas conversações, desses entendimentos, em um requerimento de preferência assinado não somente por S. Ex^a, que é membro desta Comissão, mas também por S. Ex^{as} Senadores que não fazem parte da Comissão, mas que representam o Estado do Mato Grosso no Senado da República, respectivamente Senador Pedro Taques e Senador Jayme Campos. Assim, poderemos trazer esse requerimento à deliberação do Plenário desta Comissão, que é quem vai decidir pela aprovação ou não. Acredito que venha a ser aprovado, e estaremos trabalhando na linha que o Senador Aníbal Diniz construiu.

Não é somente a questão com o Estado boliviano, mas com o Estado peruano, da mesma maneira, com o Paraguai, da mesma maneira, que são dois países que nos preocupam adicionalmente pelo ressurgimento, no Peru, do Sendero Luminoso e, no Paraguai, do EPP, o Exército Popular Paraguai. Isso também nos causa um estremecimento nas nossas fronteiras, que vai além da questão das drogas.

Saberemos e estaremos prontos para adotar providências, não somente enviando, como disse, simplesmente um ofício, um papel, e deixando por isso mesmo, mas buscando e perseguindo soluções efetivas para que, de alguma forma, possamos dar uma resposta à sociedade brasileira, à família brasileira, que hoje está acometida por esse flagelo que significa

a disseminação das drogas não somente nos grandes centros metropolitanos e nas grandes capitais do País, mas no interior. Antes era inimaginável se conceber que essas drogas pudessem chegar no nosso *hinterland*, e já está lá chegando, dizimando vidas, ceifando vidas de jovens, ceifando o futuro do nosso País. Realmente, alguma coisa nós teremos de fazer, e não serei eu, não será o Deputado, não será o Procurador-Geral ou qualquer um de nós individualmente que estaremos dizendo o que vamos realizar, qual o melhor caminho que haveremos de seguir. Mas vamos colocar isso ao debate desta Comissão e o que decidir esta Comissão nós estaremos fazendo e perseguindo o objetivo, que será traçado a partir do momento em que esta Comissão delibere o que, institucionalmente, devemos fazer.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, é uma honra falar nesta Comissão de Relações Exteriores, pela primeira vez. Aqui me encontro e já fiz um pedido à Liderança do PDT para que eu para cá também fosse designado, em razão do trabalho aqui desenvolvido.

Srs. Senadores, que aqui representam a Unidade Federada, Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça, Deputado Emanuel Pinheiro, Coordenador do Grupo de Combate ao Crime Organizado, e Sr. Heitor:

A emoção parte do coração, que, etimologicamente, vem de coragem. Não há nada menos emocional do que números e documentos. Aqui, temos a razão.

Como membro da Comissão de Constituição e Justiça, no mês de junho, requeri ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça uma audiência pública com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Justiça. Solicitei, de forma escoteira, de forma individual, ao Ministério das Relações Exteriores informações a respeito da Lei nº 133 da Bolívia. Foi-me respondido, no dia 2 de agosto, através do Ofício nº 59, por S. Ex^a, o Embaixador Sérgio França, chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, e, se V. Ex^a, Sr. Presidente, me permitir, leio uma parte do documento e, depois, o faço chegar às mãos de V. Ex^a, porque penso que aqui também seja o foro apropriado para que isso seja debatido.

Antes de ler esse ofício, é interessante que posamos dizer que a Constituição nos revela um Estado constitucional cooperativo. A Constituição diz que devemos pregar a cooperação entre os povos, mas a Constituição em nenhum momento diz que tenhamos de ter sentimento de covardia. Não podemos ter medo das palavras. As palavras são signos, são símbolos e

precisam ser ditas. Nesse caso, nós estamos debatendo a Bolívia. Não estamos debatendo a questão do Peru. Não estamos debatendo a questão do Paraguai ou até da Venezuela – e aqui em homenagem a S. Ex^a, o Senador Mozarildo. Estamos debatendo este caso específico. Cocaína não vem do Paraguai. O Paraguai exporta para o Brasil maconha. A cocaína é da Bolívia. Quem conhece isso, já estudou isso, sabe bem do que eu estou falando. Estamos a debater essa lei.

Nós todos devemos respeito a qualquer cidadão. Não interessa a sua origem ou nacionalidade. A Constituição fala em dignidade da pessoa humana. Não interessa se é boliviana, paraguaia, cubana, isso não interessa. Mas nós estamos discutindo um fato. O fato é que essa Lei está trazendo prejuízo não patrimonial à República Federativa do Brasil, está trazendo prejuízo à vida, à integridade física de brasileiros, não de mato-grossenses, porque, na ordem internacional, nós não vamos falar de direitos fundamentais, vamos falar de direitos humanos, por isso nós estamos aqui nesta Comissão.

Muito bem. Assim, esta questão das nossas relações com a Bolívia precisa, a meu juízo – e eu falo como Senador da República com fundamento na Constituição –, ser mais bem tratadas, porque reciprocidade tem um significado histórico, e isso desde 1500, com Grossi, quando fala em reciprocidade. Reciprocidade não quer dizer covardia, mas esse é outro tema. Vamos trazer o fato, o fato é este.

Respondeu a meu Ofício o Sr. Embaixador, como eu fiz referência, e ele nos esclarece:

Por meio da Lei nº 133, publicada em 8 de junho último (“Lei de Saneamento Veicular”), o Governo da Bolívia estabeleceu um programa de legalização de veículos sem documentação. Os objetivos fundamentais do governo boliviano com o programa seriam: i) regularizar veículos que tenham ingressado no país sem atender a exigências legais, como o pagamento de impostos; e ii) ampliar a fiscalização estatal sobre a frota de automóveis. A lei não tem como propósito, naturalmente, a legalização de veículos roubados em países vizinhos e internalizados irregularmente. A possibilidade de que isso ocorra constituiria resultado evidentemente indesejado e que teria impacto negativo nos reais objetivos da medida e no relacionamento bilateral.

A regularização veicular, conforme determina a referida lei, ocorrerá uma única vez, em duas etapas: i) inscrição dos automóveis não documentados junto à Administração Aduaneira (...) ii) despacho aduaneiro dos veículos no prazo de noventa dias úteis subsequentes, desde que cumpridos os requisitos para a regularização.

Durante a etapa do despacho aduaneiro, a confirmação da legalização dos automóveis estará sujeita à verificação, entre outros, dos seguintes requisitos: (i) inexistência de denúncia de roubo nos arquivos da Direção de Prevenção contra Roubo de Veículo [uma autoridade boliviana]...

Eu abro aqui um parêntese para perguntar: será que a Bolívia tem a relação de todos os veículos que são roubados no Brasil? Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: pagamento dos tributos e das multas aplicáveis, uma vez que a determinação legislativa boliviana tem um efeito para-fiscal também. Ademais, e continua o embaixador, “somente poderão ser legalizados veículos que, na data da publicação da lei, já se encontravam na Bolívia”. Eu pergunto: como vamos comprovar, o cidadão boliviano ou a autoridade boliviana vai comprovar que esse veículo lá já se encontrava ou não? Não existe como nós controlarmos isso tendo em conta o fato, e não é emoção, da fronteira e do número de veículos que para lá são levados. Já dou conta do número de veículos, levando-se em linha o que disse o embaixador.

Ele continua:

Na semana seguinte à publicação da Lei nº 133, o Embaixador do Brasil em La Paz expressou ao Chanceler boliviano a preocupação do Governo brasileiro com a possibilidade de que a aplicação da lei tivesse o indesejado efeito colateral de regularizar veículos roubados em países vizinhos e contrabandeados para a Bolívia. O nosso embaixador lá expressou isso ao chanceler boliviano. O Embaixador em La Paz manifestou, igualmente, a disposição do Brasil de cooperar para evitar esse resultado. [É o que a Constituição nos determina.] Foi, ademais, proposta a realização de reunião bilateral para discutir o assunto. Essas mesmas gestões foram também realizadas junto ao Vice-Presidente da Bolívia. Em ambas as ocasiões as autoridades bolivianas mantiveram postura aberta ao diálogo e concordaram com a realização de reunião bilateral.

As autoridades bolivianas estão a concordar, não poderia ser de forma adversa.

Paralelamente, a DIPROVE e a Adidância da Polícia Federal em La Paz vêm mantendo contatos regulares com vistas a possibilitar a identificação de veículos roubados no Brasil e que estejam sendo objeto de tentativa de legalização ao amparo da Lei nº 133. Nesse sentido, lista 2.670.703 veículos roubados no Brasil desde o ano 2000...

Vou repetir o número: 2.670.703 veículos roubados no Brasil desde o ano 2000. Não sei de onde tiraram esse número, mas me parece que a indústria nacional produz 3 milhões de veículos por ano, não chega a isso. Continuo:

...foi encaminhada às autoridades bolivianas, ao passo que a DIPROVE forneceu à polícia brasileira [à nossa Adidância em La Paz] relação completa dos 128.059 veículos inscritos no programa de legalização boliviana. Com base no cruzamento dos dados das duas listagens, as autoridades brasileiras apuraram que pelo menos 4.193 veículos roubados do Brasil teriam sido inscritos no programa. Lista os veículos...

Continuo e já encerro, Sr. Presidente.

Em 14 de julho corrente, foi realizada reunião de coordenação entre a representação do Itamaraty e do Ministério da Justiça para preparar a participação brasileira na mencionada reunião com autoridades bolivianas.

Ele encerra dizendo:

Em caráter complementar às tratativas bilaterais, as Embaixadas do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai em La Paz iniciaram contatos com o propósito de efetuar gestões coordenadas junto ao Governo boliviano.

Esse documento eu faço chegar às mãos de V. Ex^a.

A questão é racional, não é emocional. Nós temos absoluta certeza de que a República Federativa do Brasil deve tratar a todos de forma decente. Agora, nós também precisamos do tratamento decente, o que significa reciprocidade, que, na sua etimologia, significa isso. Nós não podemos demonizar quem quer que seja, sejam bolivianos ou outro povo. Não interessa o governo desse outro povo. Nós estamos falando de dignidade da pessoa humana, porque brasileiros estão sendo mortos. Mas, de que maneira? Esses veículos são roubados e roubo não é furto. São roubados, pessoas têm sua integridade física violada, pessoas são mortas. Em troca disso – e aí quero falar ao Senador Crivella –, quantas pessoas morrem no Rio de Janeiro em razão do tráfico de substância entorpecente? Qual é o volume de substância entorpecente? O Brasil não produz cocaína, o Brasil não produz maconha, a não ser em pequenas porções. Nós importamos isso de outros Estados. Cocaína não vem do Paraguai. Quem conhece sabe bem disso.

Quero expressar ao Senador Aníbal o meu respeito à sua posição, que é uma posição absolutamente ponderada e é a posição que deve ser tomada pela Comissão de Relações Exteriores, com diplomacia. Agora, diplomacia não significa submissão a interesses de países outros que não os interesses que estão gravados na nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Pedro Taques.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Presidente, será que eu teria a palavra um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Nós temos oradores inscritos...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Perdão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, nós temos ainda o Sr. Heitor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – E temos ainda a palavra do Sr. Heitor Reis, que é Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Só vou me escusar, Presidente, porque eu preciso sair,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não. Então, pela ordem, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– ...mas quero prestar total e absoluta solidariedade aos palestrantes e às autoridades do Mato Grosso.

Eu e Aníbal vemos o problema de longe, eles vêm de perto, eu, talvez, com uma lente mais preocupada que Aníbal, porque no Rio de Janeiro 55 mil carros são roubados por ano, nós temos 10 mil homicídios, 6 mil corpos encontrados ao relento, que damos como morte de população de rua, nem sabemos se são mesmo, e a droga é o principal, eu diria, causador de todas as nossas angústias, nossos sofrimentos lá.

Presidente, eu tenho aqui um requerimento para fazer a CPI das Fronteiras – no começo do ano o Ministro da Justiça me pediu que aguardasse. Mas depois do depoimento desses meus companheiros aqui, eu acho que é hora de começar, porque saio daqui muito sensibilizado.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Marcelo Crivella.

Eu gostaria de aditar às palavras de S. Ex^a o Senador Pedro Taques e aos números que ele apresentou que são números oficiais da Federação das Empresas Nacionais de Seguros no Brasil. Essa Federação é que forneceu, oficialmente, os números que V. Ex^a acabou de ler no ofício que lhe foi endereçado pelo Embaixador Danese.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só me permita, por honestidade intelectual: o ofício do Itamaraty não menciona a fonte desses números, portanto, eu os tenho como a de uma autoridade diplomática brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Antes de passar a palavra ao Sr. Heitor Reis, temos ainda outro vídeo que gostaríamos que fosse exibido às Sr^{as} e Srs. Senadores.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado pela exposição dos vídeos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Pela ordem, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) –

Sr. Presidente, eu queria muito ficar até o final, eu sou presidente da Comissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira desta Comissão e nós estamos desenvolvendo justamente uma série de oitivas sobre esse problema das fronteiras. E quero até louvar dos Senadores do Mato Grosso de trazerem aqui o debate específico.

O Presidente Collor despachou para mim um ofício enviado pelo Secretário Chefe da Casa Civil, anexando inclusive um decreto do Governador, que criou o Comitê Estadual para Desenvolvimento de Integração das Políticas Públicas nas Faixas de Fronteira. Então, quero dizer que é muito importante termos esses depoimentos; infelizmente tenho um compromisso às 14 horas, mas, além do depoimento que ouvi e das intervenções, vou depois colher esse material para que também faça parte da Subcomissão da Amazônia, já que é uma subcomissão desta Comissão.

Quero dizer que é muito importante o que já ouvimos até aqui. Primeiro, é uma total desarticulação entre o nível federal, o estadual e até o municipal. E espero que com esse Plano Estratégico de Fronteiras que a Presidente Dilma decretou recentemente as coisas possam melhorar. Mas o importante – concordo em grande parte com o que foi dito aqui – é que não podem os Estados Membros ficarem, digamos, no plano secundário, quando o problema está acontecendo lá com eles, notadamente nos Municípios de fronteira. Como disse o Senador Pedro Taques, eu sou de um Estado também fronteiriço, que é o Estado de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela e com a Guiana, e há um imenso vazio na fronteira.

Quero dizer que estou à disposição. A Subcomissão tem estado sempre em sintonia com esse problema. Nós queremos concluir esse trabalho em novembro e apresentar um plano, por meio de um projeto de lei, enfim, para aproveitar o Plano Estratégico de Fronteira, já decretado, apresentar um plano nacional que seja permanente, que não seja política de um governo, mas que seja política de Estado.

Agradeço muito e peço desculpas por ter de sair antes do final da exposição do Dr. Heitor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Passo, agora sim, a palavra ao Dr. Heitor Reyes, Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência.

O SR. HEITOR HEYES – Boa tarde, Sr. Presidente, Ilmo^o Senador Fernando Collor de Mello, Ilmo^s Senadores Pedro Taques, Blairo Maggi e Jayme Campos, em nome de quem cumprimento todos os Senadores presentes, o Deputado Emanuel Pinheiro, que é um lutador da causa dos direitos humanos em nosso Estado, o Dr. Paulo Prado, que faz parte da Mesa, representando o nosso Estado, com muito orgulho, Srs. Deputados Federais, Srs. Vereadores, imprensa em geral, assistentes, minhas senhoras e meus senhores.

Eu havia preparado uma série de dados para passar para os senhores, mas tenho uma responsabilidade muito grande, Presidente Collor, porque represento milhares de homens, leais pais de família que perderam filhos para as drogas. E fico muito emocionado. Desculpe-me, Senador Pedro Taques, mas não vou poder falar com a razão, vou ter de falar com a emoção de um pai que perdeu o filho para a violência. Falo em nome desses milhões de brasileiros que perderam um filho para as drogas, para a violência que ocorre no Brasil, porque a droga é o grande incentivador de todos os tipos de violência.

A causa principal que estamos discutindo, sobre a Bolívia, é muito importante porque eles legalizam carros que são roubados a mão armada em São Paulo, no Rio, Belo Horizonte, Mato Grosso. São levados e trocados por drogas. Só que a violência já foi praticada na sua origem. Eles matam as pessoas na sua origem. Não apenas nos Estados fronteiriços acontece essa violência, mas no Brasil inteiro. E nós temos que perder o medo e falar: “Chega! Chega! Esse problema da droga tem que parar!”. Nós temos que enfrentar de forma verdadeira, com todo o respeito que as populações boliviana, peruana, venezuelana e paraguaia merecem, temos que enfrentar e temos que defender o cidadão brasileiro. O cidadão brasileiro não é diferente nem menor do que o cidadão boliviano, do que o cidadão paraguaio. Nós temos o dever, como sociedade brasileira, de nos defender em primeiro lugar. E de respeitar todos os povos. Nós temos que respeitar. Como o Senador Pedro Taques falou, não podemos ter medo de querer essa reciprocidade em relação ao nosso povo.

Para termos ideia do que ocorre, dados oficiais do governo boliviano, a Marlene, que é Presidente da

Agência de Alfândega Nacional da Bolívia, fala que já foram legalizados 8 mil veículos bolivianos roubados no Brasil. Se imaginamos que cada um desses veículos foi trocado por um quilo de cocaína, temos 8 mil quilos de cocaína só na base de um quilo por cada veículo. Como isso é muito maior...

Outro dado impressionante é que já foram regularizados 123 mil documentos de veículos contrabandeados e roubados na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Então, Srs. Senadores, senhoras e senhores, ficamos muito tristes em ver pessoas que estão morrendo por uma causa de enfrentamento nosso, de responsabilidade do Governo brasileiro. Temos que ter coragem e ousadia para fazer as sanções de forma internacional e ajudar nas medidas que pudermos o povo boliviano a sair da condição de pobreza. Mas não podemos ser omissos.

Por proposta, na nossa associação, Presidente Collor, nós gostaríamos que esta Comissão tentasse fazer um acordo bilateral entre Brasil e Bolívia. A Bolívia é grande exportadora de gás para o Brasil. Oitenta por cento do volume exportado para o Brasil é o gás natural da Bolívia. Nós gostaríamos que houvesse uma proposta: por cada quilômetro, cada diminuição de área plantada de cocaína na Bolívia, o Brasil subsidiaria o povo boliviano a receber um incentivo por isso. Em contrapartida, queremos que ele seja punido quando houver aumento de produção.

Nós temos aqui o Senador Blairo Maggi, um grande agricultor no Brasil. Temos que auxiliar o povo boliviano a sair desse nível de plantação de cocaína e plantar outras coisas para subsidiar seu povo. Temos outras opções com as quais podemos ajudar o povo boliviano, e acho que o povo boliviano não está querendo que passemos por uma situação como a que estamos passando no Brasil, porque estamos numa guerra. Então, queremos que eles nos ajudem e que compreendam que nossa soberania tem que ser mantida.

Então, em nome da Associação dos Familiares Vítimas da Violência e de todas as ONGs que represento no Estado do Mato Grosso, que hoje são mais de 100 ONGs que trabalham com o problema das drogas, eu gostaria de solicitar que possamos criar, até através da Comissão, uma comissão para se verificar *in loco* o problema, lá em Cáceres e na Bolívia. Falar da distância de Brasília para cá é muito difícil. Então, gostaríamos que esta Comissão participasse e verificasse, em todas as cidades principais da fronteira, o que está ocorrendo lá. O que podemos fazer para defender os nossos filhos. Temos que mudar isso e defender o cidadão brasileiro em primeiro lugar.

Em nome de todos nós, agradeço a esta Comissão por abrir uma discussão tão grande, ao Deputado Emanuel, que é um lutador por essa causa lá em Mato Grosso; ao Governador Silval, que também abraçou essa causa.

Quanto custa para o Governo brasileiro manter pessoas em tratamento de dependência química? Quanto custa isso para o Governo? Quanto o SUS paga para tratar essas pessoas? E, em relação à violência, como a família está sendo protegida pelo Estado brasileiro?

Então, vou terminar minhas palavras dizendo ao Senador Anibal: Senador, saiba que nós estamos interessados em resultado que possa melhorar o nível de vida do povo boliviano. Mas, como pai brasileiro, estou preocupado com meu filho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Heytor Heyes, Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência, pelas suas palavras.

Senador Blairo Maggi, autor do requerimento de convocação dos senhores aqui presentes, com a palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Muito obrigado.

Cumprimento o Presidente Collor, o Dr. Paulo Roberto Jorge do Prado, o Deputado Emanuel Pinheiro e o Heitor Heyes, a quem agradeço pelo comparecimento nesta audiência pública. Registro também a presença do Dr. Marçal, delegado de roubos e furtos da capital, do Cel. Ibanez, comandante do Gefron.

O Gefron, Presidente Collor, é um grupo especial de fronteira que o Mato Grosso teve a capacidade de criar ainda no governo anterior, de Dante de Oliveira, e ser implementado quando cheguei no governo em 2003. É a primeira experiência de polícia civil e polícia militar atuando na fronteira. É um modelo que hoje o Brasil está copiando e levando para outras regiões. Se não fosse a presença do Gefron, as coisas seriam mais complicadas. Então quero cumprimentar o Cel. Ibanez, atual chefe de lá, e os demais que passaram e eu tive oportunidade de conhecer também.

Cumprimento também o Dr. Diógenes Curado, Secretário de Segurança de Mato Grosso, o Vereador de Cáceres que se faz presente e os demais mato-grossenses.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer neste momento, só quero saudar a vinda e celebrar que esse assunto tenha vindo parar aqui no Senado, na Comissão de Relações Exteriores. Vi e ouvi as indignações aqui colocadas e acho que temos, sim, através desta Comissão, que tomar algumas providências. Meu co-

lega, Senador Anibal fez uma intervenção que aparentemente, no início, deu a impressão de que estaria contra o que estava sendo trazido aqui, pela forma como foi colocada naquele momento, mas que não deixa de refletir, Senador Anibal, a indignação dos mato-grossenses, dos representantes do Estado que aqui estão. Quando um problema parece pequeno para uma nação, o senhor colocou que isso não estaria massacrando a federação, o país Brasil, e que os prejuízos perante o Brasil seriam pequenos, mas quando a gente olha estatisticamente as coisas, tudo fica mais fácil. É uma estatística. Mas quando você faz parte da estatística, você é o 100% dela e, aí, como disse o Heitor, é o filho que foi, é a família que se dilacerou, é a economia de uma família que foi embora. Nós não podemos pensar em estatística em uma hora dessa e em uma área dessa.

Então, Emanuel Pinheiro e Paulo Prado, vocês estão de parabéns, juntamente com o Heitor e todos aqueles que estão trabalhando nessa direção. Acho que nós temos que bater aqui firme e duro. O Senador Pedro Taques colocou muito bem aqui. Ser cooperativo, ter entendimento não significa ter medo. Nós temos que ter as nossas posições. E a posição do Brasil, neste momento, tem que ser a do Mato Grosso, porque lá, onde moram os brasileiros mato-grossenses, que lá nasceram ou para lá foram, eles estão sofrendo na pele. Esse é um assunto que só não é maior aqui com Mato Grosso do Sul porque eles não estão aqui presentes, porque, se aqui estivessem, as reclamações seriam as mesmas, exatamente as mesmas, como é em Rondônia e como deve ser no Acre também, já que naquela região tem um pouco menos de população boliviana moradora da região.

Portanto, quero aqui dizer que vamos conversar, os três Senadores de Mato Grosso, vamos fazer aqui o requerimento solicitado pelo Presidente Collor, vamos trazer à Comissão, vamos trabalhar para aprovar aqui na Comissão e fazer com que esse assunto tenha seguimento e que a gente possa dar uma resposta, através desta Comissão, Presidente Collor, aos mato-grossenses que lamentam que o seu patrimônio, suas famílias, suas vidas tenham sido perdidas. É um país vizinho que merece todo o nosso respeito, mas que não nos está olhando com a mesma preocupação com que o olhamos. Os bolivianos, quando atravessam a fronteira brasileira e vão em direção a Cáceres, a Cuiabá ou a qualquer Município, recebem aquilo que a Constituição brasileira determina que lhes seja dado, respeito, saúde pelo SUS, como damos aos nossos brasileiros; não há restrição alguma.

Portanto, queremos também que haja reciprocidade por parte do povo boliviano, ou melhor, nem

é por parte do povo boliviano, mas, sim, por parte do governo boliviano, que não está dando a devida atenção a um povo tão amigo e tão companheiro do povo boliviano, como é o povo brasileiro, como é o povo mato-grossense. A própria energia utilizada na cidade de São Matias, que fica ali ao lado, é energia mato-grossense, cedida pela companhia energética que atende o Estado do Mato Grosso; do contrário, nem isso eles teriam naquela região.

Então, a relação entre os povos que vivem ali, tirando os bandidos brasileiros e os bandidos bolivianos, está correta, mas os governos precisam assumir essa posição e levá-la adiante. O governo é que tem de ser o porta-bandeira, a ponta da flecha, para podermos resolver esse assunto. Nós, aqui, no Senado Federal, meu querido Presidente Fernando Collor de Melo, temos essa responsabilidade. O senhor já deu a abertura necessária para fazermos esse debate, e vamos fazê-lo.

Devido ao adiantado da hora – sei que o Dr. Paulo e os senhores têm de pegar o voo para Cuiabá; eu também vou pegar um voo para a cidade de Curitiba daqui a pouco e sei que, hoje, haverá uma greve –, quero, mais uma vez, agradecer a todos a presença.

Agradeço à imprensa mato-grossense, que aqui se faz presente e que fará com que os pontos aqui colocados sejam também conhecidos em nosso Estado. O Deputado, por meio da Assembleia Legislativa; o Dr. Paulo Prado, por meio do Ministério Público de Mato Grosso; o Dr. Heitor, representante de uma ONG; e os Senadores Pedro Taques, Jayme Campos e Blairo Maggi, todos nós daremos sequência ao trabalho que vocês vêm fazendo. Quero cumprimentá-los por isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Agradeço a S. Ex^a o Senador Blairo Maggi.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez,...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quero, em menos de um minuto, dizer que esse tema para o cidadão brasileiro que mora em Mato Grosso é muito importante e deve refletir sua importância no território nacional, sobretudo nesta Casa da Federação. É um tema tão importante, que há aqui jornalistas do Estado de Mato Grosso de todos os órgãos de imprensa. O povo de Mato Grosso tem preocupação em relação a isso.

Então, Sr. Presidente, quero cumprimentar os mato-grossenses que aqui vieram e lhes agradecer

a oportunidade de falar nesta Comissão, sob a Presidência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Agora, sim, antes de encerrar a nossa reunião, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela presença, ao Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Estadual pelo Estado de Mato Grosso; ao Dr. Paulo Prado, Procurador do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; e ao Dr. Heitor Heyes, Presidente da ONG Associação das Famílias Vítimas da Violência. Eu lhes agradeço também pelas informações que nos trouxeram.

Também agradeço a presença ao Sr. Wilton Marçal Horrara, Delegado de Polícia Titular da Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Veículos Automotores de Cuiabá, Mato Grosso; ao Sr. Antônio Mário da Silva Ibanez Filho, Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso e comandante do Grupo Especial de Fronteira do Mato Grosso (Gefron); e ao Sr. Élson Pires, Vereador do Município de Cáceres, no Mato Grosso, representante do PR.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, pela presença, a todas as Sras Senadoras e a todos os Srs. Senadores, eu gostaria de convocá-los para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 24 de outubro, segunda-feira próxima, às 18 horas, neste plenário, quando daremos continuidade à nossa agenda de política externa, Senador Blairo e Senador Pedro Taques, apresentando o painel “Vigilância de Fronteiras, Organização, Distribuição Espacial na Amazônia e no Sul do País”, para o qual estão convidados o General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante Militar da Amazônia; o Ministro Clemente de Lima Baena Soares, Chefe do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores; o Professor Ricardo Vélez Rodríguez, da Universidade Federal de Juiz de Fora e o Sr. Marcelo Rech, jornalista editor do *site* Infoel.

Dito isso, dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 15 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comis-

são, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente o Senador **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o General de Exército **Eduardo Dias da Costa Villas Boas**, Comandante Militar da Amazônia; o Ministro **Clemente de Lima Baena Soares**, Chefe do Departamento de América do Sul II, do Ministério das Relações Exteriores; o Professor **Ricardo Vélez Rodrigues**, da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG); e o Senhor **Marcelo Rech**, jornalista, editor do site Inforel. Faz uso da palavra o Senador **Inácio Arruda**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Comunicados.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu sequência, no último dia 17, ao Terceiro Ciclo de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa com Enfoque na Defesa Nacional. Nesse terceiro painel da série, o tema foi Estratégia Nacional de Defesa, Reaparelhamento das Forças Armadas e Indústria Bélica, Aquisição de Armas e Transferência de Tecnologia. A audiência foi prestigiada pela presença de membros do Corpo Diplomático, representando

do 23 países de vários continentes, dos quais 12 Srs. Embaixadores.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas: General Aderico Mattioli, Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa; Sr. Cláudio Moreira, Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança; Professor Gunther Rudzit, Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado – Faap; e o Professor Darc Antonio da Luz Costa, Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul e ex-Vice-Presidente do BNDES.

O General Mattioli considera um marco histórico a implantação da Estratégia Nacional de Defesa e a consequente criação da Secretaria de Produtos de Defesa, órgão responsável pelo planejamento da política de compras desse tipo de produtos. “A Estratégia”, ressaltou ele, “estabeleceu um planejamento centralizado para a política de compras, por intermédio da Secretaria, e uma operacionalização descentralizada a cargo das três forças”. Afirmou o palestrante que a diretriz de garantir, nas decisões de compra, a primazia e o desenvolvimento das capacidades tecnológicas nacionais em produtos de defesa tem sido seguida a ferro e fogo pela Secretaria. Afirmou o General que a Defesa está passando por uma mudança conceitual da era industrial para a era do conhecimento. “Estaremos pecando”, disse ele, “se perseguíssemos apenas a modernização de nossos produtos. E isso não é o que queremos, mas sim uma transformação, chegar rápido à era do conhecimento, ganhar novas capacidades. E é nisso que as três forças estão se esforçando, com planejamento, sob o guarda-chuva do Ministério da Defesa”. Ele destacou as demandas que se apresentam às três forças: a Amazônia Verde, a Amazônia Amarela, das infraestruturas do Sul ao Nordeste e a Amazônia Azul, do litoral e da bacia petrolífera.

Quanto às nossas fronteiras, o General afirmou que atualmente não as vemos como riscos, mas como fatores de integração e cooperação. Quando colocarmos esses planos em ação, pretendemos fazer uma interface com as forças dos países vizinhos, por meio de programas intercambiáveis, para que nossos irmãos possam se valer dos benefícios desses programas para fazer face aos crimes de fronteira. Ele destacou o interesse do País na Unasul, ressaltando que as fronteiras são um fator de oportunidade e de integração. Os produtos de defesa, comentou o General, têm alto valor agregado. Ainda que não se destinem à exportação, sua fabricação no Brasil evitaria as importações. Afirmou ele que a Base Industrial de Defesa é uma alternativa real e imediata para ajudar o País a alterar

o quadro de exportador de *commodities* e importador de média e alta tecnologia. A Base Industrial de Defesa pode, na sua opinião, contribuir muito para o desenvolvimento nacional.

Concluindo, lembrou a intenção de se regulamentar a Comissão Mista da Indústria de Defesa, no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas, com interlocução e o apoio do Fórum da Indústria de Defesa, formado por federações das indústrias, associações e empresas e os órgãos governamentais que formam o Comitê Técnico da Indústria de Defesa. Defesa, segundo afirmou, não é assunto militar, mas sim da sociedade como um todo, e envolve todos os ministérios.

O Professor Gunther Rudzitis iniciou sua exposição com a definição de Antônio Houaiss para segurança nacional, que é a “garantia das instituições permanentes destinada a assegurar a integridade e a soberania do estado e a garantia das demais instituições civis do país, em respeito às leis e à ordem interna”. Na sua opinião, esse conceito é fundamental porque no Brasil confunde-se o significado de segurança e o de defesa. Ele atribui a origem dessa “confusão” à Constituição de 1988, que retirou o capítulo Segurança Nacional para introduzir, em substituição, o de Defesa Nacional, o que, no seu entender, é compreensível em virtude do ocorrido durante os governos militares. Segurança, como explicou o Professor, é o todo de um país, que pode ser ameaçado ou ter vulnerabilidades diversas, capazes de levar a uma ameaça como um apagão, o que caracteriza uma ameaça à segurança nacional, embora o uso dessa expressão ainda seja evitado no País. A política de segurança nacional de um governo, segundo ele, tem que deixar claros quais são seus objetivos e as ameaças e vulnerabilidades que percebe, tanto interna quanto externamente. A falta de energia é um problema de política energética e não pressupõe a utilização do Ministério da Defesa para corrigi-lo, assim como uma eventual falta de alimentos é uma questão de política agrícola, e a especulação contra o real, como aquela ocorrida em 1998/1999, foi um problema de política econômica, para cuja solução não se acionou o Ministério da Defesa.

Esse conjunto, prosseguiu o especialista, é a política de segurança nacional do governo, que define o escopo de atuação setorial, incluindo-se a política de defesa nacional, que deve ser um instrumento militar de um governo. Recordou o Professor que, apesar de o Brasil teoricamente ter eliminado a referida expressão, ainda encontra-se em vigor a Lei de Segurança Nacional, de dezembro de 1983, tipificando os crimes e caracterizando uma confusão de conceituação. Ao comentar o Plano de Defesa Nacional, segundo o qual, defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do

Estado com ênfase na inspeção militar para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. O Professor afirmou que, nessa visão, defesa vai além do setor militar, trazendo um problema de conceituação, uma versão da lógica de Carl Von Clausewitz, segundo a qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Colocar o País a serviço da defesa significa que estamos empregando todos os setores da sociedade a serviço dela, ou seja, do Ministério Militar, o que caracteriza uma volta à prática adotada pela Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial, quando o país girava em torno da guerra. O Professor faz mais uma série de comentários.

Foi também ouvido, como aqui já anunciado, o Dr. Cláudio Moreira, que informou que a Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde) foi criada em 1985, tendo incorporado a área de segurança em 2006 e a de segurança pública mais tarde. A entidade hoje tem quase 150 empresas associadas, responsáveis por 25 mil empregos diretos e 100 mil indiretos, representando US\$2,7 bilhões em vendas. São empresas de alta especialização tecnológica, das quais 36 exportam. Vinte delas, regularmente, somando exportações no valor de US\$1 bilhão. A Associação abriga empresas que produzem desde aviões, submarinos, carros de combate, armas e radares, até capacetes e coturnos. Entre as características da indústria de defesa, o consultor ressaltou a necessidade de capital, daí a importância do apoio do Estado e o foco de atuação, que tem de ser dirigido ao mercado governamental, ao civil e à exportação. A Base Industrial de Defesa é o conjunto das empresas, instituições civis e militares do País, que participam das etapas de pesquisa, projetos, desenvolvimento e manutenção de produtos de defesa, com o concurso de universidades, institutos militares de ensino, centros de pesquisa e desenvolvimento, empresas de infraestrutura e indústrias de base e empresas de defesa, incluindo indústrias e serviços.

O Consultor descreveu o ambiente estratégico sul-americano como uma área que goza de certa condição de harmonia, apesar de registrar desavenças episódicas, mas onde existe um esforço de cooperação. A região engloba 12 países com raízes históricas comuns, baixa densidade demográfica, solução pacífica das disputas, bolsões de insegurança urbana, assimetrias regionais e sociais, abundância de recursos naturais, alto potencial agroindustrial e distantes dos centros de poder.

No cenário internacional, ele descreveu a nossa perspectiva de defesa no mundo, classificando América do Norte e Europa como uma região dinâmica; a

América do Sul como complexa; e a África do Leste, Oriente Médio e Ásia como incertas.

O último debatedor foi o Professor Darc Antônio da Luz Costa, que ressaltou a diferença entre segurança – um estado – e defesa – que é um ato. Daí seu entendimento de que as questões relativas a segurança devem sempre preceder ao estabelecimento de uma política de defesa. A ordem deve ser segurança e defesa, e não defesa e segurança. Em primeiro lugar, entende o Professor que é preciso estabelecer as bases sobre as quais se possa assentar a segurança de uma nação e a de seus cidadãos. E depois pensar em como se defender, caso essas bases sejam ameaçadas de rompimento. Desse modo, ele prosseguiu, devemos entender que a preocupação no trato do tema não pode ser exclusivamente militar, mas que se devem contemplar também digressões no campo político, econômico, técnico-científico, cultural, psicológico e social. Uma concepção de segurança para o Brasil, obrigatoriamente, deve fazer parte de um projeto para a sua inserção no mundo, e este, por sua vez, uma componente relevante de um projeto nacional. Antes de tudo, esse conjunto está intrinsecamente inserido nas questões de natureza estratégica, e não são, portanto, temas capazes de ter uma apresentação livre de metodologia. A metodologia clássica para a solução dessas questões, acrescentou o Professor, é a de submetê-la ao triângulo indissociável, repetiu ele, que une a política, a estratégia e o poder.

Lembrou o Professor que vivemos num mundo em transição, e aqui é preciso entender que estamos, todos nós, alterando a ordem vigente. Como exemplo, afirmou que o Brasil está se transformando num país rico, mesmo que as pessoas ainda não tenham consciência disso, e que a riqueza e o poder andam juntos. Para ele, é importante entender que uma concepção de segurança do Brasil tem que observar essa questão do triângulo indissolúvel. A política deve responder o que devemos fazer; a estratégia responde como fazer; e o poder responde de que meios dispomos para fazer.

Sobre o tema da defesa, avaliou o Professor que, diferentemente do que se tenta propalar, alta tecnologia de armamentos só traz vitória em situações muito especiais, como a da Guerra do Golfo. Mesmo assim, tem os seus limites, como se constata no Iraque e no Afeganistão de hoje, segundo ele. Armas de alta tecnologia não transferem muita ajuda em áreas como Vietnam ou a Somália, onde a diplomacia resultante de uma liderança, na sua opinião, teria sido algo muito mais efetivo. Ao olharmos a história, prosseguiu o Professor, pode-se afirmar que o armamento sempre foi menos decisivo na guerra que a moral das tropas. Isso sempre será verdade porque, nas suas palavras,

a moral das tropas está cada vez mais associada à opinião pública. E a conquista desse espaço, lembrou, se faz pela permanente identificação do interesse público com o interesse nacional, algo que exige uma postura ativa por parte do beligerante. Para o Professor, em clima de guerra, é o interesse nacional que estabelece o interesse público, e não o contrário.

Concluindo, afirmou o Professor que os gastos em defesa devem estar diretamente relacionados com o valor das riquezas a serem preservadas e que o Brasil figura hoje como detentor de riquezas, construídas ou materiais, que o colocam entre os cinco países mais ricos do Planeta. A média de gastos anuais desses países é de cerca de 3,5% do seu Produto Interno Bruto, enquanto que o Brasil gasta bem menos, quase a metade disso, 1,6%. Em sua opinião, devemos, no Brasil, dar bastante ênfase ao estudo da guerra eletrônica e formas de ataque e defesa no campo da informática. Ele vê o Brasil como um país com grande futuro e que a integração da América do Sul é inevitável. Ele acredita que os países emergentes têm de assumir sua posição no mundo, entre eles, naturalmente, o Brasil.

Também se reuniu, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que realizou, no último dia 10 de outubro de 2011, uma audiência pública para tratar do tema Questão Indígena e Fundiária. Foram convidados para essa audiência pública, presidida por S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, os Srs. Ministros João Luiz Pereira Pinto; Diretor do Departamento de América do Sul I do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Márcio Berbigier, Coordenador-Geral de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e o Sr. Carlos Lisboa Travassos, Coordenador-Geral da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio. Os três palestrantes expuseram seus pontos de vista e tanto a íntegra do primeiro comunicado quanto a do segundo, que trata da reunião da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteiras, presidida por S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, encontram-se, ambas, à disposição das senhoras e senhores integrantes desta Comissão e daqueles que estiverem interessados no tema.

A presente reunião da noite de hoje destina-se à realização de nosso segundo painel, Vigilância de Fronteiras – Organização e Distribuição Espacial na Amazônia e no Sul do País, integrando o terceiro ciclo, intitulado Defesa Nacional: Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e convido para que to-

mem assento à Mesa, desejando-lhes boas-vindas a esta Comissão: Exmº Sr. General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante Militar da Amazônia; Exmº Sr. Ministro Clemente de Lima Baena Soares, Chefe do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Professor Ricardo Vélez Rodríguez, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e o Sr. Marcelo Rech, jornalista e editor do *site* InfoRel.

Peço a V. Exªs que entrem aqui no plenário de nossa Comissão e tomem assento à Mesa.

Para iniciar a audiência pública da noite de hoje, convido, para usar da palavra, S. Exª o General de Exército Eduardo Villas Bôas, Comandante Militar da Amazônia.

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Exmº Sr. Senador, Fernando Collor de Melo, na pessoa de quem saúdo os demais integrantes da Mesa e a quem parabeno pela oportunidade e escolha do tema a ser discutido hoje.

A questão das fronteiras, embora tenha sido alvo de preocupações, venha sendo alvo de preocupações por parte do Governo – e nós temos visto uma série de programas que vêm sendo idealizados, buscando-se sua implementação –, as fronteiras nossas, em algumas áreas, caminham para uma situação muito séria, que passa despercebida, porque esses problemas acontecem em áreas pouco notadas e remotas de nosso País. Longe de ser alarmista, acho que a gente pode caminhar numa direção bastante complexa, algo semelhante ao que vem acontecendo com o México, se nós não anteciparmos uma série de providências em algumas áreas de nossa fronteira.

Eu vou passar, mais a título de ilustração, no sentido de suscitar ideias que sustentam depois o debate, mas nós temos... O Brasil é um País que tem uma conjuntura, do ponto de vista de território, de segurança estratégica, talvez ímpar no mundo. Somos um país que caminha, ainda nesta década, para se tornar a quinta economia no mundo, um ator global que deve desenvolver capacidade em todos os campos de projetar poder e, no entanto, ainda temos metade de nosso território não integrado, e não ocupado, à dinâmica do desenvolvimento nacional.

A nossa faixa de fronteira também sofre desse problema. São 16 mil quilômetros e, considerando 150km de largura da faixa de fronteira, são 2,500 milhões de quilômetros quadrados, 27% do nosso território, o que corresponde ao terceiro país da América do Sul, menos extenso apenas que o próprio Brasil e a Argentina. Nós temos fronteira com 10 países. Apenas Rússia e China têm maior número de países em uma fronteira mais extensa que a nossa, e mais ou menos 10 milhões de

habitantes vivem em nossa faixa de fronteira. A título de comparação – já se tornou até lugar-comum citar isso –, a fronteira dos Estados Unidos com o México é menor que três mil quilômetros. Vejam que, com todo o aparato bélico, com a construção de muros, com o aparato policial e toda a tecnologia incorporada, os Estados Unidos não conseguem vedar sua faixa de fronteira. Imaginem o que será para nós uma fronteira de quase 17 mil quilômetros, em que temos a seguinte fisiografia: nove mil quilômetros de rios; cinco mil e quinhentos quilômetros em linha seca – vamos dizer assim – seguindo a cumeada das montanhas; linhas geodésicas: mil e setecentos quilômetros – o que torna extremamente difícil tanto a demarcação da fronteira como a vigilância; e lagoas: cerca de duzentos quilômetros. Isso agravado por uma fraca presença do Estado, o que enseja a que em grande parte do território e da faixa de fronteira as Forças Armadas, em especial o Exército, sejam a única presença do Estado brasileiro.

Vejam alguns pontos de nossa fronteira. O rio Javari separa o Brasil do Peru. O lado esquerdo do rio é o Peru; o lado direito, o Brasil. O rio Juruá penetra no Brasil vindo do Peru – em algum ponto da selva corre uma linha geodésica. Temos ali o monte Roraima, entre o Brasil e a Venezuela; e lá, o rio Uaupés, separando o Brasil da Colômbia, na região do Querará. Temos aqui as cidades-gêmeas: Livramento/Rivera, Brasil e Uruguai; Coronel Sapucaia/Capitambá, Brasil e Paraguai; Ponta Porá/Pedro Juan Caballero, Brasil e Paraguai – onde acabou de ser preso esse traficante, o Polegar – e Tabatinga/Letícia, ligando o Brasil à Colômbia.

Um aspecto importante a considerar em nossa faixa de fronteira – e, por favor, não encare isto aqui como crítica, absolutamente, mas é um aspecto a ser considerado – é a grande quantidade de unidades de conservação em terras indígenas ao longo da nossa faixa de fronteira. Vejam que poucos pontos da fronteira na Amazônia não estão tomados por esse tipo de unidades, de terreno. Isso gera algum tipo de amortização e congelamento das áreas, e, muitas vezes, essas áreas indígenas, por exemplo, são contíguas com áreas indígenas da mesma etnia em territórios vizinhos. Aqui, por exemplo, eu vou citar a questão dos índios ticunas, nesta área que está aqui. E este é um dos problemas a que me referi aqui e que nos está alarmando um pouco.

A permeabilidade da faixa de fronteira em algumas áreas é muito grande. Vejam aqui no sul do Mato Grosso com o Paraguai: a permeabilidade aqui é proporcionada tanto pela linha seca quanto pela quantidade de rodovias. E, na Amazônia, os rios. Cerca de mil rios penetram no território brasileiro, e cada rio desses é uma via de comunicação por onde passa todo tipo de

interface, de comércio legal e ilegal; trânsito de pessoas legal e ilegal. Então, vejam que isso torna gigantesca a nossa tarefa de vigiarmos.

Os tipos de ilícitos que ocorrem em toda a nossa faixa de fronteira aí estão. Aí estão quase todo o tipo de ilícitos possíveis, os ilícitos transfronteiriços: tráfico de droga, roubo de carga, tráfico de armas e munições, crimes ambientais, refúgios de criminosos, contrabando, descaminho, exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de pessoas, veículos roubados, roubos de gado, pistolagem, evasão de divisa, turismo sexual e assim por diante.

No caso da Amazônia, vou me focar mais um pouco com relação a contrabando de armas e munição, tráfico de drogas, descaminhos e crimes ambientais que aí ocorrem.

Quanto à questão da segurança, o que está nos preocupando na fronteira, a que me referi, é um caso específico e pontual que ocorre exatamente com os ticunas, na fronteira com o Peru, ali na região da tríplice fronteira. Aqui é uma ampliação. Aqui está Tabatinga. Nesta área aqui, em uma operação excelente, desencadeada pela Polícia Federal brasileira e pela polícia peruana, foi constatada uma grande extensão de plantação de coca. Conseguiram desenvolver uma variedade de coca adaptada à região baixa, úmida e quente. Com isso, a plantação de coca se aproximou da nossa fronteira. Vejam que isso tudo é plantação de coca. Aqui corre o rio Javari; aqui em cima é Brasil. Aqui, uma outra vista, plantação de coca, rio Javari e Brasil. Aqui, plantio da coca; aqui, as chamadas poças de maceração para a produção da pasta básica de coca; aqui, uma fossa vazia; aqui, a sobra das folhas de coca. Aqui, este material todo, na semana passada, foi apreendido por nossa Polícia Federal entre os índios ticunas, no nosso território. É a maior população indígena do Brasil, entre 35 a 40 mil índios.

No lado do Peru, essas plantações de coca estão ocorrendo na área ticuna com a participação dos índios. Vejam que há um livre trânsito dos índios para os dois lados da fronteira. No ano de 2009, nosso batalhão de Tabatinga foi empregado na erradicação de um plantio de coca em nosso território. Nós temos estado atentos, porque, no momento em que o plantio da coca passar para o lado brasileiro, isso estabelece uma mudança de *status* do Brasil em relação ao tráfico. Nós não somos produtores, mas somos corredor de passagem e somos o segundo maior consumidor de cocaína. A partir do momento em que essa coca passar a ser plantada em nosso território, nós nos transformaremos também em produtores de coca. E isso agrega a essa problemática uma complexidade muito maior. Os colombianos e nossa Polícia Federal

têm detectado indícios da presença de cartéis mexicanos já naquela região. Os cartéis mexicanos têm um *modus operandi* muito mais violento. Já há aumento do nível de violência naquela região do Peru a que me referi. Em consequência disso, nós temos que estar muito atentos. A nossa avaliação é de que a coca não passou para o lado brasileiro em função dessas inúmeras operações e da vigilância da Polícia Federal e da vigilância das Forças Armadas, Operação Ágata, essa atenção que tem sido dada. Isso nos indica que devemos manter e intensificar esse tipo de trabalho.

Outro problema vem dos ilícitos ambientais. Aqui também na fronteira com o Peru, na região do Acre, aqui na área dos índios axanincas, são índios descendentes de índios do altiplano, e os madeireiros peruanos entram no nosso território, cortam as toras, depois, quando chove, essas toras são arrastadas para o lado peruano, e aqui há um problema sério: a legislação ambiental peruana é bem mais permissiva que a nossa. Então, essa madeira é legalizada no Peru e depois é exportada muitas vezes por dentro do nosso território.

Então, nós poderemos sintetizar no sentido de que as fronteiras brasileiras apresentam estas características: uma grande extensão, fraca presença do Estado, diversidade – conforme nós vimos –, permeabilidade muito grande, baixo desenvolvimento socioeconômico e um grande número de terras indígenas e unidades de conservação. Isso nos aconselha a que as ações nas fronteiras tenham essas características que aí estão, que haja uma atuação integrada de todos os órgãos, Forças Armadas, órgãos de Governo em todos os níveis. Isso é fundamental, essa atuação integrada. As Forças Armadas, em especial o Exército, por exemplo, as Leis Complementares 97, 117 e outras nos deram o poder de polícia para atuar na faixa de fronteira.

Contudo, não é a nossa vocação. Nós temos poder de polícia quando nos deparamos com o ilícito, mas não é a nossa vocação nós trabalharmos em função dos ilícitos, porque o nosso papel na fronteira é outro. Daí a importância de nós termos conosco todos os órgãos, cada um com a sua vocação natural, é a Polícia Federal, é o Ibama, é a Funai, é o Incra, a Secretaria Antidrogas, e assim por diante.

Outro aspecto importantíssimo é que haja uma continuidade das ações. As ações perdem muito em eficácia se elas forem episódicas. A ação episódica têm uma importância, são ações de presença, elas quebram a rotina, aproximam os órgãos de governo da população, dão evidência, dão visibilidade para a atuação dos órgãos de governo. Mas tem que haver uma permanência nessa atuação, porque nas operações, às vezes apreendemos um contrabando, apreendemos ali dois ou três quilos de cocaína, mas isso

é absolutamente irrelevante em relação ao que acontece naturalmente.

Outro aspecto fundamental é a cooperação internacional. Estávamos conversando, eu e o Ministro, a respeito disso. Tanto nas operações, conforme me referi, mas também nessas ações permanentes é importante que se homogeneizem as legislações ambientais, por exemplo. Enquanto nós tivermos uma diferença de critério é praticamente impossível se coibirem os crimes ambientais, não só a extração de madeira, mas do contrabando de animais silvestres, peixes ambientais, enfim, todo tipo de crime referente a isso.

Um outro aspecto importante – isso, às vezes, não é levado em consideração, e aqui não há nenhuma presunção, até porque estou aqui chamando encargos para nós – é principalmente na Amazônia, no Mato Grosso, na faixa de fronteira ter o Exército como suporte, em função da nossa capilaridade e da nossa permanência nas operações. Nós já temos um exemplo referente a isso que é o Projeto Calha Norte, por meio do qual foi construída uma grande quantidade de pelotões de fronteira, e todos eles têm um pavilhão, um prédio chamado de pavilhão de terceiros, destinado a alojar, abrigar outros órgãos do governo que aí queiram vir a trabalhar. Invariavelmente, esses pavilhões estão vazios; eventualmente, algum órgão ocupa, mas são ocupações episódicas, e não há aquela permanência, a continuidade das ações a que me referi. Daí a importância de o Exército ser sempre levado em consideração.

Às vezes nos aflige um pouco verificarmos que alguma operação, algum projeto está sendo desenvolvido em relação à faixa de fronteira e verificamos que teríamos uma grande colaboração, uma grande contribuição a proporcionar. No entanto, não somos, às vezes, considerados.

O Exército tem 87 organizações militares na faixa de fronteira. Aqui, no centro-sul, isso ainda é herança do Prata, com a diferença de que essas unidades não são unidades de fronteira, são unidades colocadas na fronteira. Elas não têm a mesma vocação das unidades aqui de cima, que desenvolve o que nós chamamos de ações subsidiárias e a estratégia da presença.

A Estratégia Nacional de Defesa, de dezembro de 2008, determinou que as forças desenvolvessem essas capacidades básicas: monitoramento e vigilância, mobilidade e presença. Quando nós fizemos um diagnóstico em relação a isso, constatamos que estávamos muito, muito deficientes aqui.

Então, vou até retornar a essa transparência.

Vejam que, numa fronteira de 17 mil quilômetros, a presença física, por si só, não tem condições de proporcionar a vigilância adequada. Daí a extrema

carência de tecnologia incorporada aos sistemas que vamos implantar aí. E o Exército, então, vem trabalhando no sentido de suprir essa carência de tecnologia e estamos desenvolvendo o Sisfron, que é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, baseado em uma rede de sensores colocados sobre a linha de fronteira, interligada a sistemas de comando e controle, que, por sua vez, estarão interligados aos sistemas operacionais, às unidades operacionais, com capacidade de dar resposta, em tempo real, à problemas que sejam detectados em tempo real.

Esse sistema, que pode-se até dizer, de certa forma, que é um Sivam da fronteira, tem três subsistemas: um sistema de sensores, um apoio à decisão, sistema de comando e controle; e os atuadores são os sistemas operacionais, as unidades operacionais prontas a ocorrer diante de qualquer problema.

Então, ele inicia na Amazônia, interligado – esperamos que num curto espaço de tempo – por satélite, ligando a todos os comandos e aos centros de comando e controle, por sua vez interligados às unidades operacionais. Isso se replica para o Mato Grosso, replica-se para o Sul, enfim, todo o território brasileiro, toda a faixa de fronteira brasileira deverá, num horizonte temporal de cerca de 10 anos, estar coberto com esse sistema.

Um aspecto importante vai ser a integração com outros sistemas já existentes e em desenvolvimento, além de proporcionar a atuação integrada de vários órgãos do Governo. Estará integrado com o Sivam, Sipam, estará integrado com o SisGAAz – Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul; com o Promotec, da Polícia Federal, com o Sistema de Controle do Espaço Aéreo, e assim por diante. E também vai nos proporcionar sinergia com todas as demais ações do Governo em andamento, como o Plano Estratégico de Fronteira, Operação Sentinela, policiamentos na fronteira, na questão de desmatamento, na questão de saúde na fronteira; o próprio Projeto Calha Norte, que já existe.

Os custos estimados são de 12 bilhões, em dez anos, o que, se formos verificar, com os dados disponíveis, corresponde a 6,5% ao ano do gasto com violência no Brasil. Os dados mais recentes são esses, do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No ano 2000, a violência estaria custando, no Brasil, US\$84 bilhões; o Ipea indicou que, em 2007, eram US\$92 bilhões; e fazendo uma projeção para 2011, deve estar na ordem de R\$180 bilhões. Isso é o que o Brasil perde e tem de despesas referentes à violência. E a faixa de fronteira tem uma influência muito grande na contenção dessa violência.

Que impactos esse sistema, uma vez implantado e totalmente integrado aos demais sistemas, pode

nos proporcionar? Do ponto de vista político, um instrumento de integração regional, porque ele vai nos proporcionar uma interface bastante eficiente com os países vizinhos, inclusive em cooperação militar com os países vizinhos; um aumento da presença do Estado e a integração entre os órgãos do Governo.

Do ponto de vista do crime, da segurança pública, o combate ao narcotráfico e todo o tipo de ilícito transnacional; e o aumento da segurança nos centros urbanos e a percepção da segurança nos centros urbanos.

Do ponto de vista do que diz respeito à Amazônia propriamente dita, a preservação ambiental, a proteção da biodiversidade, combate aos ilícitos e proteção às populações indígenas. Ainda do ponto de vista social, um vetor de melhoria da qualidade de vida, aumento da percepção de segurança, a que eu já me referi; emprego de recursos de tecnologia para assistência da população e ampliar a presença do Estado junto às populações e regiões desassistidas.

Do ponto de vista da economia e de ciência e tecnologia, vai nos proporcionar a geração de empregos, um grande impacto na indústria de defesa nacional e elevar a capacitação tecnológica dessa indústria de defesa nacional.

E do ponto de vista militar propriamente dito, todas as nossas capacidades, todas as nossas necessidades estarão sendo atendidas por esse sistema: vigilância e monitoramento, a própria presença, o reaparelhamento, capacidade nas operações que nós já realizamos de garantia da lei e da ordem, operações subsidiárias e a maior presteza no atendimento às emergências e defesa civil.

Era isso, então, o que eu tinha a apresentar. Vejam que não há assim uma didática, mas eu quis apenas apresentar algumas ideias que sirvam de suporte para a gente desenvolver o debate posteriormente.

(Falha na gravação.)

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – (...) Sr. Presidente, por esta oportunidade, em nome do Exército e do Comando Militar da Amazônia também. *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o General de Exército Eduardo Villas Bôas, Comandante Militar da Amazônia, que nos fez uma exposição bem abrangente e específica sobre o trabalho que as Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, em conjunção com outros organismos vinculados a outros ministérios, principalmente o Ministério da Justiça, vem realizando para defender as nossas fronteiras, numa defesa conjunta, num trabalho de cooperação com os nossos países vizinhos.

Passo agora a palavra ao Prof. Ricardo Vélez Rodrigues, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, para, em nome do setor acadêmico, fazer a sua projeção sobre o tema que está sendo hoje abordado.

Tem V. Ex^a a palavra, Professor.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRIGUES – Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma honra, para mim, poder participar deste debate, que é uma extensão natural da nossa nova lei, lei aprovada em 2008, sobre estratégia e defesa e a participação da sociedade civil.

Além de ser professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, muito me honra ser também professor emérito da Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Embora o meu sotaque seja hispânico, sou brasileiro naturalizado.

Bem, vou analisar, do meu ângulo interdisciplinar, digamos, alguns problemas que, a meu ver, do ponto de vista da segurança estratégica, podem ocorrer nas nossas fronteiras.

O tema que me foi pedido é estudar a Amazônia e o Sul do País.

Próximo, por favor.

Eu encontraria cinco áreas sensíveis nas nossas fronteiras: a fronteira com a Colômbia, a fronteira com a Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Venezuela, na fronteira com o Paraguai e a Bolívia, na tríplice fronteira, e a questão do aquífero Guarani, que abarca toda esta região do lado brasileiro.

Próximo, por favor.

Bom, um pouco de história. A fronteira com a Colômbia tem uma extensão de 1.644km e está inteiramente demarcada. A fronteira foi delimitada pelo Tratado de Bogotá, de 1907, e pelo Tratado de Limites de Navegação Fluvial, de 28.

Hoje, os trabalhos de caracterização estão a cargo da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasileira/Colombiana, criado em 76.

Próximo, por favor.

Qual seria o risco estratégico da fronteira colombiana? Do meu ângulo, para suscitar o debate, seria a presença das Farc na região de Vaupés, bem como na zona fronteira com Tabatinga. Isso traria risco forte de insegurança para a população brasileira das regiões limítrofes, em decorrência do tráfico de armas e de drogas. E outro fator é a presença de traficantes vinculados às Farc no interior do Estado do Amazonas, como, em repetidas oportunidades, tem sido noticiado.

Fronteira com a Guiana. A fronteira com a Guiana foi fixada por arbitragem internacional em 1904. Tornando-se independente da Inglaterra em 1966, o novo país

conservou a delimitação de 1904, e temos 1.606km de fronteiras nos Estados do Pará e de Roraima.

Próximo, por favor.

Riscos estratégicos: a) risco moderado e indireito decorrente da disputa entre a Guiana e a Venezuela pela região limítrofe do Essequibo; b) risco sensível decorrente da farta presença na Guiana de ONGs que buscam interferir nas questões indígenas, notadamente na reserva Raposa Serra do Sol, situada em Roraima.

Próximo, por favor.

Fronteira com o Suriname. A fronteira entre o Brasil e o Suriname, fixada pelo Tratado de 1906 com a Holanda, é uma linha de 593km de extensão, sentido oeste-leste. A fronteira é a menos extensa do Brasil com seus vizinhos. Quase toda ela ocorre com o Estado do Pará, sendo que apenas 25km limitam-se com o Estado do Amapá.

Próximo, por favor.

Qual seria o risco estratégico? O atual Presidente Desi Bouterse, quando do seu primeiro mandato, organizou o denominado Suricartel, que trocava armas para as Farc por drogas nas décadas de 1980 e 1990. Desse esquema participava Fernandinho Beira-Mar. Bouterse, por outro lado, é aliado do Presidente Chávez, da Venezuela, para implantação agressiva do modelo de socialismo bolivariano. Há forte risco de acirramento das tensões na Amazônia e no Amapá por conta do tráfico de drogas e de armas.

Próximo, por favor.

Fronteira com a Guiana Francesa. A Guiana Francesa constitui um departamento ultramarino da França na costa atlântica da América do Sul, sendo o principal território da União Europeia no continente. Área: 86.504km², limitada ao norte pelo oceano Atlântico, ao leste e ao sul pelo Brasil, Estado do Amapá, e a oeste pelo Suriname. Sua capital e principal cidade é Caiena. Os limites com a Guiana Francesa foram fixados em 1900, após hábil negociação do Barão do Rio Branco. Em sua extensão total, a linha limítrofe percorre 427,2km por rios e mais 303,2km por divisor de águas.

Qual seria o risco do ponto de vista estratégico? A meu ver, o risco é praticamente inexistente depois que a Guiana Francesa se consolidou como departamento francês. O Centro Espacial de Kourou, constituído pela Agência Espacial Europeia em 1968, pode ser importante aliado para a Política Espacial Brasileira. Ainda esta semana, vimos o lançamento do satélite Galileu, que vai ajudar muito as comunicações no contexto da Europa.

Próximo, por favor.

Fronteira com a Venezuela. Foi delimitada pelo Tratado de 1859 e confirmada pelo Protocolo de 1929. Entre o ponto tríplice com a Colômbia, no rio Negro,

e o ponto tríplice com a Guiana, no alto do monte Roraima, são apenas 2.199km, sendo apenas 90km convencionais, e 2.109km definidos pela linha divisória de águas entre as bacias do Amazonas (Brasil) e do Orenoco (Venezuela).

Próximo, por favor.

Qual seria o risco estratégico? O risco sensível, a meu ver, decorrente da voluntariosa política bolivariana do Presidente Hugo Chávez: projeto expansionista do socialismo bolivariano, com ramificações no Equador e na Bolívia, com enclaves das Farc em território venezuelano.

Próximo, por favor.

Fronteira com a Bolívia. A linha limítrofe atravessa uma variedade de terrenos, percorrendo desde grandes áreas urbanas até desertos inóspitos e florestas. Começa no pantanal e termina na floresta amazônica. Totaliza 3.400km de fronteira. A fronteira com a Bolívia ficou demarcada pelos Tratados de 1867 e de Petrópolis, em 1903.

Próximo, por favor.

Risco estratégico: a eleição, em 2005, do líder cocaleiro Evo Morales como presidente da Bolívia, representou risco sensível para os interesses brasileiros, por duas razões – isso do meu ângulo: agressiva política de estatizações de empresas estrangeiras, aumento da produção de cocaína que é distribuída no mercado brasileiro.

Segundo a polícia boliviana, aumentou a área plantada com folha de coca de 12 mil para 20 mil hectares e aumentou a exportação de cocaína para 24 toneladas anuais. São dados da polícia boliviana.

Próximo, por favor.

Fronteira com o Paraguai. Os tratados de 1872, 1927, 1930, 1966, 1973 e as notas reversais de 1980 fixaram os limites entre o Brasil e o Paraguai. Extensão da fronteira com o Brasil: 1.366km, sendo 1.180km com o Estado de Mato Grosso do Sul e 186km com o Estado do Paraná.

Próximo, por favor.

Riscos estratégicos: risco sensível decorrente do tráfico de drogas e de armas; risco sensível decorrente do contrabando de mercadorias; risco moderado decorrente das pretensões do Governo do Paraguai no sentido de revisar o Tratado de Itaipu.

Próximo, por favor.

Tríplice Fronteira: Argentina-Brasil-Paraguai. O marco das três fronteiras é um ponto turístico localizado perto de Foz do Iguaçu (Brasil), Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai). O marco brasileiro localizado no Porto Meira foi inaugurado em 1903; o marco argentino situa-se à margem do rio Iguaçu, e o marco paraguaio fica à margem direita do rio Paraná.

Os três, igualmente pintados com as cores nacionais, formam um triângulo equilátero que fixa o limite territorial e a soberania dos três países.

Próximo, por favor.

Riscos estratégicos: a área da tríplice fronteira é o maior centro de contrabando da América do Sul e onde se encontra uma comunidade árabe e muçulmana grande e ativa. A maioria é constituída por muçulmanos Shi'as e a minoria é Sunni. Pequena população de cristãos emigrados do Líbano, Síria, Egito e dos territórios palestinos.

Há aí alguns dados das cidades. Ciudad del Este com 32.038 habitantes; temos aqui Foz do Iguaçu, 325.137, e Puerto Iguazu, 320 mil habitantes.

Como se vê a seguir, esta parte é responsável por 50% do PIB do Paraguai, em decorrência do dinheiro que circula nessa região.

Próximo, por favor.

Riscos estratégicos: a maior parte desses imigrantes árabes vive do comércio da Ciudad del Este, mas reside em Foz do Iguaçu, na margem brasileira do rio Iguaçu.

Segundo John Price, perito em terrorismo internacional,

a economia predominante da Ciudad del Este consiste de atividades ilegais, sendo principal o contrabando, a pirataria de softwares e música e a lavagem de dinheiro, oriundo da venda de cocaína.

Próximo, por favor.

Ainda sobre os riscos. A Ciudad del Este tem aproximadamente 55 bancos e casas de câmbio diferentes. Os Estados Unidos avaliam que US\$6 bilhões por ano, resultantes de fundos ilegais, são lavados ali, quantidade equivalente a 50% do produto bruto doméstico do Paraguai.

Próximo, por favor.

Aquífero Guarani. Constitui-se num dos reservatórios de água subterrânea de maior extensão do mundo: 1.190.000km². No Brasil, o aquífero ocupa uma superfície de 850.000km² enquanto que, na Argentina, ocupa 225.000km²; no Paraguai, 70.000km², e no Uruguai, 45.000km².

Próximo, por favor.

Está situado o aquífero Guarani entre os seis maiores aquíferos do mundo, que são: aquífero de Arenisca de Núbia, no sul do Egito, com 75 milhões de metros cúbicos de água; o aquífero Norte do Saara, no subsolo da Argélia, Tunísia e Líbia, com 60 milhões de metros cúbicos; o aquífero Guarani, no subsolo do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, com 37 milhões de metros cúbicos; o aquífero da Grande Bacia Artesiana, na Austrália, com 20 milhões de metros cúbicos; o aquífero das Altas Planícies, nos Estados Unidos, com

15 milhões de metros cúbicos e o aquífero do Norte da China, com 5 milhões de metros cúbicos.

Próximo, por favor.

No contexto das guerras da água no século XXI, certamente, teremos risco do ponto de vista dessa riqueza natural.

Segundo a revista americana *Fortune*, a água promete ser, no século XXI, o que foi o petróleo para o século XX, um bem precioso que determina a riqueza das nações.

Cento e sessenta representantes de governos assinaram, no final do II Fórum Mundial da Água, em Haia, Holanda, em março de 2000, a declaração ministerial sobre a água, destacando que se trata de um bem essencial para a humanidade no século XXI.

Qual seria o problema atual? A água potável é bem escasso para 1,1 bilhão de pessoas no mundo, e temos 2,4 bilhões de pessoas que carecem de saneamento básico adequado.

Próximo, por favor.

Bem, em face desses riscos potenciais, qual seria a resposta do Estado brasileiro? Eu considero que o Estado brasileiro costurou uma resposta à altura desses reptos.

O General Villas Bôas certamente informou com muito mais detalhe e propriedade acerca dessas variáveis, Sipam/Sivam. O chamado Sipam/Sivam foi constituído ainda no século passado. O chamado Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), tem como um dos seus componentes o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Os objetivos do Sipam são os seguintes: controle ambiental, desenvolvimento regional, vigilância, controle do tráfego aéreo, coordenação de emergências, monitoramento das condições meteorológicas, controle de ações de contrabando. O General mostrou, muito mais detalhadamente do que eu, como se constitui esse sistema de vigilância.

Próximo, por favor.

Qual seria a resposta atual do Estado brasileiro? Do ponto de vista do Exército, sem dúvida, é o Sisfron; na Marinha, o submarino de propulsão nuclear; na Aeronáutica, o projeto de uma nova frota de caças.

No Exército, o Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), orçado em US\$6 bilhões, R\$10 bilhões. Na avaliação do Governo, a porosidade das fronteiras onde o Exército tem poder de polícia desde 99, é o problema número um de segurança do País. Com o monitoramento do espaço aéreo na região, iniciado com o Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia), o contrabando e o tráfico de armas migraram para as vias terrestres e fluviais, e é por aí que chegam aos grandes centros, como as favelas do Rio de Janeiro.

O Sisfron é orçado em US\$6 bilhões, R\$10 bilhões. O General Villas Boas mostrou muito mais detalhadamente que eu, com os mapas mais diferenciados, essa presença.

O Sisfron deve ser implantado em três etapas até estar concluído em 2019, com um custo de manutenção anual estimado em até 10% do total do investimento. A expectativa do Governo é obter os recursos com financiamento externo de longo prazo.

Próximo, por favor.

Ainda sobre o Sisfron, o projeto ordinal inclui radar de imagem, radares de comunicação de diferentes graus de sofisticação, vans, veículos aéreos não tripulados e blindados para abranger a fronteira terrestre com foco na Amazônia.

A base operacional do projeto serão os pelotões especiais de fronteira, que passarão gradualmente dos atuais 21 para 49. O custo médio de cada pelotão é de R\$35 milhões, incluindo a pista de pouso, que tem orçamento independente do Sisfron.

Próximo, por favor.

Considerações finais.

Qual seria o obstáculo político mais difícil? A meu ver, é o obstáculo político-cultural ainda persistente: clima de retaliação em face das Forças Armadas e dos organismos de segurança, sistemas de inteligência e forças policiais, que se traduz num paradoxo. A sociedade brasileira valoriza muito bem as Forças Armadas. Ontem, era divulgada uma pesquisa segundo a qual as nossas Forças Armadas têm uma aceitação acima de 80%. Mas, na hora do dinheiro, a retaliação aparece fortemente nos cortes do orçamento – e um orçamento muito pequeno. *O Exército Brasileiro – Proposta de Transformação*, de maio de 2010, diz que a prolongada estiagem levou o Exército “a uma situação de déficit crônico [...]”. Esta situação está imobilizando o Exército”. E ainda, no mesmo documento, é considerado que “as restrições orçamentárias constituem um conjuntura que perdura, com algumas oscilações, por pelo menos vinte e cinco anos [...]”.

Então, certamente, nos atrasamos – nós, como sociedade – em face dessa necessidade de darmos às nossas Forças Armadas os instrumentos necessários para fazer a sua missão de vigilância de fronteiras.

Próximo, por favor.

Efeito: descaso da sociedade civil para com os projetos de modernização das Forças Armadas e dos efetivos policiais; desproporção na distribuição de recursos. A própria opinião pública registra isso. Há uma notícia que apareceu em *O Globo* do início deste mês. Dizia o título: “Mais vigiados que as fronteiras – os Tribunais Superiores em Brasília têm 1.211 seguranças;

Polícia Federal conta com cerca de 1.000 efetivos em 15.700km de fronteira”.

Próximo, por favor.

Corte significativo no orçamento do Ministério da Defesa no orçamento de 2011.

Os gastos totais estavam orçados em 15,1 bilhões; despesas obrigatórias, 4,8 bilhões; base contingencial, 10,3 bilhões. Despesas reduzidas para seis bilhões. Certamente, com essa importância, não teremos como fazer frente às necessidades no terreno concreto do Exército/Sisfron, que estão calculadas em R\$10 bilhões.

Próximo, por favor.

Os cortes afetarão, principalmente, os investimentos para a modernização das Forças Armadas. Temos aqui um quadro que no próprio *site* do Exército aparece; temos despesas com pessoal, temos aqui as despesas correntes e as despesas com investimentos, que estão caindo.

Muito obrigado pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado ao Professor Ricardo Vélez Rodrigues pela sua explanação.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Marcelo Rafael Rech, jornalista e editor do site InfoRel, para a sua exposição.

O SR. MARCELO RAFAEL RECH – Muito obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, obrigado pelo convite para estar aqui e queria ressaltar que recentemente estive em Washington e também em Santiago do Chile, em duas conferências da área de defesa da segurança hemisférica, onde o tema Pensar o Brasil Para os Próximos Anos foi colocado. Ninguém sabia que este ciclo de debates já acontecia, e muita gente ficou curiosa em saber como o Senado está conduzindo essa discussão. E eu fiz lá uma pequena explanação a respeito do assunto, mostrando exatamente que o que se está fazendo aqui, nesta Comissão, todas as segundas-feiras, é exatamente pensar o Brasil para os próximos anos. Nós somos um País extremamente imediatista, temos aí os vários programas que são implementados ou que são anunciados, e nós cobramos os resultados imediatamente. E o que se está fazendo aqui, creio eu, e disse nessas duas ocasiões, é pensar o Brasil para os próximos anos.

Esses problemas que o General colocou aqui, e que o Professor também acabou de colocar, não são desconhecidos, são problemas com que nós já temos certa familiaridade, mas ainda assim, discutido neste âmbito e desta forma, fazem ou pelo menos deveriam fazer com que as autoridades despertassem de uma vez e pensassem o Brasil, por exemplo, para os próximos 20 anos, para a próxima geração.

A minha contribuição, Sr. Presidente, aqui nesta Comissão, diz muito a respeito da minha experiência pessoal. Eu não tenho aqui nem condições de explicar o que o Exército faz nas nossas fronteiras e também não tenho o conhecimento acadêmico para explicar, sob os vários ângulos, como essas coisas se dão. Mas eu tenho a experiência pessoal de quem já esteve na fronteira brasileira, especialmente do outro lado algumas vezes e pode ver e sentir como as coisas acontecem.

Recentemente, eu tive a experiência de percorrer toda a fronteira da Colômbia com o Brasil do lado colombiano e pude ver como há uma integração entre os dois exércitos; e é uma integração que eu arriscaria dizer que vai muito além do que os acordos formais dizem, aquilo que os diplomatas muitas vezes assinam, aquilo que os governos entendem e colocam no papel. O General Villas Bôas sabe muito bem disso, quem está naquela região tão distante, muitas vezes precisa de uma solução imediata. Não dá para recorrer a Brasília ou a Bogotá. Então, as soluções acabam acontecendo e a relação acaba sendo muito mais profunda. E com isso, o que eu consegui observar, nas oportunidades em que ali estive – e não foram oportunidades de um dia ou de algumas horas, mas de algum tempo – é que se constrói o que eu considero o mais importante: confiança. Quando há confiança entre dois países, não se resolve tudo, mas se dá um passo extremamente importante para se caminhar em direção à solução dos problemas.

Vi, por exemplo, na cidade de Tabatinga, que, como o general aqui mostrou, é dividida por uma rua com a cidade de Letícia... Eu estive lá cobrindo um assunto que dizia muito ao Exército brasileiro, mas aproveitei para ir ao outro lado e conversar com os colombianos, conversar normalmente, na rua, nos bares. Estive em dois restaurantes, em duas lojas, e os colombianos diziam: “Olha, se não é o militar brasileiro aqui, nós não sabemos o que fazer.”

Então, os problemas mais básicos de que vocês podem ter ideia eram solucionados por militares brasileiros.

Imaginemos que os militares brasileiros se prendessem à burocracia. Quanta coisa deixaria de ser resolvida, e coisa muito simples, muito básica, como, muitas vezes, um atendimento de um odontologista a uma criança colombiana.

Esse aspecto, que eu reputo ser um aspecto extremamente humano da relação internacional, é que coloca, realmente, os países num outro patamar. Essa foi a experiência que eu tive vendo esse tratamento que o Exército dava.

Conversando com um soldado brasileiro, ele dizia: “Olha, nós, aqui, não fazemos distinção de idioma,

de bandeira ou de nacionalidade, porque nós todos estamos na Amazônia, nós todos estamos distantes dos nossos governos.”

Então, essa experiência vista *in loco* é muito diferente de qualquer experiência lida em qualquer livro ou vista em qualquer filme.

Eu percebi que a integração das cidades fronteiriças, essas cidades que, se não me engano, o general chamou de cidades-irmãs, a dinâmica dessa integração é uma dinâmica completamente diferente. Ela possui, na verdade, uma dinâmica muito própria, porque é o dia a dia de quem está ali e precisa de soluções para problemas básicos, como eu falei, e esses problemas muitas vezes são resolvidos.

Há um tempo atrás, acompanhei uma situação no Paraguai em que, por uma decisão brasileira, crianças paraguaias não poderiam ser atendidas em hospitais brasileiros. Havia uma burocracia tremenda para se atender uma criança paraguaia num hospital brasileiro.

Dois médicos brasileiros que atendiam em um hospital brasileiro me disseram: “Olha, eu não vou esperar uma resolução de Brasília, ou um acordo, se assinado, ou mesmo o Mercosul funcionar de uma vez. Eu tenho de atender, porque é o meu sacerdócio.” E atendeu, e atendia, e, acredito, até hoje deve atender.

Na questão, também, da presença do Estado nessas regiões, um problema que eu percebi, também, e isso também na fronteira do Brasil com o Peru: falta muita comunicação, falta diálogo.

Nós temos vários exemplos concretos de problemas a que o mundo assistiu, resultado, muitas vezes, da falta de diálogo de agências que não conversam entre si, que não compartilham informações, que não dividem o conhecimento, para prejuízo apenas e unicamente da sua população.

Muitas vezes, é colocado o interesse nacional, mas se esquece que o interesse nacional diz respeito ao cidadão que está lá na ponta. Então, muitas vezes eu vi isto: por falta de comunicação, você via uma instituição fazendo uma coisa e outra instituição fazendo outra coisa.

Aqui, eu faço um parêntese, Presidente: nas duas oportunidades em que estive no Haiti, antes do terremoto e imediatamente após o terremoto, me chamou muita atenção ver como funciona a burocracia das Nações Unidas. Um papel jogado no chão – esse é mais ou menos o desenho que tenho na cabeça – não é recolhido se não tiver um formulário em cinco vias, assinado e carimbado por um encarregado e pelo representante das Nações Unidas. A coisa funciona mais ou menos assim, tamanha a burocracia.

Nas regiões de fronteira onde eu estive, do Brasil com os nossos vizinhos, essa burocracia não existe e,

muitas vezes, ela não existe por teimosia, porque se pede o socorro de Brasília, se pede aos governos, mas as coisas, aqui, por várias razões – políticas, ideológicas, enfim –, não andam, as pessoas têm de fazer as coisas acontecerem.

Tive, também, uma experiência na Colômbia. Eu estive com essa pessoa, John Pinchao, que escreveu esse livro, *Presidente*. Foi o único sequestrado das FARC que conseguiu fugir e está vivo para contar a história.

Nós tivemos Ingrid Betancourt, que tentou fugir, não conseguiu. Tivemos dois ex-governadores, também, que tentaram uma fuga da guerrilha e foram recapturados. Esse cidadão foi o único que conseguiu fugir e, eu diria para vocês, da conversa que tive com ele de quase oito horas, em Bogotá, que toda a operação que resultou no resgate de Ingrid Betancourt, dos três americanos e mais os soldados colombianos começou a ser desenhada a partir das informações que esse cidadão deu, as informações de quem passou alguns meses perdido na floresta colombiana, conseguiu fugir e conseguiu contar a história. A partir daí, a Operação Jaque começou a ser desenhada.

O que me chama a atenção na conversa que tive com ele, entre as questões emocionantes, de cunho humano, é ele ter dito que várias vezes, capturado e algemado, ou acorrentado, como as Farc fazem com seus sequestrados, entrou e saiu do território brasileiro, várias e várias vezes. Em muitas, inclusive, nem sabiam que estavam em território brasileiro. Souberam depois, ou ficaram sabendo depois.

Isso mostra, um pouquinho, o grau de complexidade que é, e o General sabe melhor que eu disso, aquela região, de você entrar e sair do país e não saber exatamente onde está. Obviamente, ele também relatou casos em que a própria guerrilha sabia por onde entrar no território brasileiro, para poder se abastecer.

Aí, o governo colombiano, ainda na gestão do Presidente Uribe, começou a desenvolver uma política para, exatamente, asfixiar a guerrilha. Evitar... Se a guerrilha não tem condições de se abastecer e de se alimentar, vai ficar muito mais difícil. E se acabou, na Colômbia, com o que se chamava de “pesca milagrosa”, ou seja, a guerrilha tomava de caminhões ou de barcos, enfim, das pessoas que viviam naquela região, tonéis de grãos, de alimentos, de óleo, enfim, desses produtos. Isso, obviamente, servia para dar vida à própria guerrilha durante muito tempo.

Outro detalhe muito importante, também, para assinalar: recentemente, a gente ouviu, nesta semana mesmo, que o grupo terrorista ETA, da Espanha, anunciou a renúncia à luta armada.

O WikiLeaks publicou no ano passado, eu acredito, documentos, vazou documentos mostrando os nexos entre a organização terrorista basca e as Farc, só que, na verdade, a pesquisa que eu consegui fazer mostrou que o ETA chegou à América Latina muito, mas muito antes de qualquer relação com as Farc.

O ETA, já no final dos anos 1970, foi terceirizado e prestava serviços para o Cartel de Medellín de Pablo Escobar Gaviria. Ensinava como produzir bombas, ou artefatos explosivos, já naquela época. A relação com as Farc, de cunho ideológico, é algo que vem, já, do final dos anos 80 e isso também serviu para se entender um pouco como se dá essa dinâmica.

Hoje, o ETA anuncia a renúncia à luta armada porque não lhe resta absolutamente nenhuma outra solução. O grupo que hoje existe, ainda, naquela região do país basco é um grupo que está completamente dominado, monitorado, e se um terrorista daqueles espirrar, a inteligência espanhola sabe.

Isso eu estou contando porque acredito que vai acontecer a mesma coisa com as Farc e arriscaria dizer por experiência, *Presidente*, que eu não vejo as Farc acabando. Não vejo o fim da guerrilha, por quê? Porque, pelo tempo que eu passei na Colômbia, eu consegui perceber, também, que não interessa nem para o governo colombiano e nem para o governo dos Estados Unidos o fim total da guerrilha. Enquanto houver alguma coisa de guerrilha, existe argumento para se conseguir dinheiro, treinamento e recursos do Congresso dos Estados Unidos para a Colômbia.

Então, eu acredito que essa realidade é uma realidade com que, infelizmente, nós vamos ter de conviver durante muito tempo.

Faço essa observação porque eu conheço seis pessoas, guerrilheiros das Farc, que vivem aqui no Brasil, que frequentam o corpo diplomático, que participam de reuniões em universidades.

Estive com dois ex-Ministros da Defesa do Brasil e os questionei a respeito disso. E a resposta que recebi de ambos, muito parecida, embora tenham ocupado o cargo em tempos bastante distintos, é que, enquanto essas pessoas estiverem aqui e não tiverem explodindo bombas, não tem problema. Acho que se eu dissesse isso, já seria muito arriscado; um Ministro da Defesa dizer é muito mais.

Eu acredito que o esforço que o Exército Brasileiro faz, principalmente naquela região, com a sua inteligência, deveria ter uma valorização muito maior por parte das nossas autoridades.

Presidente, eu entro no último ponto da minha colocação, que é a questão da inteligência. Tive uma experiência, em Bogotá. Às 5 horas da manhã, entramos num ônibus. Não lembro exatamente, agora, para

onde íamos. Nós ficamos mais ou menos uma hora e 45 minutos dentro do ônibus, em pé.

O senhor deve imaginar como é um ônibus em horário de *rush*, com as pessoas indo para o trabalho, enfim. Não descemos em nenhuma parada. No final, quando fizemos o caminho de volta, o oficial colombiano me explicou que isso era feito todos os dias, em todas as linhas de ônibus de Bogotá. E isso é inteligência humana. Durante o tempo em que ele passa dentro do ônibus, ele está ouvindo tudo que acontece ali.

Para os que podem achar o exemplo um pouco caricato, houve uma época em que Bogotá ficou sitiada pelas Farc em 17 pontos. A guerrilha não tomou a capital porque não quis. Porque não quis, o termo é esse. Tinha todo o controle da situação e poderia tomá-la a hora que quisesse. Por soberba, provavelmente, não tomou. Uribe entrou com mão dura, fez a política que deveria ser feita e acabou com isso. Mas começou com esse tipo de inteligência humana.

Pinchao, por exemplo, foi sequestrado num dos combates mais violentos da Colômbia, no assalto a Mitú, onde muitos policiais morreram, etc. Pois o que acontecia ali? Eu estive lá e falei com pessoas que nunca saíram de lá, que são daquela localidade e nunca saíram de lá. E as pessoas diziam o seguinte: “Você está vendo aquela ponte ali? Quem construiu foi a guerrilha, que não construiu para a gente, mas para ela mesma. Mas, com aquela ponte, eu consigo chegar a um posto de saúde em quatro horas. Sem ela, são três dias”. Muitas pessoas morriam por falta de atendimento.

O que isso mostra? Que a simpatia que eventualmente havia com relação à guerrilha era algo muito próprio. O Estado colombiano não dava à sua população o mínimo, o básico.

Outro detalhe. O exército colombiano tem uma história de muita corrupção e de despreparo. A população colombiana não confiava no seu exército, não se aproximava dele. Por quê? Porque havia os embates... Em Guaviare, por exemplo, houve um conflito, o exército ficou dois dias e foi embora. Uma semana depois, a guerrilha voltou. Então, a população, na verdade, estava cansada disso. Porque a guerrilha pressionava a população, mas o exército também pressionava a população, que, na verdade, era refém do Estado e do grupo irregular.

Essa realidade foi mudando. E gostando ou não do ex-Presidente Álvaro Uribe, o que ele fez criou pelo menos a percepção de segurança. Talvez, se colocarmos na ponta do lápis, ele não tenha reduzido tudo aquilo que os meios de comunicação venderam, mas a população colombiana se sentia segura com ele.

Aqui eu cito um detalhe que também parece muito caricato, mas é de experiência pessoal bastante legal. Na Colômbia – vocês devem saber, e a gente vê isso –, os órgãos de segurança utilizam cães, pastores alemães que são treinados para atacar, etc. A Colômbia começou a mudar isso e a utilizar cães de outras raças, como, por exemplo, *border collies*, labradores. Mas o que isso tem a ver? Essas pessoas andavam nas ruas com esses cães, e a população começou a se aproximar da polícia nacional.

O pastor alemão, por si, é muito intimidador; é um elemento dissuasório – é isso, General?

O SR. EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS – Nesse caso é coercitivo.

O SR. MARCELO RAFAEL RECH – Ou isso.

Com cães de outras raças, a população começou a se aproximar. Com a população se aproximando da sua polícia, o trabalho de inteligência humana começou a ser feito com muito mais propriedade.

Aqui, faço uma observação: no Brasil, infelizmente – essa é a minha percepção de quase 20 anos acompanhando esses temas – a inteligência brasileira está completamente abandonada. Temos uma agência de inteligência que não opera – e não opera por vários erros, razões políticas, pelo que for. Mas o fato concreto é que um país que vai ser a quinta economia do mundo e tem a projeção internacional que já temos não possuir uma inteligência qualificada, de respeito, reconhecida por seu Governo e por suas autoridades e respeitada pela sua sociedade é um país que me causa um pouco de temor.

Muitas vezes as pessoas falam da inteligência como algo que está sempre nas sombras; é tudo escondido. Inteligência é muito mais do que isso. Na minha modestíssima opinião, inteligência é muito mais do que isso, inteligência é ter a capacidade de antecipar aquilo que pode vir a acontecer.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que o crime organizado foi globalizado muito antes de qualquer país, porque ele não tem as amarras das burocracias que os Estados enfrentam. Os criminosos conversam e se encontram com muito mais facilidade e fazem os seus acertos com muito menos trabalho e muito menos problema.

Os Estados, infelizmente, precisam sentar e as reuniões são muito demoradas. Eu acompanhei diversas cúpulas e às vezes uma vírgula ou um adjetivo era suficiente para uma declaração não sair, ainda que de concreto nada fosse produzir um pouco depois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Marcelo Rech, jornalista, editor do site InfoRel.

Antes de passar a palavra ao nosso próximo expositor, eu gostaria de agradecer, em nome de todos os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presença de S. Ex^a o Sr. Embaixador Sergey Akopov, Embaixador da Federação da Rússia; de S. Ex^a a Sr^a Embaixadora Eva Betita, Embaixadora das Filipinas; de S. Ex^a o Sr. Embaixador Carlos Rafael Zamora Rodriguez, Embaixador de Cuba; do Sr. Nicholas Hilgert, Primeiro-Secretário da Embaixada dos Estados Unidos; do Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro-Secretário da Embaixada da República da Guiné-Bissau; do Sr. Carl Sapoar Lijong, Segundo Secretário da Embaixada da República do Suriname; do Sr. António Cristóvão de Lemos, Adido de Defesa da Embaixada de Angola; da Major Ana Josefina Solórzano, Auxiliar Agregada Militar Naval da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela; do Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; do Sr. Major Jose Luis Alvarado Chacón, Auxiliar Agregado Militar da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela; Sr. Alexander Alekseev, Adido Militar Adjunto da Embaixada da Federação Russa; Sr. Kris Lapiere, Conselheiro de Assuntos Políticos da Embaixada da Bélgica; Sr. Alexander Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus.

Agradeço também a presença das autoridades Dr. José Barroso Filho, Juiz-Auditor do Superior Tribunal Militar; do Sr. Marcus Tollendal Costa, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Embraer; e do Sr. Lourenço Drummond Lemos, das Relações Institucionais da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde).

A todos, os melhores agradecimentos dos integrantes desta Comissão pela honrosa presença de V. Ex^{as} a esta audiência pública.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Ministro Clemente de Lima Baena Soares, Chefe do Departamento da América do Sul II, do Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu cumprimento V. Ex^a pela ideia de organizar debates sobre política externa brasileira.

Senhores membros da Mesa, Senador, demais membros do Corpo Diplomático aqui presentes, eu tenho o benefício de ser o último e de ouvir um pouco a parte acadêmica e a parte do General Villas Bôas. E nos resta justamente dizer o que faz o Itamaraty com relação à faixa de fronteira.

Eu gostaria somente, antes de iniciar a minha exposição, de dizer que o meu departamento basicamente cuida das relações Chile, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Nós também temos,

sob nossa responsabilidade, todos os assuntos relacionados com o Tratado de Cooperação Amazônica, que engloba os oito países amazônicos.

Sr. Presidente, por uma feliz coincidência, há cerca de duas horas, foi encerrada a III Reunião da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteira Brasil-Peru. E nessa ocasião – quase durante todo o dia – foi possível repassar todos os assuntos relacionados com a cooperação fronteiriça bilateral.

Eu vou colocar a cooperação que temos com o Peru, porque em alguns casos ela se aplica aos demais países vizinhos. Mais uma vez, vou colocar ênfase na fronteira norte da América do Sul, porque, como todas as senhoras e os senhores estão vendo, a faixa sul da América do Sul é muito mais densa; e também para o norte da América do Sul, as senhoras e os senhores estão vendo que há muito menos presença de pessoas.

Com relação à cooperação com o Peru, o que se aplicaria? Guardadas as devidas proporções e peculiaridades dos países, nós temos vários setores de cooperação: desenvolvimento social; cooperação técnica econômico-produtiva; cooperação policial fronteiriça. E no caso do Peru, nós temos também um grupo de cooperação ambiental fronteiriça. Nós temos também grupos de integração física; cooperação energética na fronteira; controle integrado do espaço de fronteira e temos também mecanismos de desenvolvimento de empresas na faixa de fronteira, como micro e pequenas empresas, com o financiamento desses pequenos negócios.

Sr. Presidente, em relação aos combates a ilícitos transnacionais, proteção de populações indígenas e preservação ambiental a que o General se referiu e que fazem parte do Sisfron, eu tomo a ideia do Sisfron para justamente dar como exemplo da dificuldade que seria implantar um mecanismo que beneficiasse todos os países da região amazônica.

Eu digo isso no sentido de que, há alguns anos, o Itamaraty vem tentando negociar, em conjunto com o Censipam, à época, e o Sipam, algum método de disponibilizar as informações que temos para os países vizinhos. No entanto, há uma dificuldade muito grande de financiamento. Por quê? Nós podemos disponibilizar os dados, mas a leitura desses dados por parte dos demais países é muito difícil, na medida em que, para ter a leitura desses dados, seria necessária a construção de centros de leitura dessas informações que são fornecidas pelo Sipam. E uma pessoa ligada ao Sipam me disse que a construção desse centro poderia custar de US\$30 mil a US\$3 milhões. Ora, isso, para alguns países, especialmente Guiana e Suriname, seria de difícil implementação.

Apesar disso, o Itamaraty tem buscado, em colaboração com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, viabilizar recursos que possam ser aplicados nesses países no sentido de construção de alguns centros.

É uma ideia que estamos tentando implementar; temos tido contado com o Banco Mundial, o BID e outras fontes de financiamento. Enfim, são ações que buscam, digamos, que todos os países amazônicos tenham o benefício das informações importantes. Pelo que o General exibiu, mostrou, as informações chegam à fronteira. Obviamente, deve haver informações do outro lado da fronteira que poderiam ser disponibilizadas.

Portanto, Presidente, eu não vou cansar a nossa audiência com todas as ações que temos com todos os países da América do Sul. Mas eu gostaria de dizer que, nesses setores de cooperação, digamos, técnica, cooperação na área de saúde, muitas vezes, como disse o Prof. Marcelo, o atendimento de um lado da fronteira, por exemplo, na Colômbia, nem sempre pode ser recebido em Tabatinga, onde há mais condições de tratamento dessa pessoa. Muitas vezes é recusado em função de termos de atender primeiro os nossos e depois os dos vizinhos.

Estamos também tentando ter um acordo de cooperação que seja benefício de todas as populações fronteiriças. Mas, inclusive, isso pode onerar muito o Sistema Único de Saúde e, obviamente, os Estados nossos fronteiriços.

Sr. Presidente, também em outras oportunidades estive aqui e conversei com algumas pessoas. Eu sempre coloquei uma ideia, também olhando para o sul da América do Sul, de que lá existe o Focem. E por que não um Focem para a região Norte do País, para a fronteira? Esses fundos podem ser de benefício das populações em várias áreas: educação, saúde, cooperação técnica. Por que não para a construção de pontes, para a construção até de controles integrados de fronteira? Por que não? Por que não disponibilizar isso? Por que não instituir um fundo desses, que seria de fundamental importância e que beneficiaria não só o Brasil, mas todos os nossos países vizinhos?

Nós temos – mais uma vez, Sr. Presidente, eu não quero cansá-los – várias ações na fronteira, inclusive cooperação da Caixa Econômica com alguns bancos, por exemplo, o Banco da Venezuela com o Banco do Peru, de cooperação técnica, para a construção de programas como Minha Casa Minha Vida, como o Cadastro Único, como a bancalização na fronteira. Então temos um grande, digamos, um enorme inventário de ações que estamos tentando implementar na região fronteiriça. E falta dizer: essas ações seriam em muito facilitadas caso tivéssemos um fundo como o Focem,

que poderia ser aplicado nessas áreas de fronteira, porque nós vamos beneficiar, em último caso, justamente a população fronteiriça. E o Professor Marcelo acaba de relatar sua experiência nessas áreas.

Portanto, Sr. Presidente, nessa linha de atuação do Governo brasileiro, há também outro ponto a assinalar – uma grande assimetria entre o que há do lado brasileiro e do lado dos países vizinhos. Então, caberia ao Governo brasileiro, e cabe, é o que o Itamaraty, em coordenação com outros órgãos da Administração Federal...

Inclusive, Sr. Presidente, temos tido sempre o apoio dos Governos estaduais e municipais.

Eu posso dar aqui um exemplo muito concreto, que é de Roraima com a Guiana. Nós conseguimos, com o Governo do Estado de Roraima, após quase 30 anos, concluir a ponte sobre o rio Tacutu, juntamente com o Exército Brasileiro. Isso é um exemplo da coordenação entre o Itamaraty, o Exército Brasileiro e o Governo de Roraima. E, obviamente, neste momento, estamos colocando lá Receita Federal, Polícia Federal, Anvisa, enfim, todos os órgãos de controle de fronteira. Mas, sem o envolvimento dos Governos estaduais e dos Municípios, seria muito difícil implementar, incrementar ações acordadas entre os dois países.

Sr. Presidente, eu ficaria por aqui e à disposição para qualquer pergunta por parte dos senhores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Ministro Clemente de Lima Baena Soares.

Eu gostaria, inicialmente, com a permissão do Senador Inácio Arruda, de fazer algumas colocações aos senhores palestrantes.

Realmente, a situação das Forças Armadas brasileiras, por tudo aquilo que nós, Senadores e Deputados, estamos tomando conhecimento ao longo desses anos, é de extrema penúria. Isso coloca o Brasil numa situação de muita fragilidade, tendo em vista o crescimento econômico brasileiro, tendo em vista as enormes riquezas naturais que não só o Brasil, mas o nosso continente possui em termos de água, em termos de biodiversidade, em termos de petróleo, enfim, em termos de tecnologia. Isso desperta – é claro – a cobiça dos países chamados países do centro. E, naturalmente, o poder, aí sim, dissuasório é muito importante. É claro que nós, por mais que reaparelhemos e modernizemos as nossas Forças Armadas, jamais conseguiremos competir com as forças armadas de países extremamente desenvolvidos, até pela prática constante nesses episódios de intervenções e de guerras, mas pelo menos aqueles que eventualmente ficarem tentados a alguma ação em relação ao Terri-

tório brasileiro ficam sabendo que poderão nos atacar, mas terão algumas perdas – além da perda da questão moral, da questão de uma intervenção, que tem um custo moral forte diante da comunidade internacional, também perdas materiais, perdas importantes –, e isso causa uma repercussão extremamente negativa na sociedade daqueles países que assim ajam.

Tendo em vista essa necessidade premente das nossas Forças Armadas de, rapidamente, poderem se reaparelhar e se modernizar, a Presidenta da República, recentemente, lançou um programa de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas, de médio e longo prazo, que se destina, objetivamente, a dotar as nossas Forças Armadas dos meios necessários para que possam cumprir com suas atribuições constitucionais. E aí nós temos vários exemplos nas cooperações que o Brasil tem nessa área militar com vários países, com muito sucesso, além do incremento da tecnologia nacional e da recuperação de indústrias bélicas nacionais de extrema importância.

Está presente entre nós aqui um representante da Associação Brasileira das Empresas Fabricantes de Material Bélico, que detêm muita tecnologia, detêm bastante tecnologia e vêm construindo equipamentos, inclusive para exportação. Há agora o veículo Guarani, que foi recentemente mostrado numa feira que ocorreu lá no Riocentro. Temos também helicópteros muito potentes para transporte de equipamento e de tropas. Temos aí a Embraer – e aqui temos entre nós, na plateia, também um representante da Embraer –, que detêm uma tecnologia fabulosa e é um orgulho para todos nós pelo que já alcançou em termos de avanço no campo da inovação tecnológica. Enfim, há uma preocupação do Governo brasileiro, pelo que me foi dado conhecer. Eu estive presente nessa solenidade e realmente fiquei muito bem impressionado com a determinação do Governo brasileiro de fazer cumprir à risca esse programa de reaparelhamento e modernização das Forças Armadas. Também presenciei o lançamento de outro programa que nos deixou a todos que lá estávamos muito animados, que foi o Plano Estratégico de Fronteiras, também lançado pela Presidenta da República, que estabelece, pela primeira vez, a união de dois Ministérios – da Defesa e da Justiça –, com a união de todas as suas forças, dos seus organismos para melhor trabalharem nas nossas fronteiras.

E, na questão das fronteiras, nós, da Comissão de Relações Exteriores, sempre costumamos ter uma visão muito menos de nos defender e muito mais de cooperar e colaborar com os nossos países vizinhos.

Como aqui foi dito, o Brasil é o terceiro país do mundo com o maior número de países fronteiriços. São 10 países ao todo. E, com esses 10 países, nós esta-

mos vivendo em paz, enfim, há muitos e muitos anos. Isso não quer dizer que nós não tenhamos algum tipo de problema em alguns momentos, por maior que seja a cooperação existente entre o Governo brasileiro e os diversos governos dos países limítrofes. São problemas que vão desde problemas na área comercial... Por exemplo, com a Argentina, como é conhecido de todos, sempre temos dificuldades aqui e acolá, sobretudo na área comercial, mas esse é um problema do século XXI. Estamos hoje vivendo fundamentalmente uma guerra comercial. Todos os países buscando novos mercados, buscando novas parcerias, buscando fortalecimento por meio da integração regional, sub-regional para fazermos face aos grandes blocos econômicos já estabelecidos.

Também há problemas como o que foi citado pelo General Eduardo Villas Bôas, Excelentíssimo Comandante Militar da Amazônia, em Tabatinga, na divisa com o Peru, um problema localizado, mas que o Exército Brasileiro e a Polícia Federal, atentos, já estão tomando providências, junto ao Itamaraty, porque a defesa, como sabemos, não caminha sem as relações exteriores e vice-versa. Defesa e relações exteriores caminham juntas, *pari passu*, têm que fazer uma ação conjunta. E, dessa ação conjunta, agora nos deu notícia o Ministro Clemente de Lima Baena Soares de que hoje estavam reunidos na terceira reunião de trabalho entre autoridades do governo peruano e do Governo brasileiro para discutir questões de interesse bilateral, entre elas, naturalmente, essas questões que criam algumas inflamações em trechos da nossa fronteira.

Temos agora também uma questão em relação à Bolívia, que o Governo brasileiro também vem tentando resolver em ações junto ao governo boliviano, em relação à Lei nº 133, do governo boliviano, que trata da regularização dos carros que trafegam na Bolívia e que não têm origem conhecida. Supõe-se, imagina-se que esses carros sejam roubados no Brasil e para lá levados.

Então, essa Lei nº 133 permite que aquele cidadão boliviano que tenha comprado esse carro possa regularizá-lo, e, para isso, é necessário que se faça atenção à relação que foi enviada pelo Governo brasileiro, fornecida pela Federação Nacional das Seguradoras de Automóveis, com a relação dos automóveis que foram retirados de circulação aqui no Brasil, por meio escusos, e levados para qualquer lugar. Se eventualmente estiverem na Bolívia, com base naquela relação, o governo boliviano, então, detecta e faz com que esses carros sejam devolvidos, esses veículos. Isso, inclusive, consta do Decreto nº 5.528, decreto brasileiro que normatiza as ações que o Governo brasileiro deve adotar, para se conciliar com essa Lei nº 133.

Mas, realmente, essa lei vem causando algumas dificuldades, e esperamos que isso seja resolvido rapidamente.

Temos dificuldades, como aqui foi colocado, na questão da Tríplice Fronteira. O jornalista Marcelo Rech falou sobre a presença eventual de integrantes das Farc, que aqui estão, e teria ouvido de dois Ministros da Defesa que, enquanto eles não estiverem criando dificuldades, podem aqui conviver. Mas, enfim, todas essas são questões próprias de um país como o Brasil.

O Brasil é um país que vive em paz, é uma zona desnuclearizada; é um país que tem a tradição de sempre buscar o consenso, o estreitamento das relações de amizade com os países; é um país que tem uma visão de futuro; é um país que, nesses últimos anos, vem demonstrando sua capacidade, fruto da operosidade do seu povo, da criatividade da sua população e da capacidade dos últimos governos, de promover um amplo desenvolvimento e de oferecer ao mundo este exemplo extraordinário, que é a ascensão de cerca de 30 milhões de brasileiros que viviam na linha de pobreza e que hoje ingressaram no mercado de trabalho, ingressaram na classe C ou D, que entraram no mercado de consumo.

Então, hoje o Brasil, com toda essa crise que existe desde 2007 e 2008 e que agora foi retomada, em 2011, apesar de tudo isso, vai crescer neste ano a uma taxa superior a 3%; tem a inflação controlada e um mercado interno pujante, que é o que lhe garante não sofrer tanto, quanto outros países lamentavelmente vêm sofrendo, com a crise econômica que se abateu, sobretudo na Comunidade Europeia.

De modo que confio plenamente nas Forças Armadas Brasileiras. Acho que elas vêm desempenhando um papel de extrema importância para o País. A presença do Exército Brasileiro na fronteira é exatamente isso que aqui foi dito: é uma presença de amizade, de colaboração.

Eu mesmo tive oportunidade de visitar diversas unidades, quando tive o privilégio de presidir este País, este grande País, que é o Brasil. E, visitando pelotões de fronteira, vi aquele entusiasmo de um jovem tenente recém-casado, com sua esposa esperando um neném; o pavilhão brasileiro hasteado, e aquele entusiasmo dos que ali estavam junto com o comandante do pelotão; a miscigenação também, a integração, porque vários desses... Lembro-me de que nesse pelotão de Surucucu, se não me engano – enfim, foi bem no extremo norte... O número de soldados brasileiros que têm origem indígena. Muitos deles são índios aculturados, o que demonstra também a perfeita integração que existe.

Então, isso nos garante que as fronteiras brasileiras estejam já, *per se*... Isso garante que haja um ambiente favorável para que elas sejam protegidas: a amizade e a cooperação.

Isso só é suficiente? Não. Somente isso não é suficiente. Por isso, esse programa de vigilância das fronteiras prevê a criação de mais de 228, se não me engano, pelotões de fronteira.

De mais 28, perfazendo um total de 49. De mais 28 pelotões de fronteira, que serão criados a partir desse programa, fora os que já existem. E, junto com isso, com esse trabalho, também não somente das Forças Armadas ali presentes, mas também a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, que também está incluída nesse programa, porque são órgãos vinculados ao Ministério da Justiça.

São dois projetos: o Projeto Ágata e o Projeto Sentinela. São esses dois projetos que fazem parte desse plano de vigilância das fronteiras. De modo que tenho muita confiança em que, com esses investimentos que ali serão feitos, juntamente com investimentos que serão realizados na fronteira para a construção de casas... Esse programa prevê isso, porque como se cria um pelotão de fronteira sem que haja um mínimo de condições para os policiais federais que vão ali atuar, para os policiais da Receita Federal e para o próprio pelotão?

Então, há também a determinação de se construir nessas áreas casas, para que eles possam ali se estabelecer, além de escolas, postos de saúde, enfim, dando-se condições de uma vida digna àqueles que estão trabalhando na área de fronteira, que nem sempre é um trabalho dos mais confortáveis, mas que sem dúvida é um trabalho que engrandece todos aqueles que demonstram interesse em dele participar.

Por isso, gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença de S. Ex^a o General de Exército Dias da Costa, Comandante Militar da Amazônia, a quem cabe, enfim, desenvolver um sentimento de nacionalidade, de brasilidade, numa região tão importante para o Brasil, numa região tão falada.

Agora, em que haverá, no ano que vem, a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, de que todos os senhores diplomatas aqui presentes já têm conhecimento, o Governo brasileiro tem o máximo interesse em que a representação dos países que acorrerem a essa conferência estejam representados no seu mais alto nível. E a questão da floresta amazônica é sempre muito colocada, desperta muito interesse em todo o mundo. A questão da proteção da floresta amazônica é uma grande preocupação também de todos nós, brasileiros.

Passaria a palavra, pela ordem, a S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, senhoras e senhores convidados que aqui estão, primeiro quero congratular-me uma vez mais: a Mesa da segunda-feira passada também foi extraordinária, muito boa, tratando dessas questões da defesa em nosso País e em nosso continente, na verdade.

Acho que hoje há até um Conselho de Defesa, que é continental. É uma novidade também para nossa região.

Eu queria falar, Sr. Presidente, na condição de representante do Estado do Ceará, haja vista que, mesmo antes da chegada das Forças Armadas no extremo norte e noroeste do Brasil, os cearenses já tinham chegado lá em todas as condições, inclusive na luta armada. Todos sabem que o Acre foi resultado de uma conquista, não é verdade, General? Então, uma condição especial de chegada na região.

Em segundo lugar, quero dizer que a maioria dos pelotões de fronteira, até há pouco tempo, era comandados por jovens oficiais cearenses. Há uma quantidade muito grande de jovens oficiais cearenses naquela região do Brasil. Então, é uma situação muito boa que a gente possa ter o nordeste povoando o norte e o noroeste do Brasil.

Eu tenho opinião de que um fator fundamental para a segurança é a presença da população, quer dizer, algo descuidado, sem gente para cuidar, evidentemente é o fator principal. Se você não tem uma área bastante povoada ou bem povoada, você passa a ter dificuldade de suporte, inclusive para as Forças Armadas, que precisam também da presença da população nessa nossa fronteira seca, porque você vê a situação do Brasil, que tem oito milhões e poucos mil quilômetros quadrados de território continental, e acho que quase cinco milhões de quilômetros quadrados de território marítimo.

Portanto, o esforço das Forças Armadas para garantir a segurança e proteger essa população e suas riquezas tem de ser muito grande.

Então, queria registrar, primeiro, esse papel extraordinário do povo cearense, junto com o povo nordestino, que, em função das condições objetivas, tiveram que migrar, e as primeiras grandes imigrações nossas foram para o extremo norte e para o noroeste do Brasil, como sobrevivência. Com a forte industrialização, nós começamos a migrar para o sudeste, mas primeiro foi para ali porque o nosso problema era a água; nós queríamos era encontrar uma região com bastante água doce, que permitisse àquelas populações rurais sobreviverem.

Outro ponto que considero estratégico... O primeiro é a população. É uma questão estratégica. Você vê no mapa a situação rarefeita da presença da população na região Norte e no noroeste.

O segundo, uma forte unidade para romper com o que o Ricardo Vélez Rodrigues anunciou aqui, uma espécie de ideia de separação entre academia, Governo e Forças Armadas. Nós temos que estabelecer essa unidade como um grande projeto de nação, haja vista que, com os chamados descobrimentos, nós destruímos as nações que existiam e passamos a construir novas nações. Como nos ensina o ex-Senador e Professor Darcy Ribeiro, que já existe o povo brasileiro. Então, é uma coisa nova, muito nova, mas existe, fruto dessa destruição, desse parto doloroso, que foi a destruição das populações nativas em grande contingentes e a sua relação com os novos, que chegaram de outras partes do mundo e que deram vez ao nascimento de um povo novo, que é o povo brasileiro. E assim é o povo argentino e os povos que ocupam toda a América.

Acho que esta é uma questão chave, unidade: academia, Governo e Forças Armadas, porque é daqui também que vamos ter a capacidade de construir um projeto estratégico mais ousado que envolve esse conjunto de setores, porque fazer um veículo lançador de satélite é, ao mesmo tempo, segurança, defesa e conquista econômica, tecnológica. Então, não é algo puramente da defesa e da segurança só; é algo que repercute imensamente na vida do povo. Foi o nosso painel anterior, na segunda-feira. Nós tratamos disso.

Assim serve para o submarino nuclear e para as outras ações que temos de ter. Quer dizer, nós ainda estamos enredados, pensando em ser a quinta maior nação do mundo, e tendo que comprar aviões para a nossa defesa em outras nações. As nações que se preparam para ser quinta, primeira, segunda, terceira constroem os seus aviões.

Nós ainda estamos enredados, porque não temos um carro nacional. Um carro nacional! Um automóvel desses. daquelas carroças de que V. Ex^a falou até hoje. Um carro nacional! Todos são estrangeiros, todos! E não é por falta de capacidade, é por determinação do projeto político nacional.

Tentamos com a Gurgel, uma fábrica de carros nacionais; há pouco, tentamos com a Troller. Chegamos quase a 100% nacional, mas, na hora de chegar perto dos 100%, a Ford comprou. E comprou para fechar a fábrica. Não fosse o Lula ter dado um murro na mesa, teria fechado. Ainda está lá funcionando, mas é uma fábrica da Ford. Virou um carro da Ford.

Fizemos um carro agora, um carro elétrico fantástico. Tive a oportunidade de dar uma volta nele, uma boa corrida. Um silêncio, uma tranquilidade o carro, mas,

para produzir em escala, para oferecer para a Itaipu binacional, quem está fabricando é uma estrangeira, embora esse motor tenha sido desenvolvido 100% no Brasil. É uma estrangeira que vai viabilizar a produção do automóvel, montá-lo de fato.

Então, isso não se faz sem essa forte unidade, sem esse forte conjunto em ação. É dizer: nós vamos produzir um carro nosso; nós vamos fazer um veículo nosso; nós vamos fazer um submarino nosso; nós vamos fazer um avião nosso. Para isso, tem-se de ter determinação e meios; recursos para poder fazer.

Então, o nosso seminário já tem esse objetivo, porque é uma junção de Academia, Governo, Forças Armadas e a nossa ONG, InfoRel. Quer dizer, a sociedade civil está integrada nesse nosso panorama.

Esta é uma questão chave: povo, povoamento; unidade dos setores que pensam estrategicamente o Brasil. Não podem as Forças Armadas achar que pensam estrategicamente o Brasil por um lado, o Governo pensar que pensa para o outro, e a Academia pensar que pensa para outro. Então, tem-se de ter forte unidade.

Essa unidade cria também um ambiente favorável, um sentimento favorável de que o que está em jogo é a construção da Nação, é o nosso País. Essas nações que estão por aí, as novas, como os Estados Unidos, oficialmente. Os Estados Unidos são uma nova nação, embora tenha havido uma passagem muito grande dos ingleses para aquele território americano, e ainda vão demorar para alcançar o grau de nacionalidade, de povo, de unidade que têm outras nações mais antigas. Com toda a força que têm, com toda a estrutura bélica que têm, com todo o belicismo que praticam no mundo inteiro, com invasão, com bombardeamento, se ainda demoram, imaginem a gente, que não construiu esse caminho de unidade muito grande entre nós, a Nação brasileira.

Em seguida, a segurança de fronteira é o grau de cooperação. Quer dizer, o Brasil continua, nos últimos anos, depois de levantar um pouco a sua economia, sendo superavitário com todos, tirando-se a Bolívia, de que compra gás. Então, somos superavitários com os vizinhos, que precisam ser superavitários conosco, e deficitários com quem precisávamos ser superavitários. Nós temos de ser superavitários com os americanos, com os chineses, com a Europa, e deficitários com a América do Sul. Nós temos de comprar mais desse povo, temos de ajudar a desenvolver mais a sua economia. O grau de laços cooperativos entre nós tem de ser enorme.

Desse ponto de vista, considero que temos de ter, sim, o Focem do Norte e de ter um banco, como o BNDES, em condições de ter uma espécie de depar-

tamento da América do Sul exclusivo, para trabalhar na integração cada vez maior: na integração física, na estrutura física – também já discutimos isso nos painéis anteriores. São as estradas, as ferrovias.

Quero sair do Pecém e chegar ao Peru de trem. Isso é uma conquista de integração e de relações em outro patamar. E quero que os peruanos saiam de lá, cheguem a Fortaleza e se espalhem ali por Alagoas, etc., para tomar banho em nossas praias. Dizem que eles têm umas praias muito bonitas lá: eu quero que eles venham para as nossas.

E isso vai conduzir culturas, conhecimento e muitos negócios, que vão gerar empregos, transferência de tecnologias mais próxima entre nós.

Então, vejo deste ponto de vista, de que precisamos dar passos mais ousados. Para isso, precisamos ajustar-nos bem internamente. E isso significa unidade entre nós, uma economia com mais êxito, com juros menores ainda, apesar da grita da banca. Vamos deixar de gritar e diminuir mais os juros, para poder ter mais recursos disponíveis para investir, porque senão não conseguiremos colocar esse plano de fronteiras, nem o reaparelhamento das Forças Armadas de pé, efetivamente.

Então, trabalho um pouco com esta ideia de que a nossa defesa, a nossa estrutura de segurança, exige muito das relações com os nossos países vizinhos, da sua integração e do seu desenvolvimento.

Quanto mais desenvolvidos, mais seguro para nós, o contrário do que talvez tenhamos imaginado no passado, ou seja, que alguém mais desenvolvido perto de nós era um risco muito grande para a Nação brasileira.

O Brasil é muito grande para os nossos vizinhos, muito grande! Tem um impacto grande a nossa posição. Então, a nossa relação com esses países é muito benéfica para o Brasil e é muito benéfica para eles também. Acho que deveríamos trabalhar muito essa integração, ajudar em programas sociais, desenvolver grandes programas sociais em conjunto com essas nações, nas fronteiras. É isso que amplia a segurança.

Outra coisa é a insurgência política das várias estruturas. Eu mesmo já tive de insurgir-me no próprio Brasil. Em vários outros momentos da história, também houve insurgências. Nós tivemos de insurgir-nos contra o império português. A Batalha do Jenipapo, lá em Campo Maior, não se deu... Deu-se por insurgência, meu amigo. Então, os povos têm esse direito.

Os caras até bombardearam a Líbia, dizendo que estavam ajudando os insurgentes. Mesmo que os insurgentes sejam deles mesmos, o direito de insurgência existe. No caso nosso, da América do Sul, principalmente no caso das Farc, é um direito de insur-

gência, como a ONU trata. Não somos nós que temos de tratar diferentemente. Nós temos é de garantir a nossa segurança, essa é responsabilidade nossa. Temos de fazer a nossa defesa, a nossa garantia, para não botarmos chifre em cabeça de burro, porque isso complica as nossas relações com as nações que estão bem próximas de nós.

Eu trabalho mais com a ideia de que se pode ajudar no processo de desenvolvimento dessas nações. Esse é o fator mais significativo. Se elas se desenvolvem, aumenta a nossa segurança e a delas. Elas vão ter de sair da percepção de segurança, para ter segurança. De fato, acho que o que se tem é a percepção de segurança; não se tem lá mesmo muita segurança. Precisar de um oficial do Exército ou de um oficial da Inteligência nos *shoppings*, dentro dos ônibus, dentro dos trens, dentro de tudo quanto é lugar é uma paranoia terrível da sociedade colombiana. Ela tem de superar esse estágio.

Houve um episódio, que foi o do M19, na tentativa de se participar do processo eleitoral, que resultou em fracasso, porque a elite dominante da Colômbia não permitiu. Então, acho que temos de ajudar. E o Brasil tem cooperado muito significativamente. Eu lembro que as últimas libertações de reféns das Farc, quer dizer, acho que as três últimas, foram feitas em cooperação com o Governo brasileiro e com o Exército Brasileiro, em aviões da Força Aérea Brasileira, do Exército Brasileiro. Acho que isso também demonstra o grau de proximidade do Brasil com o governo colombiano. Isso não é feito por vontade do Governo brasileiro, é uma cooperação: o Governo brasileiro e o governo colombiano.

Esse é o esforço que deveríamos empreender. E devemos preparar-nos bem. Naquela nossa região ali, temos de ter muita presença. Muita presença. Quanto mais, melhor. E o Exército também ajuda a povoar. E trabalhar bem com nossas tribos. Acho que o Exército está fazendo um bom trabalho, que não é exatamente só o acultramento daquelas populações. Tem uns que acham que são os únicos que podem fazer acultramento. Então, tem várias missões missionárias que acham que elas têm direito de fazer acultramento. Elas podem trazer seu Deus, suas orações, sua arte etc, para aqueles povos, mas o Exército Brasileiro não pode.

O Exército tem feito um trabalho bom. Estive em uma dessas tribos ianomâmis onde praticamente a tribo inteira participa das ações conjuntas do Exército, são os guerreiros ianomâmis no Exército Brasileiro. No diálogo entre uma representante de uma ONG, uma jovem holandesa, que tinha muita facilidade de entrar no território ianomâmi, ela disse que era um absurdo, que aquilo era um acultramento, que obrigaram os

ianomâmis a se incorporar naquela tropa. Eu disse: olha, aqui é o seguinte, aqui está o nosso comandante, um oficial jovem da Aman, e ali está o cacique. Então, vamos estabelecer um diálogo entre o cacique e o nosso comandante. Se o cacique disser que não quer ficar incorporado, resolveremos isso agora; mas o cacique é quem decide pela sua tribo. E felizmente o cacique estava absolutamente de acordo em participar das ações conjuntas e da integração com o Exército Brasileiro.

Acho que esse trabalho é positivo no sentido de que não há uma ideia de forçar os jovens das tribos daquela região a integrar o Exército Brasileiro. Mas há uma proposta de que eles integrem, porque eles são parte do Brasil. Isso é muito interessante e muito bom. Que eles falem a língua deles, que eles continuem com a língua deles e que o Brasil patrocine as escolas com a língua deles. E que os oficiais do Exército participem também desse processo e inclusive aprendam a língua deles. Não há nenhum problema, não há nenhuma dificuldade.

Aqui, o nosso Senador Moka fala guarani, porque tem que lidar com eleitores guaranis. E é melhor falar o guarani, para ele não ser colocado fora de tempo num debate. Então, teve que aprender o guarani. Não há nenhum problema desse ponto de vista. E, ao mesmo tempo, eles aprendem o português. Qual é a dificuldade? Mas nós os ajudamos a aprenderem e a cultuarem suas origens etc., porque isso é muito significativo.

A minha ideia, Sr. Presidente, é que o resultado destas reuniões ocorridas aqui, não sei se V. Ex^a está pensando em depois produzir um material... Lembro que uma vez o Aldo Rebelo fez um seminário como este na Câmara, Villas Bôas participou daquele seminário também, e o resultado foram textos muito bons produzidos pelos participantes e pelos parlamentares que estiveram presentes. Isso tem um sentido de resolver essa parte da nossa unidade: academia, Governo e Forças Armadas. Querendo ou não, mesmo que alguns sejam da oposição, somos parte daquilo que podemos chamar de governo no País.

Então, quero me congratular com V. Ex^a, deixar mais como uma ideia da nossa participação. É um trabalho positivo, tem coisas boas, muito boas para serem feitas. Registro apenas essas questões do povoamento, população, integração forte da América do Sul, quanto mais forte melhor, quer dizer, nós não vamos perder, vamos ganhar com essa unidade extraordinária. E que, daqui a pouco, estejamos tomando banho no Pacífico, o que é muito bom para nós, e eles, tomando banho aqui no Atlântico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado, Senador Inácio Arruda. Sem dúvida,

o processo de integração é fundamental para se criar esse continente de paz. A recente adesão do Brasil ao Tratado da Unasul foi um passo importantíssimo alcançado pelo Brasil. A ideia da criação da Unasul fortalece esse processo de integração.

Ouvindo V. Ex^a falando, Senador Inácio Arruda, lembro-me de uma história que nos foi contada – acho que alguns dos senhores já a conhecem – em relação ao Marechal Rondon. O Marechal Rondon sobrevoava aquela região norte da fronteira numa avioneta pequena e começou o avião a falhar. Ele procurou uma área para pousar, porque depois da floresta amazônica tem uma região muito plana naquela área de Roraima. Então, a avioneta desceu ali. Ele viu a casa de um caboclo. E se aproximou de um caboclo e disse: “Ô fulano, como vai, tudo bem? Me diga uma coisa”, o Marechal Rondon não sabia onde estava localizado exatamente, “é aqui que termina o Brasil?”. O caboclo disse: “Não, é aqui que começa o Brasil.”

Quer dizer, essa é a ideia, a percepção que o povo brasileiro tem da sua integração territorial, da sua integração lá em uma cabana no meio, nos confins da Amazônia e de Roraima.

De modo que, como disse aqui o Senador Inácio Arruda, e todos nós estamos absolutamente de acordo, como, aliás, esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vem trabalhando extremamente afinada com a política externa do Governo brasileiro e com a Política de Defesa Nacional, nós todos nos sentimos muito entusiasmados com o trabalho que vem sendo realizado tanto pelo Itamaraty como pelo Ministério da Defesa, porque nos sentimos guarnecidos nessas duas vertentes da política nacional.

Eu gostaria de aproveitar a presença aqui do jornalista Marcelo Rech, do *site* InfoRel, e a presença do Professor Ricardo Vélez Rodríguez para, com a permissão dos senhores, fazer uma pergunta que diz respeito mais internamente ao Senado da República, uma vez que, amanhã, deverá ser votado o projeto de lei – o PLC nº 41 – que trata da questão de informações sigilosas e salvaguarda de informações.

Como alguns jornalistas vêm se colocando muito a favor da abertura total de todas as informações que o Governo, que o Estado brasileiro produz, já que as informações das ações do Governo, todos nós estamos de acordo que sejam delas dada ampla divulgação, mas alguns, como eu, defendem que questões de Estado têm que ter algumas salvaguardas. Assim, eu perguntaria ao jornalista Marcelo Rech qual a sua opinião, até para lançar alguma luz sobre esse debate, sobre essa questão das salvaguardas que devem ou não existir em relação às informações sensíveis do

Estado, seja ele qual for, no caso o Estado brasileiro, ou se essas salvaguardas não precisam existir.

O SR. MARCELO RAFAEL RECH – Sr. Presidente, eu tenho 22 anos de profissão e sempre fui absolutamente favorável à liberdade de expressão. Agora, com relação exatamente à pergunta que V. Ex^a coloca, eu acredito que falta muito, para o jornalista brasileiro, responsabilidade com relação àquilo que escreve e àquilo que publica. Falta também conhecimento em relação àquilo que cobre. Muitas vezes o jornalista acha que tudo aquilo a que ele tem acesso... Ele olha primeiro o furo da notícia, a fama, o lado da celebridade, esquecendo-se da responsabilidade que ele, como formador de opinião, tem que ter.

E, aqui, eu coloco um exemplo concreto. Quando a Agência Brasileira de Inteligência decidiu, há alguns anos, criar a figura do adido de inteligência nas embaixadas brasileiras – e as primeiras, se não me engano, foram em La Paz, Caracas e Buenos Aires –, um jornal de grande circulação publicou uma nota sobre isso, fazendo chacota da decisão e publicando o nome das pessoas. Isso mostra o grau de irresponsabilidade que esse jornalista e que esse jornal, porque a responsabilidade também é do veículo, tiveram com relação a esse assunto.

Liberdade de expressão não significa você publicar tudo que existe. A pessoa tem que ter a noção de que o Estado produz conhecimento justamente para que esse conhecimento contribua com o seu presidente ou com as suas autoridades na formulação de políticas públicas, e que certas informações precisam, sim, ser resguardadas. Pode haver o momento ou a conveniência de, num determinado momento, você divulgar isso, mas isso não significa que tudo tem de ser aberto.

E faço aqui também uma ressalva: ficou muito famoso nos últimos meses, principalmente no último ano, o *site* WikiLeaks. O WikiLeaks, na verdade, ou roubou, ou comprou informação roubada. O WikiLeaks não produziu conhecimento nenhum e não produz conhecimento. Se o WikiLeaks produzisse conhecimento acerca dos fatos que colocou, muito bem; eu veria até como uma revolução. Mas muita gente está colocando como uma revolução simplesmente para resguardar aquilo que quer fazer, aquilo que quer ter o direito de fazer também. Então, não vejo isso como correto.

A informação tem que ser entendida em toda a sua dimensão, e o jornalista, como formador de opinião, tem que ter a responsabilidade e o discernimento de saber se determinada informação que ele obteve deve ou não ser colocada.

Volto ao exemplo que dei, Sr. Presidente, com a experiência que tive na Colômbia. Os senhores de-

vem se lembrar que a Colômbia teve um Chanceler de nome Fernando Araújo.

Tive acesso, pela própria inteligência colombiana, ao filme todo da operação que resultou na libertação dele. E, num determinado momento, eu perguntei a um coronel colombiano: “Por que vocês estão mostrando isso? É para eu escrever?”. Ele falou: “Não, é para você entender como a gente trabalha”.

Naquele momento, eu me senti muito prestigiado porque houve confiança do outro lado, e eu nunca escrevi e nem dei detalhes dessa operação porque entendia que eu, como analista naquele momento, precisava daquela informação para entender como os fatos se davam, como a inteligência colombiana trabalhava, como os militares colombianos trabalhavam. Isso não significa necessariamente escrever, publicar e dar nome e o RG das pessoas. Então, acredito que falta – talvez haja uma razão muito simples: se você for ver nas grades das universidades brasileiras, do curso de jornalismo, você vai ver que, na maioria delas, ética não é matéria nem obrigatória – ética. Quando eu fiz jornalismo, ética era uma disciplina não obrigatória e pertencia a uma grade de sociologia ou de outra disciplina. Eu não precisava nem ter feito, quando ética deveria ser uma disciplina para se fazer durante todo o curso, porque hoje o que o cidadão vê, o que o jornalista, em sua maioria, vê? A primeira coisa é: qual o tamanho do barulho que eu vou provocar com isso? E está pouco se importando se isso vai prejudicar a imagem do seu país ou de alguma instituição ou ainda, como eu coloquei aqui no caso desses Adidos de Inteligência, acabar com a carreira deles, já que a carreira daquelas pessoas terminou naquele momento.

Então, é preciso ter bom senso. Eu não acredito que um documento da Guerra do Paraguai vai, sinceramente, criar problemas para o Brasil hoje. As nações vivem outro momento, há um amadurecimento geral muito grande. Agora, há informações que precisam, sim, ser resguardadas, e quem não compreende isso não compreende porque quer ver, primeiro, o seu lado, e nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Jornalista Marcelo Rech, e eu perguntaria agora ao Prof. Vélez.

O SR. RICARDO VÉLEZ RODRIGUES – Sr. Presidente, eu, no essencial, concordo com o Jornalista Marcelo Rech. Eu adicionaria o seguinte: é necessária a liberdade de informação, sim, preservando a segurança das instituições. Agora, o que me preocupa é essa última parte da fala do Jornalista Rech, que realmente espelha uma situação ruim no nosso contexto social.

A sociedade brasileira é chamada a participar mais da política, da formulação da estratégia brasilei-

ra. O problema é que não investimos na formação do cidadão. Nós não temos definido, no nosso sistema educacional, como se forma o cidadão. Todo cidadão deve ser formado nas quatro primeiras séries do primeiro grau, o que deveria ser passado para a criança se sentir brasileira e efetivamente participante do seu país. E há ausência do debate ético. Preocupa-me certamente isso. Eu comecei minha vida profissional no Brasil em 1979. Fui lecionar, eu já tinha um mestrado em pensamento brasileiro, feito na PUC do Rio. E, na USP, fui convidado para lecionar aquela incômoda disciplina chamada EPB, Estudos de Problemas Brasileiros, que diziam que se tratava de propaganda do Estado, do regime militar. O reitor da USP chamou todos nós, professores de EPB, éramos cerca de 150, e falou: “Olha, eu vou cumprir a lei. É estudo dos problemas brasileiros; então, cada um dos senhores vai elencar, na sua área de especialização – havia físicos, biólogos, um monte de gente – os cinco principais problemas”. E eu levantei o primeiro problema, que me pareceu ser o problema ético.

O Brasil, como grande país que despontava nesse momento do desenvolvimento da América do Sul, precisava debater a questão da ética e da ética pública. E dei com os burros n’água. Ninguém queria debater isso. Um aluno, na Faculdade do Largo São Francisco, me chamou e me disse: “Professor, religião e ética não se discutem. É assunto de foro interno”. Passaram-se vinte anos e observamos uma reviravolta do ponto de vista da sociedade. Lembram quando a comissão de inquérito sobre o narcotráfico chamou aqui, na Casa vizinha, na Câmara dos Deputados, o traficante Fernandinho Beira-Mar? O Deputado que presidia a Mesa perguntou ao depoente a profissão. Ele disse: “Traficante”. “E o que o senhor trafica?”. “Cocaína, ora, veja!”. “Então, o senhor poderia me fornecer aqui o nome dos seus fornecedores?”. “Não, não vou falar porque sou um bandido ético”.

Então, quer dizer, a ética entrou pela porta dos fundos da necessidade do mundo globalizado. Mas não estamos ainda formando a nossa juventude nos conceitos fundamentais da ética e da ética pública, e de como se cruza isso com a participação da sociedade na gestão democrática do Estado.

Então, vejam, é uma espécie de falha do nosso sistema de ensino básico e secundário, não estamos formando cidadãos brasileiros, estamos formando outra coisa. A pessoa passa dos dezoito anos e não sabe o que é ser brasileiro. E isso é uma falha do nosso sistema, enquanto outros países perfeitamente trazem para si essas pessoas.

Tenho parte da minha família que, por força da guerra, emigrou para os Estados Unidos e, depois,

para o Canadá. E o meu irmão mais novo, que fugiu de um sequestro das Farc, bateu em 24 horas em Miami. Apareceu como refugiado, com os dois filhos, pequenas crianças de 7 e 8 anos. Esses meninos cresceram e, quando o mais velho completou os 19 anos, falou com o pai: “Pai, estou me alistando nas forças armadas americanas, quero ir para o Iraque”. Ele ficou de cabelo em pé: “Meu filho, não faça essa burrice!”. Essa criança, que se formou nos Estados Unidos, numa escola pública em Miami, terminou comprando a ideia americana. O que havia aí no meio? A educação para a cidadania, que é transmitida lá para os jovens, e que nós não fazemos.

Então, eu acho que, em relação ao sigilo de informações, é importante ter uma certa reserva no que diz relação à segurança do Estado, dos seus funcionários e da sociedade brasileira em geral. Deve haver ampla liberdade, mas essa liberdade, do ponto de vista da sociedade, tem de estar alicerçada numa adequada educação para a cidadania e numa formação em que o cidadão saiba o que é ética pública.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Véléz. É exatamente isto que vem sendo debatido fundamentalmente no Senado da República e que, amanhã, deve ser votado: o alcance da abertura das informações de que dispõe o Estado e o Governo brasileiro. Todos nós nos pusemos de acordo, como disse aqui anteriormente, em que as ações de governo, todas essas ações, até para cumprir um dispositivo constitucional, elas devem e têm que ser publicizadas, ou seja, colocadas ao conhecimento da opinião pública imediatamente. Para isso nós já temos, inclusive, o Portal da Transparência. Outra coisa são as questões de Estado. Não é a questão de governo, é a questão de Estado. E, na questão de Estado, temos três pontos cruciais: a questão de segredos, ou sigilos, ou salvaguardas, que devem ser mantidas, que dizem respeito à integridade territorial do País; que dizem respeito ao acesso à tecnologia sensível do País, que ele tem muito bem guardada, depois de muitos anos de esforço; e a questão da segurança do País.

O termo segurança nacional ficou um pouco desgastado ao longo do tempo. Mas, ainda na reunião passada, foi aqui colocado por um dos palestrantes que a questão da segurança nacional diz respeito à segurança da Nação brasileira no seu conceito, e até citou o significado atribuído a esse termo pelo filólogo Antônio Houaiss, que está no seu dicionário e que eu também aqui, no começo, num relato de como foi a última audiência, citei.

De modo que é isso. O que se pretende, àqueles que se colocam com alguma dúvida em relação à íntegra do PLC nº 41, é que é necessário haver esse

tipo de salvaguarda, porque nenhum país do mundo abriu mão dessas suas salvaguardas. Se o PLC eventualmente vier a ser aprovado e, depois, sancionado sem vetos e tal, o Brasil será o primeiro país do mundo a abrir todas as suas informações. Não somente das ações que o Governo vem desempenhando, mas também as informações que estão hoje guardadas com as devidas salvaguardas porque dizem respeito à integridade territorial, à soberania do País e à tecnologia sensível que o País detém.

Por isso julgo importante e necessário que haja uma reflexão muito profunda, porque o projeto que foi enviado aqui ao Congresso Nacional pelo ex-Presidente Lula em 2009, esse projeto carrega e traz todas essas salvaguardas. Foi um projeto que demorou dois anos. O projeto original, na realidade, vem de 2003. Foi apresentado por um Deputado – agora me esqueço o nome dele – que não foi reeleito, e o Governo Lula, em 2007, mandou compilar todos os projetos que estavam em tramitação no Congresso Nacional sobre o tema informações e abertura de informações, sigilo, para que o Executivo apresentasse um projeto de lei. E demorou dois anos, o Governo, o Executivo discutindo o assunto. Nove ministros participaram dessa discussão, a começar pela atual Presidenta, então Chefe da Casa Civil, passando pelo Ministro da Justiça de então, o Ministro Jobim; o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o Controlador-Geral da União, Jorge Hage; o jornalista Franklin Martins, da Comunicação Social; o dos Direitos Humanos, o Dr. Vannuchi; enfim, eram nove ministros...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco PCdoB – CE) – Da Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sim; da Ciência e Tecnologia também participou.

Nove ministérios participaram e elaboraram esse projeto de lei que chegou aqui ao Congresso, trazido em mão pela então Ministra-Chefe da Casa Civil, hoje Presidenta da República, que o entregou nas mãos do então Presidente da Câmara dos Deputados, o hoje Vice-Presidente Michel Temer. Então, esse projeto é que nós, nós que defendemos que o Estado brasileiro deve ter salvaguardas, estamos tentando resgatar, porque esse projeto, que foi discutido e debatido durante dois anos por nove ministérios, encabeçados por pessoas desse quilate e desse jaez, é de se entender que esse projeto tem muito mais chances de estar mais adequado à realidade e às necessidades da Nação brasileira do que um projeto que foi emendado na Câmara dos Deputados e aprovado por votação simbólica! Não foi discutido isso na Câmara, tanto que é um substitutivo ao projeto original do Executivo apresentado em 2009.

Então, por isso é que aproveitei o momento para fazer essa pergunta a um jornalista e a um membro integrante do mundo acadêmico; naturalmente não vou fazer essa pergunta nem ao Comandante Militar da Amazônia, nem muito menos ao Ministro representante do Ministério das Relações Exteriores, que são duas carreiras de Estado, duas carreiras que têm as suas posições e as suas conveniências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Exmº Sr. General de Exército, Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante Militar da Amazônia; o Ministro Clemente de Lima Baena Soares, Chefe do Departamento da América do Sul II, do Ministério das Relações Exteriores; do Professor Ricardo Vélez Rodrigues, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais; e do Sr. Marcelo Rech, Jornalista, editor do *site* InfoRel, pela importante contribuição aqui oferecida.

Informo que o nosso próximo painel sobre o tema Defesa Nacional, a realizar-se no dia 7 de novembro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, será sobre Pré-Sal – Papel das Forças Armadas na Defesa do Patrimônio e Alocação de Recursos para essa Finalidade, com os seguintes convidados: Professor Simon Rosental, da Escola Superior de Guerra; Sr. Roberto Godoy, analista e consultor do Jornal *O Estado de S. Paulo*, além de dois outros convidados que estão confirmando suas presenças.

Acrescento que a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida pelo Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, também realizará sua 18ª reunião dia 25 de outubro, amanhã, às 9 horas neste plenário, para discutir o relatório sobre as reuniões referentes ao Tema IV – Questão Indígena e Fundiária, do Ciclo de Audiências Públicas daquela Comissão, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2011. Por fim, convoco as Srªs e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião ordinária, a ser realizada no dia 27 de outubro, quinta-feira próxima, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a presente reunião.

Muito boa noite.

(Iniciada às 18 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 37 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e sete de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Aloysio Nunes Ferreira, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Ana Amélia, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os comunicados da Presidência. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Cristovam Buarque, Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Suplicy**. Tem início a apreciação da pauta.

Item 1 – Mensagem (SF) nº 118, de 2011, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão*”. **Relator:** Senador **Eduardo Suplicy**.

Item 2 – Mensagem (SF) nº 119, de 2011, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde*”. **Relator:** Senador **Cristovam Buarque**. Os indicados são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Fernando Collor e Inácio Arruda**. A reunião é tornada secreta às doze horas e dezessete minutos e reaberta às doze horas e vinte minutos. **Resultado dos itens 1 e 2:** apreciadas as Mensagens.

Item 3 – Mensagem (SF) nº 133, de 2011, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul*”. **Relator:** Senador **Cristovam Buarque**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Item 4 – Requerimento nº 1298, de 2011, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que “*requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, au-*

torização para participar da Conferência 'Investing in Brazilian Healthcare Summit' e de visita ao Centro de Emergência (911), na cidade de New York, NY – USA, no período de 14 a 18 de novembro de 2011". **Relator:** Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Faz uso da palavra o Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria. **Item 5 – Requerimento nº 50, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que diz: "*Requeiro, nos termos do Art. 49 da Constituição Federal, combinado com o Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações ao senhor Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, sobre matéria publicada pela revista Carta Capital, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título Paranóia verde-oliva, com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado Manual de Campanha – Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro. Requeiro, ainda, que se confirme a existência do Manual, S.Ex^a. informe se, sob sua gestão no Ministério da Defesa manterá em vigor as orientações dele constantes. Por fim, solicito informar se as outras duas Armas – Marinha e Aeronáutica – possuem Manuais de gênero*". O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy** e **Cristovam Buarque**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Declaro aberta a 52ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo trabalho desenvolvido à frente da relatoria do projeto de lei de criação da Comissão da Verdade, matéria aprovada ontem por unanimidade no plenário desta Casa.

Lembro que, não fosse o aqodamento do regime de urgência – que, aliás, tem-se tornado uma prática recorrente e perigosa para o Parlamento brasileiro –, o Senador Aloysio seria também o Relator da proposição aqui, nesta Comissão, bem como na Comissão de Direitos Humanos.

Infelizmente, uma matéria dessa natureza, diretamente relacionada à questão de direitos humanos, não passou pelo apurado crivo da Comissão temática mais pertinente, exatamente a Comissão de Direitos Humanos. Isso, sem falar da própria Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, pela segunda vez, é abalroada em suas prerrogativas constitucionais e regimentais, o que não permitiu o debate aprofundado e a deliberação ordinária de assuntos de extrema relevância, como o ocorrido em relação ao PLC 41, de 2010, em que pese o esforço desta Presidência no sentido de evitar essa situação.

Assim, mais uma vez, cumprimentamos S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro titular desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo seu trabalho como Relator da Comissão da Verdade, como disse, ontem aprovada por unanimidade no plenário desta Casa.

Informo a V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebimento de correspondência do Sr. Rendy Hoback, membro do Parlamento do Canadá, Presidente do Fórum Interparlamentar das Américas (Fipa), encaminhando a esta Comissão o relatório da 7ª Assembleia Plenária, que ocorreu na Cidade do México, no período de 17 a 19 de novembro de 2010, contando com cerca de 40 parlamentares de 12 países. Comunica que relatório traz um resumo das sessões plenárias, bem como o texto integral das resoluções e recomendações adotadas pela Assembleia Plenária. Apresenta também outras informações, e os exemplares do referido relatório se encontram à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Terceiro comunicado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 25, terça-feira, o Senado Federal aprovou a nova Lei de Acesso à Informação, na forma do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010. A decisão da Casa é soberana e não há mais o que comentar a respeito do debate das motivações e interpretações que a levaram ao acolhimento daquela versão. Resta-nos, agora, respeitar o desejo da maioria das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que se dignificaram a votar naquela sessão, bem como nos adaptar às novas regras e passar a cumpri-las em sua íntegra.

Contudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, preocupa-me ainda o comportamento rasteiro e dissimulado de determinados segmentos dos meios e alguns dos seus pretensos e ditos profissionais da informação, que se julgam suseranos da verdade. Digo isso ao verificar que, ato contínuo à aprovação do projeto de lei pelo Senado, na mesma tarde/noite, a tônica permaneceu a mesma por parte desses janízaros: a mentira, a desinformação e o falseamento de dados, numa retórica contumaz que, via de regra, mostra-se mal-intencionada.

Refiro-me, por exemplo, a matérias de alguns confrades que, desde o início do debate desse assunto especializaram-se em reiterar mentiras, distorcer fatos e escamotear intenções. E o pior, baseando-se em dados e informações de um suposto jornalista holandês, que se diz especialista em liberdade de informação e cujos estudos e levantamentos, por si só, descredenciam-no de qualquer conceito de credibilidade, a começar pelo rudimentar linguajar utilizado em seus escritos e pelas dificuldades e dúvidas por ele mesmo levantadas ao buscar informações.

Como ele próprio alega, esse senhor de nacionalidade holandesa: “Um dos problemas de edição deste resumo é que não existe uma boa definição do que seja uma Lei de Acesso à Informação”. E esse chamado especialista chega ao ponto de, ao pedir ajuda aos leitores para fornecerem dados confiáveis, ele próprio admitir que – essas são palavras do especialista que é citado por alguns confrades como referência que visa a nortear ou que visava a nortear a discussão do PLC 41 –, textualmente: “As fontes mentes, especialmente os órgãos governamentais”.

Ao fazer uma cronologia da evolução da legislação de cada país, o jornalista estrangeiro classifica o Brasil em sua tal lista denominada B1, que significa “mais ou menos próximo de uma Lei de Acesso à Informação, da seguinte forma [continua ele]: em 2002, *lobby* sério; em 2003, ano do primeiro projeto de Lei de Acesso à Informação; em 2010, ano da aprovação da Lei de Acesso à Informação; em 2011, prognóstico de vigência da Lei de Acesso à Informação e, por fim, *status* da Lei de Acesso à Informação: aprovada”. O detalhe é que essa informação que ele divulgou é datada de 9 de outubro de 2011, 16 dias antes de o Senado da República aprovar o PLC 41, ou seja, uma premonição.

Pois bem, apoiado na qualidade desse tipo de pesquisa, à qual se refere como um levantamento mundial do dito confrade brasileiro, ele passa também a mentir; não há outra palavra, a mentir. Ele assevera que a aprovação do PLC 41 faz o Brasil ser o 89º país a ter uma Lei de Acesso à Informação a dados públicos e que, entre os países latino-americanos, o Brasil é o 19º a ter uma lei dessa natureza e, logo em seguida, se contradiz: “São raros os países que têm uma legislação tão ampla”. Ora, se o Brasil passa a se enquadrar no rol dos quase 90 países com uma lei do gênero, como é possível afirmar que são raros os países com legislação dessa natureza? É lamentável que tal fato ocorra, sobretudo nesse nível.

Em primeiro lugar, desde 1988, o Brasil possui legislação sobre o tema. A começar pela Lei Maior, nossa Constituição Federal, que garante o acesso à

informação pública em três dispositivos distintos; depois passando pela lei de janeiro de 1991, que sancionei, como Presidente da República – e foi a primeira norma do gênero, a Lei nº 8.159 –; depois a Lei nº 8.859; depois, em dezembro do mesmo ano, eu próprio sancionei a Lei nº 8.394, referente aos acervos documentais privados dos Presidentes da República e, além disso, nos anos seguintes tivemos uma lei ordinária, nº 11.111, de 2005, dois Decretos Regulamentadores de nºs 4.553, de 2002, e 5.301, de 2004. Todas essas normas dispõem sobre o acesso à informação, sendo elas, inclusive, muito mais avançadas do que a esmagadora maioria da legislação estrangeira. Esse é um fato que tenho dito e repetido nos últimos meses e provado por meio de um estudo comparado que, inclusive, fiz questão de mostrar em projeção no plenário do Senado, quando da apresentação do meu parecer ao PLC 41, no último dia 25.

Em segundo lugar, esse confrade brasileiro também mente ao discriminar posições no *ranking* de países que detêm leis dessa natureza, 89º no mundo e 19º na América Latina. A verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, a verdade – e eu gostaria que esse confrade, que esse janízaro desmentisse o que estou aqui agora afirmando – é que a nova lei oriunda do PLC nº 41 passa a ser a primeira e única do mundo a permitir o completo acesso ao inteiro teor de todos os documentos públicos, sem exceções. Se isso é realmente positivo, o Brasil tornou-se, de fato, vanguarda, porém somente em um futuro breve iremos descobrir os potenciais efeitos dessa nova legislação que acabamos de aprovar.

Mas aqui vale repetir o que tenho dito: todas as mais avançadas e recentes leis das principais democracias do planeta contêm sempre salvaguardas, ressalvas ou exceções para determinadas questões de Estado. Mostrei esse fato no plenário desta Casa, aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em relação à mais recente legislação dos Estados Unidos e da União Europeia. E se isso não é suficiente, cito também, por exemplo, a norma em vigor na Alemanha, muito citada, Lei de Acesso à Informação, de 5 de setembro de 2005, que dispõe, em seu § 3º, sobre proteção de interesses públicos especiais:

“O direito de acesso à informação não se aplica:

1. Se a divulgação da informação puder causar prejuízos sobre:

a) relações internacionais;

b) assuntos militares;

c) segurança interna ou externa;

d) funções de regulação ou de fiscalização das autoridades de finanças, concorrência e regulação;

e) assuntos de controle externo de finanças;

f) medidas de proteção contra o comércio externo ilegal;

g) andamento de processos judiciais em curso.

2. Se a divulgação da informação puder ameaçar a segurança pública.”

E assim segue a lei alemã até o oitavo item de exceções de toda ordem.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a realidade dos fatos e esses são dados autênticos, precisos, irrefutáveis. Lamento apenas que o Estado brasileiro tenha se tornado refém do automatismo na divulgação de seus documentos classificados.

Quanto à cobertura que é dada aos acontecimentos do gênero, é preciso que determinados setores dos meios parem de mentir, parem de escamotear a verdade, sob pena de estarem, permanentemente, induzindo pessoas a erros de interpretações e assolando-os a tomadas de posições muitas vezes equivocadas.

Sempre defendi a liberdade de expressão, o maior pilar da democracia. Sou contrário, absolutamente contrário, a qualquer tipo de regulação e controle dos órgãos de comunicação. Continuo discordando de qualquer proposta de regulamentação ou de regulação do exercício profissional do jornalismo. Todavia, a defesa desses princípios demanda sempre, e acima de tudo, a devida responsabilidade pública por parte dos meios, a começar por não mentir.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria fazer dois comentários, se me permite, Presidente Fernando Collor.

Primeiro, quero cumprimentá-lo pelo trabalho feito em relação à nova Lei de Acesso à Informação. A sua contribuição foi valiosa, e o tempo é o senhor da razão. Quanto a isso, não tenho dúvida. Quero, então, cumprimentá-lo pela contribuição que o senhor deu ao debate de um tema tão importante.

Queria, especialmente, cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo trabalho que fez ontem. Foi um momento muito importante aquele em que se aprovou a criação da Comissão Nacional da Verdade por unanimidade. Como registrou muito bem V. Ex^a, é uma matéria em que há interesses de todas as naturezas – institucionais, constitucionais, políticas, humanas econômicas, históricas.

Queria também concordar com V. Ex^a sobre a pressa e o aodamento no encaminhamento, na tramitação e na aprovação de projetos relevantes aqui. Não são só esses que V. Ex^a citou. Trago-lhe, não sei se para consolo ou para entender um pouco o que

está acontecendo, que também ontem, na Comissão de Educação, da qual o Senador Cristovam Buarque também participou, estamos discutindo um projeto também polêmico, o PLC nº 79, que cria a Empresa Brasileira de Equipamentos Hospitalares em relação aos hospitais universitários. É uma matéria da maior relevância, mas a Comissão de Educação não teve tempo de examiná-la, Presidente.

Então, nós estamos, digamos, sob o efeito de um processo politicamente incorreto, institucionalmente inadequado e que atropela todo o processo legislativo em assuntos que demandariam um pouco mais de exame, de maior profundidade, para tratarmos de assuntos como este em que há choque de interesses entre as universidades e de compreensão entre o próprio usuário que deveria ser consultado se está satisfeito com isso. Então, apenas registro a V. Ex^a que não é só nas matérias relacionadas à área de relações exteriores e defesa que estamos enfrentando esse atropelamento. Falo apenas para contribuir.

Como jornalista, Presidente, queria saudá-lo pela manifestação de dizer que é totalmente contrário a qualquer tipo de tentativa de cerceamento à liberdade de imprensa. Não podemos, por exceções cometidas em relação a determinados profissionais – e isso ocorre em todas as áreas, na área política, na área médica –, que esses balizem, pautem ou façam referência para que se tome uma iniciativa que venha a prejudicar aquilo que é mais sagrado, que é a liberdade de expressão. Então fico muito grata com a manifestação de V. Ex^a e acredito sinceramente na sua convicção de que não é este o caminho para evitar ou mitigar os excessos cometidos com as inverdades muitas vezes divulgadas na nossa imprensa. Então, agradeço a V. Ex^a por esse compromisso com a liberdade de imprensa.

Eu gostaria de ficar na reunião, mas tenho uma audiência com a Ministra Ideli Salvatti e, por isso, me retiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigada a V. Ex^a, Senador Ana Amélia.

O Senador Cristovam Buarque havia solicitado. Em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque. Em seguida, será o Senador Aloysio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, a minha fala vai exatamente ao encontro do que falou a Senadora Ana Amélia. Não vou nem discutir o mérito, porque, depois de tentar analisar, com o pouco tempo que temos, eu até comecei a sentir que a prolongação

do prazo sem um limite poderia caracterizar uma espécie de sigilo eterno. Então, nesse sentido, o que foi aprovado é preocupante, mas, na hora de optar, era capaz de eu ter que optar por esse.

O que me preocupa é a pressa com que estamos analisando as coisas. Esse tema tem, pelo menos, o tempo da independência do Brasil. A gente poderia ter debatido mais algumas semanas, meses, até para nos educarmos sobre a diferença entre o que é o direito do cidadão e o que são os interesses nacionais. Eles não são a mesma coisa.

Numa frase do Relator – inclusive falei com ele –, ele coloca que se tem que respeitar o direito da cidadania. Eu perguntei: a cidadania dessa geração? E a das próximas gerações? A cidadania apenas como soma dos eleitores ou a cidadania como o espírito da Nação?

Há uma diferença entre o espírito da Nação e a maioria. Às vezes a democracia ganha uma causa por um voto, dois. Aliás, por um voto se ganha uma causa, com repercussões seculares, muitas vezes. Tinha que ser debatido mais tempo, tinha que se prestar mais atenção ao seu relatório.

Segundo, votamos o caso da nossa Comissão da Verdade. Esperamos demais por isso, mas votamos sem ser nominalmente, votamos pelas lideranças. E, agora, esse caso da empresa que vai cuidar dos hospitais universitários terminará sendo votado pelos líderes. Daqui a pouco, podem dizer que a gente fique em casa, porque os líderes resolvem tudo, salvo aquilo para o que a Constituição prevê voto nominal. Mas tudo deveria ser por voto nominal, ainda que os líderes deveriam convencer cada liderado a votar como ele. Os partidos deveriam se reunir, fechar questão e, aí, todos deveriam votar conforme a orientação do partido. Isso eu admito, acho que está correto, acho que faz parte do jogo democrático.

Agora, uma Casa com 81 pessoas, cada uma delas com a responsabilidade de Senador, descobrir que foi votado, de repente, lá, porque ninguém se mexeu? É um negócio constrangedor essa votação pelas lideranças e essa votação do “fique como está”. Três coisas seguidas aqui; a gente fez duas e vai fazer outra, porque o Governo decidiu ter pressa.

Criar essa empresa para cuidar dos hospitais pode ser uma boa ideia ou pode não ser. Como está, não está bom. Eu queria ouvir aqui, em audiência, os reitores. O que eles estão pensando disso? Eles vão perder autonomia em relação aos hospitais. Eu gostaria de ouvir especialistas do Ministério da Saúde, que poderão chegar aqui e dizer: a universidade perde autonomia, mas é bom para a saúde pública. Vamos ver. Talvez seja, e a gente vai ter de escolher.

Uma autonomia que é ruim para a saúde pública não é uma boa autonomia.

Eu lamento muito que nós estejamos votando açodadamente, disse a Senadora Ana Amélia, coisas não apenas importantes, mas coisas com repercussão de décadas. Votar coisas importantes com repercussões circunstanciais não é problema; a gente resolve mais adiante, mas essa, não. Depois de a empresa ser criada e começar a administrar hospitais, a gente não poderá mudar isso em menos de vinte, trinta anos.

O mesmo vale no caso do sigilo; se o senhor estiver certo e o Relator estiver errado, depois de se publicar um sigilo, não se pode arrepender mais. Aliás, arrepender-se pode; mas não se pode corrigir. Este caso merecia ser mais estudado, merecia até mesmo saber o quê? A Comissão em que cada um de nós jura sigilo, a Comissão de que o senhor deve ser Presidente – e de que fui quando era Presidente aqui – poderia até ouvir alguns desses segredos guardados para a gente ver se justificaria ou não a ideia de um prazo limite de cinquenta anos.

Então, deixo aqui não um comentário exatamente sobre a leitura que o senhor fez, sobre o que acho que o senhor tem toda razão de manifestar sua posição diante desse jornalista, mas a minha preocupação com a maneira em que o Senado está se transformando: em uma Casa onde só votam os líderes. Sinceramente, às vezes, dá vontade de nem vir, porque vir apenas para manifestar a posição não é preciso. Eu manifesto em outra hora. Eu quero estar presente na hora do voto, se eu tiver o poder de voto e, portanto, quiser debater para convencer os meus pares da minha posição. Mas não adianta, porque os pares, como eu, não têm nenhum direito de votar, porque os líderes já decidiram.

Acho que se tem de pensar em uma mudança nesse sistema de votação açodada, como disse a Senadora Ana Amélia. Essa é uma lição sobre esses três fatos na semana, mas cada dia há outros e vamos ter outros e outros em que as coisas aprovadas nas carreiras, porque o governo pediu urgência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque. Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para agradecer a V. Ex^a pela designação *in pectore* para ser o Relator da matéria da Comissão da Verdade aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Procurei me desincumbir da melhor forma possível desse encargo e agradeço imensamente as palavras de V. Ex^a.

Queria também sublinhar, como sublinhei ontem da tribuna, que, mesmo diante da controvérsia sobre a Lei de Acesso a Informações Públicas, existe um em que o voto em separado de V. Ex^a e o projeto aprovado pela Câmara são absolutamente concordes, no fato de que documentos relativos à direitos humanos não são suscetíveis de proteção por nenhum grau de sigilo.

Muito obrigado, mais uma vez, a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes, e, mais uma vez, os cumprimentos, em nome de todos os integrantes desta Comissão, pelo trabalho que V. Ex^a realizou como Relator da matéria ontem aprovada por unanimidade no plenário desta Casa da Comissão da Verdade.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria apenas de cumprimentá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – ... pela maneira como sugeriu que todos nós, Senadores, no projeto relativo ao sigilo de documentos oficiais, viéssemos a votar com muito maior grau de consciência do que se não fosse pelas iniciativas de V. Ex^a, inclusive ao apresentar um substitutivo.

Meus cumprimentos. V. Ex^a permitiu que todos nós conhecêssemos melhor o conteúdo do que votamos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, pelas suas referências generosas.

Outro comunicado: a questão da Líbia.

A morte do Sr. Coronel Kadhafi nas mãos dos rebeldes, junto com a queda de Sirte, cidade onde nasceu, e seu último bastião, tem importante aspecto simbólico: representa a vitória da rebelião e o controle territorial praticamente total por parte do Conselho Nacional de Transição. Os dois fatos darão também uma injeção de ânimo nos protestos da Síria e de Iêmen.

As circunstâncias da morte do antigo líder líbio, no entanto, tisnam, tanto interna quanto externamente, a imagem cultivada pelo CNT de liderar revolta democrática e de ser mentor de uma guerra justa no sentido tomista. Dentro da Líbia, subsistem parcelas leais ao coronel, que não aceitam a barbaridade de seu fim, e, no exterior, as chocantes imagens da morte do prisioneiro levaram a pedidos de investigação pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU e por ONGs ligadas à defesa humanitária.

Aparecem, agora, mais claramente, os difíceis problemas que deverão ser enfrentados pela Líbia pós-Kadhafi. O Conselho Nacional de Transição, embrião de governo, está eivado de disputas internas, na medida em que se trata de um amálgama de forças diversas,

cujo único denominador comum era o desejo de mudar o regime. Entre os membros do CNT, o Conselho Nacional de Transição, estão desertores do antigo regime, representantes de diversos segmentos sociais laicos e grupos islâmicos de distintas correntes.

As recentes declarações de Mustafa Jalil de que a Líbia terá uma constituição baseada no Corão levantam preocupações com um possível aumento de influência de setores religiosos. São controvertidas as próprias lideranças de Mustafa Jalil, presidente do órgão, e de Mohamed Jibril, que atua como primeiro-ministro do governo provisório.

O CNT possui um plano de construção de instituições democráticas por meio da elaboração de uma constituição e da realização de eleições, mas a consecução desse projeto é dificultada pela própria composição heterogênea das lideranças rebeldes. Ademais, as várias brigadas informais que lutaram contra Kadhafi têm-se recusado a entregar suas armas ao CNT e não reconhecem o seu comando. Os distintos grupos armados se veem com suspicácia e desconfiam de que podem ser prejudicados durante o processo de transição.

Além de colocar em vigência regras democráticas, o atual órgão dirigente líbio terá também de estabelecer uma estrutura policial e militar nova, projeto incompatível com a persistência de bandos armados autônomos e com frequência rivais. Há também preocupação com armas químicas e convencionais, mísseis antiblindados e antiaéreos desaparecidos dos arsenais do governo durante os combates.

Acresce que o Coronel Kadhafi governou a Líbia por mais de 40 anos sem colocar em vigor instituições sólidas, mesmo que não democráticas. A liderança do Coronel era extremamente forte e personalíssima, sustentava-se por meio da alimentação de lealdades de caráter tribal, regional ou familiar e manejava as dissensões existentes no País dentro da visão de *divide et impera*.

Os recursos governamentais e os frutos da produção de petróleo e gás eram alocados com o fito de reforçar lealdades ou incrementar divisões, de acordo com as necessidades de poder do líder líbio. Tendo mantidas juntas regiões e tribos sob o manto de um governo por ele pessoalmente controlado, a falta de Kadhafi coloca a questão de se saber qual a argamassa que, doravante, manterá o país unido.

No plano diplomático, os países que lideraram a campanha da Otan fizeram-se presentes em território líbio nos últimos dois meses. Em setembro, verificou-se a visita conjunta do Primeiro-Ministro inglês James Cameron e do Presidente francês Nicolas Sarkozy. Em outubro, a Secretária de Estado Hillary Clinton e o Ministro das Relações Exteriores italiano Franco Frattini

reuniram-se com o CNT. A Secretária de Estado norte-americana prometeu ajuda não militar à transição e à reconstrução, destacando que o apoio conta com dificuldades no Congresso americano, e o Chanceler italiano destacou o papel da Itália, a cessão da base da Otan, em Nápoles, por exemplo.

Note-se que o país, antiga potência colonial, até o começo da rebelião, era muito próximo a Kadafi, refiro-me à Itália. Registre-se também que a Eni italiana, a companhia estatal de petróleo italiana, já está atuando na retomada e normalização da produção de petróleo e gás na Líbia. Também com fortes interesses estão empresas petrolíferas inglesas e francesas. As visitas diplomáticas podem ser consideradas como um simbólico ato de fincar a bandeira em território líbio pelas potências que contribuíram de forma decisiva para a queda do regime de Kadafi.

Não se pode esquecer também o papel do Catar no esforço bélico para derrubada do governo líbio. O Catar colocou seus jatos de combate a serviço da Otan, forneceu armas e assistência militar de suas forças especiais aos rebeldes, inclusive com a participação dessas forças na tomada de Trípoli e estará na linha de frente da exploração petrolífera da Líbia pós-Kadafi.

No que diz respeito à Otan, é importante notar que a Aliança conseguiu superar divisões internas e agir de forma extremamente rápida e imediatamente após a resolução da Onu que legitimou a sua intervenção.

Os Estados Unidos tiveram papel essencial na campanha por meio do fornecimento de informações, apoio logístico, reabastecimento de aviões de combate no ar, fornecimento de munição. Sem a ajuda norte-americana, a operação, seguramente, duraria muito mais do que os seis meses que aproximadamente foram gastos para liquidar o antigo governo líbio. E, aqui, vale a pena um comentário: há, na Constituição americana, um artigo que exige que o Presidente americano solicite autorização do Congresso para ingressar em qualquer confronto bélico. E, embora tenha sido notória a participação do governo americano nesse ataque à Líbia, o Congresso Nacional americano não foi ouvido. E, segundo as palavras do Presidente Obama, porque não houve uma participação direta dos americanos no conflito. Fica isso para cada um fazer o seu juízo.

Os Estados Unidos inauguraram um novo tipo de intervenção externa, portanto, com uma atuação menos conspícua, a chamada *leading from behind*. Esse modelo de participação bélica menos ostensiva é muito útil ao presente momento em que os Estados Unidos continuam engajados em operações no Iraque e no Afeganistão. No último dia 21 de outubro, o Presidente Barack Obama, inclusive, confirmou a retirada das tropas do Iraque até as festividades natalinas. E tem a

vantagem adicional de não produzir mortes, inaceitáveis pela sociedade americana, que apóia intervenções externas, desde que sem baixas pelo lado americano.

A Líbia pós Kadafi, apesar de sua complexidade, permite a apresentação de dois cenários distintos: de um lado, a fragmentação do país em partes dominadas pelas brigadas rebeldes que se uniram para derrubar o regime e que poderão se engalfinhar em uma situação de guerra civil; de outro, apesar das dificuldades, o CNT conseguiria manter, com muita dificuldade, o país intacto territorialmente embora dividido entre tribo e facções. Essa última configuração estaria de acordo com os interesses das potências ocidentais, pois embora precária, a relativa estabilidade ensejaria terreno propício à reconstrução e retomada plena da produção petrolífera da Líbia.

Um último comunicado em relação à Argentina e à reeleição da Sr^a Cristina Kirchner. A reeleição da Presidente da Argentina por esmagadora maioria em primeiro turno pode ser vista em duas vertentes: uma política e outra de caráter econômico. No plano político, deve ser registrada a capacidade de recuperação em relação a fatores negativos e a firmeza de propósitos da mandatária, que soube ultrapassar crises e emergir da sombra de seu marido como liderança forte e com perfil próprio de atuação.

A oposição não conseguiu fazer frente ao ímpeto eleitoral da Presidenta e se apresentou fragmentada e mesmo pulverizada sem nenhuma liderança agregadora.

É importante registrar que a vitória de Kirchner representa a continuidade da corrente peronista na política argentina, inclusive pela sua adoção de políticas sociais paternalistas e pelo recurso ao personalismo profundamente enraizado no país vizinho.

A ausência do ex-Presidente Nestor Kirchner, ocorrida há um ano, foi profundamente sentida pela Presidenta. O eleitorado considerou o fato pelo prisma da admiração pela viúva, que continua a se mostrar enlutada e que frequentemente cita o ex-marido como o seu inspirador em pronunciamentos públicos. Trata-se de imagem cara aos justicialistas de vários matizes que preservam os mitos de Perón, de Evita e de Isabelita, figuras que persistem no imaginário de amplas camadas da população.

Presidente de 2003 a 2007, Nestor Kirchner empenhou-se, com êxito, na recuperação de um país que se viu à beira de um colapso econômico e social e que chegou ao *default* da sua dívida em 2002. A imagem do ex-Presidente ficou, assim, ligada a um período de retomada econômica, apesar de o problema da dívida ter isolado a Argentina no mercado financeiro internacional e da continuidade de ações judiciais de cobrança.

A Presidente Kirchner foi extremamente habilidosa na utilização do êxito obtido pelo ex-marido durante a sua campanha pela reeleição. Em seu governo, deu ênfase a programas de assistências diretas a parcelas mais necessitadas da população, como a contribuição mensal para crianças de famílias carentes e a distribuição de computadores portáteis em áreas mais pobres. Com eficiente divulgação, essa política tipicamente peronista contribuiu muito para a elevação de sua popularidade e que em 2008, seu primeiro ano de mandado, chegou a cair para apenas 20% na esteira de uma renhida disputa com os produtores rurais que protestavam contra a elevação dos impostos de exportação.

A firmeza da nova Presidente ajudou, então, a formar a percepção popular de uma liderança forte. A vertente econômica da vitória de Cristina Kirchner é ressaltada pelo aproveitamento do bom momento por que passava a economia internacional com a elevação da demanda e dos preços de *commodities* exportadas pelo país, como o complexo soja, milho e carne.

Contribuiu também o período de crescimento do Brasil, país com o qual a Argentina tem estado cada vez mais ligada economicamente. Na verdade, desde que ultrapassadas as rivalidades históricas na década de 1980 e firmado o Tratado de Assunción, em 1991, de criação do Mercosul, o Brasil tem sido uma âncora de firmeza para a Argentina.

Os fatores que explicam a vitória eleitoral da Presidente Cristina Kirchner não mascaram, no entanto, a existência de alguns problemas imediatos à frente. A inflação é uma ameaça real e objeto de debate entre governo e economistas independentes. Enquanto os índices oficiais estão em torno de 9%, institutos privados e analistas acadêmicos consideram que há manipulação e que os índices verdadeiros se situam por volta de 25%.

A desaceleração da economia mundial, que sinaliza um esfriamento dos preços agrícolas, também é problema para a Argentina, que também tem necessidade de criar empregos. Por outro lado, as disputas pontuais com o Brasil por temas alfandegários poderão aumentar em tempos de menor dinamismo econômico que ensejem um maior protecionismo.

Iniciamos a nossa pauta de hoje.

ITEM 1

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 118, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de

Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Observação: no dia 20/10/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

ITEM 2

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 119, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cabo Verde.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Observação: no dia 20/10/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Convido, para que tomem assento à Mesa, desejando-lhes boas-vindas, o Sr. Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda, indicado para a República do Azerbaijão, e o Sr. Embaixador João Inácio Oswald Padilha, indicado para a República de Cabo Verde.

Passo, inicialmente, a palavra ao Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda, indicado para a República do Azerbaijão, para fazer a sua exposição. V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Srs. Senadores. É um privilégio especial, pela terceira vez, comparecer a esta Casa e submeter-me ao escrutínio dos membros do Senado Federal, para assumir honrosas funções de chefia de missão diplomática no exterior.

Muito brevemente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, permitam-me situar. Venho de uma missão de três anos, completados no mês de outubro, em Kuala Lumpur, como embaixador do Brasil acreditado junto ao governo da Malásia, cumulativamente com o Sultanato de Brunei. Foi uma missão fascinante. A presença do Brasil no sudeste asiático cresce de maneira extraordinária, como bem sabe V. Exª. Em algumas semanas mais, o Chanceler Antonio Patriota estará em Bali.

O Brasil acede ao tratado de amizade e cooperação, uma etapa inicial para se tornar membro, parceiro inicial do diálogo dos dez Estados membros da Asean.

Tive o privilégio de estar acreditado junto a dois deles. Uma relação intensa bilateral, em crescimento. Companhia Vale, a nossa Vale, fazendo um investimento de US\$3 bilhões, o maior investimento direto estrangeiro da década na Malásia, para o estabelecimento de um centro regional de distribuição de minério de ferro para todos os mercados asiáticos e uma usina de pelletização. Guardo, certamente, boas memórias dessa missão que estará por encerrar-se em breve. Com o mesmo entusiasmo, preparo-me, mediante, evidentemente, eventual aprovação de V. Ex^{as}, para o desafio do próximo posto.

Gostaria de fazer uma breve menção, em linhas muito gerais, já que os senhores, certamente, já terão um conhecimento amplo. Mas o Azerbaijão é, de fato, um país fascinante, uma das três Repúblicas do Cáucaso, que têm uma posição estratégica. No séc. XIX, em particular o Azerbaijão, foram parte do chamado grande jogo entre as grandes potências da época, o Império Russo e o Império britânico disputando mercados consumidores e, hoje, são parte do novo jogo do séc. XXI, o jogo do poder pelo domínio das fontes energéticas.

O Azerbaijão – é curioso – começou a exploração comercial do petróleo ainda em 1870 e, em 1899, era o primeiro produtor mundial de petróleo; 50% da produção mundial de petróleo, na virada do séc. XIX para o XX era do Azerbaijão. Na Segunda Guerra Mundial, o esforço de guerra da então União Soviética dele visceralmente: 75% da produção de petróleo da União Soviética vinham dos campos petrolíferos à margem do Mar Cáspio, do Azerbaijão. Portanto, esse papel estratégico vital do Azerbaijão se mantém no séc. XXI.

Estão em curso, evidentemente, inversões substanciais. A partir de meados dos anos 90, com a independência do Azerbaijão, que completou vinte anos, temos grandes grupos operando lá: trinta empresas de catorze países, com investimentos da ordem de US\$60 bilhões, a partir de meados dos anos 90.

O petróleo ainda responde por cerca de 92% das exportações do país, mas há grande esforço em buscar diversificar a pauta de exportações, a economia. Há um crescimento sustentado das exportações dos setores não energéticos e criação, geração de emprego e renda e de empresas nesse setor, segundo uma diretiva do governo nesse sentido.

Evidentemente é um país que dispõe, inclusive, de um Índice de Desenvolvimento Humano, infelizmente para nós brasileiros, à frente do nosso algumas colocações. Creio que o Azerbaijão está na posição número 69, e nós ocupávamos, segundo os meus dados, a posição número 73. Tem uma boa colocação também, segundo os relatórios internacionais de competitividade

global em matéria de negócios, ocupando a posição número 51. É o primeiro país, entre os Estados independentes da ex-União Soviética, da Comunidade de Estados Independentes, em termos de competitividade global, segundo avaliação.

Embora as agências de avaliação de crédito estejam sendo um tanto quanto questionadas ultimamente, a Moody's e a Poor's acabam de rever, recentemente, o crédito do Azerbaijão de estável para positivo. Há, portanto, uma série de indicadores econômicos, comerciais e, inclusive, sociais interessantes.

Há, evidentemente, uma grave questão sobre a qual se debruça o país, há duas décadas, que é a questão do enclave do Nagorno-Karabakh, em função do qual 20% do território do Azerbaijão encontra-se ocupado pela vizinha Armênia. É uma questão delicada que gera, inclusive, problemas sociais graves em função da população deslocada internamente, refugiados vindos do próprio enclave, que, segundo algumas estimativas, poderiam alcançar um milhão de pessoas, em uma população de oito a nove milhões. É uma parcela considerável.

Mais adiante voltarei a isso porque isso gerará, eventualmente, uma possibilidade de ação bilateral, em termos de cooperação técnica, de assistência humanitária, de agricultura familiar, de microcrédito e de projetos afins, segundo interesses já expressos pelo Governo do Azerbaijão.

As relações com o Brasil são recentes, estabelecidas no início da década de 90, em 1993. Tivemos algumas visitas recíprocas, inclusive a mais recente a do Chanceler do Azerbaijão em 2006, a Brasília, quando se assinaram os dois acordos bilaterais hoje vigentes. Um deles prevê consultas políticas entre os Ministérios das Relações Exteriores; primeira sessão realizada em janeiro de 2010, em Baku, com uma pauta substantiva, tanto no plano bilateral quanto na abordagem de temas multilaterais sobre os quais têm os dois países interesse especial, tais como a reforma das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança, a situação de proliferação nuclear, em particular a atenção especial do Azerbaijão à situação no vizinho Irã, e outros temas realmente da atualidade multilateral.

Temos também um acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e de serviço e que já vigora entre os dois países. Há interesse evidentemente do Governo do Azerbaijão, formalizado em comunicação de maio deste ano, de estabelecer-se com uma embaixada residente em Brasília. Estão os preparativos avançados e estimo que já em 2012 os senhores terão um convívio com o corpo diplomático, com um representante diplomático do Azerbaijão em Brasília.

Temos um plano multilateral, uma afinidade muito grande de posições, com o apoio recíproco frequente de candidatos a organismos internacionais. Mais recentemente, pela primeira vez, um jovem país, com apenas vinte anos de vida independente, o Azerbaijão logrou eleger-se para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, um dos assentos não permanentes para um mandato em 2012, 2013, eleição no dia 13 de outubro corrente. É membro também da Organização de Cooperação Islâmica. É um dos 57 Estados-membros que seguramente terá dado apoio maciço ao movimento não alinhado.

Tem uma cooperação muito interessante, que se desenvolveu a partir dos anos 90, um processo de aproximação, inclusive da Europa com a própria Otan. Há um contingente pequeno, azeri, no Afeganistão, um efetivo de noventa homens, e também um importante ponto de apoio para suprimentos e trânsito de aeronaves americanas para aquela região.

Desempenha um papel central o Azerbaijão e isso se refletirá, eu creio, eventualmente no futuro, nas relações bilaterais, na segurança energética da Europa. Inaugurou-se em 2005, 2006, o projeto de inspiração turca do gasoduto que transita pelo Azerbaijão, pela Geórgia e sai pelo porto turco. Nós temos, perdão, o oleoduto que fornece um milhão de barris diários de petróleo. Há também a ideia da conexão para o transporte de gás.

Evidentemente isso enfraqueceria a posição até agora absolutamente crucial da Rússia como rota de passagem desses fluxos de petróleo e gás. Há toda uma equação, portanto, estratégica muito importante, na qual o Azerbaijão desempenha um papel central.

São considerações essas que faço aos senhores apenas por serem aspectos importantes, que de alguma maneira condicionarão uma série de iniciativas de cooperação que o Brasil poderá vir a adotar no exterior. Nas relações bilaterais se registram as visitas, já nos anos 90, de representantes da então Braspetro a Baku, projetos de cooperação nessa área que se afiguram viáveis no momento em que a Petrobras haja saído da sua grande concentração de investimentos na exploração dos recursos do pré-sal, presumo.

Gostaria de dedicar uma parte final desta exposição para delinear aos senhores o que poderia ser um projeto de missão caso me concedam a honra de aprovação desta indicação, que possa vir a ser referendada pelo Plenário.

Nós temos um intercâmbio comercial relativamente modesto, que foi em 2010, da ordem de US\$22 milhões, predominantemente exportações brasileiras, mas existe, evidentemente, um grande potencial. Já em 2011, pelos dados que temos do primeiro semestre,

a perspectiva é de que o aumento seja da ordem de 100%, e tenhamos um intercâmbio na faixa de US\$40 a 45 milhões, mas as cifras que temos dos últimos anos demonstram que o potencial é muito maior. Em 2007, por exemplo, tivemos um fluxo comercial de US\$315 milhões, com grande déficit para o lado brasileiro, que exportou US\$36 milhões e teve importações de US\$278 milhões, obviamente de petróleo ou gás do Azerbaijão. Eu não tive tempo de verificar exatamente a distribuição dos itens.

Parece-me, portanto, muito razoável imaginar que possamos, nos próximos anos, voltar a ter um fluxo comercial dessa ordem de grandeza, de US\$300 a 400 milhões, e nossas exportações poderiam, seguramente, multiplicar-se, eu diria, quatro ou cinco vezes.

Temos como itens principais carnes, fumo, mas acredito que possamos enriquecê-los.

Há perspectivas, no entanto, que me parecem bastante mais concretas a curto prazo, que gostaria de, brevemente, referir-me aos senhores, nas áreas de cooperação esportiva. A capoeira é extremamente popular no Azerbaijão, e existe hoje, enfim, compromisso. Haverá, em breve, em novembro, inclusive, na Coreia, um encontro internacional, e a capoeira será apresentada como esporte tradicional que o é do Brasil.

Um passo foi dado no seu reconhecimento para tornar-se um esporte olímpico, já importante, passo esse que inclui a adoção do português como idioma internacional da capoeira. É um vetor extraordinário, como todos os senhores sabem, de transmissão da nossa cultura, da nossa tradição cultural afro-brasileira e da própria língua portuguesa.

Há projetos em estudo para que possamos contribuir. Recentemente, em junho, houve um evento de participação de oito países da região – Cazaquistão, Irã, Geórgia, Letônia, Estônia, França etc. –, e, curiosamente, o nosso embaixador, ao final, verificou que era saudado em português. Os capoeiristas diziam “obrigado”, agradeciam. Usa-se a língua, portanto; tem curso internacional.

E há, evidentemente, a área de assistência humanitária e cooperação técnica ligada à agricultura familiar e microcrédito. Teremos, em abril, a reunião da FAO para a Europa, provavelmente com a presença do Diretor-Geral José Graziano. Há propostas sobre a mesa, de iniciativa, inclusive, da parte azeri, de acordos nessa área e há um programa de governo que busca atender a população refugiada e sanar os bolsões de pobreza que ainda existem, embora, entre 2005 e 2009, reduziu-se o índice de pobreza no país de 44% para 11%. Ainda assim, busca-se eliminá-la totalmente nos próximos anos. E vejo a isso, Senador

Suplicy, um campo interessante para projetos que são caros, como o da Renda Mínima

Portanto, essas são as perspectivas que vejo na área de cooperação esportiva, cooperação em agricultura, microcrédito para agricultura familiar e energia. Portanto, uma futura parceria, e a participação brasileira em grandes obras de infraestrutura que ainda se realizam no país.

Agradeço aos senhores o tempo. Estarei à disposição para qualquer esclarecimento, perguntas e questionamentos que desejem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado ao Sr. Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda, indicado para a República do Azerbaijão.

Passamos, em seguida, a palavra ao Sr. Embaixador João Inácio Oswald Padilha, indicado para a República de Cabo Verde.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, evidentemente, agradecer a cordialidade da acolhida de V. Ex^a. Acho que, neste particular, falo também em nome do meu colega Sérgio Arruda.

Gostaria de manifestar, em primeiro lugar a minha grande felicidade por ter sido indicado, por ter tido meu nome indicado como Embaixador em Cabo Verde. Este é um país que conheço bastante bem. Tive uma experiência prévia, como Chefe de Divisão da África II, do Itamaraty, entre 2004 até 2007. Um dos países que estavam sob a minha responsabilidade para administrar as relações diplomáticas entre Brasil e África era justamente Cabo Verde.

Tive muito prazer, durante esse tempo, de lidar com os diplomatas cabo-verdianos, com a Embaixada de Cabo Verde aqui. Estive lá algumas vezes durante esse período, umas três ou quatro vezes, e sempre pude notar nos cabo-verdianos uma extrema seriedade, uma extrema competência, uma extrema disposição de enriquecer as nossas relações bilaterais. Isso é muito natural, na medida em que os cabo-verdianos são muito ligados ao Brasil, talvez de todos os países africanos. Eu digo isso porque eu tive essa experiência muito direta. Acho que de todos os países africanos Cabo Verde é, provavelmente, em termos culturais, em termos afetivos e em termos históricos, o mais próximo do Brasil, inclusive, do ponto de vista étnico.

Bom, eu tive o prazer de ter sido indicado antes para Botswana, onde eu sou o atual Embaixador. É uma coisa bastante interessante, porque posso comparar muito bem um país e outro, Botswana e Cabo Verde, porque são dois países que são estrelas da África atual, são duas histórias de sucesso.

Por coincidência, o ex-Presidente Presidente Pedro Pires, de Cabo Verde, foi recentemente laureado com um prêmio denominado Mo Ibrahim, que é um prêmio extremamente importante no contexto africano, é concedido por uma fundação dirigida por um grande magnata sudanês, chamado Mo Ibrahim. É um prêmio que procura distinguir os grandes exemplos que a África consegue dar ao mundo. O atual laureado, portanto, esse é um prêmio que foi concedido há cerca de três semanas, é o ex-Presidente Pedro Pires, de Cabo Verde. Imediatamente anterior a este prêmio, o laureado anterior foi o ex-Presidente de Botswana, Festus Mogae. Isso apenas demonstra como que os mesmos países convergem para a mesma direção de uma história de sucesso bastante parecida.

Há várias outras comparações muito interessantes, como, por exemplo, o fato de que a mesma Fundação Mo Ibrahim recentemente publicou o seu *ranking* de boa governança na África, tendo posto as Ilhas Maurício em primeiro lugar, Cabo Verde em segundo lugar e Botswana em terceiro lugar. É como se eu praticamente não tivesse saído, em termos de história de sucesso, é como se eu não tivesse saído do lugar, estou confortável da mesma maneira.

Várias outras comparações podem ser feitas, como o fato de que Botswana e Cabo Verde são dois países de renda média, que saíram, portanto, daquele *status* de país menos avançado. Os IDHs de ambos os países são entre os mais altos da África e os dois países gozam de uma extrema estabilidade institucional. Isso é bastante notável. Podemos ter certeza de que são duas democracias que já terão alcançado um nível bastante razoável de maturidade. É sempre uma boa notícia, quando nos referimos ao continente africano.

Sobre as relações bilaterais Brasil-Botswana, Sr. Presidente, gostaria de fazer uma referência muito especial a um Estado brasileiro, o Ceará. É muito interessante o fato de que, a partir do momento em que uma companhia aérea, Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), começou a fazer uma conexão aérea entre Cabo Verde e Fortaleza, em 2001, as relações entre Cabo Verde e o Ceará desenvolveram-se de uma maneira que transformaram o Ceará em um ponto focal das relações entre o Brasil e Cabo Verde. Reconhecemos isso muito bem e procuramos estimular, como Governo Federal, essa aproximação. E um exemplo bastante claro disso é o fato de que recentemente, na posse do novo Presidente de Cabo Verde, Sua Excelência o Sr. Jorge Carlos Fonseca, cuja posse foi agora no mês de setembro, a Presidenta Dilma pediu ao Governador Cid Gomes, do Ceará, que a representasse nessa cerimônia de posse.

Acho que, realmente, isso deve ser estimulado. E eu estaria disposto, caso meu nome fosse aprovado como Embaixador em Cabo Verde, a estimular essa aproximação.

Lembro-me de quando era chefe da Divisão da África II. O Primeiro-Ministro José Maria Neves, de Cabo Verde, esteve no Brasil. Achei muito interessante o roteiro que ele fez. Foi em 2005. Ele esteve nos Estados do Ceará, de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas, do Rio de Janeiro, de Goiás. Isso é muito interessante pelo seguinte: onde está São Paulo nesse roteiro? A diplomacia cabo-verdiana tem tido a percepção muita exata de que, tendo em vista o tamanho relativo do País, a importância relativa do País, é muito mais interessante partir para os Estados brasileiros que não estão no centro da projeção internacional do Brasil e tentar explorar essas potencialidades. Como eu já disse, isso tem sido feito com o Ceará. E ele tentou, nessa oportunidade, fazer com outros Estados do Nordeste brasileiro.

Em várias conversas que eu tinha com os embaixadores africanos aqui no Brasil, quando eu era chefe dessa divisão, sempre sugeri a eles: por favor, sigam o exemplo de Cabo Verde. Em vez de insistir em ir sempre ao centro do poder econômico brasileiro, procurem diversificar essa parceria, porque acho que vocês terão muitas oportunidades a serem exploradas. É uma história de muito êxito essa estratégia diplomática de Cabo Verde no Brasil. E o reflexo evidente dessa aproximação entre Ceará e Cabo Verde está muito bem expressa no fato de que o Ceará, hoje em dia, é o segundo Estado brasileiro que mais exporta para Botswana, depois de São Paulo. Em 2003, as exportações do Ceará para Cabo Verde eram de apenas US\$598 mil e passaram, em 2008, para US\$10,6 milhões. Só para o Ceará.

Vários outros exemplos de proximidade entre o Ceará e Cabo Verde poderiam ser mencionados aqui, mas prefiro que eles sejam suscitados ao longo desta minha apresentação.

No âmbito geral, sobre as relações Brasil e Cabo Verde, gostaria de fazer uma breve referência: o comércio bilateral não é dos mais brilhantes. Em 2003, por uma situação óbvia... Cabo Verde é um mercado bastante pequeno, estamos falando de um país com uma população de 450 mil habitantes. Era de US\$9 milhões, em 2003; e passou a US\$29 milhões, em 2008, refletindo, portanto, uma tendência natural de toda essa expansão que a política externa brasileira fez para África desde 2003 até hoje.

Houve uma queda bastante acentuada a partir da crise financeira internacional de 2008. No ano de

2009, caiu bruscamente para US\$29 milhões e tem estado nesse patamar ao longo desse tempo.

Portanto, temos que fazer um esforço bastante grande para que consigamos mais uma vez voltar ao nível que conseguimos chegar até o ano de 2008. E nesse sentido, gostaria, caso o meu nome seja aprovado, de estimular estes Estados brasileiros, como, por exemplo, Pernambuco, além do Ceará, evidentemente, mas Pernambuco e Alagoas, para tentar... Pernambuco é outra história bastante interessante. Em 2003, tinha uma exportação para Cabo Verde de US\$983 mil e, em 2007, passou para US\$4 milhões. Pretendia visitar Pernambuco a fim de conseguir discutir esquemas de aumento do comércio internacional.

Sobre a cooperação entre Brasil e Cabo Verde, diria que a cooperação educacional é definitivamente a mais brilhante. Para que os senhores tenham ideia, temos vários quadros da administração pública de Cabo Verde, a começar pelo Primeiro-Ministro José Maria Neves, que estudaram no Brasil. O Primeiro-Ministro José Maria Neves é um ex-aluno da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. E qualquer diplomata cabo-verdiano com os quais tenhamos uma reunião, podemos assegurar... Se tivermos uma reunião com dez diplomatas, podemos assegurar que pelo menos seis estudaram no Instituto Rio Branco; e alguns deles terão até mesmo algum sotaque brasileiro. É muito comum nós, diplomatas, termos essa familiaridade, mesmo porque eles foram nossos colegas. No meu ano, em 1979, tinha colegas de turma cabo-verdianos que, logo depois, foram Embaixadores de Cabo Verde aqui no Brasil.

Teremos sempre, em qualquer situação, e não falo só de diplomatas, mas de economistas, médicos, agrônomos, em qualquer situação que estejamos em Botswana discutindo ou negociando com eles projetos de cooperação, estaremos sempre discutindo com ex-alunos de instituições universitárias brasileiras, o que facilita tremendamente o nosso diálogo.

Nada menos do que 39% dos estudantes do nosso programa de estudantes-convênio em níveis de graduação que temos no Brasil são cabo-verdianos. Temos também muitos estudantes do programa estudantes-convênio de pós-graduação e agora, estamos recebendo... Como sabem os senhores, foi aberta na cidade de Redenção, no Ceará, mais uma vez falo no Ceará, essa universidade da língua portuguesa, uma universidade voltada para estudantes africanos, na qual cinco mil vagas foram oferecidas para estudantes cabo-verdianos, ou melhor, para estudantes africanos. E os cabo-verdianos, naturalmente, têm aproveitado bastante.

Vejo que o meu tempo está esgotado. Ainda teria bastante coisa a dizer sobre cooperação técnica e sobre vários outros setores das nossas relações bilaterais, mas prefiro interromper e ficar agora à disposição de V. Ex^{as} para que eu eventualmente tenha oportunidade de me referir a esses outros setores das nossas relações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor.PTB – AL) – Muito obrigado ao nosso Sr. Embaixador João Inácio Oswald Padilha, indicado para a República de Cabo Verde.

Iniciando a fase de indagações, eu passo a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy; em seguida, a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, quero cumprimentar e desejar muito sucesso aos Embaixadores Sérgio de Souza Fontes Arruda, na sua missão no Azerbaijão, e ao Embaixador João Inácio Oswald Padilha em Cabo Verde. Nós tivemos a oportunidade de um bom diálogo ontem, inclusive sobre a trajetória de ambos, especialmente na Malásia e em Botswana, quando com ambos aprendi bastante.

Surge uma curiosidade, primeiro no Azerbaijão: aqui nos dados se fala que é presidencialista, mas tem um presidente e um primeiro-ministro. É um regime presidencialista, mas também com um primeiro-ministro, além da existência do presidente? É uma curiosidade que eu tenho, porque pelo menos aqui constam um presidente e um primeiro-ministro. É presidencialista, mas com primeiro-ministro. Daí eu queria saber como é que funciona isso, em relação, por exemplo, aos sistemas presidencialistas, em que normalmente, como aqui no Brasil, não há o primeiro-ministro.

Gostaria de transmitir a minha disposição, já reiterada a ambos, de assinalar o quanto será importante estarmos interagindo e conhecendo bem as experiências de programas de transferência de renda. Acho que mais e mais os países africanos – acredito que inclusive Cabo Verde, assim como Botswana, conforme o senhor me informou ontem – têm tido um grande interesse na cooperação com o Governo brasileiro. Tem sido propósito, tanto do Presidente Lula, e agora através do seu instituto, quanto da Presidenta Dilma Rousseff, que recentemente esteve na África, aprofundar os laços de cooperação em algumas áreas, em especial e dentre as quais a colaboração, por exemplo da Embrapa, que tem tido uma presença forte na África. Acredito que poderá ter um desenvolvimento de atividades em Cabo Verde, mas também no que diz respeito aos programas de transferência de renda.

O Presidente Fernando Collor, ao expor a respeito da Argentina, há pouco, mencionou ali programas sociais importantes colocados pela Presidenta Cristina Kirchner, dentre os quais está assinalado “Asignación Universal por Hijo”, um programa que inclusive foi recentemente aumentado em valor, segundo o qual todas as crianças e adolescentes até 18 anos estão recebendo, salvo engano, cerca de 270 pesos, que são cerca de R\$135,00. Eu ainda não tenho todos os detalhes, estava até examinando aqui, mas, embora se chame universal, por um discurso que acabo de examinar da Cristina Kirchner, ainda não é universal. Mas, na Argentina, economistas como Rubén Lo Vuolo, Alberto Barbeito, em seus trabalhos sobre *Ingresos Ciudadanos*, propõem a perspectiva da renda básica incondicional, começando pelas crianças.

Hoje, ali na Argentina, há um programa que se estende mais e mais, com maior valor agora, para todas as famílias que tenham crianças, e até cinco anos se paga esse valor por criança ou adolescente, até R\$180,00, mas só para, acredito, um certo de rendimento, e também com a responsabilidade de os pais vacinarem as crianças e tê-las na escola, como, de forma semelhante, ao que era o Bolsa Escola, o Bolsa Família.

Mas gostaria de colocar-me à disposição, se lá no Azerbaijão ou em Cabo Verde houver interesse, de interagir com os respectivos governos e a comunidade acadêmica, que têm debatido esses assuntos em todos os países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Pela ordem, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, Presidente, pela ordem para pedir que se abra a possibilidade de votar, para os Senadores que tiverem de sair.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, coloco à deliberação do Plenário a solicitação feita por S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, de se declarar aberto o processo de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, conforme o § 4º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Aberto o processo de votação.

E agora, sim, passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, para fazer a sua indagação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que desejarem já votar podem recolher a cédula na mesa.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, primeiro, mais uma vez, parabenizar o Governo brasileiro por enviar pessoas com a qualificação dos dois candidatos que nós temos aqui e, segundo, obviamente, o Itamaraty por dispor de quadros com a competência dos dois que aqui estão.

Eu quero inicialmente falar do Embaixador Padilha porque fui o Relator e o relatório a gente lê numa reunião anterior, mas queria chamar atenção não apenas para a carreira que ele desempenhou, que é uma carreira brilhante para o pouco que tem, como também, e especialmente, para o trabalho que ele fez, e eu ressaltai isso no meu relatório, o exame que ele fez sobre o Chile. Ele escreveu um belo trabalho sobre a possibilidade de o Chile ter projeções internacionais, quais são as limitações internas e como o Brasil pode trabalhar essa situação.

E, exatamente, já que comecei falando do que eu fiz, o meu relatório, queria fazer algumas colocações que não cabem no relatório, que são as perguntas.

Primeiro lugar, o que falta daqui para frente para aproximar mais ainda o Brasil da África, incluindo que o senhor já está na África há algum tempo?

Mas antes disso, Presidente, eu queria falar aqui de uma maneira genérica sobre as nossas relações, como, aliás, o senhor gosta de tratar sempre. A gente vê uma tendência dos embaixadores que são indicados para países que chamemos de menores: ficarem na defensiva, às vezes, justificando porque vão para esse país.

Não tem que se desculpar, não existe país menor, país maior, existe país com menor população com menor território, mas do ponto de vista simbólico, do ponto de vista da geopolítica, eles são países importantes. E o Brasil, no mundo da globalização, tem que ter embaixadas espalhadas por esse mundo afora e não só para aumentar as vendas.

Eu acho que as embaixadas têm que apoiar o comércio do Brasil, mas embaixador não é caixeiro viajante, tem até que ser um pouquinho auxiliar dos caixeiros viajantes. Nós temos que perder essa ideia de que só temos que ter embaixadores em lugares que têm muito comércio com o Brasil.

Segundo, há países que conjunturalmente são mais importantes, outros menos importantes. Mas, de repente, um que não é importante pode ficar importante. E um exemplo é o Azerbaijão, pela sua localização. Ele está numa localização em que aquela área a qualquer momento pode pegar fogo. Tem fronteira com o Irã, está quase na Turquia, perto da China, tem fronteira com a Rússia, não é isso? Se não me engano, tem com a Rússia. Então, é uma área historicamente tão dinâmica

e crítica que se criou a ideia do grande jogo, graças a um famoso livro. É o lugar do grande jogo, porque as nações têm força. Há países que têm força e outros não, como há países que têm população e outros não. Mas não que sejam mais importantes do ponto de vista das relações. Ali, eles fizeram os grandes jogos, ao logo do séc. XIX e na primeira metade do séc. XX.

É um país que pode estar anos fora do noticiário e de repente chega por uma questão interna, uma guerra civil, uma questão de fronteira. Então, precisamos incentivar uma embaixada. O custo de uma embaixada é muito menor do que o benefício de ter uma bandeira naquele país. Uma bandeira. Somente uma bandeira já é importante. Além disso, ninguém sabe quando será preciso mobilizar o embaixador. Bem, dito isso, eu volto para o caso concreto.

No caso específico do Cabo Verde, eu gostaria de repetir a pergunta. O que podemos fazer para nos aproximar mais? Talvez seja o fato de eu ser recifense, estar bem juntinho da África. O que a gente faz para criar mais pontes em relação à África? E Cabo Verde é a primeira guarita da ponte; está ali no meio do caminho e é o mais perto que nós temos.

Segundo, sendo um país africano de língua portuguesa, como fortalecer a CPLP? E fazer outra coisa que eu diferencio. Para mim, CPLP é fundamental, importante, mas institucional. Eu pergunto o que poderemos fazer, ao lado da CPLP, para aproximar mais as comunidades lusófonas? Não contra ela, mas ao lado, diretamente, bilateralmente, como podemos fortalecer as relações? Eu insisto que o fortalecimento não virá pela economia, mas pela cultura, pela cooperação em geral.

Isso pode ser resumido no seguinte: como podemos abrir mais pontes com a África? Como fazer mais pontes que atravessem o Atlântico, que gosto de dizer que é um pequeno rio entre a África e a América do Sul?

Quanto ao Embaixador Sérgio, a primeira pergunta é se existe risco de movimentos fundamentalistas islâmicos no Azerbaijão, ou absolutamente nenhum risco? Embora seja um país de mais de 70 anos, ou quase, de uma forte posição de cultura marxista na educação, temos visto como esse movimento islâmico está latente e de repente representa uma aspiração da população. Eu tenho curiosidade de saber se há ou não riscos disso.

Segundo, qual a relação do Azerbaijão com os países Rússia, China, Índia, Turquia e Irã? Existem contradições, conflitos? Por exemplo, na relação com a Rússia existem mágoas do passado? É coisa com que me preocupo muito na relação com os países vizinhos. Quais os países vizinhos de que pode ou não haver mágoa, pela história do passado?

E, finalmente, a Opep. O Azerbaijão é parte da Opep? Eu confesso que não tive tempo de olhar isso. Se for, tende a estar naquele bloco mais sob influência da economia ocidental, que é capaz de baixar o preço do petróleo para manter a dinâmica? Ou é daqueles países que resistem à influência ocidental e são capazes de pressionar a elevação de preços, mesmo que traga consequências de redução do crescimento das economias? Então, são essas perguntas que eu tenho a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Indago se algum outro Senador gostaria de formular alguma pergunta aos Srs. Embaixadores que estão sendo sabatinados. *(Pausa.)*

Muito bem. Então, por gentileza, vou passar a palavra para a resposta às perguntas formuladas, inicialmente, ao Embaixador João Inácio Oswald Padilha, indicado para a República de Cabo Verde; em seguida, ao Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda, indicado para a República do Azerbaijão.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de responder às indagações do Senador Eduardo Suplicy a respeito da cooperação entre o Brasil e outros países, especialmente da África, no campo das políticas públicas, enfim, da cooperação em assuntos sociais.

Ele mencionou Botswana, onde tive o prazer, muito recentemente, de verificar que houve um avanço bastante concreto entre o Brasil e Botswana nesse tipo de cooperação. Visitou o Brasil uma equipe bastante expressiva de Botswana, esteve aqui em Brasília durante mais de uma semana, foi recebida pela Ministra de Desenvolvimento Social e pelo Ministro das Relações Exteriores. Foi uma experiência bastante positiva. Assinaram um memorando de entendimento nessa área e voltaram com grande entusiasmo, cheios de projetos e ideias, especialmente no campo da segurança alimentar e diferentes projetos sociais de erradicação da pobreza. Tenho acompanhado com extrema atenção esse assunto, que, definitivamente, foi transportado para o topo da agenda das relações bilaterais entre Brasil e Botswana. Isso me dá muita felicidade. Eu acho que, finalmente, depois de quatro anos no posto, conseguiu-se fazer essa aproximação concreta entre um país africano e o Brasil nesse particular.

Eu não tenho tantas informações ainda sobre o que estamos fazendo. Tenho muitas informações sobre vários projetos de cooperação técnica que desenvolvemos em Cabo Verde. Não tenho especificamente, ainda – é fácil tê-la –, sobre cooperação na área social. Mas posso garantir ao Senador Suplicy que, caso

meu nome seja indicado como Embaixador em Cabo Verde, eu voltarei a dar a esse assunto uma prioridade muito grande.

Com relação às indagações do Senador Cristovam Buarque, em primeiro lugar, ele faz a mesma pergunta em três âmbitos diferentes: como fazer para construir novas pontes entre, primeiro âmbito, Cabo Verde; segundo âmbito, CPLP; terceiro âmbito, África em geral. Eu acho que esses três âmbitos confluem. De certa maneira, convergem para o mesmo ponto. Eu acho que o Brasil tem condições absurdamente favoráveis para construir todas as pontes possíveis com a África, de uma maneira geral. A África, como sabem os senhores, tem uma dependência muito grande com relação às suas ex-metrópoles, e isso ocasiona, ao mesmo tempo, uma situação de dependência e uma situação de ressentimento. Enfim, há uma complexidade específica. O Brasil não é ex-metrópole de ninguém, portanto, tem uma credibilidade natural, que pode ser bastante explorada. Por outro lado, mesmo os países que não foram metrópoles da África, quando se relacionam com a África, relacionam-se normalmente por uma cobiça às vezes exagerada pelos recursos naturais que a África oferece. O Brasil tem os mesmos recursos naturais que a África tem, quer dizer, não há uma relação de cobiça. Portanto, não há as complexidades coloniais e não há as complexidades das cobiças econômicas.

E, finalmente, acho que, sobretudo, temos para a África – acho que esta é uma declaração que podemos fazer da maneira mais categórica possível – todas as soluções. Temos a tecnologia agrícola, que é adequada para o clima da África, para a terra da África; temos o esforço que fizemos, que podemos usar como fonte de cooperação; os exemplos que tivemos para solucionar vários dos nossos problemas, como, por exemplo, o combate ao HIV, Aids. Somos uma história de sucesso do ponto de vista da prevenção dessa doença; conhecemos diversos países, sobretudo na África Austral, em que vivem essa mesma tragédia – Botswana é o caso mais expressivo –, e temos tudo para transmitir. E eles têm tudo para absorver de nós. Enfim, várias soluções que criamos como País do terceiro mundo e que são perfeitamente adaptáveis para eles.

Mais uma vez, repito, da maneira mais categórica possível, temos todas as soluções; ou, se não temos todas as soluções, temos todos os esforços que a África precisa fazer para superar todos os seus problemas. É por isso que eu e o meu Ministério, de maneira geral, atribuíamos uma importância tão grande à Cooperação Sul-Sul.

Definitivamente, estamos numa posição muito privilegiada nesse aspecto, porque nós temos tecno-

logias que foram absolutamente adequadas às condições econômicas e sociais do Brasil, como País de terceiro mundo, e temos tudo para transmitir. E temos, sobretudo, a tradição da cooperação técnica, que ainda não está absolutamente consolidada, há muito o que fazer ainda, mas, se formos comparar o Brasil com outros países emergentes, mais ou menos do mesmo tamanho – não vou mencioná-los por uma questão de elegância –, vamos verificar que a cooperação é a técnica mais avançada; e é o País mais disposto, nessa faixa de países emergentes, a transmitir experiências desse tipo.

Agora, um problema que, infelizmente, ainda atrapalha a construção de maior número de pontes: é o fato de que outras instituições brasileiras, além do Ministério das Relações Exteriores, deveriam estar mais presentes, deveriam estar mais expostas e mais projetadas para o continente africano. A Embrapa está lá, tudo bem. Abrimos um escritório em Acra, temos agora um grande projeto em Moçambique. A tendência natural seria aumentar, aumentar, aumentar. Mas ainda não é tão grande quanto já deveria ser. E esse mesmo comentário acho que se aplica a várias outras instituições brasileiras que têm muito a fazer na África; que fazem, mas ainda numa escala bastante reduzida. Acho que, no momento em que essa escala se ampliar, nós teremos uma presença extremamente importante, quer dizer, falta ainda essa atração, atrair essas instituições e engajá-las; engajá-las cada vez mais para estarem cada vez mais presentes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador João Inácio Oswald Padilha.

Indago dos Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas apresentadas pelo Embaixador. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda, indicado para a República do Azerbaijão.

O SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Procurarei, pela ordem, atender às interessantes questões suscitadas pelos dois eminentes Senadores, começando pelo Senador Eduardo Suplicy, que expressa a perplexidade de muitos que se debruçam sobre as circunstâncias político-institucionais do Azerbaijão, um regime presidencialista, mas que tem um primeiro-ministro.

Como funciona? De fato, há uma divisão de poderes, é uma república presidencialista, o presidente, sabemos, é eleito por sufrágio universal para o mandato de cinco anos, encabeçando o Poder Executivo, com o apoio de um gabinete chefiado por um primeiro-

-ministro. Curiosamente, o primeiro-ministro é nomeado livremente pelo presidente e confirmado pela assembleia nacional. Na prática, segundo o que leio, as análises periódicas da embaixada em Baku, a própria imprensa especializada bem reflete, é um sistema em que há um poder executivo forte. O presidente, que tinha direito a um segundo mandato, um referendo, em 2009, lhe possibilita inclusive concorrer a um terceiro mandato. Ele cumpre um segundo mandato entre 2008 e 2013 e, em uma recente entrevista, declarou que a sua eventual candidatura a um terceiro termo dependeria de uma série de circunstâncias de política interna.

A oposição parlamentar é frágil. O poder legislativo unicameral, com 125 representantes, tem 120 representantes do partido do presidente e de seus aliados eleitos. As eleições, segundo observadores da União Europeia, evidentemente, não refletem um quadro, a juízo desses observadores, de perfeita prática democrática na medida em que haveria limitações ao acesso de candidatos aos meios de divulgação e o predomínio do poder executivo se refletiria na prática eleitoral até o momento. Seria parte, talvez, do processo de aperfeiçoamento institucional de um país jovem, com apenas 20 anos de vida independente, que, de fato, é uma pesada carga dos 70 anos de dominação soviética.

Na esfera econômica, os progressos são marcantes. Por exemplo, de apenas 25% da economia que, em 1994, estavam vinculadas ao setor privado, já se evoluiu para 78% em 2009. Eu acredito que haverá também, embora a chamada dinastia Aliyev, porque o pai, muito vinculado ao regime soviético, esteve dez anos no poder e elegeu o filho que, no seu primeiro mandato, conquistou 76% dos votos e, no segundo mandato, 87% dos votos.

Não terei talvez respondido completa e satisfatoriamente ao questionamento do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Ainda completando, nessa forma, qual é aquele que tem, digamos, uma importância relativamente maior? O presidente, por designar o primeiro-ministro, e ele mantém uma autoridade maior no país, ou, uma vez existindo e nomeado o primeiro-ministro, ganha esse importância muito grande na forma de administrar? É o presidente ou é o primeiro-ministro que, por exemplo, preside a reunião do conselho de ministros?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu aditaria, com a permissão de S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, a seguinte pergunta: quem é, nesse sistema, que nós não tínhamos ainda o conhecimento de sua existência, o chefe de Estado e o chefe de Governo, do ponto de vista formal?

O SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA – É curioso, porque eu verifico que é uma pergunta que

terá consequências muito práticas. Na hipótese de eu vir a ser aprovado por esta Comissão e pelo Plenário e sendo designado pela Presidência deverei apresentar cartas credenciais. Eu entendo que são apresentadas ao presidente da República, que é o chefe de Estado formalmente. Os senhores sabem, no Brasil, o chefe de Estado é o chefe de governo também. Nesse caso, o Presidente receberá na condição de chefe de Estado.

Mas verifiquei, no *site* que, hoje, pela manhã, eu consultava, as notícias recentes do Azerbaijão sobre visitas de chefes de governo estrangeiros, e o diálogo era feito com o Presidente da República. Eu diria que o Presidente da República acumula a função protocolar e também a chefia efetiva do Poder Executivo, como chefe de governo. Presumo que o primeiro-ministro terá um papel, talvez, mais de política interna, de coordenação do trabalho do gabinete. Mas se verifica que o protagonista em termos das relações exteriores é o Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queria fazer só uma pergunta. Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não é a mesma situação de Portugal, da França, do Peru e até da Alemanha também? Não, não é a mesma situação da Alemanha, nem da Itália, porque lá são simbólicos os Presidentes, que representam apenas o Estado. Mas, na França, Sarkozy é o Presidente, e há o primeiro-ministro. Em Portugal, há o Presidente, que influi menos. O sistema de Portugal está mais próximo do sistema alemão e do sistema italiano. Mas a França e o Peru são países em que há primeiros-ministros e que, portanto, são parlamentaristas. E são presidencialistas. Ninguém nem sabe o nome dos primeiros-ministros.

O SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA – É verdade. É uma questão interessante a ser tratada pelos nossos especialistas em Direito Constitucional. Poderíamos fazer um estudo comparativo.

Mas eu diria que o regime é caracterizado como um sistema presidencialista, e, efetivamente, a figura do Presidente da República parece ser extremamente robusta no plano institucional e no plano de representação externa também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quando analisamos a influência dos grandes líderes do Congresso na formação do governo no Brasil, vemos que o nosso sistema está mais para parlamen-

tarista. A Presidenta está tão prisioneira de partidos e dos que estão no Congresso, que, quando ela tem de mudar um ministro, já se sabe qual o partido de origem do substituto. E a nossa Chefe da Casa Civil, às vezes, pode funcionar como um primeiro-ministro. Então, há sutilezas aí. A nomenclatura não basta para explicar os detalhes.

O SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA

– Ela esconde mais do que revela. Concordo com o Senador.

Passando aos interessantes aspectos suscitados pelo eminente Senador Cristovam Buarque – agradeço ao Senador, referendando as observações sobre a importância geoestratégica única do Azerbaijão e, digamos, das repúblicas do Cáucaso, as três em que estamos, felizmente, representados com missões diplomáticas, como bem disse –, quero dizer que o comércio, a economia, as relações econômicas e comerciais são parte de um todo; às vezes, afiguram-se como mais relevantes e, efetivamente, têm um peso maior, mas isso depende de uma série de circunstâncias conjunturais. E há outros aspectos que podem ter uma importância estrutural num relacionamento entre estados e que os defina de melhor maneira.

Acredito que, nas repúblicas do Cáucaso, há um caso típico em que há um peso geoestratégico, uma situação muito particular. É um posto de observação e de informação política muito importante. Vejam bem os senhores que, de um lado, há um conflito entre dois Estados, a Armênia e o Azerbaijão, e podemos, então, ter a percepção das duas capitais, pelas informações que nossas Embaixadas em Yerevan e em Baku remetem a Brasília.

A partir do segundo semestre, o nosso representante de Pernambuco em Tbilisi, o Embaixador Carlos Alberto Asfora, dar-nos-á uma percepção muito interessante do relacionamento entre a Geórgia e a Rússia, o que me faz, se me permite o Senador, passar à pergunta final, que é uma pergunta de grande importância. Não deixarei de voltar ao movimento fundamentalista.

As relações justamente com os países vizinhos, inclusive com os países ribeirinhos do Mar Cáspio, pelo lado da Ásia Central e mais adiante, a China, a própria Índia, são realmente relações importantíssimas. No caso da Turquia, trata-se de um aliado importante, um aliado que permite, mediante o bloqueio que executa das ligações com a Armênia, que dá uma sustentação muito importante, no plano prático bilateral, aos direitos do Azerbaijão em relação ao contencioso do enclave de Nagorno-Karabakh. A Turquia, evidentemente, é uma relação tribos túrquicas, a origem do próprio idioma, e há inclusive uma organização que congrega a Turquia, congrega o Azerbaijão, o Cazaquistão, quatro ou cin-

co países que têm esse mesmo laço comum, étnico, cultural e linguístico.

Igualmente importantes, e evidentemente a questão das mágoas do passado que bem suscita o Senador, são as relações com a Rússia. Essas relações muitas vezes são difíceis.

Há aspectos de colaboração interessantes, por exemplo, em relação ao compartilhamento dos recursos energéticos do Mar Cáspio. Uns cinco países ribeirinhos – Azerbaijão, Rússia, Cazaquistão, Irã e Turcomenistão –, entre esses cinco países, há duas posições. O Irã defende a tese de que, sendo cinco países, deveria haver uma repartição igualitária: 20% de acesso aos recursos energéticos do Mar Cáspio; não é a tese defendida pelo Azerbaijão, que, nisso, tem o apoio da Rússia. Nessa importante questão, é um apoio de peso, no mar, o que é vital para o futuro econômico do país, para o suprimento inclusive da Europa, mediante...

E essa é outra questão que, de outro lado, opõe o Azerbaijão à Rússia na medida em que há um projeto de se fazer o gasoduto Nabucco, que tornaria, mediante um longo percurso de 3,3 km, passando pela Geórgia, pela Turquia, pela Romênia, Bulgária etc., o abastecimento de gás na Europa independente da Rússia. Há uma série, portanto, de conflitos graves e de áreas de cooperação importantes.

Creio que 20 anos é muito pouco; passarão talvez duas ou três gerações até que... E há todo um procedimento em que se busca remodelar o Estado, livrá-lo das amarras que são pesadas; são 70 anos de um regime que agora se busca substituir, dos quais procura a atual liderança, a segunda geração, afastar-se. É uma relação, portanto, ambivalente. Ela será muito útil em certos aspectos, como nos recursos energéticos compartilhados do Mar Cáspio, mas será extremamente áspera em outras, inclusive o apoio da Rússia é essencial aos interesses do Azerbaijão em relação à disputa pelo enclave. Alguns analistas pensam que, de alguma maneira, a arma do petróleo e gás e essa perspectiva da marginalização, digamos, da Rússia, na hipótese de vir a se completar o projeto Nabucco, seriam os instrumentos de pressão que mantêm Baku em relação a Moscou nesse sentido, para que possa contar com o apoio de Moscou em uma série de questões que lhes são também essenciais.

Em relação ao Irã, temos aí, de novo, uma ambivalência. O Irã assegura a outro enclave, cujo acesso está bloqueado pela Armênia, o abastecimento energético; ele é garantido pelo Irã. O Golfo Pérsico é também uma rota fundamental de acesso de mercadorias e serviços destinados ao Azerbaijão, que tem essa condição muito particular. Seria pela Turquia, portos

turcos, ou pelo Golfo Pérsico. Portanto, o Irã, a maior Diáspora Azeri está no Irã. Portanto, há uma identidade inclusive linguística.

Da mesma forma, no caso da Rússia, há uma importante diáspora azeri na Rússia, que é cliente das exportações arianas e sobretudo um supridor importante; o segundo, ainda, do Azerbaijão.

Em relação à China, evidentemente aquele país tem interesses em toda parte do mundo, não fosse o Azerbaijão parte da rota da seda milenar. É importante talvez falar da Turquia antes da China, que já havia sido mencionada. Mas às vezes há fricções interessantes.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Foram quantos anos de dominação turca na região?

O SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA – Séculos! Muitos séculos, Senador Inácio Arruda.

O Azerbaijão tem uma Embaixada de Israel e uma importante cooperação militar com aquele país e com a Turquia. Há os incidentes recentes de que se recordarão, inclusive com a flotilha da liberdade, com perdas de vidas de cidadãos turcos. Houve uma reação muito moderada no Azerbaijão, que, evidentemente, não satisfaz à Turquia. Então, há um jogo de equilíbrio. Por outro lado, da Turquia, lembro que 20% do suprimento de petróleo de Israel passa pelo oleoduto que chega por intermédio da Turquia. Então, é uma relação muito curiosa.

O Azerbaijão busca treinar suas forças armadas e desenvolve uma tecnologia de veículos aéreos não tripulados, por exemplo, com cooperação de Israel, com quem tem um intercâmbio comercial de US\$2 bilhões, o dobro do que tem com a Turquia, que é de US\$1 bilhão, já consideradas todas as dimensões da economia do país. Mas tem como objetivo central solucionar a questão do enclave, pois 20% do seu território é ocupado pela Armênia, com quatro resoluções do Conselho de Segurança a seu favor. Agora passará, em 2012 a 2013, a ocupar um assento no Conselho de Segurança.

Portanto, a geopolítica dessa região é complexa, em que fatores históricos, étnicos e religiosos se sobrepõem a interesses econômicos, comerciais. Enfim, é o grande jogo – como bem lembrava o Senador – versão séc.XXI.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Collor?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por gentileza, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Parece-me que a ocupação milenar tem mais influência na construção desses países, de como eles se moldam...

O SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA

– Perdão, Senador?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

A ocupação secular turca parece que tem mais efeito no desenho que se configurou posteriormente do que todas as outras possíveis depois do Império Turco, mesmo a soviética. Porque a soviética, inclusive, trabalhou com a ideia de repúblicas soviéticas. Então, ela mantinha aquilo ali. Claro que havia a presença militar, a força militar, porque se trata de recursos naturais, de riquezas extraordinárias. Sempre há ali a questão do Mar Cáspio etc.

Hoje se tem também o desenho, na região, em alguns países, já com presença militar americana; quer dizer, com bases militares americanas. Então, é uma região que, historicamente, conduz a essa marca de ocupações, umas dessa natureza milenar e outras mais passageiras, de décadas, com matizes, diferenças.

Não sei se nessa região o desenvolvimento da tecnologia, nesses anos do século passado, distribuiu-se? Porque parece, com essa cooperação entre Israel e Baku, mesmo sendo mais recente, que Baku tenha uma capacidade. Nem Israel ou ninguém no mundo transfere tecnologia sensível. Ninguém! Nós estamos aqui para ser o exemplo; nós brasileiros. Então, parece-me que tínhamos uma base posterior de desenvolvimento tecnológico nessas regiões. É verdade, ou estou enganado?

O SR. SÉRGIO DE SOUZA FONTES ARRUDA

– Senador, muito obrigado.

Eu creio que tem V. Ex^a total razão. Eu diria que a influência turca é muito mais forte. Até mesmo pela raiz étnica linguística comum, mais longa no tempo. A influência soviética terá sido marcada inclusive no desenvolvimento científico-tecnológico, mas tinha um matiz, eu ousaria usar a expressão “predatório”, desde o início. O próprio Lênin, na virada dos anos 20, dizia que a União Soviética recém-criada não poderia prescindir do petróleo de Baku. Foi efêmera a república independente, avançada imensamente na área de direitos sociais. O voto feminino existiu entre 1918 e 1920. A partir de então, aquela república soviética, que uniu as três repúblicas hoje independentes do Cáucaso, se manteve até 1936. E depois, na Segunda Guerra, como aqui referi, o peso – 75% – do petróleo de Baku foi um fator certamente crucial na resistência soviética à ocupação alemã e à sua própria sobrevivência.

Talvez mesmo por essas circunstâncias, o russo ainda é o idioma praticado largamente, mas eu acredito que a nova geração estará mais aberta a idiomas ocidentais.

De certa maneira, há uma ambivalência do país, no sentido absolutamente pragmático, e a liderança

do Azerbaijão independente está expressa por fatos como: a instalação de radares russos e norte-americanos, vínculos com a Otan, laços com Israel. Eu me recordo de estados islâmicos em que estive agora – futuramente será o Azerbaijão –, como a Mauritânia, em que havia embaixadas de Israel. E creio que há um interesse muito prático aí também, do ponto de vista de treinamento de forças armadas, o que, de fato, faz parte do tipo de cooperação que recebe o Azerbaijão.

Há algum desenvolvimento importante em determinadas áreas de ciência e tecnologia em que eu infelizmente não poderei me aprofundar agora, até mesmo por não haver lido o suficiente para termos uma conversa esclarecedora. Mas nas artes em geral, como balé e música, a herança soviética, digamos, é o lado mais solar que restou e que é preservado no Azerbaijão de hoje, independente.

É um temário muito amplo, em que há muitas percepções e muitas observações que têm um matiz até mesmo subjetivo, segundo as circunstâncias. Em episódios como esses recentes, de confrontação entre Turquia e Israel, embora sejam relativos à Flotilha da Liberdade, evidentemente, a reação do Azerbaijão é moderada, porque tem interesse nos dois campos. Mas há um entendimento da Turquia de compreensão das circunstâncias azeris, digamos, que levam a essa atitude. Isso talvez levasse, Senador Cristovam, ao ponto que V. Ex^a suscitou, de um risco de movimentos fundamentalistas no Azerbaijão. Eu acho que não poderíamos ser peremptórios a respeito. Eu não ousaria dizer que inexistente esse risco, mas eu diria que é muito remoto, com base em tudo que vimos.

Inclusive a questão da Opep. Eu confesso que não tenho, em minhas anotações, nenhum registro de afiliação do Azerbaijão à Opep, mas noto que o próprio presidente, que tem formação em História, com PhD em História, na então União Soviética, tem uma especialização na área de petróleo, estratégia, aspectos geopolíticos da economia do petróleo. Eu acredito, portanto, que seja um homem extremamente hábil, e assim tem demonstrado ao longo desses quase dez anos – em 2013, cumprirá dez anos no poder –, já anteriormente era diretor da empresa estatal, a Socar, a Petrobras local, poderosa empresa estatal. Eu creio que ele tem uma visão muito clara das circunstâncias do Azerbaijão, que aqui brevemente mencionamos. E tudo indica que a posição é muito moderada, na parte econômica do petróleo. E, da mesma maneira, dado o delicado balanço de parcerias com países xiitas e sunitas, porque o Estado é laico, embora a maioria da população seja muçulmana. Tudo que vejo é que a influência soviética nesse sentido está refletida no

consumo amplo de álcool, por exemplo, pela maioria muçulmana.

Na Malásia, por exemplo, testemunho que é um consumo elevado por parte das minorias chinesa e indiana e sob severas limitações em relação à maioria malaia. Data nacional do Azerbaijão, em Kuala Lumpur, temos o que não ocorre nos demais países islâmicos: bebidas alcoólicas fartamente oferecidas aos convivas.

Eu tenderia, portanto, a dizer, Senador Cristovam Buarque, que esse risco, se existir, é bastante moderado, e haverá um empenho muito grande do Estado. Nesse sentido, eu faria um paralelo com o Estado turco, de alguma forma, em manter sob controle qualquer dificuldade; umas das razões, inclusive, de alguns atritos no relacionamento com o Teerã, que decorrem do apoio que é oferecido a um partido de oposição islâmico.

Portanto, esses seriam os comentários que eu teria a oferecer e lhes agradeço muito pelo interesse demonstrado. Espero que eu tenha podido, em parte, satisfazer a sua curiosidade, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam, Senador Eduardo..

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Permita-me.

Há pouco, o Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda mencionou a diáspora, e me veio à mente uma questão relativa a Cabo Verde, pois, em Cabo Verde, há um número muito grande de migrantes que, sobretudo, vivem na Europa e que encaminham recursos que são importantes para a economia de Cabo Verde em função dos seus trabalhos na Europa e, quem sabe, nos Estados Unidos, e quem sabe no Brasil. Mas tem havido notícias de que a crise econômica europeia teria influenciado a remessa dos recursos para os seus familiares. Quem sabe se o Embaixador João Inácio tem informações sobre isso, que podem ser relevantes. Agradeço se tiver.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador João Inácio.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Obrigado, Sr. Presidente.

De fato, a diáspora é imensa. Existem, em Cabo Verde, 450 mil cabo-verdianos residindo em Cabo Verde, e a diáspora é muito maior do que isso. Só nos Estados Unidos, seriam 250 mil, mas há possibilidade de que seja o mesmo número de cabo-verdianos morando nos Estados Unidos, naquela região da costa leste dos Estados Unidos; Providence e cercanias.

Não só é importante como é muito tradicional, é muito velha. É uma diáspora muito bem assentada nos Estados Unidos, em particular, e nos demais países; em outros países, como Portugal, e até mesmo

na Argentina. Existe alguma colônia cabo-verdiana na Argentina. No Brasil, aumenta cada vez mais, mercê dessa ligação com o Ceará, com o Nordeste brasileiro – estou vendo aqui o Senador Inácio Arruda, juntando-se a nós; eu já havia feito algumas menções ao Ceará, mas eu as reforço mais uma vez –, mercê dessa imensa relação que cresce com o Brasil. E de fato é uma das três fontes de riqueza de Cabo Verde.

Como o senhor deve saber, Cabo Verde não produz nada, não tem recurso natural absolutamente nenhum, nem mesmo o mais básico de todos, que é a água. Nem isso eles têm. Então, as fontes de receita que eles podem ter são as remessas de imigrantes; turismo, eles têm feito um bom trabalho de atração. Opções do turismo europeu duas ou três ilhas do arquipélago, principalmente a Ilha do Sal, e serviços de apoio, sobretudo, à navegação e ao tradicional Aeroporto do Sal, um aeroporto internacional de uma importância relativa bastante acentuada no contexto africano.

Essas são as três receitas. Realmente quando houve a crise financeira, em 2008, as duas primeiras fontes de receita foram bastante afetadas, a do turismo e a das remessas dos imigrantes de suíços provocou uma situação bastante delicada para o país. Durante esse período, o Estado cabo-verdiano viu o seu endividamento bastante aumentado. Houve repercussões... Cabo Verde tinha um crédito bastante positivo, uma classificação de risco bastante positiva. Mas houve uma tendência, a partir de então, à diminuição – a Standard & Poor's rebaixou ligeiramente o risco de Cabo Verde – e o país ficou entregue, ficou nas mãos das oscilações do mercado internacional. Um país que tem muita dificuldade, que é absolutamente dependente do que vem de fora. Então o turismo como diáspora, como os navios que cruzam por ali, os aviões que por ali cruzam também; quer dizer, eles não têm capacidade forte de aumentar o seu mercado interno, de gerar riquezas naturais, esse tipo de coisa.

Mas faz um belíssimo trabalho! Como eu afirmei na primeira parte da minha apresentação, eles têm uma exposição bastante favorável no campo da boa governança e é absolutamente impressionante como eles conseguem manter esse nível de boa administração com tão poucos recursos, com tanta dependência do exterior. Para que os senhores tenham uma ideia, 90% dos alimentos que eles consomem são importados. Mas, enfim, sobrevivem, e sobrevivem bem. Tenho certeza de que a instabilidade institucional que eles já atingiram e a transparência com que eles se governam – a corrupção é bastante baixa – os ajudaram. Eles têm muita tradição e resiliência, não sei se existe essa palavra em português. Apesar das dificuldades, apesar da aridez do que eles são, da paisagem deles,

enfim, de todas as carências, eles conseguem secularmente se manter e se virar. É um povo que se vira, um país que se vira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Mas que é um grande entreposto também, não é?

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Per-

dão?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

É um grande entreposto comercial.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – Exa-

tamente, justamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) –

Hoje nós temos essa relação forte com o Ceará, mas eles já variaram ali naquela região nosso, no Nordeste, em Pernambuco, Rio Grande do Norte, estão bastante ativos e fazem uma ponte principalmente com Senegal e depois mais acima, no norte da África. Então eles se põem ali para comercializar com o Brasil. É aqui, com Cabo Verde. Acho que eles fazem... Tem que ter muita sabedoria para aproveitar as condições tão desfavoráveis e conseguir inclusive ter uma qualidade de vida razoável.

O SR. JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA – O se-

nhor tem toda a razão, Senador. Eles têm duas grandes prioridades nacionais no que se refere à política externa: uma é atrasar um pouco a graduação deles, quer dizer, já foram graduados para país de renda média e eles querem atrasar um pouco o período de transição que lhes é outorgado. Esse período de transição termina em 2013 e eles estão fazendo um esforço muito grande para passar para 2015. Esse é um comentário.

O outro comentário exatamente incide sobre o que o senhor acabou de dizer: a outra grande prioridade deles é consolidar a vantagem geoestratégica que eles detêm para se transformar realmente em um entreposto mais importante ainda. Quer dizer, nesse sentido, em todas as conversas diplomáticas que nós temos com eles esse assunto sempre vem à tona, eles gostariam muito que o Brasil fosse atraído para usar Cabo Verde como entreposto justamente para toda a costa africana.

É curioso que, historicamente – historicamente –, a principal função que Cabo Verde sempre exerceu no mundo – estamos falando desde o séc. XV até hoje – decorre da sua importância logística. Cabo Verde sempre foi a base das navegações portuguesas para essa parte do mundo em que estamos. Pedro Álvares Cabral passou por lá. Existe lá na Ilha, se não me engano, de São Vicente um marco da passagem dele, essa coisa toda. E sempre foi isso, nunca deixou de ser.

A navegação à vela dependeu absolutamente de Cabo Verde. Eles tiveram uma pequena queda nessa importância logística, quando a navegação a vapor já

prescindia dos serviços cabo-verdianos. Depois, eles voltaram a ter uma importância enorme com a navegação aérea. Gago Coutinho, em 1922, passou por lá. E, até hoje, eles detêm essa importância da navegação aérea. Quer dizer, o Aeroporto internacional do Sal é extremamente importante. Qualquer voo que saía de Joanesburgo em direção a Nova York tradicionalmente passava – hoje em dia não passa tanto – em Cabo Verde. Mais do que no Senegal, mas do que na Nigéria, parava ali em Cabo Verde.

Mas, enfim, essa função, essa vocação é muito forte neles. Eles não têm o menor interesse em diminuir essa vocação; muito pelo contrário, eles querem aumentá-la bastante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador João Inácio Oswald Padilha.

Indago se os Srs. Senadores estão satisfeitos com as respostas colocadas pelos nossos palestrantes. Também indago se algum Senador ainda vai votar.

A partir deste momento, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Solicito a permanência no plenário somente dos senhores integrantes da Comissão.

(Tornada secreta às 12 horas e 17 minutos, a reunião se torna pública às 12 horas e 20 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional está reaberta.

Declaro encerrado o processo de votação.

Eu gostaria de anunciar aos presentes que o Sr. Embaixador João Inácio Oswald Padilha, indicado para a representação do Brasil na República de Cabo Verde, e o Sr. Embaixador Sérgio de Souza Fontes Arruda, indicado para a representação do Governo brasileiro na República do Azerbaijão, foram aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em nome dos integrantes desta Comissão, gostaria de agradecer pela presença de ambos os indicados e desejo-lhes uma exitosa e profícua missão.

Muito obrigado pela presença de V. Ex^{as}.

Continuando a reunião, passemos ao próximo item.

ITEM 3

– Não Terminativo –

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL

Nº 133, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Ruy Carlos Perei-

ra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, com base no art. 52, inciso IV, da Constituição Federal e legislação ordinária pertinente, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha que faz do nome do Senhor Ruy Carlos Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Do *curriculum vitae* do indicado presidencial, consta que o diplomata nasceu em Blumenau, Santa Catarina, em 5 de fevereiro de 1954, filho de Romeo Pereira e Esther dos Anjos Pereira.

Graduou-se no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1974, e ingressou na carreira no ano seguinte, no cargo de Terceiro-Secretário. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, concluiu os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático, em 1981, e de Altos Estudos, quando defendeu tese intitulada “O Uruguai e o Mercosul: cidadania e sistema de decisão”. Ascendeu a Conselheiro em 1988; a Ministro de Segunda Classe em 1995; e a Ministro de Primeira Classe em 2003.

Em sua carreira, exerceu funções de relevo na estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores e em postos no exterior.

Removido diversas vezes para o desempenho de funções no exterior, o diplomata indicado serviu em Marselha, como Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória, de 1979 a 1980; na Embaixada em Paris, como Conselheiro, de 1989 a 1991; na Embaixada em Lomé, como Encarregado de Negócios em missão transitória, em 1991; na Delegação Permanente junto à Aladi, em Montevidéu, entidade para a qual agora ele é candidato novamente, como Conselheiro, entre 1991 e 1994 – foram três anos na Aladi; na Embaixada em Lima, como Ministro-Conselheiro, de 2001 a 2002; na Embaixada em Buenos Aires, como Ministro-Conselheiro, de 2002 a 2003; no Consulado-Geral em Montevidéu, onde ele está desde 2004, ou seja, cinco anos.

Isso mostra uma carreira vinculada à América Latina, apesar de cargos em Paris, em Marselha, em Lomé. Desses cargos na América Latina, há uma presença muito forte, ao longo de oito anos, em Montevidéu, onde é a sede da Aladi, onde ele continuaria.

Intercaladamente, trabalhou na Chancelaria em cargos como o de Chefe da Coordenadoria Técnica; Assistente e Chefe da Divisão Econômica Latino-Americana; Secretário-Executivo da Comissão Nacional para Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração; Chefe de Gabinete do Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda; Assessor da Representação Especial para Assuntos do Mercosul.

Isso mostra a experiência que ele tem, antes da América Latina e agora da área econômica, especialmente da área econômica vinculada à América Latina.

Integrou e chefiou numerosas delegações. É portador de importantes condecorações.

Sobre a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), onde o diplomata desempenhará suas funções de representação do Brasil, cabe registrar alguns dados trazidos como anexo à Mensagem Presidencial.

A Aladi foi estabelecida pelo Tratado de Montevidéu de 12 de agosto de 1980, em substituição à Alalc, criada em 1960. O Tratado de Montevidéu de 1980 definiu os seguintes objetivos: estabelecer, de forma gradual e progressiva, um mercado comum latino-americano; prosseguir com o processo de integração e promover o desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado da região. Esses fins deverão ser alcançados com base nos princípios do pluralismo, da convergência, da flexibilidade e do tratamento diferenciado.

A Aladi é o maior grupo latino-americano de integração, representando, em conjunto, mais de 500 milhões de habitantes. Os outros grupos, é preciso lembrar, são sub-regionais. Esse é o grupo regional por excelência. A conclusão de acordos no âmbito da Aladi dá-se em conformidade com o disposto no § 4(a) da Decisão das Partes Contratantes do Gatt.

O principal efeito do enquadramento jurídico da Aladi é afastar, nos acordos negociados entre os países membros, a incidência da cláusula de “nação mais favorecida”, segundo a qual qualquer vantagem negociada entre os membros da OMC deveria ser estendida, automaticamente, aos demais países daquela Organização. Ao firmar instrumentos no âmbito da Aladi, os países membros preservam e exercem a liberdade de concluir acordos comerciais entre si, sem a obrigação de estender os benefícios desses acordos aos demais membros da OMC. É com base nesse mecanismo jurídico que são firmados os Acordos de Complementa-

ção Econômica (ACEs), principais instrumentos para a integração comercial na Aladi.

Sob o amparo da Aladi, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai firmaram o acordo constitutivo do Mercosul (ACE 18), ou seja, o Mercosul é quase que uma consequência, um derivativo da Aladi. E o Mercosul firmou Acordos de Complementação Econômica com Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru e Venezuela. É também nesse âmbito que se dá a aproximação entre o Mercosul e a Comunidade Andina, passo importante para a promoção da integração econômica sul-americana e a criação da Unasul, passo esse que estamos andando muito devagar. Devemos caminhar para a integração total sul-americana do ponto de vista econômico.

O órgão supremo da Aladi é o Conselho de Ministros, previsto nos arts. 30 a 32 daquele Tratado de Montevideu, constituído pelos Ministros das Relações Exteriores dos países membros. Ele adota as decisões para a condução política superior do processo de integração. Suas reuniões ocorrem por convocação do Comitê de Representantes e todas as decisões devem ser tomadas com a presença de todos os países membros.

O Comitê de Representantes, previsto nos arts. 35 a 37 e 43 do Tratado de Montevideu, é o órgão político permanente. O Comitê é constituído por um Representante Permanente titular e por um Representante Alternativo de país-membro, com direito a um voto.

A Conferência de Avaliação e Convergência, integrada por plenipotenciários dos países membros, reúne-se ordinariamente a cada três anos, a fim de examinar o funcionamento do processo de integração. Entre uma e outra reuniões, temos o papel dos nossos embaixadores.

Há, ainda, a Secretaria-Geral, que é o órgão técnico, com atribuições de elaborar propostas e avaliações.

Para o Brasil, a importância da Aladi reside no fato de ela fornecer o elemento institucional necessário para a viabilização dos acordos comerciais entre países e blocos latino-americanos. Esses acordos constituem exceção à cláusula da nação mais favorecida do Gatt, e a OMC reconhece os acordos regionais como compatíveis com o sistema multilateral.

É, portanto, de interesse fundamental do Brasil manter e expandir o arcabouço jurídico da Aladi, uma vez que é ele que viabiliza os grandes processos de integração regional, como o Mercosul, a Comunidade Andina e o Sistema de Integração Centro-Americano. E lembre-se que a integração latino-americana é um dos princípios fundamentais da política externa brasileira, nos termos do art. 4º da Constituição.

Em virtude do exposto e salvo melhor juízo, entendemos que os Senhores Senadores membros da

Comissão de Relações Exteriores estão inteirados dos elementos informativos suficientes, tanto pelo lado do currículo do embaixador quanto pelo lado da importância da instituição, os informativos suficientes para apreciação do Sr. Ruy Carlos Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, pela apresentação de seu relatório que, agora, coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 4

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 1298, DE 2011

Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência “Investing in Brazilian Healthcare Summit” e de visita ao Centro de Emergência (911), na cidade de New York, NY – USA, no período de 14 a 18 de novembro de 2011.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável.

Concedo a palavra a S. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 1.298, de 2011, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que requer, “nos termos do disposto nos artigos 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que os Senadores Walter Pinheiro e Cyro Miranda participem da Conferência *Investing in Brazilian Healthcare Summit* e de visita ao Centro de Emergência (911) na cidade de New York, NY – USA, respectivamente, entre os dias 14 e 16 de novembro de 2011; e, de visita também ao Centro de

Emergência (911) do Estado da Flórida – USA, entre 17 e 18 de novembro de 2011”, devidamente aditado pelo Requerimento nº 1.320 de 2011, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Cyro Miranda, que solicita, em aditamento ao Requerimento nº 1.298 de 2011, a alteração das “datas de partida e retorno para a Conferência *Investing in Brazilian Healthcare Summit* e da visita ao Centro de Emergência (911), na cidade de New York, NY – USA, para os dias 10 e 16 de novembro de 2011 e 17 a 20 de novembro de 2011, respectivamente”.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: “se estiver em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40”.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, os requerentes comunicam que os Senadores Walter Pinheiro e Cyro Miranda estarão ausentes do País no mesmo período da licença solicitada – de 10 a 20 de novembro de 2011. Suas Excelências, os Senadores Walter Pinheiro e Cyro Miranda, solicitam, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

Voto

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento Nº 1.298, de 2011, devidamente aditado pelo Requerimento nº 1.320 de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Mozarildo Cavalcanti, pela leitura do seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, S. Exª, o Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas acrescentar uma informação.

O Senador Walter Pinheiro, entre outras iniciativas, vem estudando a possibilidade de se instituir no Brasil um sistema como o 911, pelo qual se pode, em caso de necessidade, chamar os bombeiros, as ambulâncias, onde quer que haja um sistema nacional tipo o 911. Esse seria um dos temas a ser discutido nessa reunião. Portanto acho muito positivo que ambos os Senadores, conforme o Senador Mozarildo relatou, possam estar nesse congresso internacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O relatório continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa, sobre matéria publicada pela revista Carta Capital, em sua edição de 19 de outubro de 2011, sob o título *Paranóia verde-oliva*, com o propósito de que confirme, ou não, a existência do mencionado Manual de Campanha – Contra-Inteligência elaborado pelo Exército Brasileiro.

Requeiro, ainda, que, se confirmada a existência do Manual, S. Exª informe se, sob sua gestão no Ministério da Defesa, manterá em vigor as orientações dele constantes.

Por fim, solicito informar se as outras duas Armas – Marinha e Aeronáutica – possuem Manuais de gênero.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Esse é o Requerimento nº 50, de 2011, de autoria de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Coloco em discussão o requerimento.

Não havendo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, trata-se de uma iniciativa muito positiva do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tenho certeza de que o Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, dará as informações e esclarecerá inteiramente esse episódio, que foi bem levantado pela revista *Carta Capital*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy. Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*) Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Duas informações relevantes para a Comissão de Relações Exteriores registradas no *Em Questão* de hoje: “Os desembarques internacionais registrados em setembro de 2011 marcaram um novo recorde desde que o levantamento começou em 2000, com 751.615 desembarques. O resultado foi de 11,57% maior do que o mesmo período de 2010.”

Está havendo um aumento muito grande de viagens e de pessoas que vêm ao Brasil. Inclusive, quanto aos gastos de turistas estrangeiros, segundo o Banco Central, de janeiro a setembro de 2011, os estrangeiros que visitaram o Brasil deixaram R\$4,985 bilhões, valor 15,55% maior do que o obtido no mesmo período do ano passado.

São informações relevantes para a nossa Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy pelas importantes informações que traz ao conhecimento deste Plenário.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 07 de novembro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos...

Desculpem-me. Pela ordem a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu que peço desculpas porque não me pronunciei na hora certa, e o senhor já tinha iniciado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Senador!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – São duas coisas: uma é o requerimento que foi aprovado aqui, na semana passada, de minha autoria, pedindo informações ao Ministro Patriota sobre uma notícia, em *O Estado de S. Paulo*, de que o Brasil estaria deixando de pagar R\$6 milhões de sua contribuição – o senhor, aliás, manifestou que isso é um absurdo; não estava aqui, mas, depois, em um momento, o senhor manifestou –, porque o Comitê de Direitos Humanos Latino-Americano estaria suspeitando que Belo Monte poderia prejudicar grupos indígenas.

Eu só gostaria de saber se isso foi feito, se recebemos a resposta ou não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Já. Já foi aprovado pelo Plenário e já se encontra na Presidência, na Mesa Diretora do Senado Federal para as providências cabíveis, de acordo com o Regimento, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Outro assunto, e talvez até fosse melhor uma conversa com o Senador Collor para ouvir a opinião dele e dos outros, mas eu vou falar aqui: faz já alguns anos que apresentei uma PEC, que foi aprovada na primeira votação, que dizia respeito à garantia de voto dos brasileiros emigrantes para escolherem representantes deles no Congresso, como a maioria dos outros países de emigrantes tem. Não falava em número de parlamentares, nada. Foi aprovada, talvez até dentro daquela forma que eu não goste, de aprovar sem o voto de uma a uma das pessoas, e o fato é que isso gerou uma resistência muito forte na mídia, porque diziam que iam aumentar os gastos. Ora, colocar quatro parlamentares aqui não aumenta os gastos e traz para dentro do Congresso a voz de compatriotas nossos que hoje não moram no Brasil, mas que estão mandando mais de US\$5 bilhões por ano.

Eu gostaria que, passado mais de um ano, discutíssemos talvez com o Presidente Collor ou com os líderes que está na hora de voltar a debater isso. Tenho recebido muita pressão desses brasileiros que moram no exterior no sentido de que eles estão esperando isso.

O Governo fez algo muito positivo. Hoje há um centro, um grupo no Ministério das Relações Exteriores que cuida dos emigrantes e faz reuniões no Rio de Janeiro com representantes. Eles já estão organizados o bastante, chega a haver 400 representantes deles. Mas eles repetem: por que uma relação direta só com o Poder Executivo, e não também com o Poder Legislativo?

Eu não sei se seria o caso de fazer uma audiência, se cabe uma audiência depois de já ter sido votado. Eu próprio recuei depois da resistência muito forte da mídia, mas recuei estrategicamente. Está no tempo

de voltarmos a discutir isso, ainda que seja para darmos aos nossos exilados do desenvolvimento – não mais políticos – o recado de que não achamos que eles devem ter aqui representantes, porque, embora eles gastem, mandem para cá US\$5 bilhões, a gente não pode gastar o salário e o gabinete de quatro representantes deles, que era a ideia que eu tinha, de quatro deputados – alguns acham até que é muito pouco – imitando França, Itália, Portugal e tantos outros países que dão esse espaço. A Tunísia mesmo, agora, elegeu, este fim de semana, sua constituinte, com o voto também dos tunisianos que estão no exterior. Eu gostaria também que esta Comissão tentasse pensar, talvez numa conversa entre nós, se vale ou não a pena ir em frente; falamos com o Presidente Sarney, com os líderes. Não pode é ficar isso parado como está, há mais de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Atendendo à solicitação feita por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, solicito à Secretaria desta Comissão que faça o levantamento completo de como se encontra o projeto de emenda à Constituição apresentado por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque e que, ao mesmo tempo, façamos uma solicitação ao Ministério das Relações Exteriores para ouvir a secretaria especial que trata dos nacionais residentes fora do País sobre a sua avaliação dessa questão para que S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque e esta Comissão possam, então, a partir daí, deliberar o que fazer e que caminho tomar.

Se S. Ex^a concordar com essa maneira, fica assim feito, por solicitação de S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Agora, então, antes de encerrarmos a presente reunião, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 07 de novembro, segunda-feira, às 18h, neste plenário, quando daremos continuidade, dentro da agenda “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”, ao terceiro ciclo de audiências públicas sobre o tema Defesa Nacional, apresentando o Painel “Pré-Sal – Papel das Forças Armadas na Defesa do Patrimônio e Alocação de Recursos para essa Finalidade”, para o qual estão convidados o Almirante de Esquadra Luiz Umberto de Mendonça, Chefe do Estado-Maior da Armada; o Professor Simon Rosental, da Escola Superior de Guerra e representante do Alto Comando da Aeronáutica, e mais duas autoridades que estão faltando confirmar suas presenças.

Aproveito ainda para lembrar que hoje, neste mesmo plenário, às 18h, será retomado o ciclo de debate da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidido por S. Ex^a, Senador

Cristovam Buarque, quando será realizada audiência pública apresentando o painel “Desigualdade, como reduzir?”. Estão convidados, para discutir o tema, o Sr. Pedro Herculano Ferreira, pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o professor Perci Coelho de Sousa, Coordenador do grupo de pesquisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social, da Universidade de Brasília, LOCUSS UnB, e a Sr^a Esther Bemerguy de Albuquerque, Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

Convido a todos para que hoje estejam presentes a essa importante reunião promovida pela Subcomissão de acompanhamento dos preparativos da Rio+20 e do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, presidida por S. Ex^a O Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado pela presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos).

ATA DA 53ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezessete horas e cinquenta e nove minutos do sete de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente os Senadores **Inácio Arruda** e **Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o Almirante-de-Esquadra

Luiz Umberto de Mendonça, Chefe do Estado-Maior da Armada; Brigadeiro do Ar **Carlos de Almeida Baptista Junior**, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, da Aeronáutica; e o Engenheiro **Simon Rosental**, Professor da Escola Superior de Guerra. Faz uso da palavra a Senadora **Ana Amélia**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às dezenove horas e cinquenta minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado de Moraes, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 07/11/2011

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Dou boa noite a cada uma e a cada um. Fico satisfeito pela companhia que temos aqui. Agradeço muito a presença dos convidados e declaro aberta esta 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O Presidente, Senador Fernando Collor, não está presente. Como Presidente desta Comissão, pediu-me que o substituísse, o que faço com muita honra, como seu Vice-Presidente.

Lembro que esta reunião faz parte de um ciclo que o Presidente Collor organizou, já faz alguns meses, de debates sobre problemas de relações externas e defesa nacional. Pessoalmente, considero que é um dos melhores momentos do Senado esses encontros nas segundas-feiras à tarde, começo da noite, do ponto de vista, para nós, que participamos, e para aqueles que assistem pela televisão, seja ao vivo – daqui a pouco estaremos ao vivo – seja às retransmissões que a TV Senado faz depois.

Creio que o Brasil tem aprendido bastante ao escutar aqui personalidades do mundo acadêmico, do mundo militar e do mundo diplomático sobre o futuro do Brasil. Costumo dizer que, enquanto havia guerra fria, a gente não tinha que se preocupar muito com defesa. Eles lá, os grandes, se viravam entre eles, e nós ficávamos assistindo e torcendo para que não houvesse uma grande tragédia. Finda a guerra fria, eu gosto de dizer que começou uma paz quente. E, nessa paz quente, ou temos uma defesa nacional bem consolidada, bem organizada, ou podemos ter grandes problemas no futuro, tanto quando analisamos nossas fronteiras, como quando analisamos as relações no mundo global, por

conta de recursos naturais que vão ficar cada vez mais escassos, inclusive a água; por conta da tentativa de apropriação dos mares e do espaço, porque cada vez mais o espaço tem donos que estão jogando coisas sem sabermos sob que controle; por conta de formas diferentes de impor relações comerciais. Por diversas razões, a segurança tem de ser um tema fundamental. E eu, pessoalmente, costumo dizer que a principal arma que hoje temos na defesa é a educação do povo, através da qual temos a ciência e a tecnologia, que é a grande arma do futuro, e temos nossos soldados, preparados para usar as armas inteligentes do futuro.

Por isso, sou dos mais assíduos nessas reuniões da segunda-feira, não apenas por ser o Vice-Presidente, mas porque aprendo quando venho ao debate.

Esta reunião, no meio desse ciclo, tem por objetivo discutir Pré-Sal – Papel das Forças Armadas na Defesa do Patrimônio e a Alocação de Recursos no Brasil, especialmente para essa finalidade dos recursos do pré-sal. Estamos, com isso integrando o terceiro ciclo, que é intitulado Defesa Nacional, na agenda Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, convidamos os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e agradeço: o Almirante-de-Esquadra Luiz Umberto de Mendonça, Chefe do Estado-Maior da Armada, cuja presença agradeço muito; o Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (Copac), a quem agradeço também; e o Engenheiro Simon Rosental, Professor da Divisão de Assuntos Científicos e Tecnológicos da Escola Superior de Guerra.

Dou as boas-vindas e os cumprimentos, agradeço, e quero informar que o dia de hoje é um dia especial para nós, Senadores, porque é o dia em que recebemos uma espécie de condecoração muito importante, a escolha dos melhores parlamentares do ano, patrocinada pela revista *Congresso em Foco*. O evento começa às 8h, claro que não pontuais como nós fomos aqui. Podemos dar certa margem, mas diversos Senadores que sempre vêm não vieram porque são também premiados. Eu, apenas para justificar que tenho que limitar, também tenho que dizer que sou um dos premiados, senão eu poderia esconder isso. E vamos tentar terminar a reunião às 8h. Para isso, eu creio que nós podemos dedicar vinte minutos a cada um dos palestrantes. Após a exposição, conceder a palavra aos Senadores e Senadoras que estiveram presentes para os esclarecimentos que eles desejarem.

Com isso, então, passo diretamente a palavra. Não definimos uma ordem, mas vamos fazer de lá para cá, passando inicialmente ao Prof. Rosental a palavra.

Lamentavelmente, desta vez, os vinte minutos não poderão ser liberados, como sempre costuma ser aqui. A gente dá vinte minutos e fica o tempo que for. Mas como, às 8h, vou precisar sair e os outros Senadores que poderiam presidir, alguns também teriam de sair, então, professor, vamos tentar fazer em vinte minutos.

O SR. SIMON ROSENTHAL – Boa noite a todos. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Cristovam Buarque pela possibilidade de estar aqui presente para conversar sobre um assunto tão importante, como o Pré-Sal – o Papel das Forças Armadas na Defesa do Patrimônio e a alocação de recursos para essa finalidade. Cumprimento o Almirante Luiz Umberto de Mendonça; cumprimento o amigo Baptista Junior, Brigadeiro; cumprimento a todos os presentes, aos telespectadores.

Vamos iniciar com considerações preliminares. A primeira: ciência, tecnologia e inovação. Ciência, tecnologia e inovação é característica necessariamente de países desenvolvidos. O Brasil lamentavelmente tem pouca ciência, tecnologia e inovação e, por esse motivo, é um país em desenvolvimento.

Para dar exemplo de país desenvolvido que tem ciência, tecnologia e inovação, podemos citar o Japão. É um país com uma densidade demográfica enorme, um país que importa alimentos, importa insumos, importa energia; foi destruído na Segunda Guerra Mundial faz pouco mais de 60 anos por duas bombas atômicas. No entanto, recentemente, foi ultrapassado pela gigantesca China, como segunda potência econômica mundial.

O segundo ponto é tecnologia de ponta. O que significa isso? São tecnologias tão complexas que poucos têm a capacidade de desenvolver. E, por fim, tecnologias sensíveis. São tecnologias de ponta que podem ser aplicadas para o bem ou para o mal. Sobre isso, eu queria comentar com os senhores que, em 1996, tivemos um congresso internacional no Rio de Janeiro, patrocinado pela ONU e pela Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República. O tema central foi tecnologias sensíveis. E os países centrais, os países desenvolvidos colocaram muito claramente a posição deles, que era a seguinte: Brasil e demais países que possuem riquezas naturais em abundância não vão avançar em tecnologias sensíveis. Vocês ficam com bens de baixo conteúdo tecnológico e valor agregado. Tecnologias sensíveis ficam conosco, porque, como podem ser aplicadas para o bem e para o mal, vocês poderão fazer mau uso.

Vocês podem imaginar que essa conferência não foi tranquila, uma vez que tanto o Brasil como os demais países em desenvolvimento lá presentes – mas principalmente o Brasil, dono da casa – não se conformaram com uma situação dessas. Se nós já temos um

hiato muito grande, tecnológico, em relação aos países desenvolvidos, e a tecnologia está avançando, cada vez mais a velocidades maiores, se aceitarmos uma barbaridade dessas, cada vez, nós vamos andando para trás e, cada vez, vamos ficando mais distantes da tecnologia.

Mas como chegar à ciência, tecnologia e inovação? Uma sugestão, um modo de se ver é o que podemos chamar de elos da corrente. O que significa isso? Está ali: ciência, tecnologia e inovação é a meta que queremos alcançar. Todavia, é impossível alcançar ciência, tecnologia e inovação sem educação. É um pré-requisito fundamental. São os dois elos da corrente.

Porém, educação também tem um pré-requisito, que é saúde. Menino doente não aprende. E saúde também tem pré-requisito: saneamento básico e comida.

Agora, como um chefe de família vai proporcionar a morar num ambiente adequado, numa casa adequada e comida para os seus entes queridos? Ele precisa ter dinheiro. Para isso, ele precisa ter trabalho. Trabalho onde? Indústria, comércio, mineração, agricultura, pecuária, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, energia, transporte, comunicação, defesa, segurança, justiça, finança e planejamento.

Eu queria me fixar um pouco em planejamento, porque, lamentavelmente, o Brasil não tem a mentalidade de trabalhar com planejamento. Existe, sim, mas é exceção. Planejamento, ciência, tecnologia e inovação são características de países desenvolvidos.

Quando o Brasil, em poucas vezes, trabalhou com os dois juntos, planejamento, ciência e tecnologia e inovação, fez maravilhas. Temos aqui o exemplo da Petrobras, da Vale, da Embrapa, da Embraer e outros mais.

O planejamento tem etapas. Diagnóstico é a primeira etapa, ou seja, é o estudo profundo da situação atual, olhando para trás os antecedentes, para repetir o que foi bem feito e evitar repetir coisas malfeitas. Segue-se política, que é o que fazer; estratégia, como fazer, e gestão, fazer.

Agora, pergunto aos senhores: o que significa um país trabalhar sem planejamento ou com planejamento como exceção? Significa botar dinheiro, grandes quantidades, milhões e bilhões de reais, na mão de gestores responsáveis por projetos sem saber o que fazer, como fazer e fazer. Isso se chama desperdício. Planejar não é garantia de sucesso, mas não planejar é garantia de insucesso.

Aqui nós temos a matriz energética do Brasil e a matriz energética mundial total, somando-se geração de energia elétrica, transporte, indústria, etc. Presto a atenção para quê? Energia, progresso, poder.

Eu só quero me deter nesses três e mostrar que 80% da energia gerada no mundo estão apoiados em

três fontes geradoras: petróleo, carvão e gás; as três fósseis, não renováveis e poluentes.

Já no Brasil, essa quantidade é um pouco acima de 50%, o que mostra que estamos numa situação, em termos de meio ambiente, bem melhor do que o resto do mundo.

Fontes geradoras de energia.

Eu quero analisar muito rapidamente, para obedecer ao tempo, fonte por fonte, renováveis, não renováveis e alternativas com uma finalidade: mostrar aos senhores como o Brasil, no momento, está numa situação extremamente favorável em termos de energia. Se trabalhar direito, pode ser o trampolim para o Brasil ir, mais rapidamente, em direção ao mundo desenvolvido. Vamos ver.

Petróleo.

Na década de 70, o Brasil importava 80% do petróleo de que necessitava, petróleo abundante e barato. Em 73, tivemos o primeiro choque do petróleo. E a Petrobras teve que buscar as jazidas de petróleo, e encontrou. A principal foi na Bacia de Campos, no mar, a grande profundidade – na época, a mil ou dois mil metros de profundidade –, em condições muito inóspitas. Mas a Petrobras conseguiu. E conseguiu se colocar dentre as empresas mais categorizadas em termos de petróleo do mundo. E o Brasil, aos poucos, foi aumentando a produção de petróleo até se tornar autossuficiente, pelo menos quantitativamente. E agora descobrimos o pré-sal.

Agora vamos ver como está o restante do mundo.

Se nós pegarmos as reservas mundiais de petróleo e dividirmos pela produção média mundial, nós vamos verificar que o mundo tem 45 anos e pouco de petróleo pela frente. O século XXI é o século do fim da utilização do petróleo para a queima como combustível, não como matéria-prima para petroquímica, que é a mais nobre.

Então, justamente o Brasil descobre o pré-sal, quando, no restante do mundo, declina a utilização do petróleo – um ponto extremamente favorável.

Gás natural. A mesa coisa. O Brasil com poucas reservas, baixa produção e importando da Bolívia, e descobre o pré-sal. Pré-sal é petróleo e gás.

Carvão mineral. Esse o Brasil sempre foi fraco. Importa o carvão que necessita, tem carvão no Sul – no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina –, mas de má qualidade, e, nesse ponto, o Brasil não está bem. Só que o carvão mineral é a fonte geradora de energia mais nociva que existe.

Nuclear a fissão, em Angra. Nisso estamos bem. Somos a sexta maior reserva de urânio do mundo. Nós paramos a prospecção e pesquisa mineral em 1983. Com um pouco de empenho, conseguiremos, facilmen-

te, ser a segunda maior do mundo, com jazidas só de urânio e urânio associado a outros bens minerais. E, quanto à tecnologia das usinas e do ciclo do combustível, estamos bem. Poderíamos estar melhor se não fossem tantas paralisações.

Vamos ver agora as renováveis. Aí o Brasil dá *show*.

Hidráulicas. O Brasil é um dos raros países que tem potencial hidrelétrico, e boa parte já aproveitada, 30%, que são Itaipu, Tucuruí e muitas outras. O Brasil tem 70% ainda do seu potencial para ser aproveitado, só que a maior parte desse potencial está na Amazônia, e nós já sentimos dificuldades para licenciamento dessas usinas, o que é uma situação séria. Mas esse é um ponto extremamente favorável para o Brasil.

Biomassa, idem. Álcool, *biodiesel*, bagaço de cana: qual é o país que tem chão, clima, sol, água para produzir biomassa? É o Brasil. É outro ponto extremamente favorável ao Brasil, que outros países não têm.

No que se refere a fontes alternativas – hidrogênio, solar, eólica, fusão nuclear, ondas, marés e geotérmicas –, essas são fontes geradoras de energia que ainda não estão no estágio de tecnologia adequado para gerar grandes quantidades de energia e a custos compatíveis. Mas o mundo desenvolvido está correndo, desesperadamente, atrás do desenvolvimento dessas tecnologias, porque eles não têm hidreletricidade, eles não têm biomassa, eles não têm pré-sal. É dali que tem de sair energia para o futuro, para as próximas décadas. E eu garanto aos senhores, eu afirmo agora que aquela matriz que nós vimos em que 80% da energia do mundo é gerada por petróleo, carvão e gás, daqui a algumas décadas – eu não sei quantas são, se três ou quatro décadas –, essas fontes ocuparão o lugar daquelas, necessariamente. E quanto ao Brasil? O Brasil não deve se contentar em ficar com o que já tem. Deve desenvolver essas fontes também nos nossos centros de pesquisa, porque, daqui a algumas décadas, quando o mundo desenvolvido tiver essas tecnologias, eles terão energia barata, energia limpa e poder. E nós precisamos correr para ter isso também.

Este mapa aqui é o mapa do Brasil. Esta faixa azul clara é a Zona Econômica Exclusiva, que vai da costa até 200 milhas mar adentro. As Nações Unidas outorgaram ao Brasil o direito de utilização desta área, inclusive o que vem abaixo: a profundidade, o solo e o subsolo marinho. E, nesta faixa azul escura, uma boa parte também já foi outorgada ao Brasil pelas Nações Unidas para utilização. É como se fosse uma extensão do território nacional. E esta faixa toda azul, clara e escura, é conhecida como Amazônia azul. Isso tem uma razão: é em analogia à Amazônia verde, porque são áreas imensas – a Amazônia azul tem mais de 4,4

milhões de km² –, quase não exploradas e com riquezas incalculáveis, principalmente em biotecnologia, em biodiversidade e na parte mineral.

Não podemos esquecer que por aqui passam 95% das importações e exportações do Brasil, que são por via marítima, e aqui, do Espírito Santo a Santa Catarina, nós temos, a cinco, sete mil metros de profundidade, petróleo e gás que o pré-sal.

Olhando esse mapa todo, podemos perceber, já que o assunto é pré-sal, papel das Forças Armadas e recursos, podemos claramente perceber que não basta defesa do pré-sal, temos que defender o Brasil inteiro, porque o pré-sal é uma das grandes riquezas da Amazônia Azul e uma das grandes riquezas do Brasil. Não podemos esquecer-nos da Amazônia Verde, do cerrado, do pantanal, dos aquíferos.

A bem da verdade, o pré-sal nós poderíamos chamá-lo de cereja do bolo, e o bolo é o Brasil. E o que nós temos que fazer então?

Nós temos que utilizar, de forma conjunta, as três Forças Armadas, para ter poder de dissuasão sobre toda essa área, inclusive o pré-sal. Para quê? Para defender a soberania nacional e a integridade do patrimônio nacional.

Outro ponto importante em cima desse mesmo mapa. É muito comum nós ouvirmos que não há necessidade de recursos para as Forças Armadas, que isso tudo é bobagem porque nós vivemos no lugar mais tranquilo do Planeta. O Atlântico Sul é pacífico, sem trocadilho, e o Brasil não tem nenhum problema sério com os vizinhos. Então, por isso não haveria necessidade, teríamos que aplicar dinheiro em outras atividades que não em Forças Armadas.

Isso que é dito é até certa verdade, que o lugar é pacífico, mas o erro é o foco, que a ameaça não vem daqui, não, a ameaça vem do Equador para cima, dali que vem a ameaça. Por quê? Aqui nós temos competência tecnológica para fabricar produtos de dólar a tonelada e de dólar, na melhor das hipóteses, de dólar o quilo, que os países do norte compram e transformam em dólar a grama.

Se nós agregarmos tecnologia aos nossos produtos dólar a tonelada e dólar o quilo, nós também poderemos fazer o dólar a grama, e isso é competição com os países de cima. E não podemos nos esquecer do seguinte: quando falei que o mundo tem 45 anos de petróleo, os Estados Unidos têm apenas 10. Não é à toa que invadiram o Iraque com a desculpa de armas de destruição em massa e tomaram conta de petróleo. E, também, a ONU nos outorgou a Amazônia Azul, mas os Estados Unidos não assinaram e reativaram a quarta frota, que foi criada na Segunda Guerra Mundial e desativada em 1958.

E quanto aos recursos para as Forças Armadas? Eu digo o seguinte: desde que sociedade e autoridades estejam de acordo com a aplicação de recursos, o dinheiro aparece, porque se nós não temos planejamento, nós temos orçamento, e o dinheiro é rateado pelos diversos projetos e atividades.

Vejam os senhores, por exemplo, Copa do Mundo e Olimpíadas. O Brasil lutou muito para sediar isso no Brasil, e conseguiu, e agora vai ter que investir bilhões de dólares para atender ao Comitê Olímpico e à FIFA. E está todo mundo satisfeito com isso. Eu não vejo nenhuma notícia contrária. Aqueles velhos chavões de “com esse dinheiro construiremos tantas escolas; com esse dinheiro...” não existe. Existe um ufanismo muito grande.

Outra observação: os países da América do Sul. Harmonização entre os países da América do Sul. Isso é muito importante, porque os países juntos são muito mais fortes do que se eles negociarem separadamente. E o que o Brasil, que é o País líder, faz? Financia obras de infraestrutura em países vizinhos, como trechos de metrô, oleodutos, hidrelétricas etc., com recursos do BNDES, via empreiteiras e com equipamentos fabricados em território nacional. Mas seriam possíveis também recursos para as Forças Armadas? Depende da resposta a esta pergunta: qual é o Brasil que queremos para o futuro? Se a resposta for que queremos um Brasil que produza apenas *commodities* e continue sob o domínio econômico e tecnológico, que é sutil, silencioso, realmente penso que não há necessidade de recursos. Agora, se nós queremos um Brasil se encaminhando firmemente em direção aos países desenvolvidos e isso envolve ciência, tecnologia, inovação e planejamento, é fundamental que as Forças Armadas sejam muito bem equipadas, porque, no momento em que o Brasil se tornar um País desenvolvido, torna-se também uma grande potência. Alguns dos senhores podem dizer: “Tem um erro nesse raciocínio, porque conheço países desenvolvidos que não são grandes potências”, e é verdade. Somente poucos países têm uma massa crítica como o Brasil, para se tornarem grandes potências, juntamente com países desenvolvidos. A China também tem; a Coreia e a Irlanda não têm.

Outro ponto que quero destacar é a importância de que já está fazendo energia, água e alimentos, a carência disso que já está acontecendo e vai acontecer cada vez mais no mundo, e o Brasil e a América do Sul têm demais.

Para terminar, eu trouxe aqui um pensamento de Sun Tzu, general chinês nascido no ano 544 a.C., que diz: “A suprema arte da guerra é derrotar o inimigo sem lutar”. Isso é poder de dissuasão. É o de que pre-

cisamos, não para guerrear, mas que tenham respeito por nós e que os embates que o Brasil tem fiquem no campo da diplomacia. Aliás, em um país que tem poder de dissuasão, a diplomacia trabalha com muito mais facilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao prof. Rosental pela visão, inclusive pelo círculo virtuoso da educação, embora eu defenda que todo ciclo vicioso ou virtuoso a gente tenha que cortar em algum lugar. Eu defenderia cortar pela educação.

O SR. SIMON ROSENAL – É o fio da meada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É o fio da meada.

Passo a palavra ao Almirante-de-Esquadra Luiz Umberto de Mendonça.

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Boa noite a todos.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na pessoa do seu Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque, pela iniciativa de promover este terceiro ciclo de palestras sobre defesa. E, ao mesmo tempo em que cumprimento todos os presentes, da Mesa e do nosso auditório, eu gostaria de dizer da oportunidade que é muito grata à Marinha de apresentar publicamente suas atividades, projetos e necessidades financeiras.

Para a nossa apresentação, vou acelerar um pouco para não comprometer o tempo. Tecerei considerações iniciais; falarei sobre poucos documentos condicionantes principais; falarei das características das bacias, as atribuições da Marinha na segurança marítima e defesa do pré-sal, o plano de articulação e equipamento da Marinha, alocação de recursos e breves considerações finais.

Começo, mostrando esse mapa mundi e dizendo que o brasileiro não pode negar a importância do mar para ele, porque nós fomos descobertos pelo mar, nós fomos invadidos duas vezes pelo mar, nós somos o País com maior extensão litorânea contínua no Atlântico Sul; temos 90% das suas trocas comerciais efetuadas pelo mar; produzimos hoje 80% do nosso petróleo e gás no mar; e a descoberta do pré-sal, em 2007, vem simplesmente conferir uma importância muito maior a esse Atlântico Sul em razão do que esse potencial produtivo pode representar para a economia mundial.

Para que os senhores possam analisar o aumento das atividades de petróleo no pré-sal, montei essas transparências que mostram nossas três bacias, e aqui é a do pré-sal. Algumas características. Os senhores podem ver que Campos tem 6 mil quilômetros qua-

drados, tem reservas totais de 17 bilhões; o Espírito Santo 105 mil, 87 milhões de reservas; Santos, 7 bilhões, com 352 mil quilômetros, e o pré-sal, com 149 mil quilômetros, tem de 50 a 100 bilhões de estimativa de reservas de petróleo.

Olhem bem, senhores, olhem as distâncias envolvidas aqui. Campos está de 60 a 160 e, para encurtar o tempo, vou falar do pré-sal, de 150 a 300 quilômetros. Isso representa um magnífico implemento na cauda logística que as empresas exploradoras do petróleo vão ter que jogar nessa área.

Para que os senhores tenham um valor comparativo, mandei congelar uma imagem do nosso Sistema de Controle do Tráfego Marítimo. Isto aí é a densidade do tráfego marítimo na bacia de Campos e no seu entorno. Todos esses risquinhos vermelhos são lemes de navios que foram acompanhados pelo nosso Sistran, num determinado dia que não está aí estabelecido. Como os senhores podem ver, é muito denso esse tráfego, isso em Campos, que está a 60 milhas da costa. Imaginem os senhores quando nós passarmos para nossa bacia do pré-sal.

A bacia do pré-sal. Estão aqui representadas as bacias do Espírito Santo e Campos, como poderia ser. Aqui chamo apenas a atenção para alertar os senhores sobre o que falou aqui o professor Rosental sobre a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Nós já temos a nossa zona econômica exclusiva, que é a linha vermelha. Nós temos direito – se aprovado e já entregamos todos os levantamentos da plataforma – a um prolongamento da plataforma continental até 150 milhas, se referendado pelas Nações Unidas. Até agora, de todos os nossos dados, apenas duas áreas foram contestadas. Essa área que não está na parte contestada, porque ela vai nos levar...

Essa faixa vermelha é a zona do pré-sal. Ainda há perspectiva de exploração aqui, e o limite estendido de mais 150 milhas seria essa faixa roxa. Imaginem os senhores, daqui a alguns anos – que não serão muitos, certamente, pelos vultosos investimentos que a Petrobras está fazendo e no interesse que o País tem em obter essa produção –, como isto aqui vai ficar; exatamente na mesma densidade daqui, só que numa extensão muito maior, numa das áreas que estabelece a estratégia de defesa nacional como prioritária para ações de defesa que é a nossa região Sudeste.

Pode passar, por favor.

Óbvio que a marinha será chamada, já está sendo e já está se preocupando em atuar nessa área; já está atuando. Amparada em quê?

Primeiro documento que eu gostaria de citar é a política de Defesa Nacional, que diz, textualmente, que será crescente a importância da Amazônia Azul

em função das perspectivas de exploração de suas riquezas. Exigirá um grande esforço para o seu monitoramento e segurança. Óbvio que não é apenas do pré-sal isso; o pré-sal é uma parcela, talvez, hoje, a mais importante para nós, mas aí nós temos todos os recursos vivos e não vivos da massa líquida, do solo e subsolo, de toda essa extensão que o Brasil terá direito a explorar quando reconhecido pela Convenção das Nações Unidas.

Então, essa é a carga muito prazerosa, porque com isso a Marinha certamente terá que ser muito grande num prazo de tempo relativamente curto que nós recebemos.

O segundo documento que eu gostaria de citar é a estratégia nacional de defesa que, obviamente, decorre da política de defesa nacional, em que eu ressalto esses dois itens que estão encarnados, que é a defesa; ela estabelece que a gente deve ter foco na defesa proativa das plataformas petrolíferas e tem que estar pronto para responder a ameaças por Estado ou forças não convencionais ou criminosas, as vias marítimas de comércio, aqui estão incluídos pirataria e terrorismo. E essa é uma das coisas que vai balizar as ações da Marinha no pré-sal.

O último documento que cito e é o de mais alto nível em termos de planejamento de longo prazo da Marinha, é o plano estratégico da Marinha, que já, ainda que tenha sido anterior à estratégia nacional de defesa, ele já está absolutamente adequado à estratégia nacional de defesa.

E em relação ao pré-sal, na missão da Marinha, eu ressalto: preparar e empregar o poder naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria, e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em lei, com ênfase naquelas relacionadas à autoridade marítima, a fim de contribuir para salvaguarda dos interesses nacionais. O Comandante da Marinha é a autoridade marítima nacional reconhecida internacionalmente.

Isso posto, para garantir a segurança marítima e a defesa do pré-sal, nós destacamos uma série de atividades: Salvaguarda da vida humana no mar, a segurança da navegação aquaviária, a prevenção e repressão à poluição ambiental. Vejam os senhores que isso aí é atividade da autoridade marítima, responsável por ordenar aquele conjunto de (?)lanes que mostrei na Bacia de Campos.

E a segurança orgânica das plataformas petrolíferas marítimas e das instalações de apoio; a prevenção e repressão às novas ameaças, e a preservação da soberania nas águas jurisdicionais brasileira. Essas, inerentes, exclusivamente, ao poder naval brasileiro.

Apenas a título de ilustração, a garantia da segurança marítima se dá pela realização de patrulha naval

e inspeção naval. Em síntese, ela verifica o cumprimento da legislação brasileira em águas jurisdicionais.

Socorro e salvamento são as atividades do socorro quando envolvem a salvaguarda da vida humana e o salvamento quando envolve o salvamento de bem material; e o monitoramento e controle – é óbvio. Todas essas atividades são conduzidas *ad eternum*, no tempo de paz e no tempo de crises desenvolvidas. É óbvio que, dependendo da magnitude da crise, se evoluir para conflito, existem estruturas próprias da Marinha para fazer o acompanhamento do tráfego marítimo e assumir a coordenação dessa atividade toda.

Bom, com relação às atribuições de defesa, que são basicamente as operações e ações de guerra naval, nós temos que fazer controle de área marítima e negação de uso do mar ao inimigo, e projetar poder. Mas, eu ressalto, no caso do pré-sal, encarnado também.

Visto isso tudo, nós sabemos os nossos problemas, temos documentos que amparem a nossa atuação e conhecemos as atividades que temos que desenvolver para garantir a segurança e a defesa do pré-sal, de conformidade com a Estratégia Nacional de Defesa, a Marinha, como a Força Aérea e o Exército fizeram seus similares, elaborou o seu Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil. Esse plano, num horizonte temporal de trinta anos, prevê a necessidade desses meios que são aí listados. Não é megalomania, não é visão, mas isso tudo feito, dentro de projetos bastante específicos, definidos e gerenciados, pretende que a Marinha, ao fim de trinta anos, tenha duas esquadras, conforme prevê a Estratégia Nacional de Defesa: a esquadra hoje sediada no Rio de Janeiro e uma nova esquadra no Norte e Nordeste, em local ainda a ser definido.

Porém, como o próprio pedido aqui, como diz o nosso companheiro do Exército, fala em alocação de recursos, a Marinha, para adequar as suas necessidades às possibilidades do Governo e cumprindo uma determinação do Ministério da Defesa de encaminhar prioridades para que fosse composto o Plano Estratégico de Defesa, elegeu, no curto prazo, de 2010 a 2015, os seguintes programas: Programa Nuclear da Marinha, Programa de Desenvolvimento de Submarinos, o Prosub, este absolutamente dependente desses; o Programa de Obtenção de Meios de Superfície, o Prosuper; a obtenção inicial de 27 navios patrulha de 500 toneladas, que hoje estão passando a ser chamados de navios de apoio a plataformas; e um Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul.

Visto isso tudo, passemos ao problema dinheiro. Esses dados eu inclusive os coloco aí para que eles causem efetivamente impacto.

Em trinta anos, a Marinha precisa de R\$223,5 bilhões para construir todos aqueles meios que os senhores viram listados; de 2010 a 2015, R\$27 bilhões; no médio prazo, R\$84 bilhões; e, no longo prazo, R\$111 bilhões.

No entanto, no curto prazo, em função daquelas necessidades apresentadas, de 2010 a 2015, a Marinha precisa, em 2012, de R\$6,3 bilhões, em 2013, R\$6,8 bilhões; em 2014, R\$8,1 bilhões; em 2015, R\$8,3 bilhões. Isso aí é o que nós, na Marinha, chamamos de Plano de Ação Ideal. É aquele com o qual a Marinha efetivamente não só poderia se manter, manter o seu custeio, poderia investir e também desenvolver os grandes projetos, como o Programa Nuclear.

Os senhores aqui devem estar falando: Puxa! 2010, 2014! O programa carro-chefe da Marinha, vamos dizer assim, e o mais importante, talvez até o mais importante para o Brasil, pelo que ele envolve de inovação, de tecnologia, que é o Programa de Construção do Submarino de Propulsão Nuclear, ele já foi concebido na Marinha quando criou um programa nuclear e o Centro Experimental de Aramar, em 1979, que era o domínio do ciclo do combustível nuclear e a construção de um Sistema de Propulsão Nuclear, que é hoje a fase que a Marinha está desenvolvendo em Aramar para que ela possa então colocar essa propulsão no projeto do submarino nuclear brasileiro, porque o contrato com a França exclui qualquer transferência de tecnologia na área nuclear. Transferência de tecnologia na área de projeto de construção de submarino, na área de projeto e construção de instalações de bases e de estaleiros, até de sistemas de combate. Então, ele já começou efetivamente a usar esses recursos em 2010.

Isso posto, eu gostaria até, para cumprir o meu tempo, de encerrar com as minhas considerações finais.

Na defesa do pré-sal, a estratégia da dissuasão, como disse aqui o professor Rosental, é prioritária em tempos de paz por ser a melhor forma de evitar os conflitos armados. É importante destacar que a marinha tenciona dispor de uma força naval compatível com a estatura político-estratégica e com as necessidades do País. Para obtê-la, depende de uma política de Estado concreta e aporte contínuo de recursos financeiros, visando a assegurar o cumprimento dos programas atuais e futuros da Marinha, no mesmo ritmo da ampliação das atividades econômicas na Amazônia Azul, destacando-se as áreas do pré-sal.

O que eu quero dizer é o seguinte: além dos recursos, eles têm que vir de forma contínua, para que possamos efetivamente, ao contratar para a compra de meios ou de serviços, honrar os contratos e não ter que renegociar. Porque isso, além do tempo, gera muito prejuízo ao Estado brasileiro, na nossa visão.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Estarei à disposição posteriormente para atender a questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Nós que lhe agradecemos, Almirante. Vou guardar algumas perguntas para depois.

Antes de passar a palavra ao Brigadeiro Carlos, eu queria cumprimentar e agradecer a presença de algumas personalidades. Temos aqui representantes do corpo diplomático, o que muito nos orgulha e mostra o interesse do corpo diplomático, da comunidade internacional em temas como este da defesa da Nação brasileira.

Agradeço a presença de S. Ex^a o Sr. Embaixador Mohsen Yazdi, Embaixador da República Islâmica do Irã; agradeço a S. Ex^a o Embaixador Ibrahim Al-Zeben, Embaixador da Palestina; ao Sr. Ibrahim Aleisa, encarregado de negócios do Reino da Arábia Saudita; ao Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada da Espanha; Sr. Giulamise, Conselheiro da Embaixada da Hungria; Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro Secretário da República da Guiné Bissau; Major Ana Josefina Solorzano, auxiliar agregado militar naval da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela, e o Major José Luis Alvarado Chacon, auxiliar agregado militar da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela. Agradeço bastante a presença dos senhores e das senhoras e passo a palavra ao nosso Brigadeiro Carlos Batista.

O SR. CARLOS BATISTA – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Sr. Senador Cristovam Buarque, Ex^{ma} Sr^a Senadora Ana Amélia, meu ex-Comandante da Escola Superior de Guerra, Almirante Mendonça e meu ex-professor da Escola Superior de Guerra, da Turma Família Real 200 anos, professor Rosental, em nome da Força Aérea, eu gostaria de agradecer a oportunidade de trazer a visão da Força Aérea acerca da sua atuação no pré-sal.

Como presidente da Copac, Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, a Copac tem como responsabilidade, como atribuições os grandes projetos da Força Aérea em prol da sua operacionalidade.

Eu gostaria de iniciar com esse filme que foi feito no dia 30 de setembro, mês passado:

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Muito obrigado.

Essa foi a solenidade de chegada da primeira aeronave P-3, no dia 30 de setembro passado.

Certamente, é um trabalho que a Força Aérea vem fazendo para cumprir a sua missão. Então, durante os próximos vinte minutos, gostaria de informar aos senhores sobre a visão e os projetos da FAB (Força

Aérea Brasileira) em prol do cumprimento da sua missão, especificamente no pré-sal.

Com foco na nossa missão, vamos lembrar quais são as atuações da Força Aérea naquela região enfocando especificamente na nossa missão na defesa dos nossos interesses, em caso de alguma ameaça naquela região. Para isso, veremos quais são as características do emprego da Força Aérea, que é com base nessas características que a Força Aérea se planeja e se prepara para cumprir a sua missão.

Em seguida, veremos quais são os principais projetos de equipamento e articulação da Força Aérea para que a área do pré-sal, assim como o resto do País, receba a atenção devida por parte da FAB.

Finalmente, numa visão sintética, vou tentar sumariar qual é a nossa posição global com respeito a isso.

Conforme a nossa Constituição, cabe à Força Aérea a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem, como está previsto no art. 142.

E, a partir daí, a lei complementar também coloca as Forças Armadas como responsável pela cooperação com desenvolvimento nacional e a defesa civil.

Mas, numa visão sintética da nossa missão, nós existimos basicamente para garantir a soberania do Estado brasileiro no nosso espaço aéreo sobre o mar e sobre a terra, seja sobre a Amazônia Azul, seja sobre a Amazônia Verde. E é com esta visão que nós nos preparamos.

Com respeito ao pré-sal, a Força Aérea trabalhará em três eixos principais. Como o Almirante Mendonça já citou, o tráfego marítimo é muito grande naquela região e não será diferente com o incremento do transporte aéreo em apoio ao pré-sal. Então, o controle do tráfego aéreo, que é responsabilidade da Força Aérea, do Comando da Aeronáutica, é uma das vertentes que nós devemos cuidar para garantir a segurança do tráfego aéreo. O segundo é a própria defesa nacional, nossa missão básica e, finalmente, as ações subsidiárias para as quais nós cooperamos e as Forças Armadas sempre cooperam, a exemplo do que nós fazemos na seca da Amazônia ou nas enchentes do sul, não se pode negar a possibilidade de um acidente ambiental na área do pré-sal ou de um acidente com alguma plataforma e certamente a Força Aérea, como de resto tem feito em outras situações, estará presente, juntamente com a Marinha nas missões de busca e salvamento ou tentando mitigar os problemas causados por isso.

Como o enfoque que nos foi solicitado foi a defesa nacional, eu vou fazer uma rápida passagem sobre o controle do tráfego aéreo, para depois falarmos sobre a defesa.

A responsabilidade do tráfego em todo o território nacional é da força aérea, que é feita através do Departamento do Controle do Espaço Aéreo. É previsto um incremento grande de tráfego de helicópteros, principalmente na região do pré-sal. Esse é um dado com o qual nós temos que trabalhar daqui para frente.

Da mesma forma, a coordenação da busca de alguma aeronave acidentada ou de algum navio, isso é feito em conjunto entre a Marinha e a Aeronáutica – o Almirante já citou a responsabilidade da autoridade marítima.

Então, para isso, o comando da Aeronáutica tem se preparado para implantar na região do pré-sal o mais moderno sistema de controle do tráfego aéreo, que é o CNS/ATM, siglas um pouco técnicas demais, mas eu garanto aos senhores que o pré-sal será, com o apoio da Força Aérea, a região com a última palavra em termos de controle e segurança do espaço aéreo. Certamente que como as coisas têm que ser previstas e registradas em planos, os planos de contingência para qualquer problema de tráfego aéreo serão feitos também pelo Decea.

A segunda vertente que eu gostaria de trazer aos senhores, nós chamamos aqui de missões de não guerra. Tudo aquilo que não diz respeito à defesa, seja busca e salvamento, apoio das missões subsidiárias; nós teremos na área um grande número de atores envolvidos – as empresas, as Forças Armadas, empresas exploradoras, empresas de transporte. Esse é um dado com o qual nós temos que trabalhar. O segundo é o tempo necessário para alcançar a área. Nós temos poços do pré-sal que estão acerca de 300 km e, logicamente, as aeronaves da Força Aérea e da Marinha são a maneira mais rápida de atingir essas áreas. É outro dado que nós temos que considerar nessa equação.

Como temos diversos atores, é necessário que os planos de contingência para qualquer problema que possa ocorrer lá sejam previamente feitos e testados e treinados. Não podemos esperar um caso indesejável, como um vazamento, para iniciarmos o planejamento de um plano de contingência. E nesses planos devem estar registradas as responsabilidades e autoridades de cada um desses atores.

Certamente que o plano só será bem executado no caso de alguma crise se ele for treinado. E as Forças Armadas não dispõem de recursos exclusivos para isso. Isso é algo que nós temos que pensar.

Bem, tendo passado, então, pela parte das missões de não guerra e do controle de tráfego aéreo, eu gostaria de enfatizar agora as missões de defesa propriamente ditas do pré-sal.

O pré-sal será, se já não é, uma área sensível do nosso território. Área sensível no jargão das Forças

Armadas são áreas para as quais qualquer oponente nosso terá uma atenção especial. Nós precisamos identificar quais são as ameaças – e isso é feito em qualquer planejamento militar – a essa área. O pré-sal é um centro de gravidade distante do nosso continente, ou seja, centros de gravidade são as áreas de um país onde qualquer oponente tentará infligir um dano quando ocorrer um conflito.

E é um centro de gravidade dificilmente defendido, porque ele está muito distante das nossas bases e do nosso território. Para isso, nós temos a necessidade de pronta resposta. Todos nós da sociedade que defendemos este País, e não apenas as Forças Armadas, devemos estar prontos para uma pronta resposta a qualquer ato que for feito contra os nossos interesses. Para isso precisamos ter meios, treinar e estarmos de prontidão.

Da mesma forma, precisamos desenvolver os planos de emprego. Nesses planos deverão estar estabelecidas as autoridades e responsabilidades de cada um dos atores. Trata-se de um teatro de operações marítimo, ou seja, basicamente no mar, mas nós precisamos, desde o tempo da tranquilidade, estabelecer essas relações. E certamente que as riquezas que estão lá exigem uma dissuasão real. Não uma dissuasão que pare no orçamento, uma dissuasão que vire letra morta. É, será ponto de cobiça de muitos atores mundiais. A riqueza que temos no pré-sal precisa ser defendida, para que nós possamos realmente dizer que ele é nosso.

Então, essa dissuasão deve ser real e permanente.

Para isso a Força Aérea trabalha na aplicação de cinco características. A velocidade: as nossas aeronaves chegarão primeiro, porque elas têm a velocidade necessárias; no caso aqui, um PT de patrulha e de guerra antissubmarina e um F5 de defesa aérea.

Nós precisamos de meio de mobilidade. Não é necessário toda a Força Aérea no Rio de Janeiro, no Espírito Santo ou em Santos. É característica da Força Aérea a mobilidade. Nós precisamos, sim, ter meio de mobilidade e de deslocar o que for necessário – e aí eu não estou falando apenas dos meios militares, temos que ter meios de transportes –, para rapidamente colocarmos onde for necessário os meios para defesa do pré-sal.

Precisamos e temos meios flexíveis, meios que podem ser usados como o PT3 para procurar e afundar um submarino. Também é essa aeronave que, em tempo de paz, cumpre os nossos acordos internacionais de fazer busca e salvamento até o meridiano 10, que é bastante longe da nossa costa. O mesmo helicóptero que nós estamos adquirindo para as três Forças para

as suas necessidades é o que dará apoio ao pré-sal em caso de busca.

E precisamos ter meios de penetração. Nós não defenderemos o pré-sal voando na vertical do pré-sal. Essa defesa tem que ser levada muito a frente do pré-sal. Para isso os nossos meios, além de alcance, além de velocidade, devem ser capazes de fazer isso muito além do pré-sal. Aqui exemplo da aeronave MX e dos veículos aéreos não tripulados.

E finalmente o alcance: estamos nos nossos novos projetos, vamos começar a ver no Brasil todas as aeronaves, inclusive os nosso helicópteros fazendo reabastecimento em voo. Chegar e passar o pré-sal e defendê-lo exigirá alcance, exigirá que as nossas aeronaves voem mais do que nós estamos acostumados a voar, porque não será possível o pouso de reabastecimento.

Bem, com base nessas características de emprego, a Força Aérea vem desenvolvendo diversos projetos e eu trouxe aqui alguns daqueles que achei mais relacionados com a área. Vou deixar essa apresentação aqui, Senador, caso a Comissão deseje mais algumas informações. Primeiro é a aquisição e modernização de aeronaves de patrulha e antissubmarino, como as aeronaves P3, que foram compradas aos Estados Unidos e feita a sua modernização na Espanha. São aeronaves que se encaixam perfeitamente na missão da Força Aérea na área do pré-sal. Ou um contrato em torno de US\$495 milhões. Segundo, a modernização das aeronaves MX, que são aeronaves de ataque, capazes também de ataques a navios, de emprego ar/mar. Estamos fazendo a modernização, essas aeronaves são da década de 80. Estamos em processo, na Embraer, de modernização de 43 dessas aeronaves a um custo estimado de US\$1,1bilhão.

A terceira aeronave é uma F5M. Infelizmente, com o atraso do processo de seleção e de decisão do FX2, nós adquirimos mais algumas aeronaves dessas de um país que estava desativando e estamos fazendo a modernização para que essas aeronaves fiquem no estado da arte, a exemplo do que já foi feito no passado com outro lote. É um contrato em torno de US\$135 milhões.

Estamos desenvolvendo, esse é o grande desafio hoje da Embraer, uma aeronave de transporte médio da categoria de 23 toneladas e capaz de reabastecer nossas aeronaves. É um contrato de desenvolvimento de US\$4 bilhões, sem contar a aquisição das aeronaves.

Este é o avião, o KC-390, que vai possibilitar à Embraer a sua nova alavancagem para que ela tenha tecnologia capaz de entrar em outro nicho de mercado mundial.

Estamos também iniciando nossas operações com veículos aéreos não tripulados, que têm se mostrado de extrema valia. Tenho a impressão de que todos têm acompanhado algumas reportagens na mídia. A utilização desse tipo de aeronave no pré-sal tem se mostrado bastante adequada. Estamos na fase inicial de desenvolver a doutrina necessária para isso e de adquirir os meios, mas já temos uma previsão de que há muito espaço no pré-sal para a utilização de veículos aéreos não tripulados de várias categorias. Inclusive já temos previsão de iniciar a fabricação desse tipo de veículo no País.

Finalmente, o projeto HXBR. É um projeto de aquisição de 50 aeronaves de médio porte e de helicópteros para as três Forças. Os requisitos desse projeto foram feitos conjuntamente com as três Forças, para que eles sejam capazes de atingir todos os poços do pré-sal. Inclusive, a nacionalização de 50% desses helicópteros deverá trazer para o nosso País a fabricação de muito do que será necessário lá. É um contrato em torno de 1,8 bilhão de euros.

Mas nessa equação falta o FX-2. Nós continuamos aguardando a definição. Este é o avião que complementará a velocidade, complementará o alcance e o poder de fogo. Aguardamos ansiosos a decisão governamental para o FX-2.

Senhores, finalmente, eu gostaria de trazer uma visão sintética de tudo que falamos. A visão sintética da Força Aérea é que o pré-sal será sim motivo de cobiça. Sua segurança é responsabilidade do Estado brasileiro, de cada um de nós. Os planos de defesa, de contingência, de mitigação de problemas devem ser desenvolvidos, treinados, testados e com fundos alocados para isso, com orçamento específico para isso. As especificidades da área do pré-sal devem ser consideradas por todos em qualquer planejamento. Não é fácil, a 300 quilômetros de distância do litoral, nós defendermos, nós salvamos uma embarcação, nós procurarmos uma aeronave acidentada. É muito longe do nosso litoral, de onde está o nosso poder de ajuda. As capacidades de defesa devem ser adquiridas.

O Almirante Mendonça já falou sobre o plano de equipamento da Marinha e das nossas capacidades também, da Força Aérea. Estaremos juntos atuando, mas temos que priorizar a aquisição dessas capacidades para operar e para defender o pré-sal.

E, finalmente, os recursos devem ser priorizados. Temos um país de vários problemas, em que priorização de recursos nunca é fácil, seja para a educação, seja para a defesa. É a velha teoria da espada e do arado. Mas nós achamos que se nós queremos que aquele pedaço de mar seja nosso, eu gostaria de finalizar com esta frase do império romano, que diz o

seguinte: nossas possessões de terra terminam onde terminam o alcance de nossas armas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Brigadeiro.

Nós temos o compromisso, Senadora Ana Amélia, de acordo inclusive com o que conversávamos hoje pela manhã, de às 8 horas terminarmos. E, de fato, nossos palestrantes foram extremamente pontuais.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Militarmente pontuais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Militarmente. Tanto no início, um minuto antes das seis, quando começamos, como também o tempo que cada um dedicou.

Eu tinha algumas perguntas a fazer, mesmo assustado com o fato de que a senhora e eu temos que sair em razão do prêmio que temos de receber. Mas vou passar a palavra, primeiro, à senhora, para fazer suas considerações, depois eu faço as minhas, e eles responderão em bloco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Presidente Cristovam Buarque, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos. Como sou uma Senadora estreante, estou com dez meses de mandato, venho da área da comunicação, estou impressionada pela audiência que este tema suscitou, trazendo aqui representantes de países que dão à defesa prioridade muito grande. Isso até pode ser um bom sinal para o Brasil olhar com mais atenção a questão de defesa, do ponto de vista geral. Então, a presença dessas autoridades aqui, de vários países, demonstra a importância que o tema tem.

Começo as perguntas pelo Brigadeiro Carlos Baptista. Chamou-me a atenção que o senhor disse que o pré-sal é uma cobiça internacional. É claro que são muitos os interesses em jogo nesse processo, mas faço uma contrapartida: já que teremos, como o senhor disse, o mais moderno sistema de controle de espaço aéreo nessa região, outra área de grande cobiça internacional, Brigadeiro, é a Amazônia. O sistema na Amazônia está eficiente como no pré-sal? Porque naquela região temos uma grande biodiversidade e temos fronteiras com outros países. Então, eu queria saber se igual prioridade é dada à Amazônia.

Outra pergunta: que papel está reservado à aeronave FX, que o senhor citou, na defesa da plataforma continental do pré-sal. Essa é para o senhor.

Para o Almirante. Já que o senhor falou muito dos riscos, quais são os riscos de sofrermos com ataques de pirataria com o avanço do pré-sal?

Outra questão – assim como fiz com o Brigadeiro: temos as 200 milhas marítimas e nosso mar terri-

torial também tem, fora da questão do pré-sal, muitos interesses, principalmente na pesca e outros tipos. Eu queria saber da vigilância que a Marinha faz nessa área, qual é o balanço das operações e quais foram os fatos mais corriqueiros na questão da vigilância do nosso mar territorial.

E para o Professor, eu gostei muito de uma frase que não ouvi, mas que foi anotada aqui: “Planejar não é garantia de sucesso. Não planejar é garantia de insucesso”. Isso é realmente verdade. Do senhor, então, eu gostaria de saber que percentual ideal do PIB brasileiro deveria ser investido em segurança, para que o Brasil possa proteger suas riquezas em um ambiente de desenvolvimento. E aí eu acrescento: esse ideal está longe do que o Brasil tem hoje em seu orçamento para a defesa?

São as minhas perguntas.

OSR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senadora.

Vou fazer também as minhas perguntas, depois, eu creio que, em cinco minutos, cada um poderá responder e fazer suas considerações.

Uma delas tem muito a ver com uma das que foram feitas pela Senadora.

A primeira pergunta é se o que vamos precisar gastar com o pré-sal nós teríamos que gastar de qualquer maneira para manter a nossa Amazônia Azul, para manter o nosso litoral, ou se é um gasto adicional. Se for um gasto adicional, a gente tem que colocar a conta no pré-sal, e não na Nação brasileira como um todo. Temos que levar em conta que, na análise da rentabilidade do pré-sal, esses gastos como investimento.

Segundo, tem a ver com a pergunta da Senadora. Nós não estamos correndo o risco de, de repente, reorientarmos os nossos cenários para a área do pré-sal, esquecendo a Amazônia? E será que no futuro a cobiça não vai ser, pelo menos, igual sobre os recursos petrolíferos e os recursos hídricos? Daí a pergunta: estaremos desguarnecendo a Amazônia para prestigiar e fortalecer a defesa da energia petrolífera ou não?

A terceira, é que estamos falando muito de equipamentos e eu gostaria mais de falar da autonomia tecnológica. Eu queria perguntar, e aí talvez seja mais especialmente ao Prof. Rosental, se ele acredita que a nossa infraestrutura científica e tecnológica, voltada para a defesa, está em boas condições. Ou seja, o ITA está protegido para proteger o Brasil? Os institutos de pesquisa, tanto da Escola de Engenharia Militar, como dos centros de pesquisa da Marinha, estão em condições de criar a nossa tecnologia? E as nossas universidades estão preparadas nos dois sentidos, o do potencial de geração de conhecimento e o da inter-relação com o sistema de defesa? De repente, pode-

mos ter universidades muito preparadas, mas desvinculadas do setor, como hoje estão desvinculadas do setor produtivo. Então, não são fortes instrumentos de inovação, apesar de fortes instrumentos de criação do conhecimento.

Finalmente, tem a ver com isso, mas de repente pode ser uma pretensão muito grande minha, mas queria dar uma sugestão na terminologia. Eu ouvi muito o Brigadeiro falar em aquisição. Eu queria sugerir uma nova terminologia. Que a gente use, na área de armas, quando a gente falar em aquisição, que a gente fale em aquisição no exterior. Quando for compra pelas Forças Armadas de um equipamento fabricado no Brasil, que a gente não chame de aquisição, chame de produção, seja pelo setor privado, seja pelo setor público. A mim me assusta a palavra aquisição quando a gente fala de defesa nacional. Assusta-me porque, de repente, eles apertam alguns botões e a gente deixa de receber o que precisa, porque, ao adquirir um equipamento, é preciso adquirir os parafusos do equipamento todos os anos.

E aí eu falo na área de autonomia e, falando em produção e não em aquisição, quero falar nos três itens que, posso estar errado, considero fundamentais: a mobilidade da Força, o poder de fogo e algo que parece a mim fundamental, que é a capacidade de comunicação. Nós estamos prontos para uma guerra com comunicação independente dos satélites que as potências tenham? Eu lembro que o Iraque tinha um sistema de radar perfeito. Os franceses desligaram um botãozinho e todo o sistema de defesa iraquiano ficou vulnerável. Então nós temos um potencial científico e tecnológico na área de mobilidade, como mostrou o Brigadeiro, mas também na capacidade de fogo e na capacidade autônoma de comunicação entre nós e, na ponta, as nossas armas? Essas são as perguntas.

Só para complementar a da Amazônia, quero falar que, quando o Brigadeiro colocou que precisamos de 26 submarinos, se não me engano, seis nucleares e 20... Sinceramente, achei até os valores menores do que os que o Brasil precisa investir. O Brasil precisa investir realmente nessas coisas. Mas a minha preocupação é a lista, não só dos submarinos, deu-me mais a impressão de uma guerra oceânica do que uma guerra fluvial – é aí que vem a preocupação da Amazônia. O cenário dessas armas é um cenário que se aplica também a uma guerra também na região amazônica ou é apenas para uma guerra oceânica em defesa do pré-sal?

Essas são as perguntas que fiz. Desculpe se são muitas perguntas para tão pouco tempo, mas creio que dá para ampliar um pouquinho se os senhores precisarem de tempo.

Pode começar, Almirante.

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Vou tentar ser rápido.

O que o senhor falou sobre o programa do submarino, o núcleo do poder naval, que nós tentamos construir, na realidade, é a defesa em profundidade. Obviamente, no centro das bacias, não podemos engajar, travar qualquer confronto porque vai ser um caos total. Então nós temos que ter, considerando que seja defesa, um inimigo, quer dizer, essa palavra não é boa, um oponente, um Estado oponente ou forças adversas, o ideal seria que, no estepe de defesa, com os meios de que dispomos permanente nessas áreas eles sejam dissuadidos de lá chegar. E, se assim eles desejarem, nós teremos que ter capacidade de oferecer a defesa em profundidade, evitando que eles cheguem às proximidades da delimitação dos nossos campos.

Então a Marinha tem um conjunto de embarcações, até temos um navio-patrolha de 500 toneladas que nós já construímos dois no Brasil e passamos a chamar de navio de apoio à plataforma, que trabalharão diretamente na área mais voltada da autoridade marítima, garantindo a segurança da navegação, coibindo delitos com oponentes de menor potencial agressivo. Agora, a Marinha não pode deixar de ter essa capacidade de obter uma defesa em profundidade contra uma força naval.

Os senhores lembram melhor do que eu, porque eu era garotinho, aluno do Colégio Militar, quando houve a chamada Guerra da Lagosta. Os franceses saíram da Europa e vieram para cá e, no Arsenal de Marinha, que era o único porto da Esquadra brasileira, fechou-se tudo o que podia. Imediatamente, foi-se lá, não houve confronto, mas houve uma confrontação entre as duas, e isso levou a que, no banco diplomático, fosse discutida a paz, a solução das controversas sobre a pesca da lagosta. Aliás, foi muito interessante! Tivemos um grande cientista, o Almirante Paulo Moreira da Silva, que participou das discussões. Os franceses alegavam que as lagostas não nadavam, elas pulavam. Aí ele disse assim: “Então o senhor está me dizendo que canguru voa?”. Esse foi um fato pitoresco, no qual tivemos sucesso. Essa é a razão da Marinha não abrir mão do núcleo de poder naval que ela tem.

Quanto ao aspecto Amazônia, veja bem o senhor, o teatro amazônico é um teatro terrestre e a força aérea, sei lá, terá lá sua força aérea. O teatro nosso será tipicamente marítimo, por várias razões. Primeira, pela proteção do pré-sal, porque o combustível para chegar ao teatro amazônico não vai de caminhão nem de avião, ele terá que ir pelo mar. É uma “caudologística” fantástica! E nós teremos que ter capacidade de executar controle de área marítima móvel, que são os

chamados, ainda que vencidos pela capacidade de rastreamento, comboios, para proteger navios que se deslocam pela superfície para suportar a guerra na Amazônia.

Outro aspecto da Marinha ainda é que ela tem que ter o controle da área marítima contígua à foz do rio Amazonas, porque, se não controlar a foz, não tem controle da calha. A nossa tarefa, do poder naval, da força naval, do teatro de operações terrestres da Amazônia, terá como tarefa principal a manutenção da integridade da calha principal e dos afluentes navegáveis na Bacia Amazônica.

Então, veja bem o senhor, nós temos, nos nossos projetos, navios específicos para a Bacia Amazônica. Eu não coloquei ali porque eu coloquei os relacionados ao pré-sal. Todos aqueles ali são empregados no pré-sal. Então essa foi uma pergunta do senhor que eu...

Bom, mobilidade, poder de fogo e comunicação. A mobilidade da Marinha e do Exército é inerente à velocidade de deslocamento. Certo? É preciso haver meios modernos mantidos e bem operados para garantir essa mobilidade.

Quanto a poder de fogo, dependemos, em síntese, do quê? O ideal é construir a arma e a munição e haver navios de apoio múltiplo para sustentar esses navios no mar. Tudo isso está no nosso projeto.

Quanto à capacidade de comunicação, devo dizer que é óbvio que, sem comunicação, não há guerra. Um passo muito importante que tenho acompanhado pelos jornais – e tenho informações de que foi uma decisão pessoal da Presidenta – é a aquisição de um satélite brasileiro em breve, o que é fundamental para nós.

Quanto ao aspecto da aquisição, a que o senhor se referiu, a Marinha usa o termo “obtenção”. Há várias modalidades de obtenção: por compra, por produção, por constituição. Tudo isso depende. Veja o senhor que o meio naval e também o aéreo, que, provavelmente, são os mais sofisticados do Exército, não os encontramos na prateleira, salvo em determinado país que desmobiliza um meio dele, ao qual podemos ir e fazer a compra de oportunidade. E temos de fazer isso. Por quê? Para o senhor ter ideia, o projeto de um navio simples, de um navio patrulha, do início da sua concepção em prancheta até a liberação para ele operar, com a avaliação operacional concluída, leva cinco anos para ser feito; o de um navio maior e sofisticado leva dez anos para ser feito.

Qual é o navio de superfície de escolta sofisticado que a Marinha está construindo? Nenhum! Acabamos de construir a Corveta Barroso, que é um navio com um nível grande de sofisticação e que levou quatorze para ser construído, em razão dos contingenciamentos de recursos. Ele poderia ter sido concluído antes, mas,

nesse período, tivemos de fazer opções. Da mesma forma que a Força Aérea revitalizou as aeronaves mais antigas, nós revitalizamos navios nossos com tecnologia nossa, com sistemas de combate desenvolvidos no Brasil, numa associação de empresas brasileiras com empresas estrangeiras.

Por isso, quando acabei minha apresentação, falei em dinheiro e em continuidade, porque tenho de criar projetos e ter a certeza de que vou contratar um projeto dentro das normas da Estratégia Nacional de Defesa, tornando obrigatórias a participação da indústria nacional e a transferência de tecnologia, para que, depois de dez anos, o meu poder naval tenha alguma expressão.

Penso que não respondi às perguntas da Senadora.

Vou responder para a senhora – o tempo está acabando, e confesso que nunca fui sabatinado numa Comissão do Senado – sobre o problema da pesca. Não tenho os dados aqui para fornecer para a senhora, mas posso dizer que a Marinha tem convênios com a Secretaria da Pesca. Inclusive, acabamos de receber onze lanchas, que haviam sido adquiridas pela Secretaria da Pesca para fazer fiscalização perto das áreas costeiras. Mas, pelas dificuldades existentes de operar e manter uma embarcação, eles estão transferindo essas lanchas para nós, para que as operemos, cumprindo comissões de fiscalização de pesca etc.

Mas o mais importante na questão da pesca é que o sistema de rastreamento da pesca, também na Secretaria de Pesca, está inserido no Sistran, que citei na minha apresentação. Mostrei o retrato instantâneo da bacia de Campos. A Marinha recebe as informações de todo o sistema de embarcações pesqueiras, que é monitorado pela Secretaria da Pesca. Isso já está na arquitetura do nosso Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz). Ele é um dos subsistemas que será integrado ao Sisgaaz, que dará a visão completa de tudo isso.

Eu me comprometo com a senhora a mandar os relatórios.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Almirante, há risco. Uma coisa ficou faltando o senhor dizer: o que esse risco pode representar? Por exemplo, um submarino de alta potência pode vir aqui para agredir, para atacar a plataforma submarina. Nós estamos preparados para esse enfrentamento?

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Dificilmente, um submarino de alta potência virá aqui para atingir uma plataforma. A principal característica de um submarino é a ocultação. Ele tem essa vantagem, que, no caso do submarino nuclear, é maior ainda, porque seu tempo de permanência no mar é maior.

Mas, quando ele é detectado, quando ele se revela, às vezes por cometer indiscrição – ele é obrigado a fazer isso, por exemplo, para falar na fonia ou para expor um mastro, um radar –, se houver um contato, ele fica muito exposto. Por exemplo, uma aeronave P3, se o submarino se expõe para fazer um ataque a uma plataforma dessas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A aeronave o detecta?

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Se estiver na área, a aeronave já faz um primeiro ataque a esse submarino. Se houver forças navais com capacidade antissubmarino, elas serão direcionadas para aquela área.

Então, veja a senhora que temos todas as capacidades incipientes para fazer frente a possíveis ameaças nesse litoral enorme, no Atlântico. Não gosto de falar litoral, porque acho que a defesa do litoral é incumbência do Exército. A Marinha trabalha do litoral para o mar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A duzentas milhas.

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Mas temos essa capacidade ou a estamos buscando. Eles estão comprando aeronaves P5. A Marinha está comprando quatro aeronaves de transporte de pessoal e material para bordo, embarcadas no NAe São Paulo, e também aeronaves de alarme antecipado, que servirão para fazer patrulha marítima em proveito da força naval.

É claro que não temos a capacidade dos Estados Unidos, mas temos capacidade. Temos de pesar isso tudo. Acho que seria expor demais um submarino nuclear para destruir uma plataforma. Eles têm mil maneiras mais simples de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Faço uma pergunta, complementando o que disse a Senadora: suponhamos que um supertanque seja afundado por um FX, mas, se em vez de ser o navio a que se referiu a Senadora, fosse um míssil balístico?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu falei de um submarino.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E se esse míssil atacasse os nossos navios, sem tocar na plataforma, para tomar a plataforma?

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Veja bem o senhor que existe um processo e um sistema de defesa. Hoje, há o Sistran, que atua na área mercante, e já estamos desenvolvendo o projeto do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz), que vai pegar informações de satélites, informações de navios que estejam trafegando, informações dos pesqueiros. Todos os agentes no mar que tiverem capacidade de

colher informações e de transmiti-las transferirão essas informações para os subsistemas, que serão integrados ao grande Sistema, o Sisgaaz, que tem o propósito de fazer o monitoramento e o controle na área. Se houver qualquer indício de atividade não regular e estranha às atividades de navegação nas áreas de nosso interesse, essa embarcação poderá ser despachada, como o Brigadeiro falou, por causa da mobilidade. Se não houver uma força naval na área, pode ser utilizada uma aeronave P3.

O Sisgaaz estará integrado ao Sivam, ao Sisfron. É um sistema de vigilância do território nacional. Mas, no mar, por causa da sua imensidão, esse controle fica difícil. Podemos dizer assim: “Se houver os meios necessários, é possível detectar uma embarcação des-sas”. Então, tenho de interceptá-la – e os proplanos nossos são feitos para isso – para evitar que a ameaça alcance uma posição com capacidade de lançar o seu armamento contra o nosso bem a ser protegido.

Agora, isso tudo, vigilância constante durante 24 horas durante a paz, análise dos dados e identificação das possíveis ameaças ou, em situações de conflito, são as forças no mar.

A Senadora perguntou sobre o problema de pirataria na região. Eu acho absolutamente viável. Começamos no leste da África. Estamos lá na Somália – aquela desgraça! Começou a aparecer no golfo da Guiné. Então, tudo é uma questão de oportunidade. Aliás, golfo da Guiné é onde a Marinha tem preocupação porque nós temos Petrobras lá, já houve ataque pirata à embarcação da Petrobrás e nós estamos, de certa forma, sofrendo uma pressão internacional para botar navios lá para atuar nessa área de patrulha marítima.

Isso eu acho que é uma questão de porta aberta. Se nós, com essa riqueza toda – e a riqueza não é o óleo que está ali na plataforma, a riqueza são os navios, os bens que ele tem dentro – eles podem aparecer aqui. Eu acredito que podem, porque eles vão nos barquinhos pequenos sabe Deus aonde.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Prof. Simon, mas eu queria acrescentar um detalhe: quando falei da nossa capacidade de comunicações, se o senhor vê risco de guerra cibernética a partir de *hackers* nos subterrâneos de departamentos de defesa de outros países, que eles possam desarticular as nossas armas por meio das comunicações e mesmo por meio dos sistemas logísticos e balísticos.

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Senadora, em primeiro lugar, quanto a sua pergunta sobre o percentual do PIB ideal eu peço desculpas, mas esse é um dado de que não disponho. Eu não vou chutar

e, se algum colega meu de Mesa tiver a resposta, eu até agradeço.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu simplificaria, então, a pergunta: se o que hoje é investido em defesa é suficiente.

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Não. Não é suficiente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Precisa-ria quanto: 10%, 20%?

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Não sei. Isso aqui é um trabalho muito grande que envolve as três Armas. No Ministério da Defesa, alguém específico saberá responder com propriedade. O que eu disser vai ser chutado e eu não quero fazer isso.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA – Senador, o senhor fez uma pergunta sobre a situação atual no Brasil de pesquisa e desenvolvimento. Eu gostaria de responder ao senhor.

De onde vêm ciência, tecnologia e inovação? É da indústria? No Brasil, não, como regra. Nos países desenvolvidos, é. É um grande problema nosso.

É das faculdades? Não. Lá as pessoas se graduam. E o máximo que acontece são trabalhos científicos cujo destino é publicação, divulgação. Os trabalhos tecnológicos, não. Requerem patentes para ganhar dinheiro com isso.

Então, seriam os centros de pesquisa, normalmente. E acontece que é muito difícil – e só consegue perceber que as coisas não vão bem nos centros de pesquisa quem vive ou quem convive. E eu afirmo ao senhor que eles não vão bem. Por quê? Eu conheço centros de pesquisa que, há 20 ou 30 anos, foram centros de excelência em nível nacional e internacional e, hoje, estão capengando. Porque, em determinado momento, há uma grita. Por exemplo, temos funcionários públicos demais. Então, congela motorista, ascensorista, cientista, vão todos congelados. Vinte anos depois, nós percebemos que a idade média é superior a 50 anos. Tecnologia está na cabeça das pessoas. Não se guarda relatório dentro de um cofre e, depois, abre o cofre e pega o relatório que as coisas continuam. Não é assim. É a convivência dos seniores, dos plenos e dos juniores no dia a dia daquele trabalho que a ciência e a tecnologia são desenvolvidas, e a inovação principalmente.

Agora, o que acontece? Por que falei que só quem vive convive? Vai um grupo visitar um centro de pesquisa, vê instalações muito boas, vê uma estrutura boa, é recebido por profissionais de primeira categoria que causam muito boa impressão, dizem o que estão fazendo no momento, o que fizeram, o que vão fazer. Quando chega o ano seguinte, quem vai novamente

vê que empurraram o cronograma. Não por maldade. É que a quantidade de profissionais é tão pouca que eles mal têm possibilidade de cuidar do dia a dia da burocracia. Eles não se comunicam. Eles não participam de seminários e congressos, etc. Só afastados. No fundão. Eu não vou citar nomes, mas há centros de pesquisa pesquisando a mesma coisa, deficientemente. Eles não se juntam, não se falam. Esse é um problema seriíssimo. O grande problema do Brasil, de que falamos, é que nós não alcançamos metas, nós não ganhamos. E eu digo que tem coisa pior, nós estamos perdendo. Eu posso citar diversas coisas que nós estamos perdendo. Além de não ganhar, nós estamos perdendo.

Quanto à questão da guerra cibernética, hoje, até os jovens têm capacidade de computador. Isso que o senhor falou é uma possibilidade que mete muito medo. Eu não conheço o assunto em profundidade, mas dá medo o que se pode fazer, como paralisar um país em função disso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Professor.

Essa sua declaração dando um retrato da ciência, eu digo que, primeiro, eu comparto totalmente, pelo que eu conheço. Por minhas visitas ao ITA e a outros centros, eu comparto. O número dos que estão se aposentando é imenso. E algo em que o senhor nem tocou, que é mais grave: a política salarial do setor público brasileiro. Diversos setores ganham três vezes o que ganha um professor do ITA e um pesquisador desses centros. Não só isso canaliza a energia dos mais brilhantes jovens brasileiros para outras atividades – sem querer ofender, mas o setor do Direito, por exemplo – como também impede a reposição dos quadros que estão se aposentando hoje no Instituto Tecnológico da Aeronáutica. É uma tragédia que a gente pode estar vivendo em muitos centros. Então, eu fico muito feliz.

Vou desgravar sua fala específica sobre ciência e tecnologia e usá-la. O senhor deu um retrato que não é nada pessimista, é a realidade que a gente vive.

Eu passo a palavra agora ao Brigadeiro Carlos Baptista Junior.

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR – Obrigado, Senador.

Inicialmente, as duas perguntas da Senadora Ana Amélia sobre o sistema de controle de tráfego na Amazônia. O Brasil é um dos cinco países com melhor sistema de controle de tráfego. Dos cinco mais reconhecidos no mundo. E quando eu citei o caso do pré-sal, que terá o mais moderno, é porque também as dificuldades são maiores. Nós implantamos os radares na área da Amazônia Legal, na década de 90, que era a infraestrutura do Projeto Sivam, e com aquilo

nós temos cobertura e controle efetivo por radar em todo o nosso território. Entretanto, o problema do mar é que, pela própria dificuldade de se instalar radar, o máximo que podemos fazer no litoral, e o alcance é limitado devido à curvatura da Terra, o sistema a ser instalado lá é dependente de satélite e da cooperação dos helicópteros. São aquelas siglas. Nós pilotos falamos muito em siglas. Quando falamos em CNS/ATM e ADS-B, é um sistema dos mais modernos, que já está sendo instalado na Europa, para controlar o volume de tráfego da Europa, e que será instalado no pré-sal. Isso não quer dizer, de forma alguma, que a Amazônia está descuidada. Todo o território...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe, Brigadeiro. É porque vemos o noticiário e tem muita aeronave pequena fazendo contrabando, tráfico de drogas e outros tipos de crimes usando a fronteira. Nesse caso, quando a Polícia Federal entra em ação é porque a Força Aérea deu o sinal? Como opera esse sistema?

O SR. CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR – Além dos radares de solo, que logicamente têm a limitação de só verem em linha reta, ou seja, quanto mais baixo, se a senhora tiver um radar e se houver um morro na frente, o radar não consegue captar. Para isso nós temos aeronaves AEW. Eu tive o privilégio de ser o primeiro piloto dessa aeronave, que são aqueles radares que enxergam de cima para baixo. Logicamente, nós temos um número limitado. São pouquíssimos países no mundo. E a nossa cooperação, da Força Aérea com a Polícia Federal e com os órgãos de repressão, é constante, através do comando de defesa aérea.

A segunda pergunta sua é sobre o FX. Eu dei instrução para o curso de caça em 1988, e, logo depois disso, eu fui voar um F5. Tenho um aluno de 1988 – eu já era Capitão, quase Major – que ainda voa F5 hoje. Esse avião, que voei na década de 90, em 1991, foi o mesmo que meu pai voou 20 anos antes.

Então, por mais modernizados que consigamos manter o avião, estou falando de um avião de uma geração completamente diferente dos três que correm hoje ao Projeto do FX-2. Estou falando de um F5 ou de um Mirage, capaz de levar de dois a quatro mísseis, contra um FX-2, que leva de oito a dez mísseis cada um.

Então, o poder de alcance, o poder de fogo, a modernidade dos sistemas de arma dos aviões modernos, desta geração, da quarta geração, é infinitamente superior.

Portanto, para que, com aviões mais antigos, nós possamos fazer frente a qualquer oponente, nós íamos

precisar de uma quantidade muito grande, porque ele está no limite do que precisamos.

Peço permissão para entrar na próxima pergunta, do Senador Cristovam Buarque, e segue uma opinião pessoal: nós, há muito pouco tempo, começamos a falar de defesa no País. Até cerca de dez anos, a defesa era um problema dos militares. Acho que o advento do Ministério da Defesa, em 1999, e o próprio processo histórico, as nossas riquezas, o entendimento de que defesa é um problema do Estado brasileiro, do povo, e não só dos militares, concordo com o senhor, Senador, que temos um passivo muito grande.

Não posso concordar, repito, é uma opinião pessoal, que o nosso sistema de defesa seja proporcional ao que queremos para o País. E, como disse o Prof. Rosental na primeira apresentação, o que nós queremos é que o sistema de defesa brasileiro, que as Forças Armadas brasileiras sejam proporcionais ao que queremos para o País.

Então, acho que essa necessidade não vem apenas do pré-sal. Temos, sim, um passivo a recuperar. Por isso, acho que não é suficiente o que temos investido.

Sobre a educação, a evasão dos nossos oficiais que se formam no ITA é muito grande. A Força Aérea construiu, na década de 50, de 60, o modelo que temos hoje, na área de São José dos Campos, da educação, da pesquisa, do fomento à indústria e da industrialização. E foi criada uma indústria aeroespacial importante no País hoje.

Esse mesmo processo está sendo repetido agora na área do sul de Minas, com a aquisição das aeronaves, dos helicópteros para as três Forças, com a participação muito importante da Universidade Federal de Itajubá (Unifei), dos órgãos de fomento do Governo, da ABDI, do BNDES, da Finep. É um processo muito lento. E uma aeronave é um sistema bastante complexo. O senhor traz, com razão, a preocupação com a independência, mas, nos Sistemas de Armas, pouquíssimos países fazem tudo.

Estamos, sim, todos os países, com exceção de três ou quatro, que são capazes de fabricar um avião de última geração, mesmo porque eles têm carga, eles têm quantidade que possibilita isso, nós temos sistemas dependentes de determinados países, e temos que saber de quais países aceitamos ser dependentes.

Há pouquíssimas fábricas no mundo que fabricam motores de aeronaves, e uma simples gaxeta ou arruela é capaz de parar um avião de caça. E pouquíssimos países fazem tudo.

Sobre o processo de aquisição e produção, a Força Aérea é pioneira na área de compensação tecnológica de *off set*. Muitas vezes, saímos prejudicados dos nossos processos, mas, em todos os processos, é

uma preocupação nossa trazer para o Brasil, no mínimo, cem por cento do que investimos – ou para nossa indústria, ou para *off set* de treinamento, para nossas universidades, para os nossos institutos. Então, é uma preocupação.

Finalmente, sobre satélites de comunicações, o Almirante já esgotou o assunto. Acho que, acerca da guerra cibernética, precisamos imediatamente iniciar nossas ações com vistas a desenvolver uma estrutura no País capaz não só de se contrapor, mas também de utilizar essa arma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Brigadeiro, agradeço ao Almirante, agradeço ao Professor, agradeço aos Embaixadores, agradeço a cada um dos presentes. Creio que foi uma noite muito positiva e esclarecedora para aqueles que se preocupam. Creio que trouxe certo otimismo e confiança a possibilidade de que o Brasil caminhe sabendo que, se houver ameaça externa, temos como nos defender.

Agradeço a todos que nos assistiram. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 50 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às nove horas e treze minutos do dia 10 de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes a Senhora Senadora e os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Sérgio Souza, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Marcelo Crivella, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Clovis Fecury e Mozarildo Cavalcanti**. Justifica a ausência o Senador **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e o Senador **Marcelo Crivella** solicita a inclusão de dois itens extraordinários na pauta da Reunião. O Presidente submete ao plenário a solicitação. Inclusão aprovada. **PRIMEIRA PARTE: Item Extraordinário 1 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 196, de 2011**, de autoria da Comissão

de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009”*. Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item Extraordinário 2 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 235, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008”*. Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. **SEGUNDA PARTE**: Apreciação e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao PLN nº 29 de 2011 – que institui o Plano Plurianual da União para o Período 2012-2015 – PPA. Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: foi aprovada a **Emenda nº 01 – CRE – Emenda de alteração da Iniciativa 01HR – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X). Programa 2058 – Política Nacional de Defesa. Objetivo 0463 – Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea. Iniciativa 01HR – Acréscimo ao valor previsto no PPA-2012/2015 de R\$1.225.386.000,00**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às nove horas e cinquenta e três minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado Moraes, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um dos presentes.

Declaro aberta a 54ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a... Não precisa.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovadas.

Nós temos uma longa pauta, mas o Senador Crivella quer a palavra antes.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, peço a palavra para pedir a inversão da pauta e, assim, V. Exª me permitiria relatar os itens nºs 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu submeto aos Senadores se estão de acordo.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passo, imediatamente, a palavra ao Senador Crivella.

ITEM 4

– Não terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 196, DE 2011

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o item nº 4 trata-se de um acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Burundi, que foi assinado em 2009, mas, por atrasos no Congresso, só agora, em 2011, chega aqui, à nossa Comissão.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, onde foi aprovado, finalmente, em 25 de agosto, Dia do Soldado.

O assunto chegou ao Senado em 2 de setembro de 2011, foi distribuído a esta nossa Comissão e chegou ao relator em 20 de outubro.

Cuida-se aqui de um acordo-quadro de cooperação técnica entre Brasil e Burundi que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e desenvolvimento socioeconômico dos dois países, com ênfase no desenvolvimento sustentável.

O acordo estabelece os princípios gerais pelos quais os organismos competentes das duas Repúblicas adotarão medidas conjuntas de fomento e estímulo ao setor, assim como regras relativas à propriedade intelectual, à remoção de barreiras à entrada e saída de pessoas e aos equipamentos e materiais necessários à implementação do tratado.

Segundo seu art. III, o acordo se materializará quando se desdobrar em ajustes complementares, negociados caso a caso, obedecendo ao espírito de cooperação bilateral consagrado no tratado.

Na Exposição de Motivos, o Ministro das Relações Exteriores assinala a importância do acordo celebrado entre Brasil e Burundi, por atender à disposição de ambos os governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo.

Ao longo dos 11 artigos, o acordo dispõe sobre as condições para a cooperação técnica.

Segundo o art. IV, serão realizadas reuniões entre representantes das partes para tratar de assuntos pertinentes e definir áreas comuns prioritárias.

No art. VII, uma parte concederá ao pessoal designado pela outra para exercer funções no seu território: vistos, conforme a regra de cada parte; isenção de taxas aduaneiras e de impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os seis primeiros meses de estada; isenção de impostos sobre a renda; quanto a salários a cargo de instituições da parte que os enviou.

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de desistência ou denúncia por uma das partes (art. 10).

Ressalte-se, por fim, que a cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque reforça esse tipo de relacionamento com a República do Burundi, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador que queira discutir, ponho em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como está. *(Pausa.)*

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Passo ao item nº 5, cujo Relator também é o Senador Marcelo Crivella.

ITEM 5

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 235, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República de Moçambique para a instalação da Sede do Escritório Regional da Fundação Oswaldo Cruz para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Nesse sentido, a nossa Comissão é chamada a se pronunciar.

Na Casa de origem, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em setembro de 2011, após passar pelo crivo das Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Acompanha a proposição a Mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Cumprе registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental. Em 18 de outubro, a matéria foi distribuída a este relator.

Análise.

O Tratado em apreço compõe-se de 17 artigos. Ele tem por escopo a disciplina da instalação física da sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África, na cidade de Maputo, capital de Moçambique.

Nesse sentido, dispõe sobre a inviolabilidade da sede da Fiocruz África (art. 4º), estabelece a personalidade jurídica internacional (art. 5º), disciplina a entrada e a saída do território moçambicano de pessoas que de tal ou qual modo estejam vinculadas à atividade da Fundação (art. 6º), prescreve pauta de privilégios e imunidades (art. 8º), bem como hipóteses de sua dispensa (art. 9º), indica o dever de colaboração da Fiocruz África com as autoridades locais (art. 10) e estabelece, por fim, as cláusulas finais de estilo em tratados dessa natureza.

Apesar de vocacionada a estabelecer o regime jurídico da Fiocruz África, bem como sua sede, o ato em análise contribuirá de modo superlativo para a intensificação da cooperação bilateral no campo da saúde e estimulará por igual o progresso dessa área no continente africano.

Tendo como ponto de apoio a gloriosa cidade de Maputo, o Escritório Regional da Fundação, para além da cooperação interinstitucional com o Ministério da Saúde da República de Moçambique, coordenará, acompanhará e avaliará programas de cooperação em saúde entre a Fiocruz e países africanos.

Essa ação há de se dar por meio de apoio direto, de auxílio na formação de pessoal e de transferência de tecnologia. Cuida-se, pois, de passo importante na diplomacia de aproximação pela via da ação humanitária.

A entrada em vigor desse acordo proporcionará o arcabouço institucional necessário ao pleno funcionamento da Fiocruz África e dará consequências mais contundentes às inúmeras iniciativas que já nos vinculam a diferentes países africanos no domínio da cooperação na área da saúde.

À vista desses aspectos, consideramos o ato internacional que ora se submete à apreciação legislativa para efeito de incorporação ao ordenamento jurídico interno de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

Felicitemos efusivamente os respectivos executivos pela iniciativa e a Fundação Osvaldo Cruz pelo seu trabalho até aqui desenvolvido.

Voto.

Por todo o exposto e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional, legal e regimental, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2011.

Sr. Presidente, eu relatei o Projeto anterior como-visto. Todos nós acompanhamos o drama de Burundi, de Ruanda, aquela lamentável limpeza étnica, uma coisa que não temos palavras para expressar. No nosso século e na nossa geração, é uma vergonha para nós todos que, no centro da África, no coração da África, tenha ocorrido um banho de sangue de proporções inimagináveis. É uma coisa que nos constrange e envergonha a todos.

A cooperação do Brasil com Burundi é altamente humanitária, e não menos o é a Fiocruz se instalar em Moçambique.

Moçambique, Sr. Presidente, é um país que tem mais de 50% de seu PIB de doações de nações amigas. Noventa por cento das pessoas empregadas trabalham para o governo, o restante é trabalho informal.

Portanto, quando da epidemia – eu até diria que foi uma pandemia – da aids, Moçambique sofreu muito.

Eu me lembro que visitei Maputo com o Presidente Lula e fomos a um hospital visitar os portadores de aids. Um hospital de apenas um pavimento, parecia um hospital de campanha, numa área rural de Maputo. Entramos pelas enfermarias e vimos ali muitos africanos enfrentando essa doença, essa infecção tão complexa. E o Presidente, naquela ocasião, movido pela sua vocação humanitária e pela sua índole brasileira de cooperação e boa vontade, disse: “Nós precisamos trazer para cá os benefícios que o Brasil oferece aos seus enfermos”. Nós temos cerca de 200 mil, mas, graças a Deus, para orgulho nosso, um aidsético não morre neste País por falta de tratamento. Às vezes, há complicações laterais, mas nós temos à disposição de todos e gratuitamente um coquetel que lhes prolonga a vida com qualidade por, no mínimo, vinte anos. A cada dia, nós estamos melhorando o prazo de vida e também as qualidades de vida. Na África, não. Na África, naquela ocasião, Sr. Presidente, as pessoas descobriam que tinham a doença, e a família já entrava em colapso, os amigos ficavam pesarosos. A própria vítima perdia o ânimo de vida.

Então, quando nós saímos – eu me lembro bem – do hospital, um grupo de enfermeiros, um grupo de populares pediu para fazer uma apresentação, e eles cantaram em changana uma canção em que eles lamentavam muito. Eles lamentavam muito e diziam: “A água com que nós tomávamos banho, a água que nós bebíamos, a água que proporcionava o nosso prazer e as nossas delícias agora está envenenada, de tal maneira que o nosso povo está morrendo”. Falavam isso sobre o vírus que se espelhava de maneira absurda naquela região.

Então, a partir dali, Sr. Presidente – nós estamos falando de 2004 –, já houve a intenção do Brasil de criar, na África, uma fábrica de antirretrovirais, e eu tive a oportunidade, no ano passado, de ir para a inauguração. A Fiocruz realizou esse sonho para nós todos. Hoje, em Moçambique, nós já temos condições de produzir o coquetel que dá garantias a um enfermo de poder viver e estender sua vida com qualidade.

Apenas para que os nossos amigos saibam o valor disso, cada patente de um desses coquetéis – são 25, e o Brasil passou 20 – custa, no mercado, US\$25 mil, US\$30 mil, o que é um valor expressivo. Mas não basta apenas ter a patente para produzir. As pessoas têm que saber produzir, têm que ter os equipamentos, têm que ter os insumos. E tudo isso foi montado lá em Maputo de maneira que nós tivemos esse orgulho de ver...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Parlamentares da Nigéria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sejam bem-vindos!

Estamos falando de África, Burundi, Moçambique.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Exatamente, Senador. Continue.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Desculpe.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito prazer. Bem-vinda aqui a delegação da Nigéria, antigo reino de Oyó.

O Obá de Oyó tinha um neto na Bahia que, na Guerra do Paraguai, foi lutar como alferes e voltou promovido. Aliás, foi criação dele a tropa dos suázis, que era, segundo o marido da Princesa Isabel, Conde d'Eu, a tropa mais bem uniformizada do Brasil. Há fotografias – inclusive eu cheguei a ver uma. Os negros fizeram um uniforme extraordinário.

Havia aquela Lei dos Voluntários da Pátria, de D. Pedro II, que dava oportunidade aos escravos de serem alforriados se aceitassem ir à Guerra do Paraguai, e foram 30 mil homens. O neto do Obá de Oyó, lá da terra da nossa visitante ilustre, foi como alferes, e fizeram bonito. É pena que voltaram em 70 – a guerra vencida –, tinham a alforria, mas não tinham nem trabalho, nem moradia. O Partido Republicano Paulista, com todo o respeito ao Senador Suplicy e ao Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu era da oposição na época. Pode ficar sossegado. Eu era da oposição na época.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O senhor era da oposição. (Risos.)

Mas o Partido Republicano Paulista não queria que houvesse alforria, porque ele usava a escravidão para desgastar o Império. A escravidão só cai realmente em 88, e o Império cai em 89. O Partido usava aquilo para desgastar o Imperador.

Voltando, então, Sr. Presidente, para concluir, eu não quero ser fastidioso e incomodar meus Pares, mas, Senador Suplicy, esse acordo de cooperação que nós temos hoje o orgulho de relatar é a Fiocruz na África, os nossos técnicos, o coquetel da Aids sendo produzido em solo africano com tecnologia nacional, nossas patentes. Aí nós temos que aplaudir de pé o nosso Ministro Serra, que fez um trabalho extraordinário quando foi Ministro da Saúde. Muito devemos a ele. Hoje com esse trabalho das patentes, de quebrá-las, nós estamos exportando. Lá nesse galpão nos arredores de Maputo, que eu visitei, onde já temos instalações modernas produzindo, a Fiocruz vai desenvolver toda a sua capacidade de produzir de medicamentos para minorar o sofrimento do povo africano. Está instalado

em Moçambique, mas é Fiocruz África, portanto, todos os países vão poder se abeberar dos conhecimentos daqueles benefícios.

Sr. Presidente, eu não poderia dar outro voto. Meu voto é pela aprovação com louvor, de pé, agradecendo a Deus por ter me dado a oportunidade de ser Relator de um projeto tão relevante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador, eu próprio iria comentar o tom como o senhor leu o relatório – foi em tom de oração – e até a postura do senhor. E de fato merece essa postura o que nós estamos fazendo com os irmãos da África. O Brasil já recebeu tantos escravos. Devemos a nossa formação a pelo menos 4 milhões que de lá vieram forçadamente. Estamos devolvendo uma coisa até muito pequenininha, mas que está à altura nossa, que é o uso dessa instituição formidável da qual eu tive o privilégio de ser Diretor do Conselho, anos atrás, que é a Fiocruz, para prestar um serviço. E esse é um serviço que vai, de fato, salvar vidas, mas não uma, duas, três; vai salvar milhares ou mesmo milhões de vidas; vai melhorar as condições de vida de milhões de africanos com o saber e o conhecimento brasileiros. Então o seu tom de prece foi perfeitamente adequado ao momento.

Além disso, creio que o senhor não tem que agradecer ser o Relator. Aqui nesta Casa ninguém tem tão forte relação com a África quanto o senhor pelos anos que lá viveu, pelos sermões que fazia em zulu, a língua deles, e pelo carinho que tem com aquele Continente. Eu também tenho muito carinho, mas não vivi lá. Não tive esse privilégio.

Foi um privilégio para mim estar como Presidente aqui da Comissão, substituindo o Presidente, o Senador Collor, que não pôde estar presente hoje e me pediu para substituí-lo. Foi um privilégio mim ouvir a maneira como o senhor fez a apresentação do seu relatório.

Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu só quero dizer, Senador, que nós vamos ter que passar rapidamente por essa fase da nossa reunião de hoje para depois fazer a votação do PPA e, então, voltar aos trabalhos normais desta reunião de hoje, inclusive com audiência pública.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Senador Marcelo Crivella e dizer que estou inteiramente de acordo com o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o acordo entre Brasil e Moçambique, sobretudo para

a finalidade de a Fiocruz poder contribuir muito com o desenvolvimento, especialmente na área da saúde, de Moçambique.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de informar a V. Ex^a e aos membros da nossa Comissão, ainda mais a um amigo da África com o Senador Marcelo Crivella, que estamos recebendo hoje a visita da Deputada Abike Dabiri, Presidente do comitê das questões de diáspora no Parlamento Federal da Nigéria. Ela estava relatando a mim a preocupação que trouxe ao Brasil. Eu achei tão importante o que ela estava me falando que disse a ela: “Começou a Comissão. Acho que a senhora poderia dizer isso brevemente a nós, pois, note, ela me disse – ela fala inglês, daqui a pouco ela pode falar em inglês –, em síntese: “Olha, para nós, nigerianos, africanos, onde estiver um negro, consideramos como um membro da nossa nação. Por isso nos preocupamos”.

Acontece que, nesses últimos anos, veio para o Brasil um número muito grande de nigerianos. Em São Paulo há um número muito grande. Estima-se, Senador Marcelo Crivella, Senador Aloysio Nunes, Senador Cristovam Buarque, que há aproximadamente sete mil nigerianos hoje no Brasil.

A SR^a ABIKE DABIRI-EREWA – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Como? Setecentos mil?

A SR^a ABIKE DABIRI-EREWA – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – De acordo com pesquisa feita em 2010, as estatísticas mostraram que houve um aumento de 72,9% de imigrantes da África para o Brasil no período de 2002 a 2009. Isso ocorreu como resultado do objetivo do ex-Presidente Lula de haver a contínua e crescente participação do Brasil interagindo com a África, do ponto de vista econômico.

É a maior população de imigrantes africanos no Brasil. Dois em cada quatro africanos é da Nigéria, e o número continua aumentando. E 92% dos nigerianos vivem, no Brasil, no Estado de São Paulo; 30% vivem na rua ou em alojamento de pagar a noite, o pernoite, também conhecido como pensão; 10% vivem em igrejas, muitas da rede evangélica. Esses números têm aumentado enormemente, sobretudo de jovens entre 22 e 35 anos de idade, que enfrentam enorme problema de falta de conhecimento do idioma português, costumes, ligações de moral, e isso causou um grande número de desempregados entre eles. E aí os problemas são sérios porque, sem lugar para ficar, com dificuldades, muitos deles acabam entrando para as quadrilhas de narcotraficantes. E, aí, mais um problema policial.

A Sr^a Abike Dabiri terá um diálogo hoje, marcado para as 11 horas e trinta minutos, com o Ministro da Educação, porque estão preocupados em possibilitar um melhor treinamento educacional, para as pessoas poderem se adaptar às condições do Brasil e, se possível, serem mais bem acolhidas. Enfim, é uma deputada da Nigéria que vem nos transmitir a preocupação de como podem os nigerianos ser mais bem recebidos em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Suplicy, Deputada – e peço que alguém traduza para ela –, eu creio que o assunto é tão importante que valia a pena termos mais Senadores aqui ouvindo. Além disso, nós precisamos aprovar uma pauta num prazo muito curto. Por isso, vou passar a palavra ao Senador Aloysio Nunes. Depois, se ela puder ficar, submeterei aos Senadores se querem ou não ouvi-la, porque a Mesa não tem esse poder. Mas eu, pessoalmente, seria a favor. Mas agradeço. Peço que traduza. (*Pausa.*)

Coloco em votação o projeto relatado pelo Senador.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Está aprovado com louvores, porque é um grande gesto do Brasil.

Esta reunião também é destinada a discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao projeto de lei do Congresso Nacional, PLN nº 29, de 2011, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) da União para o período de 2012/2015.

O relator é o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O relatório que ele nos apresenta é pelo acolhimento das Emendas de nºs 1 a 4 e pelo não acolhimento das Emendas nºs 5 e 6.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, desejar uma feliz estada em nosso país a Deputada que nos visita.

Peço desculpas, Sr. Presidente, porque, logo em seguida à votação desse parecer, eu deverei ir a Comissão de Meio Ambiente onde está sendo realizada uma audiência pública requerida, entre outros Senadores, por mim mesmo, para debater o Código Florestal. De modo que, infelizmente, não poderei ficar aqui para esse diálogo com a nossa visitante.

Gostaria apenas de dar uma palavra a respeito do tema suscitado pelo Senador Suplicy, tão oportunamente, que é a situação dos imigrantes nigerianos,

africanos, e de outros países que vivem no Brasil, muitas vezes em situações absolutamente precárias e são reduzidos frequentemente a condição de trabalho semelhante ao de escravos, em condição análoga a de escravos. Isso acontece nas grandes capitais e, inclusive, em São Paulo.

Queria fazer uma sugestão a V. Ex^a, Sr. Presidente, de nos debruçarmos sobre a atual legislação sobre estrangeiros no Brasil – a concessão de asilos, a concessão de visto de permanência –, e eu sugeriria que V. Ex^a encarregasse o Senador Suplicy de promover esse trabalho, esse estudo, a fim de sugerir eventuais mudanças nessa legislação que já é bem antiga.

Acho que ninguém melhor que o Senador Suplicy, que é um Senador que há tantos anos vem representando tão bem o nosso estado, o Estado de São Paulo, no Congresso, e vem se dedicando tão ativamente ao trabalho na Comissão de Relações Exteriores. Então, ninguém melhor que ele para promover esse estudo e sugerir eventuais mudanças, atualizações e adaptações à realidade atual da nossa legislação de estrangeiros.

É a sugestão que deixo a V. Ex^a antes de passar ao meu relatório.

Relatório.

A teor do disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

De acordo com as normas de tramitação do PL-PPA 2012-2015, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1/2006 – CN, e pelo Parecer Preliminar¹ disciplinado no art. 102 dessa Resolução, a CRE tem competência para propor emendas ao projeto, nos termos do art. 97, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. Conforme o Parecer Preliminar, as emendas serão oferecidas sobre as seguintes partes do projeto de lei:

texto do projeto de lei de plano plurianual;

Anexo I: Programas Temáticos;

Anexo II: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; e

Anexo III: Empreendimentos Individualizados como Iniciativas.

As Comissões Permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados podem apresentar até 5 (cinco) emendas ao projeto de lei do plano plurianual. Nos termos do item 2.3.5 do Parecer Preliminar, não se incluem nesse limite as emendas apresentadas ao texto da lei e as emendas de cancelamento de Iniciativas.

Encontram-se em análise, por esta Comissão, 6 (seis) propostas de emendas – relacionadas no Anexo I a este Parecer –, apresentadas pelos Excelentíssimos Senadores Acir Gurgacz, Aníbal Diniz, Francisco Dornelles, Mozarildo Cavalcanti, Valdir Raupp e Vanessa Grazziotin.

É o relatório.

Análise.

As propostas de emendas nos 1 a 4 são restritas às competências regimentais desta Comissão, além de atenderem às disposições constitucionais, legais e regimentais pertinentes, motivo pelo qual entendemos sejam todas admissíveis.

No que diz respeito ao mérito das propostas de emenda nos 1 a 4, restou demonstrada a pertinência da alteração do valor da Iniciativa 01HR, que trata do desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X). Conforme publicado no Diário Oficial da União nº 169, de 1º/9/2011², foi celebrado contrato para aquisição de equipamentos e sistemas que enseja elevação do valor da citada Iniciativa. Vale esclarecer que esse aumento de valor não é capaz de comprometer o resultado fiscal do Governo, haja vista o PPA ser um instrumento de planejamento.

Os orçamentos anuais, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser elaborados de forma a não afetar as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias. Diante do exposto, considerando que as emendas apresentadas pelos Ex.mos Senadores Acir Gurgacz, Aníbal Diniz, Francisco Dornelles e Valdir Raupp têm o mesmo objetivo, elevar o valor da Iniciativa 01HR em R\$1.225.386.000,00, propomos o acolhimento das quatro propostas, com o fito de subsidiar a apresentação de apenas uma emenda por parte desta Comissão.

A proposta de emenda nº 5, da Ex.ma Senadora Vanessa Grazziotin, propõe complementar valores para a Iniciativa 00NB – Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos. Trata-se de Iniciativa associada ao seguinte Objetivo e Programa:

OBJETIVO: 0194 – Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde. Órgão Responsável: Ministério da Saúde

1 – Aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em sua 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/11/2011.

2 – Pág. 19, Seção 3, Extrato de Contrato nº 1/2011, da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, no valor de US\$ 631.702.459,35.

PROGRAMA: 2055 – Desenvolvimento Produtivo

Não existe relação entre as competências atribuídas pelo art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a proposta de emenda na área de saúde, mais especificamente, na área de produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos. Diante disso, manifestamo-nos pelo não acolhimento da proposta de emenda nº 5, da Excelentíssima Senadora Vanessa Grazziotin.

A proposta de emenda nº 6, do Excelentíssimo Senador Mozarildo Cavalcanti, merece comentários mais detalhados. Ela poderia ser admitida, por ser tratar de desdobramento de Programa, com remanejamento de Objetivos e Iniciativas, situação análoga à prevista no item 2.3.15 do Parecer Preliminar, que trata de emendas de Relator. A justificativa da proposta de emenda sugere o remanejamento dos seguintes Objetivos, e respectivas Iniciativas, ao novo Programa:

OBJETIVO: 0138 – Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região. Órgão Responsável: Ministério dos Transportes. PROGRAMA: 2075 – Transporte Rodoviário;

OBJETIVO: 0419 – Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural. Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário. PROGRAMA: 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária;

OBJETIVO: 0482 – Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para ampliar a capacidade de articulação das unidades militares do Exército, sob a égide do trinômio monitoramento, mobilidade e presença militar. Órgão Responsável: Ministério da Defesa. PROGRAMA: 2058 – Política Nacional de Defesa;

OBJETIVO: 0502 – Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional. Órgão Responsável: Ministério da Defesa. PROGRAMA: 2058 – Política Nacional de Defesa;

OBJETIVO: 0522 – Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento

regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira. Órgão Responsável: Ministério da Defesa. PROGRAMA: 2058 – Política Nacional de Defesa; e

OBJETIVO: 0765 – Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais. Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional. PROGRAMA: 2043 – Integração Sul-Americana.

Contudo, a proposta de emenda não traz todos os elementos necessários à caracterização do Programa, observada na estrutura conceitual do projeto de lei. Não foram apresentadas informações sobre quais indicadores relacionados aos Objetivos remanejados seriam incorporados ao novo Programa e quais permaneceriam nos Programas originais.

Ademais, o novo Programa teria como valor de referência para individualização de empreendimentos como Iniciativas R\$2.640 milhões, enquanto os Programas dos quais seriam remanejados os Objetivos apresentam valores de referência que variam de R\$50 milhões a R\$500 milhões. Essa situação criaria dificuldades para estabelecimento do parâmetro monetário para identificação dos empreendimentos caracterizados como de grande porte. Diante do exposto, a proposta de emenda não deve ser acolhida por contrariar o item 2.3.6 do Parecer Preliminar, o qual prevê que a inclusão, alteração ou exclusão dos atributos qualitativos dos Programas deverão necessariamente conter todos os elementos necessários à sua caracterização, observada a estrutura conceitual do projeto de lei, acompanhadas da respectiva fundamentação legal ou técnica. Além disso, nos termos do item 2.3.1.1 do Parecer Preliminar, serão rejeitadas as emendas que busquem alterar o valor de referência para individualização de empreendimentos como Iniciativas.

Por fim, salientamos que as emendas serão, em momento oportuno, novamente objeto de análise quanto à admissibilidade e ao mérito pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Voto.

Em face do exposto, somos pelo acolhimento, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das emendas de nºs 1 a 4, e não acolhimento das emendas nºs 5 e 6.

Propomos, ainda, que a Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja

incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Ponho em discussão.

Os Senadores que quiserem se pronunciar...

(Pausa.)

Não havendo inscritos, ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Estão aprovadas.

A matéria será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Dou por encerrada esta reunião e lembro aos Srs. Senadores que vamos dar início, já de imediato, à nossa 55ª Reunião.

(Iniciada às 9 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 54 minutos.)

ATA DA 55ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Cristovam Buarque** e **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Sérgio Souza**, **Blairo Maggi**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Marcelo Crivella**, **Rodrigo Rollemberg**, **Ana Amélia**, **Roberto Requião** e **Clovis Fecury**. Registra presença o Senador **Pedro Taques**, que não é membro da Comissão e a Deputada nigeriana **Abike Dabiri Erewa**. Justificam a ausência os Senadores **Pedro Simon** e **Francisco Dornelles**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 52ª, 53ª e da 54ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente concede a palavra à Senhora Deputada da Nigéria **Abike Erewa**, para falar sobre a diáspora nigeriana.

Têm início a 1ª Parte da reunião, com a realização de **Audiência Pública**, sobre o Cemitério de Pistóia, localizado na Itália, que contém corpos de membros da Força Expedicionária Brasileira mortos em ação durante a Segunda Guerra Mundial. O Sr. **Mário Pereira**, Administrador do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistóia; o Sr. **Giovanni Sulla**, Historiador e o Sr. **Fabrizio Giberna**, Artista, são convidados a compor a Mesa e faz sua exposição o Sr. **Mário Pereira**. Fazem uso da palavra o senhor Senador **Aníbal Diniz**, e o Sr. **Giovanni Sulla**. Encerra-se a 1ª parte da Reunião. Tem início a apreciação da pauta em sua 2ª Parte. Assume a presidência o Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 133, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.*”. **Relator**: Senador **Cristovam Buarque**. O indicado é convidado a compor a Mesa, e faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique**, **Roberto Requião**, **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque** e **Pedro Taques**. A reunião é tornada secreta às doze horas e trinta e nove minutos, e reaberta às doze horas e quarenta e dois minutos. **Resultado**: apreciada a Mensagem. Reassume a Presidência o Senador **Cristovam Buarque**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 123, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia.*”. **Relator**: Senador **Luiz Henrique**. **Resultado**: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 138, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia, e, cumulativamente, junto à República de Kiribati, a Tuvalu e ao Estado Independente da Samoa.*”. **Relator**: Senador **Eduardo Suplicy**. **Resultado**: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Os **itens 4 e 5** foram apreciados na 54ª Reunião da Comissão. Reassume a presidência o Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislati-**

vo (SF) nº 239, de 2011, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.”* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. O Senador **Cristovam Buarque** reassume a Presidência. **Item 7 – Requerimento nº 51, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Aníbal Diniz**, que *“requer, nos termos regimentais, e em virtude da exemplar iniciativa da criação do “Ciclo de audiências 2011/2012”, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, no próximo dia 21 de novembro, destinada a debater a “intensificação das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e o Peru, com a conclusão da rodovia interoceânica ligando nosso País aos portos do Oceano Pacífico. Para tanto, aproveitando visita ao Brasil do Presidente do Congresso da República do Peru, Exmo. Sr. Deputado Daniel Abugattás, sugerimos que o referido congressista seja convidado para esta audiência.”* Resultado: aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e sete minutos, lavrando, eu, Thales Roberto Furtado de Moraes, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores: 52ª, 53ª e 54ª.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as Atas.

Esta é uma reunião bastante longa em que nós vamos ter uma homenagem aos soldados nossos que tombaram durante a Segunda Guerra Mundial e estão sepultados no cemitério de Pistóia. Nós temos ainda uma agenda de discussões e a Srª Deputada nigeriana, por sugestão do Senador Suplicy, pediu a palavra para explicar a situação dos nigerianos no Brasil.

Senador Suplicy, por favor. *(Pausa.)*

Vou dar a palavra a ela agora, e precisamos traduzir. Só peço que seja um pronunciamento muito curto para que possamos voltar à pauta, que é bastante longa.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – *(Intervenção em língua estrangeira.)*

A SRª ABIKE DABIRI-EREWA *(Tradução livre pelo Sr. Senador Eduardo Suplicy.)* – Muito obrigada.

Meu nome é Abike Dabiri, Presidente do Comitê que trata da questão da diáspora de nigerianos que estão fora da Nigéria. Ela veio para o Brasil, sobretudo, por estar preocupada com o número tão grande de nigerianos que tem vindo para o Brasil.

Nós temos um número muito grande de nigerianos, uma grande parte legal e outra grande parte ilegal, em condições ilegais de documentação.

O maior problema é, sobretudo, com respeito ao preparo dessas pessoas que, por não saberem a língua portuguesa – ali se fala ou as línguas da Nigéria nativas ou o inglês –, nem sempre têm o preparo adequado para se instalar no Brasil e, por isso, estão sujeitas a dificuldades imensas de moradia, de trabalho e tudo. E seria muito importante que houvesse uma preocupação para a educação dessas pessoas.

Que seria muito importante que pudesse haver programas de educação para esses nigerianos e para as pessoas que vêm ao Brasil da África e de outros lugares, sobretudo para os jovens, com a possibilidade de eles se integrarem aqui e de poderem ter uma formação para contribuir também para a economia.

Isso poderá ser um caminho para que essas pessoas contribuam para o desenvolvimento do Brasil com melhor formação e trabalhando aqui.

Seria muito importante que pudesse ser resolvido o problema da acomodação dessas pessoas, que muitas vezes estão vivendo nas ruas, nas igrejas ou em lugares muito precários.

Ela tem a certeza de que uma parcela muito grande desses nigerianos pode futuramente melhorar muito a sua formação e contribuir efetivamente para o desenvolvimento inclusive do Brasil. Por isso ela está aqui.

Muitas vezes foram circunstâncias que levaram esses jovens ou essas pessoas a não ter alternativa senão ter vindo ao Brasil, mas aqui estão dormindo nas ruas, em condições muito precárias, inclusive para conseguir uma atividade produtiva de trabalho. Se puder haver uma atenção para a acomodação dessas pessoas e para sua formação educacional para poderem contribuir para o progresso do Brasil e da Nigéria, com uma maior interação de ambas as Nações, isso será muito positivo. Esse é o propósito principal dela.

Ela quer muito agradecer. Esteve três dias na Bahia, em Salvador, num encontro multicultural de muitas pessoas que mostraram a interação entre a cultura

da Nigéria e os povos da África com os da Bahia, brasileiros, pessoas de todo o mundo. Ela considera os brasileiros um povo com extraordinário calor humano, afetividade. Está gostando muito dessa boa interação e agradece muito a sua gentileza, Presidente Cristovam Buarque, de acolhê-la nessa visita ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Deputada, eu que quero, em nome desta Comissão, agradecer a Deputada Abike Dabiri-Erewa e dizer que a sua presença aqui mostra, em primeiro lugar, um dado muito positivo do parlamento nigeriano.

A senhora representa a Comissão dos Assuntos da Diáspora dentro do Parlamento Nigeriano. O Brasil já tem uma diáspora neste momento e nós não temos uma comissão como essa da Nigéria.

Graças à sua visita, eu vou propor que, na Comissão de Relações Exteriores, criemos uma subcomissão para os assuntos da diáspora brasileira.

Graças também à sua visita eu vou pedir outra vez ao Presidente do Congresso que ponha em votação uma reforma constitucional de minha autoria, que já foi votada uma primeira vez, que cria deputados representantes, aqui no Brasil, dos brasileiros da Diáspora. E tenho certeza de que vou contar com o apoio do Senador Suplicy.

Deputada, quero que a senhora saiba que nós vamos trabalhar aqui dentro para cuidar dos atuais nigerianos da melhor forma possível, para compensar um pouco o que nós fizemos com as centenas de milhares de nigerianos, antes mesmo de existir a Nigéria, que vieram para cá nas condições de escravidão.

E, finalmente, agradecer à senhora, que nos permitiu descobrir que nós temos um bom tradutor para o inglês.

Muito obrigado por sua visita, Deputada. Peço que venha aqui para que eu possa cumprimentá-la.

(O Sr. Senador Eduardo Suplicy traduz livremente a fala da Presidência.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Retomo, dentro da mesma reunião, para iniciar a audiência pública que vamos fazer.

Trata-se de uma audiência pública que tem o caráter simbólico, que tem um caráter sentimental, um caráter patriótico sobre o cemitério de Pistóia.

Convido os representantes, Sr. Mário Pereira, que é o administrador do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistóia; o Sr. Giovanni Sulla, historiador; e o Sr. Fabrizio Giberna, que é um artista.

Todos entendem português? (Pausa.)

Como fazemos? (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Esta audiência foi convocada pelo Sena-

dor Fernando Collor e o Senador Heráclito Fortes, que continua presente nesta Casa apesar de estar, hoje em dia, fora do Senado, mas está presente pela lembrança que temos do belo trabalho que fez e é uma reunião que tem o caráter simbólico, um caráter histórico, patriótico e que visa lembrar os brasileiros cujos corpos estão no cemitério de Pistóia.

Eles eram membros da Força Expedicionária Brasileira que foram mortos em ação durante a Segunda Guerra Mundial.

Vou passar a palavra ao Sr. Mário Pereira para que dê início a sua exposição, pedindo que faça uma coisa que seria boa: explique o porquê de cada um dos três estar aqui, até pela relação que têm com o passado da luta brasileira.

Quero dizer que algum tempo atrás estava lendo uma entrevista numa revista italiana, do ex- Primeiro Ministro da Itália, onde ele dizia que era de uma pequena cidade na Itália, Senador Suplicy, e que essa cidade era tão isolada que a primeira vez que ele viu um negro na vida dele foi um soldado brasileiro marchando e entrando nas cidades italianas para libertá-las do fascismo aliado ao nazismo.

Então, o Brasil esteve presente, esses homens ficaram lá e nós estamos aqui com a memória deles.

Por isso passo a palavra ao senhor.

O SR. MÁRIO PEREIRA – Muito obrigado!

Desculpe a minha voz causada pelo ar condicionado do avião, que me deu um problema na garganta.

Então, peço desculpas.

Eu sou administrador do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistóia, como o senhor já disse, porque o meu pai era o antigo guardião do cemitério. Ele foi designado, logo depois do fim da guerra, como o guardião do cemitério, e que, depois de trasladado os mortos no Rio de Janeiro, que então era a capital, em dezembro de 1960, foi construído um monumento para eternizar, digamos assim, a memória dos soldados brasileiros que combateram e que tombaram no solo da Itália.

Os meus amigos aqui presentes são Giovanni Sulla, historiador e colecionador de material da FEB, que tem um comércio de material referente à Primeira e Segunda Guerras Mundiais e compra e vende todo tipo de material, fora o material brasileiro. O material brasileiro é material da FEB, da FAB, que ele encontra em qualquer lugar do mundo, ele guarda consigo, com muito carinho, muita atenção. E, só para que os senhores tenham noção, ele tem o acervo integral do Mascarenhas de Moraes, o General João Baptista Mascarenhas de Moraes, que era o comandante da FEB. Ele encontrou à venda na Praça XV no Rio de Janeiro e comprou integralmente esse acervo. Esse

acervo está conservado na casa dele e, por acaso, não foi desperdiçado com os vários historiadores que estão doidos para catar esse tipo de material.

Ele também conseguiu recuperar, há poucos meses, dois meses, um altar da Segunda Guerra Mundial, que era em dotação aos capelães que ajudavam os soldados na difícil tarefa de enfrentar o inimigo.

O outro amigo é o Giovanni Giberna, que é professor e veio para conhecer o Brasil e conhecer melhor essa realidade da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Nós estamos aqui em Brasília porque fomos convidados, mas realmente a nossa viagem ao Brasil foi em função do Encontro Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, que este ano vai se realizar em Porto Alegre. Então, estamos viajando por isso. Esse é o nosso alvo: a participação nesse encontro. Por quê? Porque os veteranos aqui no Brasil nunca foram valorizados, colocados na devida atenção, provavelmente porque os senhores, o povo brasileiro não tem noção do que é uma guerra na própria pele.

O soldado brasileiro na Itália foi muito valioso, teve um porte muito legal, nunca deixou de ser um ser humano, mesmo num drama como é a guerra, e por isso, ainda hoje, tem um grande reconhecimento, um elo muito estreito entre os italianos e os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira e, por extensão, com o Exército Brasileiro.

Há alguns anos eu realizei essa apresentação em *power point*, que mostra quase que a totalidade dos monumentos que são dedicados à Força Expedicionária Brasileira na Itália, sem comparação com os outros exércitos. Não têm os norte-americanos, além dos próprios monumentos construídos, e o Brasil tem um próprio, que eu administro, mas o Brasil tem os monumentos oferecidos pela população, e não apenas pelas autoridades. É uma expressão de agradecimento do povo pela participação dos brasileiros, porque, como sempre costumam dizer, a FEB foi a primeira força de libertação do mundo. Hoje em dia se fala muito de força de libertação, que vão para lá e para cá lutar, fazendo guerra. Os brasileiros chegaram lá com um porte diferente. Além de valiosos no campo de batalha, eles deram uma nova esperança ao povo italiano, deram tudo que eles podiam: comida, cobertores, remédios, tudo que tinham e que estava faltando ao povo italiano, arrasado por cinco anos de guerra. Havia famílias que não tinham mais nada. Quando digo mais nada, quero dizer um maço de cigarros tinha um valor imenso. Era mais do que, sei lá, um quilo de açúcar. E açúcar era uma cosia desconhecida.

A minha mãe morava em Pistóia, meu pai chegou lá em Pistóia com a própria estação rádio e parou na frente da casa da minha mãe. Assim, os dois se co-

nheceram. E a história do meu pai seria bom para se contar, mas talvez agora seja meio fora do assunto.

Chegou e começou o relacionamento entre os brasileiros e os italianos. Com uma parte dos italianos se tinha que ter muito cuidado, porque havia uma parte dos italianos estava do lado dos aliados, então, do lado dos brasileiros; mas uma outra parte estava ainda do lado dos alemães e dos fascistas, que era muito perigosa, porque podia obter informações que eram importantes e que não deveriam ser conhecidas pelo inimigo.

Bom, começando a apresentação.

Esse é o monumento que mantenho, que dirijo, que administro. Ele é integralmente mantido pelo Governo brasileiro, pela Embaixada do Brasil em Roma. Ressalto que a Embaixada sempre dá muita atenção ao monumento, especialmente esse o último Embaixador, que é o José Viegas Filho, uma pessoa que tem muito cuidado e muita atenção; ele sempre participa das solenidades que aqui se realizam. Toda a Embaixada, enfim, dá uma grande ajuda para manter esse monumento, embora ainda haja vários problemas. Só agora estamos conseguindo realizar aqui um pequeno museu que vai ser aproveitado pelos turistas que ali chegam, uma vez que Pistóia fica entre Florença e Pisa, dois lugares da Itália visitados por muitos brasileiros. Andando pelas ruas de Florença, é mais comum ouvir pessoas falando português do que italiano.

Aqui deveriam chegar, acredito, a maioria das pessoas que passassem pela Itália para prestar homenagem aos mortos. Aqui, na realidade, só há um enterrado, o soldado desconhecido; os outros foram para o Rio de Janeiro em dezembro de 60.

Quero ressaltar também que, quando Presidente, o Senador Collor de Mello foi o único, no cargo de Presidente, a passar no monumento, a fazer uma visita oficial ao Monumento Votivo Militar Brasileiro. Essa é uma coisa que vale muito, porque os pracinhas, os veteranos aqui se sentem muito menosprezados. Isso é uma dor muito grande, porque eles são pessoas. Faleceram 465 rapazes com 20 anos mais ou menos, mas as pessoas que voltaram levaram a vida inteira, estão levando ainda o drama de terem passado por uma guerra, além dos ferimentos, além do frio que passaram, mas o medo, ter que matar uma outra pessoa ou ver um amigo, um colega de turma, morto ali no seu flanco deve ser um choque muito grande. Conheço veteranos que ainda hoje levam esse choque muito grande. Todas vezes em que os vejo, vem-me à mente o lema de um veterano que diz assim: "Os brasileiros não valorizam a nossa participação na Segunda Guerra Mundial, porque não passaram pelo drama de uma guerra vivida na própria pele". Ele acaba dizendo:

“Prefiro que o Brasil fique na ignorância, porque é melhor o Brasil ficar na ignorância de saber o que é uma guerra na própria pele do que passar por uma guerra, porque é um drama muito grande, que ainda hoje tem sinais visíveis na Itália”.

Pode passar a outra imagem.

Aqui é o cemitério, ainda quando tinha as cruzes, os corpos; e uma colorida dos anos 60. Esse, como já disse, construído inteiramente pelo Governo brasileiro. O arquiteto foi Olavo Redig de Campos, que tem um estilo bastante semelhante ao estilo de Brasília. Acho que é uma expressão arquitetônica do Brasil daquele tempo, a vontade de nascer, de chegar ao alto, coisa que o Brasil está atingindo, porque, no exterior, o Brasil está sendo visto como um País que se está desenvolvendo muito.

Pode passar, por favor.

Aqui, ainda, o monumento. Nessa parede, há os nomes dos 465 tombados, e a água representa o oceano pelo qual passaram e também reflete os nomes para o céu. Cada coisa aqui, no monumento, tem um significado muito grande.

Vamos em frente, por favor.

Há o busto do Marechal Mascarenhas de Moraes, que foi instalado em 2007, e há várias homenagens das Forças Armadas brasileiras. Hoje em dia, há mais do que isso, porque foram se juntando as homenagens.

Pode passar o próximo, por favor.

E, aqui, o soldado desconhecido. Esse ficou no monumento brasileiro porque foi encontrado depois de sete anos, depois de terem retirado os corpos do cemitério e de os terem trasladado para o Rio de Janeiro.

Então, como não se sabia quem era aquele entre os dezesseis desaparecidos que ainda hoje se contam, aqui ficou, representando todos os que foram enterrados nessa área.

Atualmente, percebi que há uma vontade, não sei bem de quem, mas já fui solicitado várias vezes a dar informações sobre esse soldado desconhecido: como foi encontrado, por que está lá etc. Há uma vontade de se reconhecer o corpo que está lá, pelo DNA, o que hoje é uma coisa possível – naquela época ainda não era possível – e de sepultá-lo no mausoléu do Rio de Janeiro.

Acho que isso não é uma coisa errada, exatamente porque um soldado desconhecido, ainda por cima no exterior, é um valor muito grande.

Outro dia, passou por Pistóia o soldado desconhecido italiano, que ia de Aquileia até Roma. Foi feito um comboio especial de trens para comemorar os 90 anos do final da Primeira Guerra mundial.

Ter um soldado desconhecido é muito importante. Houve Presidentes do Brasil que passaram na Itália,

prestaram homenagem ao soldado desconhecido italiano e se esqueceram de que, em Pistóia, houve esse cara que doou a vida pela democracia não apenas da Itália, não apenas do Brasil, mas, talvez, do mundo. Acho que essa é uma falha muito grande: a falta de reconhecimento, não apenas do soldado desconhecido aqui, mas de todos os que participaram da Segunda Guerra.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui mais uma imagem para ver como o monumento está contornado pelas montanhas que os brasileiros subiram sem ter equipamento adequado para fazê-lo, mas, de coração, foram subindo e foram ganhando do melhor soldado que havia na época, que era o soldado alemão, reconhecido como o melhor soldado do mundo.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui, eu, na minha atividade, recebendo o Monsenhor Hummes, que quase chegou a ser papa, bem como famílias de paulistas, de cariocas. Qualquer um que chega, brasileiro ou não, para mim é uma pessoa que vale à pena atender. E, quando eles me solicitam para conhecer os lugares onde a FEB atuou, eu sempre levo essas pessoas, porque acredito que seja lá que nasceu a democracia. Como dizia Calamandrei, um estadista italiano, se vocês querem ver o lugar onde nasceu a democracia, vocês têm que ir a cada lugar onde morreu um *partigiano*, em cada lugar onde morreu um soldado das forças aliadas, então dos brasileiros também; têm que ir lá, porque lá estão os alicerces da democracia que atualmente estamos gozando.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui é uma solenidade no Monumento Votivo, com autoridades italianas e brasileiras. Aqui é o embaixador Badian, em uma foto de 2007, me parece; o hasteamento da bandeira; e, aqui, no próximo *slide*, esse é o povo que se reúne lá. Vêm prefeitos de todas as cidades por onde a FEB passou com os gonfalões; vem muita gente. Hoje em dia, os senhores veem que tem um palanque de concreto para as autoridades, mas tem mais dois toldos, porque hoje em dia temos o problema que...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Que dia acontece essa solenidade?

O SR. MÁRIO PEREIRA – Dia de Finados, 2 de novembro.

Pode passar o próximo *slide*, por favor.

Aqui temos um grupo de lábaros das associações combatentísticas da Itália, e aquele verde lá é o lábaro da FEB, que foi criado para representar, como todas as outras ações de combatentes, a Associação Nacional dos Veteranos da FEB.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui são as coroas que são dedicadas aos soldados brasileiros. Mas, ao final desta apresentação, os senhores irão ver que as coroas estão aumentando cada vez mais, porque este ano colocamos dez coroas de louro e, ano passado, até os representantes do cemitério alemão vieram prestar homenagens ao soldado brasileiro.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui é uma foto aérea para ver o conjunto da área, que era a mesma do cemitério, em que foi construído esse monumento.

Próximo *slide*, por favor.

A população das áreas onde a FEB atuou tributam, todos os anos, singelas homenagens aos valorosos soldados que lutaram para trazer de volta a liberdade. Assim, ao longo dos anos, como já expliquei, em vários lugares foram colocados monumentos.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui é Massarosa, a primeira cidade libertada pelos brasileiros. Os brasileiros chegaram na Itália em julho de 44 e, já em setembro de 44, estavam atuando. Aqui é uma praça entre a prefeitura e uma escola de Massarosa dedicada à Força Expedicionária Brasileira. É uma coisa singela, não é nada de grandioso, mas é significativa, porque está ali em frente à prefeitura.

Próximo *slide*, por favor.

Esse aqui é mais um *slide* pra ver o contexto de onde é colocada.

Próximo *slide*, por favor.

E, aqui, uma placa muito significativa, colocada sempre ali na frente da Prefeitura de Massarosa. Este ano vamos trocar por uma de mármore, porque ali tem o mar vizinho, então a maresia destruiu essa placa. Fizemos outra de mármore que vai eternizar o que lá está escrito. Ali está escrito: “Bani a palavra guerra de todos os dicionários”. Eu acho isso uma coisa muito importante.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui é o posto, o lugar onde foi colocado o primeiro Comando Avançado da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que ainda não se chama FEB, chama-se Divisão de Infantaria Expedicionária.

Próximo *slide*.

Esse prédio, hoje em dia, é um centro de exposição. Então, por aqui, passam muitas pessoas. Massarosa tem muita conexão, muitos elos com o Brasil, até com o Parque Nacional das Águas de Foz do Iguaçu, porque, aqui, há uma reserva natural.

Próximo *slide*.

Esse é o Monte Prano, um dos locais mais elevados que os brasileiros libertaram. Ali há uma cruz em cuja base há uma placa. Foi um dos locais libertados pelos brasileiros.

Próximo *slide*, por favor!

Essa é uma coisa muito importante. É a chamada Margineta di Stafoli. Essa é uma capela usada pelo pessoal da FEB. Era o lugar de onde partiam os brasileiros quando havia uma baixa nas fileiras da Frente. Então, aqui, eles deixavam alguns ex-votos, algumas promessas, para, talvez, voltar. Nem todos voltaram, infelizmente. Quatrocentos e sessenta e cinco faleceram.

Próximo *slide*.

Assim foi como quando encontraram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MÁRIO PEREIRA – É; o Giovanni participou da busca desse significativo lugar. E lá há um historiador que se apaixonou por essa história e está cuidando disso.

Próximo *slide*.

Essas são várias homenagens.

Próximo *slide*.

Assim é como era em 1944, em 1945. Foi construída pelos brasileiros. Hoje em dia, lá também há solenidades. Em abril, há solenidades em homenagem à libertação da Itália.

Próximo *slide*.

Em Porretta Terme, havia um PC avançado do Mascarenhas de Moraes. A FEB, depois do início da atuação no litoral toscano, mudou para o setor da Linha Gótica, onde combateu as grandes batalhas que, acredito, todos conhecem: a de Monte Castello, a de Montese e a de Castelnuovo.

Próximo *slide*, por favor.

Esse é mais um detalhe da placa dedicada ao esforço da FEB: “A população porrettana reconhecida pela liberdade reconquistada”.

Próximo *slide*, por favor.

Esse é um monumento em Gaggio Montano, que estava no sopé do Monte Castello, e que, depois, foi mudado de lugar, porque, no sopé de Monte Castello, foi colocado outro monumento.

Próximo *slide*.

Esse é um detalhe: “Ordem e Progresso”.

Próximo *slide*.

Há todas essas placas. Fiz isso para mostrar nas escolas. Isso, hoje em dia, é matéria de estudo também nas escolas.

Próximo *slide*, por favor.

Esse é o lugar em que faleceu Antônio Álvares da Silva, o Frei Orlando, um capelão militar que faleceu às vésperas do decisivo ataque ao Monte Castello. Foi a maior patente da Força Expedicionária Brasileira a falecer durante a Segunda Guerra Mundial em solo italiano. A ele foi dedicada, com financiamento do escritório do adido do Exército, essa singela homenagem, para que todos que por lá passem saibam que ali ele faleceu.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO PEREIRA – Sim; e o Frei Orlando é indicado para ser canonizado. Estamos em pesquisa, juntando a papelada, para fazer com que Antônio Álvares da Silva seja canonizado. Depois, haverá um processo, até que ele seja considerado santo.

Próximo *slide*, por favor.

Esse é o monumento em Guanella. Lá ao fundo, é o Monte Castello. O Monte Castello é apenas uma elevação; lá em cima, não há nada de importante, mas é um lugar estratégico, de onde os alemães chefiavam o Vale do Rio Reno, que era a estrada que levava a Bolonha.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui está com neve, uma sugestão especial, porque lá neva muito, e também para ver que os brasileiros passaram por lugares que não eram brincadeira não. Os brasileiros sofriam muito com o frio. Os senhores podem imaginar um baiano, acostumado com 20 graus, 25 graus, se encontrar com 12 graus abaixo de zero ou 15 graus abaixo de zero, coisa assim?

Quando eu era criança, meu pai me contava de ter dormido com os pés na boca de um forno. Eu achava que isso era um conto enfeitado demais. Por acaso, por sorte, durante a vida, conheci o dono da casa onde meu pai dormia, com os pés no forno – ele confirmou a versão do meu pai. Então, não era brincadeira; era um negócio bem feito.

Próximo *slide*, por favor.

Este também foi construído com recursos brasileiros, projetado por Mary Vieira, que infelizmente faleceu um mês antes da inauguração deste monumento.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui é um lugar de pesquisa – o Giovanni também encontrou este lugar –, onde faleceram três brasileiros. Eles estavam de patrulha e foram cercados pelos alemães. Travaram um combate muito forte, tanto que os alemães enterraram os três e colocaram, em cima, uma cruz com um escrito: “Três bravos brasileiros”. E não era comum o soldado alemão fazer esse tipo de honra, chamada honra militar, aos inimigos. Geralmente eles deixavam lá, mas, aos brasileiros, eles fizeram: “Três bravos brasileiros”, que faleceram para a liberdade.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui mais um detalhe para mostrar os meninos, claro, com pesquisa dos nomes e de como aconteceu todo o combate etc.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui Castelnuovo, de Vergato.

Próximo *slide*, por favor.

Quero mostrar o que está escrito na placa: “Muitos soldados do heroico Exército brasileiro tombaram aqui para libertar uma terra que não era deles. O sa-

crifício deles não pode e não deve ser esquecido (21 de junho de 98). Prefeitura de Vergato”.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui também os brasileiros combateram valorosamente. E aqui também, nos 60 anos, fizemos uma série de solenidades muito importantes.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui é uma homenagem de uma pessoa que construiu um meridiano, um relógio solar, marcando com linha vermelha o dia 3 de março, em que os brasileiros libertaram a vila onde ele morava, e mora ainda hoje.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui, um detalhe sempre para mostrar.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui, o que eu estava dizendo: “no dia 3 de março, foi libertada pelos brasileiros”.

Aqui, como foi detalhado, o trabalho do Giuseppe Gandolfi. Porque há muitas pessoas que se dedicam hoje em dia a esse tipo de pesquisa e realização de coisas a favor dos brasileiros.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui estamos em Montese. Dá para ver o tamanho da neve lá em cima. Montese é a cidade onde o Giovanni mora. E, olhando bem esse chafariz, dá para ver os buracos que são buracos de bala e estilhaços de granadas. Porque Montese era o último reduto dos alemães, em que eles mantinham a vantagem da posição. Quem domina o morro, quem domina o topo de um monte domina o vale. E, a partir daqui para frente, os alemães perderam essa vantagem.

Próximo *slide*.

Aqui mais um monumento dedicado pelo Lions dos Apeninos de Montese, pela população de Montese, a prefeitura de Montese – não é apenas uma coisa da prefeitura, é da população.

Próximo *slide*.

Aqui o Max Wolf, considerado o maior herói da Força Expedicionária Brasileira, com clara descendência de alemães. E aqui é o lugar onde ele faleceu. Tem um busto que está lá na sala de um museu em Montese.

Próximo *slide*.

Aqui é a sala dedicada à FEB, com todo material da coleção do Giovanni Sulla. Esse é todo o material que ele emprestou ao museu para realizar essa sala.

Próximo *slide*.

Mais uma visão do que era uma posição de rádio, de comunicação da época. Isso é uma homenagem ao meu pai, que era da área de comunicação.

Próximo *slide*.

Aqui, Zocca, mais uma cidade libertada pelos brasileiros.

E aqui o General Enzo Peri, atual comandante do Exército brasileiro, originário dessa cidade.

Próximo *slide*.

Aqui, em Pontescodogna, a FEB aprisionou uma divisão inteira alemã. Eram 17 mil soldados alemães que se renderam à Força Expedicionária Brasileira. E aqui está esse monumento, uma pedra, apenas para lembrar, mas uma pedra fundamental para a democracia.

Próximo *slide*.

Aqui os detalhes das placas.

Próximo *slide*.

Aqui fizemos a pesquisa sobre todos os soldados que lá faleceram, para que sejam justamente homenageados. Isso foi feito em 2006.

Próximo *slide*.

Essa é a primeira homenagem aos brasileiros erguida na Itália. Lá está escrito no meio “À Brigada *Partigiana* e soldados brasileiros das forças aliadas.”

Isso foi em 66, o primeiro marco onde os brasileiros estavam presentes.

Próximo *slide*.

Aqui em Neviano di Rossi, outro lugar significativo, porque aqui houve a tratativa entre os brasileiros e os alemães. Os brasileiros intimaram a uma rendição incondicional os alemães, que, depois de pequenos combates, se convenceram de que era melhor, para poupar vidas, se render às forças aliadas – no caso, aos brasileiros.

Próximo *slide*.

Aqui é uma placa em homenagem ao João Baptista Mascarenhas de Moraes, ao então Coronel Nelson de Melo e a Dom Alessandro Cavalli, arcebispo que auxiliou nas tratativas. Muitos falam que Dom Alessandro Cavalli foi o ungido por Deus para o término da guerra.

Próximo *slide*.

Aqui também os soldados que lá caíram, e a homenagem do Exército Brasileiro justamente.

Próximo *slide*.

Aqui é o gonfalon da Força Expedicionária Brasileira, que é levado nas solenidades, para mostrar a todos que a FEB esteve lá.

Próximo *slide*.

E aqui é uma placa que levamos com as autoridades italianas, a Prefeitura de Pistóia e a Província de Pistóia. Essa placa foi levada em homenagem aos brasileiros aqui no Rio de Janeiro, no Brasil, e foi o primeiro exemplo de homenagem levada até o Brasil. Não há outra.

Próximo *slide*, por favor.

Em cinco minutos vou terminar.

Aqui é uma outra do monumento.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui é o monumento dedicado à Força Aérea Brasileira, que também participou da luta em solo italiano. O 1º Grupo de Caça, que era agregado ao 350th

Fighter Group dos aliados, cumpriu 2.500 missões em pouco menos de oito meses.

Próximo *slide*.

Essa também é uma devida homenagem ao lugar onde caiu o primeiro avião de John Richardson Cordeiro e Silva, também descoberto pelo Giovanni Sulla, que dedica a própria vida a esse tipo de pesquisa.

Próximo *slide*.

Aqui acabou a apresentação.

Só há mais umas fotos.

Isso aqui é quando foi colocado o soldado desconhecido, em maio de 67. Aquele menino com o chapéu vermelho sou eu. Quando as pessoas perguntam há quanto tempo estou aqui, digo: “Estou aqui desde que nasci”. Nasci em 59, o monumento foi construído em 65. Meu pai é aquele ao meu lado, Miguel Pereira. Quando ele veio a falecer, deixei o meu trabalho para continuar a missão dele. Meu pai sempre disse: “Meu trabalho é uma missão e, como tal, tem que ser feita”. Aí, eu deixei meu trabalho, porque eu não conseguiria ver ninguém lá chefiando o monumento, fazendo pesquisa etc. Ninguém que fosse melhor que eu. Desculpem... (Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRIO PEREIRA – É, com mais amor.

Próximo *slide*.

Essas são as coroas deste ano, na nossa solenidade de dez dias atrás.

A próxima, acredito... (*Pausa*.)

De vez em quando encontro lá num papelzinho com um ramalhetezinho de flores pequenininho com uma frase escrita. Essa é a homenagem do povo italiano.

Eu acredito que o Brasil deveria dar mais atenção a esse tipo de coisa, porque, repito e concluo minha exposição, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com a Força Expedicionária Brasileira e os pilotos do 1º Grupo de Caça, levou para lá uma nova esperança que os italianos não tinham mais. Foi uma coisa muito, muito importante.

Obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Professor Sulla, quer fazer uso da palavra.

O SR. GIOVANNI SULLA – Um minuto. Desculpem-me falar em “portuliano”, mas falarei com o coração.

Estou muito contente, sou muito entusiasmado por estar aqui. Por quê? Porque sou um italiano, que não tive a sorte de ter um pai expedicionário – e não sou da época da guerra, tenho 45 anos –, mas porque sou entusiasta da FEB e do Brasil. Para mim, o Brasil não é praia, Maracanã ou samba; o Brasil é 25 mil e 300 garotos que foram ao combate por minha

liberdade e minha democracia. O Brasil, para mim, é gente que deixou o próprio trabalho, a própria família, gente brasileira. Mas que Brasil! Estavam na FEB na melhor época da vida. Lá estavam italianos, alemães e poloneses que foram mandados, mas o único país da América do Sul, entre outros países da América do Sul, que faziam mesmo conspiração com nazista, foi o único país que mandou 25 mil homens para combater no meu país, na minha democracia.

Bom, gente, desculpem-me. Fico muito emocionado quando falo disso.

Sou um apaixonado pela FEB. A gente da minha terra – e moro na cidade de Montese, perto de Módena e de Bolonha – é uma das mais ricas da Itália, hoje, e mesmo da Europa, mas, sem vergonha, pode-se falar que, se não havia o carinho do soldado brasileiro, se não havia o coração do soldado brasileiro, não haveria nada disso.

Muita gente lembra ainda o sorriso do soldado brasileiro, a comida do soldado brasileiro, a roupa, e toda essa gente, quando vai encontrar o fazendeiro que me deu o capacete, o material, fala: “Giovanni, quando você encontrar um veterano da FEB no Brasil, quando chegar à Itália o veterano da FEB, diga-lhe: Obrigado, obrigado, porque foi o Exército aliado que fez a melhor coisa, mas, sobretudo, uma esperança”. E, hoje, posso falar como homem livre porque há 67 anos, na minha terra, veio combater essa gente brasileira maravilhosa! A cobra vai sempre fumar!

Obrigado. Desculpem-me, estou emocionado. E desculpem meu horrível “portuliano”.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu que quero agradecer.

Vocês certamente não sabem, mas acho que este dia foi oportuno para ouvirmos isso, porque, hoje de manhã, a televisão deu como grande fato histórico brasileiro a prisão de um traficante de drogas. E, de fato, nas condições do Brasil de hoje, é triste dizer, mas é histórica a prisão de um traficante.

Mas essa que é a verdadeira história que fizemos e da qual nós nos deveríamos orgulhar.

O SR. GIOVANNI SULLA – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então, quero agradecer muito a presença de vocês.

Mas eu queria um pouco mais de história, porque isso passa na televisão. Eu queria que nos mostrassem ali, no mapa da Itália, onde aconteceram os combates. Pistóia está ali, escrito, mas onde foi mais?

O SR. MÁRIO PEREIRA (*Intervenção fora do microfone.*) – Bom, Pistóia é aqui; e era o QG das Forças Expedicionárias Brasileiras. Os brasileiros chegaram

por (...) vindos do Brasil, depois foram deslocados nesse setor aqui...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não tem um microfone para ele?

O SR. MÁRIO PEREIRA (*Intervenção fora do microfone.*) – Ficaram aquartelados aqui. Aqui que começaram os combates, em Massarosa e o maior em Monte Prano. Depois de Monte Prano, eles passaram a combater no Vale do rio Serchio. Combateram até o dia 30 de outubro.

O SR. GIOVANNI SULLA (*Tradução livre.*) – É preciso, Mário, recordar a Linha Gótica, que é muito importante. Desculpem-me.

O SR. MÁRIO PEREIRA (*Intervenção fora do microfone.*) – Onde é que eles se chocavam com os alemães? Na Linha Gótica. A Linha Gótica não era mera linha, mas era um sistema defensivo de vinte e cinco a trinta quilômetros, muito bem fortificada, com placas de concreto, com abrigos construídos na montanha, muito bem camuflados, que não eram visíveis, claro, pelos aviões. Então, eram muito difíceis de ser localizados. Também eles costumavam disparar bem pouco para não deixar ver de onde eles estavam atirando. O soldado alemão era, naquela época, o melhor soldado do mundo.

Depois do Vale do rio Serchio, os brasileiros lutaram aqui. A Linha Gótica cortava a Itália assim, nesse sentido. Os brasileiros combateram inicialmente aqui, depois as grandes batalhas foram aqui, em Monte Castello, Montese e Castelnuovo de Vergato, que é bem nos Apeninos, no lugar em que os alemães haviam escolhido para ser o limite sul do 3º Reich.

Eles já sabiam que iam perder a Segunda Guerra Mundial, mas eles sabiam que, resistindo aqui, estariam trocando tempo por espaço. Então eles tinham fortificado...

Depois do armistício de 43, em 8 de setembro de 43, em que a Itália se dividiu em duas partes, uma grande parte, que ficou do lado dos aliados, e uma pequena parte de fascistas, que ficou do lado dos alemães.

Os combates foram mais ou menos aqui, mais ou menos nessa direção e, depois, os brasileiros prosseguiram até Alessandria, Turim e depois até a divisa com a França, mais ou menos aqui em Susa, onde eles, os franceses, que tinham sido invadidos pelos italianos, tinham tomado conta de uma parte do solo italiano. Chegou lá o Capitão Pitaluga, do 1º Esquadrão de Reconhecimento da FEB, e, olhando os mapas, viu que os franceses tinham tomado conta de uma parte do solo italiano e mandou recuar os limites até o lugar certo.

Tenho que dizer que o Brasil, naquela época, podia ter “caído do lado errado”, digamos assim, me passa esse termo, porque o Brasil estava sendo go-

vernado por um ditador, que era o Getúlio Vargas, que tinha muita simpatia por Mussolini, por Hitler. Ele os admirava muito! Depois, por uma série de causas, a maior delas foi o afundamento de 32 navios mercantes na costa do Brasil, o povo se levantou e quis mostrar a própria força. Entrou em combate lá na Itália, justamente como o Giovanni disse, com muitos descendentes de italiano, pois todos sabemos que, no Brasil, a descendência italiana é muito grande, e também alemães e os brasileiros, nesse setor, onde combateram...

Eu digo sempre: nos outros setores onde combateram os ingleses, os norte-americanos, os poloneses, os marroquinos não há um monumento dedicado pela população local àquela força que os libertou. Porque os brasileiros chegavam lá e, além de combater, davam uma ajuda. Eles entendiam na hora o drama que a população estava passando. E isso, ainda hoje, é matéria de estudo, porque ainda hoje o Exército Brasileiro tem uma empatia muito forte com a população que ocupa os lugares onde eles vão atuar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Uma pergunta: onde nasceu Romano Prodi?

O SR. MÁRIO PEREIRA – Em Bolonha.

O SR. FABRIZIO GIBERNA – Não, em Módena.

O SR. GIOVANNI SULLA – Não, em Scandiano.

O SR. MÁRIO PEREIRA – Mais ou menos nessa área aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É aí que ele diz que o primeiro negro que ele viu na vida foi um brasileiro caminhando pela rua, libertando...

O SR. MÁRIO PEREIRA – Outra coisa que distinguia os brasileiros, por exemplo, é que o exército norte-americano tinha tropas pretas e tropas brancas e as duas não estavam misturadas. Os brasileiros chegavam lá todo mundo misturado, e isso chamou a atenção do povo e dos outros exércitos.

O SR. GIOVANNI SULLA – Coisa muito impressionante! Falando em Linha Gótica, nessa área havia meio milhão de minas anti-homem. Em poucas palavras, o que falou justamente o Mário, aquela área ali são poucas quilômetros de distância, a linha da área são mais ou menos 30km, os aliados ficaram ali de setembro a abril e maio de 45. E a primeira Divisão que abriu a porta para a vitória final no Vale do Pó foi a 1ª Divisão Expedicionária da FEB. Até mesmo o Comandante do 4º Corpo, o General Crittemberger, norte-americano, falou disso.

Outra coisa, voltando ao discurso do ex-Presidente Prodi, impressionou-me que, durante uma cerimônia em que eu estava com meu grupo de historiadores, o fato de que ele, ao ver na minha farda o lema “a cobra que fuma”, juntamente com seu irmão Vitório, chora-

ram, porque se recordaram do primeiro chocolate que encontraram.

Ainda outro Senador italiano, Mirko Tremali, um jovem fascista de 16 anos, deve a própria vida à turma brasileira. Ele trocou a sua vida por uma lata de café com um *partigiano*. Ele, de volta a Roma, disse: “Devo dizer obrigado à turma brasileira que salvou minha vida”.

A realidade é que essa relação, a que justamente se referia o Mário, era muito grande, ajudada pela língua, porque o português e o italiano são muito similares, e pela religião, porque o catolicismo era muito presente. Aquele jeitinho latino fazia com que a família e a gente italiana se dessem muito bem com o soldado brasileiro. E, assim, houve cinquenta casamentos entre soldados brasileiros e mulheres italianas.

Tudo isso fez a história.

O SR. MÁRIO PEREIRA – A história é muito grande, muito vasta.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Aqui, dizemos: “*Siamo tutti italiani*”.

Quero agradecer muito a presença aos senhores, ao Professor e ao artista Fabrizio. Foi uma verdadeira aula que os senhores nos deram e que a televisão passa para a nossa juventude, para lembrar os nossos heróis.

Vou levar ao Presidente Collor, que é o verdadeiro Presidente desta Comissão, a ideia de fazermos alguma coisa para os pracinhas que ainda estão vivos e que merecem todo o nosso respeito.

O SR. MÁRIO PEREIRA – Seria um grande presente para eles. Vou adiantar, nesta assembleia, que estamos programando para o próximo ano, para maio de 2012, o Encontro Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, que será realizado na Itália, em Pistóia, e nos lugares em que eles combateram. Acredito que essa é uma ótima ideia: o Governo brasileiro deveria fazer um esforço para fazer com que o maior número possível de pracinhas participasse desse encontro. Devido à idade – desculpem-me falar uma coisa dessas –, talvez, essa seja a última possibilidade de eles reverem os lugares em que combateram.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não posso prometer isso, porque não sou parte do Governo, embora seja do grupo de apoio.

O SR. MÁRIO PEREIRA – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas creio que, juntamente com o Presidente Collor, a quem vou levar esse pedido, poderemos defender isso no Ministério e junto à Presidenta Dilma.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Em primeiro lugar, quero cumprimentá-los pela aula maravilhosa a respeito da participação brasileira na Itália e do ato de bravura desses homens, desses jovens, que continua sensibilizando, como foi demonstrado, o povo italiano, as pessoas que reverenciam a coragem e a bravura desses nobres brasileiros que perderam a vida em defesa da democracia.

Eu só queria acrescentar que há outra parte. Houve dois esforços de guerra em 1945: um deles foi representado pelos que foram para frente de batalha, que foram os integrantes da Força Expedicionária Brasileira; outro esforço de guerra foi representado pelos soldados da borracha, que vieram do Nordeste brasileiro para a Amazônia, especificamente para o Acre, para a produção da borracha, que foi fundamental, inclusive, para a garantia do suprimento das forças aliadas.

Então, tivemos uma participação ultraespecial tanto na frente de combate, quanto nas florestas amazônicas, onde o número de baixas foi infinitamente maior.

O SR. GIOVANNI SULLA – Fala-se de 60 mil mortes por malária. É uma coisa incrível!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. GIOVANNI SULLA – E todo o exército norte-americano e inglês viajava sobre a borracha brasileira. Porque os japoneses haviam conquistado a Malásia, Burma. E uma das maiores contribuições para a vitória dos Aliados foi a borracha e a carne do Brasil. Nos exércitos dos Estados Unidos e da Inglaterra, toda a ração era de carne brasileira.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Excelente.

Gostaria de dizer que nós, acreanos, fomos catequizados por italianos, porque os padres italianos chegaram à frente. Tivemos a morte do Bispo Dom Giocondo Maria Grotti, em 72, mas continuamos tendo lá um ícone da defesa da floresta no Brasil e no mundo, que é o Padre Paolino Baltazar, de Bolonha. Ele está hoje em Sena Madureira, no Acre. De tal maneira que nós poderíamos pensar em levar essa exposição para algum evento no Acre, porque há muitos remanescentes dos soldados da borracha no Acre, e seria muito emocionante juntar as duas pontas dessa história, que precisa ser contada para os brasileiros, principalmente para os mais jovens. É muito interessante que as pessoas entendam a complexidade da contribuição do Brasil para a vitória das Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial.

O SR. GIOVANNI SULLA – Enviarei um artigo muito raro da *Life* norte-americana, que encontrei como colecionador, que fala da “guerra da borracha”. Os norte-americanos deram muita importância a essa

guerra, tanto que publicaram um artigo maravilhoso só para a *Life*, que eu encontrei como colecionador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço aos senhores. Foi um marco para nós.

Muito obrigado.

O SR. GIOVANNI SULLA – Muito obrigado a vocês. (*Pausa.*)

(Manifestações fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Retomo a nossa reunião para a segunda parte da pauta.

Antes, quero agradecer ao Senador Heráclito Fortes, que, mesmo sem estar como representante do Piauí nesta Casa, proporcionou-nos esta manhã. Foi iniciativa dele fazermos essa reunião. Ele teve a sensibilidade – não sei o que fez despertar para isso –, e confesso que foi uma surpresa muito boa para todos nós.

Nós vamos entrar agora na apreciação de escolha de autoridades.

ITEM 1

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 133, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

Antes de chamar o Diplomata Ruy Carlos Pereira, eu quero convidar o Embaixador Samuel Guimarães, que também está aqui, para que se sente à Mesa, por tudo que fez pelas relações exteriores brasileiras ao longo de oito anos.

Antes, ainda, quero convidar o Senador Mozarildo para presidir esta reunião, porque sou o Relator. Embora já tenha lido na última sessão, creio que o Regimento exija que eu não fique como Presidente durante a sabatina.

Senador, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Bom, o Senador Cristovam já convidou o Embaixador Samuel Pinheiro para tomar assento à Mesa.

Convido, então, o Embaixador Ruy Carlos para também tomar assento à Mesa.

Informo ao Embaixador indicado que o tempo destinado à exposição será de quinze minutos, com tolerância de mais dois minutos. No final da exposição, será concedida a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar o indicado, conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Embaixador Ruy Carlos Pereira para fazer sua exposição.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de inicialmente cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, e o Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque, que me concedeu a honra de relatar a Mensagem da Senhora Presidenta da República ao Senado Federal. Peço a V. Ex^{as} que transmitam ao Presidente Fernando Collor meus melhores cumprimentos, na sua qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Exm^{as} Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; Exm^o Sr. Alto Representante-Geral do Mercosul, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que me honra com sua presença; estimados colegas; queridos amigos, senhoras e senhores é um grande privilégio submeter-me ao mandato constitucional de apresentar-me a V. Ex^{as} para sua alta apreciação da Mensagem ao Senado Federal, pela qual Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, Presidenta da República, houve por bem conceder-me a honra de considerar, com base em proposta do Exm^o Sr. Embaixador Antonio Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a nomeação para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercado Comum do Sul, Mercosul.

Sinto-me especialmente gratificado pela coincidência de que minha arguição nesta Comissão ocorra na Presidência do Exm^o Sr. Fernando Collor, que há 20 anos, em nome do Brasil, foi o signatário do Tratado de Assunção, ato fundacional do Mercosul, aprovado por unanimidade pelos Parlamentos dos quatro países-membros do Mercosul. Registro também que esta reunião se dá na gestão do Presidente José Sarney como Presidente desta Casa.

A história do Brasil tem uma de suas páginas mais destacadas na segunda metade do século XX, na corajosa decisão do então Presidente da República, José Sarney, de dar início, em 1986, ao Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina, marco das relações do Brasil com aquele país, que pode ser considerado como berço, a gênese do Mercosul.

Assim, com a perspectiva da história recente do País, referir-se a Fernando Collor e a José Sarney como próceres da integração não é exagero.

Tenho especial satisfação de que o Exm^o Senador Cristovam Buarque me tenha concedido, como já disse, a honra de relatar a mensagem sobre minha indicação.

Caso mereça a aprovação de V. Ex^{as} e do Senador Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores, estarei culminando uma carreira de mais de 35 anos de serviço público no Itamaraty, quase todos dedicados à integração sul-americana, em especial, à construção do Mercosul.

Minhas atuais funções como Cônsul-Geral do Brasil em Montevideu serviram para mostrar-me que fazer integração e construir o Mercosul só é possível e será duradouro se tiver as pessoas, as gentes, os cidadãos e as cidadãs dos quatro países como foco central, como objeto principal.

Passaria a estruturar, portanto, a minha apresentação a V. Ex^{as} focado em três elementos: o significado e a importância da Aladi para o esforço de integração que o Brasil desenvolve na região; a mesma coisa para o Mercosul; e o papel indispensável e importantíssimo que eu entendo deva ter o Congresso Nacional no avanço dessa tarefa.

Não cabe recordar, mas o farei, que a integração dos povos da América Latina é um mandato constitucional no Brasil. Está no art.4.º da Constituição Federal. Também a Constituição estabelece um papel central para o Congresso Nacional nas relações internacionais do Brasil e não podia ser de outra forma porque aqui está a vontade do povo, daqui emana o poder em nome do povo e é aqui que ele é exercido em nome do povo.

Esse mandato constitucional de promover a integração da região, da América Latina, encontra, no Mercosul e na Aladi, dois dos seus principais âmbitos de atuação. Na Aladi, porque é a associação de integração regional que tem a maior amplitude geográfica e a maior população se pensarmos no conjunto dos seus países integrantes, Sr. Presidente. Foi na Aladi que nós aprendemos a fazer integração. A Aladi, como todos se lembrarão, é a substituta ou é a herdeira jurídica da Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), que teve a sua gênese acertada entre os países membros da América do Sul naquele momento e da América Latina, porque o México também estava, lá nos idos de 1960. Portanto, Exm^{os} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, o Brasil e os demais países membros da Aladi, há meio século, aprendemos a fazer e fazemos integração nessa associação com sede em Montevideu.

Há um segundo elemento muito significativo para o papel da Aladi. A Aladi é a única associação de integração e de expansão e diversificação de comércio, como parte de elemento de integração, que tem uma licença do GATT, antecessor da OMC, para não estender as preferências comerciais que os seus membros

se concedem reciprocamente aos demais países do mundo, ou seja, para a não aplicação da chamada Cláusula de Nação Mais Favorecida. É essa blindagem que nos permite a nós, por exemplo, fazermos as negociações e concedermos as preferências comerciais recíprocas ou não que nos damos, por exemplo, no âmbito do Mercosul. Nesse sentido, é muito importante ter presente que não seria possível ter o Mercosul se não tivéssemos a Aladi. E, já que falei em Mercosul, passaria então a tratar do próprio.

O Mercosul é a experiência de integração mais profunda e mais abrangente que conhece o Brasil. Disso são eloquentes sinais a extraordinária expansão do comércio intrarregional. O comércio intrarregional, Sr^{as} e Srs. Senadores, cresceu de US\$1 bilhão, em 1990, um ano antes da assinatura do Tratado de Assunção, para US\$44 bilhões, em 2010. Foi multiplicado por 44 vezes em 20 anos! É um fenômeno extraordinário. Tem especial importância para o Brasil e tem especial importância para a indústria brasileira, porque, para o Mercosul, nós exportamos o maior percentual de bens com alto valor agregado das nossas vendas para o exterior; 93% do que vendemos no Mercosul é produto de alto valor agregado. Para o mundo, nós vendemos pouco mais de 50%, pouco menos de 53%. Portanto, o campo preferencial para afirmação da pujança, da vitalidade, do dinamismo da indústria brasileira não é o mundo, é o Mercosul. E esse é um dado importantíssimo, que deve ser levado em conta.

Também o Mercosul é um preferente destino dos investimentos diretos brasileiros no exterior, que é uma tendência relativamente recente da economia nacional a internacionalização das empresas brasileiras. Se a Aladi é a escola da integração, o Mercosul é a escola da internacionalização das nossas empresas. Em geral, começa pelo Mercosul o esforço de projeção externa das nossas empresas.

Esse *tsunami* que se aproxima e que é embalado pela crise financeira e econômica na Europa – hoje, os jornais brasileiros dão conta dos dramas italianos que se somam à tragédia grega, que, aliás, é apropriadamente uma tragédia grega – vai, certamente, ressaltar a importância extraordinária do Mercosul para a manutenção da vitalidade e do dinamismo da economia brasileira e, por extensão, da economia dos nossos três sócios, Sr. Presidente. Estou absolutamente convencido de que é a plataforma econômico-comercial extraordinária que o Mercosul oferece para a produção brasileira que nos permitirá, em grande medida – esta não será a única razão –, sobreviver a essas ondas gigantescas de desastres que se aproximam, embaladas na crise econômico-comercial dos países centrais do mundo desenvolvido.

Há um grande desafio dentro do Mercosul, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, que é a chamada questão das assimetrias. As assimetrias existem, e algumas são insuperáveis, como, por exemplo, as assimetrias em tamanho de território e em tamanho de população. Mas há muitas outras assimetrias que são superáveis e que, em geral, têm a ver com elementos econômicos ou sociais, por exemplo no que diz respeito à estrutura tributária de cada um dos quatro países – esse é um exemplo. Outro exemplo diz respeito ao conjunto de incentivos que cada um dos quatro países oferece à localização de investimentos estrangeiros diretos no seu respectivo território. São exemplos de assimetrias.

Mas há outras assimetrias muito mais significativas, no meu entender, e, nesse sentido, os meus cinco anos como Cônsul Geral do Brasil em Montevideu muito me ensinaram, apesar de eu, há 25 anos, trabalhar com integração: são as assimetrias que dizem respeito à vida, à situação das pessoas, ou seja, são as assimetrias que se encontram no sistema público de ensino, são as assimetrias que se encontram no sistema de saúde pública, são as assimetrias que se encontram, por exemplo, no mercado de trabalho, são as assimetrias que se encontram nos instrumentos de capacitação da mão de obra. E há muitas outras assimetrias que dizem respeito à possibilidade de construção de vida próspera e feliz de cada um de nós.

Essas assimetrias têm uma tradução material muito relevante, que é a questão das assimetrias em infraestrutura. Não há possibilidade de fazer avançar a integração sem integração de infraestrutura física, sem interconexão de comunicações, de estradas e de ferrovias, sem a adequada preparação de portos e de aeroportos. E as burocracias dos Estados fazem com que essas interconexões sejam úteis e operacionais para os operadores privados, para os empresários, para os trabalhadores, para os comerciantes.

No Mercosul, há um instrumento singular de preferente atuação na área da luta contra as assimetrias, que é o chamado Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que se inspirou nos fundos de compensação que ainda existem na Europa e que permitiram justamente, na formação da Comunidade Europeia, a elevação da capacidade de integração ao centro do bloco dos países da periferia da Europa. Falo da Espanha, falo de Portugal, por exemplo, no seu momento. O Focem se inspirou nesses exemplos, mas supera esses exemplos e se afirma sobre esses exemplos, porque se destina efetivamente a operações que tenham como sede os territórios do Paraguai e do Uruguai, mas é financiado, sobretudo, pelo Brasil e pela Argentina. Ou seja, há uma relação inversa entre quem

aporta o recurso e quem recebe o benefício, e isto é uma característica específica e singular do Focem.

O Congresso Nacional, Sr^{as} e Srs. Senadores e Sr. Presidente, tem um papel fundamental, porque 70% do aporte dos recursos regulares do Focem é feito pelo Brasil, e o aporte anual de recursos regulares ao Focem é de US\$100 milhões. Portanto, o Congresso Nacional tem um protagonismo insuperável, porque, ao aprovar os recursos orçamentários do Brasil, terá que aprovar a parcela desses recursos que o Brasil dedicará aos fundos desse Focem. É muito importante, nesse sentido, e é insubstituível a participação do Congresso Nacional nesse poderosíssimo instrumento de luta do Mercosul contra um dos seus grandes desafios.

Queria resumir – creio que ainda tenho algum tempo – uma visão do papel do Brasil no Mercosul, porque há sempre as perguntas: “O que fazemos? Por que estamos? Que vantagem extraímos? Por que o Mercosul é importante para nós?”

Queria recordar a minha absoluta convicção, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que o Brasil é o verdadeiro motor do Mercosul, é preciso ter presente isso. Somos a maior unidade do conjunto, sob qualquer ângulo de vista, qualquer perspectiva. E, nesse sentido, não há Mercosul sem o Brasil, e o Mercosul não será o que o Brasil não quiser que seja, não só pelo nosso peso específico, que é extraordinário, como pelo fato de que, felizmente, os mecanismos do Mercosul funcionam, como todos sabemos, à base do princípio do consenso. Portanto, se os pequenos podem, digamos, obstaculizar decisões, os grandes também podem.

Então, temos aí uma espécie de dupla incidência sobre o futuro e o caminho do Mercosul. Depois, é preciso ter presente que, nos tempos contemporâneos, em tempos de globalização, os países, individualmente considerados, perdem cada vez mais seu papel no cenário internacional. Hoje, há muito poucos países que contam por si só no mundo, pouquíssimos, menos que os dedos de uma mão, porque, hoje, o que vale, cada vez mais, é a região, e o drama que estamos observando acontecer todos os dias na Europa não é mais do que a confirmação dessa assertiva, porque, se fossem países individualmente considerados os atores relevantes do cenário internacional, ninguém estaria se preocupando com a crise na Grécia, e muito menos com a crise na Itália.

Porém, essa não é mais a realidade contemporânea, e, nesse sentido, o Mercosul dá ao Brasil uma estatura no cenário internacional, uma condição de interlocução no cenário internacional que, sozinho, o Brasil não teria. Nesse mundo novo das regiões, nesse mundo novo da globalização, país individualmente considerado, que não seja uma potência militar de

alcance global, não tem relevância. Nesse sentido, o Mercosul é fundamental, no meu entender, para os interesses do Brasil.

Depois, o dinamismo da economia comunitária é baseado, sobretudo, na vitalidade da economia brasileira, e, nesse sentido, nos dá uma responsabilidade extraordinária e também nos dá oportunidades extraordinárias, porque, como vemos, à luz do tsunami que se aproxima, se levantarmos os diques corretamente, certamente seremos o país da região que mais se beneficiará dos próximos meses ou anos, sem esquecer os desafios extraordinários que advirão da ascensão da China no cenário internacional.

Se digo tudo isso a V. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de acrescentar um elemento de convicção profunda que criei nesses cinco anos de trabalho, pelo Brasil e pelos brasileiros, no Consulado-Geral do Brasil em Montevidéu. O que falta ao Mercosul, sobretudo, é um rosto, uma fotografia, uma carteira de identidade. Um país grande como o Brasil percebe, dentro de si próprio, que há muito mais conhecimento e reconhecimento da importância do Mercosul no sul do Brasil que no norte, por razões que poderemos examinar depois, se V. Ex^{as} me permitirem e tiverem interesse, mas o fato é que é preciso dar um sentido de pertencimento ao Mercosul às nossas populações. O Mercosul abriu esse exercício por iniciativa do Brasil, na reunião de cúpula de Foz do Iguaçu, no Paraná. Está aqui o Senador Requião, que, certamente, estava acompanhando isso de muito perto, em dezembro de 2010. Nesse momento, decidiu-se implementar um programa de instauração da cidadania no Mercosul.

O Alto Representante-Geral do Mercosul, que me honra com sua presença nesta Mesa, Sr. Presidente, é diretamente encarregado, pelos presidentes do Mercosul e pelo Conselho do Mercado Comum, de conduzir esse processo. Uma implementação progressiva, para os próximos dez anos, da construção da cidadania do Mercosul, de maneira que, quando o Tratado de Assunção faça 30 anos, tenhamos um cidadão do Mercosul. Além de termos uma economia do Mercosul, além de termos uma infraestrutura do Mercosul, teremos uma cidadania do Mercosul.

O rosto do Mercosul não se fará sem progressos reais em educação, cultura, saúde e direitos humanos, dentro do Mercosul e dentro de cada país do Mercosul, e porque exatamente estamos abrindo esse novo caminho, porque estamos exatamente nos dedicando à construção, nos próximos dez anos, de uma cidadania comunitária, é que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou absolutamente convencido de que não há como avançar na integração sem o aporte decisivo do Congresso Nacional, porque aqui é que im-

pera a cidadania brasileira e é daqui que poderemos oferecer os impulsos, os subsídios, os elementos para a construção dessa cidadania comunitária.

Nesse sentido, a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, que tem como Presidente o Senador Requião, aqui presente, é fundamental. O diálogo entre o Congresso Nacional e o Parlamento do Mercosul é essencial, Sr. Presidente, e, sobretudo, o diálogo e a ação conjuntas do Parlamento e do Executivo brasileiros é essencial, sobretudo nesse momento em que vamos avançar para a construção da cidadania comunitária; ou seja, é preciso dar mais legitimidade ao processo de integração, e o Parlamento é a fonte dessa legitimidade.

Com isso, Sr. Presidente, vou resumindo e terminando a minha intervenção. A minha convicção profunda, caso V. Ex^{as} julguem que eu mereça a aprovação do Senado Federal para o exercício dessa alta missão que a Sr^a Presidenta da República me encomenda, é de que é inadiável avançar rapidamente na implementação do estatuto da cidadania do Mercosul, é urgente aprofundar os mecanismos da união aduaneira do Mercosul, porque nos dará condições de resistir a esse *tsunami* econômico-financeiro que se aproxima, é indispensável fazer com que as vantagens da participação do Brasil no Mercosul se estendam a todas as regiões do País.

Se me permite, Senador, outro dia estava – um minutinho, Sr. Presidente – fazendo compras em um supermercado em Montevidéu e fui comprar uvas. Encontrei uvas sem sementes e comprei um pacotinho. Isso há três semanas. Para minha surpresa, a caixa das uvas era de Pernambuco, as uvas vinham de Pernambuco. Onde se poderia imaginar que, sem as vantagens de acesso a mercado de um Mercosul, eu e qualquer consumidor poderíamos encontrar, em outubro, em Montevidéu, uvas de Pernambuco. Em um país de clima temperado. E vendidas a um preço, digamos assim, que valia a pena comprar, mas que não eram, de forma nenhuma, baratas. E o mesmo acontece com manga, mamão e abacaxi, que são importados, continuamente, do Brasil.

É indispensável fazer com que as vantagens da participação do Brasil no Mercosul se estendam, efetivamente, a todas as regiões do País. A ALADI tem um papel insubstituível nessas dimensões, porque, repito, não só tem a maior amplitude populacional e territorial, como nos oferece uma blindagem contra a OMC, que é muito importante reter.

Por último, é indispensável aproveitar o Mercosul e transformá-lo em uma plataforma de expansão das políticas públicas que os governos brasileiros, quaisquer que sejam, tenham condições de aplicar, para

reduzir a miséria, a pobreza e as desigualdades no conjunto da região, porque não há rico que sobreviva envolvido por um cinturão de pobreza ou de miséria. A nossa prosperidade, o nosso desenvolvimento deve e tem que ser compartilhado com a prosperidade e o desenvolvimento de todos os nossos vizinhos, porque senão não é sustentável em longo prazo.

Se puder merecer, Presidente, a aprovação de V. Ex^{as} e do Senado Federal, terei legitimada a missão que me poderá ser encarregada e muito honrado ficarei, como servidor público, em especial como cidadão.

Muito obrigado e desculpe haver avançado um pouco no tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra aos Senadores, queria ler aqui um comunicado do Senador Pedro Simon, dirigido ao Relator, Senador Cristovam Buarque.

“Conforme já informei pessoalmente ao ilustre Embaixador Ruy Carlos Pereira, minha participação na Feira do Livro de Porto Alegre ocorrerá nesta data, lamentavelmente, portanto, coincidente com a sessão que a Comissão de Relações Exteriores delibera, com base no relatório de V. Ex^a, sobre a indicação do seu nome para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercosul.

Deixo consignado, desde já, o meu voto, que, embora secreto [ele diz aqui] é favorável.

Peço a V. Ex^a a gentileza de requerer que o Embaixador Ruy Carlos Pereira seja convidado a comparecer à Comissão de Relações Exteriores com o objetivo de discorrer, com os integrantes da Comissão de Relações Exteriores, sobre temas de interesse do Mercosul”.

Creio que ele já o tenha feito, mas, como é dirigido ao relator...

Antes de passar a palavra, que deve querer fazer uso... (*Pausa.*)

Não? Então, queria apenas, antes de passar a palavra aos Senadores, abrir a votação, já que vários Senadores, Embaixador, têm, ao mesmo tempo, de estar presentes em outras Comissões, e queremos ensinar que todos possam votar.

Coloco em votação, portanto, a decisão da Presidência de abrir a votação.

Todos concordam? (*Pausa.*)

Aprovado.

Aqueles que desejarem poderão, portanto, fazê-lo.

Inscreveu-se aqui para falar, como primeiro, o Senador Luiz Henrique, a quem concedo a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Exmo. Sr. Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, que nos honra com sua

presença aqui como um símbolo dessa massa crítica extraordinária, acredito que uma das melhores do País, que é o Ministério das Relações Exteriores.

Caro Embaixador Ruy Carlos Pereira, não sei se o senhor sabe, mas ambos nascemos na mesma cidade e temos uma circunstância idêntica: nós nascemos lá, mas não crescemos lá. Eu sou político de Joinville, as circunstâncias me levaram a Florianópolis e, depois, a Joinville; e V. Ex^a também não teve a oportunidade de viver e conviver em Blumenau. E há uma outra coincidência: daqui a pouco devo relatar a indicação do Ministro Roberto Colin para Embaixador em Pyongyang, e o Ministro Roberto Colin, sim, teve o privilégio de nascer, crescer e tornar-se adulto na nossa cidade Blumenau, que é uma das mais belas cidades deste País, e um pólo econômico muito forte, que era predominantemente têxtil, mas está se diversificando cada vez mais e tem o PIB mais elevado que muito países latino-americanos.

Eu quero saudar a indicação de V. Ex^a, não pela exposição que fez, mas pelo seu retrospecto como diplomata, pelo trabalho extraordinário que já fez na Aladi e as funções que exerceu no Itamaraty. Nós temos certeza de que V. Ex^a fará um trabalho muito profícuo junto ao Mercosul. E por isso, nós queremos cumprimentar o Ministro Patriota, por ter proposto a sua indicação.

Não vou fazer nenhuma pergunta, até porque a exposição de V. Ex^a já foi altamente esclarecedora. Apenas desejar, como conterrâneo, sucesso na missão que vai empreender.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Senador, com a licença do Sr. Presidente, eu queria dizer que é com especial satisfação que o revejo nesta sala, nesta oportunidade, porque antes já o havia visto. V. Ex^a era Governador de Santa Catarina, nós fizemos em Florianópolis uma reunião de vice-ministros de comércio, que foi a primeira reunião de preparação de uma das cúpulas da então Alca. Fizemos no prédio da Associação Industrial de Santa Catarina, na Fiesc, e justamente quero fazer aqui o registro da alegria e da satisfação de reencontrá-lo, porque não fosse o aporte da Fiesc e não fosse o aporte do Governo de Santa Catarina, então sob o seu comando, não teria sido possível fazer aquela reunião que marcou uma linha da participação do Brasil no processo de negociação da Alca, que acabou redundando da forma como redundou, porque justamente os elementos que nós estávamos oferecendo para a construção da Alca não foram considerados satisfatórios, nem de recibo, por parte de alguns dos parceiros mais importantes naquele momento do processo negociador.

Então quero dizer que, além de blumenauense e ter o orgulho de poder merecer as palavras que

mereci de V. Ex^a, lembro-me com grande satisfação dessa tarefa que fizemos, de certa forma juntos, se me permite dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Não só pelo discurso e pela retórica veemente, mas pelo exemplo de comportamento à frente do Consulado-Geral do Brasil no Uruguai, V. Ex^a, seguramente, terá a unanimidade dos votos desta Comissão.

Além de Embaixador do Mercosul, nos deveríamos conceder-lhe o título de orador oficial da representação brasileira, tal a veemência e a virilidade com que se expressou na reunião agora.

Quero aproveitar a oportunidade, Embaixador Ruy Carlos Pereira, para levantar aqui, publicamente, mais um assunto que é do seu conhecimento e é do interesse de todos nós.

O nosso discurso sobre o Mercosul, e quando falo em nosso falo do discurso do Governo brasileiro, é um discurso veemente. Nós estamos avançando numa posição firme para a consolidação do Parlasul, mas a prática não é semelhante ao discurso.

Há 18 anos, eu construí uma ponte entre o Brasil e a Argentina, entre Andresito, na Argentina, e Capane-ma, no Paraná. Construí essa ponte com a autorização da Assembleia Legislativa e, posteriormente, solicitei ao então nosso Ministro de Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, que legalizasse a ponte com o Menem, que era, no momento, o presidente da Argentina.

Fernando Henrique atendeu o meu pedido e a ponte foi legalizada, mas em 18 anos o Brasil não pôs essa ponte para funcionar. Há 18 anos nós não temos aduana e não temos Polícia Federal. Há 18 anos essa ponte permite um trânsito durante o dia, mas é fechada durante a noite.

Agora, estamos nós, aqui, na luta pela consolidação do Parlasul, consolidação necessária para reforçarmos a nossa posição diante dos mercados e da crise da Europa e dos Estados Unidos, e continua a mesma resistência do Governo brasileiro, porque eu não posso imaginar que a Receita Federal e a Polícia Federal se sobreponham ao próximo governo com suas vontades corporativas.

O que poderíamos, com a participação da sua representação e a força e a pressão do Parlasul, fazer para resolver esse problema?

Eu sei exatamente qual será a sua resposta. Eu só aproveitei a oportunidade para, mais uma vez, levantar publicamente este absurdo: 18 anos de ponte fechada, de comunicação possível impossibilitada pela ausência da participação do Governo do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – (...) as palavras iniciais de sua intervenção e quero lhe dizer, também, que a presença menos eficaz, ou menos frequente do que seria necessário ou desejável da parte de alguns dos órgãos do Governo brasileiro responsáveis pelo exercício do poder de controle das nossas fronteiras não é uma exclusividade, digamos, dessa localização.

No exercício das minhas funções como Cônsul Geral do Brasil em Montevideú, eu tive a oportunidade de trabalhar sob a liderança de dois colegas que são ambos de seu conhecimento: o Embaixador Felício, que é o atual Embaixador em Havana, e o atual Embaixador em Montevideú, João Carlos de Souza-Gomes.

Com ambos estabelecemos, com o beneplácito da Secretaria de Estado aqui em Brasília, um sistema de trabalho pelo qual o Consulado-Geral participa, efetivamente, sobretudo das questões relativas à fronteira do Brasil com o Uruguai. E por uma razão muito interessante, eu diria: dadas as características dessa fronteira bilateral, a fronteira Brasil/Uruguai é uma espécie de antevisão do êxito do Mercosul. Os problemas e as soluções com que as nossas populações, conduzidas, em grande medida, pelas decisões do Congresso Nacional, teremos com que lidar, dentro de 20 a 25 anos, se o projeto comunitário for exitoso – e eu creio pessoalmente que será –, esses problemas e essas soluções, em alguma medida, já são vivenciadas hoje na fronteira bilateral Brasil/Uruguai, assim como em outras, no caso do seu Estado com o Paraguai, e V. Ex^a conhece, muito melhor do que eu, as peculiaridades da fronteira e as qualidades e as características da fronteira bilateral Brasil/Paraguai. Eu conheço muito bem as do Brasil/Uruguai. E quero dizer-lhe que, por exemplo, há um passo fronteiriço, que é o passo de Aceguá, entre Brasil e Uruguai, onde também só muito recentemente conseguimos situar um destacamento de funcionários da Receita Federal e um destacamento de funcionários da Polícia Federal. Foi preciso uma luta, não de 18 anos, como menciona V. Ex^a, mas, no caso específico, de cinco anos, para fazer com que nós tivéssemos aí um destacamento.

O que quero lhe dizer, Senador, é que de minha parte, no exercício das minhas atuais funções ou no exercício das minhas novas funções, se V. Ex^{as} assim o decidirem, tenha V. Ex^a o compromisso de que terá um aliado na representação permanente do Brasil junto à Aladi e ao Mercosul.

Mas também quero fazer notar o seguinte: muitas vezes, os funcionários, e estou pensando nas pessoas que, dada a minha presença no Consulado-Geral, a minha referencia, normalmente, são os indivíduos, são as pessoas, muitas vezes, os funcionários, as pessoas

têm muito mais empenho em ultrapassar os limites das carências dos seus órgãos do que a gente pode, às vezes, imaginar. Então, eu proponho que façamos uma aliança, e eu já me ofereço como aliado, no sentido de suscitar os brios dos delegados e dos superintendentes desses órgãos da Polícia e da Receita, e outros, porque falta a Anvisa, por exemplo, faltam enfim os órgãos que são responsáveis pelo controle do passo fronteiriço – o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde, não é verdade? – para que nós consigamos, se Deus quiser, fazer com que dentro de pouco tempo V. Ex^a não necessite mais fazer esse registro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Lembro, Embaixador, que, à época em que eu era Governador do Paraná, os nossos funcionários eram extremamente briosos, mas eles atendiam às determinações do Governo do Estado. O que parece é que não há uma determinação do Governo Federal para que funcione o passo. E isso prejudica extremamente o comércio entre o Brasil e a Argentina. Porque, à noite, não funciona; de dia, precariamente. Então, para todo o tráfego, param todos os caminhões daqui pra lá e de lá pra cá.

Fiz uma indagação, recebi uma resposta da Casa Civil, dizendo que havia resistência da Receita e da Polícia. Eu não posso entender uma resistência dessa espécie por parte de uma corporação. Existe governo ou não existe.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Vamos trabalhar, Senador. O senhor tem um aliado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, pela ordem de inscrição, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero, aqui, cumprimentar o prezado Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Alto Representante do Mercosul que tão brilhantemente foi Secretário Executivo do Ministro Celso Amorim, por longo tempo, contribuindo tanto para o desenvolvimento das boas relações internacionais do Brasil e também como Ministro de Planejamento de longo prazo, também deu uma contribuição significativa, e a gora nos ajuda nessa missão junto ao Mercosul, e Embaixador Ruy Carlos Pereira que por muitos anos colaborou com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, sejam bem-vindos. E V. Ex^a ainda mais tendo sido o nosso Cônsul Geral em Montevideú mostrou que conhece muito bem toda a história da Aladi e do Mercosul e se encontra em uma condição de excepcional conhecimento, experiência acumulados que contribuirão para que possa exercer com todo o sucesso essa sua nova missão diplomática.

Queria aqui comentar: tenho tido algo como uma torcida muito grande, para que possamos evoluir muito nessa integração dos países do Mercosul e da América Latina.

Acredito que a integração plena é um objetivo importante – a integração plena, que signifique um dia a livre circulação não apenas dos capitais, dos bens e serviços, mas do que é mais importante, dos seres humanos.

E apreciaria, se pudesse falar um pouco deste aspecto: de, mais e mais, estarmos facilitando, no âmbito do Mercosul e da Aladi, a livre circulação de pessoas, porque noto que há inúmeros passos que vêm sendo dados desde a criação da ALALC, da Aladi e tudo; da facilidade com que, por exemplo, brasileiros, uruguaios, paraguaios e argentinos podem locomover-se até com a Carteira de Identidade; do fato de se estar, de alguma forma, facilitando também o direito das pessoas, no âmbito da América do Sul, especialmente desses países, primeiro, de estudar nos outros países, segundo, de também terem facilitado o acesso às oportunidades de trabalho em outros países – de outros latino-americanos no Brasil e, vice-versa, de brasileiros estudando e trabalhando... Em que pé está e em que medida o senhor avalia que pode colaborar nesse caminho?

Eu avalio que, mais e mais, a livre circulação de seres humanos se dará, quando os direitos sociais em nossos países venham a tornar-se mais semelhantes. E, nessa perspectiva, vejo, conforme o senhor conhece, que, mais e mais, poderemos caminhar um dia para instituímos uma renda básica de cidadania em todo o nosso continente e, possivelmente, nas três Américas.

Por essa razão, eu lhe encaminho... É capaz de já o ter feito, mas vou dar-lhe a sexta edição do livro *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*.

Em segundo, gostaria de perguntar-lhe: ainda na semana passada, em Cannes, A Presidente Dilma Rousseff, em estada nos seus encontros com os demais chefes de Estado do G20, falou a respeito daquilo que, por exemplo, o Presidente Nicolas Sarkozy e a Chanceler Angela Merkel, respectivamente, da França e da Alemanha, mencionaram como um objetivo da criação de um imposto sobre operações financeiras, que, de alguma forma, guarda relação com a proposta do Professor James Tobin, Nobel de Economia, elaborada desde o início dos anos 1970. E, 40 anos depois quase, essa ideia vem ganhando força de alguma maneira.

Por outro lado, no encontro com o Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho, Juan Somavia, este ressaltou, e a Presidenta concordou, assim como outros chefes de Estado, que precisaria haver, como uma contrapartida eventual desse imposto sobre

transações financeiras – que, para ser criado, ela ressaltou, precisaria da concordância de todos os outros países –, uma forma de um piso social global ou de um piso social mínimo em cada nação.

Isso se relaciona, de alguma forma, com a proposição de caminharmos na direção da renda básica de cidadania.

Então, agradeço os comentários que possa fazer a respeito disso e desejo muito sucesso ao senhor.

Muito obrigado.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Sr. Senador.

Vou iniciar pelo primeiro pedido que V. Ex^a me fez, no sentido de comentar a questão da circulação de pessoas.

O Estatuto da Cidadania do Mercosul e que deverá estar implementado até mais dez anos, e cuja implementação nos seus primeiros anos corresponde à liderança do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, como alto representante geral do Mercosul, é um passo adicional, sem a menor dúvida, nesse objetivo que está no art. 1º do Tratado de Assunção.

O artigo 1º do Tratado de Assunção fala de livre circulação, não de pessoas, mas usa o termo econômico equivalente, fatores, e aí embute a referência aos indivíduos, às pessoas em geral. Portanto, é base fundacional do Mercosul, como muito bem lembrou V. Ex^a ao iniciar suas palavras.

Nós levamos 20 anos para começar a trazer o foco para onde ele deveria estar desde o início, que é sobre as pessoas. Levamos 20 anos, para, de certa forma e para dizê-lo de uma forma gráfica, começar a trazer o Mercosul de cima dos caminhões e colocá-lo na calçada, na rua.

Essa é uma tarefa que considero indispensável. E volto a dizer, minha tarefa como cônsul-geral me mostra isso com toda a clareza. E digo o porquê, Senador. Porque apesar de nós, pelas funções que temos, estarmos permanentemente em contato com conceitos como tarifa externa comum, livre circulação de mercadorias intrazona, união aduaneira X área de livre comércio, conselho do mercado comum, grupo do mercado comum, grupos de trabalho, etc., os cidadãos e as cidadãs que me procuram ou que procuram o Consulado-Geral do Brasil em Montevideu só tem interesse em um coisa, que é o chamado Visto de Residência Mercosul, porque é o único instrumento que, digamos, concede um benefício imediato e direto para o indivíduo e sua família, que é a capacidade de procurar oportunidade em outro lugar que não o seu país, pois sendo nacional do Mercosul, poderá emigrar para outros países do Mercosul.

No caso, muitos vêm para o Brasil. Mas não só, muitos brasileiros estão indo para o Uruguai. Pelo menos posso falar sobre a relação consular entre o Brasil e o Uruguai.

Então, os cidadãos em geral, a população em geral, percebe a existência desse instrumento, além, evidentemente, do que V. Ex^a bem lembrou, ou seja, da possibilidade de se viajar dentro do Mercosul sem passaporte. Isso é uma facilidade para a livre circulação de pessoas. O passaporte é um documento caro no Brasil e nos demais países. Na medida em que permitirmos que as pessoas viajem com carteira de identidade, não deixa de ser um estímulo, um facilitador da viagem internacional, sem a menor dúvida.

E eu diria, Senador, que além do Visto Mercosul, que é a única cara – desculpem-me o cacófono – que o Mercosul tem para a maioria da cidadania, porque é o que, na verdade, permite que as pessoas emigrem e busquem melhor qualidade de vida. Porque ninguém emigra para piorar de vida; as pessoas emigram para melhorar de vida.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O senhor teria uma estimativa de quantas pessoas têm o Visto Mercosul? O que o senhor está falando acho muito significativo. Gostaria de saber um pouco mais sobre da extensão e como está sendo utilizado esse Visto Mercosul por cidadãos dos países do Mercosul.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Senador, posso lhe dar os números relativos ao Brasil/Uruguai, que são os que conheço. Mas proximamente, tão logo assuma as minhas próximas funções, com o assentimento de V. Ex^{as}, por suposto, poderei informar qual seria o número para o conjunto do Mercosul.

Esse visto pode ser obtido no exterior e no Brasil. É outra facilidade. Ele é gratuito. Os documentos não precisam ser traduzidos. Há uma série de facilidades. A residência temporária é concedida por dois anos e pode ser transformada em permanente ao final dos dois anos. Há uma série de elementos que, efetivamente, aproxima a estrutura comunitária, a construção comunitária da vida das pessoas. E é por isso que as pessoas conhecem o Mercosul através do visto. O Consulado-Geral do Brasil em Montevideu concede, em média, dez desses vistos por semana. E somos um consulado relativamente pequeno, um consulado de porte médio. Não conheço os números, por exemplo, do Consulado do Brasil em Buenos Aires. Esse é um passo importante.

Estamos iniciando a negociação de um acordo bilateral – não é um acordo do Mercosul – Brasil e Uruguai sobre livre circulação de pessoas. Aí o objetivo é fazer com que efetivamente as pessoas possam circular entre o território do Brasil e o território do Uru-

guai, como circulam, por exemplo, em Brasília, entre a W3 e a L2 sul. Essa negociação está iniciando neste momento. Temos um grupo de trabalho bilateral que tem por propósito identificar os elementos conceituais que devem constar desse acordo, qualquer o formato que ele venha a ter. E negociaremos, se Deus quiser, o acordo no ano que vem, de forma a ser adotado ao final da presidência *pro tempore* brasileira do Mercosul em dezembro.

Portanto, há, sem dúvida, um avanço importante no que diz respeito à circulação ampliada dos cidadãos e das cidadãs dentro do espaço Mercosul. E aí V. Ex^a tem toda a razão, a renda básica de cidadania seria um propulsor importante dessa movimentação, na medida em que se todos a adotássemos poderíamos garantir um mínimo de condições de sobrevivência em qualquer quadrante do Mercosul, a qualquer nacional do Mercosul. Isso seria, sem dúvida, um elemento importante nesse sentido. Eu me permito agradecer, desde logo, o seu livro. Eu nunca tinha tido a honra de recebê-lo. Espero, com ânsia, poder fazê-lo hoje ao final desta reunião.

Quanto ao Imposto sobre Operações Financeiras, que evidentemente uma das possibilidades de utilização dos recursos que venham a ser arrecadados é viabilizar a extensão planetária desse patamar mínimo de renda que o senhor tanto defende, esse Imposto sobre Operações Financeiras, tenho a impressão de que como subproduto da crise que se aproxima, creio que ganhará um pouco mais de robustez essa idéia e esse objetivo.

Tem razão, Sr^a Presidente, no sentido de que não vale a pena pensar no Imposto sobre Operações Financeiras de alcance global sem que se pense que ele tenha, efetivamente, alcance global. Se isso não for assim, o diferencial de custo de cada operação financeira tenderá a direcionar para aquelas áreas onde não vigem o imposto a maior parte das transações financeiras internacionais. Mas visto sob a ótica que V. Ex^a apresentou é um elemento adicional para reforçar essa dimensão global da livre circulação das pessoas.

Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou encaminhar ao senhor o pronunciamento que vou fazer hoje à tarde sobre esse último ponto que ressaltou. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Relator do projeto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente Mozarildo, Srs. Embaixadores, Senadores, fico tentando a fazer perguntas sobre coisas específicas, especialmente relacionadas com coope-

ração científica, tecnológica. Só para lembrar, hoje, na televisão, dizia que aconteceu um fato histórico no Brasil, o fato de termos prendido um traficante de drogas. Na semana passada, a China teve um fato histórico, o acoplamento de duas naves espaciais, produzidas inteiramente pela China. Parece que as histórias estão em níveis bem diferentes. Não vejo por que não temos uma cooperação, por exemplo, com a Argentina, mais enfática, para desenvolvimento científico-tecnológico e em outras formas de cooperação na educação. Mas vou evitar perguntas desse tipo.

Quero fazer uma referência ao fato de que é entusiasmante que estejamos discutindo aqui o Embaixador para o Mercosul no mesmo dia. A impressão que se dá é que a Comunidade Econômica Europeia está se dissolvendo. Ou seja, estamos olhando para frente, sem tomar o pessimismo da integração europeia.

E é nesse sentido que farei só uma pergunta, mas uma pergunta que tem duas partes que parecem contraditórias.

Antes, porém, quero dizer da satisfação de ter aqui Samuel Pinheiro Guimarães – chamo-o assim, sem os títulos, porque me considero seu amigo e sou um admirador seu. Há certas pessoas que vão crescer com o tempo na história, certos nomes. O seu é um, o de Celso Amorim também. Creio que vocês significam um marco do ponto de vista da afirmação brasileira. Isso teria sido muito difícil sem o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, pelo que ele fez também no sentido de abrir um pouco, mas foram vocês que deram a inflexão de que se precisava: não apenas seguiram em frente, mas seguiram fazendo essa inflexão. Além disso, foi fundamental o crescimento da economia brasileira e tudo o que acarretou, mas o período de vocês é um período que vai crescer cada vez mais nas análises – em vez de ficarem nessas circunstâncias que de vez em quando criticam, pelos livros que estavam lendo os diplomatas. Aliás, como ex-professor do Instituto Rio Branco, eu acho que a sua seleção foi boa – não seria bom obrigar, e não obrigou.

Quero fazer essa manifestação pública de respeito e dizer também do meu prazer de ser o relator do seu processo.

A minha pergunta é a seguinte. Com é que nós podemos olhar para frente para transformar o Mercosul numa verdadeira comunidade econômica da América do Sul? Ou seja, como é que podemos caminhar para fazermos o que a Europa fez?

Eu disse que a pergunta tinha duas partes. A outra é: como seguimos sem cometer os erros que eles cometeram e que estão levando a essas dificuldades de hoje? O que precisamos fazer nos próximos 20 ou

30 anos para que o Mercosul deixe de ser um simples mercado?

Aliás, fui do Parlamento – ainda sou, como suplente – e, relativamente a essa experiência, há algo que me incomoda. É que quem é de mercado é corretor, não é parlamentar. O parlamentar representa o povo, não o comércio. É preciso mudar esse nome em algum momento ou, então, não ter Parlamento. Se não for assim, é melhor criar uma bolsa de valores.

Mas como é que fazemos para avançar, a partir desse núcleo que hoje tem 20, 25 anos – começou lá atrás, inclusive com um papel importante do Presidente Sarney –, como é que levamos isso adiante até atingir os níveis europeus? E como fazemos para evitar os erros cometidos na Europa?

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – É uma pergunta, Senador, que talvez demandasse horas de reflexão, porque ainda que seja uma pergunta sumária, é extremamente complexa e de enorme abrangência.

Antes de tentar respondê-la, queria reiterar que a honra de ter V. Ex^a como relator é minha. Eu espero estar à altura dela nesta reunião e depois, caso V. Ex^{as} decidam por bem aprovar-me, no exercício de minhas novas funções.

Com a vênha do Sr. Presidente, eu, então, trataria de responder às observações do Senador Cristovam Buarque.

Vou começar pelo fim: não cometer os erros da Europa. Acho que nós temos – aliás, V. Ex^a muito bem lembrou – uma oportunidade histórica pouca vezes encontrada, na qual um grupo de países se propõe um determinado projeto profundo e de largo alcance. Estamos, porém, falando da construção de uma sociedade entre países que se notabilizam por suas diferenças. V. Ex^a sabe muito melhor do que eu que a identidade sul-americana é feita a partir do reconhecimento de diferenças, diferenças que somente agora assumiram uma aceleração maior, uma velocidade maior. E o Brasil é, como em quase tudo na América do Sul, um divisor de águas, um definidor de ritmos. É a disposição da sociedade brasileira de se reconhecer como parte dessa parte do mundo que faz com que possamos avançar, talvez, mais aceleradamente na construção, que V. Ex^a chamou a comunidade sul-americana, ou latino-americana de nações. Isso depende de uma disposição de reconhecimento, de pertencimento do Brasil. Daí por que um dos pontos da minha apresentação anterior – e V. Ex^{as} se lembraram disso – é a convicção de que é preciso, é indispensável, é urgente fazer com que os benefícios do Mercosul alcancem todas as regiões do Brasil, porque só assim o Brasil inteiro conseguirá ver o Mercosul como resultado do seu empenho, do seu compromisso, de suas oportunidades.

Então, é preciso não cometer os erros da Europa. E quais são os erros da Europa?

Aliás, eu nunca fui partidário de que a Europa seja exemplo para a integração na América do Sul, por um vício de origem. O processo de construção europeia, o processo de construção comunitária europeia surgiu para escapar da guerra, surgiu para evitar a repetição da guerra. Nós nunca fizemos, nunca pensamos, nunca imaginamos fazer integração na América com esse propósito. É um propósito que vicia, e, nesse sentido, volto a dizer, temos uma oportunidade histórica, que é não é repetir – como muito bem disse V. Ex^a – os erros da Europa.

Então, o primeiro elemento que eu acho fundamental é não esquecer que os indivíduos e os cidadãos circulam, como lembrou o Senador Suplicy, e demandam a liberdade de circular porque querem viver melhor, e aí já temos um elemento, uma trave importantíssima. E V. Ex^a me permitirá fazer análise econômica a partir dessa visão social porque senão não tem sentido, pelo menos não tem sentido um projeto de transformação de sociedade, que é o que o Mercosul pretende ser. Porque, do contrário, o que se impõe é a visão xenófoba, a visão de que o estrangeiro é diferente e deve ser discriminada; a visão de que, se ele chega em barcas abarrotadas em busca de paz, deve ser mandado de volta; a visão de que os pais devem ser separados dos filhos; a visão dos centros de contenção, chamados assim, na Europa inteira; e a visão de que, em determinadas circunstâncias, a livre circulação dos europeus dentro da Europa pode ser interrompida.

V. Ex^a quer declaração de fracasso maior de um projeto de integração do que essa? Então, não é esse o caminho. O caminho não é esse! Portanto, o caminho deve ser a busca da valorização do cidadão como tal. E, do ponto de vista econômico, a partir daí, o meu entendimento é de que o comércio não basta.

Na Aladi – aí vou lembrar um pouco da Aladi – estamos muito próximos a uma área de livre comércio. O entrecruzamento de acordos de preferência comercial, no âmbito da Aladi, Sr. Presidente, faz com que hoje quase 94% do comércio intrarregional na Aladi – não no Mercosul, não só nos quatro –, entre o México, todos os países da América do Sul, menos a Guiana e o Suriname, mais Cuba, mais o Panamá e mais Nicarágua, que está completando seu processo de adesão. Somos muitos países; somos 500 milhões de pessoas. Pois, para esses 500 milhões de pessoas, hoje, o comércio, dentro da Aladi já se faz em 94% a zero de tarifa. Não basta, porque, obviamente, se a gente observa a Aladi, a gente vê que a Aladi, os países da Aladi, a construção comunitária na Aladi está muito

distante ainda dos objetivos declarados no Tratado de Montevideu em 1980.

Então é preciso ir além do comércio, e, para ir além do comércio, eu diria – e aí vem a questão da oportunidade de novo – que é preciso aproveitar o *tsunami*. Eu mesmo já assisti a V. Ex^a na TV Senado dizendo que o ideograma chinês para crise é o mesmo para oportunidade. Nós temos que aproveitar a aproximação desse *tsunami* para, primeiro, na minha opinião, efetivamente levantar os diques de contenção das fronteiras externas do Mercosul, como base dessa construção sul-americana econômica e comercial e tratar de superar os obstáculos que ainda encontramos internamente, dentro da América do Sul e dentro do Mercosul, para, digamos, superarmos essa frase tão famosa de que “somos uma união aduaneira imperfeita”.

Por que somos uma união aduaneira imperfeita? Porque os Estados nacionais insistimos em preservar áreas de atuação isentas da incidência comunitária, por razões diversas – e não é privilégio do Brasil, todos fazemos isso.

A medida, por menor que seja, que possamos reduzir essas áreas de incidência exclusiva ou prioritária da normativa nacional é passo importante na construção dessa base à qual se referia V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, o Senador Taques está inscrito agora, mas me permita tentar ver se o que eu andei pensando e penso se tem razão ou não, inclusive com uma viagem recente à Grécia, mas uma viagem de contatos do mais alto nível e demorados.

Acho que a Europa cometeu ou o erro de ir depressa demais, ou de ir devagar demais. Como é que se explica essa contradição? Ou eles fizeram uma moeda rápido demais e se esqueceram de fazer o dever de casa rápido de fechar todos os bancos centrais e ficar só um, uma só política previdenciária, uma só política fiscal – e, aí sim, teria ido depressa em todos os sentidos; ou cometeu o erro de ir devagar demais, não fazendo essas coisas, ou depressa demais criando uma moeda antes de ter feito isso.

Por exemplo, quando levantei essa ideia parecia loucura. Por que não criaram o Euro mantendo as moedas locais – e o Brasil é um exemplo de que isso funcionou, durante 6 meses, com a URV, quando tínhamos duas moedas, uma que não desvalorizava e a outra que se desvalorizava. Com duas moedas, com um banco central em cada país, haveria uma inflação na moeda local do país, mas uma moeda que circularia livremente, não como o dólar, que tem que ser trocado. Mas circularia livremente, diferentemente da URV que não circulava; era só numerário, era só escriturário. Então, as duas moedas funcionavam.

Na medida em que houvesse inflação na moeda local, esses governos iriam ser pressionados para tomar medidas antiinflacionárias, iriam começar a reduzir seus gastos públicos, iriam começar a fazer o dever de casa que hoje a Grécia tem que fazer em situação trágica, e, aos poucos, a moeda local deixaria de ser necessária, ao invés de ser assassinada como foi cada uma delas. Ao invés da morte natural das moedas locais, sendo substituídas por uma moeda comum, o que fizeram foi impor uma moeda comum assassinando as outras, depressa demais e devagar demais, porque deixaram o banco central tomando certas medidas, porque deixaram política previdenciária completamente diferente da Grécia.

As regras trabalhistas são completamente diferentes, as da Alemanha para as da Grécia e Itália, por exemplo. Há dez anos não se tem aumento de salário praticamente na Alemanha enquanto os outros países dão aumento todo o tempo. Ou seja: criou-se um desequilíbrio que está rompendo a Europa.

Tenho a impressão de que a experiência do Plano Real, no sentido contrário, porque foi para acabar com a inflação, lá seria para combinar a inflação com uma moeda comum estável. Creio que aí teria ido mais devagar mas poderia evitar o que hoje está acontecendo.

Queria fazer esse comentário, que pode ser totalmente sem sentido, mas é algo que tenho trabalhado. Espero que não cometamos o erro nem de ir devagar demais, acho que devemos pensar longe, não sou contra uma moeda única, acho que vamos caminhar para isso no mundo inteiro, talvez 200 anos, mas que não se vá sobretudo em velocidades diferentes, de um país para outro.

Desejo bom trabalho. O senhor está em uma posição chave, que é a posição a favor do caminho da integração.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, fui aos Estados Unidos por duas vezes: uma foi a turismo e a outra foi representando o Senado na ONU.

A primeira vez em que fui como turista fiz o desembarque em Miami e, como o avião saía em uma hora para Nova Iorque, tive que ir correndo até o embarque para fazer a passagem pelas agências americanas ali, conferência de passaporte etc. Na hora em que cheguei perto do cidadão, eu estava ofegante porque eu estava correndo e sou gordinho, ele disse: “afaste-se um pouco de mim porque o senhor está respirando perto de mim”. Ele disse isso. Eu apresentei o passaporte, ele perguntou o que eu era e eu disse

“sou professor”. E ele me humilhou ali. Daí, eu entrei e fui embora.

Na segunda vez, fui como Senador, com passaporte diplomático. Não tirei o passaporte diplomático antes porque fui passear, não fui trabalhar. Fui muito bem tratado.

Tudo o que o senhor disse aqui é muito importante, mas eu queria saber o que o senhor vai fazer para que nós, brasileiros, não sejamos tratados dessa forma – não nos Estados Unidos, porque o senhor não vai para lá –, mas vai tratar do Mercosul. Nós podemos trabalhar pelo Mercosul, mas a Constituição não fala só em Mercosul. Aliás, ela não fala nisso. Ela fala, no parágrafo único do art. 4º, fala em integração não só econômica, mas de todas as formas. Esse é o primeiro ponto e vou acrescentar a ele um outro dado.

Eu sou do Estado de Mato Grosso, e Mato Grosso tem 750km de fronteira seca com a Bolívia. Nós aprendemos, pelo menos eu no ensino fundamental e não faz muito tempo isso, que a nossa história é contada de forma equivocada para as crianças e os jovens, o que nos traz um preconceito em relação aos paraguaios e aos bolivianos. Isso é fato, e, se formos ler a história contada pelos paraguaios e pelos bolivianos, eles também têm um preconceito em relação a nós.

O senhor não vai tratar só de comércio, não vai só tratar de coisa. Quero saber, como Senador e como representante do Estado de Mato Grosso, o que um servidor público importante como o senhor, que representará o Estado brasileiro lá e não o Governo brasileiro, fará ou se tem projetos para tratar disso.

Por mais que nós trabalhemos essa integração – e todos sabemos que isso vem desde a doutrina Monroe, da associação de comércio de carvão na Europa e, aqui, todos conhecem muito bem isso e não vamos perder tempo nessa discussão –, se nós não buscarmos essa integração cultural, essa integração da história, essa integração para evitar preconceitos, o que o senhor está dizendo é que nós vamos fazer simplesmente com que o Mercosul só fique na Av. Paulista, com os grandes industriais e não chegue ao Estado de Mato Grosso. Essa é a primeira reflexão que queria de V. Exª.

A segunda reflexão é que o senhor tocou em um ponto, penso, entre outros, muito importante: temos que agregar Estados outros da Federação, como Roraima, que o Senador Mozarildo muito bem representa, o Acre do Senador Aníbal, ao que se chama de Mercosul. Quando se fala de Mercosul em Mato Grosso, a pergunta é: “o que nós temos a ver com isso?” Nós temos muito a ver com isso. A Bolívia é associada, nós todos sabemos, mas precisamos fazer com que esses

Estados possam se aperceber da importância disso não só para o comércio, mas sobretudo para o indivíduo.

Quais os projetos de V. Ex^a nesse sentido?

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Muito obrigado, Senador Taques. V. Ex^a me dá a oportunidade um pouco de reiterar, talvez com mais detalhes em certas passagens, alguns dos elementos centrais da minha exposição inicial.

Quando V. Ex^a se refere ao art. 4º, parágrafo único, da Constituição Federal, que fala do mandato da integração como um Princípio Fundamental das Relações Exteriores do Brasil, integração da comunidade para formar uma comunidade latino-americana de nações.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) - Nação é diferente de Estado.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Exatamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) - Com diz o direito romano-germânico; não anglo-saxão.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Exatamente como diz V. Ex^a. Essa é, digamos, a latitude mais ampla possível de um processo de integração. E, como eu disse aqui, na minha intervenção inicial, é talvez a maior lacuna do processo de integração no Mercosul, que é justamente, digamos, um avanço relativamente tímido até hoje dessa dimensão cidadã do Mercosul.

Essa dimensão cidadã do Mercosul é a dimensão a qual justamente V. Ex^a se refere quando diz, como mencionou, do conjunto de ideias que, transmitidas através do sistema educacional, fazem com que nós nos vejamos com particularismos. Isso acontece tanto aqui quanto nos outros países. V. Ex^a é do Mato Grosso e se lembra melhor que todos nós talvez da história imperial do Brasil.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) - Sou professor de história.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Não é verdade? Em que essa parte do continente foi palco de uma refrega extraordinária, enfim, cujas dimensões seriam extraordinárias inclusive no mundo de hoje, em termos de armamento, vidas, batalhas, combates etc.

Eu nunca me esqueço de uma visita que fiz a Assunção, em que fui visitar o chamado Panteão Nacional. Não sei se V. Ex^a já teve a oportunidade de estar em Assunção e de visitar talvez esse monumento. É um monumento importantíssimo no centro de Assunção. E é chamado de Panteão Nacional porque ali dentro estão os troféus de guerra que preserva o Paraguai dessa refrega à qual ambos nos referimos.

Portanto, tem V. Ex^a muita razão ao dizer que é preciso muito trabalho e muito empenho para a superação dessas visões particulares e para extrair delas os elementos que permitirão construir a visão comunitária.

O que eu posso lhe dizer é que tanto na área da educação quanto na área da cultura, tem o Mercosul e tem a Aladi diversos instrumentos que estão em operação e que apontam nesse sentido. Por exemplo, há uma comissão, no âmbito da reunião especializada de Ministros da Educação do Mercosul, que pretende e está se dedicando a isto, a construir uma espécie de currículo comum do Mercosul. Ou seja, uma forma convergente de contar a história, de certa maneira.

Todos sabemos as grandes dificuldades que isso implica, mas essa comissão está efetivamente trabalhando. Na área de turismo, curiosamente, há um elemento adicional, que é a tentativa de construção de um projeto de promoção turística que alcance a área das missões jesuítas no Sul do Brasil, mas que é, na verdade, no centro do Mercosul, porque as missões jesuítas alcançam o Paraguai, alcançam a Argentina e alcançam o Brasil.

Ora, a necessidade de visão convergente para se construir esse tipo de proposta vai na linha do que V. Ex^a muito acertadamente traz à Mesa. Eu lhe menciono esses dois exemplos, Na área da educação, existem pelo menos dois programas muito importantes. Um é o Programa Marca, que é um programa de estímulo à mobilidade de docentes e discentes dentro do Mercosul, que tem por objetivo justamente aumentar a porosidade e a fluidez dessas visões nacionais e individuais que cada um tem sobre o seu papel, a sua sociedade, a sua cultura, no ambiente universitário.

Há também um programa que pretende, digamos, certificar cursos de nível de docência em universidades selecionadas dos quatro países do Mercosul, de maneira que a pessoa, ao fazer o curso naquela universidade, esteja automaticamente reconhecida para o exercício da profissão em outros quadrantes do Mercosul.

Agora, eu sou o primeiro a concordar com V. Ex^a, e espero que tenha ficado claro isso na minha intervenção inicial, que essa é uma lacuna fundamental e é preciso trabalhar para preenchê-la.

Eu terei, na minha gestão, se V. Ex^as me autorizarem isso, eu terei o maior empenho em fazer, em continuar o avanço do Mercosul econômico-comercial. Mas eu terei a maior paixão, o maior empenho, em dar velocidade a esse Mercosul que V. Ex^a reclama, que é o Mercosul das pessoas, o Mercosul de uma visão convergente sobre o seu papel na sociedade e o papel das sociedades no mundo. E isso talvez seja o mais difícil de se conseguir construir, porque, para produzir móvel, basta ter máquina e madeira, mas para dar a um paraguaio e a um brasileiro uma visão convergente sobre esse grande conflito da segunda metade do século XIX, por exemplo, demanda muito mais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não vou votar em V. Ex^a porque eu não faço parte desta Comissão, mas no plenário posso fazê-lo. Sou um curioso desse tema e é uma honra ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco PTB – RR) – Como o processo de votação será concluído, indago se algum Senador não votou? (*Pausa.*)

Eu quero, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único, do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, declarar que a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Convido, portanto, a permanecerem na sala somente os membros da Comissão e funcionários. (*Pausa.*)

Quero convidar o Senador Aníbal Diniz para atuar como Secretário.

Convido, também, para fazer parte como escrutinadores, os Senadores Eduardo Suplicy e Luiz Henrique.

(*Procede-se ao escrutínio.*)

(*Tornada secreta às 12 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 42 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco PTB – RR) – Portanto, aprovado por unanimidade. (*Pausa.*)

A reunião está reaberta.

Gostaria de agradecer a presença do Embaixador Ruy Carlos Pereira, indicado para a Alai e para o Mercosul, desejando-lhe uma profícua e exitosa missão. Ao mesmo tempo, convido o Senador Cristovam Buarque para reassumir a Presidência da reunião, já que é o Vice-Presidente titular. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer ao Senador Mozarildo, que assumiu a Presidência durante esse momento em que atuei como Relator, com muito prazer, da nomeação ou da indicação e sabatina do embaixador Ruy Carlos Pereira.

Quero retomar, liberando, portanto, o Embaixador.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É claro que foi aprovada, por unanimidade.

O SR. RUY CARLOS PEREIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Retomando, então, uma reunião que tem sido muito intensa, porque começamos com o PPA, com o depoimento de uma Deputada nigeriana, traduzido pelo Senador Suplicy, com os italianos fazendo homenagem aos nossos combatentes caídos no solo

italiano durante a Segunda Guerra, depois com a sabatina do embaixador Ruy Carlos Pereira.,
Passamos ao

ITEM 2

– Não terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 123, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Dentro da praxe que temos seguido desde que o Senador Collor assumiu a Presidência – e que tem dado muito certo –, o Senador Luiz Henrique lê o relatório e fazemos a sabatina em outro momento, com a presença do Embaixador.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^s e Srs. Senadores, o parecer em que voto pela aprovação do nome do Ministro Roberto Colin para exercer o cargo de Embaixador junto à República Popular Democrática da Coreia foi distribuído em avulso e é do conhecimento de todos Srs. Senadores. Por isso, me dispensarei de lê-lo.

Gostaria apenas de assinalar que o Ministro Roberto Colin é mais uma dessas expressões especiais do Itamaraty. É um diplomata que tem conhecimento linguístico acima da média. Além de inglês, francês, alemão, fala russo correntemente.

Tive o privilégio, como Governador do Estado, de tê-lo como meu Secretário de Relações Internacionais. Ali, o Ministro Roberto Colin atuou durante quatro anos, me ajudou a criar e a consolidar aquela Secretaria, que hoje é dirigida pelo Dr. Alexandre Fernandes, por sinal, presente nesta Casa.

O Dr. Roberto Colin, não tenho dúvidas, sairá de Pyongyang falando coreano, tal a facilidade que tem para aprender e falar corretamente uma língua estrangeira.

Em Berlim e em Moscou, eu vivenciei comentários de alemães e russos de que a língua que ele fala, seja o alemão ou o russo, tem uma correção que não é qualquer russo ou qualquer alemão que a fala.

É autor de obra de pós-graduação excepcional sobre o panorama e o cenário da Rússia desde o fim da União Soviética. Por isso, eu quero propor ao Srs. e as Sr^{as} Senadoras a aprovação do projeto que vem

às nossas mãos a sua indicação para embaixador em Pyongyang.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 01, de 2011-CRE.

O assunto entrará na pauta oportunamente, quando houver a sabatina.

ITEM 3

– Não terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 138, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia, e, cumulativamente, junto à República de Kiribati, a Tuvalu e ao Estado Independente da Samoa.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy, a quem passo a palavra..

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Senador Cristovam Buarque, o Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, indicado para a Nova Zelândia, Kiribati, Tuvalu e Samoa, nasceu em São Paulo, em 1951, filho de Vitorio Gradilone Sobrinho e Itália Rossi Gradilone, graduou-se em comunicação social, jornalismo, na Fundação Álvares Penteado, de São Paulo; Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da USP, onde defendeu a tese sobre o serviço civil brasileiro. Ingressou no curso preparatório para a carreira diplomática do Instituto Rio Branco em 1978. Frequentou o curso de altos estudos no ano de 98, quando defendeu a tese sobre o modelo de relações internacionais e a sua contribuição para a formulação da política externa brasileira e para o tratamento da informação diplomática no Itamaraty.

É autor de inúmeros artigos sobre transformação, incorporação, fusão de empresas e sobre questões consulares.

Foi designado Terceiro Secretário em 1979, Segundo Secretário em 1981 e, por merecimento, Primeiro Secretário em 1987; Conselheiro em 1994 e, em 1999 e 2008, respectivamente, ocupou os cargos de Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe.

Entre as funções desempenhadas destacam-se as de Segundo e Primeiro Secretário em Bogotá; Primeiro Secretário, Conselheiro Comissionado encarre-

gado em Paramaribo. Assessor e Subsecretário-Geral em Assuntos Políticos; Conselheiro na Embaixada de Londres em 1994 e 1997; em Tóquio, em 1997 e 2001; no Vaticano, em 2001 e 2006; Assessor Técnico da Subsecretaria-Geral da América do Sul, em 2006/2007; Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras, em 2007/2010 e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior desde 2010.

A nova Zelândia é uma democracia com Monarquia Parlamentar, cujos idiomas oficiais são o inglês e o maori. A embaixada do Brasil em Wellington foi aberta em 97 levou ao adensamento das relações bilaterais entre os dois países e, se pode concluir pela transferência em 1999 do escritório comercial da Nova Zelândia de Santiago para São Paulo; do lançamento em 2000 da estratégia latino-americana neozelandesa; inauguração da Embaixada da Nova Zelândia em Brasília em 2001.

O potencial de crescimento do comércio bilateral, de 2002 a 2008, passou de US\$64,6 milhões para US\$158 milhões. O mercado da Nova Zelândia responde por apenas 0,05% das exportações brasileiras e 0,02% das importações.

Houve queda no intercâmbio, com a crise financeira de 2009 e 2010, mas, em 2011, já houve recuperação. Desde 2002, apenas em 2009 houve déficit para o Brasil na balança comercial.

A aproximação com a Nova Zelândia pode representar o aumento de investimentos diretos em nosso País e também investimentos em áreas de notória especialização neozelandesa, a exemplo da agricultura. Já há iniciativas como a parceria entre empresas Fonterra e Nestlé, Rissington Breedline e Marfrig, em melhoramento genético.

Destaque-se, também, o contrato da Petrobras com o Ministério da Energia e dos Recursos Minerais da Nova Zelândia, para prospecção e exploração da área da Bacia de Raukumara em águas profundas, no nordeste da Nova Zelândia, com expectativa de serem encontrados gás e petróleo. Há, ainda, boas perspectivas de exportação do biocombustível brasileiro e conversações com o Ministério da Defesa da Nova Zelândia sobre a possibilidade de compra de aviões da Embraer.

A política externa neozelandesa encontra-se pautada pelo Direito Internacional e do multilateralismo (mudança de clima, ameaças à biossegurança, manejo de poluentes, efetividade do sistema da ONU). Apesar dos laços históricos com o Reino Unido, a Nova Zelândia, país de economia aberta, tem buscado diversificar sua atuação no cenário internacional, relacionando-se comercialmente, de forma prioritária, com Austrália, Estados Unidos,

União Europeia e Japão, seus maiores parceiros comerciais, além dos países do Pacífico insular. Mas há enorme interesse na intensificação de relações com países tais como o Brasil.

Quanto à República de Kiribati, as relações foram estabelecidas há pouco mais de um ano.

Tuvalu é uma monarquia constitucional parlamentarista com a qual o Brasil mantém relações diplomáticas desde 2006. E há possibilidade de cooperação nas áreas de mudanças climáticas; treinamento e qualificação profissional; futebol e aviação civil.

Já Samoa, que também adota regime parlamentarista, teve as relações diplomáticas estabelecidas com o Brasil desde 2005. Boa parte do PIB de Samoa vem da agricultura familiar, que produz pequenos excedentes, e há espaço de cooperação, em especial nas culturas de coco, banana, café e cacau.

Temos a convicção de que o Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto poderá desempenhar missão de excepcional qualidade por sua trajetória e pela perspectiva de bom relacionamento, em especial com a Nova Zelândia, que é um dos países-exemplo no que diz respeito ao seu Índice de Desenvolvimento Humano, bem como no que diz respeito ao progresso com equidade na distribuição da renda e da riqueza.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Suplicy.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

O assunto voltará à pauta na reunião em que o Embaixador indicado, aqui presente, será sabatinado.

Há ainda mais um item de que sou Relator. Assim, passo a Presidência outra vez ao Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque para relatar o

ITEM 6

– Não terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, DE 2011

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 509, de 26 de agosto de 2010, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da referida mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Posteriormente, foi objeto de análise das Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O projeto de decreto legislativo recebeu a chancela do Plenário daquela casa em 22 de setembro de 2011.

No Senado Federal, onde foi registrada como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 239, de 2011, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e designada para o relator signatário em 20 de outubro de 2011, sem recebimento de emendas no prazo regimental.

Análise.

Cuida-se aqui de um acordo entre Brasil e Belize, que visa a fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, por meio da cooperação educacional e interuniversitária, conscientes de que o desenvolvimento científico e tecnológico global exige o uma nova visão para buscar a excelência de seus recursos humanos e da importância da cooperação no plano educacional (Preâmbulo).

Os objetivos do acordo são o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária, o treinamento de docentes e pesquisadores, o desenvolvimento de programas de mobilidade acadêmica, o intercâmbio de informações e experiências em educação e o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores (artigo II).

Para alcançar os objetivos, as partes adotarão programas de intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores para cursos de graduação ou pós-graduação e elaborarão e executarão conjuntamente projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas (artigo III).

Sob os auspícios do acordo, as partes se comprometem a promover a difusão e o ensino da cultura e língua da outra Parte em seu território (artigo IV).

As partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas no acordo (artigo VI) e poderão, quando apli-

cável, estabelecer sistemas de bolsas ou facilidades que permitam a pesquisadores e estudantes adquirir aperfeiçoamento acadêmico e profissional (artigo V).

O acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das partes (artigo VII).

Convém registrar que a cooperação entre os povos é princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque inaugura esse tipo de relacionamento com uma importante nação da América Central, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

Voto.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras e os Srs Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Convido o Senador Cristovam a reassumir a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Mozarildo, por mais uma vez ajudar no encaminhamento dos trabalhos, não apenas como Senador, mas como presidente desta Comissão.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CRE

Requeiro, nos termos regimentais e em virtude da exemplar iniciativa da criação do “Ciclo de audiências 2011/2012”, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRÊ), no próximo dia 21 de novembro, destinada a debater a “intensificação das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e o Peru, com a conclusão da rodovia interoceânica ligando nosso País aos portos do Oceano Pacífico.

Para tanto, aproveitando visita ao Brasil do Presidente do Congresso da República do Peru, Exmo. Sr. Deputado Daniel Abugattás, sugerimos que o referido congressista seja um dos convidados para a referida audiência, na data de 21/11/2011.

Este é o requerimento do Senador Anibal Diniz, que consulto se quer fazer uso da palavra para alguma justificativa.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, eu gostaria só de estender o convite aos Senadores, porque sei que a segunda-feira é um dia de pouca presença aqui no Senado, mas, se pudermos todos estarmos aqui às 16 horas do dia 21, vamos receber o presidente do Congresso peruano, Deputado Daniel Abugattás, e vamos poder aprofundar um pouco essa conversa a respeito dessa integração Brasil–Peru, tanto em termos comerciais, quanto em termos culturais, com a presença de um congressista peruano. Seria muito honroso da nossa parte e da parte dele se pudéssemos ter um quórum qualificado aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Eu aproveito para dar uma opinião: quero dizer, Senador Anibal Diniz, que essa sua sugestão é extremamente oportuna. Esta Comissão é para discutir, muito especialmente, o longo prazo do Brasil. E não há dúvida de que nós temos de ter uma ponte até o Pacífico, para termos depois uma ponte através do Pacífico nas nossas relações comerciais.

Hoje, para exportar qualquer coisa – por exemplo, para o grande mercado mundial que é a China –, nós temos de dar a volta por todo o Atlântico, Índico, até chegar à China. Se atravessássemos o Pacífico, em vez de irmos pelo Atlântico, reduziríamos substancialmente o custo do transporte.

Isso para nós é tão importante que, se houvesse ainda a possibilidade de as grandes potências atrapalharem, elas fariam tudo para que não houvesse esse caminho até o Peru.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É muito interessante, Senador Cristovam, que as pessoas não estão cientes de que essa interligação rodoviária já está concluída. A interoceânica já foi plenamente concluída. O último ponto foi a inauguração da ponte sobre o rio Madre de Dios, que já aconteceu no mês de julho, de tal maneira que a pessoa pode sair de carro de Rio Branco e chegar aos portos do Pacífico agora, tranquilamente, sem nenhuma interrupção, sem passar por nenhuma balsa. Isso já é uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Isso mesmo, é uma realidade!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Então, essa conversa é super atual aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Super atual, até para mostrar que hoje nós temos essa possibilidade de uma maneira concreta. Não faz muito que já se fez esse trajeto por um caminho mais difícil. Mas, de qualquer maneira, a gente tem que incentivar ao máximo esse caminho.

Por isso, quero apoiar totalmente a sua sugestão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

As Sras e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Antes de encerrar a reunião, quero convocar a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 21 de novembro, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos continuidade, dentro da agenda Rumos da Política Externa Brasileira, ao III Ciclo de Audiências Públicas sobre o tema Defesa Nacional, apresentando o painel “Forças Armadas em Missões de Paz: emprego em ações de reforço aos órgãos de segurança pública e utilidade como treinamento e legitimidade na sociedade brasileira”.

A reunião contará com os seguintes convidados: General-de-Brigada Luiz Guilherme Paul Cruz, 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército; Brigadeiro Engenheiro Francisco Carlos Melo Pantoja, Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço; Ministro Norberto Moretti, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores; e o Dr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Helibrás.

Está encerrada esta...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Juntamente com o Senador Aníbal Diniz, nós queremos saudar uma informação que surgiu hoje, importante para o futebol do Brasil, para o futebol brasileiro. O Neymar foi persuadido a ficar no Brasil. A direção do Santos Futebol Clube, o presidente Luís Álvaro Oliveira Ribeiro envidou todos os esforços e tenho impressão que isso é motivo de congratulações, porque temos o Neymar jogando. Ainda ontem, no Jornal da Globo, o Pelé deu o seu testemunho sobre a qualidade extraordinária que está tendo o Neymar, como um jogador que, simplesmente, traz alegria ao povo brasileiro e de todas as torcidas. Ele falou inclusive, na sua entrevista, que isso será bom para a sua família, para o filho

que nasceu etc. É algo que merece o registro aqui na Comissão de Relações Exteriores.

E como o Senador Aníbal Diniz também torce pelo Santos, perguntou se eu iria ao Japão assistir a final do Campeonato Mundial de Clubes. Quem sabe? Não sei se terei essa oportunidade, mas quero registrar como algo muito positivo que ele tenha decidido ficar aqui até 2014.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador, creio que se justifica plenamente a sua colocação, até porque essa decisão não é algo restrito ao futebol; tem a ver com o patriotismo, o sentimento pátrio.

Eu já cheguei, na Comissão de Educação, a discutir a ideia – mas foi tão recusado, que não levei adiante – de que só deveria ser convocado para a Seleção Brasileira de Futebol o jogador que estivesse jogando no Brasil há pelo menos dois anos antes da Copa. Mas ninguém achou que valia a pena discutir isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)* Mas, agora, por decisão voluntária...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Por decisão pessoal, voluntária, demonstrou que é possível.

Eu também parabeno esse jovem, que tomou essa posição patriótica e o senhor por ter trazido este assunto.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 7 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e um de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente os Senadores **Cristovam Buarque** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer

sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência". O Presidente convida a compor a Mesa, e a fazer suas exposições, o General de Brigada **Luiz Guilherme Paul Cruz**, 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército; Brigadeiro-Engenheiro **Francisco Carlos Melo Pantoja**, Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço; Ministro **Norberto Moretti**, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores; e Doutor **Eduardo Marson Ferreira**, Presidente da Helibrás. Fazem uso da palavra os Senadores **Cristovam Buarque** e **Inácio Arruda**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e quinze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRAFICAS DA 56ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

OFÍCIO Nº 134, DE 2011

Comunico aos Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que foi recebido nesta Comissão o Ofício nº 134, de 2011, do gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo que indica o Senador Sérgio Souza como membro suplente para a Subcomissão Permanente de acompanhamento da Rio+20 do regime internacional sobre mudanças climáticas na vaga anteriormente ocupada pela Senadora Gleisi Hoffmann.

A Presidência comunica ainda o recebimento do Ofício nº 135, de 2011, também do gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo que indica o Senador Sérgio Souza, como membro suplente para a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da

Amazônia e da faixa de fronteira em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Ambos os Ofícios são assinados por S. Ex^a o Senador Humberto Costa, que é o Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo. Em consequência às referidas indicações, informo que designei o Exm^o Sr. Sérgio Souza para compor as mencionadas Subcomissões a Rio+20, Subcomissão Permanente de Acompanhamento e do regime internacional sobre mudanças climáticas e da Subcomissão Permanente da Amazônia e da faixa de fronteira, como membro suplente na vaga, como disse anteriormente, ocupada por S. Ex^a a Sr^a Senadora Gleisi Hoffmann.

A Mesa comunica o recebimento dos seguintes relatórios de viagem, em conformidade com o disposto no art. 4º do Ato nº 4, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria do Senador Valdir Raupp, referente a sua viagem à Alemanha, ocorrida entre os dias 27 de outubro e 6 de novembro deste ano, objeto do Requerimento nº 1.253, de 2011.

E o outro relatório, de autoria do Senador Luiz Henrique sobre sua viagem em missão oficial à Rússia, no período de 25 de outubro a 1º de novembro, objeto do Requerimento nº 994, de 2011.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que se interessarem em conhecer o conteúdo dos referidos relatórios informo que os mesmos se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão.

OFÍCIO

Comunicado recebido do Ministério das Relações Exteriores sobre a 11ª reunião de Chanceleres da OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. A reunião será realizada amanhã, dia 22 de novembro, em Manaus, e será presidida por S. Ex^a o Sr. Ministro Antônio Patriota.

Fundada em 1998, com o objetivo de estruturar as atividades ao amparo do Tratado de Cooperação Amazônica e de promover o desenvolvimento sustentável da região, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é a única organização internacional sediada em Brasília. São membros da Organização os oito países sul-americanos que compartilham a Amazônia: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Na reunião, serão examinados temas da agenda da referida Organização, relacionados a meio ambiente, saúde, turismo e ciência e tecnologia e inclusão social das populações amazônicas.

Os países membros iniciarão também diálogo sobre a contribuição da Organização para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, a ser realizada em junho do ano que vem na Cidade do Rio de Janeiro.

RELATO DO 3º PAINEL DO 3º CICLO RUMOS DA POLÍTICA EXTERNA E DEFESA NACIONAL

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu continuidade, no último dia 24 de outubro, à série de audiências públicas para debater os Rumos da Política Externa 2011/2012, cujo 3º Ciclo enfoca a defesa nacional. Para o 3º Painel deste Ciclo, que debateu a Vigilância de Fronteiras, Organização e Distribuição Espacial na Amazônia e no Sul do País, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas no tema: General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas-Bôas, Comandante Militar da Amazônia; Prof. Ricardo Vélez Rodríguez, da Universidade Federal de Juiz de Fora; Jornalista Marcelo Rech, editor do *site* Inforel; e o Ministro Clemente de Lima Baena Soares, Chefe do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores.

Ao iniciar a sua exposição, o General Villas-Bôas afirmou que, apesar de a questão fronteiriça ser uma das preocupações do Governo, demonstrada por uma série de programas idealizados e em implantação, poderemos caminhar em uma direção bastante complexa, semelhante à que vem ocorrendo no México, se não anteciparmos uma série de providências em algumas áreas de nossa fronteira. Ele alertou que o Brasil, em vias de se tornar a quinta economia do mundo, é um ator global que tenta desenvolver capacidades em todos os campos de projeção de poder, mas ainda possui metade de seu território não ocupado e não integrado à dinâmica do desenvolvimento nacional. Segundo informou o general, essa é a situação em que se encontra a nossa faixa de fronteira, com uma extensão de 16 mil Km e na qual vivem dez milhões de pessoas.

Se considerarmos a largura dessa faixa, que é de 150 Km, temos 2,5 milhões de Km², o que equivale a 27% do território nacional, que, por sua vez, equivale à terceira maior área entre os países da América do Sul, logo após Brasil e Argentina. Lembrou o palestrante que apenas Rússia e China possuem fronteiras mais extensas e com mais países que o Brasil.

Outro aspecto importante a ser considerado, enfatizou o general, é a existência de grande quantidade de unidades de conservação e de terras indígenas ao longo da nossa faixa de fronteira. Isso gera o que classificou de terrenos amortizados ou congelados. Poucas áreas na Amazônia não estão tomadas por esse tipo de terreno. No caso das terras indígenas, elas são contíguas com aquelas ocupadas pela mesma etnia em territórios vizinhos. Também o preocupa a grande permeabilidade existente em certas áreas, como entre o sul do Mato Grosso e o Paraguai, proporcionada tanto pela linha seca quanto pela grande quantidade de rodovias, e na Amazônia, os cerca de mil rios que

penetram no território brasileiro, cada um representando uma via de navegação, por onde passam todo tipo de comércio e pessoas, legal e ilegalmente, o que torna gigantesca a tarefa de vigilância.

Outro problema mencionado pelo palestrante refere-se aos crimes ambientais. Madeiros peruanos têm invadido nosso território na área dos índios Ashaninkas, na fronteira com o Acre, para extração ilegal de madeiras nobres.

O problema agrava-se porque a legislação ambiental peruana é muito mais permissiva que a nossa, sendo essa madeira legalizada no Peru e, muitas vezes, exportada pelo nosso território.

Daí a necessidade, segundo o expositor, de que as atuações na fronteira sejam integradas com a participação de todos os órgãos de governo, contínuos e permanentes; caso contrário, correm o risco de se perder.

Outro aspecto é a cooperação internacional, tanto nessas operações quanto na sua permanência. Para tanto, é necessário que se harmonize a legislação ambiental nos diversos países envolvidos.

Concluindo, informou que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, o Sisfron, em desenvolvimento pelo Exército, é uma rede de sensores na linha de fronteira, interligados aos sistemas operacionais, com capacidade para resposta imediata a problemas detectados.

Em cerca de dez anos, adiantou o General Villas-Bôas, toda a fronteira brasileira estará coberta pelo Sistema, utilizando-se de satélite e em ação integrada a outros órgãos do governo.

O Prof. Ricardo Vélez Rodríguez apontou cinco áreas estrategicamente sensíveis na faixa de fronteira que, na sua opinião, estão sujeitas a problemas relacionados com a segurança. São elas a fronteira com a Colômbia, com a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa e a Venezuela, com o Paraguai e a Bolívia, a tríple fronteira e a região do aquífero Guarani.

Para o Professor, os riscos estratégicos na fronteira com a Colômbia são a presença das Farc na região do Uaupés, bem como na zona fronteiriça com Tabatinga, trazendo um forte risco de insegurança para a população brasileira daquela zona, em decorrência do tráfico de armas e de drogas, além da presença de traficantes vinculados às Farc no interior do Amazonas.

Por sua vez, a área da tríple fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai – um triângulo que compreende Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad del Este – é, como informou, o maior centro de contrabando da América do Sul e onde se encontra uma grande e ativa comunidade árabe e muçulmana, cuja maioria é constituída por xiitas e a minoria, por sunitas,

havendo ainda uma pequena população de cristãos emigrados do Líbano, da Síria, do Egito e dos territórios palestinos. A maior parte desses imigrantes árabes vive do comércio da Ciudad del Este, mas reside em Foz do Iguaçu. Ciudad del Este tem cerca de 55 bancos e casas de câmbio diferentes e, de acordo com avaliação dos Estados Unidos, a cada ano, US\$6 bilhões, resultantes de fundos ilegais, são lavados na cidade – uma quantidade equivalente a 50% do PIB paraguaio.

Por fim, ele destacou a região do aquífero Guaraní, o terceiro maior reservatório de água subterrânea do mundo, com cerca de 1,2 milhão de km² de superfície, dos quais 850 mil km² se encontram no Brasil e o restante divididos entre Argentina, Paraguai e Uruguai, em ordem de extensão. O Professor acredita que, certamente, teremos riscos também com essa riqueza natural, pois, segundo a revista norte-americana *Fortune*, a água promete ser, no século XXI, o que foi o petróleo para o século XX: um bem precioso, que determina a riqueza das nações.

Concluindo, o Professor disse que, em face desses riscos potenciais, o Estado brasileiro costurou uma resposta à altura, com a implantação dos sistemas Sipam-Sivam, no século passado e, atualmente, com o Sisfron, aliado ao submarino de propulsão nuclear da Marinha e ao projeto de uma nova frota de caças para a Aeronáutica. Porém, Vélez Rodrigues registra a existência, no País, de um “clima de retaliação” relacionado às Forças Armadas, aos organismos de segurança, aos sistemas de inteligência e às forças policiais, que se traduz em orçamentos muito pequenos e nos cortes orçamentários a eles destinados. Para ele, essas restrições orçamentárias, que perduram há 25 anos, significam que a sociedade brasileira tem atrasado a necessidade de dar às Forças Armadas os instrumentos necessários para a sua missão de vigilância das fronteiras e revelam o descaso da sociedade civil com os projetos de modernização das Forças Armadas e dos efetivos policiais.

O jornalista Marcelo Rech fez um relato de sua experiência pessoal ao percorrer vários trechos do outro lado da fronteira brasileira. O jornalista observou, ao percorrer recentemente toda a fronteira do Brasil com a Colômbia, a integração existente entre os exércitos dos dois países, o que, no seu entendimento, vai muito além do preconizado nos acordos, com tomada de medidas imediatas e contribuindo para a construção da confiança entre os dois países. Ele exaltou também a importância da presença do Exército brasileiro na solução de vários problemas na faixa de fronteira, ressaltando o aspecto humano nas relações internacionais. Acrescentou que a integração das cidades fronteiriças

tem uma dinâmica própria, criando soluções para os problemas que se apresentam no dia a dia.

O jornalista afirmou que não acredita no fim da guerrilha das Farc, pois, na sua opinião, isso não interessa nem ao governo colombiano nem ao dos Estados Unidos, pois enquanto existir guerrilha isso significa dinheiro, treinamento e recursos, aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos para a Colômbia. Essa é a opinião do jornalista. Por isso, entende que teremos de conviver com esse problema por muito tempo. Ele revelou, também, que conhece seis guerrilheiros das Farc que vivem no Brasil e frequentam o corpo diplomático aqui acreditado, e participam de reuniões em universidades.

Por fim, lamentou que, no Brasil, o sistema de inteligência esteja, na sua opinião, completamente abandonado. Para ele, um país que será, em breve, a quinta economia do mundo, com a projeção internacional já alcançada, não possuir uma inteligência qualificada, respeitada e reconhecida pelo seu governo, autoridades e a sociedade, é um país que lhe causa certo temor.

Encerrando o encontro, o Ministro Clemente de Lima Baena Soares informou da conclusão, no mesmo dia, ou seja, no dia 24 de outubro, da terceira reunião da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, que analisou todos os temas relacionados com a cooperação fronteiriça bilateral. Essas ações, acrescentou, aplicam-se, em alguns casos, à cooperação existente entre o Brasil e demais países vizinhos.

Com o Peru, informou o Ministro, o Brasil mantém cooperação para o desenvolvimento social; cooperação técnica de caráter econômico-produtivo; grupo policial de cooperação fronteiriça; grupos de cooperação ambiental; de integração física; cooperação energética na fronteira; controle integrado de espaços de fronteira; mecanismos de desenvolvimento de micro e pequenas empresas na faixa de fronteira, assim como o financiamento para esses negócios. Ele destacou, também, a cooperação técnica existente entre a Caixa Econômica e bancos da Venezuela e do Peru para a implementação dos programas Minha casa, Minha Vida e o Cadastro único e a “bancarização” na fronteira. Esse é um neologismo do nosso Ministro.

Com relação ao combate aos ilícitos transnacionais, proteção às populações indígenas e preservação ambiental, ele comentou as dificuldades para a implantação de mecanismos capazes de beneficiar todos os países da região amazônica. Isso porque, já há alguns anos, o Itamaraty tenta negociar, junto com o Sipam, um método de disponibilizar as informações que temos para todos os países vizinhos. No entanto – acrescentou –, há uma grande dificuldade para o financiamento dessa operação.

O Ministro sugeriu a criação de um fundo, para a fronteira norte, semelhante ao Focem – que é o Fundo para a convergência estrutural e o fortalecimento da estrutura institucional do Mercosul. Na sua opinião, esse fundo poderia beneficiar as populações em várias áreas, como as de saúde, educação, cooperação técnica, construção de pontes, e até mesmo de controles integrados de fronteira. Esse fundo, acredita, iria beneficiar não somente o Brasil, mas também todos os países vizinhos.

Ao concluir, o palestrante ressaltou que a implementação de ações acordadas entre o Brasil e seus países vizinhos seria muito difícil sem o envolvimento dos governos estaduais e municipais, citando como exemplo a conclusão, após 30 anos, da ponte sobre o rio Tacutu, entre o Estado de Roraima e a Guiana, com o apoio do Governo do Estado e do Exército Brasileiro, o que evidencia a cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores, o Exército e um governo estadual.

Agora, passamos ao relato do 4º Painel.

Esta Comissão deu continuidade, no último dia 7 de novembro, à série de audiências, desta intitulada “Pré-sal: O papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e na alocação dos recursos”.

Essa audiência pública foi presidida por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Foram então convidadas as seguintes autoridades e especialistas no tema: Almirante-de-Esquadra Luiz Umberto de Mendonça, Chefe do Estado Maior da Armada; Brigadeiro-do-Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – Copac, do Comando da Aeronáutica; e o Engenheiro Simon Rosenthal, Professor da Divisão de Assuntos Científicos e Tecnológicos da Escola Superior de Guerra.

O Prof. Simon Rosenthal, ao falar da importância da ciência, tecnologia e inovação, afirmou que o Brasil registra um grande hiato tecnológico em relação aos países desenvolvidos e, como a tecnologia avança a velocidades cada vez maiores, não podemos aceitar essa situação, sob o risco de andarmos para trás. Na sua opinião, apesar da abundância dos seus recursos naturais, o Brasil ainda produz bens de baixo conteúdo tecnológico e valor agregado.

Para mudar este quadro, a solução, a seu ver, encontra-se na educação, acompanhada de planejamento – mas, segundo o professor, ainda não desenvolvemos, no Brasil, a mentalidade de trabalhar com planejamento. No seu entendimento, nas poucas vezes em que se planejou em áreas ligadas à ciência, tecnologia e inovação, os resultados obtidos foram significantes, tendo ele citado os exemplos da Petro-

bras, da Vale do Rio Doce, da Embrapa e da Embraer. Para ele, planejar não é garantia de sucesso, mas a falta de planejamento leva ao insucesso, assim como alocar recursos em projetos sem planejamento leva ao desperdício.

O Professor destacou que o século 21 assistirá ao fim da utilização do petróleo e outras fontes fósseis – não renováveis e poluentes – para queima de combustível. Por esse motivo, os países desenvolvidos estão investindo em pesquisa e tecnologia de fontes alternativas de energia, como hidrogênio, solar, eólica e nuclear. Ele acredita que, em quatro décadas, elas constituirão a matriz energética principal do mundo.

O Professor ressaltou a importância de dotar as Forças Armadas de poder de dissuasão sobre a chamada Amazônia Azul (que abarca as águas territoriais nas 12 milhas a partir da costa; a zona econômica exclusiva, nas 200 milhas a partir da costa; e ainda 960 mil km² da plataforma continental), com vistas a defender a soberania nacional e a integridade do nosso patrimônio. Para ele, as ameaças à bacia do pré-sal veem de países do hemisfério norte. Lembrou que os Estados Unidos não ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, e reativaram a Quarta Frota, criada na Segunda Guerra Mundial e desativada em 1958.

Quanto aos recursos para o reaparelhamento das Forças Armadas, o Prof. Rosenthal assim se pronunciou: “No momento em que a sociedade e as autoridades estiverem de acordo quanto à aplicação de recursos neste setor, o dinheiro aparecerá”. Ele firmou que, se quisermos continuar como produtor de *commodities*, sob “domínio econômico e tecnológico, sutil e silencioso”, não há necessidade de mais recursos para as Forças Armadas. Porém, se quisermos que o Brasil caminhe firmemente em direção aos países desenvolvidos, esse processo terá de envolver ciência, tecnologia, inovação e planejamento, e torna-se fundamental que as Forças Armadas sejam muito bem equipadas.

Ressaltou o Professor a importância da integração dos países da América do Sul, que possuem energia, água e alimentos em abundância, pois eles se tornarão muito mais fortes ao atuarem juntos nas negociações do que separadamente. Ele acredita que, no momento em que o Brasil se tornar um país desenvolvido, ele será, também, uma grande potência, pois, assim como a China, é um dos poucos países com massa crítica para se tornar, além de desenvolvido, uma potência. Concluindo, destacou que precisamos ter o poder da dissuasão para que nos façamos respeitar, para que os embates que o Brasil eventualmente venha a enfrentar se restrinjam ao campo da diplomacia. Num país com

poder de dissuasão – concluiu –, a diplomacia trabalha com muito mais facilidade.

Para o Almirante-de-Esquadra Luiz Umberto de Mendonça, a descoberta de petróleo na camada pré-sal, em 2007, conferiu uma importância muito maior ao Atlântico Sul, em razão do que esse potencial produtivo pode representar para a economia mundial. O Brasil tem a maior extensão litorânea contínua no Atlântico Sul; 90% de suas trocas comerciais são efetuadas pelo mar; 80% do seu petróleo e gás vêm do mar. Com a exploração de petróleo e gás na bacia do pré-sal, o tráfego será tão denso quanto o atual, mas numa área muito mais extensa, pois a bacia do pré-sal situa-se de 150 a 300 km do litoral.

Para garantir o cumprimento de suas missões de segurança marítima e de defesa do pré-sal, informou o Almirante que a Marinha preparou o Plano de Articulação e Equipamento, segundo o qual, num prazo de 30 anos, a força terá duas esquadras: a existente no Rio de Janeiro e outra na região Norte ou Nordeste, em local ainda a ser definido.

A curto prazo, prosseguiu, a Marinha elegeu como prioridades o programa nuclear; o programa de desenvolvimento de submarinos; o de obtenção de meios de superfície; a obtenção inicial de 27 navios-patrolha de 500 toneladas, hoje chamados de navios de apoio a plataformas; e um sistema de gerenciamento da Amazônia Azul.

Segundo o Almirante, a Marinha necessitará, nos próximos 30 anos, de um total de R\$223,5 bilhões, assim distribuídos: até 2015, R\$27 bilhões; a médio prazo, R\$84 bilhões; e, a longo prazo, R\$111 bilhões.

O submarino de propulsão nuclear, considerado o mais importante para o País em inovação e tecnologia, foi concebido ainda em 1979, com a criação do Centro Experimental de Aramar, juntamente com o Programa Nuclear - que consiste no domínio do ciclo de combustível e na construção de um sistema de propulsão -, que a Marinha está desenvolvendo para incluí-lo no projeto do submarino nuclear brasileiro, uma vez que o contrato com a França exclui qualquer transferência de tecnologia nessa área.

Em suas considerações finais, defendeu o Almirante que, na defesa do pré-sal, a estratégia da dissuasão é prioritária em tempo de paz, por ser a melhor forma de se evitarem conflitos armados.

O Brigadeiro Carlos Baptista Júnior, sintetizando a visão da Força Aérea, afirmou que a bacia do pré-sal - cuja segurança é responsabilidade do Exército brasileiro - será motivo de cobiça. Por esse motivo, urge desenvolver planos de defesa, de contingência e de mitigação de problemas, incluindo-se seu treinamento, testes e orçamento específico. Ressaltou que a distân-

cia de 300 Km entre a área do pré-sal e o litoral torna difícil tanto sua defesa quanto o salvamento de uma embarcação ou a busca de uma aeronave acidentada. Enfatizou a necessidade de se priorizar o orçamento para a aquisição das capacidades de defesa, incluídas tanto no planejamento da Força Aérea quanto no da Marinha, para que as duas forças, juntas, possam defender as riquezas do pré-sal.

Ressaltou também que a FAB trabalhará na bacia do pré-sal com base em três eixos principais: o do controle do tráfego aéreo, para garantir a segurança do transporte de apoio, que sofrerá grande incremento, especialmente do tráfego de helicópteros; o da defesa nacional, o segundo eixo; e o terceiro eixo, que é o das missões subsidiárias, tais como o apoio a eventuais acidentes ambientais na área ou acidentes em plataformas. A Força Aérea, informou, estará presente, juntamente com a Marinha, nas missões de busca e salvamento.

Ele afirmou ainda que a bacia do pré-sal terá, com o apoio da Força Aérea, a última palavra em termos de controle e segurança do espaço aéreo. Destacou, porém, que, apesar de as aeronaves da Força Aérea e da Marinha serem a maneira mais rápida de se atingir essa área, elas não dispõem de recursos específicos para a missão.

Quanto à defesa da área, mencionou o Brigadeiro a importância de se identificar as ameaças a esse novo centro de gravidade, distante do nosso continente, onde qualquer oponente tentará infringir um dano, em caso de conflito. Daí a necessidade de pronta resposta a qualquer ato contra os nossos interesses e de meios para sua execução. As riquezas dessa área exigem, no entender da Força Aérea, uma dissuasão real e permanente.

O Brigadeiro Baptista Júnior mencionou os projetos relacionados à área do pré-sal desenvolvidos pela Força Aérea. Além das aeronaves de patrulha e guerra de submarino P-3, ao custo de US\$495 milhões, ele ressaltou a modernização de 43 aeronaves de ataque MX pela Embraer, ao custo estimado de US\$1,1 bilhão.

Enquanto não se decide sobre a compra de caças FX-2, a Força Aérea está tratando de modernizar os F-5M, a exemplo do que já foi feito com o primeiro lote desses equipamentos. E o valor do contrato gira em torno de US\$135 milhões.

Informou-nos o Brigadeiro que o início das operações do Veículo Aéreo Não Tripulado, conhecido com Vant, tem mostrado a extrema valia dessa aeronave e que sua utilização na área do pré-sal tem comprovado ser bastante adequada.

A FAB acredita que há muito espaço no pré-sal para a utilização de veículos aéreos não tripulados de

várias categorias e já tem previsão de iniciar a fabricação desse tipo de aeronave no País.

Por fim, falou do projeto HXBR, de aquisição de 50 helicópteros de médio porte para as três forças, capazes de atingir todos os postos do pré-sal.

A nacionalização de 50% dos componentes desses helicópteros capacitará empresas nacionais a produzir equipamentos necessários na exploração do pré-sal. O valor desse contrato é de €1,8 bilhão. Porém, afirmou o brigadeiro que falta o FX2 nessa equação e que a FAB aguarda, ansiosamente, a definição governamental sobre o caça, que complementará a velocidade, o alcance e o poder de fogo de sua tropa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, senhores representantes de nações amigas, a presente reunião destina-se à realização do quinto painel – “Forças Armadas em missões de paz – emprego em ações de reforço aos órgãos de segurança pública e utilidade como treinamento e legitimidade na sociedade brasileira” –, integrando o terceiro ciclo, intitulado “Defesa Nacional”, da agenda “Rumos da Política Externa Brasileira (2011 – 2012)”.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito para dar as boas-vindas e convido para que tomem assento à Mesa: o General de Brigada Luiz Guilherme Paul Cruz, 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército; o Brigadeiro-Engenheiro Francisco Carlos Melo Pantoja, Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço; o Ministro Norberto Moretti, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores; e o Dr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Helibras.

Sejam V. S^{as}, mais uma vez, muito bem-vindos.

Antes de iniciarmos, eu gostaria de registrar a presença, nesta audiência, dos senhores membros do corpo diplomático: S. Ex^a o Sr. Embaixador Alain Francis Gustave Ilboudo, Embaixador do Burkina Faso; S. Ex^a o Sr. Embaixador Hans-Peter Glanzer, Embaixador da Áustria; Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada da Espanha; Sr. Zurab Mchedlishvili, Conselheiro da Embaixada da Geórgia; Sr^a Anna-Karine Asselin, Conselheira da Embaixada do Canadá; Sr. Nicholas Hilgert, Primeiro-Secretário da Embaixada dos Estados Unidos da América; Sr^a Ambra Dickie, Segunda-Secretária da Embaixada do Canadá; Sr. Coronel Edwin Clemente Guevara Galvan, Adido Militar da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela; e Major Jose Luis Alvarado Chacon, auxiliar do Adido Militar da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela.

Muito obrigado pela presença de V. Ex^{as} e sejam muito bem-vindos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Iniciando, portanto, a nossa pauta do dia de hoje, eu passarei a palavra ao Sr. General Paul Cruz, 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército, que terá 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. LUIZ GUILHERME PAUL CRUZ – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer o convite formulado ao nosso Exército Brasileiro para aqui apresentar o papel que nós desempenhamos em força de paz e também na garantia da lei e da ordem, traçando um paralelo entre as duas formas de atuação que as nossas Forças Armadas têm no presente momento.

Também agradeço a presença de V. Ex^{as} a esta audiência e procurarei, nestes minutos, traçar uma panorâmica da atuação das Forças Armadas brasileiras, em particular, o Exército, em operações de paz e em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

O nosso tema está em Forças Armadas em missões de paz, o emprego em ações de reforço aos órgãos de segurança pública, utilidade como treinamento e legitimidade na sociedade brasileira.

Nós trataremos de operação de paz, e traçarei alguns comentários a respeito da Minustah, Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, com a qual fui honrado duas vezes: uma como comandante da tropa brasileira e, até maio deste ano, como comandante da força do componente militar.

Faremos alguns comentários sobre Operações de Garantia da Lei e da Ordem e algumas considerações finais.

O Brasil participa de operações de paz há bastante tempo. Estivemos desde a Unef I, no Oriente Médio, em 1956, até os dias de hoje, com nossa participação no Haiti. Já foram mais de 47 missões, sejam elas individuais ou com tropa, e, hoje, mais de 32 mil militares brasileiros se fizeram presentes nesse tipo de operação. Encontram-se em missão, hoje, 2.239 militares.

Próximo.

Um comentário: operações de paz estão no pós-conflito. A manutenção da paz se diz que se faz onde há paz para ser mantida. Então, temos um processo que ocorre – isso é apenas uma forma de apresentar – com uma prevenção de conflito, que naturalmente cabe à diplomacia a negociação para a paz e também uma missão da nossa diplomacia. Por vezes se faz necessária a imposição da paz, da qual o Brasil não tem participado; as operações de paz, sob o capítulo 6 ou 7. No caso da Minustah, estamos sob o capítulo 7, mas aí vai o comentário de que, na verdade, protege-se a própria missão e permite-se a defesa do mandato para que se dê consequência à resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

E, finalmente, com a evolução, nós temos a parte de construção e prevenção contra o retorno do conflito. Próximo.

Eu quis apresentar esta transparência para mostrar que o componente militar numa missão de paz não é o único. E ele sabe disso. Conforme a fase em que nós nos encontramos, ele terá um papel maior ou, depois, menor. E as outras instituições, sejam elas integrantes da própria missão, sejam elas integrantes das agências, fundos e programas das Nações Unidas, Governo nacional, organizações internacionais e organizações não governamentais, têm um trabalho a realizar diante das inúmeras tarefas para estabilizar, passar por um período de transição e, finalmente, chegar a um desenvolvimento sustentável com estabilidade político-econômica que permita àquele país seguir com seus próprios passos. Para isso – e sei que o Ministro Norberto Moretti vai tecer comentários mais aprofundados –, nós estamos diante de um marco legal; um marco legal que nos é proporcionado pela resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na forma de um mandato. E, quando se forma a missão, é feito um acordo legal entre as Nações Unidas e o país sede, sob a sigla Status of Forces Agreement. Há um acordo entre o país que cede a tropa e as Nações Unidas, onde são especificados todos os detalhes dessa participação do país. E aí se seguem as orientações do representante especial do Secretário-Geral e do Comandante da Força, em que são impostas as regras de engajamento, que, no final da linha, é o que o soldado segue – ele é treinado em função disto aqui. Elas são reflexos de todo esse marco legal.

Naturalmente, as tropas estão submetidas à lei do seu país. No caso, as leis brasileiras valem para os nossos soldados. As leis do país anfitrião, a missão tem responsabilidade quanto a isso. E, no Brasil, há a autorização do nosso processo decisório, a autorização do Presidente, do Executivo, naturalmente com a aprovação do Congresso Nacional. Em nível menor, há os regulamentos e diretrizes de cada uma das Forças.

Próximo *slide*, por favor.

A Minustah, como todas as senhoras e todos os senhores sabem, está presente no Haiti. Por um período prolongado, sofreu uma desestabilização em consequência de problemas sociais, econômicos e políticos. Lá o Conselho de Segurança houve por bem, mediante solicitação do próprio Haiti, fazer-se presente para reverter essa situação na medida do possível.

Próximo *slide*.

Também temos de frisar que há coisas boas e bonitas. Essa é uma das imagens que nos marca muito, que mostra o interesse das famílias pela educação,

por mandar seus filhos e filhas à escola. É o que nos dá a esperança de que o país terá um futuro melhor.

Próximo *slide*.

Há alguns comentários clássicos sobre a situação antes da Minustah. Fundamentalmente, há uma situação de desorganização política e social com todas as dificuldades seguintes. Onde há essa desorganização, vemos atuação de gangues e de grupos paramilitares, deficiência na prestação de todo tipo de serviço público, baixa aprovação do Governo, polícia malpreparada e mal-equipada, enfim, um ambiente inseguro para o trabalho de quaisquer agências. Algumas áreas mais sensíveis de Porto Príncipe são completamente dominadas por gangues.

Próximo.

A Minustah tem uma organização clássica de missão complexa das Nações Unidas, com um representante, que é o chefe da missão e que tem seus assessores. Há um comandante da Força Militar, e sob a sua orientação está toda a Força. Há ainda dois representantes adjuntos: um deles trata mais da administração da própria missão e dos direitos humanos, orientando a Polícia da Nações Unidas; o outro está mais afeto às ações referentes a assuntos humanitários, às ações referentes a gênero e à infância e ao trato do relacionamento da missão com as agências.

É preciso não confundir: a missão é temporária, mas, nas Nações Unidas, há agências, fundos e programas que se fazem presentes o tempo todo. É como ocorre aqui, no Brasil, com a Unicef, com a Organização Mundial de Saúde e com muitas outras agências, fundos e programas. Em particular no Haiti, víamos uma atuação muito forte de inúmeras dessas agências.

Próximo.

O componente militar tem seu mandato e, desde a Resolução nº 1.542, tem a missão principal de prover um ambiente seguro e estável. Daqui, tiramos todo o nosso planejamento. E, naturalmente, tem uma missão acessória ao apoiar as ações de assistência humanitária. Sei que os princípios de Oslo falam sobre a não utilização do componente militar em ações humanitárias, a não ser que seja algo emergencial e imprescindível para aquele momento, isso aprovado em 1994.

Entretanto, pode-se verificar que, pela atuação em particular das tropas que ocorreram lá na Minustah nos períodos mais difíceis, como na sequência de furações que ocorreram em 2008, e após o terremoto, pela capacidade de reagir dentro de uma situação de crise, leva-se a repensar parcialmente essa interpretação do que seriam os princípios de Oslo e não utilização desses meios.

Eu posso afirmar que, com os meios que nós tivemos como força militar no Haiti no período pós-terremoto e em algumas crises que lá se instalaram, foram muito úteis pela prontidão, pela máquina, pelo equipamento e pela gente que lá se encontrava. Naturalmente que isso não é para ser em definitivo e deve ser substituído pelas agências de cada interesse tão logo quanto possível.

Próximo.

Aí está uma organização, a distribuição. No caso, a tropa brasileira se encontra em Porto Príncipe. Eu costumo comentar que é a menor área de responsabilidade, mas, em compensação, lá estão dois milhões de pessoas.

Então, como ficaram distribuídas: hoje, no Haiti, a missão se compõe de dez batalhões, quatro companhias independentes, seis companhias de engenharia, duas de avião, uma unidade marítima e um hospital, com 8.940. Mas a recente resolução do conselho de segurança determinou a redução para 1.600 militares já como parte do processo da evolução da missão.

Próximo.

As tropas – no caso aqui eu posso falar pela tropa brasileira, mas todas elas são submetidas a um treinamento –, passam – nós temos dois batalhões de infantaria e uma companhia de engenharia – por um período de cerca de seis meses de treinamento, que vai da seleção até o desdobramento no terreno, em que são feitos estágios preparatórios, treinamentos específicos, um treinamento final, até que se chegue à missão. Esse treinamento segue as orientações das Nações Unidas em todas as técnicas, táticas e procedimentos necessários para o cumprimento da missão.

E o que se pode ver é que essa intensificação do treinamento militar para tropas que já estão preparadas só traz benefícios para todos. E, quando chegam, estão realmente prontos a desempenharem os seus papéis.

Próximo.

Normalmente as missões que cabem, quando nós dizemos “prover um ambiente seguro e estável”, nós estamos falando de operações com a polícia nacional e com a polícia das Nações Unidas; estamos falando dos pontos de controle de circulação e segurança de instalações, desarmamento.

Próximo.

Estamos falando de estabelecimentos de pontos fortes, e aqui é bastante marcante, porque este aqui era o ponto forte 16, que foi sendo melhorado e depois foi transformado no comissariado da polícia em Cité Soleil, que lá se estabeleceu, o que significa a transição da responsabilidade da manutenção da segurança que, inicialmente, estava com as Nações Unidas, para a polícia nacional do Haiti, em que eles tiveram

um crescimento dessa atuação, sua capacidade de se fazer presente naquela região.

Próximo.

Outras operações comuns, muitas escoltas de comboios, muitas patrulhas, as operações que ocorreram até 2007 no controle de gangues organizadas se encontravam por lá.

Próximo.

Também muito trabalho de engenharia, e aqui eu não posso deixar de citar a atuação da nossa Embaixada Brasileira no Haiti, empregando as disponibilidades da Agência Brasileira de Cooperação, que permite, dentro de um convênio Brasil/Nações Unidas e o Governo local, nós tivéssemos os recursos necessários para prover insumos para aplicar nas ruas no Haiti.

E aí mais alguns trabalhos da nossa engenharia, perfuração de poços d'água e que nós já passamos, inclusive, para assistir algumas instituições, sejam hospitais, sejam... A própria Viva Rio teve um poço cavado pela nossa engenharia lá no Haiti.

Próxima.

O apoio, a assistência humanitária, pelas circunstâncias, pelos meios de que a força dispõe e o apoio ao processo eleitoral, que se revelou importantíssimo. O apoio logístico que foi prestado nas 1.501 seções eleitorais, nos 142 Municípios, permitiu a execução da eleição no País e, com isso, hoje no Haiti, nós vemos um governo eleito que substituiu outro governo que foi eleito e que, hoje, já designou o seu primeiro-ministro. Isso revela a estabilidade política, a sequência da democracia tão necessária a todos nós.

Vemos como resultado positivo, alcançado antes do terremoto, uma evolução bastante significativa. Entretanto, em 12 de janeiro...

Próximo.

Deixe-me colocar este aqui. Aqui é para mostrar que a parte militar tem a sua atuação maior quando o nível de violência é maior. No momento em que as operações se desenvolvem, eles vão sendo substituídos pelas operações da polícia e com uma atuação das entidades civis, da sociedade e do País e das Nações Unidas, fazendo com que se crie esse desenvolvimento da infraestrutura. Então, é mais do que natural que, ao longo da missão, com o êxito da missão, se mude o perfil dessa missão, até chegarmos a um ponto em que a força militar passa por um período de desmobilização, como começou a ocorrer agora no Haiti.

Próximo.

Temos aí algumas melhores práticas apresentadas, só para comentário, e aqui estabelecemos, por exemplo, divisão de setores, operações de inteligência, inquietação, os pontos fortes nas áreas-problemas. E uma das coisas que posso comentar é que o que fez

a diferença foi estar presente, estar lá, a pé. Não é de blindado, não é de viatura. É a pé. É conhecer D. Maria, conhecer o Sr. José, saber do que eles precisam, transmitir isso às outras, chamar as organizações que trabalhem juntas criar a confiança. A intensidade da nossa presença diuturna, a qualquer hora, fez a diferença. A pé. E isso também estabeleceu paradigmas para atuação em outras missões das Nações Unidas. A forma como a nossa tropa se fez presente lá no Haiti.

Aqui, apenas alguns exemplos da distribuição dos setores, dos conhecimentos.

Vamos em frente.

E dá-se a mesma coisa da evolução da missão. Ora, a missão é prover um ambiente seguro e estável ou para que outros possam trabalhar. Então, desde uma forte intervenção militar, que vai sendo reduzida, que vai utilizando mais a polícia das Nações Unidas e a polícia local, até que as responsabilidades de segurança pública passem para a polícia local, até seja obtida essa segurança e estabilidade.

Não vai ser o mais perfeito dos mundos, mas terá a possibilidade de realizar.

Em 2010, 12 de janeiro, deu-se o terremoto, e esta aqui é uma imagem muito forte, que mostra o que ocorreu, juntamente com nossos deslocados. Isso trouxe um grande problema. A tropa teve que atuar fortemente e o planejamento foi feito em quatro eixos: na segurança e estabilidade, no apoio ao processo eleitoral, numa resposta oportuna e integrada contra as crises e no apoio à assistência humanitária e à recuperação. Naturalmente, o papel principal estava aqui, e trabalhamos com várias outras instituições.

Próximo.

Daí as etapas que tivemos ao longo da nossa vida de Minustah, desde junho de 2004, passando por períodos eleitorais, por questões climáticas, pelo terremoto.

Hoje o Haiti tem um presidente eleito, um primeiro-ministro, e já houve a determinação de iniciar o processo de redução de efetivos.

Nas operações de garantia da lei e da ordem, nós estamos presentes, conforme determina a lei – no caso, a Constituição, que dá a determinação das Forças Armadas, e as Leis Complementares nº 97, 117 e 136, que se refletem nos nossos regulamentos e regras.

Próximo.

Tropas foram designadas para essa recente operação no Morro do Alemão. Participação com a polícia – e aí está um aprendizado, de estar presente em operações com inúmeros atores –; estabelecimento dos pontos fortes; interação com a população; patrulhamento intenso e permanente, com controle de circulação, com operação contra gangues e com controle de distúrbios, isso revelando um marco legal.

No Brasil, estamos com a nossa Constituição Federal, com as leis e com os regulamentos, que se refletem nas regras de engajamento – nas Nações Unidas, desde a resolução até a própria regra de engajamento.

Nosso treinamento militar é feito com uma extrema atenção na regra de engajamento e, principalmente, em valores. O treinamento militar é muito específico, mas a resultante está na compreensão de cada um daqueles que integram aquelas operações de que eles cumpram seu dever de acordo com os valores da sociedade brasileira, que é fundamental para que ambas as missões sejam cumpridas com desenvoltura, como tem sido feitas até os dias de hoje.

Como consideração final, apresentamos que o treinamento específico é absolutamente necessário, e nisso nós temos tido todo o apoio. As Forças Armadas têm recebido todo o apoio do Governo brasileiro para fazê-lo.

A força militar é incapaz de garantir paz e estabilidade duradoura. O que garante isso é o fortalecimento das estruturas políticas, sociais e econômicas em qualquer país. E são primordiais a integração e a coordenação dos trabalhos entre todos os atores presentes no terreno. Na situação de crise é isso que vai trazer uma boa sinergia para o trabalho.

Em ambos os tipos de operações, o treinamento específico seguido do emprego permite o aprimoramento da tropa. Naturalmente, nós colhemos grandes experiências durante esse tempo de Minustah, seja na doutrina, seja na logística. E se deve saber que a aproximação com a população e com todos os atores envolvidos é muito importante.

Próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Muito obrigado, Sr. General Paul Cruz, 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército.

Passo, em seguida, a palavra ao Brigadeiro e Engenheiro Francisco Carlos Melo Pantoja, Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço.

O SR. FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA
– Boa noite a todos.

Senador Fernando Collor, obrigado pelo convite. É uma excelente oportunidade estar aqui, não só para contribuir com este debate, com este tema importantíssimo, mas também para ter a oportunidade de falar sobre o que se desenvolve no setor de ciência e tecnologia do Comando da Aeronáutica, principalmente sobre aquela segunda parte da abordagem do nosso tema, que é “Forças Armadas e missão de paz”. Mas o nosso enfoque vai ser em como o programa espacial brasileiro pode contribuir com tudo isso.

O programa espacial é, principalmente, uma ferramenta e é dessa ferramenta que vamos, isto é, falar como ela está, em que ponto ela pode realmente contribuir com tudo isso.

Organizamos esta apresentação nestes aspectos: primeiro, vamos dar uma visão geral do que está acontecendo com o Programa Espacial Brasileiro. Vamos rapidamente falar sobre o seu histórico e sobre o que temos hoje. Em seguida, dos investimentos que foram feitos nesse programa, quais os resultados que temos hoje para o País, para depois falarmos qual a relação que tudo isso tem com as missões de paz, em que se encaixa um programa espacial, como se encaixa essa ferramenta nisso tudo. E, obviamente, alguns comentários finais relacionados a tudo isso.

Próximo, por favor.

Inicialmente, em um *slide* só, falamos sobre o programa espacial que começou em 1966, com o desenvolvimento de foguetes, que basicamente ficava a cargo do Comando da Aeronáutica, e também a infraestrutura de lançamento.

Em 1966, começou-se desenvolvendo foguetes de sondagem, que são foguetes que tem o propósito de estudar a atmosfera, um dos propósitos é este. Já aí vemos uma relação com tudo isso que estamos falando hoje, quer dizer, o conhecimento da atmosfera, que leva o melhor conhecimento do clima e o melhor conhecimento do ambiente.

Mas o objetivo ali, como diz a estratégia, era o desenvolvimento da pesquisa e o desenvolvimento nessa área, nesse setor espacial. Nessa época, não tínhamos nada no País relacionado a isso. Começamos com uma escola, muitos devem conhecer aqui o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que é de formação de nível superior. Então, em 1966, começou-se a fazer isso. Como disse, não tínhamos nada, nem a propulsão. Assim, tivemos que desenvolver a propulsão, que se chamava propelente, desde a matéria-prima, como as coisas se juntavam, ou seja, todo um desenvolvimento químico nessa área. O conhecimento do foguete de um modo geral em todos os seus aspectos.

Depois, isso tudo evoluiu e, em 1984, quando já tínhamos algum conhecimento nessa área, começamos a pensar em desenvolver não só veículos de sondagem, mas também veículos lançadores de satélites. Então, em 1984, tivemos o que se chamou aqui de MECB (Missão Espacial Completa Brasileira), que, na época, significava ter o lançador nacional, ter o satélite nacional e fazer esse lançamento de um centro de lançamento no País. Ou seja, o Brasil mostrava, nessa época, que queria ter conhecimento e dominar a tecnologia de ir ao espaço. E o que foi feito?

Começava o dilema, ou seja, escolhendo essa estratégia de desenvolvimento *versus* aquisição. Alguma coisa já se podia desenvolver com o conhecimento que se obteve aqui, mas nenhum país dispõe de tudo, então era preciso adquirir algumas coisas. Havia essa negociação entre desenvolvimento e aquisição.

Com isso, houve os seguintes desdobramentos: ao longo do tempo, não tivemos um investimento à altura das necessidades em termos financeiros e em termos de recursos humanos. Ou seja, o País é muito grande e a demanda de um programa espacial para o Brasil é de um programa grande. Assim, não tivemos aqui um investimento ao longo dos anos que tenha correspondido a essa demanda.

Aliado a isso, percebeu-se nessa ocasião um cerceamento tecnológico. A tecnologia espacial é uma tecnologia que promove uma alta competitividade entre todos os que a detêm. É natural que os países que detenham a tecnologia façam um cerceamento tecnológico, ou seja, nem tudo é vendido com facilidade.

Aquela nossa estratégia inicial de aquisição ficou prejudicada. Nem tudo que se pensava adquirir foi possível, principalmente as tecnologias que são únicas, que são essenciais, que são estratégicas para essa área prejudicada. Nem tudo que se pensava adquirir foi possível de se adquirir, principalmente as tecnologias que são únicas, essenciais, estratégicas para essa área.

Então, tivemos dificuldade de aquisição de componentes que eram disponíveis no mercado nessa ocasião e que passaram a não ser. Qual a consequência disso?

As consequências são os longos prazos que passamos ter nesse desenvolvimento, aquilo que se esperava obter rapidamente passou a ter uma demora, já que o que não se podia adquirir tinha que ser desenvolvido. Então, passamos a ter que desenvolver praticamente tudo do programa espacial.

Isso, por um lado, tem o prejuízo do tempo, mas também tem um ganho. Como teve que desenvolver tudo, adquiriu-se competência. O País passou a ganhar competência em várias áreas essenciais dessa parte espacial e, conseqüentemente, nessa estratégia de desenvolvimento, embora mais longa. Passamos a ter no País também um desenvolvimento industrial na área, pois, em 1966, não havia empresa alguma que trabalhasse nessa área. Então, passou-se a ter esse ganho, que é estratégico. Demora-se a ter as aplicações operacionais disponíveis, mas tem-se um ganho estratégico. Ao longo desse tempo, também se desenvolveu competência em lançamento. E todo esse conhecimento adquirido nos faz hoje poder nos envolver em vários empreendimentos de veículos espaciais.

Basicamente, esse é um resumo do que aconteceu até hoje no Programa Espacial Brasileiro, no que

diz respeito a veículos lançadores e à infraestrutura. Temos uma competência no País para fazer esse tipo de desenvolvimento e temos uma infraestrutura de lançamento adequada e correspondente.

Próximo.

Falei dos investimentos, que poderiam ser mais adequados ao que se tem de expectativa em relação aos resultados. Isto é um quadro que mostra, de 1990 – só para termos uma ideia – a 2011, o que foi investido no Programa Espacial Brasileiro no que diz respeito ao segmento foguete. Temos ali um valor total, nesse período, de US\$261,5 milhões. Hoje, abre-se o jornal e vê-se que esse é o preço de um satélite. Um satélite médio tem um custo dessa magnitude.

Tiramos, então, uma conclusão. O País fez muito em termos de seu programa espacial quando se olha os recursos que foram investidos nele, com esta pequena comparação: um satélite meteorológico custa uns US\$400 milhões entre a sua construção e seu lançamento.

Para termos uma ideia também melhor, uma outra perspectiva em relação aos investimentos, vamos ao próximo *slide*, por favor.

Aqui uma fotografia de alguns programas espaciais internacionais, de recursos financeiros aplicados em 2010. Estados Unidos têm US\$40 bilhões no que diz respeito apenas ao que é investido na Nasa, sem considerar os investimentos em defesa e outros relacionados ao programa espacial. A União Europeia, a Agência Espacial Europeia, 4 bilhões. E aí vai. Para termos uma ideia, tem como o Brasil investiu – e este valor não é apenas no que diz respeito a foguetes, é em todo o Programa Espacial Brasileiro, diz respeito aos foguetes, aos satélites e à infraestrutura. Para termos uma ideia do que se está falando em termos de investimento.

Próximo.

Mas temos resultados. Como eu disse, resultados muito além do que foi investido, do que era esperado. Temos tecnologia nacional nessa área, e essa tecnologia está na Academia – mencionei aqui o Instituto Tecnológico de Aeronáutica –, temos conhecimento lá... Temos esse tipo de conhecimento, a tecnologia nos centros de pesquisas, associados a esse programa e na indústria nacional.

Estes aqui são os foguetes que foram feitos e lançados. Foram mais de 400 lançamentos de foguetes ao longo do tempo. Alguns foguetes que já cumpriram sua atividade operacional e foram desativados, mas temos outros foguetes em operação. Observem aqui o crescente em termos... Aqui 4,5kg era o que esse foguete levava e ao que chamamos de carga útil, sejam experimentos, sejam... No caso, se um foguete coloca

um satélite em órbita, o satélite é a carga útil. Então, é aquela coisa que o foguete leva para o espaço. Aqui é um crescente dos vários foguetes nacionais.

Isso aqui significa muito, como eu falei, em termos de conhecimento, em termos operacionais, mas também em desenvolvimento da indústria e, consequentemente, de empregos para o País.

Próximo.

Falando ainda desses resultados, como mencionei... Só o fato de termos uma escola como o ITA, o Instituto de Aeronáutica e Espaço – IAE, onde se faz as pesquisas dos foguetes, um instituto como o Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais –, que faz a parte de satélites. Estes, por si sós, são um grande ganho para o País em termos de resultados.

Nós temos laboratórios aqui de testes de satélite no Inpe – é o único na América Latina; laboratórios com túnel de vento, que temos lá no DCTA, para fazer vários testes de foguetes. Aqui é a imagem de um VLS sendo testado: uma maquete com seu comportamento aerodinâmico; e outra imagem aqui, de satélite, sendo testada lá no Inpe. Então, os resultados são de valor estratégico para o País. Esse conhecimento está disponível e é um conhecimento nacional.

Próximo.

Com relação à indústria.

A indústria nacional foi fomentada ao longo desses anos. Aqui são exemplos de partes físicas. Obviamente, há muito mais envolvimento aqui na parte de serviços, em várias empresas, que não existiam em 1966, quando se iniciou o programa. Então, várias indústrias foram formadas como resultado desse programa, como resultado daquele investimento que se mencionou ali. Então, isso também é um valor estratégico. Hoje as indústrias aeroespaciais no Brasil são umas 177 empresas específicas desse setor aeroespacial e, obviamente, com todo o resultado associado à existência desse tipo de indústria. Então, também um resultado de valor estratégico.

Próximo.

Aqui a gente vai mostrar um filme. Um exemplo de um daqueles foguetes que foram desenvolvidos lá. Esse foguete foi lançado na Europa, precisamente na Suécia, com uma câmera a bordo, por isso que mostra a rotação do foguete sendo expressa na rotação do ambiente. O objetivo desse lançamento é se promover o ambiente de microgravidade, ou seja, um ambiente semelhante ao que se tem em um satélite: gravidade próxima a zero. Só que esse ambiente vai ser, no caso desse lançamento, promovido por cerca de seis minutos e de uma forma muito barata. É uma alternativa excelente para se testarem componentes que depois vão voar nos satélites.

Então, nós vamos ver o momento de microgravidade. Então, por enquanto, ainda não estamos nesse momento, tem-se a rotação do foguete filmado por ele mesmo. Em seguida, a rotação vai parar e é quando se chega nesse ambiente de microgravidade.

Então, nessa hora a câmera vai ser acelerada. Como eu falei, serão seis minutos e, depois, aquela carga útil, objeto do experimento, vai ser resgatada. Ela vai cair no solo de neve da Suécia, na época de inverno. Ali está o horizonte... Aí a altitude de alguns quilômetros, uns 200 ou 240 Km de altitude. Então, nesse momento é um paraquedas que está caindo com uma carga útil. Esse é o ambiente do paraquedas. A câmera está no paraquedas, com a carga útil, obviamente. O branco ali é a neve. Dá para ver as cordas aqui do paraquedas. Esse é o helicóptero de resgate chegando, porque é importante que o experimento seja analisado *a posteriori* – ele só se complementa com esse resgate.

Toda essa tecnologia de resgate é uma tecnologia importante que o País também domina. Esse mesmo tipo de resgate nós fazemos aqui no Brasil, só que no mar, em Alcântara. São os homens-rãs – não são ETs. São as pessoas que, no caso, vieram resgatar. Não são homens-rãs, porque são da neve. No nosso caso, eles o são.

Eu chamei a atenção para esse episódio aí para mostrar que se trata de um foguete nacional que é exportado para a Europa. Então, ele faz parte do programa de microgravidade europeu. Aliás, esse é o foguete que atualmente, no mundo, mais se presta a esse tipo de trabalho. Então, essa é uma chance que o País tem de se desenvolver, de entrar no mercado de veículos de sondagens como esses. São vários os foguetes brasileiros que são exportados para outros países. Esse é um grande resultado também.

Próximo.

Finalmente, a ligação com o tema, o nosso recorte aqui foi exatamente as missões de paz, no que diz respeito a uma ferramenta. O programa espacial é uma ferramenta. Já foi citado aqui, na apresentação anterior, que o Brasil tem cerca de 47 participações em missões de paz, e muitas virão. Quer dizer, é uma coisa que continuaremos a ter. E a tecnologia avança. A necessidade de ferramentas tecnológicas é muito grande. Se a gente imaginar que a hipótese de emprego de uma atuação numa missão de paz ocorre em qualquer lugar do Planeta... Não podemos imaginar... Em qualquer lugar pode acontecer isso, ou seja, nos ambientes mais diversos possíveis, em ambientes possivelmente degradados em termos da sua infraestrutura fixa que necessitam de ferramentas, como

uma ferramenta espacial, um emprego de satélite, principalmente.

No que diz respeito à meteorologia, não existe operação nenhuma hoje, qualquer que seja, quando você precisa ir para algum lugar, quando você precisa fazer o emprego, sem o conhecimento das condições meteorológicas. Então, isso é fundamental. As informações meteorológicas são tão naturais para nós que achamos que elas já existem de forma simples, que basta consultar o homem do tempo, esperar a Aline, no jornal da manhã, falar. Mas, em ambientes inóspitos e de pouca população, em particular os oceanos, não há esse tipo de informação, e você precisa dessa informação para qualquer planejamento. É fundamental que haja uma ferramenta meteorológica, e, hoje, são os satélites que fazem esse tipo de papel. Os satélites meteorológicos são responsáveis por informar o ambiente nos lugares mais inóspitos possíveis. Em se tratando de uma operação de paz, ela pode ocorrer em qualquer lugar do Planeta. Então, é importantíssimo dispor desse tipo de ferramenta.

Em relação às comunicações, esta é a coisa mais óbvia. Não se faz nada sem comunicar. Foram mostrados, na apresentação anterior, os vários níveis de atuação de uma operação de paz, desde o nível diplomático até o nível operacional. E todos esses níveis precisam de informações. Elas precisam estar disponibilizadas praticamente em qualquer lugar. Então, é fundamental que haja comunicações estratégicas. E, num ambiente onde houve uma degradação da infraestrutura, causada por uma guerra ou por qualquer outra catástrofe, você precisa dos satélites. Portanto, os satélites de comunicação, os satélites geoestacionários ficam voltados para aquela região de interesse, mantendo as comunicações possíveis. Um dos propósitos do programa espacial é poder lançar satélite e dispor daqueles satélites.

Controle de tráfego aéreo. Você precisa se deslocar. Você precisa saber como fazer isso, ter coordenação. Temos operações aéreas, como foi mencionado aqui na apresentação anterior. Então, você precisa de um controle de tráfego aéreo e a tendência do controle de tráfego aéreo é o emprego de satélite.

O sistema que será implantado nos próximos anos, em todo o mundo, é um sistema global, que envolve vários satélites, tanto satélites de comunicação, como satélites de navegação e satélites de vigilância.

Então, também aqui, nesse controle do tráfego, de um modo geral, você também tem a necessidade de uma ferramenta como essa.

Geoposicionamento – todas essas imagens são imagens associadas às missões brasileiras. Então, você tem empregos, aqui, que você precisa saber onde

você está, para onde você precisa ir. Então, novamente, precisamos de satélites que deem esse geoposicionamento, que é o que a gente está acostumado a ouvir, os satélites relacionados a GPS.

E monitoramento e alerta de catástrofes. Isso está cada vez mais comum. O Brasil, mesmo, está vivendo – é uma questão ambiental –, na bacia de Campos, e o monitoramento disso é feito com satélites. Satélites têm de monitorar essa área, têm de informar o mais rápido possível, para quem precisa tomar decisão, onde as coisas estão acontecendo.

E a vigilância, que mostra o que está acontecendo e onde. São satélites específicos.

Então, basicamente, aqui, o que muda é o tipo de aplicação do satélite, e você precisa ter o satélite, e você precisa ter a capacidade de lançar satélite na hora em que você quer.

Basicamente, é uma ferramenta para as missões de paz.

Assim – próximo –, a gente chega ao final com esta conclusão: o Programa Espacial Brasileiro é um programa social. Em geral, ele tende a ser visto como uma coisa tecnológica, mas o seu emprego, mesmo que seja lá na frente, mesmo que seja em longo prazo, é um emprego social.

Aqui, uma conclusão tirada por um estudo feito pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, que o Programa Espacial enfrenta uma demanda maior do que a que os recursos alocados são capazes de atender.

Então, assim, a gente chega ao final e estamos à disposição de perguntas relacionadas a esse tópico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Brigadeiro-Engenheiro Francisco Pantoja, Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço, pela sua exposição.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Helibras.

O SR. EDUARDO MARSON FERREIRA – Muito boa tarde a todos.

Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, Senador Cristovam Buarque, senhores que estão apresentando comigo, aqui, eu vou procurar, também, fazer aqui uma ligação de como a indústria pode se inserir nesse contexto do tema proposto para nós.

Da mesma forma como o Brigadeiro Pantoja fez, mostrando a importância do que se desenvolve lá na região de São José dos Campos, no setor espacial, e como isso pode ser utilizado nos temas de missões de paz e de ajuda à manutenção da lei e da ordem, e de segurança pública, eu vou tentar fazer exatamente

a mesma coisa com um programa bastante atual da nossa indústria brasileira.

Por favor.

Alguém imaginaria o socorro às vítimas do Rio de Janeiro sem a utilização de helicópteros? Eu acho que seria impossível.

Em fevereiro deste ano, nós tivemos, no teatro de operações da serra do Rio de Janeiro, uma média de 30 helicópteros voando em resgate às vítimas daqueles acontecimentos.

Santa Catarina, 2008. Alguém imagina alguma coisa diferente? Da mesma forma.

Próximo, por favor.

A região serrana só estava acessível por via aérea, naquele momento. Então, não havia como chegar naqueles altos do Rio de Janeiro sem a utilização dos helicópteros, que foram tanto das Forças Armadas, das forças auxiliares, das forças policiais e, também, até particulares.

Próximo, por favor.

Mais uma vez, a região do Rio de Janeiro.

Próximo.

Esse foi um dos resgates mais interessantes da nossa história recente pelo número de aeronaves envolvidas e as três Forças Armadas também.

Próximo.

O campo de futebol, lá em Teresópolis, parecia um teatro de operações aéreas, foi inclusive estabelecida uma torre de controle naquele momento.

Próximo.

E também, um acontecimento recente e interessante, que foi a utilização do helicóptero no resgate de reféns das Farc. Foi utilizado em operação, com autorização das Nações Unidas, sob os auspícios da Cruz Vermelha.

Próximo.

Recentemente, a primeira operação real do Helicóptero EC 725, recém adquirido pelas Forças Armadas, primeira operação real do helicóptero da FAB, que foi recentemente numa operação de resgate de prisioneiros de uma tribo no Pará, que tinham uma reivindicação, então, funcionários da Funai ficaram sob a guarda desses índios, então, houve uma operação casada da Força Aérea Brasileira, do Exército e da Polícia Federal.

Próximo.

Onde se insere a indústria nisso daí?

Eu queria lembrar que a Helibras é uma empresa que foi formada por inspiração do Governo brasileiro de ter uma indústria da Aeronáutica, do que a gente chama de asas rotativas. Então, iniciamos atividade em 1978, lá em São José dos Campos, lá no CTA, e,

já em 1980, mudamos para o sul de Minas, a cidade de Itajubá.

Este programa, desde o início, já em 1979, foi declarado de relevante interesse nacional por despacho presidencial.

Próximo.

Então, hoje, nós temos essas unidades de Itajubá, unidades fabris e algumas unidades comerciais pelo Brasil afora, e também uma oficina de manutenção em São Paulo.

Próximo.

Isso é uma vista do que era a nossa indústria até pouco tempo atrás. As senhoras e os senhores vão ver como vamos ficar.

Temos 33 anos de existência, e temos hoje 573 colaboradores.

Próximo.

Estas são as nossas instalações atuais.

Isso aqui é a linha de produção de helicópteros. Nós fabricamos, desde 1978, o helicóptero Esquilo, que está hoje presente no Brasil inteiro. O último Estado brasileiro que não tinha esse helicóptero Esquilo o adquiriu este ano, que é o Estado do Piauí.

Já temos mais de 550 aeronaves entregues ao longo do tempo.

Próximo.

Como podem ver, realmente, é assim que começa a produção de um helicóptero, até ele sair do outro lado, voando para vários empregos.

Próximo.

Um pouquinho mais de detalhe de como a gente está organizando a linha de produção.

Próximo.

Então, são vistas dos vários níveis de intervenções feitas até a aeronave sair do outro lado, voando.

Próximo.

Processo de produção de cablagem até a pintura, personalização.

Próximo.

Também a parte de manutenção. É importante não só produzir, mas é importante mantê-lo aqui no País.

Então, hoje, por exemplo, as aeronaves da linha do Esquilo, as aeronaves da linha Super Puma e Cougar, hoje, toda a manutenção dos seus motores, os seus conjuntos dinâmicos, pás, por exemplo, feitas aqui no Brasil sem a necessidade de enviá-las para o exterior.

Próximo.

Esta daqui é a linha oposta à produção, é a linha de manutenção em que fazemos todo o tipo de intervenção, até o que a gente chama de terceiro nível, que é o nível mais profundo de manutenção.

Próximo.

Nosso centro de treinamento. Particularmente temos orgulho disso, porque, este ano, formamos o aluno de número 10 mil, Presidente, que, entre mecânicos, pilotos e técnicos especializados, coincidentemente foi um oficial do Exército Brasileiro.

Próximo.

As três Forças Armadas operam helicópteros da nossa fabricação, da linha Helibras/Eurocopter. Só para esclarecimento, a Eurocopter é uma das acionistas da Helibras, juntamente com o Estado de Minas Gerais, e 5% têm também um banco de investimento de São Paulo. Particularmente, no que diz respeito à nossa penetração no mercado militar, 65% de toda a frota utilizada pelas Forças Armadas brasileiras são de nossa fabricação; 80% dos helicópteros de polícia e bombeiros, o que se costuma chamar de mercado parapúblico ou governamental, é de nossa procedência. E, no mercado civil, temos cerca de 45% de participação. Ainda no setor de offshore, de apoio à Petrobras, a nossa participação de mercado de 30%.

Já temos uma frota no País com quase dois milhões de horas voadas, para 200 clientes, em praticamente todos os Estados.

Próximo.

Vou falar agora do programa 725, que é um contrato assinado pelo Governo brasileiro em 2008 para fabricação de 50 helicópteros para as três Forças Armadas. É um contrato pioneiro; é a primeira vez na história em que as três Forças Armadas brasileiras se unem numa aquisição conjunta e cujo objetivo maior é não apenas o objetivo da aquisição, mas de implantar realmente uma indústria que se pode chamar de completa, de helicóptero, no Brasil.

Próximo.

Ele se apoia em quatro pilares, que são o desenvolvimento de um centro de engenharia no Brasil, uma atividade de produção de helicópteros, que é a linha de produção, um centro de simulação e treinamento e um polo de manutenção e reparação, como eu disse, para que se faça todo tipo de manutenção aqui no País.

Próximo.

Essas são algumas das indústrias, e não só a Helibras participa desse programa. Várias indústrias de São Paulo, Minas Gerais, Rio, Rio Grande do Sul fazem parte desse projeto. Esses são alguns dos projetos industriais que estão sendo terceirizados para fora da própria Helibras. Inclusive, chamo a atenção aqui para uma fuselagem intermediária, em fibra de carbono, competência que está sendo transferida para o Brasil.

Próximo.

Como eu disse, um centro de simulação que deve ficar no Estado do Rio de Janeiro e que atenderá não

só o treinamento das Forças Armadas, mas também o treinamento dos pilotos que servem à Petrobras.

Próximo.

Agora, para ter uma ideia do que vai ser agregado no Brasil nesse programa, nós temos um objetivo de 50% de valor agregado nacional no programa 725. As três primeiras aeronaves foram entregues no final do ano passado nesse estado, ou seja, praticamente completas, e a intervenção da Helibras foi relativamente pequena, mais na parte de ensaios e voo.

Próximo.

O protótipo nº 4 e o nº 5, que vêm a seguir, por favor, ficarão na Helibras durante dois anos e serão a plataforma de desenvolvimento de integração de sistemas. Nesses dois helicópteros, serão integrados sistemas de missão e sistemas complexos, inclusive uma versão naval.

Próximo.

Esse já é nº 6, que está na linha de Marignane. Isso aqui é na França.

Os 16 primeiros helicópteros serão fabricados na França.

Por favor, o próximo.

Com a participação de 96 funcionários brasileiros. Na data de hoje, eu tenho 49 funcionários brasileiros da Helibras em estágio na França, trabalhando aqui na linha de montagem. Esses meninos de azul aqui são trabalhadores de linha de montagem de chão de fábrica.

Então, já passaram por lá engenheiros, já passaram por lá técnicos e também o pessoal de montagem.

Próximo, por favor.

A partir do 17, nós vamos receber o helicóptero desse jeito, que é exatamente o mesmo jeito que a linha de produção na França recebe o helicóptero. Mas vamos fazer um pouquinho mais.

Próximo, por favor.

A partir do 24º, é assim que vamos receber o helicóptero. A partir daí, o valor agregado todo será agregado na Helibras aqui no Brasil.

Por favor.

Além desse projeto 725, nós temos o projeto de modernização dos helicópteros Pantera do Exército brasileiro, que enseja aqui para nós uma mudança de motor, uma nova aviônica; esse projeto sendo desenvolvido pelas equipes aqui do Brasil, em cooperação com as equipes francesas.

Próximo, por favor.

E também a modernização de todos os Esquilos do Exército brasileiro. Esse aqui é um projeto primeiro de standardização da frota, que tem vários modelos entre os seus 33 helicópteros e vamos trazer para somente um modelo e um tipo de aviônica digital, um glass cockpit.

Próximo.

Com tudo isso que está acontecendo, helicópteros EC725, Pantera, Esquilo, ou seja, com o apoio do Estado brasileiro estamos saltando de 290 funcionários que tínhamos em 2009, quando cheguei à Presidência da empresa, para 610; e no final deste ano para mil funcionários. E já estamos revendo esse 2015 e provavelmente chegaremos a esse número aqui, em 2014.

Os senhores devem imaginar o desafio para nós em termos de formação de mão de obra e recrutamento.

Próximo, por favor.

No nosso centro de engenharia, que é dedicado à engenharia de produto, eu tinha nove funcionários, em 2009. Hoje, estamos com 54, por conta desses programas.

Próximo, por favor.

Rodando ferramentas, informática de design, exatamente aquelas que hoje estão implantadas na Embraer, por exemplo, a versão 5 do software Catia, de desenho industrial; e notadamente bastante utilizado na indústria aeronáutica.

Todas essas ferramentas aqui já estão implantadas na Helibras, em pleno funcionamento.

Próximo.

Na visão da fábrica, deve ser entregue para nós agora, no mês de dezembro. Eu vou mostrar.

Próximo, por favor.

Há uma semana, ela estava com essa configuração. É um belo desafio chegar em dezembro com ela pronta, mas temos certeza de que vamos chegar.

Para ter uma ideia, essa era a fábrica, anteriormente. Numa área de 200 mil m² eu tinha 13 mil construídos; só essa fábrica nova tem 11 mil m², já nesse estado aqui.

Próximo.

Para garantir que toda manutenção seja feita aqui no Brasil, temos o banco de testes das caixas de transmissão principal. Interessante é o que eu vou mostrar um pouquinho para frente: que isso aqui servirá como laboratório de vibração franqueado à Universidade Federal de Itajubá e também ao CTA.

Próximo.

Nosso objetivo maior é conceber, projetar, construir, homologar e fabricar em série um helicóptero. Esse é o objetivo final desse projeto.

Próximo, por favor.

O que a gente imagina: com o legado de conhecimento da Helibras ao longo dos seus 33 anos de história, mais o conhecimento aportado pelo Projeto 725, mais as modernizações que estamos fazendo e com um pouquinho mais de investimento aqui, teremos as condições necessárias para a produção de um helicóptero brasileiro, até 2020.

Próximo.

Para isso, não é possível que isso tudo aconteça só dentro da nossa empresa, ou dentro da indústria como um todo; precisamos ter algumas entidades associadas a esses projetos.

Nós, recentemente, sob os auspícios do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, realizamos um seminário em Itajubá, na Universidade Federal, para o lançamento de um centro de tecnologias de helicópteros.

Próximo, por favor.

É nosso objetivo que esse centro de tecnologias para helicópteros seja também um receptáculo de transferência de tecnologia, para da mesma forma em que a Embraer, o CTA, o ITA dão orgulho a todos nós brasileiros, tenhamos uma configuração semelhante no caso das tecnologias ligadas a helicópteros.

Portanto, temos a indústria, o Governo e a universidade nesse trinômio que a gente chama de “a hélice tripla da inovação”.

Pode passar.

Era isso que eu tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Helibras, não somente pela sua exposição, mas pela demonstração de perseverança e de capacidade de trabalho, fazendo da Helibras hoje uma empresa que é orgulho para todos nós, brasileiros.

Para finalizar as palestras, as exposições, melhor dizendo, do dia de hoje, passo a palavra ao Ministro Norberto Moretti, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. NORBERTO MORETTI – Obrigado, Sr. Presidente.

Como fizeram os meus companheiros de painel, quero agradecer a honra e o privilégio, que o senhor me concede, de estar aqui hoje. Também quero agradecer aos colegas que nos brindam com sua presença.

Se o senhor me permitir, Presidente, antes de tratar do tema de que eu propriamente vou tratar, que é o da legitimidade da participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz, que me parece particularmente relevante e oportuno, queria fazer um breve comentário sobre helicópteros exatamente nas operações da manutenção da paz, para fazer um vínculo com a apresentação que antecedeu a minha.

Como sabe o General Paul Cruz, um dos grandes desafios hoje das Nações Unidas, no que diz respeito à manutenção da paz, é exatamente contar com o número de helicópteros necessário para executar os

mandatos que o Conselho de Segurança outorga às várias missões de paz.

Acho que o General não sofreu muito desse problema, mas, em algumas operações de paz, sobretudo na África, onde a infraestrutura viária é praticamente inexistente, a carência de helicópteros é dramática, a ponto de, há duas semanas, o Secretário-Geral da ONU, numa comunicação formal ao Conselho de Segurança, ter advertido os membros do Conselho de Segurança de que corria o risco, numa das operações de paz, talvez uma das mais complexas, que é a operação de paz na República Democrática do Congo – que se chama Monusco –, de não poder cumprir o mandato conferido pelo Conselho de Segurança, pela falta de meios. E, no caso da RDC, muito especificamente...

Há dois grandes tipos de helicópteros na ONU, que são os helicópteros de ataque e os helicópteros utilitários, para transporte de pessoal, essencialmente. No caso da RDC, os helicópteros são fundamentais, entre outras coisas, para prevenir... Eles são um dos elementos da estratégia de prevenção da violência contra civis no interior do país.

Então, certamente, há um enorme campo e mercado, não propriamente nas Nações Unidas, mas nos Estados, nos países que contribuem com helicóptero para as Nações Unidas. De modo que é um tema, efetivamente, muito relevante, importante.

Então, agora, Sr. Presidente – o senhor permitiu –, farei alguns breves comentários, como eu dizia, sobre um aspecto do tema que foi proposto ao painel e que me parece de especial relevância, que é o da legitimidade da participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz.

A mim parece que é um tema de especial relevância, porque, do mesmo modo que, na esfera interna, as ações do Estado devem revestir-se de clara legitimidade política, também na nossa ação externa, essa é uma necessidade evidente. Daí a importância de que para a sociedade civil brasileira fique clara a legitimidade, ou seja, o peso político não só de uma escolha do Estado brasileiro, mas de que essa escolha está calcada, amparada, bem assentada nas fontes de legitimidade da ação do Estado.

A mim parece que a legitimidade da participação das Forças Armadas... Naturalmente, vou tratar desse tema da perspectiva específica diplomática, da competência do Itamaraty. A mim parece que a participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz tem três fontes essenciais de legitimidade. A primeira é a própria Constituição Federal. O art. 4º da Constituição, como os senhores sabem, elenca as grandes diretrizes que devem nortear a política externa brasileira. Se nós nos detivermos com atenção no

art. 4º e nas diretrizes, vamos ver que há uma quase que perfeita correspondência entre várias dessas diretrizes e o que fazem os nossos homens e mulheres em operações de paz. Cito apenas uns poucos... Uma dessas diretrizes é a defesa da paz que a República Federativa do Brasil deve-se guiar no exercício, na implementação das suas relações exteriores.

A função naturalmente básica de qualquer missão de paz, embora variem os objetivos específicos, os mandatos específicos, é senão impor a paz, como bem recordava o General Paul Cruz, porque como recorda o nome, trata-se de manter uma paz que existe, no caso das Nações Unidas, e no caso das operações de paz de que o Brasil participa. Mas esta é a função essencial de qualquer operação de paz: criar um ambiente de segurança e de estabilidade; no caso do Haiti, de segurança pública, inclusive. Portanto, as Forças Armadas Brasileiras, ao integrarem uma operação de paz, não fazem outra coisa que não traduzir na prática um dos preceitos constitucionais que devem guiar a nossa ação externa.

A mesma coisa hoje no Líbano. Como os senhores sabem, o Brasil contribui hoje com uma fragata, a Fragata União, para a força tarefa marítima da missão de paz das Nações Unidas no Líbano, que tem uma missão muito importante naquele terreno geopolítico tão delicado de instabilidade tão potencialmente precária, que é, entre outras coisas, ajudar a impedir incidentes marítimos entre Israel e Líbano e, portanto, contribuir de modo muito importante para de novo a paz e o respeito ao estado de cessação de hostilidade que hoje há entre os dois países.

Outra diretriz para a política externa determinada pela Constituição Federal de 1988 é o privilégio para a solução pacífica de controvérsias e, de novo, uma operação de paz tem por função essencial criar um ambiente de estabilidade e segurança que vai permitir às partes do conflito encontrar uma solução política para os desafios e os conflitos que deram origem ou que estão na raiz da própria criação da força de paz.

Outra diretriz importante, e considero extremamente importante no caso da Minustah, é a diretriz que se refere ao princípio da não intervenção em assuntos internos dos outros Estados soberanos. Todas as operações de paz têm três pilares conceituais políticos: um deles é o que se chama do princípio do consentimento do Estado anfitrião. Embora o Conselho de Segurança tenha, por força da Carta, a competência de, em alguns casos, impor a paz mesmo à revelia da vontade do Estado soberano, no caso das operações de paz isso não prevalece. No caso das operações de paz, é necessário o consentimento do Estado anfitrião. E esse é um dos pilares, como eu dizia.

Mas há três. O outro é a imparcialidade e o terceiro é o não uso da força, a não ser para defesa do mandato ou em própria defesa, ou seja, na defesa da própria força. Mas esse é um pilar para o qual o Governo brasileiro atribui especial importância exatamente porque é muito caro à nossa tradição diplomática evidentemente, mas também à própria Constituição Federal, que determina que a República Federativa do Brasil, na sua ação externa, deve se pautar, entre outros princípios, no princípio da não intervenção.

Outro princípio e diretriz mencionados na Constituição Federal é o da promoção dos direitos humanos. Todas as operações de paz hoje têm um elemento de promoção direitos humanos importante. E mais relevante do que isso, uma consciência muito importante, a começar pelo representante especial do Secretário-Geral ao mais modesto dos soldados, de que as Nações Unidas, empregadas em determinado terreno, devem ter uma ação firmemente pautada pelos ditames do respeito aos direitos humanos. Quando há desvios de conduta, infelizmente há, por vezes, as Nações Unidas e os países contribuintes do Tropas, como dizemos, pautam-se também por muito rigor na investigação desses desvios e na punição dos desvios, quando for configurada, materializada, efetivamente, a culpa de algum dos homens a serviço das Nações Unidas.

Por fim, uma das diretrizes também mencionada no art. 4º da Constituição, da nossa ação externa, é a contribuição para cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Basta que recordemos de algumas das imagens que são comuns na televisão, para, muitas vezes, concluirmos facilmente a importância que, em determinados cenários, as operações de paz têm para o progresso desses povos.

O General Paul Cruz também mencionava que uma das funções da Minustah é criar esse ambiente de segurança e de estabilidade que permita a outros atores operarem, inclusive o estado haitiano e as forças econômicas da sociedade. De modo que, ao participar de operações de paz, as Forças Armadas, uma vez mais, dão concretude a um desses princípios constitucionais da República Federativa do Brasil.

E há outro elemento que é preciso destacar também em um desses preceitos constitucionais, que é a cooperação do Brasil com outros povos e nações. Se repararmos a lista dos países nos quais tivemos tropas em operações de paz... E aqui um breve parêntese, como o general também mencionava, há duas grandes modalidades essenciais de participação. Temos as missões individuais, que são os nossos oficiais militares e de polícias militares que atuam como observadores militares ou como oficiais de Estado Maior, e as missões de tropas, de contingentes. Se repararmos, o

Brasil mandou tropas para um número relativamente pequeno de missões, das 47 a que o general se referiu. E se repararmos a lista dos países onde houve missões de paz e para os quais contribuímos com tropas, são, via de regra, países dos quais somos muito próximos – Angola e Moçambique são exemplos. Cito o Líbano, agora, com o qual naturalmente as nossas relações são históricas –, ou países em que a presença de tropas brasileiras aproximou os países, que é o caso do Haiti. As nossas relações com o Haiti, e não do ponto de vista militar apenas, hoje são muito mais densas e politicamente importantes do que eram antes da Minustah. E foi a presença da Minustah que também permitiu uma série de ações de variados tipos, econômica, humanitária, de cooperação técnica, que antes não havia.

Então, uma vez mais, é a participação das Forças Armadas em operações de paz que ajuda a viabilizar ações concretas que são muito claramente ancoradas nesses preceitos constitucionais. Daí, a meu juízo, surge ou se evidencia uma fonte óbvia de legitimidade de participação das Forças Armadas, ou seja, elas dão cor, voz, concretude a um preceito constitucional importante.

Para não me estender muito, a segunda fonte de legitimidade de participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz, a meu juízo, é a própria Lei nº 2.953, de 1956, que determina que o envio de tropas nossas, de forças nossas ao exterior deve ser objeto de aprovação congressual parlamentar. Numa democracia representativa como a nossa, em que o Congresso é eleito na boa e devida forma, a aprovação constitucional, a meu juízo, confere a perfeita legitimidade à ação do Estado externa neste caso. Em nenhum caso as nossas tropas vão para o exterior sem aprovação do Congresso.

Por fim, a terceira fonte de legitimidade – esta não interna, mas externa, porém de grande importância – é a própria Carta das Nações Unidas. O Brasil, como sabemos todos, é membro fundador das Nações Unidas, signatário da Carta, que, em seu art. 24, determina, estipula, confere ao Conselho de Segurança a responsabilidade primária pela manutenção da paz e segurança internacional. E é o Conselho de Segurança que estabelece as missões de paz. Então, ao participar das operações de manutenção da paz, nossas Forças dão, uma vez mais, concretude, elas exercitam, digamos, uma característica do Estado brasileiro que é não só integrar as Nações Unidas, mas reconhecer no Conselho de Segurança a base do Sistema de Segurança Coletivo, que foi criado depois da guerra, com essa finalidade de buscar e manter a paz e a segurança internacional.

A legitimidade, naturalmente, em uma democracia, se funda na lei, mas também se funda nos comportamentos. Se nós repararmos no comportamento de nossas Forças e repararmos no tipo de atividade que nossas Forças estão envolvidas nas várias operações de paz, muito especialmente no Haiti – a participação no Líbano, a Unifil, é muito diferente da missão no Haiti –, se nós virmos o abanico de ações de atividades em que estão envolvidas nossas Forças, vamos ver que elas vão muito além das funções estritamente militares.

Esse é o núcleo, naturalmente, de nossa presença, como lembrava o general. Mas há nossa engenharia militar, nossas ações em programas chamados Programas Comunitários de Redução da Violência, nos programas ditos de impacto rápido, que são pequenas obras ou serviços que mostram à população o que se chama de “dividendos da paz”, ou seja, é melhor negócio viver em paz do que viver em guerra, viver em conflito. Então, fora as ações de assistência direta à população, como nas várias e famosas Associações Cívico-Sociais – Aciso – se não me falha a memória – o general me corrigirá se eu estiver enganado –, se nós repararmos na gama de atividades em que estão envolvidas nossas Forças Armadas, vai ficar muito evidente que há preocupação das nossas Forças, que aliás é uma preocupação que tem no próprio território nacional, de não só interagir com a população, mas a de se colocar a serviço da população, em uma concepção de paz que é muito moderna, porque a paz é muito mais que a ausência de guerra e a constituição ou a criação de um ambiente em que o desenvolvimento socioeconômico, a prosperidade, a legalidade, a democracia podem prosperar. Parece-me que o tipo de atividades em que nossas Forças estão envolvidas, muito especialmente no Haiti, e essa preocupação de elas irem além do simples uso da força – embora elas estejam autorizadas e preparadas para o uso da força –, conferem-nas, também aos olhos de nossa população, uma forma de legitimidade. O cidadão brasileiro está acostumado a ver nas Forças Armadas, em muito dos casos, um aliado, um parceiro no tratamento de problemas socioeconômicos, quando se pensa, por exemplo, na flotilha do Amazonas, da Marinha, na construção de hospitais, nas atividades das Forças Armadas em engenharia e também em ação social pelo Brasil afora. Acho que aos olhos da população essa mesma matriz de preocupações, que nós vivemos aqui e vemos no Haiti, também reforça essa legitimidade e, portanto, confere e dá mais sustentabilidade política. Eu tenho certeza de que, se a população brasileira não as visse com bons olhos, o Congresso brasileiro, muito sensível à opinião da população brasileira, não teria respondido positivamente à solicitação do Execu-

tivo de autorizar o envio das Forças tanto para o Haiti quanto agora para o Líbano.

Termino com uma imagem do nosso capacete azul brasileiro em nossas missões de paz da ONU, que, de algum modo, é uma corporificação, uma materialização desses preceitos constitucionais, como eu dizia, e um pouco desses valores que são do homem brasileiro, da mulher brasileira, de forma muito visível e muito palpável. De modo que esse conjunto de considerações, a meu juízo, deixa muito clara a perfeita legitimidade da participação das Forças Armadas em operações de paz da ONU.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado, Ministro Norberto Moretti, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

Tenho a honra de passar a palavra a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, senhores convidados, eu, desde o primeiro momento, fui um defensor da participação do Brasil nas forças de paz no Haiti e continuo pensando assim. Primeiro, por uma questão de solidariedade, ao estarmos juntos para buscar a paz no Haiti; segundo, porque foi uma decisão das Nações Unidas – nós não fomos lá por decisão nossa; e, terceiro, porque isso afirma o Brasil no cenário internacional. Foi inclusive em função disso que, logo no começo, eu fui visitar as tropas no Haiti, num dos momentos mais difíceis, porque a gente tinha que sair de colete à prova de bala, dentro de um carro de combate. Saía por pouco tempo do carro de combate para caminhar na rua, rodeado dos nossos soldados. Na verdade, foi preciso fazer muita força para que eles fossem convencidos a me deixar fazer essa circulação no centro do Haiti, até porque eu já tinha estado no Haiti algumas vezes na época em que era funcionário do Banco Interamericano de Desenvolvimento e queria ver aquilo de novo.

A convivência naquele período com os nossos soldados me deixou ainda mais convencido de que a minha posição era correta, mas, sobretudo, o que me confirmou mais ainda foi uma conversa, durante um café da manhã, com um velho amigo meu, de décadas, que era o Presidente do Banco Central do Haiti e que foi meu colega no Banco Interamericano. Eu perguntei o que ele sentia como haitiano com a nossa presença, e ele deu uma resposta formidável. Ele disse: “Todo dia, de manhã, quando eu... Toda noite, quando eu vou dormir, eu durmo pensando nisso. Quando eu acordo e faço a barba, eu fico com raiva, porque, puxa, outra vez vou estar nas ruas sabendo que tem tropa estrangeira. Mas, toda vez que vou dormir, eu durmo mais

descansado, porque eu sei que têm essas tropas aqui. Sem elas nós estaríamos perdidos, especialmente a dos brasileiros que tem tido um comportamento diferenciado da dos outros”.

Então, quero aqui parabenizar aqueles que fizeram esse trabalho tão benfeito que foram as Forças Armadas brasileiras, mas quero fazer algumas perguntas, começando pelo General.

A primeira é mais do ponto de vista humanitário interno. Eu fui ao velório dos nossos soldados que morreram por causa do terremoto. Creio que não tivemos nenhuma baixa, a não ser durante o terremoto, o que mostra uma grande competência. Eu quero saber se os compromissos assumidos por nós brasileiros com aqueles soldados, com aquelas famílias, foram cumpridos, porque, até recentemente, eu sabia que não tinham sido cumpridos os pagamentos que foram assumidos por nós.

A segunda pergunta é para saber se a volta dos ex-Presidentes – se o senhor tiver informação –, tanto o Baby Doc como o Aristide, está criando problema para a estabilidade da política no Haiti.

A outra se refere ao fato de que, quando um desses presidentes... Creio que, quando o Aristide assumiu, ele desarticulou as forças armadas haitianas, e essa foi uma das causas da crise, porque essa tropa ficou sem a disciplina e sem o salário também, para o qual os soldados se preparam, e levou as armas. Então, grande parte das armas das gangues era fornecida, talvez, até mesmo por alguns dirigentes e pelos soldados que foram desarticulados.

São duas perguntas. A primeira: é verdade que a desarticulação das Forças Armadas, naquele momento, ajudou a causar a instabilidade que se viveu; e, segundo eu li recentemente, que o Presidente está criando outra vez as Forças Armadas? Como a gente deve encarar isso?

E, finalmente, uma curiosidade que me ficou ao assistir à televisão nesses últimos dias: por que o Exército, com toda a experiência que adquiriu ali, não foi mobilizado e, no lugar do Exército, foi a Marinha que entrou na Rocinha. Eu não entendi bem por que a Marinha e não o Exército, que tinham treinamentos relacionados a essas atividades bélicas – chamemos assim – urbanas.

Faço todas as perguntas, Sr. Presidente, ao General Pantoja.

Fiquei muito impressionado com sua apresentação.

Voltando à Rocinha. Pouca gente talvez tenha percebido que, na mesma semana em que a gente colocava bandeira na Rocinha, mostrando a capacidade nossa de ocupar um território brasileiro, naquela

mesma semana, os chineses fizeram um acoplamento de naves espaciais no espaço – aliás, naves espaciais no espaço é redundante. Fiquei pensando, como é que nós estamos atrasados hoje que, enquanto os chineses estão acoplando naves espaciais lá em cima, nós estamos ocupando território brasileiro na luta contra o crime. E aí, quando eu vi a sua apresentação, a gente vê que em 1966 nós já estávamos dando um passo; em 1984 um outro passo.

Eu queria até sugerir que, na sua apresentação dos diversos vetores, houvesse embaixo a data de cada um deles, como é que eles foram evoluindo na capacidade de transporte e também na distância a que eles chegam.

Então, naquela época em que estávamos dando esses passos, a China estava metida na famosa revolução cultural; era um país desarticulado, destruído – em 1984, já estava saindo, é verdade. Como é possível a gente ter ficado tão para trás quando nós já estivemos na frente, Presidente Collor, da China? O que a gente faz para recuperar isso? O que falta?

Eu vi ali que faltam recursos, no final da sua petição. É verdade. Mas o que falta mais, além disso? E a segunda, o que provocou – não lembro do relatório final – a explosão daquele nosso foguete, que foi a última grande tentativa de grande projeto? O que ficou ali?

E quando e o que fazer para que a expansão espacial brasileira do programa estejam em sintonia com sermos a sétima potência do mundo? Se olharmos bem, nós somos a sétima potência e estamos atrasados em educação, em saneamento e em muita coisa, mas estamos atrasados também nas pesquisas espaciais. O que falta para que a gente possa recuperar o tempo perdido?

Ao Dr. Eduardo, eu queria perguntar se aqueles 55 engenheiros, se não me engano – o número eu não anotei –, se o senhor os encontra facilmente no mercado? Ou se depois que eles chegam lá, vocês têm que dar outro curso de engenharia para eles ou não? Essa é uma pergunta;

E, finalmente: quanto por cento a gente pode dizer que de fato está nacionalizado do ponto de vista da concepção? Vi que é um dos objetivos de vocês a concepção, o projeto, a produção. Mas hoje é a concepção; ela está nacionalizada – não dá para dizer quantos por cento nisso – em quanto? E quanto, na nacionalização é naqueles setores de mais alto conteúdo e inteligência? Porque mesmo a Embraer, quando a gente analisa a produção do avião, a gente vê que o que mais tem conteúdo e inteligência, como a parte de aviônicos, essa é importada, os motores são importados. Em parte, é por uma questão de economia de escala; no mundo global não há por que a gente que-

rer ter tudo. Mas quais os setores que a gente precisa se preocupar por não ter ainda?. Como, por exemplo, o Brigadeiro tocou quanto à parte... Tivemos um grande debate aqui, não sei se foi na semana em que o Presidente Collor não esteve, mas tivemos um grande debate aqui, com a sua presença, sobre guerra e os aspectos da guerra digital e das comunicações. Talvez hoje, mais importante do que qualquer tanque de guerra é um satélite de comunicações. A gente pode ter tudo, mas se nós não tivermos nossas comunicações nós poderemos ser desarmados facilmente.

Quanto ao Dr. Noberto, queria fazer uma pergunta. Eu tenho uma posição que é muito contrária ao que está virando um consenso, e os meus amigos do Itamaraty ficam furiosos. Eu defendo que, em vez de a gente brigar para ter uma participação permanente no Conselho, nós deveríamos lutar pela força moral de acabarmos com os membros permanentes do Conselho, mesmo sabendo que nunca vai ganhar. A minha pergunta é: o fato de sermos membros permanentes do Conselho – se conseguíssemos – mudaria alguma coisa na participação do Brasil nas tropas, nas forças de paz, como o Haiti, o Líbano e as que venham? O que mudaria se amanhã nós tivéssemos uma cadeira permanente no conselho, tanto para melhor como para pior? Ou não mudaria nada? Essas são as minhas perguntas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Passo inicialmente a palavra, para responder às indagações do Senador, ao General Paul Cruz.

O SR. LUIZ GUILHERME PAUL CRUZ – Antes de qualquer coisa, agradeço muito as perguntas e gostaria aqui de fazer um comentário, Senador. Quando eu deixei pela segunda vez a Missão – eu era o Force Commander –, eu recebi um pequeno presente da Sr^a Françoise Gruloos, que é a Diretora do Unicef no Haiti. O trabalho do Unicef lá foi algo também espetacular para prover minimamente o retorno às aulas após o terremoto, e eles conseguiram, em quase todas as comunidades, a partir do meio do ano.

Eu recebi uma fotografia de uma escola que nós visitamos ao final do ano. Como o senhor sabe, com o terremoto lá, todas as escolas – não foi uma nem outra, mas todas – do centro da cidade caíram, com as consequências trágicas inerentes. E pela participação das tropas das Nações Unidas – em particular aquela era a área do Brasil – foi possível colocá-las operacionais, seja com barraca, seja com uma pequena reconstrução, inúmeras delas, em particular essa que havíamos visitado. E esse foi o presente mais marcante que eu recebi quando das minhas despedidas, porque havia

esperança de que se estabelecesse um novo futuro, algo melhor para aquele país.

Dos nossos militares que foram vitimados pelo terremoto, eu não posso afirmar se todos os compromissos assumidos foram cumpridos exatamente. O que eu posso afirmar é que, da parte da Força, do Exército, foi prestado todo o atendimento na questão dos pagamentos, das indenizações, dos seguros. Mas eu ainda não tenho conhecimento e por isso não posso responder afirmativamente ao senhor se já vieram, por exemplo, as indenizações correspondentes às Nações Unidas e se foram efetivados os pagamentos correspondentes àquelas pensões que haviam sido citadas. Isso ainda não é do meu conhecimento.

O retorno dos presidentes – eu estava lá – deu-se justamente no período eleitoral, tanto do primeiro turno como entre o primeiro e o segundo turno. A princípio houve uma apreensão de alguns que lá se encontravam. Eu, em particular, em conversa com o representante especial, observei, pela reação das pessoas que os receberam – e observamos que quem os recebeu nas ruas foram os seus partidários, que fizeram manifestações correspondentes e tudo mais –, que não foi com a intensidade que eles poderiam esperar, o que significa que eles são e serão mais atores políticos que desempenharão o seu papel no processo. Entretanto, o país elegeu um presidente e elegeu o seu congresso, que tem a influência desses presidentes, parcial, mas não é dominante, mesmo porque o governo se estabeleceu e deu prosseguimento aos seus projetos e às suas promessas de campanha. Entre elas, a questão da reativação das forças armadas do Haiti, em particular do exército. A resposta é “sim” e “não”. Sim porque é uma quantidade de armas, pessoas que tinham algum treinamento sendo dispensadas. E essa dispensa foi traumática, foi simplesmente: “ok, acabou, podem ir”. Eu digo: “podem ir, mas vou para onde? E como vou ser reabsorvido?” Bom, levaram suas armas e alguns fizeram uso das armas, associando-se, tornando-se milícias e a serviço inicialmente de grupos que os pagavam para isso. Alguns se desvirtuaram e isso depois trouxe consequências.

O presidente eleito do Haiti, o atual presidente, em campanha havia citado a questão da reativação das forças armadas, em particular do exército, com uma visão de uma força leve, com alguma capacidade de engenharia para também apoiar ações de desenvolvimento nacional. E, por enquanto, ainda não ativou isso, mas já fez declarações nesse sentido, que iria fazer. Naturalmente que ele vai depender das fontes de suporte financeiro para o estabelecimento disso.

O que eu posso ver desse processo é que, se bem conduzido, ele terá equilíbrio de forças. Não só a

polícia será a única força presente, que é o que ocorre hoje, mas ele poderá ter a distribuição, fazendo um balanceamento de posições para se ter um equilíbrio. O que não pode é que essa força venha a se tornar uma guarda pretoriana. Que seja uma instituição de Estado e, nesse caso, eu sei que países podem apoiá-los e que eles reflitam os melhores valores da sociedade do seu país. Nesse sentido, poderia ser positivo, com uma renovação e uma criação de algo que dê equilíbrios de poder. Naturalmente há apreensões pelas razões históricas do país.

O senhor comentou também sobre a questão da Marinha na Rocinha. As Forças Armadas prestaram apoio logístico. No caso, o Exército está na operação Arcanjo, que é do Complexo do Alemão, onde emprega uma brigada inteira. E a Marinha tinha disponibilidade dos seus blindados, que cumpriram perfeitamente o seu papel. E agora as forças do Estado do Rio de Janeiro continuam com o desenvolvimento das tarefas que lá se apresentam, tendo economizado suas forças pela atuação, no caso em particular do Exército que se encontra no Complexo do Alemão, ficando até o estabelecimento das UPPs, até o meio do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam, satisfeito?

Obrigado, General Paul Cruz.

Com a palavra o Brigadeiro Engenheiro Francisco Pantoja.

O SR. FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA – Senador, obrigado pelas perguntas. O primeiro comentário que V. Ex^a fez sobre a operação feita pela China, há duas semanas, realmente uma operação de acoplamento – termo técnico em inglês: *docking* – em que se faz duas espaçonaves se acoplarem no espaço. Esse é o primeiro passo para o estabelecimento de uma estação espacial. Tem-se que fazer esse acoplamento, embora, quando vemos na imagem, pareça que as duas espaçonaves estão paradas, e relativamente elas têm que ficar numa velocidade pequena, mas é muito difícil. A velocidade é altíssima e é um superpasso em termos de programa espacial, dado pela China recentemente.

E a pergunta de V. Ex^a fez: por que fomos ultrapassados por países que quando começamos não tinha um programa bem estabelecido? Talvez a melhor resposta seja a vontade maior da China de ter um programa espacial, sob os diversos aspectos em que essa vontade possa se manifestar, não só na questão de investimento financeiro, que realmente conta muito. O investimento financeiro para um programa espacial – estamos falando de alta tecnologia –, precisamos de músculo; o investimento financeiro é o músculo principal para isso. Se formos fazer uma pequena compara-

ção da China, que foi o exemplo citado, com o nosso programa, veremos que a China investe por ano no programa espacial é o dobro do que o Brasil investiu em toda a sua história.

A diferença, embora a China esteja nesse patamar de fazer *docking* e nós não fazemos *docking* hoje, mas a diferença não é a mesma em termos de resultados. Temos muito mais resultados do que comparativamente os recursos podem dizer.

Essa é uma questão de vontade, talvez de compreensão do valor social de um programa espacial, porque ele realmente tem resultados importantes para todos os aspectos. É bom lembrar que, na hora em que se desenvolve tecnologia espacial, na hora que se arruma um jeito de ir para o espaço, você também desenvolve tecnologias que são úteis para saúde, para educação, em todos os aspectos do dia a dia.

Estamos acostumados com o nosso forno de micro-ondas e não percebemos que isso veio de uma pesquisa espacial assim como vários outros aspectos. Então, essa compreensão como programa social foi o que procuramos deixar claro na nossa apresentação talvez realmente seja essa vontade.

O que aconteceu com o VLS, o Veículo Lançador de Satélite, que antes da tentativa de lançamento, na preparação para lançamento, explodiu na plataforma. Foi feita uma investigação aprofundada disso e eventos dessa natureza dificilmente chega a uma causa. Assim como a tecnologia espacial é multidisciplinar também as causas derivam de vários motivos. Então, não se chegou a uma causa, aquela causa *mater*, que realmente causou aquela ignição inoportuna dos veículos.

O que se faz num caso desse? Como podemos nos preparar, como ficamos mais robustos para que isso não aconteça de novo? Como a gente não consegue chegar à causa, temos o cenário, as várias hipóteses: foi um descarga eletrostática que aconteceu, foi uma ação externa, foi algum equívoco de algum dos operadores que estava ali. Não se consegue chegar a essa causa, mas temos cenários. Então, o que se faz é trabalhar nesses cenários para que não se repitam. Então, vamos trabalhar fortemente para que não tenhamos descarga nenhuma ali, vamos tornar os nossos sistemas mais cuidadosos.

Com relação a uma possível ação externa, que não se chegou a nenhuma evidência, mas podemos nos proteger mais em relação a isso; com relação a operação das pessoas que estão lá, vamos fazer um gerenciamento muito mais forte disso tudo e novamente tudo isso passa por recursos financeiros também.

Mas, como o senhor bem mencionou, não é possível que sejam só recursos de que a gente precise. Então, eu separei aqui três coisas que eu julgo impor-

tantes para que se prossiga melhor no nosso programa espacial. Uma das coisas é um plano de reposição de pessoas. Nós, há muito tempo, não temos um preparo novo para essas pessoas que começaram em 1966. Muitas dessas pessoas aí já se aposentaram, outras estão se aposentando no momento e a gente precisa renovar, a gente precisa ter novas pessoas trabalhando lá. E as nossas curvas de recursos humanos estão numa derivada descendente cada vez mais.

Então, um plano de reposição de pessoas, pelo menos poderíamos fazer algo assim: para cada pessoa que se aposentasse automaticamente uma pessoa fosse contratada. Essa seria uma boa estratégia porque as pessoas precisam conviver. Para você adquirir proficiência em tecnologia espacial, você precisa de dez, quinze anos de experiência. Então, mesmo que eu reponha hoje alguém que se aposentou, já não consigo recuperar esses dez, quinze anos. As pessoas precisariam se encontrar em algum momento.

Então, um plano de reposição de pessoas seria, talvez, o nosso principal ponto para que a gente ficasse em sintonia com os programas equivalentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA

– Exatamente, a gente está com dificuldade de manter professores. Então, na hora que a gente fica sem professores, e aí como é que eu vou preparar os alunos? Esse seria um ponto.

Outro ponto, obviamente, é a coisa que parece salta mais aos olhos; não é nem quantidade de recursos financeiros, mas regularidade na questão dos recursos financeiros.

A gente olha, às vezes, com inveja, alguns países que tratam seus programas estratégicos. Vamos dar o exemplo da Nasa, que todo mundo conhece. A Nasa tem um orçamento a cada cinco anos, sabe-se o que se vai gastar, o que se tem de recurso naqueles cinco anos, diferente de ter a cada ano. Então, tendo regularidade nos recursos – não é nem a questão da quantidade, que é importante também por uma questão de escala, isso tem que aparecer.

Um terceiro ponto é o estabelecimento de um marco regulatório mais adequado às aquisições de tecnologias essenciais, de alta tecnologia.

Então, os nossos processos de aquisição são muito demorados. Enquanto um país como a China consegue usar rapidamente o recurso que tem, as nossas leis associadas à aquisição são muito complexas. Então, você demora muito a fazer uma aquisição. Daí, um marco regulatório adequado ao desenvolvimento de alta tecnologia seria muito bem-vindo.

E acrescentaria, talvez, um quarto ponto. Aí em todo o programa mostramos aqui resultados de veí-

culos de sondagem, mas são veículos que estão no mercado internacional e têm uma demanda para isso. Então, a gente precisa ter uma encomenda. Em geral, são os próprios países que fazem essas encomendas; tanto na aeronáutica como no setor espacial, você tem que ter uma encomenda, a exemplo do que foi feito na Embraer. Então, tem-se encomenda do governo para que venha a indústria a ser desenvolvida. Então, talvez a gente também precise de encomendas para a indústria nacional relacionadas ao programa espacial.

E eu me atrevo a dizer apenas duas coisas que não faltam: não falta competência técnica. Às vezes é confundida a nossa demora com falta de competência técnica. O que está precisando é preservar essa competência. Mas competência técnica temos, tanto prova que somos convidados a participar, e participamos de forma brilhante, de alguns programas conjuntos com outros países em algumas áreas. E também não nos falta motivação. Na hora que tivermos esses meios, vamos trabalhar dia e noite para que o nosso programa entre em sintonia com os principais programas espaciais do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem. Obrigado.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Se me permitir, depois eu queria fazer comentários. Estou satisfeito, mas queria fazer comentários.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, o Dr. Eduardo Marson, Presidente da Helibras.

O SR. EDUARDO MARSON FERREIRA – Sr. Presidente, gostaria de falar, nesta oportunidade, sobre um problema sério na indústria aeronáutica, que é a falta de mão de obra. Esse é um problema, como o senhor já detectou, crônico para nós. Esse crescimento que eu mostrei na minha apresentação deveu-se ao momento por que passava, por exemplo, a Embraer. Na Embraer, houve algumas demissões importantes há três ou quatro anos. Por conta de um relacionamento privilegiado que tem conosco, a Embraer nos propiciou o acesso a currículos de engenheiros de grande potencial, de boa formação, que a gente pode usar neste momento de crescimento do nosso centro de engenharia. Isso não vai perdurar para sempre; a gente teve essa disponibilidade. O objetivo do nosso centro de engenharia é crescer próximo de 100 engenheiros. Então, temos que dobrar, mais uma vez, o atual quadro. É um grande desafio que se apresenta para nós.

Hoje eu diria que o nosso maior competidor não é nem a indústria aeronáutica brasileira; são os bancos que acabam absorvendo a maior parte desses enge-

nheiros extremamente bem formados por universidades como o Ita, como a federal de Itajubá, que criou o curso de Engenharia Aeronáutica neste ano. E como bem salientou o Brigadeiro, a formação de mão de obra em nossa área leva muito tempo. O aluno que entra na faculdade este ano para se graduar vai levar mais quatro anos e meio; depois, até ele ser um engenheiro experiente, outro tanto.

Então realmente a gente tem essa questão a ser atacada. E mais que isso, estamos trabalhando hoje com a chamada geração y: uma geração extremamente volátil, movida a projetos. Então a gente tem que ter projetos, como disse o Pantoja, que interessem a essa geração y. Acho que o caso de um problema espacial brasileiro, como é o caso do sonho de ter um helicóptero projetado no Brasil, é um tipo de programa que deve tocar essa geração y, uma geração movida a projetos.

Com relação à nacionalização, especificamente, Senador, vou falar um pouquinho sobre o programa do EC-725. O índice de 50% de conteúdo nacional, inclusive, é um índice negociado com o cliente, com as Forças Armadas, e daí a importância, como disse o Brigadeiro, de ter encomendas do Governo para poder propiciar esse desenvolvimento da indústria nacional. Cada um dos pacotes de nacionalização negociados foi negociado entre a indústria e o cliente. Então, por exemplo, foi de interesse do Governo brasileiro, foi de interesse das Forças Armadas que se transferisse para o Brasil a produção de estruturas em fibra de carbono, que é um tipo de tecnologia que interessa muito ao Brasil, até porque construir fuselagem de carbono é o futuro da indústria aeronáutica.

Com relação à nacionalização dos conteúdos de inteligência, como o senhor diz, é isso que estamos perseguindo. Vou dar um exemplo da nossa coirmã, a Embraer. A Embraer hoje está desenvolvendo o KC-390, como é do conhecimento de todos, e o importante é que a Embraer tem o domínio de como fazer o avião. Só que ela vai ter que fazer junto com outras empresas, junto com outros países, porque hoje em dia ninguém mais faz sozinho. Hoje em dia você fazer em cooperação com terceiros países, com terceiras empresas, quer dizer acesso a mercado. Ela já sai vendendo para esses países, compartilhando uma carga de trabalho, mas com esse acesso ao mercado.

Então, o que estamos buscando é justamente esse domínio da concepção que para nós é o mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Dr. Eduardo Marson.

Por fim, com a palavra o Sr. Ministro Norberto Moretti, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. NORBERTO MORETTI – Obrigado, Senador. Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pela sua pergunta. É uma pergunta complexa com uma resposta que não terá talvez a complexidade devida. Os membros permanentes do Conselho de Segurança, em princípio, têm uma responsabilidade especial pela manutenção da paz e segurança internacionais, inclusive isso se reflete no próprio orçamento das Nações Unidas, que tem dois grandes orçamentos: um, regular, que paga as suas contas regulares, daí o nome do orçamento, e há um orçamento separado, que é de operações de manutenção da paz. E neste orçamento, os membros permanentes do Conselho têm uma participação majorada em termos relativos do que decorre, inclusive, um desconto para outros países, países em desenvolvimento, por exemplo.

Então, uma das coisas que certamente mudaria, se fôssemos membros permanentes, é que pagaríamos mais da conta, como pagam hoje os membros permanentes do Conselho. Mais importante do que isso, repito, como membro Permanente, teríamos de corresponder a essa expectativa de que a categoria de membros permanentes corresponde a responsabilidades especiais, em termos financeiros, como eu dizia, mas também em termos de recursos de tropas. Em tese, porque, hoje, os membros permanentes do Conselho de Segurança não são contribuintes, como chamamos, países contribuintes de tropas importantes. Foram, no passado, alguns deles, hoje não são mais, em razão, como, de modo geral, os países envolvidos hoje não são mais países contribuintes de tropas importantes nas Nações Unidas. Isso, porque muitos deles estão envolvidos em operações militares ou estiveram até muito recentemente, em operações militares de grande envergadura, Iraque, Afeganistão, são dois exemplos, que os fez, digamos, mudar de foco ou foi-lhes imposto que mudassem de foco. Tão ou mais importante do que a relação entre participação e operações de paz e o nosso assento permanente, depois de um eventual acesso ao Conselho como membro permanente, é o antes, digamos. A participação em operações de paz é um dos modos pelos quais podemos, de forma muito concreta, demonstrar a nós mesmos e ao mundo que estamos preparados, temos capacidade e disposição política, vontade política de assumir responsabilidades no plano internacional. O senhor, por exemplo, mencionava na sua própria pergunta que a nossa participação no Haiti é um modo de afirmar o Brasil no plano internacional. A nossa decisão, muito importante, a meu juízo, de mandar uma fragata para meio mundo, para um lugar que está a meio mundo, que é o Líbano, com 243 homens embarcados, com helicóptero, para atuar num cenário, como eu diria, ge-

opolítico muito delicado e tendo lá o Comandante da Força-Tarefa, que é o Almirante Luiz Henrique Caroli, envolvido numa tarefa também muito delicada que é conversar com o Governo do Líbano e o Governo de Israel, para que se definam formas, medidas, procedimentos que evitem um incidente de segurança no mar dizem alguma coisa de novo da nossa vontade, da nossa capacidade de assumir essas responsabilidades. Não creio, como dizem muitos, que o Brasil foi ao Haiti, ou está no Haiti para obter um assento permanente no Conselho de Segurança. Mas, evidentemente, é um conjunto de medidas e de decisões que, de novo, adensam o nosso lugar ou firmam o nosso lugar no cenário internacional e, de novo, apontam, refletem, demonstram essa capacidade de assumir essa responsabilidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Considerações, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A minha consideração é apenas na fala do Brigadeiro, para mostrar, Presidente, pelo que conheço e também o Senador Arruda, como entramos numa fase de modéstia. Se bem que o Brigadeiro disse que bastava repor um a um que já seria alguma coisa. A gente deveria era estar substituindo um por cinco, mas a situação está tão dramática que, hoje, se a gente consegue repor um a um, já está evitando prejuízo.

Acompanho muito o ITA, e estamos numa situação muito grave lá, por conta da incapacidade talvez de repor, por diversas razões: a educação básica falida, que deixa poucos grandes quadros, uma política salarial suicida, que faz com que, por exemplo, a UnB perca hoje biólogos para a Polícia Civil do Distrito Federal, assim como matemáticos, por causa do salário. O ITA deve perder para o Ministério Público, para o Senado. Agora mesmo vai ter um concurso, se não me engano, de 246 funcionários para o Senado. Vi que o salário chega a R\$ 20 mil. Como é que a gente quer que os grandes quadros deste País sejam professores do ITA, que devem ganhar em torno de R\$6 mil, R\$7 mil, R\$8 mil? Isso é um problema muito sério. Outra coisa, gastamos um bom dinheiro em algo positivo, cujo resultado social vai ser bom, mas científico e tecnológico não, que é a massificação da universidade. Aumentamos muito, dobramos o número de universitários, o que é bom; socialmente, é ótimo; é bom, profissionalmente, mas, cientificamente, dobramos o número perdendo qualidade, porque os recursos foram canalizados para aumentar o número, não para manter, repor a qualidade. Isso exige uma reflexão muito diferente para o futuro do Brasil. Quero concluir levantando uma hipótese aqui. Não quero nunca que

me comprometam com isso, mas a sensação que fica quando a gente vê o Paquistão, a Índia, a China, Israel, Irã, Coreia do Sul, crescendo nesses ramos, dá a impressão de que para um país ser grande precisa ter uma guerra em perspectiva. Todos esses países que estão dando grandes saltos têm alguma coisa de guerra em perspectiva, de defesa, provavelmente. Uma ameaça, não de fazer uma guerra. Vai ver que o excesso, não o excesso, nunca é excesso, que o quadro de pacifismo do Brasil, uma coisa ótima para nós, para nossa tranquilidade, nos acomoda, nos faz entrar num clima de modéstia tal que os saltos ficam difíceis. Quero, com isso, cumprimentá-lo; longe de mim, ser uma crítica, pela modéstia com que hoje estamos querendo a reposição, quando deveríamos estar querendo a multiplicação dos quadros nessas áreas de ponta, que hoje estão muito concentrados no ITA, no Centro de Pesquisa da Marinha, no Centro de Pesquisa da Aeronáutica, na Embrapa e em outras poucas entidades. A gente precisa ter menos modéstia e lutar mais para que este País atinja o tamanho que ele merece e que já conseguiu na economia, que conseguiu na política, ultimamente, mas que não está conseguindo na ciência e na tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, S.Ex^a, Senador Cristovam Buarque. Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Na verdade, Sr. Presidente, quero fazer um comentário com todos os riscos de cometer grandes equívocos porque estava em outra atividade, aqui no Senado também, e não pude ouvir as exposições apresentadas aqui pelos colegas convidados, que considero pessoas muito qualificadas. Mas o meu comentário é no sentido de que não podemos, porque é um problema de responsabilidade política que exige uma unidade muito grande. Eu tenho sempre discutido muito isso. Há como se fosse uma separação ainda entre objetivos militares e objetivos civis face à Nação. É como se nós ainda vivêssemos situações separadas.

Os militares tratam daquilo e a sociedade civil, com o conjunto das universidades, trata de outras coisas. Então, essa falta de enlace é dramática, porque não põe o problema para o conjunto da sociedade brasileira.

O VLS não é um problema da Aeronáutica, não pode ser. Enquanto for um problema da Aeronáutica, ele tem dificuldades imensas. O VLS, o Programa Espacial Brasileiro, é um problema do Brasil. E isso tem que envolver todas as academias, com uma sendo a condutora.

E não podemos chegar a situações, nós deixarmos que se chegue à situação...

Acredito que à biografia do Marechal Montenegro não houve grandes contestações, nem da família, nem da Aeronáutica. Então, considero que há um certo consenso. Imagino. Mas nós não podemos chegar à situação que o Marechal Montenegro teve que realizar, que era de passar a sacola entre empresários brasileiros, notadamente de São Paulo, para bancar o salário dos professores. Na época, no caso, os professores convidados, que vinham de outros países, que eram muito importantes para nós, que ainda são, porque essa relação é muito positiva, não é negativa. Mas para poder bancar o salário, por conta das questões burocráticas internas do Brasil, ele teve que se socorrer de amigos, empresários, que tiveram que honrar esses salários.

Então, essa seria uma tragédia, porque eu vejo a modéstia do Pantoja no seguinte sentido: É muita coisa colocarmos um para um. Quer dizer, a necessidade, evidentemente, é muito maior. Já seria muita coisa se garantíssemos essa continuidade, porque, é certo, são 15, 20 anos para você formar um quadro com essa qualidade. Não dá para num piscar de olho você formar. É toda uma memória, um conhecimento, um entrosamento, um conjunto que você vai construindo.

Então, eu vejo como responsabilidade principal nossa a questão da unidade em torno dos grandes objetivos, e esse é um grande objetivo. O programa espacial é um grande objetivo.

A construção de equipamentos como um caça, um helicóptero, que possam ser usados pela sociedade brasileira, que possam ganhar mercado, etc. Não é que haja, digamos assim... Muita gente constrói sozinha e tem mercado, e nós precisamos construir em conjunto para ter o mercado, para já sair com o mercado, já sair com uma garantia, já sair com uma encomenda, senão não se viabiliza essa produção industrial.

Talvez nós tivéssemos que atentar para o seguinte: vamos fazer em conjunto, porque interessa economicamente, mas nós podemos fazer sozinhos, porque isso é uma diferença enorme. Quer dizer, nós podemos fazer sozinhos, mas circunstancialmente é mais importante que eu faça casado com alguém, porque eu posso já entrar naquele mercado, e vice-versa. Há uma troca.

Por quê? Porque quando você diz “eu posso fazer sozinho”, é mais ou menos o seguinte: eu posso vender para quem eu quiser. Ninguém vai dizer para quem eu vendo. E isso facilita, porque como você sabe que eu posso fazer sozinho, então você topa fazer em conjunto. Porque, se você não fizer em conjunto, você vai fazer do mesmo jeito e vai vender para quem você quiser. Porque não pode é ter o impedimento.

Eu lembro de um carro que nós fizemos, e estamos tratando de um veículo lançador de satélite, de

um caça, de um helicóptero. Mas é que nós não temos um carro, um carro nacional, nenhum. Imagina o grau de dificuldade de um programa como esse, que vocês têm a responsabilidade de tocar, se nós não temos um carro. Um carrinho que a gente estava fazendo, lá no Ceará, os caras bombardearam o nosso carro. Meteram um foguete, que não era nosso, não era nenhum desses que nós fizemos, no nosso carro! E nos obrigaram a vender o carro, e nós tivemos que vender... Nosso colega lá, depois de fazer, de incubar, Cristovam, uma empresa na Unicamp para desenvolver.

Ouvi uma vez o reitor do ITA dizendo que ele faltava um equipamentozinho menor, um quarto de uma unha para poder resolver o problema de um foguete, de um veículo lançador de satélite. Um equipamentozinho assim. Ninguém vai nos dar, ninguém, nenhum país do mundo vai nos dar. Até o combustível, que a China resolveu nos vender, segundo o reitor, um combustível de terceira, mas mesmo assim é “eu vou te vender esse combustível aqui durante determinado tempo, depois, tchau”. Porque até a empresa que fazia o combustível nós fechamos no Brasil. Então, vejam: o desafio que temos ainda pela frente é muito grande, para que a gente possa dizer duas coisas. Primeiro “nós vamos fazer, nós temos capacidade de fazer”. Vamos fazer um aqui já para testar, chamamos o Collor e o colocamos dentro, damos um voo, voltamos aqui, e entregamos o homem de volta. Então, nós podemos fazer.

O segundo, eu quero fazer com você. Se você se associar comigo, nós fazemos juntos. Mas temos forte independência. Isso exige do nosso Presidente. Nós vamos ter daqui a pouco uma votação do Orçamento, de a gente trabalhar muito bem quais são as questões mais importantes, no caso, casando as três Armas, porque temos de trabalhar em conjunto – o Presidente da Comissão aqui no Senado e o Presidente da Comissão na Câmara –, para vermos onde é que acertamos o nosso objetivo, para que alcancemos esse lugar lá. Sem isso, não há esse lugar não. Sem ter “eu vou fazer amanhã e o bicho vai subir” não existe esse canto no Conselho de Segurança. Só vai se houver condições mesmo, objetivas. Só com o discurso e a vontade não resolve; tem que ter o discurso, a vontade e materializar. Aí o cara diz: “Agora você está pronto para entrar no Conselho de Segurança. Não tem dúvida.” Eu acho que nós estamos fazendo o movimento correto. Bota essa fragata lá no Líbano, Haiti, participa. Tudo que a gente puder, nós devemos participar. Tivemos participação...

Eu tenho elogiado muito uma ação nossa. Tivemos aquele diálogo sobre a questão nuclear, no ano passado, uma participação extraordinária, com o povo procurando a gente, discutindo com a gente ali. Todos

os países conversando com o Brasil: Estados Unidos, França, Inglaterra, Rússia, China, sentavam conosco, com o Embaixador Macedo Soares, num ato magnífico. Quer dizer, durante quase um mês se discutiu nas Nações Unidas, num trabalho que envolveu todos os quadros das Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que era exatamente a não proliferação e o desarmamento. Vingou mais a não proliferação e menos o desarmamento. Talvez tenha que voltar. Vamos proliferar mais para poder desarmar. Parece que está precisando do movimento inverso. Mas nós tratamos disso com grande categoria. E isso se deu porque o Brasil está mais presente.

Então esses comentários, Sr. Presidente, de dizer que aqui nós temos essa responsabilidade de afinação entre as duas Casas para poder atender a esse interesse maior, que eu digo, é o interesse do Brasil. Nós vamos tratar defendendo com o apoio das nossas, digamos assim, três Armas, que têm objetivos claro também em defesa desse interesse comum.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

Pergunto ao Brigadeiro Francisco Pantoja se gostaria de fazer algum comentário, tendo em vista as citações que foram feitas às suas respostas ou se...

O SR. FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está muito bem.

Gostaria de agradecer a presença de todos os nossos palestrantes e sublinhar que os comentários aqui feitos por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque e S. Ex^a o Senador Inácio Arruda são absolutamente procedentes e contam com o apoio integral da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nós entendemos, exatamente como disse o Senador Inácio Arruda, que não pode mais haver uma diferenciação o que é investimento para a área civil e o que é investimento para a área militar. Eu acho que tem certos investimentos que extrapolam esses círculos porque se tornam interesse da Nação brasileira e do próprio País.

Dentro disso, seguindo o que aqui foi colocado pelo Senador Inácio Arruda, em relação à questão do orçamento, que amanhã às 9 horas eu vou tratar disso, deliberando sobre as emendas que foram apresentadas – aliás, desculpem, às 14 horas. O relator aqui foi o Senador Ministro Francisco Dornelles e nós separamos bem entre a Comissão de Relações Exteriores da Câmara e a daqui do Senado, ou as emendas apresentadas para as três Forças do nosso País.

Naturalmente os recursos são escassos, lamentavelmente, e fica difícil nós atendermos às necessidades das nossas Forças Armadas. É lamentável e eu acredito que nós temos que lutar e fazer ver que essa é uma necessidade. O que disse o Senador Cristovam: será que não é necessário nós termos uma ameaça real para que nós acordemos para a necessidade...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Fica proibida a guerra interna.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Proibida a guerra interna, sem dúvida.

Ameaça externa para que os nossos governos, de um modo geral, se sensibilizem e destinem os recursos necessários para modernização e reaparelhamento das nossas Forças Armadas, porque capacitação técnica nós temos, como disse aqui o Brigadeiro Pantoja. Nós temos uma capacitação técnica realmente reconhecida internacionalmente. Nós precisamos, além dos investimentos, fazer essa coordenação entre o mundo acadêmico, o setor empresarial e o setor produtivo para que, os três, de forma entrosada, possam dar condições para que se tenha pessoal especializado para aquilo que o mercado está precisando.

Acho que, no ano passado, nós tivemos aqui – não sei se aqui ou na Comissão de Infraestrutura – uma exposição de um ex-professor ou de um professor de uma universidade do sul do País que nos disse, em audiência pública, quando nós tratávamos exatamente da carência de mão de obra para atender à grande demanda de mão de obra especializada, tanto no nível médio como de nível superior, as demandas do pré-sal, que um aluno de engenharia de uma universidade do sul do País, considerado o melhor aluno que por lá já passou, nota 10 em todas as matérias durante todos os anos em que lá esteve. Ao final do curso, o rapaz, muito entusiasmado, procurou uma colocação no mercado de trabalho e encontrou uma receptividade salarial muito aquém de suas necessidades. E apareceu, então, um anúncio no jornal dando conta que a Polícia Rodoviária Federal estaria abrindo concurso e esse aluno brilhante de engenharia prestou concurso para a Polícia Rodoviária Federal, passou e virou policial rodoviário federal. E o professor, muito preocupado, insistiu para que ele fizesse um mestrado e ele, combinando o estudo de mestrado com o exercício da profissão que abarcou, em função da necessidade de melhor salário, qual seja, a de policial rodoviário federal, fez esse mestrado. Terminou o mestrado e pensou: “Agora eu vou conseguir um melhor salário dentro da profissão para a qual dediquei parte da minha vida”. E não conseguiu. E aí apareceu outro anúncio para a Polícia Federal, oferecendo um salário maior do que de policial rodoviário federal. Ele fez esse concurso e

passou. Então, hoje nós temos um engenheiro excepcionalmente capacitado que está prestando seus serviços à nossa Polícia Federal. E pergunto se ele não estaria melhor se estivesse prestando melhores serviços na profissão que ele escolheu, tendo sido ele um aluno tão brilhante, do que hoje, onde ele se encontra.

Então, além da questão salarial, como nós vamos competir, como disse aqui o Dr. Eduardo Marson, como é que Itajubá vai concorrer hoje com o sistema bancário extremamente automatizado? Inclusive o sistema financeiro brasileiro é um dos mais avançados do mundo. A Helibras tem o plano de cargos e salários que pode oferecer tanto, aí chega um banco de um grande conglomerado e oferece tanto a um engenheiro que saiu dali – e eles estão procurando muito e adaptando a profissão de engenheiro para a informática – e levam os nossos engenheiros, que poderiam estar aí formados.

Respondendo à pergunta do Senador Cristovam, o Dr. Marson explicou, porque isso realmente me veio à cabeça naquele momento, como se conseguiu tantos engenheiros formados. Achei que fosse via Itajubá. Mas ele explicou que foi durante aquele momento que a Embraer estava dispensando alguns dos seus técnicos e engenheiros e a Helibras se aproveitou desse momento e os contratou. Mas, como ele disse, e depois? Daqui a pouco eles estarão se aposentando e quem vai repor? Com o ITA está acontecendo da mesma maneira. Os professores estão se aposentando e não temos como repor.

Então essa questão da qualificação profissional tem muito a ver com a questão salarial, que possa compensar o professor, estimulando-o a dar as suas aulas, a entrar no mundo acadêmico e também ao aluno, que saia da universidade, a encontrar um salário compatível com aquela profissão a que ele se dedicou.

Em relação à questão do fazer sozinho, hoje eu estava lendo um artigo, acho que no Der Spiegel, um jornal alemão, que dizia que há uma forte corrente hoje na Alemanha que defende que a Alemanha saia simplesmente da Zona do Euro, porque já estaria a Alemanha cansada de ser toda hora requisitada a colocar recursos, recursos, recursos para resolver problemas de países que estão na mesma Zona do Euro. Mas acontece o seguinte: a Alemanha poderia ficar sozinha? Poderia, mas o grande mercado que a Alemanha tem hoje no mundo é exatamente a Comunidade Europeia, a Zona do Euro. Então ela não pode abandonar o seu mercado, porque, se abandonar o seu mercado, não tem a quem vender. Pior do que não saber produzir, é produzir e não ter a quem vender.

Então essa questão também está enlaçada, como disse o Senador Inácio Arruda, às nossas questões aqui, de fazermos essas *joint ventures* de modo que

tenhamos condições não de transferir a tecnologia, porque transferir tecnologia é cada dia mais difícil. Ninguém vai transferir a tecnologia, acho que é mais uma questão de absorver a tecnologia e, nesse sentido, a mão de obra brasileira é muito boa, porque absorve com facilidade. E, vendo fazer, vendo o outro fazer, automaticamente, aquele técnico, aquele engenheiro vai absorvendo a maneira como fazer, e com a criatividade e a capacidade de inovação que nós temos. Daí a necessidade dessas *joint ventures*, com que concordo; no começo, é um pouco complicado, porque fica a questão da tecnologia da fibra de carbono, uma coisa muito difícil e tal. É a questão da matéria prima, é a mistura correta que deve se fazer, mas não podemos nos esquecer que o Rubens Barrichello, que o Bruno Senna, que o Massa, enfim, estão correndo num carro cujo *cockpit* é todo de fibra de carbono. Então, eles próprios devem estar interessados em saber como se faz quando o carro quebra, como ele é refeito. Enfim, é uma questão de nós podermos nos entrosar melhor com aqueles que podem nos ensinar alguma coisa.

A Noruega, em 1968, descobriu que tinha petróleo e constituiu uma empresa que é uma estatal deles hoje, a Statoil, que é exemplar, e constituiu um fundo soberano, e eles não investem nada no país; melhor dizendo, 60% do que arrecadam com a exploração do petróleo, eles investem fora da Noruega para que não haja problemas de inflação interna, essa coisa toda.

Aqui no Brasil, a Noruega tem participação acionária em 120 empresas, por aí. É impressionante!

A Noruega não sabia nada sobre petróleo. Aí o que ela fez? Ela chamou os americanos, as companhias americanas, fazendo aquele famoso contrato de risco. Mas colocaram os funcionários noruegueses, os trabalhadores noruegueses, os especialistas noruegueses em alguma coisa técnica junto com os americanos para aprender como fazer. A expressão utilizada pela embaixadora da Noruega foi: “junto não; nós colocamos grudados, colocados nos americanos, para saber como fazer”. Então, hoje a Noruega tem uma capacidade própria de fazer a exploração de petróleo sem a necessidade de buscar tecnologia, embora, tanto os americanos quanto os ingleses, e outros países também, façam um trabalho de exploração conjunta com a própria Statoil.

Eu acho que, cada dia mais, nós nos tornamos, nós, países deste Planeta, mais dependentes ou interdependentes uns dos outros. É impossível nós querermos ser grandes sozinhos. Nós precisamos estabelecer parcerias, parcerias estratégicas, parcerias de interesse nacional, parceiras que nos façam sobreviver neste mundo em que a guerra comercial está aflorando de uma maneira visível; a guerra comercial é muito

grande, a busca por mercados é cada vez maior. Como quando a Embraer assina um contrato para vender – lá atrás o Bandeirantes, depois para vender o Tucano, depois o Super Tucano. E infelizmente, nós não pudemos vender para a Venezuela o Super Tucano, porque os americanos, os Estados Unidos tinham a tecnologia de um certo equipamento – não sei qual é o nome dele –, e havia, na cláusula do contrato com os americanos, que qualquer venda daquele equipamento do Super Tucano teria que passar pela sua prévia autorização porque ele era dono da tecnologia daquilo que fazia o Super Tucano ser um avião que é hoje, um grande avião de treinamento.

Mas, enfim, nós temos que buscar nessas parcerias condições de criarmos o quê? Emprego, de qualificarmos a nossa mão de obra, darmos condições para que os nossos jovens possam estudar em boas escolas, como o Senador Cristovam vem se batendo aqui, ao longo desses anos e anos e anos e anos em que se dedica à causa do ensino. Precisamos melhorar o ensino público, precisamos melhorar o ensino básico, precisamos melhorar o ensino médio, porque estamos falando aqui também da necessidade de haver engenheiros. Mas metade dos alunos brasileiros que ingressam na escola de Engenharia, na faculdade de Engenharia, metade deles não conclui o seu curso, seja porque não consegue acompanhar a matemática ministrada, pela deficiência que tiveram no ensino médio, seja porque desvia para outro caminho que lhe ofereça melhores condições.

É disso que precisamos. Acho que a grande revolução – mais uma vez, concordo com o Senador Cristovam e com o Senador Inácio Arruda – que podemos fazer no Brasil, para tentarmos equacionar grande parte dos problemas que, hoje, foram aqui discutidos, é o investimento maciço em educação. Sem uma boa revolução na educação, dificilmente conseguiremos o nível técnico, o nível de preparo necessário para atender à grande demanda que esse novo mundo que se descortina diante de nós está a exigir.

Era isso que eu gostaria, com a permissão, data vênua, dos Srs. Senadores e dos senhores aqui presentes, de dizer como consideração de minha parte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero fazer um comentário sobre o artigo que o senhor leu na revista *Der Spiegel*. Isso me lembrou de que já vimos esse filme aqui. Há algum tempo, muitas pessoas de São Paulo diziam que São Paulo deveria sair do Brasil, que estavam cansadas

de manter, com seus impostos, a construção de estradas no Nordeste. Alguém disse para elas que, na hora em que elas saíssem do Brasil, o Nordeste não compraria aquelas carroças por aqueles preços altos devido ao protecionismo, mas compraria diretamente carros lá fora.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Além disso, não explicaram que grande parte da sua riqueza foi proveniente das divisas produzidas pelo Nordeste brasileiro no séc. XIX.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É claro. Exatamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É o problema da Alemanha. Eles não entenderam que o marco foi feito em prejuízo dos outros e em vantagem deles.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Era o problema de triangulação: a gente exportava açúcar, os dólares vinham para São Paulo, e eles montavam indústrias que vendiam para a gente.

Na hora em que a Alemanha sair, a China vai montar fábrica de carro melhor do que a Mercedes-Benz na Grécia. Eles estão amarrados!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Este é o problema: a Europa, hoje, está amarrada; eles estão amarrados uns aos outros. É um desastre o que está havendo. Mas eles não tinham outra saída a não ser se arrumarem, mantendo a Comunidade Econômica, como mantivemos a comunidade econômica brasileira, com uma moeda só.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É verdade. E a questão da Comunidade Europeia hoje é que a gente percebe como faz falta uma liderança política. A liderança da Sr^a Merkel é uma liderança forte, sem dúvida, mas é uma liderança que não conseguiu agregar em torno de si uma posição para resolver, logo no início, a crise da Grécia. A demora na tomada de decisão é que está levando a situação ao ponto em que chegamos, com a Espanha e a Itália nessa situação tremenda.

A Grécia, a Irlanda e Portugal, esses três países juntos têm menos de 3% do PIB da zona do euro. Com isso, a França, a Alemanha e até mesmo a Itália, à época, deveriam ter se reunido e resolvido o problema, mas esses países ficaram remanchando – vai para lá, vai para cá – e ficaram exigindo isso e aquilo, que isso acabou contaminando todos. Já a Espanha é diferente. A Espanha, sozinha, representa 16% do Produto Interno; a Itália representa 25% do PIB. Então, se não tomarem rapidamente uma decisão para resolver isso, com uma liderança política forte que consiga

agregar os outros chefes de estado ou chefes de governo nessa zona do euro e da Comunidade Europeia, não sei qual será o futuro. Não sei se vão desgarrar, soltar na órbita esses países que estão enfraquecidos em função da crise. Os Estados Unidos também estão enfraquecidos em função da crise de 2008, sem fôlego para poder colaborar com essa recuperação; os chineses, a China entrando em África com muita força, com muita pujança, também entrando com muita força na própria Europa...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sem prejuízo do nosso dinheiro nós não poderíamos oferecer um emprego para esse povo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É verdade, Senador. Mas, enfim, eu gostaria... Mas isso será assunto de outros debates que iremos realizar aqui, em outras audiências públicas.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o General de Brigada Luiz Guilherme Paul Cruz, 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército; o Brigadeiro-Engenheiro Francisco Pantoja, Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço; o Ministro Norberto Moretti, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores; e o Dr. Eduardo Marson, Presidente da Helibras, pela importante colaboração e contribuição que os senhores ofereceram a esta Comissão.

Também gostaria de agradecer a presença dos Srs. Membros do Corpo Diplomático: S. Ex^a o Sr. Embaixador de Burkina Faso, Alain Francis Gustave Ilboudo; S. Ex^a o Sr. Embaixador da Áustria, Hans-Peter Glanzer; o Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada de Espanha; o Sr. Zurab Mchedlishvili, Conselheiro da Embaixada da Geórgia; a Sr^a Anna-Karine Asselin, Conselheira da Embaixada do Canadá; o Sr. Nicholas Hilgert, 1º Secretário da Embaixada dos Estados Unidos da América; a Sr^a Ambra Dickie, 2ª Secretária da Embaixada do Canadá; o General de Divisão Yrvin Clemente Guevara Galván, Adido Militar da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela; o Major José Luís Alvarado Chacón, Auxiliar do Adido Militar da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela.

E informo a todos que, ano que vem, daremos prosseguimento à agenda “Rumos da Política Externa Brasileira”, com a realização de mais dois ciclos. O quarto ciclo será sobre temas da agenda internacional, a ser realizado entre os dias 12 e 26 de março. E o quinto é intitulado “Papel das Instituições e Conclusões”, entre os dias 9 e 23 de abril.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada amanhã, dia 22 de novembro, terça-feira, às 14 horas, neste ple-

nário, quando deliberaremos acerca das emendas a serem apresentadas por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA-2012).

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 21 horas e 15 minutos.)

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quatorze horas do dia 22 de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Antonio Carlos Valadares**, **Valdir Raupp**, **Vital do Rêgo**, **Francisco Dornelles**, **José Agripino**, **Blairo Maggi**, **Acir Gurgacz**, **Ana Amélia e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 55ª e 56ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados da Presidência. O Presidente submete a apreciação e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao PLN nº 28 de 2011 – que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (LOA-2012). **Relator:** Senador **Francisco Dornelles**. **Resultado:** Aprovadas as seguintes emendas: **Emenda nº 01 – CRE (Apropriação de Despesa)** – Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 4450 – Apresentação da Força Terrestre, Valor R\$ 852.500.000,00; **Emenda 02 – CRE – (Remanejamento de Despesa)** – Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 11UB – Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto, Valor R\$ 40.000.000,00; **Emenda 03 – CRE – (Remanejamento de Despesa)** – Unidade Orçamentária 52.133 – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Programa 2046 – Mar, Zona Costeira e Antártida, Ação 2520 – Apoio à Pesquisa no Mar e nas Ilhas Oceânicas, Valor R\$ 1.000.000,00; **Emenda 04 – CRE – (Remanejamento de Despesa)** – Unidade Orçamentária 52.131 – Comando da Marinha, Programa 2058 – Po-

lítica Nacional de Defesa, Ação 8945 – Aquisição de Meios Navais, Valor 65.000.000,00; **Emenda 05 – CRE – (Apropriação de Despesa)** – Unidade Orçamentária 52.111 – Comando da Aeronáutica, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 123B – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X), Valor R\$ 500.000.000,00; e **Emenda 06 – CRE – (Apropriação de Despesa)** – Unidade Orçamentária 35.101 – Ministério das Relações Exteriores, Programa 2057 – Política Externa, Ação 2015 – Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, Valor 40.000.000,00. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quatorze horas e quatorze minutos, lavrando, eu, **Álvaro Araújo Souza**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 57ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 57ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 55ª e 56ª reuniões.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

COMUNICADOS.

A Comissão recebeu ofício de S. Ex^a o Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, tratando do Projeto de Lei Orçamentária. Diz o ofício:

Sr. Presidente, refiro-me ao Projeto de Lei Orçamentária para 2012, PLN nº 28, de 2011, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2012. Por oportuno, esclareço a V. Ex^a que estabeleci, para os comandos militares subordinados, normas de procedimento e encaminhamento de emendas coletivas para as Comissões Permanentes, discriminadas no art. 26, da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, com o objetivo de evitar esforços desencontrados e que não espelham os interesses deste Ministério.

Em consequência, ficou acordado que as assessorias parlamentares castrenses, integrantes do Sistema Parlamentar de Defesa, irão se empenhar para efetivar emendas coletivas de apropriação nessa Comissão que contemplem a área temática “Justiça e

Defesa” e subárea temática “Ministério da Defesa – Comandos do Exército e da Aeronáutica”.

Isso posto, solicito o apoio sempre criterioso de V. Ex^a no sentido de analisar e acolher nessa Comissão as emendas coletivas apresentadas pelos Comandos do Exército e da Aeronáutica e que digam respeito à área temática retro-mencionada.

Continuo à disposição para apreciar, com atenção e simpatia, as demandas que V. Ex^a considerar oportuno encaminhar a este Ministério.

Assina o Embaixador Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa.

A presente reunião é destinada à discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 28, de 2011, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 – LOA 2012. Relatoria: Senador Ministro Francisco Dornelles.

Relatório:

Pelo acolhimento das propostas de Emenda de nºs: 04, 07, 10, 14, 19, 20, 21, 26, 28, 30, 31, 34, 36, 38, 39, 41, 42 e 43 que, por aglutinação, resultam nas seguintes emendas de apropriação:

1^a – Possibilitar o desenvolvimento do cargueiro tático-militar, de 10 a 20 toneladas, Projeto LCX, da Aeronáutica, de R\$500 milhões;

2^a – implantação do Sistema de Defesa Terrestre, de Infraestruturas Críticas e Estratégicas – SISDIC, do Exército, de R\$852,5 mil.

3^a – serviços consulares que deem assistência a brasileiros no exterior (Ministério das Relações Exteriores), de R\$40 milhões.

E nas seguintes emendas de remanejamento:

1^a – conclusão das obras do aquartelamento do Comando Militar do Planalto, em Brasília, Distrito Federal, Exército, de R\$40 milhões;

2^a – aquisição de meios navais, Marinha, de R\$65 milhões, e

3^a – remanejamento da Ação 2520, Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Secirm, Marinha, de R\$1 milhão.

E pelo não acolhimento das demais Emendas de nºs: 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 37, 40, 44 e 45.

Vou passar agora à leitura do relatório elaborado por S. Ex^a, o Senador Ministro Francisco Dornelles. Passo à leitura de seu relatório.

O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre as emendas a serem apresentadas por esta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional - PLN nº 28/2011, do Congresso Nacional,

que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

Autor: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Relator: Senador Ministro Francisco Dornelles.

Relatório.

A teor do disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28/2011, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012 (Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2012).

De acordo com as normas de tramitação do PLOA 2012, cujos fundamentos são lançados pela já citada Resolução nº 1/2006, deste Congresso Nacional, e pelo parecer preliminar – parecer preliminar esse aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em sua 11^a reunião extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2011 –, de que tratam os arts. 51 a 55 dessa resolução, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tem competência para propor emendas ao projeto, nos termos do art. 43, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. Conforme o parecer preliminar, as emendas coletivas à despesa:

somente serão recebidas pela secretaria da CMO, desde que identificadas como de remanejamento, de apropriação ou de cancelamento, nos termos dos arts. 37 a 40 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional; e

não poderão ser apresentadas e aprovadas na modalidade de aplicação 99 (“a definir”).

Nos termos do art. 44 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, as emendas de comissão deverão: ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação;

ter caráter institucional e representar interesse nacional, observado o disposto no art. 47, incisos II a V, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto; e

conter, na sua justificação, elementos, critérios e fórmulas que determinem a aplicação dos recursos, em função da população beneficiada pela respectiva política pública, quando se tratar de transferências voluntárias de interesse nacional.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal poderá apresentar até seis emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2012, sendo três de apropriação e três de remanejamento, nos termos do anexo à Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.

Encontram-se em análise por esta Comissão 45 propostas de emendas – relacionadas no anexo I a este parecer.

Foram apresentadas 31 propostas de emendas de apropriação e 14 de remanejamento.

Esse é o relatório.

Passo agora a leitura da análise do relatório ao seu autor, S. Ex^a, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, manifestar a minha honra e o meu privilégio de ter V. Ex^a a leitura do meu relatório. Isso vai ficar no meu currículo. Agradeço a sua fidalguia em ler o relatório que eu aqui elaborei.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Ministro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A análise, Sr. Presidente.

Houve aqui, dentro de uma coordenação sempre muito competente de V. Ex^a, procurar atender as pretensões das Forças Armadas no Ministério das Relações Exteriores. De modo que, hoje, é quase uma aglutinação de emendas. Das 45 emendas, a Comissão podia acatar três emendas de apropriação e três de remanejamento. Foi acatada uma emenda de apropriação pela aeronáutica, resultado da aglutinação de seis emendas apresentadas pelos Senadores Cyro Miranda, Inácio Arruda, Aníbal Diniz, Romero Jucá, que visavam a possibilitar o desenvolvimento do cargueiro tático militar de dez a vinte toneladas.

Foi acatada uma emenda de apropriação para o Exército, destinada à implantação do Sistema Integrado de Defesa Terrestre de Infraestruturas Críticas e Estratégicas, resultado da aglutinação de três emendas, apresentadas pelos Senadores Acir Gurgacz, Inácio Arruda e Mozarildo Cavalcanti.

Foi acatada uma emenda de apropriação para o Ministério de Relações Exteriores, do Senador Cristovam Buarque, destinada aos serviços consulares e de assistência a brasileiros no exterior, no valor de R\$40 milhões.

Com relação às emendas de remanejamento, foi acatada uma emenda para o Exército, resultado da aglutinação de três emendas dos Senadores Acir Gurgacz, Inácio Arruda e Mozarildo Cavalcanti, destinada à conclusão de obras do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto, em Brasília, no valor de R\$40 milhões.

Foi acatada uma emenda de remanejamento, resultado da aglutinação de duas emendas dos Senadores Vital do Rêgo e Valdir Raupp para aquisição de meios navais, no valor de R\$65 milhões.

E foi acatada uma emenda de remanejamento da Secretaria da Comissão Interministerial para os

Recursos do Mar, resultado da aglutinação de três emendas dos Senadores Acir Gurgacz, Randolfe Rodrigues e Valdir Raupp.

Essa é a análise que tenho que fazer.

Em face do exposto, somos pelo acolhimento das propostas de emendas de nºs 4, 7, 10, 14, 19, 20, 21, 26, 28, 30, 31, 34, 36, 38, 39, 41, 42 e 43, que, por aglutinação, resultam nas emendas por mim já enunciadas.

Dentro dessa linha é o meu voto, pela aprovação desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ministro Francisco Dornelles, pela apresentação do seu relatório, como sempre muito bem consubstanciado e que reflete a intenção, a verdadeira intenção e desejo desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, atenta a Comissão como está à necessidade de reaparelhamento e modernização das nossas Forças Armadas.

Coloco em discussão o relatório de S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Ministro Francisco Dornelles permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco as Sr^{as} e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião ordinária, a ser realizada no dia 24 de novembro, quinta-feira próxima, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 14h14min.)

ATA DA 58ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Sérgio Souza**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**,

Valdir Raupp, Vital do Rego, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Marcelo Crivella, Acir Gurgacz, Ana Amélia, Cyro Miranda, Inácio Arruda e Clésio Andrade. Registra presença o Senhor Senador **Casildo Maldaner**, não-membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência. A Senadora Ana Amélia solicita retirada de pauta do **Item 5 – Mensagem (SF) 137, de 2011** e inclusão, como item extraordinário da **Mensagem (SF) nº 134, de 2011**. Solicitação aprovada pelo Plenário da Comissão. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 123, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia*”. Relator: Senador **Luiz Henrique**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 138, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia, e, cumulativamente, junto à República de Kiribati, a Tuvalu e ao Estado Independente da Samoa*”. Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. Os indicados dos itens 1 e 2 são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. Faz uso da palavra a Senhora Senadora **Ana Amélia**. O Senhor Senador **Marcelo Crivella** solicita abertura do processo de votação. Aprovado. Faz uso da palavra o Senhor Senador **Eduardo Suplicy**. Encerrado o processo de votação. A reunião é tornada secreta às onze horas e vinte e oito minutos e reaberta às onze horas e trinta e um minutos. **Resultado para os itens 1 e 2:** apreciadas as Mensagens. O Senhor Senador **Cyro Miranda** solicita inversão de pauta para os itens 6 e 11. Aprovada a solicitação. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 194, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010*”. Relator: Senador **Cyro Miranda**. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria. **Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2011**, de autoria

do Senador **Marcelo Crivella**, que “*altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo*”. Relator: Senador **Cyro Miranda**. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria, com a emenda nº 1 – CRE. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 132, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Ilhas Fiji, à República de Nauru e às Ilhas Salomão*”. Relator: Senador **Paulo Bauer**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Antes de passar ao item 4, o Presidente da Comissão lê Ofício solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 136, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, a escolha da Senhora MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam*”. Relatora *ad hoc*: Senadora **Ana Amélia**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 236, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009*”. Relator *ad hoc*: Senador **Paulo Bauer**. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria. **Item extraordinário nº 1 – Mensagem (SF) nº 134, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa*”. Relatora *ad hoc*: Senadora **Ana Amélia**. **Resultado:** lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 8**

– **Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 243, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné Equatorial para Cooperação Educacional, celebrado em Bata, em 23 de outubro de 2009”*. Relator ad hoc: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 9 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 286, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2010”*. Relatora ad hoc: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 10 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 287, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral sobre Cooperação e Parceria, assinado em Brasília, em 29 de março de 2010”*. Relator: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. Aprovada pelo plenário da Comissão a inclusão, como item extraordinário, do **Requerimento 1376, de 2011**. **Item extraordinário nº 2 – Requerimento nº 1376, de 2011**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que *“requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 1º a 3 de dezembro de 2011, para participar, na qualidade de presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino e vice-presidente do Parlamento Latino-Americano, da reunião da Junta Diretiva, que ocorrerá no Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nos dias 1º a 6 de dezembro de 2011”*. Relatora: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dezessete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 58ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Declaro aberta a 58ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 57ª reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

REQUERIMENTO Nº... , DE 2011 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), destinada a debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011 que *“altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica”*, de autoria do Senador Roberto Requião.

Pelo exposto, sugiro convidar as seguintes autoridades:

1. João Luiz Martins, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);

2. Luiz Cláudio Costa, Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC);

3. Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior (Anpggiees); e
4) representante da Unesco.

Assina o requerimento S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Este requerimento entrará na pauta de nossa próxima reunião, para deliberação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Comunicados.

Cenário Estratégico Internacional

O périplo do Presidente norte-americano pela região da Ásia do Pacífico, embora tenha características econômicas, como a participação na reunião de cúpula da Apec (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) e a campanha pela Trans-Pacific Partnership (TPP) – iniciativa que ambiciona ser uma área de livre

comércio –, mostra importantes sinais de redirecionamento estratégico dos EUA.

O planejado desengajamento dos americanos das guerras do Iraque e do Afeganistão será, como anuncia o Presidente Obama, acelerado. A futura ausência de tropas dos EUA no Iraque e no Afeganistão será compensada pelo reforço da aliança da superpotência com países do Golfo como a Arábia Saudita, o Catar, o Bahrain, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, bem como com Omã. Os Estados Unidos já possuem fortes ligações militares com esses países, mas aumentarão a integração e o apoio para treinamento de tropas. Os militares dos EUA terão presença menor em quantidade, mas se concentrarão em unidades de deslocamento rápido, preparadas para intervenções tópicas. Haverá também aumento de coordenação de patrulhas conjuntas aéreas e navais, e melhor planejamento integrado para a utilização de mísseis. Registre-se que a ofensiva dos EUA em relação ao Iraque, junto com a morte de Saddam Hussein, alterou o equilíbrio de poder regional, e o Irã tem aproveitado o vácuo para aumentar sua influência, com ações mais afirmativas.

De outra parte, a China, por causa de seu impulso econômico, tem interesses cada vez mais globalizados, tanto para a colocação de seus produtos quanto para a garantia de suprimento de matérias primas. O desenvolvimento chinês tem sido acompanhado por uma busca persistente de progresso militar que, por enquanto, tem foco regional, como o aumento de sua presença naval no sul do Mar da China. Alguns exemplos de esforço no desenvolvimento bélico são a construção de avião de caça invisível ou *stealth*, capaz de enganar radares inimigos; a preparação de seu primeiro porta-aviões; e a construção de mísseis de longo alcance capazes de atingir navios em movimento em alto mar. O nível de sofisticação e o poderio bélico desses instrumentos de guerra ainda não se comparam com os dos EUA, mas demonstram um grande esforço de capacitação tecnológica, e o desejo de passar a patamar mais elevado como potência. O porta-aviões foi adquirido da Rússia (construído nos anos 1980 para a União Soviética) e está sendo remodelado e reequipado, e o *stealth fighter* já está sendo testado. Os mísseis, não nucleares, são montados em viaturas de transporte terrestres e capazes de atingir aproximadamente 1.500km, podendo atingir comboios navais dos EUA no Pacífico. A China afirma-se como potência marítima regional, em área de importantes rotas comerciais, além de rica em petróleo e gás, e preocupa vizinhos com os quais tem disputas de limites marítimos, como as Filipinas, o Vietnã, o Japão, a Malásia e o Brunei. Ademais, começa a contrastar

o até agora não desafiado poderio naval dos EUA no Pacífico – dominado pelos americanos desde 1945.

Na Austrália, o Presidente Obama anunciou que os EUA passarão a estacionar um número crescente de fuzileiros navais na base Tindall (norte do país) e na base de Stirling, perto de Perth. Serão, inicialmente, 250 *marines*, já em 2012, número que será aumentado, nos próximos anos, para 2.500. Além disso, haverá incremento de visitas de belonaves de superfície e submarinos. Em seu discurso no Congresso australiano, Obama afirmou que os EUA são uma potência do Oceano Pacífico e que manterão essa posição.

A reação chinesa foi de suspicácia e por meio de porta-vozes da imprensa estatal reagiu ao cerco dos americanos. A China, cada vez mais atuante na região, não vê com tranquilidade o reforço da presença dos EUA no sul do Mar da China. Aparentemente os EUA colocam em prática uma política de contenção da influência chinesa que lembra a política do *containment* preconizada pelo diplomata George Kennan e colocada em vigor por sucessivos governos americanos em relação à União Soviética nos primórdios da guerra fria. Os EUA cercam a China com bases (ou apoio firme) no Japão, na Coreia do Sul, nas Filipinas, na Indonésia e em Taiwan. Os americanos aproximam-se também de Myanmar (Burma), país que tem sofrido sanções ocidentais por causa da dureza de seu governo militar, agora dando sinais tímidos de abrandamento. O isolamento fez com que Myanmar recorresse a investimentos maciços chineses. Lembre-se que o país tem grande importância estratégica, pois geograficamente se coloca entre a China e a Índia. A Secretária de Estado Hillary Clinton visitará Myanmar ainda este ano em significativo gesto de aproximação. O presidente dos EUA prometeu que os compromissos com a segurança da região serão mantidos, apesar da necessidade de cortes orçamentários.

Segundo comunicado.

Relato da Audiência Pública sobre o Monumento em Pistoia/Itália em homenagem à Força Expedicionária Brasileira

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, no último dia 10 de novembro, audiência pública, com a finalidade de homenagear o Monumento Votivo Militar Brasileiro, em Pistoia, na Itália. A audiência foi fruto de requerimento do ex-Senador Heráclito Fortes, ex-Presidente desta Comissão. Estiveram presentes o Sr. Mário Pereira, administrador do monumento; o Sr. Giovanni Sulla, historiador e colecionador de materiais da Força Expedicionária Brasileira e o Sr. Fabrizio Giberna, professor e artista.

O Sr. Mário Pereira explicou que seu pai era o antigo guardião do cemitério de Pistoia, transformado em monumento em 1960, quando os corpos dos soldados brasileiros ali enterrados foram transferidos para o Rio de Janeiro. O total de mortos foi de 465 soldados brasileiros. Lembrou que seu pai sempre considerou a guarda do monumento como algo além de um trabalho, ou seja, para ele tratava-se de uma missão. Disse ainda que decidiu assumir o posto após a morte do pai, ao constatar que não haveria outra pessoa igualmente dedicada ao monumento.

O convidado lamentou o fato de os veteranos brasileiros não serem devidamente valorizados no Brasil e revelou achar que isso seria devido ao fato de a população brasileira não ter noção do que é uma guerra na própria pele.

Em contraste, declarou que na Itália, ainda hoje, o soldado brasileiro é visto com grande reconhecimento. Como evidência disso, assinalou que, além dos monumentos construídos pelas autoridades, há diversos outros dedicados aos veteranos brasileiros erguidos pelos próprios habitantes liberados. Destacou que os italianos são profundamente agradecidos aos libertadores brasileiros que, além de sua coragem no campo de batalha, ajudavam e compartilhavam no que fosse possível com a população arrasada.

Tratando do Monumento de Pistoia, disse ser esse integralmente mantido pela Embaixada do Brasil em Roma e exaltou a atenção do atual Embaixador, o Sr. José Viegas Filho. Afirmou que estão concluindo um museu no local, que fica perto de dois grandes destinos turísticos brasileiros: Florença e Pisa.

O Sr. Mário Pereira afirmou ainda que as soleidades atraem autoridades e habitantes de todos os países, pelos quais passou a Força Expedicionária Brasileira, e que as homenagens aos soldados brasileiros têm aumentado cada vez mais. Notou que, no ano passado, até os representantes do cemitério alemão prestaram homenagem ao soldado brasileiro.

Por fim, ele revelou que, em maio de 2012, o Encontro Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira acontecerá na Itália, em Pistoia, e nas outras localidades onde lutaram os integrantes da Força Expedicionária Brasileira. Sugeriu que o Governo Brasileiro deveria fazer um esforço para que o maior número de pracinhas participasse desse encontro.

A esse respeito, estarei enviando, com a aquiescência dos integrantes desta comissão, ofício a S. Ex^a, o Ministro da Defesa, o Embaixador Celso Amorim, dando notícia dessa sugestão feita pelo Sr. Mário Pereira.

O Sr. Giovanni Sulla, historiador italiano e colecionador de materiais da Força Expedicionária Brasileira, revelou-se muito contente por estar no Brasil. Afirmou

que, como entusiasta da FEB e do Brasil, vê o país não como praia, maracanã ou samba, mas como os 25 mil e 300 soldados que foram ao combate por sua liberdade e por sua democracia.

Afirmou ser originário de uma das regiões mais ricas da Itália e da Europa e ressaltou que, sem a coragem do soldado brasileiro, nada ali haveria. Destacou que muita gente daquela região ainda se lembra do sorriso e da ajuda dos soldados brasileiros e que até hoje a população se diz agradecida a cada um deles.

O convidado lembrou, por fim, até em assunto levantado por S. Ex^a, o Senador Aníbal Diniz, os esforços dos chamados soldados da borracha, que enfrentavam a Amazônia para prover as forças aliadas com aquele importante, destacando que alguns estimam em até sessenta mil mortos ou sessenta mil mortes, ocorridas por malária, em função da exploração da borracha na floresta.

Essa reunião foi presidida por S. Ex^a, o Sr. Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta comissão. Na oportunidade, eu me esqueci de encaminhar à Comissão este aparelho, que é um telégrafo, que me foi oferecido quando visitei Pistoia, como Presidente da República, e me foi oferecido pelo pai do Sr. Mário Pereira Júnior, o Sr. Mário Pereira, que tomava conta do cemitério de Pistoia e que era um ex-pracinha. Ele era, à época da guerra, 2º Sargento Radiotelegrafista. Foi por intermédio desse telégrafo que ele comunicou às autoridades brasileiras o fim da Segunda Guerra Mundial.

Então, é algo histórico, que ele me ofereceu e que faz, hoje, parte do acervo, meu acervo de ex-Presidente da República.

Essa é uma unidade de comunicações de fabricação americana, do Exército americano, um telégrafo TG5A, desenvolvido nos centros de pesquisa do Exército americano, no Fort Monmouth, New Jersey, número de série 625; número de ordem 18.475/39; data de fabricação, 07 de abril de 1939; fabricado por Kellogg Switchboard & Supply Company, Chicago, Illinois.

Então, aqui está para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores tomem conhecimento disso que considero histórico.

Aqui, também ele deixou para esta Comissão uma flâmula da Força Expedicionária Brasileira, em que consta o nome de todas as batalhas que as forças brasileiras enfrentaram: em Camaioire, Monte Prano, a batalha de Monte Castello, que foi a mais renhida delas, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collecchio e Fornovo. Também, o diário do Sr. Miguel Pereira, que vai do dia 12 de outubro de 1944 a 24 de novembro de 1944.

Foi com muita alegria e com muita satisfação que a Comissão de Relações Exteriores recebeu, portan-

to, a visita do filho do ex-pracinha Mário Pereira, Sr. Mário Pereira Júnior.

Iniciando a nossa pauta do dia de hoje...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, considerando a correspondência recebida do Ministério das Relações Exteriores no dia 23 de novembro, da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, comandada brilhantemente pelo Embaixador Sérgio Danese, ela informa a informa a impossibilidade, por motivo de força maior, do deslocamento a Brasília do Ministro Alfredo Camargo, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim, que é o item 5 da pauta de hoje, devido a problemas, como eu disse, de força maior, portanto, impedindo o seu comparecimento à sabatina na próxima semana.

Por isso, estou solicitando a V. Ex^a, requerendo a V. Ex^a, em caráter excepcional, a retirada da pauta da Mensagem 137, de 2011, e que se proceda à inclusão, em seu lugar, da Mensagem 134, também deste ano, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Miguel Gustavo de Paiva Torres, Conselheiro de Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa, que tem o Sr. Senador Sérgio Souza como Relator, uma vez que a referida matéria encontra-se em condições de figurar na pauta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É a minha solicitação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pela informação que traz ao plenário desta Comissão.

Eu gostaria de acrescentar que também chegou ao conhecimento desta Presidência, Sr^a Senadora, a informação de que o Embaixador Alfredo Camargo, lamentavelmente, sofreu um sério acidente em La Paz, na Bolívia, o que o impossibilitou de estar hoje, aqui, para ser sabatinado, como previsto pela pauta, ou na pauta distribuída a S. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores, ou de comparecer à sabatina que seria na próxima semana.

Pelas razões expostas, portanto, por S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia, e considerando o art. 3^a do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, que possibilita a alteração da pauta em situações extraordinárias, e sendo os assuntos absolutamente correlatos, seria apenas a substituição da sabatina de um embaixador já programado que ficou impossibilitado de vir a Brasília pelo acidente que sofreu por um outro Senador

que também será sabatinado, a matéria é correlata, é a mesma, e para que nós não atrasemos o trabalho de oitiva dos Srs. Senadores, considero que é possível que isso possa ser feito, de Acordo naturalmente com a deliberação do Plenário, porque essa alteração pode ser feita, como eu estava dizendo, em função do artigo do nosso Regimento, art. 3^o do nosso Ato Normativo Interno nº 2, de 2011, desta Comissão, que possibilita a alteração da pauta em situações extraordinárias.

Sendo assim, submeto à apreciação do Plenário a solicitação de S. Ex^a a Senadora Ana Amélia, sobre a retirada de pauta da Mensagem nº 137, de 2011, que é o item 5 da pauta de hoje, e inclusão em seu lugar, na pauta de hoje como item extraordinário, a Mensagem nº 134, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Miguel Gustavo de Paiva Torres, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de Acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a retirada de pauta da Mensagem nº 137, de 2011, e a inclusão, como item extraordinário, da Mensagem nº 134, de 2011.

Solicito à Secretaria da Comissão que tome as providências necessárias para que se cumpra a deliberação do Plenário.

ITEM 1

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 123, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Sr. ROBERTO COLIN, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Observação: no dia 10/11/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 2

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 138, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Sr. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à

Nova Zelândia, e, cumulativamente, junto à República de Kiribati, a Tuvalu e ao Estado Independente da Samoa.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Observação: no dia 10/11/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

Convido, para que tomem assento à mesa, os Srs. Embaixadores Roberto Colin, indicado para a República Popular Democrática da Coreia, e o Sr. Eduardo Ricardo Gradilone, indicado para a Nova Zelândia, e, cumulativamente, junto à República de Kiribati, a Tuvalu e ao Estado Independente da Samoa.

Sejam V. S^{as} muito bem-vindos a esta Comissão em nome de todos os integrantes que dela fazem parte.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Roberto Colin, indicado para a República Popular Democrática da Coreia.

V. S^a dispõe de 15 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. ROBERTO COLIN – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é para mim um privilégio comparecer perante esta Comissão pela primeira vez, honrado que fui pela indicação da Senhora Presidente da República para assumir a função de Embaixador na Embaixada do Brasil em Pyongyang, capital da República Popular Democrática da Coreia.

É para mim, igualmente, uma grande honra e, sobretudo, uma grande alegria ter sido relatado com as palavras amigas e generosas do Senador Luiz Henrique. Tive o privilégio de trabalhar durante quatro anos com esse grande homem público, com uma longa lista de bons serviços prestados a Santa Catarina e ao Brasil. Fui seu colaborador como Secretário de Assuntos Internacionais de Santa Catarina no início da década passada. Para mim, foi uma experiência enriquecedora, não só pelo que eu aprendi com o Senador Luiz Henrique, mas por ter trabalhado numa outra perspectiva da diplomacia, que é a diplomacia federativa.

Atualmente, sou Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Berlim. Estou em Berlim já há quase cinco anos e lá estou pela segunda vez. São duas experiências completamente distintas. A primeira foi no final dos anos 80. Eu saí de Bonn exatamente no momento em que caía o Muro de Berlim. De lá, fui à União Soviética e, lá, eu presenciei o fim da União Soviética. Então, eu, embora tenha 30 anos de carreira, tive uma carreira de certo modo atípica, porque servi somente em dois países, mas em duas situações completamente distintas.

A Alemanha é um dos parceiros mais importantes que o Brasil tem, já por razões históricas. No século XIX, mais de 300 mil imigrantes desse espaço

geográfico que hoje é a Alemanha vieram para o Brasil e, sobretudo no sul do Brasil, deixaram a marca da sua presença. A Alemanha é um grande parceiro não apenas na área econômica e comercial – temos um comércio de mais de US\$20 bilhões -, mas há uma importante presença da indústria alemã aqui, no Brasil. A participação alemã foi fundamental na industrialização do nosso País nos anos 50 e 60. Temos uma grande coincidência de posições na área política. Inclusive somos membros do G4 e aspiramos, assim como a Alemanha, um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em outros temas, também temos uma grande afinidade de posições.

No próximo ano, o Brasil será o país tema da Cebit, a maior feira de tecnologia da informação do mundo. Inclusive há expectativa de que a Presidenta Dilma compareça a esse evento. Em 2013, a Alemanha vai organizar o Ano da Alemanha no Brasil, em que a Alemanha quer se apresentar perante o Brasil em seus aspectos mais modernos. Não será apenas um ano cultural, mas a Alemanha pretende se apresentar de forma renovada no Brasil. Em 2014, o Brasil será o país tema da Feira do Livro de Frankfurt, que é a maior feira do gênero no mundo. As trocas de visitas têm sido muito intensas.

Em suma, o que quero dizer é que temos uma excelente relação com esse país que, como sabemos, é hoje a locomotiva da Europa. Com essa crise financeira, com essa crise do euro que está acontecendo, a Alemanha está tendo um papel preponderante. O nosso nível de interlocução em Berlim é o mais alto possível.

Vou falar agora sobre a República Popular Democrática da Coreia, também conhecida como Coreia do Norte. A Península da Coreia é a região onde os interesses e as influências dos países mais poderosos do mundo estão mais proximamente conectados. Lá estão Estados Unidos, Rússia, China e Japão, com interesses muito próximos. Embora os Estados Unidos não pertençam à região geograficamente, lá estão presentes de forma muito intensa, militar, inclusive, desde 1945 e continuam tendo grande interesse na região renovado agora até com a emergência da China. Recentemente, o Presidente Obama anunciou que vai destacar 5 mil homens para a Austrália, onde já há bases americanas que serão reforçadas com esse novo contingente.

O nordeste da Ásia é a região do mundo onde há a maior concentração mundial de poderio militar e econômico. Ali estão as três maiores potências nucleares – Estados Unidos, Rússia e China –, lá está a Coreia do Norte, que é um país que dispõe de armas nucleares e lá estão o Japão e a Coreia do Sul, países com grande desenvolvimento tecnológico, que teriam

condições, se assim quisessem, de desenvolver armas nucleares. Nessa região, no nordeste da Ásia, estão também cinco das maiores economias do mundo: Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul e Rússia.

Essa região, o nordeste da Ásia, em particular a península coreana, está marcada por um dos conflitos de mais longa duração. Poucos conflitos se têm estendido tanto quanto a questão coreana, que tem dois aspectos: um, a questão da divisão e outro a questão nuclear da Coreia do Norte. Ali, encontramos ainda atitudes remanescentes dos tempos da Guerra Fria e, neste exato momento, pode-se dizer que estamos num impasse. Houve várias tentativas de solução desta, assim chamada, questão coreana nas últimas duas décadas, mas este é um momento de impasse e já vou retomar este assunto.

Poucos países se prestam tanto a clichês, a estereótipos ou até a preconceitos como a Coreia do Norte e a razão principal disso é o desconhecimento. Esse desconhecimento decorre, em parte, do autoisolamento que a própria Coreia do Norte se impõe e, aliás, isso não é de hoje. Nos anos de 1870, quando as potências ocidentais tentaram abrir a Coreia à força para o comércio, esse país era chamado de reino ermitão. Hoje em dia, continua essa tendência, em parte também agravado, acentuado pelo isolamento diplomático e pelas sanções econômicas a que foram submetidos nos últimos anos. Esses estereótipos acabam tendo uma influência negativa nas análises que são feitas sobre a Coreia do Norte, sobretudo no caso dos Estados Unidos e da Coreia do Sul, que são países com grandes interesses na área. Eu tive oportunidade, nesses últimos meses, de ler muito sobre a Coreia do Norte e vi como a discussão é polarizada. Acho que a grande falha analítica é justamente esta: ela vem do desconhecimento e dos estereótipos.

Nessa falha de análise vejo dois grandes pontos que eu gostaria de salientar. O primeiro é uma incompreensão sobre quais são as intenções da Coreia do Norte, o que há por trás das suas ações, como entender, qual é o ponto de vista, como a Coreia do Norte vê o mundo. Acho que deveríamos nos preocupar mais com isso e entender a visão coreana do mundo.

Outro ponto diz respeito às capacidades. Qual é a capacidade real da Coreia do Norte? Espera-se o desmantelamento ou o fim da Coreia do Norte há 20 anos. Quando acabaram a União Soviética e os países da Europa oriental esperava-se que a Coreia do Norte e até Cuba logo em seguida seriam as bolas da vez. Isso acabou nunca acontecendo. É necessário sabermos por que motivo um país pequeno, pobre e isolado consegue sobreviver até hoje. Entendo que,

justamente pelo fato de ser um país tão fechado, de ter uma legitimidade interna.

Acho que não há em nenhum país do mundo com um sistema político tão monolítico como o da Coreia do Norte. Até porque o fundador da Coreia do Norte, Kim Il-sung, afastou todos os grupos rivais logo nos anos 50 e 60, criou uma ideologia que se desviou um pouco do marxismo-leninismo que foi trazido pelos soviéticos nos anos 40 e, então, tal como já tinham feito com o próprio confucionismo – a Coreia do Norte desenvolveu o seu próprio confucionismo, o neoconfucionismo –, desenvolveu também uma ideologia própria. E a razão disso era manter a sua independência de não se alinhar. Embora sempre tivesse precisado da União Soviética e da China, eles não queriam se alinhar com nenhum dos dois.

Na verdade, essa tendência, essa política – eu diria até exitosa – tem funcionado até hoje. Ainda recentemente, em julho, o líder, que não é o presidente, mas é o líder supremo da Coreia do Norte, Kim Jong-il, fez uma viagem à Rússia justamente com o intuito de manter esse equilíbrio, porque, nos últimos anos, devido a sanções, ao isolamento, a Coreia do Norte passou a depender excessivamente da China, o que é algo que eles não desejam. Por essa razão, eles procuram equilibrar isso com o contato com a Rússia.

Nas últimas duas décadas, quando começou a questão nuclear, muitas oportunidades foram perdidas. Houve grandes avanços e grandes retrocessos e, ali, uma infelicidade, porque, no momento em que a Coreia do Sul decidiu, vendo, percebendo que uma reunificação somente poderá ocorrer no longo prazo – isso foi uma política iniciada pelo então Presidente Kim Dae-jung –, percebendo que uma reunificação nesse momento seria impossível, decidiu estabelecer, aprimorar, desenvolver as relações com a Coreia do Norte, estabelecer uma relação de confiança.

Isso se manifestou sobretudo em duas ações concretas. Foi criada não uma zona de livre comércio, mas um complexo industrial muito próximo do Paralelo 38, que não é uma fronteira, porque, tecnicamente, a Coreia do Norte ainda está em guerra com os Estados Unidos e com a Coreia do Sul. Houve um armistício em 1953. Esse Paralelo 38 é reconhecido como uma fronteira terrestre, mas a fronteira marítima não ficou definida. Inclusive, esses incidentes graves que ocorreram no ano passado estão nesse contexto de regiões do Mar Amarelo que são disputadas pelas duas Coreias.

Então, como eu dizia, duas grandes ações feitas na época da Sunshine Policy (Política do Raio de Sol), como foi batizada essa iniciativa do então Presidente da Coreia do Sul. Foi criado o Complexo Industrial de Kaesong, que fica a 10 quilômetros apenas dessa li-

inha demarcatória. Lá estão, nesse complexo industrial, mais de 120 empresas sul-coreanas e lá trabalham 47 mil empregados norte-coreanos.

Esse complexo industrial tem gerado divisas que o País tanto necessita, porque, por força dos embargos, tem grande dificuldade em realizar o comércio exterior. E lá, também, nessa mesma ocasião, foi criado um centro turístico Kumgang, cujo objetivo principal era ter um lugar onde as famílias divididas pela guerra, os norte-sul-coreanos, pudessem se encontrar. Infelizmente, houve um episódio em que uma turista da Coreia do Sul foi morta por um soldado norte-coreano, então, já há algum tempo, esse complexo está parado.

A Coreia do Norte tem proposto, com insistência, aos Estados Unidos um Acordo de paz, mesmo que fosse um Acordo provisório e um tratado, um Acordo de não agressão.

Houve dois mecanismos importantes, criados nas últimas décadas, para resolver a questão do programa nuclear norte-coreano. Um foi um consórcio chamado Kedo, pelo qual os Estados Unidos, União Europeia, Coreia do Sul e Austrália construiriam um reator para produção de eletricidade, mas que não poderia ser usado para outra finalidade. E o outro mecanismo que em tese ainda existe, mas não se reúne já há dois anos, é o grupo hexapartite, que reúne todos os países com interesse na região; ou seja, Rússia, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos. Estão num impasse.

A questão toda é que a Coreia do Norte começou o seu projeto nuclear há muito tempo. Em 1951, em plena guerra da Coreia, o comandante americano, o General MacArthur, cogitou o uso de arma nuclear contra a Coreia do Norte e a China. E, desde então, isso se tornou uma obsessão para o então líder Kim Il-sung, para que o país tivesse uma arma nuclear para se defender desses inimigos tão poderosos. Isso naturalmente não foi e não tem sido aceito pela comunidade internacional. E a Rússia então doou, nos anos 60, à Coreia do Norte um reator para testes. A partir daí é que eles começaram o seu programa. Nos anos 50 e 60, a Coreia do Norte mandou mais de trezentos engenheiros para Moscou, para estudar no prestigioso Instituto Kurchatov de Energia Nuclear. Eles têm desenvolvido esse programa ao longo dos anos, dizem eles, com essa ideia defensiva, uma vez que a Coreia do Sul e os Estados Unidos entendem, há uma grande desconfiança, aliás, há uma desconfiança mútua entre um e outro.

A Coreia do Norte tem sido exortada diversas vezes a interromper esse seu programa nuclear e nós sabemos que duas ocasiões, em 2006 e 2009, a Coreia do Norte inclusive detonou explosivos nucleares

e detém também tecnologia de mísseis. Já lançaram mísseis que, em tese, seriam capazes de transportar ogivas nucleares.

A Coreia do Norte se recusa a desarmar-se, alegando que se ela se desarma fica à mercê de um ataque americano ou sul-coreano. E ela diz mais que isso: na Coreia do Sul já não há mais ogivas nucleares norte-americanas. Durante mais de trinta anos havia mais de mil ogivas nucleares na Coreia do Sul. Foram retiradas em 1991. Mas há...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Integralmente?

O SR. ROBERTO COLIN – Porém, ao retirarem essas mil ogivas, eles têm hoje um assim chamado guarda-chuva nuclear, além de uma tropa de 37 mil soldados. Então, do ponto de vista da Coreia do Norte, ela não concorda em se desarmar se o sul continuar com a proteção do guarda-chuva nuclear americano.

O Brasil estabeleceu relações com a Coreia do Norte em 2001 e abriu uma embaixada em 2009. A ideia da abertura dessa embaixada é justamente contribuir de maneira positiva para a solução da questão coreana. O Brasil, por ter uma política externa independente, está em condições de contribuir, de ajudar a Coreia do Norte na abertura; o Brasil e outros países.

Essas relações que nós estabelecemos de comércio, em 2008, chegaram a quase US\$400 milhões, o que é algo expressivo. Hoje o comércio é bem mais baixo, são US\$142 milhões, mas ainda assim é um número superior ao do comércio que temos com parceiros tradicionais nossos, como na África, Moçambique ou Senegal; aqui, dentre os países vizinhos, Suriname e Guiana. Então esse comércio é decrescente em função até da própria situação internacional, mas o potencial é grande.

Temos um Acordo comercial com a Coreia do Norte e temos também um Acordo de cooperação técnica e esse tem funcionado muito bem. E a Embrapa está trabalhando ativamente com a Coreia do Norte no aperfeiçoamento da soja. O arroz e a soja são os dois alimentos principais da Coreia do Norte e a soja é a principal fonte inclusive de proteína na Coreia do Norte. E o Brasil, que é campeão nessa área, está fazendo um trabalho... Engenheiros agrônomos da Coreia do Norte já vieram fazer um curso aqui e técnicos nossos foram para lá. Então essa é uma área muito interessante para cooperação.

As negociações hexapartites, como eu dizia, estão interrompidas desde 2009, mas isso não tem impedido que outro tipo de contrato continue, que é a chamada Track Two Diplomacy, que é a diplomacia paralela, levada a cabo por agentes da sociedade civil, por ONGs, e isso tem funcionado de alguma maneira.

Em alguns anos, estive em Pyongyang a Orquestra Filarmônica de Nova York. No ano passado, foi inaugurada uma universidade em língua inglesa, com recursos de entidades evangélicas dos Estados Unidos, fundada por um coreano que viveu nos Estados Unidos, fez fortuna. É um projeto de alguns milhões de dólares. Então, tudo isso com o objetivo da aproximação.

No próximo ano, poderá mudar para melhor ou pior todo o panorama da região, porque, no próximo ano, será comemorado, na Coreia do Norte, o centenário de nascimento de Kim Il-sung, e é bem possível que haja uma transição, que o filho do atual líder assuma o poder. Também no próximo ano, haverá eleições presidenciais nos Estados Unidos, na Rússia, mudança de liderança na China e eleições na Coreia do Sul. Então, dependendo dessa constelação, veremos se aumentam as chances de se sair desse impasse ou não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado ao Sr. Embaixador Roberto Colin, indicado para a República Popular Democrática da Coreia.

Agora, passo a palavra ao Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone, indicado para a Nova Zelândia, cumulativamente à República de Kiribati, Tuvalu e o Estado independente de Samoa.

V. S^a dispõe dos 15 minutos habituais.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE –

Muito obrigado, Sr. Presidente, Fernando Collor; Sr^{as} e Srs. Senadores; demais presentes.

É uma satisfação estar nesta Casa com a presença de vários Senadores que acompanharam o trabalho que foi desenvolvido pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior durante o tempo em que permaneci e permaneço nessa chefia.

Eu, hoje, venho ao Congresso Nacional falar de um assunto muito diferente daqueles que me trouxeram aqui várias vezes, durante esses últimos cinco anos, primeiramente como Chefe de Gabinete do Embaixador Oto Agripino Maia, que foi o primeiro Subsecretário-Geral dessa Subsecretaria nova do Itamaraty; depois como Diretor do Departamento Consular e de Brasileiros no exterior e, desde julho do ano passado, como seu sucessor.

Eu gostaria de registrar, a propósito, meu profundo orgulho pelo que conseguimos realizar nessa área com a ajuda de muitos dos senhores, em termos de aprimoramento das atividades consulares de apoio a brasileiros no exterior. Nós implementamos um abrangente plano diretor de reforma consular, modernizamos e informatizamos tais serviços através do Sistema Consular Integrado e propusemos o texto que se transformou no Decreto nº 7.214, do ano passado, que estabelece diretrizes da política governamental para a nossa diáspora; institucionaliza o Conselho de

Representantes de Brasileiros no Exterior, que tive a honra de apresentar ao Sr. Presidente, Fernando Collor, institucionaliza também as conferências brasileiras no mundo e cria o sistema que hoje temos de uma ata que compreende todas as reivindicações dos brasileiros no exterior. Um sistema de registro, acompanhamento e prestação de contas de todos os órgãos do Governo, de alguma forma ouvidos no atendimento dessas demandas.

Eu acho que é uma obra importante. Devo dizer que o resultado dessa obra pertence muito ao Embaixador Oto Agripino Maia, que, como eu disse, foi o primeiro Chefe dessa Subsecretaria, e muito ao trabalho dos Srs. Parlamentares, do Senado em especial, que prestigiaram as conferências brasileiras no mundo e têm prestigiado essa dimensão, que é, talvez, a mais social da nossa política externa, porque mexe com pessoas, com seus problemas, como as nossas comunidades no exterior.

Eu estarei à disposição para falar sobre o assunto, embora o que me traga aqui seja um tema muito diferente: a nova Zelândia. Um país que, se tiver o privilégio de ser aprovado pelos senhores aqui e posteriormente pelo plenário, terei a oportunidade de representar com muito orgulho. É um país distante, belo, interessante, fascinante, muito diferente do Vietnã do Norte, que costuma nos despertar um misto de simpatia, admiração e até empatia, embora tão longe, tão menor e tão menos populoso do que o Brasil.

O relatório que o Senador Suplicy apresentou ao meu respeito – e aqui muito agradeço – e os textos que se encontram na pauta do último dia 10 referentes à 55ª reunião ordinária desta Comissão contém muitas informações sobre a Nova Zelândia, sobre as possibilidade que temos de explorar melhor o potencial de relacionamento, na área de investimentos, cooperação agrícola, pecuária, biotecnologia, exploração de recursos naturais. Também contém o essencial sobre os pequenos países insulares aos quais minha representação diplomática se estenderá cumulativamente. São o Kiribati, Tuvalu e Samoa.

Gostaria de assinalar algumas particularidades com relação à Nova Zelândia que, talvez, explique a nossa percepção tão positiva em relação a esse país, bem como o sentimento de que temos muito mais em comum do que apenas a idolatria nacional tão marcadamente direcionada a um esporte, o *rugby*, no caso da Nova Zelândia, o gosto e o respeito pela natureza. Há certa informalidade e tolerância que nos distinguem de outros países, digamos, mais austeros e, sobretudo, nossa clara, reconhecida e comprovada vocação para a paz.

Até por força das minhas atuais atribuições no Itamaraty, começaria por mencionar a importância que a Nova Zelândia confere à educação e o apoio que dá aos estrangeiros que para lá viajam com a finalidade de estudar. Cerca da metade da comunidade brasileira no país é formada por estudantes, contabilizados em torno de 3 mil. Temos com a Nova Zelândia um programa único de concessão de vistos de férias e trabalho para jovens dos dois países com duração de até um ano.

Gostaria também de assinalar, até em homenagem ao Senador Eduardo Suplicy, que é autor de leis e de inúmeros trabalhos sobre renda mínima básica, que a Nova Zelândia é precursora de legislação social e é considerada pioneira na instituição de salário mínimo nacional. Citamos, a respeito, uma legislação de 1896 sobre arbitramento e conciliação industrial que, anos depois, foi introduzida na Austrália, onde evoluiu, em 1907, para criar o que seria o *living wage*, salário de sobrevivência. Seria o necessário para que uma pessoa, “com um conforto frugal”, juntamente com seu cônjuge e dois filhos pudessem se sustentar.

Além de compartilharmos com a Nova Zelândia essa preocupação com o social, que aproxima Brasil e Nova Zelândia, somos também sociedades multiculturais não predominantemente brancas, como nossos vizinhos Argentina e Austrália, nossos parceiros tão próximos, importantes e com os quais, de forma similar, desenvolvemos cooperação intensa, estratégica em muitos sentidos, não obstante as rivalidades que em um caso e no outro são mais anedóticas e estão, cada vez mais, circunscritas ao plano esportivo.

Quando falamos em democracia racial, proteção de minorias, igualdade de gênero e liberdade de orientação sexual, cumpre lembrar que, na Nova Zelândia, os Moaris, que povoavam o país antes da vinda dos europeus, têm sua cultura protegida e dispõem de cotas de assento no parlamento neozelandês. A Nova Zelândia, ademais, foi o primeiro país a dar direito de voto às mulheres, em 1893, um quarto de século antes do Reino Unido e dos Estados Unidos. Lembramos também que, desde 2004, pessoas do mesmo sexo têm o direito de se casar, na Nova Zelândia. Outro fator que nos aproxima e desperta nossa admiração pela Nova Zelândia é a firmeza e coragem deste país na defesa de certas posições internacionais, como, por exemplo, sua política antinuclear, que foi estabelecida em 1984. Essa postura lhe custou depois a exclusão do pacto militar Anzus, que é a união aos Estados Unidos e à Austrália, dada a contrariedade americana diante da recusa neozelandesa de admitir em seus portos embarcações que portassem ou fossem movidas àquela energia.

A Nova Zelândia, os senhores de lembrarão, opôs-se, como o Brasil, à invasão do Iraque, embora posteriormente tenha enviado contingentes àquele país para operações de reconstrução.

Temos, assim, muitas afinidades com a Nova Zelândia, posições de política externa, não apenas em questões ligadas a desarmamento, mas também política comercial, aquecimento global, direitos humanos, paz internacional e outras.

Desde 1998, integramos com outros países a chamada Nova Agenda, que propõe o mundo livre de armas nucleares. Brasil e Nova Zelândia participam juntos de operações de paz da ONU. Somos co-presidentes do grupo de trabalho Ciência e Tecnologia do Fórum de Cooperação para América Latina e Ásia do Leste, o Focalal. E atuamos ativamente no Grupo de Cairns, com vista a reduzir restrições ao comércio mundial de produtos agrícolas.

Já estamos fazendo muitas coisas juntos, e se é verdade que a distância e outros fatores dificultam o comércio de bens, não impede, como salientou o Senador Suplicy em seu relatório, investimentos e outras formas de cooperação. As duas maiores empresas nacionais, a Petrobras e a Fondera, têm atuação num e noutro país.

As capacidades brasileiras em matéria de produção de biocombustíveis são valorizadas pela Nova Zelândia, que, por outro lado, tem nos transmitido sua experiência como modelo internacional de eficiência na gestão pública, controle de corrupção – a Nova Zelândia é um dos países melhor avaliado nesse quesito –, turismo de aventura, turismo cinematográfico, administração pecuária, produção de leite e derivados, tecnologia vinícola etc.

Podemos avançar ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E o IDH dela?

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILON – É um dos mais altos do mundo.

Podemos avançar ainda mais na cooperação em tecnologias verdes, retomar negociações sobre possível Acordo de comércio entre o Mercosul e a Nova Zelândia, dar continuidade a entendimentos visando à venda de aeronaves da Embraer, ao estabelecimento de linha aérea direta entre São Paulo e Oakland, verificar possibilidades de celebração de Acordos bilaterais sobre educação, cultura, turismo, cooperação jurídica, extradição, transferência de pesos e outros.

Essas são algumas áreas que, caso conte com o apoio de V. Ex^{as}, pretendo trabalhar dando continuidade às ações desenvolvidas hoje pela nossa representação diplomática em Wellington e sob o comando da Embaixadora Renata Stille, da mesma forma como

tem feito o Embaixador Mark Trainor, aqui no Brasil, tem trabalhado intensamente com muito êxito pelo fortalecimento das nossas relações.

Espero, então, contar com a colaboração dos senhores nessa tarefa. Gostaria de aproveitar essa oportunidade para estimulá-los a visitar Nova Zelândia com mais frequência, inclusive para dar continuidade ao intercâmbio parlamentar, que, este ano, teve como marco mais recente a vinda, em maio, do presidente do parlamento neozelandês, que foi recebido por V. Ex^a e pelo Presidente do Congresso.

Estou certo de que, com esse intercâmbio mais acentuado de visitas, nós poderemos nos conhecer melhor e identificar ainda outras oportunidades de cooperação e trabalhar para desenvolvê-las em benefício dos nossos dois países.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Eduardo Gradilone, indicado para Nova Zelândia, cumulativamente à República de Kiribati, Tuvalu e Samoa.

Há Senadores inscritos.

Senadora Ana Amélia e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caros embaixadores, começo pelo Embaixador Roberto Colin. Acho que não foi muito difícil para V. Ex^a a ida de Santa Catarina para a Alemanha, porque uma é a extensão da outra, então foi muito fácil esse desafio e realmente, como observou V. Ex^a, agora mesmo estamos observando o quanto a Alemanha tem sido um pilar no processo da crise que a Europa está vivendo. E é bom, particularmente na questão de gênero, que eu seja uma mulher e esteja lá segurando as pontas, como se diz aqui no Brasil.

Tive oportunidade de acompanhar a visita do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso a Pyonyang, na divisa das duas Coreias. Realmente, é um ambiente interessante porque é uma área acompanhada pelas Nações Unidas. Assim, gostaria de saber de V. Ex^a qual o tempo que se pode imaginar para haver um entendimento entre as duas Coreias. Isso porque hoje está muito centrado a liderança do atual líder norte coreano, mas se especulou muito sobre a questão da saúde dele e em que medida sua eventual saída do poder poderia comprometer ou facilitar esse processo de entendimento.

Para o Dr. Eduardo, nosso embaixador, V. Ex^a vai para um país maravilhoso. Também conheci a Nova Zelândia e, além da manteiga, que é de excelente qualidade, o país pode ensinar ao Brasil algumas questões relacionadas à defesa sanitária agropecuária. É um

país, como a Austrália, que tem um grande mercado de carne, principalmente de carne ovina e bovina, mas a bacia leiteira da Nova Zelândia também é uma das mais festejadas e importantes do mundo. Assim, que tipo de cooperação nessa área de agropecuária V. Ex^a imagina que possa ser intensificada com o Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Roberto Colin. Em seguida, o Embaixador Gradilone.

O SR. ROBERTO COLIN – Sr. Presidente, Senadora Ana Amélia, de fato não é possível fazer-se uma previsão de quando as coisas mudarão, porque há 20 anos se espera o fim da Coreia do Norte e isso não tem acontecido.

Como eu dizia há pouco, a situação pode mudar no ano que vem porque em praticamente todos os países envolvidos na região haverá eleições ou mudança de poder. Tudo indica que na Coreia do Norte haverá essa mudança também, porque em setembro do ano passado quando houve uma reunião do Partido dos Trabalhadores da Coreia... Embora na origem fosse o partido comunista, ele tem a denominação de Partido dos Trabalhadores da Coreia. É interessante que na falecida Alemanha Oriental também não era o partido comunista, e sim o Partido da Unidade Socialista Alemã.

Pois bem. A julgar por essa reunião do partido que houve no ano passado em que o filho do atual líder Kim Jong-il, Kim Jong-un, foi promovido a general e vice-presidente do comitê do partido e, desde então, aparece em público em todas as aparições de seu pai, tudo indica que ele deverá mesmo passar à liderança do país. A data deve ser 15 de abril, uma data muito importante na Coreia do Norte, que é a data do centenário do nascimento de Kim Il-sung.

Como esse jovem, não se sabe se tem 29 ou 30 anos, algo assim, não tem experiência em assuntos de estado, diferentemente do pai dele, que foi preparado durante 20 anos para essa sucessão dinástica – aliás, muito estranha para um país socialista, por isso exigiu realmente um grande preparo para que tivesse legitimidade. E a fonte da legitimidade é Kim Il-sung, o Revolucionário. Tanto é que o cargo de presidente não existe mais. O falecido Kim Il-sung é o presidente eterno da Coreia do Norte. O cargo principal ocupado pelo atual líder é o de presidente do Comitê de Defesa Nacional e ele é também presidente do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores.

Acho que no próximo ano, independentemente da nova constelação, vão ocorrer mudanças, sim, na Coreia do Norte. Eu tendo a acreditar que o jovem Kim, até por sua idade, deverá compor uma liderança coletiva.

Com relação às reformas, elas, na verdade, já tiveram início. É uma lenda dizer que a Coreia do Norte

é um país stalinista, estagnado, congelado. Isso não é verdade. Houve grandes mudanças nas últimas duas décadas, em particular nos últimos dois anos. Foi reativada uma zona econômica especial, a exemplo daquelas que Deng Xiaoping instalou na China no fim dos anos 70, no primórdio dessas reformas. Existe esse complexo industrial que eu já mencionei com os coreanos do sul, mas foi reativado um na região de Kaesong, que fica num porto muito estratégico no Mar Amarelo, onde há grandes interesses de russos e chineses, que está aberto a todos.

Nos últimos dois anos foi criado um comitê estatal para investimentos e *joint ventures*, e o próprio Brasil tem sido convidado frequentemente pelos norte-coreanos a participar desse processo na área de mineração, na área de prospecção de petróleo, na indústria de alimentos. Então, há espaço. Está muito claro, há um objetivo. Há vários anos eles têm dito que em 2012, o ano do centenário de nascimento de Kim Il-sung, a Coreia do Norte será um país forte e próspero.

Quanto a ser forte, pode-se dizer que é, porque já pertence ao seleto grupo das potências nucleares, embora a comunidade internacional não aceite isso – aceitou a Índia, aceitou o Paquistão, mas não aceita a Coreia do Norte.

Devem começar grandes reformas. Na verdade, elas já começaram e talvez o próprio Kim Jong-Il tenha reservado a seu filho o papel de um Deng Xiaoping, alguém que vai começar essas reformas. Elas não foram feitas até agora porque há um grande medo em relação à legitimidade, existe o receio de que caiam em contradição com a ideologia Juche.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor vai entrar, então, na terceira queda, possivelmente, de um muro, de um tipo de muro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Roberto Colin.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Gostaria de perguntar a V. Ex^a, Sr. Presidente, se não seria impertinência minha pedir a V. Ex^a para iniciarmos o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Eu submeteria à deliberação do Plenário a solicitação de S. Ex^a, o Senador Marcelo Crivella, que está baseado no §4º do art. 3º do Ato nº 1, para que seja declarado aberto o processo de votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de Acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aberto o processo de votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem votar, por favor, podem pegar as cédulas na Mesa.

Passo agora a palavra ao Embaixador Gradilone para responder as perguntas formuladas por S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO

– Sr^a Senadora, a senhora teve oportunidade de visitar a Nova Zelândia. Sendo assim, comprovou diretamente, pessoalmente, um dos aspectos mais interessantes desse país, que é a evolução das técnicas ligadas à agricultura, à agropecuária. A Nova Zelândia chegou ao ponto, inclusive, de sincronizar o cio do gado, algo que mostra o tipo de planejamento, de evolução que experimentam.

Há também o aspecto histórico. É um país muito recente, foi descoberto em meados do século XVII, mas começou a ser povoado mesmo em 1840. Tem uma vocação agrícola muito forte. Os rebanhos, as ovelhas, até o folclore do problema estufa está muito ligado à agropecuária. E nós temos desenvolvido algum tipo de cooperação nessa área. Existem, concretamente, investimentos neozelandeses aqui. A fazenda Leite Verde, na Bahia, é um investimento neozelandês. Há muito campo ainda para possibilidades.

A propósito, na semana passada ou há duas semanas, estive na Nova Zelândia uma missão catarinense para explorar a possibilidade de cooperação nessa área agropecuária e de gestão empresarial. Essa missão foi composta por funcionários estaduais e municipais do Sebrae, compreendendo fazendeiros, veterinários e cientistas. Uma série de profissionais está fazendo visitas a essas fazendas e essa cooperação já havia sido iniciada muito antes com visitas de técnicos da Embrapa e instituições congêneres, dos dois países, que estão explorando novas possibilidades de exploração.

De modo que esse realmente é um dos campos mais promissores que nós temos. Pretendo continuar a dar o tratamento prioritário que vem sendo dado pelos dois governos nesse ponto, porque é, sim, uma das áreas em que podemos ter complementaridade no sentido de trocas de experiências e de desenvolvimento de nossas próprias produções e de nossos próprios gados leiteiros ou de corte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Gradilone.

A Sr^a Senadora Ana Amélia está satisfeita com as respostas? *(Pausa.)* Muito obrigado.

Com a palavra, S. Ex^a Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Fernando Collor, cumprimento os prezados Embaixadores Roberto Colin e Eduardo Gradilone Neto, a quem quero desejar o maior sucesso possível em suas missões diplomáticas na República Democrática da Coreia, da Nova Zelândia, Kiribati, Tuvalu e Samoa.

Como o senhor esteve na Alemanha e tem acompanhado de perto o desenvolvimento de proposições e ideias, eu gostaria de lhe transmitir que ali na Alemanha começa a haver o aprofundamento do debate relativamente à proposição da Renda Básica de Cidadania. Em grande parte isso se deve à iniciativa de um grande empresário chamado Götz W. Werner, professor da Universidade de Karlsruher e diretor do Centro Internacional de Estudos e também grande empresário, uma vez que ele é o maior acionista da cadeia de *drug-stores* DM, que possui cerca de 900 lojas em todas as cidades da Alemanha, assim como também mais de umas 300 em países vizinhos, pelo menos em seis deles.

Acho que foi em 2008, quando o Presidente da Alemanha visitou o Brasil, aqui no Senado ele me apresentou o Professor Götz Werner, de quem me tornei amigo. Ele me convidou para participar em Berlim e em Karlsruher, juntamente com o professor Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz, para um diálogo sobre a renda básica, o empreendedorismo, o microcrédito e a erradicação da pobreza. O professor Götz Werner que, em 2008, publicara o livro *Einkommen für Alle* (Uma Renda para Todos), publicou, recentemente, outro livro que, pelas informações que recebo, é o número um em vendagem dentre os livros da área socioeconômica e social. E, graças a esse desenvolvimento, a pessoas como o professor Claus Offe e outros que têm debatido muito esse tema, escolhe-se a Alemanha para ser a sede do 14º Congresso Internacional da Renda Básica de Cidadania, que ocorrerá em Munique em setembro próximo.

Mas eu queria aqui transmitir a todos que também essa proposição vem ganhando força na Coreia do Sul, onde eu estive em 2007, convidado para ali falar na Universidade, no Parlamento, a pessoas do governo e em algumas entidades. E eis que, no ano passado, fui novamente convidado para o primeiro congresso da rede sul-coreana de renda básica, quando estavam representantes de trabalhadores, de sindicatos de quatro diferentes partidos políticos, os quais me convidaram para expor o tema. Alguns desses partidos estavam realizando congressos e tive a oportunidade de falar, assim como também entidades de pessoas com deficiência quiseram saber a respeito, ou seja, ali o assunto vem ganhando força.

Quando tive a oportunidade ali de falar a eles, eu disse que gostaria de propor duas sugestões para que pudesse haver o entendimento e a pacificação entre as duas Coreias. A primeira proposta é que ambas as Coreias pudessem organizar um jogo de futebol com a seleção brasileira, uma vez que o Brasil ganhou grande destaque e admiração quando foi campeão mundial de futebol na Coreia e no Japão. As pessoas ali conhecem nominalmente os jogadores brasileiros e tanto o admiram. Que pudesse o Brasil, então, organizar um jogo da seleção brasileiro com a seleção mista da Coreia do Norte e do Sul, um jogo em Seul e outro em Pyongyang.

E a segunda proposta...a Senadora Ana Amélia me dizia há pouco que na Coreia do Norte não precisa porque já existe a renda básica. Que eu saiba não tem propriamente um direito universal de todos os 24 milhões, aproximadamente, de norte-coreanos de receberem uma renda básica incondicional independentemente de qual seja o trabalho que essa pessoa está realizando e do salário. Isso é outra coisa. E que pudesse ser comum às duas Coreias.

Então, como eu falei disso na Coreia do Sul, se surgir oportunidade de falar na Coreia do Norte, eu me disponho a visitá-la também.

Gostaria de transmitir ao Embaixador Eduardo Gradilone que sinceramente acho que poderia haver muito um esforço de maior entendimento. E até fiz essas sugestões porque acho que o Brasil está em condições excepcionais, e o Embaixador do Brasil na Coreia do Norte, de não apenas realizar todo o trabalho diplomático na Coreia do Norte, mas também pensar em ações que eventualmente possam significar a aproximação das duas Coreias, o fim daquele muro que separa ambos os países, uma vez que somos um País onde pessoas de todas as origens e raças se dão bem. Por isso acho que o senhor terá condições excepcionais de colaborar também nesse propósito de aproximação e pacificação das duas Coreias.

Conversei com o Embaixador Eduardo Gradilone Neto bastante sobre esses avanços extraordinários que fazem da Nova Zelândia um exemplo notável para todos nós que queremos saber como nos aproximar de índices de desenvolvimento humano tão avançados como os obtidos pela Nova Zelândia. O senhor nos diz aqui que a Nova Zelândia foi pioneira em estabelecer um salário mínimo, mas acredito que lá também esteja se debatendo a proposição de uma renda básica diferentemente do salário mínimo. Ambos são instrumentos que podem ser complementares, mas são diferentes.

Tenho tomado conhecimento de estudantes brasileiros que têm ido para a Nova Zelândia. O senhor mencionou que há mais de 3 mil estudantes brasileiros

ali estudando; então, acho muito importante que possa ser desenvolvido esse intercâmbio cada vez mais forte e também do ponto de vista dos investimentos e do comércio. Acho importante que tenha nos dado informações sobre as perspectivas tão animadoras em que pese a distância tão grande da Nova Zelândia em relação ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy. Passo a palavra ao Embaixador Roberto Colin.

O SR. ROBERTO COLIN – Senador Suplicy, se aprovado for por esta Comissão, eu pretendo realmente me empenhar neste projeto, nesta ideia de que eu já tinha conhecimento, desse jogo de futebol. Na metade deste ano, quando houve o campeonato mundial de futebol feminino na Alemanha, eu tive a oportunidade de conhecer e conversar com o Ministro de Esportes da Coreia do Norte, que me pediu que, quando chegasse a Pyongyang, que o procurasse, porque ele acha que essa é uma área muito interessante de cooperação. Ele me dizia que lá eles querem melhorar o futebol e que querem aprender com quem sabe. Mas quero introduzir esse tema também.

Quanto ao esporte como meio para aproximar os países, o senhor se lembra da Diplomacia do Ping Pong, que conseguiu o feito absolutamente inacreditável de aproximar os Estados Unidos da China. A China, no auge da revolução cultural, com uma retórica belicosa contra os Estados Unidos, um país com bomba atômica, bomba de hidrogênio, mísseis, apoiava movimentos revolucionários internacionais, não tinha contato nenhum com Taiwan. Quer dizer, naquelas condições, foi possível um encontro com um governo republicano americano. Por isso não se pode generalizar que os republicanos são mais duros, mais radicais e os democratas, não. Atualmente, nos Estados Unidos, há um governo democrata que define sua postura, em relação à Coreia do Norte, como paciência estratégica. E isto é péssimo, essa falta de diálogo justamente neste período em que aconteceram episódios lamentáveis no ano passado.

Mas, se aprovado por esta Comissão, gostaria de convidá-lo para uma visita a Pyongyang.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP) – O senhor sabe, eu vi um filme tão bonito a respeito de como o Presidente Nelson Mandela observou que a prática do esporte, no caso do *rugby*, pôde aproximar tanto os brancos dos negros ali na África do Sul. Mais uma vez, quando a África do Sul promoveu o campeonato mundial do futebol, a última Copa do Mundo, pudemos ver quanto o esporte pode aproximar os povos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Colin, obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

Agora passo a palavra ao Embaixador Eduardo Gradilone Neto.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO

– Senador, eu queria também avocar para a Nova Zelândia a possibilidade de desenvolver atividades esportivas como instrumento de aproximação. Por coincidência, eu trouxe um exemplar dessa publicação que mostra que o *rugby* agora está também se desenvolvendo aqui no cerrado, apresentado como o irmão menos famoso do futebol. Por coincidência, essa publicação traz o perfil de V. Ex^a.

A idolatria da Nova Zelândia pelo *rugby* é algo muito comparado à nossa com relação ao futebol. A Nova Zelândia está em estado de graça porque, no final de outubro, venceu o mundial de *rugby* contra a França, em um jogo muito disputado. É muito interessante acompanhar a agonia da população inteira do país em relação às perspectivas desse jogo, inclusive com temor de que alguns índices sociais elevadíssimos, em termos de segurança da Nova Zelândia, pudessem ser reduzidos em função do desgosto nacional com relação a um possível fracasso nessa disputa. Então é algo importante, movimentar as pessoas e vai movimentar mais ainda porque o esporte se transformará em olímpico, então teremos, aqui no Brasil, um campeonato de *rugby*, quando estivermos hospedando as Olimpíadas de 2016. Poderemos também, quem sabe, desenvolver alguma coisa aproveitando o esporte.

A área educacional, como o senhor mencionou, pode ser também um grande instrumento inclusive para esse intercâmbio de experiências em matéria de renda mínima, por exemplo. A Nova Zelândia é um país muito igualitário. Claro que a Nova Zelândia mudou recentemente. Não é o país conhecido pela liderança em causas sociais. Ela passou por uma mudança. Paradoxalmente, foi com um governo trabalhista que a Nova Zelândia passou a ter um tipo de economia mais ortodoxa, digamos assim. Mas está enraizada na população essa preocupação com o social.

Acho que podemos utilizar as vias do esporte. Eu queria apresentar esta publicação, que é o Guia de Educação da Nova Zelândia, mostrando como eles combinam estudo e adrenalina. Esse é um atleta carregando uma mochila, provavelmente a caminho da escola. Então, a Nova Zelândia achou uma forma de atrair estudantes. Isso é uma fonte de renda para o país. E há todo um sistema de acomodações, que faz com que os brasileiros preencham as trezentas cotas desse Acordo nosso de visto de férias e trabalho imediatamente.

Agora, temos o desafio de trazer neozelandeses para cá, para que se beneficiem também desse Acordo. Para isso, temos também de batalhar pela instituição de um voo direto, para facilitar os contatos, e também pela difusão do português, para que possamos incentivar a vinda de neozelandeses para estudar no Brasil também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Eduardo Gradilone Neto.

Indago se algum Senador ainda não votou, se podemos declarar encerrado o processo de votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ainda não votei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ah, desculpe-me, Senador Suplicy. *(Pausa.)*

Não havendo mais Senadores que queiram fazer indagação aos nossos sabatinados de hoje, Embaixador Roberto Colin, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coreia, e Embaixador Eduardo Gradilone Neto, indicado para nos representar na Nova Zelândia, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil na República de Kiribati, em Tuvalu e em Samoa, dou por encerrada a discussão.

Todos os Senadores já votaram.

Portanto, a partir de agora, de Acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião desta Comissão será transformada em reunião secreta.

Solicito que permaneçam no recinto somente as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores e os senhores autorizados para tal.

Gostaria de designar S. Ex^a o Senador Paulo Bauer para atuar como Secretário, de Acordo com o art. 116, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e S. Ex^{as} os Srs. Senadores Eduardo Suplicy e Cyro Miranda para atuarem como escrutinadores.

(Secretada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é tornada pública às 11 horas e 31 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – *(Sem gravação.)* ... Roberto Colin, indicado para a República Popular Democrática da Coreia e o Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, indicado para a Nova Zelândia, cumulativamente com Kiribati, Tuvalu e Samoa, foram aprovados por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para os respectivos postos para os quais foram indicados por Sua Excelência a Senhora Presidenta da República.

Gostaria de agradecer a presença de ambos, desejando-lhes, em nome de todos os integrantes desta Comissão uma profícua e exitosa missão.

Muito obrigado pela presença de V. Ex^{as}.

Passamos agora à deliberação do item 6.

ITEM 6

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 194, DE 2011

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Cyro Miranda para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador e Presidente desta Comissão, Fernando Collor, e às Sras e aos Srs. Senadores pela deferência ao meu pleito.

A referida mensagem presidencial é acompanhada da íntegra do tratado e exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Destina-se a encorajar a cooperação entre instituições culturais, públicas e privadas do Brasil e Dominica, a fim de estimular o conhecimento recíproco e difundir as respectivas culturas. Esse típico Acordo de cooperação cultural pretende promover intercâmbio no âmbito das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual, da literatura, da educação cultural, da museologia, da biblioteconomia e da preservação do patrimônio cultural, material e imaterial.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, estamos certos de que a adoção desse Acordo favorecerá as relações de amizade e cooperação com a Dominica.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 194, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório apresentado por S. Ex^a o Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

De Acordo com a inversão de pauta já aprovada pelo Plenário e anunciada, vamos agora para o Item 11.

ITEM 11

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, DE 2011

Altera a Lei nº. 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para tornar obrigatória a adição de marcadores químicos nas munições e seus insumos destinados a armas de fogo.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: pela aprovação da matéria, com apresentação de uma emenda.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Cyro Miranda para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

A proposição foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual caberá o exame da matéria em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas ao projeto nesta Comissão.

Nos termos do art. 103, incisos I e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais e outros assuntos correlatos.

Em sua justificação, o autor da matéria lança mão de dados produzidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que aponta o Brasil como sexto país com maior taxa de homicídios em números totais ou de jovens.

A lista da OMS é composta por cem países. Entre 1998 e 2008, meio milhão de pessoas morreram no Brasil vítimas de homicídio. Os números indicam vetor de crescimento. Tão sério quanto esse dado, é a circunstância de igual incremento no número de ocorrências sem solução. Conforme demonstram números da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – Enasp, apresentados na justificação, dos inquéritos sobre homicídios abertos até dezembro de 2007 pelas polícias civis de todo o país, pelo menos 63.106 estavam inconclusos. Some-se a esse fato a limitação dos meios de investigação a cargo da polícia judiciária. Por conta dessas circunstâncias, foram arquivados nos últimos quatro meses no Brasil 11.282 inquéritos con-

tra 2.194 denúncias oferecidas pelo Ministério Público, segundo relata o Senador Crivella.

Pelo exposto, somos plenamente favoráveis à proposição. No entanto, apresentamos emenda de redação com o objetivo de aperfeiçoar o texto, sem macular a proposta inicial. Cuida-se de reparo quanto à técnica legislativa, pois, como determina o art. 11, III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 95, de 26 de julho 1998, para obtenção de ordem lógica na elaboração das leis, deve-se expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e as exceções à regra por este estabelecida.

Assim, no comando do art. 1º do PLS nº 607, de 2011, incluímos o § 5º do artigo 23 da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Afastamos, dessa forma, alusão a eventual Artigo 23-A.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do projeto de lei.

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 607, de 2011:

“Art. 1º. O artigo 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

‘Art. 23.

(...)

§ 5º Todas as munições comercializadas no País e seus insumos conterão, sem prejuízo de outras tecnologias, marcadores químicos, conforme definido pelo regulamento desta Lei, que aprimorem a realização de perícia”

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato a S. Ex^a, o Senador Cyro Miranda, pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação. Voltamos à nossa pauta.

ITEM 3

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 132, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para,

cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Ilhas Fiji, à República de Nauru e às Ilhas Salomão.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Paulo Bauer, para proferir seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, a incumbência de relatar esta matéria me permitiu elaborar um relatório que se encontra à disposição de todos e que apresenta detalhes a respeito do indicado e dos países para onde está sendo designado. Procurarei aqui fazer uma leitura de forma mais concisa de todo o relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor Rubem Antonio Correa Barbosa para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Ilhas Fiji, à República de Nauru e às Ilhas Salomão.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar a matéria.

Tendo ingressado na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário, o diplomata ascendeu a Conselheiro em 1991, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2008. Desempenhou funções na Chancelaria e na Administração Federal, bem como exerceu cargos de Conselheiro, de Cônsul-Geral e de Embaixador no exterior.

A República das Ilhas Fiji estabeleceu relações diplomáticas com o Brasil em 16 de fevereiro de 2006. A República de Nauru também mantém Acordo básico de cooperação técnica com o Brasil e que foi assinado em 11 de maio de 2006, em Nova York. As Ilhas Salomão que, por sua vez, ocupam um território bastante pequeno, iniciou relações diplomáticas com o Brasil através de troca de notas em 02 de agosto de 2005.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Era o que eu tinha a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Paulo Bauer, pela apresentação de seu relatório.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1/2011 desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de passarmos ao item 4, gostaria de dar conhecimento a S. Ex^{as}, Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes desta Comissão do ofício que estou encaminhando ao Sr. Embaixador Antonio Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

“Exmº Sr. Ministro,

Em face da publicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir acesso a informações, art. 1º, solicito a V. Ex^a a relação dos tratados bilaterais e multilaterais, memoranda de entendimento e outros Acordos internacionais que contenham cláusulas de confidencialidade que porventura conflitem com os termos da citada lei.

Solicito, igualmente, informar que procedimentos tenciona adotar o Ministério das Relações Exteriores quando da eventual constatação de que existe discrepância objetiva entre os tratados em vigor e a referida lei, lembrando que jurisprudência assentada no Supremo Tribunal Federal os considera como lei federal.

Lembro, por oportuno, que todos e quaisquer decretos legislativos porventura em tramitação no Congresso Nacional e cujos termos apresentem divergência com aquela lei, possivelmente merecerão análise do mérito e, eventualmente, serão retirados e reelaborados para adaptarem-se à nova realidade legal.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Eu próprio assino este ofício endereçado a S. Ex^a, Sr. Ministro das Relações Exteriores. Irei dar conhecimento também do teor deste ofício a S. Ex^{as}, os Srs. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; Presidente da Câmara Federal, Deputado Marco Maia, e a S. Ex^a, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputado Leréia.

ITEM 4

– Não Terminativo –

MENSAGEM (SF) Nº 136, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha da Senhora MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Indico S. Ex^a, Senador Paulo Bauer, como Senador *ad hoc*, a quem concedo agora a palavra para a leitura do relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB –SC) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Randolfe Rodrigues se encontra à disposição de todos os membros desta Comissão, inclusive para análise durante esta reunião. E eu procurarei cumprir a missão de relatá-lo, de apresentá-lo a V. Ex^{as}, de forma sucinta e objetiva.

O art. 49 da Constituição Federal determina que o Congresso Nacional aprove textos de Acordos internacionais. O presente Acordo, que nós analisamos, foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, uma vez que é de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional daquela Casa.

O Acordo estabelece dois regimes especiais para as localidades fronteiriças de Bonfim e Lethem entre o Brasil e a Guiana. O primeiro Acordo tem objetivos aduaneiros e o outro regulamenta questões de transporte. A análise da matéria foca que o Acordo tem 22 artigos e está relacionado com o compromisso de ambos os governos com o desenvolvimento da região fronteiriça. O ato internacional em apreço isenta dos impostos de importação e de exportação mercadorias para subsistência comercializadas, de modo exclusivo, nas localidades de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana). Aliás, é importante destacar que as duas cidades estão ligadas, agora, por meio de uma ponte que foi construída para ligar as duas cidades cruzando o rio Tacutu.

O texto define quais são as mercadorias e os artigos isentos, define também que o próprio adquirente deverá fazer o transporte dos produtos e o tratado estabelece que as partes deverão simplificar e harmonizar a regulamentação relativa aos transportes de carga, tanto público quanto coletivo, de passageiros e de passageiros de caráter ocasional.

Voto

Por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto nº 236, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Paulo Bauer. Gostaria apenas de fazer uma correção, equívoco meu. Quando passeia palavra a S. Ex^a o Senador Paulo Bauer foi para que S. Ex^a relatasse na condição de Relator *ad hoc* o item 7, como ele acabou de fazer.

ITEM 7

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 236, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável.

Relator *ad hoc*: Senador Paulo Bauer, que acabou de fazer a leitura do relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do §2º, art. 3º, do Ato nº1/2011 da Comissão de Relações Exteriores. Desculpem-me mais uma vez. Esse é um projeto de decreto legislativo. Então, levo à deliberação do Plenário o relatório que acaba de ser lido por S. Ex^a o Senador Paulo Bauer.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de Acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2011, que aprova o texto do Acordo ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana, cujo Relator *ad hoc* procedeu, há pouco, à leitura do relatório, que foi S. Ex^a o Senador Paulo Bauer.

Encaminho à Secretaria-Geral da Mesa.

Agora, sim, o item nº 4, não terminativo, que é a Mensagem do Senado Federal nº136, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam. Autoria: Presidenta da República. Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares; Relatoria *ad hoc* Senadora Ana Amélia.

Com a palavra S. Ex^a para a leitura do referido relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Fernando Collor, o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares sobre essa indicação da Presidenta Dilma Rousseff, o Ministério das Relações Exteriores envia o currículo da diplomata, que ela é filha de Mauro

Barbosa Figueiredo e Maria Antônia Fileni Figueiredo, e nasceu, em 10 de janeiro de 1950, em Areado-MG. Ela foi nomeada Terceira Secretária em 1978, após aprovação em concurso direto para a diplomacia, foi subsequentemente promovida a Segunda Secretária, em 1980; a Primeira Secretária, em 1989; a Conselheira, em 1996; a Ministra de Segunda Classe, em 2002; e a Ministra de Primeira Classe, em 2009.

Desempenhou vários cargos em várias embaixadas, todos eles desempenhados com dedicação e competência.

Ela está sendo indicada para a Federação da Malásia, que foi criada em 1963, resultando da união dos territórios recém-independentes de Malaysia, Sarawak, Borneo do Norte (Sabah) e Cingapura (que sairia da Federação em 1965). O território está dividido entre a parte sul da Península Malaia e a parte norte da Ilha de Borneo.

O sistema político malásio é a monarquia parlamentar. O Chefe de Estado é o rei, eleito, de cinco em cinco anos, entre os sultões e rajás da Federação.

A política externa do país é marcada, desde a década de 1970, pela moderação e pelo pragmatismo. Por um lado, o país tem atuado de forma expressiva no Movimento dos Países Não Alinhados e defendido o aprofundamento da cooperação Sul-Sul.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Malásia foram estabelecidas em 1959. Em 1981, foram abertas as respectivas missões diplomáticas em Brasília e em Kuala Lumpur. Em 2010, a Malásia foi o terceiro principal parceiro comercial do Brasil entre os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático, com um comércio bilateral da ordem de US\$ 2,95 bilhões. O Governo brasileiro considera que há perspectivas animadoras de exportações brasileiras nas áreas de defesa e aeronáutica.

O Brasil estabeleceu relações com Brunei em 1984, ano em que foi aberta a Embaixada do Brasil, não residente e cumulativa com a Embaixada em Kuala Lumpur. A Embaixada do Brunei no Brasil é também não residente e cumulativa com Ottawa, Canadá.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório, que, espero, tenha propiciado elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial da Srª Maria Auxiliadora Figueiredo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia e cumulativamente junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senadora Ana Amélia pela leitura do relatório.

Coloco agora em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 5 da pauta, conforme deliberado por este Plenário no início de nossa reunião, foi retirado de pauta e, em substituição a esse item, também aprovado pelos integrantes desta Comissão, ingressou como item extraordinário, em caráter não terminativo, a Mensagem do Senado Federal nº 134, de 2011.

MENSAGEM Nº 134, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Indico como Relatora *ad hoc* S. Exª a Senadora Ana Amélia, a quem concedo agora a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Fernando Collor, nosso colega Sérgio Souza gostaria de ter feito a apresentação do seu relatório, porém ele está participando como membro titular da Comissão de Meio Ambiente, onde está sendo apresentado o relatório do Senador e as emendas do Senador Jorge Viana ao Código Florestal, que é matéria relevante que esta Casa está deliberando. Portanto, com muito prazer estou substituindo o Senador E sendo, por sua designação, Relatora *ad hoc*.

O Ministério das Relações Exteriores a esta Comissão o currículo do indicado, que nasceu no dia 22 de junho de 1953, em Maceió, no Estado de Alagoas. Seu Estado, portanto, Senador Fernando Collor. Ele graduou-se em Direito pela Universidade Federal de Alagoas em 1974 e ingressou no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em 1975, por concurso público. Em 1976, principiou a carreira como 3º Secretário. Tornou-se Conselheiro, por merecimento, em 1990. Em 2005, passou para o Quadro Especial.

Desempenhou várias funções na área pública, no exterior. Foi Chefe de Gabinete na Secretaria-Geral da Presidência da República, de 1990 a 1991; Conselheiro da Embaixada em Lisboa de 1991 a 1994; Chefe da Divisão África I e II em 1994 e 1995; Chefe do Escritório da Representação no Ministério das Relações Exteriores na Região Nordeste de 1995 a 1998; Conselheiro na Embaixada do México de 1998 a 2000; Ministro

Conselheiro Comissionado da Embaixada em Praga de 2000 a 2002; Encarregado de Negócios em missão transitória em Riad em 2003; Ministro-Conselheiro Comissionado da Embaixada em Jacarta, de 2007 a 2008, e Coordenador-Geral da Fundação Alexandre Gusmão em 2008.

A República Togolesa, onde vai servir o Embaixador, cuja capital é Lomé – e aqui está especificado o tamanho do país – tem uma economia fundamentalmente agrária. O setor primário responde a 40% do PIB e emprega dois terços da população economicamente ativa. O setor de serviços corresponde, também, a cerca de 40% da riqueza nacional, ao passo que o setor secundário representa menos de 20%. No setor de serviços, o importante é a participação do porto de Lomé, o de maior calado na África Ocidental, como fator de dinamização da economia regional.

O Brasil reconheceu a independência do Togo em 26 de abril de 1960 e estabeleceu relação diplomática em 1962 com a criação da Embaixada não residente em Acra. Em 1978, os dois países abriram embaixadas residentes. Contudo, a crise institucional que o Togo passou no início da década de 90 contribuiu para inibir o aprofundamento das relações. Em 1997, razões de ordem orçamentária levaram ao fechamento da Embaixada brasileira em Lomé. No fim de 2005, o Governo brasileiro decidiu reabrir essa embaixada, o que se concretizou um ano depois. No mesmo ano, em 2005, o Governo togolês anunciou a reabertura da Embaixada do Togo aqui em Brasília, que havia sido desativada em 99. Entretanto, até a presente data, a decisão de reabrir a embaixada ainda não foi implementada.

O intercâmbio comercial bilateral se recente das limitações inerentes a um mercado reduzido, de baixo poder aquisitivo, como o do Togo que, ademais, é dominado por parceiros europeus, sobretudo França e Alemanha.

As relações de trocas comerciais do Brasil com o Togo registram volumes anuais modestos, embora crescentes. Dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior revelam que, em 1987, o intercâmbio comercial Brasil/Togo totalizou US\$1 milhão. Em 2009, as trocas bilaterais atingiram um montante de US\$66,8 milhões. Em 2009, os principais produtos brasileiros exportados para o Togo foram: açúcar de cana e beterraba, totalizando US\$51,7 milhões.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial do Sr. Miguel Gustavo de Paiva Torres, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

É o relatório do Senador Sérgio Souza que, com muito agrado, apresento, caro Presidente Fernando Collor

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, Relator *ad hoc* da Mensagem nº 134, de 2011 que coloco, agora, em discussão.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº1/2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 8

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 243, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné Equatorial para Cooperação Educacional, celebrado em Bata, em 23 de outubro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Designo como Relator *ad hoc* da matéria S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, a quem concedo a palavra para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A citada mensagem vem acompanhada da Exposição de Motivos nº 63, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 18 de fevereiro de 2010, que explica as razões por que o ato internacional em apreço foi celebrado e historia sua negociação. O referido Acordo é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional e estabelece como compromisso principal fomentar as relações bilaterais com vistas a contribuir para o mútuo desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

De estrutura parcimoniosa, versada em nove artigos, o Acordo estabelece como metas o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária, o intercâmbio de informações e experiências, especialmente relacionadas ao incremento da qualidade da educação e a formação e o aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores. As partes promoverão intercâmbios de estudantes, professores, acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas, de missões de ensino e pesquisa, a elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisa em áreas a serem definidas em mútuo Acordo e o intercâmbio de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios da Educação de ambas as partes. O fomento de intercâmbio por meio

de programa de bolsas será objeto de estudo pelas partes. Nada obstante, o ingresso de alunos de uma parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra parte segue regido pelos processos seletivos nacionais aplicados por cada parte. Assim também o reconhecimento ou revalidação de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra. A difusão e o ensino das línguas e das culturas serão objeto de promoção mútua. O financiamento das atividades previstas no Acordo será definido pelas partes por instrumentos adequados e em conformidade com as respectivas leis e regulamentos.

Trata o artigo X da entrada em vigor, da renovação e do procedimento de renúncia ao Acordo, os quais seguem as fórmulas consagradas pelo Direito Internacional.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar a respeito.

O envio do texto do Acordo, pelo Presidente da República, atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes.

Pouco numerosos são os Acordos em vigor entre Brasil e Guiné Equatorial. O artigo 4º da Constituição estabelece como princípio regente das relações internacionais do Brasil, entre outros, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. O Acordo em apreço não poderia estar em maior afinidade com as linhas de uma política externa de Estado.

Oportuna e conveniente, a proposta não onera o Estado brasileiro para além de suas possibilidades, tampouco o vincula a obrigação de cooperação no plano educacional que comprometa de alguma forma os programas acadêmicos em vigor.

Pelo exposto, manifestamos favoravelmente ao projeto por sua conveniência e oportunidade.

Este é o parecer, Sr. Presidente, emanado pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, pela leitura do relatório.

Em discussão o referido relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório. *(Pausa.)*

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 9

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 286, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Indico como Relatora *ad hoc* S. Exª a Senadora Ana Amélia, para proferir o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor. Da mesma forma, o nosso Senador Sérgio Souza está na Comissão de Meio Ambiente, na votação do Código Florestal, e faço, com prazer, a leitura *ad hoc* deste relatório.

Vou direto à análise da matéria, porque o ato internacional do qual estamos tratando visa a permitir que os dependentes de agentes diplomáticos, de funcionários consulares, de pessoal técnico e administrativo e de adidos de missões diplomáticas e consulares de uma das partes signatárias sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de Acordo com a legislação do referido Estado e, uma vez obtida a respectiva autorização, nos termos deste Acordo.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: cônjuges ou companheiros, em conformidade com a legislação de cada Estado; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que estudem em instituição de ensino superior reconhecida pelo Estado acreditado; e filhos solteiros portadores de deficiência física ou mental.

A autorização deverá ser solicitada junto ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado. A autorização será válida somente durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante junto ao Estado acreditado ou durante o período de condição de dependente ou, ainda, durante o período do contrato de trabalho. A embaixada deverá informar ao cerimonial respectivo o término da atividade remunerada exercida pelos dependentes, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

O instrumento internacional em pauta dispõe também sobre o regime de imunidades a vigorar para os

dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de Acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares ou outro ato de direito internacional aplicável, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no Estado acreditado no que diz respeito ao desempenho da referida atividade remunerada.

Fica acordado também que, no caso de delito criminal no decurso do exercício da atividade remunerada, o Estado acreditante deverá renunciar à imunidade de jurisdição penal, desde que tal renúncia não seja considerada contrária a seus interesses. Essa renúncia não será entendida como renúncia à imunidade de execução da sentença, para a qual uma renúncia específica deverá ser solicitada e será levada em consideração pelo Estado acreditante.

A autorização para o exercício da atividade remunerada terminará quando cesse a condição de dependente do beneficiário, na data em que o contrato se encerre ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente. Contudo, o prazo levará em conta um decurso de tempo razoável de adiamento, sem exceder três meses.

O Acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação tributária e de previdência social aplicáveis naquele Estado, decorrentes da referida atividade.

O Acordo não implica o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior e, no caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas que deve atender o nacional da Parte acreditada.

Ademais, o Acordo não confere ao dependente o direito automático ao emprego nem de residir no território da Parte acreditada uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente. A autorização pode ser negada nos casos em que a atividade remunerada possa ser desempenhada unicamente por nacionais, quando o empregador seja o Estado acreditado ou quando a atividade remunerada afete a segurança nacional.

O ato internacional em apreço permite o acesso ao trabalho aos brasileiros familiares dos agentes diplomáticos consulares e do pessoal técnico e administrativo das missões diplomáticas e consulares que se encontrem em missão oficial na Croácia que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional. O mesmo vale para os croatas que se enquadram nas condições do Acordo residindo no Brasil.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, o ato internacional em exame reflete a tendência atual de estender aos

dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Proporcionar espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional, e o Brasil já tem Acordos semelhantes com dezenas de países.

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2011.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a a Senadora Ana Amélia. Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 10

– Não Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 287, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral sobre Cooperação e Parceria, assinado em Brasília, em 29 de março de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Marcelo Crivella para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Submete-se à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Decreto Legislativo cuja ementa V. Ex^a acaba de descrever para nós.

O Acordo veiculado pela Mensagem Presidencial nº 691, de 2010, já foi apreciado pela Câmara dos Deputados que o aprovou e agora se encontra na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Após o cumprimento do prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

O Acordo em análise destina-se, conforme seu artigo 1º, a estabelecer relações de cooperação e de parceria em áreas a serem mutuamente acordadas, com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico, industrial, científico e tecnológico dos povos do Brasil e dos países integrantes da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

Cuidando-se, como se registrou, de um Acordo-quadro, seus dispositivos seguintes projetam essencialmente a metodologia da cooperação, uma vez que o conteúdo de cada protocolo será decidido individualmente, tendo em conta o enquadramento desse Acordo que ora apreciamos.

A cooperação será realizada por meio de formulação e implementação de políticas e programas em atividades de interesse comum e por meio de troca de informações, estágios, missões técnicas, seminários, reuniões, programas de formação e capacitação e pesquisas em áreas de interesse comum.

O Acordo tem vigência indeterminada e poderá ser emendado, por via diplomática.

Convém registrar que o Acordo insere-se na política governamental de cooperação e parceria com os países africanos. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, conhecida pela sigla SADC, para seu nome em inglês, existe desde 1992. Foi precedida pela Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, que havia sido instituída em 1980. Atualmente ela é composta por 14 países: África do Sul, Angola, Botsuana, Congo, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. A população somada é de 257 milhões de habitantes, com um produto interno bruto de 471 bilhões de dólares. Com todas as minhas homenagens do coração, já que vivi em todos esses países durante dez anos da minha vida.

Voto

Por todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Marcelo Crivella, pela apresentação do seu relatório, sendo um profundo conhecedor da África por ter lá vivido, como ele disse, por mais de dez anos, tendo o conhecimento e o sentimento daquele povo e daquela gente amiga.

Em discussão o relatório de S. Exª o Senador Marcelo Crivella. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu o Requerimento nº 1.376, 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

O art. 3º do Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, permite que sejam incluídas em pauta, devido a circunstâncias extraordinárias, as propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior.

Devido à premência do requerimento, com viagem agendada para os dias 1 a 3 de dezembro, consulto às Srªs e os Srs. Senadores sobre a inclusão na pauta de hoje do Requerimento nº 1.376, de 2011.

Aqueles que aprovam a inclusão da matéria na pauta da reunião permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão do Requerimento nº 1.376, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que entra na pauta como item extraordinário não terminativo, indico como relatora S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, vou direto à análise do requerimento do Senador Flexa Ribeiro, referindo que o art. 40 do Regimento Interno prevê que a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa, ou ainda no desempenho da missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda em seu §4º a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I do Regimento Interno, o requerente, Senador Flexa Ribeiro, comunica que estará ausente do País no período compreendido entre 1º e 6 de dezembro. S. Exª, o Senador Flexa Ribeiro, solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

O meu voto, diante do exposto e em vista da importância da missão, é pela aprovação do Requerimento nº 1.376, deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato a S. Exª a Senadora Ana Amélia, pela leitura de seu relatório.

Coloco-o em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, e coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos nossa reunião, aproveito a oportunidade para convidar os presentes à audiência pública que a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas realizará hoje às 18 horas neste mesmo plenário. O tema será “A Agricultura do Futuro”, com a presença do Dr. Kepler Euclides Filho, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa; do Dr. Zander Navarro, pesquisador da Embrapa – Estudos e Capacitação (Cecat); e o Sr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf).

Por fim, convoco as Sr^{as} e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, dia 1º de dezembro, quinta-feira próxima, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Muito obrigado pela presença das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, levanta-se a reunião às 12 horas e 17 minutos.)

ATA DA 59ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia primeiro de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Inácio Arruda e Clésio Andrade**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **Cristovam Buarque** e **Antonio Carlos Valadares**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência. São referendados, pelo Plenário da Comissão, os Despachos do Presidente ao **Requerimento nº 1326, de 2011**, de autoria do Senador **Cícero Lucena**, e ao **Requerimento nº 1327, de 2011**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 132, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à*

apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Ilhas Fiji, à República de Nauru e às Ilhas Salomão”. **Relator**: Senador **Paulo Bauer**.

Item 2 – Mensagem (SF) nº 136, de 2011, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, a escolha da Senhora MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam*”. **Relatora**: Senadora **Ana Amélia**. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 134, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa*”. **Relatora**: Senadora **Ana Amélia**. Os indicados dos itens 2 e 3 são convidados a compor a Mesa, e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Sérgio Souza, Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Suplicy**. A reunião é tornada secreta às onze horas e quarenta e nove minutos, e reaberta às onze horas e cinquenta e dois minutos. **Resultado**: apreciadas as Mensagens nºs 132, 136, e 134, de 2011. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 135, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau*”. **Relator**: Senador **Marcelo Crivella**. **Resultado**: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 242, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010*”. **Relator ad hoc**: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. **Resultado**: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 6 – Requerimento nº 1239, de 2011**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que “*requer,*

nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do visionário e criativo empresário do setor de informática STEVEN PAUL JOBS, co-fundador, presidente e, até agosto de 2011, diretor executivo da Companhia Apple, ocorrido no dia 05 de outubro de 2011, na cidade de Palo Alto, Califórnia, Estados Unidos da América”. Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 7 – Requerimento nº 1415, de 2011**, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, que “requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a participação do Senador Walter Pinheiro no “II Fórum Latino-Americano de Políticas Públicas para Internet, Comércio Eletrônico e Tecnologias Móveis: Impacto Econômico, Social e Cultural no desenvolvimento da América Latina”, que será realizado no Hotel Four Seasons em Miami, Flórida, no período de 5 a 7 de dezembro de 2011”. Relator: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: aprovado parecer favorável à matéria. **Item 8 – Requerimento nº 52, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que “requer, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, destinada a debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011 que ‘altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica’, de autoria do Senador Roberto Requião”. Resultado: aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e treze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 59ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)
– Declaro aberta a 59ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

COMUNICADOS

Crise da zona do euro

Na reunião do G-20 realizada em Cannes, França, no dia 3 de novembro passado, não se chegou a nenhuma decisão palpável para a solução da crise da zona do euro. Ao contrário do que esperavam os mercados internacionais, não houve decisão, naquela reunião, no sentido de se aportarem recursos para aliviar a crise. As esperanças no comprometimento da China com a compra de títulos europeus se frustraram, na medida em que a China, embora interessada em uma economia europeia saudável, tem adotado atitude cautelosa e continuará a aplicar suas reservas de mais de US\$1 trilhão de dólares de forma conservadora. Acresce que os Estados Unidos, que participaram de forma discreta do G-20, não veem com entusiasmo maior protagonismo da China. Os outros membros dos Bric também perceberam que não têm poder de fogo para uma intervenção na crise da zona do euro.

Após o final do encontro das vinte principais economias do mundo, tem sido ainda maior a diminuição da confiança internacional em que haja resolução rápida dos problemas europeus. As até recentemente visíveis clivagens entre os países em melhor situação como Alemanha, França, países do Norte da Europa e a chamada periferia da zona euro – Itália, Espanha, Grécia, Irlanda – ficaram menos claras quando, no dia 23 de novembro, oferta dos *bonds* alemães foi parcialmente recusada pelos investidores. Embora o governo germânico tenha declarado que o fato é normal, e existem vários precedentes, o mercado internacional, já tenso, considerou a não colocação de títulos públicos alemães como sinal de espraiamento da crise, já que os papeis alemães são considerados um refúgio seguro.

Por outro lado, o foco da crise, que se concentrava na Grécia, passou à Itália. O rendimento dos *bonds* italianos chegou a mais de 7%, taxa similar à dos países que necessitaram socorro como a Irlanda, a Grécia e Portugal. Essa taxa é considerada insustentável pelo mercado. Os rendimentos dos títulos públicos italianos exigidos pelos investidores internacionais seriam ainda maiores se não fossem as maciças aquisições do Banco Central Europeu. Deve-se ter em mente que a Itália é a terceira economia da zona-euro e, com uma dívida de mais de US\$2,5 trilhões, dois trilhões e quinhentos bilhões de dólares, e tem uma dimensão que coloca seu salvamento fora do alcance inclusive do

Fundo Europeu de Estabilização Financeira, que tinha 400 bilhões de reservas em euros, sendo aumentado para 1 trilhão de euros.

As medidas de ajuste e de austeridade fiscal exigidas pelo Banco Central Europeu, pela União Europeia e pelo Fundo Monetário Internacional têm causado uma onda de insatisfação, cujos sinais mais visíveis são as violentas manifestações de rua na Grécia e na Itália. Dado o seu nível de proteção social, padrão de vida e expectativa, os setores mais atingidos por medidas recessivas têm grande dificuldade em aceitar a regressão a uma vida mais modesta.

No caso da Grécia, com uma economia estruturalmente frágil e com um setor público muito pesado, os protestos violentos voltaram-se também contra a Alemanha, cuja ajuda envolve a exigência de medidas de austeridade muito duras. Esses protestos são o pano de fundo de uma crise política em que o Governo se vê em dificuldades para fazer com que a população aceite medidas de cortes orçamentários que a atinjam diretamente. Com maioria precária, o governo do Primeiro-Ministro da Grécia Papandreu caiu, sendo substituído pelo ex-Vice-Presidente do Banco Central Europeu Lucas Papademos.

No que diz respeito à Itália, o Primeiro-Ministro Berlusconi, extremamente desgastado, foi substituído pelo Professor Mario Monti, economista liberal respeitado que exerceu várias funções na Comissão Europeia. A substituição de Berlusconi foi resultado de intervenção direta do Presidente Napolitano, que por sua vez sofreu forte pressão franco-alemã para tomar a iniciativa de resolver o impasse provocado pela resistência de Berlusconi em deixar o governo. A troca de primeiro-ministro não acalmou os mercados, que se debatem com progressiva piora de índices tanto no caso de bolsas, inclusive as americanas e asiáticas, quanto de títulos públicos. As agências de classificação de risco têm colocado sob severa observação até mesmo a França; a Fitch, por exemplo, classificou os títulos portugueses no nível de *junk bonds*, e a Bélgica foi rebaixada pela Standard & Poor's. Também rebaixados foram os bancos italianos. Os grandes bancos internacionais já se preparam para a eventualidade de uma derrocada do euro, com a possibilidade de alguns países retornarem às suas antigas moedas [vejamos nós a que ponto a situação está tangenciando] – perspectiva impensável até o mês passado –, o que mostra a velocidade da deterioração financeira da Eurozona. Além da dificuldade de levantar recursos no mercado interbancário, o que tem levado a uma diminuição da disponibilidade de crédito, outro sinal de alarme é o alerta do Federal Reserve – o Banco Central americano – e de autoridades monetárias asiáticas, para que

os bancos sob seu controle diminuam sua exposição em euros.

Procura-se, no curto prazo, uma possibilidade clara de solução para a crise. Há uma nítida divisão entre as posições dos países mais fortes da Eurozona, a Alemanha e a França. A Chanceler Angela Merkel não aceita a adoção do Eurobond, título europeu, pois a participação de países mais fracos [segundo ela] “contaminaria” os papeis, que pagariam juros mais altos. Haveria evidente prejuízo para a Alemanha, que se tem beneficiado com o pagamento de juros mais baixos, por causa da solidez de sua economia. Merkel também reluta em aceitar maior participação do Banco Central Europeu no socorro a países endividados e defende que estes adotem políticas fiscais mais rígidas. A Chanceler alemã aceita mudanças estruturais na União Europeia conducentes ao controle orçamentário dos membros, ao estabelecimento de limites para a dívida pública, ou seja, maior rigor em termos de impostos e pensões. O Presidente Sarkozy, que apoia o Eurobond, aceita medidas estruturais, mas considera que são de longo prazo e que a situação demanda soluções urgentes. Na realidade, medidas que demandem aprovação dos estados-membros terão que ser submetidas a processo legislativo em cada país. O Banco Central Europeu, por sua vez, vinha recusando-se a intervenções mais amplas, pois seu principal escopo estatutário é o controle do valor da moeda. É uma visão conservadora, muito influenciada pela Alemanha. Por outro lado, o Presidente da Comissão Europeia José Manuel Barroso, o Presidente do Conselho Europeu Herman Van Rompuy e a titular da política externa da União Europeia Catherine Ashton encontraram-se com o Presidente dos Estados Unidos, que manifestou preocupação com a situação, reiterou que é um problema a ser resolvido pelos próprios europeus, mas que estaria atento à premente necessidade de uma participação de seu país no processo.

Deste modo, o agravamento da crise fez com que se empreendesse uma ação coordenada das autoridades monetárias dos EUA, da Europa, do Canadá e do Japão no sentido de aumentar a liquidez internacional. Assim, o Federal Reserve, o Banco Central Europeu, o Bank of England, bem como os Bancos Centrais do Canadá, do Japão e da Suíça, lançaram-se em socorro do sistema financeiro europeu. As Bolsas de Valores reagiram com altas significativas e os títulos públicos baixaram os juros. O anúncio da iniciativa conjunta, em 30 de novembro, parece ter afastado o temor de um devastador *credit crunch*, de uma falta de liquidez, que já se espraiava. Resta-nos agora aguardar e avaliar os efeitos daquela medida.

2º COMUNICADO

Primavera Árabe

A retomada das manifestações de rua no Egito, com exigências de que os militares que dominam o governo provisório estabelecido desde a queda de Mubarak deixem o poder, mostram o agravamento da insatisfação com o governo transitório. Na verdade, os militares têm tido posição proeminente no Egito desde a revolução nasserista de 1952, são um estamento muito organizado da sociedade egípcia, e têm crucial participação na economia do país. Não admitem deixar o poder na esteira do movimento rebelde, nem mesmo em decorrência do atual processo eleitoral que se iniciou no dia 28 de novembro. O início da votação para a Câmara Baixa do Parlamento foi pacífico, com comparecimento eleitoral maciço, mas o período de votação é longo e complicado, com uma mescla de votação proporcional e majoritária, devendo durar até a votação presidencial que se dará possivelmente em junho de 2012.

A Irmandade Muçulmana que criou o Partido Liberdade e Justiça para concorrer às eleições está muito bem estruturada e deve constituir o principal bloco no Parlamento, embora dificilmente seja majoritária. A Irmandade, que não participa atualmente das manifestações de rua (exceto por grupos de manifestantes mais jovens e rebeldes em relação à liderança da organização), teria feito um pacto com os militares. Esse acordo preveria a antecipação das eleições presidenciais de 2013 para junho do próximo ano, permitiria que os militares ficassem no poder até a escolha presidencial e, ademais, que orientassem a elaboração da nova constituição. O General de Campo Tantawi, líder de fato do Egito, declarou que a posição das Forças Armadas no sistema político não mudará, mesmo sob uma nova constituição. Recorde-se que o General Tantawi era muito ligado a Mubarak (que, como nós sabemos, caiu em fevereiro deste ano) e foi seu Ministro da Defesa por longos anos. Os liberais vêm com temor esse pacto entre as duas forças mais organizadas do espectro político do Egito.

O Conselho Superior das Forças Armadas manteve conversações com Al Baradei, ex-Diretor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e com Amir Mussa, ex-Secretário Geral da Liga Árabe, que são figuras de prestígio no país e, possivelmente, candidatos a presidente, em demonstração da tutela militar sobre as ações políticas egípcias. No plano externo, note-se que os Estados Unidos, muito ligados aos militares egípcios, manifestaram-se a favor de uma transferência real de poder dos militares para um poder civil. Registre-se que as Forças Armadas do Egito

recebem mais de US\$1,3 bilhão de dólares anuais em ajuda dos Estados Unidos.

Na Líbia, a captura do filho mais proeminente de Kadafi, Saif Al Islam, que provavelmente será julgado no país e não pela Corte Penal Internacional, faz com que a ameaça de uma contrarrevolução tenha praticamente desaparecido. O Conselho Nacional de Transição escolheu novo gabinete, chefiado por um empresário. É interessante notar que o novo ministério tem como titular da pasta do petróleo um ex-executivo da petrolífera estatal italiana ENI. O novo governo tem como tarefa principal a formação de um consenso entre as forças díspares e frequentemente rivais que se reuniram para a derrubada do regime de Kadafi. Essas forças continuam extremamente divididas, alimentando desconfianças mútuas. O governo deverá ainda formar um exército nacional, apesar de que a Líbia não corresponde exatamente a uma nação, sendo preponderantes as diferenças regionais e tribais, de famílias e clãs. Será necessária também a estruturação de uma força policial, empreendimento difícil, pois as diversas milícias continuam a recusar-se a entregar os seus armamentos. A organização de um Judiciário será igualmente difícil, e existem aproximadamente 7 mil prisioneiros feitos no decorrer da luta – mercenários africanos ou imigrantes negros suspeitos de terem lutado na defesa do regime do Coronel. Outro problema é a região desértica fronteiriça com o Chade, o Níger e a Argélia, sem verdadeiro controle estatal e nas mãos de tribos nômades e bandos armados. A informalidade do regime de Kadafi (que funcionava por meio de uma cadeia de lealdades) dificulta o estabelecimento de instituições modernas, que delimitam as disputas de interesses das várias facções.

A continuação da violenta repressão aos protestos na Síria fez com que a Liga Árabe decidisse (com 19 votos dos 22 membros) impor pesadas sanções, em gesto sem precedentes. Recorde-se que a Síria está suspensa da Liga Árabe desde 12 de novembro deste ano. O Iraque e o Líbano, grandes parceiros comerciais da Síria, não participarão das sanções econômicas e, como se sabe, a Rússia e a China não apoiam medidas contra a Síria. A Turquia impôs sanções, agora em 29 de novembro e estuda criar uma zona-tampão fronteiriça, preocupada com o provável fluxo de refugiados com a deterioração da crise. A situação síria é sensivelmente mais complicada do que, por exemplo, a da Líbia. Além de uma posição estratégica importante, a Síria apoia o Hezbollah e o Hamas, e é muito ligada aos xiitas iranianos. Assim, o agravamento das tensões internas se projetará além de suas fronteiras. Embora as dissensões internas ainda estejam principalmente no âmbito de manifestações de rua, já se

observa a ação de grupos armados, principalmente de desertores das forças armadas.

Em relação aos eventos ocorridos no Irã, a invasão da Embaixada britânica, na última terça-feira, marcou o momento de maior inflexão negativa nas relações da Europa com aquele país desde a ruptura das relações diplomáticas entre Londres e Teerã, em 1989. A partir daquele momento, com a proclamação da "fatwa" contra o escritor Salman Rushdie, autor do livro *Os Versos Satânicos*, as relações entre os dois países ficaram suspensas por 18 meses.

Hoje, quinta-feira, estarão reunidos em Bruxelas os Ministros das Relações Exteriores da União Europeia para discutir a delicada questão iraniana. O Reino Unido decidiu expulsar todos os diplomatas iranianos de Londres, ao mesmo tempo em que retirou seus próprios diplomatas de Teerã. Espera-se que outras medidas de resposta sejam aí anunciadas, entre as quais a interrupção das importações de petróleo iraniano. Será também discutida a possibilidade de incluir outras duzentas (200) empresas na lista de sanções atualmente em vigor.

A Noruega fechou sua embaixada em Teerã ontem, quarta-feira, alegando razões de segurança. Alemanha e França chamaram seus embaixadores para consultas, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Giulio Terzi, convocou o Plenipotenciário iraniano em Roma para exigir garantias para o funcionamento da legação italiana no Irã.

Pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, datada de 1961, o Estado acreditante, o Irã, tem a obrigação de proteger a Missão Diplomática acreditada, o Reino Unido, e seu pessoal sob o risco de violar princípio basilar do Direito Internacional.

Há previsões de fortes turbulências nas relações internacionais entre países do Ocidente e a República Islâmica do Irã.

3º COMUNICADO

Ação das Forças Armadas em nossas fronteiras.

Neste exato momento em que estamos aqui participando desta reunião, mais de 6.500 homens e mulheres das três Forças Armadas combatem ilícitos nas fronteiras com Bolívia, Paraguai e Peru. Coordenadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, as operações Ágata 3 e Cadeado cobrem 6.900 quilômetros entre as cidades de Dourados, em Mato Grosso do Sul, e Tabatinga, no Amazonas. É preciso ressaltar que cerca de duzentos homens da Força Nacional de Segurança, Funai, Ibama, Ministério da Agricultura e das polícias estaduais, Federal e Rodoviária Federal participam do esforço interagências, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado pela Presidência da República em junho deste ano.

No domingo, encerrou-se a Operação Boiadeiro, que objetivou impedir a entrada no país de rebanhos oriundos de países onde persistem focos da febre aftosa. Durante três meses, cerca de 400 homens do Exército cobriram os acessos entre os países vizinhos e os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

O Ministério da Defesa realizou, na semana passada, a primeira reunião do Comitê Executivo de Aeronáutica e Complexo da Defesa, criado no âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), do Governo Federal. Lançado em agosto, o programa visa aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor. O evento ocorreu na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em Brasília. O grupo é responsável também por consolidar propostas de políticas públicas e acompanhar a contribuição dos demais atores envolvidos, inclusive da iniciativa privada, nessas agendas setoriais.

4º COMUNICADO

Avocação de relatoria e despacho ad referendum.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, esta Presidência deseja prestar um esclarecimento a respeito dos Requerimentos nº 1.326, de 2011, e nº 1.327, também de 2011, que requerem, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que os Senadores Cícero Lucena e Vanessa Grazziotin possam se ausentar do Brasil.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, o Ato nº 4, de 2011-CRE, estabelece um rito para a apreciação dessa modalidade de requerimento por este Colegiado, no qual está prevista a designação de relator e a posterior apreciação do relatório pelo plenário da Comissão.

Lembro ainda que, apesar desta Presidência ter encaminhado ofício dirigido aos membros do Senado em 02/06/2011, objetivando manter o planejamento adequado e o bom andamento desta Comissão, sem a necessidade de quebra dos ritos ordinários por situações a serem consideradas como de caráter extraordinário, constatamos ocorrer situações que independem da vontade dos membros desta Casa e dos integrantes desta Comissão.

O Requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, que solicita autorização para ausentar-se do País no período de 20 a 23 de novembro de 2011 para participar da Assembleia do EuroLat, foi encaminhado a esta Comissão no dia 27 de outubro. No dia 9 de novembro foi recebido e anexado ao processado o ofício nº 135/2011, que solicita a viabilização da Presença do Senador à reunião mencionada.

Quanto ao Requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita autorização para ausentar-se do País no período de 08 a 13 de novembro, foi recebido no dia 27 de outubro. No entanto, não foi possível submeter o Requerimento ao rito previsto, devido ao fato de que a viagem seria realizada entre a chegada do Requerimento e a realização da reunião subsequente.

Como é necessário, por outro lado, que a Comissão se manifeste sobre as solicitações de S. Ex^{as}, esta Presidência avocou a relatoria das matérias, *ad referendum* do nosso Colegiado.

Gostaria de esclarecer que esta providência somente foi adotada diante da circunstância e urgência da solicitação.

Nosso propósito, com a edição dos Atos nºs 2 e 4, de 2011- CRE, foi o de fazer com que procedimentos rotineiros – que podem ser adotados de forma organizada e sem prejudicar o planejamento dos trabalhos – observem os devidos ritos processuais.

Para concluir o processo de tramitação dos Requerimentos nºs 1.326, de 2011, e 1.327, de 2011, resta agora, Senhoras e Senhores Senadores, submeter as decisões desta Presidência a V. Ex^{as}.

Eu peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que aprovam esses requerimentos que permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vamos iniciar a pauta do dia de hoje.

ITEM 1

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 132, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Ilhas Fiji, à República de Nauru e às Ilhas Salomão.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Paulo Bauer.

Observação: no dia 24/11/2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, para a apreciação da presente Mensagem, não é necessária a presença e sabatina da autoridade indicada, por ela

já ter sido objeto de arguição pública quando de sua indicação para a Embaixada residente.

Assim, a votação do Item 1 será feita juntamente com os Itens 2 e 3, por meio de cédula única, contendo o nome dos três indicados para seus respectivos cargos.

ITEM 2

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 136, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Sr^a MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Observação: no dia 24/11/2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 3

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 134, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Observação: no dia 24/11/2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Convido, para que tomem assento à mesa, desejando-lhes, em nome dos integrantes desta comissão, as nossas boas-vindas, a Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo, indicada para a Malásia e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam, e o Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres, indicado para a República Togolesa.

Passo a palavra à Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo, indicada, como já disse, para a Malásia, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.

A Sr^a Embaixadora dispõe de 15 minutos para fazer a sua exposição.

A SR^a MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO – Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor; Ex^{mos} Srs. Senadores, senhoras, senhores, meu nome é Maria Auxiliadora Figueiredo. Estou servindo atualmente em Abidjan, na Costa do Marfim. Mas eu vou falar sobre Malásia.

Recentemente, em artigo intitulado *Mudar a Política Externa*, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o embaixador brasileiro aposentado referiu-se ao crescente dinamismo das relações do Brasil com a Ásia para demandar maior esforço no estreitamento de nossos vínculos com os demais países da América Latina e do Caribe. No seu entender, o atual mundo sinocêntrico deveria obrigar o Brasil a redefinir a sua política externa e intensificar os laços com os vizinhos para aumentar a competitividade da economia e recuperar o crescimento da indústria nacional.

A respeito, gostaria de esclarecer que a intensificação das nossas relações com os países asiáticos não se processa em detrimento dos sólidos vínculos que mantemos com os demais países do continente.

O Embaixador Fernando Guimarães Reis, que foi meu chefe por duas vezes antes de dirigir o Instituto Rio Branco, costumava utilizar um conceito de Ortega Y Gasset, *yo soy yo e mi circunstancia*, para explicar que a América Latina é a nossa circunstância. E, com efeito, é na América Latina que nos inserimos por nossa colocação geográfica, pela condição histórica, resultado de nossa posição na comunidade internacional nas diferentes épocas de nossa existência, mas, sobretudo, pela comunhão de interesses nos fóruns internacionais.

Não creio, tampouco, que a modernização da indústria nacional dependa do aprofundamento radical dos acordos de livre comércio intracontinentais ou da abertura completa do mercado latino americano aos produtos brasileiros. Temos, nós próprios, uma população de quase duzentos milhões, grande parte ainda longe da consecução de um poder aquisitivo relevante.

E não creio, por fim, em um mundo em que a China venha a ocupar uma posição hegemônica semelhante à Inglaterra do séc. XIX e dos Estados Unidos do séc. XX, em que pese o atual deslocamento do poder econômico para a Ásia, em função do dinamismo regional impulsionado pela China. Pelo contrário, acredito que caminhamos para um mundo despolarizado, em que as potências médias emergentes exercerão, cada vez mais, um papel preponderante, em benefício de uma crescente e muito necessária democratização das relações internacionais.

É nesse sentido que a possibilidade de servir na Malásia me atraiu quando me foi apresentada. Trata-se de um pequeno país, menor do que o Maranhão em tamanho e menor que o Estado de São Paulo em po-

pulação e em Produto Interno Bruto. Tem, porém, uma voz atuante na comunidade das nações, por advogar a moderação e, muito especialmente, o multilateralismo.

A Malásia foi membro criador da Asean, associação de mais de 40 anos, que hoje congrega dez países, 600 milhões de habitantes e um PIB conjunto maior do que o da Índia, da ordem de US\$1,8 trilhão de dólares.

As circunstâncias da Malásia são o Estreito de Malaca, ou Málaga ou Malaca, principal ligação entre os oceanos Pacífico e Índico e o Mar da China Meridional, que separa o país em duas partes. Comerciantes da Arábia, África, Pérsia e dos reinos da Índia cruzavam o estreito de Malaca em tempos imemoriais, levando e trazendo utensílios de vidro, produtos de algodão, cânfora, brocados, marfim, sândalo, perfumes, seda, pedras preciosas, especiarias e até elefantes. No séc. VI, o porto de Kedah, no estreito, na região noroeste da Malásia, já era conhecido por oferecer acomodações aos navegantes e por cobrar tributos pelos produtos que eram transportados para o leste da península. Hoje se calcula que ainda passa pelo estreito aproximadamente 1/4 do transporte mundial de petróleo; mais da metade do transporte marítimo mercante; cerca de 1/3 do mercado marítimo mundial. O petróleo que passa atualmente pelo estreito de Malaca é 6 vezes superior em quantidade ao que atravessa o Canal de Suez e 17 vezes superior ao que transita pelo Canal do Panamá. Compreende 60% das necessidades de energia do Japão e da Coreia do Sul e 80% das importações de petróleo cru da China.

Se o império indígena de Srivijaya pôde controlar toda a região e o comércio marítimo entre a Índia e a China do séc. VII ao séc. XV, como se crê, o mesmo não ocorreu a partir de 1511, após a tomada do Sultanato de Malaca pelos portugueses.

Aos portugueses, seguiram-se os holandeses, que ocuparam a região de 1641 a 1824, quando a península malaia foi cedida à Inglaterra. Antes ainda de sua independência dos ingleses, em 1957, a Federação da Malásia foi ocupada pelos japoneses, durante a II Guerra Mundial, de 1942 a 1945.

O alto teor estratégico da região continua atual, mas não apenas em função da relevância do Estreito. Estima-se que o Mar da China Meridional, rico em recursos pesqueiros, poderia suprir um décimo da necessidade mundial de frutos do mar, e as reservas de petróleo e gás, em seu subsolo, se desenvolvidas, são consideradas semelhantes àsquelas do Kuwait. Não é de admirar-se, portanto, que as Ilhas Spratly – um arquipélago de, aproximadamente, 750 ilhas – sejam disputadas por cinco países ribeirinhos, entre os quais a China, que as abarca todas em seus mapas escolares.

Recentes incidentes provocados pela Marinha chinesa contra barcos vietnamitas e filipinos assustaram os países asiáticos, mas não só do Mar do Sul da China. Houve também incidente com o navio da guarda costeira japonesa no Mar do Leste, nas proximidades das ilhas disputadas pelos dois países, conhecidas por Senkaku, no Japão, e Diaoyu, na China.

No ano passado, a Secretária de Estado Hillary Clinton afirmou, em reunião regional, que a estabilidade do Pacífico constitui interesse nacional dos Estados Unidos, potência residente.

Em novembro último, a Sr^a Clinton publicou artigo na revista *Foreign Affairs*, intitulado *America's Pacific Century* (Século do Pacífico para a América), insistindo ser a manutenção da paz e da segurança na Ásia e no Pacífico crucial para o progresso global.

Em visita à região, agora em novembro último, o Presidente Barack Obama bateu na mesma tecla, afirmando, em Honolulu, Darwin e Bali, que os Estados Unidos estão lá para ficar.

A nova atenção dispensada por Washington à região tem raízes econômicas estratégicas. Responde, igualmente, aos anseios dos países ribeirinhos no sentido de continuar a contar com a Pax Americana ou a contenção dos Estados Unidos no Pacífico para o caso de a China resolver extrapolar. Embora a disputa entre os dois gigantes nos pareça longínqua, nossos interesses econômicos na região não são desprezíveis. A Vale, por exemplo, deverá investir US\$4,5 bilhões em instalações portuárias na Malásia, configurando o maior investimento de uma empresa brasileira na Ásia.

A Ásia se tornou a primeira parceira comercial do Brasil, superando a União Europeia e os Estados Unidos. O comércio bilateral apenas com os países da Asean é da ordem de US\$13,3 bilhões em 2010. No último dia 16, o Brasil, na pessoa do Ministro Antonio Patriota, foi o primeiro país latino-americano a assinar a Declaração de Adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático.

Caso V. Ex^{as} aprovem minha designação para a Malásia e o Sultanato de Brunei, será dos nossos interesses que estarei cuidando, mas não só dos econômicos, como o crônico déficit comercial ou a questão do valor agregado em nossa pauta de exportações. Gostaria de continuar a explorar a cooperação bilateral, nas mais diversas áreas, desde a produção de biocombustíveis, já que a Malásia detém tecnologia para a produção de biodiesel a partir do óleo de palma, até o intercâmbio na área acadêmica e na pesquisa em ciência e tecnologia.

Com o Brasil, somos dez os países latino-americanos representados em Kuala Lumpur. Creio que, juntamente com os colegas do continente, deveremos

reforçar e buscar novas formas de interação com os países da Asean no Concerto das Nações e em organismos multilaterais.

Sobre um eventual confronto entre a China e os Estados Unidos, em encontro com jornalistas após a última reunião da Asean, o Primeiro-Ministro da Malásia, Najib Razak, manifestou acreditar que os dois países, Estados Unidos e China, podem ter diferenças de opinião, mas certamente compartilham os mesmos princípios fundamentais. Afirmou que ambos querem cooperar com a Asean para manter a região em paz e gerar crescimento econômico. Se realmente acredita no que diz ou se estaria apenas contemporizando, não sei dizer, mas a lógica do raciocínio salta aos olhos. Uma Ásia cada vez mais próspera convém a todos, não só no Pacífico, da mesma forma que nos interessam também a paz e a prosperidade na América Latina e nos países ribeirinhos do Atlântico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado à Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo, indicada para a Malásia e cumulativamente junto ao Sultanato de Brunei.

Passo imediatamente a palavra ao Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres, indicado para a República Togolesa.

Quinze minutos, Embaixador, para a sua exposição.

O SR. MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES

– Ex^{mo} Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor de Mello; Ex^{mos} Srs. Senadores, Ex^{mas} senhoras e senhores, gostaria de fazer um agradecimento particular ao Senador Sérgio Souza e à Senadora Ana Amélia, pela participação no relatório da minha indicação, e quero apresentar a V. Ex^{as} um pouco da minha impressão sobre todo o trabalho que poderei desenvolver caso aprovado por esta eminente comissão.

A República Togolesa, como os senhores sabem, é um país de pequenas dimensões. Tem 57 mil km², é mais ou menos do tamanho do Estado da Paraíba. Conta com uma população de 7 milhões de habitantes e tem uma etnia majoritária, a etnia jeje, que deu grande contribuição ao Brasil.

É um país que está inserido num contexto regional mais amplo, a Comunidade Econômica dos Países da África Ocidental, a união econômica e monetária da África Ocidental, e desempenha um papel estratégico muito importante na região. Apesar da sua pequena dimensão, ele tem uma grande importância estratégica e, para o Brasil, pode ser um ponto de apoio muito importante na África Ocidental.

A política do Estado brasileiro está completando praticamente o mesmo tempo de independência dos países africanos, 50 anos. Já em 1962, dois anos após a independência do Togo, nós já reconhecíamos, já estabelecíamos relações diplomáticas com a República Togolesa. Então, já temos uma história diplomática. Instalamos a embaixada apenas em 1978, mas tínhamos um relacionamento constante. Eu mesmo pude ir ao Togo em 1977, quando trabalhava como Secretário da Embaixada do Brasil em Abidjan. E, nesse momento, a Embraer fez a primeira grande venda de aviões para o continente africano. Foi adquirido justamente pelo governo do falecido Presidente Gnassingbe Eyadema.

Aquela venda daqueles aviões na época... Por isso, logo depois, nós abrimos a embaixada no Togo. Aquela venda teve uma grande repercussão para a imagem do Brasil e disseminou uma presença muito marcante. Já estávamos, naquela época, num processo muito avançado de consolidação da presença brasileira na África Ocidental. Na Costa do Marfim, nós já tínhamos inaugurado o Banco do Brasil, tínhamos inaugurado o Banco Real, a Varig estava se instalando, havia um relacionamento do café e do cacau muito importante, e nós já tínhamos também na Nigéria uma presença muito forte. Então, essa venda de aviões para o Togo, em 1977, marcou uma imagem diferenciada do Brasil como produtor de produtos importantes, de valor agregado, e, evidentemente, isso ainda numa fase em que estávamos com uma estrutura incipiente de comércio exterior, muito inicial.

De lá para cá, nós só fizemos aprofundar e aumentar o nosso relacionamento com todo o continente africano. Caso V. Ex^{as} me deem a honra de ser Embaixador do Brasil na República Togolesa, eu vou fazer parte de uma grande equipe, que é a equipe dos meus colegas que estão lotados nos postos africanos, que, juntamente com a Subsecretaria de Política e o Ministro de Estado, é quem dirige a nossa política africana. Então, o que posso fazer é ser uma peça nessa grande estrutura que foi montada ao longo de 40 anos pelo Ministério das Relações Exteriores para contribuir localmente – como eles dizem, pensar global e agir local – no Togo, em função dessa política mais ampla do nosso Ministério das Relações Exteriores.

Aliás, eu queria salientar que, semana passada, nosso Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, participou, em Malabo, na África, da 4ª Cúpula América do Sul-África. Ora, a principal revista francófona de circulação na África francófona, *Jeune Afrique*, dedicou ampla matéria a essa reunião de cúpula, salientando que a cúpula América do Sul-África, na verdade, havia sido uma cúpula Brasil-África, porque a presença do Ministro das

Relações Exteriores havia sido dominante em toda a cúpula e que, na verdade, o interesse de todo o continente africano se voltava para o Brasil. Essa matéria, que teve muito relevo, chama-se “O Brasil gigante com influência crescente na África” e foi publicada semana passada na *Jeune Afrique*.

É evidente que temos aí duas grandes... Estive três anos morando em Abidjan, na Costa do Marfim, depois, dediquei grande parte da minha carreira aos assuntos africanos, por uma opção pessoal, é um gosto pessoal, é um amor pessoal pela África. Fui chefe da Divisão da África I, chefe da Divisão da África II, trabalhei com os profissionais africanos na Agência Brasileira de Cooperação, participei da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa quando estava em Lisboa. Então, tenho grande carinho pela África. Foi meu primeiro posto, onde aprendi muito, com meu primeiro chefe, Embaixador Marcos Coimbra, naquela época, que é minha referência como representação diplomática.

Portanto, tenho esse desejo de continuar implementando um trabalho de aprofundamento dessa relação.

Comecei, inclusive, minha carreira, com o Embaixador Ítalo Zappa, trabalhando no Departamento da África, durante o Governo do General Geisel, logo no início dessa grande abertura para a África.

Ao longo do tempo, primeiro, tivemos uma presença de representatividade política, porque tínhamos que levar à África a imagem de que nós, também, éramos um país africano em essência, que a África estava em nós, a África está na nossa cultura, está na nossa presença. Aos poucos, essa imagem foi amplamente divulgada e absorvida na África. Já era muito presente por causa do futebol, que sempre foi uma grande paixão na África, mas ela se consolidou ao longo do tempo. Apesar de todos os problemas sociais que temos, é reconhecido na África que o Brasil é um país multirracial, um país de convivência multirracial. Inclusive, na época em que existiu o sistema do *apartheid* na África do Sul, o Brasil era um grande contraponto, mostrando como um país com a elite predominante branca podia conviver pacificamente e com igualdade de direitos com a população de origem negra e africana. Isso tinha uma grande repercussão na África.

Posteriormente, começamos a levar para a África nossas vantagens competitivas em diversos setores, como a agricultura. À Costa do Marfim mesmo, na época, levamos o projeto da soja, da cana-de-açúcar; na Nigéria, mandioca. Foram vários projetos que foram sendo levados, dentro da nossa competitividade e também similaridade de clima, de solos, de estágio tecnológico.

Depois, passamos a ter penetração com as grandes empresas, as grandes empreiteiras, que hoje é uma grande realidade. Em Maputo, por exemplo, em Moçambique, estamos com uma carteira de quase US\$5 bilhões. A Vale do Rio Doce já tem uma carteira de aproximadamente US\$5 bilhões.

Na Guiné-Conakry há uma perspectiva muito importante também.

O Togo é o quarto maior produtor do mundo de fosfato. Tem uma estimativa de dois bilhões de barris de reserva de fosfato, fosfato carbonatado, que é de extrema importância para a indústria dos fertilizantes – portanto, para a agricultura. Essa indústria está neste momento em processo de reestruturação e de modernização. Por quê? Porque o Togo passou, em torno de 15 anos, de 1992 até 2007, completamente marginalizado da comunidade econômica internacional e boicotado, por déficit democrático, pela União Europeia, França, Alemanha, e contou apenas residualmente com investimentos chineses.

A partir de 2006, houve uma articulação política interna que permitiu, pela primeira vez, que todas as forças do Togo se reunissem em um governo de coabituação. Ganhou um grande respaldo da comunidade internacional, FMI, Banco Mundial, teve a sua dívida externa, que era de 400% do PIB, 90% perdoada e voltou a ter créditos importantes da União Europeia, da França, da Alemanha, do Banco Mundial, do FMI e, neste momento, há um novo momento econômico no país, em que há um grande processo de privatizações, setores bancários, porque o Togo, que era conhecido como a pequena Suíça nos anos 60, sofreu um processo de degradação por todos esses anos fora do circuito internacional.

Agora, neste novo momento, a cidade de Lomé virou um grande canteiro de obras. No porto de Lomé, que é o segundo maior porto da África, já está construído o terceiro cais e vai permitir a passagem de grandes navios pós-Panamax, que vêm da Ásia. Temos na frente de Lomé o porto de Suape, no Recife; temos o porto de Pecém, proporcionando uma importante proximidade geográfica com toda a região Nordeste e é um ponto logístico de grande interesse.

Há uma atividade econômica muito forte, há grandes investimentos em Lomé. A comunidade internacional voltou a apoiar fortemente. Há uma grande estabilidade política; os velhos atores rivais de décadas sentaram à mesa e estão governando juntos. O atual governo conta com sete ministros da oposição histórica, a grande maioria do governo é jovem. São todos grandes tecnocratas formados nos Estados Unidos, Inglaterra, França, na faixa de 40 anos, 50 anos de idade, e com muita vontade de levar o Togo para frente.

Acho que, se os senhores me aprovarem, chegarei num momento muito especial do Togo e, dentro desse conceito mais amplo da política externa do Ministério das Relações Exteriores, tentarei fazer o melhor possível, usando a experiência que adquiri ao longo da minha jornada diplomática em território africano.

Queria também dizer – porque estou vendo o Senador Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco, onde temos um grande polo têxtil, em Caruaru – que viajei por muitas capitais africanas, conheci quase todo o continente africano, e ficava sempre muito impressionado, porque o grande comércio varejista da África era todo libanês, absolutamente libanês, e encontrava uma grande gama de produtos brasileiros e aqueles produtos não eram exportados pelo Brasil. Ora, interessante, porque os libaneses ou moraram no Brasil ou têm familiares em São Paulo. Mas o que eles fazem? Os nossos produtos são muito mais competitivos na África porque atendem a uma camada popular de nível aquisitivo parecido com o nosso, as nossas classes B e C. Então, o que acontece? Os libaneses importam do Brasil para o Líbano e do Líbano reexportam para a África ocidental. E todos esses produtos são vendidos.

Quero dizer que há uma grande oportunidade para pequenas e médias empresas na África, em vários setores: têxtil, moveleiro, cerâmica, construção civil, alimentos. Tudo isso é possível fazer. A deficiência estrutural que nós temos, de transporte, seja aéreo, seja marítimo, é de tal forma que, a longo prazo, em algum momento, terá de haver um fluxo direto de comércio com a África. Não é possível permanecer com um fluxo indireto, via Europa, via Bélgica, via Paris.

Então, Ex^{mo} Sr. Presidente Senador Fernando Collor...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por que essa triangulação dos libaneses – São Paulo, Brasil, Líbano e Togo? Por que não fazem direto? Os libaneses são tão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Senador Aloysio Nunes fazendo uma indagação ao Embaixador Miguel Gustavo.

O SR. MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES – Exatamente porque esse é um comércio pequeno. É um comércio pequeno, familiar, de varejo, e não é um comércio de grandes cadeias, de grandes redes de supermercado, essas sim, ainda praticamente monopolizadas pelas grandes redes europeias.

Esse grande comércio varejista, que se espalha por toda a África, por todas as capitais e que é enorme, vem de pequenas compras que são feitas normalmente para o Líbano, e do Líbano passam para lá, em uma relação familiar.

Perdão. Eu gostaria muito de agradecer. Deixarei aos senhores qualquer indagação que porventura tenham.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres, indicado para a República Togolesa.

Encerrada a fase da exposição da Sr^a Embaixadora e do Sr. Embaixador, passamos às formulações e indagações das Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, iniciando com S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou começar pelo Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres, que vai para o Togo. Tive o prazer de ser relatora *ad hoc*, porque, no dia, o Senador Sérgio Souza estava envolvido com a questão do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente.

O senhor falou muito dessas questões potenciais. No caso desse comércio de que o senhor falou para a abertura de mercado aos têxteis, como o senhor conhece muito bem a África, hoje, se o senhor for a Goiânia, do nosso Senador Cyro Miranda, vai ver muitas angolanas e moçambicanas que fazem esse comércio. Na produção têxtil, de confecções especialmente – em Goiânia há feiras muito famosas –, elas trazem as sacolas e levam porque é mais barato e fazem um bom comércio, vendendo. Isso também acontece especialmente nos países de língua portuguesa. É surpreendente como acontece isso. Elas experimentam as roupas na feira e levam para esses países. Realmente, confirmando apenas que o Brasil poderia exportar diretamente, com pequenas empresas fazendo esse trabalho que o senhor menciona aí.

Eu queria chamar a atenção para esses países africanos, que têm 37 etnias. E, como há essa diversidade, tenho curiosidade sobre a questão da segurança institucional e política desses países. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que o senhor mencionou também o que interessa muito ao Sul do País e a todo o País, que é a questão dos fertilizantes. O Brasil ainda é dependente hoje de matéria-prima para a produção de fertilizantes. Nesse caso, como as reservas do Togo são muito expressivas, qual seria o melhor caminho, Embaixador: o Brasil fazer *joint venture* e produzir lá ou continuar trazendo a matéria-prima e produzir aqui? Qual seria, digamos, estrategicamente, o melhor espaço?

Ainda na agricultura, há a informação vinda do Itamaraty, fazendo referência a acordos que foram feitos, como um projeto de apoio do Instituto Tогоlês de

Pesquisa Agrônômica, cujo objetivo é apoiar a política de modernização da agricultura daquele país, mas não faz referência nenhuma à Embrapa, que já está instalada, com escritório, em Acra, se não me engano. Não seria tão perto o país de fazer a cooperação entre as duas empresas ou esse instituto do Togo em relação a isso?

Então, essas são as minhas questões para o senhor.

Eu acho que já posso fazer para a Embaixadora.

Embaixadora, também tive o prazer de relatar, e a curiosidade que tenho é quanto às questões relacionadas ao comércio.

A Malásia está entrando na *circumvention* ou na triangulação, especialmente de produtos vindos da China. O Brasil venceu, na OMC, uma guerra comercial por conta dos calçados esportivos. Foi aplicada uma sobretaxa de US\$13.85, e a China, com a esperteza comercial que lhe caracteriza, começou a enviar o mesmo calçado para a Malásia por outros países vizinhos que entram no Brasil. Agora, se não me engano, o Itamaraty, o Ministério de Comércio Exterior também já está entrando para evitar que isso continue. Isso foi muito prejudicial à indústria coureiro-calçadista no nosso Estado.

A Malásia também é um potencial importador de carne, tem interesse no meu Estado, o Rio Grande do Sul, que é um grande produtor. Já exportamos animais vivos para o Líbano, grandes quantidades – vão por navio; carne bovina – refiro-me a bezerros e animais adultos também. Não houve abertura ainda para a carne de frango, da qual o Brasil é o segundo maior produtor-exportador. Quais são as chances que temos disso? Porque eles, como são muçumanos, exigem um tipo de abate segundo o rito determinado pela religião, o que impõe ao frigorífico fornecedor a adoção de todo esse rito, com fiscalização dos líderes religiosos ou responsáveis. Não é uma questão sanitária, é uma questão do ritual religioso.

Eu queria um comentário da Sr^a Embaixadora a respeito dessas questões.

E também, finalmente, sobre a questão do biodiesel. Eles produzem óleo de palma, são grandes exportadores, e a matéria-prima do Brasil é soja, basicamente, e algumas outras poucas. De que forma poderemos cooperar, Brasil e Malásia, nessa matéria?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Cyro Miranda.

As perguntas serão respondidas posteriormente pela Sr^a Embaixadora e pelo Sr. Embaixador, em conjunto.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente.

Senador Fernando Collor, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, eu perguntaria, inicialmente, ao Embaixador Miguel: o Brasil tem projetos de cooperação técnica com a república togolesa em andamento; um deles é o projeto de fortalecimento institucional na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Dada a importância da iniciativa, pergunto: em que estágio de implantação encontra-se o projeto e que resultado produziu no sentido de coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes no Togo?

Para a Embaixadora pergunto: em 2010, realizou-se uma visita a Kuala Lumpur pelo então secretário-executivo do Ministério do Comércio e Indústria, Sr. Ivan Ramalho, que chefiou uma comitiva empresarial; quais os resultados dessa reunião e que possibilidade existe, no entender de V. Ex^a, para que o Brasil mude o perfil de sua pauta exportadora para a Malásia, hoje concentrada em produtos primários?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cyro Miranda.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu queria propor a V. Ex^a, porque estamos hoje numa correria danada devido aos relatórios setoriais do Orçamento, sugerir se V. Ex^a poderia abrir a votação, até porque eu vou ter que me deslocar para uma reunião com os líderes das bancadas. Sei que outros Senadores também devem ter várias atividades aqui ao mesmo tempo. Pergunto se V. Ex^a poderia abrir a votação, em função dessas outras atividades.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador Delcídio do Amaral.

O Senador Delcídio do Amaral pede que seja aberto o processo de votação, conforme o § 4º do art. 3º do Ato nº 1 desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que diz: “Excepcionalmente, ouvido o Plenário da Comissão, o Presidente poderá determinar o início do processo de votação do relatório antes do final da arguição do indicado”.

Coloco em votação o requerimento verbal apresentado por S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a abertura do processo de votação imediatamente permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação para os Itens 1, 2 e 3 da pauta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que quiserem fazer uso do voto, por favor, podem vir à mesa para obterem as suas cédulas.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza, continuando a indagação à Sr^a Embaixadora e ao Sr. Embaixador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^a Embaixadora Maria Figueiredo, Sr. Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres, primeiramente, quero agradecer à Senadora Ana Amélia por ter despendido o relatório em relação ao Embaixador Miguel, da República do Togo.

Tenho acompanhado as audiências de inquirição de V. Ex^{as} perante esta Comissão e tenho observado que muito se fala em relação às relações comerciais que o Brasil tem com os países onde temos embaixadas. Percebi também que, nos últimos anos, o Brasil intensificou muito a criação de embaixadas em países até mesmo com pouca densidade populacional ou tamanho geográfico pequeno, como é o caso da Malásia. Conforme observei, são 407 mil habitantes, salvo engano, naquele território.

Verifiquei também que, no Togo, nos últimos 20 anos, houve um acréscimo de relações comerciais entre o Brasil de US\$1 milhão para próximo a US\$69 milhões, de 1987 a 2009.

Mas, além dessas ações brasileiras intensificando as relações comerciais, isso tem surtido o efeito necessário, porque a balança, tenho observado, é muito favorável ao Brasil, principalmente em relação ao Togo. É lógico que, com o incremento e com a expansão da agricultura no território brasileiro e, principalmente, pelo aumento da produtividade na agricultura, a demanda por fertilizantes é cada vez maior. Temos descoberto algumas jazidas aqui no Brasil, em Estados como Sergipe e Pará, mas somos muito carentes de fertilizantes e as exportações também vindas de países como o Togo são essenciais.

A minha pergunta é: além das relações comerciais, qual é a finalidade também de o Brasil marcar posição nesses territórios como a África e a Ásia? Qual a importância disso no que diz respeito às relações exteriores do Brasil, no momento em que o Brasil busca assento definitivo na ONU, no Conselho de Segurança? O que se constrói é importante para o Brasil, dentro de uma visão futura de ocupar um espaço de comandante de uma economia em que se quer ser não só economicamente a sexta economia do mundo, mas, de direito, ser a sexta economia do mundo, no momento em que possa também opinar, de forma

incisiva, sobre as ações e decisões que movem esse Planeta como um todo?

Eram essas, Sr. Presidente, as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

Antes de passar a palavra à Embaixadora Maria Auxiliadora, S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy tem perguntas a dirigir à senhora sabatinada e ao senhor sabatinado.

Senador Aloysio, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu gostaria de fazer uma indagação aos nossos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pode perguntar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, desculpe! V. Ex^a estava na minha frente?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pode perguntar. Por favor. Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – São Paulo se entende. (Risos.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – São Paulo se entende.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que, realmente, fiquei muito bem impressionado com o conteúdo das apresentações, que demonstram uma vivência longa nas questões diplomáticas e também conhecimento dos países para os quais estão designados para representar o nosso País.

Uma primeira pergunta ao Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres a respeito da presença da China na África. O senhor tem uma longa vivência dos assuntos africanos desde os anos 70. O senhor evocou aí a figura do Zappa, com quem trabalhou. Como é que o senhor observa a presença da China hoje na África, em particular no Togo? Assim como muito se comenta a respeito de uma linha de política externa chinesa, que consistiria na busca do aprofundamento de relações e em uma extensão da sua área de influência econômica, cultural e política na África, como também seu interesse de fazer em fazer da África uma fonte importante de aprovisionamento de matéria-prima e de produtos básicos. A minha indagação é: como é que o senhor vê hoje essa presença chinesa, eventuais conflitos com a política brasileira, como é que isso se relaciona no continente africano, especialmente no Togo, para onde o senhor irá?

Em relação à Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo, também há uma pergunta relativa à China. A senhora passou rapidamente sobre uma possibilidade de fricção entre interesses americanos e interesses chineses nesse ponto tão estratégico, nesse nó de relações econômicas, comerciais e políticas para onde a senhora irá representar o nosso País. Se a senhora pudesse desenvolver um pouco mais esse tópico, eu agradeceria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Agora passo a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, prezada Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo, Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres, eu, também como os meus Colegas, fiquei muito bem impressionado com o histórico de ambos e o conhecimento que têm dos países onde representarão o Brasil.

Ainda nesta semana, no programa Profissão Repórter, houve um programa muito interessante sobre as manifestações que ocorrem em quase todos os continentes, como o “Ocupe”, em Nova York, os “Indignados”, em Londres, em Los Angeles, em Atenas, na praça principal do Cairo. Enfim, em dezenas de cidades, a população está se manifestando. E, nos países árabes, por exemplo, há como que um vento de democratização.

Eu agradeço muito se puderem ambos nos dizer um pouco sobre como é que estão os respectivos Governos do Togo e da Malásia no que diz respeito às formas democráticas, que constituem uma inspiração hoje dos povos da humanidade, inclusive de nós, brasileiros. Não conheço tão bem como é hoje a natureza do Governo da Malásia ou de Brunei Darussalam, assim como do Togo, e agradeço se puderem nos informar.

Observo que a Malásia tem, em que pese as recentes crises econômicas que atingem praticamente todos os países, taxas de crescimento na economia que continuam bastante altas, pelo que aqui recebemos de informações: superiores a 7% ao ano, em 2010 e 2011.

Se a senhora puder informar-nos, gostaria de saber que fatores têm contribuído para que a Malásia, apesar da situação de dificuldade em tantos países, consiga manter – inclusive com reflexos, como pude notar, no desenvolvimento das nossas relações bilaterais – tanto o volume de exportações, quanto de importações, que têm crescido consideravelmente, o que me parece bastante saudável para o desenvolvimento de nossas relações.

No caso do Togo, em sendo um país relativamente mais pobre, notei que, apesar de no Brasil estar aumentando o volume de exportações nesses últimos anos, o volume de importações é relativamente baixo. Será que há um sentimento, lá, por parte das autoridades? Ou seria bom que o Brasil viesse a fortalecer mais o outro lado, ou seja, de estarmos importando mais produtos? E isso, potencialmente, é possível, porque eu imagino que, para o bom desenvolvimento das relações, eles também gostariam que nós adquiríssemos mais bens deles. Então, se o senhor puder nos informar a respeito...

Eu gostaria, Sr. Presidente, de informar que não haverá necessidade de aprovação de requerimento, porque eu fui convidado pela Cepal – portanto, sem ônus para o Senado Federal – para participar de um seminário internacional sobre visões do país, diálogo social, fortalecimento democrático e da fundação da base da democracia, nos dias 8 e 9 de dezembro. Portanto, na próxima semana, estarei ausente da reunião por estar em missão diplomática. Eu encaminhei ao Presidente José Sarney a informação a respeito, ainda que não seja necessário aqui, mas considero relevante. Da mesma forma que a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) me convidou para esse encontro, também a Organização das Nações Unidas para o Oriente Médio convidou-me para, nos dias 9 e 10 de janeiro, estar em Beirute para a reunião correspondente lá à da Comissão Econômica e Social. Em ambas falarei sobre a renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, encaminho a ambos os embaixadores o material a respeito, os meus livros, e me coloco à disposição para, no Togo e na Malásia, se assim considerarem, falar a respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, por dar conhecimento aos integrantes desta Comissão dessa sua viagem, desses seus dois itinerários, extremamente importantes, com as informações que V. Ex^a trará para todos os integrantes do Senado Federal.

E agora encerramos.

Algum outro Senador ou alguma outra Senadora gostaria de fazer alguma interpelação à Embaixadora ou ao Embaixador? (Pausa.)

Não havendo mais quem queira fazer perguntas, eu passo a palavra à Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo, para responder às indagações feitas pela Sr^a Senadora Ana Amélia e pelos Srs. Senadores Eduardo Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Sérgio Souza e Cyro Miranda.

A SR^a MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO – Muito obrigado.

Excelência Sr^a Senadora, sobre o comércio com a Malásia, de fato, existe suspeita de “circunvenção” (*circumvention*), isto é, aparentemente, os produtos chineses que não eram vendidos na China, que não puderam mais ser vendidos da China, são vendidos da Indonésia, do Vietnã, e há suspeitas quanto à Malásia; o assunto está sob investigação. Que eu saiba, ainda não houve um resultado, ainda não foi tomada nenhuma medida; mas o assunto está sob investigação.

Com relação à importação de carne, o Ministério da Agricultura – mais para frango, no caso, e carne também – ofereceu o financiamento de técnicos malaaios para virem ao Brasil ensinar como deve ser o abate, como se deve abater a carne no método halal. E nós estamos esperando uma resposta deles. Eles aparentemente aceitaram, vai ser tudo às custas da Associação de Produtores Brasileiros, e eles vão fornecer treinamento para nós podermos exportar mais carne.

Na última pesquisa que eles fizeram, na última vinda, eles aprovaram dois exportadores de aves, sobretudo de peru. Dois abatedores. Já tinha sido feito da forma halal, como tem que ser para eles. Mas eu acho que o assunto está caminhando bem entendido. Há nossa boa vontade, nossa vontade de aprender, e aparentemente existe boa vontade deles também de ensinar. Eles querem exportar carne para todo o mercado do sudeste asiático. Eles querem ser o centro dessa exportação. Então, para eles interessa que nós tenhamos a carne à moda deles – parece que se chama halal. Esse é o termo. Enfim, a gente chega lá, porque é interesse nosso.

Aliás, já que há tantas perguntas de África, se o meu colega Miguel me permite, eu tenho servido na África faz muito tempo. E eu tenho horror a vender frango e carne congelada para a África. Eu acho que o Brasil deveria vender para a África rações de animais, sêmens de boi. Deveria vender para a África para eles próprios produzirem. Então, claro, o vendedor de frango congelado chega, eu dou os endereços. O que eu posso fazer? Eu estou ali para servir. Eu ajudo, às vezes eu mando um auxiliar técnico para acompanhar o exportador, mas não é por aí. O caminho melhor para a África seria que pudéssemos ensiná-los a criar galinhas! A galinha lá é um absurdo de preço! Eles não têm que importar galinha congelada. Eles podem ter galinha, eles podem produzir alimento, eles podem ter gado. Não tem sentido que exportemos só o produto final. Eu advogaria uma assistência técnica para que eles possam produzir alimento, porque o mundo está muito grande.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A senhora está se referindo à África? Mas e a Malásia?

A SRª MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO – A Malásia é diferente. Ali tem todo o mercado asiático, tem todo o mercado islâmico, inclusive o islâmico da Indonésia também. Ali é um excelente lugar para vender carne. Terei muito gosto. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito bom.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só não pode carne de porco.

A SRª MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO – Não. Carne de porco não pode. Mas na China pode. Na China pode carne de porco.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agora, Embaixadora, faltou mencionar, como a senhora está respondendo, o acordo Mercosul–Asean, que é o grupo da região asiática. É possível propor esse acordo?

A SRª MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO – Sim, já foi proposto, há reuniões, já houve duas reuniões. Agora está meio parado em função de uma certa... Os nossos vizinhos não estão conseguindo acompanhar muito bem. Não é que eles não tenham interesse. É que eles têm outros interesses mais prioritários. Eu acho que nós estamos mais interessados neste momento em fazer a Comunidade Latino-Americana, mas já houve duas reuniões Asean-Mercosul. E a ideia é continuar com isso. A ideia é continuar.

Senador Cyro Miranda, não vi relatório do Ministério de Comércio e Indústria sobre a visita a Kuala Lumpur de 2010. Eu vi somente o relatório que o Itamaraty preparou para a ida. Acho que deve ter sido bom o resultado, mas eu não posso falar sobre uma coisa que eu não vi. Eu não vi o relatório.

Recentemente em 2011, agora em novembro, quando o Ministro Antonio Patriota foi para a reunião de Bali, para a reunião ministerial, da reunião dos ministros de negócios estrangeiros, houve também um fórum empresarial Brasil-Asean, ou Brasil-Indonésia, na Indonésia. Então, eu tenho impressão de que esse contato da Malásia deve ter ajudado a alavancar esse outro fórum, que foi de grande importância, que houve na Indonésia.

Com relação às indagações do Senador Sérgio Souza, houve ali uma pequena confusão: 407 mil é o Brunei, o Sultanato de Brunei. A embaixada não vai ficar lá; a embaixada vai ficar em Kuala Lumpur, onde são 28 milhões de habitantes. Mesmo assim, a importância da abertura de novas embaixadas é para o caminho da democratização das relações internacionais, é para o multipartidarismo. Queremos defender uma posição em que cada vez mais países... Não nós dominando, mas que cada vez haja menos potências hegemônicas – não interessa. O que interessa é o multilateralismo, todos os países terem voz igual no concerto das nações.

Esse é o nosso objetivo. É por isso que defendemos as relações com todos os países. Então, um país pequenininho, que não tem muitas relações comerciais, pode servir para defender uma posição nossa, dos nossos vizinhos que têm posições comuns conosco. Assim, todos os países têm importância.

Agora, claro, Brunei não tem a importância para abrir uma embaixada residente, mas não custa nada a embaixadora da Malásia dar um pulinho em Brunei duas vezes por ano e ver como está, o que pode ser feito em termos de relações internacionais, ver onde podemos votar juntamente e ver também a questão da cooperação bilateral. Brunei tem interesse em desenvolver o futebol, tem alguns interesses com os quais a gente pode cooperar, e ajudar a formar um bom time de futebol não custa nada. Enfim, é isso.

Senador Aloysio, o senhor perguntou ao Miguel sobre a presença da China na África; Estados Unidos/China.

A posição do Presidente Obama agora em novembro, nesses países asiáticos, foi o que disse a Secretária de Estado Hillary Clinton no *Foreign Affairs*: “Nós estamos cansados. Nós estamos saindo do Afeganistão; nós estamos saindo do Iraque. Nós estamos diminuindo o orçamento militar. Nós temos obrigação de diminuir o orçamento militar, mas o orçamento militar na Ásia não será diminuído!”

Existe um grande temor de a China extrapolar. A China tem sido não digo agressiva, mas tem querido mostrar força. Têm crescido muito também as compras militares. Recentemente, eles compraram porta-aviões imensos, e a Marinha está aumentando, e o Exército está aumentando. Então, aqueles países pequeninhos têm medo. Ao mesmo tempo, eles não querem, muito ostensivamente, tomar o lado dos Estados Unidos. Então, eles ficam tomando uma posição equidistante, sobretudo a Malásia, que faz exercícios militares conjuntos com os Estados Unidos, mas diz que a China não traz perigo nenhum, que a China é um grande amigo. Quer dizer, o discurso é um, mas, na prática, eles querem os Estados Unidos lá.

Os Estados Unidos reforçaram a cooperação militar com Cingapura, estão abrindo base... Nas Filipinas e na Tailândia sempre houve, como houve na Coreia do Sul e no Japão. Mas agora eles reforçaram. Estão abrindo uma base na Austrália, porque a Austrália é mais interessante, fica longe do alcance dos mísseis chineses. Porque Taiwan está perto, os outros lugares estão perto. Reforçaram a base na Austrália, vão mandar 2.500 marines para lá. E a ideia é dizer: “Olhem aqui, nós estamos aqui; vocês se comportem.”

A visita do Presidente Obama já teve resultado. Parece que o primeiro-ministro chinês prometeu para

o Obama que vai flexibilizar a taxa de câmbio do yuan. Se o Presidente dos Estados Unidos conseguir isso, já é um avanço. A investida do Presidente Obama e a força com que ele entrou e a força do diálogo “olhem, estamos aqui e não vamos sair daqui; ninguém nos tira daqui; a Ásia, o Pacífico é nosso, nós somos uma potência residente no Pacífico”. E o discurso dele foi: “Eu nasci em Honolulu, eu vivi quando criança na Indonésia, eu sou o primeiro presidente pacífico dos Estados Unidos” – pacífico geograficamente. (Risos.) Essa posição firme dele tem gente que acha que pode ser perigosa e que os chineses podem ficar irritados. Mas, aparentemente, não. Também os chineses não sabem se ele está fazendo isso de verdade ou se é só jogo eleitoral. Eles não sabem ler muito bem... O processo eleitoral nos Estados Unidos eles não sabem qual é a do Obama... Porque o Obama diz: “Eu tenho que exportar, eu tenho que cuidar da indústria”. Houve um projeto que ele trouxe também, Trans-Pacific Partnership (TPP), que seriam acordos de livre comércio com os países asiáticos, que ele quer para poder exportar, ajudar o exportador. Então, o chinês também fica meio em dúvida: “Vai ver que ele está falando isso só para fins eleitorais, vamos ver...” Mas já houve esse resultado, já houve aparentemente essa promessa de flexibilizar a taxa de câmbio, o que é do interesse deles.

Senador Suplicy, sobre a democracia nos países asiáticos, não há muito modelo a seguir não. Todos eles têm, em maior ou menor grau, problemas de autoritarismo. São democracias mais para “inglês ver”. Quanto às manifestações, a Malásia, infelizmente, acaba de aprovar uma lei, na Câmara Baixa, que seguramente vai passar no Senado, a Câmara Alta, no sentido de que para fazer uma manifestação política eles têm que avisar dez dias antes, eles têm que ter autorização, eles têm que... Então, essa lei está sendo muito mal vista, está sendo muito criticada...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Uma lei malaia?

A SRª MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO – É, uma lei malaia.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – É porque, com a velocidade com que se operam hoje as comunicações pelas redes sociais, pela Internet, é de tal ordem que exigir dez dias fica...

A SRª MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO – É um absurdo.

O Primeiro-Ministro prometeu acabar com a Lei de Segurança Nacional, pois eles ainda têm uma lei daquelas antigas, pela qual se pode prender sem julgamento. Ele prometeu muita coisa em termos de campanha eleitoral.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRª MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO – É, mas caiu em desuso. Lá não, eles ainda têm uns trinta prisioneiros políticos. Mas pior é Mianmar, que tem mais de dois mil e está lá. A Clinton chegou lá ontem. A Hillary Clinton ontem foi visitar Mianmar, que também foi outra das investidas do Clinton para dizer para a China “olhe aqui, nós estamos aqui, nós somos amigos agora de Mianmar”, também para deixar um lance, uma tentativa de Mianmar de se livrar também do jugo da China. E aí o grau de democratização ali é quase nulo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Srª Embaixadora.

Pergunto às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores se estão satisfeitos com as repostas oferecidas. (Pausa.)

Passo a palavra, então, ao Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres, para responder às perguntas feitas pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores.

O SR. MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pela ordem, então, a Senadora Ana Amélia fez referência a impressão que ficou ao constar a existência de mais de 40 etnias. Essa questão étnica na África é uma questão muito fundamental, até porque os estados nacionais africanos, todos eles, como a senhora sabe, são muito recentes, datam de muito pouco tempo. Na verdade, o que nós tínhamos eram grandes civilizações africanas, grandes reinos africanos, onde existiam etnias dominantes. Essa tentativa moderna de se fazer, de se criar um estado tem gerado esses conflitos étnicos, inclusive até genocídios, como nós sabemos. No Togo, em particular, a etnia majoritária é a etnia jeje, que nós no Brasil conhecemos como jeje mina, e que deu grande contribuição ao nosso povo, à nossa cultura, porque está muito presente no Nordeste, no Rio, no Maranhão. Inclusive, é muito forte a presença do jeje, que é de toda aquela região do Golfo da Guiné, Daomé. No Togo, é relativamente calmo, tranquilo.

O que existiu no Togo, sim, foi uma grande luta política entre clãs, não étnica. O que aconteceu é que, no processo de independência, um dos grandes líderes do processo geral africano de independência, Sylvanus Olympio, que era de uma dessas famílias tradicionais urbanas da administração francesa do Togo, vinculada a ancestrais brasileiros, ele tinha grande preeminência, junto com Senghor e com Houphouët-Boigny, com esses grandes líderes, e foi o homem que moveu a independência da República do Togo.

Aparentemente, nos dois, três primeiros anos de governo, ele passou a exercer um governo muito autoritário e teria cometido, ao que hoje se analisa, um erro fundamental, porque ele tentou dissolver as forças armadas, na verdade, uma guarda ampliada, porque se resumia a uma força armada de 600 pessoas, que vinha da época da colônia, que era a força colonial francesa, e ele se recusou, com a criação das novas forças armadas, a incorporar esse grupo. Esse grupo ficou fora, rebelou-se e o assassinou. O assassinato foi cometido na frente da embaixada americana, porque ele estava tentando se refugiar na embaixada americana, pelo Sargento-Chefe na época, Gnassingbé Eyadéma, membro da grande etnia do norte do país. E lá ficou no poder, 40 anos. Quarenta anos, promovido a coronel, a general, ele tomou o poder. E a grande clivagem política foi justamente entre o grupo de Sylvanus Olympio, assassinado, essa elite urbana, e o grupo do interior, do norte, da grande etnia popular, do Eyadéma, cujo filho hoje é o presidente. Mas hoje é um presidente eleito, com ampla transparência, com amplo respaldo popular, e hoje já dentro de um governo de coabitação com o filho do presidente assassinado, que foi o seu inimigo político durante mais de 40 anos, da família Olympio, que é o Gilchrist Olympio, que era a grande força de oposição. Essa grande luta entre esses dois clãs do Togo é que provocou essa marginalização do Togo, aos poucos, da vida internacional, porque a violência era muito grande, enfim, era um clima político absolutamente degradado.

Por essa situação é que houve esse boicote internacional ao Togo, e somente depois que houve um acordo político e que houve entendimento amplo entre as forças políticas é que a comunidade internacional europeia, França, as ex-metrópoles, mais a comunidade financeira, o Banco Mundial, começaram, então, a apoiar novamente o desenvolvimento do Togo.

Então, eu queria dizer que lá, no Togo, na verdade, hoje a questão étnica não é uma questão que cause conflitos dentro no país. Aparentemente, ao que tudo indica, e já tem alguns anos, essa composição está em perfeita harmonia e tem ido muito bem.

Quanto à questão do fosfato, ao que a senhora perguntou, tudo no Togo está para ser feito, porque esse novo momento começa agora, em 2009, 2010. O Togo tem um produto interno bruto de cerca de US\$2,5 bilhões. Devia US\$2,2, mais de 90% do produto bruto. Foi tudo perdoado, praticamente mais de 90% da dívida foi perdoada, tanto os créditos bilaterais quanto os multilaterais. Os novos créditos estão sendo, sem problema, concedidos ao país. Então, toda a infraestrutura econômica está sendo refeita, e a indústria do fosfato, neste momento, está sendo reestruturada e

refeita. Do que tenho conhecimento, um grande grupo da Índia, neste momento, está tentando se associar ao Estado togolês nesse processo de reestruturação. Mas é evidente que nós temos grandes oportunidades no Togo neste momento, porque está sendo reestruturado o setor do fosfato, o setor da agricultura. Eles são grandes produtores de algodão. É uma agricultura muito importante. Dos 7 milhões de habitantes do Togo, 2,5 milhões trabalham no algodão, e junto dos outros países – Mali, Chade e Benin –, que, junto com o Brasil, formam o grupo dos quatro no algodão e que têm uma articulação muito importante na Organização Mundial do Comércio com relação ao algodão.

A outra pergunta da senhora foi sobre o acordo da Embrapa com o Instituto de Pesquisa Agrícola do Togo. Realmente, existe um memorando de entendimento entre a Embrapa... A Embrapa tem um escritório em Acra; é bom lembrar que Lomé, capital do Togo, está a menos de 400 quilômetros de Acra e a menos de 200 quilômetros de Cotonou, com boas estradas. Então, é muito fácil a ida de Lomé à Acra, capital de Gana, ir a Cotonou, capital do Benin, porque a distância é muito curta. A Embrapa tem, sim, tido um envolvimento muito grande.

Nós temos, neste momento, um grande prestígio no campo agrícola lá no Togo, porque nós ajudamos na aprovação do projeto de desenvolvimento agrícola lá do Togo, lançado na semana passada. É um projeto da FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, um fundo internacional de desenvolvimento agrícola voltado para a agricultura familiar e segurança alimentar. Um projeto de US\$50 milhões. Foi elaborado por cinco agrônomos brasileiros. Nesse projeto, já está incluída, inclusive, a venda de produtos brasileiros, como a matraca, que eles chamam de *canne planteuse*, com a qual se fura a terra e já se coloca o adubo. Isso já está dentro do projeto, vai ser comprado do Brasil. Pretende-se reestruturar toda a produção de milho, arroz e mandioca, toda a agricultura familiar, de subsistência, o que trará uma repercussão muito ampla desse projeto à região. É um projeto muito voltado para a tecnologia brasileira, dentro das experiências brasileiras. Esse projeto foi aprovado com o apoio do Brasil, que foi fundamental junto à FAO, e o Togo está muito grato ao Brasil por esse apoio. Acho que esse apoio pode trazer desdobramentos muito felizes junto ao Togo.

Acho que foram as perguntas principais que a senhora fez, não é isso?

Quanto ao Senador – acho que, pela ordem, foi o Senador Cyro Miranda – que perguntou pelo acordo de cooperação sobre a proteção sexual de crianças e adolescentes, eu tenho ciência de que foi firmado, mas,

no momento, acho, não há nenhuma ação específica sendo tomada no Togo, até porque o Togo estava em um processo muito difícil, de recomposição política interna; a eleição para presidente foi no ano passado; o governo está recém-formado. Então, somente agora que eles estão com uma prioridade muito grande nessa questão da reestruturação econômica do país. Assim, neste momento não há, até onde sei – posso até averiguar depois, com mais vagar –, eu não recebi, na lista dos projetos em execução, esse projeto. Mas esse projeto pode ser colocado em execução a qualquer momento. Caso V. Ex^{as} me aprovem, eu terei o maior prazer em levá-lo adiante, ele é de grande importância. Eu que sou nordestino sei qual é o problema da situação do crime sexual contra adolescentes e...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – (*Fora do microfone. Inaudível.*) – Essas foram as perguntas do Senador Sérgio Souza...

O SR. MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES

– Em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira colocou-me a questão sobre a China. A China já é um fato, hoje, de conhecimento amplo, tem uma projeção global já instalada de grande vulto. Já ocupou espaços fundamentais em todo o continente africano, toda a América do Sul, América Latina, inclusive no Brasil.

Na Europa, todos os países – na Europa do Sul, Espanha, Itália inclusive, Portugal – têm se colocado estrategicamente em uma posição de potência global e mundial. Evidentemente que, quando o Presidente Barack Obama esteve recentemente na cúpula da Asean e falou que não poderia admitir nenhuma hegemonia global, o presidente chinês respondeu que, da mesma maneira, a China também não era hegemônica, mas também não gostava de nenhuma outra hegemonia. Ou seja, de hegemonia nenhuma.

O que acontece é que esse tipo de colocação é uma colocação das suas projeções, dos seus interesses nacionais e da sua dimensão. Ela é própria da dimensão da China. Então, é evidente que o mercado comum da China, bilhões de pessoas, necessita ter a segurança da sua demanda garantida a longo prazo. Então, por isso que eles investem em terras na África, na América e tal, e se colocam em posição também de negociadora favorável ao seu desenvolvimento e ao seu crescimento.

Então, na África ela é muito importante. No Togo, a China já é o primeiro parceiro, já superou a França e a Alemanha. Em toda a África, ela é absolutamente presente.

A China... O Brasil, aí já é uma percepção minha, se me permitem, mas eu não vejo o Brasil concorrendo nem com França, nem com Inglaterra, nem com China, nem com ninguém. Eu acho que o Brasil tem

a sua participação, pode se associar com franceses, com ingleses, com chineses. Eu acho que tudo que somar, que acrescentar é positivo tanto para o lado que recebe quanto para o lado... Mas é uma presença muito expressiva, muito forte.

Em Abidjan, eu estive recentemente substituindo a Embaixadora Maria Auxiliadora. Tive muito prazer, e eu fiquei muito impressionado porque eu vivi na Costa do Marfim há 30 anos e não havia nenhum chinês na Costa do Marfim, nenhuma presença chinesa. Hoje em dia, na cidade, é visível a presença chinesa em tudo, em todas as atividades. Então, é uma coisa que realmente está muito... No Panamá, onde eu servi recentemente também, e fiz um estudo comercial, a presença da China no Panamá é amplíssima, inclusive na questão de logística de transportes, de portos. Então, eu acho que sim, mas não acho que seja algo que seja ruim, acho que é bom.

Com relação, finalmente, ao Senador Sérgio Souza, ele me pergunta qual a importância da presença do Brasil na Ásia e na África.

Eu diria que a presença do Brasil é muito importante na Ásia e na África porque o Brasil é um ator global, um país global. A nossa formação é multicultural, multiétnica, e nós não podemos, com a dimensão que nós temos, estar ausentes de um mundo cada vez mais amplo e mais diversificado.

Então, a nossa presença na África... Inclusive o Brasil na África, especificamente na África, é muito bem-vindo, é sempre um hóspede recebido com muita simpatia, com muita afabilidade, porque os africanos reconhecem a essência africana que existe no Brasil. Na Ásia também. A Ásia reconhece todo esse trabalho que foi desenvolvido ao longo dos séculos no Brasil de receber as grandes levas de imigrantes, sejam da Europa, da China, do Japão, da Coreia, da África – da África de uma situação muito diferenciada, evidentemente. Mas a incorporação dessas populações à nossa realidade social, política, cultural, tudo isso tem reflexos lá fora. E isso nos dá... A imagem do Brasil é essa imagem desta grande democracia multirracial, multiétnica. Eu sei que muitas pessoas falam em questões pontuais de racismo, mas não é a sociedade, não é o conjunto da nossa realidade, que é uma realidade multicultural.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Eu pedi para que fale um pouco sobre movimentos da democracia, os movimentos por democratização, por indignação...

O SR. MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES – Perdão.

Com relação ao Senador Eduardo Supply, a questão da democratização, eu acho que eu já antecipei um

pouco ao lembrar a história do Togo, que teve uma forte ditadura militar por mais de 40 anos. Mas, finalmente, nas últimas eleições, em 2010, houve a participação de todos os técnicos políticos togolezes e foram consideradas internacionalmente justas e transparentes. Hoje, há um governo de coabitação, do qual a grande força de oposição mobilizadora, que é a união de forças pela mudança da família Olympio, participa com cerca de sete ministros.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Indago se os Srs. Senadores e a Sr^a Senadora Ana Amélia estão satisfeitos com as respostas oferecidas pela Embaixadora e pelo Embaixador. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira fazer qualquer indagação aos sabatinados da reunião de hoje, indago se algum Senador ou Senadora ainda falta votar. *(Pausa.)*

Todos já votaram.

Declaro encerrado o processo de votação e, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Solicito que permaneçam no recinto as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Designo S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira para atuar como secretário, de acordo com o art. 116, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e convido as excelentíssimas senhoras...

(Transformada em secreta às 11 horas e 49 minutos, a reunião torna-se pública às 11 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – ...informando que a Sr^a Embaixadora Maria Auxiliadora Figueiredo, indicada para a Malásia e, cumulativamente, para o Sultanato de Brunei, e o Sr. Miguel Gustavo de Paiva Torres, indicado para a República Togolesa, foram aprovados pelos integrantes desta Comissão.

Em nome dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, desejo à Sr^a Embaixadora Maria Auxiliadora e ao Sr. Embaixador Miguel Gustavo de Paiva Torres uma profícua e exitosa missão para os postos para os quais foram indicados.

Muito obrigado a V. Ex^{as} pela presença aqui neste recinto.

Dando prosseguimento a nossa reunião, passemos à pauta.

ITEM 4

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 135, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Sr. FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Marcelo Crivella para proferir o seu parecer.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do Sr. Fernando Apparicio da Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, extrai-se que o Sr. Fernando Apparicio da Silva é filho de Raimundo Benedito Silva e Laura Fidelis Apparicio da Silva, tendo nascido em 14 de abril de 1959, no Rio de Janeiro/RJ.

O indicado ingressou na carreira diplomática em 1985 por concurso, tornando-se Terceiro Secretário no ano seguinte. Foi promovido a Conselheiro (2004) e a Ministro de Segunda Classe (2007). É bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983) e cursou a Escola Nacional de Administração [*Ecole Nationale d'Administration* (ENA)], em Paris. No Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (IRBr) defendeu tese sobre a implementação do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares.

Entre as funções desempenhadas na Administração Pública destacam-se a de Primeiro-Secretário na Delegação Permanente em Genebra (2000/03); assessor da Secretaria-Geral de Relações Exteriores (2004/09); Conselheiro em missão transitória na Missão junto à Organização das Nações Unidas [ONU (2005/06)]; e Assessor Especial do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2009/10).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre Guiné-Bissau, bem como sobre as relações entre os dois países. Destacamos do documento o que segue.

O Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência da República da Guiné Bissau em julho de 1974. Fomos, por igual, pioneiros no estabelecimento de missão diplomática naquele país. As relações, no entanto, só se adensaram a partir da década de 1980. Visitas ministeriais e presidenciais de parte a parte sucederam-se nos últimos trinta anos. Em 2008, missão parlamentar brasileira, composta por Senadores desta Comissão, visitou Bissau. No ano de 2010, o Presidente guineense empreendeu visita oficial ao Brasil. Para além dos encontros de estilo, o Presidente Malam Bacai Sanha avistou-se com os Presidentes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em meados do corrente ano, o Ministro Antonio Patriota visitou Bissau.

Vê-se, pois, que o relacionamento bilateral encontra-se em plena efervescência. Nessa linha, merece registro a circunstância de a República de Guiné-Bissau ser uma das maiores recipiendárias de recursos brasileiros destinados à cooperação técnica na África. Com valor aproximado de US\$ 10 milhões, os programas cobrem projetos nas áreas de segurança pública, educação, saúde, formação profissional e agricultura.

Em abril de 2011, foi aberta Embaixada da Guiné-Bissau em Brasília, com apoio do programa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que objetiva oferecer apoio às representações diplomáticas dos países da Comunidade.

No campo comercial, as trocas, apesar de discretas, têm aumentado nos últimos anos. No ano passado, o comércio bilateral alcançou o índice recorde de US\$14,75 milhões. Os valores dizem respeito, de modo exclusivo, às exportações brasileiras. Nos derradeiros meses deste ano, percebe-se exportação de castanha de caju guineense para o Brasil. A Guiné-Bissau é a terceira maior produtora mundial de castanha. O país, que é um dos mais pobres do mundo, tem sua economia baseada na agricultura [60% do Produto Interno Bruto (PIB); 96% das exportações (castanhas de caju, arroz, milho, sorgo, banana e manga); e 85% dos empregos do país]. A produção do país concentra-se, portanto, nessa atividade primária.

Em relação à comunidade de brasileiros, estima-se que ela seja composta por 354 nacionais. A maioria, Sr. Presidente, são na área religiosa. Nossa rede consular está limitada à Embaixada do Brasil em Bissau.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para

deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Marcelo Crivella pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 5

- Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 242, DE 2011

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Indico S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira para relator *ad hoc* do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2011.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o acordo, conforme informação da exposição de motivos, tem por objetivo promover valores culturais e estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre o Brasil e a Autoridade Nacional Palestina, o que, acredita-se, contribuirá não somente para o progresso dos dois povos, mas para o conhecimento, cada vez mais amplo, de suas culturas.

O Acordo é estruturado em doze artigos e estabelece que as Partes encorajarão a cooperação entre suas instituições culturais, a fim de desenvolverem atividades que contribuam para melhorar o conhecimento mútuo e a difusão de suas respectivas culturas (artigos I e II). Para isso, promoverão o intercâmbio de experiências, técnicos e especialistas, nos campos das artes visuais, música, teatro, dança, cinema, museus e arquivos (artigo III), estimularão contatos diretos entre seus museus, a fim de incentivar a popularização e o intercâmbio de suas manifestações culturais, e fomentarão o intercâmbio de experiências e a cooperação em matéria de restauração, proteção e conser-

vação do patrimônio cultural (artigo IV), encorajarão iniciativas voltadas para a promoção de sua produção literária (artigo V), a cooperação entre suas bibliotecas mediante o intercâmbio de informações, livros e publicações (artigo VI), a cooperação em matéria de cinema com o fito de promover suas culturas (artigo VII), fortalecerão o intercâmbio de informações sobre suas respectivas instituições culturais, assim como estimularão a realização de projetos conjuntos entre suas instituições (artigo VIII).

As Partes propiciarão as facilidades necessárias para a entrada, permanência e saída dos participantes oficiais desses projetos.

O artigo 4º da Constituição brasileira estabelece como princípio regente das relações internacionais do Brasil, entre outros, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a igualdade jurídica entre os Estados. A Organização para a Libertação da Palestina já é reconhecida pelo Direito Internacional como um Estado *in nascendi*, representativa que é, e assim se reconhece, do povo árabe-palestino. Nesses termos, o Acordo em pauta encontra-se em plena correspondência com a nossa Constituição.

Os acontecimentos que se seguiram aos trágicos eventos de 11 de setembro polarizaram, momentaneamente, o mundo, mas tiveram reflexos mais duradouros e nefastos: contribuíram para o recrudescimento de preconceitos contra a cultura árabe e a religião islâmica em todo o mundo. Episódios como a proibição de construção de mesquitas em Nova York e a proibição de construção de minaretes na Suíça demonstram que o livre pensamento e o cosmopolitismo encontram-se ameaçados por um revés conservador que engendra a intolerância, na mesma medida em que fomenta a ignorância histórica e cultural.

O Brasil, País que recebeu a primeira maior comunidade de libaneses fora do Líbano e acolhe tantas outras comunidades árabes ao lado da judaica, deve servir de exemplo internacional para o fomento da cultura da tolerância.

A proposta em exame não poderia ser, portanto, mais oportuna.

Pelo exposto, a manifestação é favorável à aprovação do projeto de decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PDT – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2011

Requer, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do visionário e criativo empresário do setor de informática Steven Paul Jobs, cofundador, presidente e, até agosto de 2011, diretor executivo da Companhia Apple, ocorrido no dia 5 de outubro de 2011, na cidade de Palo Alto, Califórnia, Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Eu gostaria de dizer que S. Exª o Senador Luiz Henrique nos informou, ainda ontem, da impossibilidade de seu comparecimento no dia de hoje, em função de ter sido convocado para um importante debate sobre o Código Florestal.

E, em função de sua ausência, indico S. Exª o Senador Sérgio Souza como relator *ad hoc* do Requerimento nº 1.239, de 2011.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de expediente requerendo um voto a ser estendido pelo Congresso Nacional, pelo Senado Federal ao cofundador e presidente da Apple.

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Requerimento do Senado Federal nº 1.239, de 2011, que requer voto de pesar pelo falecimento do empresário e cofundador da Apple, Steven Jobs, ocorrido em 5 de outubro de 2011, nos Estados Unidos da América.

O referido requerimento, de autoria do nobre Senador Eduardo Suplicy, fundamenta-se nos arts. 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual, conforme determina o art. 103, inciso IV, foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que esta emita parecer.

Visa o requerimento em apreço prestar homenagem ao empresário do setor da informática Steven Paul Jobs, na ocasião do seu falecimento, bem como apresentar condolências a sua esposa, Laurene Powell Jobs, a suas filhas, Erin, Eva e Lisa, e ao seu fi-

lho, Reed, bem como aos diretores e funcionários da companhia Apple.

Segundo esclarece o autor em sua justificção, Steven Paul Jobs foi um dos responsáveis pela existência de um número significativo de aparelhos eletrônicos que caracterizam o nosso cotidiano, aparelhos esses que não estavam presentes aqui há vinte ou trinta anos, como os computadores, o i-Pad, o i-Phone, o i-Pod, o i-Mac, o i-Tunes, os celulares, cada vez com maior capacidade de prestar serviços, além de ter facilitado a utilização intensa da Internet.

Cita, ademais, o memorável discurso proferido por Steve Jobs para os jovens que se formavam na Universidade de Stanford, na Califórnia, em junho de 2005.

E, finalmente, recomenda que assimilemos os exemplos deixados por Steven Jobs e os apliquemos à nossa vida cotidiana, como a melhor forma de homenagear a sua memória.

II – ANÁLISE

O art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal dispõe que o requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, ou congratulações só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

O falecimento de Steve Jobs, considerado um dos maiores gênios da modernidade, repercutiu amplamente na imprensa internacional e causou comoção em todo o mundo. Seu espírito inquieto, inovador e arrojado será lembrado como a fonte de incontáveis inovações que transformaram e enriqueceram o cotidiano dos indivíduos.

É, portanto, louvável e oportuna a iniciativa do nobre Senador Eduardo Suplicy, ao requerer voto de pesar pelo desaparecimento de tão notável ser humano.

III – VOTO

Então, Sr. Presidente, o voto é no sentido favorável à aprovação do Requerimento do Senado Federal nº 1.239, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza pela leitura do relatório.

Em discussão o referido relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco agora em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 1.415, DE 2011

Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a participação do Senador Walter Pinheiro no “II Fórum Latino-Americano de Políticas Públicas para Internet, Comércio Eletrônico e Tecnologias Móveis: Impacto Econômico, Social e Cultural no desenvolvimento da América Latina”, que será realizado no Hotel Four Seasons em Miami, Flórida, no período de 5 a 7 de dezembro de 2011.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF)

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 1.415, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do Senado Federal, que requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a participação do Senador Walter Pinheiro no “II Fórum Latino-Americano de Políticas Públicas para Internet, Comércio Eletrônico e Tecnologias Móveis: Impacto Econômico, Social e Cultural no desenvolvimento da América Latina”, que será realizado no Hotel Four Seasons em Miami, Flórida, no período de 5 a 7 de dezembro de 2011.

O requerimento da Comissão se faz acompanhar do convite enviado ao Senador Walter Pinheiro, datado de 11 de novembro, formulado pela Federação Latino-Americana e do Caribe para o Comércio Eletrônico e pela American Society and Council of the Americas, que ressalta tratar-se de oportunidade para discutir o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, bem como os desafios legais advindos da inovação e das novas tecnologias.

Para tanto, foram convidados os líderes das mais importantes e reconhecidas empresas internacionais do setor, entre as quais estão relacionadas: Google, Intel, Mercado Livre, Microsoft, Nokia, Research, Yahoo, entre outras.

Considera-se, portanto, momento propício para analisar possíveis soluções aos desafios que se apresentam para a América Latina.

ANÁLISE

O art. 3º do Regimento Interno do Senado Federal expressa situações em que o Senador não será considerado ausente, quais sejam: se estiver em licença ou em representação a serviço da Casa, ou ainda em missão política ou cultural de interesse parlamentar previamente aprovada pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê:

Art. 40. *A ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão... no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado.*

Estabelece ainda, no seu § 4º, a necessidade de ser ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que o Senador estará ausente do país no mesmo período da licença solicitada, de 5 a 7 de dezembro de 2011.

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal solicita as necessárias providências para o desempenho da missão.

Diante do exposto, Sr. Presidente, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 1415, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório de S. Ex^a o Sr. Senador Sérgio Souza. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências devidas.

ITEM 8

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte

(CE), destinada a debater e analisar o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2011 que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica”, de autoria do Senador Roberto Requião.

Autoria: Cristovam Buarque.

Coloco em discussão o requerimento de S. Ex^a o Sr. Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos a nossa reunião, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, dia 8 de dezembro, quinta-feira próxima, às 10 horas da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa, ao tempo em que agradeço a presença de todas as Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores na nossa reunião de hoje, e dos senhores que vieram assistir às sabatinas da Sr^a Embaixadora e do Sr. Embaixador recentemente aprovados por esta Comissão.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião encerra-se às 12 horas e 13 minutos.*)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 60ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia oito de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Gim Argello**, **Blairo Maggi**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Lobão Filho**, **Romero Jucá**, **Ana Amélia**, **Inácio**

Arruda e Clésio Andrade. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 135, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau*”. **Relator:** Senador **Marcelo Crivella**. Os indicado é convidado a compor a Mesa, e faz sua exposição. É aberto o processo de votação. Fazem uso da palavra o Senador **Luiz Henrique**, a Senadora **Ana Amélia** e o Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. A reunião é tornada secreta às onze horas e onze minutos, e reaberta às onze horas e catorze minutos. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy** e **Luiz Henrique**. **Resultado:** apreciada a Mensagem. O Senador **Gim Argello** solicita inversão de pauta para o item 3, no que é atendido pelo Plenário da Comissão. **Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria*”. **Relator:** Senador **Gim Argello**. Senador **Luiz Henrique** faz uso da palavra. **Resultado:** aprovado parecer favorável à matéria. **Item 4 – Requerimento nº 896, de 2011**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que “*requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, aos 200 anos de Independência da Venezuela, comemorado no dia 05 de julho de 2011*”. **Relator ad hoc:** Senador **Randolfe Rodrigues**. Fazem uso da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira** e **Luiz Henrique**. **Resultado:** aprovado o Parecer favorável à matéria. **Item 5 – Requerimento nº 1126, de 2011**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, que “*requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade ao Estado Palestino em seu pleito pela admissão como membro da Organização das Nações Unidas (ONU)*”. **Relator ad hoc:** Senador **Randolfe Rodrigues**. **Resultado:** aprovado Parecer favorável à Matéria. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 289, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de*

Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010”. **Relator ad hoc:** Senador **Gim Argello**. **Resultado:** aprovado Parecer favorável à matéria. O Presidente faz a leitura de Requerimento, de sua autoria, a ser incluído na pauta da próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – **Senador Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 60ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Declaro aberta a 60ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Alteração na composição da Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Presidência informa que, em 6 de dezembro último, S. Ex^a o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, e foi substituído nesta Comissão, como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, pelo Senador Lauro Antonio, do PR de Sergipe.

Em nome de todos os integrantes desta Comissão, damos as boas-vindas a S. Ex^a o Senador Lauro Antonio, desejando-lhe um profícuo trabalho em nossa Comissão.

Outro comunicado, agora em relação à instabilidade na República Democrática do Congo.

Eleições. Resultados parciais. Possível evacuação de brasileiros.

A Comissão Nacional Eleitoral Independente da República Democrática do Congo publicou, na noite de 4 de dezembro, a terceira parcial do resultado da eleição presidencial que ocorreu naquele país em 28 de novembro passado. Com 90% dos votos apurados, o Presidente Joseph Kabila permanece em primeiro lugar, com 49% dos votos, e Etienne Tshisekedi, em segundo, com 33%. A oposição rejeitou a metodologia adotada pela CENI para publicar os resultados.

Em comunicado conjunto dos principais candidatos da oposição, incluindo Tshisekedi e Vital Kamerhe, provável terceiro lugar no pleito, a CENI é acusada de manipular o procedimento de contagem, ao escolher as províncias em que o Presidente Kabila conta com maioria para serem compiladas com maior rapidez do que aquelas em que a oposição teria vantagem.

Estima-se que cerca de três mil pessoas tenham partido de Kinshasa nos últimos dias, a maioria com destino a Brazzaville. Desde a noite de sexta-feira, 2 de dezembro, o governo bloqueou no país o sistema de envio de mensagens por celular, conhecido como SMS, que vinha sendo amplamente utilizado pela oposição, com a justificativa de “preservar a ordem pública”.

Em 7 de dezembro, com 68% da apuração concluída, Kabila liderava a disputa com 46% e Tshisekedi seguia em segundo, com 36%. A divulgação do resultado final está prevista para hoje ou amanhã.

Tendo em vista a iminência de enfrentamentos armados em Kinshasa, o Ministério das Relações Exteriores determinou à Embaixada em Kinshasa as providências necessárias para a implementação imediata do plano de evacuação da comunidade brasileira daquela localidade para Brazzaville, plano que já havia, inclusive, sido elaborado por aquelas Embaixadas em coordenação com as respectivas missões militares e missões diplomáticas estrangeiras sediadas em Kinshasa e Brazzaville. A instrução determinava, ainda, a coordenação com os cidadãos brasileiros presentes na cidade de Kinshasa, a fim de organizar a sua saída. Há, naquela localidade, 44 cidadãos brasileiros, em sua maioria missionários.

A Embaixada conta com o apoio de destacamento militar, o destacamento Diamante IX, e, em coordenação com a Embaixada em Brazzaville, está apto a dar início, em caso de necessidade, aos procedimentos para implementar a eventual evacuação.

O Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil participou da reunião promovida pelo Embaixador da Bélgica na República do Congo, com a presença da equipe de crise recém-chegada de Bruxelas (três diplomatas e um militar), a fim de tratar da eventual evacuação de cidadãos brasileiros residentes na República Democrática do Congo, via o porto fluvial de Brazzaville.

O embaixador belga relatou que, em caso de agravamento da situação de segurança no Congo, que resulte em necessidade de evacuação, recebeu instruções de Bruxelas para incluir no “corredor belga” da República do Congo todos os cidadãos brasileiros, norte-americanos e egípcios evacuados da República Democrática do Congo.

Além do belga, existiriam mais dois “corredores”, o francês e o do Governo da República do Congo, que garantiriam a chegada dos barcos a Brazzaville e o trânsito até o aeroporto de Maya – Maya, cujos hangares comportam, no máximo, cinco aviões concomitantemente. O ponto da chegada do “corredor belga” é o *compound* russo, onde a Embaixada deverá receber seus nacionais, distribuí-los e abrigá-los. Ficou acordado que, se necessário for, a equipe belga e a Embaixada do Brasil em Brazzaville trabalharão em conjunto na recepção dos nacionais brasileiros. Foi ainda recomendado que os cidadãos brasileiros evacuados daquele país portem sinal comum de identificação, nas cores da bandeira brasileira, desde a sua partida.

Segundo comunicado.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional concluiu, no último dia 21 de novembro, a primeira fase da série de audiências públicas para debater os rumos da política externa 2011/2012, cujo terceiro ciclo enfocou a Defesa Nacional; e, para o quinto e último painel desse ciclo, que debateu “Forças Armadas em Missão de Paz – Emprego em Ações de Reforço aos Órgãos de Segurança Pública e Utilidade como Treinamento e Legitimidade na Sociedade Brasileira”, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas no tema: o General de Brigada Luiz Guilherme Paul Cruz, 5º Subchefe do Estado-Maior do Exército e ex-Comandante da Força de Paz no Haiti; Brigadeiro-Engenheiro Francisco Carlos Melo Pantoja, Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço; o Dr. Eduardo Marson Ferreira, Presidente da Helibrás; e o Ministro Norberto Moretti, Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

O General Paul Cruz ressaltou que o Brasil já participou de 47 operações de paz das Nações Unidas, individuais ou com tropa.

Desde a UNEF I, em 1956, no Oriente Médio, até a atual Minustah, no Haiti, mais de 32 mil militares brasileiros se fizeram presentes nesse tipo de operação, assim como mais de 2,2 mil militares encontram-se, atualmente, em missão no exterior.

Explicou o General que as operações de paz ocorrem na fase do pós-conflito e suas metas são a construção da paz e a prevenção contra o retorno desse conflito.

As etapas anteriores do processo incluem a prevenção, a negociação para a paz, que cabe à diplomacia, e, por vezes, a imposição da paz, tipo de operação da qual o Brasil não tem participado.

A Minustah, explicou-nos o General, foi criada por uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, a pedido do próprio Haiti, em virtude do longo período de desestabilização vivido por aquele país em consequên-

cia de problemas sociais, econômicos e políticos, cuja população se encontrava abaixo da linha de pobreza. O objetivo da Minustah é o de se fazer presente no Haiti para reverter esse quadro na medida do possível.

Antes da instalação da Minustah, a situação no Haiti era de desordem política e social, com a presença de gangues e grupos de ex-militares exercendo o controle sobre várias áreas. Havia grande deficiência na prestação dos serviços públicos, como educação, energia, tratamento de esgotos, suprimento de água e limpeza urbana, um governo com baixa aprovação, uma polícia mal preparada e equipada, tornando o ambiente inseguro para o trabalho de agências humanitárias.

As missões da Força Militar, ressaltou o palestrante, são as de prover um ambiente seguro e estável e apoiar as ações de assistência humanitária.

A tropa brasileira está concentrada na capital, Porto Príncipe, que tem dois milhões de habitantes, e compõe-se de 10 batalhões, quatro companhias independentes, seis companhias de engenharia, duas unidades de aviação, uma unidade marítima e um hospital militar, empregando, ao todo, 8,4 mil militares.

Recente resolução do Conselho de Segurança determinou a redução de 1,6 mil militares como parte do processo de evolução da missão.

As tropas são selecionadas e treinadas especialmente por um período de seis meses, seguindo as instruções das Nações Unidas.

Referindo-se à missão de promover um ambiente seguro e estável, a Força opera em conjunto com a polícia das Nações Unidas e a nacional, em pontos de controle de circulação, segurança de instalações, desarmamento e estabelecimento de “pontos fortes”, como os comissariados da polícia local, significando a transição da responsabilidade pela segurança, das Nações Unidas, para a Polícia Nacional do Haiti.

Agora que as tropas militares começam a ser desmobilizadas, em virtude da evolução do processo de paz, o general ressaltou que o método de trabalho dos militares brasileiros, de evitar o uso de blindados e viaturas, fazendo seu serviço a pé, em contato direto com a população, fez a grande diferença, gerando confiança. A intensidade dessas operações estabeleceu paradigmas para a atuação de outras missões das Nações Unidas.

Recordou o General que o terremoto devastador, ocorrido em janeiro de 2010, provocou uma rápida e forte resposta militar. Hoje, o Haiti tem um presidente eleito, um Primeiro-Ministro e já houve a determinação de se iniciar o processo de redução de efetivos.

Por sua vez, o Brigadeiro-Engenheiro Francisco Carlos Melo Pantoja enfocou sua palestra na contribuição do programa espacial brasileiro às missões de paz.

O programa iniciou-se em 1966, com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o desenvolvimento de foguetes de sondagem; em seguida, passou-se à estratégia para desenvolver veículos lançadores de satélite. Ele entende que se, por um lado, os investimentos para o setor eram insuficientes, provocando atrasos; por outro lado, essa demora acabou levando ao desenvolvimento industrial nessa área, o que considera um ganho estratégico, levando ao desenvolvimento de competências em lançamento. Esse conhecimento adquirido permite, hoje, o envolvimento em vários empreendimentos de veículos espaciais.

De 1990 até hoje, revelou o Brigadeiro Pantoja, foram investidos US\$261,5 milhões no segmento de foguetes do Programa Espacial brasileiro. Hoje, esse valor equivale ao preço de um satélite médio. Mesmo assim, os resultados obtidos vão muito além do esperado, com tecnologia nacional nessa área, dado o montante de recursos a ela destinados.

Ele informou que, no ano de 2010, os Estados Unidos destinaram US\$40 bilhões apenas ao setor espacial da Nasa, seguidos da Agência Espacial da União Europeia, com US\$4 bilhões. Então, a diferença é realmente muito grande. Os Estados Unidos, em 2010 – repetindo –, destinaram US\$40 bilhões apenas para o setor espacial da Nasa; a União Europeia, destinou, para o mesmo setor, US\$4 bilhões; a Rússia, US\$3,09 bilhões e a China, US\$3 bilhões. O Brasil investiu 200 milhões em todo o programa espacial, incluindo foguetes, satélites e infraestrutura.

Ao longo desse período, o Brasil lançou mais de 400 foguetes. Ele ressaltou o domínio da tecnologia nacional nessa área, o conhecimento e a competência em pesquisa e desenvolvimento do setor espacial brasileiro, fruto dos trabalhos do ITA, dos centros de pesquisa e da indústria, associados a esse programa. Esses resultados do conhecimento são de grande valor estratégico para o País, conforme destacou o Brigadeiro, dizendo que atualmente há 177 empresas da indústria aeroespacial instaladas no Brasil.

Durante sua palestra, o Brigadeiro Pantoja exibiu o filme de um foguete nacional, em operação na Suécia, que está sendo exportado para a Europa e faz parte do programa de microgravidade europeu, sendo apenas um dos vários foguetes brasileiros que estão sendo exportados para outros países.

No que diz respeito à relação do programa espacial com as missões de paz, o Brigadeiro o considera uma ferramenta tecnológica, se considerarmos, por exemplo, o emprego de satélites meteorológicos, fundamentais para o fornecimento de informações sobre o tempo em locais remotos, como o alto-mar ou em regiões inóspitas; por sua vez, em ambientes onde

não se dispõem de infraestrutura, fruto de guerra ou catástrofe, os satélites de comunicação, voltados para uma determinada área, irão suprir o fluxo de informações, inclusive as estratégicas. Outra ferramenta é o emprego de satélites para o controle do tráfego aéreo, para comunicação, vigilância e navegação das operações aéreas de uma missão - um sistema global a ser implantado em breve, para além dos satélites de geoposicionamento, o chamado GPS, em utilização pelas tropas das forças de paz, e o monitoramento e alerta de catástrofes.

Concluindo, ressaltou o Brigadeiro o grande alcance social do programa espacial brasileiro, e recordou estudo feito pela Câmara dos Deputados, segundo o qual “o Programa Espacial enfrenta uma demanda maior do que os recursos alocados são capazes de atender”, o que é a mais límpida e cristalina verdade.

O Dr. Eduardo Marson Ferreira fez um relato da inserção da indústria aeronáutica no contexto das missões de paz e da manutenção da lei e da ordem e de segurança pública. Ele ressaltou, como exemplo, o emprego de helicópteros nas missões humanitárias de resgate das vítimas das enchentes no início do ano, no Rio de Janeiro, assim como em Santa Catarina, nas enchentes de 2008. Os helicópteros usados foram tanto das Forças Armadas e das forças policiais, quanto de particulares.

Nas missões de paz, recordou o resgate dos reféns das Farc, na Colômbia, em 2009 e 2010 – uma operação realizada com a autorização das Nações Unidas, sob os auspícios da Cruz Vermelha. Outra missão de resgate foi realizada em outubro com o novo helicóptero EC725, recentemente adquirido pelas Forças Armadas, para libertar funcionários da Funai, prisioneiros de uma tribo no Pará. Foi uma operação “casada”, da qual participaram a FAB, o Exército e a Polícia Federal.

O Dr. Marson Ferreira recordou as origens da Helibrás, um projeto industrial e de transferência de tecnologia desenvolvido pela indústria francesa Aerospatiale e a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, que iniciou suas atividades em 1978, no Centro Tecnológico da Aeronáutica, e implantou sua fábrica, dois anos mais tarde, na cidade mineira de Itajubá. A Helibrás foi formada por inspiração do governo brasileiro, interessado numa indústria aeronáutica de asas rotativas.

Em 33 anos de existência, revelou o Dr. Marson, a indústria já entregou mais de 550 aeronaves, como o Esquilo e o Puma, e conta com 573 colaboradores, ocupando-se também da manutenção dos motores e das pás aqui no Brasil. A empresa mantém um centro de treinamento, onde já formou mais de 10 mil profis-

sionais, entre pilotos, mecânicos e técnicos especializados. São de fabricação da Helibrás-Eurocopter (a empresa acionista francesa), 65% da frota de helicópteros das Forças Armadas, assim como 80% da frota das polícias e bombeiros, além de uma participação de 45% no mercado particular. No setor de *off-shore*, a empresa detém 30% do mercado.

O palestrante informou que, desde 2008, a empresa está engajada no projeto EC725/225, fruto de um contrato pioneiro assinado com o governo brasileiro para a fabricação de 50 aeronaves destinadas às três forças, com o objetivo de implantar uma indústria completa de helicópteros no Brasil.

O projeto apoia-se em quatro pilares: o desenvolvimento de um centro de engenharia no Brasil; as atividades da linha de produção de helicópteros; um centro de simulação e treinamento e um polo de manutenção, reparo e revisão. Fazem parte desse projeto várias indústrias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O objetivo é empregar 50% de valor agregado nacional na produção desse helicóptero. As três primeiras unidades já foram entregues às Forças Armadas no final do ano passado. Outro projeto refere-se à modernização dos helicópteros Pantera e Esquilo, do Exército Brasileiro.

A propósito da fabricação de helicópteros, o Ministro Norberto Moretti iniciou sua palestra revelando que um dos grandes desafios hoje, nas Nações Unidas, é o de contar com o número necessário daquelas aeronaves para as operações de paz, a ponto de o Secretário-Geral da ONU ter advertido o Conselho de Segurança quanto às dificuldades no cumprimento de seu mandato na força de paz da República Democrática do Congo pela carência de helicópteros, fundamentais, naquela área, no combate à violência cometida contra civis.

O diplomata discorreu sobre a legitimidade da participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz. Para ele, do mesmo modo que, no plano interno, as ações do Estado devem se revestir de uma clara legitimidade política também na nossa ação externa. Essa é uma necessidade evidente, para que fique claro para a sociedade brasileira não só o peso dessa escolha do Estado, mas o fato de que ela está sendo calcada em fontes que a legitimam.

Essa legitimidade, de acordo com sua análise, baseia-se em três fontes essenciais, sendo a primeira a própria Constituição Federal, cujo art. 4º define as principais diretrizes que devem nortear a política externa brasileira.

Ele observou que existe quase que uma perfeita correspondência entre várias dessas diretrizes e a atuação das Forças Armadas em operações de paz.

Uma delas é a defesa da paz no exercício das relações exteriores do Brasil, e esse é o objetivo das missões de paz nas quais atuam as nossas forças. Ele lembrou que o Brasil contribui hoje com a Fragata União para a Força Tarefa Marítima da Missão de Paz das Nações Unidas no Líbano.

Outra diretriz diz respeito ao privilégio a ações pacíficas de solução de controvérsias, e as operações de paz têm como objetivo criar um ambiente de estabilidade e segurança que permitirá às partes envolvidas no conflito encontrar uma solução política.

Quanto às diretrizes que se referem ao princípio da não intervenção nos assuntos internos de países soberanos, lembrou o palestrante que, no caso das operações de paz, como a Minustah, é necessário o consentimento prévio daquela nação. E, nesse caso específico do Haiti, houve uma solicitação formal daquele país às Nações Unidas solicitando essas forças de paz.

Portanto, o Brasil, cumprindo rigorosamente o que determina a nossa Constituição e as regras estabelecidas pelo governo brasileiro para utilização das nossas forças.

A Constituição estabelece também a diretriz do respeito aos direitos humanos e todas as operações de paz hoje têm um elemento importante na promoção dos direitos humanos.

Por fim, uma das diretrizes também contidas no art. 4º da Constituição, também observada nas operações de paz, é a contribuição para cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A segunda fonte de legitimidade da participação das nossas Forças Armadas em operações de paz, destacou o diplomata, é a determinação, contida em lei, de que o envio de tropas para essas missões seja objeto de aprovação pelo Congresso Nacional.

Finalmente, a terceira fonte de legitimidade é a própria Carta das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário, que confere ao Conselho de Segurança a responsabilidade primária pela manutenção da paz e a segurança nacional, e ao conselho que estabelece as missões de paz.

Concluindo, ressaltou o palestrante que o tipo de ação desenvolvida por nossas Forças Armadas, que vai além do uso da força, tanto nas operações no exterior quanto naquelas de cunho social dentro do nosso país, como acontece na criação dessas unidades de polícia pacificadora no Rio de Janeiro, também confere a essa participação sustentabilidade política, pois, se esta não fosse bem vista por nossa população, o Congresso Nacional, sempre sensível à opinião da população brasileira, não teria respondido afirmativamente à solicitação do Executivo para o envio de missões tanto ao Haiti quanto, mais recentemente, ao Líbano.

Para ele o boina azul brasileiro é uma personificação desses preceitos constitucionais e dos maiores e melhores valores dos brasileiros.

Iniciando a pauta do dia de hoje.

ITEM 1

- Não terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 135, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Observação: No dia 01/12/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

Convido para que tome assento à mesa, desejando-lhe boas-vindas em nome dos integrantes desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Embaixador Fernando Apparicio da Silva, indicado para a República de Guiné-Bissau. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Fernando Apparicio da Silva para iniciar a sua exposição, que terá a duração de 15 minutos.

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – Muito obrigado. Bom dia a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – (...) estar aqui.

Os Diplomatas brasileiros têm em mente este momento, sempre, em que, pela primeira vez, são indicados para assumir a chefia de uma missão diplomática e, em que, pela primeira vez, passam pelo crivo desta Comissão e desta Casa.

Eu, enfim, trabalho atualmente... sou Assessor na Subsecretaria-Geral Política II, do Ministério das Relações Exteriores. Antes disso, em 2010, fui cedido, por um ano, para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, em que trabalhei na Assessoria Internacional; e, entre 2004 e 2009, trabalhei na Secretaria-Geral do Itamaraty.

Em 2004, fui designado para uma missão transitória relativamente longa no Haiti. Cito isso, porque vejo muitas semelhanças entre Haiti e Guiné-Bissau, semelhanças entre os dois países. Os dois países fazem parte da agenda do Conselho de Segurança da ONU.

Guiné-Bissau é um pequeno país na costa ocidental da África – pequeno em população, com 1,5 milhão de habitantes; pequeno em território, pois ocupa

uma superfície que corresponde aproximadamente à metade do Estado do Rio de Janeiro; pequeno em riqueza, com um PIB que não chega a US\$1 bilhão e, portanto, com uma baixa renda *per capita*. É um dos países com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano.

Quarenta e cinco por cento da população têm menos de 15 anos. A expectativa de vida é em torno de 50 anos. Há cerca de 20 etnias em Guiné-Bissau. Metade da população professa a religião muçulmana; 45%, as religiões africanas animistas; há 5% de cristãos.

Como disse, é um país pequeno em riqueza. Ainda não foi descoberto, até hoje, ao contrário de alguns países vizinhos, nenhuma grande riqueza mineral que pudesse acenar com um futuro melhor, digamos assim, para o país.

Guiné-Bissau tem uma economia essencialmente agrária, de subsistência. O principal produto de exportação é a castanha de caju. Guiné-Bissau é o sexto exportador mundial de castanha de caju.

Guiné-Bissau é uma ex-colônia portuguesa, uma ilha lusófona num mar de francofonia. Toda aquela região sofre uma grande influência cultural, política e econômica da França.

A história de Guiné-Bissau se entrelaça com a história do Brasil, eu diria, já no século XV, antes de o Brasil ser descoberto. O Tratado de Tordesilhas, que estabelece os limites de soberania entre Portugal e Espanha no Novo Mundo, tem como referência Cabo Verde, que é um arquipélago de Guiné-Bissau.

A partir do século XVI, durante três séculos, levas e levas de africanos vieram para o Brasil como escravos. Num país em que 50% da população se declara afrodescendente, esse fato dá uma boa medida da importância de um país como a Guiné na formação da nacionalidade brasileira.

Até o final do século XIX, a presença portuguesa se limitava ao litoral de Guiné. Foi no final do século XIX que Portugal começou a ocupar, efetivamente, o interior do país, e essa ocupação levou nada mais, nada menos do que 50 anos. Portugal teve de enfrentar uma forte resistência de uma etnia: a dos balantas, a principal etnia do país.

Quando a ocupação efetiva se tinha completado, Portugal já estava vivendo sob o salazarismo. E, no salazarismo, o império colonial tinha uma importância fundamental do ponto de vista político, econômico e ideológico. O auge desse regime se deu nos anos 50, e, nesse momento, Portugal já estava na contramão da história; a Inglaterra e a França já descolonizavam. Claro que a Inglaterra e a França descolonizavam, porque poderiam neocolonizar, coisa que Portugal não poderia fazer.

Então, Portugal se prendeu a um regime colonial anacrônico e arcaico, que certamente geraria lutas pela independência particularmente violentas. Foi o que ocorreu em Guiné-Bissau.

Em meados dos anos 50, é fundado o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. A ideia era promover a independência dos dois países, e, no horizonte pós-independência, a união desses dois países.

Em 1961, começa a luta pela independência em Guiné-Bissau. Em poucos anos, o PAIGC já domina praticamente todo o território. Bem antes da Revolução dos Cravos, Portugal já dava como perdida a Guiné-Bissau, que declara unilateralmente sua independência em setembro de 1973. Só em setembro de 1974, um ano depois, Portugal finalmente a reconhece.

São, portanto, 40 anos de independência. O Brasil reconheceu a independência de Guiné-Bissau em junho de 1974, depois da Revolução dos Cravos. Antes, e mesmo durante seis meses após a Revolução dos Cravos, Portugal pensava numa federação, numa confederação, mas não na ideia da independência, que só vingou no final de 1974. Portanto, a relação afetiva com Guiné-Bissau ou considerações de ordem estratégica pesaram mais no reconhecimento pelo Brasil da independência da Guiné do que as relações afetivas e políticas que o Brasil tinha, então, com Portugal.

O Brasil está presente em Guiné-Bissau há 40 anos, ou seja, em todos os momentos. E Guiné-Bissau, portanto, é um país que tem o seu espaço assegurado na política externa brasileira durante todo esse período.

Mas o que Guiné-Bissau mais pede, ao longo de todo esse período, é ajuda. Como eu disse, é um país muito pobre. Nos anos 90, a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que tem entre seus objetivos estimular a cooperação, deu mais ênfase ainda à cooperação bilateral.

Guiné-Bissau é atualmente um dos países que mais se beneficiam da cooperação técnica brasileira. São 13 projetos, nove em andamento e quatro em negociação. Projetos que incluem as mais diversas áreas, como saúde... E no caso da saúde, prevenção de doenças tropicais, como a malária; e o combate e o diagnóstico do HIV/Aids. Mas além da saúde, também a educação. Em Guiné-Bissau, 1.200 estudantes guineenses frequentaram as universidades públicas brasileiras ao longo dos últimos dez anos. Há projetos na área de educação para os direitos humanos, formação profissional, educação técnica e segurança. Há projetos importantes na área de segurança, registro civil, inclusão digital. E vários Ministérios e órgãos da administração brasileira estão envolvidos na execução

desses projetos: o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, Polícia Federal, Serpro, IBGE, Senai etc.

Alguns projetos são estruturantes, são projetos caros. Eu citaria, por exemplo, o Centro de Formação Profissional Brasil/Guiné-Bissau, que foi inaugurado no ano passado e que, até o final deste ano, até agora em dezembro, terá formado, em dois anos, cerca de 600 profissionais. É executado pelo Senai.

Além da cooperação técnica, é importante citar a cooperação financeira. As negociações para o perdão da dívida de Guiné-Bissau estão em fase avançada, assunto que virá para consideração desta Casa, o Senado Federal. E a ajuda humanitária também. O Brasil transfere recursos para o Programa Mundial de Alimentos para assistência em merenda escolar.

No entanto, a área mais importante na cooperação é a reforma do setor de segurança, que tem envolvido vários parceiros internacionais. A Guiné-Bissau é um país onde a Marinha não tem barcos, a Aeronáutica não tem aeronaves e o Exército, por sua vez, é um Exército inchado, com uma cúpula muito grande. É uma estrutura piramidal em que o topo é quase do tamanho da base. Muitos generais egressos ainda das lutas de independência são mal formados e propensos a sublevações e motins.

A Guiné-Bissau é um país constantemente sacudido por sublevações militares, golpes de estado. Em 1998, uma sublevação militar, liderada pelo então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, provocou uma guerra civil de quase um ano que praticamente destruiu o país.

Em 2009, foi assassinado o Presidente Nino Vieira, um acontecimento com origem militar também.

Então, a reforma do setor de segurança está na base da estabilização do país. E essa reforma contempla, em primeiro lugar, a criação de um fundo de pensões que permita a aposentadoria dos combatentes da pátria e, paralelamente, a formação de jovens oficiais imbuídos realmente do espírito republicano, de respeito às autoridades civis constituídas. Isso está em negociação.

Alguns países já prometeram transferência de recursos para permitir que a reforma do setor de segurança, conhecida como RSS, tenha início. Angola, por exemplo, prometeu US\$3 milhões; a União Europeia, US\$10 milhões; a CEDEAO, que é a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, US\$63 milhões; o Fundo para Constituição da Paz, da ONU, US\$10 milhões. Com esses recursos, será possível alimentar esse fundo de pensões e dar início à reforma.

O Brasil anunciou, em 2009, a criação de uma missão técnica militar. O principal objetivo dessa missão é a construção de um centro de formação de oficiais.

Atuaríamos, portanto, nesse segundo aspecto da reforma, que é ajudar a construção, a formação de um exército efetivamente republicano, jovem, que respeite a autoridade civil constituída. Um exército profissional, em outras palavras.

Foi uma missão prospectiva, com dois oficiais do Exército Brasileiro, à Guiné-Bissau. Essa missão esteve quatro meses em Bissau este ano. Já fez levantamento sobre local, sobre custos, para construção desse centro.

Caso esta Casa aprove meu nome, caso V. Ex^{as} aprove meu nome, como embaixador, eu teria os seguintes objetivos. Primeiro, não permitir que os projetos de cooperação sofram uma solução de continuidade. É muito importante que o Brasil mantenha, pelo menos, uma média de 15 projetos bilaterais de cooperação técnica com um país tão necessitado quanto a Guiné-Bissau. Então, vou procurar atuar para que os projetos em negociação sejam executados e para que tenha continuidade a boa média de projetos que foram implementados nos últimos anos.

Uma segunda preocupação: eu gostaria de, como embaixador, repito, caso meu nome seja aprovado, ver essa missão técnica militar em funcionamento e ver esse centro de formação de oficiais também efetivamente inaugurado, construído e funcionando.

Pretendo também manter o dinamismo do Centro Cultural Brasil/Guiné-Bissau. O Brasil mantém um centro cultural muito ativo, um dos mais ativos mantidos pelas embaixadas brasileiras. É ponto de referência na capital. Os dois pontos de referência para atividade cultural são o centro cultural mantido pela Embaixada da França e o centro cultural mantido pela Embaixada do Brasil. Então, terei muito empenho em manter o dinamismo desse centro e as atividades que lá se desenvolvem.

Finalmente, apesar de a Guiné-Bissau ter uma comunidade brasileira muito pequena, são cerca de 500 brasileiros que vivem lá, eu, como embaixador, estarei atento para que todos os brasileiros tenham a assistência consular devida e que se sintam em casa indo à Embaixada, que eles queiram ir à Embaixada, visitá-la. Farei questão de que as portas estejam sempre abertas à comunidade brasileira.

Enfim, umas últimas palavras. Eu diria que a África é estratégica para o mundo atualmente. As potências tradicionais estão lá e continuam lá, não querem sair de lá. As novas potências, como a China, têm uma presença cada vez maior na África. A África é muito importante para o Brasil. O Brasil é um dos países que mais têm embaixadas na África. Nossos exportadores estão interessados na África, bem como nossas empresas de mineração, nossas empresas de energia,

nossas construtoras. E, ao contrário dos outros países, o Brasil goza, na África, de uma enorme simpatia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – V. Ex^a me dá apenas mais um minuto? *(Pausa.)*

Os africanos sabem, no fundo, que o Brasil talvez seja o país que, fora da África, melhor entenda a África. Então, eles querem a presença do Brasil. E a Guiné-Bissau está na entrada do Atlântico Sul; é um dos portões de entrada do Atlântico Sul. Então, é muito importante uma Guiné-Bissau estável, porque uma instabilidade naquele país pode, inclusive, servir de pretexto para ingresso de tropas de outras regiões. E nós queremos um Atlântico Sul livre de tropas de outras regiões: um Atlântico Sul como uma zona de paz.

Eu concluo dizendo que assumirei, caso seja aprovado, essa função com muita humildade, porque sei que faço parte de uma cadeia em que vários servidores de Estado estão envolvidos em temas de Guiné-Bissau e temas africanos. Eu seria apenas um elo nessa longa cadeia. Assumiria com humildade, mas com muito entusiasmo.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Fernando Aparício da Silva, indicado para a Guiné-Bissau.

Antes de passar a palavra ao primeiro Senador inscrito, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, eu colocaria à Comissão se nós poderíamos declarar aberto o processo de votação, com base no Ato nº 1/2011, no seu art. 3º, §4º:

Excepcionalmente, ouvido o Plenário da Comissão, o Presidente poderá determinar o início do processo de votação do relatório antes do final da arguição do indicado.

Eu indago aos senhores integrantes desta Comissão se podemos declarar aberto o processo de votação.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro aberto o processo de votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que quiserem fazer uso de seu voto já podem vir à Mesa para solicitar a cédula de votação.

Passo agora a palavra a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, queria salientar ao Ministro Fernando Apparício da Silva que não estranhe a pouca presença de Senadores em sua sabatina. Houve uma coincidência hoje com duas audiências públicas sobre dois assuntos rumorosos que estão concentrando a presença dos Srs. Senadores nas

Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e na de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Por isso, temos aqui a pouca presença de Senadores, uma vez que estão mobilizados naquelas duas reuniões.

Aliás, Sr. Presidente, o grupo de Senadores envolvido em uma reforma do Regimento Interno do Senado que acolha, inclusive, uma proposição do Senador Mozarildo Cavalcanti, segundo a qual as Comissões e o Plenário funcionariam, alternativamente, a cada semana, ou seja, haveria uma semana para funcionamento só das Comissões, de modo que, havendo sessões de manhã e de tarde, não haveria essa coincidência que ocorre aqui.

Eu gostaria de explicar ao ilustre diplomata sabatinando que nós somos membros, em geral, de quatro a seis Comissões, que, muitas vezes, como hoje, funcionam na mesma hora, no mesmo momento. E isso dificulta nossa presença, já que, onipresente, só Deus, não é?

Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a missão que irá desenvolver é muito importante no contexto das relações internacionais, no contexto das relações sul-sul, no contexto das relações entre dois países lusófonos e no contexto das relações entre um país emergente e um país subdesenvolvido, no sentido de que nós façamos, em relação a esses países mais pobres, aquilo que as potências não fizeram no passado. Ou seja, que a missão do Brasil seja uma missão de solidariedade e não uma missão de dominação ou uma missão de tirar vantagens, propiciando, assim, o desenvolvimento comum dessas nações menos desenvolvidas.

Já que chegou o nosso grande Senador Blairo Maggi, um dos maiores produtores do agrobusiness brasileiro, eu lhe faria a primeira pergunta. Na verdade, selecionei três perguntas.

A primeira pergunta diz respeito à assistência técnica e tecnológica na área da agricultura. Indago se há algum programa da Embrapa, se a Embrapa já está presente em Guiné-Bissau no sentido de prospectar aquelas produções agrícolas que possam ser viáveis no território daquele país. E, nesse sentido, eu queria salientar a V. Ex^a que não só a empresa brasileira, mas várias empresas estaduais... E eu tenho orgulho de dizer que a Epagri, que é a empresa de Santa Catarina, tem condições técnicas de fazer essa parceria e dar essa assistência.

Também gostaria de perguntar a V. Ex^a em relação a um processo que pode encurtar o caminho para a alfabetização e para o desenvolvimento da educação, que é o ensino à distancia, a teleducação.

Nós temos em Santa Catarina duas universidades que não só são pioneiras, como têm grande expertise

em teleducação: A Universidade Estadual, que pertence ao Governo, a Udesc, e uma universidade comunitária, que pertence a um consórcio de Municípios, que é a Unisul. Ambas têm uma grande expertise. Programas de teleducação, de ensino à distância dessas duas universidades hoje abrangem alunos em todo território do País, milhares de alunos. Esse poderia ser, talvez, uma queima de etapa no sentido de multiplicar a educação. Aliás, nós ainda não temos a consciência de que o confinamento de aluno em sala de aula é algo absolutamente paradoxal com o nível de tecnologia que a sociedade humana atingiu.

Como é que a educação evoluiu? A educação começou com os gregos, com Akademos, de cujo nome decorre o tema academia. Nos tempos de Akademos, era um professor lecionando para um aluno. Nós chamamos cátedra uma disciplina, porque o professor ensinava sentado numa cadeira (*cathedra*), e o aluno assistia às aulas de pé. Esse era o sistema. Depois, na Idade Média, a grande inovação: ao invés de um aluno, colocaram 40, 50 numa sala de aula. Só que hoje é preciso romper os muros da célebre canção *The Wall*, romper os muros da educação e apropriar a teleducação, desde o pré-primário.

Em Singapura, por exemplo, há um projeto de teleducação, que começa no pré-primário – e quis leva-lo para Santa Catarina –, em que eles ensinam, ao mesmo tempo, mandarim e inglês. Nós podemos fazer isso aqui, no Brasil, e também podemos fazer em Guiné-Bissau.

Então, como V. Ex^a olharia a possibilidade de uma cooperação brasileira – e, neste caso, não tenho dúvida de que tanto a Universidade de Santa Catarina como a Unisul, como qualquer universidade brasileira que já faça teleducação, e acredito que São Paulo tenha vários centros universitários que o façam – para que massifiquemos o processo de educação desde a pré-escola na Guiné-Bissau.

Faço uma terceira pergunta. V. Ex^a é um enarca, passou pela ENA. Amanhã, a ENA forma a sua primeira turma em Florianópolis. Nós levamos para Florianópolis a filial da ENA, que é a única fora de Estrasburgo e Paris. Vamos formar a primeira turma. A ENA, como o senhor sabe, tem um sistema educativo diferente; ela atua por casos. Então, digamos assim, planejamento urbano ou planejamento econômico poderiam ser cases para a ENA brasileira cooperar com o Governo de Guiné-Bissau. Eu não tenho dúvida de que a ENA brasileira estará à disposição e adoraria o desafio de ter como case um trabalho de planejamento e de formação de servidor público na Guiné-Bissau.

O objetivo da ENA é formar servidor público profissional; acabar com essa história no Brasil de que,

muda o prefeito, muda o governador, muda toda a burocracia. Então, a filosofia da ENA é essa. E a ENA já potencializou mais de 10 mil servidores públicos em cursos de curta duração, para ir profissionalizando os servidores do Estado. Então, o objetivo também seria esse. Já que se prepara uma academia de formação profissional militar, não se poderia também preparar uma nova burocracia? E é fundamental para erguer esse país. A ENA reergueu a França no pós-guerra. O General De Gaulle a criou com esse objetivo. Hoje, a França é a segunda potência da Europa e deve muito à burocracia profissional que foi criada com a ENA.

Seriam essas as três perguntas a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique. Passo a palavra ao Embaixador Fernando Apparicio da Silva, para as respostas.

Obrigado.

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – Obrigado, Senador, pelas perguntas.

A primeira pergunta. A Embrapa, sim, executa projetos na Guiné-Bissau. A ideia é que, como a Guiné-Bissau é um grande exportador de castanha de caju, a Guiné-Bissau passe a agregar mais valor a esse produto. Há um projeto na Embrapa justamente no sentido de uma maior capacitação, de maneira que seja agregado mais valor e, não só isso, que se ampliem os mercados de exportação do país.

Quanto à segunda pergunta, eu me permito me estender um pouco mais sobre o tema educação, de que falei muito rapidamente na minha exposição. A área de educação é fundamental. O Brasil está envolvido em várias ações, em vários projetos. Por exemplo, a reestruturação da Universidade Amílcar Cabral, a capacitação de professores de matemática e português no Brasil. Além disso, o Centro Cultural Brasil/Guiné-Bissau tem oito professores de português. Por incrível que pareça, o português não é tão difundido assim, como a gente pensa num primeiro momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – Sim; mais ou menos.

As etnias falam as suas línguas; a língua interétnica é o creole; e o português é tão falado quanto o francês pelas elites do país, onde há uma forte presença francesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – O ensino à distância. Pelo que li, já houve a ideia, não sei por que não prosperou. Porém, já houve, num passado recente, a ideia de alguma cooperação nesse sentido sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – É: aparelhos de televisão... Talvez seja por aí. Por alguma razão não teve evolução, mas é uma ideia que já foi considerada, sim, pelos dois países e suscitada, inclusive, pelos guineenses. Eles têm interesse.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – *(intervenção fora do microfone.)* (...) captação desses aparelhos analógico e fazer uma doação em massa para Guiné-Bissau.

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – Vou anotar. Vou ficar atento de maneira que essa ideia ressurgja.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Inclusive porque o lixo tecnológico é terrível. As pessoas vão pegar essas televisões antigas... O Brasil tem muito sonho da novidade, e a dona de casa não quer ter aquela televisão quadrada, quer ter a televisão de tela fina. Então, vai haver uma profusão de lixo tecnológico. O Brasil podia pensar nisso: recolher esses aparelhos analógicos e difundir para esses países pobres.

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – Sim.

A terceira pergunta do senhor diz respeito ao funcionalismo público.

A Guiné-Bissau é um país extremamente frágil do ponto de vista institucional. Uma grande fragilidade. Claro que o fortalecimento institucional passa, obviamente, não em curto prazo, mas em médio e longo prazo, pela criação, pela existência de um funcionalismo profissional.

O projeto do MEC que engloba o apoio à reestruturação de cursos de educação profissional e administração. E administração, entendo que deva incluir também a administração pública. Mas claro que a ideia de uma escola que pudesse servir ao Estado seria muito importante. Mas a reforma fundamental no momento, a Guiné-Bissau não precisa de reforma macroeconômica, o País está bem com os organismos financeiros internacionais. O FMI reconhece, é um país com inflação baixa, que cumpre com que os organismos internacionais pedem. A reforma fundamental no momento é a reforma no setor de segurança, que está na base de tudo, inclusive do início da implementação da reforma do setor de segurança é condição para que se realize uma grande conferência de doadores, prevista para o primeiro semestre do ano que vem. Conferência cujo objetivo é angariar fundos para promoção do desenvolvimento.

Então, é a principal atenção do momento do próprio país e dos parceiros internacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Com a palavra S. Ex^a a Senadora Ana Amélia e, logo em seguida, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A questão é porque fui provocada pelo Professor e gramático Ernani Pimentel, muito preocupado com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Portugal e Brasil já firmaram esse acordo. Guiné-Bissau e Cabo Verde *idem*. Mas Angola e Moçambique que têm, somados, uma população de 45 milhões de pessoas não aderiram ainda formalmente ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Existem muitas dúvidas a respeito dessa matéria do âmbito até legal, porque parece que ele teria sido alterado, segundo informações, pós-assinatura pelos governos brasileiro e português, e também Cabo Verde e Guiné-Bissau. Ele deveria entrar em vigor em 2013, e eu queria saber se V. Ex^a teria alguma informação a respeito disso e como a matéria está sendo vista pelas autoridades e pela diplomacia brasileira, já que esse é um fator de integração em relação à comunidade...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, eu queria, em primeiro lugar, pedir desculpas pelo fato de não poder ter estado aqui desde o início da sabatina. É que hoje se instalava uma subcomissão da CCJ do Senado dedicada ao tema da segurança pública. E eu faço parte dessa subcomissão e, até por minha iniciativa, programamos as reuniões ordinárias para as quintas-feiras à tarde de modo que não haja mais essa coincidência de horários.

Mas lamento muito não ter estado aqui desde o início e quero pedir desculpas ao senhor, aos Colegas, ao Embaixador. Não sei se o Embaixador já tratou do tema a respeito da fragilidade institucional e da instabilidade política da Guiné-Bissau, que é um tema sobre o qual tenho a curiosidade de saber qual é a raiz. Eu me lembro do assassinato do Amílcar Cabral, a quem conheci pessoalmente, tive alguma convivência, um homem admirável, intelectual, poeta, que foi realmente um grande líder da luta pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

De lá para cá, houve uma sucessão de turbulências e eu gostaria de saber o que está na origem disso, se o senhor poderia me dizer qual é a raiz dessa convulsão permanente, que parece agora chegou

a um ponto de acomodação. Mas que continua sendo objeto de preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, Sr. Embaixador. Primeiramente a resposta à pergunta formulada por S. Ex^a a Senadora Ana Amélia e, em seguida, à pergunta feita por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas ratificar as palavras do Senador Aloysio – aliás ouvi o Senador Luiz Henrique quando iniciou os questionamentos – sobre o que nós estamos vivendo hoje com diversos Ministros presentes na Casa e temas conflitantes nos horários. Também da mesma forma que o Senador Aloysio, eu queria pedir desculpas, porque costumo vir sempre à CRE, e peço desculpas também ao nosso Embaixador, mas essa é uma posição necessária dada a importância e relevância que nós, Senadores, damos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Fernando Apparicio da Silva.

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Ana Amélia, a senhora me fez uma pergunta muito específica, e eu respondo que, para o Brasil, a promoção da língua portuguesa é essencial, é um dos objetivos da CPLP, além da coordenação política e da cooperação e a difusão da língua.

Temos interesse em que esse acordo seja ratificado por todos, inclusive, porque nossos programas de cooperação e de educação ficam muito na dependência da entrada em vigor desse acordo. E o português... O Brasil tem, inclusive, interesse em que alguns organismos internacionais adotem o português como língua de trabalho, o que já tem acontecido em alguns casos.

Então, a entrada em vigor desse acordo está na base de um projeto político muito importante.

Quanto ao senhor, Senador Aloysio, eu já tinha de certa forma tocado no assunto, mas foi bom o senhor tocar de novo, porque foi muito rápida a minha exposição.

A Guiné-Bissau é sacudida por crises institucionais, por golpes militares, por sublevações. O senhor mencionou o assassinato do Líder Amílcar Cabral, um dos grandes líderes da independência de toda a África. Ele é comparado aos grandes líderes africanos. E foi seu assassinato que levou, inclusive, a Guiné-Bissau a declarar, unilateralmente, sua independência em setembro de 1973.

Em 1980, o Presidente Luís Cabral foi assassinado. Começou aí. Houve um golpe de Estado e co-

meçou aí... Periodicamente o País vem sofrendo. Eu digo que atualmente a origem, na minha opinião, é a existência de um exército envelhecido, são os antigos, remanescentes das guerras de independência que permanecem lá, são muito gerais, um efetivo envelhecido de oficiais mal pagos, que se aproveitam de rivalidades pessoais com o Presidente da República, promovem golpes, derrubam presidentes.

A saída é a reconstrução do exército, quer dizer, a desmobilização desse contingente envelhecido, através da criação de um fundo de pensões que permite que eles sejam desmobilizados e reinseridos na sociedade, e paralelamente a criação de um exército com jovens oficiais imbuídos de um espírito republicano mesmo, verdadeiramente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA – Colaboraria. Sem isso, Guiné-Bissau talvez seja sacudida novamente. Sem uma reforma no setor de segurança, sem um novo Exército, aposentadoria desses antigos combatentes e a criação de um Exército jovem, imbuído de espírito republicano que respeite a autoridade civil constituída, eleita, essa situação de estabilidade persistirá.

Claro que quando acontece uma crise, sempre se levanta a questão étnica, mas, para mim, ela não é fundamental. Se houvesse um exército republicano realmente, o fator étnico não pesaria. O exército tem um grande domínio da etnia balanta, que é a etnia mais aguerrida do país, foi quem resistiu à ocupação portuguesa, quem lutou na independência; são os balantas que correspondem a 30% da população e são predominantes no exército. O Presidente Nino Vieira não era balanta e contava aparentemente com 20% do apoio dos militares. Mas, com um exército profissional, esse elemento não conta. O exército republicano tem que respeitar a autoridade constituída. Então, na minha opinião, a origem é essa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu perguntaria às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas oferecidas por S. Ex^a o Sr. Embaixador Fernando Apparicio da Silva. *(Pausa.)*

Eu gostaria de lhe fazer uma formulação, embaixador. Não costumo me utilizar do momento da inquirição por parte dos Srs. Senadores para me dirigir aos senhores embaixadores em termos de perguntas, mas me chamou atenção o fato de Guiné-Bissau ter 45% da sua população de 15 anos de idade para baixo, quer dizer, quase metade da população do país tem de zero a 15 anos, constituindo-se 45% da população.

Tem a questão da reforma militar, que é preciso ver, tem-se que dar uma destinação constitucional den-

tro da república às forças armadas de Guiné-Bissau, mas também acredito que seria de fundamental importância dar uma destinação a essa juventude com o apoio que eventualmente o Brasil possa oferecer, e outros países amigos, no campo da educação, na construção de escolas, na formação de professores, no envio de professores brasileiros para atuar na formação de outros profissionais, porque, com metade da população com menos de 15 anos de idade, se nós não oferecermos alguma expectativa de futuro, de esperança para essa população, acredito que Guiné-Bissau, esse país amigo, terá muito poucas chances de se sobrepôr às crises que, sem dúvida, advirão, continuarão a ocorrer de tempos em tempos.

Mais do que uma pergunta, eu gostaria apenas de deixar anotado isso como uma lembrança, caso V. Ex^a seja aprovado por esta Comissão, de levar isso em conta no sentido de colocar como sua prioridade como Embaixador do Brasil na Guiné-Bissau esse maior entrosamento entre o nosso País e Guiné-Bissau, sobretudo no campo da educação.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA –

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Se V. Ex^a tiver alguma consideração, por favor, enquanto terminamos o processo de votação.

O SR. FERNANDO APPARICIO DA SILVA –

Quero apenas agradecer as palavras do senhor e dizer que compartilho plenamente, que a área de educação é muito importante. O centro do Senai tem formado muitos jovens e adolescentes – o Centro do Senai foi aberto no ano passado –, 600, até o final deste ano, entre adolescentes, jovens e adultos.

Trata-se de um projeto muito bonito também; um projeto triangular, que o Brasil executa em parceria com a Unesco, de criação de uma escola numa comunidade de Guiné-Bissau, uma comunidade de São Paulo. Uma escola-modelo com a parte curricular tradicional e com atividades extracurriculares, envolvendo esporte. A parte extracurricular vai funcionar inclusive nos fins de semana, e na execução está envolvida inclusive uma organização não governamental muito atuante, de São Paulo, junto com o Governo brasileiro e a Unesco.

Acho que isso pode ser um embrião para se repetir experiências parecidas em outros pontos da capital, em outros pontos do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Fernando Apparicio da Silva.

Eu perguntaria se algum Senador ainda precisa votar.

Todas as Sr^{as} e Srs. Senadores já votaram? *(Pausa.)*

Declaro encerrado o processo de votação.

Convido, para atuarem como escrutinadores, S. Ex^a a Sr^a Senadora Ana Amélia e S. Ex^a o Sr. Senador Luiz Henrique, bem como designo S. Ex^a o Sr. Senador Gim Argello para atuar como Secretário, de acordo com o art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal. *(Pausa.)*

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião desta Comissão será transformada em secreta.

Solicito que permaneçam no recinto as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

(Secretada às 11 horas e 14 minutos, a reunião volta ser pública às 11 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está reaberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Pela ordem, concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pedindo licença ao Senador Eduardo Suplicy,...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a licença do Senador Eduardo Suplicy, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de requerer a V. Ex^a que submeta ao Plenário que o projeto seja declarado em urgência urgentíssima, para que possamos deliberar ainda hoje em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

A sua solicitação será atendida, nos termos do Regimento, e encaminhada à Mesa Diretora dos trabalhos do Senado Federal.

Agora, com a palavra, S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)* (...) Apparicio da Silva, que eu considero plenamente qualificado, como têm sido todos os nossos representantes do Itamaraty, mas para, sobretudo, nos representar em Guiné-Bissau.

Gostaria de transmitir, Sr. Presidente, inclusive hoje havia anunciado que eu estaria em São José da Costa Rica, para uma reunião da Cepal, onde fui convidado para explicar a perspectiva da renda básica de cidadania. Mas, em função da responsabilidade de hoje termos a votação de PEC sobre a desvinculação da

receita União, atendi ao apelo da Liderança do Governo e o do PT em permanecer aqui. Então, aqui registro que não pude estar hoje em São José da Costa Rica. Falo isso por que sei que, em Guiné-Bissau e em toda a África, está-se debatendo também esse tema.

Informo a V. Ex^a e à Comissão de Relações Exteriores que há outro convite que me foi formulado no mesmo sentido para ir a Beirute para o encontro das comissões econômicas e sociais dos cinco Continentes – a do Cepal, a do Oriente Médio, a do Pacífico, a da África, das Américas todas e da Europa, então, isso será dias 10 e 11 de janeiro, portanto, não haverá impedimentos como o que hoje estamos tendo.

Mas quero, inclusive, depois, Embaixador Fernando Aparecido da Silva, lhe encontrar e dar o meu livro e o material e a palestra recente que tenho sobre esse assunto e me colocar à disposição de colaborar com as autoridades do parlamento, do executivo e do meio acadêmico em Guiné-Bissau sobre esse tema que tenho estudado.

Então, Sr. Presidente, considere o meu voto “sim” no Plenário, porque eu tentei chegar aqui, a secretaria da Comissão foi me avisar, mas eu estava esperando o Senador Magno Malta, que fez um pronunciamento importante, acabar, porque sair no meio do pronunciamento dele poderia ter um aspecto inadequado. Então, por essa razão, eu me atrasei por alguns segundos e não pude votar hoje no senhor. Mas, sucesso em sua missão em Guiné-Bissau.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

E agora a Presidência anuncia oficialmente o resultado da votação.

O Embaixador Fernando Apparicio da Silva, indicado por Sua Excelência a Senhora Presidenta da República para representar o nosso País em Guiné-Bissau, foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em nome de todos os integrantes desta Comissão, desejo ao embaixador Fernando Apparicio da Silva uma profícua e exitosa missão.

Muito obrigado pela sua presença aqui na nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (Palmas.)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Fernando Collor.

Gostaria de pedir uma inversão na ordem da pauta para que possamos ir para o item 3, que é um item muito importante. E acho essa inversão bastante

necessária, tendo em vista que estamos prontos para proferir o parecer sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco para deliberação do Plenário a solicitação feita por S. Ex^a o Senador Gim Argello, de inversão de pauta, a fim de passarmos imediatamente à apreciação do item 3.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com esta inversão permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

ITEM 3

- Não terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2011

Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatório pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Gim Argello para proferir seu relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

Esta comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011, que cria cargos na carreira diplomática, altera o anexo 1, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e cria cargos de Oficial de Chancelaria de autoria do Poder Executivo.

Na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto passou por quatro comissões. Encaminhada ao Senado Federal a proposição foi distribuída em 25 de novembro às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania. Posteriormente, em 29 de novembro último, veio para este relator.

Trata-se de projeto de lei que dispõe sobre a criação de cargos no serviço exterior brasileiro. O art. 1º cria 400 cargos diplomatas, cujo provimento se dará gradualmente a partir de 2001, com a finalidade de adaptar a carreira aos novos quantitativos totais. O projeto também altera o anexo 1 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006. Ademais, propõe a ampliação do quadro de oficiais de chancelaria em 1.065 cargos, sendo 893 novos cargos para provimento gradual a partir de 2011.

O art. 4º determina que o provimento dos cargos criados dar-se-á de forma gradual, mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada a disponibilidade orçamentária

devidamente comprovada no anexo específico da Lei Orçamentária Anual.

Segundo o art. 5º, a criação dos cargos fica condicionada a sua expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual, com respectiva atuação suficiente para o seu primeiro provimento, nos termos do Inciso I, do art. 169, da Constituição Federal.

Se a autorização dos respectivos recursos orçamentários for suficiente somente para o provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas atuações para o seu provimento deverá constar de anexo da Lei Orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Análise.

A Exposição de Motivos Interministerial nº 159, do MRE, que acompanha a matéria, explica que atualmente, entre missões diplomáticas permanentes, repartições consulares, escritórios de representação e delegações, existem 223 representações diplomáticas no Brasil e em todo o mundo. Dá conta de que, desde abril de 2006, foram criados 38 novos postos no exterior, distribuídos entre 23 embaixadas, duas delegações e 13 repartições consulares.

Tal iniciativa resulta das extraordinárias transformações em curso no cenário internacional, que apresentam complexos desafios à política externa brasileira.

A crescente importância internacional do País requer a sua decisiva atuação em áreas como a promoção da integração da América do Sul; a aproximação com os países africanos, em especial as nações de língua portuguesa; a transformação das relações do Brasil com as grandes potências, de forma a melhorar e a proteger os nossos interesses estratégicos, entre outras.

Ademais, conforme assinala a exposição de motivos, cabe também ao Ministério das Relações Exteriores prestar a devida assistência à comunidade de cerca de quatro milhões de brasileiros que vivem no exterior.

É importante assinalar que os cargos que o projeto visa a criar, tanto os de Diplomata quanto os de Oficial de Chancelaria, serão providos gradualmente, a partir de 2011, à razão de cerca de 100 cargos por ano, e seu efetivo provimento deverá estar respaldado nos limites orçamentários no Anexo V da Lei Orçamentária Anual, no exercício em que ocorrer.

Portanto, Sr. Presidente, o voto, se V. Exª me permíte.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Gim, Argello, pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, S. Exª o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o projeto é absolutamente meritório. O Brasil tem de ampliar, cada vez mais, a sua presença nas relações diplomáticas multilaterais.

Ainda recentemente, quando estive em Moscou, representando esta Casa, durante o seminário sobre o Brasil tecnológico e durante a inauguração da Escola do Teatro Bolshoi, percebi que a nossa embaixada, não obstante a sua importância; não obstante a importância das relações bilaterais entre Brasil e Rússia; não obstante a presença crescente dos BRICs no contexto internacional, no G20 e em outras entidades multilaterais, tem um corpo de diplomatas ainda muito aquém das demandas que ela possui.

Por isso, votarei favoravelmente ao projeto.

Quero cumprimentar o Senador Gim Argello pelas razões que expôs em seu parecer e, principalmente, pela rapidez com que elaborou seu relatório.

E já antecipo a V. Exª: caso venha ser aprovado, que esse projeto seja também incluído em regime de urgência, já que o Brasil tem efetivamente urgência nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Luiz Henrique. Continua a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Srs e os Srs. Senadores que estão de acordo e que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação, com a recomendação e a solicitação feita aqui por S. Exª o Senador Luiz Henrique de dar um caráter de urgência urgentíssima à sua tramitação.

O Item 2, cujo Relator é S. Exª o Senador Sérgio Souza... Ele se comunicou com a Secretaria desta Comissão, solicitando que aguardássemos um pouco, para que ele chegasse, porque já está a caminho do Senado e da Comissão de Relações Exteriores.

Passamos, então, à apreciação do Item 4, em caráter não terminativo.

ITEM 4

- Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 896, DE 2011

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos aos 200 anos de Independência da Venezuela, comemorado no dia 05 de julho de 2011.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: Favorável.

Designo como Relator *ad hoc* da matéria, S. Ex^a o Senador Randolfe Rodrigues.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Sr. Presidente, vem a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 896, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), requer voto de congratulações e aplausos ao Governo da República Bolivariana da Venezuela pela passagem dos 200 anos da Independência daquele país. Requer, também, a inserção em ata do voto e seu encaminhamento à Embaixada da Venezuela.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de acordo com o inciso IV do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação desta matéria.

Para nós, brasileiros, há ainda uma vinculação especial à independência venezuelana, representada pela heroica participação do revolucionário pernambucano Abreu e Lima nas campanhas libertadoras, em um período que se estende de 1819 a 1830 e no qual ascende de capitão a general do exército de Bolívar.

O marco oficial da emancipação venezuelana, que é o início das lutas pela libertação, é o dia 5 de julho de 1811, em que é emitida a Ata de Declaração de Independência da Venezuela.

Voto.

Em razão do exposto, e por sua adequação às normas constitucionais, ao ordenamento jurídico, ao Regimento da Casa e à técnica legislativa, o voto é pela APROVAÇÃO do Requerimento nº 896, de 2011.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues.

Coloco em discussão o relatório que acaba de apresentar o Senador Randolfe Rodrigues.

Não havendo quem peça a palavra...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

Sr. Presidente, evidentemente que tenho que me congratular com os 200 anos de independência da Venezuela, mas não concordo com os termos em que foi baseado esse requerimento. Com todo respeito a nossa querida colega, Senadora Vanessa Grazziotin, ela exalta a nova era que vive a Venezuela agora com a construção da pátria socialista, etc. Eu acho que não há pátria socialista nenhuma, o governo atual é um governo ditatorial, um governo liberticida.

De modo que quando o voto de congratulações envereda pela avaliação do atual governo, presidido por Hugo Chávez, não posso me solidarizar com ele.

Era apenas essa observação.

Este, o meu voto contrário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a propõe a supressão desta parte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não; até porque a iniciativa é da Senadora. Não posso suprimir algo que ela fez.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pode fazer... O que pode acontecer é que S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira pode apresentar uma restrição ou...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso. A restrição a essa...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vota com restrição a esse fato específico ou, então, rejeita.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu acompanho o voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ainda para discutir, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, meu querido Aloysio Nunes, meu querido Luiz Henrique, parece-me um excesso, permitam-me mais uma vez, desnecessário. Lógico que nos termos do requerimento, à altura do requerimento, se manifestam como querem.

Propus aqui um voto de congratulações à Revolução Francesa no último dia 14 de julho. E não tenho nenhuma concordância com as diretrizes políticas do Sr. Sarkozy. Mesmo assim, fiz a manifestação, pois considero a referência que foi para a construção do

mundo ocidental a Revolução Francesa e acontecimento da queda da Bastilha.

Nos termos do requerimento, cada um se manifesta como quer. Parece-me que a Senadora Vanessa Grazziotin pretendeu dar cores, destacar um fato, que é o aniversário da República Bolivariana da Venezuela, destacar a opinião ideológica e política dela, que, de antemão, digo que comungo e que concordo, em relação ao processo que está em curso naquele país.

Mas o mérito do que estamos aprovando é uma congratulação a um país irmão pelo seu bicentenário. Então, parece-me que é esse o mérito. E, no final, o que constará em ata, o que será destacado aqui será essa declaração da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República brasileira congratulando pelo aniversário e não os termos destacados pela Senadora Vanessa.

Quero só realçar esse ponto, embora concorde com os termos destacados pela Senadora Vanessa. É lógico que, se for o caso, vamos abrir espaço para o debate em relação a isso. Mas o que apreciaremos e aprovaremos aqui é a congratulação ao governo, perdão, ao estado venezuelano pelo seu bicentenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para acrescentar. Não quero criar nenhuma polêmica sobre isso. Apenas pedi uma orientação ao Presidente de como deveria me manifestar, dado que tem uma restrição aos termos de que foi vazado o requerimento. Se V. Ex^a, no seu requerimento de congratulações à França pelo transcurso da data da revolução francesa, tivesse feito elogios ao governo Sarkozy, eu também votaria com restrições. Mas V. Ex^a não o fez. Por isso, aprovei-o plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*

Como Presidente da Comissão e para chegarmos a um consenso, sugiro aos Srs. Senadores que o Requerimento nº 896, de 2011, seja apresentado com a ementa que é traduzida nos seguintes termos: “Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de congratulações e aplausos aos 200 anos de independência da Venezuela, comemorada no dia 5 de julho de 2011”.

A restrição é em relação ao relatório apresentado pela Sr^a Senadora e não ao voto de aplauso.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, coloco em votação essa ementa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, aprovado o item 4, não terminativo: Requerimento nº 896, de 2011, do Senado Federal.

Agradeço a V. Ex^{as} a compreensão para que pudessemos chegar a este consenso.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

- Não terminativo -

REQUERIMENTO Nº 1.126, DE 2011

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade ao Estado Palestino em seu pleito pela admissão como membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Favorável.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, a quem designo Relator *ad hoc* da matéria, para a leitura do relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Requerimento nº 1.126, de 2011, do Senador Cristovam Buarque, requer Voto de Solidariedade ao Estado Palestino em seu pleito pela admissão como membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Requerimento nº 1.126, de 2011, preenche os requisitos previstos no art. 222 do RISF.

Quanto ao mérito, louvamos a iniciativa do Senador Cristovam Buarque e acreditamos que o desejo palestino de pertencer à comunidade internacional, oficialmente, é um sinal inequívoco em busca da institucionalidade e da via pacífica. Negar essa perspectiva, sob o argumento de ser a via bilateral de negociação a mais adequada, é ignorar o passado de conflito e retaliação, bem como frustrar o projeto das Nações Unidas, que é o de protagonizar a paz e a segurança internacionais.

Nesse mesmo espírito, importa ressaltar o grande passo dado pela Unesco ao admitir o Estado Palestino como Estado Membro nº 195, no dia 31 de outubro de

2011, em pleito que registrou 52 abstenções, 14 votos contrários e 107 favoráveis.

Após o resultado, a Diretora-Geral desse organismo internacional, Irina Bokova, declarou o seguinte: “Nós vivemos um momento histórico e todos nós percebemos, neste instante, o caráter simbólico e a importância dessa decisão para o povo palestino e para a Unesco. Ela é fruto e aspiração de um povo de juntar-se à família das nações do mundo, ligadas entre elas pela mesma ambição de paz e a partilha de valores comuns.”

Ademais, Sr. Presidente, destacar, Oxalá, outras organizações, membros das Nações Unidas, faça – tal qual a Unesco – e construa uma onda mobilizadora para, o quanto antes, o Estado palestino seja aceito como integrantes das Nações Unidas. Compreendemos que é o caminho mais adequado para a edificação e da paz no Oriente Médio.

Dessa feita, em vista do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1126/2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues, pela leitura do relatório.

Coloco-o agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório referente ao Requerimento nº 1.126/2011 do Senado Federal.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Resta o Item 2 para encerrar a pauta.

Visto que S. Ex^a o Senador Sérgio Souza ainda não chegou, designo S. Ex^a o Senador Gim Argello como Relator *ad hoc* do item 2.

ITEM 2

- Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria, como disse, do Senador Sérgio Souza.

Indico S. Ex^a o Senador Gim Argello como Relator *ad hoc*.

Relatório favorável.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Agradeço, Sr. Presidente Fernando Collor.

Relatório.

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2011 (nº 227 de 2011, na Câmara dos Deputados), que resulta da Mensagem nº 593, de 2010, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição.

Acompanha a referida Mensagem a Exposição de Motivos nº 386, de 23 de agosto de 2010, assinada eletronicamente pelo então Ministro das Relações Exteriores. Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde foi aprovada nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 25 de maio de 2011. A proposição passou, ainda, pelo crivo da Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania, onde foi aprovada em 9 de agosto de 2011, e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que aprovou parecer favorável em 14 de setembro de 2011. O referido ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 29 de setembro de 2011.

1. Tendo vindo ao Senado Federal, a proposição foi distribuída a este órgão colegiado em 13 de outubro de 2011 e a este Relator em 27 de outubro seguinte, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Análise.

Visa o ato internacional em apreço permitir que os dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de uma das Partes Signatárias, em missão oficial na outra como membro de uma Missão diplomática, Repartição consular ou Missão Permanente do Estado acreditante perante Organização Internacional sediada no Estado acreditado e por ele reconhecida, possa ser autorizado a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, nas mesmas condições dos nacionais do referido Estado (Artigo 1).

Segundo o Artigo 2º, são considerados dependentes o cônjuge ou companheiro permanente; os filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; os filhos solteiros menores de 25 anos que estejam cursando os estudos superiores em centros de ensino superior reconhecidos pelas Partes; e filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

À luz do que dispõe o Artigo 3º, a autorização deverá ser solicitada junto ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado. A autorização será válida somente durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante junto ao Estado acreditado ou durante o período de condição de dependente ou, ainda, durante o período do contrato de trabalho. A Embaixada deverá informar ao Cerimonial respectivo o término da atividade remunerada exercida pelos dependentes, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

O Artigo 4º dispõe sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa a respeito das atividades relacionadas com seu emprego, sendo que o Estado acreditante considerará a renúncia à imunidade penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal no exercício da atividade remunerada, se solicitada, por escrito, pelo Estado acreditado.

A autorização para que um dependente exerça atividade remunerada não concederá à pessoa o direito de continuar a exercê-la ou a residir no território do Estado acreditado quando terminada a missão do indivíduo de quem é dependente.

O art. 8º esclarece que o Acordo não implica o reconhecimento automático de títulos, graus ou estudos entre os dois países e, no caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas exigências que deve atender o nacional da Parte acreditada.

O Artigo 9º sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado, à legislação aplicável naquele Estado em matéria tributária e de previdência social.

A solução de controvérsias relativas à interpretação ou execução do Acordo deverá ser resolvida por meio de negociações diplomáticas, segundo dispõe o art. 10.

O Acordo em exame pode ser emendado por consentimento mútuo das Partes. Tem vigência indeterminada, sendo que se uma das Partes decidir denunciá-lo, a denúncia surtirá efeito seis meses após a data da notificação.

O ato internacional em pauta permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos e consulares, bem como de outros agentes públicos que se encontrem em missão oficial em país estrangeiro, que de outra maneira ver-se-iam obrigados a interromper a sua carreira profissional.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Brasil tem acordos semelhantes assinados com mais de quarenta outros países. Tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das Missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Cabe destacar que o acordado baseia-se no princípio da reciprocidade, conforme assinala o Artigo 1º, e assegura condições recíprocas equânimes com aquelas de que desfrutam os nacionais, para o trabalho do dependente nos Estados signatários. Igualmente, no art. 5º estão esclarecidas as condições nas quais cessará a autorização para o desempenho da atividade profissional.

Portanto, Sr. Presidente, vamos ao voto.

Por todo o exposto e visto que é observada a adequação legislativa e a regimental, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Gim Argello, pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Com a permissão de V. Exªs, senhores integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, farei agora a leitura de um requerimento de minha autoria que será incluído para deliberação na pauta da nossa próxima reunião, mas de que gostaria de dar conhecimento prévio a V. Exªs.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e tendo em vista a recente promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que revoga a Lei nº 8.111, de 5 de maio de 2005 e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências, requeiro do Sr. Ministro de Estado as Relações Exteriores as seguintes informações:

1. Relação dos tratados bilaterais e multilaterais em vigor sobre segurança de informações, acesso a informações, cooperação, envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade;

2. Relação dos tratados bilaterais e multilaterais que tenham sido assinados pelo Brasil, mas ainda não aprovados pelo Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que versem sobre segurança de informações acesso a informações, cooperação, envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade;

3. Cópia dos tratados referidos nos itens 1 e 2;

4. Percepção do Governo brasileiro no que concerne à aplicabilidade de cláusulas dos tratados nos itens 1 e 2 que, porventura, confrontem com o disposto da Lei nº 12.527, de 2011.

Esse requerimento visa a orientar melhor os nossos trabalhos aqui na Comissão, tendo em vista que, agora, por exemplo, S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, foi designado relator de tratados que estão tramitando nesta Comissão e que têm cláusulas de confidencialidade.

De modo que este requerimento servirá como base do relatório de S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, porque, com base nesse seu relatório, vai ser estabelecida, por assim dizer, uma jurisprudência em relação a esses tratados que têm cláusulas de confidencialidade e como nós poderemos fazer isso adaptando à nova lei que foi aprovada no último dia 18 de novembro de 2011, Lei nº 12.527.

Esse requerimento fará parte da pauta da nossa próxima reunião.

Antes de encerrarmos nossa reunião de hoje, lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que, ainda hoje, às 18h, a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, do regime internacional sobre mudanças climáticas, presidida por S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, realizará audiência pública sobre o tema Movimentos Sociais e a Rio+20. Estarão presentes a Sr^a Nair Goulart, presidente adjunta da Comissão Sindical Internacional e a Sr^a Moema Miranda, diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Ibase, além do Sr. Luiz Zarref, representante da Via Campesina.

Convoco, por fim, as senhoras e os senhores membros da nossa Comissão para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 15 de dezembro, quinta-feira próxima, às 10h, neste plenário, com pauta deliberativa.

Com os agradecimentos de praxe as S. Ex^{as}, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 58 minutos, levanta-se a reunião às 11 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 61ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia quinze de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Aloysio Nunes Ferreira**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Luiz Henrique**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Blairo Maggi**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Marcelo Crivella**, **Ana Amélia**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente em exercício declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 137, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d’Ivoire*”. **Relatora ad hoc:** Senadora **Vanessa Grazziotin**. **Resultado:** lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010*”. **Relator:** Senador **Francisco Dornelles**. **Resultado:** aprovado Parecer favorável à matéria. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia*

sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, celebrado em Liubliana, em 10 de dezembro de 2009". Relator: Senador **Francisco Dornelles**. Resultado: aprovado Parecer favorável à matéria. Por solicitação do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, relator do **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009", o item é retirado de pauta. O Presidente da Comissão, Senador **Fernando Collor**, assume a Presidência. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 291, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana, sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009". Relatora ad hoc: Senadora **Vanessa Grazziotin**. Resultado: aprovado Parecer favorável à matéria. **Item 6 – Requerimento nº 53, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz: "Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista a recente promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, requeiro, do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações: 1. relação dos tratados bilaterais e multilaterais em vigor sobre segurança de informações, acesso a informações, cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade; 2. relação dos tratados bilaterais e multilaterais que tenham sido assinados pelo Brasil, mas ainda não aprovados pelo Congresso Nacional (nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal), que versem sobre segurança de informações, acesso a informações, cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade; 3. cópia dos tratados referidos nos itens 1 e 2; e 4. a percepção do Governo Brasileiro no que concerne à aplicabilidade de cláusulas dos tratados nos itens 1 e 2 que porven-

tura confrontem com o disposto na Lei nº 12.521, de 2011". Faz uso da palavra o Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: aprovado o requerimento. **Item 7 – Requerimento nº 54, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que diz: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a qual seja convidado o Senhor **CHRISTIAN BERNARD**, Diretor-Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, AMORC. A Audiência mencionada tem por objetivo ouvir Sua Senhoria a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio +20 e à percepção rosacruz sobre os temas da agenda daquele evento." Fazem uso da palavra as Senadoras **Ana Amélia** e **Vanessa Grazziotin**, e os Senadores **Mozarildo Cavalcanti**, **Cristovam Buarque** e **Sérgio Souza**. Resultado: aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra as Senadoras e os Senadores **Vanessa Grazziotin**, **Luiz Henrique**, **Cristovam Buarque**, **Jorge Viana**, **Eduardo Suplicy** e **Ana Amélia**. Aprovada a inclusão como item extraordinário do Requerimento nº 55, de 2011 – CRE. **Item Extraordinário – Requerimento nº 55, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Jorge Viana** e outros Senadores, que diz: "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do País, especialmente no Estado do Acre, onde, no dia de hoje, 850 haitianos estão no município de Brasiléia em condições precárias, mesmo com a assistência básica que o Governo do Estado tem oferecido. No entanto, esta situação somente poderá ser resolvida com a intervenção do Governo Federal, que tem a competência legal para tratar do assunto. O Senado Federal, particularmente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, necessita tomar conhecimento e intervir na situação dos refugiados, convidando para a audiência pública as autoridades, abaixo relacionadas, para esclarecer quais as medidas que os organismos internacionais e o governo brasileiro estão adotando para enfrentar a situação: Alto Comissariado da ONU; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Justiça; e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República". Resultado: aprovado o requerimento. São lidos Comunicados da Presidência. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com

a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – **Senador Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 61ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Declaro aberta a 61ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Inicialmente, o primeiro item da pauta é um informe a respeito da visita da Senhora Presidente da República Dilma Rousseff à Argentina para cerimônia de posse da Presidente Cristina Fernandes de Kirchner, em Buenos Aires, 10 de dezembro de 2011.

A Presidenta Dilma Rousseff participou da cerimônia de posse da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, em 10 de dezembro, em Buenos Aires. A cerimônia ocorreu no plenário do Congresso Nacional, onde a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner fez juramento constitucional, seguido de discurso à nação. Em seguida, foi realizada a cerimônia na Casa Rosada, em que a Presidenta argentina recebeu os cumprimentos dos Chefes de delegações estrangeiras.

Hoje, o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. Em 2010, o intercâmbio bilateral chegou a US\$ 33 bilhões. De janeiro a novembro de 2011, o volume do comércio cresceu 23,5% em relação ao mesmo período de 2010 e chegou a US\$ 36,5 bilhões, o que já garante a 2011 o recorde da série histórica do comércio bilateral. As projeções indicam que o comércio este ano deverá ultrapassar os US\$ 40 bilhões sendo que mais de 80% do intercâmbio entre o Brasil e a Argentina é composto por bens industrializados.

A imprensa argentina dedicou ampla cobertura à presença da Senhora Presidente da República, destacando a corroboração da aliança prioritária entre os dois países e a boa relação pessoal que se estabeleceu entre as duas Presidentas.

Nos momentos iniciais de seu discurso no Congresso, a Presidenta argentina fez sentida referência à foto, publicada há pouco pela imprensa internacional, que mostra a Presidenta Dilma Rousseff, no início dos anos 70, sendo interrogada por militares. Depois de relacionar a foto à situação dos Direitos Humanos na

Argentina durante a última ditadura, Cristina Fernández de Kirchner ressaltou que a jovem que nela aparece “amiga, companheira e Presidenta”, está hoje à frente “de um dos países mais importantes do mundo”.

Primeira Chefe de Estado a apresentar cumprimentos à Presidenta argentina, na Casa Rosada, a Presidenta Dilma Rousseff foi também, segundo registro da imprensa, a que maiores atenções recebeu da anfitriã.

Compareceram também à posse os Presidentes de Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai e Honduras, além do Príncipe herdeiro da Espanha, bem como numerosas outras delegações.

Além das duas cerimônias oficiais, no Congresso e na Casa de Governo, a Senhora Presidente da República reuniu-se com o Presidente de Honduras, Porfirio Lobo, a pedido deste. Ainda no dia 10, Vossa Excelência manteve encontro bilateral com o Chanceler da Nicarágua, Samuel Santos López.

A visita foi precedida de reunião, no dia 9 de dezembro, entre os Ministros do Desenvolvimento e Indústria do Brasil e da Argentina, Fernando Pimentel e Débora Giorgi, para discutir a implementação do Mecanismo de Integração Produtiva que as Presidentas haviam acordado no último dia 02/12/2011, em Caracas, à margem da reunião da CELAC. Após ser empossada pela Assembleia Legislativa, a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner tomou juramento ao seu gabinete ministerial. Em palavras dirigidas ao povo na Praça de Maio, sublinhou a importância tanto da juventude quanto do sindicalismo na base do governo. O Congresso da Nação foi convocado a sessões extraordinárias até 30/12. A Presidenta Cristina Fernández de Kirchner tomou juramento aos novos integrantes do seu gabinete no dia 10 de dezembro, após ser empossada pela Assembleia Legislativa.

3. Também prestaram juramento o Secretário-Geral da Presidência, Oscar Parrilli; o Secretário Legal e Técnico da Presidência, Carlos Zannini; o Secretário de Inteligência, Héctor Icazuriaga; o Secretário de Cultura, Jorge Coscia; e a Procuradora do Tesouro, Angelina Abbona.

4. Em seguida, a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner dirigiu-se à multidão, congregada na Praça de Maio. Agradeceu os jovens, os movimentos sociais e os trabalhadores, qualificados de “vanguarda” do governo nos “momentos mais difíceis”.

5. Fez questão de sublinhar que “não há diferenças entre jovens e trabalhadores, todos lutam por um país mais justo, livre e igualitário”. Ao colocar em mesmo nível sindicalismo e juventude, buscou com certeza relativizar a percepção, evidente em seu discurso no

Congresso, pouco antes, de que prioriza a militância K em detrimento das estruturas sindicais do peronismo.

6. Por fim, após recordar o legado do ex-Presidente Nestor Kirchner, instou os argentinos a “virar a página da confrontação”.

7. Foi publicado no Boletim Oficial decreto presidencial que convoca o Congresso da Nação a sessões extraordinárias até o final do ano. A pauta legislativa contém quatorze projetos, dos quais os prioritários são: orçamento 2012; prorrogação das leis de emergência econômica e dos impostos aos cigarros e aos cheques; regulamentação da propriedade de terras por estrangeiros (ênfatisada pela Presidenta no discurso de posse); modificação da lei penal tributária para agravar as penas por evasão; alteração do Código Penal em matéria de lavagem de dinheiro e de atividades com finalidade terrorista; e declaração da fabricação de papel para jornal como de interesse público. Revigorado com a recuperação da maioria em ambas as Casas, o governo buscará ter esses temas aprovados até 30 de dezembro.

Resultados da Conferência de Durban

A 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática terminou às 6 da manhã do último domingo, dia 11 de dezembro, em Durban, na África do Sul, após 14 dias de árdua negociação.

As deliberações resultaram num documento insatisfatório, inconclusivo e francamente decepcionante. A assim chamada “Plataforma de Durban” tem como pontos principais:

a prorrogação dos compromissos do Protocolo de Quioto para além de 2012, por mais 5 (cinco) ou 8 (oito) anos, a ser negociado no ano próximo;

Acordo para a negociação de novo pacto global, mais abrangente. Os termos precisos da fórmula adotada foram “desenvolver um novo protocolo, outro instrumento legal, ou resultado acordado com força legal que será aplicado a todas as partes à convenção climática das Nações Unidas”.

Este novo instrumento deverá ser adotado até 2015 e deverá ser implementado a partir de 2020; e,

Criação de um “Fundo Verde”, destinado a possibilitar que países mais pobres recebam recursos dos países desenvolvidos para mitigar e combater os efeitos da mudança climática. Foram declaradas intenções de doação de 40 milhões de Euros da Alemanha e 15 milhões de Euros da Dinamarca para “operacionalizar” o Fundo, mas não há nenhum compromisso assumido para o financiamento a longo prazo deste mecanismo.

E mesmo esse resultado pouco ambicioso só foi alcançado pelos denodados e incansáveis esforços da Delegação brasileira, liderados pela Ministra do Meio

Ambiente, Izabella Teixeira, Chefe da Delegação, e pelo Negociador-Chefe, Embaixador Luiz Alberto de Figueiredo Machado. Não fossem eles e sua capacidade de construir consensos, as divergências entre os grupos antagônicos seria intransponível. A Conferência de Durban teria passado à História como a derrocada da causa ambientalista e de uma visão generosa para o futuro de nosso planeta.

Faltou aos negociadores dos principais países o descortino para reconhecer o sentido de urgência que o tema clama e exige. A atitude do Canadá de comunicar formalmente sua retirada do Protocolo de Quioto na segunda-feira seguinte ao fim da Conferência, é evidência irretorquível da incapacidade em superar as demandas do curto prazo. O imediatismo e a falta de estratégia de longo prazo não são, infelizmente, atributos exclusivos dos países desenvolvidos, mas recaem também em países em desenvolvimento, inclusive em alguns de nossos parceiros no BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China).

Esta premência se faz especialmente aguda quando nos deparamos com a situação dos pequenos Estados-Ilhas, agrupados na “Alliance of Small Island States”. Para países como Tuvalu, Kiribati, no Pacífico Sul e as Maldivas, no Oceano Índico, trata-se de sua própria existência. O caso das Maldivas é exemplar, seu ponto culminante não ultrapassa 2,4 (dois metros e quarenta centímetros) e a altitude média é de metros 1,5 m (um metro e meio). Se a comunidade internacional não for capaz de impedir que o aumento da temperatura se fixe em menos de 2 graus Celsius acima do nível pré-industrial – índice em que diversos cientistas afirmam ser irreversíveis as consequências das mudanças climáticas – estes países simplesmente poderão deixar de existir.

A crise europeia, raiz da pior crise econômica mundial nos últimos cinquenta anos, certamente não é o melhor, nem o mais propício, dos cenários para negociar um acordo global para reduzir o processo de mudança climática. Mas é forçoso reconhecer que o que está em jogo não é salvar a economia de uns poucos países. A crise não é argumento bastante para protelar, procrastinar, na discussão séria da questão da mudança climática. Trata-se, afinal, da sobrevivência dos 7 bilhões de habitantes de nosso planeta.

Cumpramos registrar, finalmente, que se bem o resultado da COP-17 não tenha sido dos mais auspiciosos, servirá no entanto para evitar que a agenda da Rio+20 seja “sequestrada” pela necessidade ineludível de preservação do arcabouço jurídico da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e dos compromissos assumidos no Protocolo de Kyoto.

São esses os informes do Sr. Presidente Fernando Collor.

Vamos passar, então, à apreciação das matérias que constam da Ordem do Dia.

Peço à Senadora Vanessa Grazziotin que seja a Relatora *ad hoc* do primeiro item.

ITEM 1

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 137, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor ALFREDO JOSÉ CAVALCANTI JORDÃO DE CAMARGO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.*

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin como Senadora *ad hoc* da matéria.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senador, e o cumprimento pela direção dos trabalhos neste momento. O Presidente Collor, Presidente desta Comissão, está numa solenidade aqui na Comissão de Infraestrutura, ele e o Governador Marconi Perillo, inaugurando as fotografias naquela Comissão, porque ambos a dirigiram.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Presidir é o triste privilégio do membro mais idoso da Comissão, Senadora. Mas fico muito honrado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Disseram-me que foi pela competência, não foi pela idade, não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Fico muito honrado na Presidência temporária.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos lá.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Alfredo José Cavalcanti Jordão de

Camargo, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Marfim.

Quanto à grafia do nome do país, registre-se, desde logo, que o Governo ivoriano solicitou, em 1985, que os demais Estados e a Organização das Nações Unidas (ONU) deixassem de usar formas traduzidas do nome do país e passassem a utilizar, de modo exclusivo, a língua francesa, portanto, Côte d'Ivoire.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de José Antonio Correa Jordão e Myrtes Cavalcanti Jordão de Camargo, tendo nascido em 17 de março de 1957, em São Paulo. Graduou-se em Ciência da Computação pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo em 1978 e em Administração de Empresas na Universidade Estadual da Geórgia nos Estados Unidos da América.

Em 1982, ingressou no Curso Preparatório da Carreira Diplomática. Tornou-se 3º Secretário no ano seguinte. Foi promovido a 1º Secretário em 1995; a Conselheiro em 2001; e a Ministro de Segunda Classe em 2006. Entre as funções desempenhadas na área pública, destacam-se as de Conselheiro e Encarregado de Negócios da Embaixada em Windhoek; Assistente e Chefe substituto da Divisão de Operações de Promoção Comercial de 1999 a 2003; Cônsul no Consulado na Cidade do Cabo de 2003 a 2006; e Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em La Paz no ano de 2006.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República do Marfim – eles não gostam, mas eu vou chamar assim. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece amplo leque de informações sobre o país com destaque para as relacionadas com o intercâmbio comercial entre os dois Estados.

O Brasil reconheceu a independência da nação em objeto em 1960. A abertura da Embaixada em Abidjã, no entanto, só ocorreu em 1969. Dois anos depois, o governo ivoriano abre Embaixada residente em Brasília. Desde então, percebe-se relacionamento bilateral consistente. O intercâmbio comercial alcançou a cifra de US\$ 153 milhões em 2010. Cuida-se do dobro das trocas verificadas no ano de 2002. Nossa pauta de exportação é composta por açúcar, fios-máquina e derivados bovinos. Importamos fundamentalmente cacau – 80% das exportações ivorianas. O comércio bilateral revela-se bastante equilibrado. No campo da cooperação, merece destaque a atuação recente da

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

No plano político, o país padece ainda de falta de estabilidade, porquanto, desde o romper deste século, tem sofrido com sucessivos golpes de Estado e consequente escalada de conflito armado. A crise eleitoral de 2010 atormentou a vida política da nação. A comunidade internacional está atenta e acompanha o desenrolar dos acontecimentos por meio de missões internacionais de mediação da crise no sentido do reconhecimento da vitória de Alassane Ouattara, que assumiu o poder.

Em relação aos assuntos consulares, a Embaixada em Abidjã tem jurisdição consular sobre todo o território de Côte d'Ivoire. Estima-se que a comunidade brasileira seja composta de 113 pessoas. Esses brasileiros ostentam também, em sua maioria, a nacionalidade libanesa.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala das Comissões.

É o relatório, Sr. Presidente.

Aqui quero destacar que o Senador Cristovam Buarque elaborou o relatório cuja leitura acabo de proferir.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do ato que regula os trabalhos da nossa Comissão.

ITEM 2

- Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, DE 2011

Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação da matéria.

O Relator é o Senador Francisco Dornelles, a quem passo a palavra para proferir seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 195, que aprova o texto do Acordo sobre Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, celebrado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.

O relatório, Sr. Presidente, foi amplamente divulgado. Todos os membros tomaram dele conhecimento, de modo que o meu voto é pela aprovação.

Em face do exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 3

- Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 237, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre o Exercício de Atividade remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, celebrado em Liubliana, em 10 de dezembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação da matéria.

O Relator tem a palavra para proferir seu parecer.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 237, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia

sobre Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em 10 de dezembro de 2009.

O relatório, Sr. Presidente, foi amplamente divulgado.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2011.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Próximo item.

ITEM 4

- Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 240, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Vou retirar essa matéria de pauta, porque ela contém cláusula de confidencialidade e eu considero prudente. Recebemos as informações a que se refere o requerimento que será votado mais adiante sobre esse tema, de tal modo que nós poderemos concatenar o nosso pronunciamento da Comissão a partir de um diálogo com o Ministério das Relações Exteriores.

Estando presente o Sr. Presidente, cedo a Presidência a quem de direito.

A carruagem transformou-se numa abóbora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradecendo a S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo exercício da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dando continuidade à nossa pauta do dia de hoje, leio o item.

ITEM 5

- Não Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana, sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Indico S. Ex^a, a Senadora Vanessa Grazziotin, para relatar *ad hoc* o Projeto de Decreto Legislativo nº 291. Tem a palavra S. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Esse projeto que V. Ex^a leu foi recebido no Senado em 21 de outubro de 2011 e distribuído a esta Comissão de Relações Exteriores.

Quanto à análise do projeto, não se verificam vícios quanto à constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade da proposição.

Cuida-se da apreciação de um singelo, mas importante acordo internacional. Para estabelecer um fluxo mais ágil no intercâmbio entre os dois países, Brasil e Guiana, decidiram firmar o instrumento em análise em que define a isenção de vistos em passaportes no trânsito entre os dois países.

Portanto, um projeto muito simples.

Considerando o potencial da integração sul-americana, indo ao encontro dos anseios brasileiros de melhoria no relacionamento e protagonismo no cenário continental, espera-se que o relacionamento bilateral alcance um maior grau de densidade com esse acordo de isenção de vistos.

Pelo exposto, por considerarmos ser conveniente aos interesses do País, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 291, de 2011.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin, pela leitura do relatório que coloco agora em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6**- Não Terminativo -****REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011 - CRE**

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista a recente promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, requeiro, do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações: 1. relação dos tratados bilaterais e multilaterais em vigor sobre segurança de informações, acesso a informações, cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade; 2. relação dos tratados bilaterais e multilaterais que tenham sido assinados pelo Brasil, mas ainda não aprovados pelo Congresso Nacional (nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal), que versem sobre segurança de informações, acesso a informações, cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade; 3. cópia dos tratados referidos nos itens 1 e 2; e 4. a percepção do Governo Brasileiro no que concerne à aplicabilidade de cláusulas dos tratados nos itens 1 e 2 que porventura confrontem com o disposto na Lei nº 12.521, de 2011.

Autoria: Senador Fernando Collor

Em discussão o requerimento.

Com a palavra, para discutir, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, considero extremamente oportuno esse requerimento apresentado por V. Exª a respeito dessa questão, cuja delicadeza V. Exª já havia sublinhado no momento em que se votava a lei de acesso a informações públicas, a documentos públicos.

Eu tenho para mim que os acordos já assinados constituem ato jurídico perfeito. Assinados e homologados, ratificados pelo Congresso, etc. Acordos

que estão em vigor. São atos jurídicos perfeitos que, no meu entender, não são alcançados pela mudança da legislação. Há uma proteção constitucional a eles.

Mas, de qualquer forma, acho muito importante que possamos ouvir a opinião do Ministério das Relações Exteriores, porque, afinal de contas, é o Ministério das Relações Exteriores que, em nome do Governo Brasileiro, poderá ser encarregado ou da renegociação desses tratados já em vigor ou da modificação de cláusulas de tratados e atos internacionais que ainda não estão efetivamente em plena eficácia.

De modo que considero muito importante ouvirmos essa opinião e foi nesse sentido que achei prudente, quando presidia efemeramente a Comissão de Relações Exteriores, quando V. Exª recebia uma homenagem merecidíssima da Comissão de Infraestrutura, retirar de pauta o item que diz respeito a um tratado com a Guiana. E já V. Exª me havia também honrado com a relatoria de um outro, com a Espanha, que também... Esse versa sobre essa questão de troca de informações sigilosas, e eu peço a V. Exª então que não coloque em pauta enquanto não tivermos a informação do Ministério das Relações Exteriores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Assim será feito, de acordo com a sua solicitação, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A esse respeito, eu gostaria de, mais uma vez, comunicar aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira é o relator nesta comissão por mim indicado para que seja aquele que dará o seu parecer sobre todos os documentos, tratados e acordos que tenham sido assinados e que venham a ser assinados, inclusive a resposta que o Ministério das Relações Exteriores vai oferecer ao requerimento agora aprovado. E tudo isso estará confluindo para as mãos de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira porque acredito que, com base no seu relatório, que será colocado à deliberação dos integrantes desta comissão, se firmará uma jurisprudência para o futuro, para a futura assinatura de outros acordos e de outros. É um trabalho de muita responsabilidade, de grande envergadura, e por isso achei por bem entregar a experiência à integridade e ao descortino de S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Item 7.**Não terminativo.****REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011 - CRE**

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a qual seja convidado o Sr. Christian Bernard, Diretor Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, Amorc. A audiência mencionada tem por objetivo ouvir Sua Senhoria a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio+20 e à percepção rosacruz sobre os temas da agenda daquele evento.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria de discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acabei de ser informada, questioneei a respeito da existência que efetivamente há, no âmbito desta comissão, da subcomissão que trata da Rio+20, da conferência ambiental, coordenada, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, que também é o presidente, coordenador da comissão semelhante na Comissão de Meio Ambiente.

Eu quero cumprimentar o Senador Mozarildo pela proposta, e gostaria de fazer uma sugestão ao Senador, se ele assim permite. Se ele entender que não é o caso, não há problema nenhum, poderemos fazer outro requerimento.

Eu estive participando, há alguns dias, acompanhando a conferência do clima, a Conferência das Partes 17, que aconteceu na África do Sul. E antes disso estivemos em reunião com parlamentares, em outra cidade, na África do Sul, um encontro organizado pela Globe International, Presidente Collor, que é uma entidade que agrega vários parlamentares de vários países do mundo. O tema era o mesmo, a questão ambiental.

Tivemos muitas reuniões paralelas, conversas com diretores do Banco Mundial, das Nações Unidas, fizemos o lançamento do segundo estudo sobre a evolução ambiental de 17 países, incluindo Brasil, Japão, Estados Unidos, e infelizmente, Presidente Collor, nós ouvimos, a delegação brasileira, muita reclamação em relação à organização da Rio+20. Eles estão considerando insuficiente a mobilização brasileira em âmbito

internacional desse evento tão importante, Senador Cristovam. Tão importante.

Eu não sei se não poderíamos, Senador Mozarildo, ao invés de trazer uma pessoa para debater esse tema, trazer pelo menos duas, três, quatro pessoas. Fazer, de fato, uma audiência pública, Senador. E entre elas eu gostaria de sugerir o assessor internacional da Presidência da República, o Dr. Marco Aurélio...

É Marco Aurélio Garcia, Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É Garcia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Marco Aurélio Garcia. Hoje eu estou trocando todos os sobrenomes. Marco Aurélio Garcia.

Mas seria essa sugestão. E veríamos outros dois nomes que pudessem. Porque uma única pessoa eu não sei se seria interessante ouvirmos. Fazermos uma audiência pública para ouvir uma única pessoa.

Então eu gostaria de ouvir o Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti. Antes de S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti...

Então, S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu não vejo nenhum obstáculo, Senador Collor. No entanto, esse requerimento solicitando a audiência do Sr. Christian Bernard é muito importante, no meu entender, mesmo que venha só ele, porque ele, como está dito aqui, é Presidente da Ordem Rosacruz, uma instituição internacional que realmente tem um envolvimento muito importante com essa questão ambiental. Se os Senadores entenderem que não há prejuízo, eu concordo. Agora, tenho a impressão de que a presença dele, até porque envolve uma instituição que é suprapartidária, internacional, tem uma visão mística do problema, é muito prática. Portanto, em tese, preferi que ouvíssemos somente ele, mas, se os Senadores julgarem conveniente que seja convidado mais algum, não vejo nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Continuando a discussão, S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que a Senadora Vanessa trouxe um ponto importante. Fico feliz que a Rio+20 esteja começando a chamar a atenção de todos nós.

A Subcomissão, Senadora Vanessa, Srs. Senadores, Srªs Senadores – e o Presidente Collor tem acompanhado – vem realizando reuniões todas as quintas-feiras para debater o assunto, tema por tema:

água, energia, desenvolvimento sustentável, economia verde. Foram, se não me engano, dezessete audiências. Em geral, técnicas. Na última, trouxe aqui um representante da sociedade civil. Veio um representante, inclusive, do MST que fez uma bela exposição aqui, e representantes do Instituto Ibase, do nosso querido Betinho. Tivemos um debate muito interessante sobre o papel da sociedade civil. A proposta do Senador Mozarildo Cavalcanti continua nessa linha de ouvir pessoas que não são necessariamente técnicos e que não são representantes de órgãos do Governo.

Entretanto, creio, Senador Mozarildo, que o que move a Senadora Vanessa tem toda a razão de ser. É podermos aproveitar este momento para ouvirmos outros representantes de entidades especificamente desse tipo ou de outro. Por exemplo, aqui, no Distrito Federal, está um dos Vice-Presidentes do Clube de Roma. Seria muito interessante ver o que o Clube de Roma, que iniciou toda essa discussão, no final dos anos 60, em um grande livro publicado, em 1972, chamado *Limites ao Crescimento*, tem a dizer. Foi o que começou tudo isso, esse processo de pensar os limites para o crescimento e a busca de uma alternativa. Não sei de casaria, do mesmo jeito, um representante do Banco Mundial. Mas poderíamos fazer uma audiência em que estivesse presente o Dr. Christian Bernard – aliás, o nome do famoso cirurgião que fez o primeiro transplante era Barnard, tem razão – e mais alguns. Essa é a primeira sugestão que dou, apoiando o Senador Mozarildo e a Senadora Vanessa também.

A outra coisa é que essa reunião seria aqui – e até preferiria para dar uma dimensão maior – ou na Subcomissão. Creio que seria positivo, Presidente Collor, que fosse aqui, não sei se exatamente nessa ou na outra, para que a gente dê uma dimensão maior ao assunto da Rio+20. Então, apoio a vinda dele. Conheço a Ordem Rosacruz, que tem uma sede na L-2. Realmente, tem um pensamento planetário. Existe aqui a União Planetária, que funciona, com televisão e tudo, e tem propostas de erradicação da pobreza. É dirigida pelo Dr. Ulisses Riedel. Poderíamos fazer uma mesa diferente das que foram feitas até aqui com a dimensão da Comissão inteira. Sou favorável, mas entendo que não valeria a pena ser apenas um representante, até porque, se for apenas um, por que a Rosacruz e não outras? Para evitar, inclusive esse questionamento, a gente traria outras entidades, não muitas, porque a gente sabe que audiências com muita gente não funcionam. É melhor duas.

Então, Presidente, apoio e endosso a sugestão da Senadora.

Deixo esta Comissão decidir se seria aqui ou na Subcomissão, repetindo que seria muito positivo que fosse na Comissão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Sr. Presidente, queria só...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continua em discussão.

Com a palavra S. Ex^a, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Complementando o que disse o Senador Cristovam, não tenho nenhuma objeção de que se acrescente mais algum expositor, mas, realmente, que sejam dois expositores, até de planos diferentes, porque, realmente, exposições com quatro, cinco, seis, terminam inconclusivas ou sem conseguirmos aquilatar direito o pensamento, às vezes, de nenhum. Então, talvez a Senadora Vanessa tenha alguém para sugerir, o Senador Cristovam já sugeriu uma instituição que realmente acho importante, que é a União Planetária. Talvez as duas ou essa e o Clube de Roma. Três: eu acho que está de bom tamanho. Se a Senadora Vanessa tinha outra sugestão, acho que é fazer e aduzir ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continua em discussão.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB

– AM) – Na realidade, eu gostaria de fazer esse debate num enfoque diferente do que pensa o Senador Mozarildo. Por isso, deverá, em minha opinião, ser um novo requerimento, que eu trarei na próxima reunião. Eu acho que ficariam as duas sugestões, a do Senador Mozarildo e a do Senador Cristovam, mas precisamos discutir não só o conteúdo da conferência, mas também o processo de mobilização da conferência Rio+20. Eu acho que, daí, a minha ideia de trazer para cá o assessor internacional da Presidência da República e o Itamaraty, Presidente Collor. Talvez V. Ex^a mesmo pudesse sugerir um requerimento para debatermos aqui a preparação e a mobilização em relação a essa conferência, porque acho que é uma oportunidade muito grande que tem o Brasil e nós não podemos perder essa oportunidade...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O ministro também, claro. Eu acho que é isso. É uma ideia.

Nós não podemos perder essa oportunidade de fazer com que a divulgação seja até maior que a da Eco 92, porque estamos, 20 anos depois, com mais problemas e ainda mais graves problemas ambientais.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Presidente, pela ordem. Posso ainda...?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Claro. Continua em discussão a matéria.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu creio que são duas coisas diferentes. Eu creio que devemos manter a do Senador Mozarildo, mas o que a Senadora Vanessa traz é extremamente importante. Senadora, fico feliz. Não sei por que não trouxemos isso antes aqui.

O Presidente Collor era o Presidente da República quando houve a Rio 92. Foi do Presidente Collor a iniciativa, no primeiro momento, da Rio+20, que ele levou ao Presidente Lula, que levou para as Nações Unidas. Ele tem estado envolvido todo o tempo nesse assunto, tanto que criou a subcomissão.

Eu creio que teremos de discutir nesta Comissão o assunto. Não basta uma subcomissão específica fazendo os trabalhos técnicos, que teriam feito. Nós precisamos, sim, trazer ministros, grandes autoridades para discutir.

Eu quero colocar nessa discussão não apenas, Senadora Vanessa, a organização, mas os outros dois grandes problemas que eu vejo, que é a representatividade – e o Presidente Collor tem chamado atenção para isso nas reuniões que fizemos com o Governo – e – para o que ele tem chamado mais ainda a atenção – qual o produto que vamos ter na Rio+20. Eu até acho que a organização está indo bem. Nós fomos ao Rio – é claro que já faz algum tempo, quatro ou cinco meses – e a impressão é que estava indo bem. Mas a representatividade... Cada dia, recebo a notícia, Senador Blairo, de que algum Chefe de Estado não vem, de que algum Chefe de Governo não vem. Isso esvaziará a reunião.

Também o Governo brasileiro não está se envolvendo plenamente como deveria. Naquele belo discurso da Presidenta Dilma nas Nações Unidas, ela apenas tocou no assunto e disse que todos seriam bem-vindos. Ela não tocou na ideia de que essa reunião é decisiva para o futuro da humanidade – pode vir a ser ou não, pois pode fracassar também. Ela não fez o que se chama por aí de *advocacy*, a defesa dessa reunião, com a ênfase que deveria. Não se vê isso na pauta do dia a dia do Governo. Isso tinha de estar na pauta do dia a dia. Tinha de haver um envolvimento direto.

O Senador Collor poderia até dizer como ele conseguiu trazer os Chefes de Estado. Têm histórias interessantes nisso. Não sei se deve dizer na televisão ou não.

Mas precisamos fazer essa reunião aqui, uma reunião para despertar o assunto. E tem de ser logo no

começo do ano. Talvez a nossa primeira ou segunda reunião. Devem estar o ministro ou o encarregado do assunto no Itamaraty e a Ministra do Meio Ambiente. Nós caminhamos para um fracasso. Hoje, eu acho que caminhamos. E o senhor tem dito isso, Senador Collor. Eu já o ouvi dizer em reuniões com pessoas do Itamaraty. Nós caminhamos para um desperdício, que é pior que fracasso. Desperdiçar uma chance.

Temos de despertar o Governo, se é o caso. Eles vão dizer que não, que estão alertas. Eu não vejo envolvimento pleno. Nas viagens que tenho feito, eu sempre aproveito para fazer algum contato sobre isso. O que vejo é que tem governo que não sabe da Rio+20. Há autoridades de governo que não sabem que vai ter essa reunião. Em outros lugares, dizem: “Não, o nosso governante” – como o Primeiro-Ministro inglês, como eu vi no ministério – “quer ir ao Brasil discutir assuntos bilaterais, ele não quer discutir assuntos multilaterais. E não dá para ir duas vezes no ano ao Brasil. Então, ele vai preferir ir...” E eu li nos jornais que ele está vindo, o que significa que ele não virá depois.

Eu quero apoiar a proposta do Senador Mozarildo, desde que seja um debate amplo. Sugiro o Clube de Roma e a União Planetária. E a reunião, antes mesmo dessa do Senador Mozarildo, na linha do que propôs a Senadora Vanessa. Nós precisamos disso, Senador Collor. E, como o senhor tem sido um dos baluartes desse assunto e o tem defendido tanto, acho que é o momento de o senhor fazer isso aqui, na nossa Comissão ampla, não na subcomissão.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, primeiro, quero enaltecer e dar o meu total e irrestrito apoio à iniciativa do Senador Mozarildo de sugerir a esta Comissão uma audiência pública para que possamos ouvir e trazer os conhecimentos profundos e milenares da Ordem Rosacruz. Eu acho que é de conhecimento de todos nós aqui que a Ordem Rosacruz é uma entidade que se preocupa não só com o Planeta e o meio ambiente, mas com a sobrevivência do ser humano sobre o Planeta em harmonia. Nós, que vamos discutir a Rio+20, que vai ser, na minha expectativa, o grande evento sobre meio ambiente da década, que é esse que vai acontecer a partir do dia 20 de junho do ano que vem na cidade do Rio de Janeiro, não podemos perder a oportunidade de trazer a Ordem Rosacruz para debater.

Eu quero aqui também me solidarizar com a preocupação da Senadora Vanessa. Eu acho que está havendo, de certa forma, muita movimentação

de bastidores no que diz respeito, concordando com o Senador Cristovam, à Rio+20. Temos aqui a nossa subcomissão, ela tem funcionado, ela tem promovido uma série de audiências, mas não vejo a opinião pública, formada pela grande imprensa, se manifestando sobre esse assunto. Em minha opinião, o próprio Governo ainda não acordou para a importância do evento da Rio+20. A Rio+20, em minha opinião, não vai ser, de forma alguma, concorrente em questões de importância global com a Eco 92. De maneira alguma. Ela é uma complementação, mas ela é uma sequência. Ela vai ser, num primeiro momento, uma avaliação do que aconteceu nesses 20 anos, mas vai colocar algo a mais, que é a propositura do Fundo Verde, por exemplo, que é a criação de uma nova economia verde no Planeta, que é só possível, porque, em 1992, a Eco 92 teve a importância que teve para o mundo e para o Planeta. Começaram a pautar dali as COP/MOPs, todas as COP/MOPs que vieram na sequência foram muito em direção à questão do meio ambiente, à questão do clima, geraram o Redd, o crédito de carbono, a questão do Protocolo de Kyoto. Temos de dar a importância necessária para a Rio+20. O Brasil tem de acordar e o Brasil, que tem adotado uma postura de ser o país que lidera essas questões no âmbito mundial, não pode perder a oportunidade de trazer para dentro do Governo a responsabilidade da condução do processo da Rio+20.

Então, a sugestão da Senadora Vanessa de trazeremos aqui o Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador – talvez o Corrêa do Lago ou o Figueiredo -, aquele que mais vai articular esse processo, para discutirmos com ele qual é o procedimento que queremos para tornarmos a Rio+20 um evento tão grandioso como foi a Eco 92...

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza.

Continua em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Diante do que foi aqui colocado e solicitado, com a permissão das Sr^{as} e Srs. Senadores, eu proporia o seguinte: que nós deixássemos deliberado o Requerimento nº 54, de autoria de S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, convidando o Sr. Christian Bernard para tratar aqui, no âmbito da Comissão, já que o presidente da subcomissão, S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, também assim entende, que deve ser trazido para o âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que nós deliberássemos sobre esse requerimento e, depois, na nossa próxima reunião, teríamos outros requerimentos, com outros nomes, e aditaríamos ao requerimento de S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti. Aí faríamos essa reunião mais ampla, conforme

solicitado e sugerido por S. Ex^{as} os Srs. Senadores e pela Sr^a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só acrescento...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só acrescento falar com o Senador Rodrigo Rollemberg também, para juntar talvez as duas comissões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. E poderíamos ter então, no outro requerimento, a sugestão de que fosse feita uma reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, presidida por S. Ex^a o Senador Rodrigo Rollemberg, com a inclusão de mais dois ou três nomes que se juntarão ao Sr. Christian Bernard para nós fazermos então essa nossa audiência pública.

Se V. Ex^{as} estiverem de acordo com essa solução e não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento de S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A respeito da Rio+20 e do que foi aqui dito pela Senadora Vanessa Grazziotin, pelo presidente da Subcomissão de Mudanças Climáticas e acompanhamento dos preparativos da Rio+20, S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de, com a permissão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, emitir uma opinião sobre os resultados, se é que podemos chamar de resultados, do ponto de vista positivo, da recente conferência da COP-17, realizada em Durban.

No meu entender...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Sr. Presidente, quero lamentar, mas não vou poder ouvir a sua avaliação – adoraria ouvir. Depois conversarei com V. Ex^a, pois preciso pegar o avião agora.

Quero cumprimentá-lo. E vamos fazer esse debate sobre a organização, Sr. Presidente. O senhor tem, todos nós, mas, sobretudo, o senhor que preside esta Comissão uma grande responsabilidade que temos que tomar em nossas mãos.

Parabéns. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora.

A reunião foi um fiasco. Doze chefes de estado e de governos estiveram presentes, embora delegações

de 190 países tivessem participado. Mas, delegações de técnicos em reuniões dessa magnitude, ao final, no comunicado oficial, não representam o peso político da reunião, caso estivessem presentes os seus líderes políticos.

Devo ressaltar – falo com a minha opinião – que o trabalho realizado pela delegação brasileira foi um trabalho hercúleo. Se não fosse o trabalho realizado pelo coordenador executivo da Rio+20, Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, e pela Ministra Izabella Teixeira, essa COP-17 teria submergido, como submergidos estarão – como aqui já foi dito por S. Ex^a o Senador Aloysio Nunes Ferreira, caso não tomemos providências rápidas – países como as Maldivas, cujo ponto mais alto tem 2,4 m e o ponto médio, o nível médio de altura, 1,5 m. Esse país desaparecerá, submergirá, assim como os países lá do pacífico sul, como Nauru, Kiribate, Tuvalu, possivelmente Samoa e outros.

De modo que a atuação de delegação brasileira – o grande destaque da conferência – conseguiu com que não submergíssemos; a delegação brasileira conseguiu com que ficássemos com a cabeça na linha da água, ainda respirando e ainda com esperança com relação ao futuro do nosso planeta.

O descaso com que vem sendo tratado o tema e consequentemente a Rio+20 é notório. E vêm as mais diversas explicações: não, porque vão ser realizadas eleições nos países A, B e C; não, porque a União Europeia está passando por uma crise; não porque os Estados Unidos terão eleição para presidente e também passa por um momento difícil; a declaração do Primeiro Ministro Cameron ou de seu assessor que diz não, o primeiro ministro não vai duas vezes ao mesmo país no mesmo ano – no caso o Brasil.

Ele não está entendendo que o Brasil é apenas a localidade geográfica em que se realizará uma conferência planetária. Quer dizer, ele não virá ao Brasil; ele pode vir ao Brasil para fazer a visita bilateral que precisa fazer, de Estado, bilateral para tratar de assuntos bilaterais e virá ao nosso espaço geográfico que está cedido àqueles que têm preocupação com o futuro do planeta e da humanidade. Então é uma visão caolha, torta, completamente descomprometida com a questão que hoje nos aflige muito.

O fato de a Rio+20 não ter a divulgação a que alguns Senadores se referiram pelos meios é uma prova disso. Os meios estão comprometidos em maior ou menor grau com interesses poderosos, interesses de grandes empresas, grandes indústrias que não estão interessadas em tratar desse assunto agora. Esquecem-se eles que nós estamos tratando do futuro de sete bilhões de pessoas que serão afetadas diretamente caso medidas rápidas e efetivas não sejam tomadas.

A elevação da temperatura média global de dois graus centígrados com a consequente elevação do nível das águas já se faz sentir em diversas áreas do globo. Estamos caminhando para três graus e se chegarmos aos quatro graus nós teremos não somente países como aqueles já citados desaparecendo do mapa, mas também outros países de grande costa, como o Brasil, sendo duramente afetados.

De modo que, na Rio+20, não temos nenhuma ilusão: o tema mudança climática vai ser evitado no decorrer da conferência. Na agenda já estabelecida pelas Nações Unidas, e que o Governo brasileiro e o próprio Senado da República, pelo relatório que encaminhamos ao comitê executivo organizador da Rio+20 pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Rodrigo Rollemberg... Conseguimos incluir, na proposta oficial do Governo brasileiro às Nações Unidas para elaboração da agenda a ser discutida, algo muito importante que é a obrigação da aceitação do princípio da não-regressão, ou seja, não podemos aceitar em momento nenhum que as conquistas alcançadas na conferência Eco 92, realizada em 1992, sejam reavaliadas e nessa reavaliação retornarmos a uma situação que havíamos vencido e avançado na Eco 92. Alguns países desejam fazer isso. E, dentro dessa agenda, este princípio da não regressão tem que ser observado.

Em segundo lugar, temos que vencer um pouco, temos que elastecer um pouco, até mesmo romper as amarras que as Nações Unidas estão impondo à agenda Rio+20 tratando de dois temas somente, economia verde e, graças às ações do Governo brasileiro, as nações unidas aceitaram incluir economia verde com inclusão social ou com erradicação da pobreza e o outro tema, da governança global. Esses dois temas são interessantes, mas também perigosos porque dependendo do conceito de economia verde isso pode se transformar no novo nome do protecionismo comercial. Estabelecerem-se certos critérios para classificar o que é produto taxado de economia verde ou não; e isso pode ocasionar que os grandes países digam: não, esse produto não é fruto de um país que esteja praticando economia verde. Então temos que ter muito cuidado com isso. Não diria que seja uma armadilha, porque isso seria algo adredemente preparado. Mas digo que é algo com que temos que tomar cuidado. E a governança global, porque é o que estaria dirimindo ou arbitrando o que seria ou não economia verde.

De modo que eles estão insistindo muito que não saíamos desses dois temas. O Governo brasileiro e o próprio Senado da República, pela subcomissão de acompanhamento dos preparativos da Rio+20, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, como também a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador

Rodrigo Rollemberg, tem feito o melhor e o maior dos esforços para que possamos ampliar essa agenda. Temos que ampliar essa agenda, introduzir a discussão das mudanças climáticas.

Porque, o que foi resolvido em Dublin? Houve a defecção do Canadá, uma defecção séria até pela forma com que anunciaram a saída do Protocolo de Kioto. Foi comemorado que Estados Unidos e China assinaram um documento. Mas o documento é absolutamente inócuo. Os dois países assinaram um documento dizendo que não se negarão a continuar a discutir esse assunto, sem nenhum tipo de compromisso, sem nenhuma obrigação até 2015 para chegarem a uma conclusão em 2020. Por que estas datas 2015 e 2020? Porque eles querem ultrapassar a Rio+20, em 2012. Então, se o tema for suscitado na Rio+20, eles dirão que isso já ficou resolvido em Dublin, que teríamos até 2015 para resolver se vamos aderir, se vamos reativar o Protocolo de Kioto, ou outro instrumento legal que o substitua, ou se vamos de fato obedecer àquelas reduções obrigatórias, para que o planeta não entre em colapso. E vão dizer que têm até 2020. Então isso que se diz que foi um ganho porque Estados Unidos e China assinaram o documento, na realidade, significa grande perda para a discussão do tema mudanças climáticas, olhando para a Rio+20, para a conferência que será realizada no Rio no ano que vem.

Vejo isso com muita preocupação. Acho que é preciso engajamento pessoal da Senhora Presidente da República para levar adiante, com sucesso e êxito, a Rio+20. O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Meio Ambiente têm feito – somos testemunhas disso –, têm feito o melhor, têm se desdobrado em iniciativas. Mas nós sabemos, e eu me permitiria citar especificamente a mim próprio por ter participado de evento como esse e ter tido a responsabilidade de chamar para o Brasil, para a Conferência de 1992, chefes de Estado e de governo. Estiveram presentes aqui 182 chefes de Estado e de governo, inclusive o presidente norte-americano. Aquilo a que o Senador Cristovam Buarque se referiu, de como foi conseguido isso, foi conseguido com esforço e até com atitudes, uma delas tomada já se iniciando a conferência.

O presidente americano não viria, e ele não vinde e não assinando os tratados de biodiversidade, de convenção do clima, agenda 21 e outros, acarretaria um fracasso. O comandante Jacques Cousteau, de saudosa memória, estava muito preocupado, e nós resolvemos ir aos Estados Unidos, em Washington, acampar na Casa Branca. Eu, como Presidente da República, o comandante Jacques Cousteau e outros, vamos acampar, bater na porta, dizer: queremos ser recebidos pelo Presidente Jorge Bush, criar um fato

político dessa natureza. Chamamos o Itamaraty, com o nosso querido amigo embaixador e Ministro Celso Lafer, o embaixador Azambuja e a equipe do Itamaraty, e nós então participamos. Eu disse para eles: o comandante Jacques Cousteau trouxe uma ideia que eu achei excepcional, muito boa, e eu gostaria que o gabinete militar já providenciasse o avião para decolarmos hoje para Washington. O ministro disse: como assim, Presidente? Eu disse assim: vamos chegar, é só avisar. Mas tem que preparar. Eu disse: não, não tem que preparar nada. Nós desceremos em Washington, o visto está em ordem, chegamos lá, pegamos um táxi, chegamos à Casa Branca e criamos o fato, consumado. O Ministro Celso Lafer me disse assim: Presidente, será que seria possível nos conceder 24 horas de prazo para vermos se conseguimos equacionar isso de outra forma? Eu disse: perfeito, o senhor tem 24 horas para resolver isso. E com 24 horas veio a resposta do governo americano, de que o Presidente Bush estaria presente. Ele veio no dia do aniversário dele, dia 12 de junho. Ele veio no dia 11, ficou dia 11 e dia 12.

Enfim, digo isso porque é necessário que haja participação do chefe de Estado, no caso, da presidente do Brasil, no comando desse processo. Nessas viagens que ela tem feito, que ela tem realizado, vários comunicados conjuntos têm sido assinados em que a Rio+20 é citada. E, desses comunicados conjuntos, o melhor em termos de citação da Rio+20 foi o comunicado conjunto assinado entre a nossa Presidenta e o Presidente Hu Jintao, da China. E nesse comunicado conjunto, há, na parte referente à Rio+20: “Os chefes de Governo de Estado signatários deste comunicado se comprometem com o êxito da Rio+20”. E a linguagem diplomática poderia ser: “[...] se comprometem em envidar os melhores esforços para que possamos realizar uma conferência que atenda os interesses e tal”, ou seja, um blablablá que não significa nada.

Então, desse comunicado conjunto, que foi muito forte e que nos encheu de boas esperanças e expectativas, de lá para cá, os comunicados conjuntos, inclusive o discurso da Presidenta nas Nações Unidas, e os comunicados conjuntos assinados posteriormente sofreram um *downgrading*: cada comunicado vem mais fraco, vem mais frágil, com esse linguajar que não traz um compromisso mais firme.

De modo que já fiz esse apelo e volto a fazer esse apelo aqui. Como Senador, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu tenho certeza de que exprimo aqui também o sentimento das Sras e Srs. Senadores, que querem ver o êxito da conferência: que Sua Excelência a Presidenta da República chame o feito à ordem, reúna o núcleo duro que coordena os preparativos da Rio+20 e dê aquele mesmo ímpeto, dê

aquele mesmo impulso que ela deu à realização das Olimpíadas, à realização da Copa do Mundo, porque esses eventos são muito importantes, são eventos esportivos que mobilizam pessoas que vão assistir a espetáculos. Mas a Rio+20 é muito mais importante do que isso; a Rio+20 é algo transcendental. E é o grande momento para que Sua Excelência a Presidenta da República possa reafirmar a sua liderança mundial – que hoje ela já alcançou – e a liderança do Brasil no campo ambiental. É uma grande plataforma de lançamento para salvar a humanidade e o nosso Planeta.

Não há nenhum catastrofismo nisso; é algo palpável. Isso nós estamos sentindo, eu tenho certeza de que cada um dos senhores tem um exemplo para dizer: “Alguma coisa de estranho está acontecendo, porque no meu Estado, em tal lugar, as chuvas estão assim, o mar está assim ou, então, a seca está desse jeito. Algo diferente está acontecendo.” E isso é reflexo, sem dúvida nenhuma, da mudança climática que nós estamos sofrendo.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Acaba de me chegar às mãos, o qual estou lendo com grande entusiasmo, o novo livro do economista Jeffrey Sachs, *A Riqueza de Todos*. São impressionantes as reflexões que o grande Jeffrey Sachs faz a respeito do futuro sombrio da humanidade: as exigências de uma população malthusianamente crescente, as exigências de consumo de energia, as exigências de produção de alimentos, de produção de bens e a incompatibilidade dessa megapopulação e de suas necessidades com o espaço terrestre que nós ocupamos.

Quem ainda não teve acesso a esse livro eu recomendo. Eu acho que é a obra-prima do Prof. Jeffrey Sachs, digamos assim, a última obra da vida do Professor Jeffrey Sachs, e é um resumo de tudo aquilo que ele pensa a respeito desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero dizer que também recomendo, mas sou suspeito por causa da minha relação pessoal com o Sachs, que foi meu professor e foi quem colocou na minha cabeça a ideia de que o desenvolvimento tinha que dar uma virada há quarenta anos, quando eu ainda era muito jovem e aluno dele.

Eu estava pensando aqui. O senhor fala da dramaticidade porque a gente precisa levar para as pes-

soas. O relatório preparado, Senador Jorge Viana, que considero um dos líderes que pode influir, o relatório preparado pelo Governo é muito bem feito, mas zero em ambição. É muito bem feito tecnicamente, mas não tem nada da visão do que o Jorge Viana falava de “florestania” e que depois agarrei dele para ser chamada de “planetania”.

Não há uma visão geral, é um documento técnico que trata disso, disso e disso. A gente precisa da ambição e eu queria dar aqui duas ideias ambiciosas, na ideia de audiência. Uma é chamar aqui o Ziulkoski que é o encarregado, em Nova Iorque, de organizar isso aqui, o Maurice Strong dessa vez, e um outro que despertaria a opinião pública brasileira: é o Presidente das Maldivas, o Mohamad Nasheed, um homem jovem, carismático e que, olhando na televisão, ele diga “por favor, deixem meu País desaparecer” porque o país dele vai ser inundado e não vai demorar muito. A vinda dele aqui poderia ser um marco importante na conscientização. Aliás, é preciso dizer que o Presidente Marco Maia, em exercício, há três dias, sancionou a lei, Senador Aloysio, de iniciativa do Senado de 16 de março ser o Dia Nacional das Consciências das Mudanças Climáticas, da gente ter um dia importante para colocar nas escolas o debate sobre esses assuntos.

Fica aqui a ideia de chamar o Mohamed Nasheed que é uma figura realmente carismática, que chama a atenção de todos e um marqueteiro muito bom. Ele fez uma reunião do Ministério dele embaixo d’água, todo mundo usando escafandro porque ele queria dizer “assim que vai ser meu país”. É claro que não sei se eram mesmo os Ministros ou não porque, de escafandro, não se sabe quem está ali, mas fez essa reunião, transmitida pela televisão, saiu na CNN, no mundo inteiro.

Esse cara aqui, esse senhor aqui, daria um despertar. Não sei como é que é convidar chefe de Estado na relação Congresso e Itamaraty, mas o senhor, com a sua autoridade, acho que tem condições de fazer isso e ele está pronto para ver porque houve um primeiro contato que cheguei a fazer, mas sem fazer o convite porque é claro que não tenho autoridade para isso. Eu sondei e ele disse que está disponível no começo do ano. Fica aqui a ideia.

Esse daria uma balança e um despertar na consciência da Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É uma grande ideia, muito boa ideia a de S. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

S. Ex^a, Senador Jorge Viana, com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Primeiro queria cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa de nos passar as preocupações e essa análise com antecedência do

que pode vir a ser a Rio+20, caso algumas medidas não sejam adotadas, caso uma mobilização não ocorra.

Perderemos, talvez, uma das grandes oportunidades de fazermos o mundo se reencontrar com a ideia de buscar sustentabilidade que o planeta sempre nos disponibilizou e que as atividades econômicas estão em um processo bastante acelerado transformando em insustentabilidade.

Penso que as intervenções dos Senadores são nesse sentido e que a importância que a Rio 92 teve para o mundo está no fato de ter sido o passo mais importante na ideia da sustentabilidade, em estabelecer conceitos e abrir uma era onde o mundo começou a ver que a ação do homem precisa ter limites. Comparo que houve dois grandes momentos: Estocolmo, em 72, quando se pensou e se começou a construir o conceito de desenvolvimento sustentável, e a Rio 92, quando os países começaram a aprofundar esses conceitos, a estabelecer metas e a trabalhar nesse sentido. Acho que outra grande oportunidade que vamos ter, tendo em vista os problemas com Quito, será no ano que vem.

Queria só agravar a preocupação de V. Ex^a. Tenho informação de que estava previsto, mas estão tentando mudar, uma reunião do G 20, alguns dias antes, no México, da Rio+20. Se isso for ocorrer, não tem Rio+20 do ponto de vista da presença dos mais importantes Chefes de Estados do mundo, porque dificilmente um chefe de Estado fica uma semana fora do seu País. Então, se somarmos os dias necessários para o G 20 e para a realização da Rio+20, a Rio+20 estaria inviabilizada. A preocupação de V. Ex^a é muito precisa, até por conta de ter vivido, ter organizado e por conta de episódios como o que V. Ex^a contou, que garantiram o sucesso de um encontro tão importante como esse.

Me parece que, com a crise econômica na Europa, a agenda americana busca retomar o crescimento econômico nos padrões antigos, porque não há uma tentativa de inovar, é apenas retomar o padrão de crescimento anterior, que é o que se questiona hoje no mundo e que V. Ex^a também pôs.

Aqui, no Senado, nós podíamos nos somar e trabalhar nesse propósito de alertar, de apontar ações que deveriam ser levadas em conta, de atitudes que o nosso Governo deveria adotar a partir da própria Presidente.

Só queria mais me somar e dizer que é muito importante que esta Comissão e o Senado possam tratar esse assunto para, de alguma maneira, colaborarmos. Não podemos perder a oportunidade de ter uma Rio+20 à altura da que o mundo precisa. A agenda sócio-ambiental no mundo, no planeta está comprometida. O modelo econômico em curso fracassou e nós temos que enxergar a Rio+20 como a oportunidade de fazer

uma consertação nesse mundo enquanto há tempo, estabelecendo os passos seguintes para que essas tragédias anunciadas não ocorram.

Recentemente estive num encontro, antes da COP-17, em Berlim, com representantes da China, da Índia e de vários países. A comunidade científica está fazendo uma revisão nos impactos que a mudança de temperatura pode trazer. Eles já estabelecem que 1,5 grau já será suficiente para termos uma verdadeira tragédia em boa parte das regiões do planeta. A situação está se agravando e a preocupação, como bem colocou V. Ex^a, está diminuindo. Um país como o Brasil, num entendimento com a China... Como bem foi colocado por V. Ex^a, o compromisso de garantir o êxito dessa conferência é a chave para mudarmos essa agenda de apenas, protocolarmente, assinar compromissos, estar presente ou não, para uma agenda de êxito. O mundo precisa que a Rio+20 tenha êxito.

Então, parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigada a S. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Sem dúvida estamos, claramente, Sr^s e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, caminhando para um retumbante fracasso da Rio+20, caso providências rápidas e enérgicas, por parte de Sua Excelência, a Chefe de Estado brasileira, não chame a si a responsabilidade da condução pessoal desse processo, de acordo com o que foi firmado no comunicado conjunto com o Presidente chinês, do compromisso com êxito, a que se referiu com tanta ênfase S. Ex^a o Senador Jorge Viana...

As nossas perspectivas não são boas hoje. Podem mudar as perspectivas? Poderão. Mas, como disse S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, a gente não vem percebendo as coisas caminharem numa direção mais objetiva. E também como ele colocou, é verdade. Nesses comunicados ou nessas sugestões, normalmente os diplomatas sempre procuram, claro, fazer o melhor, e fazer o melhor na elaboração de um documento – tem de haver em outros comunicados que não esse relacionado ao futuro do Planeta e da humanidade – sempre tem de um ceder uma coisa e de outro ceder outra. É uma palavra, é uma vírgula que um cede para o outro até que se chegue a um documento final.

E, no nosso relatório – está aqui, foi entregue – da Comissão de Relações Exteriores, da Subcomissão de Preparativos da Rio+20 de Mudanças Climáticas e da Comissão de Meio Ambiente, foi colocado isto: nos documentos que forem sendo negociados para serem assassinados por ocasião da Rio+20, nós não podemos, na elaboração desse documento, cedermos, em nenhum momento, para facilitar que seja aprovado um documento chocho. É melhor não ter nenhum docu-

mento da Rio+20... Terminou a conferência? Terminou. Chegou-se a alguma conclusão? Não. Tem documento? Não, não tem documento nenhum, porque para nós assinarmos documentos e, nesses documentos, entrarem concessões outras, por negociações que o governo brasileiro esteja fazendo com o objetivo de alcançar tal coisa ou, na parte comercial, de resolver uma pendência com o país X, e começarmos a flexibilizar na elaboração desses documentos, isso vai nos levar a um resultado absolutamente insatisfatório e, sem dúvida nenhuma, muito aquém das expectativas que, no mundo, não das autoridades, mas no mundo daqueles que têm uma certa consciência ambiental, está despertando.

Se a Rio+20, hoje, na situação em que nós nos encontramos, tivesse alguma chance de êxito, seria devido aos movimentos sociais e àqueles que estão engajados no Planeta em salvar este espaço em que nós vivemos.

Eles poderão ser o diferencial, serão com a Presidente da República chamando para si a responsabilidade pelo êxito da Rio+20; eles terão uma grande participação, uma grande influência, mas, se não houver, por um motivo ou outro, a disponibilidade de tempo de Sua Excelência para assim agir, se algo for alcançado na Rio+20, será por obra desse grande contingente de organizações e de pessoas que estão engajadas nesse processo de salvação do Planeta.

De modo que, com essas palavras, encerraria...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – ...pedindo desculpas a V. Ex^{as} se me estendi um pouco para tratar desse tema.

Pela ordem, S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Presidente Fernando Collor, eu quero agradecer o depoimento que V. Ex^a nos traz a respeito do que foi a Conferência de Dublin.

A Senadora Vanessa Grazziotin sugeriu que pudessemos ter aqui a presença do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que, como V. Ex^a mencionou, teve um papel tão significativo. Gostaria até de perguntar a V. Ex^a e aos colegas da Comissão, dado, inclusive, o censo de urgência que V. Ex^a mencionou, inclusive para prepararmos melhor a Rio+20, o seguinte: será que não seria bom ouvirmos, dia 22, quinta-feira próxima, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e, quem sabe, o Professor Ignacy Sachs e, se pudesse, em uma semana, também até o Primeiro Ministro das Ilhas Maldivas, como sugeriu o Senador Cristovam Buarque? Seria muito interessante.

Não estive em Durbin, mas me preocupei e até preparei um pronunciamento, para hoje à tarde, relativamente aos resultados. Por exemplo, Luiz Pinguelli Rosa mencionou que foram melancólicos os resultados de Durbin. Outras pessoas inclusive poderiam aqui ser convidadas para estarem conosco também na preparação da Rio+20. São pessoas que têm estudado esses assuntos. Em outubro último, houve uma conferência em Itaipu, da qual participaram Leonardo Boff, Carlos Nobre, os irmãos Antônio e João Nobre, que apresentaram a tese que os cientistas do mundo inteiro estão estudando agora: o crescimento abrupto do efeito estufa. Essas são pessoas que também poderiam colaborar.

Leonardo Boff – eu vou fazer uma breve citação aqui – menciona, por exemplo, que está em muitos relatórios publicados pelo mundo afora que o grande problema agora é o degelo das calotas polares e do permafrost, o solo congelado do norte da Europa, Sibéria e Canadá, onde, no subsolo, existem bilhões de toneladas de metano que estão sendo liberados. Ele vai ao ar e é 23 vezes mais agressivo que o dióxido de carbono. Pode provocar o aquecimento abrupto de até 4, 5 graus Celsius. Com esta temperatura, grande parte da vida hoje conhecida não vai poder subsistir, inclusive milhões de seres humanos poderão morrer. Isso é corroborado pelo relatório da Academia Nacional de Ciências sobre Mudança de Clima, dos Estados Unidos, que faz advertências muito significativas a respeito.

Quero sugerir, Sr. Presidente, se for adequado e possível, quem sabe, se todos estivermos aqui, dia 22, pela manhã, que possamos ter um diálogo de profundidade com o nosso Embaixador, que, segundo V. Ex^a, teve um papel muito relevante, procurando até salvar as conclusões da Conferência de Durbin. Seria importante que ele pudesse aqui nos trazer um pouco do que sentiu. Poderíamos dialogar também sobre como pode a Presidenta Dilma Rousseff, com a colaboração e apoio nosso, agir na linha do que V. Ex^a mencionou, para fazer da Rio+20 um encontro efetivamente produtivo.

Então quero cumprimentá-lo pela iniciativa e corroborar as sugestões que aqui foram colocadas a partir as proposições de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Eu fiquei devendo respostas às sugestões feitas por S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, em relação aos convites ao Presidente das Maldivas e ao Secretário-Geral, Xai Hu Tang, para que eles aqui possam vir.

Em relação ao Presidente das Maldivas, nós não temos, nem a Presidência do Senado nem a Presi-

dência do Congresso, essa prerrogativa de fazer esse convite. Em geral, é convite do Chefe de Estado para o Chefe de Estado. Então, nós poderíamos encaminhar, pelo Itamaraty, uma solicitação que seria endereçada à Sua Excelência, a Presidenta da República, para saber da possibilidade de ela convidar para uma visita de trabalho ao Brasil o Sr. Presidente das Maldivas. E, nessa oportunidade, caso ela assim possa agir, e havendo uma resposta positiva do senhor presidente das Maldivas, nós incluímos no programa dele a sua vinda à Comissão de Relações Exteriores. Parece-me que esse seria o caminho.

Em relação ao Sr. Xai Hu Tang, este seria mais fácil, porque, vez por outra, ele está aqui. Então, nós poderíamos solicitar ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e ao próprio Ministro das Relações Exteriores para que, quando da próxima vinda do Sr. Xai Hu Tang ao Brasil, que fosse incluído em seu programa uma visita à Comissão de Relações Exteriores, para tratarmos da Rio+20. Seria bem mais fácil.

Em relação à sugestão feita por S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, logo no dia seguinte, na segunda-feira, ao término de Durban, nós entramos em contato com o Itamaraty para sabermos da possibilidade de hoje aqui estar na nossa reunião ordinária o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e o Embaixador André Corrêa do Lago, para que eles, aqui, pudessem expor, na visão da delegação brasileira, os resultados de Durban. Ocorre que os Embaixadores continuam trabalhando para que o que foi acordado em Durban não sofra nenhuma modificação de última hora, e permanecem ainda na Europa, fazendo alguns contatos para não deixar que, aquilo que foi, de forma muito cansativa, porque a Conferência deveria terminar na sexta-feira, foi até domingo, varavam noites e noites trabalhando... Enfim, com esse trabalho realizado dessa forma, faz-se mister que se acompanhe a redação final desse documento, para que não haja nenhuma outra interpretação. Mas o Itamaraty já está comunicado, por nossa parte, do nosso interesse em ter o Sr. Embaixador aqui. O Itamaraty concordou com isso, e o próprio Embaixador Figueiredo tem todo o interesse em trazer as suas impressões para esta Comissão e, tão logo ele volte, nós poderemos fazer isso.

Acredito que no próximo dia 22, na eventualidade de ele ter chegado aqui e puder vir no dia 22, por ser o último dia dos nossos trabalhos, eu não sei se seria conveniente, porque tem a LOA, tem a DRU, enfim, então, talvez, com a permissão das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, nós poderíamos solicitar ao Itamaraty que já deixasse agendado, se possível, para fevereiro a vinda do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e do Embaixador André Corrêa do Lago, aí já não somen-

te para tratar da questão de Durban, mas também do que vai acontecer daqui para lá.

Então, todas essas providências já estão devidamente solicitadas e o Itamaraty estará tomando as providências para ver se consegue viabilizar a vinda aqui, por intermédio de um convite da Senhora Presidenta ao presidente das Maldivas, uma visita de trabalho, enfim, porque, realmente, o caso das Maldivas, um país cujo ponto mais alto tem dois metros e quarenta centímetros, e o nível médio de altura de superfície é de um metro e meio. Imaginem: nas costas do Brasil nós temos marés de três metros. Lá no Nordeste estamos com marés, hoje, de três metros, em épocas em que a maré mais alta não chegava a dois metros. Imagina uma maré de três metros nas Maldivas? Então, é algo, enfim, extremamente preocupante.

Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, mais uma vez, parabéns por essa iniciativa de trazer para a agenda do próximo ano a Rio+20.

Eu tomo a liberdade, aproveitando a presença de um número bastante importante de Senadoras e Senadores aqui, eu sei que estamos na semana final dos nossos trabalhos deste ano, de trazer um assunto que já tinha sido discutido e que se agravou bastante, que se refere à situação dos haitianos. Segue aumentando o número deles chegando ao Brasil de maneira não convencional.

Queria, rapidamente, dizer que, desde janeiro de 2010, quando o trágico terremoto deixou centenas e milhares de vítimas em Porto Príncipe, e também, a partir de outubro do ano passado, quando eclodiu a devastadora epidemia de cólera no Haiti, as autoridades migratórias brasileiras identificaram um fluxo de pessoas muito significativo. Já identificaram que, contando em boa parte com a intervenção de redes e organizações de traficantes, contrabandistas de migrantes – usualmente denominados de coiotes –, haitianos, quase sempre utilizando a rota República Dominicana/Panamá, Equador e Peru, têm entrado no Brasil, especialmente pelo Estado do Amazonas, na região de Tabatinga, na tríplice fronteira Colômbia e Peru, e pelo Acre, na tríplice fronteira de Assis Brasil e Iñapari, na fronteira Bolívia, Peru e Brasil. O número é impressionante. Eles se utilizam da solicitação de refúgio até entrarem no nosso País. Normalmente fazem esse protocolo para permanecerem no território nacional. Há um protocolo: os que fazem o pedido podem permanecer no território e trabalha com carteira assinada até que o Conselho Nacional para Refugiado – Conare – decida em caráter irreversível. A situação é tão grave que, de janeiro de 2010 até esse momento, já entraram por essas duas rotas quatro mil haitianos.

No caso já apreciado, até o momento, não houve nenhum pedido de refúgio deferido.

No fundo, nós não temos amparo para refúgio econômico. A lei não ampara refúgio econômico, e essa situação segue se agravando.

Estou trazendo um requerimento, de que também são signatários os Senadores Aníbal, que lamentavelmente teve que sair, e Aloysio Nunes e a Senadora Vanessa, em que pedimos, com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência, mas, tendo em vista o encerramento dos trabalhos na semana que vem, porque muito provavelmente, pelo que conversei como líderes, é possível que, na quarta-feira, tenhamos a votação final do Orçamento, ele ficaria prejudicado. Não sei se, em caráter absolutamente excepcional, a nossa Comissão poderia criar algum mecanismo.

Queria que fosse aberto à sugestão dos colegas o que poderíamos fazer, tendo em vista que fiz uma checagem hoje com a Prefeita Leila, de Brasileia, que nos informou que, na cidade de Brasileia, tem 850 haitianos em situação absolutamente precária. O Governador do Estado, Tião Viana, tem garantindo alojamento e alimentação, mas, nos finais de semana, o número se multiplica. São crianças, mulheres, famílias inteiras, e não se toma uma atitude adequada. É absolutamente impotente o Estado do Acre para adotar uma medida que só pode ser tomada por quem tem acúmulo de conhecimento e também de competência para poder agir, por se tratarem de imigrantes que chegam em condições identificadas pelas autoridades do Itamaraty e do Ministério da Justiça, que já fizeram reuniões. Esse assunto está sendo tratado desde fevereiro ano. Já ocorreu reunião com vários ministérios, fizeram reunião no Peru, também para tratar, mas o certo é que, de concreto, não se logrou nenhum êxito.

O jornal *The Guardian* de ontem fez uma longa matéria sobre esse assunto. Graças a Deus, até aqui não tivemos nenhuma situação mais grave, mas isso pode ocorrer a qualquer momento. É uma crise humanitária mesmo. Um país já danificado, do ponto de vista material, com perdas enormes de vidas humanas com o terremoto, depois, uma epidemia de cólera, e, agora, criou-se uma rota que está sendo utilizada, beneficiando criminosos. Isso também está bastante evidente. Chegam nessa rota que vem da República Dominicana, passam para o Panamá, chegam até o Equador e vem para o Peru e passam numa fronteira seca, pela Interoceânica, como nós conhecemos, ou Estrada do Pacífico, e entram autorizados, tendo em vista que o Brasil tem uma situação, também precária, de lidar com a situação dos haitianos.

Agora, nós vamos passar o final do ano, temos o recesso em janeiro. Quem vai tomar uma providência sobre essa situação? A Prefeitura de Brasileia não tem nenhuma condição de lidar com os acolhidos até agora. Foram alugados alojamentos, hotéis, pensões, casas de pessoas. Oitocentas e cinquenta estão em situação bastante precária, apesar do cuidado – e aí vale o registro – do governador, que tem feito o possível, mas eu mesmo o acompanhei, numa audiência com o Ministro da Justiça, há dez dias, e ele falou que não tem nenhuma condição. Ele veio com um pedido de auxílio imediato.

O Itamaraty, parece-me, adotou medidas de mudar a posição brasileira até o final deste mês de dezembro, mas o certo é que o que vai ocorrer com essas 850 pessoas que estão lá, número que deverá ser ampliado já no próximo fim de semana, que é quando um número novo de imigrantes chega.

Então, eu apresentei este requerimento e gostaria que, em caráter absolutamente excepcional, por se tratar de uma questão humanitária – falei ontem na tribuna do Senado, e acho que esta Comissão tem sido tão bem conduzida por V. Ex^a, trazendo aqui temas e procurando encontrar soluções –, que pudéssemos aqui, ainda hoje, compartilhando com o conhecimento acumulado que tantos Senadores têm, encontrar uma maneira, mesmo não tendo tempo hábil, que pudéssemos, daqui para terça ou quarta-feira da semana que vem, adotarmos alguma medida no sentido de forçar uma posição. Então, eu queria encaminhar este requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se me permite, Senador Jorge Viana, gostaria de subscrever e apoiar a sua iniciativa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Ex^a, Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – No requerimento, Sr. Presidente, nós estamos pedindo – aí, obviamente, está prejudicada parte da intenção – uma audiência com o alto comissariado da ONU, que está presente no Brasil, que é quem lida com isso. Há um representante no Brasil, representante do Ministério de Relações Exteriores e do Ministério da Justiça, que trata da fronteira no Brasil e que já conhece esse assunto, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Esse é um assunto da maior gravidade. Então, se pudéssemos ter, em caráter excepcional, quem sabe antes da quinta-feira, na terça-feira, seria absolutamente importante. É o apelo que eu faço.

Peço quem queira subscrever este documento, porque é algo que tem de ser da Comissão de Relações Exteriores, pela gravidade que o tema requer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concordo plenamente com V. Ex^a e manifesto a preocupação de toda a Comissão em relação a esses dados de extrema gravidade.

S. Ex^a o Senador Jorge Viana apresenta-nos, portanto, um requerimento. Conforme é praxe nos trabalhos da nossa Comissão, sempre um requerimento é lido e colocado na pauta da reunião seguinte. Mas o Ato nº 2, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, traz, no seu art. 3º, que, salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta devidamente preparada pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja enviada aos membros dois dias úteis antes de sua realização, mas dá a casos excepcionais, como esse, a faculdade de criarmos a exceção e podermos, nesta reunião mesmo, aprovar este requerimento, caso a urgência seja assim entendida neste requerimento, como de urgência, pelas Sr^{as} e pelos Srs. Senadores.

De modo que indago às Sr^{as} e aos Srs. Senadores se podemos dar o caráter de urgente a esse requerimento apresentado por S. Ex^a, o Senador Jorge Viana, e outros Senadores, e deliberarmos sobre ele ainda na reunião de hoje, para ter um efeito prático na reunião extraordinária que teremos na próxima terça-feira, ou não.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a, Senadora Ana Amélia; em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Penso que foi extremamente correta a invocação desse artigo, pela urgência. Cumprimento o Senador Jorge Viana pela iniciativa. Não tenho dúvida de que todos os Senadores membros desta Comissão apoiarão. Não sei se é regimental, mas penso que seria reforçar ainda, dada a urgência e a questão humanitária que envolve esse problema, que a própria Comissão de Relações Exteriores, por ela inteira, endosse esse posicionamento para reforçar perante as autoridades brasileiras a manifestação do Senado Federal para resolver essa questão tão urgente, Sr. Presidente. Essa é a minha posição em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, S. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Sua sugestão acatada por todos, será assim feito.

S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Na mesma linha da Senadora Ana Amélia, eu acho, Senador Viana, que foi extremamente positivo trazer esse assunto para cá. Mas eu gostaria que ficasse claro que nossa principal preocupação é humanitária e não fronteiriça, que nossa primeira intenção é como cuidar dessas pessoas e não como barrar a entrada delas. Até podemos chegar ao momento em que fica impossível receber todos, mas que não seja essa a primeira intenção da nossa audiência. Nossa primeira é como cuidar, até porque o Brasil, na hora em que foi preciso ir para o Haiti, enviou tropas corretamente; mostrava uma preocupação com a guerra civil, com a situação. Não podemos agora, nem de longe, passar a ideia de que estamos preocupados com o número dos que entram, mas, sim, com a situação em que eles estão aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Acredito que nós podemos interpretar o requerimento de S. Ex^a, o Senador Jorge Viana, e nós, Senadores, exatamente com essa intenção, esse é o entendimento do requerimento, de encontrar formas de resolver a situação daqueles haitianos que hoje estão no Amazonas e no Acre. O que poderemos fazer, do ponto de vista humanitário, para resolver os seus problemas e suas carências que hoje estão instaladas em nosso território. É essa a interpretação que podemos oferecer ao requerimento de S. Ex^a, o Senador Jorge Viana, atendendo à oportuna intervenção de S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a concorda com isso? (*Pausa.*)

V. Ex^a também, Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – (*Fora do microfone.*) Claro.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, quero expressar o meu agradecimento pela gentileza de sua correspondência a mim dirigida sobre a PEC nº 33. Li, achei interessantes os argumentos, vou refletir sobre tudo o que V. Ex^a escreveu, mas, de todo modo, quero agradecer pela atenção com que V. Ex^a se dedicou ao assunto.

Obrigado, Presidente, pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu que agradeço V. Ex^a, meu prezado amigo, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um esclarecimento, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Por favor, pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Primeiro, eu gostaria muito de agradecer pela sensibilidade, sei que também é regimental, de dar um tratamento diferenciado para uma situação humanitária, como bem colocou o Senador Cristovam. Em nenhum momento, nós nos arvoramos... Aliás, trabalhamos na fronteira entre Peru e Bolívia para tirarmos as barreiras, para que possamos ser povos irmãos. Mas a entrada da maneira como está se dando vem explicitamente vinculada a organizações criminosas que estão fazendo tráfico de pessoas. Então, isso, por si só, já é gravíssimo, é algo que extrapola as fronteiras do País.

Num primeiro momento, a nossa maior preocupação é absolutamente humanitária. As autoridades brasileiras competentes podem...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Colaborar com os governos...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Podem colaborar na solução disso.

Eu queria, então, pedir um esclarecimento: tendo em vista o requerimento, em caráter de uma reunião extraordinária, fica agendado, a princípio, que esse tema voltará aqui na próxima terça-feira? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agora, colocaremos em votação o requerimento apresentado por V. Ex^a.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Requerimento nº 55, de 2011, apresentado por S. Ex^a o Senador Jorge Viana, com base na excepcionalidade que é facultada pelo Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento nº 55, de 2011, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 55, de 2011, assinado pelos Senadores Jorge Viana, Aníbal Diniz, Aloysio Nunes, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Vanessa Grazziotin, Fernando Collor.

Tenho a certeza de que esse Requerimento, Senador Jorge Viana, seria subscrito pela integridade daqueles que fazem parte desta Comissão.

Na próxima terça-feira – nos comunicados finais, participarei isto a V. Ex^{as} –, faremos uma reunião extraordinária, porque há assuntos relevantes a serem apreciados e deliberados por esta Comissão. A Presidência dessa reunião será exercida por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Então, eu perguntaria a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, a quem caberá dirigir os trabalhos na terça-feira, se poderia fazer também essa audiência pública, sendo convidadas as pessoas aqui elencadas. Não sei se o...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nós fomos representantes, por conta do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está aqui: o representante do Alto Comissariado da ONU; o representante do Ministério das Relações Exteriores, sem dúvida – não haverá nenhum problema –; o representante do Ministério da Justiça; o representante do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República. Gostaria de saber se já poderíamos encaminhar o convite a essas pessoas, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É o que eu digo: estou plenamente satisfeito e disposto a estar presente nesse momento. Eu só gostaria que os convites fossem feitos hoje ainda pela própria Presidência da Comissão, não por mim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Os convites serão feitos de acordo com o que V. Ex^a solicita, ainda hoje.

Está de acordo, Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Então, na terça-feira, haverá essa audiência, para tentarmos contornar essa dificuldade que, hoje, vivem os Estados.

Eu gostaria de fazer alguns comunicados.

O Congresso Nacional aprovou ontem, 14 de dezembro, o Projeto de Lei nº 45, de 2011, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$430.010.000,00, para os fins que especifica. Os recursos destinam-se aos Ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça e à Abin e destinam-se a ações relativas à preparação da realização da Conferência Rio+20.

Alvíssaras e nossos agradecimentos à Ministra Miriam Belchior, à Ministra Gleisi Hoffmann e, é claro, à Presidenta Dilma Rousseff, pela liberação desses recursos, que são indispensáveis para que possamos acelerar os preparativos da instalação física de onde será realizada a Conferência Rio+20.

Um balanço das atividades da comissão em 2011, ao todo, Sr^{as} e Srs. Senadores, foram realizadas 100 reuniões, contando com a reunião da próxima semana, que será presidida, na próxima terça-feira, pelo Sr. Senador Cristovam Buarque. É um número cabalístico: ele presidirá a 100ª reunião deste ano de 2011, cem reuniões. Essa é 99ª, a que estamos hoje realizando; na próxima terça-feira, será centésima.

Entre reuniões ordinárias e extraordinárias, incluindo as das subcomissões permanentes e as reuniões de hoje e a extraordinária da próxima terça-feira, dá uma média de duas reuniões e meia por semana útil de trabalho do Congresso Nacional. Dessas 100 reuniões, 52 destinaram-se a audiências públicas, com um total de 181 convidados participantes, entre autoridades e especialistas.

Quanto às proposições apreciadas e apresentadas pela comissão e subcomissões – as Subcomissões de Mudanças Climáticas e Preparativos da Rio+20, presidida por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteiras, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, e a Comissão de Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, presidida por S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, temos os seguintes números:

- 53 mensagens foram aprovadas, mensagens essas relativas a indicações de chefes de missão diplomática e autoridades;
- 14 projetos de lei, sendo 6 da Câmara dos Deputados e 8 do Senado Federal;
- 68 projetos de decreto legislativo referentes a acordos, tratados e convenções internacionais;
- 87 requerimentos, sendo 32 do Senado e 55 da Comissão e das Subcomissões;
- 28 emendas da Comissão aprovadas, sendo 21 para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), 6 para a Lei Orçamentária Anual (LOA) e uma para o Plano Plurianual (PPA);
- 5 atos aprovados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
- 1 anteprojeto de lei e 8 emendas de projetos que retornaram à apreciação da Comissão.

Dos 5 ciclos de audiências da Agenda 2011-2012 – “Rumos da Política Externa Brasileira” –, já completamos os 3 primeiros ciclos, sendo um no primeiro semestre – com 8 painéis – e dois no segundo semestre – com 12 painéis, totalizando 20 audiências de debates realizados às segundas-feiras às 18h. Os dois últimos ciclos serão realizados a partir de 12 de março a 23 de abril de 2012, com mais 6 painéis.

Em 2011 também tivemos oportunidade de ouvir aqui no primeiro semestre S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e S. Ex^a o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

A comissão apresentou ao Presidente desta Casa e do Congresso, Senador José Sarney, uma proposta de resolução do Congresso Nacional para regulamentar os grupos parlamentares de amizade. A sugestão já está sob apreciação da Comissão Diretora do Senado, para posterior envio à Comissão Diretora da Câmara.

Destaque também dos nossos trabalhos foi a intensa participação da subcomissão presidida por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, que trabalhou em conjunto e de forma muito produtiva, já que o Senador Cristovam Buarque é também Presidente da Subcomissão criada no âmbito da Comissão do Meio Ambiente para os preparativos da Rio+20, Comissão esta presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg. Teve participação essa Subcomissão, presidida por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, na organização e na definição das tratativas referentes à realização da Rio+20, em Junho de 2012.

A Subcomissão realizou várias reuniões interministeriais, participou de várias reuniões interministeriais no Itamaraty, além de encontros com as autoridades do Rio de Janeiro responsáveis pelo evento. Essas atividades permitiram ao Senado Federal se fazer presente em todos os componentes que cercam a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, principalmente ao levar nossas propostas quanto aos eixos que nortearão aquela reunião mundial.

Registro importante ainda deve ser feito ao intenso trabalho e às inúmeras atividades dessas Subcomissões permanentes, além de S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque e de S. Ex^{as} os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Luiz Henrique.

Ao tratar de assuntos como o acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, Amazônia e Faixas de Fronteira, reaparelhamento e modernização das Forças Armadas, esses comitês desenvolvem um papel suplementar e imprescindível aos trabalhos da Comissão e do Senado Federal.

Eu gostaria ainda de informar que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional publicará, em breve, mais uma edição dos relatórios das audiências públicas da Agenda 2011/2012, desta feita abrangendo os painéis realizados no segundo semestre relativos ao segundo e terceiro ciclos de debates que trataram dos temas Economia e Finanças e Defesa Nacional.

Além disso, publicaremos um compêndio específico dos principais comunicados feitos sempre no início de cada reunião, abrangendo o relato, as observações e as análises dos temas e acontecimentos que estão na ordem do dia no plano internacional. Essa publicação contará com o valioso prefácio de S. Ex^a o Ministro Celso Lafer.

Finalmente, vale lembrar que, logo no início dos trabalhos deste ano, aprovamos cinco atos internos da Comissão, de modo a dar maior disciplina e organização a nossas atividades. A Relatora desses atos foi a Senadora Gleisi Hoffmann, hoje Ministra-Chefe da Casa Civil. E os resultados têm se mostrado amplamente satisfa-

tórios quanto ao funcionamento da Comissão, a ponto de estarmos hoje limpando a nossa pauta. Na reunião de terça-feira próxima, que será presidida pelo Senador Cristovam Buarque, nas gavetas desta Comissão, nada haverá para ser apreciado. Teremos cumprido tudo aquilo que nos foi encaminhado. Então, vamos iniciar a nova Sessão Legislativa com as nossas gavetas vazias.

Por tudo isso, agradeço às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão pela inestimável participação e colaboração, que permitiram o fiel e integral cumprimento de nossa missão.

Agradeço à Secretaria de Comunicação do Senado Federal e a toda a sua equipe pela excelente cobertura de nossos trabalhos, tanto pela TV Senado e Rádio Senado, quanto pela Agência Senado, pelo Jornal do Senado.

Agradeço também à excepcional Consultoria Legislativa. É um dos motivos de orgulho para todos nós, no Senado, contarmos com uma Consultoria Legislativa desse nível. Agradeço a todos aqueles que vêm colaborando de forma permanente para o êxito de nossas atividades.

Agradeço aos integrantes da Comissão, da Secretaria da Comissão, e às assessorias parlamentares do Itamaraty, do Ministério da Defesa e dos comandos das três Forças Armadas.

Gostaria de comunicar a V. Ex^{as} que o Embaixador Danese e a Ministra Cláudia nos deixarão a partir de fevereiro do próximo ano. O Embaixador Danese e a Ministra Cláudia muito auxílio nos trouxeram e foram muito colaborativos no sentido de agilizar os nossos trabalhos e de facilitar os nossos contatos. Acredito que posso falar em nome da Comissão ao agradecer a S. Ex^a o Embaixador Danese e a S. Ex^a a Ministra Cláudia pelo trabalho que realizaram. Os senhores deixarão boas lembranças e saudades da parte de todos nós, integrantes da Comissão de Relações Exteriores.

O substituto do Embaixador Danese será o Embaixador Borio, a quem já fui apresentado. Eu já o conhecia. Ele é um Embaixador também com muita experiência. Tenho certeza de que ele cobrirá, com eficácia, a ausência do Embaixador Danese e da Ministra Cláudia.

Da mesma forma agradeço o empenho das equipes de Taquigrafia, da tradução simultânea, muito obrigado, fizeram um trabalho excepcional nas audiências públicas com personalidades estrangeiras; o empenho do setor técnico de áudio e degravação, muito obrigado; assim como à pessoa do Secretário da Comissão, Dr. Álvaro Araujo Souza; agradeço a dedicação de todos os servidores da Secretaria, além da equipe de meu gabinete parlamentar. Tenho a certeza de que no ano que vem, estaremos ainda mais aptos para dar continuidade à nossa missão.

Muito obrigado a todos.

Informo as Sr^{as} e aos Srs. Senadores, membros desta Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional, que realizaremos na próxima semana, dia 20, terça-feira, às 10 horas, reunião extraordinária com dois itens na pauta, ambos referentes a projetos de decreto legislativo.

Senador Cristovam, consulto V. Ex^a se esse horário, marcado para as 10 horas, ficaria de acordo com a sua conveniência também. *(Pausa.)* Então, às 10 horas, teremos essa reunião extraordinária, que terá dois itens na pauta, ambos referentes a projetos de decreto legislativo. A necessidade da reunião se dá em função de se tratar de matérias que chegaram à Comissão depois da divulgação da pauta de hoje: o PDS nº 288, de 2011, refere-se ao acordo entre o Governo do Brasil e a República da Zâmbia sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependente do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, assinado em Lusaka, em 08 de julho de 2010. O projeto já havia sido distribuído ao relator, mas somente retornou, com o respectivo parecer, na terça-feira, à tarde, com a pauta já definida e divulgada. Já o PDS nº 452, de 2011, trata de relevante tema para o Brasil no campo das relações externas, na medida em que aprova o texto da proposta de emenda ao convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 62-II, adotada em 15 de dezembro de 2010.

Assim, é de extrema importância a sua aprovação pelo Congresso Nacional ainda este ano. Caso seja deliberado positivamente por S. Ex^{as} na próxima terça-feira, será solicitada, pelo Presidente Cristovam Buarque, urgência, para que possa ser, ainda na própria terça-feira, apreciada em plenário.

Ocorre que a matéria foi aprovada na Câmara, no último dia 6 de dezembro, chegando ao Senado no dia 09 – é a velha cantilena da questão da Câmara sempre utilizando os dias praticamente todos a que tem direito à tramitação de matérias e, quando chega aqui ao Senado, vem sempre de afogadilho –, chegando, como disse, aqui ao Senado no dia 09.

Distribuído pela Mesa da Comissão de Relações Exteriores, ela teve abertura de seu prazo de emendas a partir do dia 13. Para viabilizar a sua aprovação antes do término da sessão legislativa, teríamos duas alternativas: a aprovação de requerimento da Comissão de Relações Exteriores solicitando o regime de urgência para levar a proposição de imediato ao plenário e, assim, abrir mão da apreciação da matéria nesta Comissão, ou, dentro das normas regimentais ordinárias – que foi pelo que optamos –, cumprir os prazos previstos para leitura, publicação e apresentação de emendas antes de sua deliberação aqui na Comissão.

Nesse sentido, portanto, optei por dar o estreito cumprimento do rito regimental, de modo a evitar a usurpação das atribuições regimentais e constitucionais da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o que sempre ocorre não somente em relação a esta Comissão, mas também a todas as outras, quando um pedido de urgência é feito pelo que eu chamo ditadura das lideranças. E isso, naturalmente, retira deste Plenário a oportunidade de discutir e de realizar audiências públicas com a sociedade para termos uma melhor visão.

Trata-se, aliás, de uma questão para a qual venho chamando sempre a atenção e me manifestado com muita preocupação, que é o recorrente uso do regimento de urgência.

Portanto, esse me pareceu o melhor e o mais coerente caminho a seguir, ainda que estejamos com o calendário apertado para finalizar o curso da matéria aqui, no Senado.

Assim, dentro do prazo, designarei o relator para apresentar o seu parecer na Comissão e esta deliberar de acordo com o entendimento e a avaliação de S. Ex^{as} as Sr^{as} e os Srs. Senadores que a integram.

Com o resultado da Comissão, caberá ao Governo e suas lideranças viabilizarem a inclusão do projeto na pauta para deliberação em plenário ainda na próxima semana. Com isso, a Comissão mantém a coerência de conduta e seu propósito de não abrir mão de suas prerrogativas, ainda que pudéssemos adotar a linha mais fácil, porém menos justa e menos recomendável de: primeiro, incluir na pauta um requerimento intempestivo, baseado na excepcionalidade prevista no art. 3º, do seu Ato nº 2, de 2011, para os casos de situação extraordinária.

É um tema importante, que trata do aumento da participação do Brasil no Fundo Monetário Internacional, e tem também data, prazo de abertura de emendas, para apresentação de emendas.

E a outra seria aprovar a solicitação do regime de urgência e, assim, abrir mão de se manifestar sobre a matéria de forma ordinária e com os requisitos e cuidados que a análise que qualquer proposição requer.

Tenho certeza de poder contar, mais uma vez, com a compreensão e a colaboração das Sr^{as} e dos Srs. Senadores perante a decisão tomada por esta Presidência, que, repito, é a de procurar sempre a valorização intransigente dos trabalhos realizados no âmbito das comissões.

Também de acordo com o que foi aqui já aprovado, fazendo parte da pauta o Requerimento aprovado hoje, em regime de excepcionalidade, de nº 55, de 2011, tendo como primeiro subscritor S. Ex^a o Senador Jorge Viana, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situa-

ção dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da região Norte do Brasil, especialmente no Estado do Acre, onde, no dia de hoje – dia 15 de dezembro –, 850 haitianos estão no Município de Brasileia em condições precárias, mesmo com a assistência básica que o Governo do Estado tem oferecido. No entanto, essa situação somente poderá ser resolvida com a intervenção do Governo Federal, que tem a competência legal para tratar do assunto.

O Senado Federal, particularmente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, necessita tomar conhecimento e intervir na situação dos refugiados – intervir no sentido humanitário conforme foi o entendimento aqui, desta Comissão –, convidando para a audiência pública as autoridades abaixo relacionadas para esclarecer quais as medidas que os organismos internacionais e o Governo brasileiro estão adotando para enfrentar a situação.

Seriam, então, dirigidos os convites ao Alto Comissariado da ONU, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Justiça e ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Quero informar também que recebi, que a Mesa recebeu uma nota informativa do Ministério das Relações Exteriores sobre essa questão, a qual já passei às mãos do autor do requerimento, Senador Jorge Viana. Não é isso, Senador, a nota do Itamaraty passei às mãos de V. Ex^a, que está de posse dela?

Em relação ao PDS, à questão do Fundo Monetário, eu gostaria de descrever também, para ficar bem claro do que se trata: PDS nº 452, de 2011, que “aprova o texto da proposta de emenda ao convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010.

As principais modificações formuladas a esse convênio são as seguintes: mudança nos critérios de formação da Diretoria Executiva do FMI, para eliminar a diferença existente entre os cinco diretores executivos, representantes dos cinco países com maiores cotas no Fundo, que são Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido e França, e os demais 19 diretores executivos, entre os quais está o representante brasileiro. Todos os diretores passarão a ser eleitos. Esse rearranjo permitirá reduzir o número de cadeiras comandadas por países desenvolvidos.

A segunda modificação desse convênio trata da reforma do sistema de cotas e governança, com o aumento de 100% das cotas, com redistribuição das participações, e, em consequência do poder de voto, o Brasil passará a deter 2,316% das cotas totais, um aumento de 0,533% em relação à reforma de 2008, sendo o segundo maior beneficiário por essa reforma após a China. O Brasil será elevado da 14ª para a 10ª posição no *ranking* dos cotistas do Fundo.

Essa é uma posição que, acredito, seja muito importante para o Brasil, até em reconhecimento ao esforço que vem sendo feito para superarmos as dificuldades criadas em outras plagas do nosso Planeta.

De modo que essa seria, S. Ex^a Sr. Senador Cristovam Buarque, a pauta da próxima reunião e também a que será distribuída a V. Ex^{as} com a antecedência necessária.

Dizendo isso, finalizo esta nossa reunião, agradecendo a presença de todos, especialmente aos integrantes da nossa Comissão, que colaboraram com o bom andamento dos trabalhos.

Aproveito para desejar a todos boas-festas, um feliz Natal e bom descanso nessa virada de ano.

Conforme dito anteriormente, fica a indicação da convocação para a reunião a ser realizada no dia 21 de dezembro, terça-feira, às 10h.

Mais uma vez, agradeço a todos.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 11 REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE “REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e vinte minutos do dia onze de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Co-

missão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa o Senhor Sebastião Carlos dos Santos, Presidente da Associação dos Catadores de Gramacho – Rio de Janeiro, o Senhor Tom Rebello, Arquiteto, e o senhor Hazem Galal, Assessor Empresarial da PricewaterhouseCoopers. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezenove horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Esta reunião destina-se a dar sequência ao nosso ciclo de audiências públicas, hoje, com a realização do 6º painel, intitulado “Cidades: o que fazer?”

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades especialistas, a quem aproveito e convido para comporem a Mesa:

– Sr. Sebastião Carlos dos Santos – presidente da Associação dos Catadores de Gramacho (Rio de Janeiro);

– Sr. Tom Rebello – arquiteto em Brasília;

– Sr. Hazem Galal – assessor empresarial – PricewaterhouseCoopers.

Temos três palestrantes. Quero inicialmente dizer a cada um deles que isto faz parte de um ciclo muito grande de debates, em que elaborei 171 perguntas para o conjunto do ciclo, em torno de 44 temas. Temos como tema, por exemplo: “Água: como conservá-la?”; “Energia: para que e como?”; Ciência e tecnologia:

como elas podem ajudar?"; "Economia verde: que limites ela tem?"; etc., etc. E um dos temas é: "Cidades: o que fazer?"

Na época em que iniciamos, coloquei cinco perguntas ao redor desse tema, mas sintam-se à vontade para falar livremente dessas cinco, ou das cinco e acrescentar outras.

As que eu coloquei foram:

– é possível promover desmigração das cidades ao campo?

– como fazer cidades mais inteligentes, eficientes, humanas, pacíficas?

– quais as boas experiências de administração de cidades que temos hoje no mundo?

– como equacionar problemas como transporte urbano e lixo, de forma compatível com o meio ambiente e com o aumento do tempo livre dos trabalhadores?

– como cuidar da imigração nas cidades?

Obviamente, nem é preciso tratar das cinco, nem é preciso limitarem-se às cinco perguntas. Queremos ouvir o que os senhores pensam sobre o problema das cidades, para que possamos, ao final, termos um documento que será distribuído durante o evento Rio+20.

O evento tem uma temática muito apertada, pequena, mas queremos forçar com muito mais temas para que, da Rio+20, surja um debate que vá além desse momento e da fronteira brasileira.

Vou passar a palavra na ordem em que chamei a cada um, lembrando que temos tido a prática de dar 15 minutos para a fala de cada um, mas fiquem tranquilos, pois haverá tolerância para o que for preciso. Após a exposição, concederemos a palavra para a participação, e depois teremos um debate entre nós.

Quero dizer que recebi chamadas de embaixadores de países muçulmanos, pedindo desculpas que não viriam por causa do Ramadã, que faz com que, a essa hora, eles estejam tendo a primeira refeição do dia, depois que o sol nasceu. Por isso é que temos uma participação um pouco menor. Além disso, isto aqui a gente transmite pela televisão, não imediatamente, porque está havendo plenário ainda, mas, logo que acaba o plenário, a televisão entra conosco, e as nossas ideias são divulgadas, e é isso o que a gente quer. Além disso, são conservadas, guardadas, e vamos transformar isso num livro que já está sendo preparado.

Então, com a palavra – e agradecendo por ter aceito o nosso convite – o Sebastião Carlos dos Santos, presidente da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (Rio de Janeiro).

O SR. SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS –

Boa-tarde.

Eu é que agradeço o convite. Agradeço ao Senador Cristovam e ao Paulo por confiarem em mim.

Espero tratar do tema "lixo", que é o que eu vou tratar, na verdade, que é a minha área, é o que eu conheço.

Primeiro vou falar um pouco sobre Gramacho, que é o local onde convivo, e falar um pouco também sobre a nossa categoria.

Eu sou Sebastião Carlos dos Santos, mas todo mundo me conhece mais como Tião Santos. Sou da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Embora exercida desde 1950, a atividade de catador sempre foi vista como sujeito socialmente excluído, apesar de nós catadores prestarmos um serviço de extrema importância para a sociedade e para o meio ambiente, destinando corretamente os resíduos sólidos produzidos por ela, ou seja, o "lixo" – entre aspas.

No passado, assim como hoje, a grande maioria dos catadores trabalha de forma precária, dentro dos lixões ou nas ruas, ou em lugares impróprios para exercer o nosso trabalho com dignidade e respeito de um trabalhador. Muitos sofrem ainda humilhação e exploração por parte dos atravessadores e empresas da área da reciclagem.

No ano de 2001, surgiu o Movimento Nacional de Catadores. O movimento surgiu do encontro da população de rua mais catadores de material reciclável, o que culminou em dois movimentos: o Movimento Nacional de Catadores e o Movimento de População de Rua. O movimento nasceu do encontro de catadores, como falei, e da população de rua em Brasília.

Em 2002, veio a questão da transformação dos lixões – desculpem-me, a erradicação dos lixões e a transformação dos lixões em aterros sanitários, que implica a retirada de catadores da frente de serviço. Então, o movimento vem lutando para que tenhamos direitos garantidos, tais como: galpões com infraestrutura digna para a coleta seletiva; coleta seletiva com a inclusão social de nós, catadores; o reconhecimento e a regulamentação da profissão; a não privatização do setor; uma legislação eficiente que confira às empresas geradoras de resíduos a responsabilidade social e o destino correto de seus resíduos.

Nesse último ponto, eu queria só fazer uma observação: já foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos no ano passado, em agosto. Ela foi regulamentada no final do ano, através de decreto. Ou seja, a coleta seletiva já é uma política pública, porém a Política Nacional é bem recente, ou seja, é uma lei recém-nascida. A grande maioria de municípios ainda não dispõe de coleta seletiva, e aqueles que têm não atingem a sua totalidade.

Falando de Gramacho, Gramacho ocupa hoje uma área de 1,3 milhão de m², uma área de manguezal, e hoje seria impossível sua existência, mas Gramacho

foi criada em 1976, e, naquela época, as questões ambientais não eram discutidas, nem tampouco existiam audiências públicas para se discutir onde seria um aterro sanitário. Na verdade, Gramacho nasceu como um grande lixão. Só depois da Eco 92, no ano de 1994, que Gramacho passou a ter alguns resíduos tratados, do tipo chorume, que antes vazava para a baía de Guanabara. Todo esse cinturão verde que vocês estão vendo não existia até o ano de 1996; só depois de 1996 começou a recuperação do manguezal, porque todo chorume tinha destruído toda essa área, e o chorume vazava para a baía de Guanabara, sem contar que Gramacho vivia em processo de combustão permanente, porque não existia canalização do gás, nem tampouco o aproveitamento desse gás. Hoje já acontece.

Estima-se que 8 mil pessoas tenham sua atividade ligada à reciclagem no bairro Jardim Gramacho, sendo que 2.500 catadores diretamente, trabalhando dia e noite.

Vou falar um pouco sobre a história de Gramacho. Gramacho foi um aterro instalado, como falei, em 1976, entre a Fundrem, Comlurb e a prefeitura de Nilópolis. Na época, Duque de Caxias ainda não era município; era um distrito de Nova Iguaçu. Hoje, os municípios que dispõem seus resíduos em Gramacho são: Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti, Belford Roxo e Queimado, sendo que o Rio de Janeiro é o maior depositário, que deposita cerca de 8 toneladas/dia, o que equivale a 80% do lixo produzido na cidade do Rio de Janeiro.

Falando ainda dos números de Gramacho, Gramacho recebe 12 mil toneladas. Como eu falei, são cerca de 8 mil toneladas somente do Rio de Janeiro. Nós, catadores, dessa forma precária como vocês viram na imagem antes, e agora nesta imagem, retiramos cerca de 200 toneladas de material por dia, o que equivale a uma cidade de 400 mil habitantes.

Aí falando de dados da Comlurb. Esses são os dados da Comlurb, que é quem detém a administração de Gramacho. Calcula-se, como ela falou, que diretamente são 1.700 catadores – diz a pesquisa da Comlurb. Somando-se os seus familiares, seriam cerca de 6.800 pessoas que teriam impacto social com o fechamento de Gramacho. E na pesquisa eles colocaram: um catador e três dependentes, ou seja, uma mulher e dois filhos. Essa é uma taxa de natalidade europeia, isso não existe. A gente sabe que a taxa de natalidade no Brasil é muito maior do que essa, e, em Gramacho, é duas vezes maior do que essa. A taxa de natalidade em Gramacho é de cerca de cinco filhos por família. Só um amigo meu, que eu sempre comento,

que se chama Zumbi, tem doze! Dá para dividir nessa taxa e ainda sobra.

Toda economia do bairro é focada na questão da reciclagem. Lá tem fábricas, depósitos que empregam pessoas. Tem fábricas de beneficiamento de plástico; tem fábrica de reaproveitamento que já transforma essa matéria-prima oriunda da reciclagem em um novo produto.

Então, falando um pouco da associação da qual eu faço parte, fundada em 2004, a associação de catadores nasceu com o objetivo de organizar e mobilizar os catadores na frente de serviço. Por quê? Porque a gente sabia que 2004 era a data limite, que começariam o processo de fechamento de Gramacho.

E, logo de cara, a luta foi para quê? Para garantir políticas públicas que atendam a demanda de nós, catadores de material reciclável, mesmo após o seu fechamento, previsto para meados de 2011; e, agora, teve o seu fechamento prorrogado justamente pelo fato de o Rio de Janeiro ainda não ter criado uma política social e ambiental para o fechamento de Gramacho. Ainda não existe um plano para onde colocar nós, catadores. Não existe um plano tampouco para aqueles que querem ingressar no mercado formal de trabalho, e tampouco existe um plano para aqueles que queiram continuar na área da reciclagem.

Hoje, mais ou menos são 750 pessoas que querem continuar na atividade da reciclagem, porque já adotaram isso como a sua profissão e têm orgulho do que fazem, assim como eu. Porém, ainda não existe alternativa.

Por isso eu acho muito importante essa discussão aqui na Rio+20, porque é muito triste – eu sou carioca e posso falar disso – saber que o Rio de Janeiro é palco não só do Brasil, mas mundial para a questão da sustentabilidade e saber que o Rio de Janeiro não detém um plano para o fechamento do maior problema social e ambiental que existe dentro do Estado, que é o aterro de Gramacho.

Como eu falei, o objetivo nosso é o reconhecimento como categoria. Hoje a categoria catadores já faz parte do Classificação Brasileira de Ocupações. Como eu não vou ser repetitivo, como eu falei, a questão da organização foi por lutar por políticas públicas. A gente hoje vem discutindo não só a questão da inclusão social de nós catadores, mas também um plano de urbanização do bairro.

Como vocês vão ver nas próximas imagens, o bairro tem muito problema que vai desde a educação à habitação.

Então, como eu falei, a visão de futuro nossa é pela inclusão social de nós catadores em um plano

de coleta seletiva, tendo como princípio e respeito o protagonismo de nós catadores.

Como eu falei, há 50 anos, a gente faz esse trabalho, a reciclagem no Brasil. Muitas vezes, palestrando fora do Brasil, as pessoas perguntam: “Mas como o Brasil não detém um sistema de coleta seletiva, se vocês reciclam 98% das latinhas de alumínio, se o Brasil recicla hoje 56% de toda resina pet?”

É preciso salientar que a coleta coletiva não é uma política pública, porém a reciclagem no Brasil existe. E existe por quê? Pelo problema social, pela questão da pobreza e da exclusão social. A reciclagem no Brasil, como eu falei, não se deu pela questão de consciência ambiental, tampouco pela educação ambiental. Somente no ano passado, tivemos uma política nacional aprovada.

Então, não foi por força política também que a reciclagem surgiu no Brasil. A reciclagem se deu pela pobreza e pela exclusão social. Então, é um mercado que precisa ser muito regulamentado. Só para vocês terem uma ideia, falando de alguns números que não constam aí, o Brasil perde oito bilhões atualmente, por não deter um sistema eficiente e eficaz de coleta seletiva.

O Brasil tem um 1,2 milhão catadores. Por isso, o Brasil tem esses números que deixam muitos países da Europa, às vezes, a desejar. Na Europa você não tem catadores; no Brasil, sim. E a gente vem se organizando, conforme está na apresentação. E organizando de que maneira? Em cooperativa, de forma autogestionária e democrática. Porém, ainda encontramos muita dificuldade. A situação das cooperativas hoje no Brasil é muito precária, a gente encontra muita dificuldade nos municípios, porque o município é que detém a questão dos resíduos, fazer o prefeito entender que a coleta seletiva é um benefício tanto para a sociedade, como também para nós catadores, mas também para o poder público local.

O Brasil produz diariamente 228 mil toneladas de resíduo. Quarenta por cento disso tudo é potencialmente reciclado, e a gente recicla apenas 1% disso. A latinha é um grande fenômeno, porque todo mundo sabe que tem o seu valor, mas as outras matérias-primas como papelão, vidro e os outros metais ficam a desejar, justamente por falta dessa organização.

Então, o mercado é economicamente viável. Porém, o mercado é totalmente informal e totalmente injusto. Noventa por cento de toda matéria-prima reciclada que sai de uma empresa passa primeiramente pela mão do catador. E onde está esse dinheiro? O dinheiro não chega até nós. Se você for ver a situação em que vivem os catadores de material reciclável no Brasil é totalmente indigna. Daí, às vezes, eu falo: exis-

tem pessoas dignas trabalhando na reciclagem, mas não é um trabalho feito com dignidade. Vocês viram na foto antes. Existem pessoas dignas trabalhando em Gramacho, mas a forma de exercer o serviço hoje é indigna, porque não há dignidade na pobreza.

Para começar a organizar os catadores em 2008, a gente começou a mobilizar o bairro. Essas são as condições do bairro ainda hoje. Um aterro que tende a se fechar no final do ano, e não existe um plano de urbanização, onde o Rio de Janeiro, como falei, é palco do Rio+20, e não tem um projeto sócio-ambiental para apresentar. Não existe um projeto sustentável, de fato, não apenas tratando do tema, como um tema superficial, como uma coisa simplesmente da moda, mas tratar a sustentabilidade com toda a complexidade, com toda a responsabilidade que a palavra sustentabilidade tem.

Então, essa ainda hoje é a condição de vida no bairro. Se você for ver o aterro sanitário... Desculpe, o aterro controlado de Gramacho tem menos lixo do que a comunidade. A comunidade é um lixão a céu aberto! E vivendo nessa comunidade são para mais de 8 mil pessoas, que vivem nessa condição indigna.

Para organizar os catadores, já realizamos o 1º Encontro de Catadores da Baixada Fluminense e Rio de Janeiro, que teve como princípio discutir a identidade do catador e do profissional catador do material reciclável.

A gente realizou o outro congresso, outro encontro, quer dizer, de catadores. Esse já dentro do próprio bairro, para passar ainda a discussão não só da criação da entidade, mas também passar a discutir a problemática do próprio bairro.

Aí, como eu sempre falo para as pessoas, uma imagem fala mais do que mil palavras. Por que eu devo “reciclar” o lixo? Se você olhar essa foto, parece o pantanal ou de uma área da Amazônia, mas essa é uma foto do manguezal de Gramacho (*Pausa.*) E esta é uma foto do manguezal de Gramacho e dos lixões clandestinos que vêm se criando dentro da área de manguezal de Jardim Gramacho, porque, além do aterro de Jardim Gramacho, existem empresas que vazam clandestinamente seus resíduos para não pagar a taxa ambiental e a taxa que se cobra para se jogarem os resíduos dentro do aterro.

Só para trazer algum dado da Associação de Catadores, a associação, no ano de 2009, reciclou cerca de 215 toneladas de papel branco; 45 toneladas de papel misto; 373 toneladas de papelão; 70 toneladas de pet; 22 toneladas de PP, um tipo de resina plástica; 33 toneladas de PAD cristal, que também é outra resina plástica; 230 toneladas de plástico filme; 85 toneladas de sucata ferrosa e 15 toneladas de PP colorido, que

é outro tipo de resina plástica também, somando um total de 1.088 toneladas. Cerca de 90 toneladas/mês. Esses são dados de 2009. Desculpem, mas eu não trouxe uma apresentação com dados atuais, porque estou fazendo uma nova apresentação. Mas hoje a gente já recicla certa de 240 toneladas/mês.

Através dessas toneladas, a gente gera diretamente cem postos de trabalho direto, sendo oito indiretos, que são as pessoas que trabalham dentro do pólo, na separação e na destinação dos resíduos, todos associados, com conta bancária e seguro de acidente, porque o aterro ainda oferece o risco de vida. Quase que rotineiramente você tem acidentes que vão desde a mutilação até acidente com morte, pelo trânsito de quase dois mil caminhões, circulando cerca de 24 horas por dia. Há catadores trabalhando de dia. Então, você tem muitos acidentes acontecendo em Gramacho. E essa foi a única forma que a gente encontrou de assegurar os que estão associados na associação de catadores.

A gente também, em parceria com a Natura, através de uma multa que a Petrobras recebeu no ano de 2000, a gente construiu um centro de referência em coleta seletiva, chamado Valter dos Santos, que leva o nome do nosso vice-presidente, que faleceu. Esse centro tem essa sala de informática em que a gente capacitou para mais de 200 catadores. A gente agora tem uma sala de cinema, que também à noite funciona como uma sala para alfabetização de adultos.

A gente tem uma parceria com a Junia Machado, que é uma designer de joias, temos um projeto chamado Luxo do Pet. Esse projeto é muito mais voltado para as mulheres, porque a grande maioria são catadoras. E essas catadoras, quando não sustentam sozinhas a família, ajudam o marido. Muitas delas chegam a abandonar os seus filhos para trabalhar. Então, esse projeto consegue gerar trabalho e renda para essas mulheres, sem que elas tenham de abandonar os seus filhos e o seu lar.

Esse é o projeto, que envolve couro e pet. É meio difícil de explicar, mas acho que vocês, olhando assim, dá para dar um panorama melhor da ideia. São só essas oficinas que a gente vem capacitando. Estamos conseguindo formar algumas parcerias com alguns shoppings. A gente agora conseguiu formar uma parceria com o Shopping Caxias, que é um shopping da própria cidade, onde a gente vai ter um quiosque para a venda dessas joias. E o quiosque é uma parceria, é uma responsabilidade social do próprio shopping, no qual a gente não vai precisar pagar nada. E a gente agora vai capacitar mais dez pessoas, porque a demanda aumentou. Estamos tentando fechar uma par-

ceria com a Natura, para ver se conseguimos incluir no catálogo dela a venda dessas joias.

A gente também realizou, na questão de ampliar o movimento dentro do Estado, durante o ano de 2010, cinco encontros regionais na região serrana, na região oceânica, na região dos lagos e na região sul fluminense. Também teve como tema sustentabilidade, as alternativas de sustentabilidade no Movimento Nacional de Catadores.

Para quem não conhece, este é o site do Movimento Nacional de Catadores (*Pausa.*)

Está aí uma frase que – eu vou falar presidente, porque é difícil esquecer. De tanta importância que o Presidente Lula foi para nós, é difícil esquecer que ele é ex-presidente. Mas o Presidente Lula, na época do lançamento e da formação da política nacional de resíduo, ele falou uma coisa que virou o nosso *slogan*: que não adiantaria você implantar o sistema de coleta seletiva se não incluísse o protagonista dessa história, que somos nós catadores. Então, ele falou uma frase que eu carrego para mim eternamente: “Coleta seletiva, sem catador, é lixo”.

Estão aí os meus contatos.

Mais uma vez, eu agradeço. Espero ter trazido um panorama da situação do lixo nos grandes centros urbanos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu é que agradeço a bela exposição feita pelo Sebastião.

Quero dizer que a sua palestra dá um ânimo para a gente, de ver como é possível fazermos o trabalho com dignidade, graças a algumas medidas como vemos nas últimas imagens. São imagens de grande dignidade.

E como casar o social, que é o emprego, com o ecológico, que é catar? A gente pode catar, de forma ambientalmente correta, sem o emprego. Pode ter o emprego sem catar. Aí, é corretamente em relação ao emprego, mas não é ecológico.

Você trouxe a ideia de como é possível combinar. Muito obrigado.

Passo a palavra agora ao Tom Rebello.

O SR. TOM REBELLO – Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite, Senador Cristovam, para esse debate tão importante, preparatório para a Rio+20.

Eu gostaria de cumprimentar os participantes dessa mesa de debates. O Presidente da Mesa, Senador, começou colocando cinco questões que eu também recebi anteriormente.

Eu vou procurar abordar essas cinco questões, tratando de dois pontos específicos. Um, é a questão urbana propriamente dita. Ou seja, é colocado do ponto de vista de como colocar do ponto de vista de como

organizar a cidade moderna. A segunda, e talvez mais importante do que a questão urbana, é a questão das imigrações, porque, afinal de contas, hoje o grande problema das cidades brasileiras, é exatamente esse inchaço que estamos observando, que, dependendo do rumo que as economias tomarem daqui para frente pode ser mais grave ou menos grave. Um país como o Brasil, onde estamos tendo uma ascensão importante de renda nas classes mais baixas, é evidente que a questão, por exemplo, dos automóveis nas cidades, vai ser um problema cada vez mais grave. Por mais que se dê estrutura, que se invista em sistemas de transporte urbano, não se vai evitar que, cada vez mais, uma quantidade maior de carros chegue às cidades, cheguem aos centros urbanos.

E essa é uma questão gravíssima e, de certa forma, com controle, pelo menos no curto prazo, muito difícil.

Mais eu gostaria de começar, colocando um pré-ponto para a gente poder entender toda essa questão da dinâmica urbana. Qual é esse ponto? As cidades do mundo, e as brasileiras mais recentemente, elas se organizaram e se desenvolveram a partir de um modelo de desenvolvimento do capitalismo que necessitava que as cidades tivessem esse tamanho.

As cidades não se tornaram grandes apenas porque as populações resolvem morar aqui ou ali. As cidades se tornaram grandes porque os empregos eram oferecidos nas cidades. E o modelo industrial da primeira fase do capitalismo é exatamente o modelo industrial que necessita daquilo que os marxistas chamavam de “exército industrial de reserva”, da força de reserva do trabalhador, exatamente para manter o custo de produção em níveis mais baixos. E essa foi a história do desenvolvimento das cidades em todo o século passado.

No Brasil, mais recentemente, a partir dos anos 50, essa coisa teve uma explosão muito forte, a ponto de nós termos, no Brasil, duas cidades que estão entre as dez ou quinze maiores cidades do mundo, exatamente num período de 20 a 30 anos, que são Rio de Janeiro e São Paulo.

Bom. Hoje, nós estamos experimentando uma mudança no próprio modelo de desenvolvimento econômico dessas cidades. A crise do petróleo nos anos 70 e, se a gente juntar isso com o avanço das tecnologias de informação, que permitem que o indivíduo hoje da casa dele possa mudar a história da humanidade, quer dizer, juntando essas duas coisas, isso acena para uma mudança de comportamentos e para uma mudança do modelo de desenvolvimento econômico e, por consequência, de produção. Como reflexo, a

repercussão é imediata na questão da organização do espaço urbano.

Ora, as cidades de antigamente, as indústrias de antigamente precisavam de zonas industriais próximas das cidades, próximas da mão de obra. Os terrenos, geralmente, eram um contíguo ao outro, ou seja, áreas ocupadas quase que literalmente pela indústria propriamente dita ou por seus pátios de estoques, de reservas. De modo que você tinha ali quase que uma linha de produção industrial não apenas na indústria, mas na própria organização do destino industrial.

Hoje em dia, a coisa é muito diferente. As indústrias de alta tecnologia não vão mais para as grandes cidades. A pessoa que trabalha numa empresa de alta tecnologia tem um nível de necessidade completamente diferente daquele que tinham os trabalhadores, os profissionais do setor industrial no século passado. Hoje o indivíduo trabalha de madrugada quando tem uma ideia, ele precisa ter segurança, as empresas precisam ter segurança, a acessibilidade tem que ser mais fácil. A questão do *stress* é uma coisa que as próprias empresas que lidam com esse tipo de trabalhador procuram combater. De modo que os parques tecnológicos, os polos tecnológicos não estão mais nas grandes cidades. O Silicon Valley (Vale do Silício) não está em Nova York, não está em Chicago. Se você for para a Europa, os polos tecnológicos mais importantes estão em cidades como Essex, Montpellier, no sul da França. Toulouse é a sede do grupo aeroespacial. Enfim, são cidades médias e menores, que oferecem mais qualidade de vida, mais segurança e, por via de consequência, geram maior quantidade de riqueza.

Isso faz com que as cidades grandes comecem a se tornar inviáveis, do ponto de vista do modelo de profissão que está, enfim, se formando. E nós temos a felicidade e a responsabilidade de estar vivendo um momento como esse, de mudança de paradigmas fantástico em todos os setores e que vai se expressar de uma maneira muito forte na questão do espaço. Eu diria até que esse evento do Rio – Rio+20 – pode entrar para a história como um evento extremamente importante, que mudou os rumos da humanidade ou que, simplesmente, é um evento para constatar uma série de problemas que a humanidade vem passando e, de fato, propostas novas vão ter que surgir.

É dentro desse espírito que entendo que vale a pena colocar aqui algumas provocações.

Do ponto de vista das cidades, a pergunta que é colocada é: quais são as cidades com experiência inteligente, que tipo de cidade pode ser organizada?

Existem várias coisas acontecendo, muito interessantes, mas a primeira delas que a gente pode citar é a questão da descentralização das cidades. Hoje em

dia, aquela ideia de que tudo se fazia na área central, que o centro era o espaço dinâmico das cidades, está mudando muito. Você pega cidades como Washington, como Paris, houve o quê? Houve uma descentralização da área central, deixando no centro aquilo que é próprio da atividade de centro urbano e levando para a periferia os negócios, os empregos industriais.

Enfim, a questão da logística hoje, que é um setor importantíssimo no desenvolvimento das cidades, se você pegar hoje em Washington, há um cinturão em torno da cidade com vários polos de serviços, que são aliados a setores do comércio, ao desenvolvimento imobiliário, evidentemente, tudo isso concatenado com projetos de transporte extremamente eficientes, que favorecem essa descentralização.

No Brasil, ainda estamos caminhando no sentido da contramão, estamos ainda inchando os nossos centros, em vez de trabalharmos um pouco esse movimento no sentido da periferia.

Em Paris, a mesma coisa. O exemplo mais significativo, que todo mundo conhece, é o projeto de Île de France, que levou uma série de empreendimentos ligados à questão financeira, à questão de negócios para aquele centro de empresas que ali se instalaram. E isso desafojou bastante o centro de Paris. Posteriormente, as empresas de alta tecnologia também foram se implantando em cidades menores da periferia ou a questão da logística próxima dos aeroportos. De modo que o espaço, embora ainda seja uma cidade bastante conurbada, vem ganhando qualidade.

Enfim, essas são soluções que vêm sendo experimentadas e desenvolvidas pelos países que vêm resultando em políticas urbanas bastante adequadas.

Pode-se citar também a questão da revitalização das áreas centrais, porque, ao mesmo tempo em que, no modelo de desenvolvimento urbano do século passado, as cidades que concentravam os serviços à noite se esvaziavam e, por via de consequência, se degradavam, agora estão procurando revitalizar os espaços nobres da área central, que normalmente estavam relacionados com atividade portuária, com atividade comercial, que eram esvaziados ao longo do tempo, deteriorando-se. Agora esses espaços estão sendo recuperados.

No caso do Brasil, o grande exemplo é o Porto Maravilha, do Rio, que vai se tornar de novo um bairro, com residências. Enfim, podemos citar vários outros por aí afora.

Normalmente, as áreas portuárias vêm se revitalizando e se constituindo em pontos de interesse a cidade, não só para o lazer e atividade comercial, mas também para atividade residencial. Então, essa recuperação das áreas centrais e essa política de des-

centralização dos serviços para áreas periféricas tem sido um modelo de urbanismo mais responsável, mais equilibrado e que tem revelado bastante sucesso. Mas essa é apenas, digamos, uma forma de se enfrentar o problema das dificuldades urbanas.

O que é mais importante – e aí, sim, acho que é onde vale a pena concentrar o debate – é exatamente a relação das cidades grandes com as cidades menores, um tema em que o Prof. Cristovam tem insistido, que é o tema da desmigração. Esse acho que é o grande ponto de debate que, na minha opinião, deveria ser levado para a Rio+20.

Não dá para se imaginar resolver o problema das grandes cidades, que, ao mesmo tempo, são as grandes poluidoras da humanidade, quer dizer, a poluição vem das grandes cidades, sem pensar como resolver um projeto de desenvolvimento para as pequenas e médias cidades.

É possível pensar nisso que estamos chamando de desmigração com seriedade, com propostas objetivas? Entendemos que sim.

Eu, quando vim para cá, estava pensando um pouco nesses pontos, em como colocá-los, e lembrei-me de que, durante um tempo em minha vida, eu vivi em Paris e era estudante, uma das coisas que me intrigavam muito na época, nos anos 70, eram duas coisas especificamente. Uma, eu vi que estava começando esse problema das pressões migratórias, principalmente do norte da África sobre a cidade, e havia alguns debates importantes. E eu me perguntava por que motivo os franceses, em vez de combater isso, como eles faziam, levando a discussão para a televisão, não investiram na própria região de origem, no Magreb; por que não investiam para que as pessoas não tivessem que sair das suas origens em busca de novas oportunidades. E, ao mesmo tempo, eu conheci uma série de colegas que eram formados, que tinham profissão e que não tinham emprego; então, recebiam um salário do governo para não trabalharem. Essas duas coisas me tocavam, e eu não sabia muito entender isso, porque essas coisas aconteciam, não achava uma explicação.

Eu vim entender bastante tempo depois, quando tive oportunidade de trabalhar no governo do Senador Cristovam, quando compreendi melhor como era a história do Bolsa Escola, que o Bolsa Escola não era só um projeto de educação, era um projeto de desenvolvimento da economia da região. E é exatamente isso que eu acho que poderia ser pensado num contexto mais amplo de um projeto de desmigração.

Ora, hoje, em países da Europa, é muito difícil você pensar que, se você resolver financiar o retorno voluntário das pessoas para suas origens, esbarraria

num problema sério. É que os migrantes que estão na Europa hoje já não são mais os migrantes da primeira e da segunda geração; já são os filhos, os netos dessas pessoas, que, evidentemente, não têm mais vínculos com a origem, com a origem dos pais, enfim, das suas famílias, e vivem numa situação complicadíssima, porque nem são árabes, da Indochina, enfim, africanos de uma maneira geral, mas também não se sentem parte integrante da sociedade europeia. Esse é um drama complicado, e é difícil pensar numa solução para esse problema.

No caso brasileiro, acho que ainda temos tempo. Tenho feito uma pesquisa, bastante empírica, em alguns lugares aonde eu vou pelo Brasil e, via de regra, quando a gente pergunta, em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, para pessoas que vieram do Nordeste para essas cidades em busca de trabalho o que eles pretendem fazer, eles pretendem trabalhar e voltar para suas cidades. Isso é em 90% dos casos. Todos gostariam de voltar para suas cidades de origem. Não voltam porque não têm salário, porque não têm emprego, porque não têm educação, porque não têm saúde, enfim, todos esses problemas que nós já conhecemos.

E aí vou levantar uma questão bastante polêmica, sobre a qual já temos discutido com o Senador em outras ocasiões, e é uma provocação mesmo. E se o Governo brasileiro resolvesse pagar uma bolsa família, duas bolsas família, três bolsas família para aqueles cidadãos que tivessem interesse, desejo de voltar para suas cidades? Isso sairia muito mais barato do que os recursos que são gastos em infraestrutura, saúde, saneamento para toda essa população que cada vez mais faz pressão sobre as zonas urbanas de grande porte. Primeira coisa.

Então, não me parece uma coisa extremamente complicada promover uma política com essas características. Agora, veja bem, isso não é um fato isolado, pagar para o indivíduo voltar para sua cidade, quem quiser, com a sua família, com o pai da sua família. Isso não é um fato isolado. Isso tem que ser acompanhado de outras políticas complementares. Por exemplo, quando o indivíduo volta para a sua cidade de origem, geralmente são cidades com 20 mil, com 30 mil, com 50 mil habitantes, eventualmente até com 100 mil habitantes, que não oferecem muitas alternativas de emprego. E aí nós nos perguntamos: por que, por exemplo, um projeto como o Minha Casa, Minha Vida, que envolve bilhões de reais, de recursos de financiamento, tem que ser financiamento em cidades de grande porte? Na minha avaliação, é exatamente o contrário. Ele tem que ser financiado em cidades de médio porte, cidades com 200 mil, 300 mil habitantes, ou até menores, por-

que a solução do problema não é colocar mais casa nas cidades grandes, a solução do problema é criar casas onde os indivíduos querem viver.

Ora, se você começa a estabelecer uma regra desse tipo, as empresas construtoras, que hoje são os grandes alavancadores desses recursos, porque vão lá, têm o terreno que interessa, o terreno é mais barato aqui ou ali – geralmente levam para longe dos centros das cidades, enfim, criando todo um problema de acessibilidade, de infraestrutura de transporte, de infraestrutura de saneamento; ora, se isso é feito em cidades menores, já começa a gerar emprego para aquela própria população que voltou para sua região de origem.

O salário que é pago já começa a ser também uma fonte de recursos para ele financiar sua própria moradia. Você começa a criar um ciclo vicioso de interesses de política econômica com política de desenvolvimento urbano e regional. Mas, mais do que isso: por que um hospital público tem que ser construído em Recife, em Salvador, e não em Caruaru, e não em Feira de Santana, e não em cidades médias que pudessem centralizar um pouco esses serviços?

Ora, é mais um instrumento de política que se tem para favorecer essa melhor distribuição das pessoas dentro do espaço.

Por que as universidades privadas, que hoje em dia se multiplicam, quase que diariamente surge uma universidade nova – vejo aqui um bairro como Águas Claras, que tem pouco mais de 10 anos de existência, já tem quatro universidades – por que essas universidades têm que estar nas cidades grandes e não podem estar em cidades médias e de pequeno porte?

Lembro-me perfeitamente, no meu tempo de estudante, eu tinha colegas que vinham e Itajubá, que vinham de Varginha, que vinham de Ouro Preto, que vinham, enfim... São Carlos, hoje, é um dos polos universitários mais importantes e, que eu saiba, é uma cidade talvez com 100 mil habitantes; não sei direito qual o tamanho da população.

Mas, enfim, essas políticas todas associadas, junto com um instrumento que ajude o indivíduo a tomar essa decisão, a dar segurança para que ele possa voltar para sua origem e, a partir daí, associando-se a esse movimento que o próprio Estado poderia promover, levando esses investimentos, descentralizando esses investimentos, é uma forma objetiva de se promover um processo de desfiguração. Evidentemente que vai haver aqueles que já se adaptaram à realidade das cidades grandes, que já têm famílias consolidadas nessas áreas, que não vão querer voltar para suas origens, mas a expectativa que se tem, pelos trabalhos que já foram publicados e pelas pesquisas que já

foram feitas, é que mais da metade da população de imigrantes para as grandes cidades tem interesse de voltar, tem desejo de voltar para sua cidade de origem, nem que seja quando se aposentar.

Então, parece-me que isso é uma questão fundamental de política de desenvolvimento não só urbano, mas econômico. O Brasil já teve uma política assim na década de 70, na época, II Plano Nacional de Desenvolvimento, nós tínhamos um processo de definição do Orçamento da União que previa exatamente uma destinação diferenciada para cidades de médio e de pequeno porte em relação às regiões metropolitanas. Acho que mais do que isso, não basta só diferenciar a questão da quantidade de recursos que vai para cada cidade, é preciso que se tenha em mente também levar para essas cidades o objeto daqueles investimentos que vão ser realizados.

Então, se nós associarmos uma política de financiamento desses indivíduos para retornarem às suas origens, com projetos de desenvolvimento urbano na área de saúde, na área de infraestrutura de habitação, na área de educação e em outras, evidentemente, sem dúvida nenhuma se estará promovendo um projeto de reordenamento do espaço regional no seu todo, que é o que já acontece em grande parte dos países do mundo. Hoje em dia não é mais moderno continuar crescendo, não é bom mais continuar crescendo e nem é mais uma atitude política. As principais cidades do mundo estão diminuindo de tamanho. Hoje em dia, toda tentativa que se faz, do ponto de vista urbanístico, é exatamente diminuir o tamanho das cidades.

A proposta que nós deixaríamos aqui, como sugestão para o debate, é essa ideia de se bancar realmente. Aliás, tem um exemplo muito propício para esse tipo de debate, muito bom, que é exatamente a construção de Brasília. Isso que estamos falando não é novidade. As pessoas, principalmente os funcionários públicos, quando vinham para Brasília, eles tinham uma dobradinha; eles ganhavam o dobro do salário para vir para cá. Então, isso já aconteceu. Não estamos propondo aqui nada de novo. Brasília se fez e viveu durante muitos anos, na sua origem, em função exatamente dessa ideia, na época do então Presidente Juscelino, de pagar para as pessoas, efetivamente, saírem das suas regiões e ajudarem a promover o desenvolvimento. Acho que todos hoje concordam que foi muito bom para o Brasil.

De forma que é preciso que se pense nessa coisa com seriedade, é possível financiar e é possível desenvolver políticas públicas de implantação de equipamentos urbanos em cidades menos que vai favorecer muito a questão de um maior equilíbrio não só das cidades, mas do espaço nacional como um todo.

Essas seriam as duas colocações que eu faria e me coloco à disposição para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Tom. Fico contente porque você mostrou que a saída está numa ruptura analógica. Em geral se pensa por aí que a saída para as cidades é dentro das cidades. Na verdade, está fora delas. É outra maneira de ver o problema.

Passo agora para o Hazem Galal, que é assessor empresarial da PricewaterhouseCoopers.

O SR. HAZEM GALAL – Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite ao Senador, à subcomissão. Vou arriscar falar em português hoje, mesmo sendo estrangeiro. Sendo aqui no Senado, peço desculpas aos membros do corpo diplomático. Não vou fazer a palestra em inglês.

O que pretendo fazer na minha apresentação é focar em alguns pontos que foram levantados aqui em relação a algumas melhores práticas ao redor do mundo da gestão das cidades: como fazer cidades mais inteligentes, atrativas e, mais importante também, como atingir o desenvolvimento sustentável para as cidades, aumentando a competitividade das cidades. Então, esse seria o foco da minha apresentação.

Primeiro, queria começar enfatizando um ponto que acho que todo mundo está vivendo. Em 2012, a expectativa do mundo e do Brasil no Rio+20 é bem mais exigente do que em 92. Hoje o Brasil está no caminho para ser, em 2030, a quinta economia mundial. Ou seja, o Brasil agora tem um papel bastante importante. Para dar um exemplo de como podemos atingir esse crescimento econômico de maneira mais sustentável... Existe um monte de crescimento, projetos de infraestrutura. O País está em um momento bastante favorável. Portanto, tem responsabilidade ainda maior em relação ao Rio+20.

O Rio+20, em si, faz parte de uma cadeia de eventos que começaram no ano passado, com o *World Urban Forum*, no Rio de Janeiro. Este ano, em São Paulo, aconteceu a reunião do C40, as 40 cidades maiores do mundo. Os jogos militares, Rio+20, um conjunto de eventos esportivos vai atingir não só o Rio de Janeiro e São Paulo, mas atingir 12 cidades do Brasil.

Esses eventos oferecem uma grande oportunidade para realmente catalisar ou atingir o desenvolvimento sustentável, através de diversificação da economia, foco em setores que agregam maior valor, seja turismo, manufatura de alta tecnologia, atração de investimentos, incentivar a inovação, desenvolvimento regional.

Essas 12 cidades-sede da Copa podem ser um núcleo de desenvolvimento para todas as regiões ao redor. Falando sobre essa ideia de como podemos reverter essa migração urbana, acho que, sem criar

atividades econômicas, essa emigração, repatriação dos emigrantes para as cidades grandes não poderia ser sustentável. Tem que criar emprego, tem que criar condições sociais, infraestrutura, tudo para realmente atrair, reter talentos e investimentos.

Uma coisa muito interessante é que, a partir da África do Sul, o nível de investimento em infraestrutura, associado com os megaeventos esportivos, tem aumentado bastante. No caso do Brasil, esses investimentos, só para a Copa e as Olimpíadas, são mais do que US\$84 bilhões. Isso significa que esses eventos realmente fornecem uma boa oportunidade para recuperar o déficit que tinha no Brasil por muitos anos. Por quê? O problema, por exemplo, dos aeroportos, que estamos prevendo para a Copa, não está só relacionado à Copa, mas está sendo agora um problema que poderia ser um gargalo do crescimento econômico sustentável do País.

Olhando como esse investimento de quase 71,4 bilhões da Copa está dividido, mais de 50% desse valor está focado em mobilidade urbana. A segunda fatia aqui, saneamento. A questão dos estádios, portos e aeroportos, que tem recebido muita visibilidade da mídia, tem realmente menos do que 10% do investimento. Então, temos uma grande oportunidade agora para criar, nessas 12 cidades brasileiras, condições de desenvolvimento econômico sustentável.

Várias cidades no Brasil já começaram a entender essa realidade. Vou explicar aqui um estudo que nós fizemos junto com a Rio Negócios.

Rio Negócios é a agência de atração de investimentos para a cidade do Rio de Janeiro. Trabalhamos junto com eles a partir do mês de novembro. Foi divulgado um estudo, em março deste ano, sobre o potencial de atração de investimento relacionado a megaeventos esportivos. O potencial é muito grande, enorme: são quase R\$55 bilhões, gerando por volta de 90 mil empregos para a cidade do Rio de Janeiro. Mas esse é o potencial.

Para realizar o potencial, a cidade tem que ser preparada em termos de infraestrutura, segurança, mobilidade urbana, sustentabilidade e vários outros fatores do desenvolvimento social.

O que significa isso? Uma cidade bem administrada tem que ter, primeiro, uma visão bastante clara. Qual é a vocação da cidade? Por que a cidade tem que ser conhecida? Quais são as atividades econômicas? Essa visão tem que continuar, independentemente das mudanças políticas.

Essa é uma lição aprendida. Em muitos países, muitas cidades, por exemplo, na Austrália, independentemente do partido que esteja no poder, a visão da cidade ou do estado não muda. O que poderia mudar

um pouco é a ênfase, o conjunto, o portfólio dos projetos que vão ajudar a atender essa visão do médio ao longo prazo.

E existe um conjunto de competências que a própria cidade, a prefeitura, o *city hall*, ou onde estivermos, tem que realmente construir e desenvolver, através da liderança não só no primeiro nível, do prefeito, mas descendo também para o segundo e o terceiro escalão. A marca da cidade, como gerenciar, promover a imagem da cidade.

O Rio de Janeiro, por exemplo, vai ser uma cidade conhecida pela vocação turística, pela inovação ou pela falta de segurança?

Inteligência social é a capacidade de aprender com os outros. Como podemos gerenciar as finanças do município, priorizar a gestão dos programas ou projetos, desempenho e risco, parcerias com o setor privado, com ONGs, com os cidadãos da cidade, os ativos e o capital humano?

Então, começando com essa visão clara, definida, testada pela análise macroeconômica, desenvolvendo essas competências na gestão da cidade e otimizando o investimento de recursos de uma maneira integrada, equilibrada, em todas essas capitais. Os blocos, seja capital social, que tem saúde, integração social, meio ambiente, cultura, lazer, seja intelectual, que tem toda a parte de inteligência e capital humano, ensino, educação, infraestrutura, tecnologia da informação, e mais ainda o processo de participação política.

Então, realmente, essa abordagem mais abrangente – e acompanhando os resultados depois –, acreditamos que esse é o caminho para construir uma economia sustentável.

Já usamos essa abordagem para trabalhar com várias cidades ao redor do mundo. Aqui vou mostrar o exemplo de um estudo que eu, pessoalmente, liderei, no ano passado, para Pequim. A cidade de Pequim, apesar de ter se beneficiado muito de sediar as Olimpíadas de 2008 e apesar de terem sido tratados alguns problemas de mobilidade urbana e de meio ambiente, ainda hoje tem problemas nessas áreas. O que eles estão querendo fazer?

A China como um todo, especificamente Xangai e Pequim, não estão contentes de ser mais uma potência. Elas estão querendo chegar a ser uma das cinco grandes, como chamamos em inglês, *world cities*, que, hoje em dia, são Nova York, Londres, Paris, Tóquio e algumas pessoas dizem também que Los Angeles entraria, mas eu duvido. Então, na verdade são quatro cidades. Então, trabalhamos com eles, usando essa abordagem holística para definir uma visão não dos 5 anos, ou dos 10 anos, mas para até 20 anos, 50 anos; uma visão de quase 40 anos, com todas as

recomendações para melhorar os problemas que a cidade está enfrentando. E o mais importante disso são os mecanismos de coordenação e implementação.

Todo ano fazemos esse estudo, um *benchmarking* de 26 cidades globais, incluindo São Paulo como representante do Brasil. Usamos essa abordagem holística para analisar os indicadores da cidade, tomando-se como fontes de informação o Banco Mundial, o FMI. O objetivo não é simplesmente ver qual é a melhor cidade; o objetivo é apreender, nessas cidades que estão no topo, quais são as políticas que deram certo, como essas cidades estão aumentando a competitividade delas para ficarem com economias sustentáveis, ao longo do tempo.

Vou passar para vocês alguns dos resultados. Aqui estão 26 cidades, representando “países desenvolvidos” – entre aspas. Há países ainda dos Brics e outros países que estão em desenvolvimento. Quem ficou no topo neste ano? Nova York ainda continua a cidade mais atraente em termos de investimentos e talentos.

Há um aspecto interessante, até enfatizando o ponto do meu copalestrante aqui, o Sr. Tom Rebello: neste ano, cidades de médio porte – por exemplo, São Francisco, Sidney, Estocolmo – estão muito bem, na frente de Paris, na frente de Londres. Ou seja, um desenvolvimento sustentável atrai investimentos e talentos, e não necessariamente está acontecendo no que chamamos de megacidades; as cidades de médio porte também estão com um desempenho muito bom.

Aqui são todas as categorias, as dez categorias. As três cidades que ficaram no topo: Estocolmo; Toronto; Nova York e São Francisco ficaram juntas em terceiro lugar, por exemplo, no capital intelectual e inovação.

O que é importante nesse estudo é como olhar para os resultados, para as variáveis, e começar, por exemplo... Eu estava apresentando os resultados para a prefeitura de Estocolmo, um mês atrás, e disse a eles: “Vocês estão muito bem nessa área de capital intelectual. Mas, olhando para os resultados dos estudantes nas escolas, na área de ciências e matemática, vocês não estão tão bem. Então, tomem cuidado, porque o futuro pode não ser muito brilhante como o presente de vocês”.

Na área de sustentabilidade, Berlim ficou em primeiro lugar.

Queria falar também sobre um ponto que você colocou. Uma das variáveis que temos aqui é a percentagem de lixo sólido, reciclado. Quando vi o número de São Paulo, fiquei em dúvida. Pensei: “Este número está errado, 4%”. Achei impossível. Tem que ser maior. Liguei para prefeitura, falei com as pessoas lá, e eles confirmaram: “Esse é o número mesmo”. Então, eu acho

que existe muito para frente, para realmente aprender com os outros e avançar.

Então, o que estamos sugerindo? Temos uma grande oportunidade agora, nessas 12 cidades, para realmente começarmos a planejar de uma maneira bastante sustentável, alavancando todos esses investimentos para chegarmos num plano de desenvolvimento e, depois, mensurarmos esse desenvolvimento ao longo do tempo. Estamos propondo pegar esse índice de competitividade – que estamos já fazendo para 26 cidades – e customizá-lo.

Vou dar alguns exemplos. Tomando como base a facilidade de conduzir negócios nesse estudo, uma das variáveis é baseada no tempo para se abrir uma empresa. Todo mundo sabe que, aqui no Brasil, além do tempo para se abrir uma empresa, tempo para fechar uma empresa conta muito. Então, precisamos customizar esse índice e começar a implementar nessas 12 cidades, estender isso...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – O que é customizar?

O SR. HAZEM GALAL – Customizar é incluir as variáveis que são mais apropriadas para a realidade ambiente do negócio de desenvolvimento econômico aqui no Brasil, enfatizando algumas variáveis. Por exemplo, disponibilidade de água, saneamento. Nessas 26 cidades, é uma coisa que se acredita que todos têm, enquanto que, aqui no Brasil, precisamos mensurar a porcentagem da população que tem acesso a água limpa e a saneamento. Isso significa customizar para a realidade brasileira e começar a usar esse índice de desenvolvimento para mensurar o avanço e também para tomar decisões de investimentos em infraestrutura, em desenvolvimento social e em todas essas áreas. Essa é uma das propostas, e gostaríamos de chegar à Rio+20 já com esse índice montado e com o projeto piloto testado nas 12 cidades.

Obrigado pela atenção.

Estou disponível agora para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Agradeço muito a apresentação do Hazem Galal, e quero dizer que foi extremamente ilustrativa, bem concreta de como é possível.

Vou agora colocar algumas perguntas, mas antes quero insistir ao público que está nos vendo, porque agora a reunião está sendo transmitida ao vivo, pela televisão, faz quase uma hora já: nós estamos aqui em mais uma reunião desses debates toda quinta-feira, para discutir temas que dizem respeito ao futuro da humanidade inteira. E estamos fazendo isso em função da reunião que haverá no Rio de Janeiro, em junho do próximo ano, reunindo-se chefes de Estado, chefes de governo do mundo inteiro, para que, juntos,

eles discutam para onde é que devemos ir. Na direção que estamos indo, não vai bem. Então, para onde virá, para onde mudar, que medidas tomar.

Em função disso, esta Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores – subcomissão esta criada pelo Presidente Fernando Collor, que é o presidente da comissão – vem fazendo esses debates e discutindo temas específicos. Nós já discutimos água, já discutimos energia, discutimos o que é desenvolvimento sustentável. Na próxima semana, vamos discutir governança, ou seja, como governar o mundo, se os políticos são eleitos localmente? Como governar pensando nos próximos cem anos, se cada político pensamos na próxima eleição? Porque, se pensarmos na próxima geração e no planeta, não ganhamos a eleição. Isso é um problema que vamos ter que enfrentar: o problema da governabilidade. Será na próxima semana.

Depois, vamos discutir decrescimento. Por que temos que continuar discutindo como crescer? Nós temos que começar a discutir como sermos mais felizes. E, de repente, pode vir a ser mais feliz com menor produção de bens materiais, melhorando a qualidade de vida.

Hoje nós discutimos aqui um dos temas mais preocupantes para o futuro, mais difíceis de resolver, porque energia é fácil de você produzir; agora, o que fazer com as megalópoles, com as imensas cidades, com seus problemas de violência, de desemprego, de desigualdade, de lixo não é fácil.

Nós tivemos três apresentadores: Sebastião Carlos dos Santos, que representa a Associação dos Catadores de Gramacho, da qual ele é presidente; o Tom Rebello, que é um arquiteto que tem trabalhado muito em consultoria relacionada a soluções urbanas e muito também na área de energia; o Hazem Galal, que é assessor empresarial da PricewaterhouseCoopers. Cada um deles nos trouxe uma contribuição.

O Sebastião nos trouxe – achei muito interessante – como um problema pode ajudar numa solução. E dois problemas juntos podem se anular, como quando duas pessoas solitárias se encontram e desaparece a solidão de cada uma delas. O que ele mostrou é que há desemprego e há lixo. A gente pode casar o desemprego e o lixo para limpar as cidades. Mas, mais do que isso, existe um problema ambiental; a gente pode fazer um casamento a três: o casamento do emprego, da coleta de lixo e da coleta seletiva, resolvendo o problema ambiental. Esse é um caminho.

O problema é que parte do trabalho da coleta de lixo, sobretudo no lixão, ou nos lixões, carrega uma quebra da dignidade do trabalho, pela convivência, como a própria palavra diz, com o lixo. E ele nos disse como a gente pode trabalhar, caminhando para dar essa dignidade, inclusive mostrando programas de re-

ciclagem, produção de joias e obras de arte, tudo isso que nós conhecemos.

Entretanto, o que eu tiro do que ele falou tem que ver um pouco com o que o Tom colocou: é que os problemas das nossas cidades terminam sendo não dentro das cidades, mas fora delas, como, por exemplo, resolver o problema do desemprego; como, por exemplo, fazer com que as outras cidades fiquem boas. Isso diminui a pressão nessas cidades.

Ele disse também que a coleta seletiva no Brasil – isto é muito interessante –, esse cuidado com o meio ambiente não surgiu de uma consciência ecológica, mas de uma necessidade social da pobreza. Foram os pobres que, buscando renda, acabaram limpando a cidade. Não por causa do emprego nas empresas de coleta de lixo, que em geral não se preocupam com o meio ambiente, mas descobrindo que uma latinha no lixo era um recurso. E esta é a grande descoberta, este é o grande desafio: como fazer do lixo riqueza. Esta é a saída: como fazer do lixo uma riqueza? Pela reciclagem, pelo aproveitamento do lixo orgânico, que pode virar energia, como há em alguns lugares.

Só que, quando você transforma todo lixo em energia, em geral, gera desemprego para os catadores. Então, nós temos que trabalhar como fazer com que o emprego continue, e aí, mais uma vez, eu venho com a minha insistência: o grande caminho é dando educação aos filhos dos atuais catadores, e esses filhos dos atuais catadores, pela educação, vão poder ter empregos fora dali. Ao terem emprego, já não haverá mais a necessidade de se criar um emprego pelo lixo. Aí o problema é do lixo.

O Tom colocou o que achei muito interessante, que é a visão alternativa, diferente: nós temos de quebrar o que por aí se chama de, uma palavra que eu gosto, paradigma, a maneira tradicional de enfrentar o problema. O problema não está em como recolher a quantidade de lixo, mas em como selecionar do lixo o que é riqueza. E, ao mesmo tempo, não está em como cuidar das cidades, do tamanho delas, mas como cuidar de outras cidades menores, para que essas grandes fiquem equilibradas, com menos pressão.

Creio que o mais interessante foi quando ele lembrou que Brasília foi um processo que, no meu governo nós chamávamos de desmigração, de Brasília para fora. Nós pagávamos uma bolsa durante meses para que algumas famílias saíssem de Brasília, de volta para o lugar de origem, voluntariamente. Obviamente em troca de uma renda. Casamos isso com o processo de reforma agrária nessas cidades, dando um terreno para eles. Fizemos isso com diversos. Lamentavelmente, se você só der a renda e a terra, eles voltam para Brasília quando a renda acaba, porque lá, como dis-

se muito bem o Tom, não há hospital, não há escola, não há água, não há esgoto, e voltaram muitos deles.

Mas Brasília, como um processo que Juscelino fez de desmigração, é interessante. Imaginem se os três milhões de pessoas que estão em Brasília, os que vieram e os que aqui tiveram filhos – e que teriam filhos lá também –, se esses três milhões estivessem no Rio ou em São Paulo, que é onde provavelmente eles estariam. Além disso, os três milhões estão aqui, mas, ao existir Brasília, foram para Mato Grosso, foram para Goiânia, foram para diversas regiões. Podemos chegar a dez milhões de pessoas. Como seria o Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, vamos dizer, com essa população? Então, foi uma espécie de desmigração preventiva, e uma parte foi desmigração mesmo, como ele lembrou, ao pagar para os servidores públicos que viessem morar aqui. Eu creio que isso é uma grande contribuição que a gente está dando aqui.

Quanto ao Hazem, achei muito interessante a maneira como ele trabalhou as cidades. Só fiquei pensando que as cidades que foram trabalhadas no primeiro momento foram muito concentrados com o megaevento, que não podemos ter em todas. Então, a gente tem de saber o que fazer com as outras cidades que não vão ter megaeventos. Achei muito interessante a ordem que colocou, mas fiquei com algumas perguntas.

Primeiro: por que é tão mais caro Copa aqui do que em outros países? Nos outros países, se não me engano, foram 6 bilhões ou 7 bilhões. Aqui vão ser 71 bilhões. Mesmo o Catar, onde vai ter de se fazer tudo, e os estádios terão ar condicionado, porque a temperatura chega perto de 50 graus, vão custar 66 bilhões, e aqui, 71 bilhões? É verdade que lá a Copa vai ser em uma cidade, aqui vão ser muitas cidades. De qualquer maneira, eu fiquei curioso.

A segunda é como são classificadas as cidades. Por exemplo, como é que se define que Estocolmo é a cidade com maior capital intelectual? Como é que se mede o capital intelectual?

Outra coisa que me surpreendeu é por que Barcelona não entra entre aquelas grandes cidades, pela qualidade de vida que tem e porque fez, também, uma revolução a partir de uma Olimpíada.

Então, essas são as perguntas que ficam.

Fora isso, eu só tenho a agradecer. E passo a palavra a cada um para que complemente, fazendo referência ao que os outros falaram e a aquilo que não falaram, ou porque não se lembraram, ou porque ficaram pensando que eu iria cortar a palavra pela limitação de tempo, e eu não cortei de ninguém.

Passo de volta a palavra, começando outra vez, pelo Sebastião, para fazer algum comentário que queira ou alguma complementação ao que fez, ou, se não

quiser nada mais, para se despedir de quem está nos vendo agora e não tiveram a chance de ouvi-lo.

Por isso, queria pedir um pouco de paciência de nós que estamos aqui, e, se você conseguisse, gostaria que você resumisse a sua fala. Foi tão boa e tão rica que eu não gostaria de quem está assistindo pela televisão não soubesse o que você falou aqui.

O SR. SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS –

Bom, como o tema é Rio+20, eu gostaria de chamar a atenção para uma coisa: no ano passado, a taxa de natalidade foi de 2% o aumento, e a taxa de crescimento foi de 15%. Mesmo a taxa de natalidade estando sobre controle, nós continuamos consumindo freneticamente, principalmente consumindo de forma totalmente errada. O problema não está apenas em consumir, mas o problema está em qual é o destino que nós damos após o consumo.

É preciso tratar o tema sustentabilidade e consumo como responsabilidade individual de cada um, independentemente ou não dos atos do governo. As pessoas querem sempre esperar o governo fazer, e nós sabemos que a questão, como bem colocou o senador, é de mudança de paradigma. E a questão da relação com o “lixo” – entre aspas – é uma grande mudança de paradigma.

A gente tem de tratar esse tema lixo como uma questão de inclusão social, como um tema ambiental, um tema totalmente econômico. Como falei, o Brasil hoje tem 1,2 milhão de catadores, que precisam da reciclagem para sobreviver. A gente tem 95% dos resíduos destinados a lixões ou aterros controlados. E o Brasil, como falei bem antes, anualmente, deixa de ganhar 8 bilhões por não ter um sistema eficaz e eficiente de coleta seletiva.

Então, acho que a sociedade e todo o Poder Público e todo o intelecto político tem de pensar nesse tema tratando a sustentabilidade e a reciclagem com um dos pés da sustentabilidade, partindo, como falei, da questão social, ambiental e econômica, que são tão importantes dentro desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Tom Rebello.

O SR. TOM REBELLO – Queria agradecer ao Senador Cristovam pela oportunidade de estar presente neste debate. Para não deixar de fazer uma provocação, porque acho que a nossa participação aqui foi mais no sentido de provocar do que efetivamente de ficar debatendo a parte mais técnica desse tema, vou aproveitar exatamente a questão do lixo.

Eu acho, Sebastião, que vocês estão dando um exemplo de tenacidade e capacidade de organização que já acontece, e a sociedade tem de perceber isso

para outros setores da sociedade também. Quem muda as cidades não é o Estado, são as pessoas; quem constrói as cidades são as pessoas em cada setor, seja no lixo, seja no transporte, seja na construção de habitações. Acho que é isso que o Estado tem de entender. O Estado brasileiro tem de ser mais humano, não no sentido da generosidade, de ser bonzinho, mas no sentido de compreender as relações humanas que se dão nesse espaço em que se ajuntam um monte de pessoas.

Então, eu vou fazer uma provocação para vocês, já que estão tão bem organizados. Essa questão do lixo eu tenho estudado um pouco, porque a gente trabalha muito com energia, e é importante a gente ter em conta que o que vai realmente mudar o mundo nos próximos anos, e as cidades, e a economia é exatamente a mudança da matriz energética. Daqui a 10 anos, daqui a 20 anos, não haverá mais ônibus circulando, os carros terão outra lógica de circulação, os centros das cidades terão de ser fechados para os carros, não vai mais haver essa pressão, porque quem quiser ir de carro terá de pagar caro para estacionar. Essa vai ser a lógica da organização, e tudo isso em função dessa questão da energia.

Na questão específica do lixo, o que eu observei foi o seguinte – você me confirma: parece-me que, em uma cidade convencional, em torno de 20% são de materiais recicláveis, não é isso? Em torno de 30% são utilizados para a produção de fertilizantes, adubos, essas coisas. Em torno de 35% servem também, são aqueles *pellets* para queima de caldeiras, enfim, há um uso muito grande. O lixo é um material extremamente rico, ao contrário do que se pensava até hoje. E os 15% que sobram, que não têm jeito, esses são queimados, enfim, têm alguma utilidade.

No caso de Madri, que eu peguei aqui como exemplo – deve haver outros, mas o que eu conheço é o de Madri – esses 15% geram energia e iluminam toda a cidade de Madri, em um aterro que eles tinham lá semelhante ao de Gramacho. Ou seja, 15% daquilo que não se aproveita é transformado em energia.

Quem compra energia? É o Estado, a prefeitura, porque iluminação pública quem paga é o Estado. Ora, se vocês já estão organizados em cooperativas, por que o Estado não paga a vocês, enfim, junto com quem vai produzir essa energia, para resolverem o problema?

O SR. SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS – Existe até lei.

O SR. TOM REBELLO – Pois, então, pronto! Eu peguei o bonde andando, mas a coisa tem sentido, não é isso? Porque, se o Estado já paga, por que não pagar a quem está lá dentro reciclando, não é isso?

Então, se já existe, é melhor do que a gente imaginava

O SR. SEBASTIÃO CARLOS DOS SANTOS – Existe aí, só não existe o pagamento.

O SR. TOM REBELLO – Então, tem de cobrar. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra ao Sr. Hazem.

O SR. HAZEM GALAL – Bom, são três perguntas. Vou começar com a questão, com a comparação dos números de investimentos em infraestrutura para a Copa, que foi a primeira pergunta.

O Brasil tinha ou tem ainda uma carência em investimentos em infraestrutura, comparado com o crescimento econômico do País. Ou seja: olhando os investimentos em infraestrutura, como porcentagem do PIB ao longo dos últimos 20 anos, 30 anos, existe uma lacuna, que estamos recuperando agora por meio desses investimentos. Então, quando olhamos para a composição desses 71,4 bilhões que estão sendo investidos nas 12 cidades brasileiras que vão receber a Copa, 50,3%, mobilidade urbana; 12%, saneamento. Ou seja, esse tipo de investimentos não está indo para estádios, não está indo para hotéis. Para hotéis, vão 12%.

Então, estamos aproveitando, neste momento, para recuperar os muitos anos em que não houve investimentos no valor apropriado para acompanhar o crescimento. Com o aumento da classe C no Brasil, com o movimento dos aeroportos, todo mundo sabe que o número de passageiros, dos voos está crescendo muito. Então, a questão não é só para aumentar a capacidade dos aeroportos para a Copa e para os outros eventos esportivos; a questão é aumentar a capacidade para se acompanhar o crescimento econômico.

O caso do Catar – e conheço muito bem, porque morei cinco anos em Abu Dabi e tenho trabalhado muito até com o comitê organizador – é interessante, porque, desses quase US\$70 bilhões que vão investir, mais do que 70% desses projetos fazem parte de um plano de desenvolvimento sustentável, que se chama 20/30, e toda essa infraestrutura estava prevista. Quase dois terços. Enfatizo que esses eventos são apenas um catalisador para atingir planos de longo prazo de investimento em infraestrutura e nas outras áreas. Simplesmente o que o evento faz é dar para nós uma data definida e um incentivo para implementar.

A segunda pergunta, que foi sobre a categoria de capital intelectual em inovação, temos onze variáveis que entram no cálculo dessa categoria, começando com a proteção da propriedade intelectual; a porcentagem do PIB que está investida em pesquisa

de desenvolvimento; o desempenho das universidades que estão baseadas na cidade; a porcentagem da população que está com pós-graduação; a taxa de alfabetização; o tamanho da sala de aula; o número de bibliotecas que têm acesso público; o atendimento dos estudantes nas escolas, nas áreas de matemática e ciências; e, finalmente, outro indicador está relacionado à capacidade de se criarem as condições para os empreendedores inovarem.

Então, essas são as onze variáveis – acho que cobri todos – que fazem Estocolmo estar no primeiro lugar agora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Isso foi aplicado ao Brasil, em alguma cidade, não?

O SR. HAZEM GALAL – São Paulo. São Paulo aqui, neste indicador, só perde para Istambul, Mumbai e Joanesburgo, das 26 cidades que mostrei antes.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Só não perde?

O SR. HAZEM GALAL – Não. Só perde. Ou seja, só não perde. Exatamente. Mas está atrás das outras cidades, inclusive outras cidades dos Brics: Cidade do México, Santiago, Xangai e outras cidades.

Finalmente, Barcelona. Barcelona, como todo mundo sabe, é um exemplo de cidade que sediou um evento esportivo e deu certo. Toda a área do porto foi renovada. Chegaram mais do que duplicar a contribuição do setor do turismo, e o país, como um todo, hoje em dia, recebe quase 100 milhões de turistas, comparando-se com mais ou menos 5 milhões que o Brasil, como país, recebe hoje. A cidade de Dubai recebe 8 milhões.

O Brasil é um destino que fica mais longe do que as outras cidades. Perfeito. Concordo. Mas, comparando também a receita por turista, a estada média do turista no Brasil com destino igual ao da Austrália mais do que o dobro na Austrália. Então, faltam serviços e produtos. E detalhe: os hotéis aqui, no Brasil, são mais caros. Então, faltam produtos para os turistas que vêm para o Brasil, para realmente gastar e contribuir. O turismo é um setor que poderia, realmente, contribuir para o desenvolvimento sustentável. Não tem poluição, não tem muitas coisas.

Então, Barcelona é realmente um exemplo para se seguir. O único motivo que ela não está incluída no nosso estudo é que um dos critérios que a gente usa todo ano para escolher 25 a 30 cidades é para se ter também um centro financeiro bastante forte baseado na cidade, nesse estudo, pelo menos. Mas Barcelona, como outras cidades, realmente, dá um exemplo muito bom a se seguir no desenvolvimento sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço a cada um dos que participaram, ao público que está nos assistindo, e informo que,

na próxima semana, vamos ter o debate intitulado “Governança: como Administrar as Soluções”. Trata-se da governabilidade dos problemas mundiais, porque, em junho do próximo ano, chegam aqui chefes de estado e de governo, mas cada um representando seus eleitores, e vão ter de pensar o mundo inteiro. Isso vai criar uma grande dificuldade, porque nenhum deles vai poder se confrontar com os seus eleitores em benefício do Planeta. E, como disse o próprio Presidente Obama, não existe presidente do mundo, mas os problemas são do mundo.

Por isso, a gente vai discutir como resolver esse problema; que instituições a gente cria no mundo; que regras a gente cria; como pôr a ética na frente da política, para que possamos ter regras que permitam ao mundo encontrar um rumo diferente.

Boa-noite a cada um e a cada uma.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 50 minutos).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 12 REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE “REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e trinta e nove minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Perma-

nente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Registram presença o Professor Jose A. Puppim de Oliveira, do Instituto de Estudos Avançados das Nações Unidas e o Professor Heitor Gurgulino de Souza, ex-reitor da Universidade das Nações Unidas e Vice-Presidente do Clube de Roma. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa os Professores Dra. Márcia Leuzinger, da Universidade de Brasília, Dra Solange Teles da Silva, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade do Estado do Amazonas e Dr. Marcelo Varela, do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa-noite a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se a dar sequência ao nosso ciclo de audiências públicas, com a realização, desta vez, do 6º Painel sobre Governança: Como Administrar as Soluções no Planeta Inteiro?

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, nós convidamos as seguintes autoridades, a quem aproveito e convido para que, em bloco, venham compor a Mesa: a professora Márcia Leuzinger, da Universidade de Brasília; a professora Solange Teles da Silva, da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade do Estado do Amazonas; e o profes-

sor Marcelo Varela, do Centro Universitário de Brasília, Uniceub.

Queiram, por favor, tomar seus lugares. (*Pausa.*)

Informo aos convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 15 minutos – é claro que serão 15 minutos com certa tolerância; eu não vou ficar aqui cortando o raciocínio. E que, após a exposição, eu vou conceder a palavra aos Senadores e às Senadoras, que estiverem presentes, para os esclarecimentos que achem necessários.

Esclareço que, conforme as regras das audiências, estabelecidas no Ato nº 3, de 2011, nós vamos fazer dessa maneira e, depois, daremos o tempo aos Senadores, obviamente será um tempo menor do que o de vocês, de tal maneira que a gente possa ter um bom debate.

Então eu vou passar a palavra, pela ordem de chamada, portanto, iniciando pela Márcia Leuzinger, a quem eu passo a palavra.

A SRª MÁRCIA LEUZINGER – Boa-noite a todos.

Inicialmente, agradeço imensamente o convite para participar desta audiência pública. Acho que é um espaço de debate necessário e interessante, no momento em que a gente vive uma crise no Planeta com relação não apenas à biodiversidade, à água, ao clima, mas em relação, também, à depleção de outros recursos essenciais ao desenvolvimento de todos os países.

Então eu penso que esse tipo de iniciativa é fundamental para que o debate efetivamente ocorra e nós possamos chegar a algum tipo de proposta, tendo em vista principalmente a Rio+20, que ocorrerá ano que vem e que vai congrega representantes de todo o Mundo para discutir meio ambiente – e, hoje, questões graves como o aquecimento global.

Bom, como o objetivo aqui é falar de governança, acho que, em primeiro lugar, nós precisamos entender que governança, principalmente governança ambiental, diz respeito a um consenso que se deve ter a partir da conjugação de diversos atores estatais e não estatais, a fim de que se consiga chegar, a partir de acordos e de concessões, a um determinado fim; no caso da governança ambiental, a um fim de proteção do meio ambiente e de superação de todas essas crises que nós vivemos e que coloca, como já disse, em risco a própria sobrevivência humana no Planeta.

Então nós temos que ver, em primeiro lugar, com relação ao nosso Direito interno, o Direito Ambiental Brasileiro, que a questão da governança ambiental já está plasmada na nossa Constituição, no *caput* do art. 225, na medida em que ao declarar esse dispositivo: “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado...”, ele também determina que a obrigação

de manter o ambiente sadio – portanto, de proteger e de preservar o ambiente para as presentes e para as futuras gerações – se reparte entre Estado e coletividade. Ou seja, o art. 225 já cria o que nós chamamos de função ambiental pública e privada, que diz respeito justamente a essa ideia de governança, essa ideia de conjugação de atores para que se possa chegar a uma finalidade comum, consensual, a partir, lógico, de uma série de concessões que cada um desses atores vai ter que fazer.

Interessante porque o art. 225 traz, portanto, essa base jurídica da governança ambiental e do próprio conceito de desenvolvimento sustentável, na medida em que ele fala de futuras gerações e da necessidade de deixarmos para essas futuras gerações um ambiente que lhes proporcione uma vida digna.

No que diz respeito à função ambiental pública, ou seja, o papel do Estado, a Constituição Federal determina, no § 1º deste art. 225, uma série de ações que devem necessariamente ser pelo poder público atendidas, promovidas a fim de que o ambiente se torne sadio, ou seja, mantido em condições favoráveis e necessárias à vida de um modo geral.

E o que devemos perceber é que essas ações não dizem respeito apenas ao Executivo, mas devem perpassar todos os Poderes do Estado. No caso do Executivo. Obviamente, a partir de suas funções precípua, que seriam, em primeiro lugar, a formulação e implementação de políticas públicas ambientais. E aí vamos ter políticas em relação a resíduos sólidos, a própria manutenção do solo, da água, da biodiversidade, do clima, dentre outros.

Ela também diz respeito a ações de polícia, ou seja, poder de polícia ambiental a partir de fiscalização e sanção, em relação a ações que digam respeito à manutenção da qualidade ambiental, ou seja, poder de polícia compreendida aqui como uma faculdade da administração de restringir, de condicionar bens, direitos e atividades e que deve também ser levada em consideração no tange à área ambiental.

A atuação do Poder Executivo também diz respeito à intervenção do Estado no domínio econômico, que é a seara própria dos particulares e na propriedade privada, principalmente, a partir de institutos como tombamento ambiental, desapropriação, criação de Unidades de Conservação de domínio público, dentre tantas outras formas de intervenção, intervenção administrativa, necessárias para a manutenção de um ambiente sadio.

E fomento a atividades privadas. Isso acho muito interessante, porque o Estado deve fomentar atividade em que os particulares venham promover a proteção do meio ambiente e não a degradação ambiental.

Se a gente fomenta, se o Estado fomenta atividades de ecoturismo, há possibilidade de não se converter uma determinada área florestada em pasto, e sim essa área ser aproveitada para uma atividade ecologicamente mais correta ou mais apropriada.

Em relação ao Legislativo, isso é muito importante. Essa função ambiental diz respeito à edição de normas de proteção do meio ambiente. E aí temos que tratar de duas questões. Primeiro, da necessidade de conscientização, não apenas de parlamentares, mas principalmente da sociedade, que, a partir do voto, vai eleger seus representantes com relação à proteção do meio ambiente. E nós vivemos hoje um momento, dentro do parlamento, de inflexão tendo em vista ações tendentes, por exemplo, a alteração do Código Florestal, que é uma norma, apesar de editada em 1965, bastante atual e essencial para proteção de florestas e, com isso, para proteção de clima, de água. A flexibilização do Código pode vir a trazer alguns problemas bastante sérios, principalmente no que tange a clima e a água.

E aí a gente tem uma questão jurídica envolvida. Não vou ingressar nisso porque tanto o Professor Marcelo, como a Professora Solange, são professores de Direito Internacional e devem abordar o tema. Mas o Brasil é signatário de convenções, como a Convenção da Mudança do Clima e Convenção sobre Diversidade Biológica. E ele se obrigou a proteger a biodiversidade, a proteger clima. E se a gente permitir um retrocesso na legislação ambiental que vai induzir a perda de florestas, e com isso, a perda da biodiversidade e um agravamento da crise climática, acredito que seja algo que deve ser refletido em função desses compromissos internacionais firmados pelo País. E, mais, o princípio da vedação do retrocesso, que também é um princípio jurídico, que também veda a possibilidade de nós voltarmos a ter uma situação pior do que tínhamos anteriormente em termos de proteção do meio ambiente. Então, é algo que, dentro do parlamento, vai ter que ser bastante discutido.

Com relação ao Judiciário, temos também a obrigação da solução de conflitos de natureza ambiental, o que vai gerar necessidade de capacitação dos nossos magistrados. Isso significa que muitos não tiveram oportunidade, nos seus cursos, nas suas escolas, estudar direito ambiental, até porque, hoje em dia, poucos são os cursos que oferecem direito ambiental como disciplina, e normalmente como disciplina optativa.

Então, nós temos aí um problema de formação, que não é culpa de ninguém. Isso diz respeito ao próprio sistema dos cursos jurídicos, mas que acarreta, às vezes, a necessidade de capacitação. Então, é interessante também isso. A gente tem visto um movimento dentro do Judiciário tendente a capacitar, levar

eventos, informação a juízes. É necessário para que tenhamos boas soluções para as controvérsias que digam respeito ao meio ambiente.

E é necessário também falar um pouquinho de Ministério Público, embora não seja um Poder, mas, a partir da sua conformação, independência, garantias que seus membros têm, que são as garantias da Magistratura, o papel do Ministério Público hoje é central no que diz respeito a essa função ambiental pública, esse desempenho de ações por parte do poder público para proteção do meio ambiente.

E o Ministério Público tem sido muito atuante, principalmente por meio de suas Câmaras ambientais, como é o caso do Ministério Público Federal com a 4ª Câmara, que é a Câmara Ambiental.

E essa atuação se dá por meio do ajuizamento de ações civis públicas, termos de compromisso, que vêm sendo firmados, e são soluções interessantes para a responsabilidade civil. Ele atua como *custus legis*, como fiscal da lei nos processos de natureza ambiental. Então, isso é fundamental.

Agora, ao lado do Estado, como a gente está falando de governança, temos que pensar no papel da sociedade ou da coletividade. E aí vamos pensar não apenas na atuação das ONGs, que é a primeira coisa que vem à cabeça e que é fundamental. E as ONGs, desde a Conferência de Estocolmo, de 1972, têm cumprido um papel muito relevante na discussão do meio ambiente e não só as ONGs mais conhecidas, ONGs internacionais, mas as ONGs brasileiras, internas, que têm um papel relevante de discussão até mesmo nos anteprojetos de lei que, muitas vezes, passam por ela, como é o caso da Funatura, da SNUC, da lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Além, delas, vamos ter sindicatos, universidades, associações as mais variadas, organizações religiosas, todas compondo esse universo de atores privados, não estatais que devem também, dentro desse grande consenso para a proteção do meio ambiente, participar, devem ser ouvidos, devem ter voz.

E, mais, a gente tem que pensar no papel do cidadão, porque não há como se conseguir proteção do meio ambiente se não tivermos uma conscientização dos sete bilhões de pessoas que existem neste Planeta e que impactam todo dia o ambiente, seja a partir da retirada, da extração de recursos naturais, seja a partir da produção de resíduos sólidos, de lixo. Tudo isso gera impacto, impacto bastante grande.

E aí nós falamos sempre da necessidade de pequenas ações pessoais, do nosso dia a dia, para que a gente possa salvar o Planeta, para que a gente

possa tentar minimizar os efeitos desse impacto que nós causamos.

Que ações são essas? Pequenas ações que necessitam para tanto de conscientização: não jogar material tóxico no lixo comum, porque isso vai para o lixo, infiltra, acaba contaminando o lençol freático, contaminando os rios, ou os próprios gases contaminando a atmosfera. Não utilizar água em excesso. Tentar economizar água. Tantas coisas que podemos fazer, sacolas plásticas, no nosso dia a dia para tentar minimizar esse impacto que nós causamos.

E todos esses atores têm que conjugar esforços para que a gente chegue a um resultado pelo menos satisfatório de proteção do meio ambiente.

E a base jurídica de tudo isso está na Constituição, está também nos princípios que conseguimos inferir da Constituição Federal, principalmente do art. 225. E esses princípios, basicamente, que dizem respeito à governança são os princípios da informação, participação e cooperação.

O princípio da informação está relacionado à obrigação do Estado de informar, informar sobre o estado do meio ambiente, informar sobre eventuais catástrofes ou crises que aconteçam, mas não só nesse caso. Tem que sistematicamente nos deixar a par do que está acontecendo, da situação ambiental e, mais, fornecer educação ambiental. Educação ambiental, acho que ela é a base de toda a possibilidade de atuação do cidadão. Quem não é informado, que não sabe o que está acontecendo, é claro, não pode participar.

E essa educação ambiental não é só nos bancos escolares. Nós precisamos de uma educação ambiental formal, mas também formal a conscientização daqueles que já não estão na escola.

Se isso não for feito, não temos como conseguir essa participação dos entes privados dentro da governança ambiental.

Princípio da participação, que decorre da informação, necessidade de todos nós de participarmos, de participarmos de audiências públicas, dos fóruns, como é o caso dos comitês de bacia, por exemplo, do Conama, que tem um espaço para a sociedade, e de participarmos com a nossa atuação diária de proteção do meio ambiente.

Princípio da cooperação. Esse tem sido muito falado em razão da soberania. O princípio da cooperação diz respeito à cooperação entre países. E aí fala-se de cooperação norte-sul, países ricos e países pobres, com a necessidade de repasse de recursos, de tecnologias, mas ele não se dá apenas no âmbito dos Estados. Dá-se também no âmbito interno, principalmente no Brasil, que é um Estado Federal, com a cooperação dos Entes estatais, ou seja, temos que

ter cooperação da União com os Estados, dos Estados com Municípios, caso contrário, não vamos conseguir alcançar nenhum tipo de resultado satisfatório.

E, mais, cooperação, Estado e sociedade. Então, essa cooperação ela é necessária.

E a cooperação entre Estados vem sendo bastante questionada em função da soberania. Agora, temos que lembrar que a soberania hoje não tem mais aquela dimensão, conceito, extensão que tinha com a formação do Estado moderno. Nós tivemos, ao longo da nossa história, uma mitigação desse conceito a partir dos tratados, dos acordos, das obrigações que os países foram firmando uns com os outros, dos blocos, dos grandes blocos, hoje, econômicos, que foram se formando. E, com isso, a gente não pode pensar mais a soberania como um poder absoluto de se fazer o quiser, da forma que quiser, quando quiser dentro de um determinado país quando isso possa afetar o resto do mundo todo.

Isso vem sendo discutido. E um exemplo claro é a questão nuclear. Hoje o mundo todo vai ter algum tipo de ingerência a partir dos programas nucleares e desenvolvimento de armas nucleares nos diferentes países, mas também em relação ao meio ambiente.

Como disse, tratados muitos importantes, como a CDB – Conversão sobre Diversidade Biológica, Conversão do Clima, e outros tantos que foram firmados, e são obrigações que devem ser cumpridas. E, mais, acredito que os países têm que se conscientizar, os seus governos têm que se conscientizar do seu papel nesta caminhada para se tentar uma solução para essas crises, uma crise de meio ambiente de modo geral, crises dentro dessa grande crise de biodiversidade de clima, de água, principalmente, que vão ter que ser solucionadas. Caso contrário, acredito que a vida humana na terra vai se tornar, se não impossível, bastante penosa, ou seja, a qualidade de vida das futuras gerações vai estar comprometida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu que agradeço.

Passo a palavra, na ordem em que estávamos seguindo, à Solange.

A SR^a SOLANGE TELES DA SILVA – Boa noite a todos e a todas. É um prazer muito grande, Senador Cristovam Buarque, estar aqui hoje discutindo essa questão da governança, de como administrar as soluções.

E queria cumprimentar igualmente o Professor Marcelo Varela e a Professora Márcia Leuzinger, que são queridos amigos de caminhada e de preocupações conjuntas em relação a como pensamos tanto a questão das normas ambientais, como a questão da

sua efetividade, da sua aplicação, portanto, como pensamos nessas soluções e em como administrar essas soluções. Mas para trabalhar um pouquinho, conversar, hoje, nesta mesa, que eu diria que apesar de não ser redonda eu me sinto em uma mesa redonda, com pessoas com quem compartilho ideias, ideais e sonhos, eu acredito que nós precisamos iniciar, dessas considerações preliminares, que a professora Márcia já até pincelou ou nos deu algumas ideias do que é essa governança, do que é a governança ambiental.

E a governança está relacionada com o processo decisório, com o processo através do qual as decisões serão ou não implementadas. Basta um processo decisório, basta implementar ou não essa decisão? A meu ver, não. E é por isso que, hoje, se fala muito em boa governança e, portanto, nós temos elementos que são essenciais para que possamos tanto trabalhar com esse processo decisório como implementar ou não essas decisões. E dentre elas: a participação, o consenso, a necessidade de transparência, de essa decisão ser responsiva, ser ágil, da sua efetividade, da sua eficiência, da questão de equitatividade e inclusividade, além do respeito ao estado de Direito.

É certo que para trabalhar esse tema, eu gostaria de partir de três questões fundamentais. Se nós estamos pensando em como administra soluções, nós temos que pensar quem decide, quem dita os rumos das nossas sociedades. Qual é o papel então dos políticos e da liderança nesse processo? Como nós administramos essas soluções e que necessariamente, se fazem parte dessa boa governança, vão permitir ou vão ensejar a participação da sociedade civil. Então esse é um primeiro ponto.

Num segundo momento, eu gostaria de falar um pouquinho sobre qual modelo ou, se alguém decide, em quais instâncias são tomadas essas decisões, nós estamos falando da esfera local, nós estamos falando da esfera nacional ou nós estamos nos dirigindo ou nos remetendo a instâncias internacionais? E finalmente, qual seria então a pedra angular? Será que esses interesses em jogo, nós poderíamos chegar a um consenso, mesmo que existissem interesses divergentes em nome da soberania, eu poderia ter decisões contrárias à proteção, à preservação ambiental?

Então, tentando pensar, nesse primeiro momento, em como administrar a longo prazo, em como administrar o planeta se nós temos uma democracia que é baseada no voto local, entre eleições no curto prazo? Eu diria que talvez duas questões podem nos indicar pistas de reflexões e essas questões devem ser discutidas e devem ser debatidas na Rio+20, e elas se referem à possibilidade de nós utilizarmos a expressão de Capra de “alfabetização ecológica” não simplesmente

como uma alfabetização das crianças, mas talvez, Senador Cristovam Buarque, de nós ou de o Brasil liderar um projeto de uma alfabetização política ecológica. Por que não nós instrumentarmos, nós capacitarmos os nossos políticos em todos os níveis: local, nacional, internacional, para estarem aptos a discutir as questões ambientais e a compreender os três fenômenos que fazem parte dessa complexidade ambiental? Ou seja, eu tenho um padrão básico de organização da vida em rede ou de uma teia da vida, como afirma o Capra, e é nessa rede, nessa teia da vida que a matéria percorre todos os locais dessa rede, além do que todos os ciclos ecológicos sustentados são sustentados por um fluxo constante. Portanto, não adianta eu tomar uma decisão em relação aos resíduos do seu tratamento final ou de reciclagem, se eu não penso a questão da produção, se eu não penso a questão do consumo. Mas não é apenas um consumo no Brasil porque quem está produzindo pode estar na China. O minério explorado para a produção desse material pode estar na África do Sul. Portanto, nós vamos ter também essa ligação ou essas interrelações em um mundo complexo.

Eu acredito, Senador, que esse projeto pode ser um projeto brasileiro, mas que seja expandido a todos os demais países. Que nós possamos pensar então nessa alfabetização política ecológica ou alfabetização ecológica política. Nós temos cursos para os magistrados, nós temos cursos para o Ministério Público, nós temos cursos na Administração Pública, mas será que nós temos cursos de direito ambiental e de sustentabilidade para os nossos políticos? O nosso planeta está nas mãos das nossas lideranças e elas têm que tomar conta desse nosso planeta.

A segunda questão entre essa administração de longo prazo e das eleições de curto prazo nos colocam diante das bases, dos valores que nós temos e de que constitui a sociedade brasileira. A professora Márcia bem tocou no princípio do não retrocesso da proteção ambiental ou da proibição do retrocesso da proteção ambiental.

Se nós perguntássemos a qualquer um: você ficaria feliz ou você não diria nada se amanhã você não tivesse mais férias? Nós teríamos um retrocesso social pelo fato de não termos mais férias. Não quero com isso dizer, olha, professor, eu lhe diria, professor também, é Senador e professor Cristovam Buarque, porque eu o considero também um grande professor, eu diria que, lógico que professor trabalha muito nas férias, então até que essa questão de perguntar se tem férias ou não tem férias, o professor ficaria tranquilo pelo fato de sempre estar trabalhando, sempre estar se reciclando. Mas nós batalhamos tanto para o não

retrocesso da proteção social que nós também temos que pensar no não retrocesso da proteção ambiental.

E quais são os elementos, tanto do Direito Internacional quanto do Direito interno, que nos dizem que nós não podemos ter esse retrocesso? Se nós olharmos a Constituição da República Federativa do Brasil, nós vamos ver que entre os objetivos do nosso Estado está garantir um desenvolvimento. Sim. Mas também garantir o bem-estar de todos, garantir a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

E o Brasil é signatário do Protocolo de São Salvador, que também proclama o direito de todos a um meio ambiente sadio, em seu art. 11º. Este Protocolo é claro e diz que os direitos ali consagrados são de realização progressiva, portanto, nunca regressiva. E, pensando em termos do Direito Internacional e dos compromissos assumidos pelo Brasil, o Brasil não pode ir de encontro ou contrariar compromissos que assumiu internacionalmente na seara, na esfera dos direitos humanos.

Aí nós teríamos, portanto, que pensar no conceito da democracia ambiental e da existência de valores que impedem que qualquer retrocesso venha a ocorrer. Olhando para o ordenamento jurídico brasileiro, nós poderíamos pensar nas cláusulas pétreas, que são aquelas cláusulas que impendem qualquer modificação, portanto, os direitos e garantias individuais porque o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é também um direito ao mesmo tempo individual e coletivo.

E assim quem decide? Os políticos com a participação da sociedade civil? Esse processo decisório participativo deve estar imbuído dessa reflexão, dessa alfabetização ecológica, para que nós possamos compreender que tudo está interrelacionado, que nós não somos ou não estamos separados da natureza, do meio ambiente. Nós vivemos nesse meio ambiente.

Enfim, se nós vivemos nesse meio ambiente, em quais instâncias ou em qual instância serão tomadas essas decisões? A problemática ambiental, cada vez mais, ganha uma dimensão global, seja em razão do fenômeno da mudança climática, seja da questão da biodiversidade, de problemas que não apenas ultrapassam as fronteiras e são transfronteiriços, mas têm essa dinâmica global. Então surgem alguns questionamentos. Nós necessitaríamos de uma organização internacional do meio ambiente?

Essa é uma questão, é uma discussão que já vem sendo debatida há algum tempo no seio das Nações Unidas. Há aqueles que são favoráveis e há aqueles que são contra, pois dizem, por exemplo, que o fato de existir uma organização internacional do meio ambiente colocaria a questão ambiental num cantinho da sala,

para enfeitar e ficar bem bonitinha; outros dizem que não, que, na verdade, o programa das Nações Unidas para o meio ambiente, se transformado em uma organização internacional do meio ambiente, poderia então, por exemplo, coordenar todo o jogo político e toda a arena política das discussões e dos secretariados dos diversos tratados ambientais.

Essa é uma discussão que certamente fará parte da Rio+20 e que não há uma única solução. Eu falei, e provavelmente o professor Marcelo Varela vai aprofundar essas discussões sobre a organização internacional do meio ambiente. Há outras discussões que em outras instâncias também poderiam reforçar ou aprofundar a competência em matéria de desenvolvimento sustentável ou ambiental. E seria, por exemplo, a inserção da variável ambiental, da questão ambiental no seio do Comitê Econômico e Social das Nações Unidas, que é um dos grandes Comitês das Nações Unidas. Outra perspectiva ainda seria reforçar as competências da Comissão de Desenvolvimento Sustentável.

Portanto há várias possibilidades e essas possibilidades estarão em jogo e também discutindo o financiamento dessas instituições na Rio+20. Mas independentemente da existência ou não desse grande organismo ambiental na esfera internacional ou do reforço das instituições já existentes, o que nós precisamos é evitar o *overlapping*, a duplicidade de competências e essa fragmentação exacerbada que existe na esfera internacional, para que nós possamos, portanto, unir esforços e diminuir gastos, então, falando também em termos de eficiência, para alcançarmos a cooperação ambiental internacional e soluções viáveis na esfera ambiental.

Se nós falamos da necessidade dessa alfabetização política ecológica, ao mesmo tempo de uma democracia ambiental, como fundamento para essa sociedade, e que as instâncias decisórias, na esfera internacional, são importantes, na esfera nacional igualmente, e aí nós vamos ter a questão de competências no Brasil e de competências na área ambiental, temos a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, a competência legislativa concorrente. Portanto nós temos Casas atuando, que representam o povo, que representam os Estados, atuando nessa esfera de formulação de políticas públicas, de adoção de normas ambientais. E é muito importante que essas Casas levem em consideração a questão ambiental.

Em relação à última questão que coloquei – qual a pedra angular ou quais interesses que estariam em jogo e, na existência de interesses divergentes também na esfera internacional, até quando a soberania de uma Nação deveria se sobrepor aos interesses maiores da humanidade –, eu diria que temos já, nas relações in-

ternacionais, um discurso sobre esfacelamento, sobre um mundo sem soberanias, citando Bertrand Badie. Mas também na esfera jurídica ou do lado do Direito diríamos: não, o mundo continua com soberania, pois é um dos elementos que conformam até a própria existência de um estado. É preciso de um território, eu preciso de uma população e eu preciso dessa soberania, que é reconhecida pelos outros estados a esse estado e que esse estado também proclama.

Entretanto, os estados podem ou poderiam hoje tomar qualquer atitude ou qualquer tipo de ação contrária aos interesses de toda a humanidade, aos interesses de todo o Planeta? Eu, na minha concepção de jus ambientalista, acredito que não e essa minha crença tem um fundamento tanto jurídico quando pensamos nos valores de cada país ou nos valores que são proclamados na Constituição e no ordenamento interno de cada país e entre esses valores primordiais estaria o consumo? Estaria a produção? Ou estaria a vida, estaria o direito à vida e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado?

Além disso, se pensássemos, e temos que transpor para alguns exemplos, se pensássemos, por exemplo, no Brasil tomando uma atitude soberana e desviando as águas da Bacia do Prata, a Argentina iria dizer: mas o Brasil não tem uma soberania absoluta, tal qual declarou Armand, em 1848, se não me falha a memória, com o conceito sobre a soberania absoluta sobre seus recursos territoriais, quando os Estados Unidos desviaram as águas do Rio Grande, que iam para o México. Poderíamos tomar essa atitude? Até poderíamos pensando em termos práticos, mas e se pensássemos na Bacia Amazônica, será que o Peru poderia desviar as águas do Rio Amazonas? E nós ficaríamos como, nesse sentido? Portanto, quando pensamos nessas situações fáticas, ao mesmo tempo o Brasil se coloca em dois posicionamentos quando tratamos a questão dos recursos hídricos.

E isso nos dá a dimensão exata de que não a possibilidade de uma atuação unilateral de qualquer estado no mundo, todos estamos interconectados e essa interconexão nos leva à necessária cooperação internacional, a pensarmos juntos em soluções, em soluções possíveis, que sejam pautadas na lógica da vida.

Hoje, por exemplo, sabemos que um cidadão brasileiro consome, em média, por ano, um pouco mais de cinco litros de agrotóxicos. Será que o Brasil vai continuar podendo exportar as suas *commodities*, repletas de agrotóxicos? As questões que se colocam, vejam, não são apenas ambientais, mas elas também tangenciam o comércio internacional.

Nesse sentido, o professor Marcelo Varela, na sequência, tenho certeza de que também vai tangenciar algumas dessas questões.

Enfim, há uma necessidade de nós aprendermos a sentar em torno de uma mesma mesa. Há uma necessidade de nós aprendermos que há necessidade de um diálogo não apenas pontual.

Se a Rio 92 nos coloca diante dessa grande possibilidade de o Brasil liderar uma lógica mais verde, uma lógica mais saudável, uma lógica que aponte soluções para um desenvolvimento sustentado, sustentável e incluyente, ao mesmo tempo, a Rio 92 também nos coloca diante de um procedimento participativo e informado. Precisamos de mais informações. E quando eu digo mais informações, eu digo que precisamos deixar de lado toda essa lógica de informações confidenciais para a segurança do País, para a segurança da sociedade, que não sejam realmente confidenciais nesse sentido, mas que sejam confidenciais para tentar, diria, esconder informações confidenciais, de caráter comercial e industrial.

Professor Senador Cristovam Buarque, nós temos um grande trabalho pela frente em termos de informação ambiental neste País, de assegurar não só o dever de o Estado dar acesso a essas informações, mas de assegurar aos indivíduos, à sociedade civil, ao mercado, a todos, que possam ter acesso a essas informações e, fundamentalmente aos políticos, para que eles tenham essa alfabetização política, ecológica e possam ser a liderança que este Brasil merece e que este Brasil precisa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovm Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Professora.

Passo a palavra agora ao Marcelo Varela.

O SR. MARCELO VARELLA – Obrigado, Senador, é uma honra estar aqui. Senhora e senhores.

Gostaria de começar agradecendo ao Senado Federal, em especial ao Senador Cristovam Buarque, de quem sou antigo admirador. Temos aí uma matriz comum, de certa forma no Professor Inácio Sacs, com quem trabalhamos, o Senador Cristovam um pouco antes de mim, mas eu fui alguns anos depois.

Bem, eu gostaria de começar a falar sobre esse tema, no qual é possível encaixar diversos subtemas diferentes, porque a questão da governança e da efetividade da proteção ao meio ambiente abrange não só mecanismos específicos de busca por efetividade, como também um pouco dos grandes gargalos, que enfrentamos hoje e vamos enfrentar nas discussões da Rio +20, no próximo ano.

Para trabalhar esse tema, eu dividi minha apresentação em três partes, sendo uma primeira parte

sobre um certo histórico da evolução desses temas, seguido dos grandes gargalos que temos hoje, tentando incorporar um pouco o que as professoras Márcia Leusinguer e Solange Teles me incumbiram também de falar. As duas falaram: não, como o Marcelo vai falar, então eu vou ter de falar algumas coisas sobre esses assuntos também.

A Rio+20, na verdade, poderia ser denominada Johannesburg+40, que demonstra um pouco o histórico da evolução da proteção ambiental no Planeta, que começa com uma mudança de paradigma, a partir da própria criação do conceito de Eco Desenvolvimento na época ou Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburg, e que mostra aí, ao longo das conferências das Nações Unidas para Meio Ambiente Humano e depois Meio Ambiente em Desenvolvimento, a incorporação de diversas problemáticas que foram surgindo, primeiro, no âmbito internacional transfronteiriço e, depois, no âmbito multilateral global, dentro de uma lógica de interdependência. Nos anos 60, discutia-se poluição, poluição no alto mar; nos anos 70, os grandes temas a serem incorporados à agenda internacional já foram a proteção dos recursos hídricos, dos resíduos tóxicos; nos anos 80, o novo desafio era discutir limites e responsabilidades decorrentes de acidentes nucleares e controle de energia nuclear; nos anos 90, o grande desafio era a biodiversidade, as mudanças climáticas. Todos esses temas foram munindo as discussões, com instrumentos jurídicos prevendo mecanismos de controle e mecanismos de busca de efetividade.

A partir de, então, a gente tem um vácuo. O nosso desafio é saber: e agora? Tivemos aí uma frustrada reunião na Rio+10, em Johannesburg, que chegou à conclusão de que pouco ou nada foi feito. Agora vamos ter aqui no Brasil, ano que vem, a Rio+20, cheia de vazios. Não se sabe direito o que propor, nenhum país está querendo fazer um novo tratado Cogente impactante, nenhum novo tema surge. Os Estados Unidos já alegaram que também não estão disponíveis a aumentar os recursos, ainda mais nessa crise por que estão passando, para nenhum desses outros temas específicos. E daí, o que se discute na Rio+20? Como dar efetividade aos outros temas que já tratamos? Não tem nenhum novo tema. A gente está querendo que os outros temas, os mais antigos, dos últimos 40 anos, de direito ambiental internacional, de direito ambiental nacional, que as normas sejam válidas. Aliás, as normas são válidas, mas que as normas sejam efetivas, que gerem resultados.

Para falar um pouco sobre essa segunda parte, da minha apresentação, como houve aí o avanço dos mecanismos para dar efetividade. Qual o histórico do desafio que a gente tem no futuro do ano que vem? O

direito ambiental foi construído dentro de uma lógica de aumento dos níveis de obrigatoriedade dos seus tratados, principalmente por uma lógica de adesão voluntária dos estados aos grandes problemas ambientais, diferente do direito humanitário, em que a ONU envia tropas se o estado não quer aceitar um determinado nível de proteção de direitos humanos ou do direito do comércio internacional, que o país simplesmente não tem a opção fática, econômica de não participar da Organização Mundial do Comércio, e se ele descumprir ele sofre retaliações comerciais, decorrentes das decisões do tribunal da OMC.

No direito ambiental, por adesão, o sistema de controle do direito ambiental passou no início por mecanismos de relatório, depois por sistemas de inspeções, até controles por instrumentos de mercado.

Primeiro os relatórios: os relatórios, antigamente, nos primeiros tratados ambientais, nesses de que falei, sobre poluição, resíduos tóxicos, água, anos 60 e 70, eram de informações voluntárias dos estados, os estados informavam quanto eles estavam cumprindo os relatórios, se eles não informassem, nada acontecia. Logicamente, como qualquer administrador, eles sempre alegavam, e várias convenções ambientais ainda seguem essa lógica, que a proteção ambiental está muito bem em seu território e que não há nenhum problema. Logicamente, esse tipo de instrumento de controle de tratados ambientais por relatórios é muito pouco efetivo.

O tipo de controle por relatórios evoluiu ainda um pouco nos anos 80, permitindo a contrariedade por ONGs, por instituições da sociedade civil e até por outros estados. Exemplos concretos são a convenção sobre o tráfico de espécies, ameaçadas de extinção, na qual a Costa do Marfim, por exemplo, apresentou um relatório que estavam protegendo os elefantes, que eram mortos em busca do marfim, e uma ONG internacional, a Traffic, junto com a ICN e WWF, eles acusaram, mostrando dados, contrariaram o relatório mostrando que havia imprecisão e finalmente a Costa do Marfim foi condenada no âmbito internacional, sofreu sanções econômicas, pelo descumprimento da convenção. Até chegarmos aos relatórios mais específicos e mais detalhados que temos hoje, como o da Convenção das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. O Protocolo de Quioto é controlado a base de relatórios, mas são relatórios com auditorias privadas, são relatórios que têm contestações e são relatórios que dão origem a um mercado de venda de cotas de carbono, que hoje movimenta em torno de 200 bilhões de dólares em cotas de carbono em todo o mundo, no qual o Brasil se destaca um pouco, longe da China e de

outros países que participam mais ativamente desse mercado, como a Índia, o México etc.

Bem, depois tem o sistema de inspeções. Em alguns tratados ambientais é possível fazer inspeção para ver se o país realmente está cumprindo com aquela obrigação que ele disse que iria cumprir.

No caso da Antártica, é um exemplo interessante, existem quatro inspeções por ano e é possível inspeções surpresas. Um país está lá, na sua base, e o Brasil tem uma base na Antártica. A qualquer momento pode chegar um outro país, sem avisar, e fazer uma inspeção surpresa para ver se não há desenvolvimento de armas, ou uso indevido, ou poluição na Antártica, não é? E na área nuclear também, aí com intuito de evitar a produção de armas de destruição em massa. E o Brasil mesmo tem, anualmente, uma média de oito inspeções que recebe: quatro programadas e quatro não programadas, em Angra, da Agência Internacional de Energia Atômica, para verificar se há ou não enriquecimento de urânio além da percentagem – acho que é de 20% - para a produção de energia, que é o que a gente faz. Muito bem, agora, são casos isolados, muito isolados e com preocupações diferentes daquelas que o meio ambiente como um todo tem de instrumentos.

O desafio nosso, agora, indo aí pra terceira parte e última da minha apresentação, é o que fazer pra aumentar, então, a efetividade, de agora em diante. Temos alguns sistemas pouco efetivos, basicamente na Convenção de espécimes ameaçados de extinção e no Protocolo de Kyoto. Inspeções na Antártida, que é território comum da humanidade; e na área nuclear, com a preocupação e o peso do direito humanitário.

Como fazer? Esse é o desafio talvez dos nossos políticos e esse talvez seja o desafio do povo brasileiro, que se quer ser uma potência mundial, tem que começar a pensar e agir como uma potência mundial. O que o Brasil pode fazer, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que vai ocorrer ano que vem, no Brasil, sediada pelo Brasil, para aumentar a efetividade da proteção ambiental?

Existem várias soluções. Uma primeira solução, que foi falada pela professora Solange Teles, é criar a Organização Mundial do Meio Ambiente. E nós sistematicamente nos temos feito de surdos, não escutando propostas de países como a França, que tem feito uma proposta concreta da criação de uma nova organização internacional.

Enquanto isso – como diria o professor Ignacy Sachs –, justamente quando todo mundo coordena um assunto, ninguém o coordena. Quando todo mundo é responsável, ninguém é responsável, porque a culpa pela ausência não é de ninguém.

Hoje, onde está a grande proteção do meio ambiente no âmbito das organizações internacionais? Está em organizações que não têm nada a ver com proteção ambiental, a exemplo da OMC. Os grandes últimos casos onde houve uma decisão mais dura a favor do meio ambiente vieram da OMC.

O caso dos pneus recauchutados, quando o Brasil teimava em permitir a importação de pneus recauchutados dos países do Mercosul, dava liminares na justiça. Como a gente cassou essas liminares? Quando houve uma decisão da OMC, falaram: ou vocês cassam, ou a gente vai retaliar economicamente vocês. Aí o País resolveu fazer uma decisão do Supremo Tribunal Federal para cassar de uma vez todas as liminares, porque a norma não saiu aqui do Congresso Nacional e poderia ter resolvido o imbróglio jurídico.

Houve o caso da pesca de tartarugas marinhas e de atum, que estava matando os golfinhos, ameaçados de extinção; o caso do amianto, do salmão, são casos famosos nos quais a OMC cotejou... E é impressionante, porque foi justo a OMC, que era o órgão internacional mais mal visto, numa disputa entre lógicas diferentes, entre comércio e meio ambiente.

Depois, como já foi falado pela professora Márcia Leuzinger e pela professora Solange, qualificar a informação. A gente tem todo tipo de informação na Internet, mas não conseguimos saber o que o próprio Governo Federal produz de informação a respeito das deficiências institucionais em relação à proteção dos órgãos ambientais.

A gente tem, aqui na Esplanada, a contratação de centenas de consultorias para se procurar soluções para políticas públicas de proteção ambiental, só que nunca ninguém consegue achar o texto dessas consultorias.

Então, a gente vê contratação de PNUD, etc; os textos circulam internamente dentro dos órgãos e não existe nenhum portal ou acesso. Nem o próprio órgão que encomendou o texto da consultoria sabe onde está o texto daquela consultoria. Impressionante! Em todos os ministérios – praticamente – da Esplanada a gente tem a repetição da falta de acesso à informação produzida pelo próprio ministério.

Aliás, tem uma ideia muito interessante – talvez toque alguma das pessoas que está ouvindo – que seria a de criar um portal onde aqueles estudos que são pagos pelo poder público para buscar soluções para os problemas do poder público fossem disponibilizados para a sociedade, para um eventual controle, e para o próprio poder público. Porque quando a gente fala de qualificar informação, não é só qualificar informação para o cidadão, é qualificar informação para o funcionário público. E daí a gente tem a repetição do gasto do dinheiro público para fazer consultorias que

já foram feitas outras trinta vezes; ou então a compra de estudos que já estão publicados em forma de livro, pelos consultores que vendem esses estudos ao Governo Federal.

Depois, a ampliação do acesso a toda essa informação via novas mídias. A gente tem quedas de regimes políticos no Egito; discussão sobre isso na Síria. No Reino Unido, o uso da Internet para organização daquelas revoltas populares recentes é colocado como elemento de ampliação da pena, agora na punibilidade dos infratores, mas no Brasil a gente tem uma enorme dificuldade de incluir, nos tratados e nas normas ambientais, o uso de instrumentos de nova mídia para dar efetividade ao direito ambiental.

Enfim, por último, o fortalecimento do Estado e da própria sociedade civil para o controle da parte ambiental, mas daí eu digo não só do Brasil. Claro, como foi falado pela professora Márcia Leuzinger e pela professora Solange Teles, é essencial a ampliação da educação ambiental. No entanto, se o Brasil quer assumir uma posição de potência, de protagonista internacional, como quer, o Brasil tem que pagar o preço. E qual o preço político a ser pago nesse momento? É o Brasil assumir uma postura, como faz a China hoje.

Hoje, um dos grandes investidores e um dos maiores recursos para produção ambiental – incrível! – vem justo de um país que até um ano atrás era o símbolo da destruição do meio ambiente: a China. Eu posso falar isso de carteira, porque fui pra China há uns anos e por causa da poluição na China, eu fiquei hospitalizado ali. Eu nunca fiquei doente em nenhum lugar, nem no Brasil, e fiquei hospitalizado na China um período. Depois, tive de ir para um canto onde não tinha poluição, na China, porque eu estava sangrando pelas duas orelhas. Um negócio horrível!

Um médico de lá falou: “Você não pode sair daqui, porque se você pegar o avião vai perder a audição. Então, você tem primeiro que se cuidar e depois sair”. Hoje, em poucos anos a China assumiu uma postura de protagonista e falou: “Eu vou bancar não só aqui como fora”. E é o maior orçamento para proteção ambiental.

Então, se o Brasil quer assumir a posição de protagonista mundial, tem que bancar a criação de mecanismos efetivos, ainda que seja contra a posição dos países dominantes; ainda que seja contra a posição da maior parte dos países europeus; ainda que seja contra a inércia dos Estados Unidos de não quererem avançar na criação de mecanismos efetivos para o controle dos tratados ambientais. Sob pena de quê? De ser mais um encontro onde nada vai acontecer: nenhum tratado será feito e nenhuma decisão será tomada.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero agradecer aos três palestrantes e dizer que não há dúvida da riqueza das colocações de vocês, mas eu continuo com a mesma perplexidade – que eu acho que vocês também têm e manifestam – sobre como vamos resolver o problema de estarmos entrando, ou já termos entrado em um mundo global onde as decisões são nacionais.

Como vamos fazer para cuidar do Planeta, quando as eleições são nacionais? Como vamos pensar em longo prazo, quando o poder é tomado e exercido em função das próximas eleições, daqui a quatro anos, no máximo? Para mim, esse é o grande desafio da chamada governança.

A Márcia falou do marco jurídico. E eu creio que vai ser a partir de um marco que chamarei ético, que limite o direito de cada país, que vamos poder enfrentar a governança. Mas as tentativas estão fracassando. Kyoto não deu certo. Já houve quantos encontros tipo Copenhagen? E não dão certo. Teve já um no México. Tem um agora, em Tuhan. E a gente não vê a possibilidade de se chegar a um marco global de como gerenciar o Planeta, que é o que a gente quer com a governabilidade do Planeta, que se acostumou chamar de governança.

Até porque o marco jurídico internacional não é internacional, é a soma compondo os “marquinhos” jurídicos nacionais. Não se tenta fazer um marco nacional, tenta-se compor os “marquinhos”.

Por exemplo, a Solange falou corretamente de relações internacionais. Temos aqui um emérito professor: André Chacon. E eu estava pensando aqui, professor Varella, quando a gente vai ter um departamento de unidade planetária, em vez de departamento de relações internacionais?

Relações internacionais é uma coisa que está ficando atrasada, porque é como esse país se relaciona com esse e com aquele e não como o conjunto deles tem uma posição. Como unificar as relações internacionais em algo comum? Já temos isso em algumas situações: o tráfico de drogas, por exemplo. Até aqui, que eu saiba, nenhum país adotou a produção legal de cocaína. Isso já é um marco ético, geral, que impede o uso da soberania para isso.

Ainda se permite energia nuclear, mas já começa a haver restrições, como o Marcelo falou, à permissão de que qualquer país vá verificar como estarão as instalações dos outros.

Eu vou mais longe. Acho que centrais nucleares deveriam ser de propriedade planetária. Nenhum país deveria ter direito de fazer a sua usina nuclear. Quer fazer uma no seu país? Então tem que ser uma

usina supranacional. Duvido que os Estados Unidos aceitem isso.

A idéia de alfabetizar políticos eu acho que é interessante, mas não vai dar certo enquanto não mudarmos a mentalidade do eleitor. Mentalidade, que é uma coisa muito difícil de mudar. A gente muda até as crenças, mas mentalidade é algo arraigado, quase que em nível da neurologia.

E nossa mente hoje é consumista e imediatista. Ela sempre foi imediatista, porque o horizonte de vida da gente é muito curto. Mas antes não era consumista e então não depredava o meio ambiente. Você pensava em si, mas o resto não era ameaçado. O problema, hoje, é que a gente pensa em si, cada um da gente, mas ameaçamos o Planeta pelo excesso de consumo.

Qual o candidato a uma eleição, no mundo, que vai propor proibir automóveis? Ou dizer que irá dificultar o uso do automóvel? Perde a eleição. Qual é aquele que vai dizer que a partir daqui vai proteger tanto as florestas que não deixará construir casas onde tiver uma floresta? Perde a eleição.

No Brasil não precisa nem dizer que vai proibir de fazer casa, basta dizer que vai proibir de plantar soja, que já perde a eleição, porque as pessoas vão raciocinar em termos de balança comercial, de emprego, de renda e do consumo que isso permite. A mentalidade dificulta.

Eu sou a favor da alfabetização, até porque de repente a gente vai alfabetizar alguém tão bem que ele vira um líder e não um político. E ele vai conseguir mudar a mentalidade das pessoas. Juscelino conseguiu mudar a mentalidade de um país agrícola e rural, passando à alternativa de industrial e urbano.

Outro ponto é a proteção ambiental. Não há como levar adiante, corretamente, a proteção ambiental se não formos capazes de mudar o padrão de produção e consumo. A produção ambiental com o mesmo padrão de consumo é como a gente proteger alguns jardins; proteger algumas “florestinhas”. Mas para a proteção do meio ambiente em escala planetária só mudando o padrão de consumo e produção, que é muito difícil fazer hoje, devido às aspirações.

Por que eu acho que Rio+20 tende a não dar certo? Porque vai acontecer no ano de eleição dos Estados Unidos. O Presidente Obama não vai poder chegar aqui defendendo proteção ambiental, porque ele perde a eleição, a não ser que ele encontre um discurso cuja retórica não tenha nada a ver com a prática, como Al Gore tenta, defendendo a ideia de que, através da economia verde, a gente vai continuar dinamizando a produção. Mas não vai. Se a gente substituir todo combustível fóssil por energia elétrica nos carros, os carros não cabem. É uma questão não só ambiental;

é uma questão aritmética, de área; não é uma questão apenas do combustível. Se o combustível for álcool, etanol, a gente vai ter a velha disputa entre comida e energia. O Brasil tem condições de fazer funcionar toda a sua safra sem ameaçar a produção agrícola, mas, quando no mundo inteiro, não tem como, porque a gente vai ter de exportar etanol e, aí, não vai sobrar floresta. A economia verde não basta como solução, embora ela seja necessária. Eu aqui tenho insistido que a gente precisa de uma economia de cinco cores: a verde, do meio ambiente; a vermelha, do social; a branca, para não levar em conta as produções de não mercadorias, como tanque de guerra, avião de guerra – isso não pode entrar no PIB; a cinzenta, que eu até, no começo, chamei de amarela, mas eu acho que é cinzenta, porque é a economia de conhecimento, da ciência e da tecnologia; e a azul, do bem-estar e não do PIB. Então, a proteção ambiental não é suficiente para termos um futuro sadio.

Outro ponto é que não basta pensar no problema do meio ambiente. O que nos ameaça hoje é o meio ambiente, o meio bancário, o meio dos gastos públicos, o meio do endividamento e os benefícios sociais. Tudo isso está sofrendo de uma exaustão. Não dá mais para aumentar os benefícios sociais, salvo aquele benefício que não custa dinheiro, como reduzir jornada de trabalho, aumentar o tempo livre, sacrificando o consumo. Aí, começa a ser possível. Mas, se a gente vai querer cuidar apenas do meio ambiente, não vai conseguir resolver a crise que a gente enfrenta, porque ela é ambiental; ela é financeira; ela é de finanças públicas; ela é do endividamento das pessoas, que estão jogando para frente o pagamento do que destroem hoje da natureza; ela é de um limite a que se chegou nos benefícios sociais a que nós nos acostumamos a ter.

Diante disso, eu posso dizer, muito tristemente, que sou pessimista sobre a possibilidade de conseguirmos criar aquilo que chamei, Prof. Gurgulino, de, em vez de relações internacionais, trabalhar com a ideia de unidade planetária. Quanto tempo a gente vai levar para convencer uma universidade a criar um departamento da unidade planetária? Quem é que vai se interessar por isso, além de alguns filósofos? Porque o que dá emprego mesmo é trabalhar nas dificuldades das relações internacionais, como o que dá emprego é trabalhar com as dificuldades dos problemas legais que enriquecem os advogados. São as relações internacionais que enriquecem os que trabalham nas relações internacionais. A ideia de unidade planetária não vai funcionar, mas é o caminho que a gente precisa. Enquanto forem relações internacionais, é como diminuir a fricção e não como compor.

Então, eu tendo a ser pessimista no sentido de que a grande crise, que vai ser essa daqui a algum tempo, vai acontecer antes da governança, que é o que a gente está discutindo. Por que a Alemanha foi capaz de parar as centrais nucleares? Por causa da tragédia de Fukushima. Tem um visitante aqui que mora no Japão, pertinho de Fukushima, professor da Universidade das Nações Unidas, na qual Gurgulino foi reitor por duas vezes, dez anos, e da qual sou membro do conselho. Foi Fukushima. Veja que Chernobyl não conseguiu fazer com que a Alemanha parasse a energia nuclear. Foi Fukushima que fez com que a Alemanha parasse, que fez o plebiscito na Itália proibir a energia nuclear e que me alertou para colocar aqui um projeto de dar trinta anos de moratória sem energia nuclear – aliás, sem nova energia nuclear, nem tive coragem de mandar fechar as três que estão lá em Angra. Sugerir que a gente gastasse muito dinheiro em pesquisas sobre energia nuclear, até para descobrir uma forma de garantia mesmo se cair um meteoro em cima. Então, quanto a essa ideia de governança que estamos discutindo, vocês trouxeram coisas muito interessantes, mas ainda tenho a perplexidade e o pessimismo de que a política é tão provinciana e imediatista que ela não vai permitir uma governança global.

O Prof. Gurgulino faz parte do Clube de Roma, que foi quem primeiro levantou o problema ambiental seriamente desde Malthus, 150 anos antes, só que com instrumental técnico muito diferente. No livro *Limites do aquecimento*, tem um quadro que devia estar em todos os lugares. É um retângulo dividido em pequenos retângulos; na base, colocam o tempo; no vertical, colocam o espaço de preocupação. Quando você coloca o primeiro retângulo pequenininho e diz minha família nos próximos cinco anos, todo mundo está preocupado; quando coloca minha família nos próximos dez anos, já diminui; minha família nos próximos cem anos, é muito pouco; se você coloca minha família neste ano, é quase todo; mas, se coloca minha cidade neste ano, já diminui; se coloca o meu Estado, diminui; se coloca o meu País, diminui; se coloca o mundo, ficam poucos. Agora, vejam que o mundo, cem anos depois, não tem ninguém que se preocupe, no máximo filosoficamente, intelectualmente, mas não politicamente. Ninguém vai guardar dinheiro hoje para ser usado pelo... Veja que a nossa preocupação no imediatismo é tão grande que não existe no português quadrineto; têm filho, neto, bisneto e tetraneto. Em todas as línguas. Por quê? Porque ninguém vê o quadrineto. Até o tetraneto, é possível – poucos conseguem, mas veem. Mas o filho do tetraneto, ninguém vê – pelo menos ainda. Então, nem tem o termo. A preocupação distante não é uma preocupação, ela é uma não preocupação. E a política

e a governança são feitas com base na eleição desse retângulo que está no Clube de Roma. Então, daqui a cem anos, que é quando realmente a tragédia vai acontecer – não acredito que seja antes -, ou mesmo que seja daqui a cinquenta anos, você pode ter algum número de pessoas preocupadas com a família, mas preocupadas com o mundo é muito difícil. Nem os Chefes de Estado estão. E, se eles estiverem e se levarem essa preocupação para o debate eleitoral, eles perderão a próxima eleição, porque, no debate eleitoral, as pessoas querem saber sobre os próximos quatro anos, sobre a sua cidade e, no máximo, sobre o seu país. A gente só se preocupa com o exterior para que ele não faça uma guerra contra a gente. Senão, nem se preocupava com o exterior.

Então, a governança é algo fundamental. Tenho a impressão de que esse deve ser um tema em que precisamos provocar os governantes que vão estar reunidos no próximo ano, preparando um documento que leva a essa disposição na sua linha de alfabetizar os políticos, mesmo sabendo que, se eu fosse querer alfabetizar alguém para salvar o Planeta, eu ia querer salvar as crianças. Nem com os adolescentes, eu não perderia muito tempo mais. Ou a gente enfrenta a cabeça das crianças de menos de quinze anos para que surja – palavra que usei antes – uma nova mentalidade ou não vamos ter uma solução. Isso quer dizer que o mundo vai acabar? Não. O mundo entra numa grande tragédia, depois se reconstrói. Isso já aconteceu. Aconteceu com a peste negra no século XIV, aconteceu com algumas grandes invasões, aconteceu com o nazismo em alguns países. Sofre-se e depois se recupera, mas há um custo muito grande para a civilização. O correto seria, em vez de deixar que isso acontecesse, a gente reorientar a civilização, sem perder nada daquilo que é bom e bonito, e sacrificando muito daquilo que é riqueza. Você tem que salvar todos os museus do mundo, mas não tem por que salvar todos os automóveis. Automóvel não é uma riqueza, não é uma beleza. Automóvel é uma riqueza circunstancial. A gente pode substituir perfeitamente com um mundo melhor, sem automóvel e outras coisas do consumo.

Bem, vou concluir aqui, deixando apenas as perguntas e dando alguns minutos para que se alguns de vocês quiserem – e eu gostaria que fizessem – possam fazer algum comentário.

De fato, a saída vai estar no marco jurídico, no marco ético acima dos políticos, marco ético planetário, só que isso tem que passar pela aprovação de cada país, como se tentou em Kyoto, e em geral não se aproveita. A preocupação de que não basta pensar hoje o problema da proteção ambiental. É preciso pensar o ambiente, é mais do que a proteção. A proteção

– volto a repetir – parece conservar jardins. Não basta conservar jardins, vai precisar um modelo socioeconômico que tenha a natureza como parte do próprio produto do modelo, em que se ter uma floresta é parte da riqueza e não é uma muralha a riqueza que vem da soja. E a preocupação de não ficar apenas no meio ambiente, a crise que é dos bancos, é dos governos, é das famílias endividadas, é do excesso de benefícios sociais, e que se a gente não enfrentar todos em bloco não vamos conseguir.

Termino aqui e gostaria de ouvir comentários de vocês, algum ponto que eu não tenha tocado e que deixa marca.

Digo, porque não falei no começo, que os nossos debates são assim; isso aqui vai para a televisão, e o que interessa a gente é a alfabetização da população, mais do que a alfabetização dos Senadores que não estão aqui. Não precisa alfabetizar mais Senadores; vamos alfabetizar a população, especialmente os menores.

A palavra na ordem inversa – está bem, Marcelo? Então você começa, depois fala a Solange, depois a Márcia fecha.

O SR. MARCELO VARELLA – Rapidamente, agradecendo mais uma vez ao Senador Cristovam Buarque, dizer que tenho uma visão otimista em relação ao futuro em 100 anos, primeiro porque existe uma tendência na construção de espaços de tratamentos jurídicos no âmbito global em expansão. De um lado, a explosão ou ampliação muito rápida de alguns ramos, alguns conjuntos normativos de direito, como o direito ambiental mesmo, o direito humanitário, os direitos humanos e mesmo o direito do comércio, onde o meio ambiente se constrói.

Depois, na aproximação das constituições de todo o Planeta, num processo de confluência constitucional, onde o tema ambiental é tratado, ao mesmo tempo, de forma muito parecida. E, nos últimos 20 anos, basicamente, mais de 70 países revisaram suas constituições, incluindo temas muito parecidos em questões ambientais.

Terceiro, que a multipolaridade político-militar e econômica global, principalmente político-econômica global, permite a construção de tratamentos comuns sem exercício do poder de veto por nenhuma grande superpotência, como tínhamos até pouco tempo atrás.

Depois, os próprios tribunais começam a ter interpretações comuns sobre conceitos agora universais. Talvez o princípio da precaução no direito ambiental, o conceito de gerações futuras, desde a proteção da diversidade humana em relação a gênero, sexo e diversos tipos de opções e culturas, tenha sido mais respeitado do que vimos até pouco tempo.

E principalmente porque, olhando as crianças, como o senhor falou, a gente vê que a consciência ambiental hoje, em todos os sentidos, é muito maior do que era quando eu fui educado ou quando os meus pais foram educados. Então, se eu penso vendo, não para o meu tetravô, mas para o meu bisavô, que a gente já conheceu, a gente vê que, para hoje, a visão de globalidade e a visão de meio ambiente são muito mais presentes nas crianças que estão hoje pequenas do que eram na minha geração, que eram na geração do meu pai, do meu avô e do meu bisavô. A noção de mundo, vendo não só em casa, mas a televisão, a escola, o discurso, desde os conceitos mais bobos, o meio ambiente está muito mais presente do que estava na nossa época. Talvez aí, claro, estou vendo pessoas 40 anos mais novas do que eu – vejo meus filhos – mas isso dá uma esperança que, não em 40 anos, mas talvez os netos deles, em 100 anos, já construam um mundo melhor, Senador. Vamos ver, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ver não vai dar, não.

O SR. MARCELO VARELLA – Nunca se sabe. A tecnologia está aí.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – É verdade.

Por favor, Solange.

A SR^a SOLANGE TELES DA SILVA – Obrigada, Senador.

Compartilho também essa visão otimista com o Marcelo. Não sei se foram os ares franceses – não é, Marcelo? –, os ares brasileiros, depois, que nos deram essa visão otimista. Mas é otimista porque, na verdade, Senador, quando o senhor pergunta como vamos resolver os problemas no mundo global com decisões nacionais, nós vemos esse processo cada vez maior de internacionalização do direito. E, nesse processo de internacionalização do direito, também há uma ecologização do direito. Então, não dá mais para fazer de conta que o meio ambiente não existe. Ele existe, ele está aí. Às vezes, as normas não vão produzir uma melhoria no meio ambiente, mas porque eu não estava contando com uma série de outros fatores, ou até porque houve um incremento do conhecimento científico e hoje já se sabe que existem outros tipos de contaminantes que eu não contava quando da adoção da norma.

Agora, é lógico que tem um ponto que talvez seja crucial para nós debatermos na Rio+20 que é dar informação. Nós precisamos, sim, de um instrumento internacional, não só, já existe a Convenção de Arus sobre o acesso à informação, acesso à justiça ambiental e participação, mas o Brasil precisa se posicionar nesse sentido em relação à informação. Nós ainda temos

um grande ranço autoritário neste País em relação à informação. E eu digo isso, Senador, como membro da CTNBio, da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, como representante do Ministério da Justiça, dos consumidores e que vejo muitas vezes questões complexas. Quer dizer, uma ONG, para ter acesso à transcrição do debate de uma plenária precisa se deslocar até Brasília, na secretaria executiva, para solicitar. Quer dizer, essa sessão foi pública e essa transcrição não está publicada no portal da Internet da comissão.

O que o Marcelo colocou de nós usarmos esses portais para colocarmos essas possíveis soluções e usarmos os estudos que são realizados, como, por exemplo, eu encontrei com uma moça, que se chama Milena, que fez uma pesquisa, um ensaio utilizando um pó feito com a casca de banana para retirar metal pesado da água. Ela é uma brasileira, recebeu até prêmio de jovem cientista, Milena Boniolo. Mas, e aí, essa experiência dela está sendo utilizada para nós tirarmos metais pesados das nossas águas?

Então, nós precisamos reproduzir esse conhecimento que é gerado na universidade, que nós desenvolvemos, e com uma tecnologia interessante, utilizando casca de banana – ela até dizia, e nós brincávamos: “Yes, nós temos bananas!”. Nós precisamos, então, difundir tudo isso e pensar na informação ambiental como um grande trunfo.

Mas qual é o porquê desse otimismo? Esse otimismo também vem do fato de continuarmos negociando tratados internacionais. O Brasil assinou o Protocolo de Nagoya sobre acesso e repartição de benefícios em termos de biodiversidade e também assinou o Protocolo de Kuala Lumpur sobre responsabilidade de movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados. Ainda não ratificou, Senador, e talvez a Rio+20, ou antes da Rio+20, seja o momento para o Brasil sinalizar a sua postura ambiental.

Como o professor Marcelo disse, se queremos ser grandes, precisamos assumir as nossas responsabilidades e precisamos levar adiante essa questão da alfabetização ambiental, seja para as crianças, seja para os nossos políticos, enfim, para toda a nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Num debate, um radialista de uma cidade muito pequenininha do interior do Ceará disse uma frase da qual eu nunca esqueci: “Não basta crescer. É preciso ser grande também”. Nós estamos muito prisioneiros da ideia de que o Brasil tem de crescer e não de que deve ser grande. E ser grande é, por exemplo, proteger a sua natureza, é acabar com a pobreza, é fazer com que a desigualdade seja reduzida, com que as esco-

las sejam boas e não haja filas em hospitais – você disse que é preciso ser grande e eu me lembrei disso.

Passo a palavra à professora Márcia.

A SR^a MÁRCIA LEUZINGER – Toda essa discussão sobre meio ambiente, Senador, às vezes causa em todos nós, principalmente em quem milita na área ambiental, um certo desânimo, porque não vemos as coisas melhorarem. Como eu digo brincando aos meus alunos: a gente só tem notícia ruim. Muitas vezes eu acho melhor mudar de área, penso em estudar Direito Comercial, estudar qualquer outra coisa porque, na área ambiental, a gente só tem notícia ruim. De qualquer maneira, nós temos de tentar, porque, se chegarmos à conclusão de que nada adianta e de que realmente nós vamos ingressar numa espécie de colapso da humanidade dentro de pouco tempo, só vamos pensar em aproveitar a vida, vamos para a praia e vamos deixar de estudar, porque não teríamos solução.

Eu acredito que a engenhosidade, a inventividade humana vai alcançar algum tipo de solução, mas, como o senhor bem disse, a partir de uma crise que vai se agravar. A gente não tem nenhuma esperança de, a curto prazo, chegar a um consenso e conseguir fazer com que essa governança ambiental realmente solucione todos os nossos impasses, os nossos problemas ambientais.

Agora, eu acho que tudo isso está centrado numa ideia – eu gostei muito desse estudo que o senhor passou, dessas perguntas –, está centrado naquela velha discussão do desenvolvimento sustentável, que começa até, como o professor Marcelo bem falou, na década de 70, nas reuniões preparatórias para Estocolmo, em 1972, para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocasião em que havia um impasse entre o bloco dos países desenvolvidos e o bloco dos países em desenvolvimento, principalmente em razão do relatório Meadows, do limite do crescimento, do estudo que foi promovido pelo Clube de Roma e que dizia que, em cem anos, ou haveria uma mudança radical no sistema econômico mundial e na forma de utilização dos recursos ou, em razão da depleção dos recursos naturais, o mundo entraria em colapso e a vida humana seria praticamente inviabilizada.

Tudo isso gerou uma discussão muito grande. Os países ricos começaram a dizer que a culpa era nossa – “Vocês têm filhos demais, vocês impactam o meio ambiente porque são pobres”. E nós dizíamos: “Epa, alto lá! O problema foi a forma insustentável de desenvolvimento que vocês, países ricos, empreenderam e, com isso, esgotaram grande parte não só dos seus recursos naturais, mas também dos recursos naturais de suas colônias”.

Tudo isso gerou um impasse muito grande, e a posição do Brasil na época foi terrível: o Brasil chega da Conferência de Estocolmo dizendo que, se os países ricos não querem mais indústrias poluidoras, que as mandem para o Brasil, porque nós queremos são os dólares que elas trazem. Então, olhando o passado, talvez a gente comece a ter um pouco de esperança, porque, pelo menos nesse ponto, o Brasil evoluiu: nós não vamos chegar na Rio+20 dizendo que, se os países ricos não querem mais as suas indústrias poluidoras, que as mandem para cá. Então, acho que algum avanço nós tivemos.

Todo esse avanço passou pela década de 70 e pela década de 80, quando nós tivemos um novo estudo, dessa vez feito pela Comissão de Meio Ambiente ligada às Nações Unidas, O Nosso Futuro Comum, um estudo bem mais otimista do que o estudo realizado pelo Clube de Roma e que talvez tenha gerado uma falsa perspectiva em torno do desenvolvimento sustentável, que sequer a gente consegue saber exatamente o que é, mas que, nesse relatório, era conceituado como aquele que permite às gerações presentes atenderem as suas necessidades sem que isso impeça as gerações futuras de também atenderem as suas. Isso não dizia nada, mas, de qualquer maneira, chegamos à Rio 92 muito otimistas, porque a ideia era que o desenvolvimento sustentável iria resolver todos os nossos problemas. E ainda tivemos ali como resultado a Agenda 21, a abertura para assinatura da Convenção de Mudanças do Clima, da Convenção sobre Diversidade Biológica, tivemos uma declaração de princípios sobre florestas, tivemos a Declaração do Rio, que é uma declaração de princípios reafirmando os princípios que já tinham sido consagrados em Estocolmo, ao lado de outros que foram agregados, como o princípio da precaução. Então, nós estávamos todos muito otimistas, achávamos que os problemas seriam resolvidos.

Chegamos, dez anos depois, em Johannesburg e vimos que nada tinha avançado e que, ao contrário, nós tínhamos regredido, nós tínhamos andado para trás na maior parte dos assuntos e que a crise era mais grave do que dez anos antes.

E agora estamos com o impasse da Rio+20. Qual é a solução que eu vejo? A solução, apesar de difícil, tem de partir do local para o global, porque, se a gente pensa em desenvolvimento sustentável como sendo uma saída, ele só pode ser feito ou só pode ser alcançado a partir de projetos que digam respeito a cada sociedade. E mais: se a gente pensar na sociedade brasileira, vamos ter vários microcosmos dentro desse cosmos com culturas diferenciadas. Então, teríamos que ter projetos de desenvolvimento sustentável para cada uma dessas sociedades, projetos que alterariam

a forma pela qual cada uma delas se relaciona com o seu meio se essa relação sociedade/meio natural for uma relação insustentável. Agora, isso é algo muito complicado de fazer e parte da conscientização de que tanto se falou aqui. Se a gente não tiver a conscientização da sociedade e isso gerar a eleição de políticos também conscientes e com projetos ambientais e, a partir daí, nós conseguirmos a elaboração de projetos e programas de desenvolvimento sustentável que sejam implementados, não vejo uma solução.

Então, no final das contas, é preciso falar de governança ambiental, falar de desenvolvimento sustentável, falar de um consenso, falar de um acordo, falar de abrir mão de determinados interesses – e isso parte da produção, vai ao consumo –, falar de abrir mão de muita coisa, para que a gente consiga um resultado positivo em termos de proteção do meio ambiente.

Não há outra saída a não ser informar e educar. Aí, lógico: educar as nossas crianças é a primeira coisa. Eu já vi que meus filhos tiveram educação ambiental na escola, eles já falam de cuidar da água. Muitas vezes eu estou lá lavando louça e chega um filho: “Opa, pêra aí, vamos desligar aqui, porque você está ensaboando” – por mais que militemos na área, às vezes nós esquecemos! Então, eles já têm uma consciência muito maior do que a que eu tinha na mesma idade. Eu não tinha nenhuma preocupação, ou melhor, eu tinha alguma, porque meu pai era escalador – a gente fazia parte de um grupo de montanhismo no Rio de Janeiro –, e já tínhamos ideias, fazíamos programas como o de limpar a Pedra da Gávea. Então, a gente já tinha algum tipo de consciência, mas em função da atividade esportiva, que era o montanhismo, a escalada. De resto, não se tinha, era muito normal chupar um picolé e jogar o papel na rua. Hoje, se a gente faz isso, a criança vai dizer: “*Epa! Olha o absurdo! Pera! Não pode.*” Então, já há um avanço.

Eu vejo que, apesar de, a passos muito curtos, nós estamos avançando, e é isso que nos dá esperança, Senador. Eu acho que temos de continuar a avançar. Não sei qual é o tempo que nós temos e o quanto nós vamos demorar para conseguir um resultado positivo, mas é a única forma. E acho que parte desta Casa a obrigação também de conseguir levar à frente projetos, e projetos até como este, de se discutir meio ambiente, de fazer audiências públicas, para que a gente possa ter esse resultado esperado.

E nós também, como professores universitários, criar dentro das nossas universidades um ambiente para o debate, o que muitas vezes nós não fazemos também. É um *mea culpa*. Nós muitas vezes vamos lá e damos nossa aula, mas temos de criar ambientes favoráveis para o debate, para atingir a todos e não só

os nossos alunos aqui, de Direito Ambiental. Essa é a esperança que eu tenho, Senador. Vamos ver.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de encerrar, duas coisas. Primeiro, um pequeno comentário ao que falou a Márcia. Não há dúvida de que hoje a consciência protecionista está muito maior, mas eu não sei se a consciência de um novo tipo de desenvolvimento cresceu muito. Por exemplo, nossos filhos já cuidam da natureza, mas querem trocar de tênis quantas vezes por ano? Então, continuamos consumistas. Nós temos professores de Direito Ambiental que querem trocar o carro todo ano; que não aceitam abrir mão de estacionamento grátis no centro da cidade. Então, nós temos dois enfoques: o enfoque do protecionismo e o enfoque da transformação do modelo de desenvolvimento. Esse cabe nesse, mas esse não cabe nesse.

Então, a gente precisa continuar lutando pelo protecionismo, pela consciência ecológica, mas tem de lutar por uma consciência revolucionária e que não é a ideia de socialismo, porque o socialismo também era depredador, também era parte da civilização industrial – apenas queria para todo o mundo. O capitalismo, nesse ponto, é até mais racional ecologicamente: era para poucos; menos ético, mas mais lógico. Então, esse é um ponto.

O outro ponto é dizer que o Puppim, que está ali, está aqui junto com o Professor Gurgulino – não aqui nesta sala, mas no Brasil – num esforço para que a Rio+ 20 deixe um produto: um centro pertencente à rede da Universidade das Nações Unidas dedicado ao estudo do desenvolvimento sustentável; ou seja, seria criar no Rio um espaço de reflexão, como o nosso CDS, aqui em Brasília, já é um pouco, mas numa escala bem maior.

Eu não sei nem se você gostaria de dizer uma palavra ou outra para explicar o que será o centro. (*Pausa.*)

Não quer. Tem que vir para cá falar no microfone. Explica aí qual é a intenção, porque, como estamos discutindo Rio+20, você está trazendo uma bandeira que nós podemos levar para a discussão.

Passo a palavra, mas precisa vir para cá, onde tenha um microfone.

O SR. JOSÉ ANTONIO PUPPIM DE OLIVEIRA – Boa noite a todos. Obrigado, Senador Cristovam, palestrante. Desculpe. Cheguei um pouco atrasado, mas vi que, pelos comentários, o debate foi bem interessante. Uma pena não ter estado aqui desde o início.

Como o Senador colocou, nós somos uma rede de institutos da Universidade das Nações Unidas, com foco nos problemas das Nações Unidas e menos nas disciplinas; ou seja, não temos instituto de Química, Física e Biologia, mas focando em problemas. Eu tra-

balho num instituto que se chama Instituto de Estudos Avançados e que fica na região de Tóquio, onde o Senador nos deu a honra de visitar-nos no ano passado. E, nesse Instituto, nosso foco é desenvolvimento sustentável, que foi criado pelo nosso reitor brasileiro na época, e exatamente foi criado porque no Brasil existiu um esforço de se criar um instituto durante a Rio 92 para deixar um legado intelectual, que também ajudaria a liderança intelectual e política do Brasil na área, aproveitando o embalo da Rio 92, mas, por razões diversas, o instituto não foi estabelecido. A ideia agora é tentar, com a liderança do Senador, que é membro do conselho máximo da universidade – 24 conselheiros se reúnem periodicamente para debater e lá temos um reitor, que é mais um papel executivo –, no contexto da Rio+20... E eu diria que o Brasil talvez tenha perdido vinte anos, que agora Rio+20, poderia já o vigésimo aniversário do instituto, estamos tentando... Espero que este debate, tanto no âmbito mais oficial e institucional da Comissão, que existe, quanto da sociedade civil, a sociedade acadêmica em particular...

Eu fui professor, durante vários anos, no Rio de Janeiro, na Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, e gostaria, como carioca e como brasileiro, que o instituto realmente deixasse um legado para que possamos continuar discutindo essas questões não somente uma vez a cada vinte anos ou a cada dez anos, mas que seja um debate, como o Senador colocou, que leve o Brasil a uma posição de destaque nessas questões que o Brasil tem uma liderança.

Agora estávamos reunidos com a Ministra do Meio Ambiente. O Brasil tem uma liderança na área de biodiversidade. Inclusive o Ministro Mercadante quer fazer a Embrapa da indústria, por que não fazer a Embrapa da biodiversidade? A ideia de criar esse que pode ser um papel estratégico para o Brasil, tanto em termos locais, de usar a biodiversidade para o desenvolvimento local, como internacional de usar a biodiversidade. A Ministra falou que 25% da biodiversidade mundial estão no Brasil. Usar isso como uma ferramenta de política internacional para influenciar diversos âmbitos não só de interesses do Brasil como dos interesses das Nações Unidas, que é o desenvolvimento sustentável, mesmo que não tenha uma definição, mas que possa ser levado ao âmbito planetário, como vocês todos colocaram.

Estamos contando o tempo, cada ano que passa, como o Relatório Stern coloca no caso das mudanças climáticas, os custos sociais, econômicos e políticos ficam mais altos para reverter essa situação. O Brasil, com esse instituto e com a liderança do Senador e da Comissão em geral, do Senador Collor – hoje estivemos com ele –, do Ministro Mercadante, do prefeito

do Rio de Janeiro Eduardo Paes, de várias lideranças, da Deputada Estadual Aspásia Camargo, que tem apoiado-nos nessa iniciativa de tornar não somente um legado da Rio+20, mas uma ferramenta do País e da própria Nações Unidas para reativar o debate sobre desenvolvimento sustentável. O Senador é até um pouco crítico sobre essa definição, mas acho que poderia ser essa a oportunidade.

Agradeço aos Senadores pela iniciativa de gerar esse tipo de debate e espero que possamos, de alguma forma, mesmo nos reunindo a cada dez ou vinte anos, gerar essa inteligência que possa levar, não só no País mas no Planeta como um todo, essa maneira de atacar esses problemas que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Como vocês colocaram, finalizo com um provérbio oriental: se você quer curto prazo, você fecha a torneira de água ou coloca a água mais eficiente, como aqui; se quer médio prazo, plante uma árvore; mas o desenvolvimento a longo prazo é a educação. Acredito que muitos dos nossos problemas são exatamente baseados em um tipo de educação. E não falo somente da educação formal, Hoje temos televisão e outros meios de comunicação, como a Internet, que são mecanismos bastante influentes que educam as nossas crianças. Então, de que forma nós podemos usar a educação como instrumento de desenvolvimento sustentável? E eu coloco, mais uma vez, o Senador como um líder nessa área de educação, que possa também incorporar essas questões no debate tanto da educação formal quanto informal.

Então, agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço o Puppim e pergunto ao Professor Gurgulino, ex-reitor da Universidade de São Carlos, criador da Universidade de São Carlos, ex-professor, um dos primeiros professores do ITA, Instituto Tecnológico de Aeronáutica, que foi reitor durante 10 anos da Universidade das Nações Unidas, lá em Tóquio, e que hoje é o vice-Presidente do Clube de Roma.

Eu gostaria que o senhor usasse da palavra algum tempo, para falar do papel do Clube de Roma na Rio+20, se há ou não alguns planos para isso, e também se quiser falar, o senhor que criou alguns dos institutos da Universidade das Nações Unidas, como está vendo o encaminhamento desse centro. Agora, ao invés de estar lá criando, o senhor está aqui lutando para trazê-lo para o Brasil.

Lembro-me que em 92 o senhor tentou trazer para cá, o senhor era reitor lá, e não encontrou respaldo suficiente aqui no Brasil. Se tivesse encontrado, já eram 20 anos. E quero dizer aqui que fiz um esforço para que esse centro viesse para Brasília. Cheguei a ir ao

Rio para conversar com Maurice Strong. Mas, dessa vez, é do Rio e não tem o que se discutir.

O SR. HEITOR GURGULINO DE SOUZA – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Eu sei que pelo adiantado da hora terei que ser breve aqui.

Primeiro, agradeço o seu gentil convite para vir aqui falar sobre isso. Mas, como reitor da Universidade das Nações Unidas, o Puppín está lá agora, já colocou o que a universidade está buscando fazer para implementar um centro que seja um centro pensante para o Brasil e para o mundo. Esse é um ponto muito importante.

A Universidade das Nações Unidas tem hoje 15 centros em diferentes países, em temas diferentes. Evidentemente, se for feito no Rio de Janeiro vai ser o primeiro instituto do sul, que a universidade tem para tratar desse tipo de tema.

Os centros mais antigos estão todos no Hemisfério Norte, a Finlândia, a Holanda, a Espanha – em Barcelona. Só temos o programa de Biotecnologia na Venezuela e nada mais no sul. Agora, um centro na Malásia, que verá problemas ligados à saúde.

Então, a Universidade das Nações Unidas está numa jornada de longo prazo. Toda universidade, em geral, tem uma longa história. A universidade do mundo tem mil anos; a Universidade das Nações Unidas nasceu ontem, ela nasceu praticamente graças a uma iniciativa do ex-Secretário Geral à época, o U Thant, birmanês, com uma visão de que deveria haver uma instituição que pensasse os problemas da Humanidade.

Já vou fazer um salto para o Clube de Roma, porque o Clube de Roma foi criado há 40 anos por Aurelio Peccei e Alexander King que estavam preocupados não com a próxima eleição, mas com a próxima geração, sempre aquela idéia de olhar o futuro. E Aurélio Peccei e Alexander King reuniram um grupo de pessoas que tinham esse mesmo pensamento, não somente pensar nas fronteiras nacionais dos seus países, mas para o mundo. Com isso, convidaram um grupo de outros pensadores. Confesso que a primeira reunião deles foi um fracasso, todos ficaram sabendo. Mas, felizmente, apareceu um grupo de visionários, incluindo um professor que trabalhava no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Jay Forrester, que disse: “olha, eu tenho um projeto com um grupo de jovens doutorandos de pós-graduação da universidade lá do MIT, e nós recebemos, agora, um computador de última geração e nós podemos fazer muitas simulações, com muito mais variáveis do que nós tínhamos até aquele momento.” Esse grupo escreveu um trabalho, dois anos, chamado Limites do Crescimento, Limits to Growth. Isso aqui é uma atualização desse livro, feito 30 anos depois pelos mesmos autores que escreveram o livro lá em 1972.

Como foi mencionado aqui pela professora, teve um impacto importante, muitos não aceitaram, muitos questionaram. Hoje, as pessoas vêem que aquele grupo de visionários tinha muita razão, olhando 30 anos depois. Esse livro foi traduzido para o português. Se alguém tiver interesse, dê-me o seu cartão e eu envio o exemplar. Nós temos um capítulo brasileiro, do Clube de Roma, que está em processo de legalização e montagem e nós queremos difundir essas ideias.

Temos um projeto de fazer a tradução de outro livro que está fazendo muito sucesso, chamado *Factory Five*, escrito por um alemão. Trata-se de um trabalho muito interessante sobre os problemas de consumo... Esse que o Senador mencionou que nós não estamos olhando... Se a sociedade não mudar, vai ser um problema trágico para todos nós.

O Clube de Roma, continua trabalhando, ficou famoso por esse livro na época, fez outros trabalhos que não foram tão famosos porque esse aqui vendeu 15 milhões de exemplares no mundo, em 1972, então foi realmente um sucesso o impacto que teve.

O clube vai se reunir, este ano, na Índia, em novembro. Está sendo criado um capítulo na Índia, como nós estamos fazendo aqui no Brasil, pelo Clube de Roma. E essa reunião da Índia em novembro vai discutir o que é que o Clube de Roma vai trazer para o Rio+20. Na última reunião da COP de Copenhague em Cancun o Clube foi convidado e o maior engenheiro internacional fez um pronunciamento. E a nossa conclusão foi a de que esse pronunciamento não deveria ultrapassar três páginas porque, do contrário, as pessoas não lêem.

O fato é que vão discutir, agora em novembro, que posição o Clube vai colocar. Ele tem discutido muito que nesse cenário mundial que estamos vivendo, principalmente nos últimos anos, precisamos pensar numa nova economia. Uma economia diferente da economia tradicional, porque essa que está aí não está funcionando bem. Mas, além disso, há outros problemas de desenvolvimento sustentável, e a maneira de engajar pessoas pensantes no mundo, principalmente pessoas que tomam decisões, porque se não tomar decisões, as coisas não vão acontecer. O Clube é muito otimista, foi otimista desde que nasceu, quando esse primeiro grupo se reuniu em Roma. Chama-se Clube de Roma, porque a primeira reunião foi realizada na cidade de Roma. Mas na verdade é composto por 80 pessoas de vários países do mundo e nós temos 27 capítulos já funcionando em vários países, cada um deles com vários membros e cada qual dando a sua opinião.

Então, o Clube de Roma vai, seguramente, fazer um pronunciamento para a Rio+20. Não sei qual vai ser o seu conteúdo mas depois de novembro, com muito prazer, virei aqui para dar o relato do que lá ocorreu.

Muito obrigado pela oportunidade e espero que todos acompanhem o trabalho do Clube de Roma, porque é um trabalho para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço, Professor Gurgulino e quero fazer aqui uma referência.

Tem livro que a gente ler e gosta, tem livro que a gente ler e aprende; tem livro que a gente ler e muda. Esse foi um que mudou a minha maneira de ver o mundo. Coincidiu que eu li na época em que eu estava estudando com o Professor Saques. Foi a primeira pessoa que me trouxe essa visão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. E faz muitos anos. Tenho todo interesse em termos juntos o Clube de Roma, estarmos juntos com o Clube e todos esses que foram os primeiros que levantaram, de forma científica, uma preocupação que até então era especulativa de alguns poucos. O Malthus tinha levantado aquela hipótese dele e que tinha fracassado.

Antes de encerrar quero repetir aqui a todos que estão nós vendo, inclusive em casa pela televisão, que esse é mais um dos debates que estamos fazendo sobre a preparação para o encontro Rio +20 que acontecerá em junho do próximo ano, reunindo Chefes de Estado, chefes de Governo do mundo inteiro.

Eles virão aqui para debater o futuro da humanidade e, aparentemente, querem debater o problema do meio ambiente. Nós queremos ir além do meio ambiente; nós queremos discutir o futuro da civilização tendo o meio ambiente como parte dela, como parte da riqueza. Nós não queremos apenas discutir como proteger a natureza, queremos ir além disso, queremos ter o modelo de desenvolvimento que conviva com a natureza. Não adianta, a nosso ver, ter jardins protegidos e todo mundo querendo trocar o automóvel uma vez por ano. Crianças que começam a ter consciência de limpeza e de ecologia, mas quer trocar o tênis diversas vezes por ano, e isso é insustentável para o desenvolvimento.

Por isso, vamos discutir, na próxima semana... Hoje discutimos governança, ou seja, como fazer a governabilidade do Planeta, se nós, políticos, somos eleitos pela nossa cidade, no máximo, pelo País. Não tem futuro um planeta onde cada país discute apenas o seu; não tem futuro um planeta onde a gente discute apenas a próxima eleição – quatro anos – e não discute as próximas quatro, cinco gerações, cem anos, duzentos anos.

Nós discutimos a governança. Tivemos aqui a presença de três professores: a Prof. Márcia Leuzinger, da Universidade de Brasília; a Prof. Solange Teles da Silva, da Universidade Presbiteriana Mackenzie do Estado do Amazonas; e o Prof. Marcelo Varella, do Centro Universitário de Brasília – Uniceub. Agradeço bastante a todos eles.

Na próxima semana, vamos discutir: “Biodiversidade, como manter?”.

Esses debates todos são baseados num pequeno texto que publicamos, com 171 perguntas para a cúpula do futuro. Quem quiser receber um desses pela Internet basta fazer uma mensagem ao nosso *site*, e nós mandaremos: www.cristovam.gov.br.

Queremos dizer que, na próxima semana, o tema vai ser: “Biodiversidade, como manter?”. Uma das perguntas-chave do futuro. Vamos ter a presença de um muito ilustre professor da Universidade de George Mason, nos Estados Unidos, que é Thomas Lovejoy. Vamos ter também o Prof. Alberto Cavalcanti, que é professor da Universidade de Brasília, e o Prof. Miguel Ângelo Marini, também da Universidade de Brasília.

Agradeço a todos que participaram. Agradeço à equipe que fica até esta hora cuidando para que tudo funcione.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 13 REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE “REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 18:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomis-

são Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao **Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20**, de autoria do Senador **Cristovam Buarque**, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa os Professores Dr. Miguel Ângelo Marini, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília, Dr. Thomas Lovejoy, Professor de Política Ambiental da Universidade George Mason e Dr. Roberto B. Cavalcanti, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – **Senador Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa-noite a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 13ª Reunião Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRER+20, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se a dar sequência ao nosso ciclo de audiências públicas – neste caso, a sétima –, com o tema “Biodiversidade: como manter?”

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades especialistas, a quem aproveito e convido para comporem a Mesa:

- Prof. Miguel Ângelo Marini, professor de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília;
- Prof. Thomas Lovejoy, professor de Política Ambiental da Universidade George Mason;
- Prof. Roberto B. Cavalcanti, professor do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília.

Eu quero lembrar aos que aqui estão pela primeira vez que, neste sétimo painel, estamos debatendo temas que consideramos que devemos levar para os chefes de Estado e de Governo para a Rio+20, reunião que será em junho do próximo ano, onde eles vão debater o futuro da humanidade.

Claro que a pauta oficial das Nações Unidas é muito restrita. Decidimos, em vez disso, abrir essa pauta para debates muito mais amplos, como está numa cópia – não sei todos a receberam – de um documento que eu mesmo preparei com perguntas sobre o futuro.

É nesse sentido que já fizemos vários debates, tais como: “Água: como conservá-la?”; “Energia: para que e como?”; “Pobreza: como superar?”; Economia verde: que limites ela tem?”. E hoje vamos trabalhar “Diversidade: como manter?” Na seguinte, vamos ter um debate sobre “Decrescimento: o que é como alternativa para o futuro”; a possibilidade de que é possível – ou não é – aumentar o bem-estar, reduzindo-se a produção, em vez de continuarmos com a ideia de que crescimento econômico, aumento da produção é condição absolutamente necessária para o bem-estar da sociedade.

Eu vou passar a palavra aos expositores. Em algum momento, vou fazer o cumprimento para algumas visitas importantes que temos aqui, mas, de imediato, quero esclarecer que, para cada palestrante, vamos dar 15 minutos. Obviamente, não vamos cortar o ponto se estendermos um pouco. Cada um terá, portanto, 15 minutos. Ao fim do debate, retornaremos a palavra para eles. Havendo algum Senador, passaremos a palavra para que haja o debate.

Lembro que este debate, como todos os outros, são transmitidos ao vivo pela televisão, se o plenário acaba antes; e gravados e transmitidos depois pela televisão, em horários diferentes. De tal maneira que o que queremos não é apenas o debate aqui entre nós, mas levar esses assuntos para o grande público, chamando a atenção de que ou nós encontramos um novo caminho, um novo rumo para o processo de desenvolvimento, para o processo de avanço da civilização, ou vamos ter, no futuro, riscos muito grandes pela exaustão, que a gente percebe, do meio ambiente, do endividamento, das finanças, dos gastos públicos, cada um se exaurindo. E a gente chama isso de crise. É muito mais do que uma crise. É uma exaustão de um modelo.

Pela ordem, na mesma ordem dos convidados, eu passo a palavra ao Prof. Miguel Ângelo.

O SR. MIGUEL ÂNGELO MARINI – Boa-noite a todos. Obrigado pelo convite para estarmos aqui.

Um tema como este é extremamente complexo, e eu vou tentar abordar aqui, em alguns minutos, algumas ideias que considero importantes considerar quando pensamos em mudanças climáticas, quando pensamos em biodiversidade no Brasil.

Inicialmente, assumimos que a mudança climática está ocorrendo, que ela tem uma causa antrópica forte, mas, neste ponto agora, não discutiremos esse

assunto. Apesar de existirem algumas discordâncias, existe forte consenso de que realmente as mudanças climáticas estão ocorrendo, e que o aumento de temperatura global existe. Como exemplo para mostrar efeitos que estão acontecendo, aqui é o Kilimanjaro, em 1993 e em 2000.

Quando pensamos em diversidade, existem vários estudos que demonstram que o aumento do risco de extinção de espécies está diretamente relacionado ao aumento de temperatura. Então, se a temperatura aumentar mais ainda, nós realmente vamos perder diversas espécies pelo mundo afora.

A questão é a seguinte: a mudança climática sempre existiu e sempre vai existir. Então, qual é a diferença entre a mudança climática atual e a do passado? A grande diferença mesmo é a alteração antropogênica. Em praticamente todas as mudanças climáticas que ocorreram no passado, não existia a espécie humana na Terra. Hoje, existe a espécie humana, já estamos chegando a 8 bilhões de pessoas na face da Terra, e isso gera um impacto muito grande. Então, a situação hoje não é a mesma de centenas, ou de milhares ou de milhões de anos atrás. Nós temos uma situação completamente diferente, com 8 bilhões de pessoas ocupando a Terra, com diversas atividades econômicas, que geram diversos tipos de problema ambientais.

Quando falamos em diversidade das espécies, o que vai acontecer com essas espécies na face da Terra? Em geral, por tudo o que já aconteceu no passado, algumas vão desaparecer, algumas vão se adaptar a essas novas condições, e diversas vão se deslocar para outras regiões. Em geral, o padrão é este aqui. A questão é: no passado, tudo era natural, os ambientes eram naturais; então, as espécies conseguiam se deslocar de um lugar para o outro. Hoje em dia, com a fragmentação, com o desmatamento, com as alterações ambientais da ocupação humana, como é que nós lidamos com essa questão?

Só para dar um exemplo aqui, quando falamos em biodiversidade, falamos em diversos tipos de organismo. Nesta figura, nós temos um monte de aves aqui no cerrado, que é o meu tema principal de pesquisa, e eu fiz um estudo recentemente, mostrando o que vai acontecer com essas aves no cerrado. Estudos semelhantes já foram feitos com diversos organismos do Brasil, como, por exemplo, árvores do cerrado, árvores e aves da mata atlântica, da Amazônia, etc.

Em geral, existe uma conclusão geral para quase todas as regiões do mundo: vamos ter uma redução na área de ocorrência. Vocês podem notar hoje onde determinada espécie ocorre e, por exemplo, a previsão para o futuro. Então, nota-se aqui uma diminuição dessas áreas coloridas, que significa uma diminuição

das áreas de ocorrência. Isso significa que as espécies hoje possuem uma área de ocorrência maior, e, no futuro, elas estarão mais restritas. Como é que nós vamos lidar com isso? Como é que nós vamos aceitar essas situações para centenas, para milhares de espécies no Brasil e no mundo afora?

A segunda questão, especialmente no Brasil, no caso, por exemplo, do cerrado, todos os organismos vão se deslocar em direção ao Sudeste. A questão é: a região Sudeste do Brasil é mais desenvolvida; como é que vamos lidar com esse conflito de interesses aqui de boa parte da diversidade brasileira se deslocando para regiões extremamente habitadas? A princípio, é quase impossível pensar num consenso em relação a isso, mas existem soluções.

Quando falamos em biodiversidade, não estamos falando só de passarinhos, de borboletas e plantas coloridas. Estamos falando de tudo, na verdade. Então, por exemplo, aqui há um mosquito transmissor da leishmaniose; é o vetor que transmite a doença entre animais e o homem. Estamos falando de interesse agora de saúde mundial, de saúde, no caso aqui, no Brasil. Esse mosquito ocorria nesta área mais ao norte. Recentemente, nos últimos anos, casos de leishmaniose têm ocorrido no sul do Brasil. Então, o que estamos falando é da questão de saúde pública. A mudança climática está alterando a ocorrência de uma espécie nativa no Brasil, e, com isso, estamos mudando situações, como, por exemplo, a ocorrência de doenças no Brasil. Do mesmo modo que falamos de uma doença específica como a leishmaniose, podemos falar de praticamente qualquer outro tipo de doença, de animais e de plantas. Podemos falar aqui de doenças que atacam plantações. E essas doenças, esses animais, esses organismos que atacam plantações vão sofrer com as mudanças climáticas, vão se deslocar, e, com isso, vamos ter alterações, como, por exemplo, na produção de *commodities* de modo geral, que podem ser alteradas significativamente, caso uma mudança, por exemplo, num determinado organismo cause uma mudança no ataque a uma cultura, na produtividade de uma cultura qualquer.

Por exemplo, como todos gostam de vinho, peguei este exemplo muito claro sobre as castas de vinho, sobre o que vai acontecer com elas. Todas as castas de vinho branco estão extremamente ameaçadas de extinção. Então, para todos os que gostam de vinho branco, tenho uma péssima notícia: façam um estoque de gewürztraminer, de pinot noir, porque não sei o que vai ser no futuro. Isto aqui tem um aspecto cultural por trás disso. Na verdade, não é só a questão de que a mudança climática vai afetar os produtores; vai nos afetar culturalmente. Vamos perder, por exemplo, boa

área de ocorrência dessas castas, que exigem clima mais frio. Então, há impactos econômicos, impactos sociais, impactos culturais disso.

Um caso mais claro para o Brasil: a Embrapa já fez várias modelagens com vários tipos de culturas brasileiras. Quanto à soja, existem várias previsões sobre o futuro, sobre o risco de plantação de soja. Se a mudança climática realmente ocorrer, haverá redução significativa de várias áreas de ocorrência de várias plantações brasileiras, por exemplo, a soja. Então, quando falamos em mudança climática, não estamos falando só da biodiversidade como um todo, mas com todo esse uso do solo. Hoje o uso do solo é feito de uma maneira; no futuro, terá de ser feito de outra maneira.

Como é que vamos lidar com essas mudanças de culturas que estão subindo ou descendo, deslocando-se em várias direções no País? O café é a mesma coisa; várias outras plantações, a mesma coisa. Maçã, no sul do Brasil, vai ter que subir as montanhas.

Voltando um pouco para a biodiversidade no sentido de organismos nativos do Brasil, temos aqui estes mapas, mostrando que, quanto mais azul, maior a ocorrência dessas espécies de aves no Brasil; quanto mais claro, são áreas em que elas não ocorrem. Estas manchinhas pretas são as unidades de conservação, as reservas.

O que temos hoje no Brasil? Praticamente nenhuma reserva realmente grande e decente em toda essa região no sul do Brasil. As grandes reservas estão na Amazônia e na parte norte do cerrado. E para onde essas espécies estão se deslocando, como mencionei antes? Para as regiões Sul e Sudeste. Então, toda essa região aqui – isto aqui é hoje, isto aqui é no futuro – necessitaria de grandes áreas de conservação, exatamente nessa região, que é exatamente a área mais desenvolvida do Brasil.

Então, se formos pensar no que fazer em termos de biodiversidade no futuro no Brasil, no caso, por exemplo, de toda uma enorme biodiversidade no cerrado, teríamos que pensar em mais unidades de conservação, exatamente nas áreas mais exploradas hoje em dia.

Modelo climático semelhante feito na região da mata atlântica revela que vai haver encolhimento da biodiversidade em torno desta região aqui e próximo da Bahia novamente. É uma região em que 90% a 95% da vegetação já foi embora.

Então, como é que vamos lidar com essa situação?

No futuro, o ideal, se considerarmos tudo o que foi desmatado, seria preservar essas espécies nessas áreas azuis. Se pensarmos o que significa isto do Brasil, é praticamente nada. Em termos de área,

é uma área extremamente pequena, mas é uma área extremamente importante. Praticamente temos duas ou três grandes unidades de conservação aqui para segurar essas espécies no futuro. Isso sem falar da matriz, que é a grande questão, a grande mensagem que eu teria para passar para vocês. Como é que vamos lidar com essa matriz que existe hoje em dia no Brasil como um todo? A matriz que eu digo é aquela área que não está dentro das áreas conservadas. São as áreas... É a maior parte das áreas que ocupamos por aí com diversos tipos de cultura. O tipo de escolha de cultura que fizemos, o tipo de plantação, o tipo de uso do solo vai afetar significativamente a dispersão desses organismos para baixo e para cima, subindo a montanha, ou coisa parecida.

Então, as nossas opções de uso do solo são as mais variadas. Por exemplo, hoje em dia, existe um programa de bicomcombustíveis promovendo uma grande plantação de cana-de-açúcar. Aqui é o exemplo de um estudo que estamos fazendo neste momento: boa parte das plantações de cana-de-açúcar estão ocorrendo nessa região sul do cerrado: São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Isto aqui está deslocando o número de cabeças de gado para o norte do cerrado, inclusive entrando na Amazônia. Assim, na verdade, na hora em que optamos por produção de bicomcombustível de cana-de-açúcar, estamos empurrando outras culturas para outras regiões, causando mudanças aqui no uso do solo e, provavelmente, causando impactos climáticos também. Então, falar que estamos plantando cana-de-açúcar num lugar e que isso não tem nada a ver com mudança climática na Amazônia é um engano. A cana-de-açúcar daqui está afetando o gado daqui e provavelmente o desmatamento da floresta Amazônica, lá em cima.

Ao mesmo tempo, por que cana-de-açúcar? Já existem estudos que demonstram, por exemplo, que a beterraba é mais produtiva que a cana-de-açúcar e, de repente, muito menos impactante que a cana-de-açúcar. Das piores culturas em termos de biodiversidade, no mundo, é a cana-de-açúcar. Com ela, perde-se praticamente toda a biodiversidade.

Mudando um pouco o tema, mostramos outra situação. Para que se entenda tudo que está acontecendo em relação à biodiversidade, temos que conhecer, saber lidar com isso, ter capacidade de lidar com isso, e um modo de entendermos isso – somos da Academia – é aquilo que chamamos de artigo científico.

Então, olhando publicações mundiais de artigos científicos na área de mudança climática, o Brasil publica mais ou menos 1% do que é produzido no mundo, e emitimos mais ou menos 1% de CO₂ do mundo.

Então, a nossa *mea culpa* está feita aqui: poluímos 1%, estudamos 1%. Tudo bem, a princípio.

Cada bolinha destas representa um país. Aqui, temos Estados Unidos e, aqui, a China. Vários outros países estão aqui. O interessante é que o Brasil está junto com os países do Oeste europeu.

Agora, quando falamos, por exemplo, na nossa real necessidade de conservação, de preservação da biodiversidade, usando as aves como representante da nossa biodiversidade, uma estimador da nossa biodiversidade, vemos que, novamente, o que o Brasil está publicando é, na verdade, praticamente nada. Nosso País praticamente não estuda a sua biodiversidade. Não estamos estudando os efeitos de mudança climática como deveríamos estudar, em função da importância que o Brasil tem em relação à biodiversidade mundial. Somos o País mais importante no mundo em termos de biodiversidade. Então, deveríamos estar estudando, conhecendo muito mais para fazer os estudos que mencionei: de uso do solo, de vegetação, de plantação, de culturas, etc.

Para fechar esse item, se pensarmos em programas de pós-graduação em conservação, essa seria área em que teríamos a maior quantidade de pessoas estudando e entendendo desses assuntos. Nos Estados Unidos, há, mais ou menos, um programa para cada três milhões de habitantes. Existem mais de cem programas de pós-graduação em conservação nos Estados Unidos. Na América Latina, existe um para cada quinze milhões e, no Brasil, na verdade, de fato, existe um único programa de pós-graduação em conservação, que foi criado há dois anos com o apoio da Natura. Hoje, no Brasil, não existem, de fato, programas de pós-graduação.

Se tivéssemos, por exemplo, investimento de apenas R\$100 mil e mais a contratação de dez a quinze professores, um programa de pós-graduação seria criado. Isto é, para revertermos uma situação que, no mínimo, chamo de ridícula e de, talvez, descaso, precisaríamos investir. Com R\$ 1 milhão e a contratação de cinquenta professores, faz-se uma revolução no Brasil em termos de conhecimento, de estudo de conservação da natureza. Não é nada se comparado a tudo que vemos por aí. E não precisa ser só o Governo. Há empresas privadas, por exemplo, a Natura, que investe pesadamente no assunto aqui.

O que fazer, então, em termos de mensagem para todos. Como acabei de mencionar, primeiro, seria investir em mais conhecimento. Com um pouquinho de investimento, aumentamos significativamente nosso conhecimento. Segundo – infelizmente, temos de repetir –, temos de investir mais em unidades de conservação; temos que criar mais unidades de conservação.

Este ano, a verba da CTNBio foi reduzida. Estamos falando em, ano que vem, discutirmos meio ambiente, mas, no ano anterior a essa discussão, a verba dos maiores e principais órgãos de conservação do Brasil é reduzida. Para mim, não faz sentido.

Basicamente, temos de planejar o nosso uso do solo, como vamos usar o solo brasileiro. Isso vai fazer toda a diferença na dispersão das espécies, como essas espécies vão sobreviver na natureza. Precisamos pensar em corredores ecológicos, por exemplo, principalmente no sentido Norte/Sul. Temos de pensar em tipos de paisagens que teremos, quer dizer, que tipo de plantações iremos ter. Infelizmente, gastaram pouco dinheiro com restauração de habitats, mas existem alternativas econômicas, como agroflorestas, ou coisa do tipo, em que poderíamos investir para minimizar esses impactos negativos.

Para entender a biodiversidade, temos de prever impactos não só sobre aves e outros organismos em que, em geral, há mais o interesse de biólogos, mas, por exemplo, como mencionei, sobre doenças, produção agrícola e pensar também em nossas matrizes energéticas. Está tudo interligado: biodiversidade, matriz energética, uso do solo, das plantações, tudo é uma coisa só, é só uma questão de entendermos e saber como agir para fazer um melhor uso de nosso solo, de nossa natureza e termos o nosso crescimento econômico necessário.

Muito obrigado. Se alguém quiser entrar em contato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra ao Professor Thomas Lovejoy, a quem agradeço muito estar aqui conosco.

O SR. THOMAS LOVEJOY – Bem, temos tradutores excelentes aqui.

Muito obrigado pela oportunidade de compartilhar alguns pensamentos sobre o meio ambiente, à medida que nos encaminhamos para o encontro Rio+20.

Estou aqui em Brasília para explorar um programa conjunto entre a minha Universidade George Mason e a Universidade de Brasília e estou muito satisfeito de ter essa oportunidade de falar aqui, representando a Fundação das Nações Unidas. Isso me dá mais uma razão para dizer como estou satisfeito de ver o Embaixador Paulo Flecha de Lima. Também sei que o Presidente da Fundação da ONU estaria muito satisfeito com a sua presença aqui.

Vou tentar lhes dar uma perspectiva geral e global, à medida que passamos e nos adiantamos, em seguida, à Rio+20.

Há cinco semanas, o Conselho de Sida, que aconselha o Presidente dos Estados Unidos, publicou

um relatório muito importante direcionado, especificamente, para a gestão dos recursos humanos nos Estados Unidos e também analisando os benefícios enormes que a natureza fornece e que, geralmente, não são levados em consideração na contabilidade econômica, simplesmente, de um país, no que se refere a capital ambiental, à infraestrutura de meio ambiente, infraestrutura e, também, aos serviços, na cidade Nova Iorque. Isso foi precedido de um esforço muito consciente para proteger os recursos hídricos no Rio de Janeiro, em meados do século XIX, que levou à criação da floresta da Tijuca, que é a maior floresta urbana do mundo.

Eu também gostaria de falar e chamar a sua atenção para um conjunto de relatórios muito importantes, produzidos para a Convenção de Biodiversidade que foi realizada ano passado, que acabou de ser publicado recentemente em português, graças ao Professor Cavalcanti, que são conhecidos como os Relatórios TEEB para Economia e Biodiversidade.

Gostaria de ressaltar que, se vocês observarem a atual receita realizada do mundo mais pobre, a biodiversidade e os ecossistemas, esses serviços, fornecem cerca 79% da renda atribuível e real. Portanto, é muito importante para essa parte da humanidade que vive no espectro da pobreza.

Basicamente, esses relatórios tentam encontrar maneiras de trazer o valor da natureza para a humanidade e levar isso em consideração nas decisões econômicas dos países. Se vocês observarem os benefícios na área da pesca, na maior parte dos casos, vocês não os converteriam em aquicultura ligada ao cultivo dos camarões.

Então, outra contribuição importante trazida pela biodiversidade é que ela é uma biblioteca gigantesca para as ciências na área humana. Toda espécie tem uma solução específica para problemas biológicos específicos. Quando vamos à farmácia, raramente reconhecemos essa conexão inerente com a natureza, mas realmente recebemos benefícios. A humanidade recebe benefícios quando temos pesquisas como as que são feitas pela Embrapa, na área farmacêutica, na área agrícola. Isso é extremamente valioso para a humanidade.

Eu tive a honra de presidir a revisão do Global Biodiversity Outlook, esse encontro que ocorreu, o GBO 3, e o resultado é que, apesar do grande número de vitórias muito importantes, o Brasil ainda está no lado negativo. Então, as taxas de extinção estão provavelmente mil vezes acima da taxa normal, e o que é mais importante é que estamos vendo no horizonte possíveis pontos de virada no ecossistema, algo que vou abordar em alguns minutos na minha apresentação.

E por que a conservação da biodiversidade é tão desafiante? É porque a biodiversidade integra todo o problema ambiental existente, seja a poluição do ar, as mudanças climáticas, a destruição de habitats, a invasão de espécies nativas ou alienígenas, tudo tem um impacto na biodiversidade do planeta. Então, a biodiversidade não é apenas uma questão enorme por si só, mas também está relacionada com qualquer outro tipo de problema ambiental, e é uma medida do impacto total da humanidade no planeta.

Tendo dito isso, eu diria que chegamos a um ponto em que precisamos pensar numa escala muito maior sobre esse assunto, e esta é uma das grandes oportunidades para fazer isso: na Conferência Rio+20.

E temos que reconhecer que o que torna o nosso planeta tão singular é que é um planeta vivo, não é apenas um sistema físico, é um sistema físico e biológico que está interconectado. E a parte biológica desse sistema é construída, composta e gerenciada por diversidade biológica. Portanto, no final, é impossível para a humanidade existir sem a natureza ou sem a biodiversidade.

A composição da nossa atmosfera foi criada pelas atividades de organismos vivos no passado, e essas atividades continuam a afetar a composição da nossa atmosfera ainda hoje. Então, o impacto humano agora é medido em ciclos globais.

Um dos mais importantes é o ciclo global do nitrogênio e, basicamente, hoje existem duas vezes mais de nitrogênio biologicamente ativo disponível em nossa atmosfera, em nosso meio ambiente, do que no estado natural, e isso é causado por vários motivos, entre eles, a utilização de fertilizantes baseados em nitrogênio, usados no mundo inteiro.

Primeiramente no Golfo do México tivemos uns impactos nessa área, também houve impacto na agricultura dos Estados Unidos, e estamos vendo áreas mortas que estão se desenvolvendo em consequência disso, o que também tem afetado os rios – é virtualmente impossível encontrar a abundância na indústria pesqueira que existia naquela área.

Então, o número de áreas mortas no mundo está duplicando a cada década literalmente. Esse é um grande desafio para a agricultura e é uma grande oportunidade e um grande desafio para a pesquisa agrícola, e a Embrapa especificamente está em posição muito boa para abordar esse problema, porque é um dos líderes na pesquisa agrícola no mundo.

Há o ciclo do carbono obviamente. Nós falamos disso em termos de mudanças climáticas, mas, claramente, isso foi distorcido.

E um dos pontos importantes que eu gostaria de deixar aqui para vocês diz respeito ao aumento de dois

graus na temperatura média – é basicamente isso que está envolvendo as negociações, tenta-se evitar que isso ocorra, essa mudança de dois graus.

Quando você observa isso biologicamente, é excessivo para a maior parte dos ecossistemas. Estamos vendo os recifes de coral entrando em colapso, isso está ocorrendo em todo o ano, estamos vendo isso na América do Norte; as árvores e florestas no Oeste do País, basicamente estão morrendo numa faixa muito acelerada por causa das mudanças no clima naquela área que favorece a proliferação de um inseto naquela área que mata as árvores.

Esse é o tipo de coisa que está ocorrendo. Estamos vendo um aumento de 0.8 graus e é difícil pensar num aumento de 2 graus e no impacto que isso teria no Planeta. Um exemplo do tipo de coisa que poderia ocorrer foi mostrado por um estudo de um milhão de dólares, conduzido pelo Banco Mundial, e eu tive a honra de presidir o Conselho de Ciência que participou desse estudo junto com Carlos Nobre, e basicamente 5 ou 6 anos atrás o Hadley Centre para mudanças climáticas no Reino Unido projetou uma mudança na temperatura da Amazônia de 2 ou 3 graus e uma revisão desse modelo, mostrando que essa mudança ocorreria em 2 graus. E o modelo do Banco Mundial observou que, pela primeira vez, o desmatamento e as queimadas na região e sugeriu que poderíamos ter um ponto de virada para essas mudanças na Região Amazônica de cerca de 20% de desmatamento. O cenário que está sendo apresentado aqui é um pouco mais complicado, mas é um sinal muito importante de como essas coisas todas se encaixam e como precisamos começar a administrar a Amazônia como um sistema para evitar esse tipo de colapso que poderá ocorrer nessas áreas do Oeste e do Leste.

Aqui também vemos a acidificação dos oceanos é um outro desenvolvimento. Mas claramente vejo que a conclusão será que teremos que começar a tomar medidas para contra-atacar esses impactos da atividade humana e para administrar o Planeta na escala em que estamos gerando esses impactos negativos para que possamos ter um resultado melhor.

Uma das coisas interessantes, e geralmente não é expressado dessa forma, é que cerca de 50% de CO₂ excessivo na atmosfera tem origem em cerca de 3 séculos de grandes transformações e da degradação que ocorreu nesse período pelo mundo. Não é apenas uma questão da floresta tropical, vem do desmatamento da degradação das áreas verdes e também a agricultura que vem sendo feita de forma a liberar o carbono, ao invés de armazená-lo no solo.

Uma das coisas importantes que devemos fazer é que temos que ter um plano global para restaurar

alguns desses ecossistemas num sistema global para o Planeta todo. Fazer reflorestamento, florestas de produção em áreas da Amazônia para evitar que cheguemos a esse ponto de virada. Mas observei os números tempo suficiente para perceber que cerca de 50 partes por milhão de CO₂ que podem ser retiradas da atmosfera num período de 50 anos tendo esse sistema de administração das florestas das áreas verdes e da agricultura. E o que você recebe como consequência você tem um solo mais fértil, mais áreas de pasto e florestas produtivas. Não é que não tenhamos benefícios ao tomar esse tipo de ação. E como resumo é bastante interessante olharmos para trás e observar o resultado do Rio-92. O Embaixador Flecha de Lima contribuiu muito trazendo o evento para o Brasil e fazendo com que o evento fosse tão bem sucedido. E o que sabemos hoje que não sabíamos há 20 anos.

Hoje nós sabemos sobre os oceanos ácidos por causa do excesso de CO₂ na atmosfera. Conhecemos o problema do lixo marinho, por causa dos plásticos que estão se acumulando nos oceanos e afetando o ciclo de alimentação dos organismos e várias outras coisas que, há 20 anos, não tínhamos conhecimento. Então podemos presumir que teremos mais surpresa adiante. Acredito que também sabemos que no começo de um período de muitas mudanças é muito difícil distinguir uma mudança linear da mudança exponencial. Acredito que nós provavelmente estamos chegando muito perto do ponto onde veremos essas mudanças exponenciais ocorrerem e não poderemos mais tratá-las como lineares. A única conclusão que podemos tirar disso é que precisamos estar muito mais integrados em todas as nossas políticas, trabalhando juntos em todos os países, trabalhando com atividade econômica e com a gestão de nossos ecossistemas. Quanto mais bem sucedido formos ao fazer isso, teremos um resultado melhor em nossos ecossistemas. Muito obrigada.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Boa noite a todos. Senador, gostaria de agradecer o convite que nos foi estendido para estarmos aqui junto com a Subcomissão. Entendemos que o convite para nós como pesquisadores mas também a Universidade de Brasília, queria transmitir o agradecimento da direção do Estudo de Ciências Biológicas pelo convite por estar com os professores aqui e tomamos a liberdade de convidar alguns alunos de graduação e pós-graduação que estão ali no fundo e ex-alunos, pois sabemos que têm vários aqui.

Queria colocar a universidade, o senhor que já foi o nosso reitor, à disposição do Senado para o que for necessário nessa tarefa fundamental da Subcomissão. Agradecemos muito.

O senhor colocou uma lista muito interessante de perguntas. Comecei a ler as outras perguntas, também muito interessantes, de outros assuntos. Como não sou muito bom com o tempo, vou dar o meu recado final no início para, se tiver que cortar um pouco, não haverá problema.

A Rio-92, além da parte temática que o senhor nos provocou para falar sobre biodiversidade, também trouxe para o debate biodiversidade, clima, floresta, como os palestrantes e os pesquisadores antes de mim cobriram com tanta qualidade que não vou precisar... Vou poder cortar vários slides da minha apresentação. Mas uma das questões fundamentais da Rio-92 foi a formalização do debate da sustentabilidade. Não só a parte temática, mas o conceito de sustentabilidade. Aí que emergiu a primeira questão da harmonia e da necessidade de equilibrar os tipos de desenvolvimento econômico, social e ambiental que são boas e más notícias para o setor, porque basicamente forçou e continua forçando esses setores a se sentarem uns com os outros, mesmo com dificuldades.

Para mim, essa foi um dos grandes avanços da Rio-92 e que ainda tem que ser muito aprofundado para a Rio+20, porque embora haja um diálogo entre esses setores, realmente a identidade de interesses é muito baixa em muitas situações. Há uma boa vontade de diálogo, mas as ferramentas de diálogo e de resolução como nós vemos no Senado no debate do Código Florestal e outros, esses setores ainda estão muito distantes um dos outros. Então, acho que trazer para a Rio-92 mecanismos mais sofisticados de relacionamentos entre esses setores social, ambiental e econômico é fundamental. Também uma formalização da Rio-92 com a sustentabilidade é a questão do reconhecimento explícito da necessidade das gerações futuras. O equilíbrio entre o presente e o futuro, como foi colocado pelos colegas aqui, a necessidade de podermos gerar cenários e identificar o que vai acontecer desde a produção de vinhos até, como o Professor Lovejoy colocou, em larga escala, o desaparecimento de ecossistemas inteiros dos quais a humanidade hoje depende, isso tem que ser explicitado. É um pilar do desenvolvimento sustentável. Então, novamente, eu acho que, na Rio+20, isso vai ter que ser colocado.

Eu acho também que, particularmente para o Brasil, a situação aí... Dizem os economistas que não há almoço grátis, mas eu acho que, em se tratando da biodiversidade, podemos dizer que há biodiversidade grátis, sim, porque nós vivemos numa biosfera que é mantida pela reprodução das espécies. Então, na realidade, nós temos é que dar uma chance para a biodiversidade. Para isso, temos que entender os processos que funcionam ou não. E nós que somos

biólogos temos o privilégio de conhecer um pouco mais que a média sobre o que acontece.

Mas aqui em Brasília, por exemplo... Eu, como o Professor Marini, estudo aves. Na semana passada chegaram as tesourinhas, aquelas aves de rabo comprido que vocês veem pousadas nas árvores secas da cidade. Chegaram de onde? Essas espécies vêm da Amazônia todo ano, vêm se reproduzir aqui, ficam aqui... Chegaram na semana passada e em fevereiro voltam para a Amazônia.

Quando a gente fala em possibilidade de desaparecimento ou em desmatamento da Floresta Amazônica, como o Professor Lovejoy coloca, as tesourinhas vão parar onde, não é? Elas, por si, não têm um elemento econômico essencial, mas elas são indicadoras de muitos outros processos. Por que as tesourinhas vêm se reproduzir aqui? Está ligado à emergência de cupins, ao almoço grátis. Na época chuvosa, as tesourinhas caem em cima daquelas revoadas de cupins. E com esse alimento, os filhotes também têm condição de reprodução.

Então, todo esse encadeamento que a gente lê teoricamente nos livros acontece, de fato, concretamente todo dia à nossa frente, a poucos metros desta sala, do Congresso, na Esplanada.

A teoria da evolução, todo mundo fala no Darwin, no Wallace, etc, mas, assim como outros economistas, como economistas do século XIX, o Darwin e o Wallace estavam tentando resolver um problema prático de enorme importância, que era saber por que existem tantas espécies de animais e plantas. Esta não é uma pergunta filosófica, mas uma pergunta prática: qual o processo que gera espécies? O Brasil foi fundamental para o entendimento disso.

O que ambos fizeram? Viajaram pelo mundo. O Darwin, quando desceu no litoral brasileiro, escreveu, em seu famoso livro *A Viagem do Beagle*, que esse é o epicentro da biodiversidade, o lugar que tem mais espécies. E O Darwin entendeu um lado da questão, que foi fundamental, que é o processo da seleção natural.

O Wallace também trabalhou no Brasil, passou dez anos viajando pela Amazônia. E o que ele entendeu? A questão do isolamento geográfico. Ele foi atravessando os rios amazônicos, de um lado tinha uma espécie, de outro lado tinha outra.

Depois ele foi viajar para Papua Nova Guiné e lá, quando ele estava com febre, teve aquela visão e escreveu uma carta para o Darwin, que, quando a recebeu, caiu da cadeira, porque trinta anos de trabalho dele estavam resumidos numa carta de uma página para o Darwin. O que eu faço? Foi aquele dilema. Aí os amigos conseguiram fazer aquela comunicação

conjunta da Royal Society, do Darwin e do Wallace, que nos colocou onde estamos hoje.

Bom, os dois recados, da minha parte, são os seguintes: primeiro, o Brasil, em termos de biodiversidade, está numa posição em que nenhum outro país está e não existe uma economia verde só baseada em biodiversidade, mas existem inúmeras economias verdes baseadas em biodiversidade.

Então, em vez de ficarmos tentando encontrar no Brasil o que é uma coisa que a gente vai fazer com biodiversidade, há uma série de elementos essenciais importantes, desde a questão de pegar e gerar artesanato baseado em produtos locais que não existem em nenhum outro lugar do mundo, como o capim douorado do Jalapão, as fibras da Amazônia, as frutas da Amazônia, a maioria das quais a gente não conhece, porque são frutas que se estragam em poucas horas e, por isto, são consumidas lá pelo pessoal de lá. A maioria a gente nem sabe que existe. Agora, a quantidade de espécies no Brasil é algo assim absolutamente fenomenal. Os serviços ambientais baseados na biodiversidade eu chamo de ABCDE, que é água, biodiversidade, carbono, integridade, desmatamento, degradação, controle de lesão e energias. Todas essas cinco áreas, que são, hoje, algumas das áreas mais importantes para planejar o futuro da sustentabilidade de populações, o Brasil ocupa um lugar de destaque nisso, e, por si só, cada um desses setores já permite o desenvolvimento de toda uma economia que não existe ainda.

Eu tenho uns slides, Senador, que eu queria passar rapidamente, mas, digamos, o elemento seria esse, a gente pegar e olhar na ótica da sustentabilidade, onde o Brasil já tem muito a mostrar, como a gente incorpora a biodiversidade na nossa cadeia produtiva, econômica, social e, claro, ambiental.

Eu tive a sorte de morar alguns anos no exterior graças a um convite da Conservation International, de que fui Vice-Presidente Sênior durante oito anos – voltei para a UnB há dois anos –, e no meu último ano fui convidado para ser Vice-Presidente do programa da Ásia e do sudeste da Ásia: China, Vietnã, Camboja, Filipinas. E aí eu tirei duas conclusões centrais, de muitas. Primeira, por exemplo, na parte de manufatura, não é que seja difícil competir com a China, mas lá é o seguinte: você quer ir lá abrir uma fábrica com oito mil funcionários, você faz isso em três dias, porque os arranjos da China permitem isso. No Brasil, isso demora oito anos, pode ser.

Por outro lado, a China, nessa área de conservação e de biodiversidade, está muito aquém. Eles tiveram que tomar uma decisão duríssima – pouquíssimos países fazem isso – em termos do consumo alimentar.

A China até recentemente era autossuficiente em alimentos, produzia o alimento que ela consumia. Hoje, deslocaram quatrocentos milhões de pessoas para as cidades, estão deslocando. Isso leva, obviamente, a esse *boom* econômico que a gente está vendo. O problema é que as áreas agrícolas da China são pouquíssimas, o consumidor urbano é um consumidor... Na área rural, cada produtor é um consumidor. Então, o que acontece? Por exemplo, a China tem um histórico de grandes fomes, etc, morria... Na província de Sichuan, onde eu fui, eu vi uma plaquinha que dizia que, na década de 50, 10% da população morreu de fome. Mas foi aquele negócio, os produtores e os consumidores meio que se nivelaram.

Agora, se você tem uma fome de grande porte numa grande cidade, é uma coisa terrível. E a China, hoje, está num caminho de não sustentabilidade alimentar. Eles já importam e vão ter que importar cada vez mais alimentos. Então, na realidade eles optaram por um arranjo, digamos, na falta de uma melhor palavra, um arranjo globalizante pelo qual eles vão ter que, indefinidamente, comprar comida de outros países. Por isto esse megainteresse do Brasil pela China. Não é altruísmo, não é oportunismo, mas algumas decisões que eles tomaram vão depender de parcerias fortes, com o Brasil, com países africanos e outros...

O Brasil e os Estados Unidos são dos poucos países em que a relação população/área agrícola permite gerar excedentes continuamente. Os Estados Unidos, hoje, com trezentos e poucos milhões de pessoas, podem produzir para três ou quatro vezes a sua população. O Brasil pode ainda mais. Mas outros países... A gente tem que ir para a China para ver. Você não tem água por ali. Alguns países pequenos, como Filipinas, têm condições de gerar excedentes, mas são pouquíssimos.

Estou com quatro minutos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Fique à vontade.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Então, eu queria colocar para o Sr. Senador e para os participantes – foi ótimo ver um grupo tão grande, a Casa cheia, digamos – algumas das características da biodiversidade do Brasil, levantar esse ponto que a gente na realidade... A gente tem que dar uma chance para a biodiversidade, porque ela é autorrenovável e o Brasil tem a sorte de ser um país, junto com a Indonésia, que tem o maior índice de biodiversidade do mundo e aqui em Brasília a gente vê isso todo dia.

Eu estou com meus alunos fazendo um projeto de análise de biodiversidade em função dos ecossistemas de áreas verdes urbanas. É o Parque da Cidade, o Parque Olhos d'Água... No Olhos d'Água você

tem lá, já viram tucanos, mas tem arara lá. As araras passam regularmente. Quase toda a fauna de cerrado está presente.

Então, as espécies têm um poder de colonização que, se a gente beneficiar, basta dar as condições para que essas espécies se tornem presentes. Agora, temos que conhecer as características da biodiversidade para que isso seja possível.

E há várias ferramentas, como a interligação de corredores. Acho que a gente tem que acabar com essa ideia, digamos, de segmentação, ali é parque nacional, aqui é área industrial, aqui é o *campus* da UnB. Na verdade, na sua gestão, Senador, nós criamos uma reserva ecológica dentro do *campus* da UnB, reconhecendo isso, que há múltiplas funções além do ensino, pesquisa e extensão. É parte da biodiversidade do cerrado. Nós estamos aqui, na savana de maior biodiversidade do mundo, tropical; o *campus* da UnB tem também que dizer ao que veio e nas suas múltiplas dimensões.

Será que posso passar os *slides*?

Já falei, então, que, no nosso entender, o avanço grande da Rio+20 foi não só na questão de temática, biodiversidade e clima, mas na forma de tratar os assuntos.

(Próximo, por favor.)

O que é biodiversidade?

Na realidade, a gente trabalha muito com biologia de organismos. Uma ave é um organismo etc., mas você tem gens, indivíduos, populações, diversidade de ecossistemas. O cerrado é um dos ecossistemas mais diversos do mundo em mosaico, porque você chega ali, tem uma mata de galeria, atrás de um campo cerrado, um campo sujo, um cerradão, uma mata seca. E o segredo da biodiversidade do cerrado é esse, que cada uma dessas paisagens não é extraordinariamente rica, mas, em seu conjunto, e pela ligação do cerrado com os demais biomas brasileiros, a gente tem mais da metade das espécies das aves do Brasil aqui no cerrado. Da vegetação do cerrado, quase metade das espécies de plantas lenhosas e árvores do cerrado não existem em nenhum outro lugar do mundo, se desaparecerem daqui desaparecerão da face da terra. E não só o cerrado. O Brasil tem dois dos 25 ecossistemas criticamente ameaçados do mundo, onde se tem alto grau de diversidade e alto grau de ameaça. Mas contra essa ameaça, como estou colocando para vocês, conhecendo os mecanismos de biodiversidade, a gente pode, sem muita dificuldade, promover uma recuperação.

Por exemplo, no Parque da Cidade, por que você não encontra os tamanduás e tatus? Porque essas são espécies especializadas em cupins. Enquanto você continuar arrancando cupinzeiro do Parque da Cidade,

pode ficar tranquilo, que as espécies que dependem do cupim também não vão frequentá-lo. Então, eu já disse para muita gente que um dos meus sonhos é fazer o tamanduá-bandeira voltar para o Parque da Cidade.

(Próximo, por favor.)

E aí, Senador, uma diversidade de economias verdes seria o quê? Primeiro, o setor extrativo. Eu falei do capim dourado do Jalapão, etc. Isso é uso direto de capital natural renovável. O setor de serviços de ecossistemas. Por exemplo, o teor de oxigênio hoje na atmosfera da terra é um produto da ação biológica, principalmente das algas marinhas, porque a terra tinha muito menos oxigênio originariamente. Inclusive, a evolução da espécie humana só foi possível quando o teor de oxigênio subiu o suficiente para a gente ter organismos maiores.

Então, há o setor de serviços, que é sustentabilidade, água, biodiversidade, carbono, etc., e o setor da informação, que é, por exemplo, toda a questão das arquiteturas biologicamente, o planejamento de ter construções... A bioconstrução, tudo isso você se inspira nos conceitos biológicos. A mesma coisa a biotecnologia, a parte toda de avanço no tratamento de doenças, de desenvolvimento de espécies mais produtivas de domesticação. Na realidade, o que está se tirando da natureza não é algo físico, mas é a informação, são genes que codificam aquela informação. E você pode construir indústrias todas disso.

(Próximo, por favor.)

E por que eu digo que isso é mais bem feito no Brasil do que, por exemplo... Por que o Brasil potencialmente poderia fazer isso com facilidade? Porque o que acontece? A gente pega as plantas e os inseticidas naturais, defesas químicas das plantas. É muito caro para uma planta produzir óleos essenciais, porque aquilo ali consome metabolismo, inseticidas, etc. Então, na prática, quando muitas das plantas são expostas em ambientes, ou retiradas daquele ambiente nativo e cultivadas em ambientes onde não há predador, a primeira coisa que elas fazem é parar de produzir aquelas substâncias caras, investir no crescimento *versus* defesa química. Então, o cerrado é um jardim natural de essências, arnica, e tudo aquilo ali não é para estimular os nossos sentidos, aromaterapia, não tem nada disso. Aquilo ali é para evitar que as plantas sejam comidas pelos insetos. Você tira a planta do ambiente natural, a primeira coisa é parar de produzir isso.

Então, se você quiser desenvolver esse tipo de tecnologia, é essencial você ter uma atividade presencial, você estar ao lado do campo, o seu laboratório de pesquisa estar a 10m, 20m do ambiente natural. Isso o Brasil pode fazer. Poucos países têm essas condições.

E, no setor extrativo, um dos grandes problemas... Por que há tantas espécies ameaçadas no Brasil? Porque o setor extrativo é de baixa produtividade. Muito do investimento aqui das plantas, das espécies, é feito em termos de crescimento lento, e não crescimento de alta velocidade. Então, para a gente ter um setor produtivo, você tem que combinar domesticação das plantas e dos animais, porque aí você favorece o aumento de produtividade, com a conservação no ambiente nativo, para que as características que você quer pegar sejam mantidas.

Isso é o que chamo paradoxo da diversidade tropical: a gente tem uma riqueza muito grande, que só pode ser explorada se a gente tem um programa, como a Embrapa tem, de domesticação e de produtividade. Então, o pessoal pergunta: "Ah, no Xingu há dez milhões de hectares dos índios. É muito espaço para índio". Não é, porque a produtividade natural é tão baixa, quem conhece as sociedades indígenas sabe, eles têm que mudar as aldeias a cada 10, 15 anos, são seminômádicos, por quê? A produtividade é baixa mesmo. Eles ficam lá um tempo, fazem uma depleção no recurso, têm que levantar e mudar. Aldeias indígenas são pequenas, passou de 200 pessoas, ocorre uma briga de família etc., sai um pessoal para fazer outra aldeia. Eles não conseguem viver em alta densidade porque o ambiente não sustenta. É claro, eles têm toda uma sociedade montada para viver em tribos, mas isso é uma definição de caçadores coletores. Se o pessoal ficar com uma agricultura de alta produtividade, daqui a pouco você vai ter aldeias do tamanho da Ceilândia, porque o pessoal tem uma base muito maior.

(Próximo, por favor.)

O Thomas já falou disso, que todas as estimativas para medir os serviços e ecossistemas dão, sim, trilhões e trilhões de dólares que a gente consome de graça sem que isso seja precificado. A água aqui, por exemplo, que é distribuída em Brasília pela Caesb: o custo que vocês pagam, muita gente é revoltada com o preço da conta de água, é o custo da distribuição, não é o custo da produção, porque a água é produzida gratuitamente no Parque Nacional de Brasília.

(Próximo, por favor.)

Mercado de carbono. Já falaram.
Vamos lá.

A interface entre o ciclo hidrológico e as florestas. Vocês já viram, por exemplo, Brasília, estamos no auge da seca, se você for lá na Chapada dos Veadeiros, as cachoeiras estão muito bonitas, correndo. De onde vem aquela água? As chapadas atuam como esponjas naturais, que seguram a água da chuva e vão liberando ao longo do ano. Então, a cobertura vegetal

lá na Chapada dos Veadeiros é um determinante no fluxo e volume de água que é liberado.

Aí eu peguei do *The Economist* para olhar, digamos, como o Brasil, em termos econômicos, posiciona-se em relação aos outros países principais. Na China, por exemplo, 40% da população da China ainda está na agricultura. No Brasil, são 20%. Mas o Brasil, em relação à maioria dos outros países, tem uma proporção extraordinariamente baixa de pessoas trabalhando na área industrial, no setor de indústria. Por isso o pessoal vive chorando pelos cantos, "A indústria no Brasil está sucateada". Eu não sei se está sucateada ou não, mas, comparada com outros países, até com a China, por exemplo, a gente tem... Então, se você for na área de serviços, a gente está com 66% da população na área de serviços, que é mais ou menos razoável, normal.

Então, de fato, existe uma oportunidade, no Brasil, de fazermos uma expansão para novas indústrias, mas tem que ser novas mesmo, novas economias.

(Próximo, por favor.)

Aqui, então, algumas coisas que explicam por que o Brasil é alto de biodiversidade e quais são suas características.

Bom, primeiro: o Brasil não tem desertos, ou seja, grande parte do Brasil é coberta por biomas biologicamente produtivos, há alta diversidade de biomas.

(Próximo, por favor.)

Aí estão estatísticas de encher os olhos: maior diversidade de mamíferos do mundo, peixes de água doce, plantas, anfíbios e por aí vai.

(Próximo, por favor.)

Por que isso? Bom, aí eu volto ao Darwin e Wallace, que fizeram as duas sacadas fundamentais: o isolamento geográfico e a seleção natural é que geram a diversidade.

A América do Sul foi uma ilha durante 265 milhões de anos, assim como a Austrália e Madagascar. Só que, esses lugares... A Austrália é quase toda desértica, o Brasil não. A América do Sul, ao longo de um tempo, foi um paraíso tropical. Então, há formas únicas, ambiente tropical altamente produtivo e uma massa continental que suporta grandes populações e muitas espécies.

Madagascar é fantástico, mas é pequeno. Quem já foi à África encheu os olhos com o Delta do Okavango, que é o Pantanal de lá. Só que o Pantanal daqui é dez vezes maior do que o Okavango, essa é a questão. As últimas estatísticas da Bacia Amazônica mostram que, além de ser o maior rio em volume – 20% da água doce corrente do planeta –, também é o mais longo do mundo.

Então, não é que a gente tenha inventado alguma coisa. É que, assim como a China, que tem seus arranjos produtivos e industriais, que são únicos, o Brasil e a América do Sul têm arranjos biológicos que não são replicados em outros lugares.

(*Próximo, por favor.*)

Além do Brasil, claro, existem outros países com alta biodiversidade. E esse é o nosso clube de megadiversidade.

Outra vantagem do Brasil: muitos países, como Peru, Colômbia, Equador e Venezuela são todos nossos vizinhos. Então, além de termos alta biodiversidade, estamos junto com um arranjo de países que também têm isso.

(*Próximo, por favor.*)

Esse é um mapa mostrando muito aproximadamente os *hotspots*.

(*Próximo, por favor.*)

Bom, aí é o seguinte. Essas são as regiões do mundo em que você tem... Nos Estados Unidos, os desertos da costa oeste são de altíssima biodiversidade, mas são ambientes bastante restritos.

Aqui, toda essa parte dos Andes também constitui *hotspot* de alta biodiversidade. Por quê? Novamente: isolamento. Cada vale lá na Colômbia tem uma espécie de ave diferente etc.

Isto é que acho legal: é que, de certa forma, a teoria da evolução foi compreendida e entendida quando esses cientistas estiveram no Brasil e, com isso, a gente entendeu os arranjos do mundo.

Aqui há três florestas com altíssima biodiversidade. A primeira é a costa leste dos Andes, Serra do Divisor, Acre. Toda aquela parte ali, se vocês quiserem ver... É inacreditável!

Outro lugar é o sul da Bahia: a hileia baiana chega a quatrocentas espécies de árvores por hectare.

E o terceiro ponto está no Camboja, que é fantástico. Além de visitar Angkor Wat, aquelas florestas do norte... Mas são poucos lugares do mundo que têm isso.

Depois, você tem as ilhas. Sumatra e Bornéu também são fantásticas, mas são ilhas e, então, têm populações menores, não têm o mesmo volume.

As Filipinas: mesma coisa. Foi formada ao longo de milhões de anos, juntaram-se e separaram-se, e esse efeito sanfona foi criando também arranjos únicos. As Filipinas são o epicentro dos recifes de coral do mundo, o Mar de Sulu passa de setecentas espécies de coral – no Brasil, talvez tenhamos sete. E quais são os processos que geram os corais? Águas rasas, tropicais etc.

Não é assim. Como eu disse, com um pouco de entendimento de processo, a gente pode olhar o mundo e entender onde está algo, o porquê e com quem a gente pode e deve trabalhar.

Outra questão diz respeito às distribuições das grandes florestas do mundo. Por que o pessoal fica olhando a Amazônia? Quais são os grandes blocos florestais? Há a taiga siberiana no norte do Canadá e nos Estados Unidos, as florestas do Congo, a Amazônia, as florestas de Papua Nova Guiné e da Indonésia. Acabou! Há muitas outras, mas esses são os principais lugares.

Pode passar ao próximo *slide*.

Depois, os senhores podem ver isso. São poucas as estatísticas. Esse é o tipo de foto que se pode ver lá. Em Manaus, ao subir a torre, pode-se ver floresta até o horizonte – é incrível! –, hoje ainda. Quando se vai de avião daqui para Manaus ou para Belém, é fantástico!

Podemos ver os eixos de ocupação e o resultado no desmatamento. O que acontece? Abre-se a área para ocupação humana. Não é que as pessoas queiram ou não queiram, mas se estão gerando condições propícias para a ocupação humana.

Essa é a Floresta Ducke. Ainda há a *Harpia harpyja*, que é o gavião real, aqui dentro. E, aqui, está a expansão de bairros de baixa renda em torno de Manaus.

Nesse *slide*, pode-se ver a produção madeireira da Amazônia Legal, que está toda associada às rodovias. É óbvio! Uma coisa é cortar a madeira; depois, você tem de tirá-la de algum jeito.

Esse *slide* mostra as frentes de desmatamento. Esse foi um estudo feito pelo Woods Hole vários anos atrás, em função das rodovias. Em vermelho, está o desmatamento. Aí se mostra a projeção.

O interessante é que está em cogitação um plebiscito para se dividir o Pará em vários Estados. Olha-se esse mapa do desmatamento, e está na cara que as divisões de Estados refletem o uso do solo e esse tipo de frente.

Estou quase concluindo, Senador.

Expliquei os motivos que levam o cerrado a ter alta biodiversidade. É aquela Relíquia de Gondwana: o supercontinente do sul se dividiu em três, formando a Austrália, a África, a América do Sul. E há um quarto, a Índia, que bateu na Ásia, e se levantou o Himalaia. Mas as espécies que existiam naquela época nesses continentes ficaram por aí. Então, por exemplo, na América do Sul, existem as emas, que são aves que não voam. Como é que as emas chegaram ao Brasil? Os avestruzes estão na África do Sul, e os emus e os cassoares, na Austrália. Eles não conseguiram se dispersar, ou seja, há uma origem comum anterior à quebra dos continentes. Há aqui peixes de água doce, como o aruanã e o pirarucu, e há espécies análogas na África e na Austrália. Como é que um peixe de água doce da mesma família

está nesses continentes? Só há uma explicação: eles evoluíram antes da separação dos continentes.

O que a gente vê nesse *slide*? Nessas altas chapadas do Brasil central, há espécies antigas e endêmicas de plantas. Essa é uma foto tirada da Chapada dos Guimarães. Essa é uma erosão, que vai gerando o Pantanal. Dentro do Pantanal, encontra-se aquela mistura. A mesma coisa acontece quando se vai do Planalto Central em direção à mata atlântica, pois há fauna de mata atlântica, de caatinga, ou seja, há um pouco de tudo. Se sairmos daqui em direção ao norte, às matas de galeria, vemos espécies da Amazônia, os papagaios da Amazônia, que chegam até Alto Paraíso de Goiás; lá se encontra essa espécie.

Podemos dizer: não é possível que não haja no cerrado grandes mamíferos? Havia grandes mamíferos no cerrado; essa era a fórmula do cerrado há dez mil anos. Aquele tatu que está embaixo ali, à direita, era do tamanho de um táxi. Como sabemos que essas espécies existiram no cerrado? É muito simples: nas cavernas do norte de Minas Gerais, estão os ossos desses bichos. Então, temos certeza absoluta que existia essa fauna no cerrado. Por que essa fauna não está mais ali? As pinturas rupestres mostram esses animais, as lhamas. Então, de fato, o cerrado era uma paisagem composta por herbívoros, mas esses herbívoros desapareceram. O que está acontecendo? Não podemos permitir que o que a gente conhece hoje também desapareça. Esse desaparecimento se deveu provavelmente a uma combinação de mudanças climáticas com o fato de que eram animais grandes: as populações humanas precisavam alimentar-se, e, assim, o pessoal correu atrás. Do contrário, essas pinturas rupestres não mostrariam isso. Em todos os lugares do mundo, as pinturas rupestres mostram, primariamente, a fauna que era consumida para alimentação.

Essa é uma preguiça gigante, com três metros de altura.

Hoje, o cerrado está sem o Parque das Emas. Mas, como o Miguel disse, há fauna e flora altamente endêmicas e uma mistura de *habitats* que não é replicada em lugar algum.

(Próximo, por favor.)

Esse é o padrão de avanço. O desaparecimento está associado, obviamente, à expansão da soja. Isso nos mostra que aquela questão de compartimentalizar, dizendo que isto fica de um lado e que aquilo fica de outro lado, é uma soma que não funciona. Inclusive, o cerrado, historicamente, como os senhores puderam ver pelas fotos anteriores, sempre foi um mosaico. Então, a única forma de sustentarmos a biodiversidade é

manter um arranjo de mosaicos no cerrado e no Brasil em geral. Não é tudo ou nada.

Aqui, mostra-se um exemplo de serviços ambientais. A maior parte da produção primária terrestre... O que se está dizendo é que 83% das áreas agrícolas do planeta são abastecidas por chuva. E há aquela relação linear: sem água, não há agricultura; se se quer dobrar a agricultura, será preciso dobrar o suprimento de água. Existe uma relação quase linear entre fotossíntese e entrada de água.

Então, se essa for a população em 2025, vamos precisar disponibilizar mais um terço da água que hoje é usada para a agricultura até 2025. De onde virá essa água? Falei para os senhores como funciona o cerrado: a água, aqui, é armazenada pela vegetação natural e pelas chapadas durante a época chuvosa. Então, ou há um programa ativo de conservação de cerrado nativo para manter o abastecimento, ou, durante seis meses do ano, será preciso fazer outra coisa, mas a agricultura não estará disponível.

Ainda hoje, existem, no cerrado, paisagens naturais suficientes para a gente fazer esse tipo de desenho. Aqui, em Brasília, há estudos da Universidade, e estamos olhando como se pode fazer isso. É uma área minúscula. Podemos formar corredores ecológicos que integrem o cerrado e o Pantanal. E o Pantanal é aquela grande planície de inundação, mas o que define o Pantanal é o cerrado, porque toda água do Pantanal desce do cerrado. A água desce toda naquela época chuvosa. No Pantanal, em Corumbá e em outros lugares, no rio Paraguai, há enrocamentos de pedra que seguram tudo. Por isso, quando foram construir hidrovias ali, um dos projetos visava a quebrar aqueles enrocamentos, e o pessoal arrancou os cabelos: "Tudo bem, pode até haver navegação, mas, quando a chuva cair, não se vai mais segurar, não vai haver mais Pantanal".

Esse é um sistema clássico, com péssima drenagem, porque a chuva desce, e há aquele efeito análogo ao do Nilo, ou seja, todos os sedimentos sobem. Há ecossistemas altamente produtivos, com produção extraordinária de peixes. Quando olhamos, por exemplo, a conveniência para a navegação e o impacto sobre a produção não só natural, mas também agrícola, potencial, fica claro que não se pode trocar uma coisa por outra. Então, de repente, uma ferrovia pode ser uma forma mais inteligente de escoar a produção do Pantanal do que a remoção daquelas pedras em Corumbá. Esse foi um debate de anos atrás.

Estou simplificando muito. Então, desculpem-me. Pode haver pessoas aqui que conhecem melhor a questão das hidrovias. Mas, com pinceladas muito largas, esse é um tipo de troca de decisão. Ninguém está dizendo que não será preciso retirar a produção

de dentro do Pantanal. Se há uma mineração lá, como é que se vai retirar aquele minério? Mas existe mais de uma alternativa para fazer isso.

(Próximo, por favor.)

Bom, aí é a mata atlântica. É aquela mata amazônica isolada, por isso tem altíssimos níveis de... Ela é isolada da mata amazônica pela grande área diagonal seca, o cerrado e a caatinga. Se você pega, você tem os mesmos gêneros na mata atlântica e na Amazônia. Só que como a mata atlântica fica isolada, tem espécies únicas fantásticas. Então, alto grau de endemismo e isolamento.

(Próximo, por favor.)

E aí vemos, por exemplo, a relação entre o uso do solo. Aqui, sedimentação no rio Doce. Tudo desmatado. Aqui, o Parque Estadual do Rio Doce. Olha a cor da água aqui dentro. Não é preciso ser um cientista para ver a relação entre nível de sedimentação e etc. Quando você começa a discutir Código Florestal e etc., existe uma base científica. Pode não ser uma decisão fácil, não estou dizendo que é, mas temos de olhar quais são as bases científicas. Em algum ponto, talvez você tenha até que abrir mão dos benefícios ambientais. Você tem de reconhecer explicitamente a natureza desses benefícios.

(Próximo, por favor.)

Existe, por exemplo,... O Pacto pela Restauração da Mata Atlântica é uma aliança interessante entre o setor florestal, as ONGs e os governos.

(Próximo, por favor.)

Existem 147 membros, e todos estão vendo algum interesse em recuperação florestal.

(Próximo, por favor.)

O que foi feito? Esse consórcio pegou e mapeou as áreas de interesse potencial para a restauração. O pessoal do setor empresarial disse: "Adoraríamos fazer a recuperação aqui, introduzir florestas aqui". Obviamente, para um ambientalista, uma floresta de espécies exóticas não é o ideal, mas se ela pega e dá um benefício de água, se ela atua com proteção contra fogo e etc., você já está no lucro. Então, você consegue encontrar áreas de convergência. Espécies de madeira plantada, você reduz pressão sobre exploração ilegal de carvão em florestas nativas. Ou seja, você consegue quantificar benefícios do setor produtivo interessantes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

(Próximo, por favor.)

(Próximo, por favor.)

É. É isso aí.

Senador, desculpe, não consegui escapar do meu péssimo hábito de falar o dobro do tempo que é alocado. Agradeço a paciência de todos e me desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós que agradecemos a sua aula.

Eu queria dizer que fico muito feliz de ter o Professor Thomas aqui, mas fico orgulhoso é de ter o Miguel e o Roberto como representantes da nossa Universidade de Brasília. E é interessante que o Roberto foi professor do Miguel e o Miguel agora é o chefe do Roberto, no departamento. Isso é que mostra o que é uma carreira.

Mas é o seguinte: nós começamos, faz pouco tempo, a entrar ao vivo na televisão. Eu não queria que a população deixasse de ouvir o que vocês dois disseram. Eu não sei se é exagero, mas seria possível você mostrar o que mostrou para a gente em um prazo o mais curto possível, agora sim, para mostrar como nós estamos sendo ameaçados, no vinho, como você mostrou, e em outros problemas com animais. Queria que você repetisse a sua fala, de uma maneira concisa.

O SR. THOMAS LOVEJOY – Ok, vou tentar ser bem breve, em um minuto ou algo parecido.

A situação que temos hoje é que realmente as mudanças climáticas estão diminuindo a área de ocorrência de diversas espécies nativas do Brasil. Por exemplo, as aves, várias plantas, etc. Essas alterações ambientais afetam também outros tipos de organismos, como os organismos que causam doenças, como leishmaniose, doenças que atacam culturas. Diversas culturas agrícolas hoje no Brasil estão sendo deslocadas entre regiões. Isso provoca mudanças de vários tipos, tanto econômicas como sociais e ambientais. Entretanto, temos um baixo conhecimento ainda de todo esse processo e poucas pessoas treinadas no Brasil. Seria necessário aumentar bastante a quantidade de pessoas que trabalham nessa área. E temos de fazer opções para o nosso futuro. Se formos, por exemplo, ter como opção a produção de biocombustíveis a partir de soja, isso implica compromissos em termos do que vai ser substituído. A soja entra no lugar, algo sai dali, ou a cana-de-açúcar entra no lugar, algo sai dali, e isso causa impacto em outras culturas, causa impacto em outras regiões, causa, às vezes, mais desmatamento. O ideal seria aumentar a produtividade sem aumentar a área desmatada.

De modo geral, temos vários compromissos, várias necessidades, e as mudanças climáticas estão aí, já estão acontecendo. É necessário saber lidar com isso, conhecer, entender e tomar as nossas decisões políticas, sociais, econômicas, etc.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço, mas ainda insisto. Tem uns quadros que o senhor mostrou...

O SR. THOMAS LOVEJOY – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – ...que indicam com clareza o risco que nós atravessamos. Por favor, mostre alguns deles.

O SR. THOMAS LOVEJOY – (*Próximo, por favor.*)

Ok. Uma das questões aqui, por exemplo, olhando aqui, vemos que esses mapas representam, ao longo dos anos, a partir do atual até mais ou menos 2100, o que aconteceria com a distribuição das espécies? Nesse caso aqui, uma espécie de ave que ocorre em toda essa região colorida, ela teria sua área reduzida a esse pequeno espaço aqui, e deslocada para a região Sudeste do Brasil. Esse padrão aqui é muito comum. Diversas espécies do cerrado ocorrem em várias regiões do mundo, esse deslocamento em direção aos polos ou em direção às montanhas. Então, temos dois problemas: redução da área de ocorrência e deslocamento também.

(*Próximo, por favor.*)

Aqui, o caso da doença, da leishmaniose, que mostra exatamente que esse mosquito, por exemplo, chamado *Lutzomyia*, ocorre em uma região mais ao norte hoje, e a previsão é que, com as mudanças climáticas, ele vá ocorrer mais ao sul do Brasil. Então você vai ter deslocamento de doenças, como é o caso aqui, para regiões onde não ocorrem hoje. Uma pergunta, por exemplo: será que um médico lá do Rio Grande do Sul está treinado para identificar um paciente com leishmaniose? Provavelmente, ele não estudou isso. Só que isso já está ocorrendo.

(*Próximo, por favor.*)

Aqui é a questão do vinho, que para mim é a mais importante de todas. Existe realmente um sério risco de mudar nossas refeições apenas para vinho tinto. Quem gosta de vinhos ruins, por exemplo, aquele vinho de baixa qualidade, esse não tem problema, porque o mundo quente vai ser bom para uvas e vinhos ruins, mas, com o mundo quente, vamos perder a qualidade de vinhos, por exemplo, de castas que necessitam de climas mais frios, o que mostra efeitos na nossa dieta, na nossa cultura, inclusive onde vão ser produzidas essas uvas.

(*Próximo, por favor.*)

Aqui, o efeito da soja. Temos o aumento da área negativa para a plantação de soja no futuro.

(*Próximo, por favor.*)

E aqui a grande questão específica da conservação. Esse deslocamento para a região mais ao sul do Brasil gera o que eu chamo de um conflito entre as necessidades de conservar os animais, as plantas, etc., nessa região mais desenvolvida do Brasil, a ausência de grandes unidades de conservação de áreas mais protegidas e a necessidade realmente de fazermos um equilíbrio entre o uso do solo nessas regiões, permitindo, por exemplo, que

os organismos naturalmente se desloquem de uma região para outra, através dessa paisagem que hoje não permite esse tipo de dispersão dos animais para essa região.

(*Próximo, por favor.*)

Aqui, a questão da cana-de-açúcar e do gado. Como foi mencionado aqui pelos outros palestrantes, temos aqui o arco da Amazônia, que seria esta região aqui. A cana-de-açúcar não está necessariamente lá, mas está empurrando a produção de gado para essa região, entrando inclusive na região da Amazônia. Então, temos realmente um impacto. A princípio, você imagina que o impacto não é direto, mas ele acaba causando um impacto negativo e, como foi mostrado aí, se nós tivermos mais do que 20% de destruição da floresta amazônica, nós podemos ter mudanças climáticas causadas pela diminuição de chuvas e etc., que, de repente, está sendo causada por algo que está sendo feito lá no sul do Mato Grosso, em São Paulo.

(*Próximo, por favor.*)

Aqui, ainda necessitamos... Ainda estudamos muito pouco.

(*Próximo, por favor.*)

Se olharmos, o Brasil realmente precisaria estudar muito mais em relação à sua diversidade, que é muito alta, mas, em termos de estudos, nós mal estudamos o que deveríamos estudar. Então, a gente realmente precisa...

(*Próximo, por favor.*)

... aumentar nossos investimentos em capacitação de pessoas, de modo geral, de formação de profissionais. É um custo muito barato, eu diria que custa um pouco de boa vontade e poucos milhões de reais. Um professor universitário não ganha muito, a gente está quase entrando em greve, inclusive... Então, não é muito caro sustentar um professor e investir na formação de uma universidade.

É isso aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Muito obrigado, Professor.

Professor Roberto, é possível... O senhor falou de milhões de anos do que aconteceu desde a separação dos continentes. Mas é possível definir... Sobretudo, eu queria chamar atenção para um ponto: quando o senhor falou como a gente pode se beneficiar da biodiversidade para tirar proveito disso como forma de aumentar a riqueza. Em vez de destruir a biodiversidade para fazer produtos, criar novas formas criativas, inclusive novas indústrias, como o senhor falou, dizendo até “novas mesmo”... Poderia falar um pouquinho para a nossa televisão?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Sem dúvida. E aprecio, mais uma vez, a paciência com aquele meu discurso meio multifacetado.

Se eu for sintetizar, seguindo sua solicitação, é o seguinte: eu mostrei ali um gráfico que diz que, primeiro, o Brasil tem poucos países de alta biodiversidade altamente desenvolvidos em que se espelhar. Então, se a gente quer, por exemplo, uma grande universidade, há vários países que têm experiências muito ricas e universidades de destaque. Mas nós não temos muitos exemplos de países de alta biodiversidade que conseguiram usar isso como base do seu modelo econômico e social. Esse é o nosso dilema. E falando dos outros países de megadiversidade, são todos meio nossos vizinhos que estão olhando para o Brasil para ver isso.

(Próximo, por favor.)

Bom, então, esses são, digamos, os três principais setores em que... E a gente está principalmente no primeiro setor. Então, eu mostrei, por exemplo, o emprego da população brasileira. Em grande parte, na agricultura. Nós temos o setor industrial numericamente pouco representativo. Então, é como se a gente estivesse na beira do precipício olhando um cenário futuro, se o desmatamento avançar, de baixa biodiversidade e sem ter os meios para viabilizar um setor industrial baseado na biodiversidade. Inclusive, pequena parte da população brasileira trabalha no setor industrial. Ou seja, a gente tem uma série de combinações que não são muito promissoras.

Por outro lado, o que temos trabalhando a nosso favor? Eu citei os exemplos da China e de outros países que decidiram por um caminho sem volta de importação de produtos naturais. Por quê? Porque esses países não têm água suficiente para sustentar uma agricultura própria. Esta é a verdade.

Então, se a gente olhar aqui, no Brasil, a expansão de um setor de uso do capital natural renovável, não do extrativismo do tipo indígena, como eu falei, mas de um uso de alto rendimento em que você não depleciona a biodiversidade, você vai, na realidade, estar atendendo às necessidades de segurança alimentar da China e de muitos outros países.

Senador, voltando à Rio +20, quais as expectativas que o pessoal tem em relação ao Brasil? É que o Brasil seja um produtor confiável e barato de produtos naturais para o resto do mundo, porque poucas regiões do mundo – vocês viram os mapas que eu mostrei – se prestam em princípio para isso. Vai tentar fazer isso no Congo? Entre o Congo e a Amazônia, eu apostaria primeiro na Amazônia, no Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Amazônia. Muito mais simples, fácil.

Esse é o tipo de mensagem que a gente tem, na minha opinião, que mostrar para o resto do mundo. Temos que dizer “olha, nós entendemos os dilemas que a Ásia tem”, que é o de importar matérias-primas. Não

podemos fazer isso detonando, digamos, a capacidade, em longo prazo, de países como o Brasil. Então, vamos gerar um modelo de florestas de agricultura de alta biodiversidade. Esse é o ponto chave.

Aí a gente olha aquelas outras distorções brasileiras: começa a deslocar, baixar um pouco o número de pessoas na agricultura, deslocar para atividades mais rentáveis, expandir um setor industrial baseado na sustentabilidade, e não no carvão siderúrgico de matas nativas ou de correntões pelo cerrado. A gente conhece mais ou menos o que está aí.

Então, Senador, eu diria isso: migrar a economia brasileira para uma economia de alta biodiversidade reconhecendo que o que está trabalhando a nosso favor é uma demanda qualificada de compra de produtos naturais pelo resto do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Eu quero agradecer.

Aos que estão nos vendo pela televisão agora, eu quero lembrar que este é mais um dos nossos eventos semanais para debater os temas que deveriam, pelo menos, ser discutidos pelos Chefes de Estado e de Governo em junho do próximo ano, quando eles vão se reunir no Rio, na chamada reunião da Rio +20, para definir como a gente reorganiza esse sistema de produção, esse sistema de vida, o sistema das cidades, para fazer com que a humanidade não caminhe para o abismo, como foi dito, em relação à biodiversidade, pelo Professor Roberto Cavalcanti, e que nós possamos retomar um caminho de evolução. Do mineral, evoluímos para a vida; da vida, evoluímos para a espiritualidade e a cultura. E eles estão ligados. Não há como ter vida sem o mineral, não há como ter cultura sem o biológico. Nós estamos caminhando para um abismo. Isso foi um ponto fundamental.

Mas hoje a gente está discutindo a biodiversidade. Temos o Professor Thomas, que já falou para nós... Nós temos tradução simultânea aqui, mas não temos pela televisão. Foi por isso que eu passei outra vez a palavra para os outros dois professores da UnB.

O que fica, a meu ver, do que foi falado, além do risco que a gente vive de que haja uma degradação ambiental, de que haja a extinção de animais, é o fato de que as coisas estão interligadas.

Eu achei muito interessante quando o Professor Miguel Marini mostrou que, se a gente não cuidar do Pantanal, vai haver doenças no Rio Grande do Sul, porque, muitas vezes, quando se chega ao Rio Grande do Sul e se começa a falar de proteger o meio ambiente no Pantanal, as pessoas acham que é em outro planeta. Quando a gente fala em defender o Planeta, a gente pensa que não toca na gente. Toca. Tudo isso está interligado. Daí a preocupação com a biodiversidade.

Uma vez foi dito que, quando alguém não queria construir uma represa, era para proteger um sapo

cururu, se não me engano. Foi o Presidente Lula quem falou. “Os ecologistas querem salvar um sapo cururu e, por isso, impedem de construir uma represa”. Às vezes, não salvar o sapo cururu é gerar uma crise muito mais profunda do que ter que reduzir o consumo de energia, que, quando foi preciso, a gente reduziu neste País.

Há uma inter-relação completa. Daí a importância de proteger a biodiversidade não apenas, o que é importante, para evitar que algumas espécies de pássaro desapareçam. Isto é importante também. Mas não é para isso que a gente tem que manter a biodiversidade, mas porque, para cada animalzinho que desaparece, outros começam a crescer e terminam criando problemas.

Nunca me esqueço de um seringueiro que me disse que eles não matavam cobras, por mais ameaçadoras que fossem, porque ele disse que, se eles matassem as cobras, um mosquito que a cobra come ia crescer muito e levar doença para eles. Vejam que o seringueiro tem um sentimento muito maior muitas vezes.

A segunda coisa que eu acho importante, além da correlação da biodiversidade, que traz doença para a gente, que traz falta de vinho para os que gostam, é o fato de que nós não definimos bem o que é riqueza e o que é custo. O Professor Roberto Cavalcanti disse: “a gente acha que o custo da água é o valor que a gente paga à companhia de águas”. Isso não é o custo, como ele disse; isso é o custo do transporte e da exploração. O custo da água, se for medir bem, é quanto vai custar daqui a cem anos, quando não tiver água suficiente para todo mundo. A gente esquece de definir custo na sua visão ecológica e fica definindo custo na sua visão financeira, de quanto é preciso para pagar o salário dos trabalhadores das empresas e dar lucro às empresas.

O outro é riqueza. Nós nos acostumamos com a ideia de que riqueza é ter mais carros nas estradas, quando riqueza é você ter mais tempo livre. Antigamente, para ter tempo livre, era bom carro, porque você ia depressa para casa da pessoa que você queria ir visitar. Hoje ter carro é ir mais devagar, por causa dos engarrafamentos, é respirar um ar pior. A gente tem que redefinir riqueza, redefinir custo.

Outro ponto que acho muito interessante na nossa conversa e que foi colocado pelo professor Lovejoy é sobre a desarticulação que a agente produzir e o empobrecimento que a gente pode ter por causa do desequilíbrio ecológico. Empobrecimento por duas razões: primeiro, porque cada animal, cada espécie que desaparece, empobrece a gente culturalmente. Imagina como seria bom poder levar as crianças para visitar, no zoológico, um dinossauro. Perdemos a riqueza de ter dinossauros, não por culpa da gente. Essa, na verdade, foi culpa de um meteoro. Mas agora é culpa da gente que está fazendo isso. Então, esse é um empobrecimento. Cada espécie que desaparece empobrece culturalmente a espécie humana. A outra

razão é o empobrecimento por falta de um recurso que desaparece, quando a gente destrói uma espécie ou outra, e o desequilíbrio que isso provoca.

Ao mesmo tempo, aqui, surgiu a visão otimista. É graças a isso que o Brasil pode desenvolver, porque ainda temos um grande patrimônio natural. Se a gente souber usar bem esse patrimônio, vira uma riqueza. Até a pouco tempo atrás, a riqueza era a terra; depois, passou a ser o capital industrial; agora, daqui para a frente, pode ser o capital natural. O capital natural em água, o capital natural em florestas.

Com tudo isso, a gente precisa fazer uma reformulação da mentalidade da gente. Nesse ponto, talvez, esteja o pior problema. Nós somos viciados na definição de riqueza. Somos viciados na definição de custos. Os economistas dominaram a mente da gente. Eu sou professor de economia. Os economistas dominaram mais do que os teólogos católicos na Idade Média e do que alguns aiatolás no mundo de hoje. Dominaram a nossa mente. Eles não apenas tentaram nos converter, dominaram, é pior. Tentar converter é um direito, mas fazer essa mutação mental é uma tragédia.

Mas, mesmo assim, creio que precisamos ter otimismo, e uma das razões do otimismo é saber que vamos ter essa reunião daqui alguns meses. Daqui alguns meses, a gente vai saber se essa reunião serviu de fato para pensar no futuro ou apenas para um grupo de políticos se encontrarem para conversar entre eles e fazer um documento cheio de acordos que não significam nada. O Brasil tem um papel importante, não apenas por ser a sede, mas por ser um dos países mais ricos em recursos naturais, por ser um dos maiores países também na depredação do meio ambiente, embora muito menos do que os países do norte. Por isso, podemos ter otimismo. E também porque estamos aqui, juntos, insistindo, brigando, debatendo, procurando o caminho.

Quero agradecer a cada um de vocês, mas quero citar alguns que estão aqui: o Prof. Marini, meu colega da Universidade de Brasília que estuda o mineral, como geólogo, assim como esse *mariner* aqui estuda a vida, na biologia; o Embaixador Flecha de Lima, que muito nos honra em estar aqui e que teve um papel tão importante em 1992; o Sr. Heitor Gurgulino, que, além de ter sido reitor de uma universidade no Brasil, foi reitor da Universidade das Nações Unidas e é o representante, no Brasil, do Clube de Roma, que foi a instituição que levantou moderna, científica e contemporaneamente, pela primeira vez, o problema do meio ambiente; o Prof. Vamireh Chacon, que hoje trabalha comigo, mas foi meu professor; o amigo Ricardo Lima, que está ali, que é um naturalista na vida dele, visitando e conhecendo as coisas; a esposa do Professor Flecha de Lima, que também é assessora nesta comissão; e a cada um de vocês.

Na próxima semana, não haverá reunião porque vamos precisar ceder para outra reunião da Comissão. Na semana seguinte, voltaremos debatendo um tema, sinceramente, muito interessante que é o decrescimento. Pouca gente discute hoje em dia, pouca gente sabe que esse é um movimento que está crescendo na Europa. A ideia de que é possível evoluir sem crescer. É possível ser grande sem crescer. Evoluir no bem-estar, ser grande na estrutura de cultura, de bens públicos, mesmo que a produção material não precise crescer.

Dou por encerrada esta reunião.

Uma boa noite para cada um que se encontra aqui e para os espectadores que estão nos vendo pela televisão.

(Iniciada às 18 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 03 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 14 REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE “REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE SETEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e dezoito minutos do dia cinco de setembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Presentes os Senhores Senadores **Randolfe Rodrigues** e **Marcelo Crivella**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à

Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 5ª à 13ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa os Professores Philippe Léna, Diretor de Pesquisa do *Institut de Recherche pour Le Développement* - IRD; Carlos Alberto Pereira Silva, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; e João Luiz Homem de Carvalho, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Após a exposição final dos convidados, e não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, o Presidente encerra a reunião às dezenove horas e cinquenta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – **Senador Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada uma e a cada um!

Declaro aberta a 14ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Quero lembrar a todos que a presente reunião destina-se a dar sequência ao nosso ciclo de audiências públicas. Já fizemos diversos debates, querendo subsidiar o Brasil na sua posição diante dos outros governos do mundo que se reunirão, em junho do próximo ano, para discutir o futuro da humanidade. Já discutimos a questão da água: como preservar. Já discutimos a questão da energia: para que e como produzir. Já discutimos pobreza: como superar. Já discutimos alimentos: como produzir em equilíbrio ecológico. Já discutimos economia verde: o que é. Já discutimos desenvolvimento sustentável: como fazer.

Hoje, vamos discutir um tema que é muito polêmico, que é decrescimento. Eu digo polêmico, porque há uma aceitação tão grande, nos últimos duzentos anos, de que o futuro da humanidade vai ser realizado por

meio do crescimento econômico, que discutir decréscimo como caminho parece uma heresia completa. É como se, no século XVI, comessem a discutir cismas na Igreja Católica, que terminaram levando à Reforma Protestante. Mas achamos que é importante debater esse assunto.

Ficamos satisfeito de contarmos com a participação dos seguintes professores, que convido para que venham à Mesa: o Prof. Carlos Alberto Pereira Silva, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb); o Prof. Philippe Lénna, pesquisador do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) na França; e o Prof. João Luiz Homem de Carvalho, que é do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (UnB). Convido os três a comporem a Mesa. *(Pausa.)*

Vou passar-lhes a palavra na ordem, da direita para a esquerda, informando aos convidados que, tradicionalmente, o tempo destinado a cada um é de quinze minutos. Mas não fiquem preocupados com o tempo, porque a Mesa é bastante tolerante, na medida em que o importante é que as ideias sejam expostas.

Após a exposição, faremos um pequeno debate. Esclareço que, pelas regras das audiências estabelecidas anteriormente, depois, vamos fazer com que todas as perguntas sejam classificadas e, junto com as respostas, sejam publicadas em um documento que esperamos encaminhar às autoridades brasileiras, para que elas o encaminhem às autoridades do mundo inteiro durante a reunião.

Vou, portanto, passar a palavra inicialmente ao Prof. Philippe Lénna.

O SR. PHILIPPE LÉNNA – Muito obrigado. Boa tarde!

Eu queria agradecer aos organizadores pelo convite para participar deste debate, que acho fundamental e que, a meu ver, vai ganhar muito força à medida que se aproxima a Rio+20 e, com certeza, nos anos posteriores.

Então, é muito mais fácil falar o porquê do decréscimo do que falar como decrescer. É realmente um desafio, porque, atualmente, existem muitas controvérsias, muitas correntes. Há a bandeira da economia verde, que, com certeza, vai ocupar todo o espaço na Rio+20, deixando, provavelmente, pouco espaço para a temática do decréscimo, mas esse vem se firmando cada vez mais.

A conclusão a que chega a maior parte das pessoas que realmente estudaram ao caso é que não podemos continuar assim. O próprio Secretário-Geral das Nações Unidas resume a situação da maneira seguinte: estamos a caminho do abismo e estamos pisando no acelerador. De fato, hoje, muitos dados científicos se

acumulam e podem sustentar essa visão, o que não era o caso há 40 anos, quando começaram a sair os primeiros alertas.

Hoje, só mencionarei um fato: a humanidade representa, para muitos cientistas, hoje, uma força geológica. No próximo Congresso Internacional de Geologia, que vai ter lugar em Brisbane, na Austrália, em 2012, haverá uma proposta de muitas associações científicas e de academias de até dar um nome específico para esta era em que estamos vivendo, em que a influência do ser humano no Planeta se tornou a principal força de tipo geológico. Esse nome, que foi dado pela primeira vez em 2000 por Paul Crutzen, é Antropoceno. Então, sabemos que estamos, ao menos até esse Congresso decidir de outra forma, ainda no Holoceno, que começou há 11.500 anos. Trata-se de dar um nome a uma pequena fatia do Holoceno, que seria o Antropoceno.

De fato, as provas se acumulam. A partir de 1957, todas as pesquisas feitas com perfurações profundas do gelo da Antártica revelaram toda a história passada do clima. E, a partir da mesma data, Charles Keeling, no Havaí, começou a calcular a concentração de dióxido de carbono na atmosfera. Assim, de um lado, há o arquivo do passado, que hoje alcança praticamente um milhão de anos, e, por outro lado, há o acompanhamento, dia após dia, ano após ano, do aumento do teor do dióxido de carbono na atmosfera.

Foi assim que percebemos que, antes da era industrial, a concentração de dióxido era de 280 partes por milhão, ou seja, 280 ppm. Em 1958, quando Charles Keeling começou a medir, eram 315 ppm e, em 2010, 380 ppm. Isso quer dizer que há uma aceleração. Vale notar que, entre as épocas de máximos e mínimos glaciais, a concentração varia simplesmente entre 200 ppm e 280 ppm. Nenhuma causa natural em um milhão de anos causou tamanho efeito. Então, simbolicamente, os cientistas resolveram marcar o início do Antropoceno com a invenção por Watt da máquina de vapor em 1784, o que quer dizer que são pouco mais de 220 anos de Antropoceno.

É claro que não se trata tão somente do CO₂. O metano foi multiplicado por dois durante esse período, por causa da criação de gado, que aumentou, dos arrozais, e seu efeito estufa é 24 vezes mais potente que o do CO₂. A Agência Internacional de Energia previu, em 2008, que as emissões desses dois poluentes aumentariam 130% até 2050. Mas é claro que a influência humana não se resume a isso. Poderíamos citar os oceanos, que são transformados e acidificados, prejudicando a reprodução de corais, de plantas e de mariscos, fundamentais na cadeia alimentar.

A FAO assinala que 8% das espécies comerciais de peixes já estão esgotadas – dessas, 7% estão superexploradas – e que 52% estão no limite. Então, o máximo de volume de pesca... A gente sempre ouviu falar de *peak oil*, “pico do petróleo”, mas houve um *peak fish* – na verdade, ninguém fala assim –, que ocorreu nos anos 90. Desde então, só faz baixar. E qual é a resposta da corporação? Qual é a resposta dos governos? Muitas vezes, é de construir barcos mais potentes, mais sofisticados que podem detectar cardumes menores à maior distância – até satélites estão sendo usados para isso. Isso só faz uma coisa: aproxima-nos mais rapidamente do esgotamento total.

Na realidade, transformamos, por causa da pesca e da poluição, a composição e o peso relativo das espécies do oceano. Mesmo que parássemos de pescar, hoje o oceano nunca voltaria a ser o que era há trinta anos. Podemos dizer a mesma coisa para os ecossistemas terrestres. Estamos provocando a sexta extinção, como já foi falado várias vezes, e, se a humanidade desaparecesse de um dia para outro, ninguém saberia qual seria o equilíbrio dinâmico que seria encontrado e depois de quanto tempo – os biólogos falam de milhões de anos.

Então, a estratigrafia do Planeta foi modificada pela erosão, devido aos desmatamentos, devido à agricultura mecanizada, etc. Houve supressão de grandes áreas úmidas, como a supressão do Mar de Aral quase inteiramente, desvio de rios, etc. Então, criamos irreversibilidade, uma coisa que a ciência econômica nunca leva em conta. Isto é, essas imensas transformações nos obrigam a nos adaptar a esse mundo novo que nós mesmos criamos, num clima de instabilidade e de incerteza.

De fato, voltando à questão climática, o IPCC já avisou que, acima de dois graus de aumento de temperatura, a previsão se torna impossível. Eventos climáticos brutais podem acontecer. Ora, sabemos que vamos alcançar 2,5°, no mínimo, provavelmente 3°, antes do fim do século, e as medidas que poderiam amenizar um pouco a situação são, muitas vezes, tão drásticas, que é pouco provável que sejam adotadas. Serão adotadas medidas, no melhor dos casos, modestas, e isso não deixa de ser inquietante.

Então, a causa disso tudo, na realidade, é a voracidade da máquina econômica, que é alimentada, ao mesmo tempo, pelo aumento grande do número de seres humanos e multiplicada pelo aumento enorme do consumo material *per capita*. Então, dito assim, embora seja verdadeiro no conjunto, dilui as disparidades e dilui as responsabilidades. Na realidade, é um sistema econômico particular, cuja voracidade o leva a consumir cada vez mais recursos e a rejeitar cada

vez mais lixo acima da capacidade de metabolização dos ecossistemas.

Hoje, existem instrumentos para se medir isso, o que não havia há quarenta anos. Por exemplo, a partir dos anos 90, William Rees e Mathis Wackernagel inventaram um indicador sintético de sustentabilidade que eles chamaram de Pegada Ecológica. Esse indicador bastante sofisticado se baseia nas estatísticas de cada país, mas também nas estatísticas da FAO. Ele contabiliza dezenas de milhares de números, e o interessante é que a rede de pesquisadores que se interessa por essa problemática funciona em rede. Então, levando em conta as críticas, eles estão aprimorando constantemente a ferramenta que hoje já é usada pela Comissão sobre Diversidade Biológica (CDB) e por várias instituições internacionais.

Então, dou rapidamente um detalhe da Pegada Ecológica. Seria muito demorado falar sobre isso. Mas isso é muito conhecido: em 2007, a Pegada era de 1,47 planetas, mas passamos esse valor e estamos usando mais do que o capital. De acordo com os rumos atuais, provavelmente, haverá um consumo de 2,5 planetas em 2030 e de 5 em 2050. É claro que isso é impossível, todo mundo sabe. E o que é importante é saber que isso já é insustentável hoje. Não podemos esquecer que haverá mais 2 bilhões ou 3 bilhões de habitantes no Planeta daqui até lá e que, além do mais, há muitos que têm o que poderíamos chamar de atraso de consumo, e, com toda a legitimidade, eles vão querer tirar esse atraso.

A esses elementos, devemos acrescentar a falta de recursos. Há muitos cenários sobre o *peak oil*. Por exemplo, a famosa curva de Hilbert, dos anos 50, prevê o *peak oil* para daí a pouco. A Agência Internacional de Energia diz que já chegamos lá; outros dizem que não, que vai ser daqui a alguns anos. Mas, não importa, o resultado vai ser o seguinte: haverá uma diminuição da produção e um aumento da demanda, o que vai continuar ainda por um bom tempo. O resultado disso é o aumento de preços, é claro. E, além desse aumento de preço, vai haver a procura por petróleo não convencional, cujo custo ambiental é muito maior.

Esse *peak oil* é um entre os vários picos que vamos ter de enfrentar. Há, por exemplo, o *peak mineral*. Para vários minerais, também há exaustão prevista. Quando falo em exaustão, não quer dizer que isso vai desaparecer completamente, mas quer dizer que a fatia que podemos economicamente utilizar terá desaparecido. Então, os preços vão estourar. E, entre 2020 e 2050, há vários nesse caso.

Podemos acrescentar a falta d'água; quatro bilhões de pessoas vão ficar com estresse hídrico até 2050. Podemos também acrescentar a diminuição dos

espaços agrícolas férteis, por causa da desertificação – 100 mil km², por ano, no mundo –, a salinização, a expansão da infraestrutura das cidades, o que consome, na China, 10 mil km² por ano. E, mesmo num país como a França, são 750 km² por ano.

Em 2005, estimava-se que 40% dos solos agrícolas estavam degradados. Então, combinando a falta de água e a falta de terras, vários países já estão sendo levados a comprar ou a alugar terra fora do seu país. É o caso da China, da Arábia Saudita, da Coreia e de vários outros.

O volume da economia mundial foi multiplicado por cinco desde os anos 60. O PIB mundial, apesar das crises durante os anos 2000, aumentou 3,7% ao ano. Se continuar assim, o volume da economia terá sido multiplicado por dois em 2030, por 4,3 em 2050 e por mais de 26 em 2100. Todo mundo sabe que isso é impossível. A própria ONU fez um apelo para diminuir o consumo de recursos diante da perspectiva de ver o consumo ser multiplicado por três até 2050, acarretando, provavelmente, conflitos armados graves.

Mas, apesar de todo mundo concordar que é impossível continuar assim, já que a situação atual é insustentável, ninguém, entre os países e os responsáveis políticos, quer ser o primeiro a descer do trem. Apesar de todos esses alertas, apesar de uma maior conscientização, a máquina não dá nenhum sinal de estar freando. O consumo de recursos, ao contrário, é cada vez maior. E o Fundo para o Meio Ambiente Mundial prevê um aumento de consumo de petróleo em torno de 40% até 2030, 75% por causa do transporte.

Vale lembrar também que, apesar do Protocolo de Kyoto e de todos os mecanismos de mercado em torno do carbono, as emissões de CO₂, que estavam aumentando a 1,3% ao ano durante os anos 90, passaram a aumentar ao ritmo de 3,3% ao ano durante os anos 2000.

Outro elemento de diagnóstico que entra na análise do movimento a favor do decrescimento é a incapacidade crescente do sistema econômico em satisfazer as demandas dos cidadãos, principalmente nos países industrializados.

Todo mundo reconhece que, nos 30 anos do pós-guerra, houve uma diminuição das desigualdades, houve um aumento do bem-estar, que se media pelo consumo. Realmente, houve um aumento muito grande do bem-estar. Um progresso social real acompanhou esses 30 anos.

Na Inglaterra, por exemplo, em 1937, a fatia de 1% mais rica da população consumia mais ou menos 12,6% da riqueza nacional. Em 1976, graças ao *welfare state*, esse percentual baixou para 4,2%, mas, hoje em dia, voltou a ser praticamente o que era em 1937.

Somente nos anos 80, a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres cresceu 60%, com consequências dramáticas, que foram descritas em muitos trabalhos acadêmicos, sobre a saúde e a esperança de vida das camadas mais pobres.

Mesmo no país mais opulento do mundo, o número de pobres fica alto, sempre ficou alto e sempre foi, aliás, superior ao que era na Europa. Isso levanta dúvidas sobre a capacidade da sociedade de crescimento de atender à totalidade da população.

O sistema, principalmente a partir dos anos 70, não foi mais capaz de garantir nem a diminuição das desigualdades, que explodiram, nem o emprego. Um indicador como o PIB, por exemplo, não corresponde mais a nenhuma realidade social tangível. O PIB da França aumentou, desde os anos 80, 160%, mas o desemprego aumentou 50%. O país, que é cinco vezes mais rico agora do que depois da Segunda Guerra Mundial, hoje, não pode mais atender a todas as conquistas sociais dos anos 50 e 60.

Poderíamos analisar que toda essa necessidade de competitividade, essa concorrência generalizada em todos os níveis levou a considerar conquistas sociais como custos que poderiam representar uma perda de produtividade e de competitividade. A partir daí, a palavra de ordem foi o desmantelamento do estado de bem-estar social, a privatização dos serviços públicos, novos métodos de gestão da produção para aumentar a produtividade, o *Just in Time*, etc.

A produtividade, de fato, aumentou. O setor manufatureiro, por exemplo, na França, de 1999 a 2009, aumentou 45%, mas sem melhorar a situação social. Então, essa equação entre crescimento e mais empregos, que foi razoavelmente verificada no pós-guerra, a partir dos anos 70 não existe mais. Ao contrário, vemos o crescimento do desemprego, o crescimento do emprego precário – o emprego por tempo parcial e com contratos de curta duração – e, sobretudo, empregos mal remunerados, ou seja, os trabalhadores pobres explodiram. Isto é, o crescimento não significa mais, automaticamente, hoje, criação de empregos, ao menos nos países industrializados. Até setores da economia que crescem à taxa invejável de 4% ao ano não criam mais empregos.

Então, a diminuição das taxas de lucros a partir dos anos 70, junto com os dois aumentos seguidos do preço do petróleo, levou os capitais a encontrar outras soluções. Então, houve a globalização, a “financiarização” da economia. A sociedade de consumo se manteve, mais do que nunca, aliás, graças aos três pilares que o economista Serge Latouche descreve: o *marketing*, a fabricação dos desejos; o crédito; e a obsolescência programada. Mas, com o desemprego,

com a explosão das desigualdades e com a nova figura dos trabalhadores pobres, a pressão por consumo se torna um fator de forte estresse. Como dizia Ivan Illich, a taxa de crescimento da frustração superou a taxa de crescimento da economia.

Então, a equivalência entre consumo e bem-estar ou felicidade se tornou cada vez mais problemática. Aliás, não se sabe ao certo hoje o que o PIB está medindo. Por exemplo, no Equador, onde o PIB *per capita* é dez vezes inferior ao PIB dos Estados Unidos, na realidade, há uma esperança de vida igual.

Mas, apesar dessas dúvidas todas, não sabemos fazer outra coisa senão crescer. O objetivo da economia *mainstream*, eu diria, continua sendo o de fazer crescer o bolo, apostando no efeito *trickle-down*, com a percolação da parte de cima da pirâmide para a parte de baixo. Além de ser uma tarefa impossível, porque nunca foi realizada em lugar algum, a não ser parcialmente, isso leva a um superconsumo do topo da pirâmide, a um desperdício enorme de recursos e ao aumento da poluição. Além do mais, sabemos hoje que o bolo não pode nem deve crescer, ao menos com os ingredientes atuais da receita. Se trocar a receita, talvez, isso seja possível, mas não por enquanto.

Então, conscientes de que o PIB era inadequado para medir aspectos essenciais da vida social, pesquisadores procuraram criar outros indicadores. Conhecemos muito bem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas há outros, como o Indicador de Progresso Real, que tenta tirar do PIB tudo o que no PIB, na realidade, é dedicado a consertar os estragos produzidos pelo crescimento econômico. Então, há uma surpresa para os Estados Unidos: quando se compara a curva do PIB, que foi multiplicado por dois em 30 anos, em 40 anos, a curva do Indicador de Progresso Real fica estancada, não progride de jeito nenhum.

Pesquisas feitas em mais de vinte países industrializados mostram também que, até certo nível de PIB, a satisfação das pessoas aumenta mais ou menos *pari passu*, paralelamente, ao PIB. Mas, depois disso, não aumenta mais e tende, ao contrário, a diminuir.

Outro resultado importante foi a comparação entre os países no que diz respeito à comparação entre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Pegada Ecológica. Imaginemos – infelizmente, não tenho *PowerPoint* – um gráfico em que, nas ordenadas, a gente colocaria o IDH e, na abscissa, a Pegada Ecológica. Sabemos que não podemos ultrapassar 1,8 hectares de Pegada Ecológica média por habitante do mundo. Então, vamos colocar esse limite vertical. E colocamos um limite horizontal, que é o IDH de 0,8, a partir do qual um país é considerado desenvolvido. Isso isola um pequeno quadrante em cima, à esquerda, e temos

a surpresa ao ver que só um país ocupa esse lugar, por razões que não cabe discutir aqui, que é Cuba.

Há duas informações interessantes também nessa aproximação entre o IDH e a Pegada Ecológica. Muitos países em desenvolvimento estão abaixo da sua Pegada Ecológica “autorizada” e ainda podem aumentar muito o seu IDH, sem ultrapassar a sua Pegada Ecológica. Outra informação importante é que, a partir de 0,8, cada décimo de aumento do IDH se faz à custa de uma Pegada Ecológica que aumenta drasticamente. Isso quer dizer que há um enorme desperdício e um consumo exagerado.

Há outros indicadores que se multiplicaram. Os senhores, talvez, já tenham ouvido falar do Happy Planet Index, que tem a característica de tentar medir a felicidade, o que, como todo mundo sabe, é muito difícil. Mas esse indicador tem a característica de apresentar uma hierarquia exatamente invertida em relação à hierarquia dos PIBs: por exemplo, a Costa Rica está em primeiro lugar, e os Estados Unidos aparecem em 173º lugar. É só uma informação. Então, isso depende muito da maneira como enfocamos as coisas.

Podemos nos perguntar: o que será, então, essa riqueza que se acumula, se ela não permite fazer tão bem quanto há 50 anos e que destrói cada vez mais o meio ambiente?

A partir dessa crítica da sociedade de consumo, ressurgiram questionamentos mais antigos e uma crítica mais recente, que é o movimento em prol do decrescimento. Primeiro, há algo para se notar: curiosamente, no final dos anos 60 e no início dos anos 70, houve uma conscientização de que os rumos da vida material da humanidade estavam errados e levavam a catástrofes. Esse é um movimento que se criou fora do movimento clássico operário. As lutas desse movimento, por mais legítimas que fossem, situavam-se dentro da relação capital/trabalho. Essas se situavam fora e incorporavam já a problemática ambiental.

Muitas personalidades intelectuais, cientistas, participaram disso. O Presidente da Comissão Europeia, Sicco Mansholt, à época, em 1972, afirmou que não havia outra solução para os países industrializados senão decrescer. Já naquela época, essa palavra foi pronunciada. Essa também foi a época em que começaram a ser difundidos os escritos de Nicholas Georgescu-Roegen, fundador da Bioeconomia, que introduzia na economia a irreversibilidade e que pregava já o decrescimento. É também a época do Relatório do Clube de Roma – Os Limites do Crescimento.

Nos Estados Unidos, há as publicações de Murray Bookchin, no campo sócio-político e, sobretudo, de Herman Daly, no campo da Economia, que, primeiro, chegou a pregar o estado estacionário e que, depois,

convenceu-se de que tinha de pregar o decrescimento. É a época em que os escritos de Ivan Illich são difundidos, traduzidos em vários idiomas.

Na França, foi a época em que filósofos como Jacques Ellul, André Gorz e Cornélius Castoriadis começaram a pregar a autonomia, criticando o produtivismo e a sociedade de consumo. Foi a época também em que René Dumont, que era o diretor do Instituto Nacional de Agronomia da França, apresentou-se como o candidato às eleições presidenciais na França com a bandeira do crescimento zero.

Então, para onde foi tudo isso? Temos de constatar que isso desapareceu da cena, ao menos como opção política. Na França, pode ser explicado um pouco pela chegada da esquerda ao poder, que desarticulou um pouco a oposição e os movimentos críticos. Mas explicações mais gerais devem ser encontradas. Uma explicação é a crise dos anos 70, junto com os dois aumentos dos preços do petróleo, com certeza.

A sociedade de consumo, que começava a se expandir e a se firmar, realmente, nos Estados Unidos, na Europa e no Japão e entre as elites de praticamente todos os países, sentiu-se ameaçada com essas crises. Aí começaram a votar por políticos que defendiam seu poder aquisitivo e que prometiam crescimento. Então, foi adotado o receituário neoliberal, dizendo que liberar as forças do mercado de seus entraves levaria à prosperidade. Na realidade, o desemprego aumentou, a vida se tornou mais difícil, e o desejo por consumo também se tornou mais forte, mas sem poder conseguir.

É claro que houve uma crítica ao desenvolvimento, que continuou nos anos 90 por parte de intelectuais. Há um livro de Gilbert Rist, por exemplo, na Suíça. Na América Latina, Marcelo Escobar, Gilberto Dupas e muitos outros continuaram a criticar, mas sem gerar um verdadeiro movimento.

Esse era um movimento intelectual. Aliás, o que aconteceu na França, na Itália e na Espanha, com essa nova crítica ao desenvolvimento que se encontra na bandeira do decrescimento, foi também um movimento essencialmente intelectual, não um movimento social. Mas há a característica de que muitos movimentos sociais estão se reconhecendo nele, mas não é em si um movimento social.

Vejo que meu tempo está muito ultrapassado, mas isso poderíamos ver no debate.

A escolha da palavra “decrescimento” foi proposital. Ela é um escândalo, é alguma coisa que visa a chocar, justamente porque não é recuperável pelo sistema como o foi o desenvolvimento sustentável.

Há muitas propostas de decrescimento que eu gostaria de desenvolver em outra oportunidade. Há grandes objetivos e propostas mais concretas. Dessas

propostas mais concretas, eu poderia citar a relocação da economia. Esse é um ponto fundamental, mas há muitos outros: recuperar um tempo, para se diminuir o tempo de trabalho etc.

O decrescimento não está propondo que se viva de forma pior; está propondo que se viva melhor, sem o estresse provocado pela sociedade de mercado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Eu é que lhe agradeço, Professor. O tempo aqui poderia ser muito maior, mas estamos transmitindo a reunião pela televisão, e chegará uma hora em que não vão mais dar espaço para a gente. É importante ouvir os outros e debater um pouco.

Eu queria insistir que a gente fizesse propostas claras sobre decrescimento, até porque a crítica do crescimento já foi feita aqui em diversos outros debates.

Passo a palavra ao Prof. Carlos Alberto, lembrando que o tempo é de 15 minutos. A primeira exposição durou quase 40 minutos. Não corto a palavra, mas toco a campainha, para ver se a gente consegue enxugar ao máximo.

Faço questão de também citar algumas pessoas que, aqui, estão presentes.

O ex-Embaixador da Venezuela Milos Alcalay, aqui, orgulha-nos com sua presença e está acompanhado do Sr. Pedro Paúl. Fico contente de aqui contar com a presença do Prof. Vamireh Chacon; do Prof. Heitor Gurgulino, ex-reitor da Universidade das Nações Unidas por muitos anos; e do Sr. Ronaldo Küfner, que é um dos que dirige o grupo de estudos que o Presidente Lula criou desde o primeiro mandato, aquele Fórum Permanente da Sociedade Civil, que espero que ajude a levar essas ideias para lá.

Tem a palavra o Prof. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA SILVA – Eu queria cumprimentar o Professor Cristovam Buarque, pessoa que tive o prazer de ter como professor há cerca de dez anos.

Cumprimento o Prof. Philippe Lénna e o Prof. João Luiz Homem de Carvalho. Cumprimento todos os presentes.

Eu queria fazer uma dedicatória desta minha intervenção. Esta minha intervenção é dedicada a um pensador chamado Ivan Illich, que, há cerca de 40 anos, ao observar o cenário criado pelo desenvolvimento, dizia, entre outras coisas: os pobres são frustrados, e os ricos são insatisfeitos.

Penso que vivemos uma época recortada por um grande paradoxo. Qual é o paradoxo? De um lado, há uma crise ecológica sem precedentes, cujas faces mais visíveis são as mudanças climáticas e o esgotamento dos recursos naturais. De outro lado, convivemos com

a manutenção de um ideário desenvolvimentista em nível planetário, um ideário que persiste em se manter e que, em minha opinião, se constitui uma ilusão.

Na verdade, a premissa principal é que, em nome do desenvolvimento, vivemos como se o mundo nos pertencesse. Daí por que conjugamos largamente os verbos – desde criança, aprendemos a conjugar esses verbos – desenvolver, modernizar, crescer, consumir, ostentar, acumular, lucrar, competir, explorar e descartar. Conjugamos, com muita naturalidade, compulsivamente, esses verbos. Descartamos as coisas e descartamos os seres humanos, em tempos de modernidade líquida, em que existe a cultura do excesso, do supérfluo e do descartável.

É dentro desse contexto paradoxal, preenchido por essa crise civilizatória – o Prof. Philippe Lénna destacou vários aspectos –, que surge o decrescimento. O que é o decrescimento? Na verdade, o decrescimento é um *slogan* em que se propõe a mobilização de corações e de mentes que se insurgem contra a fé cega no desenvolvimento. Na verdade, os “decrescentistas” – se é que podemos rotular os defensores do decrescimento assim – pautam-se no seguinte princípio: não é possível crescimento ilimitado em um mundo finito. Esse é o princípio fundamental do decrescimento.

Dito isso, eu gostaria, inclusive para atender o tempo, de destacar alguns valores que considero fundamentais para que descolonizemos o nosso imaginário povoado por aqueles verbos que destaquei, para que comecemos a propagar a cultura do decrescimento. A cultura do decrescimento não propõe, de modo algum, o melhor dos mundos, mas propõe a construção de um mundo melhor.

Parece-me que o ponto de partida para potencializarmos a cultura do decrescimento deve estar fundamentado na premissa de que o mundo não pertence ao homem, de que o homem pertence ao mundo, ou seja, fazemos parte de uma comunidade de vida mais ampla, somos uma entre inúmeras espécies. Se introjetarmos esse princípio, certamente incorporaremos outra ética, superando o antropocentrismo arrogante: incorporaremos a ética ecoantropocêntrica. Já que não podemos descentrar como humanos, devemos considerar os outros também centrais nessa história, devemos considerar os seres vivos, a terra e o universo como elementos centrais.

A partir dessa premissa fundamental, certamente, vamos passar a reconhecer que somos parte de uma longa história, que somos parte de uma grande narrativa. Vamos começar a reconhecer que fazemos parte de uma história dentro de outras histórias. A gente poderá repetir com Ilya Prigogine um mantra. Há uma história cosmológica no interior da qual há uma histó-

ria da matéria, no interior da qual há uma história da vida, no interior da qual há, finalmente, a nossa própria história. Nós, humanos, não somos entes privilegiados.

Penso também que é preciso, para potencializarmos a cultura do decrescimento, que assumamos que somos tão naturais como uma borboleta e tão culturais como uma obra de arte. Nós, ocidentais, fomos, em certo sentido – permitam-me a palavra –, adestrados para assumir apenas a condição de cultura. Nós somos também natureza. Nós nascemos, crescemos e perecemos, como os outros seres vivos.

Eu diria, citando outro pensador caro aos nossos estudos de decrescimento, Hans Jonas, que a natureza não conhece nenhuma catástrofe. Se a natureza não conhece nenhuma catástrofe, temos de redimensionar o discurso ambiental e de assumir que não estamos destruindo a Terra, porque a Terra possui capacidade de resiliência e capacidade de autorregeneração. Na minha compreensão, devemos incorporar uma espécie de egoísmo inteligente; a palavra não é bela, mas temos de entender que o cuidado com a Terra e com os outros seres vivos é um cuidado com nós mesmos.

Na modernidade, como sabemos, a promessa de futuro é algo bastante presente. Sem fazer uma digressão, mas, no final do século XIX, a ideia do futuro como algo determinável apontava para um futuro sempre melhor do que o presente. O futuro seria radiante. O futuro seria alvissareiro. Parece-me que um dos valores que devem ser incorporado pela cultura do decrescimento passa pelo redimensionamento da relação com o passado, com o presente e com o futuro.

Temos de preservar e potencializar todas as experiências ancestrais, que são muitas, inclusive no Brasil – que o digam os povos da floresta! Temos de preservar todas as experiências do passado portadoras de sentido, mas, ao mesmo tempo, temos de nos desapegar dessa ideia fixa de que o futuro pode ser moldável. A gente tem de pensar em se comprometer, aqui e agora, com o presente. Temos de estabelecer um profundo compromisso com o presente. O presente começa todo dia.

Então, é preciso que cuidemos dos outros seres vivos, de nós mesmos e da Terra aqui e agora.

Parece-me também que é fundamental que nos desapeguemos da ideia prometida pela utopia comunista de que haveria a possibilidade de construção de uma sociedade perfeita na Terra. É preciso que questionemos o credo liberal que quer ainda fazer de todos nós consumidores, mas é preciso questionar também a promessa do melhor dos mundos anunciada pela utopia marxista. É preciso que incorporemos a conflituosa unidade entre utopia e realismo, perfeição e imperfeição, competição e solidariedade, liberdade e

determinação. É preciso que comecemos a construir um mundo melhor aqui e agora.

Bom aluno que fui do Prof. Cristovam, insiro nessa questão sobre o decrescimento a importância de lutarmos pela erradicação da pobreza. É preciso que trabalhem para que chegue a todos o essencial: saúde, alimentação, transporte, bens de grande utilidade.

É preciso que liberemos o tempo livre. É preciso que construamos uma sociedade onde se tenha tempo para amar, para fazer poesia, para brincar. É preciso que apostemos na redução drástica da jornada de trabalho. Já dizia Paul Lafargue, no século XIX, que os avanços tecnológicos apontariam para a redução do tempo de trabalho.

É preciso que questionemos também a sociedade fundada na opulência. Em consonância com o decrescimento, temos de potencializar modos de vida mais simples. O movimento da simplicidade voluntária vem nos convidar para que adotemos comportamentos mais frugais, mais parcimoniosos, mais simples. Como dizia o poeta, a vida simples quase sempre é boa.

Outro componente que considero fundamental para que potencializemos a cultura do decrescimento é a valorização dos saberes das populações primordiais, tão esquecidas; a valorização dos saberes das populações iletradas. Há muito o que se aprender com os indígenas, com as populações ribeirinhas, com os pescadores. Como dizia o Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves, muitas vezes, quem fala “nóis vai” sabe aonde está indo; nem sempre quem fala “nós vamos” sabe aonde vai. Então, é preciso que valorizemos os saberes da tradição.

Para cumprir rigorosamente o tempo proposto pelo Professor Senador Cristovam Buarque, eu queria dizer que o desenvolvimento tem seus verbos e que o decrescimento também tem seus verbos. É preciso que comecemos a conjugar o verbo “redistribuir” – é preciso redistribuir a riqueza socialmente produzida –, o verbo “reduzir”, o verbo “diminuir”, o verbo “reciclar”, o verbo “reutilizar”, o verbo “reaprender”, o verbo “desmercadorizar”, o verbo “desmercantilizar”, o verbo “perenizar”. É preciso que trabalhem com a perenização dos objetos socialmente construídos. É preciso que apostemos no decrescimento, para que brote um verbo tão necessário às nossas vidas de hoje, que é o verbo “reencantar”.

Era essa a minha contribuição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra ao Prof. João Luiz, que é um dos inspiradores desta Mesa.

O SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – Obrigado.

Inicialmente, boa noite a todos e a todas!

Obrigado pela oportunidade de falar sobre esse tema que considero tão importante.

Como disse o Prof. Philippe Lénna, dizer o porquê do decrescimento é muito mais fácil do que dizer como construir.

Vou seguir à risca a pergunta que o Senador Cristovam fez numa publicação de uma porção de perguntas. Aqui, há uma série de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – São 170 perguntas.

O SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – São 170 perguntas sobre o que vai subsidiar a Rio+20. Então, vou seguir exatamente essas perguntas.

Qual é o porquê do decrescimento? Eu gostaria de dizer que lanço mão, vou atrás de pessoas que falaram, de maneira bem clara e suficiente, sobre o porquê do decrescimento.

Faço uma homenagem a Sadi Carnot, que trabalha com as teorias da termodinâmica; a Sergei Podolsky; a Raquel Carson; e a Nicholas Georgescu-Roegen. Todos são importantes, mas eu gostaria de destacar o nome de Raquel Carson, bióloga americana que trabalhou muito com a questão da agricultura. Em 1962, ela publica o livro *A Primavera Silenciosa*, em que diz que a natureza, sim, é vulnerável à intervenção humana. Ela faz uma análise da aplicação feita pelos americanos do DDT, um inseticida nunca antes visto como tão temível.

Então é apenas uma homenagem a pessoas que falam que a Terra não está suportando isso. Mas isso se deu há 40 anos, há 50 anos.

Desse grupo, vou ressaltar o Clube de Roma, sobre o qual vou me deter um pouquinho. Aliás, tenho a honra de falar sobre isso diante de um dos integrantes do Clube de Roma, que está aqui à minha frente, que é o Prof. Gurgulino.

Eu não sabia que o senhor viria aqui hoje. Aproveito para homenageá-lo.

O Clube de Roma é um grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater vasto conjunto de assuntos relacionados à política, à economia internacional e ao meio ambiente. Foi fundado em 1986 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King.

Tornou-se muito conhecido a partir de 1972, ano da publicação do relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, elaborado por uma equipe do MIT, contratada pelo Clube de Roma. Inclusive, está nas mãos do Prof. Gurgulino o relatório “Os Limites do Crescimento”.

O outro é o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O Clube de Roma e o

IPCC começam a afunilar no sentido de contar com mais mecanismos modernos de avaliação sobre o que está acontecendo na Terra.

O IPCC é um órgão composto por delegações de 130 países, ou seja, 130 países enviaram cientistas *experts* no assunto para promover avaliações regulares sobre mudanças climáticas. Nasceu em 1988, para dar a percepção de que a ação humana poderia exercer uma forte influência sobre o clima do Planeta e de que seria necessário acompanhar esse processo.

A Pegada Ecológica, de que o Prof. Philippe Léonna falou de maneira mais profunda, foi desenvolvida em 1996. O conceito de Pegada nos ajuda a perceber a quantidade de recursos naturais que utilizamos para suportar nosso estilo de vida. Teoricamente, 1,8 hectare é a média diária disponível por pessoa no Planeta de modo a garantir a sustentabilidade da vida na Terra. No entanto, desde 1999, a média de consumo é de 2,2 hectares, cerca de 25% a mais. Segundo eles, estamos em estado de alerta.

Cientistas de grande credibilidade respaldam a proposta de decrescimento, demonstrando que, até 2100, a temperatura da Terra deverá subir entre 1,8 e 4 graus, o que aumentaria a intensidade de tufões e seca; que um terço das espécies do planeta estaria ameaçada; e que populações estariam mais vulneráveis a doenças e à desnutrição.

A mudança climática se deve à ação humana, sobretudo por meio da emissão de gases como o dióxido de carbono, o óxido nitroso e o metano, que causam o efeito estufa. O derretimento das camadas polares elevaria os oceanos em cerca de 18cm a 58cm, obrigando centenas de milhares de pessoas a engrossar o fluxo dos chamados refugiados ambientais. Estima-se que mais de um bilhão de pessoas poderia ficar sem água potável por conta do derretimento do gelo no topo das cordilheiras. Estamos gastando mais recursos naturais do que o Planeta repõe.

Toda vez que vejo essa questão do aumento do volume dos oceanos, eu me lembro da cidade do Senador Cristovam Buarque, Recife, e do Prof. Chacon: dentro da cidade, há regiões com um metro abaixo do nível do mar. Ou seja, Recife desaparece.

Como construir a proposta do decrescimento? É isto que acho mais difícil falar: como construir essa proposta. A mudança de paradigma não se processa por meio de prova científica, mas, sim, de um processo de convencimento. É, antes de tudo, uma mudança na percepção, uma ruptura, na qual se processa uma alteração em padrões que determinam a identificação de um problema. Trata-se de um processo complexo em que a assimilação conceitual raramente é completada por um único homem.

Então, para mim, construir a proposta é um processo de convencimento.

Senador Cristovam, eu me lembro de que, na reunião sobre governança, o senhor me disse que estava muito pessimista e que a proposta de governança deveria ser dirigida às crianças. Também acho que temos de começar a falar sobre essa proposta de decrescimento com as crianças, até porque está escrito que essa assimilação conceitual jamais será completada por um único homem. Então, é com as crianças que temos de falar.

Então, elaborei uma forma de falar com as crianças. Pode não ser muito adaptável, mas a gente tem de tentar. Você faz uma escala de 1 a 100 e vê quatro pontos que detonam o Planeta hoje. Quais são esses pontos? São eles: a questão do carro, a climatização, a hiperdistribuição alimentar e a obsolescência.

Vamos, rapidamente, falar da questão do carro. Inclusive, acho que isso causa uma antipatia nas pessoas, porque carro é sinônimo de liberdade, carro é sinônimo de *status*. “Agora, você vem falar que não posso ter carro, que não devo ter carro?” Uma pessoa, inclusive, disse que o sonho dele era que todo brasileiro tivesse um carro. Então, não me levem a mal!

Data venia, eu gostaria de dar algumas informações sobre o carro. Primeiro, o carro destrói o Planeta. É uma informação sutil: o carro destrói o Planeta. Esse gráfico mostra que as emissões de CO₂ acompanham o aumento da temperatura da Terra. Isso está provado. Isso ninguém vai discutir. Por favor, ninguém discuta isso, porque isso está mais do que provado. Há 1,3 bilhão de automóveis em circulação no mundo. Há uma produção nova de 70 milhões de carros. São 192 mil carros por dia, 8 mil carros por hora e 133 carros por minuto. E, por esse gráfico, pode-se ver que a produção mundial de automóvel acompanha a concentração de CO₂ na atmosfera. Gente, isso é suicídio! Isso é irracionalidade completa! Não paramos de fabricar carro, não paramos de emitir CO₂ por meio do carro.

Mas há outras coisas! Só com a emissão de gases, já dava para dizer: “Para! Não dá mais para ter carro!”. Mas, além disso, 1,15 milhões de pessoas morrem por ano e de 20 milhões a 50 milhões são feridos em acidentes. Há 3,2 mil mortos por dia no mundo. Na França, há 5 mil mortos em função da poluição causada pelos carros, fora os que morrem em acidentes. Isso gera um custo de cerca de 900 mil euros por cada morte, em função de toda aquela confusão.

Então, eu queria dizer aos senhores que isso representa muito mais do que todos os ataques terroristas que houve no mundo. E, por causa dos ataques terroristas, fizeram uma guerra contra os supostos terro-

ristas. Hoje, a gente na sabe quem é terrorista e quem não o é. Enfim, já devia haver uma guerra contra isso.

E a taxa de ocupação do carro? Afinal de contas, o carro é uma baita de uma condução? Só leva 1,2 pessoas. É a média mundial. Cada carro parado ocupa dez metros quadrados. O carro, em movimento, ocupa mais espaço.

O custo dos engarrafamentos nos Estados Unidos, medido em 85 zonas urbanas, gira em torno de US\$63 milhões por ano. São horas e horas em engarrafamento.

Está completamente furado o dado de que, em São Paulo, há 47 horas de engarrafamento por ano. Isso é o correspondente a um mês ou menos de engarrafamento naquela cidade. Mas dá para ver que, de 1982 a 2003, quadruplicou a quantidade de horas no engarrafamento. E o combustível desperdiçado anualmente em engarrafamento é de 8,7 bilhões de litros.

Aí se mostra a utilização do espaço pelo automóvel. A metade das cidades americanas está ocupada por estradas, garagens e estacionamento; esse índice é de 65% em Los Angeles. As estradas e áreas de estacionamento representam nos Estados Unidos uma superfície do tamanho da metade do território da Itália, que não é um país pequeno, não. O espaço consagrado aos carros é maior do que o destinado a moradias.

É feita uma comparação da velocidade média dos diferentes modos de locomoção. Hoje, eu mesmo fiz todas essas comparações. Em Brasília, ainda está bem mais do que isso, mas, com a limitação – a limitação aqui é de 60 quilômetros – de 50 quilômetros por hora nas vias, a velocidade de um automóvel é idêntica à de uma bicicleta, ou seja, em torno de 16 quilômetros por hora. E, com velocidade liberada, o carro não passa de 25 quilômetros por hora.

Na França, há um estudo muito interessante: a pessoa faz o cálculo do tempo que ela gasta para pagar as prestações do carro, do tempo que ela o leva ao mecânico. Em resumo, a velocidade de um carro na França, em Paris, é de 10 quilômetros por hora. É quase o mesmo que andar a pé, pois um pedestre consegue andar seis quilômetros por hora.

Como fazer decrescer a produção e a utilização de automóvel? É preciso reduzir o espaço e a velocidade do automóvel; cobrar pelos estacionamentos; desenvolver ciclovias e incentivar a utilização de bicicleta, com incentivo fiscal para utilização da bicicleta; e impedir a especulação fundiária.

O que acontece em Brasília? Isso é típico de Brasília. O sujeito especulou a questão fundiária fora de Brasília, e, então, a pessoa precisa de um carro para ir lá.

É preciso ainda aumentar o custo da utilização do automóvel e incrementar o transporte coletivo, como

trem e metrô. Essa é uma das propostas, mas existem outras por aí.

O Prof. Paulo César é especialista em transporte e sabe que há muito mais do que isso.

A climatização é segundo ponto. Eu disse que o carro era o primeiro ponto. O segundo ponto é a climatização. Em escala mundial, os dados mais recentes indicam que as emissões por eletricidade, aquecimento e ar-condicionado diretas do setor de edificação, residência e local de trabalho são da ordem de 10,6 Gt (Giga tonelada) equivalentes a CO₂ anual, ou seja, um quarto dos 49 Gt equivalentes ao CO₂ emitido anualmente. Então, é o que se gasta na climatização.

O ar-condicionado tem um impacto energético violento, impacto de efeito estufa pelos gases CFC, HCFC e HFC. Na França, esses gases são responsáveis por 5,8 das emissões de gases de efeito estufa.

Sobre ar-condicionado, eu queria fazer um reparo: hoje, medi a temperatura, que, aqui, era de 19°C, mas que, lá fora, era de 29°C. A Organização Mundial de Saúde diz que 5°C de diferença já causa problemas à saúde. Aqui, no Senado, há hora em que a gente não aguenta o frio.

Também se fala de aquecimento. As emissões por eletricidade, aquecimento e ar-condicionado diretas do setor de edificações, residências ou local de trabalho são da ordem de 10,6 Gt equivalentes de CO₂. Dessas, 70% são provenientes do sistema de aquecimento.

Como decrescer nesse particular? Adotando energias alternativas. Por exemplo, se somente 2% das residências canadenses adotassem o sistema geotérmico para suas necessidades em aquecimento, haveria uma redução potencial das emissões – há escala de países – de 376 mil toneladas de CO₂ equivalente, o que equivale a retirar 112 mil automóveis de circulação. Pode-se manter a diferença entre a temperatura interna e a externa entre 5°C e 7°C no máximo. Recomenda-se viver no inverno, em país de clima frio, com temperatura de 19°C; entretanto, vive-se com temperatura de 21°C.

Eu queria dizer aos senhores o seguinte: morei muito tempo na Bélgica, e, naquele tempo, ninguém colocava menos de 22°C nos apartamentos. Com 2°C a menos na temperatura, faz-se economia e uma “desagressão” incrível ao Planeta.

Como já falei, a diferença de temperatura interna e externa deve estar entre 5°C e 7°C.

Eu queria fazer uma observação interessante. Prof. Chacon, que conheço; Prof. Paulo César, da UnB; e Prof. Cristovam, nós nunca demos aula em salas com ar-condicionado. E aquele é nosso lugar de trabalho. Por que lá nós trabalhamos sem ar-condicionado e aqui temos de trabalhar com ar-condicionado? Por que, nes-

ses gabinetes, temos de trabalhar com ar-condicionado, às vezes, com 18°C? É uma coisa incrível! Por quê?

Como decrescer? Já falei.

A hiperdistribuição alimentar é o terceiro ponto. Então, há a questão do carro, a questão da climatização e a hiperdistribuição alimentar.

A hiperdistribuição alimentar chega a ser inacreditável. Por exemplo, a produção, distribuição e consumo de alimentos é o terceiro ponto que consome mais recursos naturais do Planeta, por consumir cada vez mais energia e água disponível no Planeta. A agricultura consome 70% da água potável do Planeta. Na era pré-industrial, um camponês consumia uma caloria para produzir 50 calorias/alimento. Hoje, para cada caloria produzida na agricultura, são gastas 17 calorias. É uma das coisas mais irracionais que já vi na minha vida!

Na atualidade, o alimento viaja, em média, 2,5 mil quilômetros antes de ser consumido. O tomate que se consome em Porto Alegre é produzido em Santa Catarina, mas, antes, viaja para São Paulo e, depois, volta. O Brasil possui soja para alimentar o rebanho bovino europeu, do outro lado do oceano.

Uma vez, eu estava em Quito. Por força daquelas questões de pequenas agroindústrias, fomos a um supermercado na cidade de Quito, e me disseram: "Olha, aqui, adotamos o seguinte sistema: tudo que se produz no Equador vem para Quito, e, depois, a gente distribui". Eu falei: "Mas não é possível isso". Ele falou: "É possível, porque isso fica mais barato".

Quero explicar para vocês por que isso acontece. Isso acontece porque, no Brasil, há uma agricultura especialmente do agronegócio que parece que é a maior maravilha do mundo. Por exemplo, uma fotografia dessas viaja o mundo com propaganda do Brasil. Mas, se você vir essa fotografia, por outro lado, imagina o seguinte: aquilo ali foi tudo desmatado, foi tudo posto no chão. Emitiu-se CO₂ para aumentar a temperatura. Certo? Eventualmente, aumentando a temperatura, apareceu o câncer na pele de muita gente. Muita gente foi para o hospital, gastou dinheiro. Naquele quilo de soja que sai dali, não estão embutidas as chamadas externalidades negativas. Então, eles podem fazer tudo isso e mandar os produtos para onde quiserem, tudo em nome do mercado e do custo mais barato.

Eu gostaria de falar uma coisa interessante: aqui, em Brasília, comíamos arroz produzido por Goiás e, de uma hora para outra, só comemos arroz produzido pelo Rio Grande do Sul. Em nome de quê? Em nome do custo. Lá fica mais barato, a produtividade lá é maior. Mas que custo é esse em que não se coloca o gasto com petróleo, com pneu e com carro e o gasto com o aumento da temperatura em função das emissões de

CO₂? Além do mais, essa agricultura não é economicamente viável.

Pode passar ao próximo *slide*, até completar a imagem.

Então, se você for ao supermercado e comprar R\$100,00 de produtos agroindustrializados, esse dinheiro irá remunerar quem? Ele remunera as grandes agroindústrias, que são quase todas multinacionais. Depois, vai remunerar de 25% a 30% os produtores de insumo, que também são multinacionais; e de 20% a 25% o setor da comercialização, também composto por multinacionais. Estou frisando essa questão das multinacionais, porque é um grande problema na modificação no padrão de consumo e na melhoria das condições do Planeta. E de 5% a 10% ficam com o produtor. Ora, gente, qual é a vantagem dessa agricultura?

Como fazer decrescer os gastos com recursos naturais de energia e com energia utilizada na produção, consumo e distribuição de alimentos? É a palavra que o Carlos Alberto falou: é preciso realocar a produção de alimentos.

Outro dia, aconteceu uma coisa muito interessante. Eu estava comendo uma cebola, picadinha, frita, muito gostosa, para distribuir na salada. E aí olhei o pacotinho da cebola e vi que vinha da Holanda. Brasília é suficiente na produção de cebola. Por que não podemos comer a cebola daqui? Falam assim: "Mas vem mais barato de lá". Mas ninguém calculou a poluição feita pelo avião, porque essa cebola tem de vir de avião, é lógico.

É preciso incentivar a produção agroecológica, o que, para mim, resolveria esses problemas; incentivar a pequena produção familiar no Município; e incentivar a agregação de valor à produção familiar por meio de pequenas unidades de processamento de produtos de origem vegetal e animal.

Esses são apenas alguns pontos de que falamos.

Há outro ponto: a obsolescência técnica ou funcional, perceptiva ou planejada. Isso já foi falado pelo Philippe Lénna. Obsolescência é coisa inacreditável também nesse mundo. A obsolescência técnica é aquela exemplificada no celular: se o celular está um pouquinho melhor, você troca. A perceptiva é aquela da moda: "Ih! a sua blusa não está boa!". E a planejada é aquela em que, às vezes, o cara coloca um *chip* no computador ou na impressora para parar de funcionar. Há provas disso. Ela é o motor secreto da nossa sociedade de consumo.

Dos bens postos no mercado para venda, 80% são utilizados uma única vez, antes de ir diretamente para a lata do lixo. Hoje, os países ricos produzem quatro bilhões de toneladas de resíduo por ano. A produção de lixo doméstico por habitante é de 760 quilos por

ano nos Estados Unidos, de 380 quilos na França e de 200 quilos na maioria dos países. Reduzir significa, em primeiro lugar, diminuir o impacto sobre a biosfera do nosso modo de produzir e de consumir.

Desculpem-me! Aquele ali sou eu. Ali, eu tinha 22 anos. Isso ocorreu em 1970. Ali estou com uma blusa que minha mãe me deu quando passei no vestibular na Universidade Federal de Viçosa, em 1967. Essa blusa já tinha três anos de uso. Estou com essa blusa aqui. Esta blusa tem 44 anos. Então, isso é a antiobsolescência. Quando ponho esta blusa e dou aula – três alunos meus estão ali –, meus alunos falam: “Professor, o senhor comprou blusa nova?” Eu digo: “Não, ela tem 44 anos”. Não estou exigindo que as pessoas tenham uma blusa de 44 anos, mas também não dá para as pessoas trocarem o guarda-roupa a cada estação, como se faz na Europa e nos Estados Unidos. E, aqui, no Brasil, isso já está começando a ser feito. É só ver as pessoas que vão ao *shopping* do Lago Norte e que fazem isso. Essa questão da obsolescência é um fator complicado.

Como fazer decrescer o consumo de bens supérfluos?

Há as seguintes questões: autoprodução de bens e serviços; proibição de privatização de serviços públicos essenciais, como água, educação, saneamento, com os quais também se pode gerar trabalho; abandono absoluto da agricultura intensiva pela agroecologia. É preciso incrementar a energia renovável, consumir menos energia, eliminar a energia não renovável, sobretaxar a indústria poluidora e colocar as externalidades nos preços dos produtos.

Há outro verbo que você utilizou: reconduzir o emprego para campos relacionados com a satisfação das necessidades sociais e ambientais. Hoje, são ocupados 0,2% da superfície do Planeta. O Senador, quando Governador, tentou fazer isso com o nome de “desmigração”. Ocupamos somente 0,2% do Planeta.

As cidades em transição também é uma proposta.

Finalmente, para quem deve servir a diminuição do consumo de bens? Aí lanço mão de uma imagem, de uma figura que o Senador criou e que utiliza muito.

É claro que nossas propostas de decrescer, sim, de diminuir, sim, servem para as pessoas que estão dentro da cortina de ouro. Há países em que há maioria tem alta renda e países em que a maioria tem baixa renda. Então, o primeiro mundo internacional dos ricos tem de diminuir, sim, o padrão de consumo – não dá para expandir o consumo dessas pessoas –, para que a outra parte tenha um consumo digno, até porque 20% da população mundial consomem, hoje, 85% dos recursos naturais. Essa conta não vai fechar, se os que estão consumindo menos diminuírem o seu consumo.

Finalmente, para encerrar, Senador, quero dizer que, ao termos em mão evidências extremamente confiáveis de que a natureza é vulnerável às ações do homem, podemos encarar essa nova utopia, que é a proposta do decrescimento, e partir para convencer pessoas, sobretudo as crianças, de que o padrão de consumo dos ricos tem de ser reduzido, de que o dos pobres tem de aumentar e de que o de todas as pessoas tem de modificar. O sonho é gastar menos recursos naturais, para que todos nós possamos viver de forma melhor.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Eu agradeço aos três expositores a fala.

Quero só fazer uma brincadeira aqui: realmente, podemos guardar e usar uma camisa por 40 anos, sem obsolescência, mas a nossa cara vai ficando obsoleta. (*Risos.*) Mas o cérebro vai melhorando.

Eu queria fazer um pequeno resumo. Quero começar com a primeira frase dita pelo Prof. Lénna. Ele disse: “Não podemos continuar assim”. Essa frase é determinante, Professor. Não dá para continuar assim!

Eu queria fazer outra pergunta: valeria a pena continuarmos assim mesmo que pudéssemos? Ou seja, do ponto de vista físico, não dá para continuar a transformação de recursos naturais em bens e serviços na quantidade que a gente faz! Vai explodir, vai estourar, a não ser que a gente exclua muitos, mas não queremos excluir, mas, sim, queremos incorporar. Mas não dá para incorporar todos no padrão daquilo que o João Luiz mostrou como o mundo dos ricos. Só há um jeito: baixar os de cima no consumo, o que não quer dizer que vá diminuir a felicidade, o bem-estar.

Por exemplo, suponhamos que, amanhã, todas as fábricas de armas no mundo serão fechadas, desde submarinos e caças até revólveres – não digo faca, porque faca não é só arma, mas é também utensílio doméstico. Se isso acontecesse, Prof. Gurgulino, pelo número que eu me lembro, haveria um decrescimento de 5% no Produto mundial, que é algo em torno de 40 trilhões, sendo que 1 trilhão é de armas. O mundo ficaria infeliz com essa redução? Não! É claro que não! Mas teriam de saber o que fazer com aqueles que trabalham produzindo isso. Poderiam reduzir a jornada de trabalho de todo mundo, reduzindo um pouco o consumo de todo mundo. Mas o mundo, certamente, seria mais feliz.

Essa é, Prof. João Luiz, a definição de decrescimento. É isto que a gente fala: se todas as armas do mundo parassem de ser produzidas, melhoraria o bem-estar mundial. Isso pode valer para muita coisa desde que você compense. Teríamos de compensar a

redução de automóveis produzindo mais ônibus, mais metrô, mais bem públicos.

Então, essa ideia do decrescimento é uma necessidade, na linha do que falou o Prof. Lénna, mas é também uma vantagem, se a gente quiser levar adiante, desde que combinemos corretamente. Não é como alguns pensam: diminuir para todo mundo igualmente. Não! É preciso diminuir alguns produtos. Nem é para fulano ou sicrano, para classe A, B ou C. Não! Falo de alguns tipos de bens.

Creio que a gente pode começar a imaginar que a felicidade, o bem-estar não é sinônimo de maior produção. Essa é a chave da reflexão do decrescimento. E aí a gente pode usar a frase do Prof. Carlos Alberto, citando o grande Ivan Illich, mas de outra maneira. Ele citou uma frase de Illich que dizia que os pobres estão frustrados, e os ricos, insatisfeitos. Posso usá-la ao contrário: os ricos estão frustrados, porque já testaram o consumo, e este não os satisfaz; os pobres estão insatisfeitos, porque não o usaram ainda. Então, é uma questão de mudar a mentalidade.

Há também uma frase dele que diz que não é possível um mundo perfeito. Creio que pode haver um mundo perfeito, mas temos de redefinir o que é perfeição. No marxismo, de fato, a perfeição era a igualdade plena. Isso não é perfeito, necessário, nem bom, porque, para haver igualdade plena, obriga-se a acabar com a liberdade. Pode haver um grau de liberdade, o que é necessário, e, ao mesmo tempo, haver uma maneira de fazer tudo mais perfeito.

Achei muito boa a imagem da Pegada. O Prof. Lénna falou diversas vezes em Pegada, mas aquela imagem tornou isso visível. Eu queria explicitar uma coisa, porque não ficou claro: a Pegada é o quanto seria preciso, no Planeta, de recursos para que todos consumissem como os ricos. E aí vocês veem que dá 2,5 vezes a mais. Aí dizem: "Mas isso não pode ocorrer, pois o mundo não tem 2,5 vezes a mais, só uma vez". É que só poucos estão consumindo. Se todos consumissem, seria preciso 2,5 vezes o Planeta. Isso não é possível. Então, a gente tem de manter o consumo para poucos ou mudar, modificar, como disse o João Luiz, o padrão de consumo.

Finalmente, é preciso reduzir o tipo de produto; nem digo os de cima, mas, sim, o tipo de produto. É capaz de haver algum tipo de produto que as camadas baixas estão consumindo, que é altamente prejudicial ao meio ambiente e que não é necessário ao seu bem-estar. É preciso modificar o padrão.

Na modificação desse padrão, quero me contrapor ao que disse o João Luiz: no que se refere a ar-condicionado, que eu pessoalmente detesto, não dá para as crianças ficarem em uma escola, em um lugar

muito quente, sem ar-condicionado. Então, é preciso redistribuir quem vai ter ar-condicionado. Em vez de haver ar-condicionado somente em banco, vamos botar ar-condicionado em escola também e usar uma arquitetura que torne desnecessário seu uso, sobretudo em lugares como Brasília. Em Brasília, não é necessário ar-condicionado se houver uma arquitetura boa. Mas, no Pará, em Pernambuco, as escolas, talvez, precisem de ar-condicionado. Eu sei que o senhor está de acordo com isso.

O SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – Coincidentemente, estive em Manaus há duas semanas e visitei o teatro de Manaus. Perguntei ao guia: por que o teatro não está virado para o rio Negro, que é uma bela imagem? Aí, ele me explicou tudo: "Ele está virado para este lado, porque vem um vento de lá. Canalizou-se o vento, que sobe por debaixo das poltronas". Então, era um sistema de ventilação daquela época, quando o teatro foi fundado. Hoje, há ar-condicionado. Então, há sempre um sistema de ventilação.

Outra coisa: o problema não é haver ou não ar-condicionado. O problema é haver ar-condicionado que está exaurindo os recursos naturais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero ler algo que acho importante. Esta foi uma das coisas boas que surgiram aqui, hoje: a ideia do choque de verbos, que leva a uma mudança de mentalidade, que é aquilo de que a gente precisa. Todo problema gira em torno de como mudar a mentalidade, que é difícil. A gente fala disso aqui, mas, daqui a pouco, a gente sai daqui, e cada um pega seu carro para ir para casa. É difícil convencer as pessoas a mudarem de mentalidade.

O que o Prof. Carlos Alberto disse a respeito do choque de verbos – assim eu chamei – é interessante, não na mesma ordem, mas seguindo a ordem: desenvolver e decrescimento. É preciso desenvolver, redistribuir; modernizar, reduzir; consumir, reciclar; crescer, reutilizar; progredir, decrescer; acumular, florescer; competir, perenizar; explorar e reencantar, que, no final, é a palavra-chave sob o ponto de vista do deslumbramento que a gente precisa criar com essa nova proposta. Aí é que está o desafio: como encantar, ou reencantar, em relação a uma nova proposta de avanço – não quis usar desenvolvimento, nem crescimento – do bem-estar, numa mentalidade prisioneira do consumo? Esse é o grande desafio.

Por isso, como lembrou o Professor João Luiz, eu só vejo uma saída: começar pelas crianças. Não vejo outra saída.

As imagens que você mostrou, Prof. João Luiz, são fundamentais, realmente muito boas, para a gente

poder fazer uma cartilha para as crianças do mundo inteiro, não só do Brasil.

O relatório do Clube de Roma, que é a base de quase tudo isso que a gente pensa, foi feito para um grupo de pessoas muito sofisticadas e intelectualizadas. E ajuda a mudar o pensamento, não a mentalidade. A diferença é que o pensamento você muda na explicação das coisas, mesmo que não mude o seu comportamento. Mas, com a mentalidade, você muda o seu comportamento.

É preciso fazer com que seja visto como pecado destruir a natureza. É pecado destruir uma floresta sem que ela seja reposta. Esse conceito de pecado é a maneira de a gente definir a mentalidade que eu sugeria.

Considero que esta foi uma excelente noite de debates.

Antes de concluir os trabalhos, eu queria conceder mais dois minutos para cada um dos três expositores.

Antes que eu feche a sessão, se quiserem, para complementar, poderão refletir em cima do que os outros falaram ou tentar responder àquelas perguntas que eu coloco sempre em relação a cada tema, que mostrei ao Professor Lénna.

Passo a palavra, por dois minutos, ao Professor Lénna.

O SR. PHILIPPE LÉNNA – Muito obrigado.

Para complementar, rapidamente, eu gostaria de levantar três pontos. Um deles é o seguinte fato: na Conferência de Estocolmo, houve uma bandeira, que era o ecodesenvolvimento; na Conferência do Rio, em 1992, foi levantada a bandeira do desenvolvimento sustentável; e já sabemos, praticamente, que, para a Rio+20, o tema será a economia verde. Tenho a esperança de que, na Rio+30 ou na Rio+40, o tema seja o decrescimento, porque é um debate que está crescendo muito em todo lugar.

Mas há um tema que não abordei, que é o que se chama de convergência, uma bandeira que é levantada pelo movimento do decrescimento, quer dizer, convergência entre os países e convergência entre as pessoas ou classe sociais dentro de um país. Não se quer dizer igualdade total, é claro, mas convergência, e isso se expressa em termos de recursos. Isso até foi defendido na Conferência de Copenhague e, é claro, não foi aceito, mas a ideia surgiu, de que, afinal, há um direito de emissões globais no Planeta que corresponde ao que o Planeta consegue metabolizar, os oceanos e as florestas que vão integrar esse CO₂.

Na realidade, por que existem países que emitem 50 vezes mais do que outros, principalmente em termos de emissão *per capita*? O objetivo seria dizer: em 2050, no Planeta, teremos o direito de emitir “x”. E esse “x” deve ser dividido pelo número de habitan-

tes do Planeta. Então, um país como a China, obviamente, vai emitir muito mais do que um país como os Estados Unidos ou pior ainda do que a França. Isso é que se chama convergência. É como a ideia democrática de que, para cada pessoa, há um voto; seria a mesma coisa.

Essa convergência foi proposta também para o consumo de recursos naturais, para as conferências internacionais.

Não tive tempo de falar, mas há partidos políticos – agora, eu acho que esta não é a melhor opção –, que são partidos do decrescimento. Sobretudo, a ideia de decrescimento é encampada por outros partidos, às vezes, na Europa. E há uma proposta que foi encampada por vários partidos, que é a renda máxima. Achemos normal haver uma renda mínima – é o mínimo que se pode dizer –, mas a renda máxima seria útil, porque voltaríamos ao que John Stuart Mill dizia: “Não pode haver uma civilização verdadeira se há uma desigualdade muito grande”.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Professor. Tenho abordado muito a ideia do limite de consumo, não necessariamente da renda. Pode até haver uma renda muito grande, mas o consumo não pode ser além do que aquilo que a ecologia permite. Aí, se você tem renda sobrando, você a usa para outras coisas que sejam renováveis.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO PEREIRA SILVA – Eu queria, nestas considerações finais, dialogar um pouco com a questão colocada pelo Professor Cristovam: “Valeria a pena continuar, mesmo se pudéssemos?”. Eu penso que, mesmo que não estivéssemos diante de uma crise ecológica planetária, não valeria a pena continuar na rota do crescimento ilimitado, na rota do desenvolvimento. Na verdade, o desenvolvimento e o crescimento ilimitados geram um bem-estar ilusório. Poderíamos discutir, exaustivamente, as externalidades negativas.

O fenômeno da violência, talvez uma das causas seja esse apelo à opulência, esse apelo ao consumo, esse apelo ao ter sobre o ser.

Volto ao fenômeno dos acidentes de trânsito. Quantas mortes são ceifadas no trânsito em nome do desenvolvimento? Quantos são amputados e geram índices para o PIB em função dos gastos em hospitais, com medicamentos, em nome do desenvolvimento?

O fenômeno chama a atenção: será que estamos vivendo com o mínimo de felicidade nessas sociedades desenvolvidas? Fala-se muito do Brasil. Hoje, o Professor Cristovam Buarque lembrava: “O Brasil é a sétima economia mundial”. É preciso debater o decrescimento também no Brasil, como estamos fazendo.

Há um vazio existencial. Estamos vendo uma lógica cruel do chamado culto ao corpo doentio, da corpolatria, tudo em nome da lógica do consumo. O Brasil é um dos países em que mais se faz cirurgia plástica no mundo, boa parte dela estética.

E as doenças do progresso? E as cardiopatias? E os transtornos mentais? Há pouco, nem sabíamos os nomes: síndrome do pânico, transtorno bipolar, depressões de todos os tipos. Será que isso não tem a ver com essa lógica desenvolvimentista? Cabe a nós interrogarmos sobre essa questão.

Um consenso entre nós e os partidários do decrescimento é o de que o decrescimento aponta para um jeito de viver melhor. Por isso, sempre digo, na minha fala, que ele não é um conceito. Fala-se em decrescimento econômico. É muito mais e muito menos do que econômico! É uma mudança cultural que envolve todos nós, no sentido de estarmos aqui de passagem. A gente tem de fazer deste Planeta um planeta respirável, habitável, recortado, penso eu, pelo signo da “amorização”. E considero que o decrescimento contribui para isso.

Então, muito obrigado pelo convite, Professor Cristovam. Conte com nossa contribuição neste debate!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Nós é que lhe temos de agradecer muito a sua fala.

Concedo a palavra ao Prof. João Luiz.

O SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – Hoje, no mundo, em todos os países, existe um meio de cultura, um caldo de cultura – dizemos assim – propício ao crescimento da proposta do decrescimento, porque não dá para universalizar o padrão de consumo de vida dos países ricos, a não ser que aumentem as desigualdades. Não há outra saída. Ou diminui esse padrão, ou aumentam as desigualdades. Essa conta não fecha.

Então, para mudar esse padrão, a gente tem de fixar um ponto, que é a ultramonopolização do capital. Hoje, o capital, está na mão de empresas. Quinhentas corporações têm 47% do PIB mundial. Hoje, eu estava conversando com o Valderi. O PIB mundial é de mais de US\$7 trilhões, e quinhentas empresas dominam isso. Então, as três maiores empresas do mundo equivalem ao PIB do Brasil, que é a sétima economia do mundo. Cinquenta corporações têm um PIB maior do que 150 países. Aí, vem a pergunta: como você pode estipular a política?

Outro dia, eu estava assistindo a uma palestra do Pochmann, que dizia que, daqui a pouco, a pergunta vai ser a seguinte: a Petrobras é uma empresa do Brasil, ou o Brasil é uma empresa da Petrobras? Ou o Brasil pertence à Petrobras?”.

Quando uma grande empresa chega a uma determinada cidade, o prefeito não manda nada, quem manda é essa empresa. Então, é fundamental que a

gente se fixe na ultramonopolização do capital e entenda que a universalização do padrão de consumo dos países não acontece. Se isso continuar, vai haver uma crescente desigualdade, como está acontecendo.

Então, agradeço-lhes muito a oportunidade. Eu queria dizer que foi muita ousadia de sua parte, como político, patrocinar este evento. Não sei, não. Talvez, você tenha decrescido um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em voto, é bem provável.

É isso que faz ser difícil mudar. Creio que o Prof. Lénna falou... Não, alguém aqui falou que eu disse, na última vez, que sou pessimista sobre a possibilidade de o ano de 2012 reorientar o futuro. Sou pessimista porque, politicamente, isso que falamos aqui é um desastre eleitoral, e os chefes de Estado são políticos e candidatos. Eles virão aqui pensando na eleição deles. Obama virá aqui no meio da eleição dele. Imaginem ele pegar esses dados sobre indústria automobilística e dizer que tem simpatia por isso? Imaginem ele dizer que não dá para todos terem o consumo que tem o rico nos Estados Unidos? Ele não se elege.

Por isso, sou pessimista em relação à possibilidade de encontrarmos um caminho e, por isso, temo que este encontro seja definido por duas coisas: governança e economia verde. Com a economia verde, pode-se dizer: “Vamos continuar aumentando o número de carros, mas com bateria”. Aí a gente vai ter de fazer mais lagos. Então, o problema estoura noutro lugar. E a questão da governança diz respeito ao fato de que os países ricos podem nos impor certas regras que são contra cada um de nós. Então, a economia verde seria uma forma moderna de depredação, e a governança, uma forma moderna de imperialismo. Esse é um perigo que haverá em 2012.

Com isso, temos de debater, enquanto podemos, essas ideias que parecem muito radicais hoje. Mas creio que não haja saída senão a adoção dessas ideias, por duas razões: a primeira é que, como disse o Prof. Philippe Lénna, não dá para continuar desse jeito; a segunda é que não é certo, do ponto de vista do bem-estar, continuar. Estamos destruindo, sem beneficiar a humanidade inteira e cada um de nós.

Precisamos de um novo modelo, e a grande chance de alcançá-lo nós a teremos em 2012. Se não for em 2012, não sabemos quando será. Mas a nossa contribuição para esse debate estamos dando. Espero que, pela televisão, isso se espalhe e chegue, sobretudo, às crianças e aos jovens deste País, para que eles entendam que precisamos de um novo caminho e que esse novo caminho pode levar a uma felicidade maior, a um bem-estar maior, do que a simples ideia da contabilidade de produção e de renda.

Antes de dar por encerrada a sessão, quero dizer que, hoje, conversando com o Presidente Collor, Presidente da Comissão das Relações Exteriores, acertamos, no momento em que a pessoa aceitar, a vinda do Presidente da República das Maldivas. A República das Maldivas vai ser o primeiro país a desaparecer com a subida do oceano. Recife vai desaparecer, mas não o Brasil. As Maldivas são o país inteiro. Por isso, quando esse Presidente fala – estive com ele –, ele fala para o Planeta, porque o eleitor dele está preocupado com o problema ecológico, que é o retrato da crise que vamos ter.

Quero agradecer a presença aos três expositores. Tudo isso vai ser publicado. Esperamos dar a contribuição que podemos.

Está encerrada a sessão.

Um grande abraço e uma boa noite para cada uma e para cada um!

(Iniciada às 18 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 15 REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE “REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e vinte e três minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomis-

são Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Presente o Senhor Senador **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa o Professor **Perci Coelho de Souza**, Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social da Universidade de Brasília (Locuss-UnB); o Senhor **Pedro Herculano G. Ferreira**, Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); e a Senhora **Esther Bemerguy de Albuquerque**, Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às vinte horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada uma e a cada um.

Eu declaro aberta a 15ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos... Isso não é necessário.

A presente reunião destina-se a retomar nosso ciclo de audiências públicas com a realização do novo painel de hoje que será: “Desigualdade: como reduzir”.

Lembro a muitos que aqui estão que nós estamos debatendo em torno de questões, perguntas sobre os problemas ou os desafios que vamos enfrentar daqui para frente no projeto civilizatório. Discutimos água, como conservar energia, como produzir e quanto consumir. Discutimos decrescimento, se seria a solução. E hoje vamos ter este tema que é fundamental: “Desigualdade: como reduzir”.

Para proferir as palestras e debater o tema, convidamos três especialistas. Convidamos o Sr. Pedro Herculano Pereira, Professor Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; o Professor Perci Coelho de Souza, Coordenador do Grupo de Pes-

quisa sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social da Universidade de Brasília; e a Sr^a Professora Doutora Esther Bemerguy de Albuquerque, Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. São três pessoas extremamente preparadas para o assunto que chamo para virem à Mesa.

Nós temos a praxe de utilizarmos quinze minutos para cada fala, mas eu já aviso que não vou ficar importunando pelo menos nos minutos seguintes aos quinze. Depois disso, nós teremos, ao final, um questionamento. Eu mesmo farei algumas questões, e os que estiverem presentes aqui farão outras, de tal maneira que, ao encerrar o assunto, tenhamos um material para publicação no livro que estamos preparando.

Eu digo a vocês que o fundamental desses encontros é a divulgação pela televisão. Nós, em breve, deveremos entrar ao vivo, quando terminar o plenário – e o plenário não deve demorar muito tempo mais. E esse programa depois será passado em diversos momentos ao longo da semana.

Eu quero, então, começar, passando a palavra ao Dr. Perci e pedindo que faça uso da palavra.

O SR. PERCI COELHO DE SOUZA – (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Se ela preferir. Como? Senão, por favor.

O SR. PERCI COELHO DE SOUZA – Ex^{mo} Sr. Senador Cristovam Buarque, na pessoa de quem cumprimento os colegas da Mesa, senhoras e senhores, telespectadores, boa noite.

Eu queria começar com um agradecimento especial por ter sido lembrado a contribuir com esta audiência pública sobre “Desigualdade: como reduzir” e parabenizar, de imediato, o nobre Senador, que inclusive é meu colega da Universidade de Brasília, uma referência importante na história da UnB, pela iniciativa de colocar esta Casa a serviço da sociedade brasileira neste momento de preparação da Rio+20, um evento estratégico do ponto de vista da temática em questão, do ponto de vista global.

Falando em globalização, a minha contribuição – vou tentar ser breve utilizando os quinze minutos – é pequena; é uma provocação que tem como título: “O impasse “glocal” da crise: para uma crítica socioespacial da desigualdade.” É uma breve exposição resultado do acúmulo de pesquisas do grupo ao qual pertenço, na Universidade de Brasília, grupo de pesquisas sobre poder local, políticas urbanas e serviço social, conhecido como Locuss – UNB.

O objetivo de minha contribuição pode ser resumido em duas partes. Primeiro, vou tentar explicitar uma abordagem crítica ao processo de aceleração e

agravamento social da desigualdade, segundo uma abordagem que provocativamente estou chamando de “glocal”, que é a relação que hoje se instaurou, principalmente pós-crise 2008, mas que já vem dos últimos 20 anos, de um tipo novo de subordinação das relações sociais locais a uma lógica da acumulação global. Vou fazer isso tentando, rapidamente, circunstanciar o tema em três conceitos elementares, fundamentais, para estabelecer esse conceito de “glocalidade” ou “glocal”: crise do capital, desigualdade social e território. Por fim, indicar alguns parâmetros políticos, segundo esse conceito “glocal”, para o enfrentamento dessa questão fundamentalmente sócio-ambiental.

Falando então do primeiro eixo essencial para nos colocarmos numa nova dimensão criada pela crise, sobretudo, que é a “glocalidade”, a relação de subordinação do local pela lógica da globalização, da rentabilidade global do capital, temos aqui um momento importante, um momento de total desconfiança.

Há um clima de desconfiança do ponto de vista de tudo aquilo que se projetou vinte anos atrás, no evento do Rio de Janeiro, em termos de uma possibilidade de convivência, de um modelo de desenvolvimento, recuperado ou reconduzido, dentro de uma sociabilidade sustentável vinculada a esse mesmo modelo. Essa desconfiança, que acredito que vá atravessar o evento do ano que vem, o Rio+20, vai questionar a eficácia, a utilidade de conceitos resultantes dos eventos de vinte anos atrás.

Outro conceito que vai estar na berlinda, vamos dizer assim, da discussão é o de responsabilidade social. A crise de 2008 colocou na vitrine, expôs a fraqueza desse conceito de responsabilidade social do ponto de vista das empresas, principalmente as transnacionais que, em seu primeiro momento de impacto da crise, sua primeira atitude, foi demitir milhões de trabalhadores. A fragilidade desse conceito de responsabilidade social vai, certamente, ser discutido no evento do ano que vem.

Como produzir, então, novas sínteses políticas, como prepararmos a nossa sociedade para o evento Rio+20 sem cairmos em dois equívocos, a polarização entre aqueles que não veem saída, os chamados apocalípticos, que creem que estaríamos realmente fadados a uma insustentabilidade global, nem cairmos no engodo daqueles que subestimam a gravidade e a radicalidade dessa crise? O grande desafio político para o evento da conferência do ano que vem será como construir uma nova síntese que ultrapasse esses limites.

Pode passar, por favor.

Quero fechar esse primeiro eixo, chamando a atenção, com essa imagem que procura retratar a

chegada de um furacão, para o fato de que a crise se avizinha de forma cada vez mais dramática, mas nós não devemos abrir mão de entender a crise, como os japoneses, muitas vezes, representam o conceito de crise, não só pelo lado negativo, mas pela oportunidade que a crise oferece, de a gente repensar o modelo. E aí eu gostaria de saudar a iniciativa do próprio Japão, que foi este ano gravemente atingido por um desastre ambiental. A primeira atitude política consequente do governo japonês foi a de não só pedir desculpas à sociedade, mas de fazer uma radical revisão de sua matriz energética baseada na energia nuclear.

Sigamos com essa perspectiva japonesa para o enfrentamento da desigualdade social. Então, os limites de uma civilização estão colocados. Nós não podemos deixar de aceitar essa provocação, sobre a qual vários intelectuais vêm se manifestando, principalmente quando desnudam a face social da crise do capital. A face social da crise do capital hoje coloca em risco a sobrevivência da civilização que nós convencionamos chamar de civilização moderna. Está em risco o nosso projeto ético, político, econômico e cultural.

Pode passar.

Quando isso acontece, de relacionarmos a crise à sua face social, nós chegamos, então, ao conceito, que não é de agora, já tem mais de dois séculos de existência, no campo principalmente das políticas sociais, que é o conceito da questão social. Quando nós tratamos a desigualdade do ponto de vista da interpelação da sociedade sobre o modelo de desenvolvimento que concentra muito mais do que distribui as riquezas produzidas pela maioria da sociedade, nós damos concretude, materializamos no espaço, como mostram as imagens aí colocadas, nos rostos, enfim, na indignação e na capacidade de ser sujeito dos movimentos sociais e questionar esse modelo.

Nós temos esforços da ciência – é interessante isso – nessa linha de pensamento, de colocar a desigualdade do ponto de vista da concretude da questão social. Eu gostaria de citar o exemplo do hoje Presidente do Ipea, que está aqui representado pelo colega que vai apresentar sua conferência, o Marcio Pochmann liderou uma pesquisa interessante nesse sentido de não subordinar mais os índices de aferição de desenvolvimento ao PIB, pensar índices que realmente ampliem e mostrem a realidade concreta da questão social, portanto da desigualdade social.

Então, a desigualdade social, no trabalho de Pochmann, entrou como um dos indicadores importantes para podermos visualizar no território, aí, no caso, global, a gravidade da situação social do atual modelo de desenvolvimento.

Vocês vejam aí, na escala de Marcio Pochmann, as tonalidades avermelhadas, mais quentes, são as piores indicadores de desigualdade social. As tonalidades indo para o verde são as de melhores condições sociais.

Então, vejam que temos a maioria da população mundial hoje – dois terços da humanidade, podemos dizer – sob forte impacto e agravamento da questão social.

E, na escala local, torna-se cada vez mais difícil reproduzirmos a ideologia que procura tornar a cidade real, que é uma cidade, segundo Emília Maricato, pesquisadora renomada da USP (Universidade de São Paulo), invisível, ilegal e informal, por trás dos muros, como a imagem representa. Está cada vez mais inabitável a relação que separa o 1% dos mais ricos da porcentagem maior, que é a dos pobres da sociedade brasileira.

Mas não é um caso isolado do Brasil, como vimos na imagem anterior.

Na escala local, as relações sociais estão cada vez mais subordinadas, nos retratos tirados, seja na mobilidade desigual do espaço das cidades, seja no desaparecimento de rios, seja no deslocamento violento de grandes parcelas da população para situações cada vez mais distantes das condições de habitabilidade.

O trabalho de Mike Davis, chamado *Planeta Favela*, é um excelente trabalho de demonstração da gravidade da situação global, que se revela no local, que subordina o local que estamos chamando de “glocal”.

O xis do “glocal” é a ultrapassagem hoje, pela população mundial urbanizada, da população anteriormente em condições rurais. Vejam o gráfico da esquerda: a tendência da população rural é cada vez mais diminuir; a da população urbanizada, de aumentar. Mas aumentar em que condições? Na tabela à direita, temos as multidões que se abrigam em condições de moradias insalubres, instáveis e inseguras. Então, a ultrapassagem dessas cidades se revela na mudança de um padrão de urbanidade que não existe mais. É um padrão novo e radicalmente desigual.

Vejamos o exemplo de São Paulo. Temos fotos da gravidade do caso da região metropolitana de São Paulo. Vejam a tendência para 2030, o tamanho da área da mancha urbana e todas as suas consequências de segregação socioespacial.

Então, o “glocal” é, ao mesmo tempo, degradação das fontes de vida – a expansão, no caso de São Paulo, é de ilhar a represa Billings, vulnerabilizar a represa Billings, que é o manancial principal da Grande São Paulo, de água potável.

Além disso, o “glocal” significa a tendência à desindustrialização. Todo o aparato do Estado a serviço

das grandes indústrias está hoje sendo abandonado pela mobilidade do próprio capital, a serviço da acumulação global.

E, no caso de Brasília, cidade reconhecida mundialmente como patrimônio da humanidade e reconhecida como a cidade mais moderna nos fundamentos da modernidade do Brasil, há um trabalho do nosso grupo de pesquisa que mostra que, mesmo numa cidade como Brasília, o acesso aos direitos à rede de proteção social de alta complexidade é tanto mais rarefeito quanto mais densa a população das áreas periféricas.

Então, o “glocal” é a aceleração da desigualdade social, e essa aceleração tende a subordinar o interesse privado, aí representado pelos automóveis, os resíduos do uso individual dos automóveis, subordinando a relação do campo, como, por exemplo, a maneira como o Brasil, hoje, usa abusivamente de agrotóxicos para atender a necessidade dessa demanda massiva de alimentos da urbanidade.

Então, prá finalizar, esse modelo de desenvolvimento precisa ser questionado é no copo do óleo, óleo e petróleo. Está escuro, talvez não dê para identificar, mas a intenção foi mostrar um copo cheio de óleo. A matriz energética mundial é petroleira, no sentido mais radical do termos, ou seja, do consumo de combustíveis fósseis como a matriz essencial desse modelo. Nós precisamos questionar esse modelo – e aí vou para as minhas considerações finais.

Pensar quais alternativas. Como dar sobrevida ao projeto político do ano que vem em Rio+20.

Eu penso, nessa pequena contribuição, que é necessário reverter a política no seu papel, no papel dos Estados nacionais, periféricos pela lógica da rentabilidade do capital internacional.

E aí eu queria fazer uma sugestão. A voz dos movimentos sociais precisa ser valorizada, os movimentos sociais precisam ser valorizados. Eles são criminalizados, em geral. Mas, no entanto, se nessa mesa tivéssemos a contribuição de um representante, por exemplo, do movimento dos atingidos por barragens, certamente nós teríamos uma contribuição importante que só quem vive no interior do Pará, enfrentando essa lógica da reprodução desse modelo de desenvolvimento na forma das hidrelétricas, por exemplo, e das novas hidrelétricas de pequeno porte, que vão sendo implantadas no pantanal sul matogrossense, por exemplo, nós teríamos uma contribuição importante para o debate.

Então, o fortalecimento e efetivação das políticas sociais localizadas serão importantes para revertermos essa lógica de subordinação das relações sociais locais, a lógica da acumulação global. E reverter também os parâmetros de eficácia societal “glocal”, orientados

para a superação dessa desigualdade socioespacial. Trocando em miúdos: os parâmetros que servem para balizar a relação do Estado com a sociedade precisam ser revistos desse novo ponto de vista, do ponto de vista, como fez Márcio Pochmann e outros pesquisadores, de utilizarmos novos indicadores para definir a estratégia do Estado brasileiro e de todos os Estados periféricos por essa lógica global, como enfrentamento à desigualdade socioespacial.

Obrigado e me coloco à disposição. Peço desculpas por ter ultrapassado o tempo. Uma nova matriz energética representada pelo copo de água e não de óleo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Professor Perci, meu colega da UnB.

Passo a palavra à Professora Esther.

A SRª ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE – Boa noite a todos e a todas.

Senador, primeiro gostaria de falar um pouco do conselho para localizar bem a minha contribuição. Ela, na realidade, é resultado do trabalho do conselho, ao longo dos últimos oito anos, e ela representa esse esforço dos conselheiros em fazer uma reflexão sobre o Brasil e, agora, sobre o desenvolvimento sustentável, buscando contribuir com a Rio+20.

Então, primeiro lembrar que o conselho é um espaço de concertação e diálogo sobre o desenvolvimento. Foi criado em 2003, é uma arena democrática que traz para o Estado a dimensão política do desenvolvimento. Então, o conselho é um conselho de atores sociais – empresário, trabalhadores, movimentos sociais. Fala de uma perspectiva política sobre o desenvolvimento e não de uma perspectiva técnica. E a forma como o Conselho atua se inspira muito fortemente nas palavras do nosso grande economista Celso Furtado, quando dizia que a dimensão política do desenvolvimento é inalienável, qualquer que seja o exercício que se esteja fazendo, seja macroeconômico ou microeconômico.

Então, pensando nessa perspectiva, o Conselho construiu sua primeira contribuição à Presidência em 2004: a Agenda Nacional de Desenvolvimento, apresentada em 2005 ao Presidente da República. Ela começou a ser elaborada pelos conselheiros em 2004 e na abertura da mesa de debates sobre a Agenda estava Celso Furtado. Infelizmente, não pessoalmente na mesa, porque já estava muito doente, mas o ministro à época, Ministro Jaques Wagner, foi até ele fazer uma entrevista, filmou-a e passou o filme no início da mesa de debates. E o recado de Celso Furtado foi dito em 2004. Essa é uma realidade que estamos aos pou-

cos superando e a crise nesse sentido é uma grande oportunidade. Ele dizia:

Existe, no Brasil [de hoje], uma espécie de ojeriza, de repúdio a pensar sistematicamente as coisas, a ter pensamento globalizante. A hegemonia do pensamento econômico neoclássico/neoliberal acabou com a possibilidade de pensarmos um projeto nacional. [E ele falava] Para mim, o que preza é a política(...). O desenvolvimento é uma construção da sociedade, mas é preciso que ela tenha vontade de fazê-lo.

Então, acho que se trata dessas duas questões. Uma é recuperar o sentido da política, para o qual esta Casa tem um papel fundamental, bem como todos os espaços de participação social, como você bem abordou, e todos os movimentos sociais. Ou seja, quem tem de falar o que quer a sociedade brasileira são seus representantes, sejam eles desta Casa ou dos movimentos sociais. A sociedade precisa dizer o que quer. Então, a política é preponderante no projeto de desenvolvimento.

E também não há como reduzir desigualdade sem que se pense de forma ampla e globalizante um projeto. Ela não pode ser resolvida por questões meramente pontuais.

Então, o debate no Conselho tem o objetivo de construir essa convergência necessária para romper esse círculo vicioso que estávamos vivendo até bem pouco tempo, de forma muito mais grave, da elevada desigualdade social e da estagnação econômica. Essa é a concertação que o Conselho quer fazer, muito difícil, numa sociedade extremamente desigual, complexa e diversa como a brasileira. Mas essa é a proposta do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

Há três grandes objetivos que o Conselho colocou para si e tem procurado orientar o seu trabalho a partir desses grandes objetivos sobre o que seria essa concertação, a qual pretende construir uma ideia ampla de desenvolvimento que contemple várias dimensões: ética, cultural, política. Então, é um conceito mais próximo do que Celso Furtado dizia. Desenvolvimento é diferente de crescimento econômico; é muito mais amplo e leva em conta suas várias dimensões.

O segundo ponto é trazer a política e o estado para o centro da decisão estratégica sobre desenvolvimento; recuperar a noção de interesse público e não de mercado. Então, trazer o estado e a política para o centro decisório desse projeto de desenvolvimento. Hoje, o centro decisório, nós sabemos, é cada vez mais o mercado. Por isso a situação que você bem colocou de desigualdade.

As desigualdades sociais, hoje, na realidade, foram globalizadas. Pouco importa se o país está desenvolvendo ou em desenvolvimento; elas estão globalizadas.

Não por outra razão a população dos Estados Unidos se mobiliza dizendo: “Nós somos os 99%. E eles são 1%. Um país como os Estados Unidos, que já foi conhecido por ter uma sociedade com uma desigualdade baixa, pequena, hoje tem uma renda e uma riqueza concentrada em 1% da sua população.

O terceiro objetivo do Conselho é construir uma pauta concreta, de médio e longo prazo, que se traduz em alguns documentos estratégicos do Conselho. O primeiro foi essa Agenda Nacional de Desenvolvimento a que já me referi antes, que foi apresentada à Presidência em 2005 e que colocava como objetivo central do desenvolvimento a superação das desigualdades sociais. O segundo documento foram os enunciados estratégicos para o desenvolvimento, apresentado em 2006, que colocava, em 2006, já a meta para o Brasil de crescer, pelo menos, 6% ao ano, o que, naquele momento, em 2006, foi visto como uma audácia e uma proposição que seria impossível de se cumprir, mas logo se viu que não seria impossível. O Brasil tem potencial para isso. E a agenda para o novo ciclo de desenvolvimento, que foi apresentada pelos conselheiros, em 2010, à Presidência e que tinha sido pautada, primeiro, por uma situação de crise – a crise que aconteceu em 2008/2009 pautou uma reflexão do Conselho sobre qual seria a agenda para enfrentá-la –, ao mesmo tempo em que também faz uma reflexão sobre o novo patamar de desenvolvimento do Brasil. Temos que refletir como o Brasil tem que enfrentar essa crise, mas também temos que compreender que a situação do Brasil não é mais aquela de 2004, sobre a qual nós refletimos para apresentar a primeira agenda.

Então, esses são os três grandes objetivos dessa concertação.

Pode passar, por favor.

A partir daí, vou fazer uma reflexão sobre uma contribuição que o Conselho deu à comissão nacional da qual o senhor participa, a Rio+20. A partir da prioridade que a Presidência da República deu à Conferência Rio+20, o Conselho reuniu um conjunto amplo de instituições – cerca de 100 instituições –, que, articuladas ao Conselho, construíram um acordo para o desenvolvimento sustentável. Esse acordo para o desenvolvimento sustentável, hoje, reúne, além do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que são 90 representantes da sociedade civil, um conjunto de 78 instituições da sociedade civil brasileira, incluindo um amplo leque de instituições e uma diversidade muito grande: tem todas as centrais sindicais apoiando

esse acordo, a CNI e um conjunto de federações de indústrias, de universidades, de movimentos sociais.

Então, esse acordo começou a ser construído no ano passado. Desde outubro de 2010, o Conselho começou a se envolver com as questões referentes ao Rio+20 e decidiu construir esse acordo. Esse acordo parte do conceito de desenvolvimento sustentável, o mais próximo possível do que era esse conceito em 1992, o que foi esse conceito em 1992, do que, em 1992, se buscava dizer como desenvolvimento sustentável, e mais longe dos temas que a Rio+20 traz hoje para a pauta de economia verde, numa estratégia de erradicação da pobreza.

Então, ao recuperar o desenvolvimento sustentável, recupera, porque esse desenvolvimento sustentável é o atendimento das necessidades sociais da geração presente e futura. Como nós entendemos isso? Que é o atendimento das necessidades derivadas dos direitos fundamentais, dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Essas seriam as necessidades objetivas que deveriam ser atendidas por um desenvolvimento sustentável e também o atendimento das necessidades subjetivas, porque existe um conjunto na população, principalmente na brasileira, extremamente diverso. Há populações como quilombolas, indígenas, populações tradicionais, que não têm o mesmo imaginário sobre sustentabilidade do que a nossa população. Então, é preciso também contemplar, além das necessidades objetivas, as necessidades subjetivas da população.

E, ao ter um desenvolvimento sustentável com todas essas características atendidas, o objetivo seria promover, individualmente, a autonomia a toda cidadão e, coletivamente, promover a equidade e ter instituições que, primeiro, fossem democráticas e respeitassem a integralidade e a transestorialidade nas políticas públicas. Então, esse seria um quadro de referência sobre o qual o conselho se debruçou para constituir esse acordo sobre desenvolvimento sustentável.

Próximo, por favor.

Nesse sentido, ganhou muita relevância, dentro do conselho, o debate sobre o próprio sistema de proteção social no Brasil, porque essas políticas sociais e essas políticas de seguridade no Brasil são políticas importantes como vetores de garantia de direitos, de atendimento das necessidades sociais. E essas políticas têm origem na Constituição Federal de 88, mas elas foram extremamente fortalecidas nos últimos anos.

Então, sejam as políticas de proteção social, que incluem a seguridade social, a saúde, a assistência social, o trabalho, sejam as de promoção social, como a educação, emprego, salário mínimo, economia solidária, o desenvolvimento rural – hoje a agricultura familiar

tem um papel extremamente importante, tanto para combater a pobreza no campo quanto para garantir a segurança alimentar e a soberania alimentar no Brasil, dado que a agricultura familiar hoje produz 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros – sejam as políticas de infraestrutura social, como habitação e saneamento básico. Esse conjunto de políticas se torna muito importante a partir daquele conceito de desenvolvimento sustentável como desenvolvimento que atende às necessidades sociais.

Próximo, por favor.

Só lembrando – e eu gostaria até que o colega do Ipea, o Pedro, pudesse fazer uma referência sobre isso – nós tínhamos um dado de 2008 de que esse sistema de proteção social no Brasil já representava cerca de 23% do PIB. Então, não é trivial, 23% do PIB é um valor bastante razoável nessa perspectiva da proteção social. Então, enquanto Europa, Estados Unidos estão fragilizando seus sistemas de proteção social, nós estamos fortalecendo nosso sistema de proteção social. E o conselho reconhece que esse sistema de proteção social foi fundamental para superação da crise no Brasil e é fundamental hoje.

Na realidade, todos os que lutam, dentro da Europa, pela superação da crise, sejam os indignados na Espanha, sejam os que estão ocupando Wall Street nos Estados Unidos, pedem um retorno desse sistema de proteção social, até mesmo porque, se você vai na direção de uma economia mais sustentável, mais verde, essa economia vai exigir uma requalificação do trabalho, essa economia vai desempregar muita gente. Então, é necessário que isso seja acompanhado de um poderoso sistema de proteção social para fazer a transição para uma economia mais verde, para uma economia mais sustentável.

Portanto, esse acordo foi construído coletivamente, como eu já falei para vocês, pelos conselheiros e por esse conjunto de instituições que se articulou com o conselho; respeita a posição individual de cada uma dessas instituições. É claro que a CNI, ao assinar o acordo sobre desenvolvimento sustentável no conselho, não abre mão de algumas de suas posições, inclusive encaminha proposição individual, mas está comprometida com esse acordo, está comprometida no sentido de que, se for para fazer uma grande concertação nacional para o desenvolvimento sustentável, ela está de acordo com as linhas diretrizes que foram discutidas no conselho.

Esse acordo também visa a ultrapassar a Rio+20. Ele fez uma primeira contribuição, agora, para a comissão nacional. A comissão nacional está contribuindo para o *draft* zero da ONU. Mas o compromisso dessa articulação é continuar até a Rio+20 aprofundando os

consensos, construindo novos enunciados. Inclusive, nós vamos fazer agora, dia 22 de novembro, um seminário com essas instituições, privilegiando as instituições que firmaram o acordo e que também estão na comissão nacional. Inclusive, o Senador Cristovam Buarque está convidado para esse seminário. Nós queremos ouvir a contribuição que o Legislativo encaminhou, queremos ouvir a contribuição do Judiciário. Vamos ter também o Ministério das Relações Exteriores apresentando documento que o Brasil encaminhou à ONU, vamos ter a CNI, vamos ter as centrais sindicais, todos apresentando as suas posições para ir aprofundando esse documento.

Esse documento diz, na sua introdução, que o objetivo da Rio+20 deveria ser constituir um compromisso político irreversível com o desenvolvimento sustentável e que esse compromisso político deveria ter dois grandes pilares. Um deles seria que todos os Estados nacionais, todos os países que viessem à Rio+20 assumissem um compromisso de constituir agendas nacionais de desenvolvimento, a partir de diretrizes pactuadas na sociedade, que apontassem estratégia de desenvolvimento sustentável e definissem metas e indicadores para mensurar o processo, como você já falou, recuperando os Estados nacionais, o papel dos Estados nacionais, recuperando a política e recuperando também a sociedade para esse projeto. Ou seja, esse projeto tem que ser participativo, tem que ter um conjunto de metas e indicadores, para que ele possa ser monitorado pela sociedade.

Então, a Rio+20 não teria o papel de conferir à ONU ou a alguma agência o poder de polícia sobre os Estados nacionais, mas sim de restaurar o papel desses Estados dentro das suas capacidades, nas suas características culturais e políticas, e construir as suas agendas.

O segundo pilar seria construir uma governança multilateral, participativa, que, respeitando os princípios das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, pudesse constituir sinergias entre essas agendas, porque a sustentabilidade é uma questão global e não pode ser só pensada dentro de um país. O clima não tem fronteiras, as questões sociais, hoje, não têm mais fronteiras. Então, seria necessário que houvesse uma governança capaz de construir sinergia entre essas agendas, mas que essa governança fosse multilateral e participativa e que compreendesse o papel dos países emergentes, dos países em desenvolvimento, e respeitasse esses princípios de responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Pode passar, por favor.

Seriam princípios dessas agendas de desenvolvimento, que aí poderiam ser grandes princípios acor-

dados na Rio+20, que as questões ambientais, sociais e econômicas estão articuladas, são intrínsecas, e que as dimensões política, ética, cultural e jurídica são fundamentais para o desenvolvimento. Então, seria preciso primeiro compreender a relação entre esses três pilares. Nenhum deles tem um *status* maior do que o outro. Estão na mesma posição, têm a mesma importância e estão relacionados e articulados.

O segundo pilar seria o da equidade, a equidade entre pessoas, entre regiões, entre países, e das liberdades fundamentais para todos como elementos transversais de todas as políticas e ações.

Pode passar, por favor.

Então, dados esses dois princípios, esse acordo também propôs alguns elementos que seriam fundamentais de serem considerados nas estratégias de todos os Estados nacionais que tivessem pactuado um compromisso de construir essas agendas. Seria fundamental que essa estratégia pensasse um novo modelo de produção, consumo e distribuição, e a distribuição é importante porque a maioria das propostas que tem aparecido sobre o desenvolvimento sustentável tem valorizado muito um novo modelo de produção e consumo, mas, se você não fala na distribuição, não resolve o problema do consumo. Consumo é função da estratificação social. Então, você tem que falar num modelo de produção, consumo e distribuição.

Participação social nos processos decisórios, como já falei.

Vou passar mais rápido para não perder tanto tempo.

Cidades e campos sustentáveis. Esta também foi uma grande reivindicação, principalmente da Contag.

Não é suficiente você falar de cidades sustentáveis. Todo mundo fala de cidades sustentáveis e de agricultura, mas não fala do campo. O campo tem outras necessidades além da questão da agricultura. Tem necessidade de políticas públicas, de acesso a um conjunto de políticas públicas, e políticas públicas que levem em consideração a sua cultura, a sua diversidade. A educação para a cidade não é a mesma educação para o campo. Então, existe todo um imaginário, toda uma questão que é própria do campo e tem de ser reconhecida.

A educação como eixo prioritário estruturante do desenvolvimento. A educação é também, além de toda a importância que tem em si, fundamental para a criatividade, para a inovação, para a produção e para a cultura no novo padrão de convivência. Como você disse, precisamos de um novo modelo civilizatório, e a educação é base desse novo modelo.

Pode passar, por favor.

A quarta estratégia seria participação e controle social. Não é só participação e deliberação sobre as diretrizes, mas também controle social, monitoramento dessas agendas, implementação da justiça fiscal. Isso veio à tona agora, no mundo inteiro. No Brasil, sabemos que quem ganha até dois salários mínimos paga 48% da sua renda em tributos. Isso não é diferente nos outros países. É até patético aquele milionário americano apresentando a sua declaração de renda, o Buffet, mostrando que ganhou US\$65 milhões, em 2010, e que pagou apenas 10% em tributos. Um professor americano paga 27% de tributos.

Então, é fundamental para as agendas a questão da justiça fiscal; da cooperação para o desenvolvimento sustentável, naquela ideia de que os desafios são comuns, os países precisam compartilhar soluções e promover a cooperação entre eles; de novos indicadores de desenvolvimento – você já falou muito disso –, avançar em novos indicadores que integrem as questões econômicas, o bem-estar social e a qualidade ambiental; de uma governança multilateral e participativa que seja capaz de dar sinergia às agendas, coordenar e monitorar os compromissos que fossem assumidos na Rio+20; e do financiamento para o desenvolvimento sustentável.

Nós sabemos que alguns países precisam de recursos para chegar à sustentabilidade. Cheguei do Níger, hoje, Senador. O Níger é o segundo pior IDH do mundo. Vi aquela foto que você apresentou. Era um furacão, não é? Vi uma coisa similar, só que de areia. A areia do Saara está acabando com o Rio Níger, que é a fonte de água dos nigerinos. Então, é impossível aquele país, na situação em que está, ter recursos suficientes para ir em direção à sustentabilidade, para evitar e adequar esses fenômenos climáticos. Então, é fundamental que essa governança pense nisso também.

Pode passar, por favor.

Tinha outra transparência, mas não saiu, sobre uma importante anotação desse acordo para o desenvolvimento sustentável. Os conselheiros reconhecem que os Brics, que os emergentes, vão ter um papel muito importante na Rio+20. Os conselheiros não acreditam que os países desenvolvidos, na situação de crise em que estão neste momento, tenham condições de ser protagonistas na Rio+20, mas sim que novas coalizões políticas possam ser formadas, como uma coalizão do Brics, Basic, Ibas e um conjunto de outras, para trazer um novo protagonismo para o desenvolvimento sustentável.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Eu agradeço e passo a palavra agora ao Pedro Herculano.

O SR. PEDRO HERCULADO G. FERREIRA –

Eu gostaria de agradecer ao Senador Cristovam e a todos os presentes.

Na minha fala, vou falar, sobretudo, sobre desigualdade. O nome é *Desigualdade e Pobreza*, mas vai ser bem mais sobre desigualdade, olhando basicamente só para a renda, que é um recorte bem limitado, mas é o que a gente mais costuma trabalhar lá. Podemos falar de outras coisas depois, se houver dúvida.

Pode passar.

Vou começar com os dados gerais do Brasil. Eu peguei 1995 muito mais por uma questão de que, com baixa inflação, fica mais fácil mostrar os dados de maneira mais fidedigna.

Em um período de quinze anos, essa a domiciliar *per capita* teve duas tendências bem claras: uma, de estagnação até mais ou menos 2003, com uma queda leve inclusive, e uma, de crescimento até bem forte entre 2003 e 2009. O ano de 2009 é o último ano para o qual a gente ainda tem dados.

Pode passar o próximo *slide*.

Esta é a dinâmica da renda.

O próximo *slide* tem a dinâmica da pobreza, da pobreza extrema, usando R\$67,00, em setembro, que equivale à linha oficial do *Brasil sem Miséria*, em julho de 2010, que é o dado divulgado do censo. Se vocês repararem, tem uma queda bastante boa da pobreza extrema, desde 1995, de quase 11% para 5%, mas o comportamento é um pouco diferente. Ela já começa a cair em meados da década de 90 e, obviamente, acelera bastante desde 2003, isso porque, na segunda metade da década de 90, principalmente no início dos anos 2000, toda essa queda da extrema pobreza é pura mudança na desigualdade, quer dizer, é uma queda não tão grande, de mais ou menos 1%, um pouco mais de 1%. Isso já sinaliza um processo que foi, eu diria, quase inédito no Brasil nesses anos, e o meu esforço aqui vai ser para mostrar que é um processo que em boa parte deriva de tendências de longo prazo, principalmente da Constituição, com muito foco no sistema de proteção social, que foi mencionado aqui. A partir de 2003, sim, acontece uma coisa melhor ainda, que é o que a gente chama de crescimento pró-pobre: o crescimento da economia simultâneo à redução da desigualdade.

Pode passar para o próximo *slide*, que vai ter a dinâmica da desigualdade de renda propriamente dita.

Se vocês observarem, a queda real da desigualdade com um ritmo razoável acontece a partir de 2001, quer dizer, praticamente na década toda. Então, o crescimento obviamente ajuda, ajudou bastante, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho,

mas não é o grande fator ou o único fator por traz da queda da desigualdade.

O interessante de observar nessa conjunção de crescimento pró-pobre, com queda da desigualdade e aumento da renda, é que é uma coisa virtualmente não observada no Brasil. A gente tem dados do censo de 60 e de 70 e, a partir daí, dados anuais. Em todos os momentos em que houve o crescimento da renda de fato, houve aumento da desigualdade também, principalmente nos anos 60, e na época houve uma grande controvérsia sobre a distribuição de renda inclusive. Há um contraste muito grande dessa tendência mais recente com a história do Brasil das últimas três, quatro décadas.

Pode passar, por favor.

É uma queda de mais ou menos 9% da desigualdade, que ainda é alta, e a gente vai ver que é bem mais alta do que em outros países, mas 9% não é desprezível, é bem significativa – quase 10% é bastante coisa –, especialmente porque, em última instância, pode-se até dizer que essa queda ocorreu num momento em que poucas pessoas viram-na chegando, poucas pessoas puderam antecipar que isso aconteceria, e demorou inclusive a ser assimilada como algo real. Houve muito questionamento a esse respeito. É óbvio que essa medida de renda tem vários problemas, não pega, por exemplo, determinadas fontes de rendimento, não pega os ultrarricos e ultramilionários, porque nenhuma pesquisa do mundo desse tipo, como a PNAD, pega. Mas é uma queda que hoje é consenso de que é real e é significativa.

Por favor, o próximo.

Esse *slide* é, na verdade, uma ilustração de por que ela caiu.

A gente divide a população em cinco grupos iguais de 20% da população, dos mais pobres até os mais ricos, e vê que nesse período houve um aumento, um ganho absoluto para todo mundo, mas, com relação aos mais pobres, é uma coisa quase linear. Conforme você vai para o polo mais pobre da renda, o crescimento percentual é bem maior, o que também, obviamente, deriva do fato de que a renda é muito baixa entre os mais pobres e, então, qualquer crescimento tende a ter um impacto maior.

Próximo, por favor.

Estou correndo um pouco para conseguir falar de tudo.

Pode passar.

Este é o ponto: na verdade, houve uma mudança bastante significativa, uma queda bastante razoável, mas ainda está em um nível muito alto. Isso também não se pode perder de vista. Obviamente, deve-se comemorar que caiu, e é uma trajetória que inspira

muito otimismo, mas, por exemplo, outra medida de desigualdade – e não é o índice de Gini –, que é só a razão entre a renda média dos 5% mais ricos e dos 50% mais pobres ainda está em torno de vinte vezes maior para os mais ricos, e esse número ainda, pela natureza da pesquisa, está obviamente subestimado. Outras pesquisas poderiam dar números até maiores que esses. O que importa é que há uma diferença brutal aí; estamos falando de 5% que teriam 30% da renda nacional e metade da população teria menos de 16%. Por qualquer medida internacional – vamos ver, em seguida, aqui –, é um número muito, muito, alto.

Eu acho que ainda razões para termos certo otimismo quanto ao desenvolvimento, aos próximos anos da desigualdade, principalmente porque ela resulta de políticas que são algumas recentes e outras mais institucionalizadas e consolidadas, mas, enfim, é bom não perder isso de vista.

Para a gente chegar ao que estou chamando de nível desenvolvido de desigualdade, que é um padrão de referência, digamos, europeu – nem americano, porque a desigualdade americana é mais alta –, ainda demoraria. O aconteceu nessa década, que já foi inédito e não há um registro disso ter acontecido nas últimas décadas, precisaria continuar por mais vinte anos. Então, o dobro do que aconteceu. É bastante tempo ainda, é bastante tempo e mostra que a desigualdade entrou muito no discurso público como algo que o Brasil finalmente estava superando, mas ainda vai demorar. Então é o caso de sempre pensar como aperfeiçoar e manter o que está acontecendo.

Vamos para o próximo, por favor.

Eu fiz duas comparações internacionais. O gráfico mostra a variação do índice de Gini, que é o índice de desigualdade. Se ele aumenta – variação percentual, no caso –, é porque a desigualdade piorou, está em vermelho; se ele diminui, está em azul.

Esses dados não são comparáveis com aqueles anteriores. É um banco de dados... Comparação internacional tem muitos problemas. Os dados são diferentes, é difícil fazer. Então, há esse projeto internacional que tenta compatibilizar os bancos. Ele só tem dado para um ano no Brasil. De qualquer maneira, olhando para o primeiro gráfico, vemos 25 países, todos de alta renda, e comparando os anos possíveis entre meados da década de noventa e meados dos anos 2000, e a tendência majoritária é de aumento da desigualdade. Como vocês podem ver, são dezessete países dos vinte e cinco em que a desigualdade ou ficou estagnada ou aumentou.

Então, são pouquíssimos os casos em que houve melhora. Ainda assim – isso talvez seja o mais importante –, a queda da desigualdade no Brasil tem que ser

extremamente comemorada porque ela se deu nesse contexto mundial e isso aí exclui países emergentes, como a China e a Índia, que tem dados mais estranhos, mas em que a desigualdade inequivocamente aumentou nesses lugares, em todos os outros países dos Brics, com exceção da Rússia, que não conseguiu dados bons. Enfim, mostra que há uma tendência mundial de aumento da desigualdade, muito mais do que de redução.

Nesse contexto, viver um período de queda é especialmente salutar. Mas – aí voltando – para falar de desigualdade no Brasil hoje, tem que se fazer esse vaivém o tempo todo, que é o elogio da queda e, ao mesmo tempo sempre um entretanto, um porém de que ela é muito alta. Vocês podem ver que nesses países a desigualdade aumentou, mas a maioria deles tem níveis incrivelmente baixos de desigualdade. Há ali 0,29. Varia de 0 a 1, sendo 1 o máximo e 0 a igualdade perfeita. O Gini médio desses 25 países é 0,29. O do Brasil nesse banco de dado é 0,49, quer dizer, dois terços maior. Então é uma tendência positiva num nível ainda muito negativo e muito alto, incomparável com qualquer um desses, especialmente se você levar em conta que a grande maioria desses se não todos têm outras coisas que não envolvem a renda familiar, como, por exemplo, o acesso a serviços públicos e afins, que são muito superiores aos nossos.

Vamos passar para o próximo.

Além disso, mais uma coisa: aí eu botei tanto variação do PIB quanto do Gini só para os sete maiores países latino-americanos.

De novo, os dados não são totalmente comparáveis; eles são mais para dar uma noção do que para ver quem foi o melhor ou o pior, mas é para dar uma noção bem clara de que o Brasil não é um caso excepcional. O Brasil fez muitas coisas certas – acredito. Pelo que a gente vê, da Constituição para cá, houve muita coisa certa especialmente nos últimos anos, mas não é, de jeito nenhum, um caso excepcional na última década tanto em termos de crescimento do PIB quanto de diminuição da desigualdade. Se em boa parte do mundo, principalmente na Europa, nos países desenvolvidos e também em alguns emergentes que cresceram rápido, como Índia e China, a desigualdade aumentou, na América Latina, de modo geral, foi uma década muito boa e muito diferente das anteriores.

De novo, não quero comparar quem cresceu mais ou menos, porque os países estavam em situações muito distintas no início, em 2002, que é a base, mas em todos houve o tal crescimento pró-pobre, que, dado o nível médio de renda desses países e o grau de desigualdade, acho que precisa ser considerado como

o melhor cenário possível e, se a gente for exigente, o único aceitável sobre isso.

De qualquer maneira é uma tendência maior, e, certamente, em todos esses países, tem gente se perguntando como fazer isso continuar.

Próximo, por favor.

Por que a desigualdade caiu no Brasil? Nos anos 60, a desigualdade aumentou muito; nos anos 70, aumentou muito e depois caiu no final da década; nos anos 80, aumentou muito – e em um cenário horrível, um cenário de crise –; nos anos 90, ficou um pouco estagnada e de repente conseguiu tanto crescimento quanto a queda da desigualdade. Por que isso aconteceu? Isso é uma pergunta infinita, com uma resposta infinita, porque, na verdade, estou falando de vários motivos que podem ser enumerados – crescimento, mudança demográfica, integração no mercado de trabalho –, mas o que eu vou destacar aqui é o papel de algumas políticas sociais. Na verdade, selecionei estas políticas porque dizem respeito diretamente ao mercado de trabalho ou à renda. Não quer dizer que foram as únicas políticas que interessam ou as únicas que foram eficientes. Selecionei só porque são as que têm a informação melhor e porque é mais fácil quantificar a importância delas.

Nem sempre – e acho que é importante fazer isso – esse papel das políticas sociais diretamente, e nem estou falando de efeitos multiplicadores, de reforçar o mercado interno, estou falando de efeitos diretos sobre a desigualdade, é reconhecido tão claramente quanto deveria.

Próximo *slide*, por favor.

Essas são só as políticas, os gastos associados a essas quatro que eu mencionei: educação, salário mínimo, previdência e assistência. No caso, o salário mínimo entra, sobretudo, na Previdência. Hoje em dia o salário mínimo beneficia diretamente o maior número de aposentados, via previdência, do que indivíduos no mercado de trabalho, segundo o PNAD, por exemplo. Enfim, como a Esther falou, é um, e nem estou incluindo todas as políticas que ela mencionou na proteção social brasileira, sistema bastante grande, bastante caro e alto para o nível de renda do Brasil, para o PIB *per capita* do Brasil e até para o padrão internacional. Ele responde a quase metade da carga tributária bruta. Esses dados são de 2006, mas não deve ter havido mudança significativa desde então.

Então, primeiro caso. Muitas vezes não se leva a sério a ideia de que o Brasil tem um sistema de proteção social. Ele tem e custa quase 16% do PIB, e é difícil dizer que 16% não é nada. Ele é muito imperfeito ainda, tem uma série de problemas, e no final vamos falar um pouco disso, mas contribuiu fortemente para

a queda de desigualdade. É uma contribuição inclusive até desproporcional. O Bolsa Família, por exemplo, é um programa extremamente pequeno e barato, se comparado a outros, pela visibilidade que tem. É óbvio que, olhando esses números, pode-se fazer grandes críticas, por exemplo, a Previdência no Brasil gasta muito com relação à composição demográfica da população, mas, enfim....

Próximo.

Vou falar rapidinho sobre um desses quatro. O meu tempo já está se acabando. No final, vou tentar quantificar muito rapidamente o impacto de cada um na queda da desigualdade.

A educação, eu acho que sempre foi considerada quicá a variável que explicada a desigualdade brasileira. O sistema educacional brasileiro sempre foi muito distorcido, especialmente no que diz respeito ao acesso ao ensino fundamental e em comparação com o gasto de ensino superior, mas a mudança é de longo prazo. Inclusive sobre isso, se eu puxasse mais, já teria um avanço melhor. De 1995 a 2009, a gente vê que teve uma mudança bastante brutal. Ainda fica muito longe do índice de qualidade, mas os indicadores quantitativos da educação, esquecendo totalmente a qualidade, tiveram uma melhoria muito boa. Se vocês olharem, a média dos anos de estudo e a desigualdade dos anos de estudo caíram. Isso também é uma coisa que chama a atenção, porque, no Brasil, historicamente, a tradição é, que, quando tem grande expansão educacional, há aumento da desigualdade educacional. Nesses últimos 15 anos, na verdade, poderia até colocar nos últimos 20, talvez, aconteceu o contrário – teve expansão da educação com redução da desigualdade –, e isso teve um impacto enorme no mercado de trabalho.

Próximo, por favor.

Não vou falar muito desse. É o salário mínimo. Em 1985, foi unificado nacionalmente, em um cenário de hiperinflação, com uma variação, uma flutuação brutal e com alguma tendência, no máximo, de desvalorização do salário mínimo real.

Pode passar.

Desde 1995, houve aumento, e, após 2005, o aumento foi mais forte ainda. Então, pela linha de pobreza que é adotada hoje pelo *Brasil sem Miséria*, praticamente o salário mínimo virou uma garantia contra a pobreza extrema, porque só famílias muito grandes vão ter alguém que recebe um salário mínimo e vão cair abaixo daquela linha de pobreza. É óbvio que a gente pode discutir se a linha é alta ou baixa, mas, se a ideia e o discurso oficial do Governo é acabar com a pobreza extrema, o salário mínimo tem sido uma política muito eficiente nesse sentido.

Vamos ao próximo, por favor.

Previdência – não vou falar muito sobre ela. O que importa é que a indexação ao salário mínimo teve um papel muito importante nesse período. Pode-se até discutir se essa indexação é desejável no longo prazo, se essa política de salário mínimo deve continuar. Não vou entrar nesse mérito. Mas, hoje, quase dois terços de todos os aposentados e pensionistas recebem um salário mínimo, um benefício fortemente subsidiado, que afeta muito os mais pobres. E isso, sozinho, já quase erradicou a extrema pobreza entre os idosos. Como eu falei, o salário mínimo impacta mais a Previdência do que via mercado de trabalho.

Vamos para o próximo. Vamos passar rápido.

Finalmente, o Bolsa Família, só dando uma geral sobre cada política. A área cinza marca a linha superior de elegibilidade do Bolsa Família. Esse é o percentual ao longo da distribuição de renda que recebe Bolsa Família e o BPC.

O BPC, coitado, está meio espremido aí porque ele é de uma escala, em número de famílias, bem menor do que o Bolsa Família. Mas o objetivo desse gráfico é mostrar que é uma política recente, tem as origens lá no final dos anos 90, mas foi abraçada pelo Governo Federal e unificada em 2003. É extremamente grande, são quase três milhões de famílias hoje, e muito bem focalizadas. Você vê que tem gente fora ainda, que deveria estar dentro, mas está fora. Mas o percentual é muito mais alto dentro da faixa de elegibilidade do programa. E mesmo aqueles que estão acima da renda do programa e que recebem, em geral, estão muito próximos. E isso não é nenhum erro. Em geral, são pessoas cuja renda varia muito e que em dado momento estavam com a renda baixa e passaram receber o programa.

O próximo, por favor.

É um programa que chega bem ao mais pobre. Mas ele tem uma coisa, e na nossa coordenação, no Ipea, a gente sempre defende, sempre faz questão de ressaltar: é um valor ainda muito baixo *per capita*. O próprio BPC é um salário mínimo. Como a família, em geral, tem quatro pessoas, daria R\$136,00, em 2009, e só R\$23,00 *per capita* de Bolsa Família. Faz uma diferença muito grande, porque atinge muitas famílias muito pobres, mas é um valor ainda muito baixo. Então, pessoalmente, eu diria que há ainda muito espaço para ele ser aumentado, especialmente porque é uma política que está dando muito resultado.

Vamos para o próximo *slide*, por favor.

Esse é um *slide* que eu acho que vou até parar por aqui e depois pular para a conclusão. Essa é uma decomposição da desigualdade no Brasil. Uma decomposição da variação da desigualdade. Então, da queda da desigualdade entre 2001 e 2009, qual a

importância, qual a contribuição de cada uma dessas fontes de renda. A gente pega a renda dessas pessoas e divide em sete fontes.

Não interessa muito entrar nos detalhes, mas, se vocês forem ver Bolsa Família e BPC, que são programas que somam menos de 1% do PIB, foram responsáveis por quase 20% da queda da desigualdade. Isso é extraordinário, dado o tamanho deles em termos de gastos. O salário mínimo, tanto via mercado de trabalho quanto via Previdência, quase 30% – isso é política de valorização do salário mínimo e expansão da Previdência. Ou seja, só aí, a gente tem mais ou menos 19% e 28%. Somando esses dois, já dá 40% e poucos da queda da desigualdade ligados diretamente a políticas sociais de maior ou menor prazo, mas que foram substancialmente expandidas na última década, seja via valorização do salário mínimo, seja via assistência.

E aqui o mercado de trabalho “outros”, 45,5%. É coisa à beça. É o fator mais importante. Isso reflete... Eu não vou mostrar esse *slide* por causa do tempo, mas a maior parte disso aí foi por equalização educacional. Você aumenta a educação e diminui a desigualdade de educação entre os indivíduos. Você faz com que a competição aumente, principalmente entre quem tem nível superior, que em geral tinha um diferencial de renda imenso. Mas você aumenta a competição. Você torna a educação menos desigual e ajuda a deixar o mercado de trabalho bem menos desigual.

Então, a mensagem última é da importância e do efeito. E aí eu não estou falando de efeitos indiretos, abstratos, hipotéticos, de multiplicação, mas efeitos diretos, o tipo de análise que é canônica nesse campo de distribuição de renda, é a decomposição mais comum, que, nessa fase, nesse período, nessa década, mostra a importância direta das políticas sociais nesse sentido.

Podemos pular direto para as conclusões. Pode pular os próximos, que são só descrevendo o que já falei.

Isso aí é do mercado de trabalho, mas eu não vou entrar nisso. Educação é, sem dúvida nenhuma, de longe, a variável mais importante. A diferença de educação, em comparação com outras coisas como indústria, em que o cara trabalha UF, gênero, cor ou raça, enfim, diferença de educação é só um terço da desigualdade.

Pode passar para o próximo. Não vou explicar esse.

Pode passar. Vamos passando.

O efeito renda, que também não vou descrever a fundo, é o que chamei de menor desigualdade. Entre os níveis educacionais, é o principal efeito para a queda do mercado de trabalho.

Mas vamos para a conclusão. É só um resumo bem rápido. O Brasil é ainda é muito desigual, está num nível ruim, mas com uma tendência boa, que é um contraste bem grande com os países desenvolvidos, que estão num nível bem bom ainda, mas com uma tendência ruim, de piora. Eu acho que isso explica muita coisa, inclusive, da economia política desses países. Mas ela é muito alta porque ela caiu. Há vários fatores que podem ser mencionados. Eu não estou dizendo aqui que política social foi uma panaceia que, sozinha, resolveu tudo. Elas foram possibilitadas por muita coisa, inclusive pelo próprio crescimento, pelo cenário internacional. Elas são bastante caras, mas os resultados são inequívocos. Eu acho que no Brasil, até por trabalhar com isso, o combate à desigualdade tem que ser uma prioridade política.

E vamos para o último, que talvez seja um pouco uma provocação, que é como melhorar isso, como fazer essa tendência continuar acontecendo e, ao mesmo tempo, tentar torná-la menos cara ou mais eficiente, porque a política social ainda tem muito problema.

Esses são algumas das questões mais prementes. Botei o sistema tributário em primeiro lugar não por acaso. O Brasil tem uma peculiaridade. Os impostos diretos, como em todos os países do mundo, são progressivos e os indiretos, que incidem sobre o consumo, são problemáticos. O Brasil depende muito de imposto indireto. A maioria dos países desenvolvidos tem muito mais imposto direto, como imposto de renda, IPTU e tal. O Brasil depende muito de imposto indireto.

Eu acho que reforma tributária, menos que aumentar e diminuir carga tributária, deveria pensar em mudar a composição.

As outras coisas são regime próprio de previdência social. É o único lado da Previdência que, claramente, aumenta a desigualdade. Claramente é caro, é deficitário, é regressivo, ou seja, dá muito mais dinheiro para quem tem mais.

O Bolsa Família é um programa que tem espaço de expansão, tanto em número de famílias quanto, sobretudo, em valor do benefício. O Bolsa Família, por si só, não tira ninguém da pobreza extrema. Vinte e três *per capita* estão muito longe dos 70, da linha de pobreza. Ele é um programa cujas avaliações são extremamente positivas. Nunca se mostrou nenhum efeito perverso dele sobre oferta de trabalho, sobre incentivo para ter filho, nada disso. Então, é uma política muito vencedora nesse sentido, embora, obviamente, não vá resolver o problema sozinho.

Política de valorização do salário mínimo tende a perder efetividade porque, obviamente, vai chegar a um momento em que o salário mínimo, provavelmente, primeiro, está diminuindo pouco a desigualdade porque

vai estar num valor muito alto e pode ter efeitos colaterais adversos. Então, não acho que é uma coisa que tenha que ser mudada agora, mas é bom ter em mente.

Finalmente, escolaridade. A gente foi muito bem até agora, está bem e vai continuar indo bem no aspecto mais quantitativo de aumentar os anos de estudo, de tentar diminuir a desigualdade de oportunidades, que ainda é bem razoável, mas a qualidade é o próximo desafio. O Brasil tem melhorado até, mas tira notas ainda bem ruins no Pisa e em outros exames internacionais, que são imperfeitos, mas que dão uma medida geral da qualidade do ensino no País.

É basicamente isso que eu tinha a dizer. Queria agradecer pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Eu vou usar da prerrogativa de conduzir os trabalhos para fazer algumas perguntas. Vou tentar fazer as perguntas para qualquer um que quiser, depois, responder.

A primeira é se a gente não precisa repensar o conceito de redução de desigualdade, pelo lado da desigualdade. A gente quer reduzir a desigualdade de quê? Da renda? Da educação? Da saúde? Do acesso ao meio ambiente saudável? Do transporte? Nós temos trabalhado muito a desigualdade na ótica da renda e não a desigualdade na ótica de algo que a gente precisa inventar ainda. Porque não é só o social. É o social, o ecológico, o psicológico, ou seja, a desigualdade no acesso aos equipamentos que oferecem bem-estar. Então, esse é o ponto. Quer dizer alguma coisa, sim, mas não tanto a redução da desigualdade. O que a gente precisa é reduzir o acesso àquilo que nos dá bem-estar. A renda é um deles.

E, finalmente, em que a gente precisa eliminar a desigualdade? Não é reduzir. Em algumas coisas, a gente tem que reduzir a desigualdade. Aí, é reduzir a desigualdade em quê? Há outras coisas que têm que eliminar. Em que itens uma sociedade é imoral se tem desigualdade?

A Dr^a Esther colocou os limites da civilização. Primeiro, eu gostei muito desse conceito: limites da civilização atual. Isso é muito importante de a gente ver. Ela colocou quatro: ético, político, econômico e cultural. O ecológico não entrou porque é resultado desses quatro ou porque não vale à pena colocar?

Também sobre a idéia de que desenvolvimento é diferente de crescimento, como o próprio Celso Furtado dizia, e você lembrou isso muito bem, é preciso dizer que, mesmo quando a gente fala em desenvolvimento e não em crescimento, na cabeça de todo mundo está crescimento. A prova, por exemplo, é a euforia que o Brasil sofreu, viveu, atravessou quando descobriu que era sétima potência econômica do mundo, mesmo

sabendo, naquela mesma semana, que éramos o 85º em educação. Ninguém valorizou a preocupação com o 85º em educação. Todo mundo ficou eufórico porque era sétima potência. Ser potência em economia é tido como sinônimo de desenvolvimento.

Sobre a ideia de desenvolvimento sustentável, ontem, na reunião, de que você falou, Esther, do Conselho do Rio+20, da Comissão, eu levantei a necessidade de a gente mudar esse conceito. A gente tem que analisar essas formas de economia. Uma delas chamo de economia animal, que é a atual. Ela é resultado de uma racionalidade animalesca nossa, é a racionalidade de produzir cada vez mais e consumir mais, sem nada por trás disso. Tem a economia verde. Tem a ideia de decrescimento. Tem a idéia de desenvolvimento sustentável. E propus aí o desenvolvimento solidário, que é o desenvolvimento que evolui abraçando todas as pessoas, abraçando a natureza. Ele é duplamente solidário. A sustentabilidade é consequência da solidariedade dos seres humanos com a natureza e da solidariedade entre gerações. Nós devemos ser solidários com as gerações que vêm depois. São três solidariedades. Então, eu queria que analisássemos aqui essa ideia de desenvolvimento solidário e desenvolvimento sustentável.

Outra coisa que me preocupa no documento que foi feito pelo Conselho, e devo dizer que é um bom documento, é que ele não trouxe nenhuma referência de continuarmos no atual caminho. Em 2020, nós temos que mostrar ao mundo inteiro que continuar nesse rumo pode levar ao desastre ecológico da desigualdade. Mesmo o Brasil tendo diminuído, é uma desigualdade tão brutal que inviabiliza o futuro por muito tempo. Então, a ideia de que nós estamos sob risco é importante.

Isso vale especificamente para o Brasil, pois a gente fala sempre que temos uma economia boa. Não! Nós temos uma economia que está boa, mas ela vai mal. Ela está boa com os indicadores de hoje, mas vai mal, se a gente coloca os entraves que estão adiante: o gasto público, a incapacidade de poupar, a incapacidade de inovar, amarras constitucionais que dificultarão sair da crise, se ela vier. E nesse quadro eu temo muito pelo Bolsa Família, porque, se a crise se acirra, por uma redução do preço das *commodities*, por exemplo, pela crise mundial, e a gente tiver de reduzir gastos, só vai ter um lugar para reduzir gastos: o Bolsa Família, que inclusive não vai dar para reduzir muito porque é um valor pequeno. No Brasil não se pode reduzir salário. Isso é uma grande vantagem social, mas, na hora da crise, vai ser um emperramento. A Grécia está sendo obrigada a reduzir 40% no salário do setor público. Então, a economia está bem, mas ela não vai bem. Ela

tem dificuldades que podem nos levar a tropeçar. No documento, faltou isso.

A outra coisa é que o documento – e eu falei na reunião – não é inspirador; ele não traz a inspiração de algo novo; ele é um documento burocrático com boas ideias. Não é um documento ruim nas ideias e nas propostas, mas a própria estrutura ou índice, quando a gente analisa, é um índice tradicional, não é um índice de novas ideias, que é o que o mundo está precisando.

E agora para todos também, mais um pouco para o Pedro. O problema na redução é que é basicamente na renda, ainda que, em parte, como você coloca, vem da educação. Aí a minha pergunta é: se a educação é um vetor importante para a resolução, por que a gente não investe mais e corretamente na educação? Porque investir mais erradamente não vai adiantar nada. Eu costumo dizer que, se chover dinheiro no quintal da escola, na primeira chuva, vira lama. A gente precisa saber é como o dinheiro se transforma em lubrificante dos neurônios dos meninos; como é que chega na cabeça dos meninos o dinheiro que a gente investe. Então, eu pergunto: por que não se investe mais em educação? Você vê três vírgula e quanto por cento? Três vírgula quatro. É muito pouco. E se olhar ali está incluída a universidade. O impacto da redução da desigualdade, graças à universidade, só vem quando a universidade forma professores, forma médicos e forma engenheiros que vão fazer saneamento. Não é um impacto na distribuição direta da renda; é indireto, pelos serviços dos profissionais da saúde.

A minha preocupação também, com a desigualdade que nós tivemos, é positiva. Volto a insistir, do mesmo jeito que o Pedro sempre insistiu. Ela diminuiu, mas ainda é pouco diminuição. Eu insisto: a minha preocupação não diminui o esforço que o Brasil fez nos últimos quinze anos; mas é, se você acha que essa desigualdade é sustentável, se a gente tiver uma crise. Se vier uma crise, a gente vai atravessar a crise, mantendo o atual Índice de Gini. Ou seja, todo mundo vai pagar pela crise; ou havendo uma crise, quem vai pagar mais são os pobres, que vão ter uma redução na capacidade de importar certas coisas básicas para a produção agrícola, por exemplo, como alguns insumos que são básicos para manter o emprego? Então, essa é uma pergunta.

Terminando, eu queria falar que a gente precisa atualizar os indicadores. O que eu quero dizer com isso? Dizer que reduzir o analfabetismo é pouco quando a gente analisa que hoje é muito mais importante saber mais coisas do que alfabetização. Trinta anos atrás alfabetizar uma pessoa já resolveu grande parte do problema, porque a exigência de educação era muito pequena. Era só “Bê-a-bá, bá-bá-bá” e já inseria. Hoje,

tem de saber ler de verdade. O analfabeto funcional, até algum tempo atrás, de qualquer maneira, estava melhor do que o analfabeto. Nos dias de hoje, o analfabeto funcional é um analfabeto para as exigências de hoje. As exigências cresceram. Do jeito que a gente faz a correção da moeda, conforme a inflação, a gente tem de corrigir os indicadores, conforme as exigências. Vou dar um exemplo melhor de saúde. Antes de inventar a vacina, falta de vacina não existia. Quando surgiram vacinas, você já mede o padrão de saúde conforme o acesso à vacina. Está entendendo? Então, a gente precisa começar a trabalhar com a mudança nos indicadores. Aí entra também para a renda.

O Banco Mundial se apega muito àquele um dólar, dois dólares por dia. Mas um dólar por dia, há algum tempo, era diferente de um dólar por dia hoje, não só pela desvalorização da moeda, mas pelo surgimento de necessidades que antes não existiam, por exemplo, o celular. Uma pessoa pobre não precisava de dinheiro para pagar o celular. Hoje precisa. O celular hoje é quase, não vou dizer totalmente, igual à comida. É uma necessidade essencial. Então, quando a gente mede quanto custa uma pessoa sair da pobreza, no mundo de hoje temos que incluir quanto gasta de telefone, não para esnobar e gastar muito dinheiro em telefone, mas um mínimo, sem o que você não tem acesso a nada do mundo moderno.

Nunca esqueço uma visita que eu e o João Luiz, que aqui está, fizemos à Dona Zoza, que era a dona de uma microindústria que nós inventamos no nosso Governo aqui. Micro, micro, micro... Custava R\$7 mil a fábrica. E ela produzia pão de queijo, não é isso? Doce. Ela subiu de renda. *(Pausa.)*

Não, foi o Marco Maciel que foi conosco. Ele perguntou sobre o telefone que ela estava usando. Ela disse: “Eu tenho que ter o telefone para saber quem vai pagar o preço melhor pelo meu produto.” Ou seja, o telefone era um equipamento tão essencial para ela quanto aquele tacho, aquela panela grande, em que ela fabricava o doce.

Então, surgem novas exigências. Portanto, a medição do que significa pobreza muda.

Quero concluir falando da linha da pobreza nos tempos de hoje. Essa linha da pobreza nos tempos de hoje não pode ser a linha da pobreza de trinta anos atrás, nem de vinte, talvez nem de dez. Essa linha da pobreza sobe, mas, sobretudo, não pode ser medida em moeda. Tem que ser medida com um conjunto de indicadores dos quais a renda seja um, o acesso à educação de qualidade outro, além do acesso à saúde, ao transporte e à segurança, que não havia, inclusive porque eles perderam algumas coisas de antes. A vida pobre, nos anos 50, no interior, tinha certa proteção

familiar, mas hoje isso não existe. Os velhos de antes não precisavam de aposentadoria, porque os filhos cuidavam. Hoje precisam, porque os filhos se mandaram. Então, a linha da pobreza tem que ser redefinida e tem que ser remesurada. A gente tem que medir e definir diferentemente. É esse o tema que a gente não leva para 2012 por medo de incomodar os dirigentes de cada país do mundo.

Veja que eu não disse os dirigentes do mundo. Não existe dirigente do mundo. E isso é que vai atrapalhar 2012, porque a gente quer, em 2012, enfrentar os problemas do mundo, mas reunir os dirigentes de cada país. Não vai dar certo, porque nenhum deles vai poder tirar o chapéu de Presidente do seu país para botar o chapéu de líder do mundo inteiro. Se fizer isso, perde a próxima eleição; se começar a pensar muito a longo prazo, perde a eleição que é daqui a meses.

Conversei nesta semana com os franceses, falando da importância do Sarkozy estar presente como um dos líderes, porque eu temo que não venham os grandes líderes, salvo o da China, que está mais ou menos garantido. O francês disse: “Mas a gente não sabe se ele será Presidente.” Como é que ele vai ter tempo de pensar vinte anos à frente, se ele não tem mais do que dez meses talvez pela frente? A concentração dele é agora. Se ele for reeleito, pode ser que ele traga, mas, pensando em quatro ou cinco anos, talvez não, porque, como é o último mandato, fique mais livre. Tenho dito que só tem um Presidente virá aqui com o chapéu de líder mundial: o Presidente das Maldivas, um país pequeninho, se eu não me engano, com 250 mil habitantes. Mas qual é a diferença? É que vai ser o primeiro país que vai desaparecer com a subida do nível do mar. Esse tem preocupação global, porque o País dele só sobreviverá se a gente encontrar um novo caminho.

Eu queria ver essa discussão de novos indicadores de progresso. Não estão querendo colocar isso em pauta, embora o documento fale. Eu fiquei muito satisfeito quando vi que o documento falava. Na primeira parte, não fala, no índice. E, por isso, pensei: “Não tocaram em uma coisa fundamental!” Mas, quando eu fui lá dentro, estava, dizendo, é verdade, que é preciso pensar, da maneira como você colocou aqui ou foi o Perce que colocou, o IDH e outros indicadores.

Bom, era isso que eu tinha para colocar.

Concluo com o que eu já falei. Se a educação é tão importante como você mostrou, e realmente você mostrou que praticamente é o mais importante, é o segundo, está na hora de todo mundo ouvir o que está mostrando o Pedro, porque o Pedro não diz, quem diz é político. Pedro é um técnico. Ele mostra. Ele mostrou agora. É preciso ouvir mais figuras como

esse jovem que está mostrando, com os seus dados, que o melhor caminho para reduzir a desigualdade é garantir igualdade no acesso à educação, e com uma coisa a mais: essa é uma desigualdade que diminui permanentemente com o Bolsa Família, a do resto não diminui. Por exemplo, Deus nos livre, mas, se voltar a inflação, todos os benefícios do salário mínimo, todos os benefícios da aposentadoria rural, todos os benefícios do Bolsa Família, mesmo que se mantenham, desaparecem rapidamente, porque a inflação come, mas a inflação não come o cérebro. Então, você mantém... Ou come igualmente, a inflação come igualmente, porque os salários baixam de todos. Então, a desigualdade não piora.

Então, vamos aprender com o Pedro. Considero essa sua afirmação talvez uma das coisas mais importantes desse nosso seminário aqui.

De qualquer maneira, fiz muitas perguntas e passo a palavra na mesma ordem. Peço que responda e que faça os comentários que quiser ao que falei, à qualquer outra coisa ou à qualquer outro dos dois, chamemos, palestrantes.

Quero dizer que, há bastante tempo – acho que desde sua fala –, já estamos ao vivo. Como não estava ao vivo na sua fala, e, sinceramente, sua fala foi muito positiva, se você conseguisse repetir algumas daquelas coisas resumidamente, não nos 20 min., seria muito bom para que o público veja o que você colocou aqui, inclusive os desenhos que você mostrou. É possível isso? Se não for, tente fazer um resumo do que você falou, porque queria que todo mundo assistisse agora.

O SR. PEDRO HECULANO G. FERREIRA – Obrigado, Senador Cristovam.

Se eu puder ter ajuda da técnica, talvez o título, só para lembrar, já que estamos ao vivo. *(Pausa.)*

Tentei fazer uma provocação do impasse que estamos vivendo, o impasse “glocal” da crise, abordando essa crise na sua manifestação socioespacial e tendo como foco a desigualdade.

Queria que fosse direito aos objetivos. *(Pausa.)*

Meus objetivos foram, repetindo, explicitar uma abordagem crítica ao processo de aceleração e agravamento social da desigualdade, segundo uma abordagem que estou chamando de “glocal”, que combina crise do capital, desigualdade social e território, que são três elementos essenciais para entender o que está acontecendo no agravamento da desigualdade, e indicar alguns parâmetros políticos, segundo essa lógica expositiva da “glocalidade”, para enfrentamento dessa questão sócio-ambiental, apontando para o evento do ano que vem da Rio+20.

Pularia, então, para não ser repetitivo, para a tela do mapa – volta, por favor – do Pochmann no sentido

de esclarecer o que não foi possível na linha de raciocínio do Senador Cristovam.

É preciso rever os indicadores para que a gente tenha novidade, algo novo, do ponto de vista da intervenção política sobre o efeito da “glocalidade”. O efeito da “glocalidade”, resumindo o que tentei demonstrar, é que a crise acelera o processo de subordinação das relações sociais locais à lógica da rentabilidade, que não tem um território fixo, específico, mas uma dinâmica global de acumulação e de concentração de riquezas.

Então, aceitando a provocação do Senador Cristovam nesse ponto, tentei demonstrar que, com relação à desigualdade, existem esforços de pensar o novo em termos da representação objetiva dessa desigualdade, e nesse enfoque o PIB já não mais satisfaz. Então, a novidade que está posta hoje nesses conceitos procura estabelecer grupos novos de indicadores: vida digna, conhecimento e vulnerabilidade. No caso da vida digna, há desigualdade, que é a relação dos 1% mais ricos se apropriando do produto social da riqueza em relação aos 1% mais pobres, mas associado ao desemprego, que é medido pela desigualdade, o desemprego aberto da OIT, combinando também com os indicadores da pobreza, e tem a pobreza absoluta – aqueles que vivem com menos de dois dólares por dia. Aceitando a crítica do Cristovam, a educação é estratégica nesse processo. A vulnerabilidade também é estratégica, considerada do ponto de vista do homicídio da faixa mais vulnerável da população.

Então, com essa representação gráfica, quis mostrar que a novidade se manifesta, como elemento importante para repensar a Rio+20, do ponto de vista de uma nova relação do Estado com a sociedade, considerando o impacto da subordinação dos governos locais, e não o municipal somente, mas estadual e o próprio governo federal, entendendo o Estado/Nação como local em relação à dinâmica global. É importante a gente reforçar essa idéia de repensar o novo. Nesse ponto, gostaria de contribuir nessa discussão do Senador Cristovam do que seria, então, um pensar novo, considerando que nós estamos nos limites civilizatórios, o que eu quis representar em termos de imagem.

Pode passar adiante. *(Pausa.)*

Mais adiante. *(Pausa.)*

Pode pular.

O “glocal” é a dinâmica nova do capital que se subordina ao local e se manifesta em processos absolutamente novos, que exigem resposta nova. Então, a desindustrialização é um elemento novo, típico dessa crise que subordina o local à lógica global. Outro elemento é a segregação ao acesso aos direitos sociais. Quanto mais periférica, mais vulnerável, mais ilegal, mais insegura, mais informal. A parte periférica das ci-

dades hoje é aquela que mais dificuldade tem no acesso à presença física do Estado, aos seus equipamentos. Coloquei o resultado da pesquisa em termos da rede de proteção da política social, mas podemos falar em relação a qualquer política social: educação, saúde. Nessas política, há o mesmo fenômeno. A dificuldade hoje que um morador de periferia tem para ter acesso à saúde é muito maior do que a capacidade instalada nas áreas mais nobres. Essa segregação é uma tônica global do ponto de vista da tendência de que falamos, da tendência à periferização urbana global e à multiplicação de megafavelas nas megacidades.

Pode ir adiante.

Outro elemento é a questão do processo acelerado dessa desigualdade. Isso é importante e quero dar um destaque para responder ao Cristovam. O problema é o tempo de resposta. Essa é a categoria nova. Precisamos repensar os nossos conceitos. Nesse modelo civilizatório, o Estado não foi um coadjuvante. Ele até hoje é um ator principal. Essa história de o capital sem Estado é uma falácia. O capital necessita, na sua lógica agora mais global, e tanto mais global ela é, mais essa situação se coloca, de mais ação do Estado como ator estratégico.

Então, é falsa a ideia de que o Estado se opõe à lógica da acumulação. Não, ele é partícipe dessa lógica.

Então, vou dar um exemplo direto e breve: o Estado brasileiro, foi estratégica a sua atuação, nos anos 1970, para a onda de crescimento, já emendando com a provocação segunda do Cristovam, que é por que a gente confunde desenvolvimento com crescimento.

O Estado foi fundamental nas grandes obras de infraestrutura, na década de 1970, para viabilizar um modelo, a instalação daquele modelo. Hoje, nós estamos sentindo todas as consequências sociais dele.

Agora, nós estamos reproduzindo essa mesma atuação do Estado, por exemplo, com o PAC. Pensem no Programa de Aceleração Econômica, nas grandes obras. Pensem no quanto essas grandes obras estão ratificando o mesmo modelo de desenvolvimento, mas tendo como critério de eficácia societal, de eficiência, índices de crescimento e não índices de enfrentamento da desigualdade no acesso a esses direitos sociais.

Então, essa contradição do tempo de resposta é fundamental.

Eu gostaria que o Senador até me respondesse, porque é uma vontade que tenho de saber, qual é o tempo de resposta de uma Casa legislativa como o Senado para atender a uma demanda estratégica de um grande projeto, como uma grande barragem hidrelétrica, uma grande obra, como a aprovação de um projeto de implantação de uma CSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico –, ou de uma CSU – Companhia Siderúrgica

de Ubu, um Município pequenininho lá de Anchieta, no Espírito Santo. O tempo de resposta de uma Casa legislativa em relação a isso e comparado ao tempo de resposta de uma política de assistência social, por exemplo, ou de seguridade social. Só para citar, da minha área, o tempo que demorou o Estado para operacionalizar a LOAS nos marcos da Constituinte de 1988 e o tempo em que se agiliza a aprovação de um grande projeto de impacto socioambiental tremendo.

Então, eu acho que a novidade que a gente deve colocar, e, aí, eu iria para a última alternativa... Quando eu coloco como alternativa a reconversão política do papel dos Estados nacionais é neste sentido: como fazer o tempo de resposta dos Estados nacionais não se subordinar à lógica da rentabilidade do capital internacional? Aí, não vejo outra possibilidade que não seja dar voz aos movimentos sociais, que são, hoje, globalizados também, com a capacidade de articulação internacional como um sujeito estratégico no barramento dessa lógica de subordinação do local em relação ao global.

Então, em poucas palavras, foi isso que tentei resumir em 15 minutos, mas eu entendo, concordando com o Cristovam, que a linha da pobreza é um indicador satisfatório ante a velocidade com que o capital subordina o local na sua dinâmica contemporânea.

Hoje, o impacto, por exemplo, para finalizar, da crise de 2008: o tempo de resposta que o Estado mais poderoso do mundo, que é o Estado norte-americano, deu à falência do sistema bancário foi de meses. Ele alocou US\$1,5 trilhão, rapidamente, para socorrer o sistema financeiro. Olhe a rapidez do processo de atendimento de um Estado nacional da importância dos Estados Unidos a uma necessidade da lógica da acumulação do capital financeiro e o tempo que o próprio Estado americano demora para implantar um sistema que o Brasil tem, por exemplo, o sistema de saúde, e que está inviabilizado porque não atende aos interesses das grandes seguradoras de saúde naquele país.

Então, eu acho que reconverter o papel dos Estados nacionais exige hoje urgência. E aí é que acho que a fragilidade de conceitos como desenvolvimento sustentável e responsabilidade social vão ser questionados no evento, senão pelos próprios protagonistas com direito a voto, mas pela sociedade, pelos movimentos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito bem. Eu quero até dizer que a próxima reunião nossa será sobre o papel dos movimentos sociais na Rio+20. Porque se deixarmos só para os presidentes de países, nós não vamos ter soluções nem propostas para o mundo. Então, vamos trazer os movimentos sociais, que são mais internacionalistas,

planetários, na busca de soluções, mesmo que sejam também mais utópicos e idealistas no sentido de não conseguirem resolver os problemas, mas, pelo menos, podem provocar muito bem o debate.

Passo para a Esther, pedindo que faça os comentários que quiser.

A SRª ESTHER BEMERGUY DE ALBUQUERQUE – Está certo. Senador, primeiro, lembrar que ele está apresentando o documento do Conselho, que não é o documento do Governo. Só para fazer uma separação. O senhor falou do documento da Comissão Nacional e aquele é do Governo. Esse é um documento do Conselho com aquelas 78 organizações da sociedade civil. Muita coisa desse documento também não foi incorporada ao documento do Governo. Ele é mais extenso do que eu apresentei, tem um conjunto de diretrizes e não dava para apresentar todas aqui.

Mas há algumas questões que o senhor colocou muito apropriadamente. Por exemplo, sobre a questão da educação, o documento do Conselho coloca uma centralidade extraordinária para a educação, entende a educação como aquela política que é capaz de articular as demais políticas em torno da equidade. Se se pensa em promover equidade, a educação é essa política. Não só pelos seus próprios méritos, mas pela sua capacidade, também, de articular as demais políticas promotoras da equidade. Então, além das questões quantitativas todas, que já foram colocadas, há questões qualitativas, que colocam a questão central numa agenda de desenvolvimento.

As questões de solidariedade, como o senhor falou, um desenvolvimento solidário, são pertinentes. O Conselho ancora o conceito de desenvolvimento sustentável naquele conceito de 92, lembrando que ali se falava no desenvolvimento que é capaz de atender às necessidades das gerações presentes e das gerações futuras e traz o conjunto dos direitos. Por que isso é importante? Porque a maioria desses direitos já foram pactuados internacionalmente. Os países já pactuaram e garantiram os direitos sociais, pelo menos em tese. Não só em tese, mas estão firmados. A nossa Constituição, inclusive, diz que aqueles pactos internacionais que foram assinados pelo Brasil passam a ser constitucionais.

Então, os direitos fundamentais do homem, os direitos sociais, os direitos econômicos, a maioria dos países já assinaram esses pactos. Recuperá-los para o conceito de desenvolvimento sustentável como um objetivo do desenvolvimento sustentável é muito importante, porque dá uma concretude para isso também.

Vamos restaurar todos esses pactos. Vamos restaurar os pactos internacionais que já fizemos e vamos restaurar os nossos pactos nacionais. Sabemos que a

Constituição não está plenamente atendida, não está regulada. Isso traz uma responsabilidade concreta para os governos, para as instituições multilaterais. Se isso tudo fosse cumprido, se os nossos grandes pactos sobre direito, inclusive os novos direitos, como direito à solidariedade, direito à fraternidade, e o senhor falou do conhecimento, as novas gerações de direitos que têm que surgir aí, temos que pensar sobre isso. E já estão surgindo, já estão se constituindo os elementos necessários para dizer que o conhecimento é um direito fundamental. Hoje, sim, quem não tem conhecimento, como o senhor falou, está excluído totalmente de qualquer possibilidade de vida mínima, de compreensão mínima dessa sociedade tão complexa em que nós vivemos. Então acho que apostar nisso, assentar esse conceito em alguns princípios, em alguns fundamentos já pactuados pela humanidade é importante também.

Com relação à questão que o senhor falou, da participação social, ela é fundamental. Inclusive, a Cúpula dos Povos, eu acredito, vai ter um papel fundamental na Rio+20.

A Cúpula dos Povos deve trazer para cá todos esses movimentos internacionais. Esses movimentos internacionais hoje têm uma unidade. Antes as questões concretas eram muito distintas entre a sociedade dos países desenvolvidos e a sociedade dos países em desenvolvimento. Hoje essa distinção é muito menor. A desigualdade, como você mostrou, é globalizada. Então não acredito que para cá não venham esses movimentos, até porque será um momento extraordinário, uma vitrine extraordinária. A Rio+20 será uma vitrine extraordinária.

Então eu acredito que, como muito bem o senhor colocou, a desigualdade é o problema central do desenvolvimento. As desigualdades que são impeditivas do desenvolvimento nesse sentido mais amplo que o senhor colocou na mesa. Eu acho que, nesse sentido, virá um grito muito forte contra as desigualdades sociais, que é o grito que já está nas ruas do mundo inteiro. Eu acredito que isso vem à Rio+20 e vai forçar essa nova compreensão de uma nova civilização, de um novo modelo de desenvolvimento que o senhor tem tanto buscado nas suas reflexões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra ao Pedro.

O SR. PEDRO HERCULANO G. PEREIRA – Agradeço mais uma vez os comentários do Senador e dos demais palestrantes.

São várias coisas para falar. Vou tentar ser o mais sucinto possível, começando pela questão da renda: por que a variável renda é tão importante. Isso é uma coisa que, especialmente quem trabalha com renda

como a gente tem em mente – às vezes, esquece, mas deveria ter em mente o tempo todo –: obviamente trabalhar com renda é uma simplificação brutal.

A gente não está querendo dar conta de tudo, embora, e isso talvez seja o mais relevante, especialmente em países como o Brasil tem-se uma correlação da renda com todas as outras fontes de capacidade, para usar aí o conceito do Sen, que é impressionante até em vários aspectos. É óbvio que um país muito desigual tem disso. Em países europeus ou países menos desiguais, até em outros países latino-americanos, você vê uma sobreposição um pouco menor.

Nesse sentido, a renda diz muito ainda. Talvez diga até mais do que parece dizer em primeira análise, o que possivelmente não vai se manter constante ao longo do tempo. Então, provavelmente isso vai mudar.

Nesse sentido, sobre uma linha de pobreza, embora eu também concorde plenamente que a pobreza, como conceito filosófico, tem de ser multidimensional, eu confesso que a gente – eu concordo muito com isso – adotou uma defesa da linha de pobreza primeiro medida pela renda e, segundo, sem querer obviamente fazer propaganda de nada, por alguns motivos que talvez a gente ache que faz sentido.

Por que usar a pobreza pela renda? Uma coisa que a gente fez e que eu acho mais ilustrativa é que normalmente índices sintéticos como o IDH e outros índices que misturam várias coisas numa coisa só são muito úteis, mas, analiticamente, para alguns fins, eles têm uns problemas como: quando muda o índice, você não sabe o que aconteceu, você não sabe ali dentro o que mudou. Então, no Brasil, dada a superposição que a gente encontra entre pobreza, qualquer linha de pobreza, e todas as necessidades básicas ou elementos geradores de capacidade, talvez, dada a superposição entre as duas coisas, que acontece, o que a gente tem achado muito útil no nosso trabalho em geral lá no IPEA é trabalhar com a renda como delimitadora de pobreza. A partir da renda, você separa os pobres e aí olha as outras dimensões. Então você cria perfis de pobreza, de uma pobreza definida a partir da renda que, no nosso caso, analiticamente, para os fins que a gente tem perseguido, funciona melhor do que simplesmente tentar criar uma medida sintética geral, obviamente, para outras intenções e motivos. A própria exposição do mapa é uma coisa muito diferente. O indicador sintético serve bem.

Então, nesse sentido, dada a sobreposição e o fato de que pela renda você já discrimina muito, e é mais fácil, uma vez discriminados pela renda, você olhar grupos específicos e construir o perfil deles em outras dimensões é uma coisa que tem funcionado...

E a respeito desse nível, eu também não tenho nenhuma dúvida de que qualquer linha de pobreza que eu ou qualquer um de nós, se a gente tivesse o poder de decidir essa linha de pobreza seria uma coisa muito mais alta do que 70 reais hoje em dia. Não tenho dúvida disso. E essa linha de 70 reais, não por acaso, é quase idêntica à linha do Banco Mundial.

A linha do Banco Mundial varia, porque, quando deflaciona, você tem que levar em conta a inflação americana e brasileira, não é só a brasileira. Mas ela é quase idêntica à linha de 1 dólar e 25 por dia do Banco Mundial, o que não quer dizer grande coisa. É só uma coisa a ser mencionada.

Mas eu acho que o fato de essa linha ser muito baixa tem uma vantagem precípua: primeiro que ninguém... No dia em que o Brasil conseguir erradicar o número de pessoas, quando não tiver mais alguém abaixo da linha atual, acho que ninguém vai ter a ilusão de que o Brasil erradicou a pobreza. Na minha visão, não se trata de pensar que o Brasil erradicou a pobreza porque ninguém tem menos de 70 reais, mas sim o fato de que a linha de 70 reais, como existe um contingente que a gente viu, de 5% da população – é gente à beça – ainda abaixo dessa linha, quando define uma linha baixa, você se obriga a prestar atenção nos mais necessitados entre os mais necessitados, nos mais pobres entre os mais pobres. E é uma coisa que o Brasil historicamente teve muita dificuldade em fazer. A construção do Estado brasileiro, das políticas sociais brasileiras, em geral, houve muita dificuldade em olhar para aqueles mais pobres entre os mais pobres. Se a gente dobrasse ou triplicasse essa linha não só o volume de recursos para acabar com a pobreza não seria factível no curto prazo, o que pragmaticamente pode ser considerado como um problema, já que poderia causar alguma desmobilização, mas, mais do que isso, se aumentasse muito a linha o número de pobres aumentaria muito e a gente perderia o foco naqueles mais necessitados entre os mais necessitados.

Não sei se isso determinou a definição da linha, mas eu gostaria muito que, se fosse mantida essa política de ter uma linha monetária, ela fosse aumentada gradualmente, aos poucos. Se a gente erradicou num nível, a gente aumenta para abranger quem está logo acima. É um jeito de se priorizar esse grupo que mais precisa, o que não quer dizer que outros grupos não precisem. Inclusive tem muita discussão, voltando aos seus comentários, sobre saneamento básico, educação, sobre a qual vou falar, porque merece um capítulo à parte, coleta de lixo e outras coisas de que se fala muito para os mais pobres. E talvez, nesse caso, não faça muito sentido falar dos mais pobres, porque são necessidades, às vezes, como no caso do saneamen-

to básico, de mais da metade da população brasileira. Não faria tanto sentido usar a pobreza extrema, definida por uma linha que a gente sabe que é muito baixa, para se olhar para isso.

Então, dependendo do seu objetivo, no caso da pobreza extrema, se a gente está olhando para a renda, faz sentido olhar para os mais pobres, porque a gente chama a atenção para aquele grupo que mais precisa. Mas em outras dimensões políticas, como saneamento e afins, você tem que olhar para o grosso da população, e olhar geograficamente, sem dúvida alguma.

Sobre educação, só para terminar, por que não se investe mais? Acho que essa é a pergunta de um milhão de dólares ou de reais. É uma dúvida que... Sim, certamente tem um componente político muito forte de arranjo político, de decisão e de mobilização. Não sei, enfim, não vou entrar nesse mérito. Mas, do ponto de vista mais técnico talvez, provavelmente tem uma questão de incentivo, porque é uma política que dá resultado no longo prazo. O tempo de formação de uma criança... Só o ciclo universitário já é o ciclo de um mandato, seja de governador, seja de presidente, do que for. Então é uma política de longo prazo e, como o Senador estava comentando, é muito difícil pegar líderes eleitos e forçá-los a pensar num prazo que talvez não faça sentido para eles. Enfim, é uma questão de incentivos, uma questão política, de reforma dos incentivos políticos.

Eu acho que tem duas ou três questões do ponto de vista mais técnico. Uma é a restrição orçamentária. A gente viu que o Brasil gasta 16%, hoje em dia, mais do que isso, porque a educação foi talvez o único daqueles componentes que aumentou um pouquinho, o que também não é grande coisa, quatro e poucos por cento do PIB. Mas a gente vê que já tem 16% do PIB sendo gastos em conjunto de políticas sociais. Se você incluir saúde, se acrescentar todas as outras despesas do Governo, o funcionalismo, enfim, obviamente existe uma competição por recursos dentro do orçamento. Então não há muito espaço para aumentar do nada, digamos assim, para dar uma canetada e aumentar do nada. É uma questão de alocação, uma coisa da economia política, do funcionamento do Governo em todas as suas esferas, de prioridades e de qual é a pauta do dia mais urgente.

Finalmente, acho que há outra coisa – acho que o Brasil ainda está um pouco longe disso, de certa maneira –, que é uma restrição especificamente técnica de como você melhora o nível educacional, quer dizer, a gente tem várias soluções que, obviamente, dariam resultado em curto prazo. Uma coisa que se observa é que no mundo inteiro é muito mais fácil universalizar o acesso e aumentar o número de anos de estudo do

que melhorar a qualidade da educação. Você vê isso tanto lendo sobre a Inglaterra do início do século como lendo sobre os Estados Unidos hoje; há um debate eterno sobre a qualidade das escolas.

Eu tenho dúvidas também. Eu acho que há muitas coisas...

O Brasil está um pouco longe disso, de chegar a esse limite e não saber o que fazer, mas chega um ponto que, eu acho, precisa haver pesquisa criativa nessa área para ver o que funciona, o que não funciona. Essa é uma área em que o Brasil talvez esteja um pouco atrás de outros países nesse sentido, embora haja coisas de curto prazo que, provavelmente, dariam um resultado muito maior, desde o piso orçamentário do salário dos professores até muitas outras iniciativas.

Eu acho que seriam essas coisas de os incentivos serem de curto prazo e haver uma disputa orçamentária, que a gente sabe que é muito forte, muito competitiva, e a partir de certo momento chegar a uma coisa técnica que, como o senhor mesmo disse, não é tão simples, não é jogar dinheiro na escola porque vai virar lama. Então é preciso ter uma competência e às vezes a gente fica em dúvida sobre a capacidade do Estado de resolver isso, embora, como a gente viu, esteja havendo progresso. Acho que é uma marcha que parece rápida, mas é lenta. É rápida tendo em vista o que era, mas é lenta dada a nossa carência. Felizmente, o progresso também não está se concentrando no nível mais básico. Eu até tirei os dados sobre ensino superior, e também sobre o segundo grau, que, obviamente, faz mais sentido na economia hoje, porque eu não queria pôr muitos números na planilha e seguir nessa idéia de que olhar para o analfabetismo é bom, porque hoje em dia é impensável alguém ser analfabeto e conseguir prover sustento para si mesmo na economia. Mesmo assim, quinze anos atrás, 8% da população economicamente ativa estava nessa situação. Então, para manter um pouco a lógica de olhar para quem está pior entre os piores, o que não quer dizer que, obviamente, aqueles que foram alfabetizados agora estão ótimos, que a pessoa que ultrapassou um pouquinho a linha da pobreza esteja numa situação boa.

Não é isso; o foco da minha apresentação foi puxar a atenção para quem está no fim da fila de verdade.

Acho que é isso. Não quero me alongar muito.

O SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – Senador, o senhor me permite só uma questão sobre o analfabetismo?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pois não.

O SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – Por que vocês colocam o analfabetismo até os 25 anos?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E não todos, e não toda a população?

O SR. JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO – E não toda a população?

O SR. PEDRO HERCULANO PEREIRA – É outro número que eu tinha e tirei para evitar ter número demais.

Até 25 anos porque a intenção ali é mostrar um avanço específico que houve nesse tempo. O analfabetismo, como um todo, tem uma inércia muito grande porque o cara era analfabeto lá atrás...

Estou considerando só a população economicamente ativa. Então, ele vai trabalhar até 60, 70 anos e é muito difícil no Brasil, especialmente, e em vários outros países. O Brasil, especialmente, tem uma dificuldade muito grande de alfabetizar esse camarada que já abandonou os estudos, é um adulto e é de uma geração que não teve acesso à educação. É muito difícil trazê-lo de volta e fazer isso funcionar. Até 25 anos mostrava exatamente o peso da mudança nesse período.

Se a gente olhar a população como um todo, vai ter, inclusive, uma tendência inercial de gerações passadas, o que é muito difícil de corrigir, o que não significa que não se deve tentar. Não é isso o que estou dizendo. É só uma questão de ênfase, não é nada de princípio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero agradecer a todos os que assistiram a essa reunião, quero agradecer a todos que vieram aqui.

Fica pendente esse assunto de como a gente define pobreza, porque temos dois problemas: um, definir quais são os ingredientes que uma pessoa tendo deixa de ser pobre e outro, porque nós que trabalhamos com ciência, que trabalhamos com conhecimento queremos simplificar as coisas para dizer que sabemos dela.

Aí a gente... Como não dá para somar, a gente prefere não considerar. Por exemplo, na hora de fazer a pesquisa perguntar às pessoas não apenas quanto ganha, mas quantos da sua família estão fora da escola; quantos saíram antes de terminar o ensino médio; quantos tiveram doenças tropicais uma vez por ano; quantas vezes foi ao cinema, quantos livros leu; quantos dentes tem na boca; quanto tempo passa no transporte público, especialmente, em pé. Se a gente tentasse identificar isso, veria que o número de pobres é muito maior e que a redução da pobreza foi menos do que a gente imagina.

Eu não sei como traduzir isso, como gostam de dizer os matemáticos, em algoritmo, ou seja, uma coisa que some tudo isso, porque são variáveis muito diferentes.

Aí a pergunta é: para simplificar, a gente fica com a renda, ou a gente vai para o complexo? Esta é uma coisa que 2020 devia pensar: o pensamento tem de

ser complexo, não é mais simples, mesmo que a gente não possa fazer comparações.

Bem, eu espero que um dia os matemáticos nos ajudem a encontrar indicadores que possam levar em conta variáveis tão diferentes qualitativamente.

Eu quero lembrar que o PIB é uma invenção que não tem nem 300 anos. Ninguém imaginava que você podia somar banana, laranja, açúcar, água em um índice só, e um dia alguém inventou o produto interno bruto, somando laranja, etc. traduzindo tudo a renda, traduzindo tudo a moeda, usando a mercantilização das coisas. De repente a gente vai descobrir uma maneira diferente. Até lá devemos continuar com esses debates e agradecer a vocês que tomam tempo para vir aqui e aos que estão assistindo, que usam o tempo, com tantas outras televisões, e preferem ficar ouvindo um debate dobre o futuro do Brasil.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 29 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ATA DA 16 REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 10, DE 2011, QUE “REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, SEJA ADITADO AO REQUERIMENTO Nº 03, DE 2007-CRE, QUE CRIOU A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, A COMPETÊNCIA PARA ACOMPANHAR O PLANEJAMENTO E AS ATIVIDADES DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-RIO+20. DESSA FORMA, REQUER TAMBÉM QUE A SUBCOMISSÃO PASSE A SER DENOMINADA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e trinta e dois minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor

Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Presentes os Senhores Senadores **Blairo Maggi** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, Atendendo ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, aprovado em 10 de março de 2011, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. O Presidente convida a compor a mesa o Senhor **Vicente Eduardo Soares de Almeida** – Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário - SINPAF; o Doutor **Kepler Euclides Filho** – Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; e o Doutor **Zander Navarro** – Pesquisador da EMBRAPA Estudos e Capacitação – CECAT. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dezenove horas e cinquenta e seis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – **Senador Cristovam Buarque**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 16ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20, do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A presente reunião destina-se a retomar o nosso ciclo de audiências públicas sobre as grandes questões do futuro, que sugerimos que sejam discutidas na reunião Rio+20.

Hoje, vamos ter um tema fundamental, que é a agricultura no futuro, porque a agricultura do passado não tinha que se preocupar com limites ecológicos. Era tão pouco o espaço que a gente ocupava, a dinâmica como a gente produzia, que isso não era um problema. Hoje, a gente sabe que é um problema. Por isso, o Código Florestal, com tanta discussão: terminamos ontem a primeira fase, falta ainda a discussão das emendas.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito para convidar para compor a Mesa: Dr. Kepler Euclides Filho, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa; Dr. Zander Navarro, pesquisador da Embrapa, Estudos e Capacitação;

e Sr. Vicente Eduardo Soares de Almeida, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, Sinpaf.

Vou passar a palavra de lá para cá, a não ser que vocês tenham outra preferência, que alguém queira falar antes por uma questão de agenda. Passo a palavra ao Sr. Vicente Eduardo de Almeida, nosso representante de todos os que fazem a Embrapa.

Nós aqui limitamos entre 15 e 20 minutos, mas não se angustie. Somos muito tolerantes.

O SR. VICENTE EDUARDO SOARES DE ALMEIDA – Boa noite, já são mais de 18 horas.

Queria, inicialmente, agradecer ao Senador Cristovam Buarque, nosso representante do Distrito Federal e representante de todos os brasileiros nesta Casa, nesta Comissão, que traz um subsídio importante para a discussão da agricultura do futuro, dos aspectos relacionados à questão da agricultura na Rio+20 e todo o seu contexto para o desenvolvimento da sociedade brasileira e até mundial. Queria agradecer enormemente por essa oportunidade, em nome dos trabalhadores da Pesquisa de Desenvolvimento Agropecuário, que é o Sinpaf.

O convite que nos foi formulado para contribuir no debate acerca do tema *Agricultura do Futuro*.

Nós viemos aqui, a partir de uma leitura da nossa realidade de atuação, não só como um trabalhador, hoje, da Embrapa na área de pesquisa, mas também como representante dos trabalhadores no Sindicato, claro, com uma provocação, com uma discussão acerca da agricultura que queremos, na verdade. A agricultura do futuro é uma agricultura de futuro? Essa é a provocação que queremos levantar aqui.

Podemos passar, por favor.

Preliminarmente, só apresentar melhor a nossa Instituição, o Sindicato Nacional representa os trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento agropecuário e envolve pesquisadores, analistas e assistentes da Embrapa, que têm uma maior participação dos trabalhadores, uma empresa que está no DNA da fundação do nosso Sindicato; da Codevasf, que posteriormente agregou-se ao nosso Sindicato, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; da Pesagro, que é a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio de Janeiro; da Emepa, Empresa de Pesquisa do Estado da Paraíba; e também da Emparn, além da Epamig, com a qual estamos em processo de diálogo com os trabalhadores.

O objetivo do nosso Sindicato, além da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores do campo, é também contribuir com a formulação e o monitoramento de políticas públicas para a área de pesquisa e desenvolvimento agropecuário.

Podemos seguir.

Mais recentemente, realizamos o nosso 10º Congresso Nacional, onde tratamos do nosso movimento internamente, fazendo uma releitura da nossa atuação, da nossa postura frente ao Governo, frente às empresas, frente à formulação de políticas públicas. Saímos desse Congresso, Senador, com uma formulação que a nossa assessora Maria Melo já passou para vocês. É o nosso Plano de Lutas, que sintetiza a discussão de 264 delegados eleitos na base de todas as Embrapas, da Codevasf, da Pesagro, que delimitaram o seu escopo de luta em relação às políticas públicas de agricultura e de pesquisa no País e também, por que não dizer, no mundo, através das nossas empresas.

Portanto, esse espaço aqui para nós é extremamente importante para anunciar as nossas propostas e buscar pontes para a implantação dessas políticas públicas.

Podemos ir à frente.

Numa contribuição mais específica desse tema, tentamos casar um pouco a nossa formulação, que agora estamos apresentando a vocês no nosso Plano de Lutas, e o acúmulo que a gente tem como pesquisador e também como acompanhante das formulações e das discussões desde a Rio 92 até o presente momento. Tivemos também a grata satisfação de participar da reunião que tratou sobre o acordo para o desenvolvimento sustentável no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nesta semana. Tentamos aqui fazer um misto dessas contribuições, apresentando, no final, uma contribuição à formulação de políticas e ao posicionamento do Governo brasileiro e também da sociedade civil, a partir da visão dos trabalhadores.

Então, contribuindo, queria levantar que não podemos falar de agricultura sem antes falar do modelo de desenvolvimento, que é um modelo de envolvimento, na verdade, da população, dos trabalhadores, do conjunto da sociedade, e de como ele se atrela ao modelo de desenvolvimento da agricultura. Assim, queria destacar três momentos importantes das décadas de 70, 80 e 90, onde a gente consegue perceber a evolução do pensamento do modelo de desenvolvimento e os seus reflexos mais amplos nesse processo.

Queria destacar aqui 1972, que foi a Conferência Mundial para as Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, que teve como objetivo identificar os principais elementos que caracterizassem a agregação de novos valores no processo de desenvolvimento da sociedade. Destaco a criação, nas Nações Unidas, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a publicação do relatório denominado *Nosso futuro comum*, em 1994, que teve como objetivo assumir institucio-

nalmente o conceito de desenvolvimento sustentável. Hoje estamos aqui também desenvolvendo um conceito, tentando materializá-lo a partir da formulação de políticas públicas e de atenção à sociedade, que incorpora, com especial referência os componentes ligados à população e aos recursos humanos, segurança alimentícia, espécies e ecossistemas, energia, indústria, manejo de bens e consumo globais, paz e segurança social.

Então, esses dois elementos, nas décadas de 70 e 80, são uma grande referência no acúmulo de subsídio à formulação desse modelo de desenvolvimento que estamos pensando.

Mais uma, por favor.

Por último, temos, então, a Rio-92, a Eco-92, no Brasil, onde se objetivou a criação de uma agenda. Foi um passo a mais não só a formulação de um conceito de desenvolvimento, esse desenvolvimento sustentável, mas principalmente a formulação de uma agenda que, claro, tenha compromissos comuns para ações concretas no sentido de construir um modelo de desenvolvimento eficaz para a melhoria da qualidade de vida da população mundial.

Essa agenda foi construída, mas, após acompanharmos fazendo um diálogo nessa reunião de que participamos no Conselho de Desenvolvimento Social, estamos hoje sentindo que teve pouca efetividade. Temos vivenciado, nos últimos vinte anos, e, por isso, vamos fazer no ano que vem a Rio+20, certa percepção de pouca efetividade dessa agenda comum do ponto de vista da biodiversidade mundial, do aquecimento global, de problemas como a fome, o analfabetismo, etc. São problemas para os quais, apesar de termos construído essa agenda em nível global, não houve efetividade. Isso, inclusive, faz com que o Governo brasileiro, a sociedade brasileira, aqueles que estão interessados e militam nessa área, busquem um comprometimento, uma estratégia maior de efetivação dessa agenda.

Nesse ponto onde começo a ligar, a trazer um pouco esse *link* entre esse modelo de desenvolvimento e a agricultura do futuro, que é essa temática.

Apesar de essa discussão ter avançado, do ponto de vista mais amplo, na década de 70, na década de 80, sobre o modelo de desenvolvimento, na década de 90, tínhamos, efetivamente, uma linha, uma diretriz que hegemonizava o modelo de desenvolvimento da agricultura denominado genericamente de Revolução Verde. A gente contribui aqui, começa a fazer um pouco o afunilamento do debate aqui apresentando uma certa contradição entre o modelo hegemônico da agricultura implantada no mundo, especialmente agora no Brasil, desde as décadas de 50 e 60, especialmente 60, e o que se discutiu, o que se contribuiu em termos

de conceito e de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Temos uma contradição: essa agricultura que vivemos hoje, a agricultura do presente, que é hegemônica por essa Revolução Verde, tem futuro dentro da perspectiva de uma agricultura com o povo, com a sociedade? Não se faz uma agricultura sem o povo, sem a sociedade. Então, essa é a indagação, a provocação, Senador, que queremos aqui apresentar. Será que tem futuro essa agricultura?

Queremos fazer um pouco o detalhamento desses conceitos.

Podemos ir à frente.

Utilizando um pouco o meu lado de trabalhador da Embrapa, sou pesquisador na área de impactos ambientais e venho acumulando um pouco de conhecimento, de formulação em relação a isso, quero contribuir apresentando três ambientes onde essa agricultura atual, hegemônica pela Revolução Verde, não encontra parâmetros na nova formulação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

O primeiro aspecto é o impacto ambiental. Temos visto nesta atual agricultura hegemônica pela Revolução Verde uma redução ou até a extinção da biodiversidade. Temos vivenciado claramente uma redução da biodiversidade em detrimento – em detrimento, não –, ou melhor, em favor de um modelo alimentar que restringe, inclusive, a nossa base alimentar. Temos visto os desmatamentos, inclusive fortalecidos pela celeuma mais recente, a discussão do Código Florestal – depois vou falar um pouco dele –, a emissão de CO₂, como também contribuinte efetivo desse modelo – apesar de termos desenvolvido hoje modelos que estão captando, na verdade, sequestrando CO₂, é a agricultura em escala que contribui muito com a emissão de CO₂; a contaminação do solo, água e ar, especialmente pelos agrotóxicos. Somos, hoje, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, um primeiro lugar que não nos orgulha, um primeiro lugar que gostaríamos de ver superado a partir de tecnologias e sistemas de produção que minimizassem os nossos riscos.

Podemos ir à frente.

Sob o ponto de vista social, essa agricultura...

Quero fazer um parêntese aqui.

Antes do Golpe Militar de 1964, havia no País uma discussão muito intensa sobre que o modelo de agricultura nós poderíamos desenvolver. Tinha o modelo Cepalino, capitaneado pelo grande pesquisador e pensador brasileiro, Celso Furtado; um pensamento conduzido pela turma da USP, pelo economista Delfim Netto; e um pensamento mais vinculado à Igreja, das CEBs, e ao Partido Comunista Brasileiro. No Golpe de 1964, o modelo da agricultura brasileira que venceu,

não sob a força das ideias, mas sob a ideia da força, foi o modelo uspiano, o modelo de Delfim Netto. Somos herdeiros, então, desse processo de disputa da década de 60.

Isso depois pode ser mais bem desenvolvido. Tem um livro do professor Guilherme Delgado, do IPEA, com o qual a gente pode aprofundar esses elementos.

Esse modelo nos trouxe grande êxodo rural, concentração de terras muito grande, uma das maiores concentrações de terras do mundo. Inclusive, não conseguimos avançar, desde a década de 70 até agora, nessa concentração de terras. Trouxe concentração de riquezas, decorrente muito da concentração da água, dos recursos naturais, que a concentração de terras por si só já traz, a fome e a desnutrição. Temos, hoje, um quadro extraordinariamente delicado e perigoso de fome, tanto no Brasil como no mundo, de violência rural e urbana, de redução da soberania alimentar.

Destaco aqui a questão da fome.

Temos hoje perto de 1 bilhão de pessoas em situação de insegurança alimentar. Enquanto quebramos recordes e recordes anualmente na produção de alimentos, temos uma contradição muito forte de acesso a esse alimento. E não só o acesso, mas o processo de produção desse alimento nos traz uma forma muito perversa de socializar as dificuldades desse processo, como, por exemplo, internalizar, no processo de produção, os custos para a recuperação de ambientes degradados, que é o que está agora muito fortemente evidenciado na discussão do Código Florestal. Além disso, a gente não acaba com a fome no mundo, porque há uma centralização muito grande no processo de comercialização na agricultura brasileira. Posso expressar isso no terceiro elemento, que é o impacto econômico.

Podemos ir à frente.

Novamente, concentração e centralização econômica da economia agrícola. Temos poucas empresas que centralizam a economia na agricultura, desde o fornecimento dos insumos, sementes, até a comercialização e o processamento disso. Há uma alta especulativa dos preços dos *commodities* em decorrência dessa grande concentração e centralização, uma centralização tecnológica, e do aumento do custo da produção.

Temos visto, inclusive, sob o ponto de vista da Embrapa, um recuo, não sei se estratégico ou não, mas um recuo do ponto de vista do domínio das sementes. Tínhamos uma quantidade representativa de sementes de soja, por exemplo, no País, e hoje essa representação se restringiu à casa de dois dígitos ou até um dígito. Há, portanto, um alto grau de endividamento pela tendência declinante de preços associados a um aumento de insumo, ou seja, você tem um declínio do

ponto de vista dos preços dentro da porteira, mas um aumento dos custos de produção, o que leva ao empobrecimento cada vez maior dos agricultores, de tal forma que hoje, conversando com alguns professores economistas da Universidade Federal de Cuiabá que estudam um pouco aquela realidade do latifúndio e dos médios e grandes agricultores de soja no Estado do Mato Grosso, estamos em uma realidade em que os agricultores são escravos das grandes empresas que fornecem insumos, tornando, cada vez mais, a taxa de lucro da agricultura menor e os consumidores reféns desse processo de organização e de fornecimento dos alimentos. Hoje, tanto o agricultor perde como também os consumidores. Hoje, quem hegemoniza esse processo de pensar a agricultura, de pensar o processo de distribuição e consumo fora da alçada do Estado brasileiro...

Essa é a realidade nua e crua. A economia é muito voltada à exportação e é uma economia centralizadora de renda. Temos, por exemplo, o município de Unaí, que se destacou nos últimos anos pela produção de feijão, numa realidade dura sob o ponto de vista do assassinato de companheiros que eram fiscais do trabalho na região. A gente vê, na maioria dessas cidades onde há pujança grande, uma centralização muito grande de terras, uma centralização também do modelo de desenvolvimento. Nós podemos citar aqui que recentemente desenvolvemos um trabalho na região do Ceará, um pólo de fruticultura irrigada. Nesse quadro, as empresas estrangeiras, como a Del Monte, chegam, se estabelecem e montam uma estrutura não só de exploração capitalista, vai além disso, é o que estamos desenvolvendo hoje conceitualmente na pesquisa como uma estratégia de pilhagem: você retira os recursos naturais, explora a mão de obra ao extremo, proletariza os trabalhadores familiares, deixa a terra defasada – as pragas não conseguem ser controladas –, sai de lá e, simplesmente, vai para África, vai para outro canto.

Então, é uma coisa importante que temos de observar nesse modelo de desenvolvimento.

Reforçando um pouco esses argumentos...

Podemos ir à frente, por favor?

Temos aí esse gráfico que mostra a redução gradativa dos produtos alimentícios e não alimentícios, da FAO.

Podemos ir à frente.

Recentes publicações n'O *Globo*, reforçando essa ideia de que um grupo restrito concentra nada menos que 67% das marcas registradas de sementes e 89% dos agroquímicos no Brasil.

Isso é importante. Como é que a gente quer construir uma soberania, uma segurança alimentar dessa forma, não é?

Podemos ir à frente.

Ainda na mesma matéria, nós temos aí a Bün-gue, a Cargill, a Dreyfus da ADM, como responsáveis de um pouco mais de 7% de tudo que o País exportou.

E trago aqui, a matéria que foi feita com CNA, absolutamente não é absolutamente do grupo político do Sinpaf, é filiado à CUT, nós trabalhamos com a reforma agrária e tal, mas aqui temos que reconhecer que há um avanço na compreensão da própria CNA do que o grupo que controla o armazenamento de grãos no País e ainda condiciona o financiamento da produção e pesquisa, além da aquisição de plantações, a venda de fertilizantes e defensivos agrícolas, segmentos que também dominam.

Então, que agricultura é essa? Essa agricultura tem futuro?

Vamos à frente.

Por final, própria citação da representante da CNA, que o grupo controla o armazenamento de grãos do País e ainda condiciona o armazenamento da produção e pesquisa, além da aquisição de plantações, a venda de fertilizantes e defensivos agrícolas, segmentos que também dominam.

Então, podemos ir à frente.

Sobre o Código Florestal, resumidamente podemos dizer que é uma tendência, na verdade, de tentar recuperar aquele rendimento que os agricultores não estão mais tendo, ou seja, você tem que incorporar no sistema produtivo esse prejuízo, e aí para tirar esse prejuízo, temos que incorporar certas estratégias para que a gente possa viabilizar a agricultura, como está sendo alegado. Aachamos que é de uma forma irresponsável que está sendo feito este debate, especialmente conduzido pela bancada ruralista, e achamos que não tem sustentabilidade, não é querendo degradar o ambiente ou não trazer maior sustentabilidade ao ambiente, nós vamos conseguir sustentar economicamente a agricultura.

Encerrando, Senador.

Podemos ir à frente.

Apresentando mais um elemento.

Podemos ir mais um.

E só reforçando tecnicamente que a gente acabou de dizer, a SBPC e ABC colocam que a própria reserva legal é importante para manutenção de cerca de 50% da soja plantada, porque é uma espécie de área que consegue dar guarida a diversos insetos que são polinizadores dessas culturas que hoje são carro chefe da agricultura brasileira.

Então, se nós não temos aí uma boa área de reserva legal, podemos afetar substancialmente, 50% hoje da soja depende dessa área de reserva legal, de 45% a 75% do melão, café, 40% do café, 35% da laranja, 100% do maracujá, 88% do caju, 43% do algodão e 14 do pêssego.

Então a integração da agricultura ao ambiente não é, digamos assim, uma proposta, é uma necessidade.

Vamos à frente.

Em resumo, a gente gostaria de fazer essa reflexão aqui novamente: a agricultura sem futuro é uma agricultura sem povo, é uma agricultura onde o povo não tem o domínio do processo de produção, de comercialização, de soberania alimentar, sobre o que ele quer comer, sobre a qualidade do que ele quer comer.

E hoje não temos essa agricultura. Se essa agricultura do presente for essa agricultura for essa que estamos apontando do amanhã, certamente essa agricultura não tem futuro, não será agricultura de futuro, será agricultura do futuro, mas não será de futuro.

Reforço aqui que tudo isso que a gente elencou aqui está materializado no conceito que o pesquisador Guilherme Delgado estabeleceu como modernização conservadora da agricultura, que reforça aí todos esses elementos, que é concentração de renda, concentração econômica, concentração de terras, trabalho degradante análogo ao de escravo, crimes ambientais.

Vamos para frente.

Quero dialogar um pouco aqui, Senador, com o nosso acordo para o desenvolvimento sustentável com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Podemos ir à frente.

Queremos apresentar aqui algumas propostas, lendo esse documento, percebemos três elementos que são desafios para o governo brasileiro, para a sociedade brasileira, que aqui foram materializados.

Desses três desafios, dois estão diretamente vinculados à agricultura. Podemos destacar o primeiro, a gente vê aqui a fome, a insegurança alimentar, atingem uma marca hoje de significativa importância social, porque temos hoje a marca de sete bilhões de habitantes.

E os problemas de devastação das florestas, poluição das águas, do solo e do ar agravam o derretimento da camada de gelo dos polos, o aumento dos fenômenos climáticos e a escassez das terras agricultáveis, da água potável e a diminuição da biodiversidade. São alguns dos sintomas crescentes dos limites objetivos da natureza.

Portanto, dos três elementos, dois estão associados diretamente ao modelo de desenvolvimento agrícola.

E a crise econômica, claro, que está aí alastrada pelo mundo inteiro. Espero que não chegue com tanta intensidade no País.

Vamos à frente.

Com isso, nós queremos contribuir com algumas proposições. Que proposições e que premissas que a gente acha que deve ter uma agricultura de futuro?

Uma agricultura que realmente compreenda não só o conjunto do entendimento estabelecido nesses acordos, mas o conjunto do comprometimento de uma agricultura que vise a um interesse público, e não meramente a um interesse comercial.

Nós tivemos aí um avanço muito grande na teoria do Estado liberal, na década de noventa, e que se mostrou falha em muitos aspectos e está se mostrando falha inclusive no afastamento do Estado brasileiro na regulação do mercado financeiro. E o Estado brasileiro hoje precisa avançar muito mais ainda e, principalmente, agora na discussão de um Estado agrícola.

Então, a primeira contribuição, que precisamos ter uma agricultura de futuro, mas esta tem que estar voltada aos interesses da população.

Segundo, fortalecimento do papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Ele tem que garantir não só o desenvolvimento, mas garantir junto com o desenvolvimento os deveres e os direitos fundamentais dos trabalhadores e do povo, como estabelecido no art. 225, que é direito a um ambiente saudável, e, agora, no art. 6º, com a PEC, que colocou um adendo, que é o direito à alimentação, à Constituição.

É importante, um terceiro item, o fortalecimento das instituições de pesquisas e desenvolvimento rural, como a Embrapa, a Codevasf, Emater.

Temos hoje um sistema de extensão rural desfalecido, desorganizado, desestruturado. E uma empresa de pesquisa que respira, mas que precisa ainda ter um melhor aporte institucional e um atrelamento e uma organização mais forte no conjunto dessa rede da agricultura brasileira que envolve pesquisa, envolve a extensão rural e o desenvolvimento.

É preciso discutir seriamente o oligopólio e o monopólio dessas empresas no setor. Discutir essa dinâmica de produção-consumo. Elas ditam a política agrícola brasileira. E vamos ter uma autonomia, vamos ter uma agricultura de futuro se o povo brasileiro, por meio de seus representantes, não ditar essa política agrícola.

Eu acho, cá para nós, um pouco do esvaziamento político do Ministério da Agricultura é por isso porque o Ministério da Agricultura não conseguiu fazer frente à força política que essas empresas, por fora do Ministério da Agricultura, constroem essa política agrícola,

e esvaziam, esfacelam, esquartejam o Ministério da Agricultura.

Quinto.

Podemos ir à frente.

Uma reforma agrária ampla e massiva é indispensável numa agricultura de futuro. Não podemos pensar em uma agricultura onde o grande latifúndio seja o único, hegemônico modelo de desenvolvimento.

Uma matriz tecnológica visando a uma redução de insumo, maior agro e biodiversidade, pesquisa, extensão, armazenamento e desenvolvimento agropecuário público. Como temos um sistema financeiro público forte, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, nós temos que ter um sistema público articulado, atrelado à estratégia mais orgânica do Estado brasileiro.

Melhoramento genético participativo e tradicional, soluções tecnológicas para a agricultura local e regional, visando a um consumo local e regional.

Sistemas adaptados ao aquecimento global e a mudanças edafoclimáticas bruscas.

Por fim, a gestão pública e transparente e participativa das empresas públicas do setor. E aí quero destacar a necessidade da participação dos trabalhadores, dos agricultores e dos pesquisadores na gestão pública, com a participação paritária nos conselhos de administração das empresas.

Já existe já, pelo Governo brasileiro, a possibilidade de abrir a participação nos conselhos de administração de um representante dos trabalhadores. Mas isso ainda é pouco. Temos de ter a participação paritária, agricultores familiares, agricultores empresários, trabalhadores, pesquisadores para que as empresas públicas sejam mais blindadas dessas influências dessas empresas que estão hoje querendo tutorar, dizendo o que tem que ser feito ou deixar de ser feito nas empresas públicas.

Uma publicação e audiência pública para celebração de convênios com empresas multinacionais, estabelecimento de cláusulas e barreiras que afetem a soberania nacional.

Como estão sendo feitos os convênios, por exemplo, da Embrapa com a Monsanto, com a Cigenta, com a Bayer? Será que existe algum tipo de limitação do ponto de vista da soberania nacional? Será que existe alguma audiência pública prévia? Porque nós estamos tratando de semente. Uma crise financeira já está gerando o que está gerando no mundo, imagina uma crise alimentar? Barriga não espera, barriga não vai ficar fazendo reuniões para conciliar.

E a revisão dos atuais acordos. Destacar a produção e a promoção de sementes livres como condição fundamental ao alcance de uma soberania alimentar.

E, por último, a definição de uma política de cooperação internacional, de pesquisa e desenvolvimento agropecuário especialmente com a Embrapa, que hoje que está autorizada, pelo Governo brasileiro, a atuar em vários países, nos países africanos e latino-americanos. Nós temos ouvido, Senadores e demais presentes aqui, relatos preocupantes da atuação brasileira na África, da atuação brasileira na América Latina. Nós queríamos até ajuda do Governo brasileiro, quem sabe desta Comissão, Senador, para a gente buscar representantes de trabalhadores, agricultores africanos, agricultores que estão sendo beneficiados com políticas públicas brasileiras, por meio da Embrapa, de outras empresas na área agrícola, para que a gente possa ter um entendimento mais claro de como está sendo esta política. Essa política de cooperação está sendo uma política efetiva de fortalecimento e desenvolvimento local? Ou está sendo mais uma repetição de uma política de exploração inglesa, política de exploração americana, que traz hoje um quadro deprimente de fome e de pobreza nesses países.

Acho que nós não podemos nos dar ao luxo de repetir os mesmos erros que esses países repetiram numa cooperação internacional, ainda mais agora com representante eleito, que é o José Graziano, como Diretor Nacional da FAO. Então, acho que é importante a gente fazer esse debate.

Então, queria deixar aqui rapidamente essas contribuições.

Agradeço a todos e me coloco à disposição para alguns esclarecimentos ou contribuição a mais que for necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer ao Vicente por sua palestra. Devo aqui cumprimentá-lo porque, primeiro, quando a gente vê um representante do sindicato, a gente pensa que ele vai falar apenas dos salários, das condições de trabalho, mas você falou de toda a perspectiva da agricultura e como fazê-la com futuro, digamos assim, e, segundo, você trouxe uma posição olhando na ótica do Brasil, mas que serve para o mundo inteiro, que é que nós queremos debater. Se a gente, no Brasil, que tem a Embrapa, puser o mundo e o sistema de ciência e tecnologia para a agricultura, servirá provavelmente para o mundo inteiro.

Eu passo a palavra ao Professor Kepler, a quem agradeço por estar conosco.

O SR. KEPLER EUCLIDES FILHO – Muito obrigado, pelo convite. Para nós também é um prazer poder participar dessa audiência, discutir um pouquinho.

Evidentemente nós não temos bola de cristal para prever o futuro. O que a gente faz, como fez o Vicente,

analisar os diversos estudos, os diversos trabalhos, analisar as tendências para que a gente possa usar essas informações como elementos de construção e preparo para aquilo que vem.

Por gentileza.

Eu não vou descer em detalhe em cada item desses, mas são todos elementos que têm uma força tremenda na transformação da sociedade, todos eles, nós estamos passando por eles.

A taxa de crescimento da população, o Brasil é um grande exemplo disso, ela cresce a taxas decrescentes. O crescimento da taxa decrescente vai para aquele quarto ponto ali, que é a estrutura etária da população.

Estrutura etária tem muito a ver com uma série de coisas que dizem respeito a políticas públicas. E alimento está envolvido nessa questão de forma bastante forte e importante.

Um grande processo de urbanização. Devemos estar aqui, trinta, quarenta anos, com 85% da população vivendo na cidade, 15% vivendo no campo, tendo que produzir alimentos para todos nós, com todas as restrições que já foram bastante bem colocadas, e que nós vamos ver mais um pouquinho.

A família. Muda a estrutura da família. Famílias menores, indivíduos morando sozinho, todo mundo trabalhando. Isso tem impacto claro na alimentação, nas demandas de alimento, quer dizer, o alimento não pode ser simplesmente olhado como oferta de produto bruto, mas cria toda uma cadeia em que há transformação, posicionamento de alimento, alimento semi-pronto, alimento pronto, que pode trazer espaço para que a gente encontre outros nichos que não aqueles controlados pelas *commodities* e grãos.

Nível de educação e informação tem também tudo a ver com essas demandas. Na medida em que somos mais educados e melhor informados, nós temos condições de fazer questionamentos, fazer exigências, fazer demandas diferentes.

Estrutura de emprego também leva a uma diferença. As pessoas, tem muita gente trabalhando em casa, não há necessidade de ficar no trabalho, ou trabalha e come fora.

Nível de renda e distribuição tem muito a ver com isso.

A importância étnica abre outro espaço muito grande para a produção de nicho de produção de alimentos. Nós podemos ver hoje em todo o mundo, que o mundo globalizou de tal forma que muitos de nós, ou a maioria, não vivemos onde nascemos. Às vezes não vive na sua cidade, não vive no seu Estado. Muitos de nós não vivemos nos países em que nascemos. E essa questão de comida, qualquer um de nós, digo

que a recordação da infância é a comida da avó, comida da mãe.

Então, essa questão de comida relacionada com esses aspectos tem um peso grande. Eu acho que isso também pode ser fortemente utilizado para questões de agregação de valor em agriculturas de pequeno porte, agricultura que pode usar isso também como elemento central.

A saúde tem sido outro foco extremamente importante. O Vicente mencionou o uso de agrotóxicos, mas junto a ele há outras questões que estão ligadas ao alimento. Acho que hoje não só as multinacionais produtoras na área de alimentos, de grãos, de commodities, nós podemos ver as áreas de fármacos, quer dizer, que são grandes empresas: adoeça que eu curo, adoeça que eu trato.

E nós temos que trabalhar em outra lição, o que o alimento pode fazer para que nós não tenhamos necessidade de tratar, que é outra briga grande, é briga de cachorro grande, como dizem os outros, mas nós temos que enfrentar.

E certamente e cada vez mais as dimensões socioambientais estão presentes não só mais a econômica.

Bom, essa é uma pincelada global, mas se olharmos outras tendências da sociedade: para 2050, deveremos ser nove bilhões. Se olharmos o que está acontecendo, um bilhão de pessoas na pobreza, Vicente já mencionou, com fome ou subnutrição. E o pior que a maioria na zona rural. A maioria desse grupo está na zona rural. Nós, em 2008, já estávamos com 1,5 bilhão de adultos com mais de vinte anos com sobrepeso. Olha a discrepância. Nós temos um bilhão passando fome, e nós temos uma grande massa, outro bilhão com doença nutricional, sobrepeso, duzentos milhões de homens, trezentas mulheres obesas, que já estão em outro nível. E nós estamos percebendo que o Brasil está entrando nessa onda. Os países do mediterrâneo que sempre foram saudáveis também estão entrando, Grécia, Itália.

43 milhões de crianças com menos de cinco anos com sobrepeso ano passado. Quer dizer, tudo é questão de alimentação. Alimento e saúde, alimento mata fome, são duas coisas ligadas.

A partir da possibilidade de ter acesso a alimentos, podemos escolher, na medida em que a população passa a escolher, esses outros itens entram na pauta. Nós queremos, em função daquele primeiro *slide* de mudança de estrutura de emprego, de família, alimentação rápida. O alimento hoje está sendo... Se no meu tempo de criança alimento era o momento de desfrutar da família, hoje é um momento de correria. Você está comendo, sai correndo, porque não tem mais tempo

para coisa alguma. Conveniência, quer dizer, tem que ser acessível, porções, a aparência é fundamental, a experiência sensorial. A questão do sem culpa. Quantos de nós não iniciamos um regime na segunda-feira porque no sábado e domingo a gente teve culpa do que fez. Então essa é uma questão de alimento. É o prazer sem culpa. E o bem estar. Quer dizer, nós estamos hoje muito claramente reconhecendo que existem alimentos que são bons, alimentos que são ruins, alimentos que são produzidos de forma adequada, alimentos que são produzidos de forma inadequada, que tem, também, tudo a ver com a questão da agricultura.

Nós hoje estamos vivendo em uma sociedade que está sendo denominada de sociedade do conhecimento, sociedade da informação. Eu digo que estamos sofrendo de "informatite". Se a gente for dar vazão a toda informação que nos chega, você fica louco. Informação tremenda. Então, se na sociedade havia uma mudança com tempo para a gente amadurecer, para compreender o que estava acontecendo, hoje não, a mudança está na calhinha de baixo; nós não terminamos uma e vem a outra onda. As ondas vão se acumulando e a gente não consegue mais perceber o que está acontecendo. E isso está acontecendo na tecnologia, o que o Vicente mencionava, essa ocupação pelas grandes empresas. São empresas que tem nos transformado com informações, tecnologias, de uma forma tão grande e a gente começa a achar, a sociedade da informação começa a achar que para estar bem tem que estar usando o último dos telefones celular, o último de todos os aparelhos e a última tecnologia em qualquer área. Inclusive isso passa, até na área rural começa a ter gente que acha que precisa estar mudando todo dia para poder ficar...

Bom, à medida que a sociedade se informa, ela demanda mais, ela exige mais, ela requer mais. Mas a agricultura também muda e passa a ter. Hoje nós estamos vivendo uma agricultura com um papel extremamente ampliado. A agricultura era para produzir alimento, fibra, energia na base de carvão. Hoje ela entra nessa linha, pelos próximos 30 anos, como talvez a redentora de produção de energia verde por um tempo. Então vai mudança tudo.

Pode passar, por favor.

Então nós já mencionamos que a sociedade tende a ser predominantemente urbana, muito mais esclarecida, com demandas cada vez mais bem definidas com relação às questões ambientais, sociais, econômicas, com as questões de saúde, com a qualidade do produto ofertado.

No papel da agricultura, a agricultura está vivendo uma transformação constante e a tomada de decisão do sistema de produção tem eu estar atenta a isso. Como

fazemos para, no sistema de produção, tomar. Então essa é a nova agricultura, que é uma nova agricultura daqui para frente. Lógico que pode aumentar coisas aí. Mas é uma agricultura que tem que ser sustentável. Nós temos que rever, como já foi mencionado. A sustentabilidade tem que estar no centro desta questão. Segurança alimentar é fundamental. O bem estar da população rural e urbana tem que ser ponto crucial.

Emprego e renda. A atual agricultura tem que trabalhar com esse panorama e, dentro dela, nós vamos trabalhar com a indústria de transformação, com a produção de serviços ambientais, olhar os resíduos e subprodutos para transformá-los e não criar fonte de contaminação. As questões dos produtos farmacêuticos mencionados. Quer dizer, a agricultura vai crescer o seu papel nesse item e ali além daqueles outros.

Pode passar.

Tem o gerente do sistema de produção nessa questão.

Pode passar.

Se a gente olhar, o gerente está lá. Tomada de decisão ao produtor. Como é que ele toma essa decisão. Primeiro são as políticas que tem uma influência tremenda e nem sempre são feitas no sentido de ajudá-lo. Hoje nós não estamos vivendo só as políticas locais; você tem a federal e a internacional. As políticas que são tomadas lá fora tem reflexo aqui dentro na tomada de um produto ou outro. Então as instituições de conhecimento, tanto público como privada, tem que cuidar entendendo que esse é o cenário. Quer dizer, a pesquisa científica tem que trabalhar com isso; e a extensão, que aí, sim, está um calcanhar de Aquiles já mencionado.

Se nós não estabelecermos para a política de futuro um papel forte de extensão pública, para que a gente consiga colocar, no sistema de produção de alimentos, no sistema de produção de alimentos saudáveis e também de comercialização e acesso fica muito difícil. Então alguns casos serão por criação de rede de produtores, redes de organização de produtores para que eles possam criar uma massa crítica para obtenção de ??, obtenção de conhecimento, obtenção de tecnologia e também obtenção de mercado. Tudo isso tem que passar. E aí entramos em outro ponto crucial que é capacitação e qualificação.

Acho que há necessidade premente de tomar uma decisão não só com relação à extensão, mas que se dedique à capacitação e qualificação do nosso produtor no sentido de poder adotar a tecnologia de forma mais adequada assim que ele tiver possibilidade de ter acesso e tomar decisão. A gente percebe que grande parte dos nossos sistemas produtivos carece de gestão, não tem capacidade de fazer gestão. Esse é um

ponto extremamente importante. Existe a questão de mercado, que também tem que ser olhada, mas era só para dar essa pincelada.

Pode passar, por favor.

E aí eu vou fazer algumas características.

Pode passar.

Algumas tendências rápidas. Aumento da população, já falamos. Mercados cada vez mais dinâmicos e integrados, a importância crescente de tecnologias econômica, social e ambientalmente adequadas. A intensificação no uso de tecnologias. Eu acredito que a agricultura do futuro será intensa em uso de tecnologia, com as características ambientais, sociais, evidentemente, sendo consideradas.

Outro ponto importante é o uso de redes sociais. Ela está tomando conta da vida urbana e ela inicia um processo de introdução forte na vida rural. Quer dizer, escolha de mercado, escolha de companheiro para discutir tecnologia. Então a rede social também terá um papel forte nisso. E questão de qualidade recrudescer em termos de exigência.

Efeitos das mudanças climáticas globais. Certamente se tornarão mais intensos. O uso racional de insumo agrícola tem que fazer parte dessa nova agricultura, inclusive com alternativas para os insumos químicos. Há um fortalecimento da bioindústria e da economia verde. Quer dizer, o mundo já começa... A Alemanha criou o primeiro de economia verde do mundo.

Conservação e uso adequado dos recursos naturais, a parte dessa tendência ou dessa premissa.

Aqui foi mencionado rapidamente outra tendência que tem que ser olhada. Um controle de commodities agrícolas por grandes conglomerados no cenário mundial da genética particularmente. Nos grãos, tem seis empresas no mundo controlando todos os grãos. Em aves e suínos são empresas transnacionais que tomam conta. Bovinos já começou a entrar, tanto na genética quanto no processamento e na distribuição. E aqui tem uma área crescendo que é a área genômica, uma área de conhecimento do cromossomo inteiro, a possibilidade de reconhecer a atuação de segmento desse cromossomo. Isso vai atrair mais essas empresas.

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. KEPLER EUCLIDES FILHO – Então acho que é outro aspecto que a gente tem que olhar.

Agora rapidamente alguns itens que chamamos de item que caracterizarão provavelmente essas agriculturas do futuro. É o que eu mencionava: intensivo uso de conhecimento e tecnologia, que serão integrados com cadeias de produção sustentáveis, alinhado com as demandas das cadeias de valores. É uma integração mais forte. Integrado com as redes sociais, como

eu mencionei; que assegurem a soberania alimentar, olhando tanto alimentos seguros e funcionais nesse contexto não só de segurança; contribua para o bem estar da população rural e urbana.

Pode passar, por favor.

Useм eficientemente os recursos naturais assegurando a biodiversidade e contribuindo não só para a conservação, mas para a sua melhoria em alguns casos. Que sejam estruturadas em tecnologias que assegurem mitigação e adaptação, para que a gente possa também recuperar grandes áreas já degradadas ou em processo franco de degradação. Estruturada com base em características locais e regionais. Essa é outra questão importante que nós vimos perdendo. Quer dizer, fortalecer as questões regionais, as questões locais, inclusive para agregação de valor para os produtos oriundos dessas regiões com diferentes formas, com possibilidade de denominação de origem, com indicação geográfica, porque há possibilidade disso crescer. Serem conduzidos à base das boas práticas. Quer dizer, aí nós temos que olhar toda a questão de manejo, de uso de agrotóxicos, uso de fertilizante, tudo isso.

Pode passar.

Que sejam provedores de serviços ambientais de qualidade; contribuam para a melhoria de renda e da qualidade de vida dos produtores rurais e que sejam conduzidos com eficiência de gestão e por pessoal cada vez mais qualificado.

Eram esse os pontos que eu queria trazer para pensar, discutir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço muito, Prof. Kepler, porque o senhor trouxe mais uma vez também aqui uma preocupação absolutamente global e não apenas local. Essa que é a intenção que a gente tem aqui e nem sempre a gente consegue. Essa sua apresentação merece um documento para ser distribuído em escala global.

Passo a palavra ao Dr. Zander.

O SR. ZANDER NAVARRO – Boa noite a todos vocês. Para mim é um grande prazer participar desta discussão, deste debate. Cumprimento os meus colegas “embrapianos”. Esta Mesa é uma Mesa “embrapiana”. Cumprimento particularmente o Senador Cristovam Buarque. Eu venho da universidade, Senador, e toda sua luta pela educação é uma luta com que me irmanoo profundamente. Nesse sentido, portanto, é mais um motivo para eu me sentir bastante gratificado de estar presente neste debate.

Eu não preparei slides porque eu achei que 15 minutos era um comentário, e comentário muito rápido, portanto. Então eu organizei basicamente três partes

que eu gostaria de chamar atenção dentro desse assunto, que é um assunto muito vasto, a partir da sua formulação mais geral, e como nós não fomos instruídos para focos mais precisos, então uma vastidão nos permite, portanto, dirigir as nossas reflexões para diferentes aspectos.

Em face portanto, do temo da exposição, eu creio que, antes de mais nada, para que um debate sobre a agricultura do futuro precisasse encontrar uma formulação mais precisa e um debate mais consequente, acho que algumas cautelas, alguns condicionantes seriam necessários. Por exemplo, vamos falar de alguns deles, dois ou três, apenas para qualificar o que significa os desafios para a gente discutir uma agricultura do futuro. A primeira delas é uma questão puramente cronológica. Qual futuro que nós estamos falando? Esse é um futuro de mais 20 anos? Ou é um futuro de mais 40 anos? Nós estamos falando de 2030 ou nós estamos falando de 2050? Porque, de acordo com o tempo que nós escolhermos para olhar esse futuro, a organização da agricultura poderá ser razoavelmente, ou talvez, substancialmente diferente.

Se nós pensarmos, por exemplo, em duas décadas, pensarmos qual seria a agricultura em 2030, é muito provável, de acordo com o que a literatura nos aponta, existem hoje instituições as mais diversas em todo o mundo que fazem cenários e cenários muito bem fundamentados, em estatísticas que, a essa altura, tem séries históricas bastante consistentes que nos permitem, portanto, fazer leituras dentro desse período, que são bastante razoáveis, com um grau de segurança bastante importante.

Em 2030, é muito provável que as mudanças vão ser também, digamos, usando o mesmo tempo, elas também vão ser médias, já que nós estamos falando de um tempo médio. Elas não vão ser radicais; elas, provavelmente, vão significar a continuidade de muitos aspectos e problemas que nós vivemos hoje.

Em 2030, é muito provável que um continente como a África, que hoje é um continente que, praticamente, vive um grande impasse e um grande debate sobre qual o seu desenvolvimento agrícola e agrário, vai permanecer mais ou menos na mesma situação. É improvável que a gente observe, em 2030, uma África pujante em termos de desenvolvimento da sua agricultura. Provavelmente existiram ainda muitos desses embates.

O desenvolvimento da tecnologia – neste Mesa há dois colegas que são da Embrapa e sabem disso melhor que eu – avança de uma forma muito rápida. Avança mais em algumas áreas, mas, em outras áreas, ele mantém a sua natureza convencional. Portanto, se nós estabelecêssemos um cenário e esse

cenário fosse de um tempo médio, provavelmente a gente poderia ter um quadro bastante claro sobre essa agricultura.

Agora, e se nós pulássemos mais 20 anos? E, portanto, nós pensássemos assim: o que é a agricultura pouco mais de uma geração, daqui a 40 anos e nós estivéssemos em 2050? A capacidade de previsão seria muito mais difícil e, provavelmente, nós teríamos sistemas agrícolas, ou agriculturas do mundo que seriam, aí sim, provavelmente elas seriam bastante diferentes do que elas são hoje. Por quê? Não apenas por causa da agricultura como atividade econômica, mas basicamente, porque iriam convergir uma série de processos que afetam a atividade econômica produtiva.

Vou citar, rapidamente, alguns deles porque o tempo é muito curto. Por exemplo, qual vai ser a disponibilidade da água em 2050 em sistemas agrícolas que hoje utilizam esse recurso fundamental para essa atividade? Ora, todos os estudos mostram diferentes problemas que irão ocorrer em termos de disponibilidade de água. Qual vai ser o impacto do aumento populacional de 2,5 a 3 bilhões de pessoas em 2050? E vejam bem, populações que vão ter renda per capita três vezes maior, populações que vão consumir duas vezes mais. Qual vai ser o impacto, portanto, dessa demanda por alimentos, matérias primas de origem agrícola, derivados do aumento populacional? O aumento de renda, portanto, vai ter um impacto muito forte. Qual vai ser o desenvolvimento dos preços dos produtos agrícolas, o que nós chamamos genericamente de volatilidade dos preços? Nós tivemos quase 50 anos de preços que foram decrescentes ao longo do tempo. A partir de 2007, 2008, esses preços agrícolas deram salto e, aparentemente, deram um salto para ficar em níveis mais elevados, tendo em vista o aumento de demanda, particularmente, mas também natureza especulativa da oferta de alimentos, etc.

Essa volatilidade dos preços vai permanecer? As limitações tecnológicas. Nós temos uma série de cultivos que hoje tem limitações tecnológicas e, portanto, nós damos saltos de rendimentos físicos de produção por unidade de área estão encontrando certos limites. A depredação dos recursos naturais que tem ocorrido. Nos últimos 50 anos, a área plantada com produtos agrícolas cresceu anualmente 0,4%. Nos últimos 10 anos, deu um salto, passou a crescer 0,6% ao ano, ou seja, a terra está sendo ganha cada vez mais para essa atividade agrícola com impactos ambientais etc. E, evidentemente, sobre tudo isso existe um grande fenômeno, que, obviamente, hoje é objeto de um intenso debate em todo o mundo,

que se chama mudanças climáticas, em outras palavras, o que vai esse fenômeno chamado mudanças climáticas implicar sobre os sistemas agrícolas? Fui professor na Inglaterra durante quase 10 anos até recentemente, e lá as pessoas brincavam dizendo do seguinte: “Em 2050, Zander, vocês que produzem muito abacaxi nós não vamos mais importar porque nós vamos produzir abacaxi na Inglaterra.” Uma brincadeira, mas não é totalmente impossível que isso aconteça, tendo em vista o cenário de mudanças de temperatura em 2050.

Se nós quisermos discutir agricultura do futuro, a primeira obrigação que teríamos, a primeira cautela que teríamos seria exatamente determinar qual o nosso horizonte. Segundo, é uma agricultura do Brasil ou é uma agricultura do mundo? Que nós falaríamos mais genericamente. Quais regiões específicas? Por quê? Porque uma agricultura do futuro, nesses cenários de tempo, ela vai ser muito diferente se focarmos especificamente algumas regiões. Aqui não vou dar detalhe porque não há tempo. E terceiro ponto, ainda, dentro dessa primeira parte do meu comentário, diz respeito a nós fazermos leituras que são de realidade e leituras que são normativas. É claro que eu sempre procurarei dizer “a agricultura tem que ser assim”, “a agricultura tem que fazer aquilo”. “eu espero que aconteça isso”. Essas leituras são leituras normativas, legítimas, evidentemente, mas elas têm muito mais uma ambição, que é uma ambição de quem a formula, dos grupos que a formula, as instituições, os interpretadores, etc.

Os cientistas, normalmente, vão se preocupar muito mais em tentar perceber como a agricultura vai ser e não como a agricultura deveria ser. Nesse sentido, a gente também tem que ter uma cautela importante nesse caso para tentar pensar, por exemplo, o mais próximo da realidade como vai ser uma agricultura, por exemplo, em 2030 ou 2050. Felizmente, hoje em dia, nós temos uma bibliografia bastante vasta, abundante que nos permite fazer leituras – se o tempo não for muito extenso, muito longo, muito distante – bastante razoáveis sobre qual vai ser a conformação dessa agricultura.

Portanto, essa é a primeira parte do meu comentário. Essas são algumas cautelas.

Passo para a segunda parte do meu comentário, que, na realidade, Senador Cristovam Buarque, não passa nada mais do que uma sugestão.

Acho que no Brasil de hoje nós precisamos desenvolver espaços de debates que sejam muito mais amplos, que sejam, eu até diria, mais fraternos para discutir o desenvolvimento da agricultura no Brasil. Eu acho que existe uma série de mitos, fantasias, ideias

que estão muito correntes, algumas vendidas ou apresentadas como verdadeiras, e isso embaralha muito o nosso debate sobre agricultura brasileira. Quem sabe a Subcomissão de que o senhor é Presidente poderia eventualmente desenvolver outras atividades que permitisse discutir a agricultura brasileira talvez num prazo, por exemplo, de 20 anos. O que vai ser a agricultura brasileira em 2030? Quais serão os impactos das políticas governamentais? O plano ABC vai produzir algum resultado mais efetivo? Consequências? Quais são os seus limites? Enfim, uma interpretação sobre o desenvolvimento agrário e agrícola do Brasil muito mais centrada em dados, em informações, etc., e aqui eu poderia trazer vários exemplos, mas eu quero me fixar no meu tempo disponível. Existe uma série de informações que muitas vezes fazem parte simplesmente de uma literatura aceita como verdadeira. A título meramente de provocação, vou dizer uma delas que talvez seja das mais centrais na história da agricultura brasileira: a concentração da propriedade da terra.

A concentração da propriedade da terra não tem relação direta, em termos de crescimento, com o processo de transformação da agricultura brasileira dos últimos 50 anos. Não tem! Quem diz isso não sou eu, mas o nosso maior especialista em estatísticas fundiárias do País, que é o professor Rodolfo Hoffmann, da Esalq. O Hoffmann já demonstrou, por exemplo, que o processo de modernização da agricultura, especialmente a partir dos anos 70, não teve correlação com o aumento na concentração da propriedade do nosso País – o Hoffmann, não sou eu –, e os estudos dele estão à disposição. Mostrou que, de lá para cá, apenas regionalmente, em algumas situações, tivemos esse processo de concentração. Por exemplo, a expansão da cana-de-açúcar, em São Paulo, gerou, em algumas regiões, na chamada região açucareira de produção de açúcar de São Paulo, uma modificação dos índices de higiene em alguns municípios. A soja, no norte do Mato Grosso, tem gerado também esse mesmo processo de concentração. Mas, se nós tomarmos o Brasil como um todo, isso não é verdade, isso não aconteceu ainda nos diversos Estados.

Esse é um tipo de ilustração, Senador, que eu trago para esse tema que é tão central, tão caro na nossa história. Todos nós sabemos muito bem os impactos sociais, políticos de um processo histórico que já no ponto de partida nos deixou uma estrutura fundiária concentrada. Não é isso? Mas isso é apenas uma ilustração.

O segundo ponto na minha exposição é deixar a sugestão de que a Comissão possa eventualmente

promover outros debates, de que a gente aprofunde mais esse tema que é tão caro.

Vou para o terceiro aspecto, que é o final. Também vou fazer algumas considerações muito rápidas, algumas considerações finais em nome de uma proposição, e essa proposição poderia ser formulada de maneira muito simples, talvez simplória, que é uma pergunta: hoje, de maneira adequada e apropriada produção, é possível conciliarmos expansão da produção e imperativos ambientais? O terceiro aspecto seria o atendimento da demanda de alimentos. É possível haver essa conciliação hoje essa conciliação hoje entre algo que se tornou absolutamente categórico, imperativo, ninguém mais discute, que são os imperativos ambientais, a necessidade de expansão da produção agropecuária e o atendimento a uma demanda global de alimentos?

A resposta categórica, pelo que diz a literatura, é: sim. Nós não temos nenhuma dúvida de que isso é possível. Não existe aqui nada revolucionário que precise ser feito para que essa combinação possa ser atendida sem que exista qualquer transformação radical, de qualquer modelo tecnológico ou o que quer que seja. A literatura nos dá os elementos suficientes.

O que precisa ser feito? Algumas coisas muito banais, e vou listar algumas delas, que a literatura nos aponta.

Por exemplo, nós temos que fazer um esforço maior no campo da genética. Por quê? Porque apenas 10 produtos respondem por 80% de todas as calorias consumidas, e a pesquisa vai nos mostrar que, em 2050, talvez apenas um desses produtos ou dois, no máximo, podem dobrar os rendimentos físicos por hectare. Então, essa é uma área em que temos de fazer um esforço maior de pesquisa.

Melhores práticas agrícolas. Se nós analisarmos a produtividade, os rendimentos físicos por hectare de diferentes produtos em diferentes países, as diferenças são gritantes, inclusive dentro do Brasil. Quer dizer, temos aqui um campo enorme para avançar com técnicas conhecidas, convencionais etc., para aumentar a produção.

Terras degradadas. Existe hoje um número muito grande, milhões de hectares de terras degradadas no mundo que podem ser recuperadas com tecnologia conhecida.

Em alguns lugares, direitos de propriedade precisam ser mais bem estabelecidos, particularmente na África. A África não terá nenhum desenvolvimento agrícola relevante enquanto não resolver um problema que se chama direitos de propriedade.

Desperdício. Conversávamos há pouco, antes do início: em todo o mundo, perde-se de 30% a 40% de

todos os alimentos produzidos. Ou seja, certas medidas para eliminar desperdício aumentarão a produção.

Há os dados que meu colega Kepler apresentou sobre consumo, essa contradição impressionante entre pessoas desnutridas e pessoas obesas, com sobrepeso etc.

Não vou listar todos, porque não haveria tempo e eu quero concluir, mas existe um conjunto de iniciativas, que não são miraculosas, não são radicais, não são revolucionárias, mas elas permitirão dar um salto em termos de produção, atendendo, inclusive, aos imperativos ambientais.

Isso está hoje presente na literatura e, portanto, eu concluo, também centrado numa literatura existente: na realidade, temos hoje, basicamente, dois cenários em termos dessa agricultura do futuro, suas exigências etc. O primeiro deles é se mantivermos uma dualidade entre uma agricultura intensiva, particularmente colocada em prática em países mais avançados, e o Brasil cada vez mais está nesse grupo, enquanto que países pobres fazem muito mais abertura de áreas para expandir a sua agricultura. Esse é um padrão, que é o padrão hoje existente. Se esse padrão se mantiver, o que nós vamos encontrar? Vamos encontrar, provavelmente, a abertura de mais um bilhão de hectares até 2050, e obviamente vocês podem imaginar o que isso vai implicar em termos de consequências ambientais e uma emissão astronômica de gases de efeito estufa.

O outro cenário não é um cenário perfeito, é um cenário meramente moderado, um cenário onde essa intensificação da agricultura não se dá de uma maneira tão completa por todos os produtores, por todos os países, mas esse cenário de intensificação tecnológica na agricultura vai significar uma adição cinco vezes menor em termos de área, porque isso, em 2050, vai implicar mais 200 milhões de hectares, e a proporção global de emissão de gases de efeito estufa será três vezes menor.

Então, esses são, basicamente, os dois cenários que hoje se impõem, e nenhum desses cenários, na realidade, contesta, digamos assim, radicalmente, o modelo tecnológico da agricultura. Agora, o que exige, isso sim, é um aperfeiçoamento muito substantivo do modelo tecnológico que existe na agricultura e que foi desenvolvido nos últimos 150 anos, inclusive com as consequências que foram apontadas aqui pelos meus colegas. Esse modelo tecnológico tem implicações que vão além da agricultura, e algumas dessas implicações são, inclusive, relativas à lógica econômica do sistema econômico que nos organiza e que leva, portanto, à oligopolização de certos setores que são relacionados à agricultura. Evidentemente que aqui vamos precisar

de intervenções públicas, intervenções estatais em termos de controle de monopólios, de oligopólios etc., para que isso não se traduza em elevações especulativas e abusivas de preços de insumos etc.

Então, essas são as três considerações que eu gostaria de trazer aos senhores e às senhoras que estão conosco nesta noite e aos meus colegas da Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Quero agradecer ao Prof. Zander e dizer a vocês todos o que eu já disse em outros momentos, mas se aplica a todos: foi uma das melhores Mesas do ciclo que nós tivemos. Eu já disse isso outras vezes, mas é verdade. Eu não disse em todas as vezes, mas já disse em algumas. Para mim, a qualidade, primeiro, é a visão global, não apenas local. Segundo, é ser capaz de enfrentar o problema tecnicamente, eticamente, politicamente, e todos vocês trouxeram esses problemas. Terceiro, é deixar perguntas no ar. Aqui não estamos a fim de ter as respostas, porque seria muita pretensão. Vocês levantaram muitas perguntas. Por isso, estou certo de que, quando isso aqui for à televisão, porque o público que vai assistir a isso não é este, é um público muito maior, vocês vão provocar grandes dúvidas e despertar as pessoas.

De qualquer maneira, eu queria fazer alguns comentários específicos. Um deles é deixar claro, pelo que a gente viu das apresentações, e eu comecei a ver isso ainda na do Vicente, que o capital do futuro é o conhecimento. A gente vai precisar de terra, a gente vai precisar do capital financeiro, mas é o conhecimento que vai fazer a agricultura no futuro, como tudo o mais no futuro.

Gostei muito do que disse o Vicente num certo momento, resumindo, sobre o tripé entre agricultura para todos – e ele insistiu muito nisso –, capaz de incorporar um bilhão que passam fome; a agricultura com equilíbrio ecológico, ou seja, a agricultura para todos, inclusive das próximas gerações, e a agricultura para todos do ponto de vista do emprego dos trabalhadores na agricultura. Esse tripé a gente tem que ter presente todo o tempo. É isso que vai fazer com que a agricultura dê futuro e também a agricultura do futuro.

Ontem, provoquei um debate por meio do Twitter, dizendo que o problema de hoje não é de crescimento, é do crescimento. Muitos pediram para eu explicar. O problema hoje, na Europa, especialmente, não é de taxa de crescimento, é do tipo de crescimento. Isso vale para a agricultura, isso vale para todos os problemas.

Quanto ao Kepler, achei muito interessante a ideia das tendências da sociedade – é uma boa lista,

podemos até ampliá-la um pouco, mas não podemos tirar nenhuma daquelas – e dos vetores de mudanças, também uma bela lista, que serve para ajudar muito no pensamento.

Achei muito interessante a visão da agricultura e alimentação, que a gente às vezes pode até tratar diferentemente. Vou, daqui a pouco, tocar nessa diferença, mas quando for a alimentação sem culpa, com prazer e rápida. A agricultura tem que se adaptar a isso. Mas, no que se refere à ideia que eu disse que eu queria apresentar, é o fato de que nem sempre a gente deve pensar alimentação como sinônimo de agricultura. Quem sabe se, daqui para frente, a gente não vai ter outras formas de alimentação que não venham da agricultura? Pode não ser agradável de pensar, mas quem sabe se não vão ser pílula e soro que permitirão alimentar pessoas quimicamente? Hoje a gente diria artificialmente, mas o conceito de artificial muda com o tempo. Então, a alimentação é uma coisa que vai além da agricultura, e talvez muito além ao longo do tempo. Quanta gente hoje não tem uma parte da alimentação baseada em vitaminas químicas? Então, talvez esse seja um caminho, não um futuro agradável, mas um futuro talvez necessário.

E aí uma coisa que eu queria também discutir, mas não dará mais tempo e seria, talvez, provocar demais, é o futuro mesmo. Por exemplo: vai ser possível alimentar pessoas com algas do mar, que já estão por aí? Ou elas não são suficientes? Estou provocando, não estou dizendo que sei que isso possível, nem que há quantidade. Vai ser possível fazer agricultura no deserto? Aí, de duas formas: uma, transformar deserto em terra agrícola e outra, produzir comida no deserto mesmo. Será que não vai ser possível, um dia, esse tipo de revolução?

Outra coisa é que, quando a gente fala em agricultura, a gente tem pensado muito em agricultura do ponto de vista vegetal, mas a gente tem que ver também a pecuária como forma de agricultura. Será que o tempo não vai tender a uma transferência da pecuária para a agricultura vegetal, um movimento vegetariano ao longo do mundo, que o Kepler mencionou em algum momento? A gente sempre fala da soja como vilã do meio ambiente, mas, às vezes, se olharmos bem, a pecuária é mais vilã do que a própria soja. Então, esse é o futuro que a gente deve pensar realmente.

Quanto ao Zander, achei muito interessante quando ele falou em qual o futuro que a gente pensa. Dez, cinquenta, cem anos? Há pouco me perguntavam isso aqui fora, e eu defini futuro da seguinte maneira: futuro no sentido daquilo que resolve os problemas antes de eles ficarem insolúveis. Quando um problema passa a ser insolúvel, acabou o futuro. Do ponto de vista do

indivíduo, é fácil. Por exemplo, futuro do tratamento de grandes doenças. O que importa, realmente, para cada um de nós, é se isso será descoberto ainda no nosso horizonte de vida. Se vão descobrir a cura de algumas doenças daqui a duzentos anos, do ponto de vista pessoal, já não resolve.

A agricultura a gente não pensa individualmente, mas pensa civilizatoriamente. Vai ser possível resolver os problemas de abastecimento antes de uma grande catástrofe ou ainda durante o nível atual de catástrofe? Porque um bilhão de pessoas sem comer é uma catástrofe, uma pessoa sem comer é uma catástrofe. Mas eu pergunto havendo uma catástrofe geral, global. Vicente foi muito pertinente quando levantou o problema da crise financeira se fosse agrícola, ou seja, se a crise financeira estivesse tirando a comida, se a gente comesse euro, embora, do ponto de vista de comer euro, a metáfora não seja boa, porque a crise faz com que se produza mais euro, ainda que com menos valor, mas quando chegar uma crise nas proporções da financeira na agricultura, se isso chegar... Provavelmente não chegará. Pela visão do Zander, é menos provável que chegue. Mas, de qualquer maneira, é um alerta.

Há uma coisa que o Zander trouxe que achei muito interessante, o assunto do abacaxi na Inglaterra. Por que isso é importante? Porque a gente trata o problema global do Planeta da ótica do país de cada um. Então, as pessoas, vamos supor, na Inglaterra, que dizem “a gente vai produzir abacaxi” não pensam, primeiro, que vão deixar de produzir frutas inglesas. Eu não sei quais são, mas deve haver frutas lá de cima que a gente não tem aqui. E aqui a gente não vai produzir as frutas do frio. Havendo o aquecimento, eles vão produzir as frutas do calor, mas nós não vamos produzir as frutas do frio. Então, eles não pensam isso.

Mas não pensam também outra coisa: o verão da Inglaterra vai ser insuportável. Eles vão produzir a fruta, mas vão sofrer muito no verão. E não falam também ou não pensamos – não são os ingleses, mas todos nós – que eles vão ter abacaxi, mas nós vamos ficar sem nada, provavelmente, porque se a temperatura passar de certo nível, todo o sistema agrícola entrará em crise. O que eu não tenho certeza é se vai acontecer isso, se é tão grave.

A revista *The Economist* desta semana traz um artigo dizendo que não é tão grave o dióxido de carbono como se imaginava, ou seja, o efeito do dióxido de carbono nas mudanças climáticas é menor do que se pensava. É claro que tudo isso deixa dúvidas sobre qual é a fonte da análise, sobre quem a fez, tudo isso. Mas vale a pena, a partir do que você falou, a gente perceber que talvez o mais grave de tudo isso é a governança, é a capacidade de transformar política, que

é um fenômeno nacional, local e de curto prazo, em tomada de decisões que levem em conta o geral do Planeta e o longo prazo. Esse é o maior problema de todos, de todos os problemas. Fazer com que alguém um dia ganhe voto pensando o Planeta. Eu não vejo como. Pensando o Planeta, você pode vender livro, mas ganhar voto não ganha. Insuficiente. Não governa pensando o Planeta. O Obama disse que não tem presidente do mundo; o presidente é do país, o prefeito é da cidade, e isso faz com que a gente tenha muitas dúvidas sobre a possibilidade de enfrentar os problemas globais. E essa ideia de dizer que a gente vai produzir abacaxi aqui no subúrbio de Londres mostra essa visão local, que é a de todos nós.

Vou aceitar sua sugestão de debatermos mais aqui concentração da propriedade. Vou disso que você falou, não foi?

O SR. KEPLER EUCLIDES FILHO – Na agricultura, dentro de um tempo determinado, particularmente a brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Isso. Vou levar adiante, inclusive sugerindo à Comissão de Agricultura, que tem feito reuniões muito interessantes, nas sextas-feiras à tarde. Quando este Senado está completamente vazio, tem gente aqui debatendo agricultura.

Vou levar para o Senador Acir, que é o Presidente desta Comissão, o debate.

Então, quero agradecer a cada um de vocês que estiveram aqui e dizer que a melhor prova de que esta foi uma ótima reunião é que o Prof. Gurgulino se despediu de mim às seis e meia, porque tem um compromisso, e ficou aqui até o fim. Essa é uma prova.

Fiquei olhando para você, meu amigo Gurgulino, dizendo: “Puxa, ele ficou, ele ficou”. Significa que, realmente, gostou, e, como ele é uma das pessoas mais ligadas nesses esses problemas do futuro da humanidade, até porque é o brasileiro que faz parte do Clube de Roma, onde se começou a pensar tudo isso, no final dos anos 60, fico feliz porque ele, sempre que pode, está aqui conosco.

Quero agradecer a cada uma e a cada um e dizer que, na próxima quinta-feira, não vamos ter a nossa reunião, mas, na quinta-feira seguinte, vamos ter e vou tentar fazer, conversando com o João Luiz e com o Alvaro, se a gente não pode fazer essa reunião fora do Senado. Por exemplo, esta reunião de hoje teria sido muito interessante se a gente tivesse feito na Embrapa, com o público da Embrapa ouvindo o nosso debate, desde que a gente possa transmitir pela televisão, porque a gente quer levar isso a um público muito maior.

Vou tentar discutir se a gente pode fazer uma na UnB; o Centro de Desenvolvimento Sustentável está

insistindo em abrigar um desses debates e, quem sabe, a partir daí, a gente faz em outros lugares também.

Muito obrigado. Fico orgulhoso da Embrapa, porque é uma instituição capaz de enviar pessoas como vocês aqui. Sinceramente, fico orgulhoso disso, por ser uma entidade de Estado, isso é que é importante, como fico orgulhoso quando vem aqui gente do Ita, quanto vem gente do Itamaraty, quando vem gente das Forças Armadas. Vocês precisam ver o nível com que falam.

Quero, finalmente, demonstrar uma preocupação minha, mas talvez seja apenas uma questão de gestão. Eu estava pensando em Embrapa, Ita, Inpe, e nenhum desses pertence ao Ministério da Educação. É como se as universidades estivessem divorciadas, apenas produzindo os que vão trabalhar nessas grandes entidades, e eu, como professor universitário, gostaria de ver centros desse tipo dentro do espaço universitário. A academia tem que ser capaz de pensar coisas com a qualidade, com a auidade que vocês conseguem na Embrapa. Tentei levar, não institucionalmente, mas fisicamente, a Embrapa para dentro do *campus* da UnB, quando eu era reitor. Lamentavelmente, cheguei um pouco atrasado, já se estava discutindo o prédio onde vocês estão hoje. Na época, o prédio era onde hoje é a Câmara Legislativa.

Creio que isso deveria estar dentro da universidade, fisicamente seria bom, como finalmente uma de minhas tentativas deu certo, que foi o Instituto Oswaldo Cruz, que hoje está dentro do *campus*, pelo menos a parte de Brasília; a do Rio de Janeiro claro que não está na UFRJ. Seria bom, institucionalmente mesmo, casar, ainda que, para isso, talvez seja conveniente o que defendo muito e ninguém aceita, que o Ministério da Educação seja um Ministério de Educação de base e que as universidades fiquem dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia, o que facilitaria muito isso. Seria apenas, se é que é conveniente, mover a Embrapa do Ministério da Agricultura, mover o Ita do Ministério da Defesa, e tudo isso dentro do Ministério de Ciência e Tecnologia, ao lado das universidades, e fazendo com que o Ministro da Educação, neste País, finalmente descubra que tem criança neste País, que existe uma coisa chamada educação de base, que a gente crê ser um problema só de prefeito, no máximo de governador e não da República inteira.

Muito obrigado a todos. Na outra quinta-feira, continuaremos nossos debates, olhando para a Rio+20, daqui a 15 dias.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 56 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 15ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE “REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTE”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONJUNTA COM A 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, A 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2011.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze, no plenário nº 2 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência dos Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, MOZARILDO CAVALCANTE e RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF, Subcomissão Permanente da Amazônia – CDRAM e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores(as) Senadores(as) **ACIR GURGACZ, ANA AMÉLIA, ANTONIO RUSSO, ARMANDO MONTEIRO, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTE, PEDRO TAQUES, REDITARIO CASSOL, VANESSA GRAZZIOTIN, WALDEMIR MOKA; WILSON SANTIAGO e ZEZE PERRELLA**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras titulares das referidas Comissões. A presidência declara aberta a reunião e submete ao plenário a dispensa da leitura das atas da reunião anterior da CRA, CREPAFF, CDRAM e CMA, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao Requerimento nº 60, de 2011-CRA aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos

Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; **Requerimento nº 4, de 2011-CREPAFF; Requerimento nº 17, de 2011-CDRAM e Requerimento nº 97, de 2011-CMA**, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), com a presença dos seguintes convidados: Deputado Mecias de Jesus - Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís Schafer - Presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE; Deputado Freire Júnior – Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins – TO; Deputado Ribamar Araújo – Representando a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia – RO; Deputado Manoel Pioneiro - Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará – PA; Deputado Hélio Soares – Representando a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão - MA. Após a exposição dos senhores convidados, usam da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senhores(as) Senadores(as): RODRIGO ROLLEMBERG, BLAIRO MAGGI, ACIR GURGACZ, MOZARILDO CAVALCANTE, ANA AMÉLIA, **WALDEMIR MOKA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, JAYME CAMPOS e REDITARIO CASSOL**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, havendo lavrado a presente ata Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Alvaro Araújo Sousa, Secretário da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão Permanente da Amazônia e Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. Senador **Mozarildo Cavalcante**, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a 15ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, 5ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e 39ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião tem por objetivo a realização de audiência conjunta, em cumprimento ao Requeri-

mento nº 60, de 2011-CRA, aprovado em 22 de setembro de 2011, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ana Amélia; Requerimento nº 4, de 2011; Requerimento nº 17, de 2011; e Requerimento nº 97, de 2011-CMA, com a finalidade de debater a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), com a presença de vários convidados, representantes do Parlamento Amazônico.

Senhoras e senhores, a importância da consulta popular é ouvir os diversos setores da sociedade nas audiências realizadas pela CRA.

Ao início dos debates com relação à reforma do Código Florestal Brasileiro, nós realizamos as audiências públicas somente na Comissão de Agricultura. Depois, nós convidamos a Comissão de Meio Ambiente, para que façamos as audiências sempre em conjunto, para que nós possamos ouvir toda a sociedade brasileira, ou todas aquelas pessoas que queiram dar a sua opinião, a sua sugestão e contribuir para que o nosso trabalho, o trabalho dos nossos relatores – Relator na Comissão de Agricultura, Luiz Henrique – possam ter a tranquilidade para fazer um trabalho positivo com relação à reforma do Código Florestal brasileiro.

Já foram realizadas audiências em Esteio, no Rio Grande do Sul; em Curitiba, no Paraná; em Chapecó, em Santa Catarina; e em Ji-Paraná e Vilhena, no Estado de Rondônia. Nesta semana, estivemos na Fiesp, em São Paulo, debatendo o Código Florestal.

Em Vilhena, diante de um auditório lotado, estivemos presentes com o Senador Reditario Cassol e apresentamos um depoimento gravado em vídeo pelo Senador Luiz Henrique. Encontramos uma plateia muito preocupada em obter mais informações sobre a tramitação do projeto de lei do Código Florestal brasileiro, em saber qual o impacto do mesmo em suas atividades produtivas e querendo manifestar a sua opinião.

A grande preocupação com relação à reforma do Código Florestal é, a nosso ver, a questão amazônica, a Região Amazônica. Nós todos sabemos que 60% da área territorial brasileira são constituídos pela Floresta Amazônica.

Nós entendemos que uma lei única para gerir ou para administrar toda a Floresta Amazônica é um contrassenso. Nós entendemos que temos de cuidar e tratar da Amazônia com as diferentes peculiaridades de cada região. Os Estados têm as suas diferenças de migração, de formação de floresta, as suas bacias hidrográficas têm uma diferença muito grande, ou seja, Rondônia é diferente de Mato Grosso, que é diferente de Roraima, que é diferente do Acre, que não é igual ao Amazonas, e que não é igual a Roraima também.

Portanto, nós temos de estudar todas as necessidades dessas regiões.

Essa foi a discussão que nós tivemos em Vilhena e essa também foi a discussão que nós tivemos na Fiesp, em São Paulo, porque muitas pessoas aqui da região Sul e da Centro-Oeste imaginam o seguinte: “Vamos resolver o nosso problema, vamos deixar como está aqui, na região Sul, e a Amazônia que fique em pé. A Amazônia pode ficar intocada.” Não é bem assim. Nós temos regiões da Amazônia que podem ser exploradas sem ter que haver desmatamento. Temos regiões na Amazônia que não podem ser mexidas; são intocadas; são regiões que, se forem derrubadas, com certeza, vão virar um deserto. Temos regiões que são muito alagadas na época das chuvas. Essas regiões também não podem ser mexidas. Não poderá haver a transformação de reserva em áreas produtivas, porque jamais serão produtivas. Portanto, a nossa Amazônia é muito grande.

Eu dizia para colegas, nesta semana, que o Brasil ainda tem de conhecer a Amazônia. O Brasil não conhece o potencial e as diversidades que temos na Amazônia: potencial de produção agrícola, produção de produção do extrativismo e, o que é principal, o potencial do ecoturismo na Amazônia. O mundo inteiro fala da Amazônia, mas não conhece a Amazônia. O próprio brasileiro fala da Amazônia, mas não conhece. Não se conhece, porque não se tem infraestrutura turística para recepcionar as pessoas que querem conhecer a Amazônia. O mundo quer conhecer a nossa Amazônia. Portanto, precisamos conduzir a situação, nos próximos anos, para que a Amazônia tenha uma infraestrutura que possa recepcionar os turistas, como temos na Amazônia da Venezuela, na Amazônia do Peru, países vizinhos que já têm essa infraestrutura que recepciona turistas americanos e europeus que querem conhecer a Amazônia, sem destruir a floresta. Muito pelo contrário. Nós, amazônidas, sabemos muito bem a importância que a Amazônia tem para nós. É evidente que a Amazônia é importante para o Brasil e para o Planeta, mas ela é importante para nós, que moramos na Amazônia. Portanto, não queremos destruir a floresta amazônica. Pelo contrário. Queremos preservar as nossas florestas e, acima de tudo, queremos preservar as pessoas que moram lá, as pessoas que deixaram as suas áreas, as suas famílias nos anos 70, nos anos 80 e foram desbravar a Amazônia.

Tivemos um depoimento, Senador Blairo Maggi, de uma pessoa, em Vilhena, que contou a sua história. No final da década de 70, ele saiu do sul do País, foi para Vilhena e entrou mato adentro com cacaio nas costas – as pessoas não sabem o que é cacaio, mas cacaio é uma mochila – que, contando ele, pesava em torno de 40 quilos, com mantimentos mais a foice e tal. Ele entrou mato adentro, andando 40, 50, 60, 80 até

100 quilômetros a pé, para conseguir chegar ao seu lote e fazer aquele clarão, para construir o seu barraco e, posteriormente, a sua casa, levar a sua família e tornar aquela área produtiva, enfrentando malária, febre, as adversidades da região amazônica, chuva, sol e tudo mais. Hoje, ele não pode mais atuar, não pode mais produzir, porque a lei diz que ele pode produzir somente em 20% da sua área. É uma situação bastante complicada.

Precisamos e estamos debatendo esse assunto junto com os demais Senadores e os nossos relatores, para que possamos ajudar essas famílias. Essas famílias...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. V. Ex^a tem a palavra, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg, e o Senador Jayme Campos, que está na bancada comigo.

O que V. Ex^a está colocando é a realidade do que nós vivíamos e vivemos na Amazônia. Quando falo vivíamos, refere-se à questão da ocupação. As pessoas, desde a época da borracha, foram incentivadas a ir para aquela região. Obviamente, na época, tinha-se permissão para se ocupar 50% dos terrenos naquela região...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, desculpe-me, Senador, mas a permissão era de 75%. Até 1973.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, vou corrigir aqui: 75%. Mas, quando a grande ocupação do Estado de Rondônia chegou, as pessoas foram para lá com uma designação de poderem abrir aquela região. A grande maioria dos brasileiros já ouviu isso. Quer dizer, tínhamos que integrar a Amazônia para não entregá-la aos interesses internacionais. Lembro-me de que, da região de onde eu vim, de onde V. Ex^a veio, da região oeste do Paraná, milhares e milhares de pessoas foram para aquela região. Para muitos deu certo, e muitos erraram na sua ida e acabaram voltando ou perdendo a sua vida ou a sua juventude no meio da floresta.

Então, na lei da ocupação da época e na lei de hoje, há uma diferença bastante grande. E o que temos debatido aqui, nesta Comissão, na questão do Código Florestal, é para que a sociedade brasileira entenda que não podemos retirar o direito adquirido daquelas pessoas que foram para lá na década de 70 e na década de 80.

Em nenhum momento, nesta Comissão, nenhum dos Senadores, nem da Amazônia, nem de outra região, trouxe qualquer notícia, qualquer comentário sobre a possibilidade de sairmos dos atuais 20% permitidos para voltarmos aos 50%. Pode ser que ainda apareça, agora, nas emendas que vão ser apresentadas, mas, nas discussões que fizemos aqui, nenhum dos Senadores da Amazônia ou de outros Estados, pelo que vi até agora, qualquer manifestação nesse sentido.

Portanto, quando fizemos aqui a defesa de que temos que preservar o meio ambiente, também temos que preservar o homem no meio ambiente. Para mim, em primeiro lugar, está o homem. Então, quando tenho defendido que as coisas devem ser legalizadas a partir da lei em que ele foi estimulado para ocupar o seu terreno, quer seja em Rondônia, em Mato Grosso, no Amazonas, no Acre, no Amapá, no Pará, no Tocantins, em qualquer um dos Estados que estão aí colocados dentro da Amazônia, essa é a defesa, e a defesa dos pequenos agricultores, principalmente, daqueles que vivem nas margens dos rios, daqueles que estão ali há dezenas de anos vivendo em harmonia com o meio ambiente, porque não creio, não acredito e não vejo que uma pessoa que tem uma casa pequena ou, muitas vezes, um rancho, vive na beira do rio, vive da pesca, vive da agricultura de subsistência esteja fazendo qualquer agressão ao meio ambiente. Ela está em harmonia com o meio ambiente.

E essas coisas, às vezes, percebemos aqui, nas nossas comissões, não tanto dos Parlamentares, dos Senadores, mas muito mais daqueles que vêm a esta Comissão para falar, principalmente daqueles que vivem nas cidades, não têm o conhecimento da prática do que é viver na floresta, viver no campo, e conhecem pela teoria. Então, há uma diferença bastante grande.

Eu tenho feito essa defesa intransigente de que não podemos, pela lei que vamos votar, fazer uma mudança radical na vida de milhares e milhares de pessoas que vivem no interior deste Brasil. É isto que temos que respeitar, Sr. Presidente: dar a eles a oportunidade de lá permanecerem.

E faço uma analogia que já foi feita aqui, nestas comissões, e já a fazia antes de chegar ao Senado Federal. As cidades, Senador Rodrigo Rollemberg, também mudam as suas leis, também mudam o código de postura, também mudam e, em determinadas regiões das cidades, não se permite mais, a partir de um ano ou de uma data, conforme a lei municipal, construir prédios acima de seis ou 10 andares, por exemplo. Ou, às vezes, não pode nem construir prédio em determinada área. Agora, não vi ninguém, não vi um promotor público, não vi ninguém do Ministério Público ir lá e mandar derrubar um prédio que já havia

sido construído no período antes da mudança da lei, quer seja ele de seis, 10, 12 andares. Não. Na cidade, é respeitado o direito adquirido do cidadão. Por que no campo não podemos também dar o direito adquirido com suor e trabalho da pessoa que vive lá?

Então, são esses pontos que estamos discutindo aqui, no Código Florestal. Estou fazendo aqui só um preâmbulo das nossas discussões de hoje, já que não vamos receber aqui praticamente todos os Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil. Eles estarão aqui – já confirmaram as suas presenças –, e poderemos ouvi-los, eles que são aqueles que têm o direito e a obrigação da defesa do povo de cada Estado. Hoje vamos ouvir, tenho certeza, opiniões importantes sobre a questão ambiental.

Quero crer que as nossas discussões no Senado estão indo por um caminho tranquilo, correto; mas temos que diferenciar grande produtor de pequeno produtor; pequena propriedade de grande propriedade; cidades de interior; e, principalmente, como disse antes, o modo como as pessoas vivem, além de dar oportunidade àqueles que estão errados, que estão foram da legislação, de virem para dentro dela, obviamente atendendo a todos os quesitos e requisitos que a lei estabelecerá para que ele possa fazer isso.

Então, Sr. Presidente, quando o senhor traz o relato de Rondônia, eu digo que esse é o relato do Brasil, porque a Rondônia de 1970 é o Oeste do Paraná de 1950; é o Sul do Brasil; é o Rio Grande do Sul, Caxias do Sul da década de 30, de 20, quando da chegada dos italianos.

Então, não há condições de fazer o que muitos ambientalistas querem, ou seja, simplesmente fechar tudo isso e deixar, novamente, a vegetação, a natureza voltar a sua forma original. Para tanto, nós teríamos de ir embora daqui. Entregar o País. Chamar o Cabral e entregar o Brasil a ele, pra que ele possa entregá-lo para os índios, e buscarmos um novo lugar para ir. Como isso não é possível, temos de achar um jeito de conviver. E vamos encontrar, aqui no Senado, uma forma correta de fazer essa legislação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/ PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Com relação às emendas, eu aproveito a oportunidade, Senador Blairo, Senador Jayme, Senador Moka, Senador Rodrigo, para pedir o apoio de V. Ex^{as}.

Nós estamos estudando uma emenda no sentido de que nos Estados, Senador Moka, que tenham reservas acima de 50%, o Governo possa fazer as alterações de acordo o zoneamento ecológico e econômico de seus Estados, e não fiquem engessado em 80 por 20 ou em contrário, mas que o Senado possa

ter a liberdade de fazer o zoneamento e colocá-lo em prática. Em algumas regiões de nosso Estado, podem-se desmatar 80%; em outras, não se pode desmatar nada. Cientificamente, isso pode ser comprovado através do zoneamento.

Então, essa emenda está sendo preparada e eu, antecipadamente, peço apoio dos meus pares, principalmente, aos da região Amazônica.

Neste momento, passo a palavra ao nosso colega Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, que tem feito um trabalho muito importante à frente da Comissão de Meio Ambiente e a tem conduzido de uma forma muito exemplar, muito imparcial, com relação ao interesse da população brasileira.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo trabalho desenvolvido à frente da Comissão de Agricultura, cumprimentar o Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, que nos honra com sua presença, também o Deputado José Luis Schafer, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais. Gostaria de convidar V. Ex^a para compor também a nossa Mesa aqui. E cumprimentar, de forma muito especial, os nossos Senadores da Amazônia aqui presentes, Reditario Cassol, Jayme Campos, Blairo Maggi, Waldemir Moka.

Quero registrar aqui que, como representante do Distrito Federal, ou seja, o único Senador aqui presente que não é da região Amazônica, ...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma observação, Senador. Nosso sonho, o sonho de Mato Grosso do Sul é fazer parte da Amazônia, mas, lamentavelmente, não conseguimos. Mas me integro...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – É verdade. Esse é o sonho de Mato Grosso. Desculpe-me.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas eu me integro aqui, em solidariedade ao Parlamento Amazônico.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero registrar aqui, Senador Moka, que nós, aqui, Senador Jayme Campos, como representantes do Distrito Federal, temos a representação de todos os Estados brasileiros, um pouco de toda a cultura brasileira, e temos muito orgulho disso, mas quero registrar, Senador Jayme, que a primeira militância política da minha vida foi no movimento de defesa da Amazônia. Enquanto o Senador Acir comentava aqui, eu me lembrava disso, lá pelos idos de 1979, ainda com o Professor Cafu, que era o coordenador, aqui, do movimento de defesa da Amazônia.

Quero registrar também a minha expectativa muito positiva da importância desse debate, de ouvir aqui os representantes da população dos Estados que compõem a região amazônica, que convivem com os problemas de perto, e manifestar, mais uma vez, a minha confiança num bom resultado desse trabalho desenvolvido pelo Senado, pelo ambiente que está sendo construído. O Projeto já chegou à Comissão de Ciência e Tecnologia, há o compromisso do Relator, Senador Luiz Henrique, de adotar, de recepcionar, de agasalhar, como ele se referiu, algumas sugestões apresentadas pelo conjunto de Parlamentares no sentido de aperfeiçoar o nosso Código Florestal.

Entendo, Senador Blairo, acho que uma questão que já é consenso entre os Senadores, pelo menos não vi ninguém divergir desse entendimento, é que aquelas pessoas que ocuparam e que converteram parte das suas propriedades para o uso antrópico dentro da lei da época, essas pessoas têm o seu direito garantido. Ninguém está querendo questionar isso, até porque, no meu entendimento, isso seria absolutamente constitucional. A pessoa cumpriu a legislação vigente à época e, portanto, não pode ser considerada da mesma forma que pessoas que, diante de uma legislação, fizeram uma ocupação diferente.

Tenho convicção... O Senador Luiz Henrique acolheu uma sugestão importante, trazida aqui na contribuição dada pelos juristas que participaram desse debate, especialmente o Ministro Herman Benjamin, de procurar separar o que é transitório do que é definitivo. Ou seja, separar no texto da lei aquilo que se refere à regularização de atividades consolidadas ao longo dos anos dos instrumentos previstos daqui para frente. Isso já foi um grande avanço e, sem dúvida, facilitará o entendimento.

Quero registrar que o Senado adotou uma postura, que acho absolutamente correta, de buscar, gradualmente, construir o entendimento. E nós temos agora a oportunidade de três Comissões, estamos fazendo esses debates conjuntos – este é mais um debate conjunto da Comissão de Meio Ambiente com a Comissão de Agricultura –, e a ideia é ir construindo os aperfeiçoamentos do texto para, no momento em que entendermos que ele está pronto, que possamos votar nas três Comissões, simultânea ou separadamente.

Quero registrar que devemos fazer todo o esforço para construir o melhor texto possível ainda em meados de novembro. Acho que uma visão realista é que tenhamos condições de, em meados de novembro, fazer uma apreciação do texto final dos dois Relatores para que possamos encerrar a matéria ainda este ano. É claro que nós não podemos correr e adotar uma pressa que comprometa a qualidade do texto, mas eu tenho

convicção de que, em função de todos os debates que estão sendo realizados, praticamente a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura têm dedicado mais de dois terços de seu tempo a esse debate.

Tenho muita confiança de que, neste período – o mês de outubro será fundamental para isso –, nós vamos conseguir avançar e produzir os aperfeiçoamentos necessários para entregar uma legislação moderna ao Brasil, que dê tranquilidade, que dê segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas também que aponte para o futuro do País, que não pode abrir mão da sua imensa biodiversidade, de toda a sua riqueza ambiental.

Considero – e vou reiterar o que já disse outras vezes – que temos tudo para sermos uma grande potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia e também uma grande potência ambiental.

Portanto, tenho uma expectativa muito positiva em relação a este debate, em que teremos a oportunidade de ouvir vários Presidentes de Assembleias Legislativas dos Estados que compõem a região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Presidente Rodrigo Rollemberg.

Nós iniciaremos os nossos debates.

Agradeço a presença do Deputado Mecias de Jesus, Presidente do Parlamento Amazônico, e do Deputado José Luis Schafer, nosso companheiro Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores e também Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Sejam muito bem-vindos!

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus, que é Presidente do Parlamento Amazônico e que hoje está nos dando a honra da sua presença em nossa Comissão de Agricultura e Meio Ambiente.

V. Ex^a tem quinze minutos para fazer suas colocações.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Quero agradecer a todos pela oportunidade.

Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar também o Deputado Luis Tchê, Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, Unale. Cumprimento os Senadores presentes, Senador Jayme Campos, Senador Blairo Maggi, Senador Waldemir Moka, Senador Reditário Cassol e Senador Rodrigo Rollemberg, que acaba de deixar o plenário. Cumprimento os colegas que já se encontram aqui, o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e Deputado José Ribamar, de Rondônia.

Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar um equívoco. Na nossa agenda, estava marcada esta reunião para as 14 horas. Infelizmente, talvez alguns colegas não cheguem neste período da manhã, mas ainda estamos esperando alguns colegas do Tocantins e do

Amazonas, que já confirmaram e que devem se fazer presentes aqui a qualquer momento.

Agradeço o Senador Mozarildo Cavalcanti, do meu Estado, por meio de quem, garantimos a participação do Parlamento Amazônico, representando as Assembleias Legislativas da Amazônia e do Presidente Nacional da Unale, Deputado Luis Tchê.

Sr. Presidente, escrevi algumas palavras de que eu gostaria de fazer a leitura, para eu não me perder daquilo a que me propus a dizer.

Mais uma vez nos debruçamos sobre o tema Amazônia, sobre a Amazônia observada do ponto de vista de quem reside na Amazônia. Falamos de uma região com mais de 60% do território nacional, mais de 25 milhões de habitantes e mais de 805 Municípios.

Ações mirabolantes e reais, iniciativas mal-intencionadas e projetos apenas para sugar recursos públicos sempre existiram, mas iniciativas que visassem realmente o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de quem vive nela nunca foram colocadas em prática. Faltam iniciativas que busquem a integração regional e nacional, através do respeito com a biodiversidade e com as populações nativas, incluindo os indígenas e ribeirinhos.

Precisamos traduzir a Amazônia para os próprios brasileiros, definir as várias Amazonas existentes dentro da Amazônia, diferenciando legalmente os diversos biomas que compõem a região.

Lembro-me de que o Senador Waldemir Moka acaba de dizer que, antes, o Mato Grosso do Sul fazia parte da Amazônia legal. Agora, não sei, depois de...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, nunca fez. Na limitação, nós ficamos fora, mas é uma questão geográfica.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – É uma questão geográfica apenas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É geográfica mesmo.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Mato Grosso do Sul faz parte da Amazônia, sem dúvida nenhuma. Embora haja a limitação geográfica, eu sei que está no coração de todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sem dúvida! Nós, sul-matogrossenses, temos o maior carinho e admiração pelos amazônidas.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigado, Senador.

A partir desse ponto, o Governo Federal poderá ser mais flexível, quando tiver de ser, e mais duro, na mesma proporção. Em Roraima, por exemplo, grande parte da cobertura vegetal não é floresta amazônica, mesmo assim a legislação trata genericamente o tema, e assim ficamos impedidos de promover a cultura de

cana-de-açúcar, dentre outras, em um ambiente em que não seria necessário desmatar uma árvore sequer.

Problemas semelhantes são enfrentados por outros Estados, como no Pará. Existe uma proposta do governo local em ampliar as áreas pretendidas pelo Governo Federal para preservação, desde que para outras áreas fossem aplicadas regras mais condizentes com a realidade, e, por incrível que pareça, essa proposta não prospera, devido à legislação e às dificuldades criadas por quem não conhece a região.

Precisamos de uma visão coletiva de desenvolvimento, focada no bem estar da população e na promoção da cidadania. Qualquer modelo econômico adotado pode minimizar os impactos sociais e ser capaz de contemplar várias Amazonas que existem na região, incorporando essas diversidades, desde que seja sugerido e discutido pela sua sociedade. Precisamos de uma presença maior, mais efetiva e mais produtora do poder público nas nossas fronteiras. O poder público tem que se integrar para prestar os serviços que a comunidade tem direito e para coibir crimes, como o contrabando e o tráfico de pessoas.

O cidadão da Amazônia, ao permanecer na condição de pobreza, tende a desgastar os recursos naturais para sobreviver, mas isso pode ser mudado com agregação de valor ao longo das cadeias de produção. Não se combate a pobreza na Amazônia sem desenvolvimento, mas, aqui, esse termo não é sinônimo de desenvolvimento, pois a Amazônia comporta outras modalidades de crescimento econômico. A sociedade amazônica clama por um conjunto de ações que podem ser resumidas de modo até simplificado, que a Amazônia não tenha apenas – apesar de também ser importante – uma função global, mas que seja vista como uma civilização diferenciada e que precisa se desenvolver de modo sustentável.

Precisamos de investimentos na educação, formação e capacitação do amazônida, para otimizar as potencialidades de seus recursos naturais, através de uma participação mais efetiva no desenvolvimento científico e tecnológico do País, buscando, por exemplo, metas defendidas pelas universidades da Amazônia de triplicar o número de doutores até 2020.

Precisamos manter e ampliar vias de transportes imprescindíveis para integração regional, seja na modalidade de transporte aéreo, rodoviário e, principalmente, o hidroviário. Essa última, que nunca foi explorada totalmente. O transporte por hidrovias geraria a criação de novas alternativas de escoamento da produção. Precisamos conciliar a construção de barragens e hidrelétricas com os cuidados necessários com a navegação interna. Não podemos empobrecer a vida aquática, reforçando apenas o modo rodoviário,

multiplicando danos ambientais, mortes nas estradas e diminuindo a nossa capacidade de reter as riquezas, que criamos nos nossos vales. Isso será possível com a construção de hidrelétricas, com eclusas, para garantir a geração de energia e também o fluxo hidroviário.

Reiteramos aqui a necessidade de diminuir as desigualdades regionais, através de investimentos pesados do Governo Federal, e entendemos que o Fundo Especial oriundo dos recursos do pré-sal é uma boa alternativa, e não entendemos como parlamentares da Amazônia ainda se colocam contra essa ideia.

Clamamos pela conclusão de inicialmente essenciais para a região, como o projeto de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, uma iniciativa do Governo Federal que ainda não deslanchou. Em Roraima, por exemplo, há três anos aprovamos, na Assembleia Legislativa, o nosso Zoneamento Econômico, e até hoje está engavetado no Conama.

Outro ponto que o Parlamento amazônico entende como crucial, para que a Amazônia possa, enfim, encontrar o caminho do desenvolvimento, é a aprovação do Código Florestal. Dias atrás, a CCJ do Senado aprovou o projeto de reforma do Código Florestal, foi acolhido o texto do Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, que já anunciou algumas alterações no texto aprovado na Câmara. Estamos ansiosos sobre qual texto será produzido por esta Casa. Teremos um Código razoável com a realidade amazônica, ou deixaremos escapar, talvez, a única oportunidade que nos está sendo oferecida para que tenhamos uma legislação justa com a Amazônia?

Encerro minhas palavras convidando os brasileiros a conhecerem a Amazônia, pois, quando se conhece, fica mais fácil amar e defender.

E aqui, Sr. Presidente, para encerrar, fico feliz em ouvir aqui as palavras do Senador Blairo Maggi. Tive oportunidade de encontrá-lo há poucos dias em Mato Grosso, no encontro na Assembleia Legislativa, e fico feliz de ouvi-lo, porque ele certamente encabeçará essa emenda de voltar os 50% para legalização das terras na Amazônia.

Roraima, por exemplo, já é totalmente preservada, Sr. Presidente, Srs. Senadores. 60% das terras são dos índios, já está preservada. Então, por que não transformar esses 20% do Estado? Esses 20% de preservação seja do Estado, e aí temos em Roraima apenas 8% das terras para produzir. Desses 8%, ainda temos que tirar 20% dessa terra. Ou seja, temos cerca de seis milhões de hectares e, disso aí, ainda tem áreas alagadiças, áreas de montanhas, ou seja, menos de 8% das terras do Estado são para nós, e 18% ainda temos que produzir, em apenas 20% delas. Na realidade, muita gente legisla sobre o Brasil, sobre

a Amazônia, e nem conhece a Amazônia. A Amazônia tem que ser tratada de forma diferenciada.

Louvo e aplaudo aqui a ideia do Senador Blairo Maggi; que essa emenda possa prosperar, que V. Ex^a seja um dos autores dessa emenda. A Amazônia vai aplaudir V. Ex^a, o Brasil certamente também, vai aplaudir o Congresso Nacional, porque precisamos, urgentemente, transformar o nosso País e fazer o Brasil produzir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias de Jesus. V. Ex^a tem toda razão. Esse é o momento único que temos para proteger nossa Amazônia, e o meio mais correto de protegê-la é proteger os amazônidas. São as pessoas que moram na Amazônia que irão cuidar das florestas da nossa Amazônia.

Saúdo o nosso Deputado Ribamar Araújo, do Estado de Rondônia, que se faz presente junto conosco, seja bem-vindo a nossa audiência; Deputado Hélio Soares, do Maranhão, seja bem-vindo a nossa audiência; saúdo o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Passo a palavra a V. Ex^a para também fazer suas colocações com relação a nossa audiência.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, inicialmente, quero pedir desculpas por ter chegado um pouquinho atrasado, porque, infelizmente, do Lago Norte para cá pegamos só três acidentes e, portanto, o engarrafamento foi muito grande.

Quero dizer da felicidade de se realizar esta reunião hoje, porque a Amazônia e a Faixa de Fronteira do Brasil, de norte a sul – Rio Grande do Sul, da Senadora Ana Amélia –, representa mais de 70% da área do território nacional e, coincidentemente, são áreas que têm mais dificuldades, mais limitações, até pela legislação federal, já que a Faixa de Fronteira é restritiva para uma série de atividades. É importante que encontremos, nessa votação do Código Florestal, uma forma que não seja como costumam ser as leis brasileiras, uniformes para todo o País, com tanta diversidade de localidades. A Amazônia mesmo não é um ecossistema só, o Deputado Mecias já disse. No nosso Estado, temos 60% de reservas indígenas e ecológicas; o resto, tirando as áreas alagadiças e as áreas institucionais do Exército e das Forças Armadas, para o Estado sobra alguma coisa em torno de 20% da área territorial, que é uma área boa. Inclusive, diferentemente do resto da Amazônia, grande parte do Estado é de lavrados, áreas que são um misto entre os pampas gaúchos e o cerrado do Centro-Oeste.

Então, nós temos de ter, realmente, uma legislação que seja realista, que leve em conta essas diversidades, até mesmo dentro da própria Amazônia.

Então, eu queria falar da minha satisfação por estarmos promovendo esta reunião, esta audiência, ouvindo o Presidente do Parlamento Amazônico, que, por coincidência é um Deputado Estadual do meu Estado.

Também vamos ouvir o Deputado José Luiz Scheffer, Presidente da Unale, que é a União Nacional dos Legislativos Estaduais, que, portanto, engloba todas as Assembleias, de todo o Brasil. É muito ruim que a gente legisle, aqui, sem ter, realmente, uma ausculta de quem está mais próximo do povo, lá, que são os Deputados Estaduais.

Então, eu quero registrar isso e deixar para o final que a gente possa acrescentar mais alguma coisa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Ana Amelia. Pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu e o Senador Mozarildo somos os requerentes desta audiência pública e tivemos o mesmo problema. Como a gente costuma chegar sempre em primeiro lugar, quando chega um pouco atrasado, já um colega reclama. Meu querido Blairo Maggi.

Pelo mesmo problema do Senador Mozarildo... E a gente vê quantos problemas logísticos temos numa cidade como a Capital da República para chegar até o trabalho. Três ou quatro acidentes e a coisa fica muito perturbada.

Eu queria, primeiro, dizer que foi muito oportuna a iniciativa do Senador Mozarildo, que eu tive o prazer de subscrever, também, junto com ele, porque é preciso ter essa visão, que não é uma visão unânime dentro da própria Amazônia.

A oportunidade que esta audiência pública da CRA está promovendo mostra que, dentro da região, que tem uma área dedicada a parques nacionais, reservas indígenas, há outras áreas que são de preservação e que poderiam ter a aplicação de uma legislação de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, sem agredir o ambiente, perfeitamente compatível com os dados, certamente técnicos, que V. Exªs apresentaram aqui.

Eu queria dizer que, nesta bancada, não há nenhuma dúvida em relação aos pleitos que os representantes legislativos da Amazônia trouxeram. Também acho oportuno que vocês, e certamente já o fizeram, contatem o Senador Eduardo Braga, que é do Estado do Amazonas, e o Senador Jorge Viana, que é o Relator da Comissão de Meio Ambiente, porque são matérias pertinentes, especificamente, à área.

O Senador Mozarildo disse uma coisa muito correta: o Brasil é muito grande, é um País continental, e não se pode aplicar uma regra geral para questões diferentes.

Eu tenho dito que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem mata nativa num percentual bastante significativo; há uma agricultura que faz curva de nível, que faz plantio direto na palha, como faz o Blairo Maggi no Mato Grosso – no Mato Grosso do Sul, também, muitos produtores estão aplicando essa tecnologia preservacionista –, uso de biotecnologia, uso de agricultura de alta precisão. Então, tudo isso tem de ser reconhecido e não pode ser colocado numa vala comum, sem se ver o esforço que fazem – como também, certamente, na Amazônia – muitos produtores.

A inviabilização da produção de arroz em Roraima é a prova disso, quer dizer, foram levados para lá, estimulados a ir para lá e, de uma hora para outra, a segurança jurídica é rachada, quebrada, e o agricultor tem de sair com uma mão na frente e outra atrás, depois de ter acreditado e investido naquela área.

O que sobrou para Roraima depois da decisão em relação a Raposa Serra do Sol?

Então, esses dilemas, fazem bem os legisladores da região de trazer ao conhecimento público, para que a sociedade brasileira entenda que não podem ser tratadas de maneira igual situações completamente diversas.

Cumprimento V. Exªs e lamento profundamente não ficar até o final, porque sou, também, requerente de um ciclo de avaliação da Copa do Mundo e também requerente da presença do Ministro Celso Amorim na CRE, Comissão de Relações Exteriores, que tem questões de fronteira muito sérias. Como sou requerente da presença dele aqui nesta Casa, eu preciso estar presente.

Então, agradeço, Presidente Acir Gurgacz, cumprimentando-o pela condução dos trabalhos e também ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Também peço a V. Exª o apoio à nossa causa, à nossa emenda, que diz basicamente que os Estados que já têm uma preservação natural de 50% ou mais possam colocar em prática o zoneamento ecológico e econômico dos seus Estados. Temos regiões em que podemos desmatar ou fazer a transformação de floresta para plantio na sua totalidade, mas temos regiões que, em contrário, não podem ser mexidas na sua totalidade. Isso só pode mapeado com o zoneamento. Peço o apoio a V. Exª para essa justa causa. É o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como o conheço bem, Senador Acir, o senhor pede sempre questões que são de interesse local. O senhor defende muito o seu Estado de Rondônia. Certamente, estou junto nessa emenda. Conte com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado.

Dando sequência aos nossos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Luis Tchê, que é Presidente da União Nacional dos Legisladores, Deputado do Acre.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Eu gostaria de cumprimentar o nosso Presidente, Senador Acir, do meu partido, o PDT, e parabenizar pelo brilhante trabalho que vem realizando. Nós nos encontramos em Curitiba, numa audiência pública, pois tínhamos uma reunião lá também da Unale. Eu queria cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti. Cumprimento o Deputado Mecias de Jesus, o Presidente do Parlamento Amazônico; o Senador Blairo Maggi, que se encontra aqui; o Senador Jayme Campos; o Senador Moka, de Mato Grosso; o Senador Cassol, o Senador Antonio Russo. Eu gostaria também de cumprimentar o Deputado Hélio Soares, do Maranhão, e o Deputado Ribamar Araújo, de Rondônia.

Quero dizer da felicidade de estar aqui, nesta comissão, para discutirmos um assunto, que é extremamente importante. Conversando um pouco com Mozarildo, falamos que talvez o Código Florestal não devesse se chamar Código Florestal, mas, sim, o Código do Solo, enfim. Isso poderia ser mudado, porque parece que é só a Amazônia que estamos discutindo. O Senador Blairo Maggi, na sua fala anterior, coloca que o Acre – eu represento o Acre – é diferente do Rio Grande do Sul, como a Paraíba é diferente de Roraima. Então, nessa questão do Código Florestal, defendo que deveríamos ter uma legislação estadual. Ter a legislação federal, sim, com a aprovação do código federal, mas tínhamos de ter uma legislação estadual, porque o que estamos discutindo aqui vale para o Brasil todo.

Na realidade, quero fazer uma fala aqui direcionada muito ao meu Estado do Acre, com o qual convivo e no qual vivo, para demonstrar aos Srs. Senadores o preço da preservação que estamos pagando no Estado do Acre, haja vista que o Estado do Acre é um Estado novo da nossa federação, pois era um território, que precisa muito do apoio do Governo Federal.

No nosso Estado, 85% das nossas florestas são preservadas hoje. Temos praticamente 15% desmatados. Devido à falta de infraestrutura básica e à distância dos grandes centros de consumo, inviabilizou-se um processo de industrialização desse nosso Estado. Eu tenho aqui o Acre em Números, o último, o de 2011, uma edição feita pelo nosso Governo do Estado. Te-

mos 45% do solo do nosso Estado propícios para produção agrícola, o que representam uma área hoje de 7,3 milhões de hectares. Eu vou comparar com o Estado de Mato Grosso, que atualmente tem 6,4 milhões de hectares com plantio de soja - eu vou fazer, Senador Blairo, a comparação com soja, pois vai ficar mais fácil; poderia ser eucalipto, poderia ser com milho, poderia ser com outro tipo de produção -, e também com o Estado do Paraná, que tem 4,6 milhões de hectares de plantio de soja. Aí, o Senador Blairo Maggi pode me auxiliar, porque, na realidade, estou fazendo uma comparação, Senador. O Acre tem 45% de área agricultável e, se comparar esses 45%, nós temos 7,3 milhões de hectares para produção agrícola. Comparando com Mato Grosso, que tem 6,4 milhões de hectares e o Paraná com 4,6 milhões de hectares. Se considerarmos apenas que 20% dessa área do Estado do Acre poderia ser agricultável, nós teríamos 1,4 milhão de hectares. Comparando com os Estados de Mato Grosso e Paraná, que produzem 3 toneladas de soja por hectare – se eu estou errado, o Senador pode me ajudar a corrigir –, nós teríamos hoje no Estado do Acre, 1,4 milhão com 3 toneladas por hectare, 4,380 milhões de toneladas de soja. Estou falando em soja porque é mais fácil, mas poderia falar de eucalipto ou outro tipo de produção. Pegando esse valor vezes a tonelada da soja de hoje, que é R\$900,00, nós temos R\$3.942.000,00/ano no Estado do Acre. Isso requer o nosso orçamento do Estado.

Eu trago esses números para nós analisarmos de que forma esses Estados mais pobres da região Norte – Roraima, Amapá, Acre – poderiam ser compensados por manter essa floresta em pé. Que tipo de compensação teriam esses Estados? Nós estamos discutindo e eu faço a comparação com o pré-sal, em que os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro estão discutindo a questão do pré-sal. Entendo e concordo com o Senador Blairo Maggi que não seria do Estado do Rio de Janeiro ou do Espírito Santo, mas que seria sim da União. Mas a floresta é do Estado do Acre. E se a gente levar em consideração, pegando ainda os números do Acre, podemos constatar uma evolução da população do nosso Estado: em 1970, tínhamos 72% dessa população na área rural e 28% na área urbana, com 215 mil habitantes. Hoje, o Acre tem 750 mil habitantes e temos 27% na área rural e 73% na área urbana. Como é que vai viver esse povo? Como é que nós vamos viver preservando 85% das nossas florestas? Nós somos a salvação do mundo, somos o pulmão do mundo, mas como é que nós vivemos? Onde está a nossa economia? O que nós vamos fazer?

Sem contar que se esse 1,4 milhão de hectares fosse desmatado para produção, calculando rapida-

mente em valores, o metro cúbico da madeira daria na faixa de R\$70,00 o metro cúbico. Isso daria em torno hoje de R\$7,4 bilhões. Aí sim eu diria que o nosso Estado poderia começar a se desenvolver. Temos uma saída para o Pacífico inaugurada agora. O que aquela estrada vai fazer? Será que o Acre vai ser um corredor de exportação só? Será que tudo vai passar por ali ou não vai passar?

A minha pergunta é esta: que tipo de compensação o Estado do Acre tem que está no nosso Código Florestal? Será que nós poderíamos ter uma compensação? Vamos trabalhar aqui talvez...aí poderiam me perguntar que tipo de compensação, Deputado, que nós poderíamos ter? Porque o Acre não pode ter uma zona franca, como foi feito em Manaus? Para compensar a floresta que nós preservamos, para gerar emprego e renda para o nosso povo tão sofrido daquele cantinho da Amazônia, do Brasil. Ah, mas a zona franca é difícil, não é problema. Nós somos vizinhos do Peru, Cusco fica a 300km. Talvez nós poderíamos pensar em incentivar o turismo para aquela região. Mas de que forma? Como foi feito em Las Vegas, naquela oportunidade, em que foram instalados os cassinos? E hoje todo mundo está visitando!

Talvez, naquele cantinho do Brasil, o Acre, Roraima, Amapá poderiam ter liberado o jogo de cassino para gerar emprego e renda. Por que não podemos pensar, se vamos discutir o fundo de participação dos Estados, em um pré-sal? Por que não temos uma pré-mata ou talvez um FPE Verde para quem compensou?

Com toda tranquilidade, o povo do Acre hoje está sensível a isso e sabe que precisa preservar, mas nós sabemos também que precisamos dar o que comer ao nosso povo. O nosso maior PIB é o nosso funcionário público e nós não podemos admitir discutir o Código Florestal sem existir uma compensação para um Estado como o Estado do Acre, o Estado de Roraima, o Estado do Amapá. Estou falando aqui dos Estados mais pobres, porque o Estado de Rondônia é um Estado muito mais desenvolvido, como é o Estado do Mato Grosso. E aí fica essa minha fala.

Eu gostaria também, Senador, de deixar uma sugestão na questão do Código e pedir a esta Comissão para fazermos antes dessa votação uma reunião com todos os deputados estaduais do Brasil. A Unale se encarregaria de fazer o mais rápido, marcar uma data. Porque, na reunião que nós tivemos em Curitiba, na última reunião, foi deliberado que fizessemos uma reunião com a Comissão, com pelo menos um deputado de cada Estado. Seriam 27 deputados estaduais participando. Mas tenho certeza de que aumenta o número, porque o interesse é muito grande para se discutir esse tema. Essa audiência, eu gostaria de, se

fosse possível, antes de a gente ter essa votação... Também entendo que talvez ocorra que um pouco o quórum hoje depende muito. Nós estamos perto das eleições, os últimos dias das filiações partidárias. Isso tem movimentado muito também, inclusive lá no meu Estado.

Para encerrar, eu gostaria de agradecer a oportunidade. Que os Senadores nos ajudassem nessa contribuição. Nós não queremos desmatar, a intenção nossa não é plantar soja, a intenção nossa não é plantar eucalipto, é realmente preservar, cuidar da nossa biodiversidade. Mas que os Senadores nos ajudem a encontrarmos uma saída para que o nosso Estado se desenvolva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos ao Luis Tchê, do Estado do Acre, Presidente da União Nacional dos Legisladores. E fica aceita a reunião da nossa parte com os Deputados. Assim que V. Ex^{as} quiserem fazer a reunião, é só marcar conosco. Nós estamos à disposição aqui em Brasília. Tenho certeza de que os demais Senadores também gostariam de participar, ouvir e dar suas opiniões e suas sugestões.

Antes de ouvir o Senador Luiz Henrique, que é o nosso Relator, consulto o Deputado Ribamar Araújo, se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra para cumprimentar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Só para não aumentar a confusão, o Deputado Mecias fez referência aqui que vou apresentar uma emenda para voltar a 50%. Eu não vou fazer isso, Deputado. Eu estava fazendo um relato sobre a história da ocupação amazônica. Para daqui a pouco não tirar a emenda do Acir Gurgacz e não criar confusão, eu queria deixar clara minha posição a respeito desse assunto.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – O Senador Acir já me explicou, Senador Blairo Maggi. Nós contamos apenas com o apoio importante de V. Ex^a e dos demais Senadores para aprovação da emenda dele.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, senador Blairo. Eu sei que V. Ex^a tem a preocupação grande no sentido de não querer a imagem de estar provocando o desmatamento da Amazônia, mas a nossa intenção também não é essa, provocar.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Para quem já ganhou motosserra de ouro, tem que tomar cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu entendo V. Ex^a. Mas, só para esclarecer

também, a nossa intenção não é provocar o desmatamento da Amazônia, em hipótese alguma, é preservar as pessoas que lá estão.

Eu passo a palavra, então, ao Ribamar. Senador Moka, só o nosso Deputado Ribamar de Rondônia, da Assembleia, que foi convidado. Só para fazer lhe um cumprimento.

Deputado Ribamar, V. Ex^a tem a palavra, Obrigado, Senador Moka.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (PT – RO) – Bom dia a todos. Queria cumprimentar o Presidente dos trabalhos, Senador pelo meu Estado, Senador Acir Gurgacz; da mesma forma, cumprimentar o Senador Mozarildo, de Roraima, fazendo parte da Mesa; cumprimentar o Tchê, Presidente da Unale; cumprimentar, da mesma forma, o Presidente do Parlamento Amazônico; colega, Deputado Mecias de Jesus; cumprimentar a imprensa e todos os presentes, os Senadores.

Eu queria, complementando a fala do Tchê, dizer que acredito, Tchê, que a maior compensação reivindicada pelo senhor neste momento para o Estado do Acre seria deixar o povo do Acre trabalhar. Acho que o Brasil é o único País do mundo que faz legislação impedindo o povo de trabalhar.

Sou do Estado de Rondônia, que, há 30 anos, era uma floresta intacta, não produzia nada, não representava nada para o PIB do Norte nem do Brasil, e hoje, somente 30 anos depois, encontra-se a agricultura e a pecuária, e não tem como produzir na terra sem alterar seu estado natural.

Somos, hoje, um dos Estados mais pujantes da Federação, contrariando tudo o que muitos ecologistas falam. O Estado de Rondônia, pelo seu desenvolvimento e, conseqüentemente, pelo bem-estar do seu povo, contraria muita teoria que, na prática, nunca deu certo.

Lamento profundamente não estar aqui, neste momento, o Senador Eduardo Braga. Quem ouve o discurso do Senador Eduardo Braga, principalmente quando ele era Governador, fica encantado. Só que a realidade é totalmente diferente do que ele fala. O Estado do Amazonas é um Estado rico, em termos de Norte – o maior PIB do Norte –, mas porque todos nós, brasileiros, contribuimos com a Zona Franca de Manaus. Eles podem se glorificar pelo fato de terem 98% do seu território preservado. Agora, tem 98%, mas o Estado do Amazonas é o maior Estado brasileiro, com mais de um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados. A maioria do seu povo vive na miséria. Só vive melhor o povo do centro de Manaus; o resto, o do interior, é todo na miséria. Todos sofrendo muito.

Ele fala e encanta as pessoas do mundo inteiro, mas a realidade é muito diferente. Quando ele dá uma declaração, como eu vi, dizendo que criou uma

reserva para barrar o avanço da soja, ele prejudica, sem notar e sem querer, talvez, o Estado de Rondônia, que encontrou na agricultura e no desflorestamento, evidentemente, a base do seu desenvolvimento. Na teoria, existem muitas formas de se desenvolver, mas, em Rondônia, a única forma que nós encontramos de desenvolver nosso Estado foi a floresta, substituída pela agricultura, pela pecuária e caminhando com certa celeridade agora para nossa industrialização.

Rondônia, repito, há 30 anos, era menor em termos de população, em termos de PIB, em termos de rebanho bovino; menor do que o Acre, menor do que Roraima e menor do que outros Estados. Hoje, Rondônia, 30 anos depois, supera esses Estados. O PIB de Rondônia é maior do que o PIB do Acre, de Roraima e do Amapá juntos – coincidentemente, talvez, os três Estados mais preservados.

Eu gostaria muito que o Senado Federal, nessa questão do Código Florestal, tivesse a mesma sensibilidade, a mesma sabedoria e o mesmo senso de brasilidade que teve a Câmara Federal.

Aqui, faço um cumprimento especial ao Relator do Código Florestal na Câmara dos Deputados, o Deputado Aldo Rebelo, que foi de uma sabedoria imensa, sem ser ruralista e sem ser ambientalista, mas, acima de tudo, produzindo um código que atende, principalmente, os interesses do Brasil, e não os interesses de quem quer que seja lá fora ou os interesses de pequenos grupos aqui dentro do Brasil.

Esta é minha fala, Senador, apelando para que o Senado tenha sensibilidade e vote este Código Florestal, se possível, com pequenas modificações, para não atrasar mais e ter de voltar para a Câmara Federal.

A todos vocês, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Ribamar Araújo.

Consulto o Deputado Hélio Soares se gostaria de fazer os cumprimentos também, encerrando a participação dos nossos Deputados Estaduais e iniciando o debate com os demais Senadores presentes. *(Pausa.)*

Deputado Hélio Soares com a palavra.

O SR. HÉLIO SOARES (PP – MA) – Vou ser breve, mas tenho que fazer o registro, representando o nosso Presidente da Assembleia, Arnaldo Melo, sou o 1º Secretário daquela Casa, por várias vezes. Quero dividir a emoção com o meu companheiro. Não estou sentindo a mesma emoção dele ao falar com os Senadores do Estado dele, porque os nossos Senadores estão ausentes, mas eu tenho certeza de que, nas próximas reuniões, estarão aqui, até porque os Estados que compõem a Amazônia têm quase que as mesmas dificuldades com as características diferenciadas.

Vou resumir. Estamos em pleno século XXI e é inadmissível que nós, Parlamentares, nos preocupemos com as questões principais, mas esqueçamos de uma preocupação que temos que ter em primeiro lugar. Nós temos que cuidar, acima de tudo, do principal produto do meio, que é o homem. Se não nos preocuparmos em mudar a mentalidade, aperfeiçoarmos o espírito de preservação que, creio eu, todos temos nas suas características e para o seu próprio desenvolvimento, em transformar a mentalidade de destruição para sustentabilidade, para criatividade; se não cuidarmos desse zoneamento econômico e ecológico, não prepararmos a sociedade para uma transformação verdadeira em nosso País, não chegaremos a lugar nenhum. Isso é importante.

Parabenizo o Presidente da nossa Federação, da Unale, nosso amigo Tchê, e meu Presidente. Dirijo-me dessa maneira porque faço parte do Parlamento Amazônico e precisamos envolver os Senadores e Deputados Federais, com quem só temos contato na época das campanhas. Somos todos irmãos. Quando terminam as campanhas, a gente só se lembra quando tem a oportunidade de ir a um aniversário, ao casamento de um filho ou em uma posse inesperada por algum incidente. Essa integralização, essa união dos Parlamentares é importante, para que possamos discutir esses problemas fundamentais para a transformação do nosso País.

A Amazônia é o pulmão do nosso Brasil. Considero que todos os brasileiros são amazônidas. Então é importante uma discussão como essa. Inclusive sugiro ao Presidente da Unale que possamos participar de outras discussões, um Deputado Estadual, o Presidente da Assembleia, sei que os afazeres são muitos e a disponibilidade de tempo é muito pequena, mas que possamos participar de outras discussões na área da saúde, na área da educação. É inadmissível hoje, meu Presidente Mecias, que Estados mais ricos em reservas minerais, como o Pará e o Maranhão, cujos corredores de exportação são os melhores, ainda concentrem a maioria da população abaixo da linha da pobreza. Há um contraste nesse aspecto que precisamos discutir com mais sentimento e mais responsabilidade.

Era a minha participação.

Parabenizo o Presidente da Comissão por dar a abertura para que essa discussão verdadeiramente seja feita no Brasil inteiro com a participação dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Hélio Soares, por sua participação e por sua presença conosco.

Com a palavra o Senador Moka, enquanto o Relator conclui a sua ligação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente Acir Gurgacz, eu entendo a preocupação dos Deputados Estaduais quanto à ausência de alguns Senadores que representam os Estados.

Eu começo por aí. Na Câmara dos Deputados, essa discussão do Código Florestal é antiga e sempre tem esta questão: é difícil defender essas posições, porque, do ponto de vista da opinião publicada, você, às vezes, é confundido e tomado por um grande devastador. Dizem que você quer acabar com a floresta, que você quer acabar com o meio ambiente. Mas será que há alguma coisa mais lógica do que se fazer, como propõe o Presidente da Comissão, um zoneamento econômico e ecológico de cada um dos Estados? Vale dizer: você vai analisar o tipo de solo, a questão ambiental, e o zoneamento vai indicar o que se deve colocar ali, onde colocar e o quanto colocar. Isso é, realmente, ciência. O Código Florestal, em qualquer um dos Estados, a meu juízo, pode propiciar isso.

O Governador André Puccinelli era candidato e, como candidato, já encomendou um zoneamento econômico e ecológico, que foi votado na Assembleia Legislativa. No Mato Grosso do Sul, há aquela grande discussão: “Ah, vai colocar usina no pantanal!”. Você vai dizer para um pantaneiro que se vai colocar usina lá? É claro que ninguém vai colocar usina lá. Mas há regiões que nada tem a ver com o pantanal em que a legislação proíbe isso do mesmo jeito. Essas coisas precisam ser mais bem discutidas.

Não sou da região, conheço muito pouco a região, mas acho que é exatamente isso. O que precisa aflorar – aí os Deputados Estaduais e as Câmaras Municipais têm um grande papel – é a mobilização da sociedade que lá vive, mostrando a realidade. Quando da discussão do Código, como Deputado Federal, nas audiências públicas, o Deputado Aldo e nós ouvimos muito sobre isso. Como é que se vai fazer? É bonito dizer que vamos preservar, que há 80% ou não sei quantos por cento. Mas há alguma compensação? Como é que fica a questão da população? Essa é uma questão importante.

Evidentemente, está aqui alguém que não tem profundidade para discutir esse assunto, nem quero fazê-lo. Mas acho que temos de ouvir as pessoas que lá moram, que lá vivem. Quero ouvi-las, quero aprender e conhecer aquela realidade.

Meu caro Presidente, a sua emenda, evidentemente, vai ser discutida. Mas, Senador Acir, temos de tomar cuidado, como disse o Senador Blairo, senão, daqui a pouco, vão pegar uma motosserra e entregá-la a V. Ex^a. Então, essa é a preocupação. Temos de dizer aqui que ninguém defende isso.

Uma coisa que me deixa revoltado é acusarem o produtor rural de ser o responsável por todas as mazelas ambientais do País. Isso não é verdade! Isso não corresponde à realidade. O pantanal do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, talvez, seja um dos biomas mais preservados do País. E lá, há mais de 250 anos, produz-se a proteína vermelha, com a chamada pecuária extensiva.

Então, essa é uma questão para a gente discutir. Graças a Deus, no Senado, esse debate tem sido equilibrado, tranquilo. Ainda ontem, participamos de uma reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo. Vieram aqui representantes das cooperativas e da agricultura familiar. As cooperativas agropecuárias, em sua grande maioria, são formadas por pequenos produtores principalmente do sul do País e também do Centro-Oeste. Essas cooperativas que aglutinam pequenos produtores rurais mostraram a necessidade de um marco legal, de uma legislação juridicamente perfeita, que dê tranquilidade para que se possa produzir.

Quero parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcanti, por trazer esse debate aqui.

Finalizo, dizendo que o Acre conta aqui com duas forças poderosas: o Relator da Comissão de Meio Ambiente e o Líder do Governo no Senado. São duas forças políticas que, tenho certeza, vão ouvir aqui os Deputados Estaduais e os amazônidas. E está aqui um Senador que fez uma proposta e que está preocupado com a discussão que envolve mais a sua população, a sua gente, as pessoas que lá vivem.

Fico feliz porque, Presidente, aqui estamos ouvindo deputados estaduais, que vivem e convivem com a população desses Estados que formam a chamada Amazônia Legal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Vice-Presidente desta Comissão Waldemir Moka.

Passo a palavra ao nosso relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente Acir Gurgacz; Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira; senhores debatedores; Deputado Mecias, Presidente do Parlamento Amazônico; Deputado José Luís, Presidente da Unale, que nos honram com sua presença; Presidente da Assembleia de Rondônia, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir desculpas pelo meu pequeno atraso em chegar a esta reunião, mas é porque, sendo relator do Código Ambiental em três comissões, sou requisitado por pessoas, por entidades, por corporações, e hoje pela manhã, concedi duas audiências que me retardaram para chegar a esta Comissão. Por outro lado, quero pedir desculpas

também porque devo presidir, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores, a subcomissão que está tratando do inventário das Forças Armadas e a necessidade de seu reaparelhamento, com a presença do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

Quero dizer a V. Ex^a, Presidente Mozarildo, que o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana e o Senador Romero Jucá, que gostariam muito de estar nesta reunião, mantiveram contato comigo pedindo que justificasse a ausência de S. Ex^{as} por compromissos inadiáveis que assumiram, inclusive em relação a este assunto de que estamos tratando aqui.

Eu quero dizer aos presentes, principalmente aos ilustres convidados que vêm da Amazônia, que nós, o Senador Jorge Viana e eu, estamos tratando da condução desse processo de forma a produzir um consenso. Por isso, as Comissões de Agricultura, de Ciência e Tecnologia, de Meio Ambiente e até mesmo a de Justiça têm realizado exaustivas audiências que somam já mais de duas dezenas, ouvindo todos os setores, as corporações, as entidades mais importantes deste País, técnicos, juristas, engenheiros florestais, porque o nosso objetivo é produzir uma lei que seja duradoura, que seja autoaplicável, que não transborde para o Judiciário e que garanta duas expressões que são tão íntimas que começam com a mesma letra: preservar e produzir. É preciso que uma não sufoque a outra, é preciso que uma não anule a outra, até por que a floresta e a lavoura são como irmãs siamesas, irmãs xifópagas, isquíópagas. São atividades que interdependem uma da outra. A questão da Amazônia está sendo tratada com todo cuidado, assim como a questão do Pantanal, a questão da Serra do Mar, a questão dos Campos gerais, a questão do Litoral. Os cinco biomas definidos na Constituição estão tendo um tratamento muito criterioso, muito cuidadoso. A primeira conclusão a que chegamos é que cada um, pelas suas especificidades, terá de ter sua lei específica, como já tem a Serra do mar.

Por outro lado, temos a consciência de que a lei que estamos elaborando deverá estar absolutamente alinhada com a Constituição. O nosso ordenamento jurídico é baseado no princípio da hierarquia das leis. A Constituição é chamada de Carta Magna porque é a lei maior à qual todas as demais devem se submeter.

Ora, o que diz nossa Constituição cidadã?

Ela diz duas coisas muito importantes. Ela diz que em matéria ambiental, em todos os aspectos da matéria ambiental, à União cabe, exclusivamente, estabelecer normas gerais.

Como o País é uma Federação, ele tem de ter o ordenamento geral que valha para todo o território, mas o parágrafo primeiro, conectado com o *caput*, traz

outra definição, a de que os Estados têm competência concorrente para legislar em matéria ambiental.

Qual seria a interpretação mais correta, qual seria a exegese mais perfeita do *caput* e dos parágrafos? É a de que, traçando a União as normas gerais, caberá a cada Estado estabelecer as normas complementares, as normas detalhadoras da sua realidade peculiar.

A Amazônia tem sido tratada ao longo dos anos como se fosse uma unidade territorial carregada de absoluta similaridade. Assim como nós temos em nosso País uma legislação, o ordenamento jurídico constitucional, que estabelece uma concentração de poderes na União como se o Brasil fosse um só Brasil e não tivesse suas peculiaridades, em relação a meio ambiente, nós constituintes, Senador Mozarildo, andamos bem porque caminhamos no sentido da descentralização.

Eu creio que essas especificidades amazônicas terão de ser definidas posteriormente em normas complementares, meu Presidente, pelas Assembleias Estaduais de cada Estado. Elas que estão próximas dos problemas têm melhores condições de defini-las.

Acho que assim, com uma lei geral nacional meio-ambiental, com uma lei geral nacional para o complexo amazônico e as normas complementares estatuídas por cada Assembleia, vamos obter um resultado extraordinário: uma política meio-ambiental que seja fiel a essa dicotomia, que não é dicotômica, que é integradora, de preservar e produzir.

Sr. Presidente, peço desculpas, mas temos de abrir a reunião aqui na Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Luiz Henrique, que é um dos relatores do Código Florestal. Foi muito importante a explanação de o que se busca, realmente, tanto com o Senador Luiz Henrique, como com o Senador Jorge Viana, com essas audiências sucessivas, é o que ele falou: um consenso que tenha legitimidade jurídica, mas que tenha também aplicabilidade.

Quero conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos e em seguida... *(Pausa.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por favor, antiguidade é posto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Então, Senador Pedro Taques, com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados Estaduais, a quem recebo com atenção e respeito nesta Casa da Federação.

Nós estamos num momento de quase chegarmos à decisão a respeito desse novo Código Florestal.

O Relator, o Senador Luiz Henrique, vem fazendo um trabalho na busca de um consenso. Vejo que esse

debate veio da Câmara dos Deputados de uma forma esgarçada e o Senado da República tem esta função, até em razão da quantidade de membros por Estado que representam a Federação aqui, de acabar com essa distensão. Penso que está seja uma das funções do Senado da República.

Muito bem! O Senador Luiz Henrique fez referências à Constituição.

A nossa Constituição estabelece a preservação ambiental como direito fundamental do cidadão, o meio-ambiente ecologicamente equilibrado, como direito fundamental do cidadão. Agora, a mesma Constituição estabelece que vivemos numa sociedade que adota a iniciativa privada. A produção é importante não só para o produtor, mas para a República Federativa do Brasil, para a região, para o Estado e para aquela localidade, porque a produção faz desenvolver o homem e também faz desenvolver a sua região.

A nossa função nesta Casa será afastar o fundamentalismo de ambos os lados. A nossa função nesta Casa será encontrar esse ponto de ponderação de que a Constituição nos dá notícia. Nós não podemos nos esquecer, como bem disse o Relator, que o nosso sistema legal estabelece a Constituição como uma norma que esteja acima das demais normas.

Esse Código Florestal deve buscar a preservação e deve buscar também a produção. Para isso, temos de encontrar o que se denomina na ciência jurídica de segurança jurídica. Essa segurança jurídica significa nada mais, Senador Jayme Campos, do que a tranquilidade: conhecer as regras do jogo antes que o jogo se inicie. A Constituição estabelece um mecanismo de divisão de competência legislativa entre os entes federados. No art. 24, como bem disse o Sr. Relator, ela prega que a União estabeleça normas gerais. Essas normas gerais não podem de forma alguma, em razão da característica da própria formação da nossa Federação, essas normas gerais não podem de forma alguma, repito, ser inviabilizadas, desrespeitadas e violadas pelas normas estaduais.

Senador Mozarildo, a história da nossa Federação, da formação da nossa Federação, é a causa da manutenção da unidade do nosso território. Não podemos comparar a nossa Federação com a Federação americana, pois, esta dá aos Estados membros, às unidades federadas maior poder no momento da criação legislativa, diferentemente do que ocorre aqui, na República Federativa do Brasil. Esse ponto do art. 24 da Constituição, penso, é o mais importante do debate que deva ser feito aqui, nesta Casa.

É lógico que um dos princípios do direito brasileiro é a isonomia. Isso não significa, Senador Jay-

me Campos, que tenhamos que tratar todos de forma igualitária. Vamos trazer isso para a questão ambiental.

Vivemos num Estado continental, isso é quase um chavão falar, que possui vários biomas, vários ecossistemas. Como podemos tratar o cerrado igual ao pantanal? Como podemos tratar o Pantanal igual ao Araguaia? Como podemos tratar o Pantanal, o Cerrado, o Araguaia igual à área de transição do Cerrado e a Floresta Amazônica? Percebam que só fiz referência aos biomas, aos ecossistemas do Estado de Mato Grosso, Estado que representamos com muito orgulho. Como podemos tratar esses biomas de forma diferente? O ideal seria que o Código Florestal estabelecesse normas gerais também para esses biomas que são diferentes.

Penso que, hoje, de acordo com a nossa Constituição, não caiba aos Estados membros legislar sobre esses aspectos, mesmo em se tratando de biomas que são específicos das unidades federadas.

O Supremo Tribunal Federal tem decidido isso de forma reiterada, e a principal decisão, que ainda não ocorreu, trata do Código Florestal de Santa Catarina, porque existe uma ação direta de inconstitucionalidade decidindo a respeito da competência dos Estados membros para legislar sobre esse aspecto do que seria a legislação concorrente e legislação suplementar.

Portanto, esse debate deve ser feito aqui, e nós, lá, na Comissão de Constituição e Justiça, fizemos um acordo com o Sr. Relator, no sentido de que esses debates também seriam trazidos para as Comissões de mérito de Meio Ambiente e Agricultura.

Senador Jayme, não podemos desprezar o setor produtivo, que deve ser respeitado e orgulhar a sociedade brasileira. Isso é fato! Não podemos deixar de entender que a Constituição da República garante, no art. 170 da Ordem Econômica, a possibilidade de produzir para que possamos, inclusive, afastar a nossa dependência de outros Estados, aqui, Estados no sentido de países. Isso significa soberania alimentar, segurança alimentar. Isso é fato!

Então, neste debate, encerro a minha fala, dizendo que o Senado tem esta grande responsabilidade: afastar o fundamentalismo de ambos os lados e buscar um Código que seja bom para brasileiros. Esse Código só pode ser bom para brasileiros se respeitar a Constituição dos brasileiros, a não ser que tenhamos que rasgar a Constituição da República ou criar outra Constituição, como alguns já estão a defender. Defendo a manutenção desta Constituição. Defendo que esta Constituição deve ser respeitada. Defendo modificações nesta Constituição, se existir essa necessidade. Um Estado que não respeita a sua Constituição não

pode ser chamado de Estado, é um agrupamento de pessoas que não pode ser tido como um Estado.

Parabenizo V. Ex^a, Senador Mozarildo, que é um entusiasta deste debate sobre o pacto federativo no Brasil. Aos Deputados Estaduais, quero expressar o meu respeito, porque conheço o trabalho desempenhado por eles. Eles estão lá na base recebendo os anseios da sociedade; nós estamos aqui, em Brasília, voltamos só no final de semana. Parabéns pelo trabalho que V. Ex^{as} desenvolvem nos Estados! Os Senadores do Estado de Mato Grosso se fazem presentes nesta audiência, porque entendemos que é importante para o pacto federativo e, sobretudo, para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

Quero dizer que o Senador Pedro Taques vai ser muito importante nesse trabalho. Ele é um constitucionalista e um homem que evidentemente tem, como ele disse, uma missão importante. Aliás, nós todos queremos isto: eliminar os fundamentalismos e realmente buscar uma lei que possa ser, como eu falo, duradoura, mas, sobretudo, humana. Que a gente possa, de fato, permitir que os seres humanos dessas regiões possam produzir, viver bem e contribuir para o desenvolvimento do País.

Quero registrar aqui a presença, neste momento, no plenário desta Comissão, do Deputado Freire Júnior, do Estado do Tocantins, que nos honra muito com a sua presença.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, que já está inscrito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, meu caro e prezado amigo Senador Mozarildo Cavalcanti; meu caro Deputado Mecias de Jesus, que representa o Parlamento Amazônico; meu caro Deputado José Luís, que representa a Unale; prezado e valoroso Senador Pedro Taques; demais Deputados; representantes dos Estados; Senador Cassol; meus senhores e minhas senhoras, eu serei muito rápido e objetivo na minha fala aqui, na minha intervenção.

Já ouvi, naturalmente, não só o Mecias, mas também outros Senadores que por aqui passaram, alguns Deputados. Todavia, se me permitisse, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas uma pequena reflexão em relação às palavras que o Senador Blairo disse aqui anteriormente.

Na verdade, eu posso aqui dizer, em alto e bom som, porque eu sou da Região Amazônia do Brasil, que a sensação que eu tenho é de que se criou um dogma em relação a todos nós, dando a entender que somos menos importantes do que um pássaro selvagem. O Blairo defendia a tese de que as pessoas que foram para essa vasta região do Brasil, nas décadas de 70

e de 80, por indução do próprio Governo Federal, não estão tendo o tratamento que merecem.

Recordo muito bem que, no primeiro conflito, Senador Pedro Taques, que houve lá no Estado do Rio Grande do Sul, em Ronda Alta, o Governo Federal transferiu algumas centenas de famílias, implantando-as ao longo da abertura da BR-163, lá na cidade de Terra Nova do Norte. Trata-se de um projeto do Governo Federal que levou essas pessoas para lá. Não satisfeito, outras cidades foram criadas pelo Governo Federal, dentre elas a cidade de Lucas do Rio Verde, uma cidade promissora, que foi um assentamento do antigo Incra na década de 70.

Feito isso, o que ocorre hoje? Nós vivemos numa insegurança jurídica nunca vista na história republicana deste País. O Brasil, hoje, tem mais de trezentos e tantos decretos, resoluções, portarias em relação ao Código Florestal Brasileiro. Isso traz um transtorno sério não só para o grande nem para o médio, mas também para o pequeno produtor.

Ontem mesmo, aqui – fazendo uma observação –, foi aprovada uma medida provisória dizendo que o Governo quer criar a Bolsa Verde, para dar, de três em três meses, R\$300,00, ou seja, a cada três meses, R\$300,00. Eu, particularmente, como brasileiro, defendo este País, porque acredito nele e entendo que a sociedade, sobretudo o pequeno cidadão brasileiro, não está buscando Bolsa Família, não quer sacolão. Ele quer o quê? Direito de trabalhar, de produzir. É vergonhoso quando o Governo fala: “Olha, de três em três meses, nós vamos dar R\$300,00.” Quem quer ser mendigo neste País? Não acredito que nenhum cidadão de bem, um homem que tenha vergonha na cara, queira viver de R\$300,00 de três em três meses. O que, na verdade, nós queremos chama-se oportunidade.

Eu disse e reitero aqui que, por incrível que pareça – estou aqui há quatro anos e pouco; V. Ex^a chegou há pouco tempo, menos de um ano, nesta Casa, Senador Pedro Taques –, este é um dos projetos mais importantes que nós estamos discutindo. O que estamos discutindo não é para hoje, mas para as futuras gerações do Brasil. Nós estamos mexendo com milhões de vidas do homem da cidade e do homem do campo.

Por isso, quero crer que esta matéria – V. Ex^a disse aqui – não tem que ter fundamentalismo. Nós temos que ter uma clareza do que queremos em nosso País. Nós não podemos ficar, em hipótese alguma, à mercê, muitas vezes, de interferências internacionais. Nada mais é do que eu tenho acompanhado ao longo do tempo aqui: só interferência.

O Governo brasileiro – que me desculpe aqui – tem sido contra o povo brasileiro. Digo isso porque

conheço alguns países e estudei, aprofundei-me no assunto da matéria.

Quando você vai à Alemanha, fala-se em Floresta Negra. Você sabe qual é o tamanho dela? São 35 hectares de terra. É comentada no mundo inteiro. Você vai aos países da Europa, não existe APP, não existe coisíssima alguma. O cara nem sabe o que é APP.

Então, neste caso, o primeiro responsável tudo que está acontecendo é o próprio Governo Federal, que não dá segurança.

Concordo com V. Ex^a, Senador Pedro Taques, quando diz que nós temos que respeitar a Constituição. É obrigação de todos nós. Todavia a própria Constituição, muitas vezes, tem atropelado o cidadão brasileiro. É de se questionar. Nós temos que fazer uma revisão na própria Constituição Federal o mais urgentemente possível para sanear algumas dúvidas de interpretação jurídica que há na própria Constituição Federal.

Eu acho, Senador Mozarildo Cavalcanti, que este evento promovido por V. Ex^a, com a participação do Presidente do Parlamento Amazônico, ela tem que ter uma participação mais efetiva, sobretudo na medida em que essa vasta região do Brasil tem sido penalizada.

Há pouco tempo, nós aprovamos uma medida provisória, Senador Pedro Taques, dando a faculdade, a liberdade, a prerrogativa para o MDA e o Incra titularem 63 milhões de hectares de terras na Região Amazônica do Brasil. Até agora não andou coisíssima alguma. Deu recursos e instrumentos, mecanismos suficientes para buscar, porque um dos maiores e graves problemas daqui, Deputados, foi, na verdade, o próprio Governo que criou.

Mato Grosso tem 500 assentamentos. Dos 500 assentamentos, 490 não tiveram acesso ao documento da terra. Isso tem penalizado. E agora passaram a ser também tratados como bandidos. Na medida em que ele não tem LAU, não tem GEO, não tem acesso ao crédito do banco. A agricultura familiar não recebe lá o Pronaf, que está inviabilizado. Então passaram a ser bolsões de miséria. Estive visitando alguns assentamentos lá e me tocou profundamente o coração, Senador, ver essa gente vivendo lá em condições sub-humanas: sem estrada, sem escola, sem saúde, sem educação, sem coisa alguma.

Essa é a política do Governo Federal. Nós temos que mudar. E temos que ser donos do nosso nariz. É inconcebível que num país como este, Senador Mozarildo, ainda haja milhares, milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da miséria diante da falta de políticas públicas que realmente satisfaçam para que possamos tirar essas pessoas e dar-lhes cidadania. Mas não é a visão que o Governo tem, muito pelo contrário.

O Governo agora vem, manda este Código Florestal, está protelando. Por sinal, eu faço uma crítica ao Presidente dessa Comissão. Já houve mais de 100 audiências públicas na Comissão Especial lá da Câmara, liderada pelo Deputado Aldo Rebelo, e aqui já foram mais de 30. Se correr da forma como está indo, a passos de cágado, nós não vamos aprovar o Código Florestal este ano. Vai remeter para o ano que vem. E eu não sei aonde vai parar.

Dessa maneira, enquanto estamos discutindo aqui, já ouvimos as grandes academias, Embrapa, etc. Eu quero crer que nós temos que finalizar.

Há poucos dias, ouvi uma denúncia do Senador Acir Gurgacz em relação à política do Ibama praticada no seu Estado de Rondônia: cidadãos recebendo multas de três milhões, quatro milhões, e eles não têm 400 reais no bolso.

Então eu acho que chega o momento de nós darmos um basta. E o Senado Federal tem essa missão nobre. Nós temos que ter a coragem de fazer o enfrentamento e votar aquilo que é bom para o povo brasileiro.

É claro e evidente que ninguém aqui defende o marginal, aquele cidadão que não tem compromisso com a natureza. Nós queremos o quê? Nós queremos compatibilizar o desenvolvimento com a preservação, mas nunca perdendo o homem de vista. Ele é o produto do meio e é ele que tem de ser respeitado.

A sensação que eu tenho – às vezes eu fico até indignado – é a de impotência de um Senador quando pensa que as coisas poderiam ser realmente mais claras, sobretudo respeitando aqueles que produzem e constroem a grandeza brasileira.

O Brasil, Deputados, é o País que mais respeita os povos indígenas. Temos 120 milhões de hectares de terra à disposição dos povos indígenas. Temos, ainda, quase 60% do nosso território com cobertura vegetal.

Se o Brasil for exigir, de fato, de outros países o que nosso País já pratica do Código Florestal, não contrariamos nada deles, porque eles não têm condições de oferecer nada em contrapartida. Mentira! A Europa, os Estados Unidos já desmataram tudo. Agora, é inconcebível viver nessa insegurança jurídica.

Queremos que esse Código Florestal retrate, espelhe realmente o sentimento e, sobretudo, dê garantia ao cidadão brasileiro, ao trabalhador brasileiro, ao homem do campo.

A matéria que se discute aqui já foi debatida. Estamos chegando à reta final e temos que votá-la, mas acho, sobretudo, que o Parlamento Amazônico tem um papel preponderante.

Se não me engano, esta é a primeira vez que vocês estão aqui. Vocês têm de elencar, formalizar um

documento. A nossa voz e a voz dos senhores, que são os legítimos representantes do povo dos seus Estados nas Assembleias Legislativas, têm de prevalecer. Tem de ocorrer alguma ressonância aqui, porque não é esse simples debate aqui nesta Comissão que deve prevalecer. Vocês devem fazer um grande movimento. Entendo que deva ser um movimento cívico em defesa dos interesses da população de seus, de nossos Estados.

Falar que vocês são da região Amazônia, mas o Senador Jonas Pinheiro tinha um projeto aqui nesta Casa, meu caro Senador Pedro Taques, em que tentava retirar o Mato Grosso da região Amazônia. O que ganhamos até hoje? Nada! Na década de 70, ainda havia incentivos fiscais da Sudam. De lá para cá, ganhamos porrada, ou seja, todos os dias acontecem fatos que nos deixam estarecidos pela nossa impotência.

Hoje, de fato e de direito, ninguém sabe a quem atendemos: se à Sema, que é a Secretaria, ou se ao Ibama. Muitas vezes, o próprio Ministério Público bate duro. Mas pergunto a V. Ex^a, que é homem de lá, mas é sensato, que segurança temos? A quem devemos nos dirigir? Hoje, não sabemos.

Desta feita, Senador Mozarildo, queremos cumprimentar V. Ex^a e pedir ao Mecias, que é o Presidente, para identificar e trazer para esta Casa. Este momento é ímpar e é imperativo que nos tragam realmente e formulem.

Eu, particularmente, acho que os Estados têm competência. Conversando com os Senador Eduardo Braga, ele acha que os Estados muitas vezes não têm pessoas competentes. Eu penso, Pedro Taques, que não há nada melhor que os próprios Estados façam sua política. O Brasil é um País de dimensão continental. Em Mato Grosso mesmo, lá temos a questão do Pantanal, que aqui não foi discutida. As macegas - V. Ex^a sabe disso -, na época da seca, entram em combustão e incendeiam tudo. Ninguém põe fogo. Muito pelo contrário, aquilo vira realmente, depois de 3, 4 anos. Antes o pantaneiro sempre queimava as suas macegas. Hoje é proibido. Entretanto, de vez em quando ocorre um incêndio e 200, 300 mil hectares são queimados, porque não foi definida uma política, e o pantaneiro fica empobrecido, porque ele está inviabilizado. Como ele fazia? Ele queimava a macega e, na época das águas, ele colocasse seu gado. Hoje, não. Mas esse setor, eu quero crer, não foi ouvido ainda aqui.

É muito fácil fazer política de gabinetes, aqui em Brasília, de ar refrigerado, de pessoas que não conhecem a região Centro-Oeste, não conhecem a nossa região Amazônica, e são essas as pessoas que querem ditar as nossas regras, penalizando.

Ninguém é a favor – é bom que se esclareça – de nenhum devastador. Criminosos? Prendam. Ponham na cadeia. O que queremos é uma política justa.

Fui governador do meu Estado de 1991 a 1995. Recordo muito bem que estive na Presidência da República, conversando com Eliezer Batista – naquela oportunidade ele era Secretário Estratégico da Presidência da República –, um homem de visão. Discutimos quase uma geopolítica diante do enfrentamento de algo que ele via, já à frente, em relação, lamentavelmente, à questão das políticas sociais. Toda família brasileira hoje está vivendo um problema de ordem social muito grande. Há uma degradação do tecido social da família brasileira. Ele me dizia: “Governador Jayme Campos, resta-nos uma saída para a nossa grande concentração na Região Sudeste do Brasil.” São Paulo já havia avançado a sua população, o Rio de Janeiro etc. Ele já tinha uma preocupação. “Só existe uma possibilidade para desconcentrarmos, naturalmente, esse peso da carga social que virá no futuro, que é ocuparmos a Região Centro-Oeste e a região Amazônica, no Brasil, que têm terras em abundância, terras férteis, clima apropriado etc.” Eu falei: “Olha, não é fácil, depende do gerenciamento do governo federal.”

E eu quero crer, Senador Pedro Taques, que se, de fato, o Governo Federal tivesse ouvido a sua sugestão, desconcentrando essa população – porque a nossa população não era muito rarefeita, vamos ser honestos aqui – ocupando, talvez não teríamos hoje esse índice de violência tão grande, que está assustando do Brasil e toda a sociedade brasileira.

Concluindo a minha participação, eu quero, nesta oportunidade, dizer que, quando se discute o Código Florestal, nós temos que fazer com que seja respeitado em segurança jurídica, sobretudo quando o Bráulio disse aqui da relação de nós termos 50% garantidos através do próprio Código Florestal. Para se ter uma noção, Senador Pedro Taques, V. Ex^a sabe, há pessoas que têm averbado na sua escritura pública, quando comprou, que poderiam derrubar 50%. Feito isso, vem uma medida provisória do Governo Fernando Henrique Cardoso – uma medida provisória – que proibiu, ou seja, o cidadão perdeu aquilo que tinha. Muitas vezes até tentou preservar, até mesmo por condições financeiras não tinha condições de fazer o seu desmatamento, mas hoje ele perdeu. Inviabilizou a sua propriedade diante do quê? De uma medida provisória que está há 14 anos no limbo na Câmara Federal, mas não tiveram a coragem de aprovar.

O que precisamos é, de fato, ter a consciência e, sobretudo, ter a coragem, o espírito democrático e de altivez para nós propiciarmos leis que realmente

possam atender o cidadão brasileiro, não interesses internacionais.

O Brasil é muito competitivo, sabiam? Mato Grosso é um exemplo. Nós trazemos soja a 1.600 quilômetros do norte do Estado, ao longo da BR-163, vamos para o Porto de Paranaguá ou vamos para o Porto de Santos, exportamos e somos competitivos com os americanos lá fora.

E no Brasil há um contraditório grande. Para vocês terem noção, estamos importando etanol de milho dos Estados Unidos. Somos, contudo, um país que hoje tem todas as condições de produzir para não só atender a nossa demanda, mas, sobretudo, para exportar.

Um exemplo só, Senador Pedro Taques, e V. Ex^a sabe. O Governo Federal, de forma desrespeitosa, baixou um decreto inviabilizando o plantio de cana na bacia do Alto Paraguai. Temos lá um potencial fantástico. Por incrível que pareça, nós tínhamos ali algo parecido, Mecias, já de três ou quatro usinas produzindo há 20, 30 anos. Todavia, agora, disseram que nós não podíamos mais plantar. Essas áreas foram inutilizadas há 200 anos, porque eram áreas no ciclo do diamante – V. Ex^a sabe disso perfeitamente – e agora foram inviabilizadas por um simples decreto do Governo Federal. São áreas abertas já. Não desmatamos um pé de mato. Muito pelo contrário, nós íamos produzir em cima de áreas degradadas, que iam nos possibilitar o quê? Produzir, gerar empregos e impostos para o governo.

Então, concluindo aqui, cumprimento os senhores e faço este apelo para que o Parlamento participe de forma mais efetiva. Não sei quais são os instrumentos, ferramentas que estão buscando, mas os senhores têm que ter uma participação efetiva nesse grande debate, que é um debate nacional, um debate também de soberania nacional.

Meu caro e valoroso Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a é um defensor intransigente, grande brasileiro. Tem peito, tem coragem, vem aqui e fala, porque há muitos que jogam para plateia. Ficam aqui só aparecendo em televisão. O Senador Mozarildo é um homem que tem suas convicções. É um homem a quem respeito e por quem tenho a maior, diante da sua coragem de falar aquilo que de fato representa o sentimento do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Jayme Campos, tanto no que tange à questão que estamos aqui debatendo, o Código Florestal, mostrando realmente as incoerências existentes na legislação atual, como também as palavras dirigidas a minha pessoa.

Eu quero aqui também registrar a presença do Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia

Legislativa do Pará. Já registrei a presença do Deputado Freire Júnior, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Tocantins. Quero, assim como tiveram oportunidade de falar deputados de Rondônia e do Mato Grosso, ouvir o Deputado Freire Júnior, que chegou primeiro, e depois, o Deputado Manoel Pioneiro.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, e devo, antes de qualquer outra palavra, pedir minhas escusas pelo atraso. Chegando ontem, ainda, de Palmas, agora, pela manhã, fui convocado pelo governador para outra reunião e acabei atrasando a minha chegada aqui, o que não era da minha intenção, muito menos da minha vontade.

Mas quero, Deputado Mecias, nobre Presidente, parabenizá-lo, não só por essa iniciativa, mas pelo trabalho que, paulatinamente, ao longo do tempo, vem sendo feito por V. Ex^a no sentido de fortalecer as instituições do Parlamento Amazônico e da região Amazônica, Presidente, Senador Mozarildo.

Nós vivemos uma realidade – e eu ouvi aqui a fala do Senador Pedro Taques e ouvi a fala do Senador Jayme Campos, ambos da região Amazônica, ambos profundos conhecedores da nossa dura, triste, inaceitável realidade – de insegurança jurídica, a ponto de um decreto proibir plantio de cana-de-açúcar já replantada. Há a insegurança ou a incerteza da aprovação, ou não, do Código Florestal. Há também um elenco de normas, de instruções, de portarias, enfim, normativas de toda natureza, a ponto de não se saber quem vai atuar: se a Secretaria do Meio Ambiente, no caso a Sema, no Estado do Mato Grosso, ou, no caso do Tocantins, o Naturatins – Instituto Natureza do Tocantins, órgãos que zelam do meio ambiente nos Estados, e penso que nos outros Estados também. Não sabemos se é o Ibama ou se é o Naturatins. Há uma superposição de funções e atribuições, que são nefastas não só pela falta ou pela impossibilidade de uma ação mais efetiva dos órgãos e pela insegurança jurídica, repito, que isso traz.

Portanto, é imprescindível e é necessário que nós possamos, com essas ações que estamos aqui desenvolvendo, avançar no sentido de forçar o Senado Federal a aprovar o Código Florestal na forma em que foi aprovado na Câmara e veio para esta Casa. Não é possível mais que não estejam sensibilizados os membros desta Casa, membros do Senado Federal, para essa realidade, que não só traz prejuízos para a Região Norte, a região Amazônica do País, mas para o Brasil de forma geral.

Quero, mais uma vez, parabenizá-lo, Deputado Mecias, por essas iniciativas e reiterar o nosso apoio, a

nossa disposição de envidar todos os esforços para que nós possamos alcançar o sucesso nessa empreitada.

Parabéns a V. Ex^a! Parabéns, Senador Mozarildo Cavalcanti!

E já registro a nossa gratidão, o nosso reconhecimento pelo apoio que V. Ex^a tem dado a esta causa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao Senador Reditario Cassol, eu queria só, Senador, se o senhor permitir, sugerir ouvir o deputado Presidente da Assembleia do Pará, até porque pode ser que ele diga alguma coisa que V. Ex^a queira complementar. Vamos ouvir, então, o Presidente da Assembleia do Pará e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. REDITARIO CASSOL (PP – RO) – Quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente, demais Senadores, autoridades que compõem a Mesa, deputados que estão aqui representando os Estados e todos os presentes.

Para mim é uma grande satisfação, sem dúvida nenhuma, encontrar aqui novamente nos debates que já tenho acompanhado o Presidente Acir Gurgacz.

O Código Florestal, aliado com a agricultura, porque um depende do outro, é importantíssimo nós apressarmos realmente para aprovação. Quanto mais urgente, melhor, para acabar com este abuso que nós temos aí em certos setores.

O Senador que falou recentemente, antes do ilustre, tratou sobre multas que o Ibama tem aplicado aos agricultores. Não é só o Ibama. Esta semana que passou houve reclamações em Rondônia da parte do Ministério Público.

Acho que isso não pode jamais continuar, porque, se houve erros anteriores, a maioria dos erros era dos próprios governantes. Tinha que derrubar para não perder o lote. Se não era derrubada determinada quantidade do lote, não liberava a escritura, o título, que era através do Incra. Não vamos dizer que não houve erros a mais, mas para tudo tem meios para recuperar aquela mata que foi destruída, sem dúvida nenhuma, fazendo reflorestamento ou com a própria natureza.

Se é para o Ministério Público e o Ibama continuarem com essas perseguições ao nosso agricultor, principalmente aos pequenos pecuaristas, a primeira notificação, a primeira multa que deveria ser aplicada, o ilustre deputado estadual que está aqui presente, como de outro Estado, como deputados com certeza também houve o mesmo regime. Quando estávamos morando em Santa Catarina, meu finado pai mexia com pequena madeireira, lá tínhamos que plantar ou pagar. Era o Instituto Nacional do Pinho. Em 1977 mudamos para Rondônia e em 1980 começamos com madeireira lá.

Lá, a história foi diferente. Foi extinto o Instituto Nacional do Pinho, entrou outro e depois criaram o Ibama. O Ibama cobrava a reposição florestal. Nós pagávamos e estamos pagando hoje a reposição florestal. Falei aqui nesta Casa anteriormente. O Ibama cobrava de todos os madeireiros a reposição florestal. Santa Catarina, que tinha que plantar ou pagar para plantar, há dois anos me surpreendeu. Quando fui visitar minha terra natal, duas grandes madeireiras naquele distrito, com imenso número de funcionários, serrando madeira do reflorestamento. Vejam bem, em Rondônia, não tivemos esse prazer. Por que o IBAMA não fez a reposição?

Volto a falar aquilo que falei, e é bom que o ilustre Deputado leve ao conhecimento da nossa população, principalmente à Assembleia Legislativa, da qual fez parte por quatro anos, tendo sido 1º Secretário, onde foi autor da criação de 17 municípios no Estado de Rondônia: Ilustre Deputado, se vocês, Deputados da Assembleia Legislativa, descobrirem onde é que o Ibama fez o reflorestamento daquilo que ele cobrava, que cobrou todo esse tempo, eu dou um jeito de pagar, por cada pé de árvore, uma Mercedes importada, porque houve um erro muito grande do Ibama, que não plantou, até hoje não descobri onde o Ibama plantou um pé de árvore. Está ali notificando esse ou aquele, perseguindo os madeireiros que tiram o pau já seco, derrubado. Tem madeira presa ao longo dessa rodovia. Não é, Deputado? Foi presa. Está na Polícia Federal a madeira apodrecendo, nas cidades, e assim afora.

Vejam bem como são as coisas, sendo o erro maior, em primeiro lugar, dos nossos governantes. Temos de apressar a aprovação disso. Como diz o ditado do gaúcho, “botar as cartas na mesa” e fazer, mas não somente nós, agricultores, de que faço parte. Criei-me na roça, também na pecuária, eu me incluo entre eles, como a maioria dos Senadores, que são pecuaristas ou agricultores. Vejam bem, é preciso passar a responsabilidade também aos nossos governantes para que eles a cumpram, porque o Governo anterior não cumpriu, o Ibama não cumpriu, de forma nenhuma. Eu não condeno esse que está aí, porque é coisa anterior a ele.

Então, está na hora de dizer um basta para essas notificações, que eles aguardem a aprovação, primeiro, do Senado e da Câmara, para a decisão definitiva sobre o Código Florestal, em acordo entre a agricultura e a parte ambiental, a pecuária, porque tudo faz parte. Sem dúvida nenhuma, em primeiro lugar, é importante a mata ciliar. É importantíssima!

Fiz um movimento há dez anos. Às custas da empresa Cassol, nós levantamos no Estado toda a situação dos rios, fizemos um projeto e entregamos para a Secretaria de Meio Ambiente. O Estado deu início ao trabalho na ocasião. Ao Ibama também, da mesma forma, entregamos e nem bola ele deu, não se importou em se aliar, se irmanar, fazer um trabalho pelo menos de conquistar os proprietários, pelo menos de afastar do leito do rio, das nascentes, afastar das lavouras, do leito dos riachos afora. E nada, eles nem quiseram falar, só pensam em notificar, esqueceram dos erros que eles cometeram.

Então, Sr. Presidente, nobres Senadores, companheiros desta Casa, vamos nos aliar, vamos apressar a aprovação, sempre pensando como os ilustres estão preocupados, principalmente o companheiro que andou em muitas caminhadas, o Senador Acir, de Rondônia. Vejam bem! Na preocupação, na defesa de nosso agricultor – principalmente ao pequeno pecuarista. É isso o que nós precisamos. É importantíssimo (é importantíssimo) mata! Claro que precisa! Mas em primeiro lugar é a água que nós temos de salvar. Isso é o que é mais importante. Agora, não adianta fazer o pequeno agricultor, que tem Estado em que o agricultor tem 10 hectares, ter que abandonar o eito de sua pequena laboria para fazer florestamento. Eu acho que não há necessidade disso com os pequenos, de forma nenhuma.

Então, isso é importantíssimo que nós, realmente irmanados, não nos apressarmos muito rapidamente. E puxar a orelha também dos governantes que não passam a cumprir com suas obrigações, como o caso do Ibama. Portanto, é o caso, ilustre Deputado, de nós pensarmos muito: aonde foi esse dinheiro que o Ibama arrecadou para a reposição florestal. Acho que esta Casa, ilustre Presidente, nós teríamos, principalmente por iniciativa de V. Ex^a, requerer a prestação de conta de onde eles fizeram esse reflorestamento, o que eles fizeram com esse dinheiro? Porque o que era destinado à reposição florestal deveria ter sido pelo menos uma parte de reposição florestal.

Portanto, eu agradeço de coração a mente para este amor que os ilustres estão tendo para realmente nós resolvermos o Código Florestal dentro daquilo que não venha a prejudicar principalmente os pequenos, de forma nenhuma. É claro que é necessário. Muito importante, sem dúvida nenhuma! Mas nós não podemos deixar prejudicar aqueles que trabalharam com sacrifício, estão produzindo e cometeram um erro porque era mandado pelos próprios governantes, pelo próprio Governo Federal.

Meu abraço, minha consideração, meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Reditario Cassol, por suas colocações. V. Ex^a tem toda razão: nós precisamos buscar... Onde foi parar aquele dinheiro que o Ibama recolheu ao longo de muitos anos para o reflorestamento e tal...

Nós vamos, junto com V. Ex^a, fazer um requerimento ao Ibama, que ele venha aqui prestar conta do que foi feito. Me alio a V. Ex^a para que a gente faça um requerimento convidando o Ibama para das as explicações necessárias. De repente, ele até ganha essa Mercedes que o senhor está colocando. Vai que a gente consegue essa Mercedes... Não sei, eu estou na fila aí da...

Brincadeiras à parte, para deixar nossa audiência mais tranquila, vamos, sim, junto com V. Ex^a fazer o requerimento. Peço que nossa assessoria faça o requerimento e convidemos o Ibama aqui para falar, especificamente, sobre o que foi feito com aquele dinheiro que foi arrecadado através dos madeireiros, dos produtores que fizeram o desmatamento, utilizaram as madeiras, recolheram aquelas taxas – e não sabemos aonde foi. Plantado não foi! Isso nós sabemos.

Muito obrigado, Senador Cassol, por sua colocação. Cumprimento-o pelo seu pronunciamento. Passo a palavra agora ao Deputado Freire Júnior... Já falou? Ah, sim... Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Já tinha falado, mas V. Ex^a me chamou novamente e vou aproveitar a deixa, até para poder...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O importante é o debate.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Um debate aberto e franco para poder colaborar com as colocações feitas pelo nobre Senador que me antecedeu. Eu entendo, Sr. Presidente, que essa questão de fazer um requerimento ao Ibama para ver onde... Acho que essa é uma questão acessória dentro do processo de urgência – e de que precisamos – para que se vote o Código Florestal. Essa pode ser uma ação – e até deve ser – uma ação paralela, mas com a prioridade, com o foco. Nós não podemos perder o foco sob pena de nossos esforços se diluírem nesse processo que, para nós, é fundamental. Eu não estou, nobre Sena-

dor, discordando de V. Ex^a. Eu entendo que é preciso. Mas pode e deve ser feito esse tipo de requerimento, volto a repetir, como uma questão secundária, acessória. Porque, se V. Ex^a puder juntar o esforço que vai despender para fazer o requerimento, junte esse esforço para fazer com que a Casa, o Senado Federal, se sensibilize para votar, para provocar o Presidente da Casa, os líderes partidários para colocar na pauta o que é que nós queremos de fato. Entende, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem... Obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – Penso que se nós alcançarmos este objetivo: centrar o foco, envidar todos os esforços, juntar – não só os Parlamen- tos – os Poderes Judiciários, os Ministérios Públicos Estaduais, os Governos Estaduais, sensibilizar toda a sociedade, não só da região norte, da região amazônica, mas até mesmo das demais regiões, que isso é fundamental para todos, não é só para o Parlamento, não é só para a região amazônica – é para o Brasil!

Nós não podemos continuar desgastando e gastando ações na justiça... Enfim, essa insegurança jurídica não pode perdurar. O Deputado Aldo Rebelo fez um grande trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. FREIRE JÚNIOR (PSDB – TO) – É preciso... Apenas era essa colocação, Sr. Presidente, no sentido de nós, mais uma vez, focarmos a grande questão que é a votação do Código Florestal. Obrigado, por V. Ex^a ter me concedido esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deputado Freire, nós estamos concentrados na aprovação do Código Florestal – todos os Senadores.

Nós estivemos anteontem à noite em uma reunião com a Ministra Ideli, Ministra Izabella, Ministro da Agricultura, Ministro Afonso do MDA, os Presidentes das três Comissões, os dois relatores traçamos um cronograma para se aprovar o Código Florestal no menor tempo possível.

Nós aqui estamos fazendo todo esforço possível para aprovar, o mais rápido, o Código Florestal Brasileiro, a ponto de termos audiências públicas, somente em conjunto, entre as Comissões que estão discutindo este tema: Agricultura, Meio Ambiente, Constituição e Justiça. Vamos para a votação também em conjunto. Estamos vendo a parte legal de como fazê-lo. Se aprovarmos um requerimento, Senador Mozarildo, para votarmos em uma votação única, a equipe jurídica está analisando se é possível, se não vamos estar todos os Presidentes em uma mesma sala, com todos os

Senadores relativos às Comissões, e fazer três votações simultâneas. Mas vamos fazê-la no mesmo dia... Tudo isso na concentração de aprovarmos o Código Florestal Brasileiro. Portanto, o requerimento que o Deputado Reditario sugere não anulará e não terá o menor atrapalho para a votação do Código Florestal Brasileiro. O que nós não podemos é parar o País, ou qualquer outra função, por causa do Código Florestal.

Nós estamos dando a celeridade que o Código Florestal exige, não só para nós amazônidas, mas para o Brasil inteiro. Esse esforço, eu não posso negar, está acontecendo aqui por parte, principalmente de nossos Relatores: Luiz Henrique e Jorge Viana. Estão se empenhando ao máximo! Fazem reuniões de manhã, de tarde, à noite, de madrugada. Já fizemos reuniões, quatro ou cinco reuniões por dia, buscando o entendimento. O que nós não queremos...

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero levar ao conhecimento de que V. Ex^a, por passar dias em reuniões e audiências públicas, ficaram sem almoçar para não perder a hora. Sem almoçar! Passaram naquele dia... Foi numa sexta-feira, não me recordo o dia, lá em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sexta-feira em Santa Catarina e depois em Vilhena também.

O SR. REDITARIO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Justamente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, o esforço é muito grande dos nossos relatores e dos demais presentes: Rodrigo Rollemberg, Senador Eduardo Braga... Enfim, todos nós pensamos aqui Código Florestal 24 horas por dia, só para justificar.

Passo a palavra agora ao Deputado Manoel Pioneiro, que é Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

V. Ex^a tem cinco minutos para as suas colocações. Muito obrigado.

O SR. MANOEL PIONEIRO (PSDB – PA) – Eu consigo, Senador, porque sou muito prático e, às vezes, até breve.

Em primeiro lugar, cumprimentar aqui o nosso Senador Mozarildo, que estava presidindo até ainda há pouco, o Senador Acir, meu caro Deputado Mecias, Presidente do nosso Parlamento amazônico, meu caro Tchê, Presidente da Unale, a quem agradeço o convite de estarmos fazendo parte desse momento aqui.

Meus caros Senadores, meus caros Deputados, o problema da Amazônia é muito sério. Nós temos a Constituição Federal que nos permite e dá condições aos Estados, meus caros Senadores, para que também

possam participar e decidir sobre os seus Municípios, sobre o seu território.

Nós, no Estado do Pará, temos 1 milhão 250 mil metros quadrados de terras e hoje estamos vendo o Estado do Pará na iminência de ser dividido em três Estados. Mas isso caberá à população, no dia 11 de dezembro. Isso não é só discurso, mas são problemas sérios que eu vou mostrar a diferenciação entre uma área, uma região e outra.

E quero dizer aqui que, enquanto nós não tivermos, como já foi feito no Estado do Pará, o código econômico ecológico por região, em cada Estado, nós vamos continuar pecando, brigando, lutando. A Amazônia ficará decidido que terá 80% da sua área de preservação territorial de mata.

Como é que nós vamos fazer numa região no Estado do Pará, por exemplo, chamada nordeste paraense que já tem mais de 200 anos? Essa região foi desmatada. Hoje é área antropizada, diferentemente do sul do Pará, onde, desde 1970, foi convocado pelo Governo Federal, através da Voz do Brasil, que já não se ouve quase, todo o povo do Brasil para que fosse habitar aquela região, para que fosse para ali fazer as suas derrubadas, como foi o caso do meu pai, meus tios, vários pessoas que hoje já estão com seus 80, 85 anos de idade, que não sabem mais o que fazer, foram para cuidar de boi, por exemplo. Incentivados a derrubar 50% da terra, caso contrário não teriam a documentação dessas terras.

Hoje, essas mesmas terras, que podem estar com 50%, 60% de derrubada, serão obrigadas a serem reflorestadas. Enquanto nós temos, no nordeste paraense, como disse ainda há pouco, uma área que já tem mais de 200 anos que está antropizada.

Eu só vejo uma solução nisso tudo: é a Constituição Federal, continuando dando permissão a que seus governadores possam, em cada Estado, ter a decisão de fazer o seu próprio código econômico ecológico. Assim, nós passaremos a ter decisões tomadas, onde o Estado do Pará hoje, que tem de 64% a 74% de área preservada e é tido como um dos Estados mais devastadores. Por incrível que pareça, é o Estado que só aparece na imprensa por coisas ruins. Dificilmente, nós estamos ouvindo falar no Estado do Pará.

Há poucos dias, estive andando com o governador do Pará e com o governador do Mato Grosso, numa caravana, percorrendo a Santarém-Cuiabá. Andamos pela BR-163 e estávamos vendo a situação do Mato Grosso, que precisa exportar os seus grãos. Esses grãos poderão ser transportados, pura e simplesmente, pelos portos que temos em Santarém e também num

Município chamado Itaituba, Municípios esses territorialmente grandes.

E nós não estamos vendo outra saída. Nós estamos vendo hoje Mato Grosso ter que transportar o seu produto, saindo de lá, chegando até Santos e voltando pela mesma região, fazendo o mesmo percurso. Isso tudo para demonstrar o que nós temos de desenvolvimento naquelas regiões.

O oeste do Pará nós já votamos na assembleia o código econômico ecológico, para que pudesse ter aquela região uma decisão, uma definição. Foi feito. Mas precisamos para as outras regiões. Não adiantou porque o Código Florestal, que deve ser votado nacionalmente, está emperrado. Enquanto não tivermos a decisão de que já passou na Câmara dos Deputados... Agora nós acreditamos, Senador Acir, que podemos ter o apoio de V. Ex^{as} para que possamos ter um mínimo de sensibilidade porque em cada região o caso é diferente. É diferente caso a caso. Não existem, hoje, Municípios... No Estado do Pará, por exemplo, temos Municípios que estão praticamente em zero, assim como temos as regiões metropolitanas, onde também não estamos vendo a briga, a luta, para segurar a proteção do pouco verde que ainda existe. Vemos construções já saindo da zona rural e entrando na urbana. Vemos as poucas áreas verdes serem transformadas em condomínios.

Agora nos voltamos para o produtor. O produtor que coloca o feijão, o arroz, os grãos na nossa mesa, é tido como bandido, como desmatador. Outrora era herói, outrora era o homem que veio para salvar o País, para proteger a Amazônia, para proteger as áreas que nós temos de fronteiras. Hoje, essa mesma população, esses mesmos senhores que outrora eram desbravadores, virarem pura e simplesmente desmatadores e são perseguidos.

Tivemos no Pará, também, assim como em toda a Amazônia, aquela ação Arco de Fogo. Essa mesma ação Arco de Fogo, que tivemos no Pará, atingiu vários Municípios de outros Estados. Nós vimos um Município, no Estado do Pará, se soerguer. É um Município que colocou fogo no Incra, que colocou fogo em máquinas. A população se revoltou. Lá estiveram o Ibama, a Polícia Federal e vários órgãos do Governo Federal. Foi o Município de Paragominas. Esse Município, hoje, tem desmatamento zero. Esse Município, hoje, saiu de uma zona de desmatamento e é um exemplo de como se refloresta.

Hoje, quando se fala em reflorestamento, quando você quer fazer um reflorestamento para desmatar em seguida... Não é preciso tirar um pau novo – e vamos

deixar bem claro, Mozarildo. Não é preciso desmatar nada. A mata virgem não precisa ser tocada. O que nós temos já serve. Mas, quando você quer tirar uma licença ambiental para fazer um reflorestamento para Paricá, para qualquer madeira no Estado do Pará, essa licença ambiental leva, no mínimo, quase dois anos. Como vamos resolver uma situação como essa?

Temos outros problemas que também devem ser resolvidos nesse novo Código Florestal. Temos áreas dominadas pelo Incra e outras que são dominadas pelo Iterpa – Instituto de Terras do Estado do Pará. Um não pode dar o título definitivo; o outro também não. Começamos a ter problemas. O produtor já está há 20, 30 anos, naquela área e passa a ser grileiro.

São coisas desse tipo que, acho, temos de estudar muito.

Esse nosso tempo é muito curto e cheguei atrasado. Dizem que quem chega atrasado não tem direito à mesa e nem à fala. Agradeço o tempo que me deram, mas o Pará já foi a terra da borracha, a terra da castanha, já foi um dos maiores exportadores de madeira. Hoje é o quinto na produção de gado, de boi. O Pará, hoje, é o segundo maior produtor de minério, também produz muitos grãos. Está partindo para ser um dos maiores produtores de biodiesel do País. Então, não vejo como não termos a sensibilidade de estudarmos e de fazermos com que o Código Florestal deixe que os Estados decidam e garatam que não teremos, de maneira alguma, o avanço na floresta virgem.

Portanto, caro Senador, muito obrigado pelo aparte. Agradeço a oportunidade aos Senhores. Quero juntar-me a todos os deputados estaduais, federais e senadores para que possamos fazer um Código Florestal justo para a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Manoel Pioneiro, Presidente da Assembleia do Pará.

Para as considerações finais, passo a palavra ao Deputado Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (PR – RR) – Obrigada, Senador Acir, Senador Mozarildo, Senado Cassol, caros colegas, quero dizer da alegria de estar aqui e dizer muito obrigado pela oportunidade que os senhores nos concederam, concederam às Assembleias da Amazônia, ao Parlamento Amazônico, à Unale de falar aqui hoje sobre as nossas questões.

Nós estamos encaminhando – como já pediu o Senador Jayme Campos, a quem parabeno pelas palavras aqui e agradeço – a todos os senadores, ao gabinete de V. Ex^{as} as propostas do Parlamento Amazônico, das Assembleias da Amazônia para o Código

Florestal. Estará em vossos gabinetes. De antemão, eu também o parabeno pela ideia, pela emenda que, certamente, resolverá todas essas questões, questões que o Pioneiro falou, que os deputados do Maranhão, de Rondônia, do Tocantins falaram. Sem dúvida nenhuma, sendo aprovada, Senador, essa emenda resolverá os nossos problemas.

Não adianta olhar o fundamentalismo, como disse o Senador Pedro Taques, e esquecer o homem, porque, em alguns momentos, um pássaro, sem dúvida, está valendo mais do que um homem, muito mais. Eu acho que os dois têm seus valores, valores diferentes, valores diferenciados. A vida humana tem que ser preservada. E nós agradecemos e reconhecemos a luta do Senado Federal através de V. Ex^{as} para a aprovação do Código Florestal.

O Deputado Aldo Rebelo visitou o Brasil. Conheceu, conversou com deputados estaduais, com vereadores, com produtores rurais em todos esses rincões do País para apresentar aquela proposta. E eu tenho certeza de que ela será melhorada ainda mais aqui, no Senado Federal, para o engrandecimento do Brasil e da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Mecias.

Para as suas considerações, Deputado Luis Tchê, Presidente da Unale.

O SR. LUIS TCHÊ (PDT – AC) – Presidente, na realidade, quero agradecer a oportunidade que a gente vem tendo. Quero já confirmar essa nossa nova reunião, nossa nova audiência com os deputados estaduais do Brasil todo. Faremos uma reunião e a gente entra em contato rapidamente, porque eu acho que é extremamente importante, antes de fechar essa questão do Código Florestal, nós ouvirmos deputados do Brasil todo. Tenho certeza absoluta de que a gente consegue mobilizar isso porque há interesse dos deputados estaduais. É um momento em que os deputados estaduais sempre pleiteiam que a gente acaba virando cabo eleitoral de deputado federal e de senador, mas essa é a grande oportunidade que temos de, juntos, fazer esse trabalho nessa questão do Código Florestal.

Na realidade, a compensação, de que tenho tanto falado, e falo muito do meu Estado, eu tenho certeza absoluta de que pode e deve ser levada em conta porque é um Estado da região Amazônica pobre. Precisamos que aquele nosso homem tenha um prato de comida na sua mesa. Precisamos trabalhar a questão de geração de emprego e renda. E, se o nosso maior

patrimônio do Estado do Acre é a floresta, por que nós não temos essa compensação?

Então, fica aqui o meu agradecimento ao Senador Mozarildo, aos deputados estaduais, aos nossos senadores que se encontram aqui neste momento. Tenho certeza de que teremos outra oportunidade para a gente dar nossa contribuição. Quero dizer aos Senadores e Deputados que a Unale está sempre à disposição de todos para a gente enriquecer cada vez mais o nosso debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Luis Tchê pela sua presença e pelo seu pronunciamento.

Também cumprimento, mais uma vez, o Senador Mozarildo pela iniciativa de trazer a esta Casa e a nossa Comissão esse debate tão importante. Realmente estava faltando a participação dos Estados através dos nossos deputados estaduais, que hoje têm a oportunidade de trazer o pensamento, o sentimento de cada Estado, principalmente da nossa Amazônia, que é vista como uma beleza do mundo, o pulmão do mundo, mas, por outro lado, nós, amazônidas, somos vistos como intrusos na Amazônia e nós estamos lá para cuidar da Amazônia. Eu tinha colocado, Deputado Mecias, que, para cuidar da Amazônia, tem que cuidar das pessoas que vivem lá. Somos nós que cuidamos da Amazônia, nós, que cuidamos da preservação da Amazônia. Tenho certeza de que este é o interesse de todos nós, amazônidas.

Portanto, cumprimento o Senador Mozarildo pela iniciativa e pelo belo trabalho que sempre faz em favor do seu Estado de Roraima na Comissão, no plenário, no dia a dia. S. Ex^a nos convoca sempre para estarmos juntos em defesa da nossa Amazônia.

Passo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Senador Acir, eu quero agradecer a V. Ex^a e também ao Senador Rollemberg, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente. S. Ex^a passou aqui, mas tinha outro compromisso. O Senador Rollemberg está inclusive inteirado da questão e vai receber esses documentos que serão produzidos pelo Parlamento Amazônico e, espero, também em conjunto, pela Unale.

Inicialmente pedimos uma reunião conjunta com o Ministério de Reforma Agrária e Agricultura, Meio Ambiente, a Subcomissão Permanente da Amazônia,

que é da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a Subcomissão da Amazônia, da Comissão de Desenvolvimento Regional, que é presidida pela Senadora Vanessa. Por quê? Porque realmente o que nós estávamos vendo é que precisava estar mais presente aqui a voz dos deputados estaduais, notadamente da Amazônia e da faixa de fronteira, mas, como disse o nosso Presidente da Unale, de todo o País. Ouvimos a academia, os doutores, ouvimos as instituições científicas, ouvimos os ambientalistas e temos que ouvir, de fato, quem mora lá, quem vive a realidade.

Como disse muito bem o Senador Acir, nós que vivemos na Amazônia somos vistos como intrusos. Aliás, quando retiraram as 400 famílias da reserva Raposa Serra do Sol, o termo usado foi desintrusão das pessoas. Então, aquelas pessoas que foram para lá há mais de dois séculos eram intrusos no País.

De qualquer forma, sinto, Senador Acir, pelo esforço de V. Ex^a, do Senador Rollemberg e dos dois relatores, que estamos caminhando realmente para um consenso. Não é uma tarefa fácil. Vejam que na Câmara foi uma batalha dura, e foi ressaltado aqui o trabalho do Deputado Aldo Rebelo, que é um homem nacionalista, preocupado com as questões das pessoas. Aqui, no Senado, como Casa Revisora, temos que aperfeiçoar qualquer eventual falha. Não podemos ficar, como a história da música, como a "Geni". Todo mundo atira pedra em quem vive na Amazônia. Acusam a Amazônia. Aliás, eu li um livro de um célebre escritor que disse que, na Amazônia, existe um conjunto de bandidos: quem queima, quem derruba mata. E como disse o Senador Acir: como pensar em preservar, quando você vê uma pessoa morando na floresta ou tendo um terreno dado até pelo Incra contemplando a árvore e morrendo de fome, vendo a sua família morrer de fome? Então, não é só com essa política de bolsa verde que o Governo Federal vai efetivamente motivar as pessoas a terem consciência de que preserve, mas que também possam produzir. Não pode ter só uma coisa.

Fico muito feliz por ter – o Senador Acir inclusive foi quem liderou a possibilidade dessa reunião, já que as duas Comissões, tanto da Agricultura quanto do Meio Ambiente, estão assoberbadas de reunião, umas atrás das outras – tido a oportunidade de ouvir vocês. Tivemos seis Estados do Brasil representados aqui, coincidentemente todos da Amazônia, mas espero que de fato possamos ter essa contribuição de vocês e poder, portanto, fechar o relatório dos dois relatores e, como disse o Senador Acir, se possível, votar conjuntamente, senão, votar na mesma sala, no mesmo dia.

Muito obrigado a todos.

Fico muito feliz pela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Também agradeço ao Deputado do meu Estado Ribamar Araújo pela presença. Transmita o nosso abraço ao nosso Presidente Valter Araújo pela condução dos trabalhos à frente da Assembleia juntamente com os demais deputados estaduais do meu querido Estado de Rondônia.

Agradeço a presença do Luis Tchê, do Deputado Mecias de Jesus, do Deputado Eri Soares, Deputado Freire Junior, Deputado Manuel Pioneiro, Referências ao nobre Senador Reditário Cassol, que sempre tem nos acompanhado.

Quero dizer que hoje fiquei muito feliz, porque aquilo que vínhamos falando, Senador Mozarildo, não só aqui na Comissão, mas no plenário, todos os Senhores falaram também. Há pouco tempo eu era uma voz solitária com relação a esse assunto aqui, era um desafio falar a favor da Amazônia, Deputado, porque ninguém conhece a Amazônia, além da gente. Com certeza, o Senador Mozarildo sempre nos acompanhou quando falávamos da preocupação com os amazônidas. Não queremos derrubar a Amazônia, derrubar a floresta amazônica, queremos preservar a Amazônia, mas era difícil falar sobre esse assunto aqui no Congresso Nacional, era difícil falar na tribuna sobre esse assunto. Aos poucos nós fomos mostrando. Tenho andado em todo o País levando essa mensagem da Amazônia. Ou cada Estado pegue de volta os seus hoje amazônidas. Temos lá na Amazônia gaúchos, paranaenses, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, maranhenses, cearenses, paraibanos, enfim, o Brasil todo mandou uma parcela de pessoas para ajudar a integrar a Amazônia. Então, hoje, tenho andado por todo o país levando as informações, buscando apoio para que a nossa Amazônia possa continuar recebendo a nós todos, produzindo naquela região.

Agradeço a todos pela presença aqui e pelo maravilhoso debate que tivemos hoje, junto com o Senador Mozarildo, demais Senadores, Senador Perrella, que acaba de chegar, o Senador Clésio Andrade, que também acaba de chegar. Muito obrigado pela presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos)



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Ata da 16ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, criada por meio do RQS (CRE) nº 2, de 2009, que “requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal a extinção da Subcomissão da Amazônia, criada no ano de 2003 pelo Requerimento nº 6, de 2003, no âmbito da Comissão de Relações e Defesa Nacional e, em substituição a esta, a criação da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, composta de sete membros titulares e igual número de suplentes”, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 04 de outubro de 2011, terça-feira, às 09 horas, na sala de reuniões nº7, da ala Senador Alexandre Costa.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia quatro de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença da Senhora Senadora **Ana Amélia** e dos senhores Senadores **Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin e Lobão Filho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. O Presidente convida a compor a mesa os senhores Luiz Alberto Santos Sallaberry, Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Agência Brasileira de Inteligência; Alberto Kleiman, Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; e Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul-II do Ministério das Relações Exteriores, que fazem suas exposições. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI
Presidente



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 16ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª e 15ª reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado no dia 8 de junho passado pela Presidente da República, Dilma Rousseff.

Para proferir as palestras da reunião foram convidadas as seguintes autoridades a quem aproveito e convido para compor a Mesa: o Sr. Luiz Alberto Santos Sallaberry, Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Agência Brasileira de Inteligência; o Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II, do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Alberto Kleiman, Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

Informo aos ilustres convidados que o tempo determinado para as apresentações, nós não vamos limitar, vamos deixar à vontade. Portanto, dentro de uma tolerância de 15 a 20 minutos após a exposição, concederemos a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores para os esclarecimentos que S. Ex^{as} acharem necessários.

Para dar início à apresentação, concedo a palavra ao Sr. Luiz Alberto Santos Sallaberry, Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da Agência Brasileira de Inteligência.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos.

Na verdade, o que nós vamos falar um pouco hoje, até pela minha função, sou o Diretor de Inteligência Estratégica da Agência Brasileira de Inteligência, não está ligado efetivamente à concepção, à formulação teórica do Plano Estratégico de Fronteiras. Nós nos ocupamos na Abin de um segundo momento do plano estratégico, que é o início da execução desse plano, mais especificamente a partir do momento em que a nossa Presidente veio a público para dar a notícia da criação do Pefron.

A partir daí, como todos sabemos, o plano tem uma abrangência muito grande, mas a sua principal característica, vamos dizer assim, é deixar claro ou ampliar de maneira efetiva a presença do Estado brasileiro nas áreas de fronteira do nosso País.

Nós já temos algumas iniciativas nessa área. Uma delas está ligada ao Ministério da Justiça, que é a conhecida Operação Sentinela, desenvolvida ininterruptamente pela Polícia Federal. E houve uma decisão do alto escalão do Governo de aprofundar essa atuação.

Então os meios que a Polícia Federal passou a deter agora, tanto em termos de pessoal quanto de recursos financeiros e recursos para outros tipos de ação foram ampliados.

Além disso, foi discutida uma ação a ser desenvolvida durante alguns anos, num período que ainda não está absolutamente definido nem claro, e até do ponto de vista da atividade

de inteligência seria um erro muito grande fazer um cronograma para esse tipo de ação, mas que certamente, nos próximos anos, vai fazer com que o Estado brasileiro tenha uma presença mais forte em ações pontuais, em megaoperações. E esse novo cenário vem se agregar à Operação Sentinela da Polícia Federal, que foi denominada no âmbito do Governo Federal como Operação Ágata, que também foi objeto de menção por parte da nossa mandatária.

Essa Operação Ágata, nós já tivemos duas fases dessa operação.

A primeira fase da Operação Ágata esteve relacionada à fronteira setentrional do Brasil, até a Cabeça do Cachorro, de Tabatinga até Cucuí. E, nesse processo, inclusive, foi feita na época, pelo então Ministro da Justiça, uma visita ao governo colombiano para que fosse acordado um mecanismo de cooperação de fronteiras, para que essa atuação na fronteira, que perpassa o nosso território, pudesse ter uma facilidade maior de deslocamento de tropas e de pessoal de inteligência e das polícias nesse ambiente, sem ferir qualquer tipo de prerrogativa dos países.

Nós tivemos oportunidade de participar desse momento e, naquela época, o Ministro enfatizou que aquele acordo era muito importante, porque, como a Operação Ágata estava se iniciando pela fronteira setentrional do Brasil, a ideia seria expandi-la para outras áreas de fronteira. Então aquele acordo que estava sendo definido ali com o governo colombiano poderia ter alguma característica que pudesse, em algum outro momento, ser considerada pelo governo brasileiro como uma expansão das relações com outros Estados.

Houve a participação do Ministério das Relações Exteriores nesse momento, por intermédio da Embaixada brasileira, e se delineou um acordo muito interessante para esse tipo de ação operacional que tem que ser feita nas fronteiras.

E nós desencadeamos então a primeira etapa da Operação Ágata 1, que terminou no dia 19 de agosto.

É importante que os senhores tenham plena noção do que nesse momento querem dizer essas megaoperações.

Do ponto de vista da atividade de inteligência e dos interesses do Estado, não é razoável que uma megaoperação que tem uma publicidade anterior ao seu início tenha como foco principal desarticular profundamente as redes de criminalidade nessa região. Não é esse o foco principal.

Embora esse não seja o foco principal, na hora em que o processo de estada junto à fronteira se avoluma, quando ele cresce e o Estado começa a estar mais próximo, isso acaba gerando nessa criminalidade e em todo tipo de derivativos de crime nessa área uma ansiedade muito grande e uma retração das suas atividades.

Essa atividade hoje tem um caráter empresarial, vamos chamar assim. É um negócio que movimenta bilhões de reais por ano. Então, quando se começa a asfíxiar, mesmo que temporariamente, essas relações por parte desses grupos criminais, isso vai gerando uma ansiedade. E, quando a operação termina, alguma fase da operação termina – e nós estamos falando ainda da fase lá de cima, de Tabatinga –, a tendência é haver uma liberação da parte criminal para retomar os seus negócios.

E aí nós temos observado, no rescaldo que temos feito, que o trabalho de apreensão tem sido mais avolumado após a operação. Esse é um dado muito interessante, porque, como eu disse às senhoras e aos senhores, não é o objetivo principal naquele momento que haja, vamos dizer, a prisão ou a identificação clara de grandes grupos criminosos. O que tem acontecido é que o Estado brasileiro, principalmente os órgãos de inteligência, e qualquer ação operacional tem que ser precedida da ação da atividade de inteligência... Tem sido assim e foi assim em várias operações que a Presidência da República determinou fossem executadas a partir deste ano, uma delas começando com a Operação Sinop, de desmatamento no Estado do Mato Grosso do Sul, sendo ampliada depois para as operações no sudoeste do Pará, tendo em vista a morte daqueles

dois sindicalistas que ocorreu há cerca de três meses, e agora efetivamente, com a deflagração da Operação Ágata.

Então todo o trabalho da Inteligência também tem gerado como ativo para todos os órgãos envolvidos, não só órgãos de inteligência, mas os órgãos de repressão... Embora estejamos falando de duas vertentes, são os mesmos órgãos que usam chapéus diferentes. Então estamos falando de Polícia Federal, de Polícia Rodoviária Federal, dos órgãos policiais dos governos estaduais, da Agência Brasileira de Inteligência, da Anvisa e de muitos outros órgãos, dos três comandos das Forças Armadas.

Todos esses órgãos compõem efetivamente aqueles que vão executar a ação repressiva, exceto a Agência Brasileira de Inteligência, que tem um trabalho de assessoria. A função da Abin é estritamente de assessoria. Nesse contexto, no contexto da vinculação direta da Agência com o Gabinete de Segurança Internacional, é o responsável pela coordenação de toda a atividade de inteligência que é desenvolvida e antecede qualquer fase da operação...

Então, só para os senhores terem uma noção da magnitude desse trabalho, passando para a fase 2 da Operação Ágata, identificada na fronteira sul do País, nós trabalhamos, e a operação acabou agora, na sexta-feira passada, e tivemos ações desde o Chuí até Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul.

Foi um desafio muito grande, é uma área extremamente complexa, com todo tipo de criminalidade, com todo tipo de modal, de saída e de entrada, de possibilidades para a exploração de atividades ilícitas e criminosas.

Nós criamos três centros de inteligência operacional e a Abin GSI coordenou a atividade de 26 membros que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência. Essa é a função da Abin. E provemos informações ao Comando Sul, que foi o responsável nessa fase pela realização das atividades repressivas.

Tivemos um sucesso grande e já agora, no final da semana, sexta-feira, após o encerramento formal das operações, como eu disse anteriormente, os “negócios” retomaram e nós fomos muito felizes com alguns outros trabalhos de apreensão. Não tenho os dados concretos ainda, porque eles estão sendo consolidados a partir desse trabalho que foi feito no final de semana, mas dentro desse rescaldo...

Então, para o Estado brasileiro está sendo muito bom, reafirmo, porque estamos começando a conhecer com muita profundidade o *modus operandi* de grande parte das organizações criminosas que atuam nessa área.

Já se conhecia isso? Já se conhecia, mas o ativo que está acontecendo é que nós estamos conseguindo, a partir desse novo perfil de atuação, que efetivamente os órgãos públicos entendam que o jogo de soma zero é bom para todo mundo, o nosso padrão é o mesmo. Nós recebemos da mesma área e temos os mesmos objetivos. Então não adianta que as nossas informações fiquem nos bolsos dos coletes ou que fiquem guardadas nos arquivos das nossas instituições, porque isso não é uma prerrogativa dos órgãos de inteligência brasileiros. Nenhum órgão de inteligência no mundo, esteja ele integrando o rol dos principais serviços de inteligência no mundo, nenhum deles tem capacidade de per si de gerar os dados de inteligência necessários para assessorar os seus processos decisórios nacionais. E assim também é a Agência, que é o único órgão de inteligência do Brasil criado por lei. E o negócio da Agência é fazer inteligência. Então nem mesmo a Abin ou os seus 26 órgãos parceiros, que integram estruturas setoriais e não têm na inteligência o seu negócio principal, nenhum desses órgãos tem capacidade também de gerar essas informações.

Mas nós temos agregado um valor muito grande, porque estamos efetivamente percebendo a capacidade de gerar um produto de muito grande profundidade, muita qualidade, com uma diversidade de aspectos que efetivamente tem nos dado uma condição muito melhor, Senador, de enxergar a realidade nessa região, entendendo o seguinte: a criminalidade na

fronteira não se extingue com a construção de um muro. Por quê? Porque o resultado desse trabalho todo migra para os grandes centros, tem o seu dispositivo, a sua característica mais evidente dentro dos grandes centros. Então é um trabalho em que nós estamos agora aprendendo a perceber muito melhor a característica e o *modus operandi* de todas essas organizações. E eu tenho absoluta convicção de que foi um acerto muito grande da Presidente da República tomar essa decisão nesse sentido, porque enxergamos que nesse momento há necessidade, a partir desses resultados preliminares.

E nós teremos, ainda este ano, a deflagração de uma terceira fase da Operação Ágata, que será a Operação Ágata fase 3, em algum momento e em alguma outra região do nosso território.

O somatório dessas duas fases já mostra esse acerto, essa direção adequada e a necessidade e o esforço de que todas as entidades e órgãos envolvidos, incluído aí, penso eu, o Congresso Nacional como um fórum de debates para que decisões sejam tomadas, para que a gente possa gerar um ambiente de maior perenidade para essas ações não só via Operação Sentinela, mas com outros instrumentos envolvendo cada vez mais órgãos públicos, no sentido de que a gente possa ter uma presença do Estado mais firme e perene. É isso que a nossa mandatária efetivamente tinha, na interpretação que nós fazemos, como principal pano de fundo para esse tipo de ação.

Essas são as minhas palavras iniciais. Temos outras coisas que poderíamos depois debater se fossem de interesse. Para não me alongar muito e não ficar cansativo, imagino que nesse momento retorno a palavra à Presidência para que o senhor dê continuidade aos nossos debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Dr. Luiz Alberto.

Em seguida, concedo a palavra ao Ministro Clemente Baena Soares para a sua exposição.

O SR. CLEMENTE BAENA SOARES – Bom dia, Senador, demais membros desta Mesa. É um prazer estar aqui não para fazer uma apresentação formal do que o Itamaraty pensa sobre o Plano Estratégico de Fronteiras, mesmo porque o Itamaraty não participou diretamente da concepção nem da elaboração do decreto. No entanto, o próprio decreto diz, nos arts. 1º e 2º, item II:

Art. 1º Fica instituído o Plano Estratégico de Fronteiras para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

Art. 2º O Plano Estratégico de Fronteiras terá como diretrizes:

I -

II - a integração com os países vizinhos.

Também no Decreto, no art. 4º, item III:

Art. 4º O Plano Estratégico de Fronteiras será efetivado mediante a realização, entre outras, das seguintes medidas:

I -

II -

III - ações de cooperação internacional com países vizinhos.

Então, seriam esses os dois temas em que o Itamaraty teria uma participação mais ativa na execução do próprio plano estratégico. Nesse assunto, Senador, o Itamaraty já veio, há muitos anos... assinou vários acordos de instituição de comitês de fronteira.

Nós temos comitês com praticamente todos os nossos vizinhos, salvo Suriname. E por que o Suriname e os outros 9, sim? O Suriname, durante muitos anos ficou voltado para a colônia, ou seja, para a Holanda. A Holanda sempre cerceou um pouco a liberdade do Suriname em manter relações voltadas para a América do Sul, especialmente com o Brasil e a nossa fronteira.

Dessa forma, eu diria que a partir do governo do Presidente Bouterse, há cerca de um anos, o Suriname passou a ter a sua prioridade voltada para o Brasil. Desde então, temos com o Suriname assinado acordos de, por exemplo, regularização migratória, porque no Suriname, como é do conhecimento do senhor, há cerca de 20 mil brasileiros residindo ilegalmente.

A partir desse ponto, temos também uma comissão de controle e combate ao narcotráfico, temos comissões bilaterais antidrogas, combate aos ilícitos trans-fronteiriços, e isso em praticamente toda a fronteira.

E o que falta? Falta, digamos, com esse plano estratégico uma coordenação do que já temos, esse inventário que já temos com todos os países vizinhos e articular com esse Plano Estratégico de Fronteiras.

Fronteiras com os nossos países vizinhos é uma questão muito sensível para politicamente para eles. Qualquer movimento na fronteira seja no Paraguai, seja na Venezuela, seja na Colômbia, o vizinho sempre vai se preocupar com o porque dessa movimentação de Polícia Federal etc.

Então, há uma preocupação muito grande no Ministério, assim que todas essas operações são anunciadas, de comunicar, com antecedência às Forças Armadas, ao Ministério da Justiça dos países vizinhos, com isso evitamos qualquer tipo de constrangimento político que possa ocorrer.

Mas, o que eu acho que neste momento deveria ser feito – e falo de modo pessoal – é que todas essas comissões, e temos inclusive agora com o Peru, porque vamos ter a inauguração da Inter-oceânica, que vai interligar... de Roraima vai poder exportar para o Pacífico via portos de Callao, perto de Lima, toda a produção de soja, por exemplo.

Nesse sentido, isso vai beneficiar também o Acre. Com isso vai haver maior fluxo de pessoas, maior movimentação de veículos, isso pode acarretar problemas na fronteira. Portanto, a articulação entre todos esses comitês com as autoridades dos países vizinhos com as nossas autoridades, é fundamental para tenhamos uma fronteira mais eu diria monitorada, vigiada, supervisionada.

Mas, para isso – falo de uma experiência pessoal, por exemplo, com a Guiana –, a partir da inauguração, sobre o rio Tacutu, há dois anos, se não me engano, e que levou quase 30 anos para ser concluída, nós temos tido dificuldade, por exemplo, de colocar em funcionamento, na área de fronteira, um posto de fronteira 24 horas, porque a Receita Federal não tem, digamos, pessoal, funcionários que possam ficar, permanecer em Bonfim, com a Lethem, na fronteira por um período de 24 horas.

Portanto, a dificuldade não é só na Receita, mas em outras, na Polícia Federal... Em todos esses órgãos teria de haver uma maior articulação. A Receita diz que teriam que abrir um concurso público para poder colocar funcionários em praticamente todos os postos de fronteira, porque, com o comércio – e digo isso também com o Acre, Peru e Acre –, vai ter que haver um maior policiamento, vai ter que haver Receita Federal e, com isso, o fluxo de pessoas e o fluxo de comércio pode ser até que seja... Tivemos já dificuldades com retidos caminhões na fronteira. Então, para facilitar o fluxo de pessoas, teremos, sim, que ter mais funcionários nas fronteiras.

Portanto, Senador, eu só queria colocar um pouco essa apresentação muito genérica, no sentido de que todos esses comitês, todas essas comissões bilaterais de fronteira que temos, e algumas, como, por exemplo, com o Peru, em que temos um comitê de cooperação policial, que foi instituído, se não me engano, há dois, três anos, mas nunca se reuniu – e não digo que por culpa de “a”, “b” ou “c”, mas muitas vezes o país vizinho não tem condições de, naquele momento, naquela data, enviar gente à fronteira para ter a reunião, ou enviar gente a Brasília, ou nós irmos lá.

Voltando ao Peru, também dentro da cooperação policial, há um subgrupo de combate à extração de madeira ilegal, porque, muitas vezes, há uma invasão, como houve há cerca de dois, três meses; há contrabando de madeiras. Entram no Acre, retiram a madeira, vão para o Peru, certificam a madeira e exportam para a China. Então, são medidas que poderiam ser, digamos, implementadas se houvesse, também, um maior número de funcionários que pudesse estar lá durante boa parte do dia ou da noite.

Portanto, Senador, fico à disposição, assim como o Dr. Luiz Alberto, para os debates, para as futuras perguntas. Estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradecendo à exposição do Ministro Clemente Baena Soares, concedo a palavra, agora, ao Dr. Alberto Kleiman, Assessor Especial da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

O SR. ALBERTO KLEIMAN – Obrigado, Senador. É um prazer estar aqui nesta importante Comissão, ou melhor, Subcomissão, representando a Subchefia de Assuntos Federativos. Para nós também é uma honra poder participar desse debate e agradecer pelo reconhecimento do Senador do papel que vimos desenvolvendo nesse tema das fronteiras já, talvez, há mais de dois, três anos praticamente.

Vou me juntar aos meus colegas de Mesa, que me antecederam, no sentido de esclarecer o nosso papel. Nós tampouco participamos diretamente da formulação do Plano Estratégico de Fronteiras, embora estejamos atuando sobre o tema, especificamente no que se refere a buscar a intensificação da participação dos atores subnacionais, que é, na verdade, o tema objeto de trabalho, de atuação da Subchefia, que é a relação federativa, ou seja, o relacionamento direto, fluido, orgânico, articulado com os entes federados, caso dos Municípios e os Estados. Então, é função da nossa Ministra da Secretaria de Relações Internacionais lidar com essa agenda, que é operacionalizada pelo Subchefe Olavo Noleto, intensificar o diálogo, articulá-lo com governadores e prefeitos tanto em nível político como nas políticas públicas. Isso melhora a articulação do Estado brasileiro como um todo.

Nós nos deparamos com essa agenda quando, em 2004, começamos a trabalhar a participação desses atores dos municípios e dos Estados no Mercosul. O Mercosul passava por um processo de revisão em 2004. Eram dez anos do Tratado de Ouro Preto. Então, começamos a negociação com os demais países, junto com o Itamaraty, para que o Mercosul previsse um espaço de participação, que até então não existia, para que governadores e prefeitos pudessem ser parceiros da integração do Mercosul. Após negociações, em 2007, finalmente, instala-se o FCCR, que é o apelido para Foro Consultivo de Cidades e Regiões do Mercosul, que é um espaço garantido no organograma do Mercosul para que governadores e prefeitos possam trazer a sua contribuição e participar dos debates e do processo de integração.

Quando começamos a trabalhar nessa esfera, deparamo-nos com uma realidade que emergiu com muita clareza. Conversar com prefeitos e governadores, sobretudo prefeitos, sobre o Mercosul significava falar de fronteiras. Era uma demanda, digamos, reprimida. Os prefeitos viviam aquela realidade cotidiana da integração, mas não podiam chegar às instâncias ou

participar dos debates, dos quais eram muitas vezes, digamos, coadjuvantes ou participavam lateralmente.

Então, o tema da fronteira emergiu e a partir daí começamos a receber demandas desses prefeitos. Se vocês querem conversar – era uma frase que nos perseguia –, se vocês querem tratar de MERCOSUL, tratemos da fronteira, porque a nossa realidade de fronteira é muito dura, é muito complicada. Precisamos enfrentar esse tema.

Só dados gerais, que todos aqui devem conhecer: a faixa de fronteira, que é a linha de fronteira adentro do Brasil, é 150 Km e envolve 11 Estados brasileiros e 588 municípios. Esses são os dados que temos. Mais de 10% dos municípios brasileiros estão na linha de fronteira: muitos estão na linha de fronteira; a maioria está afastada da linha de fronteira, do contato com o país vizinho, mas estão, digamos, envolvidos nessa realidade fronteiriça.

Então, quando começamos a trabalhar esse tema, começamos a constatar algumas questões fundamentais, ou seja, toda ação que nós tentávamos apreender tanto fronteira afora, como fronteira adentro, e também no âmbito do Governo Federal, era complicada, muito complexa para avançar, por várias razões. Posso elencar algumas aqui.

Só para esclarecer um pouco o papel da SAF nesse sentido, com a criação desse foro que relatei, a Subchefia de Assuntos Federativos passa a ser a coordenação brasileira desse foro, ou seja, designada pelo Itamaraty, passa a acompanhar as reuniões do Mercosul, tentando buscar essa articulação com os Estados e municípios brasileiros e desses com os seus vizinhos, com os seus homólogos dos outros países. A Subchefia assumiu esse papel.

Enfim, começamos a navegar nesses mares fronteiriços e nos deparamos com algumas questões.

A primeira questão é que era fundamental para o Governo Federal trazer esses atores para o debate sobre essas fronteiras, porque eles são os que realmente conhecem essa realidade. Muitas vezes as capitais afastadas da realidade de fronteira têm uma sensibilidade muitas vezes distanciada da realidade política que se vive. Digo isso sem nenhuma... Digamos, é natural que as capitais, até estrategicamente, estejam afastadas das fronteiras, mas a distância política, a distância da realidade faz com que muitas vezes o gestor, o decisor das capitais tenha pouca sensibilidade ao tema. O prefeito e o governador que vivem isso diariamente não só têm esse conhecimento, como o acúmulo. Então, até podem facilitar o entendimento por parte do Governo Federal desses sistemas. Seria importante, em termos de inteligência, trazê-los.

Em segundo lugar, é que esses atores são os mais envolvidos e os mais afetados. A realidade desses atores exige respostas muito rápidas. A dinâmica, a emergência do tema da fronteira para esses atores é muito cotidiana, muito real, diferentemente da realidade das capitais.

Outra constatação a que nós chegamos, essa talvez uma das estruturantes desse debate, diz respeito a algumas, podemos chamar assim, armadilhas, alguns riscos que o tema pode provocar no seu enfrentando, algumas armadilhas que nós podemos... Na verdade, percebíamos a importância de tentar escapar, mas se colocavam na agenda de forma muito forte. Falo do tema da estigmatização da fronteira, da temática de fronteira. Hoje em dia, talvez na cabeça do brasileiro comum, não do gestor diretamente envolvido, ou até muitas vezes do próprio gestor, fronteira é praticamente sinônimo – para não dizer, para não reforçar o estigma –, passa a ser cada vez mais associado à criminalidade. Essa é uma armadilha complexa e temos que tentar evitar. Falar em fronteira é falar de segurança, e não de desenvolvimento ou de integração regional. A fronteira, então, passa, a partir dessa constatação, a ser identificada como agenda negativa. A questão da criminalidade é a maior delas, mas a questão da depressão econômica também. São áreas em geral deprimidas economicamente, historicamente relegadas. São territórios não encarados como peculiares. O que se contrapõe a isso, e nós entendemos como um paradoxo, é que a fronteira passa a ser um território que tem centralidade, muitas agendas, muitos programas, muitas ações do Governo Federal, mas é, ao mesmo tempo, invisível. Por exemplo,

uma das prioridades do Governo Federal é a integração regional, é o Mercosul, a integração sul-americana, e a integração sul-americana passa necessariamente pela fronteira, mas a fronteira não consegue ocupar a centralidade nessa agenda.

Outra questão é o enfrentamento das desigualdades regionais. Essa é uma prioridade do Governo Federal também, mas a fronteira sai dos recortes adotados, muitas vezes dos até mais prioritários, como, por exemplo, o território da cidadania, que leva em consideração o IDH, o desenvolvimento territorial. A fronteira é recortada: algumas áreas da fronteira entram no território da cidadania e outras não. A fronteira nunca é olhada, estudada, entendida como um território próprio.

Outra questão interessante é a marginalidade do tema com relação aos temas da agenda política nacional. É como se a fronteira ficasse sempre distante.

Esse é o paradoxo que nós identificamos. Ela é presente em várias ações, mas, ao mesmo tempo, permanece invisível.

Outra armadilha. A fronteira, mesmo quando discutida especificamente como fazemos hoje, muitas vezes é vista como área de passagem, ou seja, temos que trabalhar a fronteira no caso da migração, por exemplo, ou em outra discussão que vem com força agora no Mercosul que é a livre circulação de pessoas no Mercosul. A fronteira é vista como um ponto de passagem e não como um território específico de desenvolvimento. Eu me lembro...

Só uma metáfora que me ocorreu, trabalhei na Prefeitura de Santo André e um desafio urbano que se colocava era que a linha do trem dividia a cidade em dois e, por isso, tinha se transformado num espaço deprimido economicamente. Ninguém queria desenvolver nada ali. Ela dividia a cidade e se transformou numa espécie de bolsão de não desenvolvimento da cidade. Então, o Prefeito na época, o Prefeito Celso Daniel, pensava: “Bom, se eu resolver o problema, eu resolvo dois problemas: se eu desenvolver essa área, eu integro a cidade e crio uma nova área, numa cidade muito densificada, urbanisticamente falando, de desenvolvimento.”

Então, a fronteira passa por esse problema. Separa os países e cria uma área de subdesenvolvimento, de não-vivificação e, obviamente, um espaço para a criminalidade, para a cooptação da população da fronteira que também acaba se integrando à criminalidade.

Diante dessas constatações, começamos a fazer algumas ações pontuais que acabaram culminando com a criação, juntamente com o Ministério da Integração, que esteve aqui semana passada, se não me engano, Senador, para discutir isso, da Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, CDIF. Essa Comissão foi criada pelo Presidente Lula no final do ano e, digamos, é a ponta do *iceberg* de uma articulação com mais de 20 Ministérios do Governo Federal, mas o que ela traz de diferença é justamente o seu aspecto interfederativo, Senador. Isso que vale a pena destacar.

Então, a Subchefia de Assuntos Federativos serviu como provocadora, no caso dessa discussão. Chamou a atenção do Governo Federal para a importância de que, além da integração, da articulação entre os ministérios, seria importante trazer para esse órgão, para esta Comissão a representação dos Estados e dos municípios e começar a criar um novo capítulo no enfrentamento desse tema. Uma das frases que usamos, nessa discussão, é que a fronteira é um problema complexo, multinível, ou seja, precisa, para que seus problemas passem a ser enfrentados de forma integral, holística, não só integrar vários ministérios, mas os vários níveis da Federação, ou seja, União, Estados e Municípios, integrados nas suas várias temáticas e níveis de governo, poderão enfrentar esse problema. A frase que usamos de impacto é que todos os níveis da Federação, os três níveis da Federação empreendem ações para enfrentar os seus problemas. O município faz coisas para enfrentar as suas questões de fronteiras, os Estados fazem várias ações e a União também, mas, individualmente, nenhum deles consegue, porque a desintegração, a desarticulação das políticas é que perpetuam os problemas ou nós dá a impressão de que fazemos muito, mas não temos resultado. Então, o Ministério da Integração, nesse esforço

conjunto, acabou fazendo um levantamento de quanto o Governo Federal gastava, investia na fronteira, e os recursos foram surpreendentes. São recursos volumosos. Isso foi feito no ano passado, mas a sensação de que o Governo Federal não faz nada está presente entre prefeitos e governadores. É como se o Governo Federal fizesse muito, durante muitos anos, mas com pouca visibilidade, com pouca articulação, e isso gera a sensação de que nada está sendo feito.

A CDIF, digamos, então, vem não para ser a única e exclusiva instância de enfrentamento, mas para articular. Era muito curioso, nas reuniões da CDIF, o relato recorrente de todos os gestores lá presentes que falavam: “Fazemos muito pela fronteira, mas não sabemos o que vizinho de mesa faz.” Os Ministérios não tinham informação sobre o que o Ministério vizinho de Esplanada ou de mesa de reunião estava fazendo na fronteira. Havia uma desarticulação das políticas de fronteiras no âmbito federal. Então, a CDIF vem para enfrentar primeiramente essa questão. Segundo, o que Estados e municípios fazem também é importante que o Governo Federal faça, obviamente otimizando recursos, otimizando ações, não duplicando ações. É preciso também que os municípios e os Estados saibam o que o Governo Federal também faz. Então, buscar isso simultaneamente, maior informação e ações conjuntas, evidentemente.

Essa é a CDIF. Ela vem sendo instalada e o seu foco principal é o desenvolvimento e a integração. Esse binômio pode ser trabalho integração/desenvolvimento e desenvolvimento/integração.

Outra armadilha dessa discussão é pensarmos que não será possível, em um futuro de curto e médio prazos, um Brasil com um crescimento econômico sustentável, como vem tendo, com vizinhos da região não se desenvolvendo de forma integrada. O Presidente Lula dizia isso de forma recorrente. É uma realidade da nossa região. Temos de enfrentar essa questão de desenvolvimento. A única forma de a América do Sul se desenvolver é de forma integrada. Já estamos percebendo os primeiros sinais de pressão com relação a esses temas. Então, de fato, um sinal não muito positivo nesse sentido seria focarmos exclusivamente nos temas de segurança, que de fato são fundamentais, urgentes. Inclusive, demanda Estados e Municípios. A criminalidade na faixa de fronteira, o crime organizado, vem crescendo, as grandes ações do crime organizado e também as pequenas ações. Nos relatam os prefeitos da zona do lago de Itaipu, que é uma zona deprimida economicamente, que o cidadão passa a ser olheiro do crime organizado, do contrabando, por exemplo, de cigarros. É um tema importante, o contrabando de cigarro nessa região, entre outros ilícitos. O comentário do prefeito era que o crime não só cooptava o cidadão, mas começava a comprar imóveis para estocagem. De alguma forma, a cidadania, a população daquele pequeno Município passava a ter uma certa simpatia, ou seja, a identificar o crime organizado como uma possibilidade de desenvolvimento, claro que ilícita, mas, enfim, respondia às necessidades imediatas do cidadão. Então, a única forma, de fato, de enfrentar isso a médio e longo prazo e pensarmos de desenvolvimento, ou seja, a faixa de fronteira como espaço de integração e de desenvolvimento. O desenvolvimento levando à integração, buscando na integração sua sustentação e a integração promovendo possibilidades de desenvolvimento. Para isso, precisamos de mecanismos nossos e também integrados. No caso do Mercosul há o Focem. O Embaixador Samuel Pereira Guimarães vem insistindo no aumento dos recursos do Focem. É um exemplo de pensarmos em mecanismos de financiamento. Outras coisas são, evidentemente, isenções, estímulos para o desenvolvimento na faixa de fronteira, que o Brasil pode, unilateralmente, começar a empreender. Mas são apenas ideias, Senador. São ações que estão no âmbito de discussão da CDIF e as trago aqui um pouco para renovar essa agenda.

Para fechar, para finalizar, quero falar um pouco sobre o coração, sobre a realidade local da CDIF que se espelha nos núcleos estaduais. A CDIF se propõe a ser uma Secretaria, que é coordenada pelo Ministério da Integração, mas que tem sua força nos núcleos estaduais, ou seja, na criação de núcleos estaduais, que não são do Estado, do Governo Estadual, mas do Estado

como um todo, que congregue todos os atores estaduais, não só governamentais, mas não-governamentais, associações, que podem organizar essa agenda da fronteira no território, dando legitimidade porque envolve todos os atores da sociedade. Daí, criar uma força política e, finalmente, conseguir fazer com que esse esforço leve o tema da fronteira para a agenda federativa e para a centralidade da agenda nacional. Nós somos convencidos de que enquanto a agenda da fronteira não tiver centralidade na agenda da política nacional vai continuar sendo relegada a segundo plano e terá certa dificuldade. Ela tem de assumir a centralidade na agenda nacional. Então, essa é a ideia dos núcleos estaduais. As mudanças de Governo podem ser minimizadas, os impactos das mudanças de Governo, serão minimizados com esses núcleos que envolvem não só o governos, que têm uma dinâmica de mudança democrática de quatro em quatro anos. Envolvendo a sociedade civil, a agenda de fronteira possa permanecer na agenda política do território e também do país como um todo. Os núcleos, evidentemente, vão poder trocar experiências, por exemplo, sobre o que deu certo em um núcleo estadual, como no caso do Acre nas relações com a Bolívia. Em um arco de fronteira também muito vivificado, que é o arco sul, o Paraná vem fazendo esforços importantes, organizando seu núcleo de uma forma consistente, contratando pessoal, investindo nessa ideia. Esse modelo pode ser replicado por outros Estados. Esses núcleos podem trocar informações sobre como determinado Estado enfrenta um tema, como um município vem atuando, sobre experiências municipais, como consórcios intermunicipais transfronteiriços, como é o caso de Dionísio Cerqueira e Barracão, por exemplo. Assim, ganham força no território, envolvendo o Governo Federal nessa ação, ou seja, é uma via de mão dupla.

Basicamente é isso, Senador. Fico à disposição e agradeço novamente o convite.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer a explanação do Dr. Alberto Kleiman e fazer alguns comentários.

Primeiro dizer que realmente ouvi do Dr. Luiz Alberto, nós, na verdade, aqui na Subcomissão, estamos desde o ano passado quando começamos um trabalho ouvindo governadores, ouvindo autoridades federais, representantes das assembleias estaduais, justamente na ansiedade, na inquietude justamente de tirar a Amazônia inicialmente com sua imensa faixa de fronteira, mas depois entendemos que tínhamos que estender o trabalho e abranger toda a faixa de fronteira, desde o Norte até o Sul, passando pelo Centro-Oeste. E o que verificamos? Se somarmos essa área da Amazônia e da faixa de fronteira, somos muito mais da metade do País, aliás, só a Amazônia é 61%. E o que é pior, com essa visão de que fronteira é lugar de bandalheira, desculpe-me o termo, mas essa é a visão. Só que, como foi dito aqui pelo Dr. Luiz Alberto, o reflexo desse descaso com as fronteiras é sentido nos grandes centros. Por acaso o narcotráfico que está no Rio, São Paulo, nos grandes centros, têm a droga vindo de onde? Dos países vizinhos. Têm as armas vindo de onde? Com raríssimas e honrosas, vamos dizer assim, exceções entram por via marítima, mas realmente é uma quantidade mínima. A faixa de fronteira terrestre, que são 18 mil quilômetros de extensão, realmente é, com dez países com características diversas quase todos com seus grandes problemas, se não enfrentarmos, e aqui disse muito bem o representante da América do Sul II, do Itamaraty, que tínhamos ouvido a América do Sul I, nós queremos ouvir o II justamente porque pega a parte do Norte amazônico nesta questão. Citou Bonfim, a dificuldade de ter postos, seja da Polícia Federal, da Vigilância Sanitária, lá na fronteira com a Venezuela é a mesma coisa, que é muito mais antiga e não tem ponte, portanto é aberta o tempo todo. As atividades dos órgãos federais encerram às 10 horas da noite. Fecha teoricamente a fronteira, fecha para aqueles que vão passar legalmente. Não fecha porque as colaterais que existem estão aí abertas. E pior, vou até usar ... a dengue entrou no Brasil por onde? Na fronteira com a Venezuela. E hoje a dengue... poderia ter entrado por outro lugar, é verdade, mas foi por lá.

Então não é só questão dos ilícitos, não é só droga, não é só arma, mas também tráfico de pessoas, descaminho de nossos minerais, da nossa biodiversidade.

Outro caso em Roraima, a gasolina do lado da Venezuela é cerca de um quinto do valor da gasolina do lado brasileiro. Nós, de há muito tempo, vemos trabalhando para houvesse, e a Venezuela quer fazer isso, porque faz até com a Colômbia, com quem ela tem problemas, a importação da gasolina a um preço muito barato. Quisemos fazer isso, inclusive, por intermédio da Petrobras, mas os problemas da fronteira são tão complexos que essa equação não pôde ser resolvida.

E hoje temos uma realidade que é: um contrabando intenso de gasolina, ou pior, as grandes reservas indígenas que estão na fronteira são hoje o maior depósito de gasolina contrabandeada. Todo mundo sabe disso. Já foi inclusive documentado.

Ouvi aqui do Dr. Alberto Kleiman que existe claramente a desarticulação da ação dos três níveis de Governo. É verdade. Ele falou muito certo. O que acontece é que terminam os prefeitos e governadores achando que o Governo Federal não dá apoio e, digo mais, que não se articula e, ao não se articular... Por exemplo, o que a Polícia Militar do Estado sabe da ação da Polícia Federal? O que, por exemplo, o prefeito sabe da atividade do cônsul que está na cidade vizinha?

Ao ver o lançamento desse plano, no dia 8 de junho – portanto, há poucos meses –, eu diria que até o ponto a que mais ou menos objetivávamos chegar, a Presidente já lançou. Agora, entendo que não é um plano pronto e acabado. Precisa ser aperfeiçoado e precisa ser um plano nacional, não um plano de Governo, mas de Estado, para que possamos realmente ter para a Amazônia e para a faixa de fronteira um grande trabalho de articulação ampla dos municípios, dos Estados e do Governo Federal, de forma que essa fronteira se desenvolva.

É bom frisar aqui que esta Comissão já teve, sim, uma visão, inclusive, clara de que a fronteira não é só questão policial ou de segurança. Já realizamos aqui três painéis ouvindo várias autoridades dos três níveis de Governo: o primeiro foi fronteira e segurança nacional, como não poderia deixar de ser; o segundo foi desenvolvimento econômico e social; e o terceiro, infraestrutura. Essa aqui foi uma reunião especial em que tínhamos interesse em ouvir os órgãos aqui envolvidos. Agora, vamos aos dois últimos painéis: a questão indígena e fundiária, que é um problema sério, e relações internacionais.

Não pensamos em fazer revisão de demarcação de terras indígenas nem qualquer outro tipo de coisa. Eu quero saber qual é a realidade das terras indígenas e das terras não indígenas. A não-regularização fundiária estimula a pessoa que está lá a encontrar a forma mais fácil de sobreviver, que é, de alguma maneira, se não participar, colaborar com o crime organizado, que existe de toda a forma. Falou-se aqui da madeira certificada do lado da Bolívia, no Peru, sendo tirada do Brasil. Muito dos diamantes exportados legalmente pela Guiana é tirado do Brasil, da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Nós temos isso documentado na comissão de temporária externa que houve lá, *in loco*, antes da demarcação. Então, é preciso que tenhamos uma visão, um diagnóstico bem claro para um tratamento de longo prazo, um tratamento até continuado dessa questão, porque os problemas não vão acabar com essa ou aquela ação, muito menos só com esse plano estratégico, o que é muito bom.

Por fim, o último painel, vai tratar, não porque seja a última coisa mais importante, até acho que seja a mais importante, de relações internacionais. Acho realmente que não adianta fazermos um excelente plano que cuide do nosso lado e não se olhe para o vizinho, em todos os aspectos. Não é só avisar que vamos fazer uma operação, não é só manter informado sobre o que estamos fazendo, mas é fazer com que nós possamos colaborar com eles para que façam a mesma coisa e com que eles colaborem conosco, também, naquilo que puderem, de forma que se sintam de fato parceiros dessa grande questão, senão, evidentemente, vamos tratar de um lado, e vai ficar talvez bom, mas do outro lado vamos ter a porta escancarada.

Quero agradecer muito a presença dos três palestrantes. Caso queiram complementar com algum dado as explanações aqui feitas, a Comissão vai agradecer muito, porque queremos fechar até novembro esses painéis e produzir um projeto. Queremos apresentar um projeto, uma proposição legislativa que possa redundar, repito, num plano nacional, em um plano que passe pelo Senado e pela Câmara, e espero que possa ser elaborado em conjunto também com o Poder Executivo, de forma que seja um projeto não de A, B ou C, mas do Brasil.

Agradeço e dou por encerrada a presente reunião. *(Pausa.)*

Eu quero conceder – e realmente eu teria de fazer isso antes de encerrar – a palavra aos palestrantes, se quiserem complementar com alguma informação com alguma informação.

Peço desculpas pela precipitação.

O SR. CLEMENTE BAENA SOARES – Obrigado, Senador. É só um esclarecimento, e o Dr. Kleiman vai se lembrar. Eu participei de algumas reuniões da Sedf e eu sempre, e me desculpem a expressão, sempre puxando a sardinha para o meu lado, justamente o Departamento da América do Sul II, que cuida da Amazônia e de todos os países. Eu sempre achei importante ser instituído um Fosse no Norte, justamente para desenvolver a Faixa de Fronteira do Norte. No Sul, está consolidada. Há anos que já há a legislação própria, há o Mercosul. Mas no Norte, e o senhor sabe muito bem, não temos.

E a instituição de um Focem, de um fundo que pudesse contribuir para a consolidação, para a integração, para tornar os nossos vizinhos parceiros, como o senhor muito bem colocou aqui, seria de fundamental importância.

Nós temos, como eu disse aqui, várias comissões bilaterais, de desenvolvimento fronteiriço, de comércio, de fluxo de pessoas, de mercadorias, tudo. Temos um inventário muito grande. E há muitos anos o Itamaraty já vem trabalhando com os demais órgãos do Governo Federal para a consolidação dessas comissões para implementação de várias decisões dessas comissões.

No entanto, acho que deveríamos dar um passo adiante, e acho que a instituição de um fundo como esse, que pudesse ajudar os nossos vizinhos, como disse o Dr. Kleiman, que pudesse também ajudar a desenvolver os nossos vizinhos, seria muito bem vinda. Inclusive, isso nos daria também a tranquilidade do lado de cá, porque teríamos do outro lado um país que está crescendo, não na mesma proporção que o Brasil, enfim, porque a assimetria é muito significativa entre todos os Países, mas pelo menos que eles cresçam também e que os problemas de fronteiras diminuam com isso.

Era só essa observação que eu gostaria de deixar registrada aqui na Comissão.

Muito obrigado, Senador.

SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY – Muito obrigado, Senador.

Duas observações que eu imagino serem importes. Independentemente de tudo que foi dito aqui em relação à necessidade de retirar esse viés de criminalidade da fronteira, seja absolutamente relevante um esforço nacional em cima disso também me parece alguma coisa absolutamente necessária, não só do lado brasileiro, como colocou aqui o Dr. Kleiman muito bem, como o Ministro Baena Soares exemplificou agora em sua fala final de explorar isso do outro lado.

Mas eu gostaria de lembrar uma coisa: nenhuma solução dessas é de curto e nem mesmo de médio prazo. E a questão de problema com criminalidade envolvendo fronteira não é uma característica específica do Brasil. Não é assim que a coisa acontece. No mundo inteiro, as questões de fronteira estão de alguma forma associadas à criminalidade, independentemente do grau de desenvolvimento e das relações entre os países e mesmo do desenvolvimento dessas fronteiras.

Então, o que eu quero mencionar é o seguinte: é muito importante, transcende a tudo isso essa iniciativa do Pefron, porque nós, daqui a muitos anos, não vamos ter esse grau de

desenvolvimento e vamos ter uma evolução importante no grau de coordenação entre as políticas públicas, principalmente nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como uma presença mais firme do Estado nas relações com o Estado vizinho, mas os problemas da criminalidade continuarão ocorrendo.

Então, nós precisamos, sim, como o senhor colocou aqui, que a polícia de um determinado Estado conheça efetivamente o que a Polícia Federal está fazendo. Eu posso lhe asseverar, Senador, que esse ativo nós estamos começando a construir. Isso é absolutamente fundamental neste momento. E, neste momento, nós estamos fazendo, além das ações... Embora as operações sejam coordenadas pelo Ministério da Defesa, elas não são operações militares; elas são operações de planejamento centralizado na área militar e de execução absolutamente descentralizada, incluindo todos os órgãos de repressão que atuam na fronteira.

E o conhecimento, então, do que cada órgão faz está sendo repassado, está sendo conversado com as estruturas de repressão na área estadual e municipal, e isso tem sido um ativo muito grande. Por quê? Porque, na prática, a responsabilidade pela segurança das fronteiras... Estou me ocupando da segurança da fronteiras que é a temática mais direta do PFRON, embora todo o entorno seja absolutamente relevante – e é absolutamente relevante –, mas o que eu quero mostrar é essa necessidade do conhecimento do que está acontecendo – e essa integração está acontecendo – no âmbito das organizações de inteligência e das organizações de repressão. E vejo um caminho inexorável para isso e um ativo muito grande para o nosso País.

Parta terminar, eu quero dar só um exemplo para mostrar o que eu quero dizer com isso: em 2007, quando estávamos à frente da coordenação das atividades de inteligência para os Jogos Pan-Americanos, fizemos um périplo, em âmbito internacional, para definir um modelo genuíno do Brasil para atuar com atividades de inteligência em grandes eventos. Então, fomos aos principais países do mundo, em experiências diversas no mundo, para conhecer como foi o *modus operandi* das atividades de inteligência nessas áreas. Na oportunidade, tivemos também treinamentos específicos em diversas ocasiões. Em um desses treinamentos, que foi dado pelo pessoal dos órgãos de inteligência norte-americanos – e, ali, havia servidores ativos e inativos daqueles órgãos –, eles nos disseram: “O 11 de setembro não teria ocorrido se as nossas instituições de inteligência trocassem dados. O mosaico dos dados estava distribuído entre as instituições de inteligência, mas nós não conversávamos, por vaidades pessoais, por vaidades institucionais, por querer ser sempre o primeiro ou o único a dar um dado, que era um dado parcial, sobre um determinado problema. E isso gera um vácuo de capacidade de tomada de decisão de parte dos nossos gestores muito grande”. E aí nós perguntamos: “E agora que vocês criaram um sistema que é absolutamente centralizado e que a lei determina que seja assim?” A integração não se faz por lei; integração se faz por confiança, por olho no olho, pela vida cotidiana, pela troca de informações, por dar alguma coisa que tenha efetivamente validade para que o outro possa atuar conjuntamente conosco de forma efetiva. Por quê? Porque, quando as equipes vão para a rua, existe um risco de vida muito grande nessa atuação.

Então, independentemente de nós não estarmos – a Abin não é um órgão ligado à área de repressão, mas que somente coordena as atividades de inteligência – engajados nisso, nós temos de lembrar do companheiro que está no campo. Então, tem que dar o melhor do dado. E, aí, Senador, é isso que estou lhe falando: compartilhamos totalmente da ideia da necessidade de maior integração, de maior inter-relação das esferas municipal, estadual e federal.

Neste momento, nesta iniciativa inédita, nós estamos conseguindo transferir esse ativo para quem tem que ter a totalidade desses ativos na hora de operar com relação a essa criminalidade. Reforço, contudo, que, por mais que a gente faça, e devemos fazer, e lembro aqui as iniciativas do nosso companheiro, como foi muito bem colocado, e do Ministro tanto no âmbito interno quanto no âmbito das relações bilaterais, ainda teremos efetivamente por um período muito largo esse problema da criminalidade. Estamos fazendo esse inventário agora com

as equipes que estão em campo. Estamos fazendo um inventário de como a população está recebendo esse tipo de ação, e eu posso lhe assegurar que muito bem, porque, embora exista a criminalidade, a maioria das pessoas que mora, que vive e que transita pelas fronteiras é de pessoas do bem, pessoas de bem que querem trabalhar, mas, muitas vezes, como foi colocado aqui, pelas próprias circunstâncias, toda a infraestrutura de provimento para que haja algum tipo de trabalho, às vezes, é feita por parte da criminalidade. Em não havendo outra possibilidade, essa população acaba enveredando para a criminalidade. Para que isso vá aos poucos se modificando, é importante uma maior presença estatal e uma maior integração.

Entendo que seja importante isso para que a gente não perca foco de que não há uma solução de curto e nem de médio prazo da problemática. Essa iniciativa do Pefron na área de segurança, agregada a outras iniciativas de governo, seja na área da Subchefia de Assuntos Federativos, seja na área do Ministério das Relações Exteriores, é que vai dar um novo contexto de presença do Estado e, em médio e longo prazo, trazer para aquela região de fronteira também uma imagem e uma posição dentro do cenário brasileiro que não só do estresse que é hoje em relação à questão da segurança pública.

Era isso que eu queria mencionar Senador.

O SR. ALBERTO KLEIMAN – Obrigado, novamente, Senador.

Só para, talvez, amarrar algumas ideias, eu queria muito rapidamente compartilhar essa percepção de que de fato esse é um tema que sempre esteve, mas que, usando uma expressão de retórica, veio para ficar permanentemente na agenda. Quando o tema da fronteira passa a ser enfrentado com centralidade, seriedade e quando algumas circunstâncias políticas mais recentes, como a integração regional ou como o tema do enfrentamento das igualdades regionais, passam a ocupar a centralidade da nossa agenda política, a fronteira também emerge, e ela não veio como um tema de moda, ou seja, não há aquela ideia de que é uma bala, de que vamos enfrentar com uma canetada. Isso só nos faz, digamos, mais preocupados, e, ao mesmo tempo, temos que redobrar o esforço.

Costumamos dizer que, às vezes, no Brasil e em outros países também, mas no Brasil a gente percebe isso, ou na América Latina, somos muito bons de iniciativas, mas não tão bons de terminativas. Temos muitas ideias, mas certo problema em continuar as iniciativas tomadas, que muitas vezes são bombásticas. Lançamos ideias, mas temos dificuldades na manutenção e na permanência, como se os temas, aos poucos, fossem perdendo o *élan*, o interesse e morrendo de forma melancólica. Isso não pode acontecer com o tema da fronteira. Se hoje ocupa um espaço importante ou crescente na agenda, ainda não na centralidade, mas assumindo pouco a pouco essa centralidade, deve ser encarado dessa forma articulada, mas, sobretudo, permanente, e tem que ser tratado dessa forma, porque o tema da integração regional é um tema permanente. Não vai se esgotar um dia. Se queremos um continente forte, soberano e próspero, temos que enfrentá-lo.

Ainda nessa linha, corroboro aqui o meu colega, meu *tocayo*, como dizem os *hermanos*, meu xará Luiz Alberto, com relação a também escapar dessa armadilha que é se criar uma dicotomia de defesa e desenvolvimento, entre defesa e desenvolvimento. Acho que os dois temas têm que ser integrados, inclusive até, porque parece que há só uma demanda por desenvolvimento na faixa de fronteira ou na fronteira, mas a verdade é que a primeira demanda que surge, também na faixa de fronteira, é a questão da segurança. A segurança do cidadão e a segurança de desenvolverem suas ações, seus trabalhos, suas atividades econômicas passa também por esse tema. Então, é escapar disso.

O que nós temos hoje, eu acho, que fazer é, talvez com o Governo Federal, mas com a sociedade, integrados com o Poder Legislativo e todas as forças sociais, priorizar e pensar que essas coisas, que esses binômio, que esses dois elementos devem caminhar juntos de forma integrada, frente a frente. É a ideia dos cavalos. Os cavalos alinhados dão mais força para a

iniciativa, mas, se eles estão desalinhados, um vai à frente e vai cansar mais rápido; o outro também não vai conseguir dar o máximo, não é? Então, a questão de defesa, segurança – nesse caso – e desenvolvimento devem caminhar juntas.

A segunda coisa que esqueci dizer no primeiro momento, mas queria trazer aqui, é um conceito que nós estamos desenvolvendo do nosso profundo desconhecimento da realidade da fronteira. Digo isso pessoalmente: quanto mais sabemos, menos sabemos; quanto mais nos debruçamos sobre o sistema da fronteira, mais percebemos a complexidade, a profundidade que ele tem. Isso como gestor federal, mas, ao mesmo tempo, se conhece muito pouco da própria fronteira. As pessoas que moram na fronteira muitas vezes têm pouco conhecimento, porque a percepção que nós chegamos é a pouca, digamos, sistematização. Os centros de estudos, as universidades, mesmo da fronteira, muitas vezes não têm a fronteira como um objeto de interesse, paradoxalmente, novamente dizendo.

Então, estamos insistindo muito, nas nossas falas com os prefeitos, com os governadores, nas idas ao território de fronteira, e chamando a atenção para a necessidade de criarmos uma inteligência de fronteira. Não me refiro à inteligência da ABIN, mas a uma inteligência da fronteira se pensando, de fato, como um território original, um território peculiar, com muitas riquezas. Falo de uma inteligência de fronteira que surja da fronteira e que seja desenvolvida na fronteira pelos atores da fronteira. Estivemos agora no Sul, que tem uma concentração importante de universidades federais, estimulando que a Universidade Unipampa, a Universidade de Pelotas e a Unila, recém criada, uma universidade de integração latino-americana, se ocupem, além dos temas, digamos, macropolíticos da integração, também do tema da fronteira; estimulando que criem centros, que pensem a fronteira.

O risco de a fronteira ser estigmatizada permanentemente como uma zona de criminalidade, de descaminho, de desvio é que, ao mesmo tempo em que isso é uma visão injusta, insuficiente e, evidentemente, muito limitada, tem um efeito colateral: mata o que há de mais precioso que é a fronteira como manancial da integração. É na fronteira que a integração efetivamente se faz. A fronteira é o manancial cultural na integração. É na fronteira que existem as famílias transfronteiriças, que a língua é dinâmica, que o português vira portunhol e o espanhol vira portunhol, que as pessoas falam as duas ou uma terceira, que os costumes se mesclam, que a vida da integração ocorre, digamos, permanentemente, como um ecossistema cultural próprio. Talvez esse seja o espaço onde a integração sul-americana emergirá com toda a sua força.

Então, a fronteira tem esses problemas todos que nós aqui discutimos, mas, além de tudo, perde a oportunidade de descobrir essa riqueza da integração, que aos poucos vai perdendo espaço, mas que começa a dar os seus primeiros passos. O olhar com carinho, com sensibilidade política e, sobretudo, social, cidadã se faz cada dia mais importante.

É isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Bom, agradecendo as considerações finais dos três expositores, quero só reiterar que a questão da fronteira tem que ter um tratamento, digamos, global, que englobe toda a faixa de fronteira e que seja continuado, porque, realmente, o problema não é como uma doença que se trata com um medicamento de curto prazo. É realmente uma doença, se podemos dizer assim – entre aspas –, que exige tratamento continuado para várias gerações e para vários governos. É por isso que eu falei que o nosso plano tem que ser um plano realmente de Governo, de Estado, para muito tempo.

Como disse o nosso Ministro, quando nós ouvimos o representante da América do Sul I, nós queríamos ouvir o da América do Sul II, porque são duas realidades diferentes na faixa de fronteira. O Dr. Alberto acabou de dizer que a faixa de fronteira do Sul é extremamente desenvolvida em muitos aspectos, embora carente em outros, mas a faixa de fronteira do Centro-Oeste e do Norte é extremamente carente de ações municipais, estaduais e federais. Se elas forem

feitas de maneira sinérgica, complementares, muito mais rapidamente haverá resultados para essa área.

Então, eu espero, efetivamente, que nós possamos concluir, em novembro, esse trabalho que começamos no ano passado e possamos, tendo agora esse decreto da Presidente que instituiu o Plano Estratégico de Fronteira, apresentar um trabalho, repito, que possa refletir o pensamento de todos aqueles que se preocupam com o Brasil: Executivo, Legislativo, até com as colaborações do Poder Judiciário, porque ali também há, por exemplo, os ilícitos transfronteiriços, que, na maioria, são ilícitos federais. E aí, de novo, fica a questão: carência de instituições federais para tratar do assunto, já que a competência é da área federal.

Então, temos que ter realmente esse diagnóstico e, a partir daí, elaborar, sim, um planejamento para executar e poder acompanhar.

Agora, sim, agradecendo, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 17ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE “REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTE”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença da Senhora Senadora **Vanessa Grazziotin** e dos senhores Senadores **Delcídio do Amaral**, **Valdir Raupp**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Mozarildo Cavalcanti**, **Cristovam Buarque**, **Lobão Filho** e **Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. A Presidente convida a compor a mesa os senhores **Márcio Berbigier**, Coordenador Geral de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; **Carlos Lisboa Travassos**, Coordenador Geral da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; e Ministro **João Luiz de Barros Pereira Pinto**, Diretor do Departamento da América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores, que fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Mozarildo Cavalcanti**, **Randolfe Rodrigues**, **Cristovam Buarque**, **Vanessa**

Grazziotin e **Delcídio do Amaral**. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerra a reunião às doze horas, lavrando, eu, **Álvaro Araujo Souza**, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – **Senadora Ana Amélia**, Presidente em exercício

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 17ª reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A reunião de hoje se destina a dar andamento ao ciclo de audiências públicas da Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixa de Fronteira. Hoje será abordado o tema nº 4 de nossa agenda: questão indígena e fundiária.

Para contribuir com esse debate, foram convidadas as seguintes autoridades, a quem aproveito e convido para compor a Mesa: Sr. Márcio Berbigier, Coordenador Geral de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Sr. Carlos Lisboa Travassos, Coordenador Geral da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio – Funai; e Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

Antes de informar como será a norma de apresentação, queria agradecer imensamente a presença de nossos convidados pela gentileza de estarem aqui.

Informo que o tempo destinado à apresentação será de dez minutos, com uma tolerância de três minutos.

Após a exposição, concederemos a palavra aos Senadores e Senadoras para os esclarecimentos que considerarem necessários.

Então, antecipando os agradecimentos, passo a palavra ao Ministro João Luiz Pereira Pinto.

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Obrigado, Senadora Ana Amélia. É um prazer estar aqui nesta Comissão.

A rigor, como costume dizer, o papel do Itamaraty começa do lado de lá da fronteira. Nosso papel é sempre coordenar as ações decididas do lado de cá com os governos dos países vizinhos e das forças vivas de fronteira.

Nesse aspecto, o papel do Itamaraty tem sido, na questão de regularização fundiária, sobretudo, o de coordenar o apoio e a proteção aos interesses dos brasileiros que vivem nos outros países.

O quadro não é igual nos 17 mil quilômetros de fronteiras. Cada país tem uma legislação diferente. Por exemplo, o Paraguai, até cinco ou seis anos atrás, não tinha restrições à presença de estrangeiros na faixa de fronteira. Já a Bolívia, na Constituição, especifica que 50 quilômetros à beira da fronteira não pode haver estrangeiros radicados. A Argentina não tem uma lei única, cada província tem a sua legislação. Então, complica mais a situação. O Uruguai não tem restrição alguma. Então, essas restrições, essas peculiaridades de cada um fazem com que nosso trabalho não seja igual, não seja uma receita para a fronteira inteira. Não é aquela solução única para todos. Enfim, isso faz com que nosso trabalho de diálogo e negociação seja permanente. As legislações vão mudando também. São temas que, às vezes, não são constitucionais, são variados. O papel do Itamaraty acaba sendo mais de assessoria e de atendimento consular do que propriamente o de ator de definições de políticas. As políticas, na realidade, são decididas do lado de cá, e temos de coordenar para que não haja impactos negativos com o lado de lá.

Na questão indígena é ainda mais tênue a participação do Itamaraty, mas nem por isso menos importante, porque sempre são temas com grande conteúdo político. As diferenças de legislação são mais variadas do que no caso da questão fundiária, o que nos obriga a trabalhar mais, inclusive. Enfim, também é uma ação complementar, mais do que propriamente de mandato constitucional.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada ao nosso Diretor do Departamento da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, João Luiz Pereira Pinto.

Passo a palavra, por dez minutos também, ao Dr. Márcio Berbigier, Coordenador-Geral de Regularização Fundiária do Incra.

O SR. MÁRCIO BERBIGIER – Primeiro, desejo bom-dia a todos.

Eu coordeno essa parte de regularização fundiária pelo Incra, embora tenhamos uma realidade um pouco diferenciada na Amazônia, que é um programa que foi criado dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o programa Terra Legal.

Procurei trazer as principais informações para subsidiá-los. A apresentação é rápida, e vou pedir ao colega que vá passando. São algumas informações e

dados para subsidiar os Srs. Senadores com os elementos de que dispomos.

Linha de fronteira. Hoje são 150 quilômetros na linha divisória do território nacional, estabelecidos pela Lei nº 2.597, que ampliou de 100 para 150, que depois foram mantidos nas legislações subsequentes.

Objetivo: exteriorização da posse do Estado brasileiro e domínio público federal das terras indispensáveis à defesa do território nacional.

O próximo.

Aqui é um histórico das faixas de fronteira ao longo do tempo.

Começamos com a Lei Imperial, uma faixa de 10 léguas, que equivalem a 66 quilômetros, que depois foi ampliada pela Constituição de 1934 para 100 quilômetros e, depois, na de 1937, para 150. Depois, as legislações seguintes mantiveram essa faixa, hoje unificada em 150 quilômetros, que é a faixa de fronteira do território nacional.

O próximo.

Ali é uma imagem para verificarmos a evolução das faixas de fronteira ao longo do tempo. Eu procurei trazer alguns mapas com informações para melhor informar os senhores. Estão ali a primeira faixa, de 66, a de 100 e a de 150.

O próximo.

Aqui eu fiz um recorte por Estado, tentando mostrar as divisas de cada Estado na faixa de fronteira, nos 150 quilômetros. Então, com a Guiana e com Suriname, no Estado do Amapá.

O próximo.

O Estado do Pará também: com o Suriname e Guiana Francesa; Roraima: Venezuela e Guiana.

O próximo.

Estado do Amazonas faz divisa com três países: Venezuela, Colômbia e Peru. Estado do Acre, com a Bolívia e com o Peru; Amazonas, com a Bolívia.

O próximo.

Estão todos os Estados aí. Estamos ilustrando e depois isso vai ficar com os senhores.

Esse é o quadro do levantamento que temos sobre a situação da faixa de fronteira por Estado. Temos ali uma primeira coluna com os Estados, a área territorial total dos Estados e o que está em faixa de fronteira; o número de Municípios e, conseqüentemente, o percentual. Então, desses Estados, temos um total de área territorial de 541 milhões de hectares, sendo que, desses, 26,39% estão hoje na faixa de fronteira – segundo nossas informações, um total de 589 Municípios dos 5.565 que possui hoje o Brasil.

O próximo.

Um diagnóstico fundiário que procurei fazer com as informações principais.

O próximo.

Esse é o mapa – aqui está um pouco difícil de visualizar, porque realmente essa apresentação está... Mas aqui temos alguns Municípios, no Estado do Acre, que fazem parte do que chamamos Arco do Desmatamento. Então, dentro da faixa de fronteira... São aqueles Municípios que tiveram ações do Governo Federal para conter o desmatamento, uma série de ações integradas por vários ministérios. Nós temos hoje, pelos dados daqueles quarenta e poucos Municípios – não tenho todos de cabeça –, em torno de oito Municípios que estão na faixa de fronteira, totalizando 11 milhões de hectares.

O próximo.

No Acre... Esses que a gente tem são no Acre.

Aqui nós temos os projetos de assentamento distribuídos ao longo de toda a fronteira. O dado que temos hoje no Incra: são 1.048 projetos de assentamento de um total de 8,5 mil; em torno de 19,1 milhões de hectares de projetos de reforma agrária estão hoje na faixa de fronteira do Brasil.

O próximo.

Aqui eu fiz uma tabela para ilustrar um pouco, por Estado, a realidade dos assentamentos na faixa de fronteira. Então, desses 1,048 mil, temos aqui uma planilha que distribui um total de 126 mil famílias pelos Estados da faixa de fronteira.

O próximo.

Aqui são as áreas arrecadadas pela União, aquelas áreas arrecadadas na década de 70, principalmente pelo Decreto nº 1.164. Então, temos uma área total de 30 milhões de hectares que foram objeto de arrecadação pelo Decreto nº 1.164, que totalizam hoje algo em torno de 405 mil glebas. Boa parte dessas áreas já está destinada a áreas indígenas, a unidades de conservação ou a projetos de assentamento. Enfim, existe toda uma destinação das áreas públicas. Nós temos hoje no Brasil um total de 120 milhões de hectares de terras públicas federais arrecadadas. Desse total, restam ainda aproximadamente 55 milhões de hectares não destinados, que são o foco da ação do programa Terra Legal; mas, na faixa de fronteira, temos este número aqui.

O próximo.

Os imóveis certificados.

São aqueles imóveis que dão entrada no Incra para fazer a certificação da poligonal, para o Incra atestar que não se estão sobrepondo a nenhum outro constante de sua base de dados. Então, temos aí 3,9 mil imóveis certificados que totalizam hoje um montante de 15 milhões de hectares – isso na faixa de fronteira.

O próximo.

Os territórios quilombolas.

Nem todos os territórios quilombolas estão em nossa base – esse é um trabalho que está começando, não é um trabalho muito antigo, é um trabalho recente. Hoje nós temos em torno de dez territórios quilombolas em nossa base gráfica na faixa de fronteira. Totalizam uma área de 110 mil hectares, mas sabemos que há muitos territórios em relação aos quais as comunidades nem protocolaram o pedido de regularização no Incra. Portanto, não temos todos, mas sabemos que esse número é bem maior.

O próximo.

As terras indígenas: 196 terras indígenas num total de 42 milhões de hectares. Podemos ver que o grosso dessas terras indígenas está concentrado na região Norte – as principais estão na Amazônia e em Roraima.

O próximo.

As Unidades de Conservação Federais. Temos hoje na faixa de fronteira, 18 milhões de hectares destinados às Unidades de Conservação Federais. Cinquenta e quatro unidades estão localizadas nessa região.

O próximo.

Temos em torno de 30 Unidades de Conservação Estaduais. Quando falo “unidades”, refiro-me a todas aquelas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tanto as de uso restrito quanto as de uso sustentável. São 8,5 milhões de hectares em unidades de conservação estaduais na faixa de fronteira.

O próximo.

Aqui é um mapa que trouxe só para ilustrar, procurando colocar todas as categorias, mas como a imagem está numa escala muito pequena fica difícil visualizar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Você está considerando os 150 quilômetros?

O SR. MÁRCIO BERBIGIER – 150 quilômetros, exatamente. Esta linha é a linha dos 150 quilômetros. Aqui, na verdade, é a junção de todas aquelas outras categorias que eu havia mostrado anteriormente.

O próximo.

Regularização fundiária na faixa de fronteira. Procurei trazer um retrato por Estado, rapidamente... Aí, Senadora, a senhora me corrige no tempo se eu o estiver extrapolando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O relógio está lá.

O SR. MÁRCIO BERBIGIER – O próximo.

A regularização fundiária está baseada em três ações que o Incra hoje desenvolve, tanto o Incra quanto o programa Terra Legal: as ocupações rurais; as ocupações em terras urbanas, que são Municípios que estão localizados em terra pública – fazemos um processo de destinação dessas áreas urbanas para os Municípios, e a ratificação de títulos na faixa de fronteira –

aquelas regiões que os Estados titularam e, agora, a União precisa fazer a ratificação.

O próximo.

Aqui, o reconhecimento da ocupação: o princípio da regularização fundiária... No caso da Amazônia, trazer a segurança jurídica, a transferência do domínio do imóvel público para o particular, garantindo a segurança jurídica dos proprietários, o acesso a outras inúmeras políticas públicas.

Hoje os marcos regulamentadores na Amazônia Legal são estes: a Lei nº 11.952, os decretos que regulamentaram o rural e o urbano, e algumas portarias do MDA que tratam de questões internas.

O próximo.

Benefícios da regularização fundiária.

Não vou ler tudo, mas resumo: segurança jurídica, acesso a crédito e a assistência técnica, inclusão produtiva; enfim, uma série de outros benefícios que os regularizados estão tendo.

O próximo.

A regularização urbana é a transferência das áreas de domínio do Poder Federal para os Municípios – todas aquelas áreas urbanas consolidadas ou as áreas que estão em expansão urbana, também regulamentada pela Lei 11.952.

O próximo.

Ações em andamento hoje na faixa de fronteira.

Então, no Amazonas, nós temos 21 Municípios na faixa de fronteira. Dez Municípios têm glebas públicas federais. O resultado que a gente tem hoje do Programa Terra Legal é que 1.900 imóveis requereram o seu processo de regularização. Nós temos hoje em fase de regularização, desses 1.900... Temos um contrato de georeferenciamento que está em execução. Hoje nós temos concluído na nossa base 316 imóveis já prontos, já com a parte de georeferenciamento concluída, mas muito trabalho em campo migrando para a nossa base. Desses 316, há em torno de 150 processos que já estão na fase final de regularização. Isso dentro dos dez Municípios e dentro das glebas Curuquetê e Iquiri, que foi por onde o programa Terra Legal iniciou o seu trabalho.

O próximo.

Estado de Mato Grosso.

Dos 27 Municípios, nós temos 17 com terras públicas federais. Houve um pedido bastante inferior aos outros Estados: em torno de 124 imóveis requereram a sua regularização. Hoje nós temos em torno de 56 concluídos mais o trabalho que está em andamento e que estão todos em fase final para análise de titulação. Análise, se a pessoa é de boa-fé; enfim, todos aqueles procedimentos que estão descritos na 11.952.

O próximo.

Estado de Rondônia

Vinte e sete Municípios, 25 com glebas públicas federais. Acho que é o Estado que tem uma situação de complexidade fundiária bastante acentuada, em torno de 15.000 imóveis... Quinze mil e seiscentos imóveis requereram seu processo de regularização. Hoje nós temos, na base de dados, 950 já prontos e mais 1.500 que estão migrando para a nossa base de dados e que ainda não estão hoje em Brasília, na base de dados do Programa, mas sabemos, por informações de campo, que estão prontos.

E tem um pregão que foi assinado há pouco tempo, também está em fase de execução em todos esses Estados. Foi um pregão nacional que está trabalhando na questão da titulação.

Nós temos 40 títulos já emitidos, 300 processos em análise e, na área urbana, nós temos 13 áreas urbanas com geo. Elas estão em processo de análise ainda. É um pouco mais complicado porque, como foi um Estado em que o Governo Federal, na época militar, principalmente, estimulou muito a ocupação e emitiu muitos títulos provisórios. Hoje muitas áreas dessas se descaracterizaram e já se tornaram áreas urbanas. Então, quando a gente vai fazer uma titulação de uma área urbana hoje, por exemplo, em Rondônia, a gente se dá conta de que muitas áreas dessas já estão sobrepostas a títulos antigos e a gente tem de verificar a real condição desse título, se o proprietário cumpriu ou não cumpriu as condições resolutivas, enfim.

O próximo.

No Acre, são 22 Municípios na faixa de fronteira, nove com glebas públicas federais. Então, a mesma informação: 652 imóveis requeridos, georeferenciamento de 471 imóveis, titulação de 150 processos já em fase final. Temos seis áreas urbanas em fase de georeferenciamento... Já georeferenciados e em fase de entrega aos Municípios e uma área de doação já entregue a um Município do Acre – de que não lembro agora.

O próximo.

Roraima.

Dos 15 Municípios, 13 têm gleba pública federal. O Estado de Roraima é um pouco diferente. Nós temos um decreto que foi assinado em 2009 pelo Presidente Lula, regulamentado aquela lei de 2001, que transfere as terras ao Estado de Roraima.

Essa transferência está condicionada ao georeferenciamento e certificação das glebas e à exclusão de imóveis particulares, assentamentos, enfim. Hoje nós já conseguimos transferir, já temos oito glebas transferidas ao Estado, o que dá um total de três milhões de hectares. Temos várias glebas já georeferenciadas, em fase de certificação. Temos um convênio com o Gover-

no do Estado para apoiar o georeferenciamento não só das glebas, mas também de todas as ocupações que têm dentro dessas glebas e também das áreas urbanas. Nós temos nove áreas urbanas que estão aí em fase de doação também aos Municípios. E tem um acordo, para esse caso das áreas urbanas, em que o Estado está pedindo também um apoio da União para efetivar essas doações.

O próximo.

Estado do Amapá.

Oito Municípios totalmente ou parcialmente em faixa de fronteira. Lá também houve uma lei que transferiu as terras para o Estado; no entanto, ainda não está decretada. Nós estamos atuando lá em parceria com o Estado, já temos alguns convênios que expiraram em anos anteriores, e nós já conseguimos trabalhar na gleba Mata a Pique. É uma grande gleba do Estado, fazendo todo o perímetro e a regularização das ocupações.

Hoje nos estamos em negociação com o Governo do Estado do Amapá, aguardando a apresentação de uma proposta de convênio para apoiar o georeferenciamento e a regularização dessas áreas que estão inseridas dentro do processo de transferência ao Estado.

O próximo.

Aqui tem um quadro das principais parcerias que a gente tem. Hoje nós temos com Rondônia, com Acre e com Roraima convênios da União que totalizam um valor de R\$61 milhões. Desse total, R\$55 milhões são recursos da União que estão sendo repassados aos Estados para apoio nesse processo de regularização fundiária, aquele processo de regularização conjunta em parceria com os governos estaduais.

O próximo.

A ratificação é outra ação que a gente tem em faixa de fronteira. Hoje a gente tem uma norma interna que regula os procedimentos de ratificação, que é IN 63, que foi publicada também em 2010.

O próximo.

A ratificação dominial o que é? É um instrumento jurídico para confirmar o domínio federal sobre a faixa de fronteira e ao mesmo tempo proteger todas aquelas posses de boa-fé originárias do processo de titulação, *a non domino*, feito pelos Estados. Há alguns marcos reguladores... E aí o porquê da ratificação? Porque é necessário hoje convalidar todas as titulações estaduais feitas, dado o entendimento jurídico de que as titulações foram feitas indevidamente. Então, a gente hoje faz um trabalho de campo, buscando a ratificação de todas as posses de boa-fé.

O próximo.

Situação atual da ratificação hoje.

Nós temos requeridos, dentro do Incra hoje, em diversos Estados, em torno de 50 mil processos de ratificação. Cinquenta mil imóveis requereram sua ratificação nas superintendências do Incra. Trinta e oito mil estão no Paraná (a grande concentração), 107 Municípios, numa área de 1,5 milhão de hectares. Oitenta por cento desses imóveis estão hoje abaixo de 15 módulos fiscais, o que caracteriza o limite da média propriedade. Então, o instrumento é a Instrução Normativa 63.

O próximo.

O que precisa de ratificação são as alienações de terras devolutas efetuadas pelos Estados naquelas faixas de fronteiras.

O próximo.

Depois, se houver alguma dúvida... Isso já foi objeto de uma audiência nossa aqui, não é?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente.

O SR. MÁRCIO BERBIGIER – Então, também as alienações que o Estado podia fazer, em determinadas épocas, mas não obteve o assentimento do Conselho de Defesa Nacional.

O próximo.

Então, todos os títulos que deram entrada no Incra, até 2003, que são esses 50 mil, podem ser ratificados de acordo com o prazo estabelecido pela Lei 10.787.

O próximo.

Os pressupostos da IN 63... Depois, se houver dúvida, eu falo, a gente já apresentou isso numa outra reunião.

O próximo.

Dispensar o georeferenciamento, a ratificação atrelada aos registros e as ações que temos em andamento hoje.

Estamos iniciando o trabalho pelo Estado do Paraná. Temos o apoio da Univel e da Unoeste para fazer todo o trabalho de levantamento fundiário, mapas; enfim... Também temos um convênio com o Instituto de Terras do Paraná para fazer um cadastro gráfico de todas essas regiões que estão na faixa de fronteira, todos esses títulos estaduais, para realmente sabermos a origem desse trabalho todo. Os trabalhos de campo, estamos iniciando por aqueles Municípios ali: Perobal, Altônia, Peroba, Xambrê; enfim, todos aqueles Municípios.

Atualmente, nós temos hoje... Digamos, em fase de análise, praticamente concluídos, em torno de 1.800 processos.

O próximo.

Este é um quadro da estratificação que procurei trazer dos processos de ratificação para entender-

mos de qual público nós estamos falando. Então, nós temos uma estratificação. Fizemos uma amostragem de 12 mil processos no Paraná e temos que 43% são imóveis de até 15 módulos, que é o limite da média propriedade. Um imóvel acima de 15 módulos, quem é grande proprietário, temos apenas 0,7%.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Qual é a avaliação? Esse módulo está ali no...

O SR. MÁRCIO BERBIGER – Módulo fiscal.

Isso, módulo fiscal, que é variável de acordo com o Município, de acordo com a característica econômica.

E temos também uma restrição na lei que nos permite a ratificação de ofício, mais célere, para quem tem apenas um imóvel, nós temos hoje 46% das pessoas que têm até o limite da média propriedade com mais de um imóvel, ou seja, são detentores de dois ou mais imóveis, cuja área total, desses seus imóveis, não ultrapassa o limite de 15 módulos.

Esse um quadro só para ilustrar.

O próximo.

Dado o tempo, Senadora, eu fico à disposição. Procurei o máximo de informação que pude reunir, mas fico à disposição para dúvidas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Obrigada, Dr. Márcio Berbiger.

Agora eu passo a palavra ao Dr. Carlos Lisboa Travassos, Coordenador-Geral da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio, Funai.

O SR. CARLOS LISBOA TRAVASSOS – Obrigado, bom-dia a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP - RS) – Eu queria só esclarecer que sou Vice-Presidente desta Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira; o Presidente é o Senador Mozarildo Cavalcanti, que teria gostado muito de ver a situação de sua Roraima, apresentada aqui pelo Berbiger, mas ele está na relatoria, na Comissão de Assuntos sociais; então, por isso, estou, interinamente, presidindo os trabalhos.

É um esclarecimento necessário a ser feito.

Por favor, Dr. Travassos com a palavra.

O SR. CARLOS LISBOA TRAVASSOS – Aproveito também para dizer que o Presidente da Funai, Márcio Meira, não pôde comparecer.

Eu sou Coordenador-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato. Trabalhei muitos anos na região de fronteira, no Estado do Amazonas, e andei visitando essas outras regiões. Eu vou expor um pouco uma situação, principalmente relacionada à região da Amazônia, em sua faixa de fronteira, e a presença e a existência de vários povos – de índios isolados e de recente contato –, o que trará um pouco a história das expansões de nossas fronteiras.

Eu acho que essa política indigenista de hoje – e que, de alguma forma, a gente herdou toda a situação da expansão das fronteiras – vem junto com as linhas telegráficas, antes colocadas, e a localização de trabalhadores nacionais. Esse foi um trabalho realizado pelo SPI, em que ele arregimentou e fez contato com muitos povos indígenas, quando se identificou e se mapeou, localizando-se todos os eixos físicos que estariam constituindo nossa fronteira.

Enfim, acho que sou a pessoa mais nova aqui na mesa, mas estou falando de uma política que tem 100 anos e vem se concretizando.

A existência de povos isolados, sem contato com a sociedade, ainda permanece no Brasil. O Brasil também é o único País que tem – além de uma política indigenista consolidada dentro do próprio Estado – e reconhece, de forma correta, a presença dos índios isolados e a proteção desses povos que ainda existem e estão, principalmente, em regiões de fronteiras do Brasil.

Exemplo disso é a terra indígena Vale do Javari. Ela fica a oeste (extremo oeste do Amazonas) e próxima da fronteira Colômbia e Peru, onde se tem a maior concentração de povos indígenas isolados. Eu trabalhei lá por dois anos. É uma terra com oito milhões e meio de hectares, tem oito bacias, dentro da Bacia do Javari. A Funai realizou lá um trabalho muito significativo de proteção territorial e monitoramento desses povos.

Então, esse trabalho acompanha essa terra indígena há mais de 13 anos e tem resultados surpreendentes no que diz respeito à metodologia de proteção e de monitoramento dessas áreas. Quando a gente vive nessas regiões, a gente pode falar um pouco, com propriedade, sobre essa relação desses povos indígenas, que muitas vezes também têm sua mesma etnia do outro lado da fronteira. Mas o vínculo que eles têm de relação com Estado brasileiro é um vínculo histórico, que vem da história deles. Ou seja, eles lutaram contra os exércitos peruanos na consolidação desse espaço de fronteira. Hoje eles ainda mantêm comunicação com os povos da mesma etnia que estão do outro lado. Porém, toda essa relação de Estado é muito bem definida: você tem pelotões de selva, você tem os tiros de guerra e a presença massiva desses povos indígenas também dentro do Exército, mostrando o conhecimento dessas regiões. São regiões que não têm acesso terrestre, têm poucas pistas de pouso. No caso do Vale do Javari, só têm duas em oito milhões e meio de hectares com grandes extensões fluviais a serem percorridos.

Ao longo desse tempo, a gente foi desenvolvendo uma metodologia de monitoramento, inclusive de monitoramento participativo com os índios, com a co-

municação via radiofonia e tudo. Você consegue trazer dados bem consolidados de quem frequenta essa região, de quem explora essa região, de que tipo de ilícito ocorre ali? Quantos são? De qual natureza? E repassar isso às instituições que fazem esse trabalho em parceria com a Funai, com a Polícia Federal, com o próprio Exército e tudo mais.

Uma outra situação, que é bem significativa nos dias de hoje está na região do Acre, acima do Município de Feijó, Tarauacá, que vai da bacia do rio Purús até o Juruá. Ou seja, são mais de 1.060 km de interflúvios de rios que nascem em nosso país vizinho, o Peru. O Purús nasce no Peru, o Xinane nasce no Peru, o Envira nasce no Peru, o próprio Juruá. Enfim, é uma situação de fronteira em que você tem um acesso, muitas vezes cortando linhas secas, que vem dos outros Estados e entram no Brasil. Lá também existe uma presença massiva de povos isolados que defenderam esses territórios em todos os momentos da história, no período da borracha, no próprio período anterior da consolidação desses limites nacionais. Esses povos permanecem lá e, de alguma forma, há um monitoramento bem ostensivo sobre eles e sobre esse território. Ou seja, isso também é uma mesma situação sobre a qual você consegue trazer informações e ter percepções rápidas sobre qualquer invasão ou atividades ilícitas que viessem de outro país. Em regiões de difícil acesso, com pouca capacidade de monitoramento através de outras instituições. Não há essa especificidade de trabalhar em territórios que possuem populações indígenas das mais diversas naturezas.

Há situações, também, como a do Estado de Roraima, que é a terra indígena Yanomami, bem significativa, a maior terra indígena do Brasil. Hoje a gente está tentando reproduzir, recentemente, a mesma estrutura e o mesmo modelo de proteção dos índios isolados e de recente contato. Nessa terra indígena, há grandes desafios. Enfim, foi uma disputa política pela demarcação contígua ou não, na década de 80, o que trouxe significativos resultados e também significativos conflitos, como situações de morte de grupos indígenas inteiros e tudo o mais.

Então, o que eu queria passar bastante é que o monitoramento dessas terras indígenas em regiões de fronteira já vem sendo realizado em alguns locais, há mais de 23 anos, pela Funai. A base dos Xinanes, da Frente de Proteção dos Isolados, existe há vinte e três anos e fica a 24 km da fronteira. Então, é a presença do Estado que esteve por lá e que traz informação e conhecimento da história do desenvolvimento do próprio Estado do Acre; ao mesmo tempo, traz-se aí uma boa metodologia de monitoramento nessas regiões. Acredito que o grande desafio hoje é que essas

informações tenham uma transversalidade entre as instituições e que podem ser repassados, esse monitoramento, de forma bem consistente, para que as instituições possam trabalhar, no âmbito do Governo, nessa parceria. A gente sabe que o combate ao ilícito, o combate à invasão territorial brasileira, está dentro das atribuições de outras instituições. A Funai se coloca em um trabalho bem técnico dentro dessas áreas de difícil acesso com uma metodologia de monitoramento importante. Acredito que o desafio, agora, é exatamente o de azeitar essas comunicações, essas trocas de informações para o banco de dados e conseguir trabalhar com as outras instituições (Ministério da Defesa e mesmo Ministério da Justiça) para realizar um bom monitoramento de áreas muito extensas como essas terras indígenas nessa região de fronteira.

Acho que isso.

A SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu o agradeço muito, Dr. Carlos Travassos, representante da Funai nesta exposição mostrando a situação das áreas de fronteira.

Como disse, estou aqui, interinamente, representando nosso Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, nesta Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixa de Fronteira que examinou os problemas relacionados à questão indígena e fundiária na faixa de fronteira de 150km, conforme legislação brasileira. Vemos, ali, os Estados que têm maior número de Municípios. A Região Sul é a mais impactada. São 198 Municípios em faixa de fronteira no Rio Grande do Sul: mais da metade de todo o território do Estado. No Paraná, são 140 Municípios, em Santa Catarina, são 82 Municípios. Então, é uma situação que impacta sobre a situação da estrutura fundiária dessas regiões. Na Amazônia, muito mais ainda... Foi mostrado aqui o mapa de Roraima, do Senador Mozarildo, que é o Presidente desta Subcomissão de Amazônia e Fronteira, da qual estou, interinamente, como Presidente.

Quero colocar-me à disposição dos Srs. Senadores: do Senador Aloysio Ferreira, do Senador Mozarildo, do Senador Randolfe Rodrigues. Gostaria que questionassem nossos expositores e, antecipadamente, já agradeço a exposição feita por todos e que foram muito esclarecedoras.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero, primeiramente, me justificar e pedir desculpas aos expositores pelo atraso involuntário. Tenho certeza de que fui muito bem substituído pela Senadora Ana Amélia. Portanto, o que importa para esta Subcomissão (acho que ela deve ter frisado) é que tenhamos um plano nacional que não seja um plano de Governo, mas um plano de Estado para uma região tão importante. Se somarmos a Amazônia e a faixa de fronteira

são quase 70% ou mais do território nacional, fora a delicadeza de sermos vizinhos de vários países que, dizemos, têm problemas. Mas, se eles têm problemas, nós também os temos, por consequência. Às vezes, alguns dos nossos problemas também vão para lá. Tanto é que já fizemos três painéis anteriores dentro desse objetivo de produzir esse plano. Ficamos até felizes porque, no meio do nosso trabalho, a Presidenta Dilma decretou o Plano Estratégico de Fronteiras que, no meu entender, é um avanço. O Governo mostra que realmente as fronteiras têm uma importância vital para o Brasil como Estado. Vejam que os problemas que aconteceram no Rio de Janeiro, que ainda estão acontecendo, de narcotráfico e outros, não nasceram lá. Na verdade, tanto as drogas quanto as armas vêm de outros países e até passam pelos nossos países fronteiriços. Então, o que nós queremos, como Senadores da República, representando nossos países, é produzir realmente um plano, que agora já parte de um plano do Poder Executivo, que poderá ser aperfeiçoado e, creio, muito.

Tivemos um primeiro painel que tratou de Segurança e Defesa das Fronteiras; o segundo painel tratou de Desenvolvimento Econômico e Social; o terceiro tratou de Infraestrutura e, agora, este quarto que tratará da questão fundiária que não pode ficar desconectado da questão indígena. Então, entendo que é fundamental que tenhamos esse depoimento das autoridades. Em todos os painéis está o Ministério de Relações Exteriores, porque entendemos que não resolveremos esses problemas sem uma cooperação efetiva com os países vizinhos. Sobre esse plano, inclusive, que foi implementado agora, nós tivemos uma bonita explanação feita pelo Ministro da Defesa. Portanto, mostra-se – não diria que pela primeira vez – o que é feito, pois antes se fazia de maneira esporádica, por operações, e não de uma forma permanente. Então, se nós queremos, inclusive, proteger as comunidades indígenas que estão nessa faixa de fronteira, temos de ter um plano que seja de Nação.

Portanto, quero agradecer a presença dos expositores. Não tive a felicidade de ouvi-los, mas vou ter a preocupação de ver e ouvir a gravação e de consultar os dados. Obviamente, se precisar, esta Comissão quer contar com esclarecimentos adicionais. Não temos aqui uma vertente que tenha esta ou aquela tendência. O que temos uma vertente só: a que se preocupa com o País como Nação.

Quero agradecer e dizer que fico muito feliz de vocês terem comparecido e atendido nosso convite.

O último painel será, justamente, sobre as relações internacionais. Não por acaso foi colocado por último; mas porque, digamos, se nós temos um proble-

ma em Roraima, de comunidades indígenas na fronteira com a Guiana, do lado de lá é a mesma coisa. Nós temos um tratamento que considero melhor, mas eles têm outro tratamento. Mas os índios vão e vêm. Diria até que do lado brasileiro há muito mais índios que vêm da Guiana do que índios brasileiros que vão – se podemos dizer assim – para a Guiana. Isso acontece ao longo de toda a fronteira em que há comunidades indígenas. Então, espero que a gente possa colaborar.

Por exemplo, vou citar aqui a saúde, que eu não poderia deixar de falar, pois é parte minha, como médico. Na saúde, por exemplo, lá no Estado de Roraima, o hospital de Pacaraima, que é uma cidade vizinha com a Venezuela, atende muito, Senadora Ana Amélia, pacientes que vêm da Venezuela. O SUS não paga isso. É uma situação dramática. Como, eventualmente, só em caráter excepcional, alguém de Roraima vai para a Venezuela. A mesma coisa com a Guiana. Então, é importante. Estou falando de Roraima, mas isso se estende a toda fronteira. São 18 mil quilômetros de fronteiras. A Senadora Ana Amélia frisou aí Estados importantes como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso que estão com problemas seriíssimos. São problemas que reclamam a intervenção das autoridades estaduais. Ouvimos aqui, em depoimentos, que não há uma integração de ações entre a esfera federal e a esfera estadual, muito menos com a municipal – e o cidadão está lá no Município. Espero, portanto, que isso tudo que estamos colhendo aqui sirva para esse objetivo que já frisei.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Mozarildo. Quero agradecer a presença do Prefeito do Município de Selbach, Rio Grande do Sul, Rudi Seger. Muito obrigada por acompanhar esta audiência pública que trata de questões que interessam muito ao nosso Estado em relação à faixa de fronteira.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senadora Ana Amélia, Senador Mozarildo, nossos convidados: Ministro João Luiz, Dr. Márcio, Dr. Carlos Lisboa, quero abrir pedindo desculpas porque vou cometer um ato falho, uma gafe. Às terças e quartas, no Senado – a Senadora Ana Amélia e o Senador Mozarildo sabem disse –, nós temos de nos transformar em trinta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Devíamos ser clonados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Teríamos de ser clonados. Neste momento estou aqui para participar desta audiência importantíssima. Fui convidado pelo Presidente desta Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, mas, ao mesmo tempo, tenho

de correr ali para a Comissão de Constituição e Justiça porque há um projeto de minha autoria que preciso relatar e já está sendo iniciado, pois há um tema que também tenho de votar. Então, terça e quarta é um drama aqui para nós.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já pedi a V. Ex^a para relatar um de minha autoria também, mais um trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu o farei com muito prazer e com muita honra, Senador Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, quero cometer uma gafe, que será no seguinte sentido: vou fazer uma pergunta, vou deixar uma provocação ao Ministro João Luiz. Terei de sair e espero, ainda, ter tempo de voltar da CCJ para dialogar com V. Ex^a.

O Senador Mozarildo destacou o significado desta Comissão. A Amazônia e a faixa de fronteira são 70% do território nacional. Mas eu quero ir um pouco além disso. Se nos virmos o mapa e localizarmos a América do Sul, veremos que a Amazônia não é só 70% do território brasileiro, mas 60% do continente sul-americano. V. Ex^a, é lógico, tem consciência disso. Ao mesmo tempo em que somos amazônidas e somos tão próximos de países irmãos amazônidas, como o somos da França, pela fronteira que o Amapá tem com a Guiana Francesa, essa comunidade européia. O mesmo ocorre com o Suriname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Embora a Amazônia esteja tão próxima desse conjunto de países, que é boa parte do continente sul-americano, nós estamos muito distantes. Vejam – e o Senador Mozarildo deve confirmar isso – que, se quisermos sair de Boa Vista para Caracas parece-me que, de avião, tem-se que pegar um voo em São Paulo. Não é?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Manaus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Então, tem de ir a Manaus ou atravessar a fronteira de carro. Não há um voo de... A mesma coisa em Caiena. Não temos um voo regular entre Macapá e Caiena. Ocorre a mesma coisa com o conjunto dos países amazônidas e a Amazônia brasileira. E aí a provocação que faço, Ministro João Luiz, é nesse sentido. Parece-me que, ao mesmo tempo em que somos vizinhos do conjunto de países que constituem a chamada Pan-Amazônica, somos muito distantes. Na prática, acaba-se tendo mais relações da Venezuela com o Estado do Pará, mesmo que amazônida sendo, do que com o Estado de Roraima ou com Estado do Amapá. Há

mais relações... Veja, há 78 organizações, salvo melhor juízo, francesas, que têm acordos de cooperação com cidades e Estados brasileiros, Senador Cristovam. Nem um é com o Estado do Amapá ou com alguma cidade do Amapá, embora a gente esteja ao lado da França.

Talvez, quem tenha avançado um pouco mais nessas ações de integração, nos últimos anos, tenha sido o Estado do Acre. Então, essa é a provocação que faço. Mais uma vez, peço-lhe desculpas pela impertinência de ter que estar aqui com a necessidade de estar em outras comissões.

Não seria o momento de nós tentarmos avançar e tornar próximo o que é vizinho geograficamente (política e socialmente) e integrá-lo politicamente? Nós poderíamos ter ações, por exemplo, de constituição de linhas aéreas mais regulares entre eles? Há linhas aéreas em cada um desses países amazônidas e há linhas aéreas nossas, sem que tenhamos... Nós temos muita facilidade de sair de Macapá e ir a São Paulo, e muita dificuldade de sair de Macapá e ir a Paramaribo, a Caiena, a Caracas; enfim, vizinhos nossos.

Então, a provocação é nesse sentido. Acho que nós temos cada vez mais neste mundo – e me parece um acerto da política externa brasileira, já que durante muito tempo nossa política externa foi voltada para os Estados Unidos – de nos voltarmos para quem está do nosso lado. Era uma política externa sem se voltar para o sul, concretamente.

Esse é um avanço na nossa política externa. Estamos nos integrando e cumprindo um papel que é provocação do Brasil: o de cumprir o papel de ser liderança na América Latina. Mas para consolidar esse papel parece-me que seria necessário também que o norte de nosso País que, como foi dito aqui, corresponde a 60% do nosso território, ter concretamente mais integração com nossas nações vizinhas.

A SR^a PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vou sugerir ao Ministro João Luiz que responda a pergunta, porque ele é muito sintético e fala como jornalista – quase. Sugiro que ele leve em consideração a sua pergunta.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Posso só fazer um reforço? Na verdade é só para reforçar o que disse o Senador Randolfe. Até bem pouco tempo, na Venezuela, se dizia que a Venezuela e o Brasil viviam *de espaldas*, de costas um para outro. É verdade! Roraima que, por bem ou por mal, é o Estado que está encaixado dentro da Venezuela, nós de fato vivemos uma relação meio que de amor e ódio entre o Brasil e Venezuela. Então, é só para reforçar que realmente precisamos mudar essa política e ter realmente uma ação de integração mais forte com esses países fronteiriços.

A SR^a PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Ministro João Luiz.

O SR. JOÃO LUIZ – Muito obrigado. Realmente é uma provocação. É uma provocação e curiosamente é uma provocação muito tempestiva porque está havendo, neste momento, justamente...

A SR^a PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E recorrente também, não é?

O SR. JOÃO LUIZ – (...) uma reunião dos delegados do Tratado de Cooperação Amazônica e dia 22 de novembro vai haver uma reunião de Ministros dos países do Tratado da Bacia Amazônica.

De fato, as dificuldades de comunicação, de infraestrutura são enormes. Mas são recorrentes e não é apanágio nosso brasileiro.

Sempre conto o caso de um colega meu que teve uma reunião em Bogotá. E, dois dias depois, tinha uma em Paramaribo. Ele teve de ir à Holanda para chegar a tempo, porque não havia conexão aérea, terrestre ou marítima possível que lhe permitisse chegar a tempo.

A SR^a PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Inacreditável.

O SR. JOÃO LUIZ – Então, isso é um fato. Nós, aqui em Brasília, temos apenas um voo direto para outra capital na América do Sul, Montevideu. Até há pouco tempo, havia um para Lima, mas foi cancelado – e os voos cheios –, não entendo por que isso. Para Buenos Aires, também havia um voo direto, também vivia cheio. Foi cancelado.

Então, às vezes, os interesses das companhias não são exatamente os interesses, vamos dizer, da população, porque não dá para entender como os voos cheios não justificam a manutenção desses voos.

Fora esses problemas, também os nossos tempos (falo do administrativo entre os países) às vezes são muito lentos. Temos agora uma ponte pronta ligando Guiana Francesa ao Amapá, e se esqueceram de fazer as instalações para a Receita Federal, Polícia Federal.

Eu me lembro de um subsecretário da América do Sul que, no primeiro dia de suas funções, recebe um expediente que era sobre a ponte sobre o rio Tacutu. E ele disse: “Meu Deus do céu, há trinta anos, quando eu entrei no Itamaraty, esse foi o primeiro assunto de que eu cuidei”. Então, os fatos muitas vezes andam muito devagar.

Agora, o que acho mais importante nessa questão toda é que, de fato, nós nos conhecemos muito pouco. Na América do Sul, nós vivemos muito em cima de estereótipos e o desconhecimento é muito grande.

O Senador Mozarildo, comentou a questão de amor e ódio do seu Estado com a Venezuela. Isso se repete em praticamente todas as fronteiras. Mas o que acontece é que... Eu sempre cito o caso... Eu tenho

dois filhos. Um deles, antes de vir para o Brasil fazer vestibular, estudou história da América do Sul na Argentina; o outro tinha estudado aqui. E um dia eu vejo os dois discutindo a Guerra do Paraguai. Eram guerras diferentes...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Pior se outro tivesse estudado no Paraguai.

O SR. JOÃO LUIZ – Aí eu ia voltar a ser engenheiro, porque não ia poder gerenciar essa discussão em casa.

Mas o fato é que nosso desconhecimento – e isso é uma coisa muito curiosa – não é só entre brasileiros e hispano-americanos; eles, os hispano-americanos, também se conhecem muito pouco.

Então, uma das grandes vertentes da nossa política – e aí estou me referindo à América do Sul, não estou me referindo à política externa brasileira – seria fazer um esforço em prol da integração e divulgando mais nossas realidades, porque o que acontece é que somos construídos em cima de estereótipos. Em geral, estereótipo não é positivo: argentino é brigão; paraguaio favorece o contrabando; nós somos os macaquitos. Enfim, na realidade, isso acaba nos afastando. Então, esses esforços de integração que, na realidade, muitas vezes vêm de esforços promovidos pelas comunidades de fronteira, eles têm que ser construídos mais sobre a realidade e menos sobre o imaginário.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito bem colocado porque vai além da questão da logística da comunicação e da integração física. Essa, talvez, seja a mais relevante nesse processo. Não adianta a gente tentar uma aproximação exterior, material, e não ter essa relação íntima da cultura e da história dos países fronteiriços. Então, estamos ainda de costas como diz o Senador...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu queria fazer um adendo. Só para apresentar um dado.

Em 2006, o então Governador de Roraima, Otomar Pinto, foi fazer uma visita ao Presidente da Venezuela Hugo Chávez. Eu fui na comitiva.

O Presidente Hugo Chávez... Como o Governador é brigadeiro-do-ar, Hugo Chávez o recebeu fazendo continência “mi General”. Na conversa, ele deu uma longa aula de história e geografia e disse uma coisa: “Governador, o senhor não é do mesmo partido que Lula, mas diga para Lula olhar mais para os vizinhos, porque nós – ele estava falando por todos os hispânicos – vemos o Brasil como um grande império. Aliás, só o Brasil foi império. Então, nós vemos os brasileiros como imperialistas.

Realmente, essa visão que é histórica. Como o senhor falou: a história contada de um lado é de um jeito

e a história contada de outro... Imagine, como disse o Senador Cristovam, se fosse o Paraguai que contasse a mesma história. É verdade que precisamos nos unir mais, discutir mais e, quem sabe, construir uma história aproveitando ambas as versões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – Que esta Comissão sirva de instrumento para isso, Senador Mozarildo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Srª Presidente, só um questionamento ao Dr. João Luiz.

A reunião da Organização do Tratado Amazônico está prevista para Manaus, se não em engano, nos próximos dias 22 e 23 de novembro.

Eu queria, Presidente Mozarildo, Senador Cristovam e Senadora Ana Amélia, deixar uma sugestão para nossa Subcomissão. Primeiro, acho fundamental dialogarmos com o Itamaraty e esta Subcomissão estar presente e participar ativamente da reunião da Organização do Tratado Amazônico em Manaus na data em que está prevista. Penso que é importante o contato com o Itamaraty e estarmos presentes. Acho que poderíamos avançar no sentido de chegarmos ao encontro – há pouco tempo, mas esse é um desafio para esta Subcomissão – de chegarmos à reunião da Organização do Tratado Amazônico com um documento com contribuições e com sugestões.

Quero concordar plenamente com o Ministro João Luiz que esse é um problema antigo nosso. Nós, na América do Sul, no século XIX nos envolvemos até um uma guerra, mas não nos conhecemos. Temos uma dificuldade enorme e esse é o grande desafio de nossa integração. Não nos conhecermos e temos exemplos diversos. Estávamos falando aqui dos povos indígenas... Há um povo na fronteira do Amapá, o povo Uaça. Metade dele está na França, na Guiana Francesa. Metade da população está no Amapá. Eles desconhecem a fronteira europeia, a construída pelos europeus. Eles se integram e se relacionam desconhecendo a fronteira.

Eu acho que esse é um bom exemplo, ressalvada toda a constituição do Estado nacional há duzentos anos e a formação das fronteiras. Mas esse é um exemplo de integração a que tínhamos de nos inspirar mais. Primeiro, temos que nos conhecer. Para a Amazônia, Senador Mozarildo, esse desafio é maior. Se nós encontrarmos três jovens: um que estudou no Paraguai, outro que estudou na Argentina e um que estudou no Brasil, para falar sobre a Guerra do Paraguai, nós vamos encontrar controvérsias. Eu acho que a integração, no Sul do Brasil, com os irmãos latino-americanos é mais avançada. Para o norte do Brasil, com os irmãos sul-americanos, o desafio é muito maior.

Então, quero propor, acho que... Senador Mozarildo e Senadora Ana Amélia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – A Presidência, em nome do Presidente Mozarildo, acolhe a sua sugestão.

Vamos fazer um requerimento e encaminhar ao Ministério das Relações Exteriores sua proposta porque ela é extremamente prática.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeito, para participação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – Exatamente. Em função até desta subcomissão estar envolvida diretamente nessas questões. Isso seria o ideal para essa interação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E acho que podíamos pensar até lá em ações concretas de contribuição para esse encontro.

Eu falei aqui da integração de linhas aéreas, de um esforço dos Estados nacionais nesse sentido. Eu penso que há outras ações que poderíamos debater para levar como contribuição para esse encontro.

Muito obrigado, Presidente Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – A Presidência acolhe e vamos tomar providências com o apoio do Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Srª Presidente, Srs. Palestrantes, lamento não ter assistido às palestras porque estamos correndo de uma Comissão para a outra. O assunto é tão importante que o Senador Mozarildo me ligou ontem chamando-me a atenção.

Estamos aqui em um debate sobre a Amazônia. E, na Amazônia, o problema indígena e fundiário...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – De fronteira...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – (...) mais a Comissão de Defesa Nacional e de Relações Exteriores. Então, vou tirar proveito da presença de vocês para discutir além do aspecto amazônico, fundiário e indígena. Quero discutir o problema das fronteiras – creio que não há problema. Eu vou listar aqui uma quantidade de itens que devem orientar as nossas discussões sobre o problema das fronteiras no Brasil. A minha primeira pergunta é se vai faltar algum item ou se algum desses itens não merece ser considerado.

O primeiro problema que considero é o problema político interno de cada País. Quando a Bolívia entra em crise, temos uma crise na fronteira e isso pode forçar migração em massa, como se chegou a pensar, em certo momento, há alguns anos. Quando um país faz relação especial com outro país, de fora

do continente, isso nos cria um problema na relação privilegiada. Vamos dar um exemplo genérico da Venezuela com a Rússia ou com Irã, da Colômbia com os Estados Unidos... Então, esses são os problemas que digo políticos internos.

O segundo é um problema de tráfico – que é crescente: tráfico de armas, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, tráfico de trabalhadores. O terceiro são os interesses pessoais e familiares que vão se criando nas fronteiras: casamentos trans-fronteiriços, a própria migração... Eu a credito como problemas de interesses pessoais e familiares as migrações. O outro são os direitos das etnias que tocam diretamente aqui dentro à possibilidade de termos fronteiras novas e que são fronteiras com etnias. Para terem uma idéia, neste momento, estamos tendo um problema no Distrito Federal. Há uma área no Distrito Federal que pertencia ao Estado do Distrito Federal e que foi vendida. Lá existe um grupo indígena que está há algumas décadas por razões religiosas, sobretudo. É um problema que temos de considerar. Ou seja, cria-se uma fronteira.

Não podemos ignorar, como ouvi na rádio hoje, dizendo: “esse pessoal está defendendo apenas um local por razões espirituais.” São importantes as razões espirituais, culturais. Como é que a gente vai fazer com as nações indígenas? Muitos nem gostam que a gente use essa expressão... Mozarildo mesmo não gosta, mas vamos usá-la entre aspas ou não. Então, os problemas internos das etnias. Outros são as disputas de recursos naturais, sobretudo a água que existe na fronteira, por debaixo da terra atravessando as fronteiras. E, finalmente, as marcas históricas, as negativas e as positivas. Com o Paraguai, por exemplo, temos uma marca – não podemos ignorar – histórica negativa. Por isso, fui tão favorável a mudar os preços de energia no caso de Itaipu. Claro! É uma opção correta e custou pouquíssimo ao Brasil, financeiramente, e pode trazer um retorno muito importante do ponto de vista psicológico. Então, eles listei um, dois, três, quatro, cinco, seis problemas.

Eu gostaria de saber de vocês que são da área – embora não especificamente, porque aqui está um de regularização imobiliária; outro que é de proteção territorial da Funai – como estão vendo esses seis? A outra questão é em qual desses seis vamos ter mais problemas? No problema fundiário indígena? Na Amazônia, especificamente... E esse é o maior problema que a gente tem... Ou a gente pode vir a ter problemas mais sérios... E eu estou falando de perspectiva de longo prazo com os outros países por algumas dessas razões que coloquei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PT – RS) – Agradeço-lhe, Senador Cristovam. Como as ques-

tões foram mais diretamente relacionadas à questão indígena, eu começaria com o Dr. Travassos para dar a sua resposta e, eventualmente, com o comentário do Márcio.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Ana Amélia, em primeiro lugar, quero pedir desculpas a V. Exª, porque, assim como o Senador Cristovam, também cheguei atrasada. Nós estávamos votando projetos, o Senador Mozarildo também. Eu apenas questionaria se não é o caso – não sei se o Senador Mozarildo já falou – de falarmos e ouvirmos depois nossos convidados, de falarmos todos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós estamos já respondendo, porque eles são muito rápidos nas respostas, objetivos. Mas V. Exª, por necessidade, pode fazer pergunta...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não, não... Que continue no ritmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós fizemos assim e foi muito rápido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – São três minutos para cada um, e a gente resolve.

O SR. CARLOS LISBOA TRAVASSOS – Eu acho que foram muito bem pontuados esses três pontos. Eles trazem alguns eixos que são realmente bem significativos dentro dessa questão da esfera indígena. Eu acho que, de alguma forma, Senador, os seis pontos afetam bastante isso. Como me justifiquei agora há pouco tenho um maior conhecimento nessa região da Amazônia, pois trabalho na Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato e observo uma grande presença desses povos nessas regiões fronteiriças.

Enfim, quanto às políticas internas de cada país e o reflexo que decorre nos países vizinhos, ou seja, alguns problemas internos que a gente consegue detectar nos nossos países vizinhos e se refletem nas regiões de nosso país, eu acho que traz um elemento muito importante, que nem o Ministro havia falado, que são as diferentes legislações, as diferentes formas de os Estados vizinhos tratarem algumas questões.

Então, quanto à questão indígena, esse é um ponto muito importante para ser analisado e que sejam feitas essas aproximações das políticas nacionais da questão indígena de ambos os países. Por mais que se tenha uma visão – como o Senador colocou – de que os países vizinhos nos vejam como imperialistas; na verdade, o que se tem foi um processo colonial que atingiu todos os países. Enfim, mais uma história que realmente nos iguala aos países quanto à ação colonialista e à diferente forma de constituição dos Estados Nacionais, dos seus Estados de Direito, colocando a

questão indígena de forma diferente: a questão do direito ao território, o reconhecimento quanto a ser um Estado pluriétnico e multicultural.

Eu acho que a legislação de 1988 trouxe uma grande maturidade na forma de colocar esses direitos e na forma como ela entendeu todo esse processo de constituição do nosso Estado na assimilação dos povos indígenas.

Eu acho que em 88 se percebeu que a perspectiva que existia da relação do Estado Brasileiro com os povos indígenas (muitas vezes autônomos e tudo o mais) teve a maturidade suficiente para reconhecer que a constituição do nosso Estado poderia ser também pluriétnica e multicultural e não apenas um Estado puramente hegemônico, no sentido da própria formação do tipo brasileiro, da constituição do perfil da identidade nacional.

Então, acho que essas relações são bem nítidas quando você tem em um outro país talvez alguns pontos, alguns conflitos internos que acabam gerando muitas vezes deslocamento de grupos indígenas que têm a mesma etnia e estão em ambos os lados da fronteira, diversas formas de se relacionar tanto com um Estado quanto com um outro. Então, acho que essas experiências desses povos que existiam nessas regiões e que depois se constituíram em Estados Nacionais, essas experiências existem, têm de ser trabalhadas de preferência de forma binacional: com ambos os setores, as instituições de cada Estado, convergindo, trocando informações e trazendo pautas importantes para a resolução dos problemas como a questão da saúde, a questão de ilícitos que ocorrem naquela região; enfim, se é a propagação de contaminação.

Então, tudo isso é importante. Você tem no Peru, por exemplo, uma intensa atividade não só de petróleo, que é uma atividade regular e reconhecida, como tem atividades também que fogem do controle do próprio governo peruano, como a extração de madeira irregular, tráfico de drogas e tudo o mais. E o mesmo você vai identificar em alguns locais no Brasil como nessas regiões de fronteira. De alguma forma, isso vai resvalar, sobre essas terras indígenas, nos conflitos que os povos indígenas estão sofrendo do outro lado. Essas situações nós conseguimos identificar ao longo desses anos, principalmente na esfera dos índios isolados dessa região, que é uma região de difícil acesso e de difícil acesso à informação sobre o que ocorre lá.

Enfim, acho que os demais pontos, como a questão de subsolo, essa discussão também entra na esfera da questão indígena, porque, dentro das terras indígenas ou embaixo das terras indígenas (no subsolo) você tem uma concentração de recursos e riquezas naturais onde há interesses de exploração e que, às

vezes, podem ser explorados tanto de um lado quanto de outro da fronteira. Então, também aí recai sobre uma relação binacional de como isso vai ser trabalhado.

As marcas históricas negativas trazem também as populações indígenas. Os Caingangues, no Estado de Roraima e no Amazonas, participaram dessas disputas territoriais e foram utilizadas nesse processo de delimitação das fronteiras. Essas populações guerrearão nessas fronteiras também. Isso traz também um histórico que a gente não levanta e não reconhece. Às vezes, a gente não olha para nossa história, não levanta fatos da nossa história para entender o presente e ter perspectivas para o futuro. Muitas vezes é fácil colocar sobre algumas populações indígenas uma sombra sobre o que seria a segurança e a integridade nacional, enquanto a história desses povos e a relação que eles têm com o nosso Estado trazem muitos conhecimentos para podermos olhar para o presente e para o futuro também.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigado.

V. Ex^a está satisfeito, Senador? (Pausa)

Senadora Vanessa. (Pausa)

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Considero que os seis pontos levantados pelo Senador Cristovam são agudos. Eu só não colocaria dois deles como potenciais problemas e vou dizer por quê.

Problemas familiares na fronteira, muitas vezes, são solução; não problemas. Problemas familiares *latu sensu*, digamos países-irmãos, sim, são problemas. Mas os problemas familiares na fronteira muitas vezes são soluções. Uma situação que tínhamos com o Paraguai foi resolvida porque o Presidente da Câmara de Vereadores, de um lado, era casado com a Presidente da Câmara de Vereadores do outro lado. Enfim, acabou resolvendo. Então, os problemas familiares é uma coisa importante para a fronteira, mas eu não considero um problema. Eu acho que, ao contrário, acaba resolvendo muitos outros problemas.

Disputas de recursos naturais.

Na realidade, o que está acontecendo é que, ao percebermos esses fatos da natureza, ao contrário, estamos nos aproximando mais. Um exemplo que dou é o caso do Tratado Aquífero Guarani. O que aconteceu? Quando, nas Nações Unidas, se começou a discutir os recursos naturais trans-fronteiriços os países do Mercosul acordaram e rapidamente decidiram criar um grupo para... Enfim, o objetivo, em português simples, era fazer uma declaração: O aquífero é nosso, nós gerenciamos. E isso está ocorrendo em outras áreas. Então, a disputa de recursos naturais é algo que vejo mais como, enfim....

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Fator de integração.

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Fator de integração, porque é mais co-gestão desses recursos. São dois pontos que não considero problemáticos; considero-os, ao contrário, positivos no sentido da integração.

Bom, com relação às etnias.

Acho que já foi amplamente comentado e não tenho a agregar.

Marcas históricas.

Marcas históricas é uma coisa curiosa. Por exemplo, quando a gente se senta para negociar com um uruguaio, nós temos de nos lembrar sempre de que o Uruguai não se separou da Espanha; separou-se do Brasil e da Argentina. Era a Província Cisplatina. Então, é algo que está sempre presente quando a gente se senta para falar com um uruguaio. Eles se separaram de nós... Essas marcas históricas ainda estão presentes. E quando a gente se senta para conversar com um boliviano e um peruano, a questão da saída ao mar tem de estar presente sempre, mesmo que não nos afete diretamente. Mas a gente tem de entender a posição deles. Então, marcas históricas é uma questão que ainda pesa muito. Nós tivemos a sorte de ter um chanceler que resolveu as questões de fronteiras, mas os nossos vizinhos praticamente todos eles têm questões de fronteira.

Inclusive, enfim... Uma coisa que comento sempre é que a vocação brasileira de diálogo, consenso e negociação é tão forte que somos o único país no mundo que tem um diplomata no seu dinheiro, na moeda. Hoje em dia é a moeda de cinquenta centavos. Antes já foi uma denominação mais importante. Mas, enfim, outros países têm pessoas que foram diplomatas, mas não que foram só diplomatas, como é nosso caso.

Tráfico é um problema seriíssimo, independente de qual o tipo: armas, drogas, pessoas – e que está crescendo. Esse é o que eu acho que tem o potencial de trazer maiores dificuldades na integração fronteiriça nos próximos anos, porque é um exercício que não adianta ser feito de um lado só, tem de ser coordenado com ações do outro país. E aí enfrentamos a falta de recursos de muitos deles, a falta de capacitação de quadros deles; enfim, a falta de informação. E a política interna é uma questão que nos afeta, queiramos ou não. Dou o exemplo da Bolívia que, recentemente, com uma decisão interna de realocar, de incentivar as migrações internas, acabou afetando brasileiros morando no Pando e que nós tivemos de fazer um esforço de governo – inclusive, o Congresso foi muito atuante nesse aspecto – para resolver a realocação dessas famílias brasileiras, sobretudo na região do Acre.

Então, em minha opinião, Senador, a política interna dos países é o que continuará a criar as maiores dificuldades no processo de integração.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Ministro João Luiz.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. Eu quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Mozarildo, em especial, pela oportunidade de debater um assunto tão importante em relação à questão das fronteiras, que são os problemas fundiários e indígenas. Talvez seja um dos maiores problemas que nós temos na nossa região. Uma questão estruturante.

Eu ouvi falar, o Ministro João Luiz falava a respeito, agora, sobre tráfico. Nós sabemos que este Governo lançou, há pouco tempo, um Plano Nacional de Segurança nas Fronteiras e que tem como um dos objetivos principais não só levar segurança, mas impedir a entrada de drogas. Nós sabemos que o Brasil não é um Estado, não é um País produtor de drogas; portanto, ela vem de algum lugar. Hoje vem muito mais do Peru do que da própria Colômbia – por uma série de ações que aconteceram num passado recente na Colômbia. O Peru está ali, ele pega toda a fronteira dele com a região Amazônia e hoje é o estado, segundo informações que temos, maior produtor de drogas.

Haveria um Seminário Internacional sobre Fronteiras, agora em novembro, lá em Tabatinga, naquela tríplice fronteira: Brasil, Colômbia e Peru. Fica no Estado do Amazonas. O seminário foi transferido para o ano que vem.

Eu quero aqui, Senador, fazer uma sugestão para que esta Comissão de Relações Exteriores, juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Regional, que façamos um pleito para ter uma participação ativa, porque ir poderemos ir, somos todos convidados, recebemos convite, mas para termos uma participação ativa. Eu vou apresentar o requerimento para esse seminário que ficou para o ano de 2012; portanto, ano que vem. É algo extremamente importante, mas eu não vou falar sobre isso.

Eu quero fazer alguns comentários rápidos sobre estes dois assuntos: questão fundiária e indígena. Há uma polêmica... Primeiro há de se ter um tratamento diferenciado quanto à política de fronteiras para as regiões diferentes. Está aqui o mapa. Eu tinha sentado ali, mas me trouxeram um impresso daquele mapa que ali está. Olhem, os Estados do sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, chegando até mesmo ao Mato Grosso do Sul, e a quantidade de Municípios que têm. E olhem lá em cima, na Amazônia, a densidade populacional do Brasil: 22 habitantes, aproximadamente, por

quilômetro; a densidade demográfica de Roraima, dois habitantes por quilômetro; a do Amazonas 2,2 habitantes por quilômetros. Mas a gente pega lá a Cabeça do Cachorro, lá em cima, que é o único Município, São Gabriel da Cachoeira, chega a menos de um habitante por quilômetro quadrado, população eminentemente indígena. Aliás, o prefeito do Município é indígena também, pela primeira vez. No Município de São Gabriel da Cachoeira, mas de 90% da população é indígena.

As políticas são diferenciadas, têm de ser diferenciadas. Eu costumo dizer que o Brasil deve muito a esses brasileiros que vivem nessas regiões com muitas dificuldades, mas isolada completamente dos avanços tecnológicos que o mundo nos proporciona. Vivem com muita dificuldade, mas vivem. Então, o Estado Brasileiro tem de dar todo o apoio possível.

Demarcação de terra indígena é o problema.

Eu acho que há muitos questionamentos que não deveriam...: terras indígenas serem demarcadas nas fronteiras. Repito minha opinião, eu acho que terra indígena tem que ser demarcada a partir de um laudo antropológico, onde tem índio e não onde a gente quer que se demarque. Onde eles vivem... Nós sabemos que eles têm características nômades, eles andam muito, por isso o tamanho das terras indígenas. O que não significa dizer que a demarcação das terras indígenas impeça a ação das Forças de Defesa Nacional.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Agora... Depois da decisão do Supremo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Depois da decisão... Sim, mas mesmo antes. A Constituição não proíbe. Eram práticas vindas não sei de onde e sob a orientação de quem? Mas a Constituição nunca proibiu, mesmo porque a terra indígena não é terra de propriedade dos índios, ela é terra de propriedade do Estado brasileiro, sob usufruto dos índios.

Senador, nós falamos muito, mas nós temos que procurar regulamentar melhor, porque de fato há uma lacuna muito grande, o uso da terra. Não é só para extração mineral que há projetos. Aí o petróleo... Logo, logo nós vamos ver que está tendo muita pesquisa de petróleo na região e vai ser encontrado petróleo, não tenho dúvida alguma. Geologicamente, as características do Vale do Amazonas, do rio Amazonas, são muito parecidas com as do Orinoco, que é um dos maiores produtores de petróleo do mundo na Venezuela. Então, precisamos regulamentar. Mas, então, eu quero primeiro dar esta minha opinião: eu acho que o erro não é não demarcar, tem que demarcar, mas tem que garantir a presença do Estado ali e procurar fazer com que haja uma convivência pacífica, de respeito, harmoniosa, entre militares e indígenas nessas áreas.

Em relação à questão fundiária, eu quero fazer uma pergunta... Tem um outro requerimento e a gente deve fazer uma outra audiência só para debater isso. Mas, desde já, eu gostaria de ouvir rapidamente a posição dos senhores em relação a uma grande polêmica que é a limitação para aquisição de terras por parte de estrangeiros, que já existe na lei brasileira. Houve, criminosamente, um parecer da Advocacia-Geral da União, há uns dez, Senadora Ana Amélia, há mais de dez anos, houve um entendimento da Advocacia-Geral da União – AGU – no sentido de... Segundo ela escreveu, mudou-se a Constituição que passou a tratar empresas brasileiras e empresas estrangeiras de igual forma, também em relação ao acesso à propriedade da terra não há de ter diferença. Por conta disso, declarou, sem ter poder nenhum, inconstitucional a lei. A AGU! E aí havia necessidade de ter livros especiais para registro de propriedades por estrangeiros em cartório. Tudo isso acabou... O Brasil, que já não tinha controle, passou a não ter nenhum, absolutamente nenhum. E hoje o tem uma volta: passou a ser regulamentado novamente, com muitas críticas. Eu quero dizer que sou favorável, sim, a que haja um limite. Em todo mundo é assim, em todos os países do mundo é assim. Por que no Brasil não vai ser? Na Amazônia, principalmente, porque só a propriedade da terra já dá um valor muito maior do que aquele valor fundiário. As riquezas que elas concentram ali e o serviço que naturalmente elas prestam, como por exemplo, o serviço ambiental.

Então, eu quero ouvir a opinião dos senhores a respeito dessa questão de o Brasil, o Estado brasileiro, ser duro quanto ao acesso de estrangeiros e limitar esse acesso por parte de estrangeiros a terras brasileiras.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senadora, como é uma coisa específica, a questão fundiária, eu queria que o Dr. Márcio Berbigier, do Incra, desse a resposta à sua colocação e lhe informando também... V. Ex^a fala do seminário... Qual é o organismo que está encarregado dessa reunião?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – É o Governo brasileiro: Ministério da Justiça do Brasil e de vários outros países fronteiriços. É oficial e sobre segurança em fronteira. Seminário internacional. Vamos fazer um requerimento em conjunto.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Anteriormente, o Senador Randolfe Rodrigues, a propósito da informação dada pelo Ministro João Luiz, da Organização do Tratado da Bacia da Amazônia, que vai acontecer em Manaus, no dia 23 de novembro deste ano, abordou a participação desta Subcomissão neste evento. Então, vamos acrescentar que seja antecipado

o seminário para este ano, sugerindo... Ou que haja uma participação mesmo no ano que vem...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – São duas coisas: uma é a reunião da Pan-Amazônia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Já está.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – E a outra é o seminário, que seria este ano e foi adiado para o ano que vem. Vai ser um grande seminário, talvez o maior, o primeiro e maior evento específico sobre segurança, envolvendo todos os Estados. Isso é muito importante! Importante não só para a nossa região, mas para o *crack* e para tudo, Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência, em nome do Senador Mozarildo, acolhe sua sugestão. Vamos preparar um requerimento da Comissão e encaminharemos os dois: o da reunião da área de Relações Exteriores, do Pacto do Tratado da Bacia Amazônica, que vai ser em dezembro, e o do ano que vem, que é na área de segurança e essa questão toda do tráfico de drogas na área de fronteira.

Transfiro agora a palavra ao Dr. Márcio para responder às questões levantadas pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. MÁRCIO BERBIGIER – Eu vou me permitir iniciar a resposta pela colocação do Senador Cristovam. Com relação... Eu acho que tem um ponto, daqueles que ele levantou, que tem uma relação direta com a questão fundiária, a meu ver, que é a questão dos recursos naturais, embora o nosso colega de Governo tenha colocado que não seria um problema e sim um aspecto positivo no processo de integração.

Hoje a gente sabe, como bem colocado pela Senadora, que o problema fundiário hoje na faixa de fronteira é um problema estruturante e tem muita relação, principalmente na região da Amazônia, com a valorização dos recursos naturais que temos no território da Amazônia. Há necessidade de ter uma ação efetiva de regularização da situação fundiária dessas áreas da Amazônia e que não é uma situação simples. É uma situação extremamente complexa e que existe a necessidade de frentes múltiplas de atuação com relação a isso.

Uma coisa que eu me esqueci de colocar... Acho que é um processo interessante e estamos começando a fazê-lo também. Em alguns Estados já estamos mais avançados, como é o caso da Amazônia; noutros um pouco menos, como é o caso de Mato Grosso do Sul, que estamos iniciando este ano: é a digitalização de todo acervo fundiário que os Estados têm dentro de seu Estado, inclusive na faixa de fronteira. Isso é

para sabermos e conhecermos, efetivamente, de forma mais detalhada, a realidade da nossa faixa de fronteira. É papel do Incra todo esse processo de ordenamento da estrutura fundiária nacional. Nós estamos com algumas ações no sentido de conhecer melhor essa estrutura, principalmente na faixa de fronteira. Não é só a regularização. Nós temos muitas áreas, por exemplo, devolutas na faixa de fronteira ainda, que não foram arrecadadas e que a gente está hoje com o processo de arrecadação. O Caso do Acre, temos lá – eu não sei de cabeça – milhões de hectares que estão em fase de arrecadação. É necessária essa arrecadação, no meu entendimento, para que nós possamos ter um controle sobre a ocupação desse território. Não dá para termos uma ocupação descontrolada do território. Há um assédio muito grande ao nosso recurso natural e, consequentemente, se não tivermos essa questão resolvida, será uma porta de entrada, às inúmeras ocupações irregulares. Cito aí os inúmeros casos de grilagens de terras que há, principalmente no território norte. Na região de fronteira, principalmente no norte, onde nós não temos uma ocupação controlada e devemos ter uma segurança jurídica, no caso de regularização.

Entfim, há uma forte evidência da ocorrência desse tipo de problemas. Então, entendemos, sim, Senador, que é um papel nosso e estamos fazendo todo o esforço de priorizar nossas ações de regularização do território na faixa de fronteira, mas não de forma isolada. Eu acho que o senhor coloca isso de forma bastante clara. A integração com os Estados, a parceria com os Estados, com os outros órgãos do Governo Federal para estar fazendo um processo de regulação da ocupação de forma integrada com as terras indígenas, com as unidades de conservação, ela se mostra fundamental. Então, há uma discussão estruturante de quais as categorias de ocupação que precisamos preservar também nesse território.

Com relação à aquisição de imóvel por estrangeiro, não é diferente. A gente tem uma porta de entrada importante, que são 150 quilômetros ao longo da faixa de fronteira. Bem, Senadora, o parecer Geraldo Quintão que, se não me engano, foi de 90 e poucos – não me lembro exatamente –, ele atribuiu qualquer empresa brasileira, independente da participação ou não em capital estrangeiro, a isenção da regra para aquisição de imóveis. Então, se eu sou um cidadão brasileiro, mas tenho 0,1% de participação em uma empresa de capital estrangeiro, eu estaria isento de estar submetido à lei para autorizar que imponha os limites e tal. Isso abriu um enorme buraco, na minha avaliação, no controle do nosso País com relação à aquisição de imóveis por estrangeiros.

Nós tivemos um lapso temporal que a gente não reconhece. Os cartórios não nos informaram, porque não eram obrigados, e a gente não conhece. Felizmente, em 2010, esse parecer foi derrubado e hoje qualquer empresa brasileira, com participação de capital estrangeiro está, sim, submetida à legislação também. Então, a gente tenta retomar o controle. Eu sou favorável, Senadora, respondendo, a minha posição é favorável a nós termos um controle. Não é restrição, mas precisamos estabelecer limites e ter controle sobre a entrada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Tem restrição.

O SR. MÁRCIO BERBIGIER – Exato... Tem restrição. A lei tem restrição. Nós temos um controle sobre esse processo de aquisição de imóveis por pessoas estrangeiras e brasileiros com participação em capital estrangeiro.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito ao Dr. Márcio Berbigier.

Senadora Vanessa, veja, este é um tema, como tantos outros, bastante complexo e não pode ser tratado de maneira igual. As questões amazônicas, com sua realidade do patrimônio ambiental e mineral do subsolo amazônico, as reservas indígenas, os parques nacionais e toda a biodiversidade ali existente diferem muito do Rio Grande do Sul, meu Estado.

Veja só naquele mapa: apenas aquela parte branca não é área de fronteira. São 198 Municípios de área de fronteira e muitos não estão – digamos – no conceito de área de fronteira, exatamente pela extensão e tamanho territorial do Estado. São os Estados que têm o maior número de Municípios em área de fronteira. No Rio Grande do Sul, 198; no Estado do Paraná, 140 e, no Estado de Santa Catarina, 82.

Então, esses Estados ficam comprimidos do ponto de vista de investimento, porque a legislação hoje é restritiva. Então, concordo com o Dr. Márcio de que é preciso um marco regulatório nesse aspecto e que seja claro, seja seguro e dê uma segurança jurídica àqueles empreendimentos. Até porque não é coerente. O Brasil (o Governo, o Presidente) vai para fora, atrair capitais estrangeiros para vir fazer investimentos no Brasil e tem limitações que são concernentes.

Então, a Amazônia não tem a mesma realidade do Rio Grande do Sul em matéria dos interesses nacionais e de soberania – apenas para esclarecer. Também há informação de que, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senadora Vanessa, eu fiz um requerimento, que já foi aprovado, exatamente para uma audiência pública sobre a questão da compra de terras por estrangeiros. Isso foi motivo de matérias que saíram no Brasil e que mostravam, exatamente,

o a falta de comida no mundo. Então, evidentemente, como este País tem uma capacidade de produção muito grande, o único que tem fronteira agrícola ainda disponível, atrai capital chinês, capital do Oriente Médio, europeu, enfim... Esta é uma matéria realmente muito séria e que tem de ser tratada com muita responsabilidade por todos nós.

Agradeço a Senadora Vanessa pela atenção e passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Querida Presidenta, Senadora Ana Amélia, quero cumprimentar o Dr. João Luiz, cumprimentar o Márcio Berbigier, cumprimentar o Sr. Carlos Lisboa Travassos.

Infelizmente, eu tenho participado pouco desta Comissão, até porque ela tem funcionado às terças-feiras, pelo menos na maioria das vezes, e acaba coincidindo com a Comissão de Assuntos Econômico que eu presido. Eu venho acompanhando o trabalho do Senador Mozarildo, já há muitos anos, ele que é um especialista nessa questão de fronteiras, nessa questão fundiária e também discute, com muita profundidade, com muita autoridade, com muito zelo as questões indígenas e também organizações não governamentais. Ele tem uma história muito forte, além de outros temas que aqui trata; mas, intensivamente, o Senador Mozarildo tem sido, talvez, uma referência no Senado especialmente com relação a esses temas.

Eu trabalhei... Sob o comando do Senador Mozarildo, nós trabalhamos em uma Subcomissão... Em uma Comissão Temporária, melhor dizendo, de questões indígenas. Andamos pelo Brasil: fomos a Maro Grosso, fomos a Rondônia, Mato Grosso do Sul, andamos pelo Paraná, pelo Rio Grande do Sul, por Santa Catarina, estudando essas questões. E, evidentemente, cada Estado tem uma especificidade.

Nós estivemos em Rondônia alguns meses, depois daquele triste acontecimento na Reserva do Roosevelt, que trouxe uma série de desdobramento para aquela Região, constrangimento e uma série de problemas. Estivemos em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, meu Estado. Andamos lá na região de Eldorado, na Região de Itaquirai. E dentro do que a Senadora Ana Amélia disse: “cada Estado tem uma particularidade”. Eu não podia deixar de vir hoje aqui até porque nós estamos fazendo essa reunião na quarta-feira e o Senador Mozarildo me mobilizou para vir aqui falar sobre este assunto. Mas eu queria, primeiro, começar sobre a questão de área de fronteira. O meu Estado, Mato Grosso do Sul, faz fronteira com dois países: com o Paraguai e com a Bolívia. Eu mesmo sou nascido de uma cidade que está a 15 km² da divisa com a Bolívia, a Cidade de Corumbá, minha Terra Natal. Cidades

importantes de Mato Grosso do Sul, como Corumbá, também ficam na fronteira com o Paraguai.

Eu já fui, muitas vezes, procurar Ministérios... Há anos e anos, o Ministro Ciro Gomes me disse, era o então Ministro da Integração, que já estava se estudando um projeto para a região de fronteiras. Eu, pacientemente, aguardei. Depois, me disseram que nós seríamos procurados por alguns secretários do Ministério da Integração; infelizmente, não o fomos. A realidade é a seguinte: o Governo não estruturou nenhuma política consistente para a Região de Fronteira. Não estou falando só deste Governo não, mas de todos os governos que passaram. E o Brasil não resolverá uma série de problemas que afligem nosso dia a dia, inclusive nos grandes centros, se nós não tivermos uma política de fronteira.

Eu mesmo, através do Ministério da Justiça, nós montamos uma base – e eu trabalhei duro em cima disso – no sentido de, lá no assentamento do Itamarati, colocar uma base com a Força Nacional, utilizando aqueles veículos aéreos não tripulados, os VANTs. O Ministro, à época, era o Ministro Tarso Genro, hoje Governador do Rio Grande do Sul. E qual era o trabalho desse contingente? E para que esse modelo funcionasse... Eu não sei se mudaram o nome agora, mas chamaram-no Pefron, naquela época. Era um projeto que integrava a Força Nacional, que integrava a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, o Departamento de Operações de Fronteira lá do meu Estado, Mato Grosso do Sul. E esse projeto visava o quê? Monitoramento de fronteiras. Ou seja, atacar a questão do contrabando, do narcotráfico, a questão da sanidade animal, Senadora Ana Amélia, porque o nosso Estado é um Estado de fronteira seca. Portanto, vai animal de um lado, vai animal do outro. E todos nós em Mato Grosso do Sul sabemos o pesadelo que foi a febre aftosa. Agora eclodiu um outro foco de aftosa dentro do Paraguai.

Então, esse foi o primeiro movimento. Nno meu ponto de vista, tímido ainda, porque há, inclusive, um problema de integração com as demais forças, para a gente não falar que existem ciúmes com relação à atribuições de cada um ali na Região de Fronteiras.

Os VANTs, parece-me, agora decolaram. Ficaram um tempo lá estacionados e aparentemente decolaram agora. A última crise que eu acompanhei era a dificuldade para comprar combustível. Existia uma dúvida cruel: comprar pelo Ministério da Justiça ou fazer licitação? Quer dizer, era uma coisa extremamente relevante em função dos objetivos maiores desta operação.

Bom. E assim foi feito... Só que não adianta nada! Só atacar... Quero aqui cumprimentar o Deputado Alcides Bernal o Presidente do PP, Deputado ilustre (do

partido de nossa querida Senadora Presidenta, Ana Amélia, que aqui nos acompanha também), um homem ativo, competente e que bem representa o nosso Estado. Não atacaram a origem... E a origem qual é, Senadora Ana Amélia? É criar um projeto de desenvolvimento na Região, econômico e social. Qual é a vocação de cada Estado que faz fronteira com o Paraguai, com o Uruguai, com a Argentina, com a Bolívia, com o Peru, com a Venezuela e assim por diante. Qual é a vocação dessa região de fronteira? Quer dizer, como é que nós podemos aproveitar vocações intensas, de determinados Municípios que estão ali na região de fronteira, para que nós criemos perspectivas para as pessoas que lá vivem e essas pessoas não venham a ser capturadas pelo crime organizado? Não há um programa! São ações espasmódicas. Eu não estou dizendo que isto acontece em todos os Estados, mas na grande maioria, sim. Ações espasmódicas em que se procura focar o turismo de compras, o turismo contemplativo, o turismo ambiental, os arranjos produtivos locais tais como, por exemplo, os da erva-mate, como é lá na Região de Ponta Porá... Mas não existe um projeto integrado!

Então, nós estamos atacando a consequência, mas não estamos atacando a origem. Eu estive agora com o Ministro Fernando Bezerra, recentemente, para tentarmos convencer o Governo... Tem tanto PAC, tem tanto Programa de Aceleração do Crescimento... Por que não há um Programa de Aceleração do Crescimento para a Região de Fronteira? Sem o qual nós não resolveremos programas graves que afligem o Brasil, especialmente no que se refere à segurança pública. E nós vamos agora (nesse novo) trabalhar novamente nessa nova proposta.

Senadora Ana Amélia, eu acabei apresentando um projeto aqui no Senado para tentar dar um tratamento específico à Região de Fronteira. Não só olhando a Questão do Desenvolvimento; mas, pelo menos, agindo naquelas áreas que são intrínsecas a um mandato de um parlamentar: com relação à educação, reconhecimento de cursos, ensinos de idiomas, utilização de equipamentos comunitários como saúde. Nós não podemos adotar em hospitais, que estão em região de fronteira, o mesmo valor de SUS de outros estados brasileiros que não estão na região de fronteiras! Nós atendemos, com nossos hospitais, nossos países vizinhos: nossos irmãos paraguaios, bolivianos, uruguaios e assim por diante.

Por isso, nós temos que ter um tratamento diferenciado: o ir e vir, principalmente nas regiões de fronteira e as facilidades que nós precisamos promover para as pessoas que ali vivem. Ou seja, um cem números de ações para, efetivamente, estimular essa integração

que, para nós, é absolutamente fundamental e estratégica. Está aí o MERCOSUL, que nós precisamos investir nele porque ele traz resultados. Evidentemente, nós temos enfrentado muitas dificuldades, mas sem dúvida nenhuma é um projeto, é um processo que tem que continuar.

Portanto, eu vejo com muita preocupação... E vou ser muito sincero, Senadora Ana Amélia: estão subestimando as fronteiras. Depois não reclamem o que acontecer na região de fronteira.

Subestimam! Por exemplo, sanidade animal. Os Estados Unidos acabaram com a aftosa no início do século passado. Senadora Ana Amélia, a Senhora sabe o que os Estados Unidos fizeram? Resolveram erradicar a aftosa, investindo no Canadá e no México. E o papel do Ministério das Relações Exteriores é absolutamente fundamental nesse processo também.

Portanto, é uma ação integrada de vários ministérios, mas, principalmente, capitaneada pelo Ministério das Relações Exteriores. Estabelecer políticas comuns entre os países vizinhos.

Eu sei que não é fácil isso, eu sei que não é fácil isso!

Nós tivemos... Eu ouvi e acompanhei aqui – não tive a oportunidade porque estava em outra comissão, já que eu era Relator de vários projetos – e ouvi rapidamente o Dr. João Luiz falar quanto a termos uma referência: o Barão do Rio Branco.

Aqui, como sempre, com aquele nosso complexo de “vira lata”, como dizia Nelson Rodrigues... Outro dia ouvi um pessoal tentando desqualificar o Barão do Rio Branco... Ele construiu e desenhou todas as nossas fronteiras sem nenhuma crise. Nenhuma crise...

Lá na minha Região, Corumbá, ele foi tão competente que, quando se discutiu a fronteira, ele fez uma volta, saiu da fronteira líquida, pegou as reservas de manganês e minério de ferro e voltou outra vez. Competente! E muita gente querendo desqualificar o Barão do Rio Branco. Nós não temos uma querela fronteira com nenhum país, mas é sempre a vontade de desqualificar!

Bom, então, dito isso, Presidenta, Senadora Ana Amélia, eu queria agora abordar mais dois assuntos – eu não vou me estender por muito mais tempo. Eu sou um apaixonado por isso. Senador Mozarildo me ensinou essas coisas todas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Grande mestre.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas eu virei apaixonado até porque sou de um Estado fronteiro. Um dos dois assuntos é (estou vendo aqui o Márcio): regularização fundiária. Esse é um problemão! Eu estive agora como Dr. Richard, que

trabalha no Ministério do Desenvolvimento Agrário. É o mínimo, Dr. Márcio, que nós temos de fazer para levar tranquilidade a essa região de fronteira. Quantas pessoas... Isso afeta etnias indígenas, isso afeta produtores rurais. Muita gente aqui, Senadora Ana Amélia... Porque tem muita gente que vive de costas para o Brasil, como diz o Milton Nascimento. Vive no litoral. Brasileiros... Vivem de costas para o Brasil. Tem uma música do Milton Nascimento que fala isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Brasil real.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Brasil Real. E esse é o Brasil Rel. Aliás, como diz um amigo meu, Brasil profundo. Brasil profundo...

Essa questão da regularização fundiária é absolutamente necessária e indispensável. Indispensável! Agora começamos arrastar a barriga... Eu estive com Dr. Richard, vamos começar agora um processo de regularização fundiária lá em Mato Grosso do Sul, lá na região de fronteira. Finalmente, aqueles processos infundáveis, intermináveis, lá no Incra, aquela burocracia ibérica extraordinária! Então, agora nós estamos acordando para a digitalização, para uma série de coisas que já estão batendo na nossa porta há décadas e a gente rejeita, não aceita, porque estamos ainda na época do carimbo, da assinatura – aquelas coisas todas. Essa é uma questão fundamental e um pleito de todos na região de fronteira.

Ai nós vamos entrar na questão indígena. Eu estive agora, recentemente, com o Ministro José Eduardo Cardozo. Foi o Presidente da Assembleia, foram várias lideranças... Meu Estado enfrenta uma situação completa sob o ponto de vista de etnias indígenas.

Existem áreas que já foram demarcadas e que hoje são super populosas e que, portanto, nós temos que encontrar uma saída. Existem deficiência grandes no que se refere à educação. A saúde indígena... Inclusive, a saúde indígena agora foi transferida. Criou-se uma Secretaria para cuidar especificamente das saúde indígena. A Funai é absolutamente desapetrechada para fazer o serviço que lhe compete. A Funai tem dificuldades enormes para desenvolver o trabalho que é objeto de sua criação. Ao mesmo tempo, assim como existem áreas demarcadas super populosas, existem outras áreas que estão em processo de demarcação com os antropólogos da Funai trabalhando nessas propriedades. Quero aqui registrar que Mato Grosso do Sul foi colonizado em função de um programa vigoroso, do Presidente Getúlio Vargas, de colonização do centro-oeste. Lá existem famílias que lá foram estabelecidas e têm a titularidade da terra. Transferiram-se para lá gaúchos, catarinenses, paranaenses... Povos de vários Estados que foram lá se estabelecer e ali cria-

ram gerações e ali produziram. De uma hora para outra, diante de uma realidade como essa, acompanham com preocupação o trabalho dos antropólogos. E por que estou dizendo isso? Porque, a partir do momento em que há um trabalho nesse sentido, o que acontece, Senadora Ana Amélia? Primeiro, os bancos não financiam mais nenhuma produção e, quando querem financiar... Existem cartas, inclusive do Ministério Público, orientando os bancos, as instituições financeiras a não implementar nenhum financiamento

Estivemos com o Ministro José Eduardo Cardozo há dois meses. Foi feito um trabalho gigantesco, em Mato Grosso do Sul, no sentido de estabelecer claramente o seguinte: áreas que estão demarcadas precisam se expandir? É aquisição pura e simples de terra. Pagando o quê? Pela benfeitoria e pela terra nua. Ponto! Não é o art. 231 da Constituição. É área demarcada e se precisa de área nova para que as etnias indígenas sobrevivam. Nós temos, na região de Dourados, verdadeiros campos de concentração indígena, que nós temos que resolver.

Então esse é um assunto já absolutamente esmiuçado. O outro... São áreas em que há estudos que indicam ser historicamente propriedade indígena e que serão fruto de um estudo de uma comissão criada pelo Conselho Nacional de Justiça, presidido pelo Ministro Peluso, para que, nos casos em que houver dúvida de caráter jurídico, nós encontrássemos uma saída e encontrássemos uma solução para acabar com esses conflitos. Que estão promovendo o quê? Divisão, enfretamentos, conflitos, indefinições – inclusive sob o ponto de vista de perspectivas futuras – não só para nossas etnias, mas para os produtores rurais também. Para os produtores rurais também...

Nós somos o Estado que tem a segunda população indígena do Brasil. As etnias indígenas... Sua história se mistura com a nossa história. Nós tivemos os guaicurus que conosco enfrentaram Solano Lopez na Guerra do Paraguai. Portanto, nós precisamos de uma solução, e o Governo subestima esse conflito. Nós estamos pedindo uma audiência, há quase dois meses, para já apresentar o trabalho e definitivamente encontrar uma solução racional. E essa solução, Senador Mozarildo, tinha sido indicada quando V. Ex^a comandava aquela Comissão Temporária, baseado inclusive em experiências do Rio Grande do Sul, onde, se houvesse uma área tradicionalmente indígena, o governo usava o art. 231 para pagar a terra nua, e a União, juntamente com o Estado – e foi feita uma legislação específica para isso –, indenizava as benfeitorias. Portanto, nós resolvíamos isso naturalmente. Nós estamos há sete anos, depois dessa trabalho que foi feito, e até agora avanço zero! Portanto, está na hora de acordar, está

na hora de fazer um PAC de Fronteira, um PAC ecumênico, colocando os Ministérios diretamente envolvidos nisso e, segundo, resolver essa questão da regularização fundiária e a questão indígena. Não dá para esperar mais! Estão subestimando e, daqui a pouco, vai acontecer um problema gravíssimo!

Para concluir, Raposa Serra do Sol.

Eu acompanhei de perto. Estivemos lá em Roraima, em Boa Vista. Boa Vista que eu conheci quando diretor da Eletronorte. Estava mexendo com o parque térmico de Boa Vista. Lá, no julgamento de Raposa Serra do Sol, o STF estabeleceu uma série de diretrizes. Se essas diretrizes foram seguidas, nós temos um bom caminho para definitivamente afastar essas crises associadas a questões indígenas. Mas nós precisamos fazer cumprir, seguir a receita de bolo que o STF delineou. Mas, infelizmente e aparentemente, as coisas não caminham.

Para terminar, resolver essa questão mineral (que é o outro problema) na região de fronteira; empresa nacional, empresa multinacional; quem pode, quem não pode; se só vai ficar empresa constituída aqui no Brasil para explorar e produzir minérios e discutir, definitivamente, a questão de mineração em áreas indígenas. Está lá a reserva do Roosevelt... Eu fiquei impressionado com a África do Sul. Na África do Sul, o diamante sai... Ele aflora, está a 20cm da superfície. E lá, na reserva do Roosevelt, é a mesma coisa. Então, nós precisamos avaliar isso com coragem, com ousadia, mas com espírito público. E sabendo defender nossa cultura, nossa história, mas, acima de tudo, sabendo defender nosso povo, nossa gente e nosso País.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Delcídio, pela forma como abordou a questão. Eu queria também renovar o cumprimento à presença do Deputado Alcides Bernal, do Mato Grosso do Sul e do meu partido, também agradecer a presença do Prefeito de Selbach, lá do interior do Rio Grande do Sul, Rudi Seger.

Tudo que V. Ex^a falou aqui parece que o senhor assistiu a todas as audiências feitas nesta Subcomissão, porque ela é o resumo, perfeito e acabado, da constatação de que a área de fronteira no Brasil é a mais vulnerável em todos os aspectos: um verdadeiro queijo suíço. Cheio de buracos, desde a questão sanitária, a questão animal, com impacto violento não só sobre seu Estado, mas sobre toda economia brasileira, sobretudo em um País que é o segundo maior exportador da cadeia produtiva de carnes. Assim, quando entra a aftosa, fecham-se todas as portas para toda essa cadeia produtiva com um impacto violento. Mas

não é só isso. Como disse V. Ex^a, há o cidadão fronteiriço que está a ver navios em relação à assistência.

Eu tenho citado aqui nesta Comissão (nosso Ministro João Luiz tem tido a presença constante) o Município de Santana do Livramento, que V. Ex^a conhece. De um lado, a fronteira seca, uma avenida que nos separa de Rivera, no Uruguai. Então um gaúcho que mora em Livramento, para fazer uma hemodiálise, ele poderia fazer a 100m, 200m de sua casa. Ele precisa andar 250Km, em uma ambulância da Prefeitura Municipal, para fazer em Santa Maria, porque não pode fazer do outro lado da rua. Exatamente pela burocracia... A falta de um entendimento fronteiriço mais adequado às necessidades da população o que acaba por interferir na má qualidade do atendimento para ele. Seria muito mais barato. Mas não há como o Prefeito pagar esse tratamento de hemodiálise ou qualquer outro tratamento de alta complexidade em Rivera que dispõe e tem ociosidade de atendimento.

Então, Senador Delcídio, esse é apenas um pequeno exemplo, isso sem falar em todas as outras mazelas que V. Ex^a já abordou.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Pela ordem, Senador Ana Amélia, só para fazer um registro. Pontaporã, Deputado Alcides Bernal o conhece muito bem, tem uma avenida central que divide o Paraguai do Brasil. Aí, do outro lado, o comércio é opulento, pagando “isso daqui” e esvaziando o comércio do nosso lado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– É igual também na fronteira do Rio Grande do Sul.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– A Petrobrás, minha querida Petrobrás, minha ex-casa, colocou um posto do outro lado da avenida, que compete com todos os outros postos do lado brasileiro. Tenha paciência! Será que um negócio tão óbvio como esse não merece uma atenção para a gente mudar?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E quem mora em Pontaporã não pode comprar a gasolina da Petrobrás do outro lado. (Risos.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Quem sofre é quem investiu do lado brasileiro... É igual, Senadora Ana Amélia, minha cidade de Corumbá. De um lado, Porto Quijarro... O pessoal faz compra em Porto Quijarro. Aí aproveita, bota combustível, faz tudo e volta. E o comércio da minha cidade? Então...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Empregos perdidos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Pelo amor de Deus! Outra vez citando Nelson Rodrigues: é difícil explicar o óbvio. É uma coisa complexa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Também temos esse problema porque o Uruguai

tem a política de *free shops*. Então, evidentemente, o senhor imagina o que acontece com cidades como Jaguarão, como Quaraí, como Livramento, como Aceguá e todas as outras que estão na fronteira. Isso representa um prejuízo enorme porque o comércio do lado brasileiro – gaúcho – tem dificuldades enormes porque é uma concorrência desleal e até predatória. Então, o que estamos querendo? Por uma lei, criar o mesmo tratamento de lado de cada fronteira. Isso seria o ideal. Mas, como V. Ex^a diz, é difícil mudar a cabeça, a mentalidade e vencer a burocracia.

Senador Delcídio, eu queria depois passar as respostas para completar.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– É só mesmo, na verdade, para complementar e aduzir um caso. Em Roraima, por exemplo, nós temos a energia elétrica que vem da Venezuela. Quando nós estivemos com o Presidente Chávez, ele disse que venderia gasolina subsidiada para Roraima, quer dizer, para o Brasil, para atender Roraima. E é muito fácil fazer... O Governador, na época, fez um estudo sobre qual era o consumo histórico de Roraima todo durante, digamos, os últimos cinco anos. E nós propusemos que a Petrobras importasse essa gasolina e vendesse lá em Roraima. E a Petrobras não quis... E o Presidente Lula se dispunha, mas disse: “Não... Se for fazer para Roraima, nós vamos ter que fazer para o Rio Grande do Sul, vamos ter que fazer para o Paraná. E por que não faz?”

Não é um grande estímulo para a faixa de fronteira?

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É essa a integração real.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Então, não consigo entender se a Petrobras, de fato, está preocupada com o Brasil ou com outra coisa.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Ou com a lucratividade. Mas é bom as duas coisas.

Então, agora convido, agradecendo a colaboração valiosa dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, que preside esta Subcomissão, e do Senador Delcídio Amaral.

Passo a palavra e dou três minutos para as respostas de cada um, especialmente porque envolveu, primeiro, a questão fundiária; depois, a questão indígena e por fim a questão diplomática, porque é questão de política.

O SR. MÁRCIO BERBIGER – Eu vou me ater mais às questões fundiárias que foram levantadas – e bem levantadas – pelo Senador Delcídio. Só para fazer também uma correção aqui. Era para o Richard, que é o Diretor de Ordenamento Fundiário, eu o havia convidado para estar presente. Eu sou o substituto dele, a gente trabalha junto. Então, Richard está em uma

audiência no Maranhão, razão por que ele não pôde estar presente aqui. Mas, com relação a essa questão fundiária, não tenho muito mais o que acrescentar ao que o Senador Delcídio já acrescentou.

Entendemos, temos pleno acordo com as palavras do Senador, quanto à necessidade urgente de trabalharmos o tema fundiário, principalmente nas faixas de fronteira, que é um tema extremamente complexo. Alguns Estados bem mais complexos do que outros. No caso do Paraná, por exemplo, em que as titulações estaduais têm sobreposições, conflitos históricos no passado, gerando mortes por conflitos agrários. Aí a necessidade de termos toda essa faixa regularizada.

Felizmente as contribuições do nosso nobre Senador, no sentido de ajudarmos a formalizar efetivamente o convênio para a digitalização. Acho que é um grande avanço. Nós estamos com aquele histórico lá todo em papel, coisas históricas que precisamos colocar tudo em meio digital para reconhecê-las de fato – como eu já tinha falado antes aqui. Então, essa ação da digitalização é, a meu ver – e no nosso entendimento –, extremamente estratégica, porque ela é a origem de todo o processo de formação da estrutura fundiária feita pelo Estado.

Então, concordamos plenamente, Senador. Estamos tentando priorizar boa parte de nosso orçamento, boa parte de nossas superintendências, potencializar nossa capacidade operacional também, para tratar-mos dessas questões da faixa de fronteira, que são diferentes, não é?

Existem, no mínimo, uns cinco tipos de irregularidades diferentes e postos hoje na faixa de fronteira para que sejam resolvidas. Uma delas é a ratificação; a outra é a destinação de áreas para os Municípios que ainda não conseguiram, como no caso principalmente da fronteira norte, que eu já citei. Temos mais de 77 Municípios hoje que estão inseridos dentro de áreas públicas federais.

Outras são as ratificações feitas pelos Estados; outras são as desapropriações que o Incra teve que fazer no passado para minimizar os conflitos agrários que tinham lá e que a gente hoje está tendo de concluir esse processo de regularização fundiária com a titulação e a transferência definitiva desses domínios.

Concordamos, Senador, e estamos à disposição e queremos fortalecer cada vez mais essa política por entender a prioridade e a urgência que ela tem, principalmente com relação a essa faixa aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Márcio, pelos esclarecimentos. Agora passo a palavra ao Dr. Carlos Travassos.

O SR. CARLOS TRAVASSOS – Senadora, acho que há alguns pontos em que temos uma grande con-

vergência de entendimento, principalmente quanto às atividades de monitoramento dessas regiões de faixa de fronteira.

Eu acho que a questão informacional e a presença do Estado nessas regiões são fundamentais. A Funai, como citei anteriormente, tem uma presença (A Funai histórica) nas regiões de fronteira, em lugares de difícil acesso, e trazem para nosso Estado essas informações e essa história importantes para a gente entender as peculiaridades e as realidades de cada Estado que compõe essas regiões de fronteira.

E também levanto aqui a questão do “desapetrechamento” da Funai, como você coloca. É uma dificuldade que se avança no que tange ao fato de a própria instituição não ter feito concursos públicos ao longo dos últimos vinte anos, a falta de novos quadros técnicos especializados em certas questões... Acho que a reestruturação da Funai vem justamente dar resposta a essa situação em que ela se encontra. O chamamento do concurso público é fundamental e trará novas perspectivas: pessoas novas atuando, quadros técnicos mais atualizados, ao mesmo tempo em que se tem a necessidade de trazer um pouco da experiência e da maturidade dos mais velhos para fazer um processo melhor.

Enfim, a gente teve um crescimento grande nesse processo de reestruturação. Por exemplo, as Frentes de Proteção Etnoambiental, que são aquelas que lidam com índios isolados, de recente contato. Existiam três em áreas de fronteira e passaram a ser doze, sendo mais três em áreas de fronteira, contabilizando-se seis em territórios extensos, que trazem uma experiência de trabalho, uma metodologia que justamente trabalha com a questão do monitoramento. O monitoramento extensivo de Estado, junto com outras instituições, Polícia Federal, IBAMA, Força Nacional e tudo mais quanto às atividades de fiscalização, mas também a incorporação dessas populações indígenas, das etnias, nesse trabalho de monitoramento desses territórios, porque a gente sabe a dificuldade e os custos que há para você monitorar tantas regiões extensas de fronteira sem acesso terrestre e sem acesso aéreo nenhum.

Então, essas regiões, realmente, quem conhece a realidade, quem traz essa realidade são os trabalhos realizados pelas frentes de proteção e outras coordenações da Funai em regiões de difícil acesso.

Eu acho que isso tem que se expandir e se deve trabalhar muito a questão da informação e das atribuições.

Anteriormente, se falou sobre a presença do Exército aqui. O Ministério do Exército, de forma nenhuma, vai contra essa estrutura política de proteção das terras indígenas; pelo contrário, a gente sabe da

deficiência que há hoje no controle do nosso espaço aéreo. Eu trabalhei quatro anos na Amazônia, nessas regiões. Sabe-se da dificuldade de se ter um controle dos planos de voo, de pequenos aviões nas regiões de faixa de fronteira. O Senador pode falar bastante sobre a região de Roraima também, assim como é no Acre, no Amazonas e em outras regiões.

É preciso também ver as atribuições de cada instituição, o monitoramento e a participação dessas populações indígenas. É fundamental que seja feito pela Funai, pela questão da especificidade, da presença e pela forma como trabalha nessas regiões. Porém, é totalmente necessário todo combate ao ilícito, à repressão e tudo mais que tenha a presença do Exército, da Polícia Federal e das outras instituições; que sejam trabalhadas as informações produzidas nesse monitoramento da Funai e que sejam repassados aos órgãos de inteligência e de proteção e combate aos ilícitos. Acho que esses desafios estão sendo encaminhados no Estado, por este Governo.

Queria enfatizar também essa presença histórica, mesmo que em determinado período tenha tido uma fragilidade nos seus quadros na sua capacidade de atuação, da Funai nessas bases de vigilância e desses servidores... É o Estado brasileiro que, historicamente, estava presente nessas regiões.

Queria fechar falando sobre isso e também sobre essa região em Mato Grosso do Sul. A Funai, nesse processo de reestruturação, criou três coordenações regionais lá. Uma situação difícil que tem tido todos os esforços da Diretoria de Proteção, assim como também da Polícia Federal, na interlocução com o Governo do Mato Grosso do Sul, acho que tem avançado bastante, mas tem situações que precisam ser resolvidas. E concordo que não pode ser uma política que olhe só para a Legislação da 231 ou que olhe só para as propriedades particulares, mas tem que ser uma política que englobe essa realidade, esse processo de construção do Estado como foi feito e que as partes não tenham prejuízos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Carlos Travassos.

Agora, para encerrar, eu passo a palavra ao Ministro João Luiz Pereira Pinto.

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Delcídio, como a Presidente, Senadora Ana Amélia, já mencionou, o senhor fez um resumo de tudo, não só o que foi dito nesta... Enfim, é a minha terceira participação nesta série de painéis desta Subcomissão. Eu também fui representante do Itamarati, em dois anos de trabalho coordenado pelo Ministério

da Integração Nacional, no que resultou na Comissão de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

O seu diagnóstico é completo. Agora eu quero aproveitar para dar a minha opinião, que é a seguinte: há muita falta de comunicação. Há ações de diversos órgãos do nosso Governo e dos governos vizinhos que não se encaixam na ponta. Eu vou dar um exemplo simples: nós (o Brasil) nos isolamos, voluntariamente, do Suriname. Não há como construir uma estrada ligando o Brasil ao Suriname, porque há reservas indígenas e reservas ambientais.

Vontade política há, mas a resistência técnica é insuperável.

Diálogo.

Diálogo é uma coisa que...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Posso fazer um aparte?

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Por favor.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Há um plano do Governo brasileiro com estes países: Guiana, Suriname e Guiana Francesa para um programa chamado Arco Norte que, portanto, seria uma forma de nos ligar a todos esses países: a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana, às vezes chegando a Roraima. Do Amapá a Roraima.

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Eu sei, mas passando por fora.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Por fora. Mas chega-se lá...

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Enfim...

Um exemplo ao contrário desse que o senhor apresentou, Senador, é a movimentação de tropas da Bolívia na fronteira. Eles não têm estradas do lado de lá. Então, eles têm que pedir autorização para substituir os contingentes, periodicamente, por estradas brasileiras.

Há duas semanas estive na sua cidade. Tivemos uma reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Puerto Suarez que não se reunia há dez anos.

Dez anos que... Enfim, levaram a uma falta de comunicação tão grande que eu surpreendi o Prefeito de Corumbá, mostrando-lhe um acordo de integração fronteiriça, que englobam as cidades de Puerto Suarez e Corumbá, que permite uma série de vantagens que já estão em vigor há anos entre o Uruguai e o Brasil. E havia total desconhecimento da existência desse acordo lá...

Há falta de diálogo entre os órgãos brasileiros.

Eu passo mais tempo negociando com o órgão...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Ministro, só... É esse acordo de Roboré, ou não?

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Não, não o acordo de Roboré. É um acordo de comunidades... É a cópia tal qual o acordo, que hoje em dia é chama-

do de Nova Agenda, com o Uruguai que estabelece a possibilidade de residência, acesso à educação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o acordo de fronteira, que já existe com o Uruguai e a Argentina.

Enfim, livre circulação. Institui inclusive uma carteira, uma identidade de fronteiro. Enfim, resolve já uma série de demandas das comunidades locais e que, enfim, nunca foi implementado. Está em vigor desde 2004. Ou seja, sete anos em que não se fez nada. Como eu dizia, eu passo mais tempo negociando com a Esplanada do que com nossos vizinhos.

Apresentar uma face comum para negociar, enfim... O senhor mencionou um programa de desenvolvimento conjunto fronteiro. É o nosso objetivo, mas o que acontece é que temos que apresentar do nosso lado uma face única. Há dificuldades, às vezes, absurdas! Por exemplo, eu não posso sentar para negociar com a Argentina, com o Uruguai, quaisquer dos nossos vizinhos, um acordo sobre defeso (de pesca), porque não há uma posição única dos órgãos responsáveis no Brasil. Então, não posso chegar para negociar com outro país e a minha delegação brigando do nosso lado.

Volto a dizer, como eu disse lá em Corumbá, na América Sul tudo é possível integrar, menos o futebol.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É verdade.

Obrigada, Ministro João Luiz Pereira Pinto, apresentando o Ministério das Relações Exteriores; ao Dr. Márcio Berbigier, Coordenador de Regularização Fundiária do Incra, e ao Carlos Lisboa Travassos, que representou a Coordenação Geral de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio – a Funai.

Esta reunião, mais uma vez, Senador Mozarildo, o senhor que comanda esta Subcomissão, mostrou sua validade nos trabalhos que vem levantando. Pelo menos, suscita e provoca e instiga o Governo brasileiro em todas suas instâncias. Como bem disse o Ministro João Luiz, o que nós percebemos é a total falta de transversalidade entre os diversos Ministérios.

Agora, recentemente, que a gente percebe no Ministério da Integração Nacional um programa específico para a área de fronteira, mas ainda assim as deficiências na implementação e na rapidez, porque as pessoas que moram não têm mais paciência de estarem esperando, elas estão cansadas com essa tal burocracia que atrapalha imensamente. Mas o que se viu aqui foi um compromisso de todos os órgãos, seja da Funai, o Incra, ou do próprio Ministério das Relações Exteriores, com a mesma percepção dessa realidade, levantada pelo Senador Randolfe Rodrigues, pelo Senador Mozarildo, pelo Senador Cristovam, pela Senadora Vanessa Grazziotin e pelo Senador Delcídio

Amaral. Porque cada um desses Senadores, como eu no Rio Grande do Sul, vivemos o Brasil real, o Brasil que está impactado por essa falta de compreensão de uma necessidade. As pessoas que vivem do lado de cá ou do lado de lá só entenderão de integração na hora em que as leis, a harmonização de uma convivência fraterna e solidária, forem absolutamente dignificantes para melhoria da qualidade de vida dessas populações que vivem dos dois lados da fronteira. Só assim vão entender integração, só assim vão entender Mercosul, só assim vão entender Pacto Andino, Pacto Amazônico e assim por diante. Esse é o nosso compromisso. Quero cumprimentar o Senador Mozarildo por ter liderado esse processo nesta Subcomissão e estaremos aqui continuando esse trabalho.

Renovo os agradecimentos aos nossos expositores e também aos Senadores que deram um brilho especial a este trabalho da audiência de hoje.

Muito obrigada a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 18ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE “REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO Nº7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos senhores Senadores **Delcídio do Amaral**, **Vanessa Grazziotin**, **Valdir Raupp**, **Marcelo Crivella** e **Acir Gurgacz**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara abertos os trabalhos e submete

à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: discussão e apreciação do Relatório sobre as reuniões referentes ao Tema IV – *Questão Indígena e Fundiária*, do Ciclo de Audiências Públicas da CREPAFF, conforme estabelecido no Requerimento nº 01, de 2011 – CREPAFF, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011. O Relatório é lido, discutido e aprovado. É apreciado, como item extraordinário, o **Requerimento nº 5, de 2011-CREPAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que “*requer, nos termos regimentais, que a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira se faça representar na Reunião Anual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, a ser realizada no mês de novembro próximo vindouro, na cidade de Manaus – AM*”. **Resultado:** aprovado o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às nove horas e cinquenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da reunião. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A presente reunião administrativa tem por finalidade discutir e apreciar o relatório produzido sobre o quarto tema, *Questão Indígena e Fundiária*, do Ciclo de Debates da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, conforme estabelecido no Requerimento nº 01 – CREPAFF, de minha autoria, aprovada em 3 de maio de 2011.

RELATÓRIO: TEMA IV – Questão indígena e fundiária na Faixa de Fronteira.

Audiência Pública realizada no dia 19 de outubro de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em cumprimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com a finalidade de debater a “*Questão Indígena e Fundiária na Faixa de Fronteira*”, com a presença dos seguintes palestrantes: Ministro João Luiz Pereira Pinto – Diretor do Departamento de América do Sul – I do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Marcio Berbigier – Coorde-

nador Geral de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e Sr. Carlos Lisboa Travassos – Coordenador Geral da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O Ministro João Luiz Pereira Pinto inicialmente lembrou que a competência do Itamaraty, a rigor, localiza-se no lado estrangeiro da fronteira. Dentro desse quadro, ao tratar de regularização fundiária, o órgão busca coordenar as ações do governo brasileiro com os países vizinhos, apoiando e protegendo os interesses de brasileiros residentes nesses países.

O convidado destacou que o tratamento legal em relação à propriedade imóvel de estrangeiros em áreas de fronteira é diferente em cada país vizinho. Além dessa diversidade geográfica, destacou a frequência com que essas regras mudam.

Essas peculiaridades, explicou, impedem a adoção de uma solução única para o assunto. Em razão disso, o Itamaraty dá prioridade ao atendimento consular para assessorar brasileiros residentes no outro lado da fronteira.

O Sr. Márcio Berbigier começou apresentando um diagnóstico fundiário da faixa de fronteira. Apon- tou que há 19 milhões de hectares em 1.048 projetos de assentamento na área, que atendem mais de 126 mil famílias. Salientou também que um quarto dos 120 milhões de hectares de terras públicas federais arrecadadas está localizado na faixa de fronteira, boa parte já destinada a projetos de assentamento, de preservação ambiental e de reservas indígenas.

O convidado então apresentou as três ações de regularização fundiária desenvolvidas pelo INCRA: a regularização rural de terras públicas, a regularização urbana de terras públicas e a ratificação de títulos emitidos por estados na faixa de fronteira.

Explicou que a regularização rural na Amazônia Legal segue os princípios da legítima ocupação e da segurança jurídica, regularizando a situação jurídica das áreas e transferindo-as para os particulares.

A regularização urbana consiste na transferência do poder federal para os municípios do domínio de áreas urbanas consolidadas ou em expansão.

Sobre a ratificação dominial em faixa de fronteira, esclareceu que é um instrumento jurídico utilizado para confirmar o domínio federal sobre a faixa de fronteira e, ao mesmo tempo, proteger a posse de boa-fé. Por meio da ratificação, convalidam-se as titulações de terras de domínio da União realizadas indevidamente pelos estados.

O palestrante revelou ainda que atualmente há mais de 50 mil requerimentos de ratificação em tramitação no INCRA, sendo que, desses, mais de 80% têm

como objeto imóveis abaixo de 15 módulos fiscais, o limite da média propriedade.

O Sr. Carlos Lisboa Travassos adiantou que sua exposição trataria da faixa de fronteira na Amazônia, região em que ainda há presença de populações significativas de índios isolados ou de recente contato.

Sobre o ponto, comentou que o Brasil é o único país que, a par das políticas indigenistas tradicionais, ainda tem e reconhece essa população de índios isolados ou de recente contato.

Mencionou, como exemplo, o vale do Javari, na fronteira com o Peru e a Colômbia, uma área com 8,5 milhões de hectares, na qual a FUNAI desenvolve já há 13 anos um trabalho de proteção territorial e monitoramento desses povos.

O convidado revelou que a população indígena local tem relação fortemente estabelecida com o Estado brasileiro, ainda quando está localizada em ambos os lados da fronteira. Destacou a colaboração dos índios na demarcação e proteção das fronteiras nacionais.

Explicou que o monitoramento da região conta com a participação dos indígenas, inclusive dentro do exército brasileiro, e que é eficiente a ponto de definir quem a frequenta e quais atividades ali são desenvolvidas.

Por fim, afirmou considerar que o desafio atual é compartilhar essas informações com outros órgãos governamentais, como Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, para auxiliar o combate a atividades ilícitas e a invasões territoriais.

É o relatório.

Submeto o referido relatório à apreciação e discussão dos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM EXTRAORDINÁRIO REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011 – CREPAFF

Requer, nos termos regimentais, que a Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira se faça representar na Reunião Anual da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, a ser realizada no mês de novembro próximo vindouro, na cidade de Manaus – AM.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Esse requerimento foi sugerido verbalmente pelo Senador Randolfe e eu o apresentei formalmente.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, aprovado esse requerimento do quarto tema, quero comunicar que partiremos para o quinto e último tema, que será justamente as relações internacionais com os nossos países vizinhos.

Vamos ouvir aqui o Ministério das Relações Exteriores e também o Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, OTCA, porque, como temos enfatizado, não adianta que venhamos a fazer, porque não fazemos ainda, a nossa tarefa do lado de cá da fronteira e não tenhamos uma sintonia fina com os dez países limítrofes, que vão desde a fronteira norte até a fronteira sul, passando pela fronteira oeste. É muito importante, portanto, que essas ações que nós venhamos a desenvolver, como, por exemplo, hoje temos o Plano Estratégico de Fronteiras, que já está em vigor e sendo desenvolvido, sejam ações conjuntas com todos os diversos países.

Como foi enfatizado no relatório, cada país tem uma legislação, quando tem, diferente do outro e diferente da do Brasil. Então, é muito importante que a gente possa até fazer tratados que possam de fato cuidar da fronteira, tanto no que tange ao desenvolvimento econômico-social quanto no que tange à infraestrutura. Por exemplo, na questão da saúde, alguns lugares estrangeiros são atendidos por unidades hospitalares do Brasil, sendo que o inverso ocorre muito pouco.

É importante que possamos ter, ao final dos nossos trabalhos, uma proposta que possa de fato consolidar essa questão e fazer, partindo até talvez do que já existe no Plano Estratégico de Fronteiras, que é bom, um plano, como sempre tenho frisado, nacional, um plano de Estado e não um plano apenas de um governo, um plano que possa ser duradouro, para que possamos de fato dar à fronteira do Brasil com os países vizinhos a atenção que merece, não só por essa questão das drogas, do descaminho, do tráfico de armas, do tráfico de pessoas, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento humano nessas regiões.

É uma área imensa. A faixa de fronteira do Brasil é maior do que muitos países não só da América Latina, como do mundo, e é muito importante que o Brasil volte os olhares para essa região.

Espero que possamos cumprir essa tarefa até o final de novembro e apresentar essa proposta ainda este ano.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 52 minutos)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 19ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE “REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NO PLENÁRIO Nº7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a presença dos senhores Senadores **Delcídio do Amaral** e **Vanessa Grazziotin**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara abertos os trabalhos e submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 01, de 2011-CRE-PAFF**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovado em 03 de maio de 2011, que requer a realização de ciclo de Audiências Públicas, conforme Plano de Trabalho estabelecido por esta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. A Presidente convida a compor a mesa os senhores **Alejandro Gordillo**, Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA; Ministro **João Luiz de Barros Pereira Pinto**, Diretor do Departamento da América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores; e Ministro **Clemente Baena Soares**, Diretor do Departamento da América do Sul-II do Ministério das Relações Exteriores, que fazem suas exposições. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerra a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das No-

tas Taquigráficas da reunião. – Senadora **Ana Amélia**, Presidente em exercício.

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 19ª REUNIÃO DA
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
E DA FAIXA DE FRONTEIRA**

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia Bloco/PP - RS) – Declaro aberta a 19ª reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a dar andamento ao ciclo de audiências públicas da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Hoje será abordado o tema: Relações Internacionais com os Países da Faixa de Fronteira.

Para contribuir com esse debate, foram convidadas as seguintes autoridades a quem aproveito e convido para compor a Mesa:

Sr. Alejandro Gordillo – Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA;

Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto – Diretor do Departamento de América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores;

Ministro Clemente Baena Soares – Diretor do Departamento de América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores.

A todos dou as boas-vindas.

Muito obrigada pela presença e pelas valiosas colaborações que darão a esta audiência pública. Estou aqui presidindo em nome do nosso Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Para organização do nosso trabalho, esclareço que cada um dos expositores terá o tempo de dez minutos, podendo ser prorrogado por mais cinco minutos.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Alejandro Gordillo, Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

O SR. ALEJANDRO ALFREDO GORDILLO FERNÁNDEZ – *Segue íntegra da tradução feita pela Secretaria de Informação e Documentação – Serviço de Tradução.*)

Muito agradecido, senhora.

Bom dia.

Fui convidado para explicar um pouco como está a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Como sabem, o Tratado de Cooperação Amazônica foi subscrito no ano de 1978 por 8 países amazônicos que

são Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. E depois, no ano de 1998, se subscreveu um protocolo adicional o qual criou a Organização em si e se estabeleceu uma secretaria permanente. Essa secretaria permanente tem, hoje em dia, sua sede aqui na capital brasileira, Brasília.

Neste momento, a Organização está num período de relançamento. A secretaria permanente se estabeleceu no ano de 2002 nas instalações do Ministério de Relações Exteriores e, a partir de então, os países membros têm buscado a melhor forma de dar cumprimento aos artigos do Tratado. No ano de 2009, os presidentes dos países membros decidiram que a Organização precisava ter um espírito moderno, necessitava contar com uma organização mais moderna que a que estava em funcionamento. E dessa maneira, em novembro do ano passado, os ministros das relações exteriores dos oito países membros se reuniram para comemorar os 30 anos da entrada em vigência do Tratado de Cooperação Amazônica e, por outro lado, para iniciar um processo de relançamento.

Esse processo de relançamento tem, em primeiro lugar, uma plataforma que foi aprovada pelos ministros, uma plataforma que foi estabelecida pela reorganização dos órgãos da OTCA. Os órgãos da OTCA são a reunião dos ministros de relações exteriores, a reunião do Conselho de Cooperação Amazônica e este conselho está integrado por altas autoridades diplomáticas dos países membros, pelo comitê do Conselho de Cooperação Amazônica e está formado por embaixadores dos países membros credenciados aqui em Brasília e a secretaria permanente. Esta foi a base para este relançamento que também tem um roteiro que é a agenda de Cooperação Amazônica.

Neste momento, nos encontramos em plena execução da agenda de Cooperação Amazônica. A agenda de Cooperação Amazônica trata basicamente dos temas que aparecem no Tratado de Cooperação Amazônica, e ultimamente, se lhe têm agregado novos temas que não eram tão urgentes no momento da subscrição do Tratado, tais como o tema das mudanças climáticas, o tema de energia, o tema de desenvolvimento regional. Os temas que vêm desde a época do Tratado são os relativos ao meio ambiente.

O Tratado de Cooperação Amazônica, de certa forma é precursor do desenvolvimento sustentável. Temas relacionados com os povos indígenas, temas relacionados com turismo amazônico, temas relacionados com a saúde dos povos indígenas, e temas relacionados com a ciência, a tecnologia, a inovação e o conhecimento das regiões amazônicas. Neste processo de aplicação da agenda estratégica a que demos início, como já mencionei no princípio deste ano,

vimos que a agenda estratégica está concebida para ser aplicada em um período de 8 anos com atividades divididas em atividades de curto prazo, atividades de médio prazo, e atividades de longo prazo.

O critério para dividir os prazos das atividades tem sido o relativo ao acordo entre os países. Uma das bases do Tratado é que todos os acordos são adotados por unanimidade, não se pode adotar nem por votação nem por consenso, tem que ser unanimidade expressa dos 8 países membros. A agenda tem dois eixos básicos que provêm do mesmo Tratado de Cooperação. O primeiro é relativo ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis da região, e assim ao desenvolvimento sustentável da região em benefício das populações autóctonas, das populações indígenas, das comunidades locais. A semana passada, tivemos uma importante reunião muito importante em Manaus em que se aprovou um documento intitulado "O Compromisso de Manaus". Neste documento, os chanceleres dos países membros renovaram o apoio político dos países aos trabalhos da organização e se comprometeram a dar continuidade a este processo de relançamento. Além disso, foram acordadas várias iniciativas muito importantes para o trabalho da organização, para o desenvolvimento dos trabalhos da organização. De um lado, foi incorporado já como tema da organização os aspectos sociais do desenvolvimento econômico e nesse sentido fica acordado convocar um grupo de trabalho de especialistas em inclusão social, em lutas contra a pobreza, em erradicação da pobreza.

Os ministros deram muita importância ao desenvolvimento da ciência e tecnologia na Amazônia. E nesse sentido foram dadas instruções para a secretaria permanente para iniciar o estabelecimento de um observatório amazônico. Igualmente foi acordado criar uma universidade regional amazônica, para o que também vai ter uma comissão especial integrada por especialistas em temas de ensino universitário. Além disso, os chanceleres aprovaram uma declaração dos países amazônicos com relação à próxima conferência Rio+20, que vai ser celebrada aqui no Rio de Janeiro no mês junho do próximo ano.

Na realidade, os países amazônicos tinham, não somente uma obrigação, mas bases suficientes para emitir uma declaração. E essas bases suficientes estão na agenda de Cooperação Amazônica. A agenda estratégica de cooperação (da qual eu trouxe vários exemplares para serem distribuídos) tem um aspecto conceitual muito importante, que os 8 países membros se colocaram de acordo sobre qual deve ser a visão da região amazônica, e a visão da região amazônica para os países membros é a seguinte: alcançar o desenvolvimento sustentável da região amazônica mediante

o equilíbrio entre o aproveitamento dos recursos, sua proteção e conservação, respeitando uma equidade que assegure seu desenvolvimento integral sustentável com a presença efetiva do estado em seus diferentes níveis de governo e populações amazônicas com pleno exercício de seus direitos e obrigações no marco da normativa vigente nacional e os acordos internacionais. Essa é a visão sobre a qual os países amazônicos se puseram de acordo, e assim temos todo o plano em si, sobre o qual, como eu dizia, todos estão de acordo e por isso, nós consideramos que a organização dos países amazônicos tem uma base sólida para emitir uma declaração.

Outros aspectos da agenda estratégica, que são importantes de ressaltar, é que a organização do tratado de cooperação amazônica também dá uma visão do futuro da organização, do que se quer da organização, dando uma missão à organização e também se estabelece uma série de objetivos estratégicos. E o cumprimento da agenda, a partir de janeiro deste ano, tem tido uma resposta muito favorável por parte dos países membros e foi realizada uma série de reuniões setoriais, de reuniões técnicas com assistência das autoridades de cada um dos países membros, que trataram dos temas da agenda estratégica e tivemos na maior parte das reuniões, uma assistência de 100% dos representantes de todos os países membros.

E, se por acaso, faltava algum país, faltava um, nunca mais de um, sempre a assistência foi uma assistência muito importante. O que pudemos comprovar nesta reunião de chanceleres que aconteceu em Manaus, na semana passada, foi que os países membros começam a conceber, começam a se dar conta de que têm uma ferramenta útil para o desenvolvimento da Amazônia, para o desenvolvimento conjunto, para o intercâmbio de conhecimento, já que nem todos os países conseguiram ter um conhecimento de suas regiões amazônicas tão amplo e isso nos permitiu começar a executar alguns projetos muito importantes que a organização tem.

Logicamente esses projetos contaram com a aprovação de todos os países. Há um que se refere ao monitoramento do desmatamento, um tema muito importante; outro se refere aos recursos hídricos na Amazônia, outro tema é relativo à proteção das populações indígenas; outro é relativo à saúde das populações indígenas. No momento, estamos vendo que o futuro da organização é bastante promissor em vista de que os países membros estão apoiando os trabalhos e temos tido a opinião de um grupo da comissão de países cooperantes, que acha que, para a satisfação dos países membros, a organização está funcionando sobre a base do que os países querem.

Os países membros são os que estão dirigindo a organização e a nós, como secretaria permanente. Somente nos cabe cumprir com as instruções e com os mandatos que nos dão os países membros.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia Bloco/PP - RS)

– Muito obrigada, Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. O senhor várias vezes fez referência à sigla OTCA, que são iniciais da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Depois que houver as demais exposições. Faremos algumas perguntas ao senhor, Dr. Alejandro.

Agradeço sua contribuição.

Convido para fazer uso da palavra o Ministro João Luiz Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, já antecipando meus agradecimentos, porque não é a primeira vez que o senhor comparece para tratar das questões de fronteira.

O senhor tem a palavra por dez minutos, mais cinco de prorrogação, se necessário.

O SR JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Obrigado, Senadora Ana Amélia, é uma honra participar dessas audiências.

Antes de entrar propriamente no exame das nossas relações com os países da área de que tenho que cuidar, que é justamente a bacia do Prata, quero comentar que, da mesma forma que a bacia Amazônica tem sua organização, a do Prata também tem sua organização. O Cicplata, Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, com sede em Buenos Aires. Justamente na semana passada, o novo Secretário Geral do Cicplata veio a Brasília em uma visita inicial e, na oportunidade, almoçou com o Embaixador Alejandro Gordilho, naquilo que se pode dizer ter sido uma interação inicial das organizações das duas bacias. Devo dizer que foi extremamente proveitoso, não sei se o Embaixador Gordilho concorda, mas acho que há muita experiência e muita informação que pode ser trocada de forma a facilitar e melhorar o funcionamento das duas organizações.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia Bloco/PP - RS) – Como é o nome, por favor? Comitê...

O SR JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata. É um nome comprido. Nessa organização, há dois países que pertencem também à OTCA, o Brasil e a Bolívia. Enfim, as nossas relações com nossos vizinhos, sobretudo na faixa de fronteira, com exceção do Paraguai, nos países sobre os quais eu tenho responsabilidade – olhando o mapa, minha responsabilidade vai de Assis Brasil e vai até o Chuí, ou seja, metade das nossas fronteiras com a maior densidade populacional, o que leva a certas peculiaridades.

dades que são muito particulares, não são as mesmas para cada fronteira – tanto com a Argentina, quando com Uruguai e Bolívia, temos acordos de cooperação para a melhoria, para benefício das comunidades fronteiriças. Com o Uruguai é um mecanismo mais antigo e está funcionando de uma forma estupenda. O nível de cooperação e de avanços na melhoria das condições e das situações de fronteira é muito bom. Não é ainda o ideal. Estamos ainda longe do objetivo, mas os avanços têm sido sensíveis.

Com a Argentina, o Acordo de Comunidades Fronteiriças Vinculadas só entrou em vigor este ano. Tivemos reuniões com todos os Comitês de Fronteiras existentes com a Argentina este ano, e o Relatório dessas reuniões iria ser levado a uma reunião da Comissão de Desenvolvimento de Fronteira, criada entre o Brasil e a Argentina, que lamentavelmente não pôde reunir-se este ano por problemas de agenda. O propósito é que a gente, enfim, possa marcar uma reunião para o primeiro trimestre do ano que vem.

Ainda, devo dizer – estive há duas semanas em Dionísio Cerqueira -, na fronteira Brasil-Argentina, na ocasião, pude verificar que as pessoas não tinham ainda conhecimento de que este acordo estava em vigor. Então, enfim, os beneficiários deste acordo, não tinham ainda idéia desses benefícios.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tive a honra de ser a Relatora nesta Casa deste acordo de cooperação de fronteira entre o Brasil e a Argentina, que segue mais ou menos a referência do que foi feito com o Uruguai, que é mais antigo e, já na implementação, a população já está sentindo os efeitos disso.

Lamentavelmente, foi este ano. Então, imagino que isso tenha, digamos, um período de amadurecimento até que a população entenda bem isso. Desculpe, ter interrompido V. Ex^a, Embaixador.

O SR. JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO – Mas é na linha do que ia comentar, porque, enfim, ao encomendar e entregar, enfim, uma cópia do acordo, isso já agitou a comunidade.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Informação é poder, não é Embaixador?

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Exatamente.

Com a Bolívia, temos um acordo exatamente igual ao que foi assinado com o Uruguai, mas a implementação deste tem sofrido dificuldades, muitas vezes estruturais. A Bolívia tem passado por um momento interno bastante conturbado, e a rotatividade dos quadros, muitas vezes, faz com que a memória se perca.

Então, o desconhecimento dos acordos do lado boliviano é ainda mais grave do que do nosso lado da

fronteira. Muitas vezes, eles nem sequer sabem o que o acordo significa e, por vezes, acabam misturando acordos, como este, que é específico para as populações de fronteira, com o acordo de residência do Mercosul, ao qual a Bolívia também aderiu. A implementação na faixa de fronteira com a Bolívia está mais difícil.

Com o Paraguai, foi criado, em 2009, um grupo para fazer um programa de desenvolvimento conjunto da faixa de fronteira dos dois lados, que até hoje não se reuniu. Curiosamente, o governo paraguaio tem tomado uma série de iniciativas, que acabam por beneficiar essas populações. Por exemplo, a entrada em vigor do acordo de residência do Mercosul, que não tinha entrado em vigor, porque justamente o Paraguai não tinha terminado o processo de incorporação à lei paraguaia.

O governo paraguaio também, recentemente, promulgou uma lei de anistia migratória, muito parecida com aquela baixada no Governo do Presidente Lula aqui no Brasil.

Isso está beneficiando, de uma forma extraordinária, pessoas que há anos se encontravam sem documentação regularizada. Sem documentação. Não vou chegar ao ponto de mencionar regularização.

Uma das coisas que devem ser mencionadas também é a enorme cooperação recebida do governo paraguaio para as campanhas que os nossos consulados têm feito no Paraguai para regularização de documentação dessas populações. Muitas vezes havia filhos de brasileiros nascidos no Paraguai que não tinham nem certidão de nascimento paraguaia nem certidão de nascimento brasileira. Literalmente, sem documentação total. Essas campanhas têm sido muito frutíferas. Nos últimos dois anos, mais de vinte mil brasileiros e descendentes foram beneficiados com esses esforços e, enfim, o trabalho continua.

O paraguaio vai fazer, nos próximos anos, o seu censo. Há um convênio com o IBGE para a cessão daqueles equipamentos que foram usados no censo brasileiro e, digamos, a taxa de cessão é que também seja feito o levantamento dos brasileiros no Paraguai, que é uma cifra que varia de 40 mil a 400 mil. Não há nenhuma base estatística confiável que possa ser usada, inclusive por causa de diferenças de critérios, porque os paraguaios não aceitam a dupla cidadania. Então, para eles, um nascido no Paraguai é paraguaio, enquanto que, para nós, ele pode ser brasileiro.

Então, essa falta de dados confiáveis é que permite essas especulações que às vezes são um pouco inchadas e mal usadas.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Ministro João Luiz Pereira Pinto.

Essas informações são extremamente valiosas e terei muitas coisas a lhe perguntar posteriormente.

Então, já passo a palavra ao Ministro Clemente Baena Soares, que é Diretor do Departamento da América do Sul 2 do Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra o Ministro.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Bom dia, Senadora. Bom dia a todos. É um prazer estar novamente nesta Subcomissão, mais uma vez para conversar um pouco sobre as relações do Brasil com seus países vizinhos.

Tenho aqui também uma agradável surpresa com o Embaixador Gordilho, nosso parceiro em reforçar, em fortalecer as atividades da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que é o único organismo internacional com sede em Brasília. Muito importante que ele assinalou aqui que houve, na semana passada, reunião de chanceleres em Manaus, depois da qual houve o seminário sobre o que o Brasil, o que a sociedade brasileira espera da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. O Embaixador Gordilho esteve presente na abertura desse seminário, esteve lá também a Senadora Vanessa Grazziotin, que é do Amazonas, e inclusive se colocou à disposição para levar o assunto, coordenar melhor, ter mais a participação do Congresso nesse esforço brasileiro de ter uma maior presença, dar maior visibilidade política ao trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ministro, no caso da Senadora Vanessa, ela é cidadã de duas bacias: da Amazônia e do Prata também, porque ela nasceu em Santa Catarina.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Exatamente, tem a vantagem!

Então, eu até deixaria, Srª Senadora, aqui uma proposta, justamente para aproveitar esse espaço, de ter maior conversa com a OTCA. Talvez uma sessão especial para conversar sobre como pode ser – o Congresso, o Poder Executivo, o Itamaraty e as atividades da OTCA.

Eu acho que isso seria de uma grande e excelente ajuda para dar um impulso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vamos anotar a sugestão valiosa que o senhor está oferecendo à Comissão de Relações Exteriores e a esta Subcomissão. Casualmente, hoje é a última das reuniões que temos, de audiências públicas sobre essa matéria neste exercício legislativo, mas é extremamente valiosa a sua sugestão.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Eu acho que seria importante esse impulso, inclusive em termos de orçamento, porque o Brasil se compro-

meteu a aumentar sua contribuição em 70%, já para o próximo ano.

Mais uma vez, obrigado pelo convite feito ao Secretário para que eu estivesse aqui nesta Subcomissão.

Com relação ao trabalho, o meu departamento tem a responsabilidade de ter os países fronteiriços – Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Com todos eles – salvo o Suriname –, nós temos comissões de integração fronteiriça semelhantes ao que o Brasil tem com os países da América do Sul.

Todos podem ver, pelo mapa, a escassez que há na parte norte da América do Sul, em contraste com os países do sul da América do Sul.

Além dessa escassez, além dos obstáculos físicos – temos a Amazônia e temos os Andes –, há a dificuldade maior de passagem entre os dois países, como, por exemplo, entre o Brasil e o Peru. Temos uma Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça, que se reúne anualmente. E, nessa subcomissão, são tratados temas de todo tipo: de ordem de saúde de indígenas, de comércio, de trânsito de pessoas, de mercadorias. E isto também se aplica, na Comissão de Vizinhança que temos também com a Colômbia: são os mesmos temas tratados.

E com a Venezuela? Com a Venezuela, eu diria que há uma particularidade porque a cooperação vai além da fronteira. Na Venezuela, temos a presença de escritórios do IPEA, temos a presença de escritórios da Caixa Econômica Federal...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Da Embrapa.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Da Embrapa, e tudo para cooperar com o governo venezuelano justamente em termos de agricultura, em termos de planificação industrial, em termos de bancarização de programas como o Minha Casa, Minha Vida.

Então, há uma intensa agenda com a Venezuela. Inclusive, a Presidenta está partindo no dia 1º para participar da III Reunião da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e, por ocasião, também fará uma visita bilateral à Venezuela.

E com relação à Guiana? Com relação à Guiana, a partir da inauguração da ponte sobre o rio Tacutu em 2009 – quer dizer, a primeira ligação terrestre entre os dois países –, houve uma evolução muito positiva no relacionamento com esse país. Inclusive, abrem-se perspectivas, voltando um pouco ao Peru, com a inauguração da Interoceânica, que vai do Porto de Callao, perto de Lima, até o Acre, depois podendo ir até Manaus, também a Boa Vista, de onde podemos ir ao Caribe, com o escoamento, por exemplo, na produção de soja. E foi um passo muito importante a conclusão dessa ponte, ou seja, do Pacífico ao Caribe. Podemos

escoar as mercadorias por terra. Há uma dificuldade ainda com a estrada que vai de Lethem, na Guiana, fronteira com Bofim, Roraima, até o porto de Georgetown. São 400 quilômetros, não estão asfaltados ainda, mas há uma negociação em curso, com financiamento do BNDES, para a conclusão dessa estrada, o que vai facilitar ainda mais o fluxo de mercadorias e de pessoas para o Caribe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Lá não tem ponte. Há ponte nessa região?

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Há a ponte sobre o rio Tacutu, de Bonfim para Lethem. Depois de quase 30 anos, foi possível concluir essa ponte.

Com o Suriname. Com o Suriname, não temos ainda um acordo de cooperação fronteiriça, mesmo porque...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Apenas para entender. Essa ponte a que o senhor fez referência agora fica em...

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Fica entre Bonfim para Lethem, na Guiana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu estava perguntando no Suriname.]

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– No Suriname, não temos nada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu tinha entendido que era à Guiana que o senhor se referia, a ponte inaugurada pelo Presidente Lula, inclusive.

Mas, no Suriname, não temos. É ligação seca.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Não, não há. É na Amazônia, e na Amazônia, entre os dois países... Isso, no entanto, não tem impedido que garimpeiros do Pará cheguem a Paramaribo, às cercanias de Paramaribo, para exploração do ouro. São cerca de vinte mil brasileiros que estão em Paramaribo explorando essa atividade.

O que temos com o Suriname é um grupo de trabalho com a área consular, com vistas à regularização desses garimpeiros. É forte a presença de brasileiros no Suriname.

Já falei sobre o Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. Eu pararia por aqui para depois responder às eventuais perguntas.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito, Embaixador Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

Eu gostaria de começar com o Embaixador Gordillo.

Essa agenda estratégica que o senhor mencionou foi definida quando foi criado o grupo. O próprio Embaixador Baena mencionou também que se trata da única organização regional com sede em Brasília. As demais ou é em Buenos Aires ou é em Montevideu ou outros países. Então, eu gostaria de saber do senhor: há alguns problemas para fazer essa integração valer na região amazônica? Elas estão mais sustentadas pelo problema de estarmos numa região de difícil acesso como o Suriname, ao qual ele fez referência, porque há a floresta amazônica ou existem outros problemas de ordem político-diplomático, econômica, ou mesmo de relação com essas áreas, como, por exemplo, burocracia excessiva?

O SR. ALEJANDRO ALFREDO GORDILLO FERNÁNDEZ – *(Segue íntegra da tradução feita pela Secretaria de Informação e Documentação – Serviço de Tradução.)*

Obrigado senhora senadora,

Na realidade, os problemas que há com a região amazônica, são de múltiplos aspectos e acredito que o principal é porque a região amazônica, apesar de que em quase todos os nossos países, eu sou peruano e no Peru, a região amazônica abarca 60% do território e outro dia nos disseram os do Suriname que, no caso do Suriname, é de 93 % o território que abarca a Amazônia. Sem dúvida, são territórios marginais com pouca população e, em geral, com pouco conhecimento da região. A origem do Tratado de Cooperação Amazônica foi precisamente ver de que maneira começávamos a conhecer a Amazônia, a saber o que havia na Amazônia, e saber de maneira conjunta, trocar experiências entre os países e assim realizar o projeto conjunto de estudos, de conhecimento, de desenvolvimento da Amazônia, mas basicamente, o problema da Amazônia, na maior parte de nossos países é que é um território marginal, com pouca população normalmente, com relação ao resto do país, a população é muito pequena, então não tem o peso político nem a quantidade de votos para poder se impor aos governos centrais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tenho uma outra questão, Embaixador Gordillo, que diz respeito ao fato de o senhor ter mencionado a palavra "desflorestamento", ao que chamamos derubada da floresta.

Os países como o Peru – o senhor é peruano – temo mesmo problema de abate da floresta na região amazônica do Peru, por exemplo, da Guiana ou Suriname?

O SR. ALEJANDRO ALFREDO GORDILLO FERNÁNDEZ – *(Segue íntegra da tradução feita pela Secretaria de Informação e Documentação – Serviço de Tradução.)*

Em geral os países estão passando por um problema de basicamente de desmatamento, mas o mais problemático é na questão de corte ilegal, tem muita atividade ilegal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dentro da floresta, com a madeira.

Para o Embaixador Baena, eu tinha várias questões: os acordos fronteiriços que o Brasil fez, por exemplo, no Sul, no âmbito da bacia do Prata com o Uruguai – que foi o primeiro e está funcionando bem –, com a Argentina e Paraguai, ficam mais complexos, para a região amazônica, de serem realizados em função dessa baixa densidade populacional?

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Voltando à pergunta que a senhora fez ao Embaixador sobre desmatamento. Nessa reunião de chanceleres, foi cogitada a possibilidade de usar 20% do fundo amazônico, que é um fundo que existe no BNDES. São 20% de R\$100 milhões, que estão disponíveis, e 20%, portanto, R\$20 milhões poderiam ser usados no monitoramento do desmatamento na região amazônica, incluindo os países vizinhos. Teria que ser feito um convênio com o Inpe, por exemplo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A sugestão para esse trabalho é brasileira?

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Sim, e estamos em negociação justamente com o BNDES para disponibilizar esses recursos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quem bancaria, porque isso é um empréstimo.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Fundo perdido, porque são aportes voluntários de outros países, países europeus, e seriam aplicados na região amazônica para o monitoramento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em que pé está essa busca de monitoramento?

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Estamos em negociação, porque o BNDES nunca o fez. Seria a primeira vez

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A primeira experiência.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Especialmente em como seriam aplicados esses recursos nesses países, digamos que seria o acompanhamento desses recursos nos países amazônicos. Então, há uma série de dificuldades em relação às quais estamos conversando acerca da melhor maneira de colocar isso em prática, inclusive com a cooperação da agência brasileira de cooperação, que tem experiência nesse tipo de atividade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O senhor poderia estimar o tempo em que isso poderia estar implementado?

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Vou ao Rio na próxima semana e terei uma conversa com o BNDES, e terei então um quadro mais claro sobre a possibilidade, mas vejo o início do próximo ano como a oportunidade de já ter um primeiro reembolso com a participação inclusive da OTCA, porque a idéia é que esses recursos sejam repassados para a OTCA, e a OTCA gerenciaria esses recursos junto com o Inpi, por exemplo, que tem toda a capacidade técnica para fazer esse tipo de atividade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Embaixador Baena Soares, os embaixadores que servem, por exemplo, nessa área em que o senhor está ou do Ministro João Luiz, do Embaixador João Luiz, já visitaram, por terra, a região que estão representando?

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Eu tenho a impressão de que sim, Senadora.

Eles foram, por exemplo, a Manaus. Foram, justamente, à ponte sobre o rio Tacutu. Eu andei na estrada...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que é na Guiana.

Agora, no caso do Acre com o Peru, há estrada asfaltada até onde? Quantos quilômetros há – talvez o Embaixador Gordillo conheça mais: quantos quilômetros haveria até Lima?

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Tem Pucalpa... De Pucalpa a Cruzeiro do Sul.

O SR. ALEJANDRO ALFREDO GORDILLO FERNÁNDEZ – (*Manifestação em espanhol. Tradução livre*) Por aí não há estrada. A estrada é mais ao sul.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – A Interoceânica.

O SR. ALEJANDRO ALFREDO GORDILLO FERNÁNDEZ – (*Manifestação em espanhol. Tradução livre.*) A estrada, como disse, é mais ao sul. Esse passa por Madre de Dios.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES – Madre de Dios, sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Toda asfaltada?

O SR. ALEJANDRO ALFREDO GORDILLO FERNÁNDEZ – (*Manifestação em espanhol. Tradução livre*) E entra por Iñapari, a comunicar-se com Rio Branco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito bom.

O SR. ALEJANDRO ALFREDO GORDILLO FERNÁNDEZ – (*Manifestação em espanhol. Tradução livre*). Vou contar uma anedota. Eu fui embaixador do Peru aqui no Brasil do ano de 1994 a 1999, houve eleições e o Governador do Acre veio me visitar na Embaixada

em Brasília e me disse: “Você sabe porque eu postulei o Governo do Estado?” E ele mesmo respondeu: “Foi para construir a autoestrada até o Peru”. E numa oportunidade em que estive em Rio Branco, ele me mandou um pequeno avião para ver como estavam as obras da estrada até o Peru. E estava lá todo o maquinário etc., por Iñapari, do Brasil passando por Iñapari.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, o senhor já andou por ali, pelo menos por ar, Embaixador Gordillo! Agradeço-lhe muito.

Embaixador João Luiz, o senhor fez referência aqui, quando o senhor foi a Dionísio Cerqueira – que fica em Santa Catarina, na fronteira com a Argentina – que o senhor não encontrou um conhecimento das pessoas da fronteira sobre o acordo. É claro, por ser um acordo recente, deste ano, isso é natural. E com o Paraguai, da mesma maneira: não há um bom grau de informação.

De quem é a responsabilidade por isso? A autoridade local – não do Itamaraty, mas o prefeito, a câmara de vereadores, a entidade que representa o povo nesse regime democrático – está ou não está envolvida nisso? De que forma há interatividade para a implementação de um acordo tão positivo quanto esse?

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Muito obrigado, Senadora.

É realmente uma pergunta interessante porque o que aconteceu é que nós descobrimos uma zona cinza: não há uma responsabilidade específica de nenhum órgão de informar isso. É aquela posição nossa um pouco burocrática: se está no *Diário Oficial*, todo mundo lê o *Diário Oficial*, o que não é bem verdade!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não, o ibope não é tão alto!

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Não, efetivamente.

Isso foi detectado há uns meses, e eu tomei a iniciativa de entrar em conversas com a Confederação Nacional de Municípios, que já tinha se oferecido para ajudar em outra vertente os Municípios de fronteira, porque os acordos são feitos pelas capitais. E, na realidade, nós estamos muito longe da fronteira. Nós não temos ideia de certos problemas com a fronteira.

Eu vou dar o exemplo de um acordo que foi assinado com o Uruguai, mas que, na hora de implementar, como envolvia pagamentos do outro lado da fronteira...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É o caso da saúde em Livramento e Rivera. Conheço bem essa história, Ministro. Conheço bem a história!

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Exatamente.

Então, como é que se implementa isso? Os prefeitos começam a entrar em uma via-crúcis de admi-

nistração e de órgãos de controle, e, no fundo, acabam sendo necessárias assessorias jurídicas com conhecimento. E muitas dessas prefeituras não têm os recursos. A Confederação Nacional de Municípios tem gente que pode assessorá-los.

Partindo dessas conversas, a gente está vendo a possibilidade de criar um sistema de informação para os Municípios da Faixa de Fronteira para que, no momento que entrar em vigor um acordo ou surja uma legislação que lhes dê alguma vantagem ou melhoria, eles de imediato saibam.

Enfim, no fundo é criar uma página *web* e divulgá-la de forma intensa, de maneira que se crie o costume de consultá-la.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Certo.

Essa é uma boa providência no século XXI, da era digital, que é muito importante para acesso a isso.

Aliás, esse caso que o Embaixador João Luiz lembra impacta especialmente sobre o meu Estado, o Rio Grande do Sul. No caso mencionado, o próprio prefeito da cidade de Livramento, que é do lado brasileiro, já entrou com uma ação na Justiça porque ele é impedido de pagar os serviços médicos fornecidos pela cidade que está do outro lado da rua, que é Rivera, no lado do Uruguai.

E o caso mais emblemático é o dos pacientes que precisam fazer hemodiálise e têm que andar 250Km, quase 300Km, de Livramento até Santa Maria, o próximo centro médico de maior capacitação, enquanto eles poderiam simplesmente atravessar uma rua e fazer do lado uruaio.

Quer dizer, o acordo só será bem-vindo e entendido na hora que puder haver essa troca. E há disponibilidade, há condições; basta apenas a lei ser compreendida também pelo prefeito. O prefeito está buscando, então, a via legal para implementar esse processo.

Achei muito oportuna esta sua ideia de dizer que lançaria na *web* uma informação abordando todas as questões de fronteira. E eu queria saber do senhor também como estão os projetos de restauração da ponte Jaguarão. E com a Argentina também, em que pé estão, porque no caso da Argentina é binacional, como já foi o caso da ponte São Borja – Santo Tomé?

O SR. JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Bem, com relação à restauração da ponte Barão de Mauá em Jaguarão, Rio Branco, o processo, toda a parte administrativa está praticamente pronta. Nesse caso, a autorização ambiental não atrasou o processo. Só falta o lado uruguio dar o ok.

Então, esse é um aspecto.

Com relação ao projeto da segunda ponte sobre o rio Jaguarão, os problemas que ocorreram no Dnit

atrasaram um pouco o processo, mas ainda está dentro do cronograma esperado, desde a última reunião da Comissão Binacional.

Então, é muito possível que, em meados do ano que vem, já comecem os trabalhos de campo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para concluir, Embaixador João Luiz, o senhor fez referência aqui às dificuldades com a Bolívia em acordos dessa natureza, mencionando aspectos da rotatividade de autoridades, sejam elas provinciais – não importa a designação que eles dão –, para esses acordos.

No Paraguai e na Bolívia, existe um fator complicado, mais complexo, em função da questão de roubo de carros, da questão de contrabando, no caso da Bolívia, da questão das drogas. Eu queria saber do senhor como é que o Brasil opera nessa relação envolvendo áreas tão sensíveis quanto essa, inclusive à luz do fato de que a Bolívia fez uma lei legalizando todos os veículos – não as pessoas – indocumentados.

O SR JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO – Na realidade, a cooperação nessas áreas tem sido muito boa. Uma das coisas que a gente examina é que a deficiência desses países – Paraguai, até um certo ponto, a Bolívia, realmente, muito carente – é a informação. Os sistemas de controle nacionais são muito, primeiro, antigos; segundo, desatualizados, no sentido da informação desatualizada.

No que se refere à Bolívia, examinemos o caso específico dessa lei que legalizou os carros indocumentados. A primeira questão é que a lei só valia para um período xis de tempo. Os donos dos carros tinham primeiro que se inscrever para documentar aqueles veículos. Diante das ações, não só do Brasil, mas também de todos os vizinhos da Bolívia, o governo boliviano solicitou ajuda para que fossem enviados dados e informações sobre os veículos furtados em todos esses países. No caso brasileiro, eu diria que foi até um pouco de exagero, mandou-se uma relação de 2,5 milhões de veículos furtados. Desses 2,5 milhões, os dados não são precisos, porque não os tenho na cabeça, mas havia cerca de 110 mil veículos inscritos para essa legalização. Em torno de quatro mil foram identificados como roubados do Brasil. Esses veículos saíram automaticamente da lista de possíveis legalizados e se iniciaram os procedimentos para devolução ao Brasil desses veículos.

A grande dificuldade, volto a dizer, é a falta de pessoal treinado em quantidade suficiente para o processo todo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Do lado de lá ou do lado de cá?

O SR JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO

– Do lado de lá. O processo de legalização significava rever número de chassi, número de motor, uma série de providências, identificar adulterações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tecnicamente preparados.

O SR JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO

– O relato da nossa Embaixada é que havia veículos que eram cinco veículos: para-choque de um, para-lama de outro, enfim, eram verdadeiros frankensteins.

O governo da Bolívia tem sido da maior cooperação com o lado brasileiro. Agora, há dificuldades naturais, devido às deficiências e falta de recursos, tanto do lado boliviano como do nosso lado. Muitas vezes, a gente não conseguia responder a certas questões apresentadas pelo lado boliviano.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Ministro João Luiz, pelas informações.

Eu queria encerrar, perguntando ao Ministro Clemente Baina Soares. O senhor fez uma referência, e é uma medida elogiável, de buscar no BNDES esse fundo para fazer o monitoramento por satélite sobre a questão do desmatamento da região de toda a bacia amazônica, não só no Brasil

Se o meu ouvido não me falhou, o senhor falou que são recursos a fundo perdido e que tem contribuições da Europa nesse fundo. A Europa está vivendo, agora, um processo econômico e financeiro difícil e eu queria saber se, de alguma forma, essa situação pode ser impactada nesse processo.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Obrigada, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Fora do microfone) – Estávamos juntos.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– É. Justamente estava falando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Falamos na senhora, informando, depois que o Embaixador Clemente Baina Soares disse que a senhora estava em Manaus, que a senhora era uma Senadora das duas bacias, da Amazônica e da bacia do Prata, porque nasceu em Santa Catarina e é Senadora pela Amazônia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Fora do microfone) – Nós nos convidamos, dando trabalho, Senadora Ana Amélia. A senhora não tem ideia. Quando um começava, o outro dizia: vão ser grandes os desafios todos que teremos pela frente

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nesta Comissão, já ficaram deveres de casa para duas questões.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Fora do microfone) – Para esta e para a outra.

Peço desculpas informalmente porque vou ter uma audiência com o Ministro Pimentel, da Indústria e Comércio, e já estou voltando.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora.

Sr. Embaixador, pois não.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Obrigada, Senadora. Esses recursos já estão disponíveis.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, não se trata de aporte futuro?

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– De aporte futuro não.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, tem que aproveitar bem esses que estão aí, antes que seque a fonte.

O SR. CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES

– Justamente. Mas esses fundos já estão no BNDES, já estão colocados. Faltam justamente aspectos técnicos para implementar essa medida, ou seja, como implementar esses recursos, repassá-los para o TCA e como ter esse gerenciamento desses recursos nos outros países. Essas conversações estamos tendo e devo ter um quadro mais claro na próxima semana.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Ministro Clemente Baena Soares.

Agradeço mais uma vez, a valiosa colaboração que o Embaixador Alejandro Gordillo, Secretário-Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA; ao Ministro . Ministro João Luiz de Barros Pereira Pinto, Diretor do Departamento de América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores; e também ao Ministro Clemente Baena Soares – Diretor do Departamento de América do Sul-II do Ministério das Relações Exteriores, pelas contribuições e pelas sugestões que deram aqui e pelas sugestões que deixaram no campo da cooperação, unindo um debate mais intenso, a partir de 2012, entre os representantes das duas bacias. E poderemos ter uma interatividade maior, para permitir que também o próprio Congresso, que tem o Parlamento do Mercosul, possa ajudar na implementação desses grandes problemas.

Agradeço também ao Embaixador Gordillo pelo trabalho que está deixando à Comissão. Agradeço muito a sua gentileza por essa Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica; também os atos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que também ficarão guardados aqui. E, também, essa ideia do Ministro João Luiz Pereira Pinto em relação às questões que podem ser implementadas no caso da *web*. O Senado tem uma boa expertise para isso, claro que o Itamaraty também tem, mas já antecipo que a Secretaria de Comunicação do Senado também pode prestar

algum trabalho nisso nessa união com a Confederação Nacional dos Municípios, fazendo essa interlocução.

Agradeço a todos que nos acompanharam, especialmente os nossos telespectadores da TV Senado e Rádio Senado.

Os senhores foram extremamente disciplinados em relação ao tempo que usaram. Fiz esses agradecimentos em nome, como eu disse, do Presidente desta Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, que está num compromisso inadiável, uma consulta médica com o cardiologista. Ele está bem, mas era o único dia que o médico podia atendê-lo. Eu acho que é plenamente justificável. Com muita honra, pude presidir esta sessão, a pedido dele.

Obrigada todos os senhores. Que tenham um bom-dia e uma boa jornada também. Muito obrigada. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia nove de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da **Senadora Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Lauro Antônio, Ivo Cassol, Álvaro Dias, Jayme Campos e Vicentinho Alves**. Também estiveram presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores não-membros da Comissão **Eduardo Suplicy, Renan Calheiros e Ana Rita**. Registra-se a presença do Deputado Federal, Nelson Marquezelli/PTB-SP. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 57ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente convida a Excelentíssima Senhora Minis-

tra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior e o Senhor Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento, Maurício Muniz, a tomarem assento à mesa. A Presidente informa que foram distribuídos aos Senadores 2 (dois) volumes contendo respostas a Requerimentos de Informações de Ministérios e Secretarias da Presidência da República, sobre obras com recursos aplicados do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A Presidente ressalta que os Requerimentos de Informações são de sua autoria e contêm respostas dos Ministérios dos Transportes; de Minas e Energia; das Cidades; do Planejamento, Orçamento e Gestão; das Secretarias dos Portos e da Aviação Civil, além da VALEC. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 11 e 64 de 2011–CI, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e Walter Pinheiro, respectivamente, com o intuito de informar quais as metas prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e expor sobre o andamento dos investimentos do PAC relacionados à infraestrutura urbana do País, versus PPA 2012-2015, com a presença da Senhora Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior. A Presidente concede a palavra à Senhora Ministra Miriam Belchior. Após a apresentação desta, usam da palavra os Senadores **Ricardo Ferraço, Walter Pinheiro, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Lobão Filho, Ivo Cassol, Delcídio do Amaral, Ana Rita, Jayme Campos, Vicentinho Alves, Wellington Dias e Eduardo Suplicy**. A Senhora Ministra responde às perguntas e faz suas considerações finais. Registra o acordo verbal proposto pelo Senador Ricardo Ferraço e subscrito pela Presidente, no qual propõe o comparecimento da Senhora Ministra Miriam Belchior a esta Comissão após a confecção dos relatórios quadrimestrais do Programa de Aceleração do Crescimento. Às doze horas e quarenta minutos a presidência foi assumida pelo Senador Walter Pinheiro, sendo reassumida pela Senadora Lúcia Vânia às quatorze horas e oito minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª reunião, extraordinária, da Comissão de Serviços

de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 57ª reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Convido a Srª Ministra Miriam Belchior para vir ao plenário desta Comissão. Convido o Sr. Maurício Muniz, Secretário do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para compor a mesa.

Informo aos Srs. Senadores que foram distribuídos dois volumes contendo respostas e requerimentos de informações de ministérios e secretarias da Presidência da República sobre obras com recursos aplicados pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Cumprimento a Ministra. Quero, nesta oportunidade, Drª Miriam, apresentar os agradecimentos desta Comissão e dizer que nos sentimos muito honrados com a presença de V. Exª aqui, nesta manhã.

Eu gostaria ainda de informar os requerimentos de minha autoria que contêm respostas dos Ministérios de Transportes, de Minas e Energia, das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Secretarias dos Portos e da Aviação Civil, além da Valec.

Srª Ministra, o objetivo desta audiência pública é ressaltar a importância da infraestrutura para o desenvolvimento produtivo e econômico do Brasil, avaliar os investimentos em infraestrutura econômica e social, analisar os marcos legais e regulatórios e indicar os gargalos e demandas.

No mapeamento do Ipea das obras rodoviárias, foi possível constatar que o programa federal atende aproximadamente a 13% das demandas identificadas e apenas a 7% no que se refere à recuperação, adequação e duplicação de vias e não apresenta quaisquer indícios de produção das desigualdades regionais.

Em relação às obras portuárias, os estudos mostram a necessidade de expansão e melhoramento dos acessos terrestres e um grande déficit nas áreas portuárias, que, juntas, representam 90% dos gargalos que impedem uma operação eficiente. Segundo o mesmo estudo, a participação dos investimentos no setor portuário pouco se alterou na última década e que, em média, a iniciativa privada é responsável por 60% dos investimentos nesse modal, enquanto as obras do PAC significam 23% da demanda global.

Em relação ao transporte ferroviário, apesar de algumas obras importantes em andamento, o resultado ainda é muito tímido.

O setor aeroviário tem sido objeto de grande preocupação desta Casa e de toda a sociedade. Os dados obtidos até agora sobre o desempenho das obras reafirmam essas preocupações.

Finalmente, podemos citar, no balanço do PAC 2011/2014, uma grande defasagem entre os valores orçados e o desembolso financeiro, o que nos leva à conclusão de que está havendo um baixo desempenho.

A Ministra é pessoa qualificada para fornecer as informações que os Srs. Senadores e a sociedade demandam, não só pelo cargo que ocupa, mas também pela sua experiência na Administração Pública. A Ministra foi Secretária de Administração e Modernização Administrativa e, posteriormente, Secretária de Inclusão Social e Habitação da Prefeitura Municipal de Santo André; também integrou a equipe de transição do Governo Lula e foi Assessora Especial do Presidente da República de janeiro de 2003 a junho de 2004, quando assumiu a Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; desde abril de 2010, tornou-se Coordenadora-Geral do PAC até ser nomeada, em 1º de janeiro de 2011, pela Presidente Dilma Rousseff, para o cargo de Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Nos termos dos arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal esta Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, a Ministra Miriam Belchior, terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos, aos quais a palavra será concedida na ordem de inscrição.

O interpelante disporá de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta de nossa convidada. O interpelante, então, terá prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo-se a Sr^a Ministra o mesmo tempo para a tréplica.

Passo a palavra à Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, que fará as suas considerações iniciais.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Bom dia, Senadora Lúcia Vânia, Presidenta da Comissão de Infraestrutura.

Para mim é um prazer estar aqui na Comissão para apresentar os bons resultados do PAC durante o ano de 2011. Acredito que este é um fórum bastante adequado, a Comissão de Infraestrutura, para fazer esse acompanhamento.

Já tive a oportunidade de estar nesta Comissão de Infraestrutura, naquele momento, também junto com a Comissão de Assuntos econômicos (CAE), em que a gente pôde discutir muitas coisas do PAC no primeiro semestre. Acho bastante adequado voltar, agora em dezembro, para apresentar os resultados que nós temos até setembro de 2011, os resultados acumulados

até setembro de 2011, e sempre é um prazer estar em uma mesa com mais mulheres, está certo?

Queria cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço, autor do primeiro requerimento do convite para a minha presença, e também o Senador Walter Pinheiro, que também é nosso Relator do Plano Plurianual, que está sob análise do Congresso Nacional.

Queria cumprimentar cada um dos Senadores aqui presentes e agradecer a presença nesta reunião.

Fui convidada para fazer um relatório do PAC, então, farei uma apresentação aqui global, sintética, mas, como o PAC é muito grande, por isso eu solicitei estes 30 minutos para a Presidenta da Comissão, para apresentar os dados globais do PAC.

Queria dizer que eles são basicamente os mesmos que nós divulgamos no dia 18 de novembro; nós só fizemos uma atualização comparativa, no que se refere à execução orçamentária para mostrar a evolução do dia 18 para hoje, dia 08, 20 dias de execução adicional.

Vamos começar, João, por favor.

Então, a primeira coisa: o PAC acumulou – temos ali no telão – até setembro de 2011, 143... Os senhores estão recebendo inclusive isso, tanto o balanço propriamente dito, que a gente faz de quatro em quatro meses, como essa atualização da execução orçamentária separadamente. Então, em relação à execução global, orçamento da União, estatal e setor privado, nós executamos até setembro, porque das estatais a gente não consegue acumular tão rapidamente os dados de execução, são quase R\$144 bilhões, entre janeiro e setembro, que correspondem a 15% dos recursos previstos para o PAC entre 2011 e 2014.

Então, o gráfico mostra como isso se distribui nos diversos tipos de fonte: estatal, setor privado, financiamento do setor público, financiamento à pessoas físicas, o AGU fiscal e seguridade, o Minha Casa Minha Vida-AGU e contrapartida de Estados e Municípios.

Nesse quadro de setembro, nós tínhamos, de AGU, executados R\$18,6 bilhões; em 11 de novembro, R\$21,6 bilhões e, agora, já no dia 30 de novembro, dado mais recente – vamos ver a seguir – são R\$22,8 bilhões.

Aqui, mostramos, entre o primeiro balanço realizado em julho, com dados de junho, e esse segundo balanço para os engenheiros, como o Senador Eduardo Braga: sabe que a inclinação da curva ali mostra uma aceleração bastante grande entre o primeiro semestre e esse terceiro trimestre. Uma aceleração, a curva mais inclinada demonstra essa aceleração. Nós aumentamos em 66% o desembolso do PAC entre junho e setembro.

Podemos passar.

Aqui, então, a execução orçamentária do PAC. A primeira coluna mais escura de cada um reflete o balanço que fizemos em 18 de novembro, com dados de 11 de novembro, e já a barra seguinte é a de 30 de novembro. Então, de R\$36,6 bilhões de dotação orçamentária, R\$24,4 bilhões foram empenhados e R\$22,8 bilhões foram pagos.

Podemos passar.

Aqui, também, comparativo do valor empenhado. Percebemos que estamos no mesmo patamar de 2010, que foi o melhor ano do PAC. Então, lá no meio, em 30 de novembro, em 2010, nós tínhamos empenhado R\$24,7 bilhões. Agora, em 30 de novembro de 2011, R\$24,4 bilhões, exatamente em linha com o ano passado. Se olharmos a curva desde 2007, vemos esse avanço crescente do desempenho do PAC.

Próximo *slide*, por favor.

O mesmo no que se refere ao pagamento. Aqui, no ano passado, até 30 de novembro, nós tínhamos pago R\$19,5 bilhões do Orçamento da União. Agora, em 2011, R\$22,8 bilhões, quase R\$3 bilhões a mais do que no ano de 2010. Acho que isso demonstra bem que – aqui também temos a curva desde 2007 – o PAC está executando num alto nível, mesmo estando no que chamamos um novo ciclo.

Nós vimos com o PAC1, R\$5 bilhões, R\$9 bilhões, R\$13 bilhões. Ele vinha crescendo exatamente porque o PAC, como todo tipo de conjunto de obras, tem um ciclo de projeto. Esse ciclo de projeto começa com fazer o estudo de viabilidade, projeto básico, projeto executivo, licenciar, licitar e, só então, entrar em obras.

Então, é natural essa curva. Agora, estamos começando o PAC 2 – temos novas obras, e, portanto, uma parte importante está em fase preparatória. Mesmo assim, estamos num patamar igual, um pouco superior, ao de 2010, mostrando que não voltamos ao mesmo patamar de 2007. Estamos seguindo a partir do patamar de 2010, o que me parece uma demonstração clara do bom andamento do PAC.

Podemos passar.

Aqui, os dados das estatais e setor privado da área de energia – geração e transmissão de energia –, petróleo e gás combustíveis renováveis. Aqui, o dado ainda é de setembro, porque temos uma defasagem para buscar os dados das estatais. Então, uma execução de R\$59,5 bilhões, que é 83% maior em relação ao mesmo período do ano passado.

Em relação a ações concluídas, nesses nove primeiros meses do ano, até setembro, 11,3% do total previsto a concluir até 2014 foram concluídos. São R\$80,2 bilhões em obras concluídas, que foram executadas entre janeiro e setembro de 2011. Como uma parte disso teve desembolso antes de 2011, o valor

geral desses empreendimentos concluídos é de R\$94 bilhões, mas o desembolso em 2011 é de R\$80,2 bilhões. Aí, temos a lista de todos os setores do PAC onde se concentram essas conclusões.

Em vez de eu ler a lista, eu vou querer mostrar o mapa que mostra isso e fotos dos empreendimentos que já foram concluídos.

Aqui todos os empreendimentos de energia concluídos; em azul de geração e transmissão, em amarelo, de petróleo e gás e, mais escuro, da indústria naval.

Podemos passar para ver.

Então, aqui temos a Usina Hidrelétrica de Dardanelos, no Mato Grosso, concluída; de Estreito, entre Maranhão e Tocantins, que entrou em operação, mais de 1.000 *megawatts*; o Complexo Eólico, Fazenda Rosário, no Rio Grande do Sul, também concluído; o Eólico, de Mangue Seco, no Rio Grande do Norte; o Cerro Chato, também no Rio Grande do Sul; a linha de transmissão Chapadão-Ilha Solteira, quase 250 quilômetros, e a Plataforma P-56, que entrou em operação no campo de Marlim Sul, no Rio.

Aqui as demais obras também concluídas das outras áreas do PAC – vamos ver aqui algumas imagens. Em Minas Gerais, a BR-262, concluída; no DF, a BR-450, a BR-020, também no DF; a BR-070, em Goiás, o reforço do Berço 101, no Porto São Francisco do Sul, em Santa Catarina; a primeira fase da dragagem de aprofundamento, do Porto do Rio de Janeiro; o módulo operacional central do aeroportos de Guarulhos, de Viracopos, de Vitória e de Goiânia.

Aqui, na área de esgotamento sanitário: estação de tratamento de esgoto em Santa Bárbara D'Oeste, em São Paulo; emissário submarino de Salvador; esgotamento sanitário em Tucano, na Bahia; em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul.

Aqui, água: estação de tratamento de água em Santa Bárbara D'Oeste, em São Paulo; o sistema Congo, na Paraíba, sistema de água; adutora Limoeiro, em Pernambuco; sistema agrestina, também em Pernambuco; a barragem de Missi, também no Ceará; o eixão das águas, trecho IV, também no Ceará, que foi concluído.

Então, esses são alguns dos 11,3% de obras que foram concluídas nesse nove primeiros meses do ano.

Aqui, nós temos uma avaliação do andamento das obras de alguns setores. São as grandes obras do PAC que são realizadas diretamente pelo governo federal ou ainda delegadas aos Estados, mas as grandes obras. Então, ela inclui o eixo de Transporte, de Energia, de Mobilidade Urbana, de Luz para Todos e Recursos Hídricos. Não inclui todo eixo Cidade Melhor, Minha Casa Minha Vida, Água e Luz para Todos e Comunidade Cidadã. Aqui é uma parte dos empre-

endimentos que a gente acompanha com esse sinalizador azul, verde, amarelo e vermelho.

Quando fizemos o balanço do PAC, algumas pessoas tiveram dificuldade de entender o gráfico e acabaram dizendo que piorou a situação do PAC, porque caiu de 76% para 72%, o adequado, mas o problema é que isso aconteceu porque aumentou o concluído, de 9% para 14%. Então, é natural que aquilo que estava adequado se concluiu. Houve algumas leituras equivocadas, como se nós tivéssemos piorado. Na verdade, a situação melhorou, não houve aumento de atenção ou preocupante. O que houve foi um deslocamento de adequado para concluído, de 9% para 14%.

Próximo, por favor.

Aqui a gente mostra também para essas mesmas áreas em que estágio do ciclo nós estamos; se estamos em ação preparatória, que é projeto ou licenciamento e licitação, se estamos em obra ou se a obra foi concluída. Aqui a gente percebe que, em junho, nós tínhamos 55% em obra, considerando o valor, temos 57%. Temos 40% nessa área que está ainda em etapa preparatória.

Acho que essa informação também é muito importante para demonstrar que, como estamos num novo ciclo, novas obras foram incluídas como o PAC 2 e elas estarem em estágio preparatório reforça ainda mais os resultados que nós estamos obtendo agora em 2011. No ano passado, que era o fim do primeiro ciclo, nós alcançamos os resultados que a gente viu anteriormente. Em 2011, já um pouquinho acima de 2010, ainda com 40% em estágio de preparação, ou seja, fazendo-se projeto – existe desembolso, mas é pequeno – e licitação. Acho que isto também é outro dado a reforçar: o estágio acelerado em que o PAC se encontra.

Próximo, por favor.

Então, no eixo... Vou abrir agora, a partir desses dados globais, um pouco dos resultados em cada um dos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento. Eu queria começar, então, com a área de rodovias.

Pode passar.

Então, concluímos quase 300 quilômetros de duplicações e adequações. Já vimos uma parte delas: 262, 020 e 070. De todo o bloco de concluídas a gente já mostrou as fotos antes. Temos em andamento 6,6 mil obras; 2,1 mil em duplicação e adequação; e mais de 4,5 mil em construção e pavimentação, ou seja, estradas que são de terra e que estão virando, de fato, rodovias.

Foram iniciados, em 2011, 516 quilômetros de rodovias: a 222, no Ceará; a 163, no Paraná; a 110, no Rio Grande do Norte; a 408, em Pernambuco – no trecho Carpina até a 232 –; e a 153, no Tocantins.

E, quase toda a malha, 99% dela, 53 mil quilômetros... São contratos cobrindo a manutenção de toda a malha viária, o que tem dado resultados bastante positivos na qualidade da nossa malha viária federal, e sinalizamos nesse período mais de 10 mil quilômetros de rodovias, o que é fundamental também para a segurança de quem usa as nossas rodovias.

Então, algumas das obras que estão em andamento. Aqui, a 163, no Pará, com 49% realizados. Essa é uma obra de pavimentação; havia apenas chão batido, como se diz lá minha terra. Aqui já são 221 quilômetros pavimentados, quase metade da obra. Aqui, a 101, Alagoas, com 223% realizados; a 101, Pernambuco, trecho Cabo Santo Agostinho até a divisa com Alagoas, com 84% realizados; a 101, Sergipe, com 12% realizados; a BR-493, no Rio de Janeiro, a continuidade do Arco Rodoviário – já fizemos a terraplanagem e as obras de arte. Aqui, a 448, no Rio Grande do Sul, com 37% realizados, uma obra fundamental para desafogar a região metropolitana de Porto Alegre; a 101, Santa Catarina, quase pronta, 79%; a 060, em Goiás, com um quarto pronto.

Passamos, então, para as ferrovias.

Nós temos em andamento mais de 3,1 mil quilômetros de obras: a Norte-Sul, 1.369; a Transnordestina; a Oeste-Leste e a Ferronorte – Alto Araguaia–Rondonópolis. Também foi concluído um estudo importante, chamado Corredor Bioceânico, para avaliar a viabilidade da ligação Paranaguá ao Pacífico, até o porto de Antofagasta, no Chile.

Aqui, na ferrovia Norte-Sul, esse trecho Palmas–Anápolis está com 90% realizados. Na Transnordestina, entre Salgueiro e Suape, 38% da infraestrutura realizada e 36% das obras de artes; a superestrutura já começou a ser colocada, 1% dela já está pronta. Aí é um exemplo da superestrutura.

Aqui, o contorno ferroviário de Araracoara – 82% realizados do contorno e um terço do pátio.

Portos.

Em portos, concluímos cinco obras e projetos. Então, a ampliação dos molhes lá no Rio Grande do Sul; a dragagem de aprofundamento de Suape; a dragagem do rio, cuja foto mostrei; São Francisco do Sul, cuja foto também mostrei; e um outro projeto que não é obra de infraestrutura, mas que é importantíssimo para melhorar a competitividade nacional, que é o projeto Porto sem Papel. A Secretaria de Portos desenvolveu um portal em que os usuários dos portos entram com suas informações apenas uma vez, e os órgãos federais vão buscá-las lá. Em vez de o usuário da Marinha Mercante fazer informação para a Anvisa, para a Receita, para a Agricultura, enfim, para o próprio porto, enfim, se não me engano, são seis órgãos federais diferen-

tes que apresentam essa informação, ele faz isso uma única vez e cada um vai lá, busca essa informação e dá a sua autorização. Está acelerando bastante. Isso já está implantado em três dos principais portos brasileiros – Santos, Rio e Vitória – e estará implantado em todos os portos brasileiros até meados de 2013.

Além disso, os principais destaques de obras iniciadas: avenida perimetral portuária margem esquerda, em Santos; a ampliação do cais comercial, em Vitória; a dragagem do canal externo, em Suape; a derrocagem de uma pedra enorme que tem no canal de entrada dos navios em Santos, o que vai permitir uma maior movimentação de navios – essa destruição da pedra já está quase concluída – e o terminal marítimo de passageiros de Recife, que tem a ver com a Copa do Mundo.

Temos 22 obras em andamento. Há uma lista de algumas com destaque, todas muito próximas de terminar, como a dragagem de Santos, o Terminal Salineiro de Areia Branca, e assim por diante.

Algumas imagens. A ampliação e adequação do Terminal Salineiro, no Rio Grande do Norte, com 94% pronto. O berço 100 e o alagamento do cais sul, do Porto de Itaqui, no Maranhão, com 82% realizado. Ampliação do píer do porto de Vila do Conde, 70%. A derrocagem, que acabei de falar, sendo explodida. Aquela mancha branca redonda é exatamente o momento da explosão da pedra no canal de entrada, 10% realizada.

Aeroportos. Em aeroportos, o grande destaque do período se refere às concessões de aeroportos. Foi feita a primeira concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. O leilão foi realizado no dia 22 de agosto. Tivemos um ágio de 229% e o contrato foi assinado com a empresa vencedora no último dia 28, no Rio Grande do Norte.

E começamos a modelagem para fazer a concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília. Os estudos foram concluídos e no último dia 14 de outubro foi encaminhado ao TCU, que, ontem, votou seu relatório, o que permitirá que provavelmente na próxima semana, início da outra, a Secretaria de Aviação Civil publique o edital da concessão desses três aeroportos, com uma previsão de no fim de janeiro ser o leilão. A Anac é que publica o edital. Mas provavelmente no finalzinho de janeiro haverá o leilão de concessão.

Foi um tempo absolutamente recorde de modelagem, feita dentro do Governo, e também um trabalho de enorme parceria com o Tribunal de Contas da União, que fez uma análise bastante ágil também em parceria com o Governo Federal. Foram dois meses de trabalho.

Obras concluídas nesse período. São quatro módulos operacionais, dos quais já vimos as fotos na primeira etapa. Em Recife foi concluída a instalação dos conectores; em São Gonçalo do Amarante foi concluída a primeira etapa dos sistemas de pista e pátio.

Além disso, iniciamos sete obras em aeroportos. O pátio de Macapá; pista e pouso de Curitiba; ampliação do terminal de passageiros de Belo Horizonte e também do sistema viário; de Vitória, a torre de controle; no Galeão, a recuperação dos sistemas de pista e pátio; São Gonçalo do Amarante, começou a segunda etapa de pista e pátio; e aqui em Brasília, toda a reforma do corpo central do terminal de passageiro, que vai ampliar toda a área de embarque em relação ao que temos hoje.

Também temos 21 obras em andamento em 12 aeroportos. Ali está listado, com os percentuais. Vou mostrar as fotos. O Galeão, a reforma do Terminal de Passageiros 2, com mais do que metade já realizado; o sistema de pistas de Guarulhos, com 47%; São Gonçalo do Amarante, 46%, a segunda etapa; o terminal remoto, o terceiro terminal de Guarulhos, já com 83% realizado; a terraplanagem do novo grande terminal de passageiros, que já estamos fazendo. E quem ganhar a concessão seguirá as obras depois disso. Temos quase 20% da terraplanagem já executada.

Equipamentos para estradas vicinais. Isso é novo no PAC. Temos previsto no PAC esse recurso para fornecer máquinas e equipamentos para os pequenos Municípios brasileiros. Isso está restrito aos Municípios com menos de 50 mil habitantes e que têm grande produção agrícola e um número muito grande de quilometragem de estradas vicinais. Então, dá maior capacidade para os Municípios fazerem manutenção de suas estradas vicinais.

Já selecionamos, em uma primeira etapa, R\$270 milhões para 1,3 mil Municípios, 26 Estados, porque aqui no DF não é preciso, pois não tem Município com menos de 50 mil habitantes.

Já contratamos o primeiro lote que vai para o Rio Grande do Sul. A previsão de entrega é para o próximo dia 13, terça-feira. A Presidenta deverá estar no Rio Grande do Sul entregando esses equipamentos aos 126 Municípios do Estado.

No dia 1º, realizamos o pregão para adquirir os equipamentos para os demais Municípios já selecionados, uma previsão de entrega até maio do ano que vem, para 1.173 Municípios.

Com isso, terminei o eixo de transportes. Vamos para o eixo de energia.

No eixo de energia, geração energia elétrica. Entraram em operação, nesses nove meses, 2.532 megawatts, 4 usinas hidrelétricas, 11 usinas térmicas,

9 eólicas e 2 pequenas centrais hidrelétricas. Aí os destaques de operação comercial. Já fiz lá nas fotos, Estreito, as várias eólicas. Iniciamos, nesses 9 meses de 2011, 44 novas usinas. São 6 usinas hidrelétricas, maior destaque deles é Belo Monte, mas também Teles Pires, que tem 1.820 megawatts, 5 unidades térmicas, 28 eólicas e 5 pequenas centrais hidrelétricas.

Pode passar. Temos 82 obras em andamento, mais de 29 mil megawatts, 13 são usinas hidrelétricas, a maior parte dos megawatts estão aí, são quase 22 mil, com destaque para as duas usinas do Madeira, Girau e Santo Antonio.

Lembro que a primeira turbina de Santo Antonio já entra em operação agora no mês de dezembro, já está pronta para entrar em operação, tem 58% realizados, mas já começa a gerar energia. Girau já tem 64% realizados, já foi feito o desvio do rio, que é um passo importante na execução da obra. Temos 34 usinas térmicas em andamento e 27 eólicas. Realizamos leilão de energia A menos 3, quer dizer, para a energia ser entregue daqui a três anos, e leilão de energia de reserva. Tivemos um deságio médio de 20%. Uma tradição em nossos leilões é conseguir grande competitividade e, com isso, reduzir o preço de energia e aumentar a competitividade de nosso País. Com destaque para além de hidrelétrica, que é energia limpa, para outras modalidades também limpas, como eólica, que quase 2 mil megawatts foram selecionados nesse leilão, mais de mil em térmica a gás e mais de 500 de térmica a biomassa.

Poderemos ver algumas fotos. Aqui são as fotos de Belo Monte. Quero destacar a unidade básica de saúde, feita lá, uma das condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento. Aqui uma escola municipal em execução, também como condicionante dos trabalhos de implantação da usina e aqui os canteiros para execução da obra propriamente dita. Aqui a usina de Ferreira Gomes, no Amapá, com 14% realizados; Santo Antônio, em Rondônia, 58% realizados; Girau, com 64%; Simplício, com 85%; Mauá, no Paraná, com 91%; Angra III, no Rio, com 15% realizados; Garibaldi, em Santa Catarina, 10% realizados.

Vamos, então, à transmissão da energia elétrica. Foram concluídas cinco linhas de transmissão, quase 900km de novas linhas de transmissão, e iniciadas dez outras neste ano. Mais de 6.600km foram iniciados neste ano. Destaque ali para a interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara, que é o grande linhão que vai dar vazão à energia gerada nas duas usinas do Madeira até os maiores centros consumidores do Sudeste. São 4.750km de interligação.

Pode passar.

Temos 25 outras linhas de transmissão em obras, mais de 10.000km em obras. Aqui, também, com destaque o reforço das nossas interligações. Primeiro, Tucuruí-Macapá-Manaus, 1.800km, que vai fechar completamente o nosso sistema interligado nacional. Quem está lá no sistema isolado passará agora a estar interligado nacionalmente. E realizamos dois leilões este ano, mais de 3.000km de linhas de transmissão, com um deságio bastante alto também, fruto desse trabalho muito importante que o Ministério de Minas e Energia vem fazendo no País.

Podemos passar.

Aqui, então, a interligação do Madeira, 53% realizada nesse trecho, e a interligação Tucuruí-Macapá-Manaus, também mais da metade realizada.

Vamos para a área de petróleo e gás.

Aqui, na área de exploração e produção, foram iniciados 150 poços exploratórios em 2011, metade em terra e metade no mar, e foi perfurado o primeiro poço na área da Cessão Onerosa, que confirmou o potencial do campo de Franco.

As principais descobertas no período. Estamos aqui no pré-sal, na bacia de Santos e na bacia de Campos. Um, dois, três, quatro campos aqui: Carioca Nordeste, Macunaíma, Guará Sul e Tinguá; e, no caso de Campos, Gávea, Albacora, Osorno e Currupião. No pós-sal, também descobertas importantes na bacia Pará-Maranhão, na bacia do Espírito Santo, com todos os nomes bem gostosos – Brigadeiro, Pé de Moleque e Quindim –, e também no Bloco Espírito Santo 23, e na bacia de Sergipe e Alagoas.

Temos, em terra, três Testes de Longa Duração já concluídos e dezesseis em andamento. No mar, um TLD concluído e sete em andamento. Além disso, entraram em operação na bacia Potiguar, Andorinha, Andorinha Sul, Chauá, Pitiguari e Trinca Ferro; em Sergipe e Alagoas, outros três; no Espírito Santo, Mosquito Norte; em Santos, Mexilhão; e em Campos, Peregrino.

Além disso, entrou em operação – vimos a foto – a P-56, no campo Marlim Sul, na bacia de Campos.

Aí, as fotos. Aqui, a plataforma P-55 sendo construída, 42% dela já realizada. Aqui, a plataforma P-62, também 22% realizada. A P-59, lá na Bahia, quase pronta, 93% realizada.

Vamos para a área de fertilizantes e gás natural.

Então, os resultados. Essa é uma área... Gasoduto não. Nós tivemos um imenso avanço na área de gasodutos durante o PAC I. Quase todos foram entregues e agora acabamos de concluir mais 181km de gasodutos, basicamente na área de São Paulo. Além disso, entrou em operação a Unidade de Tratamento de Gás em Caraguatatuba, uma enorme usina de tratamento de gás, e agora, mais recentemente, a pré-operação

da Unidade de Processamento do Condensado de Gás Natural – UPGCN.

E o que é novo no PAC II, fundamental, uma aposta importante da Presidenta Dilma: a aposta em fertilizantes, de o Brasil poder se tornar independente na produção de fertilizantes para a nossa agricultura. Por isso temos previsto no PAC três unidades, a UFN III, Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III, que é em Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas. Já tem o contrato de construção e montagem assinado, e já foi realizada 85% da terraplanagem para a construção da unidade. Aqui, exatamente a área de terraplanagem de Três Lagoas, refino e petroquímica.

Estamos construindo quatro refinarias e petroquímicas: Abreu e Lima; o Comperj no Rio; a Prêmio I, no Maranhão e a Petroquímica Suape, em Pernambuco e andamento, modernização e ampliação de 10 refinarias para que o Brasil possa fazer o processamento do seu próprio combustível e ser menos dependente de importação, especialmente de gasolina e óleo diesel.

Aqui, então, a Refinaria Abreu e Lima, que há uns dois anos era terraplanagem o tempo inteiro. Aqui, a gente já vê o avanço, não só do processo de terraplanagem, mas de construção da refinaria, 41% realizados. A Premium I, no Maranhão, que tem 17% da terraplanagem já realizada; a Comperj, Rio de Janeiro, 24% realizados; a Repar, no Paraná, 93% realizados da melhoria de qualidade, para produção de combustível com melhor qualidade.

Revitalização da indústria naval. Esse é um dos grandes destaques, sempre foi um dos grandes destaques do PAC. Os investimentos nacionais para produção de embarcações para serem usadas no País. Aqui, na Frota de Marinha Mercante, neste ano contratamos 158 empreendimentos, sendo cinco estaleiros e 153 embarcações. E no Promef, de expansão da nossa frota petroleira para a Petrobras, no chamado Promef I temos 23 navios em construção e, no II, 8 navios em licitação e 18 em construção. A Presidenta da República – acho que a gente vai mostrar até aí, pode passar – acabou de entregar, há 10 dias, eu acho, o Celso Furtado, o primeiro navio do lote do Promef I, lá no Estaleiro Mauá, que tinha 77% realizados, foi ao mar há 10 dias mais ou menos.

Eixo Cidade Melhor. Começando aqui os eixos que têm a ver com infraestrutura social e urbana. Aqui, na área de saneamento, toda essa área é realizada por Estados e Municípios. O Governo Federal seleciona projetos que são executados por Estados e Municípios. Então, no ciclo 2007/2009, selecionamos R\$25 bilhões em projetos para Estados e Municípios, quase 4 mil empreendimentos em quase 2 mil Municípios e em 2011/ 2014, nós já selecionamos 6,7 bilhões de

cerca de 30 bi, mais ou menos, que estão reservados para saneamento. São 600 empreendimentos em 340 Municípios.

Do ciclo de seleção 2007/2008, quase tudo iniciado com execução média de 53%. Ou seja, obras que devem ser concluídas entre este ano e o começo do ano que vem que já vão dar um impacto muito importante nos nossos indicadores de saneamento.

Aqui, só para pegar o mais antigo e o mais recente. Da seleção atual, metade do selecionado já foi contratado.

Pode passar.

Aqui, a gente tem, então: esgotamento em Santa Luzia; esgotamento em Guarulhos, 70% executados; aqui em Jacareí, 67%; em Salvador, na Bahia, 27%; em Vitória da Conquista, também na Bahia, 42%; em Camaçari, também na Bahia, 53%, olha o tamanho do emissário; em Feira de Santana, 88%; em Mossoró, no Rio Grande do Norte, 88%; em Londrina e Cambé, no Paraná, 81. Aqui, um trabalho muito importante. Escolhemos projetos integrados nas bacias dos Sinos, Guaíba e Gravataí, que abastecem a região metropolitana de Porto Alegre. Então, escolhemos projetos em toda a bacia para podermos tratar e liberar todos os rios para abastecimento da população da região metropolitana de Porto Alegre. Então, temos 58% executados do projeto Ponta da Cadeia, Florianópolis, Santa Catarina, 78%, Rio Grande, no Rio Grande do Sul, 72%, São Paulo, aqui em São Bernardo do Campo, 66%, Paranaguá, 53% – aqui, saneamento integrado, que é necessário também fazer habitações –, em Jaboatão dos Guararapes, 65%, em São Paulo, na capital, 65% – resíduos sólidos, aqui, aterro sanitário.

E passamos à prevenção em área de risco, é uma área relativamente nova no PAC, que se compõe de obras de drenagem, para combate a enchentes, e de também combate a deslizamento de encostas. Nesse caso de drenagem, entre 2007 e 2009, selecionamos mais do que R\$5 bilhões, destes, 95 já tem obra iniciada também com mais de 50% de execução, e, agora, entre 2011 e 2014, nós já fizemos a primeira seleção em que selecionamos R\$4 bilhões, 61% disto já foi contratado por Estados e Município.

Na área de encostas nós temos R\$1 bilhão reservado para isso, para obras prevenção de deslizamentos em áreas de encosta, já selecionamos mais de meio bilhão em dez Estados e 77 Municípios que têm maior incidência de deslizamentos, inclusive com ocorrência de mortes nos últimos cinco anos, e, destes, 68% já foram contratados.

Então aqui a gente tem exemplo de drenagem urbana, combate a enchentes em Ourinhos e em São Paulo, 69%, em São Luís do Maranhão, 1/3, em São

José dos Pinhais, no Paraná, 11%, em Piçarras, Santa Catarina, 50%, em Porto Alegre 58%.

Mobilidade urbana. Mobilidade urbana, nós também ampliamos muito os recursos previstos para essa modalidade no PAC 2, especialmente porque temos o entendimento de que a área de mobilidade é uma das mais importantes a ser enfrentadas nas nossas metrópoles. Por isso já selecionamos os quatro primeiros Municípios, metrô, em Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, com corredores de ônibus metropolitanos também, e Salvador. No próximo mês, provavelmente serão anunciados os outros municípios e Estados que serão beneficiados, são todos municípios com mais de 700 mil habitantes, exatamente para concentrar o recurso onde isso é um problema mais sério.

Foram iniciadas as obras do aeromóvel, em Porto Alegre, e a construção de 15 trens elétricos em Recife.

Temos dez obras em andamento, nós vamos ver as fotos, não preciso ficar falando.

Vamos lá.

Em Recife, já foi entregue o segundo veículo leve sobre trilhos, 89% realizado.

O metrô de Fortaleza, 78%, aqui a estação.

Aqui o tremurb, lá em Porto Alegre, 72% realizado.

Aqui o aeromóvel de Porto Alegre, começou neste ano e já está com 45% realizado.

Pavimentação. Esta também é uma área nova no PAC, com a mesma lógica de atacar os principais problemas urbanos. Nós temos uma previsão de R\$6 bilhões, selecionamos 198 municípios, R\$1,8 bilhão, nos vários grupos. Grupo 1 são os grandes municípios, maiores que 100 mil habitantes, no Sul e Sudeste, mais que 70 mil no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o G2 é entre 50 e 70 ou 50 e 100 mil, de acordo com a região, e o G3 são os municípios menores que 50 mil. Esses todos selecionados estão em processo de contratação.

Vamos lá para o eixo comunidade cidadã, um eixo também novo no PAC, com esse entendimento de que o Governo Federal deve ajudar Estados e Municípios a enfrentar os principais problemas das cidades brasileiras.

Então nós temos, entre 2011 e 2014, R\$22 bilhões previstos, selecionamos R\$3,5 bilhões, em quadras esportivas nas escolas, em unidades básicas de saúde e Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, creches e pré-escolas e praças dos esportes e da cultura.

Então nos quatro primeiros casos, nós temos, alguns quase 100%, quase tudo já contratado do que foi selecionado esse ano, apenas nas praças de esportes e da cultura, que os Municípios estão terminando de entregar seus projetos para que a contratação possa ser realizada e as obras iniciadas.

O Minha Casa Minha Vida.

Urbanização de assentamentos precários. Urbanização de favelas e vilas. No Rio Grande do Sul chamam-se vilas, em outros bairros populares e no Sudeste é muito comum chamar de favelas e no Norte, palafitas.

Também aqui são obras selecionadas pelo Governo Federal a serem realizadas por Estados e Municípios.

Entre 2007 e 2009, nós selecionamos R\$19 bilhões, quase quatro mil empreendimentos, mais de 2.000 Municípios e agora, entre 2011 e 2014, a primeira seleção foi de 9,3 bilhões.

Aqui também a gente pode ver que as seleções mais antigas já estão iniciadas, com uma execução de mais do que metade, e a primeira seleção de 2011 nós já tínhamos em 31 de outubro praticamente metade contratada para que os Municípios pudessem fazer a licitação dessas obras.

Aqui a gente tem o Bairro Floresta, em Rio Branco, 94% realizado; Macapá, 78% realizado; Taboquinha, em Belém, 36%; Águas Claras, em Salvador, 44%; Maranguapi, em Fortaleza, 25%; Vila do Mar, em Fortaleza, 46%; Via Mangue, em Recife, 31%; Vila Denocs, aqui em Brasília, 64%; Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, 89%; Vila São José, em Belo Horizonte, 60%; Pedreira Prado Lopes, em Belo Horizonte, 74%; Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro, 25%; Heliópolis, em São Paulo, 58%; Paraísopolis, em São Paulo, 54%; Passaúna, em Campo Magro, no Paraná, 64%.

E financiamento habitacional. Essa é outra área que só vem crescendo no nosso País. Nessa área a nossa previsão este ano era de 44 bilhões; em setembro a gente já alcançou 55 bilhões, mais de 352 mil famílias beneficiadas. E quando eu comparo o mesmo período de setembro de 2010, em 2011 já realizamos 46% a mais.

Vamos então ao último bloco.

No Luz para Todos a nossa meta para o período 2011/2014 sé de 662 mil ligações. Dessas, 257 mil se relacionam com as prioridades do Plano Brasil sem Miséria. Dessas, a maior parte são ligações no sistema integrado e 30 mil são no sistema isolado, especialmente no Amazonas.

Realizamos já 29% de todas as ligações previstas até 2014. Este ano foram quase 190 mil ligações até setembro deste ano.

Água em áreas urbanas. Aqui a cargo de Estados e Municípios.

Entre 2007 e 2009, R\$9,5 bilhões. A primeira seleção de 2011/2014, R\$2,7 bilhões.

Aqui resultado semelhante ao que vimos em esgoto e urbanização. Quase tudo iniciado nas primeiras seleções com mais do que metade de execução.

No caso da última seleção, temos já 42% contratados.

Exemplos de abastecimento de água: em Suzano, São Paulo, 98%; o reservatório Taquaril, em Belo Horizonte, 99%; Sete Lagoas, em Minas Gerais, 46%; João Pessoa, na Paraíba, 59%; Aracaju, em Sergipe, 48%; Fortaleza, 29%; Adutora Tucano, na Bahia, 74%; Caruaru, em Pernambuco, 95%; Salvador, na Bahia, 74%.

Volta um pouco, João.

Olha o tamanho do carro perto da... *(Pausa.)*
(Risos.)

Essa não é.

Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, 70%; Londrina, no Paraná, 84%; Boa Vista, em Roraima, 89%; Rio Branco, no Acre, 76%; Ariquemes, em Rondônia, 80%; Jaru, em Rondônia, 89%.

Por fim, acho que esse é o último bloco, recursos hídricos.

O Governo Federal está fazendo um novo modelo para irrigação de áreas. O Ministro Fernando Bezerra está desenvolvendo um novo programa que a gente deve lançar proximamente, em que vamos ajustar a forma de realizar esses investimentos. Então, para os perímetros em que já estamos em operação a ideia é fazer a concessão à iniciativa privada para sua operação e manutenção. No caso daqueles que já estão em obras, a ideia é também fazer a concessão para que a iniciativa privada conclua as obras e faça a ocupação e manutenção. A implantação de novos perímetros também será feita com a iniciativa privada e teremos uma linha especial para a recuperação e modernização de perímetros com finalidade social para pequenos produtores rurais.

Foi concluída nesse período aquela lista de obras, a gente já viu a foto de algumas delas, como o eixão das águas do Ceará. Está em andamento a integração do São Francisco, vamos ver fotos em seguida, as obras de revitalização do São Francisco de esgotamento sanitário, revitalização ambiental e sistemas simplificados de abastecimento de água, além de 52 obras de barragens, adutoras e infraestrutura para irrigação.

Vamos às fotos.

Aqui o eixo leste do São Francisco, com 71% realizado, o eixo norte com 46%.

Aqui um exemplo de obra de revitalização, de estação de tratamento de esgoto em Minas, na nascente do rio, são 174 sistemas previstos de tirar esgoto do São Francisco, 54 estão em execução e 22 já foram concluídos.

Aqui a adutora do algodão, na Bahia, com 1/3 realizado, a João Leite, em Goiás, 40% realizado.

Isso era o que gostaria de apresentar aos Senhores.

Queria apenas reafirmar aqui que esses 15% de realização do total do PAC, 11,5% de obras já concluídas, daquelas previstas para concluir até 2014, e o patamar de execução de 2011, que, até setembro, estava no mesmo patamar de 2010. Agora, em novembro, já ultrapassamos o patamar de 2010, o que nos parece demonstrar a importância que o Governo dá ao investimento como fator importante para o nosso desenvolvimento e como nós de novo, o Brasil, estamos numa posição privilegiada para enfrentar a crise internacional. Já em 2008 e 2009 o fato de termos o PAC foi fundamental para que pudéssemos ter enfrentado de maneira mais soberana os efeitos da crise internacional. De novo o País está pronto para enfrentar essa situação não só pela boa condução da política econômica, mas também por estarmos preparados para fazer investimentos geradores de emprego, capazes de sustentar o crescimento da nossa economia.

Com isso, Presidenta, queria agradecer a atenção de todos e me desculpar pelo tamanho da apresentação, mas acho que é importante para que a gente tenha uma visão mais clara do andamento do PAC em suas diversas áreas.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço e cumprimento a Srª Miriam Belchior. Passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Exma. Srª Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, a quem cumprimento pelo dinamismo com que tem coordenado os trabalhos desta Comissão, sempre compartilhados com nosso vice-Presidente, Senador Blairo Maggi, com quem também eu me congratulo.

Drª Miriam Belchior, nossa Ministra; Dr. Maurício Diniz.

Ministra, longe de mim deixar evidentemente de reconhecer os esforços não apenas presente no Governo da Presidente Dilma, mas também presentes do ex-Presidente Lula, em que V. Exª e assim nossa Presidenta tiveram papel relevante na edificação e na implementação da gestão de um programa muito amplo, muito complexo, com muitas iniciativas.

Importante o registro da incorporação de métodos e ferramentas no gerenciamento intensivo nesse conjunto de realizações em todo o País. O PAC é de fato um instrumento muito importante de socialização do investimento nas diversas áreas tão bem relatadas por V. S., mas tem sido também instrumento importante de aquecimento de nossa economia.

Mas em que pese a apresentação muito bem feita por V. S., disponho aqui de alguns números que são da Organização Não Governamental Portas Abertas,

que nos levam à conclusão ou à reflexão da necessidade de nós não olharmos apenas para as virtudes do programa, mas para um conjunto de desafios, porque, sinceramente, ouvindo V. S. parece que não temos problemas, que não temos desafios, que não estamos enfrentando um conjunto de dificuldades, dificuldades de toda ordem, dificuldades de gestão, dificuldades no campo do enfrentamento com o Tribunal de Contas da União. Importante registrar aqui que, em muitas circunstâncias, o TCU quer governar sem ter sido candidato, sem estar legitimado pela população. Problemas relacionados à Lei de Licitação, que, a meu juízo, é antiquada, e eu registro que não vejo esforços do Governo na direção de atualizarmos e modernizarmos essa legislação. Não me refiro, evidentemente, ao RDC, Regime Diferenciado de Contratação, porque esse é específico para a Copa. Se é bom, por que não o fazemos? Por que não o implementarmos para o conjunto dos investimentos necessários em nosso País.

Mas o *site* Portas Abertas apresenta dados e números que, sinceramente, não sinalizam esse otimismo com que V. S. fala aqui. O *site* Portas Abertas afirma que este ano, apesar de uma reserva de R\$ 40,4 bilhões, somente R\$ 6,4 bilhões foram gastos até 30 de novembro em obras e em serviços do orçamento de 2011. O que sinaliza aproximadamente 16% do total das nossas metas.

A lentidão, segundo o *site* Portas Abertas, também dá conta que, considerando o que foi empenhado até novembro, estamos trabalhando com R\$ 24,4 bilhões ou R\$ 60,3 bilhões do orçamento disponível.

Esses dados são naturalmente turbinados pelo resto a pagar dos anos anteriores.

O mesmo *site* indica que, somente em 2011, de restos a pagar, foram liquidados aproximadamente R\$23 bilhões, ou seja, é um conjunto de metas que na prática está precisando ser revisto. O jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje traz uma matéria dando informações de que o Ministério do Planejamento estaria próximo de dividir as suas tarefas com a Casa Civil, buscando, inclusive, agilização, maior velocidade, maiores respostas para essas importantes iniciativas.

Queria que V. S.^a falasse um pouco desses que são desafios, porque, sinceramente, vendo V. S.^a falar parece que não temos problemas, parece que as coisas estão indo muito bem, sobretudo num ambiente como esse, em que a crise internacional vai necessitar de uma performance melhor do PAC, tendo em vista a enorme possibilidade e capacidade que tem o PAC de irrigar a nossa economia. Então, faço essas observações e peço o comentário da Senhora, mas não queria limitar a minha intervenção apenas ao PAC, porque V. S.^a coordena o Ministério que gerencia o PAC, que

gerencia o patrimônio da União e que gerencia o orçamento do Governo Federal. Temos tentado manter com o Ministério um diálogo em torno de outro tema muito relevante, os Terrenos de Marinha. Preparei aqui uma intervenção a esse respeito. Os Terrenos de Marinha e a Enfiteuse foram definidos pela primeira vez de forma expressa em 1831. Posteriormente, em 1946, o Decreto-Lei 9.760 trata de bens imóveis da União. Ali se estabeleceu o conceito legal de Terrenos de Marinha e Acrescidos, que está em vigor até hoje. Nesse Decreto foi criado também o Instituto da Enfiteuse Administrativa, o que é utilizado nos contratos com Terrenos de Marinha, através dos quais os imóveis públicos são cedidos a particular por meio dos regimes de aforamento e ocupação, ficando os terceiros com a obrigação de pagamento de taxa anual de ocupação, foro e laudêmio no caso de transferência do imóvel para outra pessoa. Sobre o regime efiteutico, que resiste ao tempo e à ausência de uma iniciativa concreta, assim consagrou o jurista Hely Lopes Meirelles:

Sempre acentuamos a inutilidade do regime efiteutico e a sua inconveniência, mesmo na prática administrativa. O aforamento é uma velharia que bem merecia desaparecer de nossa legislação, principalmente da prática administrativa.

Sr.^a Ministra, são aproximadamente 500 mil famílias brasileiras oneradas com o pagamento de foro, de taxa de ocupação e laudêmio por todo o país e, mais ainda, muitos são inscritos em dívida ativa da União devido a encargos não quitados por impossibilidade financeira, porque há uma impressão de que Terrenos de Marinha atingem apenas famílias de médio e alto valor aquisitivo, o que não é verdade. Em Vitória, capital do meu Estado, que tenho a honra de representar aqui no Senado Federal, 2/3 do território municipal de nossa capital são constituídos por Terrenos de Marinha e Acrescidos, o que levou o Procurador da República, Dr. Carlos Fernando Mazzoco, a denominar a nossa cidade, a nossa capital, como o maior condomínio da União, do país, proporcionalmente ao nosso território, causando enormes dificuldades à organização da nossa capital e de tantas outras cidades Brasil afora, como Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Florianópolis. Então, trago uma decisão proferida por um juiz que dá a dimensão exata, a meu juízo, de como neste caso o Governo Federal, em lugar de ajudar, atrapalha a organização, a estruturação fundiária ou a regularização fundiária e o planejamento nas cidades brasileiras. Isso me impressiona, porque estamos vivendo um tempo em que a descentralização ou a delegação de poder para o poder local é o que há de mais pre-

ciso, porque quanto mais próximos do cidadão e da população está o governante maior é o seu acerto ou menor é o seu erro.

Mas eu trago aqui a V. S^a essa decisão proferida por esse juiz numa causa de um clube chamado Saldanha da Gama, um dos mais antigos, com mais de 150 anos, da minha capital, a cidade de Vitória. Diz o magistrado:

“Por fim não posso me omitir de tecer comentários sobre a postura do GRPU/ES. O órgão em tela encontra-se em mora na prolação de uma decisão no processo administrativo de isenção. Tal processo tramita desde 1941, ou seja, são cerca de 68 anos sem que haja uma decisão administrativa. Desde a apresentação do pedido administrativo, houve uma guerra mundial; quatro constituições foram promulgadas, um regime ditatorial militar se instaurou e foi extinto no Brasil; o homem foi à lua; a seleção brasileira sagrou-se campeã mundial de futebol por cinco vezes; aproximadamente quinze presidentes da república governaram o nosso País; uma criança que tenha nascido no dia da apresentação do processo administrativo, provavelmente encontra-se aposentada ou em vias de se aposentar. Apesar de tal lapso temporal, a GRPU/ES – e eu quero crer que não seja um caso isolado – não conseguiu proferir uma decisão naquele processo administrativo.

Tal fato não é isolado, como assinalei; pela experiência que tenho, não tenho receio de afirmar que as demandas envolvendo atos da GRPU indicam graves falhas de controle primário de dados e de gestão. Tratam-se de cidadãos cobrados sem notificação prévia, de cidadãos responsabilizados por imóveis dos quais nunca foram proprietários. E o que me parece mais grave, a não cobrança em face de inúmeros imóveis que efetivamente são fatos geradores de taxa de marinha. Todas essas falhas associadas caracterizam, a meu juízo, ato de improbidade administrativa por falta de gerenciamento adequado do órgão do patrimônio da União.

Acredito que se uma inspeção operacional for efetivada na GRPU, seriam identificados danos ao Erário, ilegalidades, procedimentos diversos, enfim, constatar-se-ia a inobservância do princípio constitucional da eficiência por parte do órgão do controle do patrimônio da União.

Por outro lado, Sr^a Ministra, a receita patrimonial da União, gerada a partir das antiquadas taxas de terreno de marinha e seus acréscimos se mostra desprezível frente ao gigantismo e à diversificação na receita pública federal. Em 2010, a receita oriunda dos terrenos de marinha atingiu a cifra de aproximadamente R\$636 milhões; enquanto a receita federal total somou apro-

ximadamente R\$806 bilhões, ou seja, um percentual de apenas 0,079%, ou seja 0,1%.

Provavelmente a receita obtida por meio dessa tributação anacrônica não cobre os custos de manutenção da própria SPU.

Eu tenho tentado, Sr^a Ministra, com o seu Ministério, porque sou relator na CCJ, construir um entendimento e uma convergência em torno desse tema, que anda de lado, que patina e quem tem sacrificado brasileiras e brasileiros em todo o País. São aproximadamente 500 mil famílias.

Pergunto a V. Ex^a se não está na hora de nós fazermos um enfrentamento dessa questão. Não está na hora de o Poder Executivo e o Senado Federal construírem uma convergência para oferecermos uma resposta adequada a tantos brasileiros que estão sendo sacrificados por essa iniciativa que nós herdamos dos portugueses, mas que em Portugal não existe mais, e que sobrevive em nosso País à luz da compulsão arrecadatória do Governo Federal? E não me refiro a este Governo. Eu me refiro aos governos de uma forma geral.

Na condição de Relator, tenho tentado me reunir com V. Ex^a, e não tenho conseguido, há alguns meses. Tenho, inclusive, uma última reunião com o Ministério. No mês de outubro nós teríamos possibilidade de sentarmos em torno de uma mesa para construirmos uma proposta convergente, porque não basta nós relatarmos aqui na comissão a extinção do terreno de Marinha. Nós precisamos construir um texto que possa ser apropriado, que possa ser praticado para não se transformar em letra fria ou até mesmo em marcação de posição, o que não vai gerar qualquer tipo de benefício para o cidadão brasileiro.

Então, aproveito essa oportunidade para encarecer à senhora, para lhe pedir um tempo na sua agenda para que nós possamos tratar desse assunto, que não é um assunto secundário, a meu juízo, para a população brasileira. É o apelo que faço a V. Ex^a, aproveitando a oportunidade, porque tenho tentado Sr^a Ministra, me reunir com V. Ex^a por meses, na condição de Relator, e não tenho conseguindo. Então, estou me valendo, desta audiência para pedir a V. Ex^a uma audiência para que nós possamos tratar desse assunto. Não vou tratar de interesse pessoal com V. Ex^a. Vou tratar de um assunto institucional, relevante para a população brasileira.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO)

– Eu perguntaria ao Plenário, se poderíamos fazer de três a três Senadores, um bloco de três para que a gente possa agilizar os trabalhos.

Com a palavra, pela ordem, o Senador...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

Eu acho comum, em todas as nossas audiências públicas, nós fazermos de três a três, mas seria respeitoso ao Relator, que pudesse ele ser individualmente respondido. Depois, faríamos em bloco de três a três.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Essa é a decisão do Plenário.

Passo a palavra, então, à Ministra Miriam Belchior.

Temos dois autores de requerimento, Senador Ferraço e Senador Walter Pinheiro.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidente, vamos ouvir, sem prejuízo do encaminhamento, o outro subscritor, porque ela responderia aos dois autores. Depois, nós outros participaríamos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – O Plenário concorda com a sugestão? *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Bom, Sr^a Presidente, quero primeiro parabenizar V. Ex^a, Presidente desta Comissão, no sentido de V. Ex^a ter, de maneira muito enfática, tocado esta Comissão durante o ano, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento de diversas frentes de infraestrutura, e não só pelo comprometimento de V. Ex^a com o funcionamento da Comissão, mas pela preocupação de V. Ex^a no sentido de que a gente pudesse desenvolver aqui o nosso trabalho, priorizando essas questões estruturantes no Brasil. A audiência de hoje é um resultado muito desse esforço patrocinado por V. Ex^a, em virtude até da própria situação nossa.

Além disso, para acompanhamento aqui de todas as comissões, e o dia de hoje é um exemplo disso, porque estamos aqui nesse momento com cinco Ministros na Casa, é uma batalha enorme. Temos que correr de um lado para o outro. A infraestrutura, por exemplo, estava ali com o Ministro Mário Negromonte, que estava na Comissão de Fiscalização. *(Pausa.)*

Não. Não estou falando da Comissão de Infraestrutura, mas de infraestrutura, assunto, tema, que é o Ministério das Cidades. Ele estava ali na Comissão de Fiscalização e Controle. Então, portanto, essa é uma confusão.

Mas eu quero, ao mesmo tempo em que já parabenizo V. Ex^a, ir direto a esse ponto com a Ministra Miriam Belchior.

O primeiro aspecto, Ministra, é aquele que pontuou muito bem o Senador Ferraço. O objetivo nosso era receber do Ministério as coisas que estavam caminhando e, ao mesmo tempo, que pudéssemos pontuar quais os problemas que nós temos para a execução de um programa como o PAC – essa sempre tensa relação com o Tribunal de Contas, essa sempre tensa

relação com a execução orçamentária. Ou seja, como podemos efetivamente ter um nível de participação e não algo restrito a um processo de prestação de contas, acompanhamento e fiscalização *a posteriori*. Que a gente pudesse ter um nível, eu diria até, de envolvimento maior de uma comissão desta Casa, porque todo ano a gente faz uma leitura final de quantos por cento foi executado, quanto não foi, depois fica essa querela muito individual de cada mandato, tentando estabelecer o que vai para cada Estado, o que é lícito. Mas a gente não tem um nível de acompanhamento, eu diria até, de ajuda, se assim pode ser dito, como um todo no programa.

Esse é o programa principal. Se pagarmos o Orçamento de 2012 e extrairmos dele o investimento das estatais, que estão aqui, de certa forma, na medida em que a gente pega a área de energia, petróleo, estamos falando dos R\$165 bilhões, R\$106 bilhões, meu caro Lobão, somente R\$106 bilhões dos R\$165 bilhões, exagerando, são das estatais. São recursos que, de certa forma, nós operamos aqui no Orçamento, mas não temos o nível de acompanhamento deles. Se não me falha a memória, dos R\$106 bilhões, algo em torno de R\$77 bilhões, R\$80 bilhões são relacionados à Petrobras. Então, dos R\$165 bilhões, sobram cinquenta e poucos milhões para a gente discutir. Desses, quarenta e dois são do PAC, ou seja, nós vamos ficar com R\$16 bilhões para discutir aqui efetivamente, Blairo Maggi, como vamos nos movimentar nessas emendas de comissão, emendas de bancada, emendas individuais e coisas do gênero.

Então estamos falando de R\$152 bilhões que aqui se relacionam com o PAC e execução do Governo. Então como é que a gente poderia estabelecer uma relação em que a gente efetivamente pudesse ser parte disso e que houvesse também a questão da priorização para acompanhamento não só dessas questões a que me refiro aqui, do TCU, que foram muito bem citadas – eu até acho que o TCU cumpre o seu papel, tem que ter cuidado, Ricardo, para ele não extrapolar, que é o que você levanta e está correto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A questão são os excessos do TCU.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso, exatamente. Uma coisa é fiscalizar, outra é... Vou dar o exemplo da ferrovia Oeste-Leste. Eu fiquei perplexo quando ouvi o TCU dizer que tem erro de projeto. Mas como tem erro de projeto agora quando a obra já está em curso? Então, há coisas que é preciso explicar melhor como funcionam. Não tem nenhum problema, eu concordo com a participação amiúde do TCU. Ele é, pelo menos em tese, o instrumento de fiscalização

que todos nós temos como uma boa ferramenta, o que não pode é extrapolar.

Por último, Ministra, acho importante, além dessa relação, a gente ter aqui melhor participação dessa combinação entre o que é execução, portanto a peça orçamentária que V. Exª tem a responsabilidade aqui, minha cara Senadora Lúcia Vânia, de fazer o acompanhamento via Comissão na execução, diferentemente da gente lá no Orçamento, mas o Ministério precisa estabelecer como é que, durante o ano, poderíamos fazer a compatibilização dessa coisa do Orçamento, a sua execução e agora, principalmente a partir de 2012, como é que trabalhamos com isso a partir do Plano Plurianual, para que tenhamos a certeza de que vamos ter a consequente execução desse processo. Fica sempre uma coisa solta. A gente faz o Plano Plurianual, trabalha as metas para quatro anos e depois se dedica exclusivamente a coisas que vão estar no Orçamento. É importante que esteja pontuado no Orçamento, mas é fundamental não perder de vista o prazo para quatro anos. Essa é a garantia de consequência e continuidade de obra, para não ficar fazendo as coisas aos pedaços e, a cada ano, inserindo coisa nova, ampliando o espectro de coisas a serem feitas, sem a gente dar resposta sequer àquilo que nós apontamos como o planejado.

Então, seria importante essa sintonia para a gente aumentar, até, o rigor de cobrança para o Governo, mas, ao mesmo tempo, a gente ter a certeza de que as nossas intervenções encontram guarida, elas têm apoio para a execução, porque é esse o objetivo central.

Acho que essas são as coisas que seria importante se a gente pudesse, nesta audiência de hoje, aqui, mais ou menos ajustar entre nós, para uma continuidade de trabalho com essa qualidade que propôs a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Walter Pinheiro, e passo a palavra à Ministra Miriam Belchior.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

Eu queria começar, meu caro Senador Ricardo Ferraço, pela questão de terrenos de marinha. Depois, eu volto para o PAC e lido com as questões do PAC.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que eu concordo plenamente com o senhor, que a legislação sobre terrenos de marinha é uma excrescência, é uma questão que, realmente, o Brasil precisa mudar.

Como o senhor sabe, eu estou, agora, há 11 meses e oito dias, no Ministério do Planejamento e foram exatamente o senhor e um conjunto outro de Parlamentares do Espírito Santo que me alertaram,

em primeiro lugar, para a importância desse tema. Eu tinha, certamente, o senhor tem razão...

Então, a primeira coisa é essa.

A área de patrimônio da União ficou, como o senhor relatou, a partir dessa sentença de um juiz capixaba, por muito tempo absolutamente jogada às traças. É recente uma preocupação maior com uma gestão moderna e eficiente do patrimônio da União. Esse é um problema, de fato, muito sério e é coisa recente, como o senhor mesmo colocou na sua intervenção, uma preocupação maior com essa questão.

Nós temos um projeto grande de modernização, inclusive com... Não me lembro, agora, se é com o Banco Mundial... Com o BID, exatamente de financiamento da modernização da gestão do patrimônio da União, independentemente de terrenos de marinha, porque uma boa parte deles, até bem pouco tempo atrás, não estava sequer nos nossos sistemas.

Então, esse, de fato, é um problema de que, nos últimos anos, a gente tem tentado dar conta.

Como eu estava dizendo, o senhor, a Senadora Ana Rita, enfim, a Bancada do Espírito Santo me procurou – outros também, mas especialmente a Bancada do Espírito Santo – para me alertar sobre a importância de retomarmos um trabalho que tinha iniciado e que foi paralisado no ano passado, de revisão da legislação de terreno de marinha.

O senhor tem razão, eu estou em dívida com o senhor, porque nós atrasamos a discussão interna. Nós fechamos, já, essa discussão interna com o Ministério da Defesa, com o Ministério da Fazenda, com a Casa Civil, e temos, já, totais condições de fazer uma conversa com o senhor, que é o relator desse projeto aqui, para tentarmos finalizar com rapidez isso, para que uma proposta comum possa ser colocada em votação no Senado e possa ser implementada rapidamente.

Então, eu queria dizer para o senhor que agora está pronto e tenho condição de cumprir, com atraso, mas tenho condição de cumprir meu compromisso com o senhor de conversarmos sobre esse assunto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ministra, a senhora marque o dia e o local que eu estarei lá, à disposição da senhora, com muita ansiedade.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Para um duelo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não, não.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Não, certamente é isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O Senador Walter está com a ... Vamos fazer um duelo e não um duelo.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Perfeito, perfeito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Até porque eu não quero ter razão, eu quero ser feliz.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – É isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– E eu acho que o mais importante é que nós possamos de fato, Ministra, resgatar esse tempo perdido. Então, a senhora marque o dia e nós estaremos lá para a construção de uma convergência em torno desse tema.

Muito obrigado.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Eu tenho convicção de que nós poderemos fazer isso na próxima semana. Hoje é quinta, mas na próxima semana teremos condição de fazer isso. Marcarei.

Passo, então, à questão do PAC.

Em primeiro lugar, eu queria, aqui, concordar com o Senador Ricardo Ferraço. Os desafios do PAC são imensos, mas eu considero que quem executou do PAC 1 82% do previsto, em obras concluídas, e desembolsou 94% do PAC 1 até 2010 e concluiu 82% das obras que estavam previstas para serem concluídas, quem tem esse resultado... Então, acho que é muito importante apresentarmos os resultados aqui.

Alguns dos senhores, talvez, já tenham me ouvido dizer que um dos legados mais importantes do PAC 1, do o meu ponto de vista... Eu estava lá desde 22 de janeiro de 2007, quando o Presidente Lula lançou o programa, durante todo o período anterior, quando preparamos isso com a atual Presidenta Dilma Rousseff, à frente da Casa Civil, conduzindo esse processo com todos os ministérios. Nós reaprendemos a fazer obras de infraestrutura no nosso País. O Governo Federal estava há décadas sem fazer obras de infraestrutura. Nossos ministérios estavam sem capacidade de fazer obras de infraestrutura. Nossos Estados e Prefeituras não tinham, para terem uma ideia, área de habitação em 2005. Menos de 40% dos Municípios tinham alguma área de habitação. Por quê? Porque não havia recursos para as obras serem executadas. Com o PAC, em 2008, isso chegou a quase 80%, exatamente porque foram estruturadas novas equipes.

As empresas privadas também estavam completamente subutilizadas. A carreira de engenheiro, antes do PAC, estava absolutamente desvalorizada. Muitos engenheiros foram para a área financeira; muitos viraram profissionais liberais, donos de *pet shop*, padaria e outras coisas. Com o PAC, tivemos um *boom*. Na área de ferrovias, por exemplo, o Brasil não estava mais formando engenheiro ferroviário. Não havia investimento em ferrovia; não precisava de engenheiro ferroviário. As ferrovias estão sendo tocadas, em grande parte, agora, por engenheiros recém-formados e por engenheiros aposentados, que voltaram para tocar a Norte–Sul, a

Oeste–Leste, a Transnordestina. Então, houve uma mudança completa que exigiu adaptações de todos.

Esse foi um dos maiores desafios que tivemos no PAC 1, como reaprender a fazer obras de infraestrutura.

Não sei se o senhor sabe, mas o Dnit tem muito menos engenheiros do que a Secretaria de Avaliação do Tribunal de Contas da União. Por isso nós criamos a carreira de analista de infraestrutura, exatamente com remuneração compatível com o mercado; não igual à do mercado, que está muito aquecido, mas num nível respeitável para fortalecer a capacidade dos ministérios de executar esse conjunto de obras.

Então, tivemos, sim – e temos –, muitos desafios, mas acredito que os resultados, a despeito disso, são muito positivos.

Eu queria aqui me referir a três questões: primeiro, ao trabalho com o TCU. Acredito que, com o PAC, nós construímos, depois de um tempo, de um estica-e-puxa dos dois lados, uma relação bastante – há ainda uma ou outra questão – profissional com o Tribunal de Contas. Hoje, inclusive, com o Presidente Benjamin Zymler, é o ápice desse processo de construção, com uma discussão muito franca, com a apresentação pelo TCU de quais os problemas eles acham que tem. Quando achamos que temos razão, vamos para o debate com o TCU; e, quando achamos que o TCU tem razão, adotamos as determinações.

Então, acho que, hoje, o patamar é muito superior. Acho que esse exemplo da concessão de aeroportos é uma área nova para eles e para nós, e, a despeito de ter demorado talvez um pouquinho mais do que gostaríamos, em dois meses eles fizeram essa análise.

Portanto, acreditamos que, hoje, o patamar de relação é muito melhor; que uma parte importante dos excessos – e houve muitos. Por exemplo, houve um pedido para desagregar todas as peças de um vagão de trem de um metrô de Recife, se não me engano. E ninguém compra o parafuso do vagão; compra-se um vagão. Então, houve excessos que foram sendo corrigidos parte a parte. E eu acredito que, à época, a Casa Civil com a condução disso e, agora, o Planejamento, esse trabalho que a coordenação do PAC faz, junto ao TCU, ajuda também. Porque nós ficamos, junto com os ministérios, insistindo para que eles deem os esclarecimentos, no prazo que o Tribunal pediu, com clareza, para que haja, de fato, uma decisão célere para não haver paralisação de obras. Acho esse avanço importante. O Tribunal percebeu que mandar paralisar obras, em muitos casos, gera um custo ainda maior, a desmobilização e remobilização geram um custo adicional àquilo que acha que tem de potencial, problema de custo adicional. Então, acho que esse é um aprendizado desse período que ainda temos,

permanentemente, que manter. Mas eu acho que já mudou o patamar. Acredito também que as medidas que o Congresso adotou na LDO, de estabelecer, com maior clareza, as condições em que o Tribunal pode ou não paralisar uma obra, também ajudaram muito a construir esse processo.

O senhor fala da lei de licitação, e eu concordo com o senhor. Por isso, em janeiro de 2007, o presidente, no dia que lançou o PAC, mandou ao Congresso Nacional um projeto de modificação da lei de licitações. Já passou na Câmara e está aqui no Senado para votação. E nós aguardamos que isso ocorra.

Concordo com o senhor que o RDC é um avanço muito importante. Mas considero importante começar... A sociedade olha isso com desconfiança, e nós que estamos no dia a dia, os senhores aqui no Congresso, nós no Governo, os Estados e os Municípios sabemos que a lei precisa ser ajustada, que ela coloca amarras que não são necessárias, que é possível fazer ajustes sem perder o controle ou o rigor do uso do recurso público. E acredito que essa experiência do uso do RDC agora nos permitirá dar o passo seguinte, que é estendê-lo para as outras licitações. Então, aqui também comungo com o senhor. E é por isso que nós, em 2007, já mandamos essa proposta de mudança, e uma delas está no RDC, que é a mudança de, primeiro, apresentar a proposta comercial e, depois, ver a qualificação da empresa. Esse é um passo muito importante, que evita um número grande de judicializações.

A questão que o senhor coloca em relação... Antes de passar para a questão do contas abertas, só queria dizer também que, nessa dificuldade de reaprender fazer obras de engenharia, um dos problemas mais sérios que nós tivemos foi ter bons projetos. O mercado de consultoria de fazer projeto está absolutamente sobrecarregado no País. Eles também tiveram que se reestruturar. E nós tivemos um problema muito sério de fazer e refazer projetos. Quer dizer, a empresa de consultoria apresentar projetos que não têm condição de serem aprovados, por exemplo, pelo Dnit, ou pelo Ministério de Integração Nacional, por uma baixa qualidade, e esse processo de idas e voltas foi também uma grande dificuldade, a qualidade dos projetos de engenharia. Então, nós não tínhamos... Na área de energia, ainda usamos o PAC 1 para construir os estudos de viabilidade e os projetos. Mas o nosso portfólio estava zerado, não tínhamos projetos. Então, esse também foi, e tem sido ainda, um problema sério que a gente enfrenta para execução do PAC.

Aqui a gente vê, meu caro Senador, a questão que o senhor levantou, a parte que é a execução do ano, que é de R\$6,4 bilhões. E R\$16,4 bilhões se referem a pagamento de Restos a Pagar (RAP). Nós não

escondemos a informação, que está aqui. Mas quem quer esclarecer, de fato, a sociedade precisa dar todas as informações. Lamentavelmente, o Contas Abertas nem sempre faz isso.

Em primeiro lugar, Senador, os Restos a Pagar de PAC são diferentes dos das demais áreas, porque, no PAC, não há contingenciamento: executou-se, fez-se a medição, e, imediatamente, o recurso é pago. O Senador Eduardo Braga, que foi governador até o ano passado, executou um grande número de obras do PAC e sabe bem a diferença do PAC em relação a outros convênios que o Governo tem com Estados e Municípios. Executou-se, mediu-se, está fiscalizado, é pago o recurso. Não há atraso no PAC.

Qual é a situação? Há dois tipos de Restos a Pagar: o que chamamos de Processados, quando a obra ou serviço já foi executado, e o que chamamos de Não Processados, quando a obra ou serviço não foi executado, ou seja, quando foi feito o empenho, mas a obra ou serviço não foi executado. O Senador Ivo Cassol, quando governador, também usufruiu disso.

Até 30 de novembro, pagamos R\$16,4 bilhões de RAP do PAC; desses, o que estava no campo Processados, ou seja, o que estava concluído até 31 de dezembro do ano passado – seria coisa que foi realizada no ano passado, mas que não foi paga no ano passado –, foi de apenas R\$1,7 bilhão, 11% do total de R\$16 bilhões, e 70% desse recurso foram pagos em janeiro; o resto foi pago basicamente em fevereiro, e um restinho, em março. Ou seja, o que foi executado no ano passado corresponde a apenas R\$1,7 bilhão. E R\$15 bilhões do que foi pago neste ano foram executados neste ano.

Então, quando falo de Restos a Pagar, no caso do PAC, é necessário fazer esta distinção: R\$15 bilhões são referentes a obras que foram executadas em 2011, durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, não a obras que foram executadas no ano passado e que estão sendo pagas durante este ano. É importante fazer esse esclarecimento. Com isso, esclarece-se bem o que a gente trouxe do ano passado, que são as últimas medições feitas no final de novembro e de dezembro e que foram pagas no início do ano e aquelas que estão sendo executadas durante todo o ano e ainda vão ser pagas até dezembro. Esse é um esclarecimento importante. Seria razoável que o Contas Abertas, que conhece essa informação, incorporasse essa análise na sua avaliação.

Em relação às observações do nobre Senador Walter Pinheiro, em relação ao TCU, já fiz um comentário.

Em relação ao acompanhamento desta Comissão, meu caro Senador, quero dizer que esta é a se-

gunda vez que venho à Comissão para falar do PAC. Então, acredito que podemos repetir isso. A média deste ano é de duas vezes no ano. Mas acredito que, a partir das discussões que esta Comissão aqui fizer, poderemos discutir e vir aqui para fazer apresentação sobre um tema específico. Poderemos trazer as estações aqui, para, eventualmente, detalhar melhor uma questão específica.

Nós, do Ministério do Planejamento, da coordenação do PAC, estamos à disposição para fazer os aprofundamentos que, aqui, sejam considerados necessários. Nós fazemos três relatórios por ano, e, para nós, esses relatórios são fundamentais, Senador Ferraço, porque, primeiro, eles servem a um conceito geral do Governo do Presidente Lula e do Governo da Presidenta Dilma Rousseff que diz respeito à transparência das informações do Governo. Então, mostrar isso, mostrar onde está mal, mostrar onde o carimbo é vermelho faz parte da nossa política de transparência. Mas há outro fator importante do ponto de vista da gestão, que é o de comprometer cada um dos Ministros e cada uma das equipes com os resultados. De quatro em quatro meses, eles têm de responder à sociedade sobre o andamento das obras e tomar medidas para que as obras avancem o mais rapidamente possível. Essa é uma medida de gestão importante para enfrentar as dificuldades que o senhor apontou aqui.

Em relação ao que falou, por último, o Senador Walter Pinheiro, a questão do PPA – ele é nosso Relator, e estamos na reta final de preparação da votação do PPA –, acredito que os senhores têm convicção da importância do PPA, do que significa o PPA, como apontador do que são as prioridades para o próximo período. Nosso PPA foi feito olhando para o nosso estoque de problemas, para o passado, mas olhando também para o futuro, para a quantidade maior de jovens que temos no País, a quantidade maior de idosos, quer dizer, pensando para frente, no Brasil que nós queremos nos tornar. Então, esse olhar sobre o PPA é muito importante. Lá estão as metas para o próximo período. Quando fazemos um relatório do PAC aqui, na verdade, estamos prestando contas do PPA. Eu acho que esse é também um elemento muito importante, balizador da nossa avaliação, do desempenho das ações do Governo, não só na área de infraestrutura, mas como um todo.

Eu não sei se deixei passar alguma questão. Se deixei, posso retomar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Eu acho que nós não poderíamos perder a oportunidade de, tendo aqui a nossa Ministra, construir um relacionamento mais assíduo entre esta Comissão e o Ministério. Esta é a Comissão de Infraestrutura. Nós temos todo interesse em acompanhar, até porque também podemos contribuir na agilização de alguns projetos importantes que emperram o PAC, como é o caso da Lei de Licitações, que tramita no Congresso, mas não tramita com prioridade. Seria muito importante que o Governo Federal colocasse luz, desse prioridade, movimentasse sua base política, para que nós pudéssemos consolidar esse avanço importante, que tem sido um quebra-molas na expansão do PAC. Então, eu acho que nós poderíamos acertar com a Ministra aqui, é a proposta que faço, para, quem sabe, duas ou três vezes por ano, tê-la conosco, independentemente de uma portaria ou de uma resolução, o que burocratiza e não nos ajuda. Como faz o Presidente do Banco Central, que vem pelo menos duas vezes ao Senado, normalmente para prestar contas das ações do Banco Central.

Eu quero propor à Presidente que aproveitemos a presença aqui da Ministra para pactuar isso, que seria de grande valia para que conversássemos mais, dialogássemos mais. Assim, a Comissão, com sua visão crítica, poderia contribuir mais, até porque temos responsabilidade, de fato, com a morosidade dos debates aqui no Senado, no Congresso, e que precisam ser mais velozes para oferecer melhor resposta ao contribuinte brasileiro.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concordo inteiramente com a proposta do Senador Ferraço e passo a palavra à Ministra Miriam.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Senadora.

Eu queria dizer que, no PAC, nós fazemos um relatório a cada quatro meses. Então, eu acho que é possível, logo depois de cada relatório que fazemos, vir ao Congresso, já ter acertado de vir aqui ao Congresso fazer essa apresentação.

Há uma questão que eu esqueci de falar, relativa à matéria que hoje saiu em *O Estado de S. Paulo*. O porta-voz da Presidente, já há algum tempo, disse que não tem nenhuma veracidade na informação veiculada por aquele jornal. A coordenação do PAC continua no Ministério do Planejamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora...

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Apenas nessa linha, e é uma das coisas em que temos insistido muito aqui, Ferraço, como acompanhamos. Por

exemplo, no mês de abril, é comum que o Ministério do Planejamento venha à Comissão de Orçamento. No mês de março nós ainda estamos definindo a montagem da Comissão. Então, o ideal seria que o Planejamento pudesse vir à Comissão de Infraestrutura entre março e abril, com a apresentação de um programa para o ano, e em dezembro, para fazermos o balanço do que efetivamente conseguimos. Seriam apresentadas, entre março e abril, as prioridades, e em dezembro faríamos uma espécie de balanço dessa nova relação, para ver efetivamente o que é possível fazer.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concordo inteiramente. Vamos providenciar.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka. Em seguida, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, primeiro, cumprimento a Ministra Miriam Belchior, de quem tive oportunidade, no início do meu mandato, ao relatar o Minha Casa, Minha Vida 2, de ver a gentileza, a preocupação e a eficiência no tocante à administração da coisa pública. É importante.

Acho que a Comissão de Infraestrutura... Aliás, já discutimos isto no início desta Comissão, quando queriam criar Subcomissões para acompanhar o PAC, e eu dizia, na época, que esta é a Comissão que tem que acompanhar. Nós é que temos que nos organizar, desculpe. No início do ano, a Ministra já demonstrou boa vontade. A sugestão é fazermos um cronograma ao longo do ano, de quatro em quatro meses e, após o término de cada trimestre ou do tempo estipulado, vir para cá. É um cronograma nosso. Temos consultores no Senado da melhor qualidade. Já pude testemunhar. Basta que esses consultores acompanhem de perto também. Podemos designar isso, Senadores Blairo Maggi, que tem tanta experiência nessa questão de obras, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço. Essa consultoria, e presidi a Comissão de Orçamento, é da melhor qualidade.

Lembro também que o Tribunal de Contas da União é um órgão de assessoria do Congresso Nacional. Essa é outra coisa que precisamos exatamente fazer valer aqui. O Tribunal de Contas da União é o órgão que assessora o Congresso.

Então, a Comissão aqui, com a Consultoria que tem no Senado e o Tribunal de Contas, tem que acompanhar. Ministra, tenho certeza de que V. Exª não vê assim. Temos que fiscalizar e contribuir, como diz o Senador Ricardo Ferraço, porque é exatamente assim, acompanhando, que o Congresso e os Senadores vão recolher dos seus Estados as dificuldades e trazer para cá para cobrar da equipe do Ministério do Planejamento e dos outros Ministérios a execução do PAC.

Quero, objetivamente, me restringir, Ministra. É claro que tudo isso que falaram é macro, é importante. Desculpe-me. Em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida 2, havíamos discutido e quero chamar a atenção aqui.

Os números sempre quando vêm... Por exemplo, para a construção de casas populares ou mesmo para o saneamento, fala-se em municípios com mais de 50 mil habitantes. Não sei qual a realidade dos outros Estados, mas, no meu Estado, com mais de 50 mil habitantes, temos cinco Municípios. Sei que, do ponto de vista da população, ela se adensa, mas, do ponto de vista de levar a execução dessas obras... Temos que entender que são os pequenos Municípios que têm as maiores dificuldades de investimento. Abra o orçamento da União e veja se tem lá alguma coisa que contemple o município de 20, 30 mil habitantes. Não tem! Então, tenho uma preocupação com isso.

Quero me referir a outra preocupação específica a que me dediquei. Quando a gente discutia critérios dos dois milhões de casas do Minha Casa, Minha Vida 2, eram critérios justos, em função do percentual de déficit de habitação. Meu Estado tem 1%. Seriam 2 milhões de casas. Mato Grosso do Sul teria “direito” a 20 mil casas. Ora, o Governador André Puccinelli, numa parceria, já no PAC 1, com o Governo Federal, construiu, em quatro anos, 44 mil casas. Ele priorizou, deu a contrapartida e ajudou, Ministra, exatamente os pequenos municípios, que estão abaixo de 50 mil habitantes.

Queria que V. Exª se lembrasse de um critério que não ficou no texto, mas que chegamos a discutir. Setenta por cento das casas em função do déficit habitacional, que é legítimo, mas 30% onde os Estados, os prefeitos demonstrassem que têm interesse e que priorizam, às vezes, aumentando a contrapartida, mas fazendo com que as coisas aconteçam, porque senão vamos ficar ofertando unidades habitacionais para municípios ou para governadores que não têm esta prioridade e o recurso disponível, muitas vezes, para a contrapartida.

Encerro por aqui. *(Falha na gravação.)*

Em quatro anos e esta é a Casa. Senadores com mandato de oito anos, para que a gente possa estabelecer um cronograma, nós aqui internamente, e pedir ao Ministro as datas, três a quatro vezes ao ano, com acompanhamento da nossa consultoria – aliás, na minha avaliação, chamando o pessoal do Tribunal de Contas da União, porque, em última instância, eles deveriam ou devem prestar assessoria ao Congresso Nacional.

Parabéns, Ministra.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr^a Presidente, Sr^a Ministra Miriam Belchior, primeiro para justificar, como a senhora mesmo testemunhou, Sr^a Presidente, cheguei cedo à Comissão e depois tive que me ausentar porque sou relator na subcomissão de segurança pública da CCJ. Como disse ainda há pouco o Senador Walter Pinheiro, estamos vivendo aqui no Senado um momento em que temos que ter o dom da ambiguidade – estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Portanto, eu não tive a oportunidade de assistir toda apresentação da Sr^a Ministra, mas quero aqui fazer das palavras de todos que me antecederam um pouco das minhas palavras e do meu testemunho em relação à conduta e à condução de V. Ex^a no trato com a coisa republicana e com a coisa pública.

Como a senhora mesmo levantou, fui Governador do Amazonas e tive oportunidade de, inúmeras vezes, tratar de questões republicanas com a senhora quando a nossa Presidenta era chefe da Casa Civil e a senhora tratava exatamente das obras do PAC 1 junto com os governadores.

Portanto, quero aqui dar um testemunho exatamente do trabalho de V. Ex^a e da forma absolutamente democrática, republicana e competente com que trata a Pasta sobre a qual tem responsabilidade.

E gostaria de ir ao relatório. Não assisti a apresentação de V. Ex^a mas tive a oportunidade de ler todo o relatório enquanto os outros Senadores participavam do debate com V. Ex^a.

Gostaria de começar elogiando a qualidade do relatório: sucinto, objetivo, prático e que vai à minúcia. Minúcia ao ponto de levantar a questão, por exemplo, com relação ao PAC de água em áreas urbanas, que coloca na cidade de Manaus com um sinal de alerta, mostrando, inclusive, que é preciso ter atenção. E colocando como providência a questão da indefinição sobre a estrutura de operação do novo sistema do produtor de água, bem como a questão da apresentação das providências, a apresentação do plano de saneamento ambiental até 30/11/2011 por parte da prefeitura e a realização dos testes pré-operacionais por parte do Estado até o dia 15/12.

Isso é apenas para mostrar a qualidade do relatório. Como conheço especificamente a questão do Amazonas, estou usando um caso do Amazonas para parabenizar a qualidade do relatório.

E ao mesmo tempo, informar a V. Ex^a que os testes pré-operacionais com relação à nova tomada d'água, a nova estação de tratamento de água, a nova adutora, os novos reservatórios e os novos anéis de reforço

do sistema de abastecimento de Manaus estão já em fase de conclusão, o que aponta para o cumprimento do prazo de 15/12. No entanto, a indefinição sobre estrutura de operação permanece e creio que a ação de V. Ex^a será fundamental para que o povo amazonense e o povo manauara possa finalmente resolver a questão do abastecimento de água na cidade de Manaus.

E gostaria, exatamente em cima da qualidade do relatório apresentado por V. Ex^a, levantar alguns pontos que acho fundamentais. Eu não consegui identificar no relatório nenhum dado com relação ao PAC de segurança pública e, tendo em vista que sou relator da subcomissão que trata, gostaria de ouvir de V. Ex^a um comentário com relação ao PAC de segurança pública – que eu sei foi lançado pelo Presidente Lula. Há uma série de questões ainda em tratativa dentro do Governo da Presidenta Dilma e acho que é de extrema importância, para o interesse público daqueles que nos assistem neste momento, informações sobre investimentos no PAC de segurança pública.

Acho que seria importante que V. Ex^a pudesse fazer um comentário em relação a outro tema que reputo importante no relatório de V. Ex^a: Luz para Todos. Como V. Ex^a sabe, esse talvez tenha sido um dos projetos mais exitosos do Governo do Presidente Lula e um dos projetos em que a Presidenta Dilma tem uma atenção toda especial, já que, além de mãe do PAC, ela teve um papel preponderante na gestação do Luz para Todos.

Eu gostaria de destacar a V. Ex^a uma questão de ordem prática que está acontecendo nesta fase do Luz para Todos. As comunidades mais fáceis de serem acessadas já aconteceram, aquelas de dependiam de rede transmissão, de rede de distribuição etc. No entanto, as comunidades isoladas, principalmente na Amazônia, continuam tendo graves dificuldades, creio eu, pela inexistência de uma regulação, por parte do Governo Federal e da própria Aneel. E aí a importância da Comissão de Infraestrutura, Presidenta, abordar esse tema, senão, o programa Luz para Todos não será para todos. Aqueles que estão nas comunidades isoladas não terão acesso, até 2014, ao Luz para Todos. Gostaria também de ouvir uma posição com relação a essa questão do Luz para Todos.

No relatório, com relação a portos e hidrovias, chamou-me a atenção duas questões. Uma, com relação ao porto de Manaus. No porto de Manaus, que tinha uma pendência jurídica, que já resolvida, não houve desdobramento e ele não aparece entre as obras do PAC 2 como prioritário e como parte do PAC 2. V. Ex^a sabe que essa é uma obra que faz parte inclusive do PAC da Copa, em função de Manaus ser

um das cidades-sede. Gostaria também de ouvir um pouco sobre isso.

Com relação à questão dos portos e hidrovias, queria fazer um comentário. O Brasil é um país de dimensão continental e que tem questões de sazonalidade. E nessas questões de sazonalidade – e aí faço um parêntese para referendar inclusive o comentário de V. Ex^a com relação ao pagamento e à execução orçamentária e financeira com relação ao PAC, que é absolutamente transparente e correto, tenho buscado acompanhar essas informações –, no entanto, nós temos um problema na execução. É o descasamento entre a sazonalidade e o ritmo hidrológico com a dinâmica dos órgãos executores. Vou dar um exemplo. Dnit, nas nossas regiões. Não quero aqui voltar a discutir problemas específicos do Dnit no Ministério dos Transportes, no entanto, no Estado do Amazonas, onde a senhora menciona 16 terminais em execução e 11 em procedimento, nós estamos tendo graves dificuldades, inclusive com prejuízo de dinheiro público, porque obras executadas no momento adequado lamentavelmente tiveram dificuldades em função da sazonalidade. Eu acho que esse é um item que deve passar a ser estabelecido na estratégia de acompanhamento do PAC.

E aí, por último, e para encerrar, eu queria fazer três comentários que eu reputo extremamente importantes e necessários. Todas as grandes demandas nacionais avançaram a partir do momento em que o Governo brasileiro criou um programa de gerenciamento específico para o seu enfrentamento. Essa ação de Governo ganhou o nome de PAC. Existem algumas questões que precisam ser enfrentadas e que eu acho que esta Comissão tem como papel, não só acompanhar o PAC 2, mas fazer sugestões para o aprimoramento do enfrentamento de algumas questões.

Eu destaco, por exemplo, a aviação regional. O Senador Blairo Maggi foi governador do Estado do Mato Grosso e, quando estávamos à frente do Fórum de Governadores da Amazônia, fizemos um grande trabalho, um grande esforço com o governo do Presidente Lula com relação à aviação regional. A aviação regional, Ministra Miriam Belchior, na Amazônia, é absolutamente fundamental para três questões: dinâmica econômica, políticas sociais e para salvar vidas. A aviação regional na Amazônia não é turismo. Ela tem função econômica, social e humanitária, mas, lamentavelmente, essa questão não anda.

Quero, aqui, fazer um apelo a V. Ex^a, para que V. Ex^a adote como proposição para o ano de 2012 a inclusão da aviação regional e dos aeródromos regionais no PAC de 2012.

Gostaria de trazer a V. Ex^a um comentário com relação aos aterros sanitários e à destinação de resí-

duos sólidos nos pequenos Municípios brasileiros. E posso falar da Amazônia. Ministra, é absolutamente inadmissível o estado em que se encontram os lixões nos pequenos Municípios da Amazônia, que coloca os poucos aeroportos que temos em condições de interdição. Para que a senhora tenha uma ideia, a segunda cidade do Estado do Amazonas, que é Parintins, encontra-se neste momento com o aeródromo operando apenas durante a noite, porque ele está interditado há três anos por problema de urubu; urubu provocado – e muitos podem rir – por lixões.

Essa não é uma exclusividade do Amazonas. Esse é um lado que se expõe e que mostra a discrepância da desigualdade neste País, e o PAC tem como uma de suas funções enfrentar essas desigualdades de infraestrutura e nivelar as condições de desenvolvimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O Brasil inteiro. Mas os Municípios pequenos e grandes de alguma forma estão se movimentando. Concorro com V. Ex^a que esse é um problema quase generalizado.

Essa é uma questão, Ministra, que se não trouxermos para dentro do projeto prioritário do Governo, nós não avançaremos e poderemos passar um vexame na Copa de 2014, porque algumas capitais que são sedes poderão ter aeroportos interditados durante o período da Copa.

Portanto, essa é uma situação que precisamos levar em conta, até porque, hoje, quem está interditando aeroportos já é até a Justiça Federal; nem é mais a Anac.

Por fim, faço um apelo a V. Ex^a. Fiz questão de procurar em detalhes no relatório de V. Ex^a a questão da mobilidade urbana. Sei que já existem, dentro do Ministério do Planejamento, novos projetos aprovados que aguardam apenas o lançamento por parte da Presidenta para que isso possa ter desdobramentos.

Gostaria de ouvir de V. Ex^a como está, neste momento, em curso, essa questão.

E, para finalizar, mais uma vez, quero parabenizar a competência com que V. Ex^a vem conduzindo a gestão desse importante projeto e torço para que essas questões prioritárias sejam incluídas no PAC 2012, cumprimentando e parabenizando nossa Presidenta pela oportunidade desta audiência e pela condução dos trabalhos.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senador Braga.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidenta, Senadora Lúcia Vânia; Senador Blairo Maggi, Vice-Presidente; Ministra Miriam Belchior, do Ministério do Planejamento; Dr. Maurício Muniz, Secretário do

PAC, primeiro, quero parabenizar a Presidenta Lúcia Vânia, que fecha com chave de ouro esta nossa primeira sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura. Senadora, Lúcia, não poderia haver melhor encerramento desta primeira sessão do que a vinda da Ministra para fazer uma análise do PAC nesse final de 2011.

Ministra, eu me preparei para fazer uma avaliação do PAC em nível nacional, regional e estadual, como fez o Senador Eduardo Braga com relação ao Estado do Amazonas. Eu ia falar do meu Estado, o Pará, das obras das estradas, principalmente da 230, a Transamazônica; da 163, Santarém-Cuiabá, da questão das obras de saneamento, do Minha Casa, Minha Vida, enfim, das obras importantes do PAC no Ministério do Planejamento, que V. Exª administra como gestora do Programa de Aceleração do Crescimento.

Mas hoje pela manhã, ao pegar a mídia do meu Estado, fui pego por uma notícia que para nós é uma questão da maior importância no Estado do Pará.

Venho, já há algum tempo, junto com a bancada... E aí, Ministra, essa não é uma questão partidária, não é uma questão de governo; é uma questão de Estado. Todas as obras são importantes, no Estado do Pará, mas eu me vou ater, nesta intervenção, apenas a este ponto, tal a sua importância para o Estado do Pará. Depois V. Exª vai me permitir, numa segunda ocasião, de fazer uma análise mais ampla. Mas eu me refiro à obra do derrocamento do Pedral do Lourenço na hidrovia Araguaia-Tocantins, no trecho do rio Tocantins, a montante da eclusa de Tucuruí. Essa obra da eclusa, Ministra, V. Exª acompanhou, nós aguardamos por 30 anos – 30 anos! E ela foi inaugurada há pouco tempo pelo Presidente Lula, em novembro do ano passado. Passou por vários governos e tivemos a inauguração no final do ano. Ela foi inaugurada, mas não está em funcionamento. Ou seja, nós estamos vendo a obra concluída e o sonho dos paraenses é ver a verticalização da produção mineral do nosso Estado, que é penalizada de ter a sua base mineral exportada sem gerar um único retorno para os paraenses, para a nossa sociedade. Por quê? Porque a famigerada Lei Kandir isenta de tributo essa exportação dos produtos primários. A União, que deveria retornar com a isenção desses tributos para os Estados – e aí nacionalmente, não só para o Estado do Pará – não o faz. O Estado do Pará perde R\$1,5 bilhão por ano.

Existem projetos vários tramitando no Congresso Nacional – eu próprio já fiz –, tentando regulamentar a Lei Kandir, tentando voltar a tributação dos produtos primários, a compensação em tributos federais, mas, lamentavelmente, não consigo fazer que esses projetos andem.

A Vale do Rio Doce, esse projeto do derrocamento do Pedral de Lourenço fazia parte do PAC. Essa obra foi licitada pelo Dnit e estava em vias de contratação, aí foi verificada uma irregularidade na licitação – nada contra a anulação da licitação –, mas, lamentavelmente, por ordem da Presidenta Dilma, a obra foi retirada do PAC. O Ministro Paulo Passos, dos Transportes, esteve aqui no Senado Federal, e eu, àquela altura, o consultei se a obra realmente tinha sido retirada do PAC. Ele não me respondeu.

Nós estivemos, o Governador Simão Jatene e a Bancada federal do Estado do Pará, há uns dois meses e meio, com o ministro, e ele disse que, em duas semanas, nos daria uma posição definida. Mas até hoje não houve essa definição.

Recebi, hoje de manhã, jornais do Pará, que vou passar às mãos de V. Exªs: “Falta de hidrovia atrasa operação na siderúrgica da Vale”; “Vale suspende a implantação da Alpa”, que é a siderúrgica com que todos nós sonhamos lá em Marabá, que é o primeiro projeto de verticalização da produção mineral.

Então, queria pedir a V. Exª, primeiro, que conceda uma audiência ao Governador do Estado do Pará e à Bancada federal do Estado do Pará, por inteira, independente de partido político. Tenho certeza absoluta de que o seu Partido, o Partido da Presidente Dilma, o PT, vai estar presente na audiência, como também o PSDB, o PMDB, o PR. Todos os partidos estarão juntos, bem como o Governador Simão Jatene, os três Senadores, os 17 Deputados Federais e os Deputados Estaduais. Como eu lhe disse, essa não é uma questão de governo, é uma questão de Estado. Essa obra é fundamental para o desenvolvimento do Estado do Pará e daquela região.

Ministra, no próximo domingo, haverá um plebiscito no Estado. Graças a Deus, não vamos dividir o Pará. Que bom!

A SRª MIRIAM BELCHIOR – O senhor tem certeza?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Absoluta! Não sou só eu, mas o povo do Pará não quer dividir o Pará.

Estou fazendo esse apelo a V. Exª, porque esse é um sonho do que seria o futuro Estado de Carajás, porque essa obra fica nas proximidades de Marabá, em Itupiranga, bem próximo de Marabá.

Então, é importante, Ministra, que V. Exª nos conceda essa audiência na próxima semana. Vou até extrapolar o pedido. Já estou pedindo que a audiência seja realizada na semana que vem, em qualquer dia, a qualquer hora. Estou pedindo, em nome do Governador e da Bancada, que possamos estar com V. Exª. Faço este apelo: retorne a obra do Pedral do Lourenço para

o PAC e dê essa resposta aos paraenses. Aí vamos poder desenvolver não só esse projeto.

Como V. Ex^a está vendo aí, a Vale vai suspender a implantação, porque a hidrovía é importante não só para o escoamento da produção da Alpa. Senadora Lúcia Vânia e Senador Blairo Maggi, isso se dá também no sentido contrário, porque a Alpa depende do carvão mineral que será importado. É ida e volta. E, ao final, Senador Blairo, a hidrovía chegará até Goiás, chegará a Brasília, próximo de Goiás. Depois, pela Santarém-Cuiabá, a BR-163, vai se escoar a soja.

Então, peço a V. Ex^a que agende essa audiência, porque, como eu lhe disse, essa questão é da maior importância e é o ponto único que vou tratar na audiência de hoje.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra à Ministra Miriam.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia, eu gostaria de me inscrever e de solicitar a V. Ex^a que restringisse o tempo, no máximo, a cinco minutos ou a seis minutos, para dar oportunidade a todos nós de falar e, sobretudo, para que a Ministra possa responder às nossas indagações.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos acatar a sugestão do Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O nosso amigo Flexa Ribeiro disse que falaria sobre um tema, mas falou sobre 35 temas. Eu contei aqui agora.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Solicito minha inscrição.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos acatar a sugestão do Senador Jayme Campos. Estou sendo tolerante com o tempo, porque esta audiência foi muito esperada, e os Senadores tinham muita vontade de fazer os questionamentos. Estou tentando deixar o tempo mais ou menos livre, mas o Senador Jayme tem razão, porque, aqui, há um número grande de inscritos, que querem ter a oportunidade de falar.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Quais seriam os próximos inscritos, Sr^a Presidente?

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Os próximos inscritos são, em primeiro lugar, o Senador Lobão Filho; em segundo lugar, o Senador Wellington Dias, que não está presente aqui; depois, vêm o Senador Ivo Cassol, o Senador Delcídio do Amaral, a Senadora Ana Rita e o Senador Jayme Campos.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – E o Senador Vicentinho Alves, Sr^a Presidente. Quero falar sobre a Eclusa de Lajeado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Inclua a Eclusa!

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – A Eclusa tem a participação histórica do Senador Delcídio, quando ele ainda era engenheiro da Eletronorte.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Essa Eclusa é famosa.

Concedo a palavra à Ministra.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Obrigada, Sr^a Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a cada um dos Senadores. Todos fizeram referências elogiosas a mim. Eu queria agradecer-lhes, de coração.

Esse acompanhamento, para nós, é muito importante, porque nos ajuda a conduzir o PAC. O Brasil é muito grande. Há coisas na ponta de que temos informação, mas, às vezes, essa informação vem mais cor-de-rosa do que é. O Senador Eduardo Braga foi governador e sabe bem que nem sempre as informações chegam com a precisão que deveria.

Então, eu queria me colocar à disposição. O Maurício Muniz, que é o Secretário do PAC, também está à disposição para questões mais pontuais. Se cada um dos senhores desejarem obter uma informação, para nós isso só ajuda a conduzir o PAC. As portas do Planejamento estão abertas não só para as audiências, mas também para um telefonema sobre uma questão e sobre outra. Fiquem absolutamente à vontade.

Em relação ao que o Senador Moka colocou, sobre o Minha Casa, Minha Vida, aproveito para informar aos senhores que este ano nós já contratamos 336 mil unidades do programa Minha Casa, Minha Vida, fora 1 milhão e 5 mil que foram contratadas até o ano passado. Somando o que já foi contratado, o I e o II, nós já concluímos 652 mil unidades habitacionais, que é metade de tudo que já foi contratado, 49%, e o resto está em obras. Temos apenas 9% desse total a iniciar, que são as contratações mais recentes. Então, 652 mil concluídas e 568.500 já em obras, algumas em estágio bastante avançado, para entrega ainda este ano.

Agradeço também ao Senador Moka porque ele conduziu os trabalhos de relatoria do Minha Casa, Minha Vida II com muita agilidade aqui no Senado, o que nos permitiu abrir muito rapidamente a segunda etapa do programa, agora em 2011. Uma das reivindicações do Senador é que o Estado que tiver mais capacidade ganha mais. Isso já aconteceu no Minha Casa, Minha Vida I. Nós queríamos alcançar 1 milhão de unidades. O País precisava delas, precisava gerar emprego e renda e reduzir o déficit habitacional. Por

isso estabelecemos uma meta para cada Estado, mas estabelecemos o prazo de um ano. Quem não conseguiu andar no mesmo ritmo nós transferimos essa meta para Estados que conseguiram andar em ritmo mais acelerado. E aqui quero dizer que o Mato Grosso do Sul, assim como a Bahia, entre outros Estados, foram além da sua cota, exatamente por...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA. *Fora do microfone.*) – O Maranhão também.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – O Maranhão também. Eu não me lembro de todos de cor, mas esses dois foram os que mais avançaram, além da sua cota, exatamente pela pró-atividade dos seus governos em garantir terreno e fazer com agilidade obras de saneamento, água e esgoto, para poder implantar esses empreendimentos. Então, nós seguiremos com essa mesma linha. Achamos justo que no início do programa haja uma cota por Estado, mas também concordamos que se um Estado não consegue andar naquela velocidade, nós não podemos prejudicar outras famílias que poderiam ter essas habitações. Então, vamos continuar com essa lógica.

Em relação aos Municípios com menos de 50 mil habitantes, a própria lei estabelece que precisamos fazer no mínimo – em 1 milhão e 200 mil de baixa renda –, 220 mil unidades. No último dia 30 de novembro, nós abrimos as inscrições para metade dessas 220 mil, portanto, 110 mil unidades. Estamos fazendo a seleção neste momento. As inscrições vão até 31 de dezembro. Cada Município entra no site do Ministério das Cidades para preencher sua carta-consulta e apresentar a demanda de unidades. Cumprindo essa determinação da lei que saiu aqui do Congresso Nacional, nós abrimos, para todos os Municípios, o Minha Casa, Minha Vida, via Caixa, em julho, e agora já abrimos para os Municípios com menos de 50 mil habitantes. Então, nós estamos respeitando isso. Achamos que é importante para uma série de Estados. A quantidade de municípios menores que 50 mil habitantes é muito grande, e isso, de fato, precisa ser considerado. Então, o Mato Grosso do Sul, os Municípios lá, Senador Delcídio, podem todos se inscrever para a gente poder fazer essa primeira seleção de 110 mil unidades.

Senador Eduardo Braga, em primeiro lugar, queria agradecer. Tivemos realmente uma relação muito próxima enquanto o senhor foi governador e mais do que próxima, muito produtiva, de produção habitacional naquele Estado, de equacionamento de áreas – não sei se lá chamam de favelas – de palafitas, de beira de igarapés, que acredito atingiram o objetivo que temos na infraestrutura social urbana de melhorar a qualidade de vida das grandes cidades brasileiras.

Aqui, então, queria dizer algumas palavras ao senhor em relação aos vários pontos que o senhor pautou para mim.

A água. Estamos preocupados, sim. Quero dizer, aproveitar até em relação ao Pará... Ontem, eu estava... Depois que nós fizemos o balanço, identificamos uma série de problemas: alguns são com os ministérios, outros são com os governadores ou com os prefeitos. Ontem mesmo nós estávamos avaliando. O Maurício, com a equipe, fez um *check list* de todos os problemas muito grandes que nós achamos que vale a pena trazer para Brasília para resolver. Nós temos várias pendências de saneamento com o Governador do Pará. Já podemos aproveitar e “fazer um bem bolado”.

Também já tratamos de alguns problemas que estamos tendo no PAC, e um dos outros problemas é exatamente o de água de Manaus.

Acho que uma das coisas que deu muito orgulho para a gente, quando a gente fez a primeira seleção do PAC, é aquilo que falei, aqui e lá do Rio Grande do Sul, é que a gente conseguiu pegar todos os municípios em volta dos mananciais da região de Porto Alegre e fazer projeto e obra para resolver esse problema.

Outro orgulho muito grande é a questão dos recursos para abastecimento de água, em Manaus, que, cercada por aquele tanto de água, não tem, não tinha abastecimento de água, o que era certamente o principal problema de Manaus. Para nós, essa é uma questão... Eu até ia falar depois com o senhor que nós precisamos, e já falei com o Governador Omar Aziz e queria também contar com a sua colaboração, deslindar esse impasse institucional que a gente tem lá, porque a população... (*Pausa.*)

É isso. Em 15 de dezembro, na semana que vem, a gente consegue ter em operação. Precisamos fazer essa água chegar à casa das pessoas. Entre as várias reuniões que nós estamos pedindo, uma delas é essa, porque queremos equacionar. A obra está pronta e tem que entrar em operação.

Para o PAC segurança pública, tínhamos reservado, quando do lançamento, R\$1,6 bilhão. No começo do ano, fizemos toda uma revisão do PAC, inteirinho. Nessa revisão, a Presidenta resolveu ampliar a perspectiva de segurança. Aqui era basicamente a gente trabalhar com postos de segurança comunitária. A gente suspendeu isso do PAC enquanto fazia toda essa discussão com a nova equipe do Ministério da Justiça. Com isso, os recursos vão ser superiores a isso. Já temos várias linhas, a primeira é de penitenciárias, que o Ministro da Justiça já lançou. Não vou lembrar aqui o número, mas acho que é R\$1 bilhão só para as penitenciárias. O outro é a atuação nas fronteiras,

que, do nosso ponto de vista, é fundamental, porque são alavancadoras da violência nas cidades.

A Presidenta lançou ontem a questão do *crack*, que também tem uma parte importante em relação a isso. Então, na verdade, a Presidenta preferiu retirar isso como um item do PAC, mas não do mesmo tratamento que o PAC, e fazer uma proposta mais global de segurança, que está sendo lançada conforme vai sendo amadurecida no Governo.

Em relação ao Luz para Todos, essa é... *(Pausa.)*

Para a penitenciária, é R\$1,1 bilhões.

Em relação ao Luz para Todos, Senador, e está aqui o coordenador do Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, desde o final de 2009, meados de 2009, vimos enfrentando, no âmbito do PAC, com a Eletrobrás, essa discussão de um avanço enorme do Luz Para Todos – mais de dois milhões de ligações residenciais –, mas, em alguns setores, com dificuldades. E o Amazonas, eu citei aqui quando o senhor estava fora – quando eu falei do Luz Para Todos, eu citei inclusive o Estado do Amazonas especificamente – como, digamos, um dos mais prejudicados porque está mais longe, é mais difícil de chegar pela rede geral. É impossível.

Então, isso a gente veio amadurecendo. Fizemos uma primeira adaptação de metodologia, que foi aquela troca de poste de concreto pelo de fibra. O que precisava de 12 homens para carregar agora três carregam, já resolvendo uma parte dos problemas.

Agora nós estamos estabelecendo uma meta de ligações dessas tradicionais e uma meta de sistema isolado, exatamente para garantir que a gente consiga chegar a quem está mais longe. E reconhecer que é diferente; nós precisamos tratar diferente esses locais.

Acredito que nós temos um rumo agora. Na nossa última reunião que fizemos, do balanço, eu fui muito incisiva com a equipe do Ministério exatamente para a gente colocar de pé, com a maior agilidade possível, esse outro rumo.

Eles tinham feito inclusive – vou dar uma dedadinha neles – uma primeira proposta, que nós consideramos ainda muito tímida. Falamos: “Não, não dá para ser só isso”. Aí, eles fizemos um ajuste nessa proposta exatamente para a gente alcançar essas famílias a que o senhor se referiu aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ministra, só para aditar algo, porque eu acho que é muito importante. Por exemplo, eu creio que, no caso específico dessas regiões isoladas, é preciso estabelecer um esclarecimento para a população, porque, como o Luz Para Todos foi prorrogado, mas ele tem data para terminar, pelo que ficou estabelecido na prorrogação, há uma dúvida grande se, não alcançada a

meta de universalização, ao término, esses que estão em comunidades isoladas ficariam excluídos.

Portanto, eu creio que é uma oportunidade. O Brasil está lhe assistindo e muitos desses estão, com certeza, ouvindo-a. Eu creio que essa é uma informação importante.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – A Presidenta deve prorrogar os atuais contratos até 2014, porque a gente tem vários contratos que venceriam agora em dezembro. Nem sei se ela já assinou esta semana, mas estavam já na Casa Civil, para a assinatura dela, a pedido do Ministério de Minas e Energia, os atuais contratos que estão em andamento e que nós estamos fazendo até 2014.

A gente avalia em cada momento. Era também até 2010 e nós adiamos. Então, não vejo problema, especialmente nesse caso, que nos parece que precisa de tratamento diferenciado. Quem tem situação diferenciada precisa ser tratado de maneira diferenciada, e eu acho que esse é um caso.

Em relação ao porto de Manaus, ele não está aqui porque ele é PAC Copa. Ele tem um monitoramento semelhante, mas separado do PAC. Então, é por isso que ele não consta no mapa aí para o senhor.

Em alguns casos, como já estavam no PAC, a gente presta conta nos dois lugares. Mas esse, como ele é estritamente da Copa... Mas eu posso informá-lo que a licitação do projeto foi publicada em novembro. A gente espera concluir a licitação em janeiro de 2012, para que seja feito o projeto para licitar a obra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Mas há uma questão de que o Governo federal precisa executar a retomada do porto.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Sim. Eu não me lembro de detalhes de como está isso hoje, mas, se eu me lembro, tinha feito uma comissão para analisar quais são os investimentos que o privado tinha feito, para a gente poder fazer, digamos, esse encontro de contas para, de fato, fazer essa separação. Eu vou pedir para averiguar o andamento disso, para dar-lhe um informe mais detalhado a respeito.

Em relação ao descasamento em sazonalidade e hidrologia, vai na linha do que o Senador Ferraço falou aqui. O número de dificuldades que a gente tem... Toda vez que chega ao Norte a gente tem esse sofrimento, porque, às vezes, infelizmente, a gente não aproveitou a chuva para fazer a licitação da obra. Aí, atrasou a licitação no período de chuva e não aproveitou o período de seca.

É a hora em que nós, lá no PAC, quase choramos ou cortamos os pulsos, como a gente brinca, está certo? Porque é isto: perder um ano na obra. E são obras

que foram escolhidas, as que estão no PAC, porque são estruturantes.

E no caso dos terminais hidroviários é uma das questões que me dá mais tristeza, Governador. Nesse caso nós tivemos uma questão adicional, além dessa dificuldade da sazonalidade, que foi darmos o azar de contratar uma empresa que deu problemas em vários dos terminais, o que gerou esses atrasos. E aí, até equacionar a substituição, a gente paga com o atraso dessas obras tão importantes naquela região.

A questão da aviação regional.

Senador, a Presidenta criou a Secretaria de Aviação Civil exatamente por um entendimento... Alguns disseram: não, inchaço! É verdade, tem uma questão de por que um número tão grande; há um questionamento. Por que ela resolveu, mesmo com uma visão crítica a respeito disso, criar a Secretaria de Aviação Civil. Exatamente pelo entendimento de que era problema sério do País e que precisava ter alguém que só tomasse conta disso. Então foi por isso que ela resolveu criar a Secretaria de Aviação Civil e posso dizer-lhe que, entre as prioridades da secretaria, está a questão da aviação regional. É claro que nós pusemos antes a questão dos aeroportos para a Copa, as concessões que já fizemos, a do Rio Grande do Norte e as três para as quais agora deve ocorrer o leilão no final de janeiro. Foi a primeira tarefa da SAC, e nós fizemos em tempo absolutamente *record* toda essa modelagem, mas com muita qualidade. Então a equipe da SAC que ainda é muito pequena teve que se dedicar essencialmente a isso. Nós já fizemos uma reunião sobre a aviação regional. Acho que há dez dias, Guilherme? Já de ministros, fora as que os técnicos fizeram, exatamente por esse entendimento que nós precisamos mexer na forma de funcionamento da aviação regional.

Então o senhor tenha a certeza de que isso está no nosso horizonte. Agora que a SAC pôs o leilão na rua, tem que esperar os quarenta e cinco dias e tudo mais, ela vai ter condição de se dedicar a isso. Acredito que vamos ter avanços nessa área.

Aterros sanitários.

Faz parte do PAC Saneamento. Nós não abrimos, na última vez da seleção, porque nós já tínhamos tido – está o Manoel Renato, do Ministério das Cidades, que é um especialista da área –, nós já tivemos experiências anteriores de financiar, não no PAC, antes ainda, iniciativas nessa área. Foi um fracasso definitivo, porque, como o projeto não previa sustentabilidade, você investiu para fazer aterro e virou um lixão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* – A coleta não existia...

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Virou um lixão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* – ... e o aterro não funcionava.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Exatamente.

Então nós represamos, digamos, a decisão para poder construir de maneira melhor, porque não só a Lei de Resíduos Sólidos exige que os prefeitos regularizem isso, mas enquanto isso nós fizemos... Não sei se está aqui. Quantos projetos estão em andamento? *(Pausa.)*

Sessenta projetos que envolvem... Quantos Municípios? *(Pausa.)*

Setecentos e cinquenta e oito Municípios, porque essa questão de aterros, especialmente para os menores, só param em pé se houver um consorciamento. Um Município só é difícil de conseguir viabilizar um aterro; um Município maior é possível e mesmo nesses não têm áreas em regiões metropolitanas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Exatamente.

Então nós, independentemente de abrir a seleção, já estamos fazendo projetos para esses 758 Municípios que o PAC vai financiar, na sequência, as obras, e vamos... Nós temos R\$1,5 bilhão no PAC para resíduos sólidos, exatamente pelo mesmo entendimento que temos e o senhor também da importância de atacar esse problema urbano.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MIRIAM BELCHIOR – No Ministério das Cidades, exatamente. Então é R\$1 bilhão de AGU e R\$500 milhões de financiamento.

Nós estamos aqui finalizando já essa proposta. Preciso apresentar para a Presidenta, para a gente abrir o processo de seleção de projetos daqueles Municípios que já não estão nesses 758, o que dá uma população de quanto, Manoel? Você sabe? *(Pausa.)*

Vinte e cinco milhões de habitantes nesses projetos. Acho que isso mostra essa sintonia de apreciação nossa, do Governo, e aqui do Senado em relação a esse tema.

Mobilidade urbana.

Mobilidade urbana, nós abrimos a seleção. Municípios maiores que 700 mil, R\$18 bilhões. A Presidenta optou por começar a anunciar os metrô. Então, temos esses quatro anúncios que apresentei aqui: Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador. Estamos finalizando o de algumas cidades e ela deve fazer um ato único de anúncio global do que será atendido nos demais Municípios onde não haja metrô. Espero que ainda este ano seja possível fazer. Há duas ou três cidades que nós estamos ainda fechando para fazer esse anúncio global. Manaus, no seu caso, tem uma proposta importante. Avenida das Torres, se não me

engano o nome. Com isso, acho que passei todas as questões do Senador Eduardo Braga. Passo à questão do Senador Flexa Ribeiro que, com todo o respeito aos que acham que tem de dividir o Estado, me dá uma boa notícia, bem quente, de que a chance de que isso ocorra é pequena. Acho que isso é muito importante. Com todo o respeito a quem é a favor da divisão, acho que é muito importante o Estado permanecer unido porque tem uma identidade muito forte. Fiquei muito satisfeita com essa informação. As pesquisas que eu vi no começo dos debates na tevê eram um pouco mais divididas, mas não viraram nesse período. Então, está bom. Está ótimo.

Senador, em primeiro lugar, pelas informações que a gente tem, a eclusa entrou em operação comercial no dia 1º de julho de 2011. Foi entregue e entrou em operação teste – o que é natural, pois se trata de uma obra gigantesca que custou 1,5 bilhão. Um bilhão foi dentro do PAC, foi o PAC que viabilizou aquela obra. É essa visão de que nós precisamos concentrar recursos de investimentos. As eclusas foram priorizadas, à época, pelo Presidente Lula exatamente por que é um vetor importante de desenvolvimento naquele Estado. O anúncio do investimento da Vale, lá, só foi feito porque o Presidente Lula travou quase que uma queda de braços com a direção da Vale. É muito importante o anúncio desse investimento lá. O que tenho para dizer ao Senhor, o que direi também na audiência... Na verdade era para ter marcado. Outro dia houve uma dificuldade que não me lembro mais qual foi. Estava nas minhas prioridades atender a Bancada do Pará, exatamente por essa questão. Quando a gente fez a revisão do PAC, avaliamos uma série de investimentos, inclusive esse da hidrovía e do Pedral do Lourenço. Avaliamos que com a mudança de direção na Vale poderíamos ter espaço. A Presidenta queria discutir uma série de outros investimentos com a Vale, em Sergipe, na exploração de fosfato e potássio. Enfim, vários outros investimentos que nos parecem importantes que a Vale fizesse para o desenvolvimento do País e que agregariam valor à empresa. Entre eles, essa questão. Na verdade, o que está em discussão é se a Vale não tem condição de fazer. Estamos nessa queda de braços. O mais importante é que não paramos. O projeto está sendo revisto. A informação que tenho é a de que está sendo feita a revisão de custos do derrocamento. Ela estava para ser concluída agora no finalzinho de novembro, começo de dezembro. E vamos ver o que vamos fazer com aquela licitação, se vai ser reaberta, se não vai e se a Vale assume esse empreendimento. Não foi à toa que o Presidente Lula, com o apoio da Presidenta Dilma, à época como Ministra, jogou tão pesado para a atração desse investimento lá em Ma-

rabá. Essa visão continua a mesma. Queremos viabilizar esse empreendimento. Inclusive porque, agora no PAC 2, ampliamos os nossos recursos para hidrovias. A nossa lógica, aqui, é que se a gente conseguir que a Vale incorpore esse investimento teremos condição de ampliar investimentos em hidrovias em outras áreas. Na verdade, o que nós queremos é potencializar o recurso disponível. Mas não paramos. Acho que isso é o mais importante. O projeto está sendo revisto para que decidamos quem é que faz: se o Governo ou se a Vale. O projeto esteja em condição de ser executado com a rapidez necessária.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Exª, se V. Exª poderia definir a agenda para o governador e a bancada para a próxima semana.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – O pessoal está me dizendo que se a Presidente não mudar alguma coisa, o que às vezes acontece, que em princípio dia 14, às 14h30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, Senador Lobão Filho. Em seguida, Wellington Dias (não está presente); Ivo Cassol e Delcídio Amaral.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Srª Presidente, Exmª Ministra Miriam Belchior, Sr. Secretário Maurício Muniz, antes de mais nada eu queria parabenizar a postura do Senador Flexa Ribeiro. Ministra, é um dos Senadores mais zangados da oposição. A gente interagiu aqui antes da fala dele, e ele se portou como um estadista em defesa do Estado dele. A consequência foi a reação da Ministra, marcando até uma audiência. Nunca mais ele vai se portar da forma como se portava. Agora é só como estadista. E porventura virá até para a base do governo.

Srª Ministra, antes de qualquer coisa, quero registrar que o Ministro Lobão a tem como uma das mais competentes membros do Governo, do Poder Executivo. Por genética e por herança eu também tenho a mesma admiração por V. Exª. Vou fazer mais, vou fazer um registro do que acontece no meu Estado.

No meu Estado temos a conclusão da Hidrelétrica de Estreito, com mais de mil megawatts sendo concluída. Temos a grande refinaria Premium, de 600 mil barris por dia, que está em plena execução no nosso Estado, que é uma obra estruturante, que vai mudar a realidade do nosso Estado. Temos o sucesso do Programa Luz para Todos, dentro do Estado do Maranhão, que modificou completamente o panorama do cidadão maranhense, trazendo cidadania àqueles

povoados mais distantes do nosso Estado. Temos o Luz para Todos, que é um programa de grande sucesso no nosso Estado, é um dos estados que mais teve sucesso no programa Minha Casa Minha Vida, que trouxe também habitação ao trabalhador maranhense. E entre inúmeras obras do PAC, vejo o PAC não como o PAC2 ou o ano de 2011, vejo o PAC desde o início dele como uma ferramenta, um instrumento de preservação da nossa – e poucas pessoas falam isso – estabilidade econômico-financeira perante essa crise mundial que está aí. Todo mundo gosta de falar muito na política fiscal, todo mundo gosta de falar muito na política monetária, todo mundo fala muito das nossas reservas cambiais, mas o PAC é um dos grandes instrumentos para que a gente possa ter enfrentado com altivez e com força esta crise que está derretendo o mundo aí fora.

Então, parabéns ao Governo que inventou o PAC. E aqui nessa pontinha temos três ex-governadores que sabem como é difícil fazer um plano quadrienal de investimento. É muito difícil fazer esse plano, executar o plano. E executar o plano é mais difícil ainda. Tem que ter muita coragem para botar um plano de quatro anos. Em geral os governos vão vivendo a sua rotina e enfrentando problemas ano a ano, mas se programar por quatro anos é uma nova visão de governo brasileiro. E isso iniciou com o Presidente Lula e parabéns à Dilma que dá sequência a ele com muita competência também.

Ministra, para finalizar, seguindo a orientação do nosso Senador Jayme Campos que quer celeridade das perguntas, eu perguntaria o seguinte. Pela lei da responsabilidade fiscal foi determinada ampla transparência de todas as ações do Executivo. Normatizado em 2009, se não me engano, exigiu a publicidade pela Internet de todas as ações executivas da execução orçamentária do Governo como um todo.

Aqui eu tenho pela CGU a informação de que das 112 estatais brasileiras, 44 nem ao menos têm site na Internet quando a norma exige que seja publicado na Internet, para todos os brasileiros acompanharem a execução orçamentária. Eu perguntaria a senhora como é que o Governo vê esta transparência que está extremamente fragilizada, já que quase a metade das estatais, e digo isso com tranquilidade, porque a principal delas é a Petrobras, que está justamente sob o jugo do Ministro Lobão, não coloca suas informações e execução na Internet, o que é uma ânsia de todos os brasileiros.

Então, junto-me às preocupações dos Senadores para que haja essa transparência.

Essa é a única pergunta que eu faria a V. Ex^a.
Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr^a Presidente.

É uma alegria e uma satisfação participar desta audiência também com a nossa Ministra – Miriam, é uma alegria e uma satisfação – e com os demais Senadores.

Não vou ser repetitivo em perguntas já feitas e respondidas por V. Ex^a, mas eu queria aproveitar a oportunidade, como ex-Governador do Estado de Rondônia, e dizer que fizemos uma parceria muito forte: V. Ex^a, naquela época, junto com a atual Presidente nossa do Brasil, Ministra na época, conduziu as obras do PAC no Estado de Rondônia. Infelizmente, boa parte dessas obras está parada. Quando falo de obras de saneamento básico, falo sobre água tratada e esgoto.

Trago, não como solução, mas como agilização desses processos, o fato de não podermos ter denúncias vazias, que muitas vezes, Ministra, são feitas pela oposição. Infelizmente, boa parte delas, é feita pela própria situação, pelo próprio pessoal do Governo. Isso ocorreu em Porto Velho. Na época, a Ministra Dilma estava junto, quando fomos para Humaitá, e passei a denúncia. Fizeram uma denúncia da água tratada em Porto Velho. Ficamos quase dois anos com a obra, até hoje está parada ainda. A obra estava com 50% feita, faltando concluir 50%. A denúncia foi apurada pelo Tribunal de Contas da União, e, no final disso tudo, não tinha nada contra a água tratada em Porto Velho. Infelizmente, gente daqui, do Ministério das Cidades, que era para dar condições, tirar os empecilhos, tirar os erros que tinha e colocar a obra em andamento, dificultava mais ainda. Ao mesmo tempo, vem o tratamento de esgoto. Agora, o Tribunal de Contas, depois de quase dois anos, decidiu que seja suspensa a licitação e feita nova licitação. E esse período morto meio? E o povo de Porto Velho, que não tem água tratada até hoje? O povo está tomando água, no tempo das águas, naquelas cacimbas, porque os poços se nivelam com a água do rio; na seca, é o contrário, porque não tem água, é a dificuldade que tem, e todo mundo vai para o hospital.

Então, o que precisávamos? Precisávamos criar uma comissão do Senado, juntamente com o Tribunal de Contas da União, para tirar essas pendências com, no máximo 90 dias, no máximo seis meses. Tem recurso à vontade destinado, e as obras estão paralisadas, porque “acho...”, porque “porque...”, porque “talvez...”. Ao mesmo tempo, esses técnicos que tinham a responsabilidade de contribuir e ajudar, mas que, na verdade, foram lá, no ano passado, até no final, quando as obras foram denunciadas na Comissão de Deputados

e Senadores como obras irregulares, ainda dar discurso para tentar deixar a obra encostada, atendendo a capricho dos seus indicados, dos que indicaram essa pessoa para ter cargo dentro dos Ministérios. Isso é um absurdo!

E cito aqui nome, um exemplo, que está aqui presente, o Manoel Renato. Estou citando nomes. Não gosto de falar longe das pessoas, não. Foi uma pessoa que atrapalhou. Foi uma pessoa que inviabilizou. Foi uma pessoa que não tentou buscar em momento nenhum a solução das obras do PAC de saneamento de água e esgoto de Porto Velho. Então, costumo falar aqui junto com a pessoa presente, porque isso cabe ao meu mandato.

Como solução, é buscar uma equipe de fiscalização e acompanhamento para tirar essas pendências e, automaticamente, dar sequência a essas obras, porque obra pela metade não é bom para ninguém.

E outro dado simples, para concluir os cinco minutos. Vi, quando V. Ex^a falou da questão das obras do PAC, a agilização que tem do pagamento das obras, mas, quando se falou das obras dos outros convênios, infelizmente, está empacada. A gente fala “empacado” para “quando está parado”. Temos prefeituras com máquinas compradas no pátio da prefeitura ou da revendedora; prefeituras precisando das máquinas para fazer estrada, fazer um bueiro, para não ficar isolado o setor produtivo; e, ao mesmo tempo, obras pela metade no Estado de Rondônia, para as quais falta só fazer o pagamento para dar continuidade, e obras concluídas e não pagas.

A Caixa Econômica já enrola para poder executar. A burocracia, a falta de gente, não é por causa da burocracia, a falta de estrutura dentro da Caixa acaba emperrando, atrasando da medição ao pagamento, que é de trinta a sessenta dias. E aí quando chega ao Ministério e este também não paga, o prejuízo para essas pequenas cidades, Ministra, não tem tamanho. É um prejuízo muito grande.

Então, queria pedir para a senhora que, junto agora, neste fechamento de ano, vamos dar prioridade a esse resto a pagar que tem ou a essas obras concluídas ou executadas não fiquem mais como elefante branco no caminho, porque o prejuízo depois para retomar é muito grande. Está lá a empresa de água tratada de Porto Velho, que hoje não retornou porque quer saber quem vai pagar o prejuízo desse um ano e oito meses que ficou parada no meio do caminho. Então, é um prejuízo muito grande.

Por isso que peço à senhora. Neste instante, só posso agradecer o que a senhora, quando esteve à frente na época acompanhando a Ministra Dilma, fez por Rondônia, e agora como Ministra do Planejamento,

que tem na sua pasta dar continuidade a esses trabalhos tão relevantes para o nosso Estado de Rondônia e para o Brasil.

Então, só posso agradecer e desejar sucesso.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

Vou solicitar aos Srs. Senadores que, como faltam poucos para falar, a gente faça todos de uma vez.

Concordam?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, quero cumprimentar a Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, cumprimentar pelo trabalho à frente da Comissão de Infraestrutura. E acho que essa reunião além de aguardada, já foi importante até pelos encaminhamentos, especialmente a Comissão de Infraestrutura acompanhando a evolução do PAC, porque agora estão com mania de querer criar comissão especial aqui no Senado e sem aproveitar as comissões permanentes. Isso tem que acabar, porque, plenário, só votamos medida provisória, e ditadura de líder. A gente discute política é nas comissões. Então, precisa-se acabar com essa onda de criar comissão dentro do Senado. Nós temos as comissões que tratam dos vários assuntos e, portanto, os instrumentos necessários para fazer esse debate.

Então, acho importante esse assunto ter voltado à baila porque, vira e mexe, tira algum esqueleto do armário. Acho que é importante essa reunião, porque além da presença da Ministra Miriam Belchior, essa presença suscitou essa questão levantada aqui pelo Senador Walter Pinheiro e por outros.

Em segundo lugar, queria registrar, Ministra Miriam Belchior, a presença de V. Ex^a aqui e de sua equipe. Cumprimentá-la. Acho que o PAC é um programa de sucesso porque ele saiu do campo das ideias, que são legítimas, e partiu para a prática.

E se criou um instrumento competente de acompanhamento das principais obras, especialmente obras estruturantes no País.

Quero aqui registrar esse trabalho muito bem feito, muito didático. A forma de se controlar também por meio de carimbos, verde/vermelho.

E eu não tenho dúvida alguma, V. Ex^a, já no Governo do Presidente Lula, atuava de maneira muito objetiva e determinada na Casa Civil e, agora, no Ministério do Planejamento. Acho que o PAC está em muito boas mãos. V. Ex^a conhece muito bem os principais desafios brasileiros em vários setores, que já foram aqui lembrados por Senadores e Senadoras.

Fico contente com o desmentido, porque me surpreendi que iam esquartejar o PAC, num momento em que a concentração para a coordenação das ações,

principalmente ações que envolvem várias áreas do governo, é fundamental, só faltava aparecer essa novidade de dividir o PAC entre dois Ministérios.

Então, menos mal.

Achei até que aquilo estava encomendado, justamente no dia em que a Ministra Belchior vai à Comissão de Infraestrutura aparece essa novidade.

Então, queria destacar isso.

E queria destacar também. Ministra, a forma como ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Quem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Nelson Barbosa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– As palavras são do Senador Lobão, mas eu gostaria, Ministra, de fazer alguns registros.

Primeiro, a importância do Programa de Aceleração do Crescimento. Segundo, o meu Estado tem sido muito bem atendido pelo Governo Federal. Aliás, diga-se de passagem, estive com o Secretário Maurício esta semana e vi que, na maioria das obras, a despeito da ação forte do Governo do Estado, das prefeituras, inclusive com contrapartidas, o Governo Federal tem sido essencial para Mato Grosso do Sul, que não vive sem investimentos do Governo Federal. Acho que nunca o Governo Federal esteve tão presente. É importante que a população saiba disso para que se faça justiça a esse esforço do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma especialmente no desenvolvimento econômico-social do meu Estado.

Quero aqui registrar o que o Senador Moka disse, o esforço na área de habitação. Mato Grosso do Sul é uma referência sob o ponto de vista de casas, do *Minha Casa Minha Vida*, um sucesso absoluto. Esse programa foi desenvolvido competentemente pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado e, por que não dizer também?, pelas prefeituras

Mas eu queria, Sr^a Ministra, fazer somente algumas observações de caráter geral. Primeiro, a nossa preocupação. O PAC é um grande Programa. São recursos como jamais se viu. O nível de investimentos no Brasil está crescendo, o que é fundamental, porque esse tipo de investimento gera dividendos. Então, é fundamental, através de poupança interna, especialmente, priorizar investimentos. Acho que o Governo está fazendo um esforço nesse sentido também. Alguns me antecederam, mas, especificamente, olhar, minha

cará Ministra, os pequenos municípios, que olham o PAC passar e não vêem os benefícios do Programa de Aceleração do Crescimento, especialmente naqueles municípios menores. O meu Estado, Mato Grosso do Sul, é um Estado em que boa parte dos municípios tem população entre 5 mil e 30 mil habitantes. Quer dizer, são poucos os municípios com mais de 50 mil habitantes. Acho que esse é um tópico importante, que precisamos olhar com muito cuidado. Isso poderia ser contemplado, meu caro Senador Walter Pinheiro, com as emendas. As emendas poderiam fazer esse papel. O Governo Federal não pode viver só de PAC, as emendas são importantes e não como essas emendas são colocadas, como se fosse uma coisa de paternalismo, de confraria, ou de uma maneira depreciada. As emendas dos parlamentares cumprem esse papel nos municípios menores, onde você precisa fazer uma rua, uma praça, uma galeria de drenagem, um ginásio de esportes, uma cobertura de quadra, não da maneira depreciativa como alguns eventualmente tentam tratar essa questão. Se isso estivesse absolutamente conjuminado, talvez nós nem estivéssemos fazendo esse comentário, porque a gente vê que o que dá certo, o que tem dinheiro é o PAC. Aquilo que não está dentro do PAC, que ia ser contemplado pelas emendas, como as emendas não saem... Temos um projeto grande de País, mas que não olha os municípios menores, onde a vida do Brasil efetivamente existe.

Falando no geral, Ministra, a Senhora falou de fronteiras. Não consigo entender porque até hoje não fizeram um PAC para a região de fronteira. Não adianta só atacar a consequência. Lançamos, foi lançado agora foi lançado, pela Presidenta Dilma, o programa ao combate ao *crack*, ao consumo de *crack*. Absolutamente louvável a iniciativa. Mas nós temos de atacar a origem, Ministra. Então, nós precisamos criar um Programa de Aceleração do Crescimento para a região de fronteira, olhando as vocações de cada região de fronteira, para criar perspectiva para as pessoas. Essas pessoas são capturadas pelo crime organizado por que não têm perspectiva. Isso é um programa muito mais amplo, porque ele tem a ver com os países vizinhos, com diplomacia, relações exteriores, sanidade animal, no caso de agricultura, saúde, e assim por diante. Eu sou de um Estado fronteiriço, no entanto, a gente vê aí tudo sendo feito no Brasil, mas as fronteiras continuam esquecidas. Não adianta só patrulhar fronteira e atacar a consequência; tem de atacar a origem dos problemas que afligem naturalmente o Brasil inteiro e as grandes cidades.

Então, eu queria fazer essas observações. Aliás, eu estive inclusive com o Ministro Fernando Bezerra, que compreende ser necessário um programa como

esse. Também queria comentar duas coisas, para resumir. Primeiro, o seguinte: estou vendo aqui no cronograma a usina de Santo Antonio. As primeiras máquinas, em Santo Antonio, já estão rodando, vão rodar em cima de Rondônia. Por quê? A linha de transmissão não acompanhou a construção da usina. Então, o que aconteceu? Estou fazendo esta pergunta, eu sou de Mato Grosso do Sul, mas essa usina vai estar no sistema interligado, vai atender Rondônia, vai atender a região, mas vai atender o sistema interligado, em função até da sazonalidade das regiões. E eu vi aqui essa linha, ela está verde e amarelo, verde e vermelho, eu não sei exatamente, agora eu me esqueci. É Araraquara. Santo Antonio, Porto Velho e Araraquara. O que efetivamente aconteceu? Porque o pessoal faz um esforço grande nessa área de geração e a transmissão fica para trás. Então, os benefícios que essa antecipação provoca, a sociedade brasileira deles não usufruiu, exatamente por que houve atraso na transmissão de energia. Esse o primeiro ponto. O segundo ponto, Ministra, eu vejo com muita preocupação os sucessivos adiamentos dos leilões nas áreas de petróleo e gás. E leilão de petróleo e gás é igual à Fórmula I, tem todos os anos, e as empresas se preparam para isso. Então, sob o meu ponto de vista, isso é desanimador para muitas empresas que precisam investir. Então, vejo com preocupação essa questão da exploração e produção de petróleo.

Ministra, existem duas coisas que, realmente, preocupam-me com relação ao PAC: uma é a questão dos aeroportos. Eu acho que o Governo demorou, já deveria ter feito esses leilões com Parceria Público Privada lá atrás. A Infraero não tem condição de desenvolver os aeroportos brasileiros. Nós chegamos atrasados nessa. Eu acho que nós vamos conviver aí com um mix de aeroportos prontos e aeroportos que vão operar com um puxadinho.

Eu estava conversando um pouco sobre a Copa do Mundo em 2014, o Senador Vicentinho é piloto e conhece muito bem essa área, inclusive de eclusa também ele conhece, o homem bate nas onze, mas o que eu queria registrar Ministra, é que na África do Sul, no final da Copa do Mundo, chegaram, ao aeroporto, 600 jatos executivos na final da Copa do Mundo na capital da África do Sul. Imaginem no Rio de Janeiro quantos jatos executivos chegarão! A estimativa, por baixo, serão de mais de mil jatos executivos. Nós teremos condição de fazer isso? Não sei. Mas, de qualquer maneira eu tenho esperança. Mesmo tardiamente, o Governo tomou a decisão de fazer parceria público-privada nos aeroportos.

E a outra coisa, Ministra – e eu sei que não é V. Ex^a a responsável por isso, V. Ex^a é a gerentona do

PAC –, é esse trem de alta velocidade, que, eu vou ser muito sincero para V. Ex^a, é um assunto enrolado demais, e a gente não consegue entender para onde vamos com esse TAV.

Por último, mas não menos importante, não menos importante, Ministra: o Luz para Todos. Quero fazer coro aqui com o Senador Eduardo Braga: o Luz para Todos não é para todos, Senador Lobão, porque é para muitos, mas alguns poucos estão de fora. Os ribeirinhos, no Amazonas, a despeito de poste, de fibra, não sei o quê, continuam fora, ou seja, não resgataram a cidadania elétrica.

Em Mato Grosso do Sul, o Pantanal não tem Luz para Todos, porque nós estamos enroscados numa burocracia do Ministério de Minas e Energia, dos responsáveis que cuidam desse assunto, que acham que a solução para nós: “bota lá uma célula fotovoltaica, um painel fotovoltaico, que resolve”. Não resolve. A Aneel, agora, Senador Eduardo Braga, tomou uma decisão que talvez nós, os excluídos, venhamos a ser atendidos pelo Luz para Todos. E, para mim, Ministra, é muito ruim porque as pessoas não entendem, pois eu vim da área, elas não conseguem entender como tem, em Mato Grosso do Sul, Luz para Todos, que é um sucesso, que o Senador Eduardo Braga disse aqui. Para mim é o melhor programa do Presidente Lula, o melhor deles, disparado na frente! Mas as pessoas não entendem, eu vim do setor, e a minha região não tem.

Então, é um lero-lero, é uma conversa mole, é empurrar com a barriga. Agora a Aneel criou as condições. Eu espero que o Ministério de Minas e Energia tenha, com todo o respeito ao Ministro Lobão, que é um homem competente e que tem um excelente desempenho à frente da sua pasta... Mas ele tem uma turma ali embaixo que é contra a gente, Senador Eduardo Braga, é contra o Amazonas e é contra o Mato Grosso do Sul, porque nós tivemos a infelicidade de ter a riqueza da Amazônia e bioma pataneiro. Então, como eles têm inveja da gente, eles não nos atendem de forma nenhuma, e a conversa é que: são dez vezes o custo, não sei o quê. Esse papo eu já conheço.

Então, Luz para Todos está capenga, porque não atendeu todos os brasileiros; nós estamos à margem do Luz para Todos.

Bom, e aí, Sr^a Presidente, encerrando, quero só registrar – e aí é política mesmo –, cumprimentar aqui a diretoria da Aneinfra – houve a eleição agora –, Associação Nacional de Especialistas e Analistas em Infraestrutura, para o biênio 2012 e 2013. Está aqui o Presidente eleito, o Guilherme, está aqui também o Diretor de Assuntos Políticos, Hélio José da Silva Lima, está aqui a Cláudia Marques, Diretora Administrativo-Financeira, e está aqui também o Alexando Ono, Di-

retor de Estudos e Pesquisas da Aneinfra. Mais para vender o peixe deles, que eu acho justo: são profissionais absolutamente fundamentais para o Programa de Aceleração do Crescimento. Eles solicitam uma audiência com V. Ex^a, até porque a remuneração deles não corresponde à importância que eles têm no sentido de cumprir o maior desafio que é a infraestrutura brasileira.

No mais, parabenizá-la pelo competente trabalho que tem sido feito à frente do Ministério do Planejamento.

Falei pouco.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Delcídio, nós temos ainda a Senadora Ana Rita, o Senador Jayme, o Senador Vicentinho e o Senador Wellington Dias.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita, e V. Ex^a está usando aquela máxima, fazendo analogia com casa de ferreiro: casa de eletricista, luz de candeeiro.

Então, vamos, Senadora Ana Rita, para a gente dar sequênci e, com certeza, a Ministra vai sair daqui maior do que... O PAC está recebendo tanto elogio que vai sair daqui maior, orçamentariamente falando.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom, eu quero iniciar a minha fala, cumprimentando a nossa Ministra, parabenizando-a pelo trabalho que vem realizando à frente do Ministério do Planejamento; quero também parabenizar e agradecer a sua equipe. Toda vez em que tivemos a oportunidade e a necessidade de recorrer ao Ministério, sempre fomos muito bem atendidos, recepcionados e bem orientados pela equipe técnica de V. Ex^a. Então, quero aqui fazer esse registro e esse agradecimento.

Parabenizo também a Comissão de Infraestrutura por essa iniciativa. Não sou membro desta Comissão, mas estou aqui, porque senti a necessidade não só de prestigiar a nossa Ministra, mas também de poder posicionar-me e falar em nome do meu Estado, o Espírito Santo, que tem sido beneficiado pelas políticas do Governo Federal e, particularmente, pelo PAC.

Também quero dizer que, quando o PAC foi lançado pelo governo do Presidente Lula em 2007, foi uma decisão muito acertada do nosso presidente, porque essa é uma importante política pública para contribuir com o desenvolvimento do nosso País. O PAC tem dado respostas efetivas nas questões que até então eram grandes gargalos. Através do PAC, estamos conseguindo superar, avançar e dar respostas a muitos desafios.

Acho que esse período todo do governo do presidente Lula até agora mostra, cada vez mais, que o PAC foi uma decisão acertada. Então, acho que é importante fazer esse registro.

Com isso, todos os brasileiros e todas as brasileiras saem ganhando, porque são beneficiados diretamente pelas obras que estão sendo realizadas e pelo programas que são patrocinados pelo PAC, particularmente, o Minha Casa, Minha Vida, que é um importante programa. Acredito que a população brasileira hoje está tendo acesso a uma moradia digna em função do programa Minha Casa, Minha Vida.

Mas quero, na verdade, Sr^a Ministra e Sr^a Presidenta desta Comissão, fazer um registro fundamental. O Governo do Estado do Espírito Santo assinou recentemente, pelas informações que tenho, no dia 10 de novembro, 28 contratos para as obras do PAC 2. Isso tem de ser divulgado. Isso é importantíssimo!

Então, em parceria, com o apoio da Caixa Econômica Federal, as prefeituras de 11 Municípios capixabas assinaram 28 contratos, que formalizam o repasse de recursos para a execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento nas áreas de saneamento, habitação e melhorias urbanas.

As intervenções totalizam investimentos da ordem de R\$220 milhões e fazem parte do pacote de projetos de infraestrutura, aprovado pelo Governo Federal. Nós, que somos capixabas, sabemos das dificuldades que o Estado enfrenta. Isso é muito bom.

No interior do Estado, é importante também fazer este registro aqui, foram atendidas demandas dos Municípios de Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Lúna, Jaguaré e São Mateus. Na região metropolitana, os investimentos estão direcionados para os Municípios de Cariacica, Viana, Serra, Vitória e Vila Velha, que é o Município do qual sou originária. Eu moro no Município de Vila Velha.

Também foram aprovados projetos para a construção de 1.145 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida. Foi assinado contrato para a implantação do Projeto de Dragagem e Desassoreamento da Calha do Rio Formate, citando alguns dos projetos aqui, e para a construção de parques lineares e sistemas de alerta de cheias no período de chuvas.

E aqui, Sr^a Ministra, faço este registro: Vila Velha – além de outros Municípios – é um dos que é muito afetado em períodos de cheia. Nesta semana, novamente, a cidade ficou totalmente inundada com as chuvas, que acontecem, em todos os anos, nesse período.

A chuva é muito bem-vinda. Eu, particularmente, gosto muito da chuva. Acho que ela vem tratar a terra, cuidar para que possamos ter uma produção agrícola melhor. Mas infelizmente, em determinadas cidades, a chuva tem trazido muitos transtornos, porque a cidade não está preparada.

Acho que é aquilo que conversávamos numa discussão ontem em uma reunião de uma das comissões

de que fazemos parte: é preciso repensar o planejamento urbano, porque toda vez que chove, a cidade inunda. Então, o programa do PAC tem nos ajudado nesse sentido, totalizando um repasse de mais de R\$35 milhões.

Quero aqui dizer que o nosso governador se posicionou e quero citar uma frase da fala dele: “a falta de infraestrutura é um gargalo que inibe o crescimento do Estado do Espírito Santo e é fundamental recebermos esses recursos.” Portanto, estou apenas registrando uma fala dele que também é minha fala. “É importante lembrar que terminaremos 2011 com mais de R\$1 bilhão investidos no Estado do Espírito Santo”, esta também é a fala do nosso governador.

Gostaria de destacar, por exemplo, que o Município de Vila Velha será beneficiado com o PAC 2, a macro drenagem e o desassoreamento do canal da costa. Em Vitória, entre tantas ações, quero destacar uma que, para mim, é muito especial, porque vai assegurar as obras de contenção de encostas em áreas de risco, que é a urbanização da poligonal 10, do bairro Conquista.

Ministra, trabalhei nessa poligonal porque coordenei a área social do Programa Terra mais Igual e sei mais do que nunca como é importante esses recursos para atender essa comunidade, que é uma área de morro, uma área com fortes riscos de desmoronamento. Esses recursos, com certeza, vão atender e muito essa comunidade tão necessitada e com tantas dificuldades. Ou seja, resolver a questão da contenção de encostas é de suma importância.

Por último, para não me alongar muito, quero também registrar que estive presente na assinatura do contrato com o Município de Vila Velha, que vai viabilizar a construção de 1.500 moradias do Programa Minha Casa Minha Vida. Parte dessas moradias já está prontas, mas queremos que a meta seja concluída, ou seja, as 1.500 casas.

E olhando o documento que o Ministério nos traz no dia de hoje, um balanço dos meses de julho a setembro de 2011, observei algumas questões extremamente importantes no que se refere, por exemplo, aos portos, um tema altamente necessário para o Espírito Santo, a fim de assegurar o desenvolvimento do nosso Estado, a continuidade dos investimentos que precisamos fazer.

O porto de Vitória, como obra iniciada, destacada aqui pelo relatório; a ampliação e recuperação da cais comercial do porto de Vitória. Também quero fazer um destaque com relação ao porto sem papel, onde já foram investidos R\$22 milhões. Então, concluída a implantação e iniciada a operação do sistema nos por-

tos de Santos, Rio de Janeiro e também Vitória. Vitória também está contemplada nesse relatório.

Na questão da exploração do petróleo e gás natural, na bacia do Espírito Santo, destaque para as principais descobertas no pós-sal: poços de Brigadeiro, Pé-de-Moleque e Quindim, no Bloco BM-ES-23.

E por último, Sr^a Ministra, fazer um destaque para todos os que nos ouvem, dos investimentos na plataforma P-56, no Campo de Marlim Sul módulo III, um total de R\$3,8 bilhões, de 2007 a 2010, investimento realizado; e também investimento previsto para 2011 a 2014, em torno de R\$3 bilhões.

Resultados: obra em andamento, com 77% realizada.

É isso que gostaria de fazer o destaque, pois penso que é importante e necessário, já que, muitas vezes, essas informações não chegam a nossa população. E esse é um espaço importante e privilegiado para fazer esse destaque. Não quero dizer com isso, Sr^a Ministra, que estamos quites: muita coisa ainda temos pela frente, muita coisa precisamos fazer. O Estado do Espírito Santo carece ainda de muita estrutura em nossos Municípios, mas é importante registrar o que já foi alcançado, o que já foi conquistado.

Com isso, agradeço muitíssimo ao nosso Governo, Governo da Presidenta Dilma, na pessoa de V. Ex^a, nossa querida Ministra Mirian Belchior. Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr^a Presidente, Senadora Lúcia Vânia; prezada Ministra – competente – Mirian Belchior; Dr. Maurício, Secretário do PAC.

Prometo, com toda certeza, que não vou falar tanto quanto o Senador Eduardo Braga, da mesma forma que nosso professor, pedagógico, Senador Delcídio do Amaral. Serei muito objetivo nas minhas indagações a V. Ex^a.

Eu a ouvi atentamente e sei que houve um verdadeiro passeio já aqui quando V. Ex^a nos deu a oportunidade ímpar de conhecer o PAC de fato e de direito. Particularmente, confesso a senhora que, em princípio, quando lançaram o PAC, esperava que fosse uma obra de ficção, como naquela velha estória: “me engana que eu gosto.” Todavia, o tempo passou e de fato, mesmo sofrendo atraso nas obras, está andando. Às vezes, até por falta mesmo – como bem o disse o Senador Ivo Cassol – de técnicos da Caixa Econômica e do próprio Ministério.

Todavia, Sr^a Ministra, o que eu gostaria de dizer é que, primeiro... A título de sugestão falarei em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Fui Prefeito por três mandatos, fui Governador de meu Estado e hoje

sou Senador da República. Na verdade, está sendo construído um volume grande de habitações. Reduzimos, sobremaneira, a questão do déficit que havia nesse setor. Entretanto, o que me causa um pouco de preocupação, porque foi Prefeito três vezes (quatorze anos Prefeito), conheço bem as dificuldades das cidades, dos Municípios brasileiros e, principalmente, no âmbito da gestão por parte dos Prefeitos Municipais.

Quando se constrói, particularmente... Ela foi construída... É algo com quase 18 a 20 conjuntos habitacionais, alguns distantes do centro da cidade. E o que me causa realmente preocupação é a de que, quando se constrói um conjunto habitacional como esse, lá tem que ter os equipamentos comunitários e sociais: da escola ao posto de saúde; da creche ao posto policial. Eu pergunto: será que essas Prefeituras terão capacidade de investimento para não só construir depois, mas para a manutenção? Eu acho muito difícil, até porque se está a capacidade de investimento da maioria absoluta dos Municípios brasileiros, e V. Ex^a tem consciência disso aí.

Eu acho que, quando foram construídas essas habitações, teria de ter, pelo menos em parte, algum investimento nessa área, ou seja, em escola, em creche... Acho muito complicado, estou percebendo – com muita clareza – que nós teremos muitas dificuldades em relação a essas unidades habitacionais que estão sendo construídas em nosso País.

Por outro lado, Ministra, V. Ex^a disse aqui da irrigação no nordeste, sobretudo. No advento da Constituição de 1988, nós tivemos um fundo constituído para investimento nesta vasta região centro-oeste do Brasil. Entretanto, Ministra, quando fui Governador, eu consegui liberar alguns recursos do Programa Irrigar – que naquela época tinha essa nomenclatura. Hoje – na verdade, já há alguns anos – não se investe um centavo de real no programa de irrigação. O próprio TCU já recomendou para o Ministério da Integração, que é o responsável, para investir aquilo que certamente é constitucional.

Eu faço apelo a V. Ex^a aqui, como cidadão mato-grossense, que habita a região central do Brasil, para investirmos no que é constitucional, tendo em vista que nós, particularmente os da região da grande Cuiabá, que é composto por 14 Municípios da baixada cuiabana, nós temos de ter um programa de irrigação como esse para resolvermos, definitivamente, a questão de melhoria das condições de vida e, sobretudo, da renda familiar. Ou seja, a renda familiar daquelas pessoas poderia ser aumentada para a irrigação desses municípios. Mas, lamentavelmente, o programa de irrigação não tem funcionado e não se tem cumprido aquilo que está escrito em nossa Constituição Federal.

Por outro lado, Ministra, V. Ex^a conhece tanto quanto eu, até porque vi sua *performance* aqui (conversava com o Senador Eduardo Braga), sobre a verdadeira aula que deu aqui. E me disse aqui: “Olha, é uma das mulheres mais inteligentes e competentes deste País”. E eu concordo com ele, diante da apresentação que V. Ex^a fez aqui.

Entretanto, Mato Grosso é um Estado de dimensão continental.

São 900 mil quilômetros quadrados. Temos graves e sérios problemas, que vêm da saúde, da educação, da segurança pública e, sobretudo, na questão da logística.

Temos tudo para ser um grande produtor e para contribuir sobremaneira com a balança comercial. O nosso gargalo é questão de infraestrutura. Hoje temos de ter a visão do transporte intermodal que temos de fazer no Brasil, particularmente no meu Estado e nessa região, na medida em que nós transportamos a nossa produção a mais de 1.700km, lá, ao longo da BR-163, indo para os portos do Estado de São Paulo, do Paraná, ou seja, Porto de Paranaguá etc.

O que eu quero, de fato, objetivamente, dizer? Que não é possível, Ministra Miriam Belchior, construir... E, por exemplo, estão fazendo agora cinco usinas hidrelétricas, no rio Juruena, no rio Teles Pires e Tapajós, e nenhuma eclusa está sendo construída. É um rio plenamente navegável, nós temos que explorar esse potencial nas nossas hidrovias. A eclusa de Tucuruí levou quase 20 anos para ser feita. Naquela oportunidade, se tivesse sido feita junto com a obra da usina, ela custaria, no máximo, por exemplo, 100 milhões. Como foi, ela custou 2,2 ou R\$2,3 bilhões. Mas alegam, ponderam, sobretudo – o Ministro Edison Lobão esteve aqui e outros técnicos – dizendo que construir eclusas vai onerar a questão da tarifa a ser cobrada dos nossos consumidores.

Ora, eu acho que temos que construir um projeto e fazermos PPP. Alguém faz a usina hidrelétrica e outros fazem as nossas eclusas para explorar essa riqueza natural, esse privilégio que Deus nos deu. Caso contrário, seria muito difícil resolvermos um problema de logística. É muito bom, estamos fazendo a pavimentação asfáltica da BR-163, da 158, da 242. Nós temos que fazer...

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – A Ferrovia Norte-Sul, que vai chegar lá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Exato, a Ferronorte, que está demandando de Alto Araguaia até Rondonópolis e, se possível, num futuro bem breve, até Cuiabá.

Entretanto, aqui, o relatório de V. Ex^a menciona a Ferrovia Centro-Leste, que demanda de Uruaçu, em

Goias, até Lucas, com uma variante para o Estado de Rondônia. Eu queria indagar de V. Ex^a se, de fato, essa obra vai sair ou se é apenas uma lenda, um sonho de verão etc. Porque aqui está bonito, ótimo. Há uma expectativa muito grande em relação a essa obra. Quero de V. Ex^a ter aqui a garantia, até porque, nas visitas que fazemos aos Municípios, nós temos que, naturalmente, dar essas boas informações.

Se não bastasse isso, o próprio ex-Governador e Senador Blairo Maggi me pediu que fizesse uma indagação a V. Ex^a em relação à duplicação da obra da BR-163, que demanda Rondonópolis, vinda por Cuiabá e indo até o Posto Gil. O primeiro trecho está sendo executado da cidade de Rosário Oeste até Posto Gil; entretanto, pelo conhecimento, pelas informações que temos, não há ainda nem projeto definitivo. Ou seja, pode ter até algum estudo, ter algum projeto básico, entretanto, o projeto executivo da obra me parece que não está ainda realizado. Consulto V. Ex^a se essa obra, de fato, vai ser materializada porque o Diretor-Geral do Dnit, o General disse que não tinha nem projeto, entretanto, há também previsão dentro do PAC.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Qual é o trecho?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É o trecho Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil, que passa, certamente, por dezenas de cidades, entre elas, Jaciara, Juscimeira, São Pedro, Várzea Grande, Jangada, Nobres etc. Consulto se essa obra, ano que vem, de fato será iniciada e, se possível, concluída até 2014. Porque a rodovia da morte, todos os dias, Ministra Miriam – todos os dias literalmente, dados estatísticos da Polícia Rodoviária – tem acidente de automóvel.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – No Mato Grosso também tem uma? Porque em cada Estado acho que há uma. Qual é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Essa rodovia?

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – BR-163.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Ah, a 163.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Que demanda Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil. Todos os dias tem acidente. Ali chama-se estrada da morte. Então, é uma obra prioritária, é a obra dos sonhos da redenção, não só da região Sul do Estado, da região da Grande Cuiabá, mas a do Mato Grosso. Todo mundo que demanda não só para chegar a Cuiabá ou para sair, obrigatoriamente tem que passar nessa rodovia.

Quero concluir aqui, para não ser longo. Eu teria várias observações, mas vou ser mais generoso do que o Eduardo e do que o nosso amigo querido Senador Delcídio nos meus comentários.

De tal maneira que quero cumprimentar V. Ex^a pela presença aqui, na Comissão, e cumprimentar essa valorosa e brava Senadora Lúcia Vânia, que está feliz pela louvável iniciativa de convidar a Ministra.

E espero que, mais vezes, V. Ex^a promova aqui esse encontro, que é muito importante, sobretudo para dirimirmos qualquer dúvida com a Ministra Miriam Belchior.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senador Jayme.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senadora Lúcia Vânia, o homem falou por 21 minutos!

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vi. E foi ele que pediu generosidade dos outros.

Eu gostaria de registrar aqui a presença do querido Deputado Nelson Marquezelli, que nos honra com a sua presença.

Com a palavra o Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, Dr. Maurício, Ministra Miriam, é um prazer este primeiro encontro nosso.

Eu vim aqui, Ministra, para tratar de dois assuntos: o aeroportuário e o hidroviário comclusas. Para contribuir com o tempo, porque se avançou muito aqui, eu vou tratar, então, só da questão hidroviária para facilitar mais o andamento e contribuir com todos os colegas.

Ministra, eu venho, como Senador da República, do meu Estado do Tocantins. Sou um filho nativo da cidade de Porto Nacional. Com isso eu quero dizer que as cidades construídas que surgiram ao longo do rio Tocantins foram fruto exatamente do ir e vir das pessoas. Então, nós temos Paranã, Peixe, Porto Nacional, Miracema do Tocantins, Pedro Afonso, Carolina, Marabá, enfim.

E quando se constrói, Ministra, uma hidrelétrica e nela não se constrói a eclusa, a senhora não sabe a brutalidade com que essa obra da hidrelétrica vem a tratar os nossos ribeirinhos!

Portanto, eu quero crer que V. Ex^a e a equipe do Governo o qual ajudei a eleger – e ajudo a nossa Presidenta Dilma em todas as votações aqui, no Senado Federal – já comecem a ter agora essa sensibilidade, porque isso fere, inclusive, o direito constitucional das pessoas de ir e vir. Afeta diretamente os cardumes dos peixes nos nossos rios também, além das pessoas.

Eu me lembro muito bem, Ministra, quando ainda muito jovem, de ver os barcos a motor saírem de Porto Nacional para irem até Belém. Hoje nós não temos mais esse direito. As nossas riquezas são utilizadas – e eu acho que devem ser – para promover riquezas

deste País pela energia, mas não nos tirem o direito de ir e vir nos nossos rios!

Eu quero fazer esse apelo como Senador que nasceu nas barrancas do rio Tocantins.

Por isso, apresentei, logo que cheguei aqui, ao Senado, o Projeto de Lei nº 497, que vai na linha do do Senador Jayme Campos. Eu gostaria que a senhora tomasse conhecimento dele. Nós podemos construir as hidrelétricas com as eclusas em um modelo de PPP, que não vai alterar na tarifa para o consumidor.

Então, é um projeto que está aberto para discutir com a senhora e a equipe do Planejamento, para que a gente encontre essa solução.

Aqui, na Comissão de Infraestrutura, a Senadora Lúcia Vânia, nossa brilhante Presidente, designou-me como Relator da Comissão para o Orçamento.

Das 43 emendas, nós acatamos quatro: uma para estudos e projetos; outra para a BR-452, que atende Goiás, Minas e o Centro-Oeste; outra para o modal ferroviário, que atende o Mato Grosso na Transcontinental, e outra emenda que acatamos foi para a Eclusa de Lajeado, sobre a qual eu quero falar.

Já se gastaram, Ministra, R\$69 milhões nessa eclusa, cuja obra há quatro anos está paralisada. Portanto, eu penso que vou estar dando uma grande contribuição no sentido de que a gente retome essa obra. Já conversei com o Presidente Arlindo. Primeiro estou fazendo aqui o meu dever de casa, para depois fazer uma visita à senhora e uma audiência. E nós aqui, como relator-geral, vamos incluí-la no PAC, porque é uma obra importante. O Senador Delcídio, como relator setorial, já designou R\$60 milhões para essa obra, para o próximo ano. E nós queremos agradecer, não só os tocantinenses, porque essa hidrovia vai atender a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Vai atender o Estado do Maranhão, do Piauí, da Bahia, de Goiás, do Mato Grosso, do Pará e do Tocantins. Então, é uma obra importante para o Brasil, para o país.

Com relação à eclusa de Estreito, de que também precisamos, já existe licitado o projeto, no valor de R\$8 milhões. E, para nossa alegria, Ministra, esses R\$8 milhões me parecem que já estão sendo empenhados para o projeto da eclusa de Estreito. Com isso, podemos avançar com a obra de Lajeado e, em 2013, já também iniciarmos Estreito. O meu sonho é o de ver pessoas e produção saindo da Europa, indo e vindo, e vindo até aqui, a 90 km de Brasília. Se nós fizermos a eclusa de Serra da Mesa, a eclusa de São Salvador, de Peixe, de Lajeado... Enfim, nós vamos vir aqui próximo. Eu quero sair de Porto Nacional, minha cidade, e ali, a 90 km, eu pegar um trem e vir a Brasília. Ainda sonho com isso. Ainda sonho com o vale do Tocantins, Ministra, sendo um dos vales deste País

que mais vai produzir alimentos para o mundo. E os navios sendo carregados ali e indo embora. Eu ainda sonho com isso. Portanto, eu quero tentar sensibilizar V. Ex^a nessa questão da eclusa de Lajeado.

Eu vi aqui na demonstração – não assisti, mas li: nós ainda não temos a hidrovia do Tocantins no PAC. Precisamos colocar a eclusa no PAC e andarmos com isso.

Claro que já queremos aqui agradecer a ferrovia Norte-Sul, que atende o Brasil e nos atende também. Temos a BR 153 e, com a hidrovia, será uma coisa fantástica para o centro do País e para o Brasil como um todo. Nós sabemos que o meio de transporte mais barato que se tem nesses três modais é o da hidrovia. E é o que mais preserva o meio ambiente, Ministra. Se nós temos que conservar as nossas ferrovias, as nossas rodovias, temos que conservar nossos rios. Preocupa-me muito o rio Araguaia. Quando os turistas para lá vão e adoram aquele mundo de praias surgindo, aquilo é o rio morrendo, pedindo socorro para sua recuperação. Nós sabemos disso, Senadora Lúcia Vânia. Precisamos organizar e preservar o rio Araguaia. Aqueles turistas que acham ali uma bela praia, a cada cinco anos que a gente sobrevoa ali – e sou aviador, o Senador Jayme Campos e a Senadora Lúcia Vânia também conhecem bem –, as praias aumentam. Ali é o rio morrendo. E é preciso urgentemente o Governo Federal olhar com sensibilidade a questão do rio Araguaia.

Finalizando, para contribuir com o tempo, quero dizer que já temos, para estudos e projetos, R\$230 milhões pela Câmara dos Deputados, R\$115 milhões que já vieram no Orçamento e R\$200 milhões pelo Senado Federal. Então, nós temos recursos para viabilizar estudos e projetos dos rios deste País, para que a gente tenha, efetivamente, a construção de hidrelétricas e, paralelamente, a construção de eclusas.

Com relação à eclusa de Lajeado. Eu quero, por último, tentar sensibilizar V. Ex^a, porque não está nas prioridades do Governo federal. Mas eu espero, com a capacidade que V. Ex^a já demonstrou de conhecer o Brasil, um conhecimento fantástico... Às vezes, Ministra, a gente admira as pessoas mesmo sem ser próximos, às vezes à distância. Eu sou seu admirador e espero que V. Ex^a entenda esse clamor. O que nós queremos é o melhor para o País. Pode estar segura de que, quando nós tornarmos as eclusas junto com as hidrelétricas, nós vamos atender às necessidades do Brasil e vamos ser sensíveis com as pessoas e o meio ambiente, porque precisamos ter essa sensibilidade.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Vicentinho.

A Ministra vai dar uma saída. Logo em seguida, passo a palavra ao Senador Wellington Dias e ao Senador Suplicy, último orador inscrito. *(Pausa.)*

(Interrupção da gravação.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Muito bem. Vou falar só 29 min.

Primeiro quero aqui parabenizar V. Ex^a. Sei da importância que tem todo esse esforço, esse trabalho, dia, noite, de madrugada, final de semana. Tenho acompanhado pelo Brasil. Quando a gente olha as imagens que a gente viu aqui é que a gente compreende porque o Brasil, em momentos tão difíceis para o Planeta, continua crescendo, continua respondendo à ampliação de emprego ano a ano. Estive na Europa há alguns dias e é doloroso ver o que acontece ali, de desemprego, enfim, de baixo astral muitas vezes.

Parabenizar também pelo programa da desburocratização, que foi aprovado, que coloca um tratamento diferenciado para as pequenas obras. Eu como funcionário da Caixa Econômica, vinha lutando há muito tempo por isso. Estivemos tratando várias vezes com a sua equipe e várias daquelas ideias foram acatadas. Avançamos.

Esse ponto que a senhora colocou há pouco da licitação tem que ser pensado. O modelo de licitação que nós temos está completamente ultrapassado. Aliás, o maior exemplo é do que fazemos no PAC Habitação, onde as empresas são – vou usar um termo feio que a Caixa Econômica inventou – são gericadas, são colocadas num cadastro prévio, e isso facilita todo o processo. Esse é um caminho que podemos avançar.

Lá no Estado também. Estive com o governador visitando agora a obra da ferrovia, que era o nosso grande calo. Graças a Deus está andando. Creio que, se não vamos cumprir o cronograma até junho, como estava previsto, é possível, até o final de 2012 termos a Presidente Dilma inaugurando lá essa importante obra, tanto na parte de Pernambuco como na parte do Piauí. O Ceará, pelo que acompanho, tem um atraso maior.

Comemoramos há poucos dias um milhão de ligações com a Eletrobrás Piauí, várias subestações. O ministro esteve lá. Era para a Presidente ir, porque ela lançou lá o Luz para Todos, que também era um grande calo. Estamos muito próximos de completar 100% das comunidades. Não uso o termo das casas porque ele é sempre perigoso, porque sempre surgem uma e mais outra. Mas, acho que vamos alcançar esse feito.

Da mesma forma, o programa de habitação está bem, da BR-020, Platô de Guadalupe, Tabuleiro Litorâneo.

Enfim, quero aqui tratar alguns pontos que considero importantes e trazer um pleito. Conversava há

pouco com o Governador Wilson Martins. Estamos precisando ter uma reunião senão neste final de ano, mas no começo do ano, com a equipe da coordenação do PAC lá do Piauí. Acho que é importante ter, porque temos algumas coisas simples para as quais precisa ser dada uma solução.

Exemplo: aeroporto de Parnaíba. Consta inclusive aqui como ainda estando em obra – não, está concluída a obra. Agora a Gol e a TAM querem fazer voo para o nosso Delta do Parnaíba, uma grande base de negócios que tem ali, e falta uma autorização da Anac para o aeroporto operar com voo de instrumento. Vejam, antes das obras era autorizado a operar com voos por instrumento; agora, que está tudo pronto, não libera. Essa coisa não dá para entender. Tem que ter um acerto de conta.

O aeroporto de Teresina: está sendo feita a obra da parte de embarque e desembarque, que ainda é uma base improvisada; tive a informação agora de que deu problema pela quarta vez no projeto. Ou seja, uma obra de 2003 e já vamos para a quarta licitação, porque as empresas que ganham... Enfim, não dá mais para explicar isso lá, não. Está difícil. Pega um projeto existente... Aliás, queriam pegar um projeto, concordamos inclusive, por quê? Porque o aeroporto que mais cresce em número de passageiros no Nordeste e não é mais suportável essa situação lá.

Essa reunião, então, seria para isso. A BR-235 – passei para o Maurício um documento que encaminhei no começo deste mês – no PAC, quando foi lançado, consta o trecho... Na verdade, são dois pedaços: Piauí-Bahia com Piauí-Maranhão. São dois trechos, um de 120 quilômetros, mais ou menos, e outro. Quando foi feito o planejamento para 2011, colocaram apenas um dos trechos. Está licitado, com licença ambiental e tudo. Enfim, o que estou pedindo aí? Que, na programação, como me foi dito no encontro com a sua equipe, para 2012, liberemos o início das obras desse segundo trecho. Saí aqui agora, Presidente, para uma reunião, o governo do Estado com dois grupos empresariais desesperadamente cobrando. Um é a entidade do pessoal do agronegócio, dos produtores de soja e de algodão. Por quê? Porque essa BR-235 liga uma grande reserva de fósforo, de calcário, com a região dos Cerrados. Temos hoje, em Angico dos Dias, na Bahia, a Galvani, que é uma dessas empresas que tem que fazer um abastecimento indo em torno de 300 quilômetros a mais do que poderia com essa solução.

Então, faço um apelo para que, em 2012, a gente possa começar o ano acertando o passo nessa direção. Há ainda duas obras que ficaram para ser analisadas aqui: a BR-222 e a Barragem de Castelo, da qual um trecho pequeno está pronto, o que vem de Recife até

Belém, e, por falta de um trecho pequeno de 90 quilômetros, a gente não tem essa ligação. Na verdade, atrasou o projeto, por isso que não entrou diretamente na programação deste ano, mas eu gostaria que pudesse ser tratado com carinho.

E a Barragem de Castelo, só para lembrar, é a que controla inundação em Teresina, onde basta ter chuva que tem inundação. O rio Poti precisa realmente dessa barragem. Além de tudo que ela possa representar, tem mais esse detalhe importante.

Quero ainda me somar aqui à preocupação com as hidrovias. Lá, agora, está sendo feita a licitação para as hidrelétricas da bacia do Parnaíba. No acordo firmado com a ANA, ficaram de ser feitas as eclusas, já tem os projetos feitos pela Chesf, numa parceria do Ministério de Minas e Energia com o Ministério dos Transportes, até para facilitar. A ideia era não incluir na base de preço da hidrelétrica, porque, de novo, aumentaria o custo do mega e isso colocaria uma inviabilidade para as hidrelétricas. São cinco. Na verdade, o leilão agora é de três pequenas hidrelétricas.

No acordo com a ANA, ficou e, agora, o Procurador da República entrou com uma ação em que alega a necessidade de apresentação desse plano em relação à eclusa que ficou nas condições apresentadas pela ANA. Acho que o Brasil precisa olhar realmente. Vejo aqui que o Jayme Campos, o Senador Vicentinho e, tenho certeza, vários aqui, nós achamos que o Brasil não pode mais fazer hidrelétrica sem resolver esse problema. Parte tem que ser pelo próprio consórcio da hidrelétrica; parte tem que ser por um setor privado, que vai ganhar dinheiro com a concessão de uma hidrovia; e parte, onde for necessário, pelo poder público. Mas acho que precisamos olhar isso com todo carinho. Lá estamos falando de uma hidrovia de mil quilômetros, ligando Balsas, Uruçuí, Santa Filomena até a capital, ligada com ferrovia, como está a Transnordestina, para vários portos. Então, é uma obra essencial para o desenvolvimento.

Quero ainda, por último, saber sobre a licitação do Crema, que, parece-me, estava previsto para o Brasil todo. Houve a suspensão, foi mudado o Ministro, o Presidente do Dnit... Eu gostaria de ver, porque, por boa parte do que ouvi aqui, a solução parece estar nessa licitação do Crema, que vai fazer alargamentos, um conjunto, na verdade, de obras em rodovias já existentes, e o meu Estado é também contemplado.

Eu gostaria de ter essa informação.

Quero parabenizá-lo. Penso que foi correta essa ideia genial de um plano estratégico estruturante de todo o Brasil. Como V. Ex^a é do Ministério do Planejamento, do núcleo central do Governo, faço um apelo, que já fiz à Presidente da República. Creio que é preciso,

exatamente com a moral de quem faz esse conjunto de investimentos, planejar os investimentos que são geradores de produção, tanto de empresas como a Petrobras, quanto junto com o setor privado. Por quê? Por exemplo, na área de mineração, aguardamos o marco regulatório. O meu Estado, além de gás, de petróleo, de níquel, já está lá a Vale do Rio Doce, do ferro, mas a gente sente que há, na verdade, reservas de mercado nessas áreas e, se não tiver uma forte interferência do Governo, regiões de muita pobreza e de miséria, que têm grande potencial de riqueza, nunca vão sair dessa situação. Então, penso que é necessário que a gente tenha, junto com o PAC, um plano estratégico. Por quê? E finalizo com isso. Porque, senão, nós vamos ter, por exemplo, a região Nordeste se desenvolvendo, mas com um desenvolvimento muito concentrado nesse ou naquele Estado. Vamos continuar tendo situações envergonhando o Brasil em algumas regiões que têm grande potencial.

Então, nessa hora, eu sou socialista. Não acredito em mão invisível na área da economia. Tem que ter a mão forte do governo dizendo: "Suzano, nós estamos querendo essa base da Suzano aqui nessa região" ou "Vale do Rio Doce, queremos que seja investido aqui nessa região". Todos eles fazem investimento com grande apoio de infraestrutura, de financiamento, enfim, do governo.

Então, creio que é necessário que o Ministério do Planejamento, que tem essa tarefa de planejar o Brasil, também possa olhar por esse lado de um crescimento para evitar a desigualdade. E o meu Estado, certamente, vai continuar aplaudindo o seu trabalho.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Último orador inscrito, Senador Suplicy.

Eu solicitaria brevidade, uma vez que a Ministra está aqui desde nove horas.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sim, está bem.

Prezada Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Sr. Maurício Muniz, Secretário do PAC; querida Ministra Miriam Belchior, do Planejamento, Orçamento e Gestão; em função das obrigações hoje de estar em outras comissões, inclusive de ouvir o Ministro Luiz Sérgio e ainda participar da Comissão de Direitos Humanos, onde houve uma reunião muito tensa e importante hoje, precisei estar lá e não pude ouvi-la desde o início, mas quero também cumprimentá-la pela excelência de sua exposição, de seu trabalho.

Queria me ater, primeiro, a uma indagação, uma vez que V. Ex^a aqui mencionou a questão do aperfeiçoamento de lei de licitação. Durante o Governo do Presidente Lula, tive a oportunidade de dialogar com

o Ministro que precedeu V. Ex^a, Paulo Bernardo, e chegamos a um entendimento. Inclusive, havia algumas diferenças entre a minha posição, como relator, na CAE, e a do Senador Francisco Dornelles, mas, então, nós estivemos, mais de uma vez, no gabinete do Ministro do Planejamento, e chegamos àquilo que foi considerado um entendimento, relativamente ao PLC nº 32, a nova Lei de Licitações, e que significa aprimoramento e modernização em relação à Lei nº 8.666, sancionada em 1993, em um tempo em que não se usavam tanto os procedimentos hoje existentes, da própria Internet, do leilão eletrônico e tantos outros instrumentos.

Então, tenho até perguntado ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, assim como ao Senador Francisco Dornelles se poderemos votar o quanto antes essa matéria, porque, volta e meia, nos perguntam. O próprio Presidente Lula me cobrou algumas vezes no ano passado: “Como é? Não vamos votar o PLC nº 32? Estamos prontos”. Está-se concluindo o ano, e acredito que, como o Ministério do Planejamento, ainda mais relacionado ao PAC, é uma das Pastas de maior interesse nessa área, então, quero me colocar à disposição de V. Ex^a de, se houver ainda aperfeiçoamentos, naquilo que havíamos acordado, eu, o Senador Dornelles e todos os Srs. Senadores estamos prontos, porque o projeto está praticamente na reta final.

Observo que, na parceria que o Governo Dilma tem feito com os governos estadual e municipais em São Paulo, há alguns projetos importantes, como os aqui mencionados, de Paraisópolis e Heliópolis, onde o governo estadual e o governo municipal – em Heliópolis, governo municipal – estão compartilhando, em parceria. Então, cumprimento o Governo por essa realização.

O que noto recentemente é que, sobretudo, os movimentos de moradia têm muito solicitado a possibilidade de que um programa de PAC, *Minha Casa Minha Vida*, seja também ampliado para a área central de São Paulo, para a recuperação de edifícios, muitos dos quais edifícios públicos, outros privados, que estão em estado precário, mas que são edificações, e para, quem sabe, transformá-los em habitação popular. Então, agradeço se V. Ex^a puder mencionar se isso está sendo cogitado.

Finalmente, eu tive e oportunidade, desde quando V. Ex^a era da equipe de transição do Governo do Presidente Lula, portanto, em 2002, mas também acompanhei, como V. Ex^a, ao lado de Ana Fonseca e outras e do Ministro Graziano e hoje da Ministra Tereza Campelo, como V. Ex^a foi sempre acompanhando toda a reflexão a respeito de como fazer a transição dos programas antes Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, o PET, cartão alimentação, auxílio gás, para o Bolsa Família.

V. Ex^a sabe muito bem dos diálogos e da perspectiva daquilo que é já objeto da Lei nº 10.835, de 2004. V. Ex^a acompanhou todos os passos da aprovação e sanção desta lei, então como eu continuo a tratar desse assunto e da perspectiva de um dia chegarmos à renda básica de cidadania, eu aqui apenas quero transmitir à senhora o último trabalho que fiz – saiu na Conjuntura Econômica, de outubro de 2011, publicação da FGV. Não quero me estender sobre isso, mas para lhe dar uma informação atualizada sobre esse tema e como continuo a considerá-lo, a considerar a renda básica de cidadania um objetivo importante e por que será a melhor forma de desenho de um programa de transferência de renda para economias como a brasileira. Então passo às mãos de V. Ex^a esse último trabalho.

Muito obrigado e meus cumprimentos, Ministra Miriam Belchior.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra a Ministra Miriam Belchior.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Vou tentar fazer aqui em ritmo de aventura porque eu tenho uma cerimônia às duas para fazer assinatura de transferência de quase 500 mil m² de terrenos da União para fazer projetos do Minha Casa Minha Vida, enfim, projetos de desenvolvimento em vários Estados do Brasil. Então vou tentar aqui fazer rapidamente.

Em primeiro lugar, Senador Lobão Filho, muito prazer vê-lo tão bem recuperado. Muito bom. Vivi um pouco a preocupação de seu pai, logo na sequência do seu acidente e vê-lo tão bem certamente faz bem para o senhor, para ele, mas também para os outros que acompanham.

Senador, eu acredito que, com a nova lei de acesso, nós, do Governo, estamos fazendo um trabalho conjunto de como é que a gente garante – os prazos não são curtos – toda a regulamentação da lei de acesso. Então eu acredito que, nesse âmbito, nós vamos conseguir dar esse passo importante, que é o da transparência das informações, que, para nós, do Governo Federal, é um conceito muito caro. E dizer ao senhor como o Dest é vinculado ao Planejamento, já vou pedir para o meu diretor a começar pegar no pé dessas. Anotei o número que o senhor me deu aqui. Nós já estamos fazendo vários controles adicionais nas estatais. Este ano fiz com o Ministro de Minas e Energia uma reunião geral, com todas as estatais de energia, para acompanhar sua execução independente do PAC, a sua execução mesmo de investimentos. Então está na nossa perspectiva e a sua observação veio bem a calhar com esse movimento que estamos fazendo de maneira coordenada no Governo para a implementação da lei de acesso.

O Senador Ivo Cassol colocou aqui e me dá oportunidade de dizer o que não citei no começo, mas que também nos deu bastante orgulho. Só para Porto Velho nós selecionamos três vezes mais recurso para água e esgoto do que tudo que teve para saneamento no orçamento da União em 2002, só para ter ideia do que significam os 40 bilhões que tivemos no PAC 1 para saneamento e que só para Rondônia, exatamente por causa dos investimentos das usinas, nós priorizamos o atendimento, a universalização do atendimento de água e esgoto naquele Município.

Eu não tenho procuração do Diretor Manoel Renato aqui, mas queria aproveitar a oportunidade primeiro para dizer que o contrato de água, pela informação que me deram, será hoje retomado. Vai ser assinado hoje o aditivo, às 13 horas – então já foi, porque são 13h43. Às 13 horas ia ser assinado de novo o contrato com a empresa, o aditamento, e retomadas as obras de água a que ele se referiu aqui.

Em relação ao de esgoto, é um bom exemplo para eu falar, e vou responder algumas questões do Senador Delcídio e também aqui citado pelo Senador Wellington.

Na última marcha dos prefeitos, a Presidenta se comprometeu a reformular a chamada Portaria nº 127, regula a forma de transferência de recursos voluntários a Estados e Municípios.

A experiência do PAC foi muito rica para isso, nós aprendemos muita coisa. Mesmo no PAC, que é muito veloz, nós tínhamos muita dificuldade. Imaginem nos outros convênios, como citou aqui o Senador Ivo Cassol.

Nós fizemos uma simplificação de procedimentos. O rigor com o recurso público é o mesmo, mas nós temos... Obras de até 750 mil reais têm um rito de fiscalização simplificado. Não tem sentido todo mês fazer medição daquela obra. É um custo absurdo. Depois de se mudar isso, vai três vezes agora. Passa uma tranche na frente, de recursos, e depois, na hora em que essa tranche estiver pronta, fiscaliza-se para a segunda tranche. Nós acreditamos que isso é bom para o PAC e para os outros convênios também. Acreditamos que isso vai fazer uma diferença grande na execução. É um avanço gigantesco. Eu assinei essa portaria no Comitê de Articulação Federativa, com as três associações de prefeitos do País inteiro. E é um salto de qualidade no trabalho com os Municípios. O rigor do controle continua o mesmo, mas você faz isso de uma maneira mais racional.

Além disso – por isso estou me referindo a essa Portaria, que era 127, agora virou 507 –, o Governador Ivo Cassol comentou a postura do Dr. Manoel Renato em relação aos acontecidos no contrato de esgoto de Porto Velho.

Só queria dizer que na legislação anterior estava pouco claro o que era de responsabilidade de cada ente. Quem tem que fiscalizar a licitação? O que a Caixa tem que olhar? O que o Ministério das Cidades tem que fazer? O que é dos órgãos de controle?

Então, o que estava acontecendo muito com o Ministério das Cidades? Os órgãos de controle pediam ao Ministério das Cidades ou à Caixa para cumprir uma tarefa que não é desse Ministério. Verificar se uma licitação é regular ou não não é tarefa da Caixa nem do Ministério das Cidades, mas o que dá para fazer é ver: foi publicada em jornal de grande circulação? O que a lei determina? Várias coisas. Isso já é feito. Agora, fazer auditoria num processo, não tem cabimento a Caixa fazer. E essa portaria traz também esse grande avanço.

O Ministério das Cidades e a Caixa estavam muito reféns tanto da CGU quanto do TCU nisso. Acreditamos que essa portaria, além das vantagens que colocamos aqui, também há a enorme vantagem de que ficará claro o que é responsabilidade e de quem é, portanto, algumas dessas novelas... Chamamos alguns casos como esse de Porto Velho de novelas, algumas bem longas, do final da década de 60, começo de 70, com 500 capítulos.

Então, acreditamos, com essa nova portaria, daremos um passo gigantesco na simplificação dos procedimentos, sem perder o rigor do uso recurso público.

O Senador Delcídio do Amaral, primeiro, falou do investimento, do qual gostaria de dar dois dados aqui. O primeiro deles é o de que o Brasil alcançou 20%. É ainda pouco, mas avançou muito. Os investimentos alcançaram 20% do PIB. É um marco importante da nossa história.

Outro dado é quanto ao crescimento do investimento no País. Desde o PAC, o investimento cresceu duas vezes mais que o PIB, ou seja, uma velocidade duas vezes superior ao do PIB. Então, se nós, neste último período, estamos crescendo bastante, mais importante do que isso é que estamos crescendo puxados pelo investimento. O investimento cresceu o dobro do crescimento do PIB.

Esse é um indicador importante, de que o nosso mercado interno é forte, importante para sustentar o nosso crescimento, e estamos equilibrando isso, também, com o crescimento.

Queria aproveitar o gancho do Senador Delcídio do Amaral em relação a isso.

Em relação aos pequenos Municípios, devo dizer que não só o Minha Casa Minha Vida, mas, no PAC 2, houve a decisão do Presidente Lula de ampliar o leque de ações do eixo social e urbano.

Tínhamos, basicamente, habitação e saneamento, um pouco de mobilidade urbana. Incorporamos, além

do saneamento e habitação, máquinas e equipamentos, para a manutenção de estradas vicinais, creches e pré-escolas, as UBs, as quadras esportivas, as praças do PAC, todas com acesso aos Municípios menores, ao qual chamamos G3, Municípios com menos de 50 mil habitantes.

Hoje, por exemplo, foi publicado pela Funasa o resultado da seleção de saneamento de Municípios com menos de 50 mil habitantes. São R\$ 2,6 bilhões. Hoje, publicamos o resultado da seleção, algo em torno de mil Municípios, para projetos de água e esgoto e para melhorias sanitárias domiciliares. Portanto, não estamos esquecendo os pequenos Municípios.

Quanto à questão de fronteira, ele tem razão. É uma prioridade absoluta da Presidenta, em relação à segurança, mas não só, e nós, também, quando selecionamos outras coisas do PAC, estamos tendo um olhar especial para essa questão de fronteira. Estamos autorizando concurso para a Polícia Federal, para reforçar essas áreas de nosso território.

Do Luz para Todos, devo dizer, Senador Delcídio, que o Coordenador do programa estava aqui e pedirei a ele que informe a situação do Mato Grosso do Sul, para que possamos tomar as medidas importantes em relação ao Pantanal.

Vou pular alguns por causa da hora.

Senadora Ana Rita, aproveito a sua citação para agradecer a toda a minha equipe – parte dela está aqui -, que o Maurício comanda, que trabalha arduamente para que esse trabalho seja feito. Não é fácil. Eles trabalham bastante, realmente bastante. Ninguém sai de lá antes de 20 horas. Ao mesmo tempo que cobra de cada um dos Ministérios as suas responsabilidades, esse trabalho árduo também ajuda a construir as condições para que os Ministérios possam executar as suas tarefas.

Portanto, quero agradecer, aqui, a cada um de vocês, pelo empenho, sempre tão grande, capitaneados pelo Maurício, pelo Garib e pela Maria Caldas.

O Governador me convidou a ir lá fazer essa assinatura. Nós priorizamos a drenagem na região do Espírito Santo, em Vila Velha. Discuti com todos os Prefeitos da região metropolitana, quando fizemos essa seleção, em 2010, e devo dizer que eu não fui, mas não fiquei segurando, exatamente porque sabemos que as cidades precisam das obras. Eu falei: “Não, Governador. Assina. Eu não posso ir agora. Vou mais adiante fazer uma visita às obras no Espírito Santo, mas vamos assinar isso, porque é fundamental que essas obras iniciem.”

Senador Jayme Campos, a questão da integração dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida na infraestrutura urbana é uma questão de honra para nós.

Não queremos errar como no passado e construir produção habitacional muito longe da malha urbana, sem transporte, sem serviços, sem comércio, sem saúde, sem educação. Então, essa é uma preocupação muito grande nossa. A Caixa, às vezes, é acusada de ser muito cricri, mas algumas vezes é com razão, como nesse caso em que ela exige que essas condições estejam dadas, porque não adianta morar no fim do mundo sem conseguir acessar mercado de trabalho e tudo mais. O compromisso de fazer saúde, educação e infraestrutura urbana é dos Municípios. Já bancamos todo o recurso para a construção das moradias. No entanto, exatamente por esse entendimento que o Senador colocou aqui, prefeito que foi, nós estamos reservando uma parte das pré-escolas, creches e UBs que estão no PAC para grandes empreendimentos do Minha Casa Minha Vida. Então, em empreendimentos maiores que 500 unidades, nós estamos reservando para os Municípios para poder ajudá-los a garantir essa infraestrutura nos maiores empreendimentos, exatamente por causa dessa preocupação que o Senador colocou aqui.

A questão da irrigação do Centro-Oeste...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Ministra, pela ordem.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Pois não.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Ligou-me agora do Tocantins o Subsecretário de Planejamento. Parece-me que estamos ao vivo. Ele pergunta se, nessa seleção para saneamento, o Tocantins está incluído.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Todos os Estados brasileiros têm.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Muito obrigado.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Talvez a Maria tenha ali a lista. Se ela tiver, já informa ao senhor, mas está no Diário Oficial de hoje a lista de todos os Municípios beneficiados.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Ministra. E vou garantir a ele agora.

A SRª MIRIAM BELCHIOR – Está certo.

Em relação à irrigação do Centro-Oeste, aqui há a informação de que no PAC nós temos R\$392 milhões para irrigação no Centro-Oeste, e tanto na LOA de 2011 como de 2012 está respeitado o dispositivo constitucional de garantir 20% do total de recursos de irrigação para o Centro-Oeste. Quero dizer ao Senador que a Fico vai sair sim. Ela está em fase de projeto. Nós tivemos que revogar a licitação, mas vamos republicar a licitação. O processo de licenciamento está em andamento, com previsão de emissão de licença prévia em 30 de abril de 2012. Portanto, a Fico vai sair sim, porque ela corresponde à nossa lógica geral de am-

pliar os investimentos em ferrovias no País, não só com esse eixo central, essa espinha dorsal que é a ferrovia Norte-Sul, mas também com os eixos transversais – a Leste-Oeste, na Bahia; a Transnordestina; a Fico; e a Ferronorte –, que são braços a partir dessa estrutura central que é a Norte-Sul. Então, ela está no PAC. E nós estamos trabalhando. Sabemos a importância que ela tem para o transporte de toda a matéria-prima da Região Centro-Oeste.

Vou abordar agora a questão de hidrovias, sobre a qual vários Senadores aqui se manifestaram.

Primeiro esclarecimento: todo projeto de usina hidrelétrica tem que ter já o projeto de eclusa. Todos eles têm essa lógica: tem que ter. No entanto, não podemos custear com os custos de tarifa, com a tarifa de energia as eclusas, porque elas não estão relacionadas com a produção de energia. Esse é uma primeira dificuldade na questão das hidrovias.

A outra questão é a defasagem que a gente tem de produção de projetos de hidrovia no País em relação aos de energia.

No ano passado, no início do ano de 2010, o PAC 2, tínhamos uma orientação clara de aumentar os recursos de hidrovia. Do mesmo jeito que no PAC 1 priorizamos muito as ferrovias e continuamos com isso no PAC 2, queríamos ampliar muito os recursos para as hidrovias. Foi uma das discussões mais aprofundadas que fizemos no PAC 2. Pusemos junto o setor de transporte interessado nas eclusas, o setor de energia, que precisa garantir energia para o País continuar crescendo, e nós, como estávamos nisso, para priorizar os investimentos em hidrovia. O que constatamos? Que não tínhamos, pela tradição de não investir em hidrovias, um portfólio de projetos para hidrovias. Não podíamos segurar os investimentos em energia, porque o País precisa de energia para crescer, esperando fazer todos os projetos necessários de eclusas. Por isso, tomamos uma decisão de escolher os principais eixos de hidrovias e, para esses, fazer os projetos e as obras, e são esses que estão no PAC, e reservar um montante de recursos para construir um portfólio de projetos para que o Brasil possa, de fato, com o manancial hidroviário que tem, potencializar esse tipo de modal, que não só é mais barato, como também ambientalmente muito interessante.

Desse ponto de vista, temos uma visão comum da importância de ampliar o transporte hidroviário no País de maneira casada com outros investimentos de ferrovia e hidrovia, para não ficar concorrendo vários modais ao mesmo tempo. Não tem sentido fazer investimento... (Pausa.)

Isso.

Vou pedir para ver esse projeto a que o senhor se referiu aqui, Senador Vicentinho, e vou pedir para o Ministério dos Transportes também olhar, para a gente poder ter uma interlocução a respeito dele.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Inclusive, Ministra, só para contribuir, já tive com o Ministro Paulo Passos – S. Ex^a achou interessante – e com a Aneel. É um projeto que concilia a produção de energia e a atividade do Ministério dos Transportes, sem alterar a taxa de energia para a população. Estamos abertos para esse assunto.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Tenho muito interesse em viabilizar isso e, se tivermos uma maneira engenhosa de fazê-lo, com poucos recursos públicos, melhor ainda.

Senador Wellington, primeiro, com relação à licitação do Crema, houve um atraso no Dnit na execução dos projetos. A essa dificuldade tinha me referido aqui. As empresas de consultoria não estão conseguindo entregar na velocidade. Fizemos uma discussão inclusive com a Presidenta da República sobre isso, porque essa é uma nova e fundamental forma de trabalhar na área de rodovias para a nossa malha ficar “um brinco”. Estabelecemos para o Dnit uma meta mensal de projetos de Crema que ele precisa entregar e licitar. Estamos acompanhando mensalmente isso para a gente poder tentar recuperar isso e, durante o ano de 2012, conseguir regularizar e ter a malha rodoviária federal com percentual bastante grande de Crema. Acho que sua pergunta é muito importante, é de quem conhece bem o assunto.

Com relação às hidrovias, eu já falei.

De maneira geral, já conversei isso com o senhor, mas é importante dizer para os demais Senadores, esse ano, a despeito de termos feito um ajuste de R\$50 bilhões, e, no ano que vem, a despeito da situação crítica da economia internacional, o que estamos fazendo em relação ao PAC é garantir os recursos previstos nele. Não estamos ampliando o PAC neste momento. Achamos mais importante garantir o que está no PAC e que ele ande bem para garantir os empregos e os investimentos necessários para o crescimento do País.

Não descartamos, mais adiante, se a gente conseguir passar esse momento difícil internacional, e estamos em melhores condições para enfrentar esse quadro, a possibilidade de, do mesmo jeito que fizemos em 2008, integramos novas obras do PAC. Para todas essas obras novas, já falei para alguns governadores e parlamentares que, e eu tenho a minha pasta com todas as demandas de inclusão de obras, se essa oportunidade de ampliação do PAC aparecer, nós vamos levar em conta as solicitações que já apareceram, desde que, claro, cumpram os requisitos do PAC de

ser investimento estruturante para logísticas de transportes, energia, social e urbana do país.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Ministra, no caso das outras barragens e etc., são obras novas. A da BR-235 está no catálogo do PAC 2 desde o dia do lançamento. A informação que a sua equipe me deu, tão logo eu vi que não saiu quando teve o planejamento, é que teria havido um problema técnico. Estou confiando nisso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ela está, Wellington, até porque o seguinte. O negócio da BR-235 é de Sergipe até o Piauí. Só, na Bahia, são 600 km dessa rodovia, e o trecho baiano, inclusive para a divisa com o Piauí, está em obra. Foi entregue um trecho naquela região de Remanso e falta ir até São Raimundo Nonato, que é a divisa com o Bahia.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Esse estava, senão vai causar um problema de ordem política, porque o que mostra lá é que está no catálogo, na divulgação do lançamento, mas não foi considerado no planejamento da obra.

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Antes de passar para as perguntas do Senador Suplicy, a última questão que quero aqui sublinhar é a do Senador Wellington, que citou a escolha que nós fazemos no PAC por projetos que são alavancadores do desenvolvimento. Obras como refinarias, portos, a própria Transnordestina, elas têm sentido econômico sim, mas são completadas com certeza pelo potencial de alavancar o desenvolvimento regional.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a MIRIAM BELCHIOR – Já anotei aqui, Senador, para ligar para o Marcelo Guarany.

Acredito que, para todos nós, para os nordestinos mais do que todos, mas para mim, um dos orgulhos que tenho dos 08 anos do Governo Lula é, certamente, ter visto o Brasil crescer muito e o Nordeste crescer acima do que cresceu a média do Brasil. Acho que isso é fruto das políticas adotadas de desenvolvimento econômico nessas regiões. Acredito que o PAC é mais um elemento que garante isso.

Por fim, Senador Suplicy, nós temos o máximo interesse em discutir a questão da Lei de Licitações, sim. Mandamos, em 2007, janeiro de 2007. Há um consenso aqui de que nós precisamos fazê-la virar realidade e de que necessitamos de uma atualização da Lei de Licitações. Ela foi feita num outro momento. Vários dos seus preceitos precisam ser mantidos de maneira rigorosa, mas várias outras coisas podem ser feitas de maneira a privilegiar o melhor uso dos recursos públicos e a maior agilidade da administração pública.

Em relação à recuperação de edificações no centro de cidades, essa é uma preocupação enorme da Inês Magalhães e de todo mundo que é da área de habitação. Nós colocamos na Lei da Minha Casa, Minha Vida 2, colocamos um artigo que exatamente permite que nós utilizemos esses imóveis nos centros das cidades. Não tem sentido ficar construindo longe dos centros das cidades quando nós temos áreas desocupadas ou ociosas no centro das cidades, como São Paulo, por exemplo, que já tem sistema de transporte, que já tem saúde, que já tem educação, escolas, algumas inclusive ociosas. Então, já há um artigo lá que permite isso. O Ministério das Cidades está trabalhando com os movimentos interessados nisso para viabilizarmos essas iniciativas.

Por fim, lembro-me bem de que, pouco antes do Presidente Lula lançar o Programa Bolsa Família, fui encarregada pelo então Ministro José Dirceu de apresentar ao senhor, exatamente pela sua luta contínua e bastante firme em defesa da renda de cidadania, o que é que estávamos fazendo naquele momento. Acho que os resultados apareceram. É uma felicidade para todos. Agora estamos indo para esse segundo passo com a Ministra Tereza Campello, que é o Programa Brasil sem Miséria, que, além de lidar, como a Senadora Lúcia Vânia conhece muito bem, com a questão da transferência de renda, trabalha de maneira ainda mais ampla a questão do acesso a direitos sociais, aos serviços sociais com qualidade e também à perna da capacitação profissional e da inclusão produtiva.

Acreditamos que isso vai seguir esse caminho pelo qual o senhor sempre batalhou a sua vida inteira.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado. Meus cumprimentos e parabéns.

A SR^a MIRIAM APARECIDA BELCHIOR – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço à Ministra Miriam Belchior e também ao Dr. Maurício Muniz. Quero dizer, Ministra, da nossa satisfação em recebê-la aqui. Peço desculpas pelo abuso do tempo, mas V. Ex^a pôde sentir, pelas perguntas aqui feitas pelos Senadores, a grande necessidade que tinha esta Comissão em recebê-la para essas demandas.

Quero poupá-la, não vou fazer nenhuma pergunta, mas quero que, a exemplo de outros Senadores que aqui falaram, V. Ex^a me conceda uma audiência para que eu possa levar os pleitos do meu Estado de Goiás.

Não tendo mais nada a tratar, agradecendo a presença de todos, cumprimentando todos os assessores que aqui estiveram, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 8 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhora Senadora e dos Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Fernando Collor, Blairo Maggi, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, Lauro Antônio, Ivo Cassol, Alvaro Dias, Jayme Campos e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 58ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Antes de iniciar a pauta, a Presidente convida, para compor a mesa, os homenageados, o Governador do Estado de Goiás, Excelentíssimo Senhor Marconi Perillo e o Excelentíssimo Senhor Senador Fernando Collor; e, também, a Senhora Valéria Perillo, Primeira-Dama do Estado de Goiás. A Presidente dá início à solenidade de aposição do retrato do Governador do Estado de Goiás, Excelentíssimo Senhor Marconi Perillo e do Excelentíssimo Senhor Senador Fernando Collor na galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal. A Presidente faz uma breve exposição acerca da trajetória política dos homenageados. A Presidente concede a palavra aos homenageados, Excelentíssimo Senhor Senador Fernando Collor e Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Blairo Maggi. A presidente comunica a presença do Excelentíssimo Senhor Deputado, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO). A Presidente passa a condução dos trabalhos ao cerimonial do Senado Federal, que

convida os homenageados a descerrarem os retratos que, a partir desse momento, passam a integrar a galeria de retratos dos ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura. A Presidente agradece a presença de todos e informa o encerramento da reunião às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 58ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de iniciar a pauta, convido, para compor a Mesa, os nossos homenageados de hoje: o Governador do Estado de Goiás, Exmº Sr. Marconi Perillo, e o Exmº Sr. Senador Fernando Collor. Convido também a primeira-dama do Estado de Goiás, Srª Valéria Perillo, para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Iniciamos a solenidade de aposição do retrato do Governador do Estado de Goiás, Exmº Sr. Marconi Perillo, e do Exmº Sr. Senador Fernando Collor na galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

O Exmº Sr. Marconi Perillo é bacharel em Direito.

Peço ao Cerimonial, que está presente, para fazer a apresentação do currículo.

A SRª LOCUTORA – O Exmº Sr. Marconi Perillo é bacharel em Direito.

Ingressou na política em 1990, na Assembleia Legislativa de Goiás, onde permaneceu por quatro anos. Sua atuação no Estado lhe assegurou uma cadeira no Congresso Nacional, sendo eleito Deputado Federal em 1994.

Aos 35 anos, tornou-se o mais jovem Governador eleito no País. Permaneceu no governo por dois mandatos consecutivos e, em 2006, foi eleito Senador da República pelo PSDB.

Aqui no Senado, Marconi Perillo presidiu a Comissão de Serviços de Infraestrutura, foi 1º Vice-Líder do PSDB, atuou em diversas e importantes comissões e chegou à Vice-Presidência da Casa.

Hoje, novamente no Governo de Goiás, é o primeiro cidadão a gerir o Estado por três mandatos.

O Exmº Sr. Senador Fernando Collor nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Proveniente de uma tradicional família de políticos, passou a adolescência em Brasília e se graduou em Economia e Jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB).

Sua vida pública iniciou em 1979, quando assumiu a Prefeitura de Maceió aos 30 anos. Em 1982, foi eleito Deputado Federal e, em 1986, assumiu o Governo de Alagoas.

O trabalho desenvolvido no Estado o projetou nacionalmente, fazendo com que vencesse a primeira eleição direta para Presidente da República após 20 anos de regime militar.

Atualmente, Collor exerce mandato de Senador da República, representando o Estado de Alagoas, e é Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra a Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a Exmª Srª Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senhoras e senhores aqui presentes, cumprimento todos os convidados que nos honram com sua presença.

Com muita satisfação, hoje recebemos os ex-Presidentes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura: o Senador Fernando Collor e o atual Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.

A breve apresentação que acabamos de ouvir não foi capaz de evidenciar a plenitude da riqueza e do brilhantismo de suas trajetórias pessoais e políticas, sobretudo no período em que conduziram aqui os seus trabalhos.

Particularmente, sinto-me honrada pela representatividade do Estado de Goiás à frente desta que é uma das mais relevantes Comissões do Senado Federal: o então Senador Marconi Perillo foi o segundo representante goiano a assumir a Presidência deste Colegiado, missão essa que hoje exerço com redobrado compromisso, na condição de terceira representante do Estado de Goiás nesta Presidência.

Com larga bagagem acumulada nos dois mandatos à frente do Poder Executivo estadual e com forte inclinação ao debate e à oratória, aprimorada desde o nascedouro de sua vida pública como representante do povo goiano no Parlamento, o nobre Parlamentar, hoje Governador Marconi Perillo, deixou sua marca ao final do mandato na Presidência desta Comissão.

Logo em sua primeira atuação, o ex-Senador Marconi Perillo deixou claro a que veio: em seu pronunciamento como Presidente eleito deste Colegiado, pautou com precisão os trabalhos legislativos para

aquele biênio 2007-2009, destacando o PAC como um de seus assuntos prioritários.

S. Exª não poderia ter escolhido tema mais apropriado e oportuno, pois foi naquele ano de 2007 que o PAC foi lançado, o que norteou e destacou a importância dos trabalhos desta Comissão a partir de então. Na Presidência, sua atuação foi fundamental para permitir e ampliar a discussão do mais importante programa de obras públicas do Governo brasileiro.

Também por forte influência de sua atuação à frente desta Comissão, o Senado conseguiu aprovar o projeto que instituiu o Sistema Nacional de Viação, uma homenagem ao trabalho de mais de 15 anos do saudoso Senador Eliseu Resende.

Foi também sob sua coordenação que esta Comissão realizou o primeiro e bem-sucedido Simpósio Infraestrutura e Logística no Brasil: Desafios de um País Emergente, que contou com a presença de convidados ilustres, entre eles os então Presidentes do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves, e da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, além de ministros de Estado, entre diversas outras autoridades.

A Comissão também foi palco de salutar e republicanos debates políticos, servindo de *locus* para uma forte atuação fiscalizadora do Senado no que tange às ações, aos programas e às políticas públicas do Governo Federal.

Afora isso, o ex-Senador Marconi Perillo destacou-se pela atuação firme e destemida à frente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, dando voz às minorias desta Casa.

A despeito das articulações políticas que sempre envolveram as deliberações dos requerimentos de convite e de convocação dessas autoridades, o ex-Senador Marconi Perillo jamais cedeu a pressões, agindo sempre com convicção em suas posições e na defesa dos pilares que fazem desta uma democracia moderna e transparente.

Como se pode observar, a precocidade na vida pública jamais foi empecilho para sua vibrante trajetória política, seja no Estado de Goiás, seja aqui, nesta Casa. Pelo contrário: permitiu-lhe praticar o discurso conciliador daqueles que ouvem a voz conselheira da experiência e agem com o ímpeto vigoroso da juventude.

É por essa e por outras razões que o Estado de Goiás orgulha-se de seus representantes nesta Casa e, mais particularmente, neste Colegiado.

Sucedendo o ex-Senador Marconi Perillo na Presidência, este Colegiado elegeu o nobre Senador Fernando Collor para dirigir-lhe os trabalhos no biênio 2009-2011, o que se revelou um grande acerto.

Sua trajetória política aponta uma *expertise* que poucos homens e mulheres tiveram a honra de acu-

mular na vida pública: além de parlamentar, o Senador Fernando Collor também chefiou o Poder Executivo nas três esferas desta Federação, tendo sido Prefeito de Maceió, Governador do Estado de Alagoas e Presidente da República – feito raro na história republicana brasileira.

Talvez por isso, sua atuação à frente desta Comissão tenha sido marcada por uma preocupação permanente com a organização, a disciplina e a eficiência dos trabalhos legislativos, o que foi digno de nota entre seus pares.

Logo na primeira reunião de instalação da Comissão, o Senador Fernando Collor disputou democraticamente a Presidência desta Comissão com a então Senadora Ideli Salvatti em uma acirrada votação, da qual saiu vitorioso pelo prestígio que goza nesta Casa e pelos indefectíveis argumentos que sua brilhante oratória está sempre apta a produzir.

Ao longo de seu mandato na Presidência desta Comissão, o Senador Fernando Collor inovou ao propor a aprovação dos Atos nºs 1 e 2, de 2009, para disciplinar o processo de aprovação de autoridades e para disciplinar a data e o horário das reuniões desta Comissão. Referidas normas internas, ainda hoje, pautam a condução dos trabalhos deste Colegiado e foram por nós referendadas no início deste ano.

Outra marca registrada de sua atuação foi a série de reuniões extraordinárias denominada Agenda 2009-2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, elaborada pelo Grupo de Trabalho integrado pelos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.

Essa sequência de audiências públicas era realizada sempre às segundas-feiras e inspiraram quatro volumes de publicações: *Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento*, *Infraestrutura e Políticas Públicas*, *Marco Regulatório do Pré-Sal* e *Recursos Humanos para Inovação e Competitividade*.

Senhoras e senhores, não pretendo aqui me alongar. A trajetória desses admiráveis políticos que hoje homenageamos nesta Comissão fala por si e dispensa nossa interlocução.

Assim sendo, não há ninguém melhor para falar sobre suas experiências do que S. Ex^{as}.

Portanto, passo a palavra, neste momento, ao homenageado o Exm^o Sr. Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Exm^a Sr^a Presidenta da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senadora Lúcia Vânia; Exm^o Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi; Exm^o Sr. Governador do Estado de Goiás, Senador, Governador e querido amigo Marconi Perillo; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados; Srs. prefeitos; meus amigos; minhas

senhoras e meus senhores, aqui, vejo Goiás, em peso, prestigiando esta justa homenagem que a Presidenta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, presta ao primeiro mandatário do Estado de Goiás.

Sinto-me muito honrado com a disposição que teve S. Ex^a a Sr^a Presidenta desta Comissão de marcar para o dia de hoje a aposição dos retratos dos ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura nos últimos dois biênios. Sinto-me muito feliz e muito honrado por contar, nesta solenidade, com a presença de S. Ex^a o Sr. Governador Marconi Perillo. Eu o sucedi na Presidência desta Comissão e, como integrante da Comissão de Serviços de Infraestrutura, pude acompanhar, com muita admiração, o trabalho por ele desenvolvido.

Com extraordinária capacidade de trabalho, com dedicação à causa pública, S. Ex^a o então Senador Marconi Perillo honrou o Senado da República e o Estado de Goiás, seja no plenário, seja nesta Comissão. Realizou audiências públicas da maior importância para a melhoria da Administração Pública Federal do nosso País. Contribuiu, decisivamente, para que temas relevantes fossem aqui tratados, para que dúvidas fossem dirimidas e para que os trabalhos por ele presididos pudessem ter, como tiveram, afluência e o resultado alcançado.

Desse modo, para mim, sucedê-lo foi um desafio muito grande, porque o trabalho realizado pelo então Senador Marconi Perillo foi objeto da admiração e do aplauso de todo o Senado da República. Como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, coube-me, portanto, como eu dizia, sucedê-lo e fazer o possível para continuar o trabalho por ele iniciado.

Aqui, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, graças às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, pudemos realizar um trabalho, eu diria, de muito esforço, de muita dedicação, seguindo a trilha traçada pelo Governador Marconi Perillo.

Fico muito honrado de poder participar, como eu disse no início da minha fala, desta singela solenidade, mas engrandecida pela presença de tantos amigos e de tantos leais admiradores do Governador Marconi Perillo. Estamos fazendo isso em conjunto. Sinto-me honrado e engrandecido como Senador da República neste momento, em que serão apostas as nossas fotos na galeria de ex-Presidentes, como fomos o ex-Senador e hoje Governador Marconi Perillo e eu próprio.

Termino minhas palavras, agradecendo, mais uma vez, à Exm^a Sr^a Presidenta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, por essa iniciativa, por esse gesto de gentileza e de generosidade.

Agradeço a V. Ex^a, Sr^a Presidenta, e aos presentes. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Collor e o cumprimento.

Passo a palavra ao nosso homenageado o Exm^o Sr. Governador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO – Exm^a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal; Exm^o Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi; Exm^o Sr. Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado; Exm^o Sr. Senador Cyro Miranda; Exm^o Sr. Senador Lauro Antonio; Exm^o Sr. Senador Alvaro Dias, Líder da minha Bancada; Exm^o Sr. Senador Francisco Dornelles, Presidente Nacional do PP, nosso querido amigo; Exm^o Sr. Senador Vicentinho Alves, do nosso Tocantins; Exm^o Sr. Senador Wellington Dias; Exm^o Sr. Senador Casildo Maldaner, eu os cumprimento a todos!

Minhas saudações à Sr^a Valéria Perillo, Presidente da OVG, e aos Exm^{os} Srs. Deputados Federais Jovair Arantes, coordenador da nossa Bancada, Heuler Cruvinel, Carlos Alberto Leréia, Magda Mofatto, Valdivino de Oliveira; Sandes Júnior, Roberto Balestra e João Campos.

Minha saudação ao Sr. Deputado Hildo, que representa a Assembleia.

Minha saudação carinhosa a todos os Prefeitos, empresários, lideranças políticas do nosso Estado aqui presentes.

Saúdo também o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Dr. Pedro Alves, e o Deputado Valcenor Braz.

Cumprimento ainda os Secretários aqui presentes.

Sr^a Presidente Lúcia Vânia, quero agradecer-lhe pela gentileza de organizar esta cerimônia de aposição dos nossos retratos, ao tempo em que também quero pedir escusas públicas ao amigo e Senador Fernando Collor por não ter tido a oportunidade de atender aos seus inúmeros convites para agendar, durante o seu mandato como Presidente, a vinda aqui, para participar da cerimônia, que já deveria ter sido feita há pelo menos dois anos. Tenho a certeza de que o Senador Collor compreendeu a minha impossibilidade de fazê-lo, porque, à época, eu dividia a Vice-Presidência da Casa com a pré-campanha ao governo do Estado e o tempo era extremamente escasso.

Quero saudar todos os Senadores aqui presentes e que acabam de chegar. Muito obrigado a todos que aqui se encontram: Jayme Campos, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira.

Quero, então, me desculpar com o nosso Presidente Collor pela impossibilidade de ter vindo antes,

mas, ao mesmo tempo, regozijar-me pela possibilidade de estar aqui, ao lado dele e sob a Presidência da minha querida amiga, companheira, Lúcia Vânia, quer representa tão bem, aqui no Congresso, o meu Estado, depois de ter passado pela Presidência da CAS, pela Presidência da CDR e várias outras Comissões tão importantes aqui no Senado.

A Senadora Lúcia Vânia é a terceira goiana a presidir esta Comissão: primeiro, o Senador Iris Rezende, depois eu e, agora, ela.

Acho que, nessa galeria, o Estado de Goiás é o Estado que conta com o maior número de ex-presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Quero, Presidente, fazer uma homenagem a dois colegas que estavam aqui ao meu lado, naquela época, como grandes coadjuvantes e grandes participantes desta Comissão, que tinha a presença do Senador Dornelles, do Senador Collor e de alguns dos que aqui se encontram.

Eu me refiro ao nosso inesquecível Senador Eliseu Resende, um dos grandes brasileiros que tive a honra de conhecer, um dos maiores especialistas em transportes e em infraestrutura. A ele entreguei a missão de relatar o Plano Nacional de Viação, que, ao final da minha gestão aqui, como Presidente, foi entregue, discutido, votado e aprovado. Ao Senador Eliseu Resende, o meu preito de gratidão e, como brasileiro, o meu agradecimento por tudo que fez pelo Brasil.

A outra homenagem que quero fazer é ao Senador Romeu Tuma, que participava ativamente não só dos debates nesta Comissão, mas também de todos os fóruns de debates nesta Casa, quer nas Comissões, quer no plenário.

Presidente Lúcia Vânia, quando cheguei aqui, e esta foi a minha grande escola no Senado... Aqui, aprendi a lidar com a Casa, a me preparar para os grandes e importantes debates; aqui, nesta Comissão, nós tivemos a honra de receber a Presidente Dilma, então Ministra-Chefe da Casa Civil, que passou, aqui, cerca de 16 horas, debatendo com os Senadores.

Eu queria dizer que, ao chegar aqui, ao ser empossado e na primeira reunião que fiz, à minha frente estava o recém-eleito Senador Fernando Collor de Mello. Eu fiquei muito honrado com a presença dele na Comissão, com a escolha dele e, quando fiz o meu pronunciamento, me dirigi ao Senador Fernando Collor, ex-Presidente da República, e reconheci, publicamente, a importância que ele teve para o Brasil ao fazer a abertura econômica. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. *Intervenção fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO – Quando me lembro que, aqui no Brasil, era proibida a importação de

veículos, a importação de bens na área de tecnologia de informação e outros, me recorde, e acho que todos nós nos recordamos, do quanto o Brasil era atrasado, em função de um nacionalismo muitas vezes exacerbado, que puxava o Brasil para trás.

Coube ao Presidente Fernando Collor a abertura econômica que possibilitou ao Brasil os primeiros passos para chegarmos onde estamos hoje: uma grande potência mundial.

Eu acho que essa homenagem todo brasileiro deve fazer a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL. *Intervenção fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO – E ninguém vai tirar nunca de V. Ex^a o mérito de ter começado o processo de modernização do Brasil.

Portanto, é honroso para mim estar aqui ao lado de V. Ex^a, recebendo essa homenagem da Senadora Lúcia Vânia.

Quero agradecer a todos os que vieram, de várias partes de Goiás, nos prestigiar nesta cerimônia – prefeitas, prefeitos, parlamentares –, agradecer a presença da minha filha, a Isabela; a presença do Abadir; de servidores que trabalharam comigo no gabinete, que me honraram com a sua assessoria; e agradecer, mais uma vez, a Senadora Lúcia Vânia; ao Senador Cyro Miranda, por estar aqui prestigiando; ao Senador Demóstenes, que está nos representando num outro evento, em Goiás; agradecer a presença de tantos e ilustres Senadores e Parlamentares aqui presentes.

Nesta Comissão, tivemos a oportunidade de discutir o Brasil, discutir o papel das agências reguladoras, dos marcos regulatórios que garantiram ao Brasil esses passos de modernidade, de investimentos novos, graças à abertura que foi feita nos últimos anos. Se temos, hoje, mais energia, telefonia para todos os brasileiros, se temos espaço para que empresas estrangeiras e nacionais participem dos leilões na Aneel, na ANP ou na Anatel e em outras áreas, isso se deve ao trabalho que foi feito pelo Congresso Nacional, isso se deve às muitas discussões que foram travadas nesta Comissão de Infraestrutura.

Bem lembrou a Presidente Lúcia Vânia do papel desta Comissão no início do PAC. Muitas foram as discussões travadas aqui ou no plenário, porque fizemos sessões conjuntas, debatendo e discutindo o PAC, que estava iniciando, suas consequências e suas implicações no crescimento nacional.

Portanto, sinto-me lisonjeado por este momento, mas me senti muito honrado quando presidi esta Comissão, esta Comissão que teve, já, a presença de notáveis homens públicos, que passaram ou que ainda atuam no cenário, na cena política nacional, entre os

quais, por exemplo, o primeiro Presidente, hoje Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão; uma Comissão que mergulhou no debate sobre os principais e mais relevantes temas da infraestrutura e da logística brasileira.

Agradeço muito, mais uma vez, a todos os que compareceram, aos meus ex-colegas que estão aqui, me honrando e me prestigiando, à bancada parlamentar de Goiás.

Senadora Lúcia Vânia, parabéns pelo seu trabalho. Goiás lhe deve muito. Especialmente agora, nesses últimos dias em que estamos celebrando acordos fundamentais para a história de Goiás, a sua atuação aqui, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, foi fundamental, assim como a atuação do Senador Cyro Miranda, que me sucedeu, a quem tive a honra de passar o mandato, e do Senador Demóstenes Torres.

Muito obrigado, mais uma vez, a todos.

Senador Collor, para mim, é uma honra receber esta homenagem ao seu lado.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço e cumprimento o Senador Marconi Perillo.

Comunico a presença... Esteve aqui, Governador Marconi, o Senador Aloysio Nunes, que se deslocou para a Comissão de Relações Exteriores para abrir aquela Comissão, uma vez que o Senador Collor se encontra nesta solenidade. A presença, também, do Senador Lauro, um Senador recém-chegado a esta Casa, Lauro Antonio, que representa o Estado de Sergipe, bem como a presença de todos os outros Srs. Senadores que já foram, aqui, citados.

Concedo a palavra aos oradores, aos Senadores inscritos.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr^a Presidente Lúcia Vânia, Senadora pelo PSDB do Estado de Goiás, minha amiga.

Exm^o Sr. Governador Marconi Perillo, Exm^o Senador Fernando Collor, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos, familiares, em relação ao ex-Presidente e Senador Fernando Collor, muito já foi dito e eu acho que a história muito há de dizer.

Os nossos profundos agradecimentos por nos ter inserido, por ter dado o pontapé inicial para que o Brasil se inserisse no mercado internacional, pela dignidade que o senhor deu aos brasileiros, que quando viajavam não tinham crédito, porque nós não éramos reconhecidos com cartão de crédito e tínhamos de viajar com dinheiro – foi o senhor que modernizou, foi o senhor que fez essa abertura e muitas outras coisas –, e pela gestão que eu acompanhei quando o então

Senador Marconi Perillo vinha aqui e vi o seu desempenho frente a esta Comissão.

O nosso Governador Marconi Perillo, eu o conhecia no nosso Estado, os seus feitos, sua bravura, a modernização. O Estado de Goiás, hoje, é outro Estado. Lá, nós dizemos que temos duas eras: antes de Marconi Perillo e pós Marconi Perillo. Mas eu não o conhecia aqui no Senado.

Quando sentei na cadeira que foi de Marconi Perillo, como seu sucessor, senti o peso, senti o quão importante ele foi no cenário nacional. Aí, sim, tive uma visão muito clara do potencial que o Governador Marconi Perillo ainda tem para nos dar no cenário nacional.

De maneira que, Governador Marconi, a nossa gratidão, de todos os goianos, pelo seu feito, não só no nosso Estado, como no cenário nacional. Desejo a V. Ex^a que tenha, nesses próximos anos à frente do nosso Estado, aquilo que sempre disse: vai fazer o melhor governo de todos para todos os goianos.

Quero, aqui, agradecer de coração esta oportunidade. Tenho certeza de que a Bancada de Goiás, sempre unida, estará presente em todos os seus momentos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr^a Presidente Lúcia Vânia, homenageados – Fernando Collor e Marconi Perillo –, Valéria Perillo, que compartilha desta homenagem, certamente pela importância que tem ao lado de Marconi, meus companheiros Senadores, Deputados, eu sei ser desnecessário qualquer pronunciamento em homenagem a duas figuras extremamente conhecidas no cenário nacional. Não há o que dizer, acrescentando àquilo que é real, àquilo que é visível para os olhos da Nação.

Collor chegou à Presidência da República e, portanto, é figura conhecida em todo o País, e Marconi Perillo, um querido companheiro de tantos anos. Nós nos conhecemos desde que Marconi Perillo, muito jovem ainda, militava de forma sempre vigorosa, contundente, irreverente, nas hostes do MDB jovem. Percorreu, portanto, um itinerário fascinante na sua carreira política, chegando ao Governo de Goiás por méritos, sendo reeleito com uma votação gigantesca, que honra qualquer homem público muito mais do que palavras de seus companheiros.

Portanto, a nossa homenagem, a homenagem em nome do nosso partido, o Senador Cyro Miranda já a fez em nome da nossa bancada, mas tenho a convicção, Marconi e Collor, de que posso exteriorizar aqui não apenas a homenagem do nosso Partido, mas de todo

o Senado Federal, pela contribuição que ofereceram nesta Comissão durante o período em que a presidiram.

As Comissões técnicas da Casa são essenciais na vida do Parlamento. Nem sempre devidamente valorizadas, acabam sendo valorizadas quando quem assume a Presidência lidera, comanda, propõe, articula e expõe a imagem da própria Comissão à opinião pública do País. Foi o que fez Collor aqui e faz na Comissão de Relações Exteriores, foi o que fez Marconi Perillo e o que faz a Lúcia Vânia, agora, como nossa Presidente desta Comissão.

As nossas homenagens, portanto, e os votos de que sejam muito felizes nas empreitadas que ainda certamente terão, Marconi Perillo governando o Estado num momento crucial para a vida de Goiás, promovendo a organização do Estado, a reorganização do Estado, sobretudo restabelecendo a sua capacidade de investir, para que possa realizar, outra vez, uma grande gestão, e nós temos convicção de que isso ocorrerá.

Portanto, aproveito também a oportunidade, já que tantos goianos estão aqui e outros amigos, também, do Presidente Collor, em nome desta Comissão, Senador Blairo Maggi, para desejar a todos um feliz Natal e que o próximo ano seja ainda melhor do que este.

Nós, que estivemos juntos aqui, no dia a dia, no enfrentamento político, muitas vezes em lados diferentes nos embates da política, e que sabemos que a política é uma atividade civilizada, aproveitamos este final de ano para nos desarmarmos e desejar a todos um ótimo 2012.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Quero registrar a presença do Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Deputado Carlos Alberto Lereia.

Passo a palavra, agora, ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr^a Presidente, nossos homenageados, Presidente e Senador Fernando Collor, Governador e Senador Marconi Perillo, também cumprimento sua esposa aqui presente, os Senadores, colegas, o Cyro, o Lauro, também Alvaro Dias, que acabou de falar, os Srs. Deputados e Deputadas. Para nós, é uma alegria bastante grande recebê-los aqui na Comissão.

Com o Presidente Collor a gente está convivendo diariamente. Ele está liderando a Comissão de Relações Exteriores, de que faço parte. Tenho aprendido muito com o Presidente Collor na sua Comissão.

Com o nosso homenageado Marconi Perillo, que já foi Senador e é o atual Governador de Goiás, também tive a oportunidade de aprender quando ele pas-

sou pelo Governo de Goiás. Não tive a oportunidade, a felicidade de conviver com V. Ex^a aqui, no Senado, mas os exemplos do seu Governo em Goiás, com toda certeza, me inspiraram, também, em muitos momentos quando Governador do Estado de Mato Grosso.

Então, nós, na política, vamos aprendendo com os exemplos e com as atitudes daqueles que estão à nossa frente.

Quanto às Comissões do Senado, como disse o Senador Alvaro Dias, eu, que sou novato na Casa, tenho dito àqueles que me perguntam: “E como é o Senado?” Eu digo: “O Senado são duas partes, são dois momentos diferentes. É o que está atrás, que são as nossas Comissões, e o que está na televisão, o que está no plenário.”

O que está aqui atrás, o que nós fazemos nessas Comissões é o que move o Senado, é o que move a Nação e que modifica a Nação. Aqui as leis são discutidas, os grandes temas são debatidos, aqui ouvimos a sociedade, aqui aprovamos as autoridades. Daqui, desses locais onde V. Ex^{as} dirigiram as Comissões, resulta todo o trabalho daquilo que aparece na televisão, que aparece no plenário, quando lá estamos para fazer praticamente uma votação simbólica, quando não temos algumas discussões um pouco maiores e mais acaloradas. Mas é aqui atrás, nas Comissões, que, realmente, as coisas acontecem.

Então, quero parabenizá-los pela passagem pela Comissão de Infraestrutura. Conheço o trabalho, sei da importância e do resultado do seu trabalho aqui nesta Casa, assim como a nossa Presidente Lúcia Vânia vem conduzindo, neste momento, a Comissão de Infraestrutura.

Então, eu quero parabenizá-los e desejar, também, um bom Natal, um bom 2012, principalmente ao Governador Marconi Perillo, porque governar, no Executivo, não é uma tarefa fácil.

Eu consigo definir, hoje, o que é ser executivo e o que é ser parlamentar.

Para o executivo, os problemas chegam na parte da tarde no seu gabinete e, se você não os resolver à tarde, no outro dia eles já estarão maiores do que aqueles que você recebeu. Aqui, não, aqui não é assim. Aqui, a responsabilidade não é nossa. A gente recebe o problema, vai estudar, cria a comissão e vai discutir. Então, é muito diferente.

Eu quero desejar a V. Ex^a, então, um bom 2012, porque sei que se 2012 for muito bom para Goiás será, também, para o Brasil.

Ao Presidente Fernando Collor, também, o meu reconhecimento. Reportei a ele, noutro dia, que fiquei muito feliz, pois fui a um evento no Chile e ouvi uma palestra lá. Os reconhecimentos que o Governador

Marconi Perillo colocou nesta mesa, eu os ouvi fora do Brasil, de pessoas de fora, que fizeram grandes elogios ao Governo do Presidente Collor, pela possibilidade que deu ao Brasil de começar a caminhar e pensar num rumo diferente daquele que nós vínhamos tomando até agora.

Então parabéns a todos e felicidades!

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi e passo a condução dos trabalhos à relações públicas.

A SR^a LOCUTORA – Neste momento convidamos os Exm^{os} senhores integrantes da Mesa para descerrar os retratos que, a partir deste momento, passam a integrar a galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

(Descerramento dos retratos.)

A SR^a LOCUTORA – Agradecemos a presença de todos.

A Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, informa o encerramento da presente reunião.

Tenham todos um ótimo dia.

(Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 60^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Ivo Cassol, João Vicente Claudino e Vicentinho Alves**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a Senadora não-membro **Ana Amélia**. A Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 59^a Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 1713/2011, do

Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão que trata de Auditoria Operacional realizada na Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria Especial de Portos, Ministérios dos Transportes, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional, que teve por objetivo examinar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – Reidi. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. A Presidente submete ao Plenário a possibilidade de inversão de Pauta, sendo aprovado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011**, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que “Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores”. A Presidente concede a palavra ao Relator Senador José Pimentel, para fazer a leitura do Relatório. Lido o Relatório, foi adiada a votação. **EXTRAPAUTA:**

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº68, DE 2011–CI, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que “requeiro, com fundamento nos arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional”. Aprovado. **ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011–CI**, de autoria do Senador Delcídio do Amaral e Senador José Pimentel que requerem “Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública com o objetivo de discutir o tema: “Ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica no Brasil”, com a presença dos seguintes convidados: Márcio Zimmermann – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME; Luiz Eduardo Barata Ferreira – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL; Edvaldo Alves Santana – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Lúcio Reis – Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE; Luiz Fernando L. Vianna – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE”. Aprovado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE**

2011, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que “Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR)”. A Presidente concede a palavra ao Relator Senador Walter Pinheiro, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01-CI (Substitutiva). Usa da palavra a Senadora Ana Amélia. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011**, de autoria do Senador Ivo Cassol, que “Acrescenta o art. 10-A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP)”. Adiado. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, DE 2011**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº 11.337, de 26 de julho de 2006, que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica, para obrigar que todos os equipamentos elétricos e eletrônicos de baixa tensão para uso doméstico comercializados no Brasil sejam bivolt.” Adiado. **ITEM 4 – AVISO Nº 76, DE 2011**, de autoria do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9).” A Presidente concede a palavra à Relatora “Ad hoc” Senadora Vanessa Grazziotin, para fazer a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI Nº 5, DE 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para instituir o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (PROISOL)”. Adiado. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009**, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos”. Adiado. Nada mais havendo

a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de começar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 59ª Reunião.

As Srªs. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 1.713, de 2011, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamim Zymler, encaminhando cópia do acórdão que trata de auditoria operacional realizada na Secretaria da Receita Federal do Brasil, na Secretaria Especial de Portos, no Ministério dos Transportes, no Ministério das Minas e Energia, no Ministério das Cidades e no Ministério da Integração Nacional que teve por objetivo examinar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura, REIDI.

O referido documento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

O Item 01 da pauta, não terminativo...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta, pediria a V. Exª e aos nossos Pares, se possível, uma inversão de pauta para que o Item 07 passe a ser o primeiro, tendo em vista que haverá sessão do Congresso Nacional daqui a pouco para votar o PPA e eu tenho de estar presente em face de estar na Liderança do Governo no Congresso. Se os nossos Pares concordarem, eu ficaria muito grato.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – De acordo, Srª Presidente.

Solicito, também, a V. Exª a possibilidade de nós incluirmos extrapauta um requerimento de nossa autoria solicitando a criação de uma subcomissão para

tratarmos da aviação civil no Brasil. Solicito a V. Exª a possibilidade de incluir extrapauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Srª Presidenta, tem acordo. Se V. Exª concordar, da nossa parte não tem problema.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos primeiro à inversão de pauta do Senador Pimentel. Espero que o Plenário concorde. É mais do que justo que V. Exª possa ter agilidade no seu trabalho, uma vez que é Líder do Governo e precisa estar presente.

Em relação ao extrapauta, voltarei logo em seguida.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2011

– Terminativo –

Altera o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 – Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário, para dispor sobre a habilitação de amadores.

Autoria: Deputado Lincoln Portela

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela rejeição

Observações: A matéria constou da pauta da Reunião do dia 01/12/2011.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias relacionadas a transporte, objeto do PLC nº 94, de 2011, em exame. Compete ainda o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, dado que a proposição lhe foi distribuída com exclusividade e em caráter terminativo.

O projeto não apresenta vícios de iniciativa ou inconstitucionalidade que o desabonem, já que atende ao disposto no art. 22, X, da Constituição Federal, que atribui à União competência privativa para legislar sobre navegação lacustre, fluvial e marítima, e aos comandos expressos nos arts. 48 e 61, não tratando de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República.

No que tange ao mérito, porém, não obstante ser justa a preocupação do nobre Parlamentar quanto à segurança da navegação exercida por amadores, observamos que não são apresentados dados estatísticos que justifiquem a medida proposta. Ao contrário, informações fornecidas pelo Gabinete do Comandante da Marinha dão conta de 153 acidentes ocorridos

em 2010, os quais, considerados os cerca de 600 mil amadores habilitados e as 330 mil embarcações de esporte ou passeio registradas, correspondem a uma taxa de 25 acidentes para cada 100 mil amadores ou de 46 acidentes para cada grupo de 100 mil embarcações inscritas.

Ainda quanto aos 153 acidentes, inquéritos realizados por órgãos da Marinha indicam que apenas 24 se deveram a imperícia, o que poderia ser apontado como deficiência na habilitação. Os demais acidentes foram atribuídos a imprudência ou negligência do navegador, condições meteorológicas ou problemas técnicos das embarcações, falhas que não seriam necessariamente evitadas com a realização de provas práticas.

De outro lado, é importante destacar que, diferentemente dos veículos automotores terrestres, as embarcações possuem características distintas entre si. Dessa forma, torna-se impossível a definição de uma embarcação padrão para a realização de prova prática.

Além disso, as organizações militares responsáveis pela segurança do tráfego aquaviário – bem como pela avaliação dos candidatos à habilitação – não possuem recursos humanos e materiais suficientes para a aplicação dessas provas. A implantação da medida ora proposta implicaria a utilização de lanchas da corporação militar, desviando-as de suas tarefas precípuas, como a inspeção naval, por exemplo. Quanto ao pessoal técnico, a proposta exigiria um acréscimo de 300 a 500 novos examinadores para a realização das provas práticas, considerando que, apenas em 2010, foram habilitados 100 mil novos amadores.

Finalmente, considera-se que a inserção da matéria na Lei nº 9.537, de 1997, contraria a orientação que ditou a sua formulação, qual seja, o estabelecimento de princípios e diretrizes para a segurança do transporte aquaviário. Ademais, é a própria Lei nº 9.537, de 1997, que atribui à autoridade marítima competência para a elaboração de normas para habilitação e cadastro de aquaviários e amadores, dispensada, assim, a necessidade de disciplinamento da questão em lei.

Voto.

Em vista das razões expostas, voto pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2011.

É esse, Srª Presidenta, o nosso voto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Suspendo a votação, em função da falta de quórum qualificado.

Vamos esperar, oportunamente, que haja quórum para colocar em votação.

Agradeço ao Senador Pimentel. V. Exª está liberado. Havendo votação, se V. Exª puder estar aqui, tudo bem. É terminativo.

Senador Vicentinho, eu tomei por deliberação desta Comissão não colocar nenhum requerimento extrapauta, mas como V. Exª já apresentou esse requerimento há muito tempo e com a aquiescência do Plenário, aqui manifestada pelo Senador Pimentel, e por ser, também, um período muito importante para a aviação civil, uma vez que nós estamos enfrentando uma grave crise no setor, nós vamos abrir uma exceção e colocar o seu requerimento em votação.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Presidente.

Eu poderia fazer uma justificativa?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim. Eu vou só ler e, logo em seguida, V. Exª pode fazer.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011 – CI

“Requeiro, com fundamento nos arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.”

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Srª Presidenta, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, está prevista, para os dias 22 e 23, uma greve dos aeronautas e aeroviários. Isso é fruto da falta de uma política pública para a aviação do País.

Para nós termos uma ideia, o Código Brasileiro de Aeronáutica é de 1986, portanto, de antes da Constituição, há 25 anos.

Nós temos uma lei que regulamenta a questão trabalhista dos aviadores e aeroviários que é de 1984, portanto, 27 anos já se passou da implantação desta lei. Isso quer dizer que a aviação avançou: os aviões se modernizaram, há a necessidade de aeroportos mais modernos, enfim, já estrangulou todo o processo da aviação de um modo geral. Para se ter uma ideia, Presidenta, a Anac quer desconsiderar o ultraleve.

Por exemplo, a Anac quer desregular aeronave de até 115 quilos. Ora, se uma ave derruba um avião, imaginem um ultraleve com 115 quilos, ocupando o mesmo espaço aéreo e a mesma pista? Então, são coisas assim que a gente tem de ter cuidado.

Aliás, preocupa-me muito quando a gente vê um economista do BNDES à frente da Secretaria de Aviação Civil. Não tem muito a ver a profissão. Preocupa-me muito outro economista do Banco Central à frente da Infraero. Preocupa-me muito também um advogado à frente da Anac. Quer dizer, são pessoas que não têm muito a ver com a aviação. Estão lá ainda tentando se firmar, tentando aprender, tentando se ajustar, talvez por indicação política, que deveria ter, o nosso Governo, mais critérios na questão técnica. Não discuto aqui, jamais, a questão moral, e por aí afora, mas precisávamos ter na Secretaria de Aviação Civil, na Infraero e na Anac pessoas bastante técnicas, entendedoras da questão da aviação civil no Brasil.

Então, o que nós queremos tratar nesta Subcomissão é exatamente falar de políticas públicas para a aviação geral no Brasil. Até porque estamos mexendo com vidas. Eu acho que todos aqui, a maioria do povo brasileiro, hoje, usa aviões em suas viagens. E sendo, naturalmente, a aviação, em um País continental como o nosso prioritíssima. Eu sei que todas as subcomissões são importantes, mas esta, o momento que nós vivemos, ela é de suma importância.

A Senadora Vanessa, quando se desloca para o Amazonas, ela utiliza-se de um avião que, naturalmente é muito mais ecológico do que se construir uma rodovia ou uma ferrovia na Amazônia.

Preocupa-nos muito, aos aviadores e a todos nós que estamos aí envolvidos nessa área – eu sou aviador há mais de 30 anos; meu pai é aviador; voei no serviço aéreo no Governo de Goiás quando a senhora inclusive era a Primeira-Dama lá em Goiás, e sempre muito atenciosa com todos os aviadores –, eu quero dizer, Presidenta, que há uma preocupação com relação aos estrangeiros, porque está se abrindo para que os estrangeiros venham voar, pessoas de outros países, voarem aqui no Brasil. Ora, nós abemos que o aviador brasileiro, eu já disse isso aqui, ele tem a capacidade e a competência igual ao jogador de futebol: são craques os aviadores. À medida que a gente vai importar aviadores da Colômbia, é um altíssimo risco! Nós temos é que aprimorar cada vez mais no sentido da profissionalização dos aeroclubes, das escolas superiores de aviação e por aí afora. Portanto, essa é uma preocupação que nós temos de ter, assim como a questão da jornada de trabalho, a questão de fadiga da tripulação. Então, nós temos de ter muito cuidado com os trabalhadores, aviadores e tripulantes de modo

geral, que estão sendo muito explorados, nós precisamos ter esse cuidado, claro que também mantendo um equilíbrio para que a gente não quebre as empresas empregadoras, mas que a gente tenha um equilíbrio, e nós vamos buscá-lo nesta Subcomissão. Portanto, queremos impedir a questão dos estrangeiros.

E esta Subcomissão, Presidenta, a ideia é de trabalho mesmo. Aqui, nós estamos pedindo um ano, mas queremos concluir, em conjunto com os consultores, com os sindicatos de proprietários, de trabalhadores, enfim, de pessoas envolvidas na questão da aviação no Brasil. Nós queremos efetivamente, em seis meses, regulamentar a aviação de ultraleve, a aviação de táxi aéreo, a aviação regional, aviação geral e aviação de companhia, e os seus trabalhadores ao mesmo tempo. Vamos tratar da regulamentação dos aviadores de ultraleve, dos aviadores de táxi aéreo, dos aviadores de aviação geral, regional e de companhia, suas jornadas de trabalho, segurança de voo, enfim.

E a ideia aqui é que esses dez membros sejam V. Ex^a, se puder fazer parte, porque Goiás tem um número muito grande de aviadores, e todos têm por V. Ex^a muito apreço – aqui mesmo estão alguns de Goiás. Gostaríamos da presença de V. Ex^a, do Senador Blairo Maggi, do Senador Walter Pinheiro, do Senador Delcídio Amaral, do Senador Vital do Rêgo, do Senador Eduardo Braga, do Senador Pedro Taques, do Senador Flexa, da Senadora Lúcia e do Senador Paulo Paim.

Portanto, nesta Subcomissão, a ideia é, em seis meses, apresentarmos à Presidência da República um projeto completo, com começo, meio e fim, para regulamentarmos a aviação civil no Brasil. Essa é a ideia de trabalharmos preocupados com a segurança. Na aviação, como eu disse, transportamos vidas, transportamos riquezas deste País, e não podemos ficar regulamentados em leis que ainda antecedem à Constituição Federal de 1988. Portanto, queremos estar atualizados, até porque o mundo anda muito competitivo, e nós precisamos, tanto na questão empresarial quanto na questão trabalhista, estar bem preparados para enfrentar a concorrência mundial.

Esse é o pleito, e espero contar com o apoio de V. Ex^a e dos nobres Senadores e Senadoras, para que a gente possa, no início do ano, implantar esta Comissão que compreendo ser a mais atual e mais importante – embora reconhecendo a importância de todas as outras. Mas essa é de fundamental importância para a aviação do nosso País.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador Vicentinho.

Eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a escolha dos nomes é prerrogativa da presidência, mas...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É uma sugestão. Desculpe, Presidente. Coloquei mal e peço desculpas, mas é porque são pessoas identificadas nos seus Estados com os aviadores, e eles pediram que eu sugerisse a V. Ex^a esses nomes.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas V. Ex^a terá toda autonomia para escolher os nomes. Agora, é preciso que os Senadores concordem com a indicação. V. Ex^a pode procurá-los e comunicar esta secretaria a aquiescência de cada um.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu sei – como eu diria? – que estou tendo a liberdade de usar um pouco a agenda de V. Ex^a, mas se pudesse fazer a inversão do Item nº 8, requerimento que também está na pauta, dada a relevância do tema, de que sou co-autor, ficaria muito grato.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a aquiescência do Plenário, vamos fazer a inversão do Item nº 8 da pauta, por solicitação do Senador Pimentel, Líder do Governo, uma vez que ele precisa ausentar-se.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

– Não Terminativo –

Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública com o objetivo de discutir o tema: “Ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica no Brasil”, com a presença dos seguintes convidados:

MÁRCIO ZIMMERMANN – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME

LUIZ EDUARDO BARATA FERREIRA – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

REGINALDO ALMEIDA DE MEDEIROS – Presidente Executivo da Associação Bra-

sileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL

EDVALDO ALVES SANTANA – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

LÚCIO REIS – Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE

LUIZ FERNANDO L. VIANNA – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE

Autoria: Senador Delcídio do Amaral e José Pimentel.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr^a Presidenta, o objetivo dessa audiência pública é discutir o mercado livre de energia como forma de reduzir os custos para a indústria brasileira e contribuir para o fortalecimento desse setor, principalmente quando estamos assistindo a um processo de desindustrialização do nosso parque nacional, em face dos custos operacionais. Portanto, a intenção é discutir essa matéria, para que a nossa indústria tenha acesso ao fornecimento da matéria prima que é a energia por um menor custo.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).

Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações: 1 – A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

2 – A matéria constou da pauta das Reuniões dos dias 22 e 29/09/2011 e 01/12/2011.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proferir o seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nobre Senadora Presidente Lúcia Vânia; Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero primeiro destacar, antes de ler o

relatório, que esse é um tema muito importante para o processo de discussão envolvendo investimentos, concessões e principalmente a própria questão do desenvolvimento econômico no País.

É bom lembrar que essa é uma exigência que vem desde 1957, pensada exatamente com o intuito de constituir fundo de cobertura para eventuais indenizações decorrentes de reversões de concessões. Portanto, estamos com algumas concessões à porta para vencer os prazos e é importante que discutamos essa matéria também analisando esse aspecto.

Por outro lado, é fundamental que compreendamos o que significa, Senador Vicentinho, a cobrança dessa taxa, ou melhor, a saída dessa taxa em relação à possibilidade efetiva de se estimular mais ainda o desenvolvimento.

Eu quero dar alguns dados importantes, para entendermos o que ocorreu.

Em 2011, essa cobrança foi prorrogada até o ano de 2035, ampliando consideravelmente o seu prazo, o que dá uma média de 1 bilhão e 700 mil anuais de investimentos em infraestrutura no País.

Para que também tenhamos outra compreensão, parte dos recursos ou quase a integralidade dos recursos aplicados no *Luz para Todos* – uma parte expressiva – saiu exatamente desse fundo, da cobrança dessa taxa, uma tarifa que incide diretamente na conta do consumidor final; mas quem paga são as concessionárias e ela é fixada algo em torno de 2,5% do ativo imobilizado em serviços, por parte das concessionárias, com os ajustes previstos em lei e observando o limite de, efetivamente, 3% do que é a receita anual de cada empresa. Então, estamos falando de benefícios para o País, no momento também em que precisamos adotar medidas para um processo, que até pleiteava agora há pouco o Senador José Pimentel, numa audiência pública, para que discutamos a questão desse chamado mercado livre ou processo de desindustrialização que se apresenta aí à nossa porta a partir da crise mundial. Então, na realidade, esses são os dois elementos que deveremos levar em consideração. E aí creio que tanto a Senadora Ana Amélia quanto o Senador Armando Monteiro tiveram exatamente essa preocupação a que estou me referindo aqui agora. Para se ter ideia do que essa reserva global pode continuar contribuindo, você tem hoje mais ou menos 9 bilhões em caixa, além de mais 8,2 ou algo assim de saldo credor, e de 1994 até 2010 foram liberados pouco mais de 13,5 bilhões de recursos, sendo que 59% para empresas que não fazem parte do sistema Eletrobrás, e as empresas do sistema, contudo, representam mais de 50% da transmissão dessa área. Então, na realidade, a nossa intenção no dia de hoje é exatamente

fazermos aqui uma espécie de mediação para tentar tirar essa taxa. Nós achamos que 2035 é um pouco longo para a continuidade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Fora do microfone.*) ...se vamos estar vivos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois é. Eu espero estar vivo até 105 anos. Quero viver, pelo menos, igual ao meu avô. Então, vou viver mais uns 50 e tantos anos, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Fora do microfone.*) Falante desse mesmo jeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, quero discutir a partir exatamente desse perfil que adotamos. Quer dizer, hoje encontramos um problema, que é isso. Se pegarmos o balanço do que essa taxa representou, vamos encontrar um balanço positivo, principalmente para a região aqui da minha companheira Senadora Vanessa Grazziotin, a nossa Região Norte. As regiões que mais se beneficiaram foram Nordeste, com 31% da verba, e Norte, com 29. Já a Região Sudeste ainda recebeu 20% dos recursos desse fundo. Portanto, um certo nível de equilíbrio de distribuição.

Se analisarmos também o programa Luz para Todos, vamos ver que, entre 2004 e 2010, esse programa recebeu R\$5 bilhões oriundos dessa verba. Então, é importante. Agora, por outro lado, é fundamental também que trabalhem na tese de estimular esse setor na medida também de você ir desonerando. O Governo adotou uma política de desoneração em determinados segmentos da economia. E energia é base preponderante. Eu desonero, por exemplo, calçado, lá da experiência da nossa companheira Ana Amélia, mas, por outro lado, não fabrico calçado sem energia. Então, a desoneração numa ponta precisa ser completada, digamos assim, com a outra. Volto a insistir: energia é injeção direta na veia de qualquer atividade econômica. Portanto, uma redução de 2,5% – e isso impacta diretamente no custo – auxilia enormemente o processo para essa chamada linha de estímulo do Governo Federal.

É óbvio que os leilões, como acontece hoje – e aí tem até um projeto aqui tratando dessa matéria –, pelas suas características hoje, a chamada reversão, a utilização da menor tarifa como sendo pressuposto básico para se ganhar um leilão, também precisam desse outro incentivo de cá até para permitir que a empresa ofereça um preço menor de tarifa a partir dos custos que ela tem de geração, de distribuição e outras formas: operação, custo com pessoal. Então, era importante que pudéssemos fazer essa mediação.

É nesse sentido, dialogando, inclusive, com as duas posições, que nós acordamos por não permitir a

continuidade da cobrança dessa taxa até 2035 e fizemos uma mediação, levando em consideração o fim das concessões.

Nós temos duas datas efetivas, chamadas de datas perigosas – que esta Comissão, inclusive... ou melhor, dois anos como referência, o ano de 2015 e o de 2023 –, em que vai haver o fim de diversas concessões e a necessidade de renovação.

Então, nós fizemos uma proposta no projeto, no sentido de trabalharmos com a possibilidade efetiva de mediar, reduzindo o prazo, portanto, acatando o projeto. E apresentamos uma proposta no sentido de que a matéria fosse acatada no seu objeto principal, que é o fim da concessão, mas que fizéssemos uma mediação. Não o fim imediato, levando-se em consideração a continuidade desses programas a que me referi aqui, agora – Luz para Todos e outros –, como também a questão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PT – BA) – Atualmente, ela vai até quando?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Hoje ela vai até 2035 a proposta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nós baixamos para 2023.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A minha ideia é baixar para 2023, encerrando...

A ideia inicial minha, Senadora Ana Amélia, era fazer a prorrogação só até 2015, portanto, o ano do PPA e, ao mesmo tempo, o ano do fim das concessões.

Mas, como há um outro lote de concessões...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que vão até mais tarde.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ... que devem ser renovadas em 2023 e como parte do nosso programa... Por exemplo, o programa Luz para Todos nós reincorporamos ao PPA até 2015. Agora, por exemplo, o Ministério de Minas e Energia deu uma nova vitamina no programa Luz para Todos. Nós sabemos que ainda há uma série de áreas que precisam ser cobertas.

Então, estamos propondo que essa renovação se encerre em 2023, fazendo-se, assim, um ajuste com o que é o desejo correto, partindo-se para esse nível de incentivo. Isso também se ajusta aos leilões que estão em curso. Inclusive, hoje até, há um outro leilão de energia ocorrendo no País.

Então, propus, Senadora Ana Amélia, que pudéssemos fazer essa mediação e que trabalhássemos o acatamento do encerramento dessa cobrança, fazendo, ao mesmo tempo, a mediação, com essa possibilidade de continuidade de investimentos até 2023.

E 2023 também tem uma referência boa – apesar de o Brasil ser de 22, a Bahia é de 23 –: o bicentenário

da independência da Bahia. Os 200 anos do nosso grito de independência é 22, e a independência da Bahia é de 23. Portanto, estaríamos dentro do plano também estabelecido e até muito bem pilotado – inicialmente poucas pessoas conhecem isso –, o Plano Nordeste, pilotado à época pelo Mangabeira Unger, no sentido de que pudéssemos planejar o Brasil até 2022, em relação exatamente aos 200 anos da Independência do Brasil. E nós, na Bahia, fizemos o plano até 2023. Avançamos um pouquinho, um ano a mais, por conta da relação local.

Mas a ideia era exatamente permitir que, ao encontro desse Plano Brasil 2022, pudéssemos continuar ampliando as linhas de transmissão no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, principalmente, a oferta de energia nessas três regiões do Brasil de maneira mais intensa.

São regiões hoje de rica produção agrícola, mas de uma densidade populacional baixa e de uma situação, em termos de áreas remotas, ainda muito dificultada, tanto quanto à oferta de energia, como também quanto à própria oferta de telecomunicações.

A matriz energética é decisiva para a produção nessas áreas – para o processo de industrialização das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; para o processo de atendimento com energia para a área de produção agrícola nessas três regiões; e também para a oferta, principalmente, de luz para todos, levando-se o conforto a esses lares.

Então, o nosso parecer é pela aprovação do projeto, com base no substitutivo que foi apresentado, promovendo-se essa prorrogação somente até 2023.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, SRª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não faço parte da Comissão de Infraestrutura, mas venho aqui exatamente por dois motivos: primeiro para cumprimentá-la pelo comando desta importantíssima Comissão, porque temos, no nosso País, o grande desafio de, neste setor, avançar e avançar muito. Temos 2014 e temos 2016, e tudo impacta sobre a área cuja Comissão V. Exª preside com muita competência. Então, quero cumprimentá-la pelo trabalho que vem realizando, mas, sobretudo, fazer um agradecimento ao Senador Walter Pinheiro pela forma como, habilidosamente, conseguiu construir esse substitutivo.

Sou uma Senadora de primeiro mandato, mas que entende que uma tentativa individual tem que ser compatibilizada com a realidade e com as necessidades do País. E quanto melhor for esse alcance, mais todos ganham com isso.

Então, quero agradecê-lo. E faço isso também em nome do Senador Armando Monteiro, pois somos signatários desse projeto. Portanto, estou nesta Comissão com este objetivo: Senador, muito obrigada. Embora a matéria não seja de caráter terminativo, pois ainda tem que se submeter a mais outras duas Comissões, depois sim, em caráter terminativo, é a forma de atualizar, aperfeiçoar e possibilitar que tenhamos uma resposta absolutamente positiva, até porque no seu Estado, a Bahia, muito dos meus conterrâneos gaúchos estão lá ajudando aquele Estado a ser cada vez mais forte.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que tenho a honra de estar presente nesta Comissão.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a Senadora Ana Amélia. Quero dizer que V. Ex^a é muito bem vinda a esta Comissão sempre que desejar.

Também agradeço pelos elogios a minha pessoa como Presidente desta Comissão e, principalmente, pela sua palavra em relação ao relatório, que é muito ponderada e sensata. O Senador Walter Pinheiro buscou o caminho da habilidade, da paciência e da construção. Portanto, é com muita satisfação que vamos colocar este relatório em votação.

Perguntaria à Senadora Vanessa Grazziotin se quer discutir a matéria. *(Pausa.)*

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, ele passa a constituir parecer da Comissão pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Infraestrutura.

O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

Os itens 1 e 3 da pauta foram retirados a pedido dos Relatores para ajustes nos relatórios.

Em relação ao item 4 da pauta, pediria que a Senadora Vanessa Grazziotin o relatasse com Relatora *ad hoc*. É não terminativo.

ITEM 4

AVISO Nº 76, DE 2011

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261, de 2011 – TCU – Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC012.693/2009-9).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Observações: 1 – A matéria está sendo apreciada simultaneamente pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Sociais; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin para proferir o relatório.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não. Em primeiro lugar, quero agradecer V. Ex^a.

O relatório é bem extenso e bem detalhado em relação ao trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União, que foi baseado no Requerimento nº 156, de 2009, do então Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, pelo qual pleiteou auditoria destinada a aferir a governança das agências reguladoras de infraestrutura no Brasil, de forma a identificar eventuais riscos e falhas estruturais que possam comprometer o alcance dos objetivos da regulação estatal e propor soluções de natureza operacional e legislativa para fortalecer o modelo regulatório atual.

Aí, o relatório analisa as competências regulatórias, a autonomia, a autonomia decisória, a autonomia financeira, mecanismos de controle das agências, a transparência, o controle social, mecanismos de gestão de riscos e de avaliação de impacto regulatório e apresenta, Sr^a Presidente, uma série de sugestões, de recomendações à Casa Civil.

Eu vou ler algumas delas apenas.

Recomenda à Casa Civil que adote providências no sentido de operacionalizar os Conselhos Setoriais de Infraestrutura, de modo que eles sejam capazes de, efetivamente, fornecer diretrizes estratégicas que orientem as Agências e de delimitar objetivos e metas de longo prazo a serem atingidos.

Também sugere – estou lendo algumas apenas – que promova estudos com vistas a fixar prazos para a indicação de nomes pelo Executivo Federal, tanto na hipótese de vacâncias previsíveis, quando deve ser delimitado um prazo de modo que a indicação se dê com a antecedência necessária para que não haja solução de continuidade na autonomia decisória das agências, quanto nas indicações decorrentes de vacâncias imprevistas.

Recomenda ao Senado Federal que estude a viabilidade de se adotar rotina mais rigorosa na avaliação dos candidatos aos cargos de direção das agências reguladoras.

Padronização mínima dos institutos das audiências/consultas públicas entre as agências, notadamente quanto aos documentos que devem ser disponibilizados antes e após a audiência ou consulta, bem como o prazo máximo que os reguladores deveriam possuir para disponibilizar essas informações aos interessados.

Diante do exposto e do que foi apresentado no relatório, a conclusão é no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria e que proceda, em seguida, ao arquivamento.

É o relatório, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

O projeto vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Os Itens nºs 5 e 6 da pauta são terminativos e já foram lidos. Como não temos quórum qualificado para a votação, vamos encerrar a presente reunião.

Não havendo nada mais a tratar, declaro a encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM SEIS DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia seis de dezembro do ano de dois mil e onze na sala de reuniões número 13, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias; Ana Rita; João Durval; Lídice da Mata; Ana Amélia; Maria do Carmo Alves; Mozarildo Cavalcanti; Vicentinho Alves; Paulo Paim; José Pimentel; Eunício Oliveira e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores: Vanessa Graziotin; Eduardo Amorim; Vital do Rêgo; Ciro Nogueira; Cássio Cunha Lima e Cícero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de

proposições: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2008**, “Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos Produtivos Locais”. **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 02-CDR (Substitutivo). Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores: Wellington Dias e Ana Rita. **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2011**, “Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins”. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, DE 2011**, “Altera as Lei nºs 9.249 e 9.250, ambas de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das contribuições e doações efetuadas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005”. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senadora Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CDR. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2011**, “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores: Wellington Dias; Lídice da Mata e Ana Rita. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2010**, “Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências.” **Auto-**

ria: Deputado Aelton Freitas. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado** Adiado. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006**, “Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.” **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado** Adiado. **ITEM 8 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011**, “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.” **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado** Adiado. **ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2011**, “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.” **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Resultado** Adiado. **ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011**, “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.” **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores da Comissão.

As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições.

O item 1 é o Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, que tem como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que pediu um tempo, pois está chegando.

Passo ao item 2. Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2011. É Relatora a Senadora Maria do Carmo.

ITEM 2

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: – *A matéria constou na pauta da 33ª Reunião da Comissão, realizada em 29/11/11, tendo sido adiada a sua deliberação.*

– A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, da análise.

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar a respeito de programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

A instalação de uma ZPE no Município de Porto Nacional iria estimular a geração de empregos e um melhor aproveitamento econômico das potencialidades da região, rica em recursos naturais, mas carente de

maiores investimentos para a industrialização destes recursos.

O Município está localizado na região central do Estado de Tocantins, o que poderia expandir os efeitos benéficos da instalação da ZPE por grande parte do território do Estado.

Além da localização privilegiada, as empresas instaladas na região de Porto Nacional poderão contar com infraestrutura adequada para o escoamento da produção, com a integração dos modais hidroviário (Hidrovia Araguaia-Tocantins), rodoviário e ferroviário (Ferrovia Norte-Sul).

O Senado Federal, a respeito de projetos de lei autorizativa, ainda adota o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Josaphat Marinho, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa. De acordo com esse parecer, “o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência”.

Diante do exposto, Sr. Presidente, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2011, de autoria do Senador Vicentinho Alves.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Aprovado o relatório da Comissão.

Passamos ao item 1, com a presença da Exm^a Sr^a Senadora Lídice da Mata, que é a respectiva relatora:

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2008

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos Produtivos Locais.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações: – *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos tendo sido aprovado parecer pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo);*

– *Em 30/08/2011, durante a 22ª Reunião, a Presidência designa como Relatora “ad hoc” da matéria a Senadora Lídice da Mata, em substituição à Senadora Lúcia Vânia;*

– A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Concedo a palavra a S. Ex^a a Senadora Lídice da Mata, para a leitura de seu relatório.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, de autoria do Senador Renan Calheiros, adiciona dois parágrafos ao art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990.

O objetivo é estipular que os programas de desenvolvimento econômico implementados com recursos oriundos da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), observem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das localidades beneficiadas e estimulem os Arranjos Produtivos Locais.

Estes últimos são definidos como aglomerados de agentes econômicos de uma mesma cadeia produtiva, localizados em determinado território, com vínculos expressivos de articulação, interação e cooperação e que tenham por fim primordial a competitividade, com geração de renda e emprego locais.

O projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, com relatório concluindo pela aprovação do projeto nos termos de substitutivo que traz as seguintes alterações:

- explicita que seja utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), calculado com base nas informações colhidas pelo IBGE, e determina que os Municípios com menores índices sejam privilegiados nos programas de desenvolvimento econômico financiados pelo FAT;

- renumera os parágrafos adicionados ao art. 2º da Lei nº 8.019, de 1990, para §§ 5º e 6º, uma vez que os §§ 2º e 3º da Lei foram revogados e a boa técnica legislativa não permite sua substituição.

Após o posicionamento desta Comissão, a matéria será ainda encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Cabe a esta Comissão a análise do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2008, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional. Considerações sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Sociais, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 239 da Constituição Federal, a arrecadação decorrente das contribuições para o PIS e para o Pasep dirige-se ao financiamento do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e dos programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES. Neste último caso, os recursos correspondem a 40% da arrecadação total e são aplicados de acordo com planejamento exclusivo do BNDES, a quem cabe o risco de crédito.

Vale notar que, em 2010, o BNDES apresentou desembolsos da ordem de R\$ 168 milhões, sendo que apenas 10,2% desse montante foram destinados a projetos da Região Nordeste, 7,0% para a Região Norte e 6,7% para a Região Centro-Oeste. Por sua vez, a Região Sudeste recebeu 58,2% do total e a Região Sul, 18,0%.

Tendo em vista que o apoio do BNDES é fundamental para estimular os investimentos, a produção e o emprego das regiões mais carentes do País, fica evidente a necessidade de se implantarem medidas no sentido de minimizar esse quadro de disparidade na aplicação de recursos administrados por esse banco, com o objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais.

A proposição ora em análise vem ao encontro dessa necessidade ao estipular critérios para o financiamento dos programas a cargo do BNDES, privilegiando a alocação de recursos em áreas com menor IDH e estimulando o desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais.

Conforme apontado no parecer da CAE, esses arranjos são hoje considerados excelentes áreas de aplicação de recursos, na medida em que levam em conta as vocações regionais e locais, além de estarem focados nas interrelações empresariais, na cooperação, nas menores empresas, na capacidade inovadora e tecnológica e no acesso a novos mercados. Possuem, pois, expressivo potencial multiplicador e competitivo, tendendo a gerar substancial desenvolvimento econômico e social nas respectivas localidades.

Ressalte-se que a prioridade legal aos APLs e às áreas mais carentes em termos humanos e sociais é totalmente compatível com os objetivos de um fundo destinado a amparar o trabalhador, na medida em que tende a resultar em maior geração de emprego e renda do que outros investimentos que não vislumbrem tais prioridades.

Nesse contexto e considerando as vantagens do ponto de vista do desenvolvimento regional, foco desta Comissão do Senado Federal, a proposta consubstanciada no PLS nº 142, de 2008, merece ser apoiada.

Os reparos ao projeto efetuados pela CAE, na forma do substitutivo aprovado, de fato melhoram a clareza do texto e a técnica legislativa. No entanto,

julgamos conveniente propor ainda duas alterações no projeto para tornar a aplicação da lei mais efetiva do ponto de vista de seus objetivos. Nesse sentido, convém modificar o §5º do art. 2º da Lei nº 8.019, de 1990, de forma a deixar claro que pelo menos 50% dos recursos dos programas de desenvolvimento econômico com recursos do FAT, a cargo do BNDES, serão destinados a projetos que estimulem arranjos produtivos locais e que se situem em Municípios de menor IDH Municipal.

Adicionalmente, cabe acrescentar um parágrafo, em seguida a esse dispositivo, fazendo a ressalva de que, caso a demanda desses Municípios fique aquém dos valores disponibilizados, o BNDES poderá aplicar os recursos restantes em projetos de outros Municípios, evitando que os recursos fiquem ociosos.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2008, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142 (SUBSTITUTIVO), DE 2008

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador para criar critérios de alocação de recursos com base no IDH-M e estimular os arranjos produtivos locais.

[...]

Art. 2º

§ 5º No mínimo, cinquenta por cento (50%) dos recursos alocados para os programas de desenvolvimento econômico [como já anunciei antes] a que se refere o caput serão destinados a projetos que estimulem arranjos produtivos locais e, ao mesmo tempo, situem-se em cidades com Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) abaixo da média nacional, calculados com base nas informações colhidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 6º Caso a demanda de projetos que se enquadrem nas características estipuladas no § 5º fique aquém dos valores disponibilizados, o BNDES poderá aplicar o remanescente dos recursos em projetos dos demais Municípios.

§ 7 Para os fins desta Lei, considera-se arranjo produtivo local o aglomerado de agentes econômicos de uma mesma cadeia produtiva, localizados em determinado território, com vínculos expressivos de articulação, interação e cooperação, que tenham por fim primordial a competitividade, com geração de renda e emprego locais.

Sr. Presidente, caros Sr^{as} e Srs. Senadores, esse substitutivo visa exatamente a superar as dificuldades que haviam sido colocadas antes pelo próprio BNDES, quando dizia que o projeto era aberto e fazia com que, se o Município não tivesse apresentado projeto, portanto, não pudesse estar qualificado para merecer o financiamento ou investimento, ele fosse obrigado a ficar com aquele dinheiro retido, empatado. O nosso substitutivo visa justamente a modificar isso, ao precisarmos os 50%, ao definirmos que os recursos, não sendo possível serem alocados para aquele fim, possam ser destinados a outros Municípios, fazendo com que o BNDES tenha suficiente capacidade de manobra para não ter nenhum tipo de prejuízo. Além disso, volta a definir o que é arranjo local.

Mas, além disso, Sr. Presidente, nós damos a redação *ipsis litteris*, o que foi a redação dada na Medida Provisória 541, votada por esta Casa. Na alteração à MP, no item 2, diz exatamente isso: "Direciona, no mínimo, 50% dos recursos do FFEEX ao financiamento de micros e pequenas empresas, prevendo que, no caso de inexistência de procura por parte dessas empresas, a empresa gestora desse fundo estará autorizada a aplicar tais recursos nas demais empresas exportadoras."

Nós nos baseamos num comportamento já aprovado via medida provisória, no caso do Fundo de Exportação.

Portanto, para este mesmo caso, nós usamos de uma medida similar para garantir que realmente os recursos do BNDES possam ser estimulados a se dirigirem àqueles Municípios que mais precisam, que são os Municípios com menor IDH-M, fazendo jus ao desejo do autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, nobre Senadora, pelo seu parecer.

Em discussão o parecer.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, nesta Comissão, tivemos um amplo debate durante este ano, visitando os Estados, e um dos temas é exatamente a desigualdade dos investimentos. De um lado, uma desigualdade em que os Estados mais desenvolvidos ficam sempre com a maior fatia, não somente das receitas, mas, também, dos investimentos, inclusive com empréstimos e com os fundos.

Lembro-me de um trabalho feito aqui, com muita competência, pela Etene, e que nós apresentamos, em que é demonstrado o que o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, enfim, aplica em cada Es-

tado brasileiro, e ali a gente vê o quanto os Estados das regiões de mais baixo IDH são os que têm menos impacto, e dentro de cada Estado também, ou seja, um Município mais desenvolvido de Alagoas normalmente tem mais capacidade de ir ao tal livre mercado, na livre disputa atrás do financiamento, do que aquele que é menos desenvolvido.

É por isso que quero aqui parabenizar... Acho que isso aqui vem na direção do que a gente quer corrigir. Além da iniciativa do Senador Renan Calheiros, quero parabenizar principalmente a capacidade da Senadora Lídice, porque, qual era a queixa que se fazia aqui? Dizia-se que aí iria engessar o BNDES. Bem, primeiro, é 50% de um total de 100; nós estamos falando aqui da metade. Então, há uma outra metade que continua livre, na regra de mercado.

Segundo: caso, na regulamentação, os Municípios que preenchem os requisitos, os de baixo IDH, não apresentem, vamos dizer assim, os projetos, também o banco tem condições de trabalhar.

A pergunta que eu faço aqui à nossa Relatora é se o conceito de baixo IDH é aquele abaixo da média nacional. É isso?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Nacional.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O.k. Então, é o conceito tradicional de baixo IDH.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, eu quero aqui, Presidente, elogiar. Acho que vamos ter outro debate em outra comissão, mas, a meu ver, eu creio que as ponderações que foram feitas pelo BNDES e por outras áreas tão importantes e o que nós estamos fazendo aqui vão na direção daquilo que verificamos como solução para um problema de concentração muito grande que temos em nosso País.

Então, parabenizo aqui a Relatora e defendo a aprovação do projeto na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ainda continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero aqui ratificar a fala do nosso companheiro Senador Wellington Dias; parabenizar também a Senadora Lídice da Mata; dizer que, embora haja uma preocupação no sentido de ouvir melhor o BNDES – há uma orientação por parte do Governo nesse sentido –, eu, particularmente, considero o projeto de extrema importância, porque contribui para reduzir as desigualdades regionais, e nós sabemos que esse é um dos grandes problemas. Normalmente os recursos acabam sendo mais direcionados para aqueles Municípios que têm condição, por exemplo, de elaborar projetos com

mais facilidade, e os Municípios de menor porte, de IDH menor, muitas vezes têm essas dificuldades. Eu entendo que o projeto busca resolver um pouco essa questão, no sentido de valorizar, de estimular os Municípios com IDH menor, no sentido também de receberem esses recursos.

Para isso, é necessário também – eu até discuti isso com a assessoria – que se invista na qualificação, na preparação dos técnicos desses Municípios menores, para que eles tenham condição de elaborar projetos para captar recursos perante o BNDES. Isso é de fundamental importância. Se nós queremos, de fato, contribuir para melhorar a qualidade de vida do nosso povo, principalmente da população mais pobre, mais excluída, é preciso que os Municípios também se preparem para buscar esses recursos.

Então, eu acredito que o BNDES é um banco realmente que precisa, cada vez mais, voltar-se para essas necessidades – e aí eu vejo o projeto como iniciativa muito interessante, que merece todo o nosso apoio. Eu, particularmente, sou extremamente favorável, e faço esta observação: acho que é preciso que os recursos vão, desde que haja projetos bem elaborados, que atendam, de fato, os pré-requisitos para que os recursos cheguem a tempo e a hora. Então, é preciso também preparar, cada vez melhor, os nossos Municípios, principalmente os que têm um quadro técnico pequeno, muitas vezes não tão qualificado quanto a necessidade exige. Então, também acredito que seja essa uma das tarefas do nosso Governo ou mesmo do próprio BNDES, no sentido de estimular isso para que os Municípios se preparem cada vez mais.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para acrescentar um ponto...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Ainda com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... que me despertou aqui na fala da Senadora Ana Rita. Esse projeto tem tudo que ver com o plano da Presidente da República. Onde temos o mais baixo IDH? Onde temos mais pessoas na miséria e na pobreza, porque o conceito não é mais de miséria e pobreza vinculado só à renda, mas a todos os aspectos da pobreza. Quem melhor mede isso? O IDH. É o Índice de Desenvolvimento Humano que nos diz onde estão aqueles que mais precisam da política pública.

Então, o projeto, na forma do substitutivo, vai na direção do projeto da Presidente da República. Assim, como é que eu vou votar contra um projeto que vai naquilo que a Presidente da República defende no seu programa de Governo?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Relatora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Só para acrescentar mais um argumento, principalmente para nós, que somos da região Nordeste: a ideia de que os projetos precisam ser qualificados é uma ideia que se repete sempre e que vai nos transformando naquela imagem do cachorro correndo atrás do próprio rabo, nunca saímos disso. Somos pobres e não temos financiamento porque não temos projetos bons, e não temos projetos bons porque somos pobres e não temos técnicos qualificados.

Acho que, na medida em que tivermos uma proposta que vá nessa direção, nós também vamos poder pensar outras políticas que possam dar cobertura a esses Municípios. Cada Estado pode, por exemplo, dispor, na sua área de planejamento, de um pequeno departamento, de banco de projetos que possam socorrer os Municípios, direcionando a sua capacidade técnica para colher as dificuldades daqueles Municípios. Podemos pensar em diversas direções para que, com criatividade, possamos dotar os Municípios de condições de atender às próprias uniões de prefeitos que atuam em cada Estado. No meu Estado é muito bem dirigida pelo prefeito de Camaçari, o Prefeito Luiz Caetano, que já dota aquela instituição de uma série de aportes técnicos que possam ser capazes de também auxiliar os Municípios a apresentarem bons projetos.

Portanto, na direção mais uma vez de pedir o acolhimento do projeto do Senador Renan Calheiros, busquei apenas tentar sanar as dificuldades que o banco já apresentava de incorporar esse projeto.

Creio que agora não haverá resistência, na medida em que todas as precauções foram tomadas para dar liberdade ao banco e, ao mesmo tempo, garantir a proteção ou a indução do investimento para os Municípios de menor IDH.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer da relatora, que conclui pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3.

Está em alta, Senador Paim, o Piauí. Nessa matéria, o Piauí está em alta.

ITEM 3

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, DE 2011

Altera as Lei nºs 9.249 e 9.250, ambas de 26 de dezembro de 1995, para permitir

a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das contribuições e doações efetuadas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNNIS instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Wellington Dias

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 01 que apresenta.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Wellington Dias para emissão do seu relatório.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Relator *ad hoc*, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não. V. Ex^a é o Relator de fato e de direito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O relatório já foi lido e vou...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O relatório já foi lido. V. Ex^a vai apenas tecer as suas considerações finais.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2011, com a emenda que apresentamos abaixo:

EMENDA Nº – CDR (Redação)

Na nova redação dada ao art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, pelo art. 2º do PLS nº 472, de 2011, substitua-se a menção à alínea h por alínea i.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o relatório do Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer do Relator, que conclui pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar

o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: – *A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa;*

– *A Matéria constou na pauta da 33ª Reunião da Comissão, realizada em 29/11/11, tendo sido adiada a sua deliberação.*

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Paulo Paim para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Benedito Lira, normalmente faço comentários e não leio relatório, mas este vou ler porque entendo que é um tema de suma importância, mexe no Estatuto da Criança e do Adolescente e também na Política Nacional de Turismo.

Vamos ao relatório.

Começo já dizendo que o objetivo da proposição é modificar o arcabouço legal vigente, com o objetivo de proteger a integridade e o futuro individual e coletivo de crianças e adolescentes brasileiros.

Em seu art. 1º, o projeto altera o art. 244-A do Estatuto, ampliando a pena de reclusão de 4 a 10 anos para 6 a 12 anos para aquele que praticar o crime de submissão de crianças e adolescentes à prostituição ou à exploração sexual.

Altera também o § 1º desse artigo, de modo a igualar essa pena para aqueles que facilitem ou estimulem tais práticas pela Internet. Além disso, acrescenta os §§ 3º e 4º, de forma a prever a colaboração da União com Estados e Municípios na realização de campanhas institucionais e educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes e o reconhecimento de práticas e iniciativas que contribuam para esclarecimento e combate desse crime, mediante selo indicativo.

O art. 2º altera o inciso X do art. 5º da Lei nº 11.771, de 2008, de forma a inserir a exploração sexual de crianças e adolescentes como prática a ser afastada e combatida pelas ações do Estado, no âmbito da Política Nacional de Turismo.

O art. 3º estabelece a vigência da lei, a partir de sua publicação.

Além desta Comissão, o projeto será submetido à apreciação das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Cabe a esta Comissão a análise do mérito do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2011, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional e o turismo no Brasil. Considerações sobre os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na CCJ, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49 do Regimento Interno do Senado Federal.

De fato, o projeto é meritório e oportuno, na minha avaliação. Apesar de não existirem dados conclusivos sobre o assunto, há evidências que apontam para uma incidência arraigada do turismo sexual em diversas cidades brasileiras e para uma forte relação entre turismo e exploração sexual de jovens no Brasil.

Estimativas da Unicef indicam que, a cada ano, aproximadamente um milhão de crianças entram para o mercado do sexo no mundo. Desse total, cerca de 10% estariam distribuídos entre Brasil, Filipinas e Taiwan, países que estão, reconhecidamente, entre os principais destinos internacionais para prática do turismo sexual.

Um mapeamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, lançado em 2005, registrou a existência de exploração sexual de crianças e adolescentes em 937 Municípios brasileiros.

Segundo o Ministério do Turismo, entre eles, 398 são considerados destinos turísticos. É consenso entre os pesquisadores que há uma relação direta entre a pobreza social e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A proximidade da realização de eventos esportivos internacionais no Brasil, como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, tem motivado ações dos Governos federal e estaduais e das empresas do mercado de turismo voltadas para o combate ao turismo sexual, principalmente, repetindo, de crianças e adolescentes. Segundo o Ministério do Turismo, se, em 2005, o programa de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes efetuou gastos da ordem de R\$200 mil, em 2010 esses gastos passaram para cerca de R\$8,3 milhões. O programa tem como foco a conscientização e capacitação profissional para jovens que querem ingressar no mercado de turismo, além da conscientização de turistas em países como Alemanha, Moçambique, Inglaterra, Espanha, Portugal, entre outros.

As campanhas de conscientização são fundamentais para deixar claro internamente e no exterior que o turismo sexual é crime e que o País tem compromisso com as normas internacionais de Direitos Humanos.

É preciso mudar a visão de turistas estrangeiros que buscam esse tipo de turismo no Brasil.

O Brasil tem, inclusive, firmado acordos bilaterais, com países da Europa e da América do Norte, para que o turista que vem ao Brasil praticar esse tipo de crime não fique impune ao retornar ao seu país de origem. Além disso, é preciso envolver a sociedade brasileira na rede de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, estimulando a denúncia e a fiscalização do cumprimento da lei.

Além da afronta aos direitos humanos e o comprometimento do futuro das nossas crianças e adolescentes, cabe registrar que o turismo sexual acaba tendo um efeito negativo do ponto de vista econômico. Apesar de proporcionar a ilusão, no primeiro momento, de que pode gerar renda e divisas, na verdade acaba por deprimir essa atividade, afastando as famílias e potenciais turistas de maior nível e poder aquisitivo de destinos depreciados pela permissividade com a exploração sexual de menores.

Por fim, Sr. Presidente, nesse contexto, o projeto de lei em tela vem em boa hora ao ampliar a pena mínima e máxima em dois anos para o crime de indução à exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive pela Internet. Além disso, ao estimular a realização de campanhas de esclarecimento e combate dessa prática e incluir a prevenção e o combate ao turismo sexual de crianças e adolescentes entre os objetivos da Política Nacional de Turismo, vem ao encontro da necessidade de reforçar as ações preventivas e coercitivas, indispensáveis para se garantir o sucesso dos grandes eventos esportivos internacionais que irão ocorrer no Brasil, bem como consolidar o setor de turismo como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País.

Considerando os impactos favoráveis do ponto de vista do desenvolvimento regional e do turismo no Brasil, foco desta Comissão do Senado Federal, a proposta consubstanciada no PLS nº 495, de 2011, merece todo o nosso apoio.

Diante do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2011, de autoria do nobre Senador Renan Calheiros. Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, estou muito falante, mas eu não poderia também deixar de parabenizar o nosso Relator, Senador Paulo Paim, e também o autor, novamente o Senador Renan Calheiros. Alagoas aqui está em alta!

Estamos tratando de um tema muito grave. Penso que incomoda todos nós, brasileiros, esse conceito de ser um País que tem como um dos atrativos, em muitas regiões, o turismo sexual. Agora, quando envolve crianças, aí, eu acho que é algo mais sério ainda.

E eu acho que o Senador Renan Calheiros, e acatado aqui pelo nosso Senador Paulo Paim, trata de uma das coisas mais difíceis e menos instrumentadas para se atuar. Aliás, ele coloca que, na CPI da Pedofilia aqui, do Senado, tratou e examinou muito sobre este tema, que é o uso da Internet para propagar a venda de crianças colocadas na prostituição.

Soma-se a isso outro ponto que eu considere importante. Muitas vezes, isso acontece porque há ou o dono de um hotel ou o dono de um ambiente, seja qual for o conceito desse ambiente como dizem, que faz ali um conluio, tem uma participação para dar proteção a esse tipo de crime.

Aqui é dada também a responsabilidade não só ao explorador sexual da criança, mas também ao gerente, ao proprietário, ou seja, a quem faz disso um negócio, seja qual for o ambiente em que for praticado.

Então, quero aqui parabenizar pela iniciativa porque a nossa legislação tem – vou usar aqui um termo – um vazio, um buraco nessa área. A nossa legislação não está dando conta. E mesmo onde você consegue ter a apresentação de uma prisão, enfim, termina não dando resultado.

Eu acho que quem quiser vir para o Brasil ou quem quiser conhecer cada parte do Brasil tem que ser pelo que há de bonito, de prazer. Ou seja, todo ser humano, normalmente – não sei se há assexuado –, é afeito aos prazeres e ao sexo. Agora, o que eu quero aqui é colocar que, como ser humano, considero que precisamos tratar com todo o carinho desse tema da proteção da criança e do adolescente. Por isso, meu total apoio.

Eu acho que essa legislação tem uma crítica, e a própria Ministra teria colocado, de se aumentar a pena de 6 para 8 anos ou de 10 para 12 anos. Eu tenho consciência de que não é só a pena que resolve, mas o que se faz aqui, com isso, é evitar que a gente tenha a facilidade de não responder em prisão e quase sempre responder em liberdade.

Eu acho que é um crime que a gente precisa endurecer no sentido de o flagrado, comprovado e julgado, tenha condição de responder na prisão.

Por isso, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, como integrante da Frente Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, vejo

com muito bons olhos esse projeto e a relatoria do Senador Paim, que, competentemente, é um grande aliado da criança e do adolescente na sua Comissão de Direitos Humanos.

Eu creio que esse projeto aprofunda a penalização; portanto, vem em boa hora, já que nós estamos em um processo de preparação para receber um megaevento internacional no Brasil. E isso está entre aquelas medidas que nós devemos discutir, na nossa subcomissão, como ampliação da rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil para os momentos de megaeventos. Acho que essa é uma medida que aproxima e fortalece essa rede.

Quero, no entanto, dizer também que o empresário e o *trade* turístico geralmente reagem à expressão turismo sexual, partindo do princípio de que se trata de um crime, que, portanto, não pode ser qualificado como se houvesse a organização de um turismo sexual para o Brasil, com base na organização desses construtores do turismo nacional. Mas, sem dúvida nenhuma, nós sabemos que há corruptela e há desvios em todas as atividades humanas, e, na área do turismo, registra-se com a prática do crime do estímulo à exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso País. Nós temos que combater isso, é preciso que haja ação na esfera dos governos municipal, estadual e federal; e o rigor da lei é bem-vindo para que nós possamos viabilizar esta discussão, principalmente quando nos aproximamos da Copa do Mundo, de um grande, de um megaevento. Depois, teremos um outro, as Olimpíadas de 2016, e precisaremos contar com uma proteção cada vez maior para as crianças e adolescentes do nosso País, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.

Parabenizo, mais uma vez, o Relator e o nosso autor, que, como V. Ex^a, é alagoano, portanto tem todo esse prestígio nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu quero apenas, além de reforçar o que já foi dito, dizer que não podemos mais conviver com essa realidade da exploração sexual contra a criança e o adolescente. É inadmissível isso! Em um país que avança em políticas sociais, um Brasil que está crescendo, está buscando incluir pessoas para que possam ter uma vida mais digna, não é admissível que convivamos com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

É claro que o Estatuto da Criança e do Adolescente é um importante instrumento de defesa dos direitos da criança, mas também vejo que é preciso endurecer em algumas questões, como o caso de aumentar a pena para quem pratica esse tipo de crime, esse seria

um instrumento que eu acho que é necessário, além de outros que, com certeza, precisamos criar para o enfrentamento definitivo desse tipo de crime contra a criança e o adolescente.

Então, parabeno o autor da matéria e também o relator, o nosso companheiro Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Veio-me usar aqui uma frase, depois de ouvir alguns comentários. Estou vendo que a recomendação, inclusive, da própria Ministra é favorável, mas no conjunto da obra... Eu vi um belo filme sobre o Brizola, um documentário do Tabajara Ruas. Quem puder, seria bom assistir. Eu vi na Comissão de Direitos Humanos, e lá tem uma hora em que aparece o Che Guevara, e eu me lembrei daquela frase dele, que cai bem aqui, porque o Projeto do Senador Renan, ao mesmo tempo em que endurece as penas, ele premia com o selo. Então, tem também a ternura, não é? Ele cria um estímulo para que os Estados e os Municípios trabalhem para a reeducação, de forma preventiva. Então, eu fico com a frase do Che: *"Hay que endurecerse pero sin perder la ternura"*. Por isso que o Renan mandou aumentar a pena em dois anos sobre esses bandidos. Eu sou totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Os Itens de 5 a 9 da pauta são terminativos. Como não temos número para apreciar estas matérias, elas ficam adiadas para a próxima reunião.

Eu gostaria de fazer um apelo, antes de encerrar esta reunião, aos Senadores e Senadoras membros desta Comissão para que nas próximas duas semanas – nós só temos duas semanas para entrarmos em recesso – possamos ter a presença, aqui, de S. Ex^{as}, pois há um volume considerável de matérias terminativas e nós precisamos de quórum qualificado para limpar a pauta ao encerrarmos as nossas atividades legislativas do ano de 2011.

Antes de passar a palavra para sugestões, há um outro tema aqui que eu gostaria muito que nós voltássemos a conversar.

Esta Comissão peregrinou pelos Estados brasileiros e culminou com a aprovação, pela Casa, da distribuição dos *royalties* para os Estados não produtores, dando igualdade de condições aos diversos Estados do Brasil. A matéria se encontra na Câmara dos Deputa-

dos. Consequentemente, parece-me, com a formação de uma Comissão especial, não ser possível que esta matéria seja objeto de tratativa mais este ano daquela Casa, mas seria interessante que nós pudéssemos voltar ao tema. E eu daria como sugestão – e queria a opinião de V. Ex^{as} – que pudéssemos fazer aqui, antes de encerrar a nossa atividade, uma audiência pública com a presença dos Senadores desta Comissão, com a presença de convidados que nós faremos na comissão especial que está tramitando na Câmara dos Deputados e com a presença dos governadores interessados nesse assunto, para que pudéssemos não deixar esse tema morrer, porque ele é de fundamental importância para a vida dos Estados e dos Municípios brasileiros, a partir de 2012, porque 2011 já acabou, e nós não tivemos o êxito que desejávamos ter. Em 2012, a gente não pode esperar que isso aconteça ao cair do primeiro semestre do ano.

Então, eu queria dar isso como sugestão, mas queria ouvir a opinião de V. Ex^{as}, com a experiência que têm.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, em boa hora V. Ex^a traz esse tema.

Veja: na Câmara há um esforço de continuar pela via do entendimento – eu tenho acompanhado lá –, um esforço para, dia 14, ser votado o requerimento de urgência lá na Câmara, e um esforço, ainda mais desafiador, de tentar votar por volta do dia 20 ou dia 21 deste mês.

Então, o que quero aqui, parabenizando a iniciativa de V. Ex^a? Está prevista para o dia 14 uma forte mobilização. Eu quero só que a gente delete... A Senadora Ana Rita está aqui? Porque eu fico feliz em ver que tanto a Senadora Ana Rita como outros parlamentares já não usam mais os termos “Estado produtor” e “Estado não produtor”, porque, na verdade, há Estado que é produtor, como a Bahia, o Ceará, o Rio Grande do Norte, Alagoas, porque produzem petróleo no seu território; e há outros que passaram uma ideia de que são produtores, mas, na verdade, o petróleo é em mar – e nós estamos tratando aqui da regulamentação de petróleo em mar –, que, em rigor, não é território de nenhum Estado.

Então, o que quero propor aqui é o seguinte: dia 14, vai haver essa mobilização; a ideia é que estejam aqui governadores, prefeitos, várias entidades beneficiadas; e eu creio que o que nós podemos é, pela comissão, autorizarmos que a comissão se engaje, participe com outras que na Câmara também estão se organizando – lá existe a Comissão Regional, as Frentes Parlamentares Municipalistas, Câmara e Senado, a Frente Parlamentar da Democratização dos Royalties, que até é de um contrerrâneo aqui do Senador Paim, o

Deputado Alceu Moreira. Então, eu acho que nós podemos nos engajar, ajudando nesse esforço.

Graças a Deus, o Senado fez a sua parte. Agora, temos não só que esperar, mas cobrar para que a Câmara também faça.

Então, o que eu queria aqui era sugerir que façamos combinados. As frentes é o Deputado Alceu Moreira; a Municipalista é o Deputado Júlio César; e há uma comissão que atua também lá na Câmara, na área de Desenvolvimento Regional também. A gente poderia ver como fazer uma atividade conjunta, para que se pudesse debater e buscar a melhor solução para a votação.

E eu quero finalizar aqui, fazendo um alerta – e ontem alertei a própria Presidente da República, a Ministra Ideli e a Ministra Gleisi: eu acho que a pior solução é ter como estratégia deixar para tratar esse tema apenas em 2012. Inclusive, Senadora Ana Rita, eu já tenho alertado aqui os governadores e parlamentares do Rio e do Espírito Santo também. Por quê? Porque nós vamos estar num ano eleitoral. Em ano eleitoral, são outras emoções. Como diz Roberto Carlos, são tantas emoções, e é num ambiente de emoções que se vota. Cito aqui só para quem é do ramo da política entender. Em cada Município, há candidatos que já são prefeitos, candidatos que não são e estão doidos para serem prefeitos, todos defendendo – que ninguém é doido de não defender –, jogando toda pressão para cima dos parlamentares, para aprovar o que tiver de mais radical. Então, estou chamando a atenção. Conheço como funciona esse negócio. Como eu dizia, ontem, lá, não posso “dizer que não falei das flores”. Acho que precisa ter muito cuidado.

Mas, parabéns. Tem todo o meu apoio aqui a sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, quero parabenizá-lo também pela iniciativa. Acho que é uma grande ideia, complementando também a posição que o Senador Wellington acabou de explicitar. Acho que V. Ex^a pode tentar esses contatos para viabilizar um grande debate, encerrando os nossos trabalhos, assumir o compromisso de... Permanentemente estou aqui presente, mas reafirmo esse compromisso com V. Ex^a nessas duas últimas semanas.

Mas, eu queria fazer um registro, Sr. Presidente. Hoje, na cidade de Salvador, no meu Estado, está se realizando um seminário sobre o Nordeste, promovido pela revista *Carta Capital*, com a presença do Governador Jaques Wagner, que é quem recebe e que abriu o evento, mais o Governador Eduardo Campos, agora

à tarde, e, no final da tarde, o Governador Cid Gomes. Será um importante momento de discussão a respeito da situação da nossa região hoje. Eu, inclusive, gostaria muito de estar lá para acompanhar essa discussão e receber os governadores que são do meu partido também. Não pude estar, mas creio que V. Ex^a poderia fazer um contato com a revista *Carta Capital*, que esta semana já sai com o tema do Nordeste, para ver se é possível termos acesso ao resultado desse seminário, que julgo de importância para a discussão, os projetos e os planos de desenvolvimento da região Nordeste.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Nobre Senadora Lídice, o secretário da Comissão já anotou e vai fazer contato. É como V. Ex^a disse, a senhora poderia estar em Salvador, mas está em uma missão, juntamente com o outro companheiro da Bahia, numa missão nobre no Senado Federal. Consequentemente, os baianos sabem muito bem que V. Ex^{as} estão trabalhando muito mais pelo Nordeste, particularmente pela Bahia, do que talvez se estivessem presentes nesse encontro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só uma informação, que eu a estou prestando agora onde posso. Durante essa discussão do pré-sal, fez-se uma contestação das tabelas que nós divulgamos como subsídios para os entendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – É verdade, inclusive com números fictícios.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Chamaram de números fictícios etc. Mas, aprendi que mentira tem perna curta e a verdade sempre vence.

Quero aqui aproveitar para esclarecer nesta Comissão, junto com a de Assuntos Econômicos e com a de Infraestrutura, que me parece são as que fizeram o debate. O fato é que a previsão que nós pegamos foi a da EPE, Empresa de Pesquisa Energética, que previu para o ano de 2010, Senador Paim, R\$21 bilhões em receitas dos *royalties* e participação especial; deu R\$21,7 bilhões, já concretizado. Previu para este ano R\$25 bilhões; vai dar este ano em torno de R\$28 bilhões. Então, se houve uma previsão errada é porque foi para baixo, não é porque foi para cima. Ou seja, aquilo que nós fizemos de previsão para 2012 vai se concretizar este ano.

Estive conversando, Senadora Ana Rita, inclusive com o Governador Casagrande, o que isso tem de positivo. De positivo, tem a possibilidade da construção, na Câmara – tenho trabalhado isso com os parlamentares – no sentido de que é possível, com esse crescimento de receita, encontrar-se uma solução com maior facilidade.

Um exemplo: nós vamos ter algo em torno de 2 bilhões a mais do que estava prevista, inclusive na nossa proposta. Então, isso significa dizer que é possível que, para o Espírito Santo, que tem uma expectativa – sabe aqui a Senadora Ana Rita – de uma receita da ordem de 1,7 bilhão, que é o patamar que eles colocam como aquele que não desequilibra o Estado, que coloca as condições, significaria mais 700 milhões acima da proposta que saiu aqui do Senado. O Rio, que precisava de aproximadamente 11, na nossa proposta ficava em 10, está certo? Então, o que estou mostrando é que é possível, com essa realidade – e não é somente tabela, é coisa prática, concretizada – ter uma alternativa em que aquela proposta que o Senador Dornelles apresentou no final da votação, que era de uma ampliação em 4% da participação especial, possa ser agora atendida na Câmara por conta dessa conjuntura.

Então, quero aqui dizer que defendo o entendimento, acho que é necessário, mas repito aqui para prevenir, e o tempo dirá: a pior coisa é a estratégia de empurrar com a barriga e jogar para um ano de eleição, como 2012, essa decisão. Acho que ela pode causar sérios problemas na hora do fechamento da proposta na outra Casa.

Era o que tinha a esclarecer, Sr. Presidente.

Obrigado.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, com essa provocação do nosso querido Senador (*Falha na gravação.*) nós temos trabalhado juntos no sentido de construir a melhor alternativa para o próximo período, quero aqui, inclusive, agradecer e parabenizá-lo pelo esforço que tem feito, neste momento, junto à Câmara dos Deputados, no sentido de se construir de fato uma alternativa que seja a melhor para os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e para todo o Brasil.

Eu acredito muito na possibilidade desse acordo. Vejo com muito otimismo a possibilidade de termos um desfecho feliz para todos nós no que se refere aos *royalties* do petróleo; estamos acreditando nisso, acho que é possível. Basta que haja boa vontade por parte de todos os companheiros e companheiras, neste momento, Deputados e Deputadas que compõem a Câmara dos Deputados.

Mas eu quero, também, Sr. Presidente, ratificar aqui a necessidade de termos mais uma reunião desta Comissão este ano. Por que eu digo isto? Não é querer puxar a sardinha para o meu lado, mas é que há um projeto de nossa autoria, que está na pauta do dia

de hoje e que, por falta de quórum, não será votado. Na minha opinião, ele vai atender a uma necessidade muito grande, até porque, nos últimos dias, tem chovido muito no Estado do Espírito Santo. Tenho informações de hoje, recentes. A chuva deixa 375 pessoas desalojadas no Espírito Santo e atinge todo o Estado, particularmente a Grande Vitória. Um dos Municípios bastante afetados é o Município de Santa Leopoldina, que fica no interior, onde as famílias foram levadas para um abrigo da prefeitura; a Comunidade do Retiro foi isolada devido à cheia do rio Mangaraí, deixando 100 famílias afetadas.

Além disso, em Vila Velha, o Município onde moro, e particularmente moro em uma região que não é no centro da cidade, eu moro na periferia de Vila Velha, é uma região antiga e uma das que mais sofre com a questão das chuvas, moradores de alguns bairros – e os bairros a que vou me referir aqui são os mais próximos do centro de Vila Velha – não conseguem mais sair de casa por causa das chuvas. Por que estou dizendo isso? Porque o projeto de nossa autoria, na verdade, faz uma alteração na lei que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e também na lei que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, estimulando a adoção de medidas voltadas ao amortecimento e retenção das águas pluviais em áreas urbanas.

Nós sabemos que à medida que as nossas cidades vão crescendo, elas vão sendo impermeabilizadas em função das casas que vão sendo construídas, em função das calçadas que são feitas, em função do asfaltamento das avenidas. Porque no interior, quando a água bate, ela penetra no solo. Nos grandes centros, nas cidades, nas regiões urbanas, mesmo de cidades do interior, as águas batem no solo impermeável e não conseguem ter acesso ao solo, elas escorrem. Com isso, provocam problemas sérios.

O nosso projeto busca...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – (*Fora do microfone.*) (*Inaudível.*) existem muitos que, para baratear o custo das obras, muitas vezes não fazem nem galerias de águas pluviais; deixam que a água corram para o meio da rua.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não fazem! Sr. Presidente, essa é a realidade da região onde moro; só tem rede de esgoto, muito mal cuidada, pois são antigas, e não tem rede de drenagem. Então, utiliza da rede de esgoto como rede de drenagem. Chove e a água não tem para onde escoar, principalmente num Município como o nosso, que está ao nível do mar; em algumas regiões, abaixo do nível do mar. Então, há muitas dificuldades.

O projeto que nós estamos apresentando busca minimizar esses problemas, criando regras na definição dos lotes, na hora de construir as casas, para que deixem terrenos livres para que, quando chover, as águas tenham por onde ter acesso ao solo. Seria muito bom que o nosso projeto fosse aprovado este ano, para que, num espaço mais curto de tempo, ele possa ser regulamentado, enfim, possa ser aplicado pelos Estados e Municípios.

Então, era esse o pedido que eu gostaria de fazer. No momento oportuno discutiremos com mais profundidade o que estamos desejando aqui.

Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para cumprimentar o Senador Wellington Dias, autor do projeto, que está buscando esse grande entendimento; o Senador Vital do Rêgo, que é o Relator, e dizer àqueles que estão assistindo a TV Senado que o Rio Grande do Sul, os seus 487 Municípios são Wellington Dias. Todos os Municípios lá, com muita convicção, defendem que essa proposta seja aprovada e estão bombardeando aqui o meu celular, inclusive agora, porque somos visto pelos canais alternativos, recomendando o “vote no projeto do Wellington; vote no projeto do Vital; vote no projeto do Senado”.

Então, eu quero dizer que nós somos parceiros e cumprimentar o Senador Wellington Dias. E eu dizia a ele que essa composição que foi feita, não somente dos dois, com os outros parceiros, foi quase um milagre que, no meu entendimento, faz justiça, efetivamente, para todos os Estados, ou pelo menos persegue a justiça mais possível, porque às vezes aquilo que a gente considera o ideal pode não ser o ideal para o outro. Mas eu sei do trabalho que o Wellington fez e, por isso, dou esse depoimento em nome do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Acrescente aos mais de 400 Municípios do Rio Grande do Sul os 102 de Alagoas.

Mas eu vou, mais uma vez, renovar o pedido. Senadora, fique tranquila que nós vamos fazer um esforço para que todos os companheiros possam estar presentes nas próximas reuniões, exatamente as reuniões que restam para encerrar o ano legislativo.

Consequentemente, nós ainda temos uma pauta ainda a acrescentar e já temos matérias com relatórios discutidos e não votados, porque são matérias terminativas e precisam de quórum qualificado.

Hoje, aqui, temos cinco matérias importantes para o desenvolvimento de diversos Estados brasileiros, que

são matérias terminativas. Consequentemente, irão fazer parte da pauta da próxima reunião, de hoje a oito, e espero ter número capaz de votar e limpar a pauta.

O projeto de V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, estará incorporado a esta pauta, para que isso possa acontecer.

Não havendo mais matéria para a ordem do dia, dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TREZE DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia treze de dezembro do ano de dois mil e onze na sala de reuniões número 13, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Wellington Dias; Ana Rita; Vanessa Grazziotin; João Durval; Lídice da Mata; Ana Amélia; Lauro Antonio; ; Cícero Lucena; Maria do Carmo Alves; Mozarildo Cavalcanti; Vicentinho Alves; José Pimentel; Rodrigo Rollemberg e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores: Vital do Rêgo; Ciro Nogueira; Cássio Cunha Lima. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião esta dividida em duas partes sendo que a primeira esta destinada a eleição do Vice-Presidente da Comissão. De acordo com o art. 60 do RISF, a eleição é realizada em escrutínio secreto e com chamada nominal. Após a votação, o Presidente convida os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Maria do Carmo Alves para atuarem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: o Senador Lauro Antonio é eleito por unanimidade. A Presidência proclama o resultado, empossa o eleito e o convida para fazer as considerações iniciais. Dando prosseguimento a segunda parte tem por objetivo a apreciação de proposições: **ITEM 1 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2010**, “Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do

Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e dá outras providências.” **Autoria:** Deputado Aelton Freitas. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado** Adiado. **ITEM 2 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2006,** “Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.” **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado** Adiado. **ITEM 3 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011,** “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.” **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado** Adiado. **ITEM 4 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2011,** “Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.” **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. **Resultado** Adiado. **ITEM 5 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011,** “Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.” **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhor Presidente e publicada no Diá-

rio do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, dou por aberta a presente reunião, que terá como finalidade dois aspectos: encontra-se vaga, pela ausência do titular no cargo, a Vice-Presidência da Comissão, que era ocupada pelo Senador Eduardo Amorim. Com seu afastamento para tratar de interesse particular de saúde, vem para seu lugar o Senador Lauro Antonio, que, de acordo com o que estabelece o Regimento da Casa, deverá ocupar o cargo de Vice-Presidente, porque a indicação fora feita pelo PR, que faz parte do Bloco.

Gostaria de comunicar às Sr^{as} e Srs. Senadores que se encontram aqui que a primeira parte da nossa reunião é exatamente a eleição do Vice-Presidente da Comissão, que tem como indicado o Senador Lauro Antonio.

Está deflagrado o processo de votação e chamando a Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador José Pimentel.

Senadora Maria do Carmo.

Gostaria de comunicar às Sr^{as} e Srs. Senadores que vamos ficar no aguardo de mais Senadores para continuar o processo de votação.

Enquanto isso, gostaria de fazer algumas comunicações.

Proponho a dispensa da leitura da Ata.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a Ata.

Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Tenho alguns comunicados.

Convite do Conselho Nacional de Turismo, do Ministério do Turismo, a todos os membros da Comissão para participar, dia 15/12, às 14 horas, no Centro de Eventos Brasil 21, da sua 34ª reunião. As Sr^{as} e Srs. Senadores estão convidados.

Vamos comunicar aos Senadores e Senadoras aqui presentes as atividades desenvolvidas pela Comissão este ano. A Comissão teve como fundamentos exatamente diversas reuniões, encontros, não só aqui na Comissão, como em outros ambientes fora de Brasília, fazendo audiências públicas, visitando os Estados, tratando os mais diversos assuntos. Por exemplo, estamos agora com a continuidade do processo de votação dos *royalties*, na Câmara dos Deputados, mas nasceu exatamente desse processo de peregrinação que a Comissão fez nos diversos Estados do Nordeste.

Nós fizemos 22 reuniões deliberativas na Casa; 9 audiências públicas; 3 audiências conjuntas, com

outras comissões; 12 fóruns fora do Senado, nas cidades-sede da Copa; 6 reuniões de subcomissão no Senado; 2 fóruns realizados fora do Senado; 8 reuniões da subcomissão no Senado Federal; 4 visitas técnicas fora do Senado; 5 reuniões da subcomissão no Senado. Atividades realizadas pela CDR neste exercício, até hoje: 71 reuniões.

Convido o Senador João Durval, porque estamos num processo de votação para eleição do nosso Vice-Presidente, indicado pelo PR, o Senador Lauro Antonio, que substitui o Senador Eduardo Amorim. V. Ex^a está convidado para participar do processo. *(Pausa.)*

Senadora Ana Amélia, para exercer a sua prerrogativa de eleitora.

Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Claudino.

Vicentinho.

Lauro, você vota também. Você pode votar no Mozarildo, se não quiser votar em você.

Considerando que já tenhamos atingido o quórum no processo de votação, convido o Senador Mozarildo e a Senadora Maria do Carmo para escrutinadores, por favor.

Nove votantes e nove votos na urna.

O Senador Lauro Antonio recebeu nove votos e por isso está eleito Vice-Presidente.

Aproveito a oportunidade para declará-lo empossado no cargo de Vice-Presidente da Subcomissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em substituição ao Senador Eduardo Amorim.

Parabéns!

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Obrigado. Posso dar uma palavrinha?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR –, Senador Benedito de Lira, gostaria de agradecer a todos os colegas, Senadoras e Senadores, que fazem parte desta Comissão, pela acolhida do meu nome.

Gostaria, ainda, de dizer do meu grande prazer em contribuir com a CDR, que considero de grande relevância para os trabalhos desta Casa e do País, por acreditar que no turismo temos, de fato, uma importante ferramenta para a diminuição das desigualdades regionais, por meio de ações que fomentem a geração de emprego e renda.

Quero, ainda, registrar que é com muita honra que substituo o meu amigo, Senador Eduardo Amo-

rim, na Vice-Presidência desta Comissão e me coloco, desde já, à disposição para me associar ao excelente trabalho aqui desenvolvido.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Queria cumprimentar o nobre Senador e dizer da nossa satisfação e alegria em tê-lo não só constando da relação dos Senadores que constam desta Comissão, mas como o nosso Vice-Presidente, em substituição ao eminente Senador Eduardo Amorim.

Queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo pela eleição, aproveitando a oportunidade para fazer a designação do Senador Lauro Antonio para ocupar a vaga de titular desta Comissão, também em substituição ao Senador Eduardo Amorim.

Sr^{as} e Srs. Senadores, revendo a nossa pauta, todos os processos que constam dela são terminativos, consequentemente, exigem quórum qualificado para a sua apreciação. Todos já foram lidos, constaram na pauta de outras reuniões, mas, infelizmente, não temos número suficiente para fazer a votação nominal e ficam, consequentemente, transferidos para a próxima reunião que, provavelmente, deverá ser a última.

Gostaria de renovar o apelo que fizemos na reunião passada, para que não se transfira essa pauta para o ano de 2012. Desejava muito que pudéssemos encerrar essa pauta na próxima reunião.

Se, por acaso, houver alguma dificuldade para que possamos realizar na terça-feira, ou fazemos na quarta-feira, ou na quinta-feira da próxima semana, que provavelmente deverá ser a última semana de atividade na Casa, neste ano legislativo.

Por essas razões e não havendo mais como discutir a pauta, considero encerrada a reunião, transferindo a pauta para a reunião subsequente, na próxima semana.

Muito obrigado aos que compareceram.

(Iniciada às 14 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 08, DE 2011, COM A FINALIDADE DE “ACOMPANHAR, AVALIAR E FISCALIZAR TODAS AS AÇÕES EMPREENDIDAS PARA A REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL EM 2014, NO BRASIL, E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS EM 2016, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DA CDR, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Lídice da Mata, reúne-se a Subcomissão Temporária da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 com a presença dos Senadores Zeze Perrella e Wilson Santiago. Deixa de comparecer o Senador Vital do Rêgo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião está destinada a realização de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 03/2011-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 20/09/11, que propõe “debater as Políticas de Qualificação Empresarial e Profissional para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016, com a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério do Trabalho e Emprego; um representante do Ministério do Turismo; e um representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC”. A Audiência é realizada com a presença dos Senhores: Ana Paula da Silva – Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego; Ricardo Martini Moesch – Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico - Ministério do Turismo; e Antônio Henrique B. de Paula – Gerente de Projeto Estratégico do SENAC/DN/CNC. Após a exposição dos Senhores convidados, usam da palavra os Senadores Zezé Perrella, e ainda, a Presidente da Subcomissão, Senadora Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora **Lídice da Mata**, Presidente da Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Declaro aberta a 4ª reunião da Subcomissão Temporária da Copa de 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Todos os nossos convidados estão presentes. Antes de chamá-los à Mesa, no entanto, eu gostaria de fazer um comunicado.

Acontecerá no próximo dia 7 de novembro a 12ª visita do 2º Fórum Legislativo das cidades-sedes da

Copa do Mundo de Futebol no Brasil, na cidade de São Paulo.

O Senado Federal, em conjunto com a Câmara dos Deputados, TSE, STF, TCU, GDF, Setur, Presidência da República, Procuradoria-Geral da União, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria de Cultura do GDF estão fazendo parte de um grupo que tem o objetivo de integrar as ações dos órgãos públicos que promovem visitação institucional em Brasília, para melhor atender visitantes nacionais e estrangeiros, buscando a excelência dos serviços.

Independentemente dos grandes eventos mundiais que acontecerão no País, já havia uma demanda por uma padronização do receptivo nos órgãos públicos. A Secretaria da Comissão está participando dessas reuniões.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com a finalidade de debater as políticas de qualificação empresarial e profissional para a Copa de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional, da Subcomissão da Copa, de minha autoria.

Convido para compor a Mesa, o Sr. Ricardo Martins Moesch, Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo; a Drª Ana Paula da Silva, Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego; e o Sr. Antonio Henrique Borges de Paula, Gerente de Projetos Estratégicos do SENAC – CNC.

Os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação.

A ideia desta audiência pública vem justamente da posição que a nossa Subcomissão tem, compondo a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de que o nosso trabalho não deve reduzir-se a uma fiscalização das obras da Copa do Mundo. Essa atribuição já existe em outras comissões com capacidade suficiente para efetivá-la, em particular a Subcomissão da Copa na Comissão de Fiscalização e Controle.

O nosso objetivo com esta Subcomissão é também dar relevância àquela pauta que consideramos positiva dos megaeventos esportivos no Brasil, especialmente da Copa, neste caso, voltado para a promoção e o fortalecimento do turismo nacional.

Iniciamos nosso debate pela parte talvez em que muitos terminem, que para nós é o princípio norteador de todas as ações, que foi à discussão com o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União sobre a transparência dos Investimentos para a Copa do Mundo.

Hoje, queremos tratar desse assunto que, no nosso entendimento, deve compor o caderno que eu chamaria de caderno de herança da Copa do Mundo, de legado da Copa do Mundo, que não se reduz, volto a dizer, às obras físicas. Mas o grande legado que precisamos deixar de preparação, de qualificação da mão de obras brasileira para o atendimento turístico, do ponto de vista empresarial e do ponto de vista dos trabalhadores.

É, portanto, com esse objetivo que pretendemos trazer à baila essa discussão. Até porque, para meter o dedo na ferida, sabemos que esse é um assunto que foi tratado recentemente de forma negativa, mostrando e tentando traduzir a relação de preparação e da qualificação para Copa do Mundo como mais um instrumento da “política” ou dos “políticos” para malversação dos recursos públicos.

Esta audiência pública, se já era importante, passa a ter uma importância maior ainda, porque terá a possibilidade de esclarecer também como funciona o Ministério do Turismo e a aplicação dos recursos públicos nesse setor da política pública de preparação da Copa.

Antes de passar a palavra aos senhores, quero registrar a minha posição como Senadora da base do Governo, ressaltando a nossa discordância ao fato de o Ministério do Turismo não integrar a comissão especial de preparação, de organização, de comando da Copa do Mundo.

Vi, recentemente, notícias que dão conta da definição nesta Comissão de investimentos de promoção para o turismo fora do Brasil. Para mim, soa bastante estranho que esses investimentos e definições possam passar por fora de uma área de especialidade técnica acumulada pela Embratur no Brasil.

Portanto, quero iniciar colocando essa divergência em relação à posição adotada pelo Governo. Quero dizer que aqueles que acreditam que é necessário dar prioridade aos investimentos na promoção do turismo no Brasil e a preparação do País para ter no turismo um de seus principais esteios de desenvolvimento sustentável têm uma posição gerencial incorreta.

Vou passar a palavra, se me permitirem, ao Sr. Ricardo Martins Moesch, representante do Ministério do Turismo, que está à frente do programa de qualificação profissional e empresarial, para que possa apresentar as ações do Ministério nessa área.

O SR. RICARDO MARTINS MOESCH – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Senhores e Senhoras, o Ministério do Turismo iniciou o trabalho com um programa chamado Bem Receber que visava a capacitação de 309 mil pessoas no País na área de serviços de turismo e um programa

de qualificação em línguas chamado Olá, Turista!, junto à Fundação Roberto Marinho, para também estender para 70 mil pessoas.

Esse trabalho foi realizado em conjunto com algumas entidades que compõem o Conselho Nacional de Turismo, porém o trabalho encontra-se suspenso. Quais são as razões? Desde o início deste ano, surgiram alguns indícios de irregularidades nesses convênios, redundando em uma operação realizada pela Polícia Federal, onde foram presos seis funcionários do Ministério e mais outras 26 pessoas, em função do que a Senadora observou, a malversação de recursos públicos.

E o por que disso? Ontem, estive com o TCU, que está lá no Ministério fazendo um levantamento sobre todos os programas de qualificação e encontramos o que hoje se determina como falta de critérios objetivos para o repasse de recursos para instituições, sejam associações representativas, ONGs ou até OSCIPs, organizações da sociedade civil de interesse público.

Essa falta de critérios específicos faz com que determinados projetos venham, já em sua origem, com algumas entidades indicadas para que sejam prestados esses serviços. Essas entidades, por vezes, não têm expertise em determinadas atividades e subcontratam outras empresas ou instituições para realizarem o escopo do convênio.

O novo Ministro, diante desse quadro, suspendeu todos os convênios em exercício para que fossem identificados aqueles que se encontravam irregulares antes de retomá-los. A par disso, esse Ministro Gastão Vieira, por ter na educação um de seus esteios, um de seus trabalhos mais firmes durante os seus mandatos, pretende utilizar o Sistema S, o Sismec, através do Ministério da Educação e Cultura, e a capilaridade dos IFETs, os institutos federais, pretende utilizar todos esses instrumentos de capacitação e qualificação de forma mais efetiva. Ou seja, a ideia do Ministro é que utilizemos quem trabalha comumente com capacitação ou com educação.

Sabemos que temos um gargalo grande no setor de serviços. Fizemos um estudo de competitividade em 65 cidades chamadas indutoras do desenvolvimento do turismo, dentre essas, as 27 capitais e as 38 que não são capitais, e a média na prestação de serviços é 5,2 numa escala de 1 a 10, sendo 4,6 para as não-capitais e 5,6 para as capitais. Ou seja, uma média muito baixa para o Brasil, que hoje é um dos *players* internacionais e concorre com outros países como destino turístico.

De nossa parte, do Ministério, trabalhamos hoje com um projeto advindo do Legislativo, a Lei nº 11.637/07, que determina um Selo de Qualidade Nacio-

nal para os Prestadores de Serviços Turísticos. Dentro da ideia desse selo de qualidade nacional, trabalhamos técnicas, ou seja, a qualificação é um dos pressupostos para a obtenção de um selo de qualidade de turismo.

Já fizemos o primeiro trabalho com o novo Sistema Brasileiro de Classificação Hoteleira, que já está implantado, em curso, os primeiros hotéis estão se classificando – isso já visando a Copa e as Olimpíadas – e apoiamos todos os trabalhos de certificação. Para os senhores terem uma ideia: hoje o Brasil, junto com a Inglaterra, preside a Comissão Internacional sobre Normas Técnicas para Turismo de Aventura, um segmento que muito avançou. Ao adotarmos as normas técnicas, fizemos pular 20% o movimento nesse segmento e 12% a rentabilidade. Ou seja, as normas técnicas são pressupostos para a qualificação.

No caso dos gestores públicos, nós realizamos ensino à distância em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, por meio do qual foram capacitados nove mil gestores públicos através de duas etapas do curso de regionalização e mais uma de segmentação. Houve alguma crítica em relação à EAD (educação à distância) nessa área do turismo, mas eu quero deixar bem claro, até por experiência própria – antes de me formar em Direito, fiz o curso de Tecnólogo em Hotelaria –, que uma das premissas era: para saber mandar, tem de saber fazer. Ou seja, na área de hotelaria ou na área de prestação de serviços, a prática é essencial. Houve críticas ao convênio para se fazer educação à distância para camareiras porque isso não estava bem claro. Ressalto, portanto, que uma parte do curso se faz através de educação à distância, mas, necessariamente, é preciso haver a prática. Instituímos também o Guia de Turismo, que consta do Catálogo Nacional de Profissões, catálogo do MEC, como curso técnico de 800 horas teóricas e 160 práticas.

O Ministro pretende que façamos acordos de cooperação técnica, e já os fizemos com alguns ministérios: com o do Meio Ambiente, no caso dos condutores em áreas de reservas; com o Ministério da Cultura, estamos trabalhando agora para formar condutores em áreas históricas; com o Ministério do Trabalho – depois a Ana Paula vai discorrer sobre o PlanSeQ; a ideia inicial era que qualificássemos na área da náutica –; com o da Ciência e Tecnologia, para fomentar bolsas e pesquisas nessa área.

Durante um bom tempo, o Ministério esteve distante da Academia, mas o Ministro pretende retomar esse contato, inclusive com a inserção do turismo no ProUni. Então, hoje, a educação na área do turismo pressupõe que o conhecimento sobre os destinos turísticos comece na escola, ou seja, a população deve

entender que o turismo como fenômeno social e como atividade econômica pressupõe que o cidadão esteja preparado, isto é, que a comunidade e o autóctone estejam preparados para receber o turismo como atividade de inclusão e geração de renda.

Outros trabalhos que estamos levando adiante estão relacionados à questão de fronteiras. Fizemos a qualificação do receptivo de fronteiras, que é muito importante, principalmente porque agora o Ministério vai trabalhar muito para que aumentemos o número de estrangeiros no Brasil, para que nós aumentemos a participação da América do Sul no turismo nacional. Em função das condições geográficas, jamais o País vai ter 30 milhões de estrangeiros, como têm a Espanha e a França. Lá as pessoas atravessam a fronteira de bicicleta e são consideradas turistas ou, por vezes, em um dia, atravessam três países. Nós, por questões geográficas, vamos ter uma limitação quanto à chegada de tantos turistas estrangeiros, mas nós podemos aumentar o número de sul-americanos que vêm ao Brasil. Para isso, faz-se necessário um bom trabalho nas fronteiras. Nós vamos retomar um trabalho que já realizamos com a Polícia Federal e com o voluntariado para esses grandes eventos. A ideia é que tenhamos voluntários capacitados para auxiliar.

Semana passada, por ocasião da Abav, no Rio de Janeiro, nós discutimos com os presidentes das companhias aéreas e identificamos alguns problemas nos aeroportos. Há o problema do grande contingente de pessoas, mas não é predicado apenas do Brasil o fato de pessoas ficarem na fila do raio X até uma hora ou uma hora e meia. O problema maior é Cumbica, em função do acúmulo de voos em determinados horários, há um fluxo grande principalmente de voos internacionais. Além disso, nós temos também o problema de não termos pessoas preparadas para fornecer auxílio aos turistas; muitos turistas ficam desamparados porque não encontram uma pessoa que possa dar-lhes uma indicação. Nós temos problemas que vão do assédio ao turista no momento em que vai pegar um táxi até a ausência de pessoas que saibam outras línguas. Esse é o caso, por exemplo, do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek: se os senhores pedirem uma xícara de café em outro idioma que não o português, seguramente não encontrarão um atendente que os entendam. Eu mesmo já tive de ajudar outras pessoas – e estou me referindo ao aeroporto internacional da capital nacional.

O fato de não termos a segunda língua é um limitador na área do turismo, e segunda língua não se aprende com curso de quarenta horas. Então, uma das propostas do Ministro é que façamos intercâmbios. Já ajustamos com Portugal e Espanha primeiramente para

que os nossos profissionais possam sair daqui e ter uma experiência internacional. Isso é muito importante na área do turismo.

Finalmente, realizamos com a OMT, a Organização Mundial do Turismo, um acordo para implantarmos alguns observatórios de turismo no Brasil. Esses observatórios são importantes, porque analisam determinados mercados e identificam quais as necessidades prementes. A China, por exemplo, hoje tem quatro desses observatórios em funcionamento. Esses observatórios podem nos auxiliar no planejamento de políticas públicas.

Para finalizar, a questão do legado. Eu tive uma experiência em Portugal, onde temos um grupo de trabalho com o Instituto de Turismo de Portugal. Para se preparar para a Eurocopa, em 2002, Portugal se deu conta de que precisaria qualificar a sua mão de obra. Eles fizeram um trabalho muito intenso na área de qualidade e certificação, e foi especialmente interessante o trabalho que fizeram na certificação de pessoas com habilidades específicas. Essa experiência poderá ser aproveitada no Brasil.

Qual é a ideia? Vou contar o caso rapidamente e finalizo.

Eles juntaram várias pessoas com determinadas qualificações, mas que não tinham necessariamente um curso, às vezes nem o curso médio. E me deram um exemplo. A uma senhora que era entrevistada, perguntou-se sobre sua experiência profissional. Ela respondeu que trabalhou em alguns restaurantes. Perguntaram o que ela fazia nos restaurantes, e ela respondeu que cozinhava todo tipo de comida. Quando perguntaram se ela era especialista em alguma coisa, ela respondeu que fazia um bolinho de bacalhau muito bom. Perguntaram como era esse bolinho de bacalhau, e ela explicou o seu *modus operandi*. Ou seja, essa pessoa tinha prática e fazia algo muito bem, ainda que não tivesse uma formação. Eles trouxeram essas pessoas para fazerem uma certificação com base na especialidade que tinham e colocaram essas pessoas no mercado de trabalho.

A encomenda que temos hoje da Presidenta Dilma é no sentido de auxiliar a colocar nesse mercado de trabalho – país rico é país sem miséria – quarenta milhões de brasileiros das classes D e C, trazê-los para o turismo, seja para trabalhar no turismo ou para fazer a sua primeira viagem turística. Para isso, um dos trabalhos deverá ser o de certificar as pessoas que já têm experiência em alguma área. Se todos os brasileiros que hoje estão servindo em restaurantes de São Paulo retornassem às suas cidades natais, teríamos qualificação em todas as cidades brasileiras.

Em Brasília foi inaugurado o restaurante A Bela Sintra, um dos novos aqui. O Ministro chegou lá e foi chamado na cozinha diversas vezes – isso aconteceu porque todos os auxiliares de cozinha eram do Maranhão e queriam fazer uma homenagem para ele. Ou seja, toda mão de obra forte ou é do Norte ou do Nordeste do País, mas está concentrada em São Paulo, no Sudeste. Nós temos, sim, capacidade para trazer essa mão de obra para todo o Brasil, só que temos ilhas de excelência e locais que precisam ainda de muita capacitação.

Em suma, o Ministério continua com seus programas estruturantes e, nos próximos meses, deverá reativar alguns desses convênios. Não mais o programa guarda-chuva Quero bem Receber, mas convênios específicos com algumas entidades que notadamente tenham condições de levar adiante essa qualificação. O sistema será um pouco alterado: em vez de trabalhar só com as associações ou entidades, vamos trabalhar com outros órgãos governamentais que já trabalham nessa área de capacitação e qualificação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Passo a palavra à Drª Ana Paula da Silva, representante do Ministério do Trabalho e Emprego.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Obrigada, Senadora.

Primeiramente, boa-tarde a todos e a todas.

Eu gostaria, em nome do Ministro Carlos Lupi, de parabenizar a senhora e esta Casa por esta iniciativa, que corrobora essa ação de controle que diversos setores, tanto da sociedade civil quanto do Governo, especialmente por meio da colaboração dos órgãos de controle regulatórios, como a CGU, que é órgão interno, e o TCU vêm promovendo no sentido de minorar quaisquer que sejam os impactos negativos da construção desse processo de preparação do nosso País para a Copa do Mundo.

No que se refere à política específica de qualificação social e profissional, o Ministério do Trabalho preparou também – na época em acordo com o Ministério do Turismo – um PlanSeQ, que é uma ação que está contextualizada no PNQ, o Plano Nacional de Qualificação, uma das ações inclusas no PPA do Governo, com recursos provenientes do FAT, regulada pelo CODEFAT, que é um Conselho tripartite e paritário que reúne no seu escopo representantes de trabalhadores e empregadores dos mais diversos segmentos, articulado diretamente à política de intermediação de mão de obra. Ou seja, se entende a qualificação social e profissional como uma das ferramentas de acesso ao emprego e desenvolvido, então, por sete mecanis-

mos distintos. Mas, no nosso caso aqui, nós vamos nos referir ao PlanSeQ.

Pode passar.

Bom, quem demandou inicialmente esse PlanSeQ foram a Prefeitura de Cuiabá, o Sindicato dos Trabalhadores de Transporte do Amazonas, Sindicato dos Taxistas de São Paulo, Prefeitura de Natal, Prefeitura de Recife, Confederação Brasileira de Convention e Governo do Estado da Bahia.

Depois, numa segunda rodada, todos os outros Estados e Municípios do entorno da Copa e outras instituições públicas de direito privado também manifestaram interesse nessa ação de qualificação.

Pode passar.

A Audiência Pública que concertou essa demanda, que chegou a esse número de vagas, aconteceu em 27 de agosto de 2010, no Rio, também com a presença do Ministério do Turismo e a Comissão de Concertação. As instituições que ficaram responsáveis por fazer esse arranjo final, a distribuição de vagas, a escolha dos cursos que seriam ofertados para o País foram da parte de Governo: o Estado de Minas e o da Bahia; da Bancada Patronal, ABAV e a CNTur; e da bancada de trabalhadores a Força Sindical e a Nova Central nos seus segmentos com representante na área do turismo.

O nosso PlanSeQ tem a previsão de atender 150 mil trabalhadores, mas a meta para esse final de exercício, execução orçamentária prioritária de 2011, será a contratação de qualificação de 50.400 trabalhadores, sendo: 2.100, nas capitais e mais 2.100 vagas para cada Estado, para que se possam atender destinos indutores. E o valor é de um pouco mais de 46 milhões, porque há uma nova regra que se instituiu agora pelo CODEFAT no sentido de que 10% dessas vagas sejam destinadas às pessoas com deficiência; e, nesse caso, essa qualificação recebe um reforço orçamentário, haja vista que as instituições alegam que muitas vezes para você ter um profissional qualificado, dependendo do grau do nível de deficiência, o custo do professor é um pouco maior. E a nossa expectativa de pactuação dos convênios é agora no mês de novembro. Antes de eles serem firmados, inclusive, Senadora, nós vamos informar ao TCU para que acompanhe todo o desdobramento de pactuação dessas metas.

Pode passar.

O objetivo é esse que todos nós conhecemos. O mapa de atuação é mais ilustrativo. Também a gente já falou no número de vagas.

Pode passar.

Bem, o perfil da qualificação vai atender basicamente três eixos: o inicial, que são profissionais como garçom, mensageiro e telefonista; o complementar,

que é o atendimento àqueles profissionais autônomos, como é o caso do motorista de taxi, guia de turismo e até mesmo o peloteiro, lá no caso do Amazonas; e na categoria transversal, também vamos qualificar o empreendedor individual, que é o pessoal que trabalha, por exemplo, na orla marítima, o ambulante, o vendedor de coco, de milho, enfim, todas as pessoas que diretamente estarão ligadas ao atendimento ao turista nessas regiões.

Os cursos ofertados num primeiro momento, no primeiro lote de 25.200 para as capitais são esses que estão aí descritos. Vamos deixar uma cópia da apresentação e a Senadora poderá disponibilizar para as pessoas que se interessarem. Enfim, como melhor lhe convir. Mas atendem trabalhadores no setor de transporte, no setor de hospitalidade, gastronomia, receptivo, enfim, nos mais diversos setores que, num primeiro momento, se tornaram mais necessários de acordo com... Eu quero lembrar isso, destacar isso. Essas ocupações elas foram escolhidas de acordo com as demandas que o setor econômico identificou como possíveis de empregar em cada Estado, em cada Município, em cada território e também tiveram um ajuste de contas com os números que o Ministério do Trabalho colhe do CAGED a cada período.

Conteúdos Programáticos básicos.

É evidente que nós corroboramos com o pensamento do Ministério do Turismo, que num curso de 200 horas, mesmo assim com outras habilidades que precisam ser transmitidas ao aluno, não se tem condições de formar adequadamente uma pessoa para se comunicar plenamente. Mas, pelo menos, noções de inglês e espanhol elas vão receber; empreendedorismo, noções de hospitalidade e noções do evento Copa do Mundo. E, também, uma abordagem jurídica de combate ao turismo sexual que a gente considera um tema transversal bastante relevante;

Depois o Módulo Específico, que vai contemplar a atividade propriamente dita que a pessoa se propõe a se qualificar.

Pode passar.

Bem, na questão de seleção, num primeiro momento, o Ministério do Trabalho também vem firmando os seus convênios já há algum tempo, Senadora, por meio de chamada pública de parcerias. Nós já temos critérios bastante objetivos para a seleção de instituições públicas de direito privado ou entidades privadas sem fins lucrativos. No entanto, para esse exercício, o Ministério do Trabalho, dada a circunstância e necessidade de interdisciplinaridade que o tema Copa envolve, preferiu firmar esses convênios agora com Estados e Municípios, para que estes então busquem

na sua localidade a contratação da melhor parceria para executar aquela ação.

O Ministério do Trabalho, hoje, já trabalha fortemente com o Sistema S – Senac, SENAI – para alguns cursos específicos. Mas também não podemos desmerecer o trabalho que muitas instituições ligadas ao setor, que são instituições privadas sem fins lucrativos, que é o próprio Convention, por exemplo, e que tem construído soluções no espectro da qualificação social e profissional, especialmente para aquelas cidades onde a nossa cobertura de escola técnica ou de Sistema S não alcança. Neste nosso grande e imenso Brasil de mais de 5.500 Municípios, muitos locais onde não temos uma escola técnica muitas vezes a instituição pública de direito privado é o nosso único recurso de ofertar qualificação para aquele trabalhador.

O custo hora/aula aluno médio, que é aprovado pelo CODEFAT, está estabelecido em R\$4,62. Os cursos em média terão 200 horas e são completamente gratuitos, incluindo lanche, o auxílio transporte e material didático.

Um destaque que nós fazemos nessa ação é que todos os cursos terão um mínimo de 30% de aulas práticas como obrigatoriedade.

Essa marca foi desenvolvida por um profissional do Instituto João Havelange, que doou ao Ministério do Trabalho, e ela vai ser utilizada em todas as ações de qualificação social e profissional que o Ministério desenvolver para a Copa do Mundo. Essa marca tem o objetivo justamente de traduzir toda essa alegria e espontaneidade do brasileiro e brasileira. Ela será utilizada por meio de um *botton* que vai ser oferecido para todo trabalhador que fizer os nossos cursos, que participar do nosso curso de qualificação, com o logo “Treinado para fazer bonito na Copa”, no sentido de justamente valorizar essa mão de obra e essa colaboração que esse profissional vai dar ao País durante esse período.

Pode passar.

A certificação individual. No caso dos motoristas de taxi, a identificação visual externa e também depois vamos discutir uma identificação para as empresas que contratarem profissionais que forem qualificados dentro desse programa.

Pode passar.

O que eu quero destacar é que o programa de qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego é, na grande maioria, para desempregados ou trabalhadores autônomos. Ele surgiu justamente numa forma complementar ao programa que o Ministério do Trabalho e o do Turismo desenvolviam e com o propósito justamente de reduzir os índices de desigualdade social, justamente porque oferece ações e qualificação com

predileção a pessoas e públicos que se encontram em maior vulnerabilidade social.

Nós também vamos estabelecer uma série de outras ações de qualificação para o trabalhador segurado, com cursos que contemplam todo o arco do turismo, por meio do Pronatec, que é uma ação que tem a participação direta do Ministério do Trabalho e Emprego.

Pode passar.

Acho que é só isso.

Além disso, quero também destacar que estamos desenvolvendo, Senadora, um processo de certificação de profissionais, especialmente certificação de competências transversais para o caso da Copa e dos eventos esportivos, a competência transversal que se pretende financiar a certificação gratuita é da hospitalidade e, a partir disso, nós também estamos desenvolvendo, utilizando para toda elaboração do conteúdo programático e pedagógico dos cursos uma normatização balizada no que o Ministério do Turismo já desenvolveu em termos de normas junto à ABNT.

O Ministério do Trabalho entende também que não é possível utilizarmos da qualificação com uma distinção muito grande por conta de mudança de programa. Ou seja, o nosso garçom que vai ser formado com recursos federais, seja ele proveniente do Pronatec ou do PlanSeQ ou de uma outra ação que venha a ser desdobrada pelo Ministério do Turismo lá na frente, ele tem que ter a mesma base curricular de ensino pedagógico. Por conta disso que estamos desenvolvendo, articulados com esses outros Ministérios, esse material que vai ser aplicado nesse programa.

Por ora, é isso.

Coloco-me à disposição da senhora para eventuais dúvidas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Drª Ana Paula.

Passarei de pronto a palavra ao Sr. Antônio Henrique, representante da CNC, saudando o nosso Vice-Presidente, Senador Zeze Perrella, atento aos trabalhos da nossa Comissão e sempre participando.

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE B. DE PAULA – Em nome do nosso Presidente da confederação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Mineiro como o senhor.

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE B. DE PAULA – Isso.

Em nome do nosso Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços, Dr. Antonio Oliveira Santos e de toda sua diretoria, Dr. Gil Siuffo, Alexandre Sampaio, Presidente da Câmara Empresarial de Turismo do Conselho, venho trazer um forte abraço, Senadora, de todos a V. Exª e aos demais Senadores, ao Zeze Perrella, aqui representando os demais Senadores que participam desta Subcomissão.

Gostaria de saudar também o representante do Ministério do Trabalho, meu amigo, Ricardo Moesch, a Ana Paula, esses colaboradores de altíssimo nível que esta Casa possui, sua equipe, em especial a Sirlene e o Ricardo Macedo, gostaria de saudá-los na pessoa do Quirino, que aqui se encontra. Falo da nossa satisfação, Senadora.

Os Anais que serão produzidos nesta Subcomissão, com toda certeza, vão mudar a história do turismo brasileiro, vão levantar indicadores e situações nas quais novas políticas, um novo olhar vai ser lançado para essas questões.

Eu gostaria de dividir minha fala em três pontos. Gostaria mais de uma interação, Senadora. Às vezes fico preocupado por ficar um pouco longo. Se for possível, poder ir cortando para a gente tentar interagir, Senador Perrella.

Primeiro, essa provocação que a senhora nos faz. O que o Brasil espera dos grandes eventos? Qual é realmente a expectativa. Quando V. Ex^a nos provoca, será que é apenas – como V. Ex^a abriu sua fala – a construção dos grandes estádios? É apenas a questão dos aeroportos?

O segundo ponto é que, para se elaborar um programa de políticas de qualificação empresarial e profissional para a Copa de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas, não dá para se fazer nada sem uma análise diagnóstica do que nós precisamos e claro que com um olhar anterior do que a gente gostaria de construir.

Finalmente, fechando então, uma pequena apresentação de como a gente está com um programa, em especial, do Senac, com a formação de um milhão de pessoas para a Copa de 2014.

Pode ser assim, Senadora?

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pode.

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE B. DE PAULA – Bom, pode passar.

Essa reflexão que a Senadora nos traz: “O que o Brasil quer com a Copa de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas?” Eu trago duas reflexões rápidas. A primeira é Atenas e outras milhares de reflexões que nós poderíamos fazer.

O que ficou daquela Olimpíada de Atenas? Nada. Ficou lá uma crise econômica violenta, não é isso, Senadora? E você vai olhar por quê? Porque quando eles foram pensar, pensavam naquela perspectiva de quem está organizando um evento esportivo, no caso. Bom, eu preciso de uma arena para realizar, no caso de uma Copa, eu preciso de um lugar para os atletas se hospedarem, os juízes e assim por diante.

De repente eu trago aqui a experiência de Barcelona. Eles colocaram, naquela confusão dos Bas-

cos, naquela briga na Espanha, aquele movimento separatista, eles colocaram o turismo como matriz de desenvolvimento. Pode parecer um pouco pretensioso e muito forte, Senadora, a gente falar o turismo como matriz de desenvolvimento. Mas a provocação de V. Ex^a nos faz refletir um pouco mais sobre o que realmente o Brasil quer com esses megaeventos. Ouvindo, lendo as suas entrevistas, Senadora, tenho certeza de que V. Ex^a quer, por meio desta Comissão Temporária, deixar um grande legado e indicar caminhos num momento muito especial.

Temos esse craque, que é o novo Ministro do Turismo, Gastão Vieira; temos aqui do lado o Ministério do Trabalho. Até quando se provoca essa unificação aqui passa-se a refletir: “Mas será que não vale a pena conversarmos um pouco mais, unificarmos?”. Tivemos algumas reuniões com o Ministro Gastão em que, juntamente com o Ministério da Educação, tentamos construir juntos. Não é isso, Moesch?

Bom, o próximo, então, é a análise diagnóstica que nós fizemos.

Nós fizemos uma análise diagnóstica do setor produtivo, pegamos rapidamente, da população, dos atrativos turísticos e dos elos frágeis. Quando eu falo do setor produtivo – pode ir passando – quem trabalha hoje? Então, segundo vocês do Ministério do Turismo e do Trabalho, através do Rais, nós temos de ocupações formais 2,270 milhões de trabalhadores até 2008. De 2009 e 2010 eu não tinha na hora em que nós fomos... Inclusive, foi subsídio do Plano Nacional de Turismo 2011/ 2014.

Pode passar.

Juntando formais com informais, a gente chega a 6,8 milhões, agora batendo um pouco mais, deve estar em 7, quase 8 milhões.

Pode passar.

Pegamos e começamos então neste universo, entendendo que há controvérsia desse universo, não é Senadora, porque quando a gente trabalha o grupo de restaurantes, independentemente se há turistas ou não, estão naqueles 2,270 milhões de brasileiros que trabalham na categoria chamada turismo. Entendendo que tudo isso faz parte do turismo, começamos a fazer pesquisas. Uma delas foi com a Federação de Bares e Restaurantes, com uma amostra de 716 empresários.

Pode passar.

Uma que nós lançamos agora na Abav, que é uma pesquisa que eu gostaria de socializar para todos os senhores aqui, deixar aqui na Comissão. Trago uma cópia num outro arquivo, que é uma pesquisa feita com Ibope Inteligência e também com a Editora Abril. O Guia Quatro Rodas tem um prêmio que é Viagem e Turismo há 12 anos. Eles vão levantando o seguinte:

para premiar são 1.200 variáveis com mais de 10 mil entrevistados. Então, a gente tem exatamente do que um pequeno hotel precisa para se aperfeiçoar para receber melhor o turista. E, na perspectiva do turista, quais são as perspectivas e falhas nossas. E essa pesquisa é muito interessante, Moesch, porque ela traz, inclusive essa reflexão que você fazia, não me lembro se foi você ou a Senadora. Por exemplo, a classe C hoje, nós temos 101 milhões de brasileiros nessa sessão social dos últimos anos com crescimento de 62%, saíram das classes D e E para a C e temos 42 milhões de brasileiros nas classes A e B. Quando vamos olhar qual deles está viajando: das classes A e B, 41% e 36%, no caso da classe C, apenas 4%. Então, temos que dos 101 milhões de brasileiros que esta pesquisa aponta, apenas 4%. Ou seja, o Brasil não tem produtos para esse nicho de mercado que se despontou e que outros setores da economia já perceberam como oportunidade de negócio.

Essa pesquisa também foi muito rica. Ela traz informações muito valiosas para se construir um processo de educação profissional.

Pode passar.

Uma outra – aí já não é para quem está instalando, e sim para quem está chegando – nós fomos ver: “Poxa, quais são os novos empreendimentos que estão chegando no País?” Aí, através do BSH International, mapeamos todos os novos hotéis que estão em construção e vão ficar prontos até 2014. E a gente faz umas continhas muito simples, Senadora. Um determinado hotel na Barra da Tijuca, com uma proposta de 5 estrelas, está construindo duas unidades, cada uma de 500 apartamentos, 500 unidades habitacionais.

Numa proposta 5 estrelas, nós sabemos que é de 0,5 %, ou seja, esses dois empreendimentos vão gerar diretamente 500 empregos novos. Então, para cada unidade habitacional numa proposta 5 estrelas é de 0,5% de empregos diretos, sem contar os indiretos. Ou seja, baliza-nos também de quantos novos postos, de quantos gerentes, de quantos recepcionistas, de quantas camareiras precisamos para atender essas demandas, não só dos megaeventos, mas do crescimento que o Brasil imprime.

Pode passar, por favor.

E, antes dessa, uma coisa que nos deixou muito perplexos, da população envolvida. Nós temos hoje... As pessoas não estão envolvidas com os megaeventos e quando eles descobrirem que as arenas com 70 mil lugares, 80 mil lugares, somos 200 milhões de brasileiros que vão querer assistir aos jogos, mais alguns milhões de turistas estrangeiros que também vão querer assistir aos jogos. Vai cair a ficha e a população vai perceber que: “Opa, espera aí. Será que

estou envolvido ou não com essa história chamada de Copa do Mundo?”. Aí, nós identificamos também, Senador, um grande gargalo de uma necessidade de envolver a população brasileira, os quase 200 milhões de brasileiros, nesses megaeventos, porque eles têm que participar desse processo. Nós não podemos aceitar que aqueles adereços de torcida, por exemplo, no caso específico da Copa, venham da China. Temos uma produção artesanal tão bacana, tão linda.

Enfim, o último ponto dentro da análise diagnóstica foi dos elos frágeis da cadeia produtiva do turismo. Esse é um desenho esquemático que faço para ficar bem didático da história do turismo. Quer dizer, turismo tem que ter algo que atraia para haver o deslocamento. No meu caso, vim aqui a trabalho. Então, o trabalho me deslocou. Nós temos atrativos naturais, históricos, culturais, religiosos, eventos... Nós temos uma infinidade de atrativos turísticos no Brasil que precisam ser turistificados e que não são.;

Pode passar, por favor.

Aqui eu trago rapidamente alguns exemplos, inclusive, em homenagem ao Senador Zeze Perrella, ele com certeza conhece, esse aí de Diamantina, não é, Zeze Perrella, que é a Vesperata. A rua é fechada, toda cidade pequena tem uma bandinha de música que sobe na sacada das casas, as casas foram qualificadas, nós demos um treinamento para prepará-los para que eles pudessem servir a cervejinha, um tira-gosto, assim por diante. Essa Vesperata atrai vários turistas, todo mundo ganha dinheiro. Quer dizer, o atrativo está ali, o cenário está posto. Não é o caso da Disney, que foi preciso construir. Nós temos milhares de cidades históricas brasileiras, mas que precisam ser turistificadas.

Então, nós percebemos um grande gargalo.

Aqui, a exemplo do Rio de Janeiro, as fazendas em declínio depois do ciclo do café, onde os proprietários estão ali fazendo sarau. Uma experiência ao norte do Mato Grosso, da tribo Xingu, em que nós temos unidades lá no trabalho com o Sesc Pantanal, que está recebendo turistas. A Gisele Bündchen ali passando um final de semana com esses índios. Há um depoimento muito bonito, Senadora, de um determinado índio dizendo da satisfação dele de trabalhar com o turismo, porque com o turismo ele podia ser índio.

Ali, uma experiência em Mariana, um rapaz, um aluno nosso no programa de empreendedorismo está tirando a média de R\$4 mil a R\$6 mil por mês. Ele se veste de Thomaz Gonzaga, pega aquele pergaminho tinteiro, faz as assinaturas ali, há filas de turistas.

Pode passar mais um pouquinho.

Quanto às unidades de conservação, deparei-me, Ricardo, com 310 unidades de conservação. Só duas delas, o Parque Nacional da Tijuca recebe pouco

mais de um milhão de turistas e Foz do Iguaçu dois milhões. Só das duas são três milhões de turistas. E as demais? Nós estamos falando em 75 milhões, 313 mil hectares de área. Em qualquer lugar do mundo todas essas unidades de conservação estão turisticadas. Poderíamos ficar aqui dias e dias falando deste grande gargalo na perspectiva, na proposta e no desafio que a Senadora nos coloca de perceber que o turismo como matriz de desenvolvimento pode ser muito mais.

Pode passar, por gentileza.

Bom, preciso chegar aos atrativos.

Então, tem toda a estrutura de transporte. No caso dos transportes, todas os modais: o rodoviário, o aéreo, o fluvial, o ferroviário e a tração animal. Vamos pular o aéreo, não é, Senadora? Já tem muita gente cuidando dos aeroportos. Quanto que a gente poderia fazer...

Pode passar rápido, para não ficar demorado.

Há experiências em Alagoas, no caso do depoimento bonito de um jangadeiro. Não sei se já andaram de jangada, mas molha e a família preocupada com ele, porque ele passava a noite pescando. Com esse programa de turismo, naquelas lagoas naturais, ele ia e voltava no mesmo dia, ganhava um pouco mais.

Então, os bugueiros no Rio Grande do Norte; ali, a Tropa Serrana, em Minas; os navios, segundo o último dado da Abremar, de 2011, 792 mil turistas param no Rio de Janeiro. A temporada começa agora, em outubro, e eles ficam desesperados, porque não têm o que fazer.

O trem do Corcovado – com um belíssimo trabalho prestado – e o Pão de Açúcar saturados, porque são poucas opções com tantos atrativos a serem turisticados. Sem contar as ocupações dentro desses navios. Ouvi a companheira do Ministério do Trabalho apresentando o piloto dentro da sua programação. Assim por diante.

Pode passar.

Meios de hospedagem. Quanto que a gente precisa fazer, não só para os hotéis, mas outras modalidades de meios de hospedagem.

Vamos ter um encontro no ano que vem no Rio de Janeiro da juventude. A perspectiva, Ricardo, é de 8 milhões? É. Na Espanha, parece-me, foram 8 milhões. Temos unidades em algumas comunidades mais carentes.

Bom, todo turista precisa se alimentar.

Então, toda cadeia produtiva envolve uma programação imensa e se a gente observar a oferta dos programas, quase 80% estão voltados para alimentação e hospedagem. Os serviços de apoio, o turista precisa fazer câmbio, o turista precisa de uma série de coisas.

Pode ir passando.

Aqui, por exemplo, no Museu do Louvre você tem um celular, TI, Tecnologia da Informação, os atrativos que vão sendo falados. O que nós temos de TI na área de turismo, de Tecnologia da Informação, o que nós temos de serviços de apoio? Preciso transformar tudo isso tudo num produto.

Pode ir passando.

Ou seja, preciso que os operadores, que o receptivo, que os agentes de viagem transformem tudo isso num produto.

Enfim, nós fomos identificando, além de tudo aquilo, vários outros gargalos, nos quais foi adotada uma série de questões.

Uma outra questão com a qual nos deparamos – é um pedido que faço ao Ricardo Moesch para levar ao Ministro Gastão, nós até conversamos sobre isso – é a grandiosidade do Brasil. Nós precisamos de um modelo, porque há o engano de muitos. O turismo não é uma atividade econômica. Quando a gente fala que o turismo é uma atividade econômica, isso nos induz a uma série de erros. O turismo é uma atividade espacial e, naquele espaço, acontecem várias atividades econômicas. A soma dessas várias atividades econômicas é que faz o turismo acontecer.

Então, quando pegamos o exemplo da França, que é o País que mais recebe turistas do mundo, não sei por que as pessoas se negam a tentar entender um pouco o que acontece na França. A gente fica batendo muito em Espanha e em outros lugares, que têm seu mérito, mas à França faço esse recorte especial.

Na França você tem o país, o estado e uma coisa entre o município e o estado chamada departamento. O município lá é chamado de comuna. Na soma das comunas, formam-se os departamentos e na soma dos departamentos o estado. E aí você vai chegar na região de Provence, Côte d'Azur; soma-se todos esses departamentos e forma-se um Estado. Só que ali toda a cadeia produtiva é envolvida. Você não vai, como aqui no Brasil, chegar em um determinado restaurante e o sujeito vai lhe servir um salmão. Não tenho nada contra o salmão, mas é que o dinheiro do salmão vai para o Chile. Lá quando você for à região de Champagne, departamento de Champagne, vão lhe servir um champagne – champagne só pode ser produzida ali; um bordeaux só pode ser da região de Bordeaux. Hoje, na Maison de la France, que é como a nossa Embratur, mais de 70% de toda a receita dela vem do queijo, do vinho, quer dizer, é um conjunto de coisas.

Nos Estados Unidos, nós temos a figura dos condados americanos: os municípios se unem, formam o condado e a soma dos condados, o estado. No Brasil, infelizmente, não temos esse modelo descentralizado. Aí eu faço um elogio a algumas políticas de alguns

Estados e do Ministério do Turismo em relação ao Programa de Regionalização do Turismo. Por exemplo, na terra da Senadora, o Secretário Leonelli dá um *show*: ele pegou o Estado entendendo isso e o dividiu em pólos. Costa do descobrimento... Ali ele começa a tentar organizar os pólos de forma sustentável. Ali ninguém melhor do que eles para saberem o que precisam de educação profissional, de qualificação para se qualificar e, assim, atender melhor.

Não dá para falar de tudo isso, vou encerrando. Antes disso, eu queria dizer que não dá para falar de tudo isso sem desenvolvimento sustentável, que trabalha de forma transversal. Não dá para falar de tudo isso sem a preservação do meio ambiente, entendendo que a Rio+20, no próximo ano, a floresta em pé tem de valer mais do que deitada e todas as políticas... Preservar tem de ser um bom negócio para todos. Não dá para falar sem a sustentabilidade social; temos de incluir as pessoas em todos esses programas. Não dá para falar sem a sustentabilidade política, econômica, complementar, espacial, e assim por diante.

Com base em todos esses estudos e outros mais que o tempo não me permite citar, nós criamos o programa do Senac dentro do sistema e agora, interagindo com o Ministério do Turismo, buscamos, com a Presidente Dilma, através do Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –, buscando ampliar um pouco mais nossas ofertas.

As nossas modalidades hoje são divididas em formação inicial e continuada, técnica e tecnológica superior e algumas – pode ir passando – com um belíssimo projeto pedagógico, com que a gente tenta alcançar um pouco mais.

É muito grave, Senadora, a questão de pessoas que não sabem o que é educação e com boa intenção vão lá, por exemplo, porque eu me deparei em algumas regiões brasileiras com o Guia Mirim. Você podia chamar de médico mirim. Você coloca um jalecozinho branco no menino, e ele vai acreditar que ele é médico, que ele é guia. O turista vai ficar com pena e vai dar um troquinho a ele, mas a maldade é que quando você não entende o que é formação inicial e continuada, o que é um projeto político-pedagógico, o que é um itinerário formativo, você compromete o futuro daquele garoto. Em alguns destinos nossos, infelizmente, temos situações onde esse menino cresceu, assusta os turistas, assusta. O turista tem medo dele porque ele cresceu. Ele acha que ele é profissional daquela categoria. É uma profissão regulamentada, ou seja, existe uma legislação. Guia é uma profissão regulamentada. De repente, algumas ações sociais, para tentar incluir de forma rápida alguns desses garotos prejudicam o destino turístico, prejudica a vida do menino, porque

se ele entendesse o que é itinerário formativo, o que é formação inicial e continuada, ele poderia ser médico, ele pode ser o que quiser, mas ele começa como ajudante de garçon, vai ser garçon; vai ser *barman*, vai ser *maître*, vai ser gerente, vai ser...

Ele tem um itinerário formativo. Ele consegue...

A educação tem que tirar aquele garoto dali e dar-lhe uma perspectiva de sonhar. Ele tem de poder sonhar em ser alguma coisa no futuro.

Nós temos hoje uma das maiores estruturas educacionais da América Latina e do mundo. Só na área de turismo nós estamos hoje com 573 unidades operativas, 84 empresas pedagógicas, 23 centros especializados, 20 unidades de formação superior em plena construção. Acabamos de entregar lá, com a Senadora, em Porto Seguro, uma unidade nova. Próximo a Fortaleza, em Guaramiranga, fizemos um hotel novo. Estamos reformando um hotel no Rio Grande do Norte, um hotel-escola, com várias lanchonetes-escola. Alguns dos senhores podem conhecer o trabalho de um dos restaurantes-escola nosso aqui na Câmara dos Deputados, no 10º andar, onde alunos, de forma gratuita, podem fazer o seu curso.

Finalizando, só o último, eu vou parar, Senadora. Nós temos hoje, na área de turismo, um catálogo com mais de 1.114 títulos publicados, didáticos, paradidáticos, autoinstrutivos. Um programa que eu gostaria de colocar à disposição dos senhores é o Sintonia Sesc/Senac, 1003 emissoras de rádio vinculam os nossos programas. A gente elabora um programa e aquilo ali é veiculado nessas emissoras, com mais de 5 milhões de ouvintes; programa de Ensino a Distância, regulamentado pelo MEC, de pós-graduação, com 20 departamentos regionais, e uma rede de teleconferência, com 410 escolas, 410 auditórios, sem contar com as nossas ações de unidades móveis. Isso porque em alguns lugares não justifica a construção de uma estrutura de escola. Então no caso do Norte, a gente usa o barco, aquele barco-escola para chegar a alguns pontos, como agora fizemos um trabalho grande em Parintins. Em outros a gente usa carroto-escola.

Bom, esse então é o nosso trabalho e o mais importante de tudo é que para nós trata-se de momento histórico, Senadora, onde você abre, através desta Subcomissão, uma perspectiva de termos realmente um legado maior do que apenas a reforma das arenas e dos nossos aeroportos.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada a todos os três.

Eu queria colocar algumas perguntas, algumas poucas, mas rapidamente, Senador.

A discussão sobre qualificação profissional mais uma vez tomou as páginas dos jornais, muito mais

pelo lado negativo do que pelo positivo. No entanto, coloca-nos o desafio objetivo de até a Copa do Mundo podermos qualificar, abrindo essa oportunidade para qualificar milhares de trabalhadores no Brasil. No entanto, este esforço tem que estar direcionado; ele tem que buscar uma organização que faça com que, com determinado recurso que é limitado, nós possamos ter o máximo de resultado.

A primeira coisa que me chama a atenção, e eu posso estar enganada, acho que há certa sobreposição de atribuições entre o Ministério do Trabalho e o Ministério do Turismo, no que diz respeito à qualificação profissional, e até mesmo o Ministério da Educação. O Pronatec, que está aí, é um grande programa de profissionalização técnica lançado pelo Brasil agora, aprovado recentemente pelo Senado, já aprovado pela Câmara dos Deputados, e que pretende caminhar no sentido da profissionalização e que pode incorporar uma parcela disso. Nós temos três anos para profissionalizar essas pessoas.

Quando a Dr^a Ana falou que tem uma ação complementar à ação do Ministério do Turismo, eu não entendi em que instante isso se complementa. A complementação se dá como? Ela se dá por definição de algumas cadeias produtivas que ficam a cargo do Ministério do Turismo e outras que ficarão a cargo do Ministério do Trabalho? Um exemplo, o Ministério do Turismo ficará com a profissionalização relacionada com a hospedagem, hotelaria, bares e restaurantes, e o Ministério do Trabalho ficará com as questões relacionadas, por exemplo, à área de transporte, transporte coletivo, transporte entendido de forma mais ampla? Para mim não está claro isso. Eu acho que é preciso definir.

Também acho necessário os critérios estarem muito claros para impedir a pauta negativa, que é nós sairmos do processo da Copa ou enfrentarmos o processo da Copa com essa discussão que também se transformou numa discussão, a meu ver, numa discussão equivocada. As Ongs no Brasil viraram coisa do demônio, ou melhor, coisa da corrupção. Aquilo que veio como uma organização que pretendia ser da sociedade civil, para dar uma contribuição num processo de desenvolvimento de políticas públicas no Brasil, queiramos ou não, independente de eu ser uma pessoa defensora desse segmento, transformou-se, ao longo do período, numa vertente de desenvolvimento de aplicação de políticas públicas, mas sobre as quais se traz uma grande suspeição por já ter sido ou de certa forma haver registrado vestígios ou em outras áreas haver confirmado o desvio de recursos públicos.

Portanto, eu creio que com tudo que aconteceu era necessário uma posição do Governo Federal, não

sei se através do Ministério do Turismo, mas de uma definição mais clara em relação aos programas voltados para a qualificação profissional, não passando por nenhum monopólio de instituições que pudessem vir a exercer esse processo de qualificação. Estou dizendo isso e a CNC representa uma grande tradição na área de qualificação turística, o que não quer dizer que seja exclusiva, mas é preciso copiar experiências que já foram vitoriosas. O que isso quer dizer? Ter uma proposta de alcance mínimo de profissionalização, com um currículo básico que possa servir para algum direcionamento.

Creio que me chamou a atenção essa posição aqui explicitada pelo Dr. Antonio Henrique de que se nós treinarmos uma criança para ela ser guia turístico mirim e não dermos a ele uma condição de evoluir na carreira ou na qualificação turística profissionalmente, como se houvesse talvez um plano de cargos dentro do turismo, nós vamos condená-lo a nada. Ele se preparará para isso e depois disso ficará naquele âmbito de complexo de Peter Pan: que pena que eu cresci e deixei de ser guia mirim turístico, porque não tenho condição de ir adiante, porque não me preparei, não tenho um curso de língua profundo, não tenho nenhum conhecimento mais completo da história da minha cidade, de outros pontos que eventualmente tenham se desenvolvido no turismo daquela cidade, e assim por diante.

Outra questão é que nós deveríamos ter uma política clara no que diz respeito... Isso eu não sei, estou perguntando, é minha ignorância mesmo: no plano há uma decisão dos locais onde qualificar? Isso porque nós vamos ter a qualificação para a Copa do Mundo. A Copa do Mundo vai acontecer em doze cidades-sede. É claro que o Brasil inteiro deseja se beneficiar das oportunidades da Copa, mas, com relação a esse benefício, nós temos que assumir claramente que no Brasil inteiro ele vai ter que ser indireto. Há segmentos que vão ter um benefício direto, imediato e há cidades que vão ter beneficiamento direto, imediato, que são as cidades-sede da Copa.

Então a qualificação profissional se dará nas cidades-sede e em seu entorno ou nós vamos aprovar projetos de qualificação profissional em geral, num conjunto do Brasil? E aí, no meu pouco conhecimento, posso estar errada, mas isso pode significar um desperdício de dinheiro público aplicado em áreas que não vão estar naquele momento direcionadas diretamente para a formação da Copa do Mundo. Uma coisa é formação em turismo e para tanto nós temos já uma definição de 65 destinos turísticos já definidos pelo Brasil como áreas fundamentais e prioritárias para investimento. Fora desses 65 destinos, creio não

devemos nos concentrar neste momento. Pode ter um momento posterior, porque quando você decide, quando você define a existência de 65 pontos, poderia ter definido 100, mas definiu 65, poderia ter definido 30, mas definiu 65, parte-se do princípio de que são aqueles 65 que prioritariamente devem receber esses investimentos no que disser respeito à qualificação para o turismo. O que fugir dali não deve ser a prioridade dos investimentos, pelo menos do Ministério do Turismo.

No que diz respeito à Copa, isso corresponde ao planejamento da Copa? Pergunto, portanto, aos três, aos dois, principalmente os dois que representam o Governo brasileiro obviamente nessa discussão da organização da Copa do Mundo.

Senado Zeze Perrella com a palavra.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – Eu gostaria de fazer algumas perguntas também. A gente pergunta e depois eles respondem, não é? Gostaria de falar antes de eles responderem aos seus questionamentos primeiro, Senadora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pode fazer...

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco/PDT – MG) – É só uma observação. Eu estive nos Estados Unidos recentemente. O Cruzeiro estava montando uma escola de futebol lá e convidei o pessoal, os americanos para visitarem o Brasil. O que eles me falaram me surpreendeu. Eles falaram: olha, nós tínhamos programado ir, mas as nossas esposas foram assistir a um filme chamado Cidade de Deus e depois que vimos o filme não queremos nem passar perto do Brasil.

O que me assusta? Esse filme foi patrocinado pela Petrobras e, se não me engano, com o apoio da Embratur. Obviamente nós não pensamos, eu não penso em botar rédeas na cultura que retrata a realidade. Mas é uma coisa que chega a me impressionar. Eu acho que o próprio Governo brasileiro faz uma propaganda contra o Brasil que é um negócio impressionante. Uma estatal patrocinar uma droga daquela! É um absurdo! E depois vêm outros filmes aí. Junto de um filme desses não pode vir uma coisinha boa do Brasil? O pessoal desistiu de vir para cá.

Eu acho que nós tínhamos que investir algum dinheiro em publicidade no exterior, pegando esses grandes artistas que gostam do Brasil, que vêm aqui fazer seus *shows*, para falar alguma coisa boa do Brasil. Eu acho que a propaganda negativa é uma coisa assustadora. Obviamente nós não temos que esconder nenhuma realidade, mas qualquer um de nós se não fosse brasileiro e assistisse a aquilo... E o cara me perguntou: e aquilo é a cidade de Deus, imagine se fosse do diabo? A outra nós não queremos nem conhecer.

Quer dizer, isso afasta o turista de uma maneira... Tenho certeza que afasta.

Então, eu acho que não se deve acabar com os movimentos culturais que retratam, porque aquilo é uma realidade exagerada, mas é, é muito exagerada, mas é, porque se o Brasil for aquilo nós todos tínhamos que mudar daqui. Mas é uma coisa que eu vejo sempre lá fora. A maioria pensa que o Brasil tem índio no meio da rua, que o Brasil é somente a Amazônia com seus índios. Quando você fala do Brasil, aqueles turistas que vêm aqui ficam impressionados de ver as nossas belezas naturais, o nosso desenvolvimento, que ainda não é divulgado devidamente lá fora.

Acho que o grande papel de vocês que são ligados ao turismo e do próprio Governo brasileiro era resgatar essa imagem, seja a que preço for, porque nós temos tanta coisa bacana no Brasil para ser mostrada, não é verdade?

Eu tenho a impressão e vocês talvez saibam melhor que nós, eu tenho comigo que o turista hoje de classe média alta, o brasileiro, viaja mais para o exterior do que dentro do seu próprio País, não é verdade.

Outro dado interessante, o que se paga num hotel cinco estrelas no Brasil, na Europa você paga a metade. Então, eu acho que com relação a essas políticas tem um equívoco aí. Não pode um hotel, em Milão, cinco estrelas, custar metade do que custa um hotel cinco estrelas no Brasil, e eu pude observar isso. Ou seja, uma exploração total disso.

Então, o que vocês acham disso? Se o Governo tinha que investir, se nós tínhamos que ter um orçamento para isso. Nós temos que mudar essa realidade. O pensamento das pessoas lá fora com relação a nós é um negócio muito deprimente ainda.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Pois não.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Primeiramente, Senadora, em relação à sobreposição, eu quero reiterar que o Ministério do Trabalho tem um foco na oferta da qualificação social e profissional para trabalhadores desempregados e pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Já O Bem Receber Copa foi um programa, depois o Ricardo pode falar melhor, idealizado justamente para trabalhadores que já estão no exercício da profissão, ou seja, empregados. Por isso que não há sobreposição neste aspecto em relação às nossas duas ações.

Quero dizer para a senhora também que este Plansec começou a ser idealizado em 2009 e desenhado em 2010, a partir de uma audiência pública, em agosto, que reuniu todos os governos de Estado, as prefeituras e representantes de trabalhadores e empregadores dos setores estratégicos ligados ao turis-

mo, justamente para que a gente pudesse conceber essa demanda total.

Naquele momento nós conseguimos apurar uma demanda na verdade de mais de 400 mil vagas necessárias para qualificação, naquele momento. E esse levantamento foi feito com base, e eu não trouxe esse produto para a audiência de hoje, mas foi feito com base numa série de estudos, inclusive de investimentos tecnológicos que seriam feitos no setor do turismo, em função da Copa, nesses Municípios todos. E dali foi-se fazendo, junto também com os dados de Rais, Caged, a oferta de vagas disponíveis; a gente foi substanciando o número de vagas necessárias para cada curso que nós tínhamos condições naquele momento de propor, de acordo com o orçamento que o Ministério do Trabalho tinha disponível nos próximos anos inclusive, comprometendo alguma coisa do orçamento nos próximos anos.

A qualificação proposta pelo Ministério do Trabalho também ela é... Nós não entramos na educação formal, que é competência do MEC. Nossa competência é cuidar de política pública de emprego, dentre elas a qualificação social e profissional, então com um limite de custo de duzentas, trezentas horas, não mais. Deixamos os cursos técnicos para o MEC coordenar junto com o Sistema S.

Na verdade, a gente agora contrata com cada Estado duzentas horas em média. Nós contratamos com cada Estado 2.100 vagas e com cada Município e cidade-sede mais 2.100 vagas. Com relação àquelas que estiverem inadimplentes, certamente o Estado vai fazer essa pactuação e receber o recurso por aí e fazer devidamente a contratação. Muitos deles podem ser via Pronatec inclusive, se amanhã ou depois o Pronatec já estiver efetivamente operando.

É claro que em algumas localidades, onde a vinculação... O Sistema S, embora ele tenha... Eu sou conselheira do Senac e do Sesc no meu Estado, representando o Governo, em Santa Catarina, e lá a gente tem um dos melhores trabalhos do Sistema S do País, indiscutivelmente; mas em algumas localidades a gente tem ainda dificuldades de fazer parceria com o Sistema S. E eu falo isso porque sou Diretora Nacional de Qualificação. Nós temos exemplos superexitosos de parcerias com o Sistema S em algumas localidades. Em outras, o Sistema S, por uma série de razões – até mesmo pelo valor do custo hora/aula/aluno que o Ministério é capaz de prover ser muito menor do que o custo do sistema –, muitas vezes não se interessa em fazer a qualificação ou, quando se interessa, rescinde os convênios pela metade e não termina a execução da meta. Isso não é de maneira nenhuma um fator

negativo em relação ao Sistema. Só quero falar para a senhora de uma constatação.

Em relação às Ongs, às instituições públicas de direito privado ou instituições privadas sem fins lucrativos, enfim, que pactuam com o Ministério do Trabalho ao longo dos anos, eu quero dizer à senhora que o Ministério do Trabalho, na verdade – eu acho que em termos de contratação de instituição privada sem fins lucrativos na Esplanada –, tem a maior experiência acumulada, porque vem lá do antigo Planfor, de 90 e tantos. Depois, em 2003, a gente editou o PNQ, que agora está passando por toda uma reformulação e se transformando em outro programa, que é o Qualifica Brasil.

Nesse período, Senadora, nós tivemos muitos exemplos de fracassos e muitos de sucessos e estabelecemos um nível de controle excepcional, tanto no que se refere à execução financeira, por meio da alimentação periódica e parcelada do Siconv, que é exigível para liberação de cada parcela do conveniente, quanto na alimentação do Mais Emprego, que é o sistema que cuida de toda a execução física. Além de a gente ter dotado o Ministério de uma unidade específica para fazer a questão da supervisão e uma metodologia, eu acho, até nova na Esplanada em termos de análise de prestação de contas, o que não garante, ainda assim, a condição plena de qualidade em execução, porque continuamos tendo fracassos e problemas. Mas eu quero dizer a V. Ex^a que dos convênios que temos efetuado hoje menos de 1% ensejaram em problemas que levaram a cancelamento, bloqueio de contas, desvio de recursos, fraude etc. E, mesmo assim, o Ministério tem agido tempestivamente nas solicitações de devolução de recursos.

Não é um cenário agradável. Acreditamos, o Ministério do Trabalho e Emprego, que a melhor coisa que a Presidenta Dilma podia ter feito por nós em termos de qualificação profissional foi ter trazido esse Pronatec para dentro da discussão do MEC e puxando um pouco mais para perto de nós o Sistema S.

De fato, quando se tem um equipamento físico disponível para ofertar a qualificação, o nível de qualidade dessa qualificação sobe vertiginosamente. Isso nós não discutimos. Por isso que nessa parceria para a Copa o recurso vai para o Estado.

Por que nós pensamos em fazer primeiro essa parceria, primeiro, com o Estado e o Município? Porque nós pensamos com V. Ex^a. Temos que nos articular a todos. É para falar de Copa, então, quem é que centra os esforços, as políticas e as iniciativas na localidade? São as Secopas, Secretarias de Copa, criadas pelos governos estaduais e municipais. Então, é para lá que vamos centrar o recurso e a ela vai competir escolher

qual é o melhor equipamento público disponível naquela localidade, para ofertar qualificação. A indicação do Ministério do Trabalho vai ser esta, prioritariamente: escola técnica, Sistema S. Ou há lugares que eu sei que a própria CNTur tem escola de qualificação, por exemplo. A ideia é ofertar a qualificação profissional, onde for possível, em localidades onde temos o equipamento disponível, o equipamento público disponível. Especialmente na região do Amazonas há algumas localidades que não temos. Vamos ter que utilizar de parceria com outras instituições.

Em relação a público, quero falar para V. Ex^a que essa questão da miséria, o exemplo do guia de turismo mirim, enfim, quando falamos dessa questão de miséria é uma questão que exige um debate com muita profundidade e que nós sempre o fazemos com a parceria do MDS, que tem nos ensinado muito nesse processo, principalmente tanto na execução de uma ação que fizemos de qualificação de 150 mil pessoas, 50 mil só na área de turismo no Brasil Sem Miséria. Vou dizer a V. Ex^a que trabalhar com esse tipo de público não é qualquer um que quer. Muitas vezes, nem o Sistema S consegue chegar nessas pessoas, porque muitos deles são invisíveis para nós. Essa oferta de qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego está muito direcionada a essa política de resgate desse cidadão, de trazer esse cidadão que está numa situação de vulnerabilidade extrema, conseguir colocá-lo na sala de aula, resgatar minimamente a autoestima dessa pessoa, provê-lo de alguma necessidade emergencial, que, num âmbito da assistência social, ele precise, e muitas vezes é a própria comida que ele deixa em casa, para que ele consiga ficar com essas mínimas 200 horas em sala de aula. E que consigamos colocá-lo trabalhando de garçom, por exemplo.

É uma luta, um esforço muito grande e que, realmente, tem que juntar muita gente para fazer com que isso dê certo. E esse é o público especial que o Ministério do Trabalho trata. Claro que vulnerabilidade social não se entende só as pessoas em condição de miséria. Mas um desempregado que tenha nível superior ou mesmo segundo grau, eventualmente, encontra-se também nessa situação.

Mas essa questão específica desse trabalhador é que não podemos exigir que ele saiba o que é itinerário formativo. E construir um processo de qualificação social e profissional para um país como o nosso, que tem tantas outras deficiências, já propondo uma política plena e ampla de itinerário formativo, para não dizer que é mito, eu vou dizer que precisa ser discutida com um pouco mais de profundidade e um pouco mais de realidade, quando se trata da pessoa que está em condição de miséria. Essa pessoa que foi o guia

mirim, que eu não vou discutir porque acho que isso é competência do Ministério do Turismo. Se há uma boa política, uma boa estratégia ou não, e que depois a ele não é ofertada outra porta de qualificação.

Por isso que eu digo a V. Ex^a, para encerrar já, na questão de qualificação social e profissional para o emprego, o maior desafio de todos, do meu ponto de vista, eu tenho colocado sempre que falo, é conseguirmos interagir mais plenamente entre os governos. Por isso, no Pronatec temos, no final da lei, um artigo, que quase ninguém dá bola, que é a criação de um conselho nacional que vai discutir política de qualificação social e profissional e é esse conselho, que vai reunir todos os Ministérios, que tem algum envolvimento direto ou indireto com o desenvolvimento socioeconômico do País. Além disso, tem que ter o mínimo de prestígio ou de vinculação com o sistema nacional de emprego, que hoje tem quase 1.500 postos. Digo que esse camarada, que vai ser qualificado no Sistema S ou pela escola técnica ou pela CNTur ou seja por quem for, esse camarada, essa pessoa, esse trabalhador, tem que ser inscrito no sistema público de emprego para acompanharmos a vida dele, para percebermos que quando ele está desempregado ele precisa de uma mão.

Assim como temos, no caso da miséria, fortalecer o CadÚnico, assim como temos que fortalecer o Sistec, na relação de constituição para qualificação para um emprego, o sistema público de emprego é ferramenta indispensável e obrigatoriamente tem que estar vinculada a todo esse processo de formação.

Não sei se respondi.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB - BA) – Respondeu, embora o que talvez na fala do Ricardo fique isso mais claro. Acho que ficou clara a vertente social do Ministério do Trabalho nesse papel complementar da ação, porque ele desenvolve quase que uma posição social, de trabalho social.

Tive experiência de acompanhar, no Ministério do Trabalho, a realização de um trabalho de qualificação profissional na Bahia e em outras cidades do Nordeste com a juventude rural com muito bom resultado, inclusive, no caso da juventude rural, na Chapada Diamantina, com cursos voltados para o turismo.

Então, não faço uma parede de limite entre ação, se é possível ter essa ação no Ministério do Trabalho ou só o Ministério do Turismo pode fazer isso. Não. Penso a qualificação de forma mais transversal como ela precisa ser. No caso, estávamos focando na ação, na preparação da juventude rural e ali diversos níveis de qualificação poderia se dar. Eu própria tenho experiência de ter desenvolvido um projeto de qualificação em Salvador, com a Fundação Cidade Mãe, na área

de vulnerabilidade social principal da cidade, com jovens que começam uma espécie de complementação escolar, de 14 a 17 anos, com cursos profissionalizantes. E temos a experiência de que aquele curso iniciou todo jovem, temos inclusive depoimentos ao longo desses 15 anos, para uma vida profissional não necessariamente voltada para o curso que ele tomou. Ele pode ter tomado o curso de reformador de móveis ou de reformador predial e hoje está trabalhando na área de comunicação ou está trabalhando, como já encontrei diversos ex-alunos da Fundação Cidade Mãe, num hospital e tomou um curso de reformador predial. Mas qual foi o elemento diferenciador? Aquele curso que ele tomou na sua comunidade havia uma série de referências que lhe davam principalmente a formação para cidadania.

O foco da nossa preparação entre jovem, e é diferente de trabalhadores desempregados, adultos, de jovens de 14 a 17 anos, é dar a consciência de cidadania, é tratar com problemas que existem na comunidade, é dar consciência e conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, dali ele sai com experiência que lhe prepara para a vida e lhe dá o desejo de ter uma profissionalização posterior que lhe conduza sua vida. Essa é uma vertente completamente diferente, digamos assim, do que estou querendo buscar atingir nessa nossa discussão aqui que é uma concentração de esforços do Governo brasileiro voltada para qualificar tanto os empresários quanto particularmente os trabalhadores do Brasil, sejam os desempregados ou empregados, numa especialização que possa permitir sair da Copa do Mundo com um legado social, socioeconômico, porque não é apenas social, socioeconômico de qualificação de uma mão de obra voltada para que o Brasil possa ter, como legado principal, o fortalecimento de sua matriz de desenvolvimento voltada para o turismo no Brasil.

Então, é sob esse ponto de vista que queria discutir a questão, ou seja, como é que vamos nos voltar para essa questão. Para tanto, penso que inclusive deveríamos ter, até diferentemente da visão de termos apenas o MEC ou termos o MEC no comando da formação profissional, acho que era preciso ter uma política pública de qualificação, quer dizer, um plano de desenvolvimento da qualificação, um plano geral e estou dando nomes que não são técnicos, são ideias da minha cabeça, um plano geral de uma política de qualificação profissional, comandada pelo Ministério do Turismo, que tivesse relação ou que tivesse a intervenção para realizar na ponta o Ministério de Educação, com os cursos de qualificação nas escolas técnicas, de formação profissional no que hoje chamamos institutos federais de educação, institutos estaduais de

educação, agora o Pronatec e também o Ministério do Trabalho e que o Ministério do Turismo pudesse ser uma expressão dessa excelência.

Qual era o papel do Ministério do Turismo? Era justamente a referência de excelência para esses outros seguimentos, digamos assim. Então, é nessa direção que estou buscando desenvolver o raciocínio para saber se o Governo Federal hoje oferece os mecanismos e os instrumentos para que possamos realmente ter essa formação, porque como fui prefeita e tenho uma grande relação com a cidade, acho que lugar bom para o turismo, para pessoa se sentir bem, para o turista se sentir bem, é a cidade que o povo, que o seu cidadão, se sente bem.

Quando vou à cidade de São Paulo, como vim agora, e quero saber o que está acontecendo na cidade, ou consulto os jornais, que é uma referência, ou procuro amigos que moram na cidade, motoristas de táxi, ou seja, pessoas que vivem naquela cidade e que vão me dizer onde há um bom restaurante, porque é a opinião do cidadão que mora na cidade que passa a ser referência. Da mesma forma, quando vou a um bom restaurante na minha cidade, que tem um potencial turístico grande, quando chega alguém da política, um Senador ou Deputado, sei qual é o restaurante que quero indicar ao Senador Zezé Perrella, mas sei também qual é que vou indicar a um estudante, que é amigo do meu filho, que vai visitar a cidade de Salvador e que não poderá ir ao restaurante que o Senador Zezé Perrella irá frequentar em Salvador, mas poderá ir a um restaurante tão bom quanto ele do ponto de vista da gastronomia local, do preço, que é diferenciador, essencial para essas categorias.

O que penso é isso e lembro-me quando falam nessa qualificação em massa, me passa a ideia de que quando chegamos a um restaurante que o garçom vem nos atender e se pergunta qual o prato melhor e ele responde: se a senhora ainda não soube escolher eu volto depois. Isso, para mim, não é qualificação profissional voltada para o turismo, porque inclusive se você vai receber o turista estrangeiro que vem e não conhece a gastronomia local, que tem direito de ter dúvidas, de pedir sugestão ao garçom e vai ter as pessoas que não foram preparadas, qualificadas devidamente, mas apenas preparada para responder um receituário de ser ágil, se colocar e dizer bom-dia, boa-tarde e não saber efetivamente. O mesmo acontece quando chegamos numa livraria e pedimos um livro e a pessoa não está qualificada para dar atendimento, não sabe nem conhece o autor. E você tem a sensação de que se pedir dois metros de livro ele vai lhe responder da mesma forma que responderia sobre um autor conhecido.

Então, é a preparação da diferença, a qualidade é justamente a diferença da hospitalidade, talvez seja o termo necessário para ser acrescentado a esta mão de obra de atendimento, de receptivo, que está em contato diretamente com o cidadão turista ou o cidadão daquela cidade naquele momento.

Com a palavra o nosso *expert* no assunto, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO MARTINS MOESCH – Tem um autor paulista que diz que hospedar é uma dádiva. Realmente, hospedar é um momento único.

Primeiro Senadora, os números indicavam que a África do Sul iria receber 500 mil estrangeiros. Depois, o número baixou para 400, 200. E fala-se numa pesquisa interna de 90 mil estrangeiros que assistiram a Copa.

Então, essa ideia de que vamos ter 600 mil estrangeiros visitando é um prognóstico, mas também pode não se dar. Temos algumas cidades-sedes que necessariamente vão ter três partidas de futebol e, dependendo das seleções que forem sorteadas... Manaus, por exemplo. Turistas habituais, sabendo da presença dos torcedores, evitam ir para esses destinos no momento que sabem que há um grande evento. Então, tudo isso nós temos que considerar.

Então, no Ministério, desde o começo da Copa e das Olimpíadas, entendemos que é uma grande oportunidade de exposição em mídia. Vamos ter dois bilhões de pessoas vendo o Brasil, em mídia espontânea. Jamais o Brasil vai ter condições de fazer um trabalho de promoção igual ao que vamos ter nessa exposição na Copa.

Porém, também é um telhado de vidro, conforme o Senador Zeze falou do filme. Só que há duas semanas tivemos uma reunião com o Ministério das Relações Exteriores, em função do visto, questão de flexibilização do visto, porque temos o problema do visto americano e muitos americanos deixam de vir ao Brasil porque o visto é um custo. Daí, um dia antes da reunião, dia 13, dia 12 foi feriado, fiquei na Internet vendo algumas coisas e tem um *site* do governo americano e me coloquei na posição de um turista americano que quisesse vir para o Brasil qual seria a dificuldade para tirar o visto. Tem um *site* do governo americano que analisa cada cidade brasileira se o turista americano quiser visitar. Por aquele *site* o turista americano não viria a Brasília também, porque ele mostra a violência que ocorre no entorno de Brasília; o Rio de Janeiro, é alertado que há bueiros voando, dentre outras coisas, informações até incorretas que passamos para o Chanceler Patriota, porque eles gostam de mistificar também. Tem informações corretas, mas outras que, se o turista olhar... como ter cuidado com a água, com

o gelo e outras recomendações que sabemos que não é tudo isso no Brasil.

Na questão do Ministério da sobreposição, entende-se que o Ministério é planejador de política pública e não necessariamente executor. O problema da transversalidade do turismo é esse. É o Ministério do Turismo responsável por fazer uma ponte, é o Ministério do Turismo responsável por fazer uma estrada, é o Ministério do Turismo responsável por tentar incrementar um fluxo, diminuir uma tarifa qualquer para aumentar o fluxo turístico para determinada localidade. O Ministério é mais um observador e um planejador do que executor em muitas vezes.

Nós nos tornamos, em função do grande advento de emendas, também executores, sem capacidade técnica para sê-lo. Não temos engenheiros dentro do Ministério, arquitetos, ou seja, toda a parte de emenda que entra para a infraestrutura do Ministério é tocada via contrato com a Caixa Econômica Federal, sob supervisão da própria Caixa e não do Ministério. Então, isso temos que identificar, e não é o Ministério responsável por capacitar e educar principalmente. Podemos, pontualmente, fazer trabalhos. No quê? Vamos trabalhar um segmento.

A Senadora falou turismo rural. Aquele jovem eventualmente vai ser um empreendedor rural e vai querer trabalhar na área do turismo rural. O.k. Vamos fazer uma ação de capacitação para aquele jovem que vai trabalhar que é um segmento distinto. Não vai aprender em qualquer banco de escola como é que vai ser o empreendedor rural na área de turismo rural. O caso do guia mirim falado aqui, primeiramente contra, menos de 14 anos até o trabalho, porque é uma exploração, uma situação de risco. Nós temos aí sites estrangeiros que mostram “guias mirins brasileiros”, que estão lá vulneráveis e problema de abuso sexual, problemas de drogas e tal, que nós não deveremos. A ideia é trabalhar com condutores nos locais, com a circunscrição que ele não pode ser. Por quê? Porque guia é a única profissão do turismo regulamentada por lei, a Lei nº 8623, fala sobre o guia de turismo, que é cadastrado junto ao Ministério do Turismo. É a única profissão na área do turismo hoje...

A SR^a PRESIDENTE (Lidice da Mata. Bloco/PSB – BA) – O grande problema no carnaval da Bahia é justamente por isso.

O SR. RICARDO MARTINS MOESCH – Temos os condutores locais e aí os monitores, que daí ele não fica só no Pelourinho, daí ele já está lá na praia da Barra fazendo guiamento. Daí os guias têm esse grande problema.

Então, a ideia junto com o Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, nós pusemos os condutores em

áreas naturais ou reservas. Eles são pessoas, que às vezes não eram alfabetizadas, mas conhecem o ambiente – é o mateiro, aquele e tal –, que aqui na Chapada dos Veadeiros, por falta de um há três, morreu um turista francês porque deu um pé d'água aqui e o guia não conhecia a região. Se tivesse um mateiro lá iria saber. “Olha aquela tromba d'água lá. Vamos sair daqui agora!”. Porque ele tem condições locais. Essas pessoas nós fizemos ações, hoje são condutores – já existe até a nominação – e a idéia é trazê-los para o mercado de trabalho, que futuramente eles podem ser um empreendedor individual, eles podem ter uma agência de turismo. Essa é a cadeia do turismo. A Ministra Marta Suplicy sempre falava que é uma cadeia muito rápida, de garçom ele pode passar a ser proprietário de restaurante. Realmente, são profissões para as quais a formação não é muito profunda, mas que os trazem para o segmento.

Quanto à questão do terceiro setor, concordo. O único local do mundo, talvez, que o terceiro setor seja financiado pelo poder público é no Brasil. Porque o terceiro setor internacionalmente é financiado pela iniciativa privada. O papel que o Bill Gates, a turma faz é passar para complementar ações que o governo não tem, às vezes flexibilidade ou condições... E aqui não, o terceiro setor acabou virando um *modus operandi* do governo que não deveria ser. As instituições que nós trabalhamos, e temos que separar o joio do trigo...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Ou mesmo mantidas por recursos de cooperações internacionais, principalmente nessa área social.

O SR. RICARDO MARTINS MOESCH – Mas nós temos muitas entidades do terceiro setor que trabalham muito bem. E nós temos exemplos no Ministério, de bons trabalhos efetuados e, principalmente por OSCIP, porque o OSCIP tem um diferencial, que existe uma lei própria que chama “sob o termo de parceria”, essa é a lei da OSCIP, Lei nº 9.790, e existe a lei do termo de parceria, que ela pressupõe o quê? Eles não têm que prestar contas para nós, Ministério, diretamente. Eles prestam para a sociedade como um todo, através de uma auditoria externa e através de publicação em periódicos anualmente e através de um registro junto ao Ministério da Justiça, que é renovado anualmente. Então, tendo essa acuidade, nós temos boas instituições. O problema das ONGs, essas já são diferentes, essas... E não é um problema só brasileiro, no exterior nós tivemos também ONGs pagando cartão de crédito de seu dirigente, pagando determinadas despesas. Isso já se disseminou. Então, nós devemos ter maior acuidade, mas não devemos descartar porque eu entendo que o terceiro setor tem uma valiosa... Por exemplo, tem umas pessoas que eu conheço no Paraná que fa-

zem um trabalho de conservação ambiental de 32 mil hectares, patrocinado pela Chevron, empresa americana com US\$32 milhões, e eles estão trabalhando lá o extrativismo palmiteiro, dando uma outra função para aquela pessoa para deixar de cortar a Mata Atlântica. Então, tem exemplos interessantes.

Quanto à questão da capacitação aqui na mão de obra. Senador, nós chegamos a ter mais cursos de bacharel em turismo no Brasil que a Europa toda; nós chegamos a ter 550 cursos de bacharel em turismo. Hoje, estamos com duzentos e poucos; a Europa toda tinha 230. Então é um absurdo. Por quê? Porque era um curso muito barato para a universidade. Falava-se que era lousa e lábia, que não precisava de biblioteca, de equipamentos, de laboratórios. E isso disseminou uma má qualificação. Tivemos quase duzentas mil pessoas formadas que não atendiam...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Além de um problema social, que é você enganar milhares de jovens porque o curso não é reconhecido.

O SR. RICARDO MARTINS MOESCH – Porque se qualificavam pessoas para serem emissores de passagem. Porque antigamente, antes de a *Internet* vir com toda essa força, você precisava de mão de obra para emitir passagem. E isso acabou desqualificando o setor. Hoje, se voltam mais para a área de planificação. Temos, através da Lei 11.771, um sistema nacional de turismo; as prefeituras já contratam; as secretarias de turismo locais têm turismólogos trabalhando. Com isso, estão dignificando a profissão, mas existe um vácuo para o caso principalmente da sazonalidade. O turismo tem uma característica importante que é a sazonalidade. Quando a mão de obra é formada e é colocada no litoral, por exemplo, a temporada vai de dezembro a março. Depois você não tem mais emprego para essa pessoa que, já formada, vai para outra profissão e necessariamente na próxima temporada não volta.

Por exemplo, o Ministério da Espanha fez um trabalho interessante. Eles viram que era mais caro jogar para o seguro desemprego essas pessoas que subsidiar movimento para baixa temporada. Então, eles criaram lá, num programa similar ao Viaja Mais Melhor Idade, um subsídio para frequência maior em hotéis na baixa temporada, para evitar perder essa mão de obra, porque, senão, teriam que qualificar novamente para a próxima temporada. Então, talvez tenhamos que fazer alguns trabalhos nesse intuito de manter e utilizar a baixa temporada para não perder, porque a rotatividade é muito grande nessa área.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Diminui a rotatividade e economiza o seguro desemprego.

O SR. RICARDO MARTINS MOESCH – Economia bastante. Hoje nós sabemos que no Nordeste, na área do turismo, 50% estão sem carteira assinada. E existe aquela pessoa que está trabalhando e recebendo o seguro desemprego, assim não quer ter a carteira assinada porque está recebendo o benefício.

Onde qualificar? Caso dos 65 destinos que foram priorizados. Nós temos 3.200 Municípios hoje no programa de regionalização. Então, entendemos que temos que qualificar em todos os locais onde nós temos hoje o fluxo turístico, e não apenas nos 65. Os 65 foi a primeira ideia do Ministério, para deixar algum ponto porque sabemos que tem em todo o Brasil. Mas há regiões em que o turismo faz isso. Eles acabam sendo conhecidos, acabam tendo movimento e daqui a pouco você tem que qualificar para ter esse movimento.

Por exemplo, o Estado de Minas Gerais entendeu bem esse processo e encampou o programa de regionalização. Hoje, há circuitos em Minas Gerais nos quais até dois anos atrás ninguém falava. Ninguém sabia da Serra da Bocaina, dos circuitos da Serra da Canastra, e hoje existe um movimento. E existe um movimento muito forte do turismo interno.

Em 2008 houve aquela crise e o Brasil não foi afetado porque temos um contingente de turismo interno hoje que movimenta todo o País. E esse movimento para nós é muito salutar porque deixa aqui a divisa. Nós movimentamos uma cadeia interna.

Então, pensamos em qualificar não só os 65, mas também todas aquelas regiões que hoje desenvolvem, que são verdadeiros *clusters*, porque juntam a iniciativa privada, a academia, o poder público e fazem essa promoção.

Para finalizar, o Cifat – Comitê Intersetorial de Facilitação Turística. Essa é uma novidade da Lei 11.771. Foi instalado há dois meses, é o comitê pelo qual o Ministério do Turismo e outros ministérios vão discutir turismo e políticas públicas de turismo. É no seio desse comitê onde podemos trabalhar essa ideia de uma política de qualificação nacional. Porque cada realidade é uma. Se nós chegarmos...

Senador Zeze, há uma produção chamada *Socceronomics*, de que talvez o senhor já tenha ouvido falar, é um livro de futebol, de dois autores, um inglês e um americano, onde eles falam da importância da preparação psicológica do atleta, do acompanhamento. É muito interessante esse livro porque eles contam a trajetória de alguns grandes atletas que foram para a Europa e não deram certo, porque faltava um acompanhamento psicológico, um acompanhamento do dia a dia deles. A pessoa fica preocupada com a escola, com a esposa, e não rende dentro do gramado. Alguns exemplos de bons rendimentos dentro do gramado fi-

zeram com que as pessoas... E no turismo é a mesma coisa. Temos bons trabalhadores que às vezes estão muito preocupados com as condições sociais e não podem ter aquele sorriso na hora de fazer um atendimento, porque estão transportando todos aqueles anseios, aquelas dificuldades que têm dentro de casa. Talvez tenhamos que pensar muito num programa de acolhimento na área social dessas pessoas.

Finalmente, sobre o custo da hotelaria nacional de que o Senador aqui falou.

Realmente, hoje, Rio de Janeiro e São Paulo, necessariamente têm um dos maiores custos do Brasil, mas é um problema de câmbio também e de uma oferta que hoje está sendo comprometida pela indústria. Quando falamos em turismo, temos que entender que há turismo e há viagem. Há viagem de negócio que necessariamente não é turismo.

Mais um ponto interessante, Senador, o tamanho dos imóveis hoje faz com que a hotelaria seja mais procurada. Porque antigamente as pessoas tinham imóveis grandes e recebiam os amigos em casa. Antigamente as pessoas tinham empregadas 24 horas dentro de casa. Então, era fácil receber os amigos. Hoje, a individualização, o tamanho do imóvel e a privacidade fazem com que as pessoas procurem mais hotelaria. Chegamos a ter 45% de hospedagem domiciliar. Antigamente as pessoas viajavam e ficavam na casa de parentes e amigos. Hoje esse número caiu para menos de 20%. Esse é um fenômeno que vem acontecendo no turismo. Isso está fazendo com que tenhamos novas perspectivas com os albergues, cama e café, alternativas para baratear um pouco, porque realmente a hotelaria hoje é questão de demanda e mercado.

Para o Antônio Henrique, só quero dizer que ativamos parques da Copa com o Ministério do Meio Ambiente, porque na Costa Rica tivemos 4,5 milhões de visitantes a parques, e nós temos hoje só o Parque do Iguaçu, o da Tijuca e a Água Mineral em Brasília, e temos condições de aumentar muito porque o ICMBio está fazendo licitações para operação de parques e isso é importante. Então vamos reativar todos os parques da Copa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Agradeço a fala dos dois e àqueles a quem dirigi as perguntas. Se vocês não se incomodarem, posso considerar essas como as últimas intervenções e passar a palavra para se despedir ao Dr. Antônio Henrique, porque já começou a Ordem do Dia e já estamos na leitura da matéria e tanto eu quanto o Senador Perrella temos que estar obrigatoriamente lá.

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE – Para nós é importante que uma audiência importante como esta se desdobre, não é Senador? Você colocou algumas

questões aqui e me parece que tem um plano nacional de educação dentro da nossa legislação a cada dez anos que deu entrada no Senado, não é isso? Não sei se é o caso de fazer um capítulo à parte ou de se criar apenas uma política de qualificação nacional. E nós sempre estivemos ao lado de V. S^a, do Ministério do Turismo, o Pronatec, junto com a Presidente Dilma, PSG, junto ao Ministério da Educação. Agora, Ana Paula, não sei o que aconteceu, nós nos afastamos um pouco do Ministério do Trabalho. Talvez, através deste momento, a gente possa sentar novamente e, quem sabe, sob a coordenação do Ministro Gastão que levantou essa bandeira, do Ministro Haddad, da própria Presidenta, quem sabe a gente se una a esse grupo, com orientação deles e do Legislativo, através dessa subcomissão, possamos construir uma pauta de trabalho.

Senadora, eu queria citar aqui, em função de uma fala do Ricardo Moesch, quando ele falava dos circuitos turísticos, registrar nos anais desta Casa, em função até da presença do Zeze Perrella, que no governo Itamar Franco que foi criada a Secretaria Estadual de Turismo, pela primeira vez na história de Minas, e essa secretaria criou o programa de Circuitos Turísticos. Era um programa de regionalização com esse nome de Circuitos Turísticos. Então, em homenagem ao nosso falecido e querido Itamar Franco eu queria fazer esse registro aqui. E os demais governadores, o Senador Aécio Neves, o Anastasia, fizeram questão de dar sequência a essa política dos Circuitos Turísticos, hoje aqui citada pelo Ministério do Turismo.

A SR^a PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Agradeço a todos pela presença.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova audiência pública para o dia 10 de novembro, às 9 horas da manhã, com objetivo de debater a rede de proteção social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014 e para as Olimpíada e Paraolimpíada de 2016.

Muito obrigada.

(A reunião tem início às 15 horas e é encerrada às 16 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LE- GISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, na sala tre-

ze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Alfredo Nascimento, Marcelo Crivella, Sérgio Souza e Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aníbal Diniz, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e José Agripino. **Havendo número regimental abrem-se os trabalhos.** O Senhor Presidente Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta.

Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 23, de 2010, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Indio da Costa, que “Dispõe sobre o uso de meio eletrônico nos Registros Públicos, adota providências adicionais para a segurança jurídica e celeridade das transações imobiliárias; altera as Leis n.ºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e dá outras providências”, que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 146, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria Senador Magno Malta, que “Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.” O relator é o Senador Cyro Miranda e o relatório é favorável ao PLC 23/2010, rejeitando as emendas apresentadas pelo Senador Paulo Duque e pela rejeição do **Projeto de Lei do Senado 146/2007**, que tramita em conjunto. A deliberação da matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 430, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que “Altera a Lei n.º 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.” O relator é o Senador Aníbal Diniz e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 344, de 2011 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Altera a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.” O relator designado é o Senador Aloysio

Nunes Ferreira e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. Nesse momento, o Senador Eduardo Braga passa a presidência ao Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 500, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que “Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite.” O relator designado é o Senador Eduardo Braga e o parecer favorável é aprovado. Durante a discussão usam a palavra os Senadores Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 470, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que “Acrescenta § 6º ao art. 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar ao consumidor o acesso gratuito às informações sobre ele arquivadas nos cadastros de consumo, por meio da rede mundial de computadores”. O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 366, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 530, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO – AGECOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01 e 02-CCT, aprovadas por 10 (dez) votos. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 296, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TEUTÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 299, de 2011**, de caráter terminativo,

de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 320, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MONTENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 62, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VOX 90 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 68, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada RÁDIO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 70, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO LIBERDADE E TRABALHO PELA CULTURA DE ALTINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 146, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MENSAGEM DE ESPERANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por

10 (dez) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 152, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.” Durante a reunião, o Presidente da Comissão redistribui a matéria ao Senador Sérgio Souza em razão do Senador Antônio Carlos Valadares não mais pertencer aos quadros desta Comissão. O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 159, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE INDEPENDENTE DE PORTEIRINHA LTDA. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 209, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BARBACENA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 210, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VERDES MARES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 211, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CASTELO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 212, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÓCIO-CULTURAL SANTA TEREZINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sucupira do Norte, Estado do Maranhão.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 213, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CORCOVADO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 214, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 215, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 151, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comuni-

cação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herculanópolis, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 227, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM GAMELEIRAS** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 228, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAFARDENSE** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ráfard, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 229, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE VIVA** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 266, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE OLIVEDOS** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivados, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 350, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CACARÉ FM LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapé, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 1017, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria

da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO SERTÃO** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 383, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO DE MONTEVIDÉO** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 205, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍDER FM** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 230, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO GOIANINHA FM** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 231, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE FLORIANÓPOLIS LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 198, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE PORTEL** a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portel, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 38:**

Projeto de Decreto Legislativo n.º 200, de 2011, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MARACAJAU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 201, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCADORA DE OLÍMPIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 202, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MURIÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 203, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL MAISA – ACCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 206, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 207, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ALICE MARTINS PINHEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnamirim,

Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 208, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNDIDA FM DE CAXIAS DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 218, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MEGA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 219, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CRUZEIRO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 220, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE VALEPARAIBANA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 222, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fartura, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 514, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga

permissão à NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 59, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO PANTANEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranda, Estado de Mato Grosso do Sul." O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 176, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 177, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO RIACHO FUNDO II – CANDANGO FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho Fundo II, Distrito Federal." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 258, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada a EMPREENDIMENTOS RADIOFÔNICOS SULMINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 262, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS VENCEREMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto de Lima, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 175, de 2011**,

de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO HULHA NEGRA DE CRICIÚMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 261, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MAR AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 192, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GUARARAPES METROPOLITANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 272, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE SERRANA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Souza e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 247, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CHARRUA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul." A relatora designada,

ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 248, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTRELA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 268, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOVA DRACENA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 281, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTES CLAROS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Benedito de Lira, Walter Pinheiro e Gim Argello requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Projetos com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Projeto de Decreto Legislativo n.º 277, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO PAULO JACKSON para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Benedito de Lira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 2: Projeto de Decreto Legislativo n.º 225, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ARATU S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Gim Argello e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 275, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

(CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NORTE SUL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Gim Argello e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 339, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à NORTE SUL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Gim Argello e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal.

Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 58ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicado da Presidência.

Prezadas Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Presidência aproveita a oportunidade de realizar a última Reunião Deliberativa da Comissão de Ciência e Tecnologia na 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura do Senado Federal para apresentar ao Plenário desta Comissão o balanço das atividades realizadas no ano de 2011.

Preparamos, para tanto, um breve relatório com esses dados, que foi distribuído ao Plenário – espero que todos os Srs. Senadores e as Senadoras estejam com este relatório. Tomarei, portanto, poucos minutos desta reunião para lhes apresentar este relatório.

O relatório é este, que já está aí no nosso *slide*.

A CCT foi criada por ato da Resolução do Senado, que criou a nossa Comissão em 08 de fevereiro de 2007. Aqui está a composição das legislaturas

anteriores, Presidente e Vice-Presidente. O primeiro Presidente foi o Senador Wellington Salgado e o Vice-Presidente, o nosso Senador Crivella, que aqui está presente. Na 3ª e na 4ª Sessões, em 2009 e 2010, foram o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Lobão Filho e, depois, o Roberto Cavalcanti.

Este é o Regimento Interno com as competências da CCT. À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática compete opinar sobre proposições pertinentes aos seguintes temas: desenvolvimento científico e tecnológico; inovação tecnológica; política nacional; organização institucional do setor; acordos de cooperação; propriedade intelectual; criações científicas; comunicação; imprensa; entre outros.

Próximo, por favor.

Atualmente, o Presidente é este humilde Senador que lhes fala, e o nosso Vice-Presidente, Gim Argello.

Próximo, por favor.

Esta é a composição da nossa Comissão.

Próximo, por favor.

Próximo.

No ano de 2011, foram 284 proposições apreciadas; 57 reuniões entre audiências públicas e deliberativas; um seminário. Portanto, tivemos, ao longo deste ano de 2011, 28 reuniões deliberativas e 29 audiências públicas, num total de 57 reuniões, o que mostra que há um equilíbrio entre as deliberativas e as audiências públicas. Foram apreciados 213 projetos de decreto legislativo; 62 requerimentos; Projetos de Lei do Senado (PLS) foram cinco; Projetos de Lei da Câmara foram quatro, num total de 284 proposições analisadas.

Próximo, por favor.

No que diz respeito às audiências públicas, nós tivemos 12 audiências públicas sobre o Código Florestal; jornada pela inovação: foram três audiências públicas; Programa Nuclear Brasileiro: duas audiências públicas; Plano Nacional de Banda Larga: duas audiências públicas; licitação da faixa de 450MHz, telefonia rural: uma audiência pública; satélites: uma audiência pública; Empresa Brasileira de Comunicação: uma audiência pública; nova lei da TV por assinatura (PLC 116): uma audiência pública; Lei de Acesso à Informação (PLC 41): uma audiência pública; concessões de rádio e tevê: uma audiência pública; Marco Civil da Internet: uma audiência pública; Dia Mundial da Ciência com a Unesco: uma audiência pública; diretrizes do Ministério das Comunicações: uma audiência pública; e diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia: uma audiência pública.

Portanto, esses são os balanços com relação às audiências públicas.

Registro aqui a presença do nosso Vice-Presidente com alegria, porque estamos, neste momento,

nosso querido Gim Argello, fazendo um balanço. Acabamos de demonstrar aqui aos nossos queridos Senadores que fizemos nada mais, nada menos que 284 proposições e 57 reuniões no ano de 2011, sendo 28 deliberativas e 29 audiências públicas. Ainda há pouco, mostramos como distribuimos essas audiências públicas, com destaque, obviamente, ao Código Florestal, que teve 12 audiências públicas na nossa Comissão. Cada um dos temas pertinentes à competência desta Comissão foi observado e analisado em audiências públicas extremamente proveitosas. Destaco também que fizemos uma audiência pública sobre o Ministério das Comunicações, as diretrizes do Ministério da Educação. Fizemos outra audiência pública sobre diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação. E, amanhã, Senador Gim Argello, teremos aqui o Ministro Aloizio Mercadante para fazer um balanço sobre o ano de 2011. Amanhã, teremos, portanto, a última reunião do ano de 2011 da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia.

É importante dizer que também há um relatório do grupo de trabalho que estabelece procedimentos para a distribuição de projetos de decreto legislativo, outorga e renovação. Acho que foi um grande trabalho que esta Comissão realizou, criando novos critérios e normas mais rígidas com relação às questões da capacitação financeira e técnica para concessão de radiodifusão no Senado da República e no Ministério das Comunicações.

A próxima, por favor.

Fizemos também outra resolução que disciplina o tratamento a ser dado aos avisos ministeriais da comunicação de alterações de controle societário em empresas executantes de serviços de radiodifusão, o que também acho que foi outro grande avanço que fizemos na CCT, porque estabelecemos mais transparência e fizemos um esforço para que pudéssemos, de uma vez por todas, blindar as transferências das nossas empresas de serviço de radiodifusão, som e imagem, de possíveis situações, como, por exemplo, o uso de laranjas etc. Eu acho que esse foi um grande avanço que a nossa Comissão alcançou em 2011.

O próximo, por favor.

Implementamos o uso de informativos da CCT, apresentados periodicamente. Fizemos seis edições no ano de 2011. Esse veículo informativo das ações da CCT no Senado representa comunicação e assessoria parlamentar da CCT no Senado, com a periodicidade semanal, porém, com vinculação às ações do CCT também no Senado da República.

Próxima, por favor.

Aí, são apenas alguns dos relatórios com relação às audiências públicas, na demonstração de que,

nessas audiências públicas, 126 emendas foram apresentadas, a tramitação conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a aprovação do parecer do CCT no dia 9/11.

Próximo, por favor.

A I Jornada pela Inovação – debate sobre ciência e tecnologia e inovação, em que apresentamos várias discussões, como o debate sobre a criação do novo código de ciência aqui, no Senado, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Próxima, por favor.

Audiência pública realizada com o Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo, em que discutimos vários temas, como Plano Nacional de Banda Larga, questão de satélites, a questão satelital, a questão de 450 mega-hertz na zona rural, a banda de 4G.

O programa nuclear brasileiro, duas audiências públicas conjuntas com a Comissão de Infraestrutura e a CMA, Comissão de Meio Ambiente, Controle e Fiscalização, em que, de forma oportuna, o Senado da República e esta Comissão se posicionaram em relação a questões das usinas nucleares no Brasil.

Próxima, por favor.

Licitação da faixa de 450 mega-hertz na telefonia rural, audiência pública realizada com o Ministério das Comunicações e com a Anatel, para discutir a possível licitação da faixa de radiofrequência de 450 mega-hertz, com vistas a oferecer cobertura telefônica e de Internet às regiões rurais e menos habitadas do País.

Este é outro tema extremamente relevante, que creio que também tenha sido um momento importante da nossa Comissão.

Próxima, por favor.

O Programa Nacional para Desenvolvimento das Atividades Espaciais, o PNDAE, audiência pública realizada inclusive com informações importantes com relação às posições orbitárias do Programa de Satélite Geoestacionário Brasileiro, atendimento das regiões Norte e Nordeste, e o monitoramento inclusive da Amazônia Verde e da Amazônia Azul, onde está o Pré-Sal.

Próxima, por favor.

E a Empresa Brasileira de Comunicação, EBC, que também é uma audiência pública extremamente importante para debater a questão que determinou a suspensão dos programas religiosos nos veículos públicos que a integram.

A próxima, por favor.

Nova lei da TV por assinatura, Projeto de Lei da Câmara nº 116/2010, audiência pública conjunta com a CCJ, a CAE, a CE e a CMA, para debate sobre o PLC 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado e dá outras providências.

Acho que este também foi outro grande debate, esta Comissão conseguiu reunir, em uma audiência pública, a CCJ, a CAE, a Comissão de Meio Ambiente e também a Comissão de Economia e Finanças do Senado, que proporcionou um amplo debate e depois levou à votação no plenário desta Casa, em sessão memorável dessa importante plataforma e desse novo marco regulatório.

Próximo por favor.

A Lei de Acesso à Informação, Projeto de Lei da Câmara. Acho que essa também foi uma grande contribuição que a Comissão de Ciência e Tecnologia, através do Senador Walter Pinheiro, que inclusive foi o relator, acho que conseguimos encontrar várias posições que nos possibilitaram crescer nessa matéria e a colocamos de novo no topo da agenda do Senado e essa matéria foi aprovada também pelo Plenário do Senado da República.

Próximo, por favor.

Concessões de rádio e TV, audiências públicas, para discutir denúncias sobre a utilização de empresas em nome de laranjas, para comprar concessões de rádio e TV nas licitações públicas realizadas pelo Governo Federal. Também houve inclusive várias ações a partir dessas audiências públicas.

Próxima.

O, marco civil da Internet, acho que este é um tema extremamente atualizado e que traz, obviamente, grandes debates para esta Comissão e que ainda terá grandes desdobramentos no Senado da República. Creio que esse também foi outro ponto importante abordado pela nossa Comissão no ano de 2011.

Próximo, por favor.

Dia Mundial da Ciência, comemoração conjunta do Senado com a Unesco.

Próximo.

Diretrizes do ministério das Comunicações, como já foi citado.

Próximo.

Diretrizes do MCTI, também.

Mais uma vez lembrando aos Srs. Senadores e Senadoras que amanhã estará aqui o Ministro Aloísio Mercadante.

Próximo.

E finalmente as votações das leis orçamentárias, com as emendas apresentadas aqui neste plenário relatadas pelo Senador Valadares, que possibilitou inclusive o cumprimento da nossa participação tanto no Plano Plurianual quanto na Lei Orçamentária.

Próximo, por favor.

A jornada pela inovação, propostas para 2012. Agora estamos já no plano de trabalho para 2012.

Jornada para inovação com debate sobre o Código da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Audiências públicas sobre temas: terras raras, Programa Nacional de Banda Larga, PNBL e análise de processos licitatórios da Anatel para 2012, como é o caso da faixa de 3,5 GHz, o WI MAX, de 2,5 GHz, LTE, e de 450 MHz, telefonia rural.

Era isso.

Próximo, por favor.

Já é o plano de 2012.

Com isso, espero ter prestado contas do nosso trabalho de 2011.

Então, temos a pauta deliberativa, no dia de hoje.

Com a permissão dos Srs. Senadores, iremos direto aos itens da pauta.

ITEM 1

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 23, DE 2010

Dispõe sobre o uso de meio eletrônico nos Registros Públicos, adota providências adicionais para a segurança jurídica e celeridade das transações imobiliárias; altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Índio da Costa

Tramita em Conjunto com:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2007

Dispõe sobre a digitalização e arquivamento de documentos em mídia ótica ou eletrônica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável ao PLC 23/2010, rejeitando as emendas apresentadas pelo Senador Paulo Duque e pela rejeição do PLS 146/2007, que tramita em conjunto

Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Cyro Miranda não se encontra mais como membro desta Comissão. Peço ao Senador Sérgio que, por favor, faça a leitura do relatório do Senador Cyro Miranda, tendo em vista que ele não é mais membro desta Comissão.

Passo a palavra ao Senador...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – V. Exª pede que o Senador Sérgio comporte-se como...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Desculpe-me é que eu tinha tido a in-

formação anterior de que ele não seria mais membro. Aliás, é o Valadares que não é mais membro.

Qual é a do Valadares aqui? *(Pausa.)*

Está lá atrás. Desculpe. O Cyro Miranda continua membro, perdão. Está aqui na Comissão de Assuntos Sociais, mas continua membro.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, sei que ao pedido de vista se procede após a leitura, mas, se V. Exª me permitir, e até os próprios Senadores Sérgio e Cyro...

Temos um processo, diria, acoplado a esse projeto, de uma matéria que V. Exª nesse instante relatou dentre os importantes projetos e as ações no balanço desta Comissão. É a Lei de Acesso à Informação. A partir da sanção dessa lei, Sr. Presidente, creio que diversas matérias que têm correlação mereceriam, pelo menos, a observância, de nossa parte, no que diz respeito a esses textos. Refiro-me a esse projeto em particular, até porque nós ainda convivíamos com o processo de apreciação da Lei de Acesso à Informação, que somente agora foi sancionado. Pediria a esta Comissão, se possível, a retirada dessa matéria de apreciação.

Por exemplo, gostaria, Sr. Presidente, de apresentar um conjunto de sugestões, a partir da Lei de Acesso à Informação, que, na minha opinião, têm colisões com essa proposta de lei de autoria do Senador Magno Malta. Então, é no sentido de contribuir para a melhor elaboração em consonância com a lei. Não estou tratando da melhor elaboração do conteúdo, mas em relação ao que a gente poderia ajustar sobre a questão de digitalização e de arquivo de documentos, que é a proposta apresentada pelo Senador, corretamente. Acho que seria importante que aspectos já contidos na lei – agora não mais um projeto de lei, mas a Lei de Acesso à Informação – pudessem ser absorvidos e incorporados no contexto de apreciação da presente proposta apresentada aqui.

Então, nesse sentido, quero pedir a V. Exª... Sei que todo mundo gostaria de encerrar o ano ampliando o número de projetos apresentados. Sei que V. Exª não trabalha com quantidade, mas com qualidade. Então, pediria essa oportunidade. Não sendo possível, aguardarei a leitura e pedirei vista, mas acho que é muito melhor tentar contribuir com a possibilidade efetiva de aproveitar o projeto e não simplesmente com um voto em separado ou com uma expectativa de fazer o confronto de voto contra ou coisa do gênero.

Então, queria contribuir para aproveitar a boa sugestão apresentada pelo Senador Magno Malta e até muito bem relatada pelo Senador Cyro. Mas volto

a insistir, no momento da relatoria, não tínhamos ainda a consagração da lei de acesso à informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria informar a V. Ex^a que o relatório que acabamos de apresentar não inclui a audiência do dia de hoje. Portanto, os nossos números apresentados não vão crescer e nem diminuir em função da audiência do dia de hoje, não inclui nem a audiência de hoje e nem a do dia de amanhã.

Pela ordem o Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este pela ordem é por dois motivos: primeiro, para parabenizar os membros desta Comissão e o Sr. Presidente, pelo relatório há pouco apresentado.

Demonstrou que esta Comissão, CCT, ocupou todos os espaços, até mais espaços do que o nosso Regimento Interno do Senado e as competências da CCT.

Vejam vocês quais as competências da nossa Comissão:

Desenvolvimento científico e tecnológico, inovação e tecnologia;

Política nacional de ciência e tecnologia, inovação, comunicação e informática;

Organização institucional do setor;

Acordo de cooperação e inovação com outros organismos internacionais na área;

Propriedade intelectual;

Criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

Comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

Regulamentação, controle e questões éticas referentes a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, inovação tecnológica, comunicação e informática e outros assuntos correlatos.

Vejam vocês, por que fiz questão de ler, Sr. Presidente? Para mostrar que V. Ex^a conduziu tão bem a nossa Comissão, essa que agora há pouco o Senador Walter Pinheiro pede acesso à informação, participamos efetivamente de todo o debate do Código Florestal, quer dizer, a CCT este ano foi muito profícua. Mostrou, corrigimos os rumos da forma de colocar a discussão de rádio e televisão por meio daquele sistema, que todos desconfiavam de laranjas. O senhor enfrentou todos os temas polêmicos por meio desta Comissão. A CCT, este ano, só tenho a dizer a V. Ex^a e a todos os membros que estão de parabéns. Re-

almente esta Comissão foi motivo de orgulho para o Senado da República.

Parabéns, Sr. Presidente.

Este é o primeiro item.

O segundo item, peço a V. Ex^a que na hora de colocar em votação alguns temas, como os projetos de decreto legislativo, pedido dos Senadores do Sul, o senhor coloque, por favor, também, extrapauta, os Projetos de Decreto Legislativo 275 e 339.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Digo que nada teria sido possível se não fosse com a contribuição e a participação de todos os Srs. e Sr^{as} Senadoras, inclusive com a colaboração importante de V. Ex^a como Vice-Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, não sei se já efetivado na designação de relator *ad hoc*, mas se assim for, este é um tema que eu também tinha intenção de pedir vista, e se já efetivada a relatoria *ad hoc*, eu queria consultar a Mesa se é possível, com essa condição, eu solicitar a retirada de pauta, para que eu possa analisar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – A tendência é de acatar o pedido de retirada de pauta apresentado pelo Senador Walter Pinheiro, até porque entendo que é absolutamente justa a colocação. Este foi um projeto apresentado antes da aprovação pelo Senado da nova lei sobre o acesso à informação. E já havia, inclusive antes da chegada do Senador Sérgio e do Senador Walter Pinheiro, conversado com a Senadora Ângela Portela exatamente sobre essa situação. Fui informado de que o Senador Cyro Miranda está aqui ao lado, na Comissão, e estaria vindo para cá a qualquer momento para relatar. Acho, portanto, mais prudente retirar de pauta. E como o Senador Cyro Miranda sempre foi um Senador extremamente assíduo nesta Comissão, pedindo vênias a V. Ex^a, vamos manter a condição do Senador Cyro Miranda de relator, mas retiro de pauta para podermos aprofundar a discussão para o próximo período legislativo.

ITEM 2

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2011

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Aníbal Diniz

Relatório: Favorável

Obs.: *Matéria terminativa na Comissão de Serviços de Infraestrutura.*

Ele não está presente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Gostaria de sugerir à Mesa o seguinte encaminhamento aos trabalhos: que nós relatássemos primeiro, Sr. Presidente, os projetos dos Senadores que estão presentes na ordem, na sequência. Como os outros Senadores estão em outras Comissões, conforme forem chegando, poderíamos relatar os demais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acatado plenamente.

Peço escusas a esta Comissão porque, quando eu estava no meio da leitura, percebi que o Relator não estava presente, o nosso querido Senador Aníbal Diniz, que, aliás, foi aniversariante do dia de ontem.

O Senador Aníbal Diniz foi aniversariante e quero, portanto, externar na nossa Comissão, os votos de felicitações ao Senador Aníbal Diniz desejando-lhe muita saúde, muita paz. Espero que tenha tido um feliz aniversário.

O Item 3 da pauta, a pedido do Relator que solicita a sua retirada de pauta, retiro da pauta.

Passo a Presidência ao Senador Gim Argello porque sou o Relator do Projeto de Lei de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, Item nº 4.

Passo a Presidência, portanto, ao Senador Gim Argello para que eu possa funcionar como Relator desse importante projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Item 4 da Ordem do Dia.

ITEM 4

– Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, DE 2011

Autoriza o Poder executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável

Obs.: *A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*

Passo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Presidente Gim Argello.

Esse relatório trata do Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver, lançar e operar satélite que atenda a Região Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite.

Do relatório.

Submete-se à deliberação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 500, de 2011, que tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a desenvolver os itens apresentados para serviços de comunicação e proteção da Amazônia, e a firmar tratados com os países estrangeiros que desejarem compartilhar sua capacidade, dividindo os respectivos custos.

A autora da matéria argumentou, na justificação do projeto, que, dadas as características geográficas, econômicas e populacionais da Amazônia, é imprescindível a utilização da tecnologia de satélite para cobrir a região e dotá-la de serviços de comunicações compatíveis com as demandas da população, sendo necessário que o Estado brasileiro volte a investir diretamente nesse tipo de infraestrutura.

Vamos, portanto, ao voto.

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Em discussão o parecer do nobre Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Para discutir, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, nós, aqui no Senado Federal, tínhamos, pelo menos na legislatura passada, o saudável hábito de aprovar e enviar para a Câmara projetos autorizativos e, lá na Câmara, morriam todos porque eles não votam, mas era uma maneira de alertar o Executivo.

Lembro-me de que fiz alguns projetos autorizativos que acabaram se transformando em mensagem do Executivo para o Congresso e se transformaram em lei.

Parece-me que, agora, foi adotado outro procedimento aqui no Senado, e se queria fazer uma comissão na Comissão de Constituição e Justiça para verificar que procedimento seria dado aos projetos autorizativos, mas eles não iriam mais prosperar. Eu fui até voto vencido na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania. De maneira que lembro esse fato aqui, porque estamos votando agora um projeto da maior relevância e que tem uma função política; não legislativa efetiva. Não sei que encaminhamento deveríamos dar.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Para encaminhamento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Para encaminhamento. Eu tive, Sr. Presidente, a oportunidade de relatar em outras comissões, na condição de membro titular de outras comissões, um projeto de autoria do próprio Senador Crivella e outro de autoria do Senador Sérgio, que também eram autorizativos, sobre temas extremamente pertinentes: um que tratava da questão da biodiversidade e outro que tratava também da questão de patentes. Eram extremamente pertinentes e alertam, inclusive, para situações que o Brasil precisa enfrentar diante do novo cenário internacional em que o Brasil se encontra.

A questão do monitoramento da Amazônia verde e da Amazônia azul é extremamente importante e nós não conseguiremos fazê-lo se não tivermos satélites em posições orbitais importantes, como, por exemplo, a Coordenada 44, que é fundamental para podermos alcançar o monitoramento da zona azul, que envolve o pré-sal. Mas, ao mesmo tempo, as informações estratégicas, as informações militares, as informações de defesa nacional, as informações sobre a Amazônia, que são de extremado interesse para a Nação Brasileira, também dependem obviamente de satélites públicos e aí não mais de satélites privados colocados em posições orbitais.

Acompanhando, portanto, esse pensamento, que marcou inclusive o nosso posicionamento em outras comissões, foi que, entendendo ser absolutamente pertinente e importante alertar mais uma vez o Governo Brasileiro – em que pese já há um compromisso da Presidenta Dilma com relação ao lançamento de três satélites pela Telebrás e aqui a discussão do Plano Nacional de Satélites, que amplamente aconteceu nessa Comissão de Ciência e Tecnologia, em recente audiência pública, ficou claro esse compromisso no nosso PPA. E o nosso Relator Walter Pinheiro apresentará o relatório proximamente, no Senado da República, ainda nesse período legislativo e também faz menção à questão da política satelital brasileira, voltado para a região amazônica – entendi, na mesma linha do nosso Senador Crivella, que era bastante importante o Senado da República se posicionar favoravelmente a

esse projeto, que é um projeto autorizativo, mas que visa preservar os interesses da nossa sofrida, porém importante e não menos brasileira, Amazônia, região verde e região azul.

Portanto, apoiando o Senador Crivella, eu gostaria de pleitear, Sr. Presidente, que esta comissão deliberasse sobre o referido projeto.

Continua em discussão.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Gim Argello, Senador Eduardo Braga, relator do projeto da Senadora Vanessa, quero aqui somar-me aos Senadores que já se pronunciaram. Esse projeto é da maior importância. Quero ressaltar que a Amazônia é Brasil. Lamentavelmente, os governos – e aí me refiro a todos eles – ainda não entenderam a necessidade de integrar a Amazônia ao restante do nosso país.

Amazônia não é problema; Amazônia é solução. E esse projeto vem para resolver uma questão sobre a qual todos nós nos debruçamos no Congresso, que é levar a comunicação, levar a banda larga, à toda a Nação Brasileira. E, na Amazônia, esse sonho nosso de levar a banda larga de qualidade a todos os brasileiros não se fará da forma que acontecerá nas outras regiões do Brasil, em especial no próprio Nordeste e no Sul e Sudeste, onde já é quase uma realidade. Um satélite vai facilitar isso. A população lá é rarefeita. Através de fibra ótica, nunca será alcançada, nunca alcançaremos; através de um satélite será facilitado.

Quero aqui pedir aos meus Pares que realmente possamos aprovar o Projeto, dar sequência a ele, para que possa ser discutido, debatido, aperfeiçoado. Que ele possa chegar a ser aprovado e sancionado pelo Presidente da República, até porque ele é autorizativo! Ele ficará apenas com a informação à Presidenta, de tal forma que ela possa, efetivamente, executá-lo, para que leve à Amazônia brasileira não só a comunicação, mas também outras ações, inclusive de segurança, que é tão necessária à nossa Região, tão cobiçada pelo resto do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem, Senador Flexa.

Continua em discussão.

Senador Walter Pinheiro tinha pedido a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só quero acrescentar.

Acho que colocou muito bem o Senador Eduardo Braga. Na prática, ainda que você não tenha um nível de interferência, digamos assim, acho que é importante, principalmente para que a gente continue tocando nesse tema ou provocando a partir desse tema, uma certa priorização, e não é uma coisa que a

gente possa ficar só restrito à região Amazônica, mas é fundamental para a região Amazônica, exatamente pelas dificuldades de cobertura.

Quando se trata do programa Satelital brasileiro, a gente vai muito na linha de que nós temos uma baixa capacidade de investimento; nós temos uma dificuldade de no que diz respeito ao aproveitamento do acúmulo que temos de pesquisa no Brasil. A gente vai sempre julgando ou prejulgando que as nossas condições para, diria, colocar um programa desses como essencial são subcondições, o que na minha opinião é um erro.

Acho que duas coisas poderiam estar sempre em voga nesse processo. Primeiro, para a utilização dessa ferramenta em um país continental como o nosso, apesar de o investimento ser alto, é muito menor do que um investimento em fibra. Não tenho como atender, como capilarizar este nosso continente chamado Brasil, principalmente com essa nova seara de buscar por serviços de banda larga. É importante, Senador Eduardo Braga, que a gente comece a trabalhar cada vez mais o conceito dessas ferramentas como estruturantes e não como um processo que era ajustado aqui, acoplado acolá, só na área de comunicação.

Nós estamos tratando de satélite, banda larga, fibra ótica, como componentes decisivos na matriz de inclusão, na matriz econômica, portanto, estou falando na matriz social, na matriz econômica e, principalmente, na necessidade de adoção de medidas para a superação de desigualdades. A gente só raciocina a energia. Está correto. A energia é também, mas esse é um componente importante.

Então, essa coisa autorizativa tem que servir como provocativa para dizer que estamos de novo dizendo que esse não é um tema para ser tratado periféricamente. Eu acho que é importante isso. É um erro do planejamento brasileiro ao longo dos não achar isso.

Na audiência aqui, Senador Eduardo Braga, fez questão... Foi até, por sinal, muito boa, na audiência, a participação dos representantes do Governo, do Programa Satélite. Audiência... Se não me engano, o Senador Marcelo Crivella estava aqui comigo. Tínhamos poucos Senadores, mas foi uma audiência muito boa. E eu fiz questão de dizer o seguinte: a gente vai lembrar as experiências. Há satélite que está em operação ainda no País que têm a nossa digital; tem participação nossa em um período muito mais difícil, do ponto de vista até do aproveitamento das nossas mentes, do conhecimento.

Então, eu não vejo porque termos um certo nível de recuo. Até por conta do que trata a legislação. Ou seja, os limites em que podemos legislar, essa coisa que termina ficando muito mais autorizativa. Mas eu acho que ele tem que ficar muito mais como processo

cultural, para gente introduzir e dizer: temas estruturantes, temas de inclusão, temas que buscam essa superação.

Eu estive agora, Senador Eduardo Braga, em uma das reuniões que acontecem todo ano, e eu até reclamei do evento. Ele acontece todo ano em Miami e é um desdobramento das rodadas da OMC, desde 2000, particularmente – eu acho que em 99 foram as primeiras. Mas são as chamadas Rodadas de Miami, da Organização Mundial do Comércio, onde o centro da discussão é exatamente o acesso, onde a questão da inclusão está pendente por conta de infraestrutura. E onde o maior debate travado nesta questão era exatamente a política de satélite.

Ou seja, onde se controla? Por que as reuniões sempre acontecem sempre em Miami? Porque 80% do comércio de eletrônico das Américas têm o controle dos Estados Unidos. A base satelital é americana.

Eu não estou fazendo nenhuma disputa de solo, mas estou querendo entrar nesse debate para encontrar... E aí vamos encontrar na Região Norte-Nordeste, Senador Braga, estamos abaixo de 30%. Quando a gente fala: “nós aumentamos em 30 vezes. Nos últimos anos, 30 – e eu não estou falando 30% –, e sim 30 vezes o acesso no Brasil”. E isso se nós pegarmos um período recente.

Estou contando aqui os períodos que eu me referi das primeiras reuniões dessas, internacionais. Portanto, já na era 2000. Estamos falando de 30 vezes.

E eu pergunto ao senhor: e aí, como está Alagoas ali, do meu amigo Bené? Tem facilidade de conexão? Lá na Palmeira dos Índios, tão contada aqui. Todo mundo só raciocina sobre Palmeira dos Índios se for para levar fósforo e espelho, achando que ainda é possível em uma relação de índio com português a gente ainda tratar disso. Ou seja, levar telefone público, que era o conceito que todo mundo... Vamos colocar em uma cidade pequena, em Xorroxó, na Bahia, ou em qualquer outro canto. Colocar telefone público atende.

Hoje, ninguém fala mais disso. Não é mais um instrumento de voz, é um instrumento de trabalho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, V. Ex^a permite um pequeno comentário, um pequeno aparte a V. Ex^a? É tão importante esse aspecto de infraestrutura estruturante do ponto de vista econômico.

V. Ex^a tem idéia de quantos por cento dos telefones públicos na Amazônia não funcionam...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estão sendo retirados!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Deixe-me dar um dado a V. Ex^a, Senador Flexa. Acaba-

mos de realizar um levantamento na Amazônia. Menos de 33% dos aparelhos de telefones públicos funcionam.

Senador Marcelo Crivella, esses telefones públicos foram implantados com recursos do Fundo de Telecomunicações. Era uma das metas do plano de Telecomunicações. E menos de 33% funcionam, sem nenhuma manutenção. São recursos com tarifa pública, com dinheiro público! É dinheiro público que é jogado no lixo, lamentavelmente.

Só para encerrar o comentário de como isso é estruturante, o i-Tunes ontem acabou o grande debate que existia sobre a PEC da Música. Agora, com o i-Tunes, no meu Estado ou nós temos uma nova forma de gerar emprego e renda, porque DVD e CD, no Brasil, a partir do i-Tunes que foi lançado no dia de ontem... É uma nova plataforma tecnológica que vai desmontar toda essa indústria que está instalada e que gera, no Estado do Amazonas 10 mil empregos diretos. São 10 mil brasileiros que perderão oportunidade de emprego graças a uma atualização que é tecnológica e que não temos como impedir.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Quanto ao i-Tunes, eu tenho total concordância. Quanto à PEC da Música, eu tenho total discordância, porque, inclusive, eu sou um dos autores da PEC da Música, quando era Deputado, por conta da redução de impostos na produção dos CDs. Então, portanto, até na linha de concordar com V. Ex^a, no que diz respeito à utilização de uma ferramenta para propiciar emprego, aumentar as vendas e, efetivamente, discutir.

V. Ex^a, que é do setor e que atua, por exemplo, principalmente na Zona Franca, sabe que a gente enfrentou a chamada pirataria, o mercado cinza, na área de informática, foi através de preço. Essa foi uma questão...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, novamente, só para contribuir. No entanto, a PEC da Música, que foi votada em segundo turno ontem na Câmara, não desonera a música comercializada pelo meio eletrônico. Portanto, é um tiro no próprio pé, porque desonera para CD, mas não desonera para o meio eletrônico. E, a partir do catálogo colocado ontem, não haverá mais, praticamente, comercialização de CD.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Até porque a PEC da Música vai precisar, inclusive, da regulamentação da mesma coisa que falei aqui em relação à Lei de Acesso à Informação. O iTunes lançou, ontem... E, portanto, quando a PEC da Música foi feita, a gente estava ainda em outro “i”, tentando resolver um problema de comunicação “wi”, que não era nem *wireless*, ainda era na base do...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu não sabia que os axé-baianos tinham adotado o “uai” mineiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, na realidade, é o seguinte. Permitam-me concluir. Acho que é importante, quando falei isso, de trabalharmos com essa possibilidade de inclusão, porque hoje, Senador Eduardo Braga, a possibilidade de utilizarmos tecnologia móvel é a possibilidade efetiva de superarmos essas desigualdades do ponto de vista do acesso.

Então, estou dizendo a V. Ex^a porque eu, por exemplo, apresentei isso no fórum, agora, semana passada. Fiz questão até de ir, em uma viagem maluca – saindo daqui, e lá, batendo, participando o evento e voltando –, até para podermos, inclusive, mais uma vez, insistir nessa questão do que é a participação brasileira. Minha companheira e Senadora Angela está todo dia aqui, num choro por essa Roraima, mas com razão. No Nordeste, menos de 30% das famílias têm acesso, têm conexão, Senadora Angela. Menos de 30! No Norte, vamos encontrar uma proporção muito parecida. Então, na realidade, superar isso é superar usando tecnologia móvel. Não tem jeito!

Estou colocando agora no PPA, Senador Eduardo Braga, mais um recurso para a Telebrás, para trabalhar com banda larga, para investir, para construir rede. Agora, eu estou convencido de que não é esse o melhor caminho. Por isso que, na época da privatização, em 1997 – de fevereiro de 1997 a julho de 1997 –, eu travei talvez uma das maiores batalhas aqui dentro, isoladamente. Eu insistia que devíamos ter permanecido com a Embratel como um braço operacional. Não era questão de vender ou de não vender a Embratel. O que eu dizia era o seguinte: a Telebrás não tem condição; a Anatel não vai regular esse mercado e nem vai poder atuar. Aí, depois de muito tempo, reinventamos a Telebrás. Só que reinventamos uma Telebrás sem estrutura. O que a Telebrás possui de infraestrutura... E, no caso, naquela época, pedíamos a manutenção da Embratel exatamente por conta dos satélites. Esse era um dos aspectos. Os satélites nossos se foram.

É importante, Senador Gim, que insistamos na política, inclusive, não só de lançamento de satélite, mas na política de cobertura dessas regiões hoje consideradas até como remotas. Ainda que 450, na frequência, venham a resolver parte do problema, nós não vamos conseguir resolver tudo, até porque, com 450, ganhamos em escala, digamos assim, para atuar nas áreas remotas, mas eu tenho um problema, porque, na frequência menor, tenho um raio maior, mas, em compensação, eu vou ter dificuldade, por exemplo, de operar, via 450, com velocidade, com dados em uma velocidade que é mais importante. Então, combinar

esses aspectos com a questão da política satelital é fundamental para cumprir um dos objetivos, que é a expansão de banda larga no País.

Por isso, acho importante elaborar o documento, e é mais importante até que ele saia recheado com a posição da Comissão de Ciência e Tecnologia de que essa é uma determinação desta Comissão, enquanto política. Por isso, nós apoiamos, emendamos, aportamos recursos para que essa política possa ter consequência e continuar tendo, de nossa parte, o total apoio e empenho.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadores que concordarem permaneçam...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Por favor, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria... Talvez se a gente pudesse (depois, o projeto já está aprovado) verificar como tornar esses projetos autorizativos mais efetivos e que eles ecoassem, realmente, no Executivo. Não sei se a gente poderia transformá-los em Projetos de Comissão, levá-los em mão, e marcar uma audiência com o Ministro próximo da Presidenta e dizer desta nossa preocupação. Também concordo com todos que o satélite é fundamental para as comunicações do País, porque, se nós deixarmos apenas a tramitação, talvez não saia... Antigamente, ainda ia para a Câmara; talvez agora nem saia mais, tendo em vista essa Comissão que foi feita na CCJ, que vai reestudar os projetos autorizativos, e ainda não deliberou a respeito.

Só como contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem.

Então, esta Comissão acaba de aprovar o Projeto de Lei do Senado de nº 500/2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. Portanto, está aprovado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Presidente, eu gostaria, se fosse possível, V. Exª colocar extrapauta os Projetos de Decreto-Legislativo nº 277/2011 ou nº 240, da Câmara dos Deputados, que aprova a concessão da Fundação Paulo Jackson para

a execução de serviços de radiodifusão, som e imagem da cidade de Salvador, Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem, Senador Benedito de Lira. V. Exª pede e esta Presidência autoriza, então, o pedido extrapauta, na ordem da votação...

Vamos seguir a ordem de votação e ele vai entrar logo em seguida.

Neste momento, devolvo a Presidência da Comissão ao Sr. Presidente Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Agradecendo nosso Presidente Gim Argello.

Retiro também o item 5 da pauta, tendo em vista que o Senador Rodrigo Rollemberg não se encontra presente.

Itens 6 e 7 da pauta. A partir daí é quórum qualificado. São itens terminativos na Comissão.

Eu consulto os Srs. Senadores, porque são diversos itens da pauta, conforme V. Exªs podem perceber... Nós temos inúmeros itens na pauta e são todos com relação a questões terminativas sobre decretos com relação a radiodifusão, concessões de rádio, outorga, etc. Eu gostaria de que nós pudéssemos fazer, em bloco, a leitura, de forma sucinta, destacando apenas que os itens 6 e 7, cujo Relator é o Senador Cyro Miranda, possuem emenda.

Serão realizadas duas votações nominais, porque elas possuem emendas: uma para o projeto e a outra para as emendas. Portanto, nós teremos de fazer duas votações nominais.

Se o Plenário está de acordo, até para que a gente possa aproveitar o quórum, tendo a pauta muito extensa – nós somos obrigados, pelo Regimento, a mencionar os itens e a ler parte da ementa –, vamos direto ao voto para, depois, votarmos em bloco aqueles que possuem parecer favorável e os extrapauta, porque colocaremos todos os que estão aqui, seja por solicitação do Senador Gim Argello, seja por solicitação do Senador Benedito de Lira.

Se os Senadores concordam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, vamos direto aos itens 6 e 7.

ITEM 6

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

ITEM 7

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 530, DE 2010

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO – AGECOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, com as emendas que apresenta

Obs.: Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas

Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, Relator dos itens 6 e 7.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, este PDS 366/2010 que aprova o ato de outorga e permissão à rádio Ultra-FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e em frequência modulada na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial nos termos do art. 49, XII, c.c. art. 3^a, § 3^o, ambos da Constituição Federal. O referido projeto foi aprovado pela Comissão, estando em conformidade com todos os atos legislativos.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade e juridicidade de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão da rádio Ultra-FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e em frequência modulada na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero fazer mais uma consulta ao plenário.

Vários Senadores relatores não estão presentes; no entanto, se nós não os substituímos por relatores *ad*

hoc, nós ficaremos com muitos processos terminativos represados para o ano que vem. Se os Srs. Senadores estão de acordo, com exceção daqueles que pediram para retirar de pauta os projetos de que são relatores, eu sugiro que nomeemos relatores *ad hoc*; eu sugiro que nós pudéssemos “ad hoc á-los”, utilizando aqui uma sugestão do Senador Walter Pinheiro, que, aliás, hoje, está muito inspirado. Há pouco, de autorizativo, ele colocou provocativo. E nesse momento ele acabe de nos inspirar com a expressão “ad hoc iar”.

Então, aproveito que o Senador Cyro Miranda está com a mão na massa e peço que relate os Itens 8, 9, 10.

ITEM 8

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 296, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TEUTÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 299, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

ITEM 10

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 320, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MONTENSE DE RÁDIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vamos pela ordem, Sr. Presidente, o Item 7, primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não, desculpa, pensei que V. Ex^a já havia concluído

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E, em seguida, vou até o Item 10.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a pode prosseguir até o Item 10

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Sr. Presidente, o PDL 530, de 2010 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Agência Goiana de Comunicação – Agecom para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial.

Vou direto ao voto e às emendas, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 530, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato originário da Câmara dos Deputados com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CCT

Dê-se à ementa do Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2010, a seguinte redação:

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Estado de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás”.

EMENDA Nº – CCT

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 931 de 22 de dezembro de 2008, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 5 de novembro de 2004, a permissão outorgada ao Estado de Goiás para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.”

Esse é o relatório.

Vamos ao Item 8, página 207, Srs. Senadores. Quero só lembrar que esse processo do Estado de Goiás estava comigo já no passado porque nossa tratativa é anterior à resolução.

Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 296, de 2011, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Teutônia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 296, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Teutônia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.

Item nº 9, Sr. Presidente.

Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 299, de 2011, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 299, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Floresta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

E o último item.

Item 10, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, DE 2011, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 320 não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, somos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à *Sociedade Montense de Radiodifusão Ltda.* para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

Esses são os relatórios

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda e informo apenas que precisamos manter o quórum.

ITEM 11

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 62, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VOX 90 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável

ITEM 12

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 68, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada RÁDIO ELDORADO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável

ITEM 13

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 70, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO LIBERDADE E TRABALHO PELA CULTURA DE ALTINÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para, na condição de relator *ad hoc*, possa relatar os itens 11, 12 e 13, que seriam relatados pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo, portanto, a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, o item 11 trata de aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vox 90 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

O parecer é favorável.

O item 12 trata do Decreto Legislativo nº 68, de 2011, que aprova o ato que renova a permissão outorgada Rádio Eldorado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O parecer também é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, pela aprovação.

Item 13: aprova o ato que outorga autorização à Associação Liberdade e Trabalho pela Cultura de Altinópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.

O Parecer também é do Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável.

Esses são os pareceres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –

ITEM 14

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 146, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MENSAGEM DE ESPERANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável

ITEM 15

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 152, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIONEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável

ITEM 16

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 191, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável

Peço ao Senador Sérgio que nos auxilie, relatando os itens 14 e 15, na condição de relator *ad hoc*, e o item 16, não como relator *ad hoc*, mas, sim, como relator titular, tendo em vista que o Senador Antonio Carlos Valadares não pertence mais a nossa Comissão. Lamentavelmente, ele saiu da nossa Comissão. Portanto, V. Ex^a poderia fazer a gentileza de ser o nosso relator titular.

Então, itens 14, 15 e 16, Senador Sérgio para relatar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB) – Com muita honra, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o item 14 trata do Decreto Legislativo 146, de 2011, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Mensagem de Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Mensagem de Esperança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 15 trata do Decreto Legislativo nº 152, de 2011, em caráter terminativo, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pioneira Estéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Voto, Sr. Presidente, é no sentido de que a documentação que acompanha o PDS nº 152, de 2011,

não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria.

Portanto, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão de outorga à Rádio Pioneira Stereo Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Presidente.

O Item 16, à pág. 287, trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2011, Terminativo, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Pioneira de Televisão S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 191, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação para que seja renovada concessão à Empresa Pioneira de Televisão S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Esses eram os relatórios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

ITEM 17

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 159, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE INDEPENDENTE DE PORTEIRINHA LTDA. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, relator do item 17 da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, vou direto ao voto, tendo em vista que acompanha a documentação, que, examinada, parece-nos que não evidencia nenhuma violação, portanto, podendo receber de nossa parte a aprovação e não havendo reparos do ponto de vista constitucional nem de reparos de juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade Independente de Porteirinha Ltda. – ME para explorar serviço de radiodifusão sonora

ra em frequência modulada, na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Portanto, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Muito obrigado a V. Ex^a.

ITEM 18

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 129, DE 2011**

Aprova o ato que outorga concessão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 19

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 209, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BARBACENA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 20

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 210, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VERDES MARES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 21

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 211, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CASTELO BRANCO LTDA.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 22

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 212, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SÓCIO-CULTURAL SANTA TEREZINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sucupira do Norte, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 23

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 213, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV CORCOVADO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 24

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 214, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 25**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 215, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 26**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 151, DE 2011**

Aprova o ato que outorga permissão à DIFUSORA NATUREZA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herculândia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável

ITEM 27**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 227, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM GAMELEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável

ITEM 28**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 228, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAFARDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rafard, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável

ITEM 29**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)****Nº 229, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável

Passo agora ao Senador Valdir Raupp, para relator os itens 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e, na condição de relator *ad hoc*, os itens 26, 27, 28 e 29.

Eu pediria apenas, Senador, sei que V. Ex^a, pela praticidade e pela economia processual, será bastante objetivo. Agora, precisaria, do ponto de vista regimental, que V. Ex^a citasse apenas a empresa e a cidade, para que constem na ata. Todo o resto V. Ex^a pode, pela praticidade, ir direto ao voto.

Apenas para dar um exemplo: Item 19 – Rádio Barbacena Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso parecer é favorável ao ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Favorável também ao ato que renova a concessão outorgada à Rádio Barbacena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Favorável também ao ato que renova a permissão outorgada à Rádio Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Também favorável à aprovação da renovação da permissão outorgada à Rádio Castelo Branco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.

Favorável à aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio-Cultural Santa Terezinha para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Sucupira do Norte, Estado do Maranhão.

Favorável também ao ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidade Viva para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte.

Favorável ao ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Olivedos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olivedos, Estado da Paraíba.

Da mesma forma também favorável ao ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sapé, Estado da Paraíba.

Acho que já encerraram os meus...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Faltam apenas os itens em que eu designei V. Ex^a como *ad hoc* do Senador Eunício.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Acho que eu já li todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Já leu?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Já li todos, já.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, vamos agora ao Senador Cícero Lucena, que pediu para retirar de pauta o item 30, o item 31, o item 32...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Perdão. Presidente, acho que eu pulei alguns aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois é. Por isso, eu perguntei...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Do 23...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu não vi V. Ex^a... O item 23: TV Corcovado. Eu não vi V. Ex^a...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Exatamente.

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Corcovado S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Também o item 24, que Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná; o item 25, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná; o item 26, que aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herculanópolis, Estado de São Paulo; e o item 27, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio FM Gameleiras para executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte.

O item 28 também?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – 28 e 29.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Acho que o 29 eu já fiz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O 29 V. Ex^a já fez.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Cultural Rafardense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rafard, Estado de São Paulo.

Eu nunca tinha ouvido falar do nome dessa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nem eu.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Fiquei até curioso agora para conhecer a cidade de Rafard, no Estado de São Paulo.

São esses os votos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço muito a V. Ex^a e volto a dizer que os itens de 30 a 33 estão retirados por solicitação do Relator, Senador Cícero Lucena.

Passamos, portanto, aos itens 30 a 48...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – 34.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim.

ITEM 34

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 205, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍDER FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

ITEM 35

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 230, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO GOIANINHA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

ITEM 36

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 231, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE FLORIANÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

ITEM 37

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 198, DE 2011

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE PORTEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portel, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 38

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 200, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MARACAJAÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 39

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 201, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCADORA DE OLÍMPIA para executar

serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 40

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 202, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MURIÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 41

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 203, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL MAISA – ACCM – para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 42

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 206, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 43**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 207, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO ALICE MARTINS PINHEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 44**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 208, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ATLÂNDIDA FM DE CAXIAS DO SUL LTDª para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 45**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 218, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à MEGA EMPRESA DE COMUNICAÇÕES LTDª para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 46**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 219, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CRUZEIRO LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 47**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 220, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE VALEPARAIBANA DE RADIODIFUSÃO LTDª para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

ITEM 48**– Terminativo –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 222, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO A VOZ DO VALE LTDª para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fartura, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Favorável

Passo a palavra, portanto, ao Senador Cyro Miranda, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para relatar os itens 34, 35 e 36 como Senador *ad hoc*. Peço ao Senador Cyro Miranda que também possa relatar os itens 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48, na condição de relator *ad hoc*, para que nós possamos dar curso a essas matérias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Como já foram distribuídos, antecipadamente, esses projetos, eu vou passar a ler a aprovação do ato que outorga a autorização às seguintes entidades. Pela ordem, vão do item 30 a 48.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Trinta e quatro a 48.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Trinta e quatro a 48, aprovando o ato que outorga e autoriza as entidades: Associação Comunitária Líder FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

Trinta e cinco: Associação de Radiodifusão Goianinha FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte.

Rádio Itapema FM de Florianópolis Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Associação Comunitária de Comunicação de Portel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portel, Estado do Pará.

Item 38: Associação Comunitária e Cultural de Maracajaú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte.

Item 39: Associação Comunitária Cultural e Educadora de Olímpia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.

Item 40: Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Comunidade de Muriú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Item 41: Associação Comunitária Cultural Maisa – ACCM –, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Item 42: Fundação João Paulo II, para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.

Item 43: Associação Alice Martins Pinheiro [do Senador Walter Pinheiro], para executar serviço de radiodifusão comunitária [da família]...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não há a menor hipótese!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Item 44: Rádio Difusão Atlândida FM de Caxias do Sul Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Outorga também, no item 45, à Mega Empresa de Comunicações Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Item 46: Rádio Cruzeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.

Item 47: Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.

Item 48: Rádio A Voz do Vale Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fartura, Estado de São Paulo.

Essas são as relatorias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo enormemente a V. Ex^a pela objetividade, retiro de pauta os itens 49 e 50, por solicitação do Sr. Relator, Senador Delcídio do Amaral.

Passaremos a relatar o item 51.

ITEM 51

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 176, DE 2011

Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTD^a para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

Solicito ao Senador Walter Pinheiro que funcione como relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, toda a documentação que acompanha o PDLS 176, de 2011, não evidenciou nenhuma violação da legislação pertinente e, não havendo reparo, nós somos pela aprovação da outorga de permissão Ponto Norte Rádio FM Ltd^a para explorar o serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo que foi original da Câmara.

Somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a pela objetividade, passo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, para relatar os item 52, 53 e 54 da pauta.

ITEM 52

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 177, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO RIACHO FUNDO II – CANDANGO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho Fundo II, Distrito Federal.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável

ITEM 53

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 258, DE 2011**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a EMPREENDIMIENTOS RADIOFÔNICOS SULMINAS LTD^a. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável

ITEM 54

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 262, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA UNIDOS VENCEREMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto de Lima, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o item 52 é: Associação Cultural de Rádio Comunitária do Riacho Fundo II – Candango FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho Fundo II, aqui, no Distrito Federal.

O voto, Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação, é pela aprovação.

O item 53 é outorga a Empreendimentos Radiofônicos Sulminas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, no Estado de Minas Gerais.

O voto, Sr. Presidente, depois da análise da documentação e não havendo óbice, é pela aprovação na forma do projeto do decreto legislativo que veio da Câmara.

O último item, Sr. Presidente, o 54, é a Associação Comunitária Unidos Venceremos, também do Estado de Minas Gerais, da cidade de Augusto de Lima.

O exame da documentação que acompanha este PDS não evidenciou nenhuma violação à legislação pertinente. Portanto, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu solicito ao Senador Marcelo Crivella, agradecendo pela sua objetividade nos itens anteriores, que, como Relator *ad hoc*, relate os itens 55, 56 e 57, em substituição à Senadora Lídice da Mata.

ITEM 55

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 175, DE 2011**

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

ITEM 56

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 253, DE 2011**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO HULHA NEGRA DE CRICIÚMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

ITEM 57

– Terminativo –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 261, DE 2011**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MAR AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – A Senadora Lídice da Mata, do bravo Estado da Bahia,

é relatora, Sr. Presidente, da outorga à Sociedade Vale de Comunicações Ltda., no Estado de Santa Catarina.

E o voto da nossa ilustre dama passo a ler aqui, é também pela aprovação. Depois da análise judiciosa da documentação do PDS que veio da Câmara.

Também da lavra da Senadora Lídice da Mata a outorga à Sociedade Rádio Hulha Negra de Criciúma, em Santa Catarina.

E o voto da Senadora baiana é pela aprovação.

Por último, Sr. Presidente, trata-se de um PDS que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Mar Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Arroio do Silva, também em Santa Catarina.

E o voto da Senadora também é pela aprovação, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação ao PDS nº 261, da Câmara, não evidenciou nenhuma violação à legislação pertinente.

Eram esses os relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª pela presteza e objetividade, passamos aos itens 58 e 59. Relator: Senador Sérgio Souza.

ITEM 58

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à GUARARAPES METROPOLITANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

ITEM 59

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 272, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE SERRANA DE RADIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se da permissão e outorga à Guararapes Metropolitana FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaboatão dos Guararapes, no Estado de Pernambuco.

O item 59 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Serrana de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.

Ambos os pareceres são pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª pela presteza e objetividade, peço à Senadora Angela Portela para, na condição de Relatora *ad hoc*, que relate os itens 60, 61 e 62, em substituição ao Senador João Ribeiro, e o item 63, em substituição ao Senador Vital do Rêgo.

ITEM 60

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CHARRUA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

ITEM 61

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTRELA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

ITEM 62

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 268, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOVA DRACENA LTDA.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador João Ribeiro

Relatório: Favorável

ITEM 63

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTES CLAROS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável

Passo a palavra à Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Item 60. Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2011. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Charrua Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.

Item 61. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Estrela FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

Ambos, com parecer favorável dos relatores.

Item 62. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Nova Dracena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

Item 63. Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Montes Claros Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Todos, com parecer favorável dos relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo enormemente a presença e a objetividade do relatório, passamos, então, aos itens em extrapauta, de acordo com a solicitação dos Senadores Gim Argello, Benedito de Lira e Walter Pinheiro.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 277, DE 2011

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO PAULO JACKSON para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

Passo a palavra ao Senador Benedito de Lira, para relatar o PDS nº 277, de 2011.

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2011 (nº 240/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Paulo Jackson, para executar serviço radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Sr. Presidente, o projeto teve a sua tramitação regular e atende aos pré-requisitos do que estabelece, realmente, o nosso Regimento.

O nosso voto é que, tendo em vista que o exame da documentação do PDS nº 277, de 2011, não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão à Fundação Paulo Jackson para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço enormemente a V. Ex^a e apenas lembro aos Srs. Senadores que estamos com o número exato do quórum.

Portanto, peço aos Senadores que aguardem, para que possamos votar. Faltam só três projetos, para que possamos fazer uma única votação nominal.

ITEM 2

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ARATU S/A para explorar serviço

de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatoria ad hoc: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

ITEM 3

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 275, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NORTE SUL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

ITEM 4

– Terminativo –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)

Nº 339, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à NORTE SUL RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Gim Argello, para relatar o PDS nº 275, o PDS nº 339 e o PDS nº 225, de acordo com a solicitação extrapauta do Senador Walter Pinheiro.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de 2011 (nº 129/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda. para expansão do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Com a autorização de V. Exª, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS Nº 339, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e

não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Com a sua autorização, vou fazer o parecer, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2011 (nº 93/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na frequência modulada, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Peço a V. Exª autorização para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS Nº 275, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Norte Sul Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo ordinário da Câmara dos Deputados.

Com a autorização de V. Exª, passo a fazer o relato do Projeto nº 225.

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 225, de 2011 (nº 103, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Aratu S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Com a autorização de V. Exª, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 225, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à TV Aratu S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, esses são os três pareceres dos referidos Projetos de Decreto Legislativo nº 339, de 2011; nº 275, de 2011; nº 225, de 2011.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo V. Ex^a pela presteza e objetividade, vamos ao voto.

Votação nominal, porque todos são projetos em caráter terminativo na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Iremos votar em bloco os projetos – tenho que nominá-los, porque estamos colocando-os em votação – do item 6, do item 7, do item 8, do item 9, do item 10, do item 11, do item 12, do item 13, do item 14, do item 15, do item 16, do item 17, do item 18, do item 19, do item 20, do item 21, do item 22, do item 23, do item 24, do item 25, do item 27, do item 28, do item 29 da pauta, do item 34, do item 35, do item 36, do item 37, do item 38, do item 39, do item 40, do item 41, do item 42, do item 43, do item 44, do item 45, do item 46, do item 47, do item 48, do item 51, do item 52, do item 53, do item 54, do item 55, do item 56, do item 57, do item 58, do item 59, do item 60, do item 61, do item 62 e do item 63, e itens extrapauta nºs 277, Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2011, relatado pelo Senador Benedito de Lyra; extrapauta, Projeto de Decreto Legislativo nº 225, relatado por nomeação *ad hoc* pelo Senador Gim Argello; Projeto de Decreto Legislativo nº 275, da relatoria do Senador Gim Argello; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 339, de relatoria do Senador Gim Argello.

Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vota com os relatores.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o voto dos relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Benedito de Lyra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Além de termos votado os itens, conforme já mencionado, estamos votando também as emendas apresentadas ao Item nº 7 da pauta, o Projeto de Decreto Legislativo nº 530.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram para manter a votação nominal também para as emendas. *(Pausa.)*

Aprovado.

Encerramos a pauta deliberativa da Ordem do Dia.

Eu gostaria de agradecer muito aos Srs. e às Sr^{as} Senadoras. Encerramos a última reunião deliberativa lembrando que amanhã teremos uma audiência pública para fechar o nosso período legislativo de 2011, uma audiência pública que contará com a participação do Ministro Aloísio Mercadante para fazermos um balanço sobre as diretrizes apresentadas por S. Ex^a quando do início dos trabalhos legislativos no ano de 2011.

Agradeço a presença de todos...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro para as suas considerações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a fez um balanço hoje ultrapositivo. Quero agradecer muito a V. Ex^a pelo empenho, pela pauta e pela muito boa condução da Comissão de Ciência e Tecnologia. Espero que nós, em 2012, continuemos nesse bom ritmo e possamos continuar contribuindo. Quero parabenizar muito V. Ex^a pela forma como tem conduzido os trabalhos aqui e, ao mesmo tempo, pela escolha dos temas, pela priorização do debate. Vamos continuar juntos nesta Comissão.

Agora, ao lado, Sr. Presidente, há uma sessão de homenagem na Comissão de Educação a educadores brasileiros que receberam o Prêmio Microsoft Educadores Inovadores. Quero dar uma chegadinha lá porque é importante estimular essa prática, e o faço não só pela presença de um baiano, mas também para prestigiar a proeza realizada por diversos professores

de escolas públicas, educadores de escolas públicas que trabalharam num processo de inovação.

É fundamental que a nossa Comissão continue nessa pegada porque nós vamos ter, cada vez mais, oportunidades como essa que já vivenciamos aqui com os jovens. Agora são os educadores que estão aqui ao lado, na sala da Comissão de Educação.

Portanto, mais uma vez, parabéns a V. Ex^a. Com certeza, em 2012, faremos muito mais e com mais inovação. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço as considerações e as palavras de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, na mesma linha do Senador Walter Pinheiro, quero parabenizar V. Ex^a e o Senador Gim Argello, como Vice-Presidente, pela condução dos trabalhos nesta sessão legislativa de 2011, pela competência e pelo afinco com que V. Ex^a conduziu a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação do Senado Federal em temas da maior importância.

V. Ex^a encerra nossos trabalhos amanhã com a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia Aloísio Mercadante, que fará um balanço dos trabalhos do Ministério para que nós possamos já preparar a agenda de trabalho para a sessão legislativa do próximo ano.

Quero, ao encerrar, agradecer também o apoio e a dedicação de toda a equipe que assessora V. Ex^a aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia e desejar a todos um feliz Natal, um Natal santo e iluminado, e um ano de 2012 de muita paz, saúde e sucesso, não só a V. Ex^a, mas a todos os nossos pares e a todos os nossos colaboradores do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço as palavras de V. Ex^a.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Da mesma maneira, Senador Eduardo Braga, parabenizo-o pela condução dos trabalhos deste ano, pela forma republicana e democrática que V. Ex^a sempre trouxe a esta Comissão.

Quero agradecer a paciência que teve com esse seu colega e dizer da minha admiração. Uma das coisas prazerosas deste ano foi conhecê-lo de perto. Conheci assim o seu trabalho como governador do seu Estado.

Quero ainda agradecer e desejar a V. Ex^a e a toda a equipe desta Comissão, que sempre está presente e muito rapidamente atende as solicitações – e peço desculpas pela correria, mas eles são extremamente profissionais –, que continuemos com essa produtividade.

Parabenizando mais uma vez e desejando a todos um Natal com muita paz, com muita alegria, e um ano de 2012 com muita esperança, muito trabalho. Chegaremos lá!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço as palavras de V. Ex^a e quero dizer que nada disso poderia ter sido alcançado se não fosse a participação não só dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, mas também de todos os que nos ajudam aqui nesta Comissão com afinco e dedicação.

Quero, portanto, ao encerrar, agradecer a contribuição de todos os servidores da Comissão de Ciência e Tecnologia e desejar, portanto, a todos um feliz Natal e próspero ano novo.

Lembro que amanhã teremos ainda uma audiência pública com a presença do Senador Aloysio Mercadante.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião e convoco uma nova para o dia de amanhã.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos)

Edição de hoje: 760 páginas
(OS: 10006/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

